

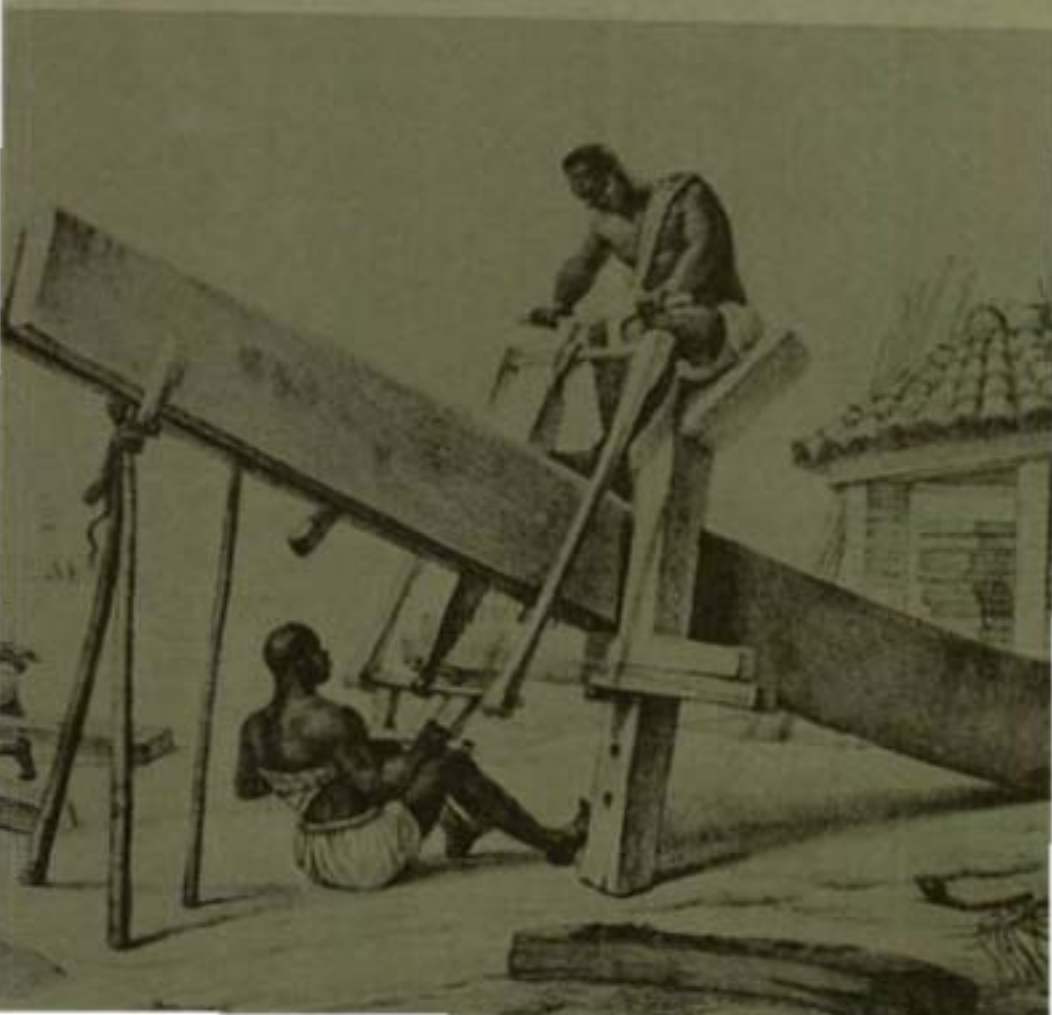
COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS



Editora Universidade de Brasília

A Revolução de 30

Seminário Internacional



Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado
pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília,
D.F.: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.
(Coleção Temas Brasileiros, 54)



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho
Amadeu Cury
Aristides Azevedo Pacheco Leão
Isaac Kerstenetzky
José Carlos de Almeida Azevedo, *Reitor*
José Carlos Vieira de Figueiredo
José Ephim Mindlin
José Vieira de Vasconcellos

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco
Antonio Paim
Arnaldo Machado Camargo Filho
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Castello Branco
Geraldo Severo de Souza Ávila
Heitor Aquino Ferreira
Hélio Jaguaribe
Josaphat Marinho
José Francisco Paes Landim
José Honório Rodrigues
Luiz Viana Filho
Miguel Reale
Octaciano Nogueira
Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Vicente de Paulo Barretto

Presidente: Carlos Henrique Cardim

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Presidente: Luiz Simões Lopes

INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA

Diretor: Afonso Arinos de Melo Franco

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

Chefe: Celina Moreira Franco

Coordenação do setor de editoração: Alzira Alves de Abreu

A Revolução de 30

Seminário Internacional

Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Setembro de 1980.

COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS
Volume 54



Editora Universidade de Brasília

COM O APOIO



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou parte dele
não pode ser reproduzido sob nenhuma forma
por mimeógrafo ou outro meio qualquer
sem autorização prévia do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília – Distrito Federal

copyright © 1982 Editora Universidade de Brasília

Capa:
Arnaldo Machado Camargo Filho

EQUIPE TÉCNICA

Editores:

Lúcio Reiner, Manuel Montenegro da Cruz,
Maria Rizza Baptista Dutra, Maria Rosa Magalhães.

Supervisor Gráfico:

Elmano Rodrigues Pinheiro.

Controladores de texto:

Antônio Carlos Ayres Maranhão, Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes,
Clarice Santos, Lais Serra Bátor, Maria Del Puy Diez de Uré Helinger, Maria Helena
Miranda, Monica Fernandes Guimarães, Patrícia Maria Silva de Assis, Thelma
Rosane Pereira de Souza, Wilma G. Rosas Saltarelli.

Ficha catalográfica:

Elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

R454 A revolução de 30: seminário realizado pelo
Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil (CPDOC)
da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro,
setembro de 1980. Brasília, Editora Universi-
dade de Brasília, c1983.
722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54)

323.27(81)“1930” 32(81“1930” 981.08
série

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
 1. ELITES POLÍTICAS E REGIONALISMO	
Presidência: Vitor Nunes Leal	
Coordenação: Aspásia Camargo	
A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política.	
Aspásia Camargo – CPDOC/FGV/RJ	7
Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa.	
Joseph Love – University of Illinois – USA	47
Debatedores: Elisa Pereira Reis – Instituto Universitário de Pesquisa e	
Estudos do Rio de Janeiro-IUPERJ/RJ	93
John Wirth – Stanford University – USA	97
Outras intervenções	101
 2. A POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS	
Presidência: Virgínio Santa Rosa	
Coordenação: José Murilo de Carvalho	
Forças Armadas e política, 1930/1945	
José Murilo de Carvalho – CPDOC/FGV/RJ	107
Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina	
(1930-1945)	
Alain Rouquié – Fondation Nationale des Sciences Politiques/Institut des	
Hautes Études de l'Amérique Latine – Paris	189
A influência estrangeira no exército brasileiro, 1905-1945.	
Frank MacCann – University of New Hampshire – USA	211
Debatedores: Forças Armadas: autonomia e hegemonia	
Edmundo Campos – IUPERJ/RJ	247
Heloísa Fernandes – Universidade de São Paulo/SP	255
Outras intervenções	265
 3. CLASSES POPULARES, POLÍTICA SOCIAL E SINDICALIZAÇÃO	
Presidência: Evaristo de Moraes Filho	
Coordenação: Angela Maria de Castro Gomes	
Empresariado e legislação social na década de 30	
Angela Maria de Castro Gomes – CPDOC/FGV/RJ	271

As classes urbanas no Brasil e o legado da década de 30.

Robert Levine – Departamento de História, State University of New York

Stony Brook – Nova Iorque – USA 299

Wanderley Guilherme dos Santos – IUPERJ/RJ 329

A Revolução de 30 e questão sindical

Maria Hermínia Tavares de Almeida – UNICAMP/SP 337

Outras intervenções 353

4. EDUCAÇÃO E CULTURA NO REGIME VARGAS

Presidência: Alberto Venâncio Filho

Coordenação: Simon Schwartzman

O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema.

Simon Schwartzman – CPDOC/FGV/RJ 365

O Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho do Estado 1931-1937.

Sérgio Miceli – EAESP/FGV/SP 399

A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era Vargas.

Luiz Antônio Cunha – IESAG/FGV/RJ 437

O estado e o desenvolvimento das universidades na América Latina: um panorama comparativo (1920-1940).

Daniel Levy – Institution for Social and Policy Studies, Yale University – USA 471

Outras intervenções 493

5. INTELECTUAL E IDEOLOGIA

Presidência: Francisco Assis Barbosa

Coordenação: Lúcia Lippi Oliveira

As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado

Lúcia Lippi Oliveira – CPDOC/FGV/RJ 505

A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980.

A. Guerreiro Ramos – University of Southern – Califórnia USA 527

Bolívar Lamounier – CEBRAP/SP 549

A ideologia integralista nos anos 30: problemas metodológico e histórico

Hélgio Trindade – UFRS/RS 557

Outras intervenções 567

6. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA

Presidência: Celso Lafer

Coordenação: Gérson Moura

A Revolução de 1930 e a política externa brasileira ruptura ou continuidade?	
Gérson Moura – CPDOC/FGV/RJ	573
América Latina em depressão; 1929-1939	
Carlos Díaz Alexandro – Yale University – USA	597
O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942	
Ricardo Seitenfus. Institut Universitaire de Hautes Études Internationales – Genebra	623
Debatedores: Marcelo de Paiva Abreu – Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ	645
O Brasil em face dos Estados Unidos e países do Eixo: a conjuntura internacional dos anos 30.	
Maria Regina Soares de Lima – IUPERJ/RJ	651
Celso Lafer – Universidade de São Paulo	659
Outras intervenções.....	663
 7. A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PERSPECTIVA: ESTADO, ESTRUTURA E PODER E PROCESSO POLÍTICO	
Presidência: Celso Lafer	
Coordenação: Luciano Martins	
A Revolução de 1930 e seu significado político.	
Luciano Martins – Centre National de La Recherche Scientifique – Paris.	669
A propósito dos anos 1930 na Colômbia	
Daniel Pecaut – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris.	691
Debatedores: Guilherme O'Donnell – CEDES/Buenos Aires	703
Fernando H. Cardoso – CEBRAP/SP	707
Celso Furtado – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris	712
Outras intervenções	719

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos que integram este livro foram apresentados durante o Seminário sobre a Revolução de 1930 promovido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, entre 22 e 25 de setembro de 1980. Organizado por Celina Moreira Franco, chefe do CPDOC, Aspásia de Camargo, coordenadora do Setor de Pesquisa dessa instituição, e a pesquisadora Maria Clara Mariani, esse encontro de caráter eminentemente acadêmico pôde ser realizado graças ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Ford.

Contando com a participação de especialistas do CPDOC e de outras instituições brasileiras e estrangeiras, a reunião teve por objetivo avaliar a importância, o significado e as implicações do movimento revolucionário de 30 no processo de modernização da sociedade brasileira, bem como identificar suas repercussões nos diversos segmentos sociais e na estrutura do poder.

O programa do seminário foi organizado em torno de sete mesas-redondas, presididas, cada uma delas, por uma personalidade da vida cultural brasileira e coordenadas em sua maioria por pesquisadores do CPDOC. Os temas escolhidos – Elites políticas e regionalismo; A política das Forças Armadas; Classes populares, política social e sindicalização; Educação e Cultura; Intelectuais e Ideologia; Relações internacionais e política externa; e Estado, estrutura de poder e processo político – cobriram alguns dos diferentes enfoques que a Revolução de 1930 tem suscitado entre os analistas e estudiosos.

Ao divulgar os resultados do encontro – não só as comunicações dos expositores, mas também as intervenções mais relevantes dos debatedores – o CPDOC, além de ampliar o conhecimento sobre o período, pretende estimular novos estudos e ressaltar a importância da utilização de fontes primárias na reconstituição de nosso passado recente.

ALZIRA ALVES DE ABREU

Coordenadora do Setor de Editoração
Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**A REVOLUÇÃO DAS ELITES: CONFLITOS
REGIONAIS E CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA**

Aspásia Camargo

As doutrinas e os princípios vieram depois, e difíceis de acomodar com os precedentes da divergência e de seus principais promotores...

(Barbosa Lima Sobrinho, 1933)

Não há nada que faça amadurecer mais rapidamente as aspirações latentes de um povo do que uma ardente campanha política.. Abrem-se naturalmente todas as comportas. Os relógios se adiantam como se os ponteiros tivessem enlouquecido.

(João Neves da Fontoura, 1963)

A causa aparente e imediata da Revolução de 1930 foi uma questão eleitoral, mas o que se viu depois foi que a Revolução foi mais séria e mais profunda do que se esperava: uma luta entre o *fato social* e o *fato político*. O Estado foi estendendo a sua jurisdição, reconhecendo o fato social e disciplinando os seus efeitos.

(Agamenon Magalhães)

1º de maio de 1944

1. *Continuidade ou ruptura?*

a) *Atores versus processos*

A despeito da diversidade de interpretações e da heterogeneidade de enfoques, é possível extrair da extensa e desigual bibliografia sobre a Revolução de 1930 bases iniciais de consenso que nos permitem refletir sobre seu significado político.

No passado, as opiniões se dividiam entre os que interpretavam o fenômeno como o reflexo dos interesses emergentes da classe média e os que o viam como um movimento de instauração da dominação burguesa¹. Recentemente, estudos empíricos indiretamente corroboram a última hipótese, acentuando a presença dos empresários industriais em algumas das principais decisões que emanam do novo sistema de poder². Visíveis divergências nas avaliações dos resultados desse processo não empanam, porém, a evidência de que a Revolução de 1930 é o marco que inaugura modificações substanciais no plano econômico e social e acelera a implantação da sociedade industrial.

Diversamente, nas análises de conjuntura política, voltadas para o fluxo dos acontecimentos imediatos e para o conjunto de atores que compõem o quadro revolucionário, a ênfase recai sobre as origens e o conteúdo oligárquico das cisões regionais que engendram o movimento e que lhe conferem, em termos de modelo político, uma feição continuísta, ou seja, tributária da velha ordem contra a qual se insurge. Tomemos como paradigma desse tipo de análise a obra clássica e pioneira de Barbosa Lima Sobrinho, cuja proposta fundamental retomaremos adiante. Embora o autor ressalve a importância decisiva das coalizões *regionais* e da presença oligárquica no jogo sucessório, reduzindo a presença de outras forças sociais nos impasses que se sucedem, sua análise interrompe-se com a ocupação formal do Estado pela dissidência oligárquico-revolucionária que assume o poder em outubro de 1930³. Outros trabalhos orientam-se para o movimento tenentista, no pré ou pós-30. É o caso do não menos clássico estudo de Virgínio Santa Rosa, que acentua as tendências reformista do tenentismo após a tomada do poder. Permanecem, no entanto, desarticuladas e obscuras as formas de colaboração e de confronto entre os pólos decisivos – oligarquias e tenentes –, bem como o desempenho funcional e a influência de um e outro segmento, ao longo do processo revolucionário.

Sob uma ótica temporalmente mais abrangente e antimonolítica, algumas contribuições tentam compatibilizar o enfoque das *coalizões* com uma análise das composições de classe. Tais análises insistem na composição heterogênea dos interesses que comandam a revolução, antes e depois da tomada do poder. A crise (ou ausência) de hegemonia no desenrolar desse processo conduz ao *estado de compromisso*, no qual a diversidade e a desarticulação dos setores inseridos no novo pacto teriam gerado vazios de poder no sistema político. Caberia ao Estado preencher esses vazios em uma ação circunstancialmente autônoma e personalista⁴.

Como variante ou desdobramento dessa proposta, acrescentou-se também que, sendo as alianças muito amplas e díspares – pela justaposição de atores antigos e modernos –, as transformações se operam nas linhas de menor resistência, segundo o padrão da *modernização conservadora*, isto é, coexistindo com a “conservação deliberada das heranças sociais”. O Estado e seus agentes presidem às mudanças, criando setores estratégicos e incorporando, de forma parcial, os interesses emergentes que manipulam. Enquanto isso, garantem a permanência do antigo sistema, cujas bases econômico-sociais se mantêm intactas⁵.

Tanto na vertente do “estado de compromisso”, que sugere curso *transitório* às acomodações políticas, quanto no enfoque da “modernização conservadora”, que, ao contrário, enfatiza a *estabilidade* social do modelo excludente em meio a aceleradas mudanças, subentende-se um controle oligárquico ainda decisivo, que garante linhas de *continuidade* entre o antigo e o novo regime. Os ganhos da permanência no poder se traduzem, ao que tudo indica, em industrialização e consolidação nacional com uma estrutura arcaica, apoiada na grande propriedade rural.

Procuramos, em outro trabalho, sugerir que o pacto agrário que se renova em 1930 não é simples resultante do poder *residual* das oligarquias, mas um acordo *deliberado* que elimina alguns de seus recursos políticos ampliando outros. Em troca de maior subordinação ao Estado, ampliam-se os favores recebidos dentro de um aparelho que se expande. Velhas lideranças oligárquicas são substituídas por *novas oligarquias*, em um complexo sistema de alianças que muitas vezes reforça segmentos marginais ou decadentes, neutralizando setores de maior dinamismo, por isso mesmo mais resistentes e menos maleáveis aos projetos e interesses do centro.

A funcionalidade do acordo é tanto maior quanto permite ao Estado a inclusão das “classes populares”, cujo pólo fundamental de conflito não é rural, mas urbano. O pacto firmado com as novas oligarquias desdobra-se assim, sem tropeços, em uma vertente populista, que inclui os dois extremos de uma cadeia de aliança: a “oligarquia” e as “massas”⁶. Estendendo a proposta, concluímos que as *oligarquias* *desempenharam, no plano político, papel de importância estratégica no processo de*

transição que se acelera com a Revolução de 1930. Este processo, conduzido por um Estado centralizador e intervencionista, se faz acompanhar, entre 1930 e 1945, do controle crescente dos recursos de poder regional. Em troca, verifica-se a absorção dos quadros oligárquicos e de suas parentelas no Estado cartorial, isto é, dentro ou em torno da burocracia de Estado⁷.

É importante observar que as políticas substantivas que resultam dessas alianças, no entanto, escapam ao controle direto dessas mesmas oligarquias, mesmo quando não colidem com elas. No aparelho de Estado, as decisões estratégicas deslocam-se cada vez mais para as assessorias, conselhos e comissões especiais, dentro das quais transitam os quadros (muitos de origem agrária) de uma emergente tecnocracia. Ao mesmo tempo, as metas do desenvolvimento econômico paulatinamente se afastam, ou se diversificam, sem antagonismos maiores, da matriz agrária primitiva. Em outros termos, a oligarquia ajuda a implantar uma política que dela se descola e a ela transcende. A oligarquia gravita em torno de um centro que se diversifica e que define com ela – e não contra ela – linhas compatíveis de desenvolvimento econômico, de formação de mercado e de construção nacional.

Assegurando o seu lugar enquanto classe política, as elites agrárias utilizam e aperfeiçoam um *estilo* de política maleável, integrativo, ardiloso, de raízes tradicionais (personalistas, clientelísticas), que consolidam lealdades e garantem a longevidade do poder. Esta *versatilidade*, que, como já acentuaram Weber e Gramsci, é comum às elites agrárias, provavelmente se reforça nos períodos de transição e de crise que precipitam seu descenso. Diante do acúmulo de incertezas e conflitos no cenário político, bem como da diversidade de interesses nele presentes, o pragmatismo e a instrumentalidade – a capacidade de composição – convertem-se em valor inestimável como instrumento de coesão das elites no poder.

Correndo os riscos de uma possível simplificação, podemos captar, no enfoque *macro-social* da Revolução de 1930, uma inegável tendência ao fortalecimento do Estado, que coincide com o remanejamento oligárquico e a exclusão camponesa, a expansão das classes médias, o enquadramento operário e a consolidação burguesa.

Por outro lado, as interpretações se distinguem quanto à *natureza* das explicações utilizadas para compreender o fenômeno: a ênfase nas *origens*, nas linhas divisórias e no desenrolar do processo revolucionário, bem como na composição dos seus atores, destaca, de maneira um tanto desarticulada e impressionista, oligarquias e tenentes, enquanto a avaliação, a mais longo prazo, de consequências e *resultados* aponta a consolidação de uma “ordem burguesa” que inelutavelmente acompanha o crescimento urbano-industrial sob uma tutela do Estado.

b) *Renovação, revolução*

A discrepância entre origens, e resultados, atores e processos, em si mesma, nada tem de original, e marca, como fatalidade inelutável, os permanentes desencontros entre os meios e os fins que acompanham os ciclos de mutação histórica, seja por via revolucionária, seja pela mudança brusca da elite no poder. Na Revolução de 1930, como em outros casos, o problema merece, a nosso ver, maior atenção pelas dificuldades que comporta.

Como ocorreu que uma revolução tipicamente oligárquica, que se originou das regras de seu próprio jogo, se convertesse em marco posterior de mudanças em cadeia que redefinem o próprio sistema?

Como um processo que se pretendia restaurar do equilíbrio e da autonomia regionais caminhou para uma centralização crescente, indo de encontro às lealdades básicas e aos móveis iniciais de seus principais agentes?

Finalmente, indagação difícil, a que nível de profundidade detectar a natureza das mudanças e rupturas que, correta ou incorretamente, denominamos “revolução”?

Sem a pretensão de elucidar de imediato questões tão complexas, é preciso assinalar que, em seu conjunto, elas nos remetem ao relegado estudo da conjuntura e do fato político, ou melhor, à *história política*, durante decênios estigmatizada pelo culto dos “grandes vultos”, e por isso mesmo acusada de “não-social”⁸.

Nosso objetivo é apenas sugerir que estas questões podem ser melhor compreendidas à luz da conjuntura e dos atores políticos que compõem o palco revolucionário, e que, por este caminho, é possível recuperar os vínculos que se estabelecem entre *origens e resultados*; entre a estrutura e a conjuntura; entre a sociedade e a política; entre segmentos (e atores) políticos e tendências (ou forças) sociais. O pólo ordenador desses diferentes planos, que hierarquiza, neste período, a pauta de questões conflituosas que o agitam, é a questão da *centralização política*. Trata-se, sem dúvida, do tema dominante na correspondência privada dos principais líderes da Revolução de 1930⁹. Com efeito, o projeto centralizador provoca pressões e contrapressões sucessivas entre a periferia regional e o centro, sendo ao mesmo tempo o fio condutor que cinde, ordena e unifica, afinal, o campo político no tumultuado período pós-30. É através destes ajustes e desdobramentos sucessivos que se opera a triagem e que se definem os contornos da nova elite.

A centralização, que gradualmente esvazia uma parcela do poder oligárquico, destruindo suas manifestações de autonomia, opera-se com a ajuda desse mesmo poder oligárquico, graças às cisões que dividem internamente as elites regionais e

que as levam a competir pelos favores do Estado. A disposição latente de prestar vassalagem, sobretudo nas unidades mais carentes, será habilmente utilizada, através de uma complexa política de alianças que permite ao poder central readaptar ou substituir as velhas máquinas oligárquicas da República Velha por outras, mais permeáveis aos novos objetivos nacionais, dentro de uma estratégia global de centralização política.

Adotando em princípio a idéia de que a Revolução de 1930, ao contrário das revoluções clássicas, não opera, de imediato, deslocamento de poder da antiga classe para novos segmentos emergentes, devemos chamar a atenção para este momento de renovação geracional das elites que acompanha importantes mudanças funcionais do aparelho de Estado. Esta substituição pode ser detectada através de indicadores que se complementam:

a) pelo brusco ou gradual alijamento dos próceres oligárquicos que emergem com a ordem republicana ou se confundem com ela; alguns deles participam do processo revolucionário, mas já em 1932 estarão praticamente excluídos;

b) pelo deslocamento, de segundo para primeiro plano, das gerações mais novas, que se formam enquistadas nos centros regionais de poder da República Velha, mas cuja ascensão é bloqueada pelas antigas lideranças, que se renovam com lentidão, ou pelo poder desigual distribuído entre os estados;

c) pela incorporação da jovem oficialidade tenentista nos quadros de direção política, e pela absorção de parte substancial de seu programa político. Tal absorção reduz, de maneira nítida, a idade média dos novos dirigentes e acelera a renovação programática introduzida pela Revolução de 1930.

Esta recomposição dá origem, sem dúvida, a uma nova classe política, que ascende ao poder em meio a uma crise internacional de grandes repercussões internas, e que por isso mesmo lhe permite selar a sua entrada em cena com um conjunto de medidas modernizantes que a legitimam. Em outros termos, a despeito da inexistência de deslocamentos bruscos de classe, e malgrado o controle deliberado da participação política (que isola os centros propulsores de mudança política), as renovações introduzidas atestam um inegável surto reformista – uma *aceleração do tempo histórico* que apressa transformações já iniciadas e afrouxa as contenções a que vinham sendo submetidas. À elite que ascende ao poder caberá, portanto, mais do que subverter tendências, precipitar e reforçar processos já desencadeados, que esbarravam, sem dúvida, nos rígidos limites impostos por um modelo político formalmente baseado em uma confederação de estados.

Nesse sentido, é importante observar que a vocação centralizadora e o intervencionismo crescente¹⁰, tão visíveis na Reforma Constitucional de 1926, da

mesma forma que a legislação trabalhista e a modernização do Exército vinham gradualmente sendo promovidos no interior da ordem política oligárquica. O mesmo ocorre com algumas reformas modernizantes, que se implementam principalmente em Minas, no Rio Grande do Sul e na Paraíba. A concentração de poderes em mãos do presidente da República – fator que, na sucessão presidencial, desencadeia a crise insuperável – nada mais é do que o reflexo de tendências manifestas que serão acentuadas pelos vencedores no imediato pós-30.

Não sendo uma revolução no sentido clássico, sobretudo porque não mobiliza de maneira autônoma classes subalternas, nem por isso deixam de ser relevantes e significativas as transformações que se desencadeiam no bojo desta *revolução das elites*. Ela recompõe pactos sociais e pautas de convivência, na medida que se beneficia dos espaços vazios deixados pelo alijamento dos antigos quadros, de mentalidade mais rígida. Ao mesmo tempo enquadra, temporariamente isola, expurga, manipula os diversos segmentos da *elite* e da *contra-elite* que permanecerão em cena até os nossos dias.

Nestas observações atribuímos importância à teia de relações pessoais, lealdades e compromissos (implícitos ou explícitos) que se criam entre o número reduzido de membros das elites políticas e que lhes garantem, nos bastidores das instituições formais de governo, a coesão necessária para a permanência, o controle e a continuidade do poder¹¹. Com isso, pretendemos acentuar que a substituição dos quadros políticos, dependendo da conjuntura histórica e da composição social, etária, regional do grupo pode ser o foco irradiador de mudanças, senão revolucionárias, ao menos modernizantes no plano econômico, político ou social.

Iremos dividir a Revolução de 1930 em três grandes momentos, de alcance diversos e conotações distintas:

a) *as origens* (1920-1930), período que abarca a crise sucessória de 1929 e se estende até a tomada do poder em 1930. Podemos aí detectar a presença dos principais segmentos que irão definir o perfil político da revolução: oligarcas históricos, jovem oligarquia e tenentes, com os projetos embrionários que lhes são próprios. Pretendemos enfatizar que as sucessivas alianças que estabelecem entre si antes da revolução definem os rumos e a natureza do movimento revolucionário em sua configuração futura.

b) *o confronto* (1930-1937) período de redefinição do pacto político, marcado por alianças e conflitos entre os diferentes segmentos que tomam o poder e que penosamente buscam a homogeneidade necessária à sua transformação em grupo estável. A homogeneidade e o consenso serão obtidos através dos compromissos programáticos que sustentarão o novo pacto político (centralização, controle da participação) e social (industrialização, direitos sociais, controle sindical, nacionalismo).

c) o *consenso* (precário) assim obtido se faz pelo alijamento de um número expressivo de próceres revolucionários. A acomodação e a estabilidade (1937-1945), sob o rígido controle e tutela do Estado, permitirão a *performance* administrativa, paralisada pelos conflitos e incertezas do período anterior. Segundo a ótica de seus próprios atores, o Estado Novo será o arremate, racional e necessário, de um processo revolucionário inconcluso, e a prova de que “a revolução ainda não terminou”¹².

Nesse trabalho iremos discutir especialmente as *origens* do processo revolucionário, suas metamorfoses, seus desdobramentos. Ele de fato se inicia como *competição oligárquica*, desdobra-se em uma *fase liberal*, para desembocar, finalmente, na *conspiração revolucionária* pela tomada do poder. Em cada uma dessas três fases alteram-se a intensidade, os objetivos e o desempenho dos atores que ocupam o prosaetrio, embora, como é evidente, os personagens sejam basicamente os mesmos e os diferentes momentos, em alguma medida, se interpenetrem. Da heterogeneidade de atores e da diversidade de propósitos, resultam os confrontos do período pós-revolucionário que alcançam o seu ponto crítico com a crise de 1932¹³, e que só serão acomodados em 1937.

Em conclusão, procuraremos sugerir que a *estratégia da centralização*, promovida por atores chaves como Vargas e Góis Monteiro, tem sua origem na *composição* dos segmentos que comandam o período revolucionário propriamente dito e na lógica das alianças que conduzem ao seu desfecho. Tal estratégia nos permite reconstituir também os principais arranjos regionais que lhe garantem viabilidade política, reforçando a coesão das novas elites.

2. A dialética revolucionária

Se as linhas de *continuidade social* unem em um mesmo processo tendências anteriores e posteriores à Revolução de 1930, que importância atribuir à natureza do *corte político* que se anuncia com a sucessão presidencial de 1929, conduzindo, afinal, à substituição dos quadros governantes em 1930?

Se a crise política detém a supremacia sobre a crise econômica e a antecipa¹⁴, é certo também que as mudanças geradas dentro da antiga ordem revelam-se cada vez menos compatíveis com o pacto de cunho regional e ruralista que sustenta a República (a “política dos governadores”). De fato, a industrialização e a urbanização que se aceleram a partir da Primeira Grande Guerra criam focos dissonantes que o sistema oligárquico mal absorve. A República Velha incentivava, portanto, mas não resolvia, expectativas crescentes de participação política¹⁵.

A resposta do poder a este crescimento é a expansão do setor público, que se irradia à margem do liberalismo e do federalismo oligárquico. Por outro lado, o pretexto que desencadeia a crise (a substituição de Washington Luís por Júlio

Prestes) é o indício seguro do obstinado empenho de São Paulo em equiparar o seu poder político ao surto de prosperidade econômica de que é beneficiário¹⁶.

A luta pela hegemonia política nacional encontra, significativamente, em São Paulo, o respaldo dos setores industriais que apóiam o situacionismo. Mas tudo indica que o continuísmo almejado pela indústria emergente exclui intenções de acentuada ou imediata modernização política, isto é, a abertura de novos canais de participação. Segundo crítica de um membro do partido oficial, Marcondes Filho, o tradicionalismo e o imobilismo dominam o PRP, e a liderança governista revela-se despreparada para atender às demandas de um novo eleitorado, que será fatalmente atraído pela agressividade e o dinamismo do partido oposicionista (PD)¹⁷.

Cunha modernizante do sistema oligárquico, São Paulo acomoda seu projeto expansionista aos princípios federalistas que lhe asseguram (como no início da República) a autonomia necessária ao seu próprio crescimento, e que, eventualmente, acobertam uma política intervencionista. Esta convivência “próspera” dos grandes interesses paulistas com a República Velha faz convergir, difusamente, os descontentamentos sociais para um sentido antigovernista e populista, induzindo a rumos que contrariam e ultrapassam o sentido inicial – oligárquico, regional – do conflito.

Razões políticas explicam, talvez, a rapidez dessa *metamorfose* que converte um conflito-padrão, típico das sucessões oligárquicas, em marco inicial de mudanças aceleradas e de mais longo alcance. De fato, o desencadear do conflito tende a galvanizar descontentamentos de origens e temporalidades diversas no interior da *elite* e da *contra-elite*. O ingresso desses *segmentos*, em ordem sucessiva, introduz táticas e procedimentos diferenciados, e também uma superposição de metas. Esta heterogeneidade irá complicar o perfil da elite revolucionária, obrigando-a a intrincados arranjos internos que se realizam antes e depois da tomada do poder, em 1930.

1º Tempo: OLIGARQUIA CONTRA OLIGARQUIA

A arrancada do processo revolucionário gravita em torno da sucessão presidencial de 1930, definindo aí suas motivações mais arraigadas e mais visíveis. Nesse sentido, a sucessão não será apenas a expressão genérica do descontentamento de três estados (Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba) contra a hegemonia paulista, mas também o reflexo de dissensões que atingem as mais antigas, consagradas e representativas lideranças da República Velha. Os políticos mais atingidos são, muitas vezes, os que envelhecem com o regime que ajudaram a implantar, e que, além do mais, detêm o controle estratégico de duas das três unidades estaduais de maior peso eleitoral e político. Trata-se, por conseguinte, de um conflito que envolve os centros nervosos das elites políticas da Primeira República.

Podemos sublinhar na linha de frente das hostes oposicionistas, neste primeiro momento, três ex-presidentes da República (Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Venceslau Brás); os dois grandes chefes das agremiações partidárias gaúchas (Borges de Medeiros e Assis Brasil); e o diversificado mosaico das lideranças mineiras, que como força mais atingida assume a iniciativa pública da ruptura (Afonso Pena Jr., chefe do PRM, e os demais membros da executiva do partido; Afrânio de Melo Franco; Melo Viana, que pouco depois adere ao governo, além dos ex-presidentes Bernardes e Brás).

Como *porta-vozes formais* dessas lideranças históricas e como termômetros de seu pensamento político destacam-se os governadores em exercício, aos quais tradicionalmente é conferido o direito de postular cargos ou opinar no processo sucessório, compondo coalizões de governo segundo a importância das unidades estaduais respectivas. É a Antônio Carlos e Olegário Maciel, Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente governadores de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, que cabe conduzir o ritual de formalização da crise, como também sustar ou acelerar a conspiração revolucionária. É deles que parte, como condutores da política em seus respectivos estados, a palavra final que põe a revolução em marcha.

Como *mediadores estratégicos* dos comandos estaduais dissidentes e como articuladores políticos em seus estados, atua nos bastidores, na condição de conselheiro, um grupo auxiliar, em geral bem mais jovem ou hierarquicamente abaixo dos próceres oligárquicos. O acesso direto aos patriarcas, ou aos governadores, graças a relações pessoais ou a cargos de confiança que ocupam nas secretarias de governo, credencia este grupo a exercer papel decisivo na aceleração dos entendimentos que precipitam a dissidência oligárquica [João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Antunes Maciel, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, João Daudt de Oliveira (RS); José Bonifácio, Francisco Campos, Odilon Braga, Carlos e Djalma Pinheiro Chagas (Minas)]

Sendo esta a composição inicial dos atores, sediados em três diferentes escalões da ordem oligárquica, é evidente que o objetivo imediato dos mesmos não seria introduzir modificações de fundo nas regras consagradas do jogo político, mas utilizar-se delas a fim de garantir, em benefício próprio e de seus respectivos estados, um poder de decisão que se deslocava dos governos estaduais mais poderosos para a presidência da República – deslocamento que coincidia, perigosamente, com a transferência do poder de Minas para São Paulo, e que afetava o equilíbrio primitivo.

O conflito que cinde a oligarquia em 1929 procede, aparentemente, segundo os rituais clássicos de sucessão presidencial na República Velha, que não excluía agitados confrontos (1910-1922). Na verdade, o fracasso das negociações, em 1929, revela algumas tendências significativas que anunciam importantes mudanças no equilíbrio de forças dos estados hegemônicos:

a) a *ofensiva paulista* no sentido de consolidar a almejada hegemonia política no quadro federal e de garantir a continuidade de sua política econômica e administrativa. Para isto, previamente reforça sua aliança com o Rio Grande do Sul, que será beneficiado pelos favores do governo federal e com o mais importante ministério público: o Ministério da Fazenda, concedido a Getúlio Vargas¹⁸. O fortalecimento dos laços entre o Rio Grande do Sul e São Paulo prenunciam, sem dúvida, a necessidade de neutralizar as esperadas resistências mineiras ao candidato paulista, decorrentes da reorientação do antigo pacto São Paulo-Minas. Estes planos serão dificultados pela inesperada resistência gaúcha, açodada por Minas, e pela crise internacional que atinge diretamente o café, enfraquecendo a liderança oficial diante das forças de oposição paulistas. Tais mudanças quebram, em favor das últimas, a antiga coesão paulista¹⁹.

b) a *ascensão gaúcha*, que se confirma desde 1910 e que é bloqueada pela aliança São Paulo-Minas e pela morte de Pinheiro Machado. Após a derrota de 1922, o Rio Grande encontra, em 1929, condições surpreendentemente favoráveis, graças ao êxito da política de frente única empreendida por Vargas no âmbito estadual. De fato, o declínio e a retirada de Borges de Medeiros (chefe regional e eterno governador do estado) abre caminho para os entendimentos entre republicanos e libertadores, e permite a ascensão de um novo líder, Vargas, que além do indispensável respaldo interno, tem livre trânsito na política federal e a confiança pessoal do Presidente da República, a quem poderia suceder. Tendo em seus quadros um nome “presidenciável”, o Rio Grande do Sul postula, em *uníssono*, tanto quanto o velho sonho de ocupar o cargo, o direito de participar com destaque da definição e do encaminhamento do jogo sucessório²⁰. De fato, a ambição regional à presidência congrega todas as lideranças gaúchas, inclusive aqueles que, como o secretário de Finanças, Paim Filho, marchavam o candidato dissidente, não pelo programa que ele encampava, “mais por julgar que havia chegado a hora de o Rio Grande influir mais diretamente nos destinos da República”²¹. Outros, como Flores da Cunha e Lindolfo Collor, apoiaram Vargas, apesar dos mais estreitos vínculos com a política oficial de São Paulo²².

c) o *descenso mineiro* pode ser detectado, a nível menos imediato, por um desvantajoso desequilíbrio regional que acentua relações “neocoloniais de dependência” em favor do eixo Rio-São Paulo²³. Tais tendências são corroboradas, no plano político, pela visível fragilidade de Minas diante do avanço paulista. O veto de Washington Luís ao nome de Antônio Carlos, potencial candidato, é escorado nas divisões internas de uma fragmentada liderança. A impossibilidade de fornecer nome próprio – sintoma visível de debilidade – tem como contrapartida o empenho consensual dos próceres mineiros em vetar o candidato paulista, substituindo-o por outro, junto ao qual seria maior a influência de Minas.

A *inserção nordestina*, representada pela presença da Paraíba na dissidência oligárquica, efetiva-se, não por mera coincidência, através do único estado da

região que forneceu nome próprio à presidência e que foi politicamente beneficiado por ela. Por isso mesmo, a presença de Eptácio Pessoa será decisiva nas negociações que precedem o lançamento das candidaturas, nas quais desempenha papel “orientador e consultivo”. Já em 1927, em conversa com José Bonifácio, irmão de Antônio Carlos, sugere que Minas não deveria disputar diretamente a sucessão, “mas que, com essa renúncia, teria em mãos a chave do problema sucessório”²⁴.

As origens desta incompatibilidade com os rumos da política oficial residiam na desconfiança de que “a presidência se esteja tornando privativa de dois estados somente – quando em outros há também homens capazes (...) A Paraíba nada tem ganho com os presidentes de São Paulo nem com os de Minas Gerais, uns e outros, em regra, só cuidam dos interesses do Sul; mas força é confessar que a administração dos primeiros tem sido mais útil ao Brasil que a dos segundos. Pode, entretanto, acontecer que Minas não apresente candidato seu e sim de outro estado: devemos então olhar para este com maior simpatia”²⁵.

Provavelmente, o *status* de único ex-presidente de uma região marginalizada e desunida conferia a Eptácio Pessoa a legitimidade necessária para, em seu nome, interferir na contenda.

Em outros termos, a *ofensiva* paulista, ao tentar, com Júlio Prestes, duplicar o seu mandato, colide com a cerrada tática *defensiva* mineira, que não apresenta candidato algum. Nas fissuras da política do “café com leite”, amplia-se subitamente o espaço gaúcho, nas negociações do jogo sucessório, abrindo brechas para uma simbólica participação nordestina. Deste posicionamento inicial dos *atores regionais* decorre o seu desempenho nas etapas seguintes. Enquanto os atores paulistas “rigidamente” consagram o seu próprio candidato pelo controle severo das máquinas regionais, respaldados na lealdade incondicional dos estados menores ao presidente da República, Minas Gerais “elegantemente” se fixa no tércio gaúcho, como recurso protetor contra inevitáveis desgastes políticos e como meio de atrair o grande estado, esvaziando a já sacralizada aliança entre São Paulo e Rio Grande. *Invertem-se, pois, os termos da coalizão inicial entre os três grandes estados, que culmina com o isolamento de São Paulo, quando inicialmente marginalizava Minas.*



Interrompia-se, assim, a política do “café com leite”, firmada em 1913 entre São Paulo e Minas, por ocasião do “Pacto de Ouro Fino”. Na época, seu objetivo imediato era isolar o Rio Grande do Sul e seu líder nacional, Pinheiro Machado,

cujas últimas investidas haviam favorecido as eleições de Afonso Pena (mineiro) e **Hermes da Fonseca** (gaúcho) para a presidência da República²⁶.

Neste longo percurso, que atravessa a República Velha e se interrompe em 1930, o balanço é inequívoco:

São Paulo pretende reeditar, em fase de prosperidade econômica, hegemonia idêntica à que obtivera nos três primeiros quadriênios civis da República, com a euforia da expansão cafeeira. Para isto, não hesita em sacrificar a aliança tradicional com Minas, em favor de seu candidato Júlio Prestes.

Minas, por sua vez, preserva uma bem-sucedida tradição política, mais apoiada em um amplo contingente eleitoral e demográfico²⁷ do que no dinamismo e crescimento de sua economia. Recusa, portanto, o brusco alijamento que distoa de sua posição incontestada nos pleitos da Primeira República²⁸.

Finalmente, o Rio Grande encontra, nas brechas do desacordo entre São Paulo e Minas, “a sua vez”²⁹ dividindo com Minas a liderança da campanha sucessória, e assumindo já a vanguarda de seus futuros desdobramentos. Com “credenciais” históricas valorizadas por Minas (sua identidade é o destemor aos riscos e a tradição de rebeldia), em 1929 o Rio Grande encontra pela primeira vez em Minas o parceiro em disponibilidade para a luta aberta que antes jamais se revelara, e conta, ademais, com um aliado que não perdera nunca. A possibilidade de disputar a presidência com representante próprio mobiliza e unifica os partidos e as elites gaúchas.

Fica evidente, porém, o contraste entre as disposições *conciliadoras* dos chefes oligárquicos gaúchos – vários deles chegados a São Paulo, como é o caso de Paim Filho, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e o próprio Vargas – e a orientação *antipaulista* dos altos escalões da política em Minas. No Rio Grande, por trás do consenso fácil, permanecem a ambigüidade, as aproximações e a disposição a negociar, pois para muitos a aliança com São Paulo parecia um mal menor diante de uma previsível derrota com Minas. Por isso, paradoxalmente, a campanha eleitoral desenrola-se em plano paralelo às negociações e entendimentos com o governo. Tais entendimentos funcionam, no caso, como preparativos a uma saída honrosa, como recurso protetor contra punições severas que atingissem política e administrativamente a autonomia e a prosperidade gaúchas³⁰.

Concluindo, cabe-nos contestar, à luz da correspondência entre próceres oligárquicos, a origem *pessoal* ou dos fundamentos morais do conflito que abalam a Primeira República. Ao contrário do que sugerem muitos observadores³¹, a cisão em torno da disputa presidencial obedece a uma inequívoca *racionalidade política* e se revela segundo as regras e procedimentos clássicos que presidem o jogo oligárquico. No que têm razão esses observadores é em evidenciar a inconsistência

inicial das *motivações ideológicas* que movem a cúpula oligárquica no desencadear do conflito.

2º Tempo: O “CONGLOMERADO” LIBERAL

Comenta Barbosa Lima Sobrinho que na disputa oligárquica que se antecipa à Revolução de 1930, “as doutrinas e os princípios vieram depois, e difíceis de acomodar com os precedentes da divergência e de seus principais promotores”. Acrescenta, porém, que “essa pobreza ideológica, como também aquela subalter-nidade de origens, iam transformar-se, graças a um fenômeno quase milagroso, a que se poderia chamar a *cristalização* das candidaturas (...)”. Refere-se, concretamente, à metamorfose do candidato gaúcho que, sob o reflexo de generalizado descontentamento, corporifica aos olhos do público, de forma idealizada e difusa, amplas expectativas oposicionistas³².

Este momento crucial, acima descrito, corresponde à mobilização nacional e eminentemente urbana, enfeixada pela Aliança Liberal, que limita e enquadra as negociações de bastidores que prosseguem entre os próceres regionais dissidentes. *A Aliança amplia, de fato, o espectro social do confronto, incorporando forças e partidos de oposição que atuam no agitado palco da década de 1920.* Essas forças extravasam os litúrgios regionais, defendendo princípios e programas de conteúdo social mais amplo e já ventilados em outras campanhas oposicionistas.

É verdade que os acertos e as contendas regionais, tão características da etapa inicial, prosseguem nesta e nas etapas seguintes³³. O fato novo, porém, é a transferência do foco de dissensões para a *arena pública*, onde se realinham as forças políticas.

Nesse sentido, ganham relevância os atores e os interesses sociais que se destacam em cena, bem como a linguagem e o conteúdo do programa enunciado pela coalizão oposicionista.

Quanto aos atores, podem ser classificados de diferentes maneiras. Enquanto o *tom ideológico* é determinado no Congresso pelos velhos liberais do PL e do PD (Assis Brasil, Francisco Morato), é a ala moça, ou os “jovens turcos”, que detêm o comando de fato da AL, permanentemente denunciando as arbitrariedades do governo (João Neves, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, José Bonifácio, Odilon Braga), enquanto paralelamente mantêm consultas sigilosas com as lideranças estaduais. Em funções de destaque na comunicação com as massas encontramos os *tribunos populistas* cariocas (Maurício de Lacerda, Adolfo Bergamini, Cândido Pessoa), que encampam também (juntamente com Evaristo de Moraes) a pauta de reivindicações trabalhistas. Nas posições prestigiadas no comando *oficial* da Aliança Liberal, vamos encontrar também líderes respeitáveis da República Velha

(Ildefonso Simões Lopes, Afonso Pena Jr.) e a participação episódica de lideranças do PRM mineiro (Bueno Brandão, Ribeiro Junqueira).

Em plano complementar à *frente parlamentar*, alinham-se os jornalistas e homens de *imprensa*, que propagam as idéias da AL, dando-lhes a necessária cobertura contra as investidas governistas (além de Lindolfo Collor, Assis Chateaubriand, José Eduardo de Macedo Soares, Carlos de Lima Cavalcânti).

No desdobramento da frente política destacam-se os que se convertem em porta-vozes da Aliança em seus estados e que atuam ora nas *frentes estaduais* (Carlos e Caio Lima Cavalcânti, Café Filho, José Américo e Ademar Vidal, Pedro Ludovico, os Chermont, Fernandes Távora), ora na capital, ora em *peregrinação política* (Nereu Ramos, Hugo Napoleão, Pires Rebelo, Agamenon Magalhães, João Carlos Machado, Paulo Duarte).

Quanto aos interesses sociais, é possível identificá-los bem antes do conflito 1929-1930, ainda nas campanhas cívicas que, desde Rui Barbosa, alcançam os centros urbanos, mesmo que epidermicamente. Nos anos 20, o clientelismo mantém o seu domínio, até nas grandes cidades, embora manifeste sinais de colapso por sua incapacidade em responder às demandas de uma diferenciação social crescente. Na capital, “a proliferação de associações, jornais, ocupações em setores médios assinalava mudanças diante das quais a patronagem política tornava-se irrelevante (...) o sistema do *chefe* e do *cabo eleitoral* convertera-se em obstáculo, mais do que um meio de progresso”³⁴.

Com o crescimento e a diversificação das populações urbanas, um novo estilo de política emerge, mais ideológico e de cunho reformista. Em cidades como o Rio de Janeiro, o nível de politização aumenta, atingindo seu ponto mais elevado entre 1926 e 1928. A proximidade do governo transforma-se em fórum de debates que dá ressonância aos conflitos políticos. Os debates no Congresso repercutem imediatamente na Imprensa, e as lideranças procuram “novos métodos de representação e recrutamento”³⁵.

Entre 1919 e 1930, o número de votantes cariocas triplica. “Reformas e experimentos políticos estavam no ar e os setores médios e a nova elite do Rio mobilizavam-se para as eleições com entusiasmo quase idêntico ao dos sindicatos.”³⁶ O mesmo ocorre em São Paulo, onde é grande o impacto do Partido Democrático, que atrai não apenas os setores dissidentes da burguesia agrária que controlam a cúpula da agremiação, mas também camadas populares e médias, que equilibradamente dividem um total de 70% dos inscritos³⁷. O PD de São Paulo, tal como ocorrerá com seu similar no Rio, defende também reformas políticas, principalmente o voto secreto e o espírito liberal da Constituição de 1891.

Em fins de 1926, no Rio de Janeiro, o recrutamento eleitoral se acelera em numerosas unidades sindicais, e o resultado desta campanha consolida os candidatos comprometidos com as reivindicações trabalhistas: jornada de oito horas, salário mínimo, liberdade sindical, proteção aos menores e às mulheres. Em 1928 estas reivindicações incluem o voto feminino³⁸. A articulação destes núcleos em torno de reivindicações concretas facilita sua absorção na plataforma oficial da AL, diretamente através de Lindolfo Collor que, em contato com esses grupos, será influenciado pelo programa trabalhista.

Algumas das mais expressivas lideranças deste período (Maurício de Lacerda e Adolfo Bergamini) defendiam sindicatos, bairros populares ou os interesses genéricos de categorias de trabalhadores (operários, funcionários, comerciários). Solidários com o movimento tenentista, defendiam a anistia e lutavam pelo alargamento da participação, pregando o voto secreto.

Convém frisar que tais lideranças populares são diversificadas e que, às vésperas de 1930, seus quadros estão longe de ser majoritariamente oposicionistas. Em realidade, as forças se equilibram contra e a favor do governo, que investe maciçamente na campanha e consegue adesões populistas como as de Irineu Machado e Azevedo Lima. O mesmo ocorrerá com numerosos sindicatos e bairros populares, onde vivem ferroviários e portuários – e que ostensivamente apoiarão Júlio Prestes, em troca de benefícios prometidos.

Sintomaticamente, os resultados eleitorais em favor da AL prenunciam a participação do *povo* enquanto *massa* que difusamente se revela à margem do associativismo. É por isso que a Aliança Liberal obterá votação expressiva nos bairros de classe média, na Zona Sul de origem recente, e junto às populações mais pobres e desorganizadas do Rio de Janeiro³⁹.

Não é por outra razão que o calor das reações populares nos grandes centros incide diretamente sobre seus principais líderes, no anonimato dos atos públicos; nas manifestações por ocasião da chegada de Antônio Carlos e Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro, nas galerias e umbrais da Câmara, onde se agita a opinião pública e repercutem os protestos oposicionistas; nos encontros com a caravana liberal em sua peregrinação pelo Nordeste. Testemunha João Neves que a campanha da AL amadureceu aspirações latentes, surpreendendo seus líderes. É esta mudança qualitativa que desnorteia Paulo Nogueira Filho por ocasião da apoteótica chegada de Getúlio Vargas em São Paulo, a 4 de janeiro, num hostil dia de chuva. No longo trajeto que termina na Praça da República, surpreendentemente, o povo brada “queremos Getúlio”. “Naquela tarde nascia o *queremismo*, e São Paulo antecipou as urnas pelo plebiscito de 4 de janeiro.”⁴⁰ É a mesma mudança que observa João Neves no comício de Getúlio Vargas e João Pessoa em Santos: “a grande cidade portuária concedeu-lhe uma acolhida já com ares do que hoje denominaríamos trabalhistas ou populistas”⁴¹. A metamorfose é ainda mais nítida

em seu pronunciamento no teatro Santa Isabel, em Recife, onde a vibração do público o induz, como grande tribuno, a reformular os termos moderados de seu discurso (cumprindo promessa a Vargas). E a enunciar, pela primeira vez, a possibilidade de um levante revolucionário em resposta às arbitrariedades do governo⁴².

Também na Paraíba revela-se o *despertar populista*, conduzido pela própria oligarquia. De fato, a política empreendida por João Pessoa sob muitos aspectos antecipa o modelo populista pós-30; tendência que ele, aliás, explicita em seus pareceres no Superior Tribunal Militar⁴³. A política tributária de estímulo à capital do Estado e às populações urbanas (e detrimento do interior sertanejo), a proteção aos presidiários e a simpatia pelos pobres, a renovação financeira, urbana e administrativa são medidas que galvanizam apoio e transformam João Pessoa de sobrinho de Epitácio Pessoa em líder populista. Assassinado em Princesa, num clima de guerra civil, seu sepultamento no Rio de Janeiro congrega os grandes oradores da AL (Maurício de Lacerda, Carlos Pinheiro Chagas, Ariosto Pinto) que, “em discursos incendiários”, comovem as massas inflamadas em impressionante cerimônia pública⁴⁴.

A despeito da importância difusa das classes populares e de suas lideranças, não podemos esquecer as origens regionais e oligárquicas do programa liberal encampado pela oposição em 1929-1930. Estes programas serão negociados com a frente oposicionista pelo Partido Libertador (PL) do Rio Grande e pelo Partido Democrático (PD) de São Paulo e outros estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, são antigos os compromissos liberais da Aliança Libertadora (1924) que, juntamente com o Partido Democrático de São Paulo, criará o Partido Democrático Nacional (1927). Em 1928, surge o Partido Libertador, sob a liderança de Assis Brasil. Seu lema “Representação e Justiça” tem como objetivo promover a verdade eleitoral e os princípios da Constituição de 1891, anulados pelas práticas da República Velha e pelas disposições da Reforma Constitucional de 1926⁴⁵. A presença destes “conservadores liberais”⁴⁶, cujas origens sociais sedimentam-se na grande propriedade e na pecuária – como de resto, em São Paulo, no setor agrário e cafeeiro –, constituirá, sem dúvida, fator decisivo na definição do *perfil ideológico* do programa liberal. É esta presença ativa que explica, também, a permanência de Vargas à frente da Aliança Liberal, apesar das constantes hesitações e ameaças de retrocesso, pois o recuo poderia provocar a retirada do PL da Aliança e, com isso, o desmantelamento da própria Frente Única Gaúcha.

De fato, podemos constatar a deliberação do PL em disputar a presidência em nome dos princípios liberais que defendia, como meio de firmar a presença ideológica do partido no plano nacional. Sua disposição é explorar divergências no partido oficial, incentivando Antônio Carlos à ruptura⁴⁷, bem como negociar, ainda em dezembro de 1928, apoio ao candidato gaúcho Getúlio Vargas, em troca da adesão à Reforma Eleitoral (voto secreto, representação proporcional, alista-

mento automático, voto transferível) e a independência da magistratura⁴⁸. Tais condições são corroboradas pelos entendimentos entre Antunes Maciel e Vargas, seu intermediário junto ao PL. Outros tópicos, de cunho político, são introduzidos, como a anistia ampla, abolição das leis celeradas (lei de imprensa, policial, *habeas-corpus*) visivelmente por solicitação também dos democráticos paulistas, como se evidencia do encontro que tiveram com Osvaldo Aranha. Diante de tais reivindicações, o Partido Republicano Rio-Grandense adere, por razões públicas e eleitorais, mas a elas reage como a um corpo estranho⁴⁹.

Significativamente, no Rio Grande, o prosseguimento da já iniciada política de Frente Única impunha uma forçada aproximação ideológica entre os dois partidos na campanha presidencial, para a qual o PL marchava com articulações nacionais e diretrizes próprias “muito mais avançadas” que as do partido oficial⁵⁰. Tal composição obriga, de início, o Partido Republicano a diluir princípios (e alianças) consagrados no ideário e na prática do positivismo castilhistas.

Uma vez firmado o acordo entre os partidos, os riscos e o ônus de uma cisão interna tornam cada vez mais delicada a posição de Vargas, gestor da Frente Única. De fato, o dismantelamento da Frente traria o consequente esvaziamento da própria liderança, permanentemente ameaçada, de um lado, pelo excessivo ardor dos democráticos, e de outro, pelos ressentimentos malcontidos dos velhos republicanos contra os aliados recentes. O adesismo e a conciliação com o governo – acima dos princípios programáticos e dos compromissos assumidos com outros estados – atrairiam também para o Rio Grande do Sul o inevitável descrédito no plano nacional, seguido do abandono dos libertadores, isto é, do dismantelamento da frente interna. Os riscos de ruptura não excluíam uma provável demissão do próprio governo do estado⁵¹.

Cria-se, pois, uma curiosa dinâmica em que os próprios componentes da coalização oligárquica impulsionam as lideranças a sucessivos e inevitáveis avanços. A Frente Única, forjada por Vargas, por sua vez o comanda: impõe o seu nome à presidência e estabelece limites políticos às acomodações com o governo. E naquele momento, a perda de respaldo interno significaria o esgotamento radical de sua ainda frágil e recém-conquistada liderança.

Com estas considerações queremos apenas destacar a importância do PL e do PD na dissidência oligárquica e seu afinamento programático como espírito da Aliança Liberal, dentro da qual são ideologicamente hegemônicas. A ênfase concedida às questões jurídicas, constitucionais e eleitorais coincide com o momento de campanha eleitoral, onde estes temas evidentemente dominam o cenário público. Cria-se, portanto, nesta conjuntura, uma imprevisível simbiose entre “conservadores-autoritários” e “conservadores-liberais”⁵²; entre genéricos preceitos liberais e interesses imediatos de composição política; entre as reivindicações de autonomia

que acobertam a competição pelo poder e a defesa do federalismo ameaçado; e, ademais, a inesperada superposição entre as *oligarquias* e as *massas* (precariamente abrigadas em uma mesma plataforma liberal) apregoa o alargamento da participação política, a extensão dos direitos sociais, o sindicalismo, o apoio ao funcionalismo e a melhoria da qualidade de vida das populações urbanas⁵³.

Muito se tem insistido sobre a *identidade programática* entre oposição e governo na corrida presidencial de 1929. De fato, as diferenças são irrelevantes, quando reportam à política cafeeira e à proteção agrícola, ou mesmo ao apoio às indústrias ou à siderurgia.

Esta identidade entre programas de oposição e governo é, a propósito, antecipada por Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas quando diz que “neste país não há duas estradas para a presidência e as plataformas são irmãs gêmeas umas das outras”. Reconhece, ao mesmo tempo, que “o programa oposicionista será uma obra complicada, que virá a seu tempo(...)”⁵⁴.

A despeito das evidentes semelhanças, no que se refere à *questão social*, é vaga a alusão oficial a um Código de Trabalho que cumpra as obrigações assumidas pelo Brasil com o Tratado de Versalles, enquanto o discurso oposicionista incorpora a pauta de reivindicações comuns ao movimento operário dos anos 20: liberdade sindical para todas as indústrias e profissões, jornada de oito horas, lei de férias, salário mínimo, proteção às mulheres e aos menores. O mesmo ocorre com as propostas de reformulações eleitoral, onde a chapa oficial propõe o voto obrigatório e a verdade eleitoral (desde o alistamento até a apuração). A oposição, nesse caso, é bem mais detalhada e explícita, pois defende a abolição da “ficção legal” e a instituição do voto secreto (punição à fraude, garantia de sigilo), a representação proporcional e a separação radical entre o poder público e o poder partidário, que sedimenta a oligarquia. O corte político revela-se ainda mais nitidamente com a proposta de reconciliação nacional – *ação, reação, transação* – através da anistia.

No entanto, o que mais ressalta em uma análise comparativa dos discursos é o tom *conservador e continuísta* da proposta oficial em contraste com a mensagem *mobilizante* e a agressividade difusa da oposição aliancista. Em outras palavras, enquanto o discurso do poder é marcado pela lógica da austeridade administrativa, revela sedimentados compromissos com a gestão do Estado, a oposição se caracteriza pela máxima ativação dos símbolos políticos, onde a indeterminação dos conteúdos será compensada pela “polivalência tática” das mensagens transmitidas⁵⁵.

E essa polivalência permeia, como vimos, diferenças *regionais e ideológicas* no interior do bloco oligárquico, além de reivindicações populistas típicas das classes trabalhadoras e dos setores médios urbanos. Mais do que uma aliança, tratava-se, efetivamente, de um “conglomerado” liberal⁵⁶.

3º Tempo: O *RADICALISMO DOS TENENTES*

O fracasso da campanha liberal, com a derrota nas eleições de 1º de março e as represálias oficiais que se seguiram, cria o impasse que lança, afinal, velhas e jovens oligarquias nos braços dos tenentes. Tal colaboração estava contida na lógica de um processo que, desde sua fase inicial, tinha presente as fortes probabilidades de uma luta armada. De fato, ainda nos primórdios da Aliança Liberal, um lúcido observador sintetiza o pensamento geral declarando que se a luta pela presidência “saisse das urnas para as trincheiras, seria de muito bom aviso termos conosco estes valorosos e denodados companheiros, experimentados como estão para estes casos”⁵⁷. Também Paim Filho retrospectivamente comenta que a propaganda eleitoral seguira rumos tão belicosos, alheios às intenções do candidato e de seu partido, o PR, que tornou-se necessária a aproximação com os expatriados, para fortalecer as fileiras liberais com elementos aguerridos, como exigia a fase nova que parecia iminente. Ambos referem-se, evidentemente, ao precioso *know-how* adquirido pelo grupo de jovens militares que, desde 1922, em épicos confrontos, se exercitava na difícil tarefa de derrubar governos, sabendo como fazê-lo, mais do que os políticos.

O radicalismo dos tenentes não se esgota apenas nos recursos de poder de que dispõem para se afirmar enquanto expressivo segmento das elites políticas – o treinamento militar em sedições armadas. Ele se exprime também no empenho ostensivo deste grupo de expatriados e clandestinos que, na ilegalidade, nutrem a disposição incessante de conquistar de imediato o poder pelas armas. Daí a descrença, a animosidade e a desconfiança contra os aliados políticos que, em posição de comando regional, adiam o confronto inoportuno ou submetem ao teste rigoroso de uma conjuntura política favorável⁵⁸. Em outras palavras, enquanto os tenentes erigem a revolução em meta prioritária, as oligarquias dissidentes para ela são arrastadas na busca de uma saída honrosa para derrotas sucessivas. Tanto a derrota quanto a luta armada, já as haviam previsto, desde o início, Vargas e Aranha: o segundo por desencanto e o primeiro por simples pragmatismo⁵⁹.

É, aliás, o pragmatismo que induz Vargas à sua conhecida política de Jano na campanha sucessória. Ao mesmo tempo que cultiva a aproximação com o governo, mantém contato direto com Prestes, líder dos revolucionários. E enquanto Osvaldo Aranha, seu secretário de Interior, conspira em seu nome, Paim Filho, o secretário das Finanças, negocia o *modus-vivendi* com o governo (8/dez/29). Este mesmo sentido de oportunidade o inclina, afinal, para a solução armada, antes mesmo do assassinato de João Pessoa⁶⁰, a 26 de julho, marco que inaugura a fase de “hegemonia tática” dos tenentes.

Os argumentos de Vargas ao moderado Paim Filho revelam bem os motivos da opção revolucionária do governo gaúcho: a convicção de que um eventual

esfacelamento da Frente Única, por recuo do governo estadual, seria um sacrifício inútil da autoridade do governador diante das inevitáveis represálias federais. “Somente a satisfação dos interesses coletivos do Rio Grande justificaria uma atitude conciliatória do presidente do estado, que foi candidato da Aliança; mas o sacrifício de ambos não encontraria justificativa honrosa.”⁶¹ Sugestivamente, idêntico diagnóstico move Artur Bernardes naqueles mesmos dias de julho, quando incita o presidente eleito Olegário Maciel a comprometer-se com os revolucionários: “devo de antemão declarar-lhe que não vejo saída digna para nós senão pela porta da revolução – única deixada pelo inimigo”⁶².

João Pessoa, legalista mas populista, simbolizou a fase eleitoral e mobilizante da Campanha liberal. Sua morte sacramenta o martirológico revolucionário, encerrando um ciclo e inaugurando outro, onde a vibração popular e difusa cede lugar à conspiração e aos preparativos da revolução armada. Voltamos, portanto, em linhas transversas, ao fechamento inicial e às negociações secretas que precedem a Aliança Liberal. A diferença é que tal fechamento se opera não mais no circuito fechado da confederação oligárquica, mas entre um número reduzido e coeso de civis e militares, na *confraria dos tenentes*.

A luta armada, que desde o início era prevista, mas não desejada pelas lideranças históricas da oligarquia, e que ao pragmatismo oligárquico cabia legitimar ou vetar, entusiasma a seguir alguns “liberais”, que embora a desejem, no momento azado interrompem-lhe o percurso e dela não participam. Outros, abrigam-se na fachada da Aliança Liberal, mas de fato conspiram nos bastidores para precipitar o confronto armado. Isto quer dizer que, na passagem da frente *liberal* para a frente *armada*, opera-se uma triagem natural que reforça as lideranças postadas nas proximidades dos centros de comando militar do movimento. Pelas funções mediadoras que exercem entre os próceres oligárquicos e o grupo militar, ou por sua liderança civil em seus estados durante os preparativos armados, este grupo será identificado como os *tenentes-civis* (Oswaldo Aranha, José Américo, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcânti).

A posição de destaque no comando civil da conspiração e dos preparativos militares desloca-se de João Neves, que se retrai, para Oswaldo Aranha⁶³, que até então havia desempenhado papel importante na retaguarda, isto é, nos preparativos da sucessão presidencial e nos bastidores da campanha eleitoral. Seu empenho decisivo em apressar a ruptura política, calcado em antigas lealdades com os tenentes revolucionários⁶⁴, transforma-o em ponta de lança armada do Partido Republicano Rio-Grandense e coordenador civil da Revolução. Ao lado, Maurício complementa-o em posição idêntica⁶⁵.

Lindolfo Collor, mentor intelectual do programa liberal e já familiarizado com a experiência trabalhista do populismo carioca⁶⁶, assume também posição de comando, inclusive substituindo João Neves na liderança da bancada do Rio

Grande na Câmara Federal. Destaca-se no momento final, “soldando e ressoldando os elos das cadeias revolucionárias entre o Rio Grande, Minas e o Rio”⁶⁷. Cabe a ele, inclusive, negociar com a cúpula militar, em nome de Borges de Medeiros, a formação da junta governativa que depõe Washington Luís⁶⁸. Também Batista Luzardo, que desde 1924 assume publicamente a defesa do tenentismo revolucionário, atuando como seu porta-voz civil na Câmara⁶⁹, desempenha, em nome dos libertadores, posição de destaque nas conspirações em curso⁷⁰.

Sem dúvida alguma, são as lideranças civis gaúchas a vanguarda regional da frente armada que assume a iniciativa e a responsabilidade de conduzir a luta. Enquanto isso, Minas confirma a posição *defensiva* configurada desde o início da cisão oligárquica e ainda agravada pela divisão interna e pelas dificuldades impostas pelo governo federal: corte na bancada oficial e controle militar do estado. De fato, das lideranças mineiras, apenas Virgílio de Melo Franco assume o papel de intermediário e “pombo-correio” nas hostes revolucionárias em seus contínuos contatos com o Rio e como Rio Grande. Os demais (Amaro Lanari, Mário Brandt, Carlos e Djalma Pinheiro Chagas) têm campo de ação restrito ao território mineiro. Francisco Campos, por outro lado, revela oficialmente a posição de coadjuvante assumida por Minas, pedindo ao Rio Grande do Sul, em nome do presidente de Minas, que confirme “se o movimento será de iniciativa e responsabilidade ofensiva do governo e do Partido Republicano gaúcho”. A resposta de Vargas sela o avanço incontestável do Rio Grande sobre as posições mineiras, que tanto pesarão na década seguinte: “Sim, reservando-me o direito de resolver sobre o desfecho a fim de assegurar a vitória”. Com isso, transferia-se o cetro da hegemonia política regional de Minas para o Rio Grande, na proporção exata do destaque das lideranças respectivas no desencadear do processo revolucionário⁷¹.

No Rio de Janeiro, os tribunos populista cedem lugar à liderança de Pedro Ernesto, que conta com o apoio incondicional dos tenentes, abriga conspiradores em sua casa de saúde e funciona como emissário entre forças do Rio Grande, Minas e Rio⁷². Maurício de Lacerda, a despeito de sua popularidade e de seus vínculos com os revolucionários (com quem partilha o horror à oligarquia), será aliado, durante a revolução e no período pós-30, enquanto Pedro Ernesto converte-se na mais expressiva liderança populista da década, como prenúncio dos tempos que surgem.

Em São Paulo, poucos destacados nomes da AL embrenham-se com convicção na via revolucionária. E mesmo Paulo Duarte e Paulo Nogueira Filho (PD), dada a fraqueza militar da frente paulista e o desmantelamento do tenentismo com a morte de Siqueira Campos, ficarão, pelo isolamento, a meio caminho: mais fiéis ao ideário liberal da AL do que ao radicalismo dos tenentes⁷³.

No Nordeste, a influência do tenentismo no processo revolucionário é significativa, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba. Para a região afluem duas

lideranças civis de grande peso, egressas da AL (que tanto impacto recebeu de sua viagem ao Nordeste) e que exercerão decisiva influência no período pós-revolucionário: Carlos de Lima Cavalcânti (Pernambuco) e José Américo (Paraíba). Ambos serão, até 1937, chefes políticos de seus estados.

No Nordeste, onde a AL antecipou, com João Pessoa, o radicalismo da etapa revolucionária seguinte, e onde se fazem sentir os reflexos da guerra civil na Paraíba, verifica-se, na triagem das lideranças, o reforçamento de nomes que participaram da campanha. José Américo, secretário de Segurança de João Pessoa, será prematuramente submetido ao teste militar que o consagra no comando contra a revolta de Princesa⁷⁴. Neste caso, a continuidade dos atores políticos (ao longo das etapas oligárquicas, liberal e revolucionária) parece advir do empenho em sustar a decadência (econômica) e a marginalidade (política) dos estados nordestinos. Daí o vigor com que apoiarão o poder central no período pós-revolucionário, nele penetrando através da *canha tenentista*, que diversifica, no centro, as coalizões de poder regional, nelas reforçando o Nordeste.

No plano mais geral das alianças entre os tenentes e as forças partidárias, revela-se inicialmente a tendência dicotômica que separa os “políticos” dos “revolucionários”. Mesmo com os libertadores (velhos aliados no levante de 1924) e com Assis Brasil (o chefe civil durante a marcha da Coluna), as relações se deterioram antes mesmo da formação da AL, chegando quase à ruptura, porque o PL (como o PD de São Paulo) não fornecia ao grupo revolucionário os almejados recursos para preparar a luta⁷⁵. Este confronto tivera como precedente o afastamento de Luzardo das confabulações entre exilados, por entender sensatamente o líder libertador que “sem uma agitação de candidaturas presidenciais não conseguiríamos sublevar o povo”⁷⁶. A afirmativa de que, caso se verificasse esta agitação, ele, Luzardo, ocuparia o seu posto, refletiu-se no grupo como simples recuo. “Enquanto falávamos na revolução e em Luís Prestes, segundo combináramos com Juarez Távora, no Rio, Batista Luzardo discursava sobre o presidente Antônio Carlos e o liberalismo de Minas; ou melhor: enquanto um falava de *armas* o outro falava em *votos*.”⁷⁷ De fato, os ânimos revolucionários eram exaltados e imediatistas: ainda em 1928, Miguel Costa e outros seguidores pretendem, em oito meses, revoltar o Brasil, em uma cruzada que era “um convite a uma terceira guerra civil contra a oligarquia”⁷⁸.

A Frente Única Gaúcha, criada a partir de 1928, introduz mudanças neste precário sistema de aliança entre tenentes e libertadores que, a partir daí, tem que incluir Vargas e o Partido Republicano Rio-Grandense; isto é, deve contar com a subordinação indesejável não só aos libertadores, mas sobretudo ao governo estadual e à luta oligárquica na qual se envolvia. Como o intui Prestes em encontro anterior com Maurício de Lacerda em Santa Fé, a aliança com os políticos é difícil, pois “nós não poderemos fazer uma revolução como desejariam aqueles dos quais estamos dependendo, quanto aos recursos, para fazer a nossa”⁷⁹. A defecção de

Prestes, por estas mesmas razões, em maio de 1930, não impede, mas facilita a rendição do tenentismo ao processo político “que nos devia embolar, os revolucionários do 5 de julho, aos civis de cor libertadora e democrática e aos elementos da antiga política que havíamos combatido e entre os quais, por uma irrisão da sorte, se encontravam os dois esmagadores dos dois 5 de julho”⁸⁰.

Se os revolucionários se “embolam” com os políticos, também os partidos se “embolam” com os revolucionários. No Rio Grande, o PR penetra no círculo dos conspiradores através de Osvaldo Aranha e de João Alberto, esvaziando o antigo monopólio do PL que, enquanto partido, se marginaliza do processo revolucionário⁸¹. Ao mesmo tempo, o PR se obriga a competir com seus aliados recentes pelo controle da rota revolucionária, com a qual o PL melhor e há mais tempo se afina, sob pena de perder o controle ou ver esfacelada em prejuízo próprio a recém-conquistada Frente Única⁸². Esta é, aliás, a explicação plausível que justifica a continuidade da frente revolucionária como antídoto à conciliação – ambas alimentadas por Vargas para garantir as duas soluções possíveis para a crise⁸³.

Resumindo, o eixo das alianças revolucionárias desloca-se grosso modo, do PL para o PR, sob o controle pessoal de Osvaldo Aranha, isto é, aproxima os militares radicais dos “conservadores-autoritários”, isolando, antes mesmo da revolução instaurada, os “conservadores-liberais”⁸⁴.

O radicalismo dos tenentes não se limita, porém, à experiência insurrecional acumulada ou ao engajamento integral nos preparativos da revolução armada. Revela-se também na recusa ao imobilismo diante das mudanças em curso. Mais além das motivações explícitas, o que estava em jogo era uma surda luta geracional dentro e fora das Forças Armadas e o empenho, difuso mas apaixonado, no saneamento das instituições políticas. Ressuscita-se, assim, com roupagens novas, o *jacobismo* florianista que inaugura a República.

Muitos autores subestimaram a importância do *tenentismo* enquanto movimento social, baseados na imprecisão e inconsistência de seu programa político. Nesse particular, não resta dúvida que a expressividade do movimento, em sua primeira etapa, reside muito menos no radicalismo do projeto do que no radicalismo da ação ou da recusa.

O repúdio às instituições pode ser detectado pela duração ou pela recorrência dos levantes sucessivos; pelo ódio genérico à oligarquia, especialmente a Artur Bernardes, que se transforma em referencial negativo e bandeira de luta entre os tenentes da Coluna. Esta repulsa incontida assinala a distância aparentemente intransponível, o corte que aprofunda o fosso entre os militares rebeldes e os profissionais da política:

“A corrente revolucionária – formada no Brasil pela parte mais moça do Exército, que ainda não foi solapada pelo comodismo e pela subserviência, e por uma apreciável falange de civis que, embora militando na política, *ainda não se deixou contagiar por sua podridão* – defende idéias muito mais avançadas que as pregadas pela Aliança Liberal e por todos os grupamentos de oposição que a têm apoiado(...) Penso que a *revolução, realizada sem o auxílio pré-combinado de quaisquer correntes partidárias*, seria a única capaz de poder realizar integralmente esse programa, lançando os fundamentos de uma *racional mudança de organização política e social*, e visando, pela extinção do atual ambiente de corrupção, a estabelecer bases reais de um razoável aperfeiçoamento político”⁸⁵.

A aliança entre os radicais do Exército “e os elementos mais moços e extremados da Aliança Liberal” prenuncia, com certeza, o confronto fatal, uma vez a revolução instaurada, entre os oligarcas e os revolucionários, pois, evidentemente, “não podíamos, então, nem podemos agora, esperar que esse *ajuntamento* político se resolva, depois de vencedora a revolução, a trocar, pelo nosso, o seu programa de governo”⁸⁶. Não resta dúvida de que este grupo coeso e obstinado prepara-se já para alcançar o poder, desalojando, na primeira oportunidade, os circunstanciais e maldigeridos aliados de ontem.

Em que consista exatamente este anunciado programa de “racional mudança de organização política e social”? Já nos manifestos e proclamações do movimento de 1924 fica evidente que a ideologia do movimento condena a “degeneração” da República instaurada pelos militares em 1889. E exige uma rápida moralização da política, a instauração da soberania popular (voto secreto) e o reequilíbrio entre os poderes, rompido pela hipertrofia do Executivo e pelo poder pessoal dos presidentes. Denuncia também, veemente, a corrupção e a patronagem instituída pelos partidos oligárquicos.

Encoberta pela crença no espírito de renovação liberal, pairava, então, a desconfiança de que formas modernas de representação seriam barradas pelos recursos sociais de que dispunha a oligarquia para controlar a opinião, a vontade popular e os fundamentos do regime; e que a realidade de fato anularia a livre manifestação pelo voto secreto. Juarez Távora é um dos que decretam a falência do sistema representativo, “uma das mais amargas desilusões da forma republicana. Todas as delegações de *poder social*, desde a presidência da República até os ínfimos cargos eletivos do município, transacionam-se hoje normal e sem-cerimoniosamente como verdadeiras *nomeações* praticadas pelos conluíus partidários à revelia do eleitorado”⁸⁷.

A idéia de progresso político e de *soberania popular* torna-se, a partir deste diagnóstico, inseparável dos princípios de *nacionalismo, centralização e uniformização*

de poder. Este projeto corresponde à lógica dos movimentos militares da década de 20 que abarcam, concomitantemente, diferentes pontos do território que pretendem dominar; irradiam-se pelos diferentes estados; e atravessam o Brasil com a Coluna Prestes, colidindo com o regionalismo oligárquico que têm como objetivo eliminar. Finda a experiência da Coluna, fixa-se entre os rebeldes a impressão de descoberta dos muitos *brasis* que percorreram, de uma nação desarticulada, pobre, atrasada, carente de organização social e política: o *Brasil*⁸⁸. O mesmo nos diz Juarez Távora, em 1927, quando conclui que é preciso restringir sensatamente “os exageros da obsessão descentralizadora dos ideólogos da Constituição de Fevereiro”. Esta proposta evidentemente o afasta dos libertadores que, na mesma época, defendem a restauração desta mesma Constituição de Fevereiro⁸⁹.

Em meio à pregação de vagos ideais liberais e de medidas mais agressivas de saneamento político, os rebeldes de 1924 encaminham propostas de reorganização do Estado, sugerindo, por influência provável do positivismo, uma *ditadura provisória* que se prolongará “até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos sejam alfabetizados”. Princípios corporativos se introduzem também neste antecipado programa de governo que, tal como na Constituinte de 1933/34, exige também, por influência dos tenentes, uma Constituição que assegure a representação de classes⁹⁰.

No diagnóstico geral, os tenentes compartilham das mesmas inquietudes que dominam as elites políticas e os intelectuais da época: a consciência do distanciamento que separa o povo, carente e inculto, dos ideais de harmonia e racionalidade das forças do progresso contidos nas formas modernas, importadas, de representação e participação política⁹¹.

Já às vésperas da Revolução de 1930, é possível observar, portanto, que a crítica liberal à República Velha perde audiência entre os tenentes, e que estes se preparam, de fato, para atuar como força coesa em um governo de transição, autoritário, regido por normas em vez de ídolos.

“Creio, portanto, que vinda a Revolução, surgirá, também como consequência imediata, a Ditadura. Encaro-a como um estado transitório, indispensável ao reajustamento da mentalidade de nosso povo à prática de verdadeiro regime republicano, que se lhe há de seguir. Seria pretensioso fixar, de antemão, o prazo dentro do qual deverá ela ajustar a nossa tão *desconjuntada democracia*, de modo a se lhe poder confiar, novamente, o poder consciente de si mesma.”⁹²

Razões de Estado predominam, portanto, sobre princípios de representação e de democracia: cada vez mais, no discurso tenentista, revolução e saneamento se confundem com *ditadura*⁹³.

É possível que, ideologicamente, o positivismo tenha operado a soldagem entre republicanos gaúchos e militares revolucionários: ambos voltados para a organização de um Executivo forte, permeáveis aos direitos sociais, mas avessos ao alargamento imediato da participação política e descrentes dos “milagres” do voto secreto. Nessa aliança, o peso do Rio Grande – e, dentro dele, do partido oficial – é definido pelos chamados “revolucionários”, já em outubro de 1929. Caso os gaúchos assumissem a liderança da via revolucionária, receberiam em troca o apoio dos tenentes e sua concordância, se “vencedores, em lhes entregar a chefia da ditadura”⁹⁴. As preferências recaem, obviamente, sobre Osvaldo Aranha, o coordenador civil da revolução.

Por outro lado, a linha do *radicalismo social*, que vinha também sendo absorvida pelo grupo, esbarra na determinação de Prestes de fazê-la coincidir com a *revolução política* (contra o latifúndio e o imperialismo), eliminando previamente as alianças com facções oligárquicas e o “programa anódino” da Aliança Liberal⁹⁵. Távora, ao contrário, reafirma a prioridade do *político* sobre o *social*, e descarta a possibilidade de absorção dos tenentes pelos políticos na luta revolucionária – segundo ele, em decorrência da homogeneidade e da *coesão* do grupo. Além disso, acredita no congruamento de diferentes tendências e classes dentro do processo revolucionário e que “a luta, com suas asperezas e sofrimentos, será um formidável nivelador de aspirações”. É contra o “modelo russo” e o “exotismo” de Prestes, e desconfia de uma revolução “desencadeada pela massa inerme”. Sustenta, por seu lado, o “modelo Alberto Torres” de organização nacional, com a difusão da pequena propriedade e o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classes e pela criação de “conselhos técnicos que se superponham à temporariedade dos governos”. Em outras palavras, enquanto Prestes insiste na aliança com as classes subalternas, Távora, em posição majoritária, apregoa a racionalização, a autonomia e a neutralidade de um Estado forte, acima das classes⁹⁶.

3. *Revolução policrômica e acomodação política*

Sem dúvida alguma, a grave cisão do bloco tenentista (que posteriormente se ramifica na Aliança Nacional Libertadora), no limiar da revolução, reduz a coesão do grupo e, conseqüentemente, diminui seu peso relativo no período pós-revolucionário. O afastamento de Prestes e a morte de Siqueira Campos – ocorridos durante o mesmo mês de maio de 1930 – ceifam, de uma só vez, os dois maiores expoentes do movimento, que enfrentará o teste revolucionário com subcomandos eficientes, mas de menor envergadura: Juarez Távora no Norte e João Alberto no Sul.

A substituição do “general” Prestes, um líder carismático, pelo coronel Góis Monteiro, oficial graduado e de carreira, exprime com clareza o deslocamento, na cúpula do movimento, do jacobinismo pelo *esprit de corps* que, em resposta à excessiva politização dos tenentes, finalmente dominará a década seguinte⁹⁷. A

rebeldia inicial será, aos poucos, vencida, sobretudo a partir de 1932, pelos princípios de disciplina e hierarquia⁹⁸. Poucos, que não se guiam por ela, seguirão Prestes nos anos de 1934/35. Alguns revelarão pronunciada vocação política (Juraci Magalhães, Cordeiro de Farias, Amaral Peixoto, Magalhães Barata, Punaro Blei). Outros, ainda apoiados pelo passado de glórias e de impecável conduta, permanecem como reserva moral, prontos para intervir em futuras crises políticas (Eduardo Gomes, Juarez Távora). Muitos dos nomes expressivos do movimento assumirão, porém, posições de liderança burocrático-institucional, nos anos de 1930 ou nos que se seguem, na área militar ou na órbita do Estado (João Alberto, Filinto Müller, Delso da Fonseca, Alcides Etchegoyen, Augusto do Amaral Peixoto, Nelson de Melo, Olímpio Falconière, Ernesto Geisel).

O cisma tenentista e seu enquadramento militar, auxiliado por obra de Góis Monteiro, de nenhum modo impede que o movimento deixe seus traços. No manifesto do Clube Três de Outubro, já em 1932 restrito a um grupo menor e mais coeso, podemos encontrar muitas das medidas que serão incorporadas pelo Estado, mesmo que mitigadas ou adaptadas às condições políticas. São propostas que os tenentes militares e civis incorporam à Revolução: a expansão e a racionalização da máquina de Estado; a centralização e a uniformização do poder; o confinamento da atividade política e de seus “vícios”, e sua substituição por conselhos e órgãos técnicos; a legislação do Trabalho e a representação sindical.

Quanto às instituições liberal-democráticas, condenam a sua aplicação precipitada, sob pena de verem reintroduzir-se no circuito político a velha oligarquia ainda desperta. Por isso mesmo, os mais radicais defendem medidas de reforma agrária, com a difusão da pequena propriedade tão cara a Alberto Torres, porque, como ele, acreditam que a monocultura e o grande domínio dispersam as populações, mantendo-as desarticuladas e submissas. E enquanto perdurarem tais condições de dominação social, a democracia formal não fortalecerá o povo, mas as oligarquias⁹⁹.

Muitas das posições tenentistas serão defendidas, nos trabalhos da Constituinte, por seus membros mais chegados, que nela colaboram: Augusto do Amaral Peixoto, Domingos Velasco, Abelardo Marinho, Prado Kelly e Juarez Távora, que assume o Ministério da Agricultura e a ela comparece expressamente para assegurar princípios constitucionais de controle estatal dos recursos do subsolo e fontes de energia hidráulica. Esses princípios tornarão viáveis a criação posterior do Código de Minas e de Águas¹⁰⁰.

Os tenentes defendem também com determinação, junto a Vargas, a *representação classista*, como meio de neutralizar, mais uma vez, o regionalismo; e, dentro da Assembléia, controlam as “pequenas bancadas” (Nordeste e Estado do Rio) para dar apoio a algumas medidas reformistas¹⁰¹.

Em outras palavras, nos trabalhos da Constituinte, o *reformismo* e o *intervencionismo* dos tenentes se contrapõem ao *liberalismo* e à *autonomia* oligárquicos, capitaneados por uma vigorosa bancada paulista. Assim, despreparados para o manejo de uma complexa conjuntura política, os *tenentes* são disciplinados por Góis Monteiro, e o *tenentismo* será, em grande parte, absorvido pelo Estado.

Por outro lado, caberá a Vargas “disciplinar” as oligarquias, e ele o fará com raro virtuosismo. Já em 1932, estão praticamente excluídos da liderança política mais destacada os grandes próceres que desencadearam a Revolução de 1930 (Assis Brasil, Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Epitácio Pessoa), na triagem da Revolução Constitucionalista, que na verdade será o marco depurador das antigas oligarquias e dos tenentes.

Enquanto a vitoriosa derrota de São Paulo obriga a bruscos reajustes, tanto de São Paulo quanto do Governo Provisório, em Minas o controle do estado se verifica por etapas. A força do bernardismo é reduzida em 1932. No ano seguinte, do confronto entre Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema, surge, com a ajuda de Antônio Carlos, o tércio Benedito Valadares. Depois será a vez do próprio Antônio Carlos, substituído, estrategicamente, na presidência da Câmara, por Pedro Aleixo. Com isso, a despeito da resistência da tradicional elite mineira, reforça-se a posição de Vargas e de seu aliado Valadares.

Em 1932, às vésperas da Revolução Constitucionalista, o Governo Provisório consegue a adesão do Rio Grande, através de Flores da Cunha, para derrotar São Paulo, inclusive com a ajuda de suas tropas. Inversamente, em 1937, São Paulo não dificultará a renúncia forçada de Flores da Cunha, politicamente cercado em seu próprio estado, graças às dissidências entre as lideranças gaúchas, e militarmente acuado pela presença do general Daltro Filho e pelas diretivas centralizadoras de federalização das brigadas estaduais.

No Nordeste, a estratégia do centro é ainda mais bem-sucedida, pois a região constitui-se em aliado incondicional da revolução já em seus primeiros tropeços, criando bases sólidas que neutralizam o inconformismo paulista face à hegemonia inicial dos tenentes. Os compromissos talvez por demais reformistas (ou excessivamente permissivos em suas alianças de esquerda) de Carlos de Lima Cavalcânti (assim como os de Pedro Ernesto), e suas manifestações posteriores de autonomia (aguçadas na sucessão presidencial de 1937) são barrados pelo fortalecimento de outro líder pernambucano, Agamenon Magalhães, que através de sua atuação federal, termina interventor de Pernambuco em 1937. Na Paraíba, o poder se transfere de José Américo para Argemiro Figueiredo; e em 1940, para Rui Carneiro, mais permeável ao centro.

A partir de 1932/33, gradualmente, as lideranças se renovam. Velhas oligarquias são substituídas por novas oligarquias. Muitos dos antigos “revolucio-

nários”, no decorrer de lutas sucessivas, são aliados ou se afastam: Assis Brasil, Artur Bernardes, Epitácio Pessoa, João Neves, Lindolfo Collor, Flores da Cunha, Borges de Medeiros, José Américo, Carlos de Lima Cavalcânti, Pedro Ernesto, Maurício de Lacerda, Virgílio de Melo Franco, Antônio Carlos, Juraci Magalhães, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Paulo Duarte, Djalma Pinheiro Chagas, Odilon Braga. Outros permanecem: Cordeiro de Farias, João Alberto, Amaral Peixoto, Pedro Ludovico, Magalhães Barata, Nereu Ramos, Agamenon Magalhães, Francisco Campos, João Alberto, Góis Monteiro, Osvaldo Aranha. Outros ainda, em diferentes momentos, se reconciliam.

A Revolução de 1930 foi para muitos uma decepção: nem revolução social, nem liberalismo, como a condena Maurício de Lacerda. Mas “do angu formado pelas três correntes encaroçadas na Revolução de Outubro(...), daquela confusão de corpos e divórcio de espíritos”¹⁰² chegou-se, afinal, entre 1932 e 1937, a uma renovação geracional das elites políticas e à indispensável homogeneidade interna, moldadas pelo intervencionismo e pela centralização política. Outros, como diz o mesmo Maurício de Lacerda, “boiaram na Revolução ou nela soçobraram”¹⁰³.

NOTAS

1. Ver Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Lúcia Lippi Oliveira e Maria Aparecida Hime, “O contexto político da Revolução de 1930”, *Dados*, Rio de Janeiro (7): 118-36, 1970.
2. Ver Eli Diniz, *Empresário e Estado no Brasil (1930-1945)* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979) e Ângela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: Campus, 1979).
3. Ver Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a Revolução de Outubro* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1975).
4. Ver Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978) e Bóris Fausto, *A Revolução de 1930: historiografia e história* (São Paulo: Brasiliense, 1975, 3ª ed.).
5. Ver Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique – formation et évolution des structures politiques au Brésil* (Paris: Editions Anthropos, 1976) e Elisa Maria Pereira Reis, *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil (1880-1930)* (Department of Political Science, MIT, 1979).
6. Ver Aspácia Alcântara de Camargo, “Autoritarismo e populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro”, *Dados*, Rio de Janeiro (1): 22-45, 1976 e, do mesmo autor, *Brasil Nord-Est: mouvements paysants et crise populiste* (Paris: École Pratique des Hautes Études, Centre d'Études des Mouvements Sociaux, 1973).
7. Ver Hélio Jaguaribe, “Política de clientela e política ideológica”, *Digesto Econômico*, VI, 68 (julho, 1950) e Sérgio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* (São Paulo: Difel, 1979).
8. Ver Pierre Nora, *O Retorno do fato histórico: novos problemas* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976) e Jacques Julliard, “A política”, in Jacques Le Goff & Pierre Nora, *História: novas abordagens* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976), pp. 180-96.

9. O Arquivo Getúlio Vargas é extremamente rico em material histórico sobre o confronto entre as elites regionais e o projeto de centralização política. Ver *Cronologia Góis Monteiro-Flores da Cunha* (Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1975) (mimeo).
10. Ver Steven Topik, *State interventionism in a liberal regime – Brazil, 1889-1930* (Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1979) (mimeo).
11. Ver Gaetano Mosca, *The ruling class: elementi di scienza política* (New York: McGraw-Hill, 1939) e Charles Wright Mills, *A elite do poder* (Rio de Janeiro: Zahar, 1962).
12. Ver Simon Schwartzman (org.), *Retrospectiva do Governo Vargas*, a ser publicado brevemente pela Editora Universidade de Brasília.
13. Em 1932, antes da eclosão da Revolução Paulista, ocorre o empastelamento do *Diário Carioca*. A impunidade do delito, atribuído aos tenentes, provoca a demissão dos ministros gaúchos.
14. Ver Francisco Weffort, *op. cit.* e Bóris Fausto, *op. cit.*
15. Ver Maria Antonieta de A. G. Parálba, “Abertura social e participação política no Brasil”, *Dados*, Rio de Janeiro (7): 89-117, 1970.
16. Ver Simon Schwartzman, *São Paulo e o estado nacional* (São Paulo: Difel, 1975).
17. Carta de autoria provável de Marcondes Filho, dirigida a Sílvio de Campos, datada de julho de 1926, que consta da *coletânea de documentos sobre a Revolução de 1930* (título provisório), organizada por Manoel Luís Lima Salgado Guimarães *et alii*, a ser publicada brevemente pela Editora Universidade de Brasília.
18. O Rio Grande não poupa agradecimentos ao governo federal pela ajuda que lhe foi prestada, como se pode observar na correspondência telegráfica trocada entre Getúlio Vargas e Washington Luís nas preliminares do jogo sucessório. Esta correspondência consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.* O mesmo confirma publicamente João Neves da Fontoura, em discurso proferido no Rio de Janeiro. Ver João Neves da Fontoura, *Memórias: a Aliança Liberal e a Revolução de 1930* (Porto Alegre: Globo, 1963).
19. Ver excelente análise de Azevedo Amaral, *O Estado autoritário e a realidade nacional* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938).
20. As lideranças gaúchas ligadas a São Paulo (Paim Filho, Flores da Cunha e Lindolfo Collor) também aderem à candidatura gaúcha.
21. Ver telegrama de Firmino Paim Filho a Góis Monteiro, datado de 10.10.1930 e correspondência trocada entre Vargas, Washington Luís, João Neves e Borges de Medeiros, que constam da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*
22. Ver João Neves da Fontoura, *op. cit.* e Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*
23. Ver John Wirth, *Minas Gerais in the Brazilian Federation (1889-1937)* (Califórnia: Stanford Univ. Press, 1977) e Clélio Campolina, *A evolução da economia mineira (1920-1940)*, *paper* apresentado no Seminário sobre a Revolução de 1930, promovido pelo Centro de Estudos Mineiros em agosto de 1980.
24. Ver Humberto Melo, *As relações entre Minas e Paraíba na Revolução de 1930*, *paper* apresentado no Seminário sobre a Revolução de 1930, promovido pelo Centro de Estudos Mineiros em agosto de 1980.

25. Cartade Epitácio Pessoaa João Pessoa, datada de abril de 1929, que consta de Humberto Melo, *op. cit.*
26. Ver Norma de Góis Monteiro, *Vargas e a hegemonia política de Minas*, *paper* apresentado no Seminário sobre a Revolução de 1930, promovido pelo Centro de Estudos Mineiros em agosto de 1980 e, do mesmo autor, *A trajetória de Artur Bernardes*, *paper* apresentado no encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, realizado em Belo Horizonte, em 1979.
27. Ver Valéria Pena *apud* Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado nacional*, *op. cit.*
28. Ver Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco *et alii*, *op. cit.*
29. Ver Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*
30. *Modus vivendi* negociado por Paim Filho com Washington Luís para proteger o Rio Grande do revanchismo oficial. Ver João Neves da Fontoura, *op. cit.*; Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*; e Virgílio A. de Melo Franco, *outubro, 1930* (Rio de Janeiro: Schmidt, 1931, 4ª ed.).
31. Ver Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*
32. *Ibidem*, p. 62.
33. A dissidência mineira (Concentração Conservadora), em outubro de 1929, já em plena campanha eleitoral, estremece o acordo entre o Rio Grande do Sul e Minas, estimulando as iniciativas de Vargas na busca de um entendimento com o governo.
34. Ver Michael L. Conniff, *Urban politics in Brazil: the rise of populism 1925-1945*, s.n.t. (mimeo), p. 121.
35. Ver Michael Conniff, *op. cit.*
36. *Ibidem*, p. 124.
37. Ver Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e Aliança Liberal* (São Paulo: Pólis, 1978), p. 44 e carta de autoria provável de Alexandre Marcondes Filho, dirigida a Sílvio de Campos em julho de 1926, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*
38. Ver Michael Conniff, *op. cit.*, p. 123.
39. *Ibidem*, p. 140.
40. Ver Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965, 2ª ed.) 2 vol.
41. Ver João Neves da Fontoura, *op. cit.*, pp. 281-5.
42. *Ibidem*, pp. 123, 276, 281, 285 e Paulo Nogueira Filho, *op. cit.*
43. Ver Geraldo Irineu Joffily, "João Pessoa e o populismo na magistratura", in *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 1930* (João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1979).
44. Ver Afonso Henriques *apud* José Otávio, *João Pessoa perante a história* (João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1978).

45. Carta de Assis Brasil a Antunes Maciel, datada de 23.12.1928, que consta da *Coletânea de documentos*, op. cit.

46. Ver Hêlgio Trindade, "Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense", in José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs), *RS: economia & política* (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979), p. 165.

47. Ver Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 27

48. Assis Brasil exclui a idéia de voto direto e defende o voto indireto, como meio de fortalecer o Congresso. Ver Manifesto da Revolução, de autoria controversa, produzido provavelmente em junho de 1930; em anexo, comentários de Assis Brasil e Antunes Maciel. Esses documentos constam da *Coletânea*, op. cit.

49. A recomendação de Aranha a Vargas tem como objetivo orientar Vargas para uma entrevista à imprensa. Ver Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, datada de 6.8.1929, que consta da *Coletânea de documentos*, op. cit. Estes mesmos princípios são incorporados por Vargas em entrevista ao jornal *A Noite*, em novembro de 1929. Esta entrevista também consta da citada *Coletânea*.

50. Ver João Neves da Fontoura, op. cit., p. 109.

51. *Ibidem*.

52. Ver Hêlgio Trindade, op. cit.

53. Ver Getúlio Vargas, "A plataforma da Aliança Liberal" (lida na Esplanada do Castelo em 2.1.1930) in Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938) v. 1, pp. 19-54 e Entrevista de Vargas ao jornal *A Noite*, em novembro de 1929, que consta da *Coletânea de documentos*, op. cit. Ver também Michael Conniff, op. cit.

54. Ver carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, datada de 6.8.1929, que consta da *Coletânea de documentos*, op. cit.

55. Ver Renato Lessa, *As plataformas presidenciais: recurso de poder e reflexão sobre a ordem política* (Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1979), (mimeo).

56. O termo "conglomerado" foi tomado de empréstimo aos aliancistas, que o utilizavam para designar o governo, em resposta às críticas oficiais que ridicularizavam a heterogeneidade ideológica e as divergências presentes entre os integrantes da Aliança Liberal. Ver Manifesto de Lindolfo Collor à Nação Brasileira, apresentado na Convenção da Aliança Liberal em 29.9.1929, que consta da *Coletânea de documentos*, op. cit. e a Plataforma de governo do candidato à presidência Júlio Prestes, lida no Rio de Janeiro em 17.12.29. Na Biblioteca do CPDOC encontra-se cópia deste documento.

57. Ver carta de autoria provável de Sadi Gudole, dirigida a Osvaldo Aranha em 14.08.1929 e telegrama de Paim Filho a Góis Monteiro, datado de 10.10.1930. Essa correspondência consta da *Coletânea de documentos*, op. cit.

58. Ver, nesse particular, a sugestiva reconstituição de Virgílio de Melo Franco da fracassada tentativa revolucionária, realizada em junho de 1930 e sustada pelo presidente Antônio Carlos ao constatar a precariedade do esquema militar propositalmente camuflado para precipitar o confronto. Antônio Carlos, impaciente, acusa o grupo de querer provocar, por cega irresponsabilidade, a derrota de Minas. Ver Virgílio de Melo Franco, op. cit., p. 250.

59. Aranha manifesta-se descrente com os rumos de um regime onde impera a “desordem moral e material”. Constata que “a eleição pura e simples, em moldes republicanos, é irrealizável neste país de governadores e donatários”. Conclui que “o Rio Grande deseja uma campanha pacífica, dentro da lei, que permita a reconciliação, finda a luta. Não creio, infelizmente, nessa possibilidade, pela qual tudo fiz e tudo fará o Rio Grande”. Carta de Osvaldo Aranha a Freitas Vale, datada de 20.08.1929, que consta da *Coletânea de Documentos*, *op. cit.*

60. Ver carta de Getúlio Vargas a Paim Filho, datada de 17.07.1930, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

61. *Ibidem*.

62. Ver Virgílio de Melo Franco, *op. cit.*, p. 266.

63. Inexplicavelmente, a partir de maio de 1930, João Neves se retira para Cachoeira, sua cidade natal, e para a “convivência com os livros”, e sua missão resume-se a contatos com Borges de Medeiros e aos preparativos militares locais. Ver João Neves da Fontoura, *op. cit.*

64. Em 1924, Osvaldo Aranha é obrigado a interromper contatos com os revolucionários por instigação de Borges de Medeiros, mas promete a Cordeiro de Farias o reencontro em ocasião favorável e oportuna. Ver entrevista dada por Cordeiro de Farias ao programa de História Oral do CPDOC/FGV.

65. Ver João Neves da Fontoura, *op. cit.*, p. 361.

66. Ver Michael Conitt, *op. cit.*

67. Ver João Neves da Fontoura *op. cit.*, p. 403.

68. *Ibidem*, p. 406.

69. Ver Glauco Carneiro, *Luzardo, o último caudilho* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977) v.1.

70. Ver Virgílio de Melo Franco, *op. cit.*, e Paulo Nogueira Filho, *op. cit.*

71. Ver João Neves da Fontoura, *op. cit.*, Virgílio de Melo Franco, *op. cit.*, e Paulo Nogueira Filho, *op. cit.*

72. Ver as entrevistas de Osvaldo Cordeiro de Farias, Augusto do Amaral Peixoto e Ernâni do Amaral Peixoto dadas ao programa de História Oral do CPDOC/FGV. Ver também Virgílio de Melo Franco, *op. cit.*

73. Ver Paulo Nogueira Filho, *op. cit.*, e Maurício de Lacerda, *Segunda República* (Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1931), p. 165.

74. Ver José Américo de Almeida, *Eu e eles* (Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1970) e entrevista dada por José Américo de Almeida ao programa de História Oral do CPDOC/FGV.

75. O PD promete aos revolucionários 300 contos, mas só entrega 70. A viagem de Siqueira a São Paulo para recolher fundos não chega a um bom termo. Consta que Assis Brasil e Lima Cavalcanti teriam prometido vender suas propriedades – o que evidentemente não o fizeram. Ver Maurício de Lacerda, *op. cit.*, pp. 61, 106, 116.

76. Ver Maurício de Lacerda, *op. cit.*, p. 57.

77. *Ibidem*, p. 44.

78. *Ibidem*, pp. 48-55.

79. *Ibidem*, p. 121.

80. *Ibidem*. pp. 101, 130.

81. Em carta a Osvaldo Aranha, Raul Pilla comunica que resolvera convocar com urgência o diretório central do PL, por estar completamente desinformado sobre o andamento da revolução. "Não posso ver em tudo isso senão o desígnio de arredar o Partido Libertador de qualquer influência, transformá-lo num simples caudatário da revolução e quiçá levá-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais ativos. (...) Os nossos elementos têm sido utilizados sempre diretamente por uma ação pessoal sua, por uma obra de verdadeiro aliciamento (...) mas o fato é que, até agora, às vésperas dos acontecimentos, a direção do PL desconhece quais os planos traçados". Carta de Raul Pilla a Osvaldo Aranha, datada de 28.08.1930, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

82. O espírito libertário e a proximidade com o tenentismo são, originariamente, mais apanágio do PL do que do PR, como se pode constatar pelas posições paradigmáticas de Batista Luzardo (PL) e Lindolfo Collor (PR) em seus confrontos na Câmara Federal. Nestas ocasiões, Luzardo revela-se crítico implacável do presidente Artur Bernardes, assumindo a liderança da pregação revolucionária em favor dos tenentes. Collor, ao contrário, detém a estrita defesa da legalidade, seguindo a posição oficial dos republicanos. Ver Glauco Carneiro, *op. cit.*, p. 295. Ainda em 1929, Collor teme "a intromissão de elementos extremistas na coligação e a crescente exacerbação dos ânimos", bem como a "eclosão da desordem" que renegaria "de vez o nosso passado orgânico, a tradição conservadora do castilhismo" etc. Ver carta de Lindolfo Collor a Getúlio Vargas, datada de 12.8.1929, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

Quanto a Assis Brasil, chefe do PL e líder civil da Coluna Miguel Costa-Prestes, consagra, desde 21 de abril de 1925, que o "objeto da Revolução Brasileira é a remodelação da República no sentido democrático pela realização da fórmula *Representação e Justiça*". Memorando de Assis Brasil dirigido à bancada gaúcha através de Antunes Maciel, datado de 7.4.1930, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

83. Vargas reconhece que "os libertadores querem a revolução a todo transe, sem medir conseqüências, sem calcular os resultados. Como eles estão também alguns elementos exaltados do nosso partido. Estes argumentam que, mantida a atitude de oposição do Rio Grande, no parlamento, (...) o Rio Grande nada obterá nem do atual governo, nem do futuro, para a solução dos seus problemas econômicos e financeiros. (...) Seria um sacrifício inútil aquebra da frente única, com enfraquecimento do partido republicano, diminuição da autoridade do presidente, sem vantagem alguma para o Estado (...). Carta de Getúlio Vargas a Firmino Paim Filho, datada de 17.7.1930, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

Em carta a Borges de Medeiros, Vargas fala nos mesmos termos sobre a situação no Rio Grande: "Não devo ocultar-lhe que há aqui acentuada tendência revolucionária, principalmente entre os dirigentes do Partido Libertador e alguns prezados amigos nossos (...) O atual momento político é bastante delicado. De uma parte dizem os libertadores que ou o governo faz a revolução ou eles rompem conosco, quebrando a frente única. (...) Posso assegurar-lhe que o rompimento se dará inevitavelmente, no momento em que os adeptos da revolução percam a esperança de que o governo do Estado os acompanhe nos seus intuitos". Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros, datada de 29.7.1930, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

84. Respondendo a Raul Pilla, Osvaldo Aranha declara: "Sou apenas o centralizador do movimento, na sua ação prática, sem outra finalidade, próxima ou remota, que a de organizar a vitória. (...) Agora, a ação é nossa. Em tempo, virá a de vocês". Carta de Osvaldo Aranha a Raul Pilla, datada de 28.8.1930, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

85. Carta de Juarez Távora ao tenente Joaquim Monteiro, sediado na chefia da Bahia, datada de 24.6.1930, que consta de Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas: memórias* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973-6) v. 1.

86. *Ibidem*.

87. Ver Ana Maria Martinez Correa, *A rebelião de 1924 em São Paulo* (São Paulo: Hucitec, 1976), p. 50.

88. Ver entrevista de Osvaldo Cordeiro de Farias dada ao programa de História Oral do CPDOC/FGV.

89. Ver Ana Maria Martinez Correa, *op. cit.*, p. 51

90. Plano de governo elaborado pelos revolucionários de 1924, in Ana Maria Martinez Correa, *op. cit.* Ver também entrevista de Augusto do Amaral Peixoto ao programa de História Oral do CPDOC/FGV e *Mesa-redonda sobre a Constituição de 1934* (Rio de Janeiro: FGV, 1975) (mimeo)

91. Ver estudo de Lindolfo Collor, provavelmente elaborado entre os anos 1916-1918, que consta da *Coletânea de documentos*, *op. cit.*

92. Ver Juarez Távora, *op. cit.*, p. 275.

93. *Ibidem*, p. 273

94. *Ibidem*.

95. Manifesto de Luís Carlos Prestes, de maio de de 1930, in Juarez Távora, *op. cit.*

96. Resposta de Juarez Távora a Luís Carlos Prestes, de 31.5.1930, in Juarez Távora, *op. cit.*

97. Ver Lourival Coutinho, *O general Góis depõe...* (Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1955).

98. Resposta de Juarez Távora a Luís Carlos Prestes, de 31.5.1930, in Juarez Távora, *op. cit.*

99. A idéia de centralização e unificação do Estado será explícita no Manifesto dos Revolucionários de 1924 no Rio Grande do Sul. Ver Glauco Carneiro, *op. cit.*

100. Ver Juarez Távora, *op. cit.*, v. 2, p. 110.

101. Ver entrevista de Augusto do Amaral Peixoto ao programa de História Oral do CPDOC/FGV e a participação de Prado Kelly na *Mesa-redonda sobre a Constituição de 1934*, *op. cit.* Ver também Juarez Távora, *op. cit.*

102. Ver Maurício de Lacerda, *op. cit.*

103. Para maiores informações sobre a temática abordada no presente trabalho, além das obras referidas nestas notas, ver também:

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A política social de Vargas e o Ministério Collor: uma experiência reformista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954, 2ª ed.)

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *Democracia representativa*, do voto ao modo de votar (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, 4ª ed.) (A primeira edição é de 1893).

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Depoimento sobre a Revolução de 1930 em Minas, paper* apresentado no Seminário sobre a Revolução de 1930, promovido pelo Centro de Estudos Mineiros em agosto de 1980.

DINIZ, Eli. "O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe". A ser publicado na *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 10 (São Paulo: Difel).

GOMES, Ângela Maria de Castro. "Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)". A ser publicado na *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 10, (São Paulo: Difel).

GOMES, Eduardo Rodrigues. *Campo contra cidade: a reação ideológica ruralista à crise oligárquica (1910-1935)* (Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, s.d.) (mimeo)

JARDIM, Zélia. *Confronto elites regionais e Estado: o processo sucessório 1934-1937* (Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1979) (versão preliminar).

LOVE, Joseph L. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism 1882-1930* (California Stanford University Press: 1971).

NOLL, Maria Isabel. *Dimensões político-econômicas do pensamento de Getúlio Vargas a partir de seus pronunciamentos na Assembléia de representantes do Estado do Rio Grande do Sul (1901-1923)* (Porto Alegre: UFRGS, 1975) (mimeo)

SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo* (Rio de Janeiro: Schmidt, 1932).

**UM SEGMENTO DA ELITE POLÍTICA BRASILEIRA
EM PERSPECTIVA COMPARATIVA**

Joseph Love

Tradução de Sérgio Lamarão e Dora Rocha Flaskman

INTRODUÇÃO

O estudo das elites progrediu rapidamente com o advento do computador, e o desenvolvimento de técnicas especiais de análise e armazenamento de dados permite que novas questões sejam formuladas a partir dos conjuntos de dados existentes. Espero que meus colegas brasileiros possam colocar novas hipóteses a partir dos dados que pretendo discutir neste trabalho. Visando facilitar o acesso aos mesmos, uma fita gravada contendo os dados e programas que utilizei foi devidamente entregue à Fundação Getúlio Vargas. A elite aqui analisada foi definida em função de um conjunto de posições formais consideradas relevantes para a identificação daqueles que detinham o poder político e o controle dos empregos políticos no Brasil durante o período que se estende do início da República ao golpe de Estado Novo (1889-1937)¹. Assim sendo, ao caracterizarmos o objeto de nossa pesquisa, Robert Levine, John Wirth e eu empregamos uma definição de elite política baseada num critério de posição e não em critérios de reputação ou de participação no processo de tomada de decisão. Tal tipo de definição é empregada na maioria dos estudos históricos sobre elites².

Os três subconjuntos dessa elite foram definidos a partir da perspectiva dos estados, sendo o regionalismo o foco orientador da discussão. Por conseguinte, tais subconjuntos constituem populações (e não amostras) em relação às elites estaduais tal como as definimos e, nesse sentido, são plenamente comparáveis entre si. É somente em relação à elite brasileira total, a nível nacional, ou seja, incluindo todos os estados, que esses subconjuntos constituem uma amostra. Não pretendo, então, afirmar que os grupos dessa amostra sejam aleatórios ou típicos. Mas é difícil negar que estas tenham sido, de fato, as elites que contavam em termos de controle efetivo do poder. São Paulo e Minas, com populações e bases econômicas mais amplas, tendiam a dominar a política federal. Pernambuco, o estado mais importante do Nordeste, pode ser considerado como representativo dos vários problemas políticos, sociais e econômicos que essa região colocava para o Brasil, no período estudado.

Wirth, Levine e eu, que estudamos, respectivamente, Minas, Pernambuco e São Paulo, dedicamos um capítulo à análise da dimensão quantitativa e qualitativa da elite regional (que constitui um subconjunto no presente estudo), comparando-a às outras duas.³ Em breve esses livros estarão disponíveis, tanto em português

como em inglês. No presente estudo, tentarei ir além de um simples resumo das conclusões apresentadas nos três estudos citados.

Pretendo, contudo, rever algumas das dimensões que tentamos ali estudar. As variáveis analisadas foram agrupadas de acordo com as seguintes categorias: participação em eventos políticos (estaduais e nacionais); atributos sociais; ligações com o estrangeiro; ligações interestaduais; educação; ocupação; laços de família; distribuição geográfica dentro do estado (dimensão rural-urbana e vinculação regional dentro do estado); estrutura etária dos grupos (definidos segundo uma sequência cronológica). No intuito de ampliar a área de análise, definiu-se também um certo número de variáveis compostas, de modo que, somando-se as variáveis codificadas e as que delas se derivam, chegamos a um total aproximado de cem. Uma lista de definições, dos códigos de conversão e muitos dos achados quantitativos, num tratamento que esperamos seja rigorosamente comparativo, encontra-se no final desse trabalho, bem como nos estudos regionais já mencionados.

Os subconjuntos estudados consistiram de 263 pessoas em São Paulo, 276 em Pernambuco e 214 em Minas, num total de 753 indivíduos. Se comparado com alguns estudos recentes, cujos dados foram analisados por computador, este é um grupo pequeno. Peter H. Smith, por exemplo, em seu *Labyrinths of power*, inclui mais de seis mil ocupantes de cargos políticos no México como membros da elite que governou o país de 1900 a 1971⁴. Entretanto, tentamos enfatizar algumas dimensões não tratadas em estudos maiores, como o de Smith. Laços de família e ligações com o estrangeiro, por exemplo, exigem uma análise contextual feita mais “de perto”. Desse modo, julgamos que a “profundidade” da informação fornecida sobre os membros de nossa elite substitui, em certa medida, o conhecimento mais “extensivo” que um grupo maior pode oferecer. Entre outras coisas, pudemos perceber relações que a análise num nível mais generalizante provavelmente deixaria escapar. Por exemplo, pude elaborar um diagrama que mostra com precisão como 97 dos 263 membros da elite paulista estavam ligados através de participação em negócios comuns (em geral como membros da diretoria das mesmas empresas) ou por laços de parentesco⁵.

Características da elite composta

Começamos nossas considerações quantitativas verificando, em primeiro lugar, os traços comuns da elite composta e comentando, quando for o caso, a dispersão observada nos três grupos componentes⁶. Com relação às dimensões qualitativas, que são evidentemente essenciais para o conhecimento adequado da elite, remeto o leitor aos três estudos citados. (As percentagens em cada caso excluem os dados não disponíveis.)

Eventos políticos e ideologia política

Dentro da faixa etária relevante, os adesistas, ou seja, os que até novembro de 1889 haviam sido monarquistas, tendo depois apoiado a República, ultrapassavam em número os republicanos históricos – os que se haviam declarado a favor da República desde o Império – na proporção de 58 para 42% (N=268). A dispersão era, contudo, alta, com São Paulo apresentando uma maioria absoluta de republicanos históricos, enquanto Pernambuco contava com apenas 23%. Somente uma minoria (15%) havia sido abolicionista (N=322). O membro típico da elite composta continuou a ser um conservador durante a República. Em todas as cisões da elite, causadas por acontecimentos de dimensão nacional (o golpe de Deodoro e as eleições contestadas, em 1910, 1922 e 1930), nunca uma proporção superior a 14% deixou de acompanhar a posição do partido dominante dentro do estado. Como era de se esperar, apenas uma pequena minoria da elite (8%) era composta de tenentistas (tenentes ou seus aliados), embora em Pernambuco esse grupo representasse 19%.

Liderança não-política

Havia relativamente pouca coincidência com as posições de liderança “social”, embora tal conclusão possa dever-se em parte à falta de dados mais completos. Um quinto do grupo total era constituído de juizes – juizes de direito ou em posições mais elevadas na hierarquia. Quase ninguém estava ligado ao movimento trabalhador (0,3%) e nenhum membro da elite podia ser considerado como pertencente à classe trabalhadora ou camponesa. De se estranhar é que poucos membros participassem da direção de associações agrícolas ou comerciais, ou mesmo de associações estaduais de advogados (5,3 e 4% respectivamente). Menos de 20% pertenciam a clubes sociais importantes. Contudo, além da hipótese plausível de que os dados estejam incompletos, não se pode esquecer que a maioria desses clubes foi criada nos últimos anos abrangidos pelo estudo, e que os grupos componentes variavam de 11% em Minas a 27% em São Paulo. Talvez isso ocorresse, em grande parte, em função do maior grau de urbanização nesse último estado.

Educação

Setenta por cento do grupo era formado em direito, e apenas 20% destes haviam estudado fora de seu estado (em sua maioria mineiros, pois Minas não teve uma escola de direito própria antes do evento da República). Oito por cento eram formados em medicina, elevando o total de bacharéis a perto de 4/5. O terceiro maior grupo – quase 8% – era de engenheiros, e 2% haviam tido formação militar. Ao todo, 93% podiam gabar-se de ter formação universitária, tornando esta uma das elites políticas com mais alto nível educacional sobre as quais existem dados

comparativos (ver tabela 8). Além disso, a maioria dos que não possuíam diplomas concentravam-se na primeira geração, que amadureceu numa época em que existiam muito menos faculdades do que na República. De qualquer forma, a população com formação universitária constituía um grupo bem pequeno, do qual os líderes políticos eram recrutados. Já em 1940, por exemplo, apenas uma em cerca de 370 pessoas residentes nos três estados possuía um diploma universitário. Desse modo, era 345 vezes mais provável que a elite tivesse formação universitária do que a população como um todo⁷.

Ocupação

Como era de se esperar, os advogados constituíam cerca de 2/3 da elite, mas nossa convenção multificadora para as ocupações e profissões revela uma média de 2,5 ocupações por pessoa, além da de “homem público” ou político⁸. Havia um excesso de demanda e também de oportunidades forçando o pequeno número de profissionais qualificados a desenvolverem atividades em mais de um campo.

Os engenheiros e os médicos constituíam, cada grupo, 10% do total, enquanto – como também era de se esperar – os militares representavam menos de 3% e os padres, menos de 1% (São Paulo não tinha nenhum). Como foi dito acima, um pouco menos de 1/5 era formado de juizes profissionais (subconjunto do grupo dos advogados). Além disso, 28% eram jornalistas e 27% lecionavam em colégios e faculdades.

Devemos notar aqui, mais uma vez, o tamanho reduzido do reservatório de recrutamento: de toda a elite, 91% exercia alguma profissão (PROFISSIONAL*), e no ano de 1940 apenas 0,32% da população total dos três estados enquadrava-se nesse caso, ou seja, uma em aproximadamente 300 pessoas⁹. Portanto, era cerca de 285 vezes mais provável que a elite tivesse uma profissão do que a população composta, em 1940.

No setor, “econômico”, 1/4 do total era de fazendeiros – à primeira vista, talvez uma proporção surpreendentemente baixa. Além disso, havia uma considerável dispersão, com os paulistas liderando o grupo com 38%, o dobro da proporção observada entre mineiros e pernambucanos. Os industriais representavam quase 20% do total (com os paulistas novamente na frente, com 28%). Os comerciantes e banqueiros constituíam respectivamente 12 e 14%. NEGÓCIOS, variável composta incluindo comerciantes, industriais, banqueiros, comissários de café, investidores em estradas de ferro e donos de minas, reunia 34% do total. Os membros do

(*) As variáveis compostas serão identificadas com letras maiúsculas. O processo de enumeração inclui todos os casos em que se apresentou ao menos uma das características associadas com a variável composta, mas foi evitada a contagem dupla.

complexo agroexportador – variável composta formada por líderes de sociedades agrícolas, exportadores fazendeiros e comissários, aqui chamada de EXPOR-TAÇÃO – representavam 28%. A dispersão era alta, tanto na categoria NEGÓCIOS como em EXPORTAÇÃO, com os paulistas, como era de se prever, liderando os outros dois subconjuntos. Na variável composta PROPRIETÁRIO – reunindo todos os homens de negócios e fazendeiros¹⁰ –, incluía-se 47% da elite. Como era de se esperar, a dispersão aí era maior do que na categoria PROFISSIONAL, com 56%, 45% e 37% para São Paulo, Minas e Pernambuco respectivamente¹¹. (Retomarei esta questão adiante, quando colocar a comparação num contexto internacional.)

Ligações com o Estrangeiro

Na minha opinião, este aspecto deveria receber muito mais atenção do que normalmente recebe em estudos de elites de países economicamente dependentes, mesmo que um dos tipos de informação mais esclarecedores – os investimentos no exterior – quase nunca apareça em fontes publicadas. Como era de se esperar, observa-se considerável dispersão entre as elites dos três estados, com São Paulo apresentando as ligações mais extensivas, seguido por Pernambuco e finalmente Minas Gerais. É verdade que apenas uma minoria (1/3) apresentava algum tipo de ligação com o estrangeiro¹², mas esses indivíduos tendiam a ser os políticos mais proeminentes. Um quinto do total havia residido no exterior ao menos seis meses, e quase 1/10 havia estudado fora ao menos um ano. Não é de surpreender que os paulistas liderassem tanto na área de residência no exterior quanto na de “ligações com o estrangeiro” (EXTERIOR), como um todo (respectivamente 32 e 48%), já que a economia do estado orientava-se principalmente para a exportação. Um tipo de ligação com o estrangeiro é interessante por sua baixa incidência: refiro-me à naturalidade estrangeira, que é reveladora de como era difícil para os estrangeiros penetrar na elite. Numa época de imigração em massa, apenas 0,6% haviam nascido no estrangeiro (N=641) e apenas 4% tinham ao menos um genitor estrangeiro. Embora cerca de metade dos imigrantes que vieram para o Brasil se localizasse em São Paulo, verifica-se pouca dispersão entre os três estados. De fato, São Paulo tinha apenas um membro da elite (N=239)¹⁴ que era brasileiro naturalizado (Miguel Costa).

Ligações interestaduais

Um quarto de todo o grupo tinha tido algum tipo de trabalho fora de seu estado de origem, não contando postos no governo federal e no Congresso, onde atuavam como representantes estaduais. Sob esse aspecto, os pernambucanos estavam bastante à frente dos mineiros e paulistas (44%, 22% e 17% respectivamente). Tal fato pode ser visto como um reflexo do número relativamente pequeno de oportunidades econômicas no estado nordestino. Dezesseis por cento do grupo composto havia nascido em outro estado, observando-se pouca dispersão nessa

variável. Proporção quase idêntica havia feito os estudos secundários fora de seu estado natal. Na variável composta compreendendo todos os tipos de ligações com outros estados incluía-se 57% do total, ao passo que, como já foi observado, apenas 33% apresentava ao menos uma das ligações com o estrangeiro codificadas. Mas também aqui observa-se elevado grau de dispersão, variando de 72% para os mineiros a apenas 39% para os paulistas, que mostravam menos disposição em trabalhar no Distrito Federal que os membros das duas outras elites estaduais.

Laços de família

Tomando-se o grupo todo, 2/5 dos membros tinham parentes dentro da elite de seu próprio estado. Tal proporção afigura-se bastante alta e, surpreendentemente, a dispersão inverte o padrão que se poderia esperar. Pernambuco alcançou apenas 34% em matéria de parentesco dentro da elite estadual, enquanto São Paulo chegou a 43% e Minas a 46%. Pernambuco “compensava”, entretanto, apresentando proporção mais elevada de aparentados em elites estaduais analogamente definidas (12%), quando comparado com os outros dois grupos, do que resultava uma taxa de apenas 5% para a elite composta. O surpreendente no caso de São Paulo é que apresentasse um quadro tão semelhante ao dos outros estados, da mesma forma como surpreendera com relação à falta de penetração de indivíduos nascidos no estrangeiro. Um quinto de todo o grupo era composto de membros ou de políticos estreitamente ligados à elite imperial.¹⁴ Quase metade da elite composta (observando-se a pouca dispersão) incluía-se pelo menos num dos três tipos de parentesco codificados (LAÇOS DE FAMÍLIA). Os níveis superiores de liderança apresentavam um número maior de laços de parentesco. Cruzando todos os governadores com a variável composta LAÇOS DE FAMÍLIA, vemos que 81% dos governadores tinham esse tipo de ligação, ao passo que apenas 46% dos não-governadores incluíam-se nesse caso¹⁵.

Sexo, raça e religião

A elite era quase que exclusivamente composta de homens e a única mulher dos 753 membros teve papel claramente marginal no processo político de São Paulo¹⁶. A raça era questão delicada para a elite do período, e a condição de branco era assumida ou atribuída na imensa maioria dos casos. Em São Paulo, só dois indivíduos eram sabidamente negróides; em Minas, nenhum; e em Pernambuco, comentava-se “ao pé do ouvido” sobre a origem racial de um dos membros da elite¹⁷. Desse modo, os dados raciais não puderam ser efetivamente codificados, o mesmo acontecendo com a religião, que raramente se achava incluída nos dados biográficos disponíveis. A vasta maioria era certamente católicos romanos por educação e por tradição familiar. Entre o punhado de não-católicos na elite paulista (incluindo ateus), não se contava nenhum protestante.

Localização rural-urbana e mobilidade geográfica

Três quintos da elite composta (N=623) possuía bases políticas em cidades grandes, geralmente na capital do estado. A dispersão era grande com relação a esse aspecto, indo de 44% em Minas, 67% em São Paulo e 71% em Pernambuco. É certo que a capital mineira era nova e ainda pequena, mas os 44% incluía Juiz de Fora, enquanto os totais dos outros estados referiam-se apenas às capitais. É de se notar que nas cidades grandes (como definidas acima), concentrava-se proporção muito maior da elite do que da população dos três estados como um todo. Em 1920, 61,2% da elite composta, residia nessas cidades, contra apenas 7,8% das populações compostas, o que significava ser oito vezes mais provável que as elites fossem “urbanas” do que as populações que governam. Também aqui a dispersão era alta – as elites paulistas e pernambucanas tendiam a ser respectivamente cinco a seis vezes mais “urbanas”, enquanto o grupo mineiro tendia 15 vezes mais a viver em Belo Horizonte ou Juiz de Fora do que a população de Minas como um todo¹⁸.

A mobilidade geográfica era característica de ao menos duas elites estaduais¹⁹. Setenta por cento dos grupos mineiro e paulista possuíam bases políticas em municípios diferentes daqueles em que haviam nascido. O movimento de mudança nem sempre significava transferir residência para a capital do estado: em São Paulo, 63% dos que tinham sua base política no exterior (N=71) não se situavam nos municípios de origem.

Para a elite, ao contrário da massa, é provável que não se aplicasse a dicotomia urbano-rural, pelo menos no caso de São Paulo: entre os fazendeiros (N=89), metade tinha sua base política na capital do estado. Jorge Tibiriçá, patrono da política de valorização do café e duas vezes governador de São Paulo, não deixava de ser fazendeiro pelo fato de ter nascido em Paris. Mas a ligação com a cidade dava às elites acesso a informações e oportunidades, negado às massas rurais.

Idade e gerações

A idade com que o membro típico da elite composta ingressava no grupo (definido como o primeiro emprego em todos os 35 postos codificados) era de 44,2 anos, sendo pequena a dispersão quanto a esse aspecto. Esse fato é bastante surpreendente, quando se considera que a grande maioria ingressou na hierarquia superior a nível do estado. Era a mesma (44 anos) a idade média dos ministros do gabinete imperial (i.e. nacional) ao assumirem seus cargos inicialmente, durante o Império (1822-1889)²⁰. Trinta e cinco por cento do grupo composto ingressava na elite antes dos 40 anos, mas ocorriam diferenças de estado para estado: isto sucedia com cerca de 40% dos mineiros e pernambucanos, contra um quarto dos paulistas. Como observamos em outra parte, essas diferenças, ao menos nos casos de São Paulo e Pernambuco, podem ser explicadas pela natureza mais formalmente burocrática do processo político em São Paulo²¹.

As três gerações com que lidamos foram assim definidas: 1) pessoas nascidas em 1868 ou antes, e que alcançaram a maturidade antes da queda do Império; 2) pessoas nascidas entre 1869 e 1888, que chegaram à maturidade em meados da República Velha, tendo presenciado a primeira eleição presidencial contestada, em 1910; 3) pessoas nascidas durante a República (1889 e depois). Quase a metade da elite composta se incluía na primeira categoria, cerca de 1/3 na segunda e 1/5 na terceira. A tabela seguinte mostra algumas correlações, dentro do grupo composto, entre as gerações e uma série de variáveis, para as quais a significância estatística (teste do qui-quadrado) alcançou o nível 05.

Tabela 1
ELITE COMPOSTA
GERAÇÃO POR VARIÁVEIS SELECIONADAS

Geração	Experiência Política				Idade	
	Partido Rep. com. exec.	Partidos de Op. com. exec.	Romp. com. sit. est. em situação de crise nacional	Exper. Legisl.	Ingresso na elite antes dos 40	
1	32.5	5.8	13.3	71.7	25.6	
2	29.2	17.7	25.5	60.0	29.3	
3	8.5	33.3	48.6	52.6	69.0	
χ^2	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	

	Ocupação	Ligações c/o estrangeiro		Profissão		
	NEGÓCIOS	EXPORTAÇÃO	de qualquer tipo	Juiz	Prof.	Eng.
1	32.5	27.2	27.2	31.9	24.8	7.1
2	41.9	34.7	46.6	10.9	26.6	12.5
3	25.9	21.9	32.5	6.0	37.1	15.5
χ^2	0.011	0.044	0.000	0.000	0.041	0.021

As duas primeiras colunas mostram a maior força relativa das últimas gerações entre os partidos de oposição, formados contra os republicanos. No caso do Partido Republicano Paulista, o quase monopólio da primeira geração e a total exclusão da terceira na comissão executiva até 1930 constituíram provavelmente elementos significativos no descontentamento que culminou com a organização do Partido Democrático em 1926, levando à aceitação inicial da Revolução de 1930 por parte de aspirante à carreira política.

As três colunas seguintes mostram resultados previsíveis: os membros da terceira geração tendiam três vezes mais a romper com o partido da situação do

que os da primeira; a experiência legislativa declinava ao longo das gerações, mas a maioria da terceira já havia servido nas esferas estadual e federal; e, finalmente, o ingresso na elite dos 40 anos expandiu-se marcadamente na terceira geração, que tendeu a afastar os “carcomidos”, após a revolução de Vargas.

As três colunas seguintes mostram que o número de homens de negócios, daqueles que faziam parte do complexo agroexportador e possuíam ligações com o estrangeiro, era maior na segunda geração. Esse fato parece análogo à experiência argentina, sociedade também orientada para a exportação: a geração de 1880 – que corresponde basicamente à nossa primeira geração – estudou no país, mas seus filhos estudaram fora e viajaram pelo estrangeiro. No tocante às profissões, a maioria das correlações por gerações não alcançou significância estatística. Examinando as que alcançaram, porém, vemos que o número de juizes decresceu drasticamente, enquanto o de professores aumentou de metade e o de engenheiros mais do que duplicou²².

A elite do período Vargas

Cerca de 1/4 de toda a elite ingressou no grupo após a Revolução de 1930. A dispersão observada é grande, com os paulistas registrando a proporção mais elevada – 37%. Deve-se notar, desde logo, que esse padrão se deve tanto à formação de novos partidos políticos como à intervenção federal. Essa observação é confirmada pelo fato de que Minas Gerais supera Pernambuco, já que Minas (cujos líderes apoiaram a revolução) não foi submetida a uma intervenção federal formal. Mas ocorreram mudanças na estrutura educacional e ocupacional no grupo que assumiu a liderança durante o período Vargas. Na elite composta, menos de 2% era militar durante a República Velha, sendo que esse total subiu para 5% entre a Revolução e o Estado Novo.

Talvez o aspecto mais interessante dessa constatação seja, contudo, o fato de que, no período Vargas, 19 em cada 20 novos membros da elite ainda fossem civis.

O grupo de bacharéis caiu de 80% na Primeira República para 68% sob Vargas, mas esse fato evidencia que o treinamento tradicional para a liderança política ainda era responsável pela formação da maioria dos próceres após 1930. O número de homens de negócios também decresceu, passando de 37% (República Velha) para 26% (período Vargas). Tal declínio parece ligado à diminuição do número de homens de negócios entre a segunda e terceira gerações, apontado acima.²³

Padrões de mobilidade dentro da elite

A tabela 2 mostra como a elite composta ascendeu do primeiro posto ao 11º – embora só um indivíduo, o astuto governador Antônio Carlos, de Minas Gerais, ocupasse

mais de nove posições. As seguintes observações parecem pertinentes: 1) quase 2/3 da elite ocupou *apenas um posto*; menos de 10% chegou a quatro postos, e só 5% ocupou cinco postos. 2) As posições a nível estadual, com a participação nas comissões executivas dos partidos estaduais ocupando o primeiro lugar, representavam 90% das primeiras posições ocupadas. A partir daí, a indicação para cargos federais aumentava com bastante regularidade, de modo que, se um indivíduo alcançasse o sexto posto, era mais provável que este fosse um cargo federal. 3) A nível estadual, o fato de ter permanecido elevado o número de participantes de comissões executivas atesta a relativa importância dessa instituição, a despeito de seu caráter “não oficial”²⁴ 4) O fato de que a imensa maioria de presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais tivesse ascendido a esse cargo como primeiro emprego dentro da elite (em nenhum caso passava do terceiro posto ocupado) parece indicar a relativa profissionalização dos tribunais, até mesmo em Pernambuco, onde o nível de estabilidade política não era alto. (Observa-se tendência semelhante, embora menos nítida, com relação aos membros do Supremo Tribunal Federal. A partir da tabela 2, podemos inferir o fato de que 33 dos 35 indivíduos que se tornaram juizes do Supremo Tribunal receberam suas nomeações como primeiro ou segundo emprego dentro da elite). 5) A liderança legislativa estadual parece manter sua importância ao longo da carreira política de cada indivíduo, não havendo dúvida de que a liderança legislativa federal de fato a mantém. (Examinando os três subconjuntos da elite verifica-se que são os estados de São Paulo e Pernambuco que acrescentam o peso relativo aos postos legislativos estaduais nas últimas fases da sequência, enquanto Minas o faz em relação aos postos legislativos federais.²⁵

TABELA 2

GRUPOS DE CARGOS DA ELITE COMPOSTA POR SEQUÊNCIA DE POSIÇÕES OCUPADAS

Grupo de Cargos	1º posto	2º posto	3º posto	4º posto	5º posto	6º posto	7º posto	8º posto	9º posto	10º posto	11º posto
ESTADUAL											
S1	3.1	3.6	8.1	9.9	7.7	4.3	33.3	11.1	0	0	
S2	24.4	23.3	16.8	15.4	5.2	0	0	0	0	0	0
S3	21.5	12.5	14.4	5.6	7.7	12.9	0	0	0	0	0
S4	10.7	12.6	4.8	7.0	10.3	4.3	6.7	11.1	20	0	0
S5	5.4	2.5	1.6	0	0	0	0	0	0	0	0
S6	22.5	25.4	29.8	39.4	28.2	26.1	33.3	55.6	40	0	0
FEDERAL											
F1	0	0	1.6	0	5.1	8.7	6.7	0	20	0	0
F2	2.2	7.9	7.2	7.0	5.2	13.0	0	11.1	0	0	0
F3	1.8	1.8	2.4	4.2	5.2	4.3	0	0	0	0	0
F4	2.7	5.7	11.2	9.8	25.7	26.0	13.3	11.1	0	100	100
F5	2.7	4.7	1.6	1.4	0	0	6.7	0	0	0	0
Postos Estaduais excluindo S6	65.1	54.5	45.7	37.9	30.9	21.5	40.0	22.2	20	0	0
Postos Federais	7.4	20.1	24.0	22.4	41.2	52.0	26.7	22.2	20	100	100
Nºs Absolutos	75	279	124	71	39	23	15	9	5	1	1

LEGENDA:

S1 Governador

S2 Secretários

S3 Outros postos do Executivo Estadual

S4 Postos do Legislativo Estadual

S5 Presidente, Tribunal Estadual

S6 Comissões executivas dos partidos republicanos e de oposição

F1 Presidente

F2 Ministro

F3 Outros postos do Executivo Federal

F4 Postos parlamentares

F5 Supremo Tribunal

TABELA 3
PROBABILIDADES DE MUDANÇA INTERPOSICIONAL PARA A ELITE (COMPOSTA) BRASILEIRA, 1889-1937
(INDIVÍDUOS = 279; TRANSIÇÕES = 567)

Para

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	F1	F2	F3	F4	F5	Total da Fileira
S1	0 0	(1) 2.9 1.0	0 0	0 0	0 0	(17) 50.0 10.2	(3) 8.8 37.5	(4) 11.8 9.5	(4) 11.8 28.6	(3) 8.8 5.2	(2) 5.9 11.8	(54)
S2	(7) 5.2 18.9	(60) 44.4 60.6	(15) 11.1 23.8	(5) 3.7 9.3	0 0	(52) 23.7 19.3	0 0	(5) 3.7 11.9	(4) 3.0 28.6	(5) 3.7 8.6	(2) 1.5 11.8	(155)
S3	(5) 7.1 13.5	(14) 20.0 14.1	(18) 25.7 28.6	(7) 10.0 15.0	(4) 5.7 44.4	(15) 21.4 9.0	0 0	(2) 2.9 4.8	0 0	(5) 7.1 8.6	0 0	(70)
S4	(5) 6.9 13.5	(8) 11.1 8.1	(7) 9.7 11.1	(24) 33.3 44.4	0 0	(21) 29.2 12.7	0 0	(4) 5.6 9.5	0 0	4.2 5.2 0	0 0	(72)
S5	0 0	(1) 7.7 1.0	0 0	0 0	(5) 38.5 55.6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	(7) 53.8 42.2	(13)
S6	(7) 5.1 18.9	(9) 6.3 9.1	(16) 11.6 25.4	(17) 12.3 31.5	0 0	(55) 39.9 33.1	(3) 2.2 37.5	(11) 8.0 26.2	(3) 2.2 21.4	(16) 11.6 27.6	(1) 7 5.9	(158)
F1	(1) 33.3 2.7	0 0	0 0	0 0	0 0	(2) 66.7 1.2	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	(3)
F2	(6) 14.6 16.2	(2) 4.9 2.0	(4) 9.8 6.3	0 0	0 0	(11) 26.8 6.6	0 0	(8) 19.5 19.0	(1) 2.4 7.1	(4) 9.8 6.9	(5) 12.2 29.4	(41)
F3	0 0	(1) 11.1 1.0	(1) 11.1 1.6	0 0	0 0	(1) 11.1 6	(2) 22.2 25.0	(3) 35.3 7.1	0 0	(1) 11.1 1.7	0 0	(9)
F4	(6) 11.8 16.2	(3) 5.9 3.0	(2) 3.9 3.2	(1) 2.0 1.9	0 0	(12) 25.5 7.2	0 0	(4) 7.8 9.5	(2) 3.9 14.5	(21) 41.2 56.2	0 0	(51)
F5	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	(1) 100.0 2.4	0 0	0 0	0 0	(1)
Total da Coluna	(37)	(99)	(63)	(54)	(9)	(166)	(8)	(42)	(14)	(58)	(17)	(567)
Distribuição global	6.5	27.5	11.1	9.5	1.6	29.3	1.4	7.4	2.5	10.2	3.0	100

O número no centro do quadrado representa a probabilidade em percentual; o número entre parênteses representa as transições; o número no canto inferior esquerdo representa a percentagem da coluna.

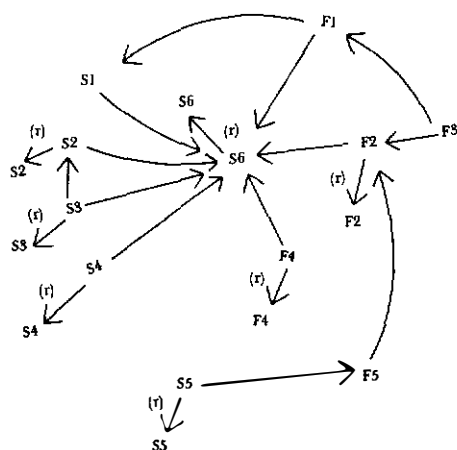
LEGENDA:

- S1. Governador
S2. Secretários
S3. Outros postos do Executivo estadual
S4. Postos do Legislativo estadual
S5. Presidente, Tribunal Estadual
S6. Comitês executivos dos partidos republicanos e de oposição
F1. Presidente
F2. Ministros
F3. Outros postos do Executivo Federal
F4. Postos parlamentares
F5. Supremo Tribunal

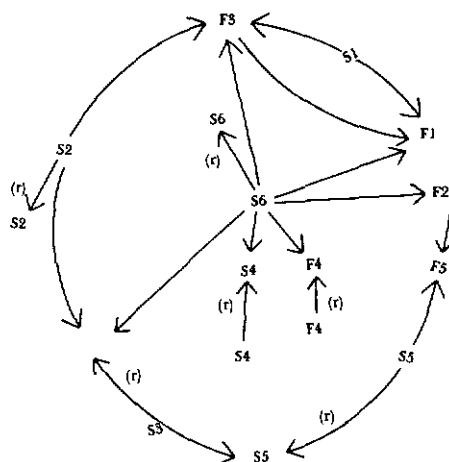
PADRÕES DE MUDANÇA INTERPOSICIONAL
ELITE (COMPOSTA) BRASILEIRA

A seta indica probabilidade $\geq .20$; (r) indica repetição no mesmo cargo

A: Mudança a partir de um cargo



B: Mudança para um cargo



LEGENDA:

- S1 Governador
- S2 Secretários
- S3 Outros postos do Executivo estadual
- S4 Postos do Legislativo estadual
- S5 Presidente, Tribunal Estadual
- S6 Comissões executivas dos partidos republicanos e de oposição
- F1 Presidente
- F2 Ministros
- F3 Outros postos do Executivo federal
- F5 Supremo Tribunal

Utilizando uma técnica aplicada por Peter Smith em seu estudo da elite mexicana, elaborei uma matriz de transição reproduzida na tabela 3. (A matriz exclui necessariamente todos os indivíduos que ocuparam apenas um posto, isto é, por definição, somente os 279 que ocuparam dois ou mais postos passaram por “transições”. Dadas as posições enumeradas na margem esquerda da tabela, a percentagem anotada no centro de cada quadrado em linha mostra as probabilidades de mudança subsequente em direção a cada um dos 11 grupos de posições codificadas. Por exemplo: se um indivíduo fosse secretário (i.e. diretor) de uma divisão do governo estadual (S2), era muito provável que viesse a ocupar um outro posto de secretário como cargo seguinte (44%).

O movimento em direção ao mesmo grupo de postos era de fato muito provável, não apenas para os secretários, mas também para os cargos no Executivo e no Legislativo estaduais (exceto o de governador, S1), para as comissões executivas dos partidos e para os postos parlamentares (S2, S3, S4, S6, F4)²⁶. O movimento em direção à mesma posição constituía a segunda transição mais provável para os presidentes dos tribunais estaduais e os ministros de Estado (S5, F2).

De acordo com Peter Smith, podemos estabelecer como critério um limite mínimo de 20% de probabilidade (valor reconhecidamente arbitrário) para identificar a transição mais provável do cargo A para o cargo B (ou para A novamente)²⁷. Com base nas percentagens reproduzidas nas colunas da matriz, o Diagrama A, à pg. 17 mostra a direção da mudança de um cargo para outro, quando a probabilidade é superior a 20%. Claramente, a maioria dos postos conduzia ou a repetições no mesmo grupo, ou ao serviço numa das comissões partidárias, o que representava 29% do total de transições.

Invertendo o procedimento utilizado por Smith através do recurso às porcentagens indicadas nas colunas (no canto inferior esquerdo dos quadrados), podemos construir um diagrama mostrando as seqüências *para* um cargo determinado, mais uma vez guiados pelo critério dos 20%. (Dado um cargo ao qual se aspirava, quais seriam os caminhos mais prováveis conduzindo a esse objetivo?) Sete das onze posições ligam-se ao menos a duas seqüências, cuja probabilidade excede 20%. Mas, no caso das comissões executivas, o único caminho que excedia o nível mínimo partia das próprias comissões, onde começaram 55 das 166 transições. As comissões forneciam também 1/3 das alternativas para outros cargos. O fato de nenhuma seta conduzir ao posto de governador (S1) mostra que nenhuma das seqüências observáveis foi responsável por 1/5 das transições, pelo menos.

O sucesso e os atributos da elite

Novamente seguindo um procedimento utilizado no recente estudo de Smith, podemos estratificar as posições alcançadas colocando a seguinte pergunta:

existem correlações entre o “sucesso” (definido como o mais alto cargo alcançado) e os atributos codificados? Para responder a essa questão, as posições foram organizadas a partir da inferior (1) para a superior (6), utilizando-se as seguintes categorias:

- 1) Postos legislativos e executivos a nível estadual, excluindo-se os chefes de departamentos (i.e., secretários) – S3, S4.
- 2) Secretários estaduais e presidentes dos tribunais estaduais – S2, S5.
- 3) Comissões executivas dos partidos – S6.
- 4) Postos legislativos e executivos a nível federal, excluindo-se os chefes de departamentos (i.e., ministros) – F3, F4.
- 5) Governadores e juizes do Supremo Tribunal – S1, F5.
- 6) Presidentes e ministros – F1, F2.

Obviamente, esse escalonamento está sujeito a discussão. As comissões executivas foram colocadas na frente de todos os outros postos estaduais, com exceção do de governador, e sua importância como fornecedores de ocupantes para os outros postos parece justificar essa posição. Mas o governador é sempre a figura chave no sistema político a nível estadual e, pelo menos nos casos de Minas e São Paulo, desempenhava papel crucial na dinâmica do sistema político. Os juizes do Supremo Tribunal estão colocados no nível 5 devido a seu prestígio e relativa independência face ao Executivo, durante o período em questão. Outros sistemas de escalonamento poderiam ser elaborados e, no futuro, pretendo trabalhar com vários sistemas alternativos. Os resultados abaixo apresentados são, portanto, preliminares.

Procuramos agora correlacionar essa nova variável ordinal, O MAIS ALTO CARGO, com os atributos dos membros da nossa elite. Como único coeficiente de correlação utilizaremos o gama, que é uma das várias medidas possíveis para avaliar a força e direção da correlação (em oposição à significância). O gama varia de $+1$ a -1 ²⁸.

A tabela 4 mostra a variável o MAIS ALTO CARGO correlacionada com as variáveis codificadas ou compostas que alcançaram o nível-5 de significância. Os quadrados vazios indicam o caso em que tal nível de significância não foi alcançado, o que ocorreu também com um certo número de outras variáveis testadas. Por exemplo, a formação universitária e a PROFISSÃO (uma ou mais profissões liberais) não apresentaram resultados estatisticamente significantes quando correlacionados com o MAIS ALTO CARGO, dada a pouca variação: mais

de 9/10 do total eram diplomados e profissionais, de modo que esses atributos eram praticamente requisitos para o sucesso. Quando apenas um valor estadual aparece, é geralmente o que mais diverge do total composto.

Entre as variáveis políticas, a experiência legislativa apresentava relação bastante forte com o “sucesso” dentro das posições definidoras da elite, e isto era especialmente verdadeiro no caso de São Paulo (+. 352), confirmando nossa visão de uma progressão de carreira mais ordenada nesse estado do que em Pernambuco (+.226). Os resultados não foram estatisticamente significativos para os republicanos históricos, mas os abolicionistas saíram-se um pouco melhor do que os não-abolicionistas. (O grupo de abolicionistas paulistas, que sozinho, não alcançou significância estatística, liderava os demais – resultado que era de se esperar.)

Quanto ao tipo de educação, os bacharéis saíram-se melhor do que os demais profissionais, principalmente em Pernambuco (+.323). Entre as ocupações, a de juiz, surpreendentemente, apresentou correlação negativa em São Paulo e positiva em Pernambuco. No caso dos engenheiros, a correlação na elite composta foi negativa e o valor simples mais forte da tabela foi a cifra negativa de engenheiros em Pernambuco (-.633).

A categoria de proprietários apresentou correlações positivas mais consistentes do que a de profissões. É interessante que, em EXPORTAÇÃO, Minas tivesse incidência mais alta do que São Paulo, da mesma forma como em relação a fazendeiro, um dos componentes de EXPORTAÇÃO. São Paulo, entretanto, possui as correlações positivas mais fortes para industrial e banqueiro e para as variáveis compostas NEGÓCIOS e PROPRIETÁRIOS. Como era de se esperar, já que os dois estados lideravam nas respectivas variáveis do Apêndice, em São Paulo o sucesso estava intimamente relacionado com as ligações com o estrangeiro, e em Minas, com os laços familiares, observando-se ainda que a relação dessa última variável com o sucesso político fosse mais forte em Minas do que se poderia esperar a partir de sua pequena liderança sobre os dois outros estados na variável LAÇOS DE FAMÍLIA.

TABELA 4

CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS SELECIONADAS E O MAIS ALTO CARGO ALCANÇADO
(COEFICIENTE GAMA)

O MAIS ALTO CARGO POR VARIÁVEL	COMPOSTA	PERNAMBUCO	MINAS GERAIS	SÃO PAULO
a) <i>Política</i>				
abolicionista	+ .236(.0158)			
exper. legis.	+ .288(.0000)	+ .226(.0167)	+ .315(.0011)	+ .352(.0000)
b) <i>Educação</i>				
Bacharel	+ .183(.0036)	+ .323(.0072)	+ .283(.0063)	
c) <i>Ocupação</i>				
advogado	+ .110(.0290)		+ .202(.0277)	
juiz		+ .461(.0001)		-.223(.0223)
engenheiro	-.306(.0003)	-.663(.0001)		
fazendeiro	+ .152(.0093)		+ .270(.0174)	+ .234(.0074)
EXPORTAÇÃO	+ .137(.0142)		+ .271(.0159)	+ .217(.0115)
industrial	+ .173(.0067)			+ .298(.0020)
banqueiro		-.326(.0340)		+ .328(.0029)
NEGÓCIOS	+ .141(.0084)			+ .269(.0023)
PROPRIETÁRIO	+ .113		+ .203	+ .226
d) <i>ESTRANGEIRO</i>	+ .139(.0108)			+ .261(.0031)
e) <i>Família</i>				
parente,				
elite estadual	+ .201(.0003)		+ .351(.0003)	+ .213(.0129)
parente,				
elite imp.	+ .117(.0455)		+ .362(.0035)	
LAÇOS DE FAMÍLIA	+ .194(.0004)		+ .372(.0002)	
f) <i>Gerações</i>	-.111(.0125)	-.251(.0022)		

NOTA: Ver o texto para a estratificação dos cargos.

Ver o Apêndice para cada N.

O nº entre parênteses refere-se ao teste de significância para o TauB. de Kendall

O quadrado vazio indica que a variável não atingiu o nível 05 do teste de significância.

Como já foi antecipado, existe uma correlação negativa com a geração, significando que a terceira geração saiu-se menos bem do que a primeira, embora esse resultado possa ser uma consequência do fato de que, na data final de nosso estudo, a última geração ainda tivesse grande parte da “vida” política à sua frente. Mais interessante é o fato de que o valor negativo observado em Pernambuco seja duas vezes e meia o da elite composta. Tal resultado é peculiar devido ao número relativamente grande de tenentistas nesse estado, 71% dos quais pertenciam à terceira geração.

Chegamos assim a caracterizar alguns dos requisitos para ascensão na escala de cargos: conseguir um diploma de direito ou de medicina; evitar a engenharia, mas ser um profissional (e quem não o era, entre os que mandavam?); adquirir experiência legislativa; ser proprietário com ligações no estrangeiro e conexões de família; e planejar ser membro da primeira geração.

Comparações internacionais

No restante deste trabalho, gostaria de refletir sobre os aspectos que tornam esta elite semelhante ou diferente de algumas outras elites políticas modernas já analisadas. Em primeiro lugar, algumas advertências: nenhum dos estudos que serão mencionados apresenta definição idêntica das elites, de modo que a comparação só pode ser aproximada e não estritamente rigorosa. As várias elites discutidas são em sua maioria nacionais (embora algumas incluam importantes executivos estaduais ou provinciais). A maior parte é de elites parlamentares, mas algumas constituem uma mistura de grupos executivos, legislativos e outros²⁹. A comparação é apresentada apenas para realçar o que parece constituir alguns dos traços peculiares da elite “brasileira”, como daqui em diante chamarei o grupo das três elites estaduais.

Local de nascimento e idade de ingresso

A homogeneidade da elite brasileira a distingue dos membros do parlamento argentino “em períodos de mudança” (1889, 1916, 1946), estudados por Dario Cantón, em relação ao local de nascimento e à idade de ingresso no grupo. Na Câmara dos Deputados e no Senado argentinos, de 10 a 53% dos membros haviam nascido no estrangeiro nas três sessões parlamentares estudadas:

TABELA 5

Parlamento argentino: porcentagem de nascidos no estrangeiro

1889		1916		1946	
D	S	D	S	D	S
20	19	27	10	42	53

Fonte: Cantón, p. 46. Ver notas para a citação completa.

D = deputados, S = senadores

Lembremos que na elite brasileira apenas 0,6% não haviam nascido no Brasil (N=641), e apenas outros 3,9% tinham ao menos um genitor nascido no estrangeiro. Os dois países experimentaram a imigração em massa, mas na Argentina, onde a população-base era menor, o sucesso político dos imigrantes parece ter sido muito maior.

Da mesma forma, o grupo de Cantón alcançou suas primeiras posições políticas importantes numa idade bastante inferior à dos brasileiros. Em 1889, 85% dos deputados e senadores haviam obtido seus primeiros cargos nacionais com menos de 40 anos, e outros 4% haviam obtido cargos provinciais antes de 35 anos. Portanto, pode-se dizer que ao menos 89% alcançaram níveis comparáveis aos dos brasileiros em termos de ingresso na elite (incluindo os postos de nível estadual). Essa taxa era 2,5 vezes superior à do último grupo que ingressou na elite antes dos 40 anos (35%). No parlamento de 1916, entretanto, a taxa conjunta nacional caiu para 69%, e em 1946, para 41%, como o demonstra a tabela seguinte:

TABELA 6

Parlamento argentino: porcentagem dos que obtiveram o primeiro cargo numa idade determinada

NÍVEL	1889	1916	1946
Nacional (menos de 40)	85	51	30
Provincial (menos de 35)	4	18	11

Fonte: Cantón, p. 77

Ainda assim, até mesmo a taxa do último grupo era superior à taxa brasileira³⁰.

Parentesco

As redes de parentesco extensivo observadas no Brasil não são examinadas nas outras elites latino-americanas mencionadas abaixo. Entretanto, se os brasileiros constituíram um caso único, trata-se apenas de uma questão de grau. Citando Robert Putnam, “43% dos ministros de Estado que governaram a Holanda entre 1848 e 1958 eram ligados por laços de parentesco a outros ministros; ...aproximadamente 1/7 dos deputados da Terceira República francesa (1870-1940) eram relacionados entre si; e... cerca de 1/10 de todos os congressistas norte-americanos entre 1790 e 1960 tinham parentes que também trabalhavam no Congresso”³¹. Considero que o parentesco seja uma variável injustamente negligenciada na

maioria dos estudos de elite. Se os líderes políticos da América Latina fossem também os donos das fábricas, das plantações e fazendas (como no caso de São Paulo), esse fato não alteraria drasticamente a visão que temos dos chamados conflitos “setoriais”?³²

Educação

No que se refere à educação superior, os dados que obtive sobre as diversas elites políticas mostram que, dos membros das elites nacionais, aqueles que possuíam diplomas universitários eram super-representados em relação à população total por um fator que ia de oito para um, nos Estados Unidos, a cem (ou mais) para um nos países subdesenvolvidos. Nosso grupo brasileiro tendia claramente ao limite extremo dessa variação (ver tabela 7)³³. No caso brasileiro, vale a pena repetir que 93% da elite tinha diploma universitário, liderando os seguintes grupos³⁴:

TABELA 7

Elites Políticas: Comparações Internacionais de Educação Universitária (em%)

MÉXICO			ARGENTINA			TURQUIA	EUA	GRÃ-BR.	ITÁLIA	ALEM. OC.				
1900-11	1917-40	1946-71	1881	1916	1946	1920-57		{década de 1960?}						
			D	S	D	S	D	S						
	88	76	74	82	80	83	87	66	77	73	88	65	76	59

Fontes: México: Smith, p. 85; Argentina: Cantón, p. 38; Turquia: Frey, p. 44; EUA, Grã-Bretanha, Itália, Alemanha Ocidental: Putnam, p. 27.

Nota: Os dados relativos ao México, EUA, Grã-Bretanha, Itália e Alemanha Ocidental referem-se à matrícula em universidades, e não à diplomação; os números relativos ao México referem-se à elite total de Smith; os números da Argentina e da Turquia foram recomputados para eliminar dados não disponíveis. D=deputados, S=senadores. Todos os grupos são elites parlamentares nacionais, com exceção do mexicano, que inclui líderes executivos, legislativos e de partidos políticos a nível nacional; além de líderes de estados selecionados e de agências semi-autônomas.

Ocupação

A comparação neste caso é complicada pelo fato de que alguns autores utilizaram uma codificação múltipla e outros não; em todo caso, os profissionais parecem sempre predominar. O traço mais saliente aqui é a proporção relativa-

mente alta de ocupações “econômicas” entre a liderança política do Brasil. O contraste é especialmente claro com a elite mexicana: os proprietários de terras nunca chegam a 4% das três elites de Smith, e os homens de negócios chegam a apenas 6%, enquanto no Brasil essas proporções sobem a 25% e 34% (Smith dedica um capítulo inteiro de seu livro à falta de integração entre as elites econômica e política do México). Os dados franceses referem-se ao último parlamento da Monarquia de Julho: Patrick e Trevor Higonnet descobriram que apenas 13% dos deputados do governo de Guizot eram homens de negócios. De todos os deputados burgueses, apenas 1/10 tinha ocupações ligadas aos negócios. Comentam eles: “Este último total é surpreendentemente baixo para um regime que era... descrito por Marx e Tocqueville como uma sociedade anônima governando a maioria, com o objetivo de realizar os interesses de poucos... a grande maioria não tinha ligação direta com o mundo dos negócios”³⁵.

O mais curioso de todos talvez seja o caso da elite política norte-americana, para a qual a tabela indica apenas 13% de homens de negócios e 2% de proprietários de terras. Em relação à liderança nacional dos EUA, da década de 1790 até 1940, Putnam observa: “A proporção de homens de negócios (ou filhos de homens de negócios) que ingressava na elite política permaneceu relativamente pequena e essencialmente inalterada ao longo de todo o período durante o qual os Estados Unidos passaram da fase essencialmente agrícola para a fase essencialmente industrial”³⁶.

O único grupo que se compara ao do Brasil é o da Argentina. Os proprietários de Cantón entre os membros dos três parlamentos argentinos variam de 24% a 45%, sendo de 31% a média ponderada. Essa proporção está ainda 1/3 abaixo do total brasileiro (47%). No estudo da elite argentina de José Luís de Imaz, intitulado *Los que mandan*, as “equipes governantes” incluem os *entrepreneurs* o único grupo de proprietários que ele identifica e que provalmente inclui os proprietários de terras. A proporção dos *entrepreneurs* (num esquema ocupacional multicodificado) varia de 8% a 16% para as equipes de 1936, 1941, 1946 e 1951, e depois sobe para 24% em 1956, e 32% em 1961³⁷.

TABELA 8

ELITES POLÍTICAS: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS EM PERCENTUAIS

	BRASIL <i>1889-1937</i>	(SÃO PAULO)* <i>1889-1937</i>	<i>1900-11</i>	MÉXICO* <i>1917-40</i>	<i>1946-71</i>	ARGENTINA ^b <i>1889 1916 1946</i> DS DS DS DS 77 83 75 72 58 68	CHILE ^c <i>1931-33</i>	EUA ^d <i>1877-1934</i>	TURQUIA ^d <i>1920-1937</i>	FRANÇA ^{df} <i>1846-48</i>
PROFISSIONAIS dos quais:	91	(91)				69 med.	72	81		
advogados	64	(69)	45	31	35			69	19	36
médicos	9	(7)	8	8	10				9	1
engenheiros	11	(10)	9	9	9				3	
educadores	27	(21)	43 ^a	24 ^a	44 ^a				8	
jornalistas	28	(27)	19	12	6				3	6
militares	3	(3)	25	36	12				11	15
Proprietários dos quais:	47	(56)	10	7	7	25 29 45 28 26 24 31 med.		15	25	22
propr. de terras	25	(38)	4	2	2		24	2	9	9
homens de negócios	34	(41)	6	5	5		23	13	16 ^e	13

Fontes: Brasil e São Paulo: Love, p. 285; México: Smith, p. 88; Argentina: Cantón, p. 40; Chile: Drake, pp. 314-15; EUA: Putnam, p. 187; Turquia: Frey, p. 80; França: Higonnet e Higonnet, p. 145. (Ver notas para citações completas.) Os números excluem os empregados do governo e outros grupos não-profissionais e não-proprietários.

* O subconjunto São Paulo está contido no conjunto Brasil.

Nota:

a) Acrescentei os professores secundários e universitários de Smith, partindo do pressuposto de que a contagem dupla é negligenciável. Os números referem-se às elites totais de Smith.

b) Nos dados de Cantón, contei os profissionais que eram também proprietários em ambas as categorias, e então recalculei as percentagens para eliminar os dados ausentes. Os números são médias ponderadas (também os contidos nas chaves) pelo número em cada grupo, excluindo novamente as pessoas sobre as quais nenhum dado ocupacional foi encontrado. D = deputados, S = senadores.

c) Drake fornece números para cada partido separadamente, e eu computei as percentagens para o grupo todo. Acrescentei suas categorias de "homens de negócios" e "industriais", tornando assim este um número máximo, já que ele provavelmente inclui uma certa contagem dupla. Os proprietários de terras e os homens de negócios não podem ser somados devido à contagem dupla.

d) Para essas elites foram codificadas ocupações mutuamente exclusivas.

e) Acrescentei os grupos de "comércio" e "hancos" de Frey, e recomputei para omitir ocupações desconhecidas.

f) Os números representam a maioria no governo. A organização dos dados não permite a inclusão da minoria, que, de qualquer maneira, continua uma percentagem menor de proprietários. Recomputei para omitir ocupações desconhecidas.

Assim, podemos arriscar a afirmação de que a elite brasileira parece ter um número muito maior de laços com o setor econômico, o que é *a fortiori* verdade em relação ao subconjunto de São Paulo. Esse último grupo sem dúvida se aproxima de um “comitê executivo da classe dominante”, e poderia ser personificado através de líderes políticos como Antônio Prado e Rodolfo Miranda, que “eram donos de tudo” – bancos, fazendas e fábricas.

É claro que nossas descobertas têm um valor experimental: a codificação ocupacional múltipla dos quatro grupos latino-americanos conduz a percentagens mais altas do que a codificação simples: os dados relativos aos EUA e ao México foram codificados levando em conta as ocupações apenas no momento do ingresso no grupo; as definições não são idênticas; a elite “brasileira” contém um componente de paulistas maior do que deveria num estudo nacional completo. Ainda assim, Minas, muitas vezes vista como um estado brasileiro “típico” em suas características sociais, possuía 45% de proprietários (Pernambuco tinha 37%). E, naturalmente, os paulistas e os mineiros tinham de fato mais peso no processo político do que o indicado pelo grande número de ministros e presidentes que forneceram ao regime.

A questão de *por que* a elite política brasileira tinha tantos representantes oriundos do setor econômico ainda está por ser estudada. O fato de ter esses representantes – se nossas inferências, fatos e interpolações estão corretos – tenderia a colocar em dúvida a existência de uma elite *étatiste* autocontida e auto-sustentada – os donos do poder de Raimundo Faoro – ao menos no período estudado³⁸. Não estou negando o elemento essencial ao modelo “mandarim”³⁹: possuir educação superior era fator extremamente importante, tanto na República como no Império, mas os brasileiros aparentemente divergiam menos de outras elites políticas sob o aspecto da formação educacional do que por sua condição de proprietários.

NOTAS

1. Sobre os três métodos básicos para a definição de elites, ver o artigo clássico de Robert A. Dahl, “A critique of the ruling elite model”, *American Political Science Review*, 52 (junho, 1958), pp. 463-469.

Em alguns casos, a elite tem sido definida com base na reputação dos detentores do poder, avaliada por um grupo de pessoas julgadas competentes. Frey e Bonilla, por exemplo, utilizam esse método, em combinação com o método posicional. Essa técnica é mais atraente para o cientista político – que pode contar com o julgamento de contemporâneos – do que para o historiador. O critério de definição de uma elite através da tomada de decisões seria útil para o historiador se tratasse de uma questão de cada vez; no caso de muitas questões, os registros inexistem ou então são inacessíveis. Ver Frederick W. Frey, *The Turkish political elite* (Cambridge, Mass: 1965); Frank Bonilla, *The failure of elites* (Cambridge, Mass: 1970).

2. Os três estudos são Robert M. Levine, *Pernambuco in the Brazilian federation, 1889-1937* (1978); John D. Wirth, *Minas Gerais in the Brazilian federation, 1889-1937* (1977); e Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian federation, 1889-1937* (1980). Os três trabalhos foram publicados em Stanford, Calif.

3. Capítulo cinco em cada volume ("A elite política").
4. Peter H. Smith, *Labyrinths of power: political recruitment in twentieth-century Mexico* (Princeton, N.J.: 1979). Smith também faz uma análise separada dos funcionários públicos, de 1970 a 1976.
5. Uma análise semelhante, feita por Robert Levine, apresenta 60 membros da elite pernambucana unidos numa rede de relações. Levine, p. 204.
6. Num procedimento um pouco arbitrário, assinalo as dispersões encontradas entre os três grupos, maiores do que o desvio-padrão 5.0.
7. A proporção em termos nacionais era de uma pessoa com diploma universitário em cada 387 brasileiros. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Recenseamento... 1940: Censo demográfico*, série nacional, vol. 2 (Rio de Janeiro: 1950) pp. 1, 30, 67, 89.
8. O componente paulista incluía aproximadamente três ocupações por pessoa.
9. A proporção em termos nacionais era de um profissional em cada 347 brasileiros. Dados do *Recenseamento... 1940*, pp. 1, 34, 67, 126, 134, 142.
10. Variáveis para PROPRIETÁRIO: fazendeiro, comerciante, industrial, banqueiro, negociante de terras, comissário de café, investidor em ferrovias, proprietário de minas. Variáveis para PROFISSIONAIS: advogado, médico, jornalista, educador, engenheiro, padre, militar, juiz.
11. Nas ocupações de PROPRIETÁRIO, São Paulo liderava em sete das oito categorias (não foi constatado nenhum proprietário de minas no grupo paulista).
12. As ligações com o estrangeiro incluíam as 13 variáveis numeradas de 16 a 28 no apêndice.
13. As ligações fora do estado incluíam as oito variáveis numeradas de 29 a 36 no apêndice.
14. Definição: membro da, ou relacionado com a elite imperial, como primo-irmão, consanguíneo ou afim, ou de descendente direto até neto. Definição de elite imperial: senadores ou detentores do título de barão ou de títulos de nobreza hierarquicamente superiores.
15. Teste do qui-quadrado de significância estatística: 0.000. (A significância no nível 0.05 indica que as chances são 19 em 20 das vezes de que a relação não seja aleatória).
16. A mulher em questão foi Maria Tereza de Azevedo, que atuou durante apenas um ano na comissão executiva do Partido Constitucionalista.
17. Em São Paulo: Francisco Glicério e Armando Prado; em Pernambuco: Manoel Lubambo. Ver Love, p. 156; Wirth, p. 141; Levine, p. 111.
18. Dados da Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento... 1920*, vol. 4 (Rio de Janeiro: 1929) pp. 7, 9, 11, 14-19, 208-09.
19. Não possuo dados para Pernambuco.
20. José Murilo de Carvalho, *Elites and state-building in Brazil*, Dissertação de doutorado não publicada (Universidade de Stanford: 1974) p. 177 (mimeo).
21. Love, pp. 162-63, 165.

22. Houve dispersão entre os estados: Pernambuco passou de nenhum engenheiro na segunda geração para 22% na terceira.

23. Os valores do quiquadrado para as tabulações cruzadas da República Velha e do período Vargas são os seguintes: militares, 0.042; bacharéis, 0.002; e NEGÓCIOS 0.021.

24. As seqüências separadas também confirmaram a maior proeminência econômica dos membros de comissões executivas. Por exemplo, duas vezes mais membros desses órgãos tinham ligações com EXPORTAÇÃO quando comparados com os não-membros. As comissões como um todo contavam com 1/3 mais no grupo NEGÓCIOS do que os não-membros, e as comissões executivas dos partidos republicanos possuíam sozinhas 2/3 mais do que o grupo residual.

25. Ver tabelas em Love, p. 166; Levine, p. 114; e Wirth, p. 151.

26. Smith constata padrões similares de repetições de cargos na elite política mexicana antes, durante e depois da revolução. Ver *Labyrinths*, pp. 139, 142-43, 150-51.

27. Smith, p. 138.

28. Sobre o coeficiente gama ver Smith, pp. 107-08; e para uma discussão mais aprofundada, ver John H. Mueller, Karl F. Schuessler e Herbert L. Costner, *Statistical reasoning in Sociology* (2ª ed., Boston: 1970) pp. 279-92.

29. Os estudos mencionados são, em ordem alfabética, Dario Cantón, *El parlamento argentino en épocas de cambio: 1889, 1916 y 1946* (Buenos Aires: 1966); Paul W. Drake, "The political responses of the Chilean upper class to the great depression and the threat of socialism, 1931-33", in Frederic C. Jaher, ed., *The rich, the well-born, and the powerful* (Urbana, Ill.: 1973) pp. 304-37; Frederick W. Frey (acima); Patrick L.-R. Higonnet e Trevor B. Higonnet, "Class corruption, and politics in the French Chamber of Deputies, 1846-1848", in D. K. Rowney e J. Q. Granham, eds., *Quantitative history* (Homewood, Ill.: 1969) pp. 129-47; José Luis de Imaz, *Los que mandan*; traduzido para o inglês por Carlos A. Astiz (Albany, N.Y.: 1970); Robert D. Putnam, *The comparative study of political elites* (Englewood Cliffs, N.J.: 1976); e Peter H. Smith (acima).

30. Ao preparar esses dados, recomputei as percentagens para eliminar as informações não disponíveis e obtive uma taxa única para cada grupo, ponderando os deputados e senadores pelo número em cada câmara, para o ano em questão.

31. Putnam, p. 61.

32. Ver "Tropical Review: the theory of sectoral classes", in *Latin American Research Review*, 4,3 (1969), pp. 1-114.

33. Putnam, p. 27.

34. Putnam (p. 27) mostra que "os funcionários civis mais antigos" apresentavam percentuais de educação superior que variavam de 83% na Grã-Bretanha a 100% na Itália, entre os grupos europeus. Contudo, as taxas nesse caso são provavelmente "distorcidas" pelas exigências estatutárias regendo o funcionalismo público.

35. Higonnet e Higonnet, p. 132.

36. A elite dos Estados Unidos na Tabela 8 (1877-1934) é constituída de presidentes, vice-presidentes e ministros de Estado norte-americanos. A elite da década de 1790 a 1940 abrange as mesmas categorias,

e mais os ministros, senadores e funcionários públicos relacionados no *Dictionary of American Biography*. No entanto, entre os senadores tomados isoladamente, em 1900, 45% dedicavam-se aos negócios ou à agricultura, contra 37% em 1940. Em 1820 e 1860, a proporção de fazendeiros e homens de negócios, somados, ultrapassava 50%. Ver Putnam, pp. 185, 187, 188 (citação).

37. Imaz, p. 27.

38. Raimundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (2ª ed., Rio: 1975), 2 vols.

39. Ver Eul-Soo Pang e Ron L. Seckinger, "The mandarins of Imperial Brazil". *Comparative Studies in Society and History*, 14, 2 (março, 1972), pp. 215-44.

APÊNDICE A

Uma nota sobre as elites

A elite política examinada no Capítulo 5 é um grupo constituído pelos detentores de posições importantes nos partidos e governos estaduais, mais os representantes estaduais em postos federais de relevo, durante o período compreendido entre o advento da República e o golpe do Estado Novo. Assim, falando em termos estatísticos, a elite é uma população e não uma amostra. Visto que algumas pessoas ocuparam cargos durante apenas um dia, exigiu-se a permanência de no mínimo 90 dias em determinada função pública para ser considerado membro da elite entre 15 de novembro de 1889 e 10 de novembro de 1937. Todas as pessoas que puderam ser identificadas pelo nome e pelo tempo de permanência nos cargos foram incluídas, possuindo-se ou não outras informações sobre elas. Na realidade, contudo, foram obtidas biografias virtualmente completas de mais de 90% das elites dos três estados: Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.

Os autores concordaram com a inclusão de 17 a 18 postos ligados aos governos estaduais e de 17 a nível federal. Nossos estados, a lista foi formada pelo governador e seus assistentes – eleitos ou designados – mais importantes no Executivo, e pelas figuras hierarquicamente mais destacadas no Legislativo e no Judiciário. Os postos federais foram definidos de forma análoga, mas foram incluídos somente quando ocupados por representantes do estado em estudo.

Especificamente, os membros da elite estadual eram o governador; o vice-governador; os secretários de Justiça, Finanças, Agricultura, Transportes, Educação e Saúde e de Governo; o chefe de polícia do estado; o presidente do banco do estado; o prefeito da capital do estado; os principais administradores peculiares a cada estado (por exemplo, os presidentes dos Institutos do Café em São Paulo e em Minas Gerais; o diretor da imprensa estadual em Minas; o diretor da capitania dos portos e o inspetor de municípios em Pernambuco); os presidentes da Câmara e do Senado estaduais; o líder da maioria na Câmara; e o presidente do Tribunal de Justiça do estado.

Os funcionários federais incluíam o presidente da República; o vice-presidente; os ministros da Justiça, da Fazenda, da Agricultura, dos Transportes, da

Educação, do Trabalho, das Relações Exteriores; o presidente do Banco do Brasil; o presidente do Distrito Federal; o presidente do Departamento Nacional do Café; o presidente da Câmara Federal dos Deputados; o vice-presidente do Senado*; o líder da maioria na Câmara; o líder da bancada do estado na Câmara; e os integrantes do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, as elites foram definidas uniformemente, à exceção dos “principais administradores” (dos estados) especificados acima. Eliminar posições-chaves como as presidências dos Institutos do Café em São Paulo e Minas devido à inexistência desse posto em Pernambuco seria excesso de zelo, uma vez que o objetivo central da definição de elites era obter totalidades comparáveis de cada estado. O tamanho das populações da elite variou de 214 indivíduos em Minas Gerais para 263 em São Paulo e 276 em Pernambuco.

Três posições não-governamentais também estão incluídas nas elites – a comissão executiva do Partido Republicano (o partido da situação na República Velha) e as comissões executivas dos partidos mais importantes que não o Republicano antes de 1930, e de 1931 a 1937. (Os papéis dos republicanos e dos seus adversários foram invertidos após 1930; novos partidos da situação atraíram muitos líderes dos grupos de oposição de antes de 1930.) Pareceu essencial incluir esse setor não-governamental da elite devido ao seu papel de liderança no processo político mais amplo. As seqüências separadas de computador relativas aos membros de comissões executivas de partidos, comparadas com as de não-membros, tenderam a confirmar nosso julgamento qualitativo sobre este ponto: os membros de comissões detinham mais posições definidas como atributos da elite do que os não-membros, e além disso tinham maior proeminência na economia e na sociedade. Por conseguinte, seguindo a definição de Frank Bonilla para a elite venezuelana em *The failure of elites* (Cambridge, Mass., 1970, p. 16), as comissões executivas de partidos foram incluídas para que pudéssemos analisar melhor a estrutura de poder efetiva.

A elite foi definida de forma a excluir oficiais do Exército e da Marinha, uma vez que esses grupos faziam parte de corporações que virtualmente se auto-regulavam e mantinham laços tênues com as máquinas políticas dos três estados. Em apenas um mandato presidencial (o de Epitácio Pessoa, de 1919 a 1922) foram designados civis para as pastas de Guerra e Marinha. Foram excluídos das nossas elites, embora oficiais que ocupassem postos especificamente “civis” não o tenham sido. Os comandantes militares regionais, com a possível exceção dos do Rio Grande do Sul, não tinham ligações duradouras com as máquinas políticas estaduais, e esses oficiais de carreira eram deslocados para diferentes pontos do país. Os comandantes das forças policial-militares dos estados eram subordinados à liderança política civil, e em nenhum dos três estados desempenharam papel significativo na tomada de decisões políticas.

* O vice-presidente da República era, *ipso facto*, o presidente do Senado.

Nossa definição institucional omitiu um certo número de indivíduos que poderiam ter sido incluídos caso a elite tivesse sido definida numa base "reputacional". Contudo, a exclusão de duas ou três pessoas num grupo de 753 pareceu um sacrifício aceitável para manter uma definição consistente cobrindo os estados: os que foram deixados de fora teriam alterado o perfil do grupo em menos de um ponto percentual, e muitos dos dados eram demasiadamente "flexíveis", não justificando reivindicações de precisão numa fração de um ponto.

Aproximadamente cem variáveis foram catalogadas como características da elite. Foram agrupadas sob os títulos de ideologia política, participação em eventos políticos importantes tanto a nível nacional quanto a nível estadual, atividades sociais e culturais, ligações com o estrangeiro, ligações interestaduais, idade, educação, ocupação, municípios e zonas de atividade política, e laços de família. (Para os esquemas de codificação, o leitor pode obter livros de código com os autores). Os dados biográficos pesaram mais no esclarecimento das posições educacionais e oficiais ocupadas, e menos na determinação da situação econômica.

Apesar de o programa de computador ter sido projetado para apresentar uma progressão através dos postos de elite durante o período estudado, não cobre todos os padrões de carreira, e por isso não elaboramos um estudo de recrutamento político análogo ao *The Turkish political elite* (Cambridge, Mass: 1965) de Frederick W. Frey. A elite de Frey é definida de forma muito mais simples do que a nossa; inclui todos os membros da Assembléia Nacional Turca que atuaram entre 1920 e 1957, i.e., os ocupantes de um posto ao invés de 37 (p. 7).

Os dados foram obtidos de várias fontes: obituários de diários oficiais dos estados, obituários e notas sobre centenário de nascimento em necrológios de jornais, almanaques, listas de membros de associações de voluntários, biografias, entrevistas com membros da elite e seus descendentes, questionários preparados para esses grupos, listas de diplomados de escolas profissionais, publicações de partidos políticos, dicionários biográficos e enciclopédias e álbuns comemorativos.

Um problema inicial que se apresentou foi elaborar listas de funcionários públicos e dos períodos de permanência nos cargos, visto que na maioria dos casos elas não existiam. Para as comissões executivas dos Partidos Republicanos de Minas e São Paulo, descobriu-se que as eleições para cargos políticos estaduais e nacionais eram sempre acompanhadas de um "boletim eleitoral" assinado pelos membros em exercício. Consequentemente, a reconstrução histórica das comissões começou com a busca das datas das eleições nos relatórios anuais da secretaria de justiça. Esta etapa foi seguida por um levantamento dos jornais *Correio Paulistano* e *Minas Gerais* no dia anterior aos das eleições para detectar os signatários dos boletins. (Procedimento semelhante foi adotado em Pernambuco, mas com

menos sucesso, devido ao menor grau de coesão partidária naquele estado.) A compilação de listas de funcionários públicos e de períodos de permanência nos cargos pode fornecer cronologias básicas para o historiador que estuda instituições; uma lista completa relativa aos estados é fornecida no Apêndice B, dos três livros.

Convenções usadas na classificação das características da elite:

1. Os membros da elite tinham que ter nacionalidade brasileira.
2. Todo membro que ocupou o mesmo posto mais de uma vez foi codificado por cada período de permanência no cargo.
3. Na ausência de dados para uma determinada característica, nos casos em que os dados eram praticamente completos, convencionou-se que o membro da elite carecia do atributo, e o item foi codificado negativamente. Apenas nos casos em que a maioria esmagadora dos dados não era disponível codificou-se “ausência de dados”.
4. O código “não aplicável” foi introduzido sempre que um membro era muito jovem para ter participado de um determinado evento, já havia morrido, ou já se retirara da atividade política.
5. Todos os eventos e todas as experiências que foram codificados positivamente ocorreram durante os limites cronológicos preestabelecidos, à exceção daqueles referentes especificamente a eventos anteriores a 1889 e a itens pertencentes à educação, à ascendência estrangeira e à residência no exterior, que incluíam também a experiência pré-1889.
6. Se um membro representou um estado num cargo federal além daquele para o qual foi codificado, a parte da sua carreira fora do estado estudado não foi codificada. (Por exemplo, Rivadávia Correia, na sua juventude, foi membro da elite de São Paulo, mas posteriormente representou o Rio Grande do Sul como ministro do governo federal).
7. Múltiplas profissões foram codificadas, a saber: todas as profissões e ocupações detectáveis no período 1889-1937. Convenções específicas: um exportador foi também classificado como comerciante; um comissário não foi classificado como banqueiro, uma vez que este último termo implica a direção de um processo mais amplo (embora houvesse uma considerável coincidência de funções); editores de jornais, empreiteiros da construção e construtores de ferrovias foram todos classificados como industriais, e todos os juízes também foram classificados como advogados.

8. Todos os juizes dos tribunais de Justiça estaduais foram codificados como tendo sua base política na capital do estado onde atuavam. Visto que a maioria eram juizes profissionais, foram classificados desse modo pelo fato de não terem clientela local e dependerem de diretivas do governo estadual ao qual estavam ligados.

9. Os presidentes do Banco do Brasil incluíram apenas aquele grupo que ocupou o cargo entre 1906 e 1937. O banco foi completamente reorganizado em 1906, quando passou a ter uma missão mais efetivamente nacional. Antes da reorganização, o banco não possuía nenhuma agência fora do Distrito Federal, ao passo que em 1927 havia 70 agências em todo o país.

A elite brasileira – cargos públicos ocupados

ESTADUAL

Secretário da Justiça, ou secretário-geral; secretário de Finanças; secretário de Agricultura; secretário de Educação e Saúde (Interior); secretário de Viação; secretário de Segurança; secretário de governo ou interventoria; governador (presidente do estado) ou interventor; vice-governador (vice-presidente do estado); prefeito da capital do estado; chefe de polícia do estado; administrador superior do estado (SP/São Paulo/def.: pres., Instituto do Café. MG/Minas Gerais/def.: diretor, Imprensa do Estado, e pres., Instituto Mineiro do Café. PE/Pernambuco/def.: dir., Capitania dos Portos e Inspetor Geral dos Municípios); presidente, banco estadual; presidente, senado estadual; presidente, Câmara estadual, ou presidente, Assembléia Constituinte; líder da maioria, Câmara estadual; presidente, Tribunal de Justiça estadual; líder do maior partido ou coalizão não-PR até 1930 (SP def.: membro, comissão executiva, Partido Democrático./MG: não aplicável/. PE def.: membro, facções Martins Jr. e José Mariano; membro, antes de 1910, do grupo anti-Rosa e Silva; membro, 1911-18, grupo anti-Dantas; membro, Partido Democrático, década de 1920); líder do maior partido ou coalizão não-PR; 1931-37 (SP def.: membro, comissão executiva, PD/1931-1934; membro, comissão executiva, Partido Constitucionalista, 1934-37. MG def.: membro, comissão executiva, Partido Progressista. PE def.: membro, bloco dissidente do Partido Social Democrático/Facção anti-Lima Cavalcânti); membro, comissão executiva, Partido Republicano (MG def.: 1889-90; Partido Republicano Constitucional, 1893-97, definidos como os líderes que assinavam as listas de candidatos às eleições; Partido Republicano Mineiro, 1897-1937).

FEDERAÇÃO

Ministro da Justiça; ministro da Fazenda; ministro da Agricultura; ministro das Relações Exteriores; ministro da Educação; ministro do Trabalho; ministro da Viação; presidente da República; vice-presidente da República; prefeito, Distrito

Federal; presidente, Conselho Nacional do Café, ou seu sucessor, Departamento Nacional do Café; presidente, Banco do Brasil (1906-1937); vice-presidente, Senado Federal; presidente, Câmara dos Deputados, ou presidente, Assembléia Constituinte; líder da maioria, Câmara dos Deputados; líder, bancada estadual, Câmara dos Deputados; ministro, Supremo Tribunal Federal.

As tabelas que se seguem indicam as variáveis e os valores para Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo.

VARIÁVEIS E VALORES NOS TRÊS ESTUDOS DE ELITES
(FREQUÊNCIAS AJUSTADAS EM PORCENTAGENS)

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
EVENTOS POLÍTICOS								
1a. Monarquista que aderiu à República por declaração pública, 15 de nov. de 1889-31 de dez. de 1891	73,8%	80	48,2%	83	49,5%	105	56,3%	268
1b. Monarquista que aderiu à República, 1892-1900	3,8	80	2,4	83	0	105	1,9	268
1c. Republicano histórico: republicano autoproclamado antes da Abolição. (13 de maio de 1888)	21,3	80	41,0	83	49,5	105	38,4	268
1d. Republicano de última hora: declarou-se publicamente republicano entre 13 de maio de 1888 e 14 de nov. de 1889	1,3	80	8,4	83	1,0	105	3,4	268
2. Abolicionista antes de 1º de jan. de 1887, que reivindicava a extinção completa da escravidão dentro de uma década ou menos	16,8	95	8,6	116	19,8	111	14,9	322
3. Partidário de Deodoro: apoiou a tentativa de golpe de Deodoro entre 3 e 24 de nov. de 1891	5,2	97	5,9	118	12,3	122	8,0	33,7
4. Não aceitação da política de valorização: ruptura com a situação estadual em qualquer momento	0	114	0	131	1,0	206	0,4	451
5. Ruptura com a situação estadual quanto à sucessão presidencial em 1909-10	23,7	135	10,7	149	7,9	164	13,6	448
6. Ruptura com a situação estadual quanto à sucessão presidencial em 1921-22	6,8	117	4,6	151	0,6	178	3,6	446

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
7. Ruptura com a situação estadual quanto à sucessão presidencial em 1929-30	22,1	113	5,9	136	3,2	125	9,9	374
8. Tenente: tenente ou aliado político dos tenentes após 24 de out. de 1930.	18,9	111	2,9	138	5,8	171	8,3	420
LIDERANÇA NÃO POLÍTICA								
9. Juiz: juiz de direito ou hierarquicamente superior	25,9	205	16,8	214	19,4	242	20,6	661
10. Líder cultural: membro, academia estadual de letras ou academia nacional de letras	8,2	196	4,7	214	5,8	241	6,1	651
11. Líder trabalhista: funcionário, sindicato (local), ou unidade ou organização superior	1,0	196	0	214	0	243	0,3	653
12. Membro de clube social: qualquer um ou mais de um dos seguintes: SP def.: Sociedade Hípica, Clube Comercial, Jockey Clube, Clube Atlético Paulista, Automóvel Clube. MG def.: Automóvel Clube, Jockey Clube. PE def.: Clube Internacional, Jockey Clube Sport, Centro Pernambucano do Rio	15,3	196	11,2	214	27,4	241	18,4	651
13. Dirigente de sociedade agrícola: SP def.: Sociedade Rural Brasileira, ou qualquer uma das suas entidades constitutivas antes da consolidação – Centro Agrícola, Sociedade Paulista de Agricultura, Liga Agrícola Brasileira, ou Associação de Lavradores de Café. MG. def.: Sociedade Mineira de Agricultura. PE def.: Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco	6,6	196	1,9	214	6,7	239	5,1	649

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
14. Dirigente, Associação Comercial estadual	4,1	196	0,5	214	3,7	242	2,8	652
15. Dirigente, Ordem dos Advogados ou Instituto dos Advogados	0,5	196	5,1	214	4,1	242	3,4	652
LIGAÇÕES COM O ESTRANGEIRO								
16. Advogado de companhia estrangeira operando no Brasil: Def.: de estrangeira: pelo menos 51% das ações pertencentes a pessoas de nacionalidade estrangeira	4,3	187	2,3	213	0,8	240	2,3	640
17. Importador: gerente ou diretor de, ou investidor em firma de importação	1,1	188	0	214	2,9	239	1,4	641
18. Exportador, gerente ou diretor de, ou investidor em firma de exportação	7,4	189	0,5	214	6,7	239	4,8	642
19. Gerente ou diretor de, ou investidor em firma estrangeira operando no Brasil; estrangeira definida no 16	2,7	188	2,4	211	9,2	239	5,0	638
20. Pelo menos um dos genitores nascido no estrangeiro	4,3	188	2,8	213	4,6	239	3,9	640
21. Esposa nascida no estrangeiro	1,1	188	0	214	2,1	238	1,1	640
22. Pelo menos um ano de estudo em qualquer nível no estrangeiro	6,9	189	5,1	214	13,4	239	8,7	642
23. Residência no estrangeiro durante pelo menos seis meses	20,3	187	7,5	214	31,9	238	20,3	629
24. Cônsul junto a governo estrangeiro	2,1	188	0	214	0,4	239	0,8	641
25. Condecorado por governo estrangeiro	1,6	188	0,9	214	8,8	239	4,1	641

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
26. Contratador de imigrantes: diretor ou gerente de, ou investidor em empresa privada ou governamental ligada à imigração	0,5	188	0,9	214	4,2	239	2,0	641
27. Brasileiro naturalizado	1,1	188	0,5	214	0,4	239	0,6	641
28. Título estrangeiro: detentor de título de nobreza estrangeiro ou papal	2,1	188	0,5	214	0,8	239	1,1	641
LIGAÇÕES INTERESTADUAIS								
29. Político ou funcionário administrativo em outro estado: juiz de direito, deputado estadual ou deputado federal, ou ainda o mencionado anteriormente (i.e. as posições definidoras – 17/18 postos estaduais e 17 federais)	6,9	195	6,1	214	7,1	238	9,7	647
30. Carreira profissional em outro estado, retornando depois ao estado natal: tempo mínimo, um ano	12,9	194	3,3	214	7,1	240	7,6	648
31. Carreira profissional no Distrito Federal	17,5	194	14,5	214	1,3	240	10,5	648
32. Carreira profissional no Distrito Federal, retornando depois ao estado natal	7,2	194	2,3	214	5,8	240	5,1	648
33. Empregado em qualquer órgão oficial interestadual: p.ex., uma convenção cafeeira interestadual	4,6	195	0,5	214	0,4	239	1,7	648
34. Nascimento fora do estado	14,5	193	13,1	214	18,6	236	15,6	643

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
35. Político ou funcionário administrativo em outra província ou no Município Neutro antes de 15 de nov. de 1889: Def.: funcionário é juiz de direito, deputado provincial, deputado geral, ou mencionado anteriormente (i.e. equivalentes no período imperial dos postos citados no 29)	21,2	193	4,2	214	12,5	112	12,3	519
36. Colégio em outro estado ou no Distrito Federal: tempo mínimo, um ano acadêmico	8,3	193	13,6	211	19,7	234	14,3	638
EDUCAÇÃO								
37. Curso de direito no estado	71,8	196	14,1	213	62,5	240	49,8	649
38. Curso de direito em outro estado ou no Distrito Federal	3,6	193	42,3	213	5,0	241	16,8	647
39. Curso de direito feito em mais de um lugar: pelo menos um ano na escola de direito de um outro estado (ou Distrito Federal), que não aquele onde o diploma foi obtido	1,6	193	5,1	214	2,9	242	3,2	649
40. Curso de medicina no estado	0,5	193	0	213	0,4	241	0,3	547
41. Curso de medicina em outro estado ou Distrito Federal	7,3	193	10,4	212	5,0	240	7,4	645
42. Curso de medicina feito em mais de um lugar: análogo ao 39	0	193	0,9	214	0	242	0,3	649
43. Curso de engenharia no estado	3,1	193	8,4	214	4,5	242	5,4	649
44. Curso de engenharia em outro estado ou Distrito Federal	2,6	193	2,3	213	2,1	242	2,3	648
45. Curso militar: graduação na Academia das Agulhas Negras, Escola Militar no Rio, Colégio Militar em Porto Alegre, ou seu equivalente imperial no Ceará	4,1	193	0,9	214	2,1	241	2,3	648

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
46. Curso de farmácia	0,5	193	3,7	214	1,2	242	1,8	649
47. Outro curso universitário	4,1	193	0,9	214	10,4	241	5,4	648
48. Diploma secundário, sem curso superior	4,7	193	7,1	210	5,8	241	5,9	644
49. Até a escola secundária, sem diploma	1,0	193	1,9	209	1,7	241	1,6	643
OCUPAÇÃO								
50. Advogado	55,1	214	67,9	212	69,3	241	64,3	667
51. Médico	7,1	197	12,1	214	7,1	214	8,7	652
52. Jornalista	35,0	197	23,8	214	26,6	241	28,2	652
53. Fazendeiro: proprietário de fazendas produtoras de bens agrícolas ou pastoris destinados principalmente ao mercado	18,8	197	16,7	210	37,7	239	25,1	646
54. Comerciante	13,3	196	5,6	213	16,6	241	12,0	650
55. Industrial: proprietário de, investidor em operação de manufatura ou de processamento (p.ex., usineiro)	12,6	199	17,8	214	27,8	241	19,9	654
56. Banqueiro: gerente, diretor, ou conselheiro de, ou investidor em banco	9,1	198	15,0	214	18,3	241	14,4	653
57. Educador: professor secundário ou universitário	27,3	199	32,2	213	21,2	241	26,6	653
58. Engenheiro	9,4	202	12,7	213	9,9	242	10,7	657

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
59. Padre	2,5	198	0,5	214	0	253	0,9	665
60. Militar	4,6	197	0,5	214	2,5	242	2,5	653
61. Juiz: juiz de direito ou hierarquicamente superior	19,8	197	17,3	214	19,1	241	18,7	652
62. Negociante de terras	1,0	197	0	214	2,9	241	1,4	652
63. Comissário: aquele que fazia empréstimos a curto prazo aos fazendeiros	0	197	0	214	3,8	240	1,4	651
64. Gerente, diretor ou conselheiro de, ou investigador em ferrovias em operação no Brasil	0	197	5,6	214	9,5	241	5,4	652
65. Proprietário de minas ou investidor na mineração	1,0	197	3,3	213	0	241	1,4	651
66. Outra profissão ou ocupação	2,0	197	6,5	214	4,6	241	4,4	652
LAÇOS DE FAMÍLIA								
67. Relacionado a pelo menos um outro membro da elite do mesmo estado, até primo-irmão-consanguíneo ou afim	34,3	198	46,3	177	42,5	240	41,0	615
68. Membro da, ou relacionado à elite imperial, até primo-irmão, consanguíneo ou afim, ou descendente direto até neto. Def. de elite imperial: senadores, ou detentores do título de barão ou outros hierarquicamente superiores	27,4	197	16,2	185	19,7	239	21,1	621
69. Relacionado a pelo menos um membro de qualquer outra elite estadual analogamente definida (não apenas as de PE,								

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
SP ou MG) até primo-irmão consanguíneo ou afim	12,0	192	4,3	185	0,8	241	5,3	618
70. No Congresso Federal: serviu pelo menos uma vez (designado ou eleito) durante 90 dias ou mais, na Câmara ou no Senado	55,7	192	51,2	209	31,7	252	45,0	653
71. Na legislatura estadual: serviu pelo menos uma vez (designado ou eleito) durante 90 dias ou mais, na Câmara ou no Senado	30,9	194	47,4	209	48,6	255	43,0	658
OUTRAS VARIÁVEIS: COMPOSTOS OU ITENS DERIVADOS DE "CARGOS POLÍTICOS OCUPADOS"								
Republicano histórico: composto de 1c-1d	22,5	80	49,4	83	50,5	105	41,8	268
Que aderiu à República: composto de 1a-1b	77,6	80	50,6	83	49,5	105	58,2	268
Idade na primeira posição definidora de elite:								
Mínima	19	186	23	181	25	230	_____	597
Máxima	78	186	80	181	85	230	_____	597
Média	43,0	186	43,3	181	46,0	230	44,2	597
Mediana	42,3	186	41,9	181	45,1	230	43,3	597
Idade na primeira posição definidora de elite, agrupada em intervalos de 10 anos:								
29 ou menos	16,7	186	5,0	181	3,5	230	8,0	597
30-39	22,0	186	36,5	181	23,9	230	27,1	597
40-49	29,6	186	32,0	181	39,6	230	34,2	597
50-59	18,3	186	20,4	181	21,3	230	20,1	597
60 ou mais	13,4	186	6,1	181	11,7	230	10,6	597

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
Geração política:								
Primeira: nascido antes de 1869	50,8	193	50,3	181	46,1	230	48,8	604
Segunda: nascido entre 1869 e 1888	29,5	193	31,5	181	33,9	230	31,8	604
Terceira: nascido em 1889 ou depois	19,7	193	18,2	181	20,0	230	19,4	604
Ocupou o primeiro cargo após a Revolução de 1930	14,9	268	21,5	214	37,3	263	24,7	745
Trabalho fora do estado: composto de 29-33	43,6	195	22,4	214	16,8	238	26,7	647
Ligação fora do estado (educação, experiência, laços de família): composto de 29-34, 36, 38-39, 41-42, 44-45, 69	64,9	185	72,1	183	39,3	229	57,3	597
Ligação com o estrangeiro: composto de 16-28	33,3	186	15,7	210	48,1	237	33,0	633
Bacharel: composto de 37-42	81,3	194	73,8	210	76,2	239	76,9	641
Ausência de curso universitário: composto de 48-49	5,7	193	9,2	206	7,5	241	7,5	640
Homem de negócios: composto de 54-56, 63-65	24,4	197	34,9	212	41,3	240	34,1	649
Membro do complexo agroexportador: composto de 13, 18, 53, 63	26,2	187	17,1	210	40,3	233	28,4	630
Relacionado à elite republicana ou imperial: composto de 67-69	45,3	192	52,9	170	49,6	236	49,2	598
Membro do comitê executivo do PR	14,9	276	32,2	214	28,5	263	24,6	753
Líder da oposição: composto de todos os membros dos comitês executivos não-PR	10,5	276	8,4	214	20,5	263	13,4	753

CATEGORIAS E VARIÁVEIS	PERNAMBUCO		MINAS GERAIS		SÃO PAULO		COMPOSTO	
	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO
Líder do partido: composto de todos os membros dos comitês executivos do PR e não-PR	25,4	276	38,8	214	48,3	263	37,2	753
Governador (presidente do Estado)	6,2	276	7,9	214	8,0	263	7,3	753
Experiência legislativa: composto de 70-71	65,6	276	68,4	209	57,1	252	63,2	737

Nota: Esta não é uma lista de todas as variáveis testadas; em alguns casos os dados eram muito incompletos para merecer sua inclusão aqui. Os valores omitem os casos em que não foi encontrado nenhum dado e aqueles aos quais o item não era aplicável. O número refere-se ao número de casos válidos dos quais as percentagens foram derivadas.

ELIZA MARIA PEREIRA REIS – Lamento não ter tido tempo suficiente para examinar os trabalhos com todo o cuidado que mereceriam. Como só tive acesso aos textos à última hora, terei que me limitar a usar a excelente análise que nos foi apresentada basicamente como ponto de referência para algumas reflexões sobre o tema geral dessa sessão, que é precisamente o reexame da questão da continuidade ou ruptura implícita no movimento revolucionário de 30. Desde já, é importante lembrar que, quando falamos aqui de “continuidade”, referimo-nos ao sentido da mudança, e não à total ausência dessa última. Como Gerschenkron salientou muito bem, a continuidade histórica diz respeito à natureza da mudança e não à total ausência de transformações¹.

Inicialmente gostaria de salientar que vejo o trabalho de Aspásia Camargo sobretudo como um esforço bem-sucedido de promover uma síntese interpretativa das diversas tendências subjacentes à literatura sobre a Revolução de 1930. Análises convergentes e divergentes foram por ela re combinadas ou reconciliadas; é assim que se torna possível entender de que maneira uma revolução de classe média combina com uma revolução de oligarquias rurais; como é que o elemento militar, através do tenentismo, se insere nessa conjuntura revolucionária; e, de uma maneira geral, como é que a coalizão de forças díspares que caracteriza o movimento revolucionário ganha sentido enquanto um todo. Creio que por si só esse aspecto do trabalho é mais que suficiente para atribuir-lhe muitos créditos. Mas há além disso, um outro aspecto que me parece crucial ressaltar aqui: aquele que diz respeito à questão da integração entre as determinações históricas de ordem estrutural e as escolhas políticas concretas empreendidas pelos atores políticos singulares. A partir de um enfoque de elites políticas, Aspásia Camargo nos permite detectar como em conjunturas específicas as escolhas políticas concretas influenciaram o rumo do processo de modernização no Brasil. Parece-me da maior importância esse esforço de resgatar o papel dos atores políticos dentro dos parâmetros estabelecidos a nível estrutural.

É exatamente nessa questão do papel dos “atores políticos” que gostaria de me deter um pouco, para sugerir que o Estado seja também percebido como um ator político em si mesmo, como ator que tem interesses próprios. Essa proposição teórica ganha relevância aqui em conexão com outra sugestão que quero fazer e que diz respeito à Revolução de 30: sugiro que a continuidade mais expressiva entre

a República Velha e o período inaugurado pela Revolução de 30 diz respeito ao processo de construção do Estado. É o processo de *state building* que se mantém em um mesmo sentido antes e depois de 1930. E é a esse nível que a contribuição das oligarquias regionais é fundamental. Não pretendo com isso negar a contribuição direta das disputas oligárquicas nos eventos revolucionários de 30. Trata-se tão-somente de adotar uma ótica histórica de longo prazo e observar de que maneira as oligarquias concorreram para imprimir ao processo de construção do Estado nacional um sentido peculiar que persiste como elemento de continuidade nos períodos pré e pós-trinta.

Existem sérias dificuldades para se perceber o Estado como um ator político em si mesmo. Entretanto, fugindo ao risco de transformá-lo numa categoria ontológica, estou sugerindo que pensemos o ator “Estado” meramente a partir de uma perspectiva organizacional. Nesse sentido, é possível identificar interesses específicos do Estado, interesses que não se sobrepõem e freqüentemente não coincidem com os interesses das elites regionais. Creio que esse esforço de captar o Estado enquanto ator político pode ser crucial para ultrapassar um certo determinismo social implícito nas análises de processos de modernização conservadora. No caso específico do Brasil, que aqui nos interessa, é possível ver nesse Estado, que tem interesses próprios, parâmetros organizacionais consolidados antes de 1930 que contribuem para imprimir um sentido conservador à modernização do período Vargas. E quando sugiro que tais parâmetros organizacionais foram consolidados antes de 30, não pretendo sequer ser original. Temos aqui na mesa conosco o prof. Vítor Nunes Leal, que de forma brilhante e pioneira salientou o processo de fortalecimento do poder estatal que tem lugar sob a República Velha².

A partir do *insight* que as análises do prof. Nunes Leal sobre o coronelismo nos proporcionaram, sugiro que dediquemos maior atenção ao processo de concentração e centralização do poder que tem lugar antes de 1930. Chamo atenção para esse aspecto não porque pretenda estabelecer uma identidade entre centralização do poder *per se* e modernização conservadora, mas simplesmente porque existem evidências sugestivas de que a centralização que teve lugar durante a República Velha caminhava no sentido de consolidar um Estado bastante diferente do modelo liberal-burguês. Se a longo prazo predominou a “modernização pelo alto” ou “modernização conservadora”, isso longe de ser uma fatalidade histórica deve ser entendido como resultante da interação entre oligarquias rurais e interesses organizacionais do Estado. É claro que essa interação é complexa e sua captação problemática, sobretudo se se tem em vista que há uma enorme sobreposição entre as elites econômicas e as elites políticas, como o professor Love vai mostrar em breve. É difícil não cair na armadilha do determinismo social num contexto onde as elites estão tão organicamente ligadas. De qualquer forma, não resta dúvida de que a própria superposição das elites é uma dimensão importante para o entendimento da constituição da ordem pública no Brasil e suas relações

com a ordem privada. Para se entender por que a centralização de poder esteve associada ao autoritarismo no contexto brasileiro, há que se ter em conta os padrões específicos de interação entre o público e o privado, bem como o *timing* dos processos de *state building*.

Finalmente, outro aspecto que gostaria de destacar aqui tem a ver com a noção de “revolução pelo alto” ou “revolução de elites”, como prefere Aspásia Camargo. A autora chama atenção para a peculiaridade da Revolução de 30 que, segundo ela, residiria em dois aspectos: em primeiro lugar, na ausência de mobilização autônoma das classes subalternas. Em segundo lugar, no fato de que a Revolução não implicou uma substituição radical das elites no poder. Parece-me que a análise histórico-comparada poderia vir a contribuir de forma decisiva não apenas para relativizar essa suposta peculiaridade de nossa revolução, mas também para avançar no sentido de um maior refinamento na área da teoria das revoluções.

Assim, por exemplo, uma aproximação da experiência brasileira de 30 com a chamada revolução conservadora da Alemanha de Bismarck pode ser extremamente fértil. Lembremos aqui tão-somente que lá, como aqui, o próprio fato de as elites agrárias estarem regionalmente segmentadas desempenhou um papel crucial na elaboração da política econômica, com repercussões decisivas na esfera política. Nesse sentido, os contrastes e paralelos entre essas duas experiências poderão talvez contribuir para resolver impasses teóricos que mesmo as análises especificamente voltadas para as “revoluções de elite” não conseguiram resolver. A modernização conservadora que o Japão experimentou sob a dinastia Meiji seria outro elemento de comparação interessante. Igualmente relevante seria o *exame* dos contrastes com outras elites regionais para se entender as implicações de longo prazo das revoluções. Por que o conflito regional que levou à guerra civil nos Estados Unidos, por exemplo, implicou a vitória definitiva do capitalismo liberal-burguês sobre o capitalismo autoritário, enquanto no Brasil as fórmulas de conflito e negociação entre elites regionais tiveram implicações tão distintas? No mesmo sentido, análises comparadas tais como a que Love nos sugere entre as elites mexicanas e brasileiras podem propiciar novas linhas de investigação de maior importância para uma reavaliação do significado da Revolução de 30 no Brasil e, porque não, das revoluções em geral. Creio que esses são elementos importantes para reflexão, agora que já temos uma perspectiva histórica de 50 anos que deve nos ajudar a repensar a experiência brasileira e também a própria compreensão teórica dos processos revolucionários. Essas sugestões têm um caráter eminentemente exploratório; são sobretudo uma incitação à análise histórico-comparada. Nesse sentido, creio que o trabalho de Aspásia Camargo nos fornece um ponto de partida extremamente útil: ele nos proporciona um respaldo empírico bem fundamentado, que em confronto com outras experiências históricas poderá levar a reavaliações e, quem sabe, à alguma revisão teórica fundamental.

NOTAS

1. Gerschenkron, Alexander, *Continuity in History and other essays*. (Cambridge, Mass.: Belknap Press, 1968) pp. 12-13.
2. Nunes Leal, Vitor, *Coronelismo, enxada e voto; o município e o sistema representativo no Brasil*. (Rio de Janeiro: Editora Forense, 1948).

JOHN WIRTH – Parafraseando a frase famosa e deliciosa de Antônio Carlos – “Façamos a revolução antes que o povo a faça” –, eu diria: “Fizemos a revolução antes que os historiadores a fizessem”. Realmente, já temos 50 anos de história sobre a Revolução de 30 e sobre as raízes desta revolução – tão importante na vida nacional, e fatalmente vamos ter mais 50 anos de história e de historiografia sobre esses mesmos acontecimentos. A propósito, usamos para estudá-los uma tecnologia inimaginável pelos revolucionários daquela época. Dados analisados com a alta tecnologia da IBM e de outras companhias – realmente é uma coisa fundamental. E foi o que Robert Levine, Joseph Love e eu fizemos. Mas é bem provável que os historiadores do futuro possam dizer: “O.K. Aqueles três americanos fizeram um caso clássico de GIGO”. Eu não sei se vocês conhecem essa expressão deliciosa – GIGO – *garbage in, garbage out*, que quer dizer “lixo entra, lixo sai”. Em suma, esta é uma tentativa de análise, ainda há muito o que fazer e não existem soluções mágicas de computador. Os historiadores é que interpretam os dados. São eles que fazem o trabalho do futuro. Quero fazer alguns comentários sobre o poder da elite regional em 30. Como o Love afirmou, a elite era bastante forte. Havia uma tal interligação entre a elite política e a elite econômica que podemos chamar aquela elite de comissão executiva da burguesia da época... Era a elite do poder, e tão forte que é um pouco difícil imaginar como foi derrotada na época. Ela realmente detinha o poder nos estados. E como foi possível para Vargas e a equipe da revolução dominar as elites regionais, tão bem organizadas em partidos políticos? em nosso estudo, fica evidente que a organização partidária – o PRM e o PRP – era forte, até mesmo em Pernambuco. Em 1930 e quase até 1937. Assim, acabar com eles era bem difícil. Como isso foi possível? Primeiramente, houve a crise econômica, que em nosso trabalho desempenha papel importante.

Diante da crise econômica mundial, as elites regionais perderam a capacidade de manobrar, de manter a integridade econômica a nível estadual. Faltava-lhes dinheiro, faltava-lhes capacidade de contrair empréstimos do estrangeiro. Houve uma crise de desemprego também. A crise chegou a tal ponto que fatalmente levou o governo central a gerir a economia. E assim o fez. Até a elite paulista, a mais poderosa, não foi capaz de manter a situação econômica de seu estado. Pela primeira vez, as elites estaduais perderam o controle da economia em função da crise mundial. O certo é que tal fracasso não se explica por razões internas, mas externas.

Em segundo lugar, as elites regionais perduraram porque elas não estavam completamente fora de ação, como a Aspásia já disse bem. Já existiam forças de

integração atuantes antes da Revolução de 30, e as elites estaduais participavam desse processo. Estavam fazendo alguma coisa para integrar o país, antes do trabalho iniciado pelos revolucionários e, claro, bem antes da chegada do Estado Novo, quando o processo se acelerou. No trabalho de Ângela Maria de Castro Gomes, *A burguesia e o trabalho*, encontramos bons exemplos de grupos econômicos articulando-se nacionalmente para tomarem conta de problemas que realmente tornaram-se nacionais, e não mais regionais. Então, como a elite econômica e política da República Velha estava tomando a iniciativa, era mais difícil acabar com elas. Elas não foram completamente irrelevantes. E mesmo depois da Revolução de 30, continuaram agindo nesse sentido de integrar. Assim, a integração avançava no cenário nacional e no cenário estadual e local, em um processo complexo. Vargas e o grupo que o cercava levaram quase sete anos para dominar esse processo de integração que outros conduziam a nível estadual.

Em terceiro lugar, falando sobre a ideologia daquele grupo, já havia também um tipo de democracia oligárquica. Um tipo de democracia que não era completamente falsa, e por isso foi mais difícil acabar com aquele grupo que controlava o poder. Se não fosse assim, seria impossível imaginar a capacidade de o grupo permanecer no poder. O voto era importante tanto para o Congresso quanto para os legislativos estaduais. O sistema liberal da época funcionava até certo ponto. E podemos dizer que a Revolução de 30 foi, em seus modos de pensar, um tipo de revolução liberal frustrada. Isto porque, antes da revolução – em 1929 especialmente –; havia um movimento de modernização dos partidos, e ainda precisamos investigar muito mais sobre aquela possível abertura liberal que se delineava na época. Realmente, foi um tipo de liberalismo frustrado, ainda com possibilidades de se desenvolver. Abalado pela crise econômica, este liberalismo perdeu-se rapidamente por causa do ataque vindo dos direitistas. Acho que o trabalho dos tenentes foi muito importante, porque eles desautorizaram o liberalismo, ocupando o centro do debate ideológico. Fizeram isso com um grande sucesso. O liberalismo quase desapareceu da política. E desapareceu rapidamente da historiografia da época também. A direita ganhou decisivamente nesta batalha contra o liberalismo, porque também ela tinha meios de incorporar os novos grupos. O liberalismo falava sobre os problemas da classe média das cidades, dos sindicatos, do populismo urbano. Tudo isso estava claro no programa da Aliança Liberal. Mas a direita também tinha possibilidades de incorporar esses mesmos setores com outro tipo de política, que era realmente, como todo o mundo sabe, um tipo de modernização conservadora. E eles ganharam, porque aquele tipo de liberalismo oligárquico ainda continua nos Estados Unidos quase até 37. E por isso foi ainda mais difícil acabar com ele.

Um quarto ponto que quero focalizar brevemente é sobre o papel da liderança política, porque foi um pouco por acaso que a revolução aconteceu. Se não fosse a campanha de Washington Luís, empenhado em punir Minas Gerais, é difícil imaginar o êxito da revolução em meio a tantas lutas interoligárquicas. A crise

econômica mundial é uma coisa. A campanha de Washington Luís contra Minas Gerais – chegando quase ao ponto de uma intervenção militar, que jamais havia ocorrido em Minas antes – é outra coisa. E porque Washington Luís puniu tanto Minas Gerais, reduzindo o tamanho de sua delegação – refiro-me à degola de Washington Luís contra Minas –, cortando o acesso aos créditos externos, quase terminando com o poder político de Minas... Era o tipo de liderança da época. É também importante o papel dos tenentes depois da revolução. Foi um grupo bempoderoso no sentido de que eles tinham idéia de como manobrar o poder. Eles queriam fazer alguma coisa, e as oligarquias estavam atadas à situação econômica. E nesse tipo de mudança, é fundamental haver um grupo que realmente saiba o que quer fazer com o poder. Confuso como eles eram, eles ainda assim constituíam um grupo de poder. A intervenção dos tenentes foi, de fato, decisiva.

Poderia fazer mais comentários sobre isso, mas acho que o meu tempo está chegando ao fim. No entanto, não posso deixar de falar sobre a liderança de Vargas e a liderança de Roosevelt. Depois de 1929, o liberalismo no mundo ocidental declinou, e mesmo nos Estados Unidos o sistema de Roosevelt demorou a ganhar. Foi ele quem salvou o capitalismo nos Estados Unidos, claro, e o liberalismo também. Lá, ainda estamos vivendo no sistema de Roosevelt. Porém, naquela época, a força, a direção da história não era tão clara. Em torno de 1940, Roosevelt ganhou mesmo, e depois tornou-se um grande líder mundial. As forças liberais recuperaram-se, e o jogo do mundo ocidental venceu mais uma vez. Mas isso levou dez anos, fato que abriu espaço para outras lideranças. Ao mesmo tempo, no Brasil, Vargas tornava-se um grande líder, fazendo a sua política muito hábil. Esperando, manobrando e finalmente conseguindo um grande triunfo no sentido de erguer um Estado competente, um Estado que realmente foi o berço do Estado Nacional no Brasil, e que ainda continua.

DEBATES

LÚCIA LIPPI OLIVEIRA – Aspásia caracterizou bem o período de 30 a 37 como período de confronto, de luta, e colocou o processo de centralização como a questão principal em torno da qual se travam os debates. Vargas é o homem que vai desenvolver o controle das oligarquias, e Góis, o controle do Exército. Pensando nisso e incorporando a sugestão de Elisa de se considerarem os interesses organizacionais do Estado, fico com a seguinte dúvida: 37 estava ou não contido em 30? Os ideólogos do Estado Novo reafirmam a cada momento que 30 só se completa em 37. Mas a meu ver isto não é claro. Não era fatal que esse processo de controle das oligarquias obtivesse êxito. A história não estava necessariamente escrita em tudo. Agora, se eu incorporo o problema dos interesses organizacionais do Estado, a coisa fica mais difícil ainda. Do ponto de vista desses interesses, a tônica da centralização já vinha sendo dada antes de 30. A pergunta que me fica é a seguinte: quando essa oligarquia que existia, que funcionava nos estados se une a um projeto do Estado, por que é que ocorre um processo liberal burguês? O que resulta é uma proposta do tipo autoritário-burocrático. Será que essa possibilidade liberal burguesa está afastada da nossa história? E por que isso?

ASPÁSIA CAMARGO – Acho que essa questão do *desdobramento* do processo revolucionário é realmente muito importante, sobretudo porque os equívocos se acumulam em torno dela. É uma posição oficial do Estado Novo admitir que a Revolução de 1930 permaneceu inconclusa até racionalmente desembocar no pacto de 1937. O Estado Novo aparece, portanto, como o desfecho natural de um processo conflituoso. E como a pacificação forçada, e necessária, de conflitos ideológicos insolúveis.

Tive oportunidade de observar também recentemente, nos debates acadêmicos que decorreram no cinquentenário da Revolução de 1930, posições idênticas. Apenas com o sinal inverso. Dentro desta mesma lógica, surgia o seguinte comentário: “A Revolução de 30 é 37, portanto não interessa estudar o que veio antes, e sim o seu próprio desfecho”, ou seja, o pacto autoritário tal como foi montado em 37, e não suas origens: a Revolução de 30. Minha discordância com esse tipo de posição é total. A conclusão a que cheguei é de que 37 é, de fato, o momento de triagem e de depuração dessas elites. Nesse particular, penso que o estudo dos atores que compõem essas elites torna mais compreensível todo o processo. Mas é preciso não esquecer que os focos de conflito são muitos, e que os

temas do dissídio são diversos. E mais ainda, que eles se sucedem ao longo do tempo, estabelecendo uma lenta filtragem entre os diferentes *segmentos* e as diferentes *propostas* que ascendem com a Revolução de 1930. A Revolução de 32, que nos remete ao confronto regionalismo/centralização, é um deles; a rebelião de 35, que remete à polarização ideológica, é outro. E desse processo resulta a maior integração de um universo político antes bastante disperso e heterogêneo. A dose de autoritarismo necessária à criação do consenso seria, a meu ver, objeto de controvérsia. Mas não resta dúvida de que as tendências autoritárias da ordem mundial influenciaram diretamente o nosso próprio modelo. Como irão influenciar a abertura de 1945, em sentido inverso.

Realmente, acho que o estudo do período 30/37 é de uma importância fundamental. É um período tumultuado que em geral desencoraja os historiadores; daí uma certa tendência a simplificar as coisas. Hoje, podemos ver com maior clareza que a conjuntura de 31 no país é bem diversa da conjuntura de 33, que por sua vez é totalmente distinta da de 34 ou 36. E mais, que estas diferenças importam, de modo que “a aceleração do tempo histórico”, que mencionei aqui como uma característica dessa revolução das elites, mais do que nunca está presente nesse período conjunturalmente muito rico. Julgo que vale a pena fazer uma pesquisa de laboratório sobre ele, buscando investigar clivagens, alianças e formas de aproximação desses grupos, seja ao nível ideológico, seja ao nível das instituições, seja ainda ao nível regional e do próprio Estado.

E o liberalismo, como ficou? O segmento “liberal”, passadas as três etapas da revolução a que aludi, será paulatinamente marginalizado. Embora atue como elemento legitimador da “etapa liberal” e mobilizadora da revolução – marcada pela campanha pública, os movimentos populistas e tudo o mais –, esse segmento será alijado no momento seguinte. E será alijado, não por uma simples fatalidade estrutural, mas porque as forças de *condução* da revolução no seu final, decisivo, são tenentistas, castilhistas, positivistas – antiliberais por excelência –, embora com nítidas conotações reformistas. Essas forças não são, de fato, sequer sensíveis ao voto secreto, embora acenem para a modernização das estruturas políticas. Em outras palavras, pretendem implantar a modernidade mais pela via do Estado do que da representação.

O liberalismo entre nós foi sempre muito capenga. Algumas lideranças, como por exemplo Assis Brasil, que tinham compromisso com o programa, não se nucleavam em torno de partidos com clientela e plataforma consistente. A prova é que Vargas conseguiu neutralizar esses grupos no pós-30, manipulando exatamente seus interesses e reivindicações particularistas.

Em suma, a conclusão a que se chega é de que o liberalismo foi destruído nos anos 30 porque já era muito frágil desde antes. Isto se evidencia tanto ao nível do processo revolucionário em si quanto de seus desdobramentos no período pós-30.

Procurei apenas mostrar que a hierarquização e o desempenho das forças revolucionárias explicam muito do que virá a seguir.

ELISA MARIA PEREIRA REIS – Vou tentar dar uma resposta rápida para a questão demasiado complicada, que a Lúcia Lippi colocou.

Acho que, quando a gente fala na inviabilidade do liberalismo na conjuntura revolucionária de 30, não vai nisso nenhuma afirmação de cunho genealógico, de que o Estado brasileiro estava geneticamente comprometido com alguma coisa antiliberal. A meu ver, se se parte de duas noções muito concretas, chance histórica e escolha política, dá para entender a evolução do processo e o triunfo da orientação não-liberal. Em outro contexto histórico, por exemplo, na Revolução de 1848, na Alemanha, não estava implícita a aliança entre *junkers* e indústria que vai se processar mais tarde. Não sei tampouco se 1917 estava implícito em 1905. Em suma, a nível de chance histórica e pensando no Estado como organização há dados muito concretos. Não me refiro apenas ao fato de o Estado estar se fortalecendo, já que o fortalecimento é uma tendência de qualquer Estado moderno (a modernização implica nisso). Mas o Estado tem uma vantagem estratégica: o *timing* do seu fortalecimento avança mais do que o *timing* de incorporação de novos atores políticos. Em 30, o Estado está numa posição privilegiada para tutelar a entrada de novos competidores, novos atores na arena política. Ao nível da chance histórica, é isso que ocorre. Ao nível da escolha concreta, aí tem-se toda a margem de liberdade possível para entender que os homens fazem a sua própria história: fazem coisas concretas diante de situações também concretas.

VÍTOR NUNES LEAL (PRESIDENTE) – Eu gostaria de colocar dois ou três problemas – mais problemas do que propriamente objeções. Um deles diz respeito à acumulação profissional, observada em São Paulo, entre fazendeiros, banqueiros e grandes comerciantes. Se eu estiver enganado, o prof. Celso Furtado me corrigirá. É uma noção corrente a de que a acumulação de capital em São Paulo começou na agricultura, que tinha sobras das exportações e, portanto, foi a agricultura que fez a indústria, foi a agricultura que fundou os bancos. Então, era muito natural que, numa certa fase, banqueiros, agricultores e industriais em São Paulo fossem a mesma gente, o mesmo grupo social. Este é um dado que me parece relevante na composição profissional das elites.

Outro ponto se refere à colocação da estrutura partidária, especialmente na República Velha, com o *status* de elite, juntamente com as posições oficiais no governo, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário. Ora, sabidamente, na República Velha, no período mais importante e afirmativo do coronelismo, não havia independência do partido em face do governo. Partido e governo, comumente, eram a mesma coisa. O governador do estado escolhia os membros da comissão executiva; os membros da comissão executiva, por indicação do

governador do Estado, escolhiam o sucessor do mesmo; e assim por diante. Então, na verdade, não eram duas elites. Havia uma duplicação de posições na mesma elite. Era tudo farinha do mesmo saco. Portanto, não era uma posição que conduzia à outra. As posições eram mais ou menos as mesmas.

Outro aspecto para o qual eu pediria atenção é o da mencionada continuidade entre 1930 e 1937. Sou mais velho do que quase todos os presentes. Lembro-me bem de que, na justificativa do Estado Novo, em 1937, Francisco Campos classificou a Revolução de 1932 como anti-30. Era uma contra-revolução, porque contrária a Getúlio. E a Constituição de 34, ou o regime de 34, que nascera da Revolução de 32 – a Constituinte só foi convocada em consequência da Revolução de 32, como forma de conciliar os desavindos dessa revolução – era considerada uma continuação de 32, portanto, uma contra-revolução. Claramente, Francisco Campos dizia, em outras palavras: Trinta e dois e 34 são a contra-revolução. Portanto, 37 é a continuação de 30. A revolução retoma o seu caminho.

Isso me parece ter sido muito mais uma justificativa do que uma análise do grande advogado e político que foi Francisco Campos – que nestas horas fazia menos ciência do que política. Ele era um ideólogo do poder. Ninguém neste país acreditou mais no poder do que ele. A única experiência política de Francisco Campos fora do poder foi quando se candidatou a deputado federal com cédula avulsa, como então se permitia, e foi derrotado, derrotado no estado natal. Certamente, não poderia ter, da democracia representativa, uma experiência favorável. Chegou a desempenhar funções parlamentares com grande brilho, porque era uma das mais lúcidas inteligências que este país já produziu e tinha cultura excepcional. Mas, no esquema da República Velha, ele era fruto da “política dos governadores”, vinha na chapa do governo estadual. Depois, com a Revolução de 30, chegou a ministro de Estado, porque Minas fez a revolução e era ele uma das figuras mais eminentes desse estado. Mas nunca disputou posição eletiva por conta própria, salvo naquela malfadada experiência. No entanto, quando tinha o poder na mão, e porque só acreditava no poder, Francisco Campos achava que podia fazer milagres. E a este respeito, quanto a 1937, alguma coisa talvez possa ser explicada em termos de personalidades. Trinta e sete, na Constituição, é uma coisa; na prática getuliana, outra coisa completamente diferente. Basta ver que a Constituição de 37 previa um plebiscito para legitimar o novo regime, e Getúlio nunca se preocupou em convocar esse plebiscito. Quando da emergência da guerra, um dos proveitos que Getúlio tirou da situação foi suspender, em agosto de 1942, em virtude da declaração do estado de guerra, um artigo da Constituição “quanto ao curso do prazo”. Pasmem os senhores; esse artigo, que ficou suspenso quanto ao curso do prazo é o que fixava em seis anos o período presidencial. Assim, o curso ficava suspenso pela emergência da guerra, e os mesmos seis anos continuariam a ser contados a partir do final da guerra!

Getúlio tinha uma visão pessoal, até personalista, do poder, o que talvez se explicasse, naturalmente, pela sua formação castilhistas – influência que passaria de

Júlio de Castilhos para Borges de Medeiros. A esse respeito, Getúlio era um gaúcho autêntico cioso da continuidade do poder. Mesmo o prazo de seis anos, previsto na Constituição de 37, foi Getúlio – segundo depoimento que recolhi certa vez de Carlos Medeiros Silva – quem recomendou a Chico Campos, pois este havia proposto quatro ou cinco. Getúlio tinha uma noção tão pessoal, e de certo modo comodista, do governo que, quando Chico Campos lhe trouxe a exposição que haveria de ler no rádio para justificar o golpe de estado de 1937, o presidente folheou-a por alto e disse: “Está um pouco grande”. Campos respondeu: “Presidente, isso se faz uma vez na vida”. Getúlio retrucou: “Mesmo assim, está um pouco grande”.

Portanto, é preciso compreender 37, em grande parte, no recorte getuliano, já que ele era, incontestavelmente, o chefe político da nação. Se pudesse prolongar o seu período presidencial por mais tempo, depois que terminou a guerra, ele o teria feito. E assim o tentou. Tentou com o “queremismo”; tentou com o movimento “Constituinte com Getúlio” etc. Não o conseguiu por circunstâncias diversas.

Por tudo isso, não me parece muito correto, em termos científicos, explicar todos os acontecimentos políticos em função de um enquadramento rigorosamente sociológico. A este respeito, tenho posição já externada mais de uma vez. Certas explicações, em plano puramente social e econômico, são mais compreensíveis nos grandes lapsos da história, quando os acontecimentos menores, tudo aquilo que poderíamos chamar de micropolítica fica esmaecido, perde sentido diretivo e só aparecem as cordilheiras dos acontecimentos históricos. Mas, quando se vai estudar um período de dois, três ou quatro anos – o que só pode ser feito ao nível da micropolítica –, as considerações de ordem sociológica são sem dúvida importantes. Sem elas, não se compreende o contexto econômico nem o social, que são fatores ou limitações da ação política. Mas a ação política, em si, nesses períodos mais reduzidos, tem muito mais autonomia do que à primeira vista se supõe, quando se cuida da influência desses fatores gerais sobre a atuação concreta dos homens públicos. Se assim não o fosse, os homens públicos não difeririam tanto na sua biografia, a história não revelaria tanta disparidade entre as grandes figuras políticas. Todos estariam procedendo mais ou menos, dentro dos mesmos padrões, que seriam comandados pelo determinismo social.

FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA, 1930-1945

José Murilo de Carvalho

FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA, 1930-1945*

José Murilo de Carvalho

“O Exército é a vanguarda do povo”
Um Cadete, 1931.

“... a essência do regime envolve o conceito de militarização do Estado... e o Exército... coexiste com a própria estrutura do Estado, de que constitui o elemento dinâmico de afirmação e defesa”.

Azevedo Amaral, 1940¹.

Introdução

Com o surgimento da Segunda República, em outubro de 1930, as Forças Armadas, particularmente o Exército², se viram projetadas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira. O conflito entre as principais forças políticas civis e a derrota da mais poderosa delas abriram espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse afinal a parcela de poder que não conseguira na última década do século passado e ela qual viera aspirando e às vezes lutando de armas na mão durante a Velha República³.

A consolidação do poder militar, no entanto, e a definição do conteúdo de sua ação política exigiria um longo esforço e o enfrentamento de correntes opostas, tanto dentro como fora da organização. E isto por várias razões. A primeira delas é que a revolução não fora resultado de consenso dentro das Forças Armadas. Pelo contrário. Embora não tenha sido ainda feito um trabalho mais cuidadoso sobre seus aspectos militares, é fora de dúvida que a maior parte do êxito do movimento se deveu à ação dos dois grandes estados envolvidos – com suas poderosas polícias militares, tão antagonizadas pelas forças federais – e à participação popular, grande no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. A Marinha praticamente ignorou

* Este trabalho constitui parte de um projeto de pesquisa desenvolvido no CPDOC sob a coordenação do autor. Completam a equipe, Vanda Maria Costa Aderaldo, Lúcia Lahmeyer Lobo e Marcos Luís Bretas da Fonseca, que desenvolvem outros aspectos da problemática das Forças Armadas entre 1930 e 1945. A eles agradeço a excelente colaboração na coleta e na interpretação dos dados, permanecendo minha responsabilidade final pelo texto.

o movimento: “Raríssimos foram os seus elementos que conheceram o que se passava nos meios em que se preparava a revolução”, reconheceria o próprio ministro em 1932⁴. Participaram apenas alguns oficiais remanescentes da revolta de 1924. Quanto ao Exército, pode-se dizer que a maioria dos oficiais não aderiu ou, se o fez, foi quando não havia perspectiva da resistência. No Rio Grande do Sul mais de 300 oficiais se entregaram presos e nenhuma guarnição aderiu em bloco. Em Minas todas as guarnições resistiram no primeiro momento, salientando-se a luta do 12º RI na capital do Estado, que resistiu até o dia 8. Até a iniciativa do Movimento Pacificador, a 1ª, 2ª e 6ª Regiões Militares (com sedes no Rio, em São Paulo e em Salvador) mantinham-se leais ao governo. A 24 de outubro, as forças de ambos os lados ainda se equivaliam em termos militares. A adesão da guarnição do Rio, sob a liderança do comando do Exército, foi antes fruto de uma falta de disposição geral para a resistência do que de derrota militar. Ela se constituiria exatamente numa tentativa de evitar os possíveis exageros da facção minoritária do Exército que vinha comandando as tropas rebeldes⁵.

A segunda razão é que, ao lado do fato de que só uma minoria tinha ativamente participado da preparação do movimento, essa minoria era composta principalmente de oficiais subalternos, muitos deles remanescentes dos movimentos rebeldes da década de 20, cuja reintegração e rápida promoção iriam perturbar profundamente a hierarquia e o sistema de promoções do Exército. A Marinha seria poupada deste trauma por ter poucos elementos a reabsorver.

Finalmente, um fato pouco lembrado, o próprio papel dos oficiais subalternos tem sido excessivamente exagerado, como parte da mitologia criada em torno da revolução. Exame cuidadoso dos levantes nas várias unidades mostra com clareza o papel muito importante dos sargentos em todos eles. Tanto no Sul como no Nordeste, os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, que eram os que efetivamente possuíam o controle da tropa. Inúmeros deles tiveram que ser comissionados em segundos-tenentes e comandaram pelotões no avanço das tropas rebeldes⁶. Isto traria novas dificuldades para o período pós-revolucionário: não só teria que ser resolvida a questão dos comissionados, como, de modo geral, o abandono dos sargentos após a vitória, cujos benefícios foram principalmente distribuídos entre os oficiais subalternos, contribuiria para a inquietação das praças e sua transformação em foco de apoio a outras revoltas ou em promotoras elas próprias de rebeliões.

Assim, o Exército que emergiu da revolução seria uma organização fragmentada ao longo de várias clivagens que se iriam manifestar no ambiente quase caótico que se seguiu. A divisão interna era agravada pelo conflito externo, que vinha de longa data, entre militares e lideranças civis, especialmente as dos grandes estados. A rivalidade tinha sido abandonada durante a luta, mas ressurgiria logo depois. O receio do militarismo atingiria até mesmo os líderes civis mais próximos dos tenentes como Osvaldo Aranha, sem falar na liderança paulista, que jamais

conviveria em paz com os militares vencedores. A situação gaúcha também não aceitaria o tenentismo e evoluiria para uma aberta colisão com o Exército. Essa liderança civil possuía longa prática de detectar e manipular em seu favor as ambições e cisões internas do Exército e continuaria a fazê-lo, agora com mais razão, por estar seu domínio ameaçado.

Em meio a esse jogo de forças gestar-se-ia um projeto hegemônico por parte de um setordo Exército, que iria aos poucos eliminando propostas alternativas, até consolidar-se com o golpe de 1937, ou melhor, com a derrota do levante integralista de 1938. O projeto incluía aspectos que diziam respeito à estrutura interna da organização militar, às relações da organização com o Estado e a sociedade, e à sociedade em geral. Nosso objetivo será analisá-lo em suas várias dimensões e buscar seu sentido para o sistema político como um todo. O exame dos projetos alternativos será feito em outros trabalhos do estudo em andamento no CPDOC. Concentraremos o esforço em traçar as grandes linhas e o conteúdo do processo sem maiores preocupações com a reconstituição fatural, em geral já satisfatoriamente realizada⁷.

1. As forças fragmentadas

O estado de indisciplina que tomou conta do Exército após a vitória pode ser facilmente demonstrado através de uma listagem das revoltas, levantes, conspirações, agitações, protestos coletivos, ou até mesmo greves, que marcaram o período. Por este levantamento poderemos ter também uma idéia do conteúdo das várias correntes que disputavam o predomínio dentro da organização militar. Os resultados do levantamento estão no Quadro I.

A montagem do quadro apresentou algumas dificuldades que exigem certos cuidados de interpretação. Nem sempre foi fácil distinguir claramente a natureza dos movimentos e apontar com segurança os que deles participaram. Com frequência as informações foram tiradas de correspondências e relatórios pessoais que deixam a desejar quanto à precisão. No que se refere à participação, raramente um movimento se limitava a apenas um escalão hierárquico. A distinção só era mais nítida em alguns movimentos de sargentos e generais, nos extremos da hierarquia. Na maioria dos outros casos havia envolvimento de mais de um escalão, embora sempre predominasse um ou outro em termos de iniciativa e liderança. Por esta razão, e por ser a informação relevante, foi mantida a distinção. Nos casos em que se tornava difícil uma opção, ou em que havia envolvimento, em algumas ocasiões determinante, de civis, adotou-se a classificação de participação mista. Quanto ao tipo de movimento, a classificação não deixou às vezes de ser também arbitrária e empobrecedora. Mas ela nos pareceu importante para dar uma idéia da intensidade e da gravidade da ação. A lista completa dos movimentos, com a respectiva fonte de informação, é fornecida no "Apêndice referente ao Quadro I".

O quadro é eloqüente. As queixas generalizadas de indisciplina e de caos na organização militar correspondiam à realidade dos fatos. E esta realidade era sem dúvida ainda mais grave do que demonstra o quadro, pois grande número de pequenas indisciplinas, protestos individuais, atritos dentro das unidades não aparece, assim como também não aparecem manifestações de militares de caráter mais político-partidário como as que se davam no Clube 3 de Outubro ou nas várias legiões revolucionárias. Não está também incluída a Revolução de 1932. Note-se, ainda, que dos 94 movimentos computados, apenas 19 não se referem ao Exército: seis são de militares das Forças Públicas e 13 da Marinha. Só este último ponto já mereceria uma análise especial, pois indica grande diferença no comportamento político dos três tipos de corporação militar, organizadas, em tese, em torno de princípios semelhantes de disciplina e hierarquia.

QUADRO 1

Movimentos Militares, 1930-1945

Participação Principal	Out. 1930-34				1935-39				1940-45				Total Geral			
	Ag.	Pr.	Rev.	Tot.	Ag.	Pr.	Rev.	Tot.	Ag.	Pr.	Rev.	Tot.	Ag.	Pr.	Rev.	Tot.
Generais	5	4	—	9	2	4	—	6	2	—	—	2	9	8	—	17
Outros oficiais	10	3	2	15	5	2	4	11	2	—	—	2	17	5	6	28
Praças	14	1	5	20	8	3	2	13	1	—	—	1	23	4	7	34
Mista	3	—	3	6	8	—	—	8	1	—	—	1	12	—	3	15
TOTAL	32	8	10	50	23	9	6	38	6			6	61	17	16	94

Ag. = agitação; Pr. = protesto; Rev. = revolta.

Agitação inclui conspirações. Revolta inclui casos de motim. Uma greve de cadetes em 1934 foi classificada como protesto de oficiais.

Quadro organizado por Lucia Lahmeyer Lobo

Fontes: Veja apêndice para lista dos movimentos e fontes de informação.

O primeiro aspecto a observar no quadro é a evolução dos números ao longo do tempo. A partir de uma média de nove movimentos por ano nos dois primeiros períodos, verifica-se uma queda brusca para apenas um na fase final. A queda teve início em 1937 e acelerou-se a partir de 1939, indicando com nitidez a vitória de uma facção sobre as demais – o que lhe tinha possibilitado a esta facção impor seu controle sobre a organização a ponto de fazer dela a base do regime autoritário então implantado.

Um segundo ponto importante, e mesmo surpreendente em face da visão comum, tenentista, que se tem do período, é o número substancial de movimentos de oficiais gerais e, mais ainda, a intensa atuação das praças. No caso dos generais, trata-se as mais das vezes de conspirações visando golpes políticos, ou de protestos em face de golpes dados por outros generais. No caso das praças, trata-se quase sempre de conspirações visando revoltas ou de revoltas levadas a efeito. Analisemos os movimentos com um pouco mais de atenção.

O envolvimento político de generais era uma longa história no Brasil, com raízes mesmo no Império civilista. Sendo a promoção de generais atribuição do Presidente da República, este tinha nas mãos um poderoso instrumento para punir ou premiar oficiais. A promoção nestes casos perdia em geral qualquer conotação de prêmio ao desempenho, para significar apenas recompensa pela lealdade política. A disputa fazia-se então em torno da busca de apadrinhamento político. Com a implantação do Exército no centro do poder, e com a quebra geral do princípio da disciplina, a disputa acirrou-se e adquiriu nova conotação, pois muitos generais passaram a ver-se como naturais candidatos à presidência da República ou aos postos de maior influência na organização, como o Ministério da Guerra e a chefia do Estado-Maior. A instabilidade política geral facilitava o jogo de poder pois permitia muitas vezes vincular a disputa pessoal, ou mesmo organizacional, a causas mais amplas que envolviam políticos civis. Nesse último caso estavam a Revolução de 1932 e a luta pela eliminação de Flores da Cunha em 1937. Eram freqüentes as acusações mútuas entre generais, ou de civis contra generais, de conspiração para a tomada do poder. Foram envolvidos em tais acusações dos generais Leite de Castro, Góis Monteiro, Valdomiro Lima, Eurico Dutra, Lúcio Esteves, Daltro Filho, Deschamps, Rabelo, Guedes da Fontoura, Pantaleão Teles, Mariante etc. As conspirações de generais assumiam caráter mais sério por ocasião de eleições presidenciais, como em 1934 e 1937. Falou-se também abertamente de uma conspiração de generais em 1935, quando o Congresso hesitava em votar o aumento de vencimentos dos militares. Em todas essas ocasiões tramava-se a tomada do poder através de um golpe da cúpula militar. Na maioria dos casos, as circunstâncias políticas externas à organização não favoreciam os conspiradores. Somente conseguiram êxito em 1937 e 1945, em torno do presidente no primeiro caso, contra ele no segundo.

As manifestações de generais, se indicavam a precariedade dos padrões disciplinares da organização, indicavam também a instabilidade do sistema de

poder em gestação. Quebrado o antigo sistema de lealdades que prendia os generais aos presidentes, somente a criação de novos vínculos poderia evitar os freqüentes pronunciamentos. Seria umas das principais preocupações da situação vitoriosa estabelecer esses vínculos, o que foi feito pela rápida substituição da cúpula militar do velho regime, como veremos adiante.

Conflitos menos visíveis, mas mais sérios do ponto de vista da organização, eram os que envolviam as praças, particularmente os sargentos. A história dos sargentos ainda não foi escrita e não será aqui que iremos sanar esta lacuna. É certo, no entanto, que a história militar de 1889 a 1945 e as análises feitas até aqui, incluindo as nossas, padecem de forte viés em favor do oficialato em geral e dos oficiais subalternos em especial. Além de intensa participação na própria Revolução de 30, os sargentos se salientariam em 1932 e em todas as revoltas lideradas por oficiais subalternos, particularmente as de 1935. Mais ainda, os sargentos, às vezes cabos e soldados, levaram adiante movimentos próprios que despertavam reação violenta de parte dos oficiais, inclusive dos tenentes reformistas. Ao contrário dos generais, os movimentos típicos de sargentos eram as rebeliões de quartéis, freqüentemente violentas, com demandas às vezes radicais, embora pouco articuladas. Vejamos alguns exemplos.

Em junho de 1931 rebelou-se o 25º BC de Teresina, sob o comando de cabos e soldados e alguns sargentos. Os rebelados depuseram o interventor Landri Sales e colocaram um cabo em seu lugar. Foram dominados com o auxílio da força pública. Meses depois, em outubro de 1931, revoltou-se o 21º BC de Recife, sob a liderança de sargentos e com a participação de operários. Os oficiais foram presos, o comandante e um tenente foram mortos, houve centenas de feridos, os revoltosos ocuparam os bairros de Boa Vista e Soledade. A reação das autoridades foi violenta, sob o comando do interventor Lima Cavalcânti, auxiliado por seu chefe de polícia, tenente Bizarria Mamede, e com promessas de ajuda de tenentes interventores, como Juraci, da Bahia, Carneiro de Mendonça, do Ceará, Hercolino Cascardo, do Rio Grande do Norte, e com o apoio efetivo dos interventores da Paraíba, onde Ernesto Geisel comandava o 22º BC, e de Alagoas. Meses depois, outro tenente faria um relatório a Getúlio sobre a situação dos revoltosos presos em Recife e reconheceria o excesso de rigor das autoridades, informando: “Há até indivíduos de testículos quebrados a pontapés”. O general Lúcio Esteves chegou a esboçar um decreto de lei marcial a ser apresentado ao presidente para combater os rebeldes⁸. Outro exemplo foi a revolta do 18º BC de Campo Grande, liderada por alguns sargentos transferidos do 21º BC de Recife. Na luta resultaram um morto e três feridos. Segundo a versão oficial os três sargentos que lideraram o movimento foram logo depois mortos, por terem resistido à prisão; segundo outras versões, assassinados. O comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, general Klinger, afirmaria que eles tinham prestado à sociedade “o melhor serviço que ainda podiam dar e era o de resistirem para serem tratados em consequência”⁹.

Um movimento que não chegou a explodir mas que possuía articulação mais complexa foi preparado em São Paulo e estendeu-se de 1933 a 1934. Os líderes inspiraram-se nos acontecimentos de 3 de setembro de 1933 em Cuba, quando uma revolta de sargentos e cabos acabou levando à queda do presidente Céspedes e eventualmente à subida do sargento Fulgêncio Bastista à chefia do governo. Um deles, sargento Antônio Luís Bastos, do 4º BC, dizia-se o futuro Fulgêncio Batista brasileiro, numa indicação da ambição do movimento e do grau de informação política de seus dirigentes. A revolta final, marcada para março de 1934, deveria contar com o apoio de operários e previa a morte do comandante da Região, general Daltro Filho, e dos oficiais. O levante não se realizou por terem sido presos seus chefes, embora pequenas explosões, sem maiores conseqüências, se tenham verificado¹⁰.

As revoltas de graduados tinham muito a ver com sua situação dentro da organização militar. As queixas abrangiam ampla gama de reivindicações, com ênfase na falta de estabilidade, na ausência de promoções, nos salários baixos, na falta de assistência social. Logo após a revolução, o decreto 19.507, de 18 de dezembro de 1930, permitira aos sargentos com mais de dez anos de serviço servir até 25 anos sem necessidade de reengajamento. Os que não tinham dez anos ficavam dependendo de repetidos reengajamentos que podiam ou não ser concedidos, dependendo do critério, ou do arbítrio do comandante, ao avaliar sua capacidade e sua conduta. Conforme depoimento de um ex-sargento, “quando um comandante queria se ver livre de um sargento, jogava ele no comportamento regular ou mau e chegava na hora de reengajar ele era excluído”¹¹. A situação piorou ainda mais em 1937, quando o ministro Dutra baixou um aviso ordenando que os sargentos que não tivessem dez anos de serviço em 1930 fossem licenciados (Aviso de 31/5/37). Esta orientação foi confirmada pela Lei de Serviço Militar de 1939 que, no propósito de formar reservas de graduados, recomendou a não-permanência de sargentos na tropa por mais de nove anos. Foi a famosa “lei Dutra”, que tantos transtornos causaria aos sargentos.

No que se refere a promoções, a situação não era melhor. Desde 1930 estavam suspensas devido ao grande número de comissionamentos havidos durante a revolução e durante a revolta paulista. Somente em 1938 foram elas abertas. Outro ponto negativo era a assistência. Como os sargentos não tinham estabilidade, ficavam a descoberto no que se refere à aposentadoria, pensão, auxílio hospitalar, funerário etc. Tornavam-se assim vítimas de institutos privados ou eram forçados a criar, eles próprios, sociedades beneficentes do tipo das que existiam entre os operários¹².

Tudo isto levava à insatisfação permanente das praças. Em carta a Osvaldo Aranha, datada de 1944, dois sargentos do RCI de Uruguaiana se referiam a uma “decantada má vontade quanto às aspirações dos sargentos do Exército”, e

afirmavam que as mazorcas e guerrilhas do Exército tinham sido alimentadas pelo incitamento intestinal dos sargentos que estavam em posição estratégica, contando com a confiança dos chefes e a amizade dos subordinados. E finalizavam: “uma classe que se revolta e que está pronta a pender para o lado que sopra o vento tem que sentir fome e sede de justiça”¹³. Em outro documento enviado a Osvaldo Aranha em 1938 eram feitas queixas semelhantes e era sugerido que os sargentos podiam constituir melhor apoio para o governo do que os tenentes outubristas, pois estes faziam imposições e perturbavam a disciplina. Era lembrado novamente o exemplo de Cuba, e eram cobradas promessas de Getúlio feitas no início da revolução no 7º BC de Porto Alegre, quando muitos sargentos tinham assumido os postos dos oficiais presos¹⁴. Em circular secreta de 1933 que convocava um levante geral da classe, os sargentos pediam a pura e simples extinção dos graduados, a transformação de todos os sargentos em suboficiais, servindo sem reengajamento até completar o tempo de serviço, e o aumento de vencimentos¹⁵. Finalmente, em manifesto intitulado “Em prol da Revolução Social. Aos Sargentos do Brasil”, o problema era colocado de maneira ainda mais radical. Os sargentos, dizia o manifesto, provêm na quase totalidade da classe proletária, que é explorada pela classe burguesa, sendo, portanto, dever de consciência levantarem-se de armas em punho para combater o regime. No programa estavam incluídas a transferência de todos os oficiais para uma Delegação de Educação, onde ficariam sob observação, e a promoção de sargentos a todos os postos de oficialato, sendo privativa deles também a matrícula na Escola Militar e na Escola Naval¹⁶.

O último documento mostra o limite a que podia chegar a rebelião de praças na conjuntura brasileira. As praças eram de fato recrutadas entre as camadas proletárias da população, diferentemente do que acontecia com os oficiais. Na medida que a rigidez das normas de promoção dentro do Exército reforçavam, ou confirmavam, a estratificação externa, e que a socialização nos princípios da disciplina não era suficientemente forte para superar a consciência da exploração, o conflito permanecia latente e podia explodir quando favorecido por conjunturas especiais. Quando trabalhadas por elementos do Partido Comunista, as praças mais facilmente extrapolavam a dominação de que eram vítimas dentro da organização para a sociedade como um todo, alinhando-se com sua classe de origem e identificando os oficiais como inimigos, não só organizacionais como também de classe. Essa visão do problema estava claramente colocada em carta do ex-capitão Luís Carlos Prestes, publicada no *Diário da Noite* de 27 de março de 1931. Nela Prestes chamava de imbecil o programa revolucionário dos tenentes e apelava aos soldados e marinheiros no sentido de ajudá-lo a liquidar “esta canalha”, voltando suas armas contra os chefes “lacaio da burguesia”¹⁷. Na prática, no entanto, as formulações programáticas dos movimentos de praças permaneceram confusas e sua organização precária. A ação política era determinada antes pela condição militar do que pela condição de classe, resultando em rebeliões de quartel com limitado apoio externo, como aliás aconteceria com os próprios movimentos dos oficiais que aderiram ao Partido Comunista.

Mas os movimentos de praças, apesar do que foi dito, eram sempre percebidos como potencialmente disruptivos em termos organizacionais e sociais, provocando forte reação negativa entre os oficiais, que também, sem dúvida, não perdiam de vista o exemplo cubano. As autoridades militares mostravam-se profundamente suspicazes em relação a qualquer movimento organizativo dos sargentos, até mesmo as sociedades beneficentes. Góis Monteiro, quando ministro, não quis sequer tomar conhecimento de uma recém-fundada Federação de Sargentos, alegando que os sargentos não eram classe, mas apenas uma categoria dentro da classe militar, e não podiam defender interesses distintos do da classe militar como um todo: “Nunca houve no Exército, e com ele é incompatível, essa ideia de classe no sentido moderno (sindical) de se contraporem umas às outras em busca de benefícios exclusivos. E é claríssima a nocividade de tais criações esdrúxulas nas classes armadas”. Os defensores naturais dos sargentos, acrescentaria, eram seus chefes e o próprio Exército. Dutra, como era de se esperar, seria ainda mais rigoroso quando ministro. No aviso 398 de 6/9/37 alertava para o perigo da penetração da atividade política, especialmente do comunismo, dentro do Exército através das associações beneficentes de sargentos, e procurava desarticular tais movimentos. O receio dos oficiais gerais e superiores quanto à atuação dos sargentos fica ainda mais claro na atitude de B. Klinger. Informado, em 1933, de que seus colegas de conspiração estavam fazendo contato com sargentos, ele reagiria com vigor, condenando a iniciativa como crime de lesa-disciplina¹⁸.

Pouquíssimas foram as manifestações de oficiais superiores, razão pela qual os colocamos junto com capitães e oficiais subalternos. Quanto aos últimos, sua facção ativista, remanescente das lutas da década de 20, passou a ter uma ação mais defensiva, pois achavam-se agora nas posições de poder e enfrentavam a reação enérgica de adversários de fora e de dentro da organização. Nos três primeiros anos tentaram organizar-se a fim de dar base mais sólida de poder ao governo ditatorial para que ele pudesse implementar o programa revolucionário. Seu drama provinha do fato de que não houvera, na realidade, uma vitória militar e a estrutura do Exército permanecera intata, inclusive em termos de pessoal. O máximo que conseguiram foi fazer algumas alterações nos altos escalões e eliminar alguns contra-revolucionários mais conspícuos através de reformas administrativas. Daí terem sido forçados rapidamente a localizar sua atuação fora dos limites organizacionais, o que se deu com a criação do Clube 3 de Outubro. Com isto tinham o campo mais livre, mas ao mesmo tempo reduziam a eficácia da ação no que dizia respeito aos colegas de caserna.

Entre as tentativas iniciais de se organizarem dentro do Exército, pode-se citar o Pacto de Honra de 24 de fevereiro de 1931 – sem dúvida uma referência aos Pactos de Sangue de 1889 –, que buscava reunir os elementos revolucionários a fim de dar apoio a Getúlio, delegando plenos poderes de representação a Góis (pelas 2ª, 3ª e 5ª RM e pela CM de Mato Grosso), a Leite de Castro (pelas 1ª e 4ª RM), e a Juarez Távora (pelas 6ª, 7ª e 8ª RM), e autorizando-os a desde logo se

empenharem perante o presidente da República em promover a reorganização do Exército e a colocação nos postos de comando e na Comissão de Promoções de elementos revolucionários de confiança, e em reformar administrativamente os oficiais inidôneos¹⁹. Outro documento enviado a Getúlio em maio de 1931, assinado por Góis, Eduardo Gomes, Cascardo, Juarez e outros, reconhecia o estado de anarquia geral existente no Exército, o predomínio de duas mentalidades antagônicas e o fracasso da tentativa de uni-lo através da colocação de Góis na chefia do Estado-Maior. Propunha, em consequência, a continuação da ditadura até que fosse implantado o programa revolucionário²⁰. Em abril de 1931 um autoproclamado Comitê Revolucionário do Rio de Janeiro lançaria uma *Proclamação ao Exército*, atacando violentamente os situacionismos estaduais, especialmente o gaúcho e o mineiro, aos quais atribuía a divisão do Exército em grupos conflitantes, e propunha a união da mocidade militar em torno de um amplo programa de reformas políticas, sociais e econômicas. Propunha ainda o fortalecimento das Forças Armadas pois, segundo eles, países incultos como o Brasil deviam ser tutelados “pela corporação mais bem organizada e menos viciada, pela elite mais autorizada e mais forte, o Exército”²¹.

Como era esperado, as reações dentro da organização foram enérgicas, não só no que se referia à disputa pelo poder, mas também à concepção do que devesse ser o papel adequado para o Exército. Desde logo, criou-se o problema da reincorporação dos anistiados, que eram o grosso dos ativistas. Só da Escola Militar haviam sido expulsos uns 600 em 1922. Os que voltaram, os “picolés”, queriam contar antiguidade a partir de 1922, o que não foi aceito pelos “rabanetes”. Afinal resolveu-se a situação com a criação de um quadro paralelo para os primeiros²². Alguns dos próprios participantes mais ativos da revolução tinham sérias dúvidas sobre a atuação política dos colegas. O *Pacto de Honra*, por exemplo, despertaria a reação enérgica do capitão Heitor da Fontoura Rangel, expressa em carta ao primeiro-tenente A. Etchegoyen. Nela Rangel acusava os subscritores do Pacto de ajudar a implantar a subversão e a anarquia no Exército, de soviétizá-lo através de sua divisão em três regiões e da criação dos delegados e subdelegados. Segundo o capitão, o povo, e não o Exército, tinha feito a revolução, e ela não podia ser por este tutelada. Sugeriu antes o reforço da autoridade e da disciplina, a defesa da ordem contra o bolchevismo²³. Era uma primeira escaramuça na luta entre os “soldados de Tasso Fragoso” contra os “tenentes de Juarez”, como se dizia na época, numa referência ao chefe da Junta Provisória e ao líder revolucionário²⁴. Reação mais organizada viria logo depois com a criação de um movimento intitulado *União da Classe Militar*, cujo manifesto foi redigido por um grupo de maiores e capitães, com o apoio explícito de vários generais ligados ao Movimento Pacificador, como Tasso Fragoso, Mena Barreto, e do coronel Bertoldo Klinger, o promotor do movimento. O documento colocava toda ênfase na união dos militares em torno de seus chefes, dentro dos princípios da hierarquia e da defesa da organização contra a divisão interna, e pregava o “combate à intromissão indebita dos militares na política e nas esferas da administração civil”²⁵.

Essas dificuldades, como foi dito, fizeram com que os revolucionários desviassem sua ação para fora da organização militar. O Clube 3 de Outubro seria o principal núcleo de ação revolucionária. Sua composição deixa clara a predominância de capitães e subalternos entre sócios militares.

QUADRO 2

Postos dos sócios militares do Clube 3 de Outubro (%)

Postos	Exército	Marinha
Oficiais Gerais	2	4
Oficiais Superiores	13	10
Capitães	30	72
Oficiais Subalternos	55	12
Suboficiais	—	2
TOTAL	100 (N=129)	100 (N=50)

Fonte: Clube 3 de Outubro, *Fichas de inscrição dos sócios*, CPDOC CO/Fichas Insc. Havia ainda 71 oficiais do Exército para os quais não consta a patente, o mesmo acontecendo com 21 oficiais da Marinha. Para outros 56 militares, as fichas não indicam a corporação a que pertenciam. O total de militares subia a 327, correspondente a 38% do total de sócios. Entre os primeiros 99 inscritos, no entanto, havia 61 militares, ou seja, 60%.

No entanto, fora da organização, a resistência também se deslocava para as lideranças civis dos grandes estados, e em certo momento os próprios líderes militares revolucionários, como Góis Monteiro, passaram a considerar incômoda a ação do Clube. Osvaldo Aranha pediria demissão em março de 1932, alegando que o Clube se desviara dos rumos da revolução. Por razões opostas, a esquerda também se desencantaria com a ineficácia da atuação e começaria a debandar. H. Cascardo sairia em fevereiro de 1933, declarando-se um “socialista integral”. O Clube se esvaziaria e seriam também frustradas as tentativas de reformulá-lo em termos partidários mais amplos²⁶.

A esquerda tenentista ingressaria logo depois na ANL e alguns no Partido Comunista. Os últimos acabariam nas quarteladas de 1935, que se constituíram em um dos mais poderosos instrumentos utilizados pela facção dominante para solidificar seu controle, e na melhor contribuição dos militares à destruição de propostas alternativas, tanto dentro como fora da organização militar. Os outros elementos do tenentismo ou fariam carreira na política, ou retornariam à vida militar, ou fariam ambas as coisas, de vez que as leis da época o permitiam. Presos e exilados uns, promovidos outros, envolvidos pela política ainda outros, os tenentes desapareceriam da política nacional como atores militares após 1935.

Temos, assim, um quadro de profundas divisões. Pelo menos duas grandes clivagens percorriam a organização: uma horizontal, separando praças de oficiais;

outra vertical, separando os intervencionistas reformistas dos neutralistas, estes em geral mais conservadores. A primeira era estrutural, parte do modelo de organização militar adotado, que poderia ter seus efeitos apenas minorados por uma legislação menos rígida e discriminatória, mas que dificilmente poderia ser eliminada. A segunda era ideológica e dividia principalmente os oficiais. Correspondia basicamente a modelos distintos de relações entre Exército e política. Os oficiais contrários à intervenção militar na política refletiam os ensinamentos da Missão Militar Francesa e, em menor escala, a influência do profissionalismo alemão. Refletiam o modelo de relação entre força armada e política desenvolvido nas democracias liberais do Ocidente, onde a solidez da ordem burguesa permitia, e mesmo pedia, exércitos primordialmente dedicados à tarefa de defesa externa, alheios ao jogo político interno. Era esta a posição de vários dos jovens turcos estagiários do Exército alemão no início da segunda década do século, como Leitão de Carvalho e Euclides Figueiredo. O próprio Góis Monteiro defendia essa posição antes de 1930: “Nas lutas políticas, o Exército não deve passar do *grande mudo* – condição essencial de sua coesão e eficiência e até mesmo de sua existência como instituição. Sua verdadeira e única política é a *preparação para a guerra*” (ênfase GM)²⁷. A referência ao grande mudo era inequívoca: falava o brilhante ex-aluno dos cursos de aperfeiçoamento e de Estado-Maior da Missão Militar Francesa. Era também esta a posição que podíamos dizer natural para o grosso da organização. A participação do Exército nas disputas partidárias trazia uma série de inconveniências para a carreira e para o exercício da profissão. Era benéfica apenas para a minoria de elementos mais agressivos, movidos por ambição pessoal ou ideais políticos. O grosso tendia a preferir a regularidade das normas organizacionais.

O intervencionismo reformista era um híbrido, desenvolvido em países de transformação burguesa retardada. No Brasil ele foi tributário da influência positivista, cujos resíduos ainda persistiam na década de 30, através de alguns representantes como os generais Manuel Rabelo, jocosamente chamado de “cidadão mendigo”, Horta Barbosa, Rondon e o velho Ximeno de Villeroy, sobrevivente das agitações do fim do Império²⁸. O tenentismo herdaria de seus precursores positivistas o intervencionismo e o reformismo, mas deles se afastaria pelo caráter mais militarista de sua ação. Os positivistas eram basicamente civilistas, o mesmo não acontecendo com os tenentes, que mais facilmente aceitavam o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas. Na versão mais à esquerda, certos setores do intervencionismo reformista, sob a influência do Partido Comunista, tendiam para o modelo de exército popular, no estilo do que se formou nos primeiros tempos da Revolução Russa e, principalmente, na fase de luta da Revolução Chinesa. Mas era apenas uma tendência, pois nunca conseguiram realmente uma aliança de soldados, operários e camponeses. Somente após a derrota das revoltas de 1935 é que se tentou com mais empenho a formação de um exército revolucionário do tipo milícia popular, mas sem nenhum êxito.²⁹ Esse modelo implicava a transposição da luta de classes para

dentro da organização, fazendo com que a liderança caísse normalmente nas mãos das praças, o que assustava muito tenente de classe média.

As circunstâncias políticas tornavam totalmente utópicas as posições neutralistas e as defensoras do exército popular. Por outro lado, a incapacidade dos reformistas em controlar a organização tornava sua ação ineficaz. Provocando conflitos internos, eles ameaçavam a própria capacidade da organização de manter a posição de poder a que chegara. Como consequência, desenvolveu-se e fortaleceu-se aos poucos uma terceira versão das relações do Exército com a política, a que poderíamos chamar de intervencionismo controlador. Ela se concretizaria através de uma aliança dos profissionalizantes com os intervencionistas, em torno de mudança no conteúdo da intervenção. A transformação foi progressiva e teve como marcos principais a Revolução Constitucionalista, as revoltas de 1935 e 1937. Veremos a seguir o sentido geral que tomou, sem muita preocupação com datas.

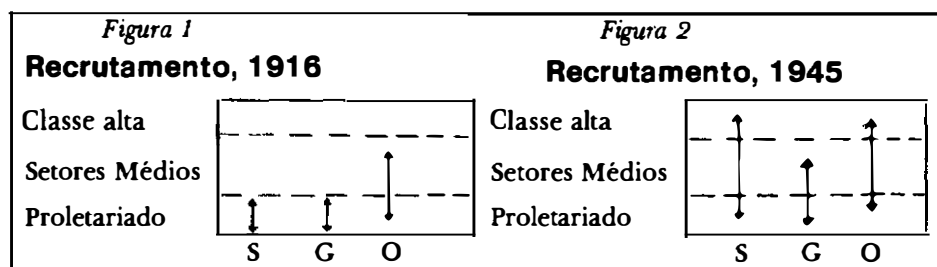
2. *Abrindo a sociedade ao Exército*

Muitas das medidas que concretizaram a transformação eram consensuais entre todos os grupos em que se dividia o Exército. Diziam respeito basicamente ao fortalecimento da organização em termos de material, de efetivos, de capacidade de mobilização do país.³⁰ Esse fortalecimento dependia de um variado elenco de iniciativas, algumas mais internas à organização, outras afetando as relações da organização com a sociedade. Começaremos pelas últimas.

Diferentemente do que aconteceu com as revoluções burguesas em relação aos exércitos absolutistas, quando o problema era abrir a organização militar, particularmente o oficialato, à penetração da burguesia (a luta pela carreira aberta ao talento), no caso brasileiro a longa luta do Exército visava abrir a sociedade à sua penetração através do recrutamento de soldados e de oficiais, e da formação de reservas. Tradicionalmente o Exército se ressentia da incapacidade de implementar um sistema de recrutamento que atingisse a todas as camadas da população, e da distância social que separava seu quadro de oficiais das elites civis. A incapacidade de recrutar redundava também na incapacidade de formar reservas, resultando num tipo de exército profissionalizado de alto a baixo, mas com reduzida capacidade de mobilização. O enfrentamento desses problemas básicos seria um dos pontos que mobilizariam o consenso dos militares em meio às dissensões da década de 30.

Os exércitos nacionais permanentes, à diferença dos mercenários, se relacionam com a sociedade de duas maneiras básicas, que podemos chamar – usando terminologia da análise econômica cunhada por Albert Hirschman – de *backward linkages* (vinculações para trás) e *forward linkages* (vinculações para frente). A

primeira vinculação dá-se no processo de recrutamento de oficiais e praças, no fluxo de pessoas da sociedade para o exército. A segunda diz respeito ao fluxo de pessoas do exército para a sociedade. Ambas podem variar e têm variado amplamente ao longo da história dos exércitos modernos, com importantes conseqüências para a natureza da organização militar e para a política em geral. Para só ficarmos no caso do Exército brasileiro, pode-se dizer que sua luta se deu no sentido de passar de uma organização totalmente profissionalizada para uma organização nacional em que o profissionalismo ficava cada vez mais limitado ao quadro de oficiais. Em termos de vinculações para trás, as mudanças tentadas, e em boa parte conseguidas até o final do período, podem ser ilustradas pelas figuras 1 e 2.



S= soldados; G= graduados; O= oficiais

A Figura 1 representa a situação até o início da implementação da lei do sorteio militar em 1916. A partir daí iniciou-se o processo de mudança que, no entanto, só foi acelerado ao final da década de 30, em parte novamente sob o incentivo da proximidade de outra guerra mundial. Neste modelo, os soldados eram em sua totalidade recrutados entre o proletariado, seja por apresentação voluntária, seja, na maioria dos casos, por recrutamento forçado. Permaneciam durante anos no Exército, reengajando-se sucessivamente. O mesmo acontecia com os graduados (cabos, sargentos, subtenentes), que não eram senão os soldados que conseguiam promoção às várias graduações. Os oficiais recrutavam-se em camadas algo superiores, sem, no entanto, atingir a classe alta, ou só a atingindo excepcionalmente. Vários provinham das fileiras, através da promoção de subtenentes a segundos-tenentes³¹.

Este era um Exército que, não sendo de casta, também não era democrático. O oficialato não era privilégio da classe dominante, como por muito tempo se deu na Europa, mas, por outro lado, esta classe era inacessível ao serviço militar. O proletariado compunha a totalidade das praças, mas as barreiras internas dificultavam seu acesso aos altos postos da carreira. A luta contra esta situação vinha de longa data, mas só tivera impulso significativo em 1916 sob o influxo da guerra e da campanha de Olavo Bilac no sentido de sensibilizar as classes médias e alta para o serviço militar. A campanha inspirava-se também, em parte, na lei argentina de 1911 que vinculava estreitamente o exercício do direito do voto, à

prestação do serviço militar, identificando na prática o *civis* ao *miles*, a sociedade ao Exército³². Era o primeiro passo para dar conteúdo real à velha ideia do cidadão-soldado, anteriormente usada para justificar a atuação política dos oficiais (a ideia era utópica num contexto em que a grande maioria dos soldados era composta de analfabetos aos quais a própria constituição negava o direito de voto).

Os resultados foram muito lentos e ao final do período ainda se estava longe de atingir o objetivo, mas já havia uma mudança nítida na direção indicada pela Figura 2. O sorteio já atingia a todas as camadas da população, e o serviço se ampliara substancialmente através da ativação dos Tiros de Guerra, das Escolas de Instrução Militar e das Escolas de Instrução Militar Preparatória. Em 1939, por exemplo, havia em funcionamento 262 Tiros de Guerra, 116 Escolas de Instrução, e 115 Escolas Preparatórias num total de 493, além de outras 313 que não estavam funcionando³³. Mais do que apelos patrióticos ao estilo dos de Olavo Bilac, contribuiriam para a lenta transformação medidas punitivas que iam aos poucos sendo implantadas. Um decreto de 1933 (nº 22.885) pela primeira vez exigia o certificado de serviço militar para o exercício de cargo público, exigência incorporada à Constituição de 1934, por insistência de Góis Monteiro. Na subcomissão que elaborou o projeto de Constituição, Góis pediu mesmo o serviço militar para todos, inclusive as mulheres, e a exigência do certificado de reservista para o exercício do voto, como na lei argentina. No *Relatório* de 1939 Dutra sugeriu a negação do direito de pleitear em juízo a quem não tivesse cumprido as obrigações militares. Todas essas medidas foram consolidadas na Lei do Serviço Militar de 1939, que ainda acrescentou multas para insubmissos e taxas para isentos³⁴. Apertava-se o cerco ao cidadão na busca do objetivo do serviço militar obrigatório, pessoal e universal.

Por outro lado, a melhoria no ambiente dos quartéis, os movimentos revolucionários e mudanças no sistema de ensino tinham possibilitado a entrada de elementos da pequena burguesia para o quadro de graduados. Foram criadas Escolas Preparatórias de candidatos para a Escola Militar. Os alunos dessas escolas que não conseguiam ingresso na Escola Militar eram admitidos como sargentos, fato que elevava substancialmente o nível social e cultural do grupo. Em 1938, por exemplo, dos 201 alunos matriculados no Curso Preparatório da Escola Militar, 52 eram filhos de militares, 60 de comerciantes 41 de funcionários públicos. O oficialato, por sua vez, conseguia já atrair um pequeno número de filhos de classe alta³⁵. Se no caso dos conscritos funcionava mais a coerção, no caso dos oficiais funcionava antes a atração, que dependia de mecanismos mais complicados, como a própria posição de poder do Exército, o *status* social do militar e seu nível de vencimentos em comparação com os do mercado.

Não menos importantes eram as transformações nas vinculações para a frente. O exército tradicional recebia da sociedade seus elementos e os devolvia em geral apenas por expulsão ou por final de carreira. A progressiva implementação do

sorteio foi tornando possível acabar com o soldado profissional através da limitação imposta aos engajamentos e reengajamentos. Ao final do período, a maioria dos soldados era já composta de conscritos que serviam um ano e voltavam à vida civil. Algo semelhante, embora em muito menor escala, foi feito em relação aos sargentos e cabos. Vimos acima a introdução de legislação que procurava limitar o tempo de serviço dos sargentos, sendo a principal a Lei do Serviço Militar de 1939, que forçou a passagem à reserva de grande número de sargentos. A idéia era formar reservas também de graduados, para o que era necessário fazer circular mais rapidamente o pessoal a fim de abrir claros para novas incorporações³⁶. No limite, significava uma tendência a eliminar a profissionalização dos sargentos, mantendo apenas como profissional o corpo de oficiais. A formação de reservas de oficiais começou a ser feita através dos NPOR e CPOR que forçavam ao serviço militar os filhos da classe alta. Os dois modelos de organização podem ser ilustradas através das figuras 3 e 4.

Figura 3
Exército e Sociedade, 1920

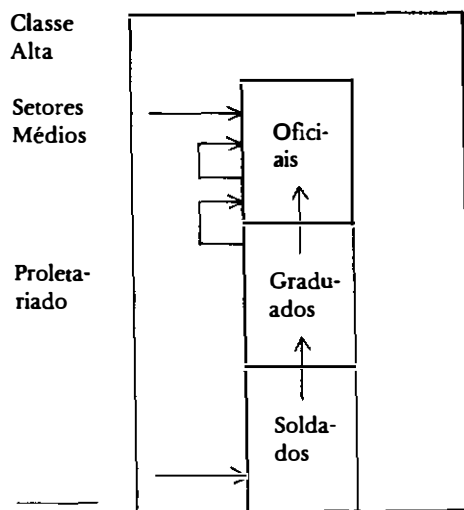
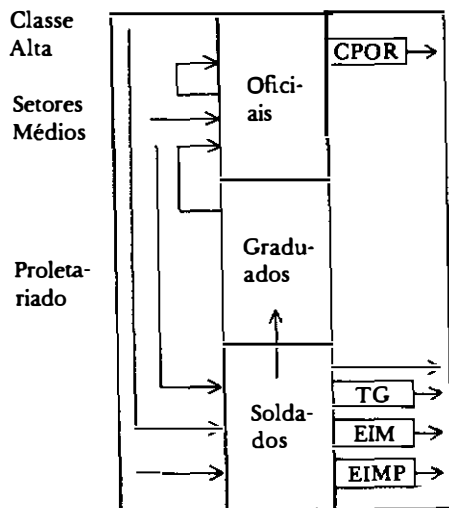


Figura 4
Exército e Sociedade, 1940



Obs.: CPOR = Centros Preparação de Oficiais da Reserva; TG = Tiros de Guerra; EIM = Escolas de Instrução Militar; EIMP = Escolas de Instrução Militar Preparatória.

A Figura 3 corresponde a um modelo de exército totalmente profissionalizado, só com comunicações internas e para trás, um exército que apenas recebe da sociedade, sem devolvê-los, os soldados e parte dos graduados e oficiais. A maioria dos graduados é recrutada internamente entre os soldados; parte dos oficiais provém dos graduados e outra parte substancial dos filhos de oficiais e de graduados. É uma organização fechada sobre si mesma, isolada de vastos setores da sociedade,

particularmente dos setores dominantes. Conseqüentemente, é incapaz de influenciar a sociedade através do processo de treinamento e socialização de reservas. Outra é a situação representada na Figura 4. Há aí, em todos os níveis da hierarquia, relações para a frente, muito intensas a nível dos soldados, através dos Tiros de Guerra, da Escola de Instrução Militar e das Escolas de Instrução Militar Preparatória; menos intensas a nível dos graduados, substancial a nível dos oficiais através dos centros de preparação de oficiais da reserva. Aham-se igualmente intensificadas as vinculações para trás. Embora ainda de maneira imperfeita, o recrutamento já atinge todas as camadas sociais. Elementos da classe alta já são obrigados ao serviço militar, mesmo que seja através dos CPOR. A organização penetra amplamente na sociedade e adquire sobre ela uma capacidade de controle até então inexistente.

Havia um inegável sentido militar na transformação, o que a tornava ponto consensual nas reivindicações das várias correntes militares. Desde a Primeira Guerra Mundial, e mesmo antes, com a chegada dos estagiários do Exército alemão, enraizara entre os chefes militares mais conscientes a idéia de que as guerras modernas não se dariam mais apenas entre exércitos, mas exigiriam a mobilização da nação inteira, seriam guerras totais. O sistema brasileiro os irritava e frustrava por levar às fileiras as faixas menos qualificadas da população e por impedir a formação de reservas, e conseqüentemente, impossibilitar a mobilização geral em caso de necessidade. A Argentina era freqüentemente apontada como exemplo a seguir, mormente porque nos planos estratégicos da época ela se constituía também no inimigo mais provável e mais perigoso.

Mas a conotação política da transformação não era menos importante. Estava o Exército no centro do poder político, dizendo-se encarnação dos interesses nacionais, acima dos interesses regionais e partidários e, no entanto, não possuía nenhuma capacidade de influenciar a população, não só em termos de preparação militar, de disciplina dos corpos, como diria Foucault, mas também – o que era essencial para seu projeto – de disciplina das mentes. Ao se queixarem da elite civil por não lhes conceder os meios de fortalecimentos da defesa nacional e da população em geral por fugir do quartel, os militares atribuíam esses males ao civilismo e ao liberalismo das elites, à aversão à disciplina por parte das massas, ao pacifismo de todos³⁷. Daí a grande importância dada à guerra pelas mentes, através da educação moral e cívica da população, da qual o Exército deveria ser o principal agente, embora apressionasse também as escolas civis para colaborar. Esta guerra incluía não só o combate ao comunismo, mas também a luta mais ampla pela transformação dos valores sociais no sentido de torná-los compatíveis com as tarefas da defesa nacional. Através do serviço militar ampliado, da formação mais extensa de oficiais da reserva, conseguia-se devolver à sociedade milhares de cidadãos doutrinados não só na rejeição ao comunismo, mas também na valorização da nação, na importância da defesa nacional, na crença, na inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas e, até mesmo, na

conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país. O esforço fica bem caracterizado no título de um artigo de Menotti del Pichia publicado na *Nação Armada* em dezembro de 1941: “A Pátria é hoje uma imensa caserna”.

3. *Fechando o Exército à sociedade*

A abertura da sociedade ao Exército, que acabamos de ver, poderia ter como consequência torná-lo mais vulnerável a pressões externas, torná-lo realmente popular e democrático. O modelo totalmente profissionalizado, falando em tese, é inadequado para a defesa externa, mas eficiente na manutenção da ordem interna, o oposto acontecendo com o modelo aberto. Mas nesse problema do relacionamento do Exército com o povo as correntes militares se dividiam. De um lado havia os que, como o cadete citado no início, acreditavam no Exército até mesmo como vanguarda do povo; de outro havia o grosso dos oficiais de tendência mais conservadora e mais preocupados com a integridade da organização. Estes últimos se queixavam exatamente do excesso de influência externa dentro do Exército, da introdução nele de conflitos políticos e sociais que vinham de fora dividindo-o em outras tantas facções, perturbando a disciplina, paralisando-o, senão mesmo destruindo-o. Daí preferir esse grupo falar no Exército não como encarnação do povo, mas como expressão da nação. Com este conceito mais abstrato, legitimava-se a ação militar sem a necessidade de ter ela que refletir interesses concretos da população ou de parte dela. Era mesmo para eles essencial, na realidade, isolar a organização, imunizá-la do contato com a política, isto é, com qualquer tipo de conflito que dividisse a população³⁸.

A fim de evitar que a abertura da sociedade tivesse o efeito de abrir também o Exército, várias medidas foram tomadas, agora já não consensuais, mas fruto do domínio da coalizão vencedora. As medidas centraram-se na seleção e na formação do corpo de oficiais, pois no novo esquema eram eles os únicos verdadeiramente profissionais. Uma primeira série de disposições veio reforçar a tendência no sentido de dificultar a promoção de praças a oficiais. O Decreto 1.351 de 7 de fevereiro de 1891 mandava preencher metade das vagas de segundo-tenente com praças, a outra metade com alferes-alunos, se os houvesse. Já a lei de promoções de 1934 (decreto de 1º de junho) só permitia a promoção de praças ao posto de segundo-tenente em casos excepcionais e se não houvesse número suficiente de aspirantes. Além disso, para promoção a postos subsequentes, exigia o curso de formação de oficiais da respectiva arma ou serviço. O Decreto-lei nº 38 de 2 de dezembro de 1937, que regulava as promoções, não mencionava sequer essa possibilidade e não admitia mesmo a promoção por bravura de praças a oficiais, aceita ainda pela lei de 1934. Esta última possibilidade voltou a ser admitida em 1943 como incentivo à participação na FEB (DL. nº 5.625, de 29 de junho de 1943).

Mas as iniciativas mais explícitas foram as tomadas com relação ao recrutamento de oficiais através da Escola Militar. Já em 1934, na subcomissão que elaborou o anteprojeto de Constituição, Góis se queixaria do fato de que a Escola Militar atraía mais alunos pobres, levados antes por motivação econômica do que por vocação para as armas. E observava: “E é essa a razão por que se vê grande número de militares doutores, sociólogos, ginecologistas etc., que têm vocação para tudo, menos para militares; sentem horror à caserna e são tudo menos militares”³⁹. As medidas concretas no sentido de mudar a situação vieram principalmente durante o Estado Novo. O *Relatório* secreto do ministro, referente ao ano de 1940, mencionava algumas delas: só permitir o ingresso na Escola Militar a candidatos provenientes do Colégio Militar do Rio de Janeiro, das Escolas Preparatórias de Cadetes e da tropa; estabelecer exigências para ingresso em todos os estabelecimentos de ensino militares relativas à situação familiar dos candidatos com respeito à nacionalidade, religião, orientação política e condições morais. Tais dispositivos se encontram nas instruções para o concurso à Escola Militar do ano de 1942 e merecem ser reproduzidos. Entre as condições para aprovação, além da capacitação física e intelectual do candidato, exigia-se “que as condições de ambiente social e doméstico (nacionalidade, religião, orientação política e origem, inclusive dos pais, e condições morais de ambiente de família) não colidissem com as obrigações e deveres impostos aos que se destinam à carreira das armas, não se prestem a perturbar o perfeito e espontâneo sentimento patriótico e não constituam óbice a sua completa integração na sociedade civil”. As mesmas exigências foram feitas para matrículas no Colégio Militar e nas Escolas Preparatórias de Cadetes ⁴⁰.

Nas circunstâncias da época, tais dispositivos significavam excluir do Exército os não-católicos, particularmente os judeus, os filhos de imigrantes, os pretos, os filhos de pais não legalmente casados, e os filhos de pais cujas idéias políticas não agradassem ao regime. No que se refere à restrição aos judeus, o *Relatório* de 1940 julgava dispensável justificá-la, pois se tratava de raça sem noção de pátria e “não têm seus membros credenciais para o exercício da profissão militar”. A execução dessas medidas ficava a cargo dos comandantes das escolas, que podiam criar comissões secretas para investigar a vida dos candidatos. A recusa de matrícula por qualquer das razões acima não precisava ser justificada pelo comandante, que simplesmente mandava arquivar o processo⁴¹.

Embora em parte fruto do espírito dominante no Estado Novo, as restrições não foram de todo abolidas após 1945. Nas instruções para concurso à Escola Militar em 1947, em pleno regime constitucional, foram eliminadas apenas as referências à origem dos pais e à integração na sociedade civil, permanecendo o resto. Expurgados os pruridos racistas e anti-semitas, típicos do ambiente anterior à derrota nazista, permaneceu a preocupação de selecionar ao máximo o corpo de oficiais que, no dizer de um general insuspeito de colaborar com o Estado Novo, deveria constituir-se numa aristocracia intelectual, física e moral⁴².

Além desse poderoso filtro que se colocava na porta de entrada de oficiais, foram desenvolvidos ou aperfeiçoados outros mecanismos de natureza mais interna à organização, destinados a homogeneizar ideologicamente o oficialato e imunizá-lo a doutrinas consideradas disruptivas tanto da corporação como da nacionalidade. Um documento do capitão Severino Sombra, conhecido por suas atividades à frente da Legião Cearense do Trabalho, encomendado pelo Ministro da Guerra, Góis Monteiro, e datado de 1934, colocava com meridiana clareza a necessidade de fazer a *preparação ideológica* (sic) do Exército, por ser ela a essência mesma da política social de um exército moderno. Essa preparação se fazia necessária, ainda segundo Sombra, para enfrentar a ameaça comunista que tinha no Exército um de seus alvos principais (O Partido agia através das Comissões Antimilitarista Mistas). E para realizá-la, nada melhor do que seguir o exemplo dos próprios comunistas, para quem a educação política dos soldados era preocupação fundamental. “Não hesitemos, concluí, em empregar os próprios métodos soviéticos na ofensiva contra o comunismo.” E sugeria, como medidas práticas, o ensino da Sociologia na Escola Militar; de Economia Social nas escolas de sargentos; a promoção de conferências na escola de Estado-Maior e de aulas de moral e cívica para praças, além do uso intensivo do rádio, cinema, etc.⁴³.

Ainda outro mecanismo de isolamento dos oficiais foi a legislação sobre participação política em organizações de caráter partidário. A participação foi intensa nos primeiros anos após a revolução, tanto em termos individuais como coletivos, principalmente a nível de oficiais subalternos. O Clube 3 de Outubro e os interventores militares agiam como autêntico grupo de pressão sobre o governo, para irritação de outros militares e, mais ainda, das chefias políticas civis. Mas já na subcomissão de 1933, Góis defenderia uma posição radical de proibição total da participação política dos militares. Sugeriu proibir o voto a todo e qualquer militar da ativa; proibir a participação em organizações de caráter político; agregar sem vantagens os militares eleitos para cargos públicos; passar obrigatoriamente para a reserva os que ficassem mais de seis anos em cargos eletivos. A subcomissão aprovou a maioria das sugestões, mas nos debates da Constituinte quase todas foram derrotadas e a Constituição ficou próxima à de 1891 quanto a esse ponto. Na realidade, favoreceu ainda mais a participação do que a anterior, ao dar o direito de voto não só aos oficiais como também aos sargentos. Os constituintes, entre os quais havia 20 militares, três dos quais reformados, mantiveram também as vantagens dos militares eleitos, exceto os vencimentos, e estenderam para oito anos contínuos, ou 12 descontínuos, o período de exercício de mandato ao fim do qual seria obrigatória a passagem para a reserva. A Constituição manteve também a cláusula “dentro da lei” de 1891, que qualificava a obediência dos militares e servia para justificar rebeliões.

Logo após a promulgação da Constituição, um editorial da *Defesa Nacional* criticava a concessão do direito de voto a cadetes e sargentos e a falta de proibição explícita aos militares de participação em organizações políticas. Afirmava manter

o mesmo sistema da República Velha, com efeitos mais intensos pois agora eram mais íntimos os pontos de contato entre a política e as classes armadas. Comentava que os militares profissionais defendiam a exclusão total da participação, pela necessidade da profissão e a exemplo de outros países, inclusive a Rússia, ao passo que os políticos fardados defendiam a participação, tangendo as cordas dos sofismas da soberania popular⁴⁴.

As revoltas de 1935 iriam provocar grandes modificações na legislação. A mais drástica seria a Emenda nº 2 à Constituição, que permitia a cassação por decreto da patente dos oficiais que se envolvessem em atividades subversivas – o que possibilitou a expulsão de um grande número deles. A medida foi tão radical que provocou a reação do próprio Góis Monteiro, que acusou-a de desmoralizar o corpo de oficiais, ajudando assim, mais do que impedindo, a bolchevização do país⁴⁵. A Constituição de 1937 revogaria este dispositivo, mais incorporaria a demanda radical de Góis em 1934: proibição do voto a todos os militares da ativa. Retirava ainda a cláusula “dentro da lei”, obrigando as Forças Armadas à “fiel obediência à autoridade do presidente da República”. Cortava-se pela raiz mais um laço de contato entre oficiais e o mundo civil.

Através destes e de outros mecanismos, buscava-se tanto prevenir os perigos que pudessem advir do novo modelo de organização adotado, como sanear as contaminações que, segundo os chefes militares, há muito minavam o Exército. O objetivo, segundo dissera Góis Monteiro na subcomissão já mencionada, era só admitir a atuação do Exército “como força militar em bloco”, sem contestações internas. Mas para isso, além das medidas de isolamento, era necessário um trabalho interno de homogeneização da cúpula militar em torno do novo sistema de lealdade e das novas concepções do papel das forças armadas. É o que veremos a seguir.

4. A renovação da cúpula militar

Vimos a situação de caos e de ameaça à hierarquia e à disciplina criada após a revolução, manifestada nas agitações de militares de todas as patentes. Dada a natureza hierárquica da organização, a recomposição só seria possível com a reconstituição da cúpula militar em torno do grupo vencedor. A tarefa não era fácil, pois não havia sequer um general entre os vitoriosos, à exceção de Isidoro, que foi readmitido em fins de 1930. Foi necessário, logo de início, promover Góis Monteiro a toque de caixa, a fim de colocar um elemento de plena confiança no topo da hierarquia. Tendo comandado a revolução como tenente-coronel, ele foi promovido a coronel em março de 1931, a general-de-brigada em maio deste mesmo ano e a general-de-divisão, o mais alto posto na época para tempo de paz, em outubro de 1932. Só então os revolucionários puderam dispor de um dos seus para ocupar os mais altos postos da administração militar. A tentativa de fazer de Góis chefe do EME em 1931, quando ainda era apenas general-de-brigada, despertara grande reação, tendo o governo que voltar atrás.

A partir da subida de Góis, no entanto, o processo tornou-se viável, embora nada fácil. A mudança começou com a eliminação dos velhos generais-de-divisão de menor expressão, para o que contou o governo com a colaboração do ministro Leite de Castro que, embora revolucionário de última hora, parece ter apoiado sinceramente a nova situação. O mais difícil, no entanto, era substituir os mais jovens generais-de-brigada nomeados pelo antigo governo. Um dos benefícios laterais que a Revolução de 1932 trouxe para o governo foi dar-lhe a oportunidade de fazer isto. O movimento de São Paulo, do ponto de vista militar, assim como do civil, foi feito de acordo com a hierarquia, à diferença do de 1930. A reivindicação de seus chefes militares era exatamente restaurar a disciplina e a hierarquia nas forças armadas. Ironicamente, serviu para que os oponentes pudessem fazer exatamente isto, mas a seu favor. Ela permitiu substituir não só elementos da cúpula, mas também dos escalões intermediários, servindo de verdadeiro e definitivo teste de lealdade ao novo governo. A composição do grupo deportado ou reformado em 1932 foi a seguinte:

QUADRO 3

Oficiais do Exército punidos em 1932

DEPORTADOS		SÓ REFORMADOS	
Generais	7	Capitães	85
Coronéis	6	Tenentes	231
Ten-Coronéis	6	Aspirantes	48
Majores	7	2º Ten-Comis- sionados	94
Capitães	12		
Tenentes	10		
Total	48	Total	460

Fonte: GV 32.12.05/2 para deportados;

BK 33.11.01 para reformados.

A maioria foi anistiada em 1934, mas ficou com a carreira prejudicada, principalmente os oficiais superiores – majores, tenentes-coronéis e coronéis.

Com o auxílio da guerra, pôde o governo renovar praticamente toda a cúpula militar até o final de 1933. Havia no exército ao todo em torno de 15 generais-de-divisão e 25 generais-de-brigada. Entre 1930 e 1933 foram, por uma razão ou outra, excluídos 14 generais-de-divisão e 18 generais-de-brigada. No mesmo período foram nomeados dez novos generais-de-divisão e 26 novos generais-de-

brigada. Destes 26, dez foram promovidos em 1931 e dez em 1932, logo após a Revolução Constitucionalista. Assim é que em 1935 todos os generais-de-brigada tinham já sido promovidos após a revolução. Deste grupo, particularmente dos que tiveram sua lealdade testada durante a revolta paulista, saiu praticamente toda a liderança militar até 1945. Entre eles estavam Góis Monteiro, Eurico Dutra, Parga Rodrigues, Guedes da Fontoura, Lúcio Esteves, Paes de Andrade, Manuel Rabelo, José Pessoa, Horta Barbosa, Pantaleão Pessoa, Cristóvão Barcelos, Maurício Cardoso, etc. A união do grupo era reforçada pela liderança de Góis Monteiro e de Eurico Dutra. O primeiro certamente teve papel decisivo inclusive na escolha dos novos generais, dada sua posição de oficial revolucionário mais graduado (Izidoro fora deportado em 1932) e o grande acesso que tinha a Getúlio Vargas⁴⁶. Góis e Dutra completavam-se: o primeiro era o estrategista, o formulador da política militar da época; o segundo era o implacável executor desta política. O Quadro 4 dá uma idéia da composição do grupo dominante, definido pela ocupação dos postos principais.

O quadro mostra quatro fases bem distintas. A primeira, que vai até o início de 1933, em que dominam ainda os generais de antes da revolução, sobressaindo-se Tasso Fragoso. O segundo, que vai até 1937, em que se combinam os dois grupos, já com a participação de Góis e Dutra no ministério e na direção do Clube. O terceiro é de domínio total da dupla, particularmente na fase em que Meira Vasconcelos (promovido em 1934) ocupou a presidência do Clube. Finalmente o quarto período, em que o controle ainda é mantido, mas já com algumas fissuras, como a presença de José Pessoa no Clube, eleito em chapa de oposição, que derrotou o candidato de Dutra, Valentim Benício, por 702 votos a 271. A predominância de Góis e Dutra se manifesta no fato de que o primeiro seria ministro duas vezes (1934-35, 1945-46) e por mais de seis anos chefiaria o EME (julho de 1937 a dezembro de 1943), na segunda mais longa gestão da história do órgão até hoje; Dutra por, sua vez, seria ministro da Guerra pelo tempo recorde de oito anos. Além de ocupar por tanto tempo as posições formais de comando, ambos foram ainda presidentes do Clube Militar, tradicional fonte de manifestação de descontentamento do oficialato. Não significava isto, no entanto, que ficavam desde logo eliminados os atritos entre generais, mas eles eram grandemente reduzidos. É de notar, por exemplo, que boa parte dos atritos de Góis, o líder incontestado do grupo, se deu com generais promovidos antes de 1930, como Tasso Fragoso, Mena Barreto, João Gomes, Valdomiro Lima, Mariante, Andrade Neves. Dentre os novos, haveria apenas uma grande dissidência em 1937, em torno do golpe de estado e do fechamento da AIB. Neste período seriam afastados seis generais-de-divisão e quatro de brigada. A solidez do esquema montado permitiu, no entanto, que este pequeno expurgo fosse feito sem maiores transtornos.

QUADRO 4

Ministros da Guerra, Chefes do EME e Presidentes do Clube Militar, 1930/45.

	A N O S															
	1930	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Min. da Guerra	L. Castro	Id.	E. Cardoso	Id.	Góis	J. Gomes	Id.	Dutra	Id.	Id.	Id.	Id.	Id.	Id.	Id.	Góis
Chefia EME	Malan	Tasso	A. Neves	Id.	Silveira	Pantaleão	P. Andrade	Góis	Id.	Id.	Id.	Id.	Id.	Id.	M. Cardoso	Barcelos
Pres. Clube M.	J. Gomes	Aranha	Id.	Dutra	Id.	Góis	Id.	Parga	Id.	Meira	Id.	Id.	Id.	Id.	J. Pessoa	Id.

Fonte: Para ministros da Guerra, Teodorico Lopes e Gentil Torres, *Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1949*, Rio de Janeiro, 1949, s/ed.

Para o EME, *Síntese da evolução histórica do Estado-Maior do Exército* (período: 1896-1978), publicação do próprio EME. Para o clube, *Revista do Clube Militar*, vários números.

Um fator adicional que facilitou a formação e a manutenção desse arranjo foi a permanência de Getúlio Vargas na Presidência como elemento acima – embora não fora – das disputas. As várias tentativas de golpe militar, inclusive de Góis, se frustravam pelas grandes resistências que tal solução encontrava tanto fora como dentro da organização. O Exército da época não possuía o grau de controle interno capaz de manter unida a corporação numa situação em que a presidência estivesse aberta à disputa de generais.

Além de formar a nova cúpula dirigente, e em parte como consequência dessa formação, foi promovida também a homogeneização da organização através do expurgo de elementos desviantes. O cálculo numérico dos expurgados é difícil porque muitas vezes as razões da exclusão não são explicitadas. O processo de cassação de patente era inequivocamente político, mas durou pouco tempo. Em muitos outros casos fica incerta a razão da punição: se política, se de outra natureza. Acresce ainda que a exclusão era apenas a ponta do *iceberg*. Uma série enorme de outras punições menores, desde a transferência à detenção, podia prejudicar definitivamente a carreira de um oficial. O quadro 5 é apenas uma primeira tentativa, certamente imperfeita e incompleta, de dar uma idéia da dimensão do expurgo.

QUADRO 5

Militares do Exército excluídos por razões políticas, 1931-38

ANOS	OFICIAIS	PRAÇAS
1931-32	517	492
1935-36	107	1.136
1937-38	—	247
Total	624	1.875

Fontes: AE, *Minutas do Gabinete do Ministro da Guerra*; *Boletins do Exército* de 1935 a 1938; *Boletins Internos* do 3º RI, 29º BC e 21º BC; listas de presos políticos militares na Casa de Detenção e Casa de Correção do Rio de Janeiro. Estas listas nos foram facilitadas generosamente por Samuel Adamo. O quadro foi organizado por Vanda Costa Aderaldo, com o auxílio de Marcos Bretas.

Nota: Por exclusão entende-se qualquer afastamento por motivos políticos. Não foi feito levantamento para os anos de 1933 e 1934. Os oficiais excluídos em 1932 foram quase todos anistiados em 1934. Os outros, particularmente os envolvidos no levante de 1935, só o foram em 1945.

Embora certamente muito subestimados, os dados dão já uma idéia do esforço de homogeneização política dos quadros, esforço que atingiu tanto os oficiais como os praças. Deve-se lembrar também que as punições se davam em meio a um ambiente generalizado de medo, principalmente após a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, e da criação do Tribunal de Segurança Nacional, em setembro de 1936. Falando sobre o ambiente na Escola

Militar por esta época, uma testemunha afirma: “Naquele tempo entrar na política era uma coisa perigosa. Havia muito choque. Havia partidários da ANL e da AIB, muito medo, muita insegurança, revistas nos armários. ... Me pegaram uma vez com um livro do Stefan Zweig. O tenente ficou impressionado porque não sabia quem era Stefan Zweig”⁴⁷. O ambiente nos quartéis pode também ser avaliado pelo número de processos que chegavam ao Supremo Tribunal Militar, como mostra o Quadro 6.

QUADRO 6

Supremo Tribunal Militar, 1933-38

Processos	ANOS					
	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Apelações	181	239	824	843	725	910
<i>Habeas-corpus</i>	430	288	351	421	879	1.703
Condenações transitadas em julgado	*	139	369	460	428	616
Absoluções	*	85	84	137	134	165

* Sem informação.

Fontes: para 1933, *Relatório do Ministro da Guerra* de 1936, p. 148; para 1934, *Relatório* referente a este ano, p. 133; para o resto, *Relatório* referente ao ano de 1938, p. 81. Não houve *Relatório* para 1931 e 1932. A partir de 1940 os *Relatórios* passaram a ser secretos.

Os números são eloquentes em mostrar um aumento, entre 1933 e 1938, de cinco vezes nas apelações e condenações e de quatro vezes nos pedidos de *habeas-corpus*. Sintomaticamente, as absolvições apenas duplicaram. Naturalmente, a maioria desses processos não era de natureza política. No entanto, o esforço para eliminar a atividade política dentro da organização passava necessariamente por um enrijecimento geral com relação à disciplina. Quanto mais enquadrado o militar nas normas disciplinares, mais fácil seria também mantê-lo afastado da política, e isto tanto pelo hábito da obediência como pela maior socialização nos valores organizacionais e pelo maior envolvimento nas tarefas profissionais. Sintomático dessa orientação geral quanto à disciplina é o DL 3.038 de 10 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre a declaração de indignidade para o oficialato. Por ele, tanto podia ser declarado indigno e, portanto, perder posto e patente passando a ser tido como morto, o oficial que se filiasse a partido ou organização proibida por lei e desrespeitasse a nação e a bandeira, como o que cometesse roubo, estelionato, falsidade documental e atos contrários à natureza e ao pudor individual.

A abertura da sociedade ao Exército, o fechamento da organização, a formação de um grupo hegemônico interno eram aspectos da estratégia de

fortalecimento da corporação militar tendo em vista a consolidação e ampliação do poder que conquistara dentro do Estado. Resta ver seu fortalecimento naquilo que era próprio da natureza de seu poder: os efetivos e o equipamento, juntamente com os meios para ampliá-los. Este fortalecimento é que estabeleceria o ponto de partida para qualquer pretensão de poder a nível nacional: o controle sem contraste dos meios físicos de coerção. Será este nosso próximo ponto. Como nas seções anteriores, mostraremos antes as tendências, deixando que os próprios dados sugiram a maior ou menor relevância dos cortes temporais geralmente adotados na historiografia do período.

5. Os recursos de poder

A luta do Exército e da Marinha por maiores efetivos, melhor aparelhamento, mais recursos, vinha de longa data. Eram infalíveis as queixas de todos os ministros com relação ao que julgavam ser descaso das elites civis governantes com relação ao preparo das duas corporações para o adequado exercício de suas funções. Após 1930 aumentaram as pressões sobre o governo, sobre o qual possuíam agora muito maior capacidade de pressão. No que se refere ao Exército, a evolução dos efetivos se deu de acordo com o que mostra o Quadro 7.

QUADRO 7

Efetivos do Exército, 1930-1944

Efetivos	ANOS					
	1930	1932	1934	1936	1940	1944
Oficiais	4.185	5.037	6.103	6.585	6.429	10.087
Praças	43.812	57.358	74.079	74.284	—	161.213
Total	47.997	62.395	80.182	80.869	93.000	171.300

Fontes: para 1930, 1932, 1934, 1936 e 1940, *Almanaques do Ministério da Guerra*, 1931, 33, 35, 37, 41. Os dados para praças em 1936 são da *Coleção de Leis* (Lei 131 de 09/12/35). O total para 1940 foi tirado de gen. Eurico Dutra, *O Exército em dez anos de governo do presidente Vargas*, p. 27. Os dados para 1944, de documento do Arquivo Getúlio Vargas, GV44.06.00. Neste último ano, estão incluídos em praças 1080 cadetes, 732 alunos de Escolas Preparatórias e 6.330 dos CPOR e NPOR. O quadro foi montado por Lúcia Lahmeyer Lobo.

Apesar da grande dificuldade de conseguir bons dados de efetivos no período (os *Relatórios*, que só foram ostensivos até 1939, não os dão), o quadro acima não deve estar muito longe da realidade. Excetuando-se o ano de 1944 pela excepcionalidade de que se revestiu, vê-se que os efetivos duplicaram durante a década de 1930, com grandes avanços em torno de 1932 e após o Estado Novo. Os

dados não indicam toda a mudança havida porque não incluem as reservas formadas. Como vimos, a formação de reservas de praças e de oficiais foi uma das principais inovações do período. Calculou-se, por exemplo, que apenas 51% dos oficiais subalternos da FEB foram tirados da ativa, sendo o restante distribuído entre R-1 (13%) e R-2 (36%)⁴⁸.

Esse aumento contrasta com o que se verificou nos efetivos das polícias militares, guardas-civis e bombeiros, como indica o Quadro 8.

QUADRO 8

Efetivos das Polícias Militares, Guardas-Civis e Corpos de Bombeiros, 1933-42

ANOS	POL. MILITAR	G. CIVIL	BOMBEIROS	TOTAL
1933	38.213	8.578	—	46.791
1937	45.684	8.855	3.384	57.923
1942	48.812	8.862	3.671	61.345

Fomes: *Anuários estatísticos* de 1936, pp. 411-12; de 1939-40, pp. 1280-81 e 1284; de 1941-45, pp. 515-16. Os dados referentes a bombeiros e guardas-civis, no ano de 1942, e em alguns estados nos outros anos, se referem às capitais apenas.

Vê-se que não houve aumento de guardas-civis e de bombeiros (eles vão aqui incluídos porque eram elementos de que sempre se fazia uso nas rebeliões, como auxiliares das tropas do Exército ou das polícias). Quanto às polícias militares o aumento foi mínimo, e quase todo ele verificado entre 1933 e 1937. A partir do Estado Novo, praticamente paralisou-se o crescimento das polícias, a essa altura postas sob controle do Ministério da Guerra. A luta contra o que os militares chamavam de pequenos exércitos estaduais estava vencida, e pequenas recaídas posteriores à redemocratização de 1945 não chegariam nunca a reproduzir a situação anterior a 1930. Se ainda continuava em situação precária quanto à capacidade de defesa externa, no que se refere ao controle interno dos meios de repressão o Exército se tornara hegemônico. A proibição imposta às polícias de usarem certos tipos de armas como canhões tornaria a superioridade indiscutível.

Outra batalha antiga era pelos recursos orçamentários. A participação do Exército e da Marinha nas despesas do orçamento federal estão indicadas no Quadro 9.

QUADRO 9

Gastos Militares, 1929-1946 (%)

Ministérios

ANOS	EXÉRCITO	MARINHA	AERONÁUTICA	TOTAL
1929	12,5	7,2		19,7
1930	12,3	7,3		19,6
1931	13,5	6,0		19,5
1932	25,0	6,4		31,4
1933	17,6	7,3		24,9
1934	19,6	7,6		27,2
1935	18,1	6,7		24,8
1936	17,6	6,7		24,3
1937	19,9	9,7		29,6
1938	19,2	11,2		30,4
1939	18,1	7,2		25,3
1940	19,0	7,8		26,8
1941	19,3	7,3		26,6
1942	23,5	7,5	5,5	36,5
1943	17,4	7,0	5,8	30,2
1944	18,4	7,2	6,5	32,1
1945	16,3	6,3	6,3	28,9
1946	18,8	7,8	9,2	35,8

Fonte: *Balanços da União, 1929-1946.*

Vê-se que 1932 e 1937 novamente se constituem em dois marcos importantes. No primeiro destes momentos, a mudança maior se deu com relação ao Exército. O grande salto de 1932 foi devido à guerra paulista, mas o importante é notar que, passada esta, o nível de gastos se manteve em 6% acima do de 1931.

Em 1937 o aumento mais substancial se deu em relação à Marinha de Guerra, que quase dobrou suas dotações entre 1936 e 1938, embora tenha em 1939 voltado a níveis mais próximos aos de 1936⁴⁹. A criação da Aeronáutica em 1942 também significou um aumento líquido nos gastos, pois não implicou nenhuma redução nos gastos da Marinha e pouca nos do Exército. É preciso observar, no entanto, que os gastos referentes aos anos de guerra não correspondem ao total realmente dispendido, pois não incluem o montante relativo ao *Lend Lease Bill* que a missão Souza Costa no início de 1942 conseguiu elevar a 200 milhões de dólares, 100 para o Exército, 50 para a Marinha e 50 para a Aeronáutica. Este crédito era destinado à

compra de armamento, pagando o Brasil apenas 35% do material recebido⁵⁰. Acresce ainda que dos gastos referentes à FEB, o Brasil só entraria com o fardamento, pagando víveres pelo *Lend Lease* e recebendo gratuitamente o armamento e equipamento do V Exército, no valor aproximado de 20 milhões de dólares⁵¹. Após a guerra, o fornecimento de armamento americano continuaria através de novos acordos e da venda pelo *War Surplus*⁵².

Embora as quantias fossem pequenas em relação às necessidades das Forças Armadas de um país das dimensões do Brasil, em termos comparativos os gastos eram altos, como indica o quadro seguinte apresentado à Câmara por ocasião das discussões em torno do aumento dos vencimentos militares em 1935.

QUADRO 10

Gastos com Exército e Marinha em vários países, 1933
(% dos orçamentos)

PAÍS	GASTOS
Polônia	33,8
Brasil	24,9
Portugal	21,4
Itália	20,0
Venezuela	21,4
França	17,0
Japão	15,1
Inglaterra	14,6
Estados Unidos	11,6
Bélgica	8,3

Fontes: Voto em separado do sr. Fábio Sodré, *Diário do Poder Legislativo*, Ano II, abril de 1935, p. 2894. Os dados foram tirados do *The Statesmen Year Book* de 1934. Selecionamos apenas alguns dos países listados. Nos casos da Itália e Inglaterra, estão incluídas despesas com a aviação.

Além da constatação da importância dos gastos, pelo menos a partir de 1932, outro aspecto interessante a examinar é como se chegava a esse orçamento relativamente alto. O Quadro 9 só fornece a despesa realmente efetuada e não dá a orçada. Para isto elaboramos o quadro seguinte, que nos fornece a proporção dos créditos não-orçamentários em relação ao total de créditos.

QUADRO 11

Exército e Marinha, % dos créditos não-orçamentários sobre o total de créditos, 1932-47

ANO	EXÉRCITO	MARINHA
1932	2	3
1933	12	16
1934	19	4
1935	13	2
1936	11	5
1937	27	41
1938	56	58
1939	22	5
...
1942	45	24
1943	15	1
1944	2	0,4
1945	8	0,3
1946	37	40
1947	9	9

Fontes: *Balanços Orçamentários da União*, para os respectivos anos.

Nota: Em créditos não-orçamentários estão incluídos os suplementares, especiais e extraordinários. Os anos de 1940 e 1941 foram excluídos porque os balanços só fornecem a despesa paga.

O quadro mostra um fenômeno importante: parte substancial dos recursos alocados aos ministérios militares, em alguns casos mais de 50%, o era fora da previsão orçamentária normal, através de créditos adicionais, especiais, extraordinários etc. Isto significa que o volume real dos gastos era de certa maneira ocultado, evitando-se assim problemas maiores nas discussões do orçamento nos períodos de funcionamento do Congresso. Significa também que a verdadeira luta pelo orçamento se dava dentro do próprio Executivo, no corpo a corpo entre os ministros militares e o ministro da Fazenda, com a mediação do presidente da República. Mesmo quando em funcionamento o Congresso, podiam ser pedidos créditos extraordinários que não precisavam de aprovação legislativa. Durante o Estado Novo, havia mesmo decretos-leis reservados que abria créditos para compra de armamento. A correspondência dos ministros da Guerra com os da Fazenda e com o presidente traz vários exemplos de negociações a respeito da destinação de recursos. Em uma delas, Souza Costa, ministro da Fazenda, pedia a Dutra uma redução na proposta orçamentária da Guerra, alegando exatamente que as grandes despesas para aquisição de material bélico corriam por conta de créditos especiais⁵⁵.

Outro ponto importante revelado pelo quadro é a variação no montante de créditos não-orçamentários. Após 1932, como sempre, há um primeiro salto. Mas o mais interessante é que fica agora bem claro o que sucedeu em 1937 e 1938, em torno da decretação do Estado Novo: houve um enorme aumento nos créditos não-orçamentários, tanto para o Exército como para a Marinha, chegando eles em 1938 a superar os créditos orçamentários. Houve uma queda em 1944 e 1945, provavelmente pelo afluxo dos recursos do *Lend Lease Bill*. Está aí sem dúvida uma parte importante do acordo que levou à sustentação do Estado Novo pelas Forças Armadas. A mudança efetivada em 1937 fica bem caracterizada no fato de que, de 1932 a 1936, os gastos do Ministério da Guerra sempre superaram os créditos, ao passo que daí em diante houve sempre um superávit ao final do exercício.

O único enfrentamento aberto dos militares com o governo a propósito de problemas financeiros deu-se no início de 1935, quando foi discutido na Câmara o projeto de aumento de vencimentos enviado pelo governo a pedido dos ministros militares. A discussão do projeto provocou enorme celeuma quando o relator da Comissão de Finanças e Orçamento propôs aumento de impostos sobre grande variedade de produtos, muitos de consumo popular, como tamancos, sabão, palitos, charque, bacalhau, botões etc., para cobrir as despesas adicionais exigidas pelo aumento. Houve grande reação popular e discussões pela imprensa, o que provocou a contra-reação de chefes militares com ameaças até de golpe militar. O ministro da Guerra chegou a enviar circular aos generais dizendo que renunciaria ao cargo se o aumento não fosse votado e que nenhum outro general aceitaria substituí-lo. Alguns generais discordaram dessa atitude, que qualificaram ser própria de “aventureiros e caudilhos”. Afinal, a Câmara chegou a uma solução conciliatória, votado um abono provisório para os funcionários militares e civis. Getúlio aprovou apenas a parte referente aos militares e vetou a dos civis, provocando de um representante classista dos últimos na Câmara o comentário: “Pobre funcionalismo público. Por que, também, não te deram armas?”⁵⁴

O incidente, em que se envolveu também Flores da Cunha tentando conseguir a demissão de Góis, o que afinal conseguiu, serviu de mais um argumento para este general profligar a interferência da política nos negócios militares, as “maquinações contra a existência do Exército”, o “diabólico plano político” contra as Forças Armadas⁵⁵. Tratava-se, na realidade, de uma fraqueza da própria organização militar que, na presença de divergências externas, também se dividia internamente. Ao tentar jogar seu peso de ministro para resolver a questão, Góis provocou a reação de colegas generais como José Pessoa e Manoel Rabelo, aproveitadas por políticos civis como Flores da Cunha, envolvidos em jogadas de poder que visavam a própria Presidência da República. A divisão interna forçou o recuo dos conspiradores e a demissão do Ministro. Na percepção de militares como Góis, já se desenhava nítida a convicção de que não se conseguiria implementar uma política militar adequada enquanto permanecesse a interferência da política civil dentro da organização. Sucedia que esta não se achava em condições para evitar

totalmente a penetração⁵⁶, resultando daí a convicção de que somente eliminando a política do lado de fora é que se conseguiria também eliminá-la internamente. Este pensamento já fora formulado no início da década pelo próprio Góis, na famosa expressão de que se deveria fazer a política do Exército e não a política no Exército.

O Estado Novo foi a política do Exército, como concebida por Góis e pelo grupo de generais a seu redor. Na parte referente à organização especificamente, essa política se traduziu num grande esforço de renovação e aperfeiçoamento profissional. A prestação de contas de Dutra de 1940 é eloquente quanto a esse ponto: foram reformuladas todas as leis básicas do Exército, foram construídas escolas e quartéis, foram organizados vários corpos, impulsionou-se o plano de reequipamento e armamento através não só de compras ao exterior, mas igualmente de incentivo à indústria bélica nacional. Tal orientação conquistava o apoio do grupo profissional, mesmo que alguns de seus membros divergissem politicamente das diretrizes gerais do regime. Foi o caso, por exemplo, de Leitão de Carvalho, que viu seu sonho de profissional realizado ao ser nomeado comandante da 3ª RM, onde pôde executar as grandes manobras de 1940 em Saican. Ao concluí-las, diria ele que a “instituição do regime de paz política e de real interesse por nossas forças armadas inaugurado a 10 de novembro” é que permitira um ano de instrução da tropa sem interrupções provocadas pelas disputas partidárias; é que permitira o devotamento completo ao preparo profissional dos quadros e ao final, as próprias manobras⁵⁷.

Esta dedicação intensa às tarefas profissionais, possibilitada pela intervenção de 1937, iria consolidar a capacidade de controle da organização, inclusive sobre a sociedade, o que era, aliás, parte da própria política do Exército como concebida por Góis. É o que veremos a seguir.

6. *Forças Armadas e Estado*

“E o pior de tudo é que... esboça-se no fundo desse quadro escuro o espectro sinistro do *militarismo*, cuja espada de Dâmocles, sustida por tênues fios, impende ameaçadoramente sobre as nossas cabeças.”⁵⁸ A frase de Borges de Medeiros retratava um ponto crucial da luta política do período posterior à revolução. As elites civis dos grandes estados que se tinham envolvido na revolução descobriam agora que tinham estado bancando os aprendizes de feiticeiro. A construção de nova ordem hegemônica em bases puramente civis, como acontecera ao final dos governos militares no início da República, revelava-se agora impossível. E nos primeiros momentos, o receio não era apenas de quebra do governo civil, mas até mesmo de quebra da ordem social. Borges respondia à carta de Osvaldo Aranha em que este propunha a criação das Legiões como meio de fortalecimento do poder civil contra as ameaças de predomínio militar: “Ou organizamos a opinião pública do Brasil em torno de determinadas idéias que, por fundamentais,

devem ser comuns a todos, ou teremos a *ditadura militar* ou a *secessão*” (ênfase OA). Poucos dias depois especificava melhor seu pensamento: “O *prurido militarista*, que explode e procura apropriar-se de todos os nossos movimentos cívicos, tomou novo rumo, muito pior, deixando contaminar-se de esquerdismo e até de *comunismo*! É o Luís Carlos Prestes. Assim, sem coesão, antes ferido de indisciplina, o Exército ameaça constituir um perigo, não à ordem atual, mas às próprias instituições basilares do organismo nacional” (ênfase OA)⁵⁹.

Estavam aí indicados os dois termos do conflito fundamental da época e cuja solução estaria na base do arranjo de 1937. De um lado, a defesa do poder político das oligarquias regionais ao estilo da Primeira República, de outro o receio maior de transformações nas bases sociais de seu poder. Em outras palavras, o problema do regime político começava a complicar-se com o problema da natureza do Estado. Num primeiro momento de impulso revolucionário, o Exército, ou sua parcela mais agressiva, parecia estar do lado da transformação não só do regime, mas também do próprio Estado, despertando o antagonismo visceral das oligarquias regionais que, se eram contrárias à mudança do regime, o eram muito mais ainda do Estado.

Como que respondendo às acusações de Osvaldo Aranha, a “Proclamação ao Exército”, já mencionada, indicaria, um mês após as cartas, os pontos de vista da jovem oficialidade revolucionária. A maior ênfase do programa ia para o ataque à “politicalha dos partidos”, especialmente os do Rio Grande do Sul e de Minas, os de São Paulo sendo algo poupados por causa do interventor tenente. A Proclamação pedia o fortalecimento das Forças Armadas (incluindo elevação dos efetivos a 130 mil, quase o triplo do existente), a incorporação ao Exército das polícias militares, e várias reformas sociais como salário mínimo, lei de greve, divisão de latifúndios e a promoção da indústria siderúrgica. Terminava atacando exatamente as polícias militares e as Legiões imaginadas por Osvaldo Aranha, como instrumentos do fascismo, cadafalso da liberdade, morte do Exército. A única concessão que faziam, destoando das posições em geral tomadas pelos revolucionários, era a aceitação do parlamentarismo como forma de governo, o que se explicava por razão tática, uma vez que buscavam o apoio dos libertadores gaúchos contra Flores⁶⁰.

O último ponto é importante para mostrar o problema central que enfrentavam Exército e oligarquias regionais. Embora atacando os partidos estaduais, os signatários da Proclamação tentavam conquistar o apoio de um deles e deixavam de atacar o Partido Democrático por estar ele ainda apoiando o governo revolucionário. O problema dos dois lados é que estavam internamente divididos e eram incapazes de apresentar uma frente unida contra o adversário. Vimos com ampla evidência a divisão dentro do Exército. Por seu lado, apesar dos esforços de Osvaldo Aranha, o poder civil não se conseguiria organizar através de Legiões. Borges não as aprovou. Em São Paulo, ficaram nas mãos tenentistas de Miguel

Costa e em Minas também não foram à frente. Os grandes estados continuavam divididos internamente e competindo entre si.

A criação da Frente Única Paulista, no entanto, iria possibilitar a formação de uma coalizão com dissidentes de Minas, do Rio Grande do Sul e do Exército para tentar uma solução pela força. Seria o primeiro grande *round* da luta, no qual o problema do regime é que se colocaria em primeiro plano: demandava-se o fim da ditadura, a volta ao sistema constitucional e, do lado militar, a volta à obediência, à hierarquia e aos princípios da disciplina. A vitória dos revoltosos era altamente provável, só não acontecendo pela retirada da adesão prometida de outros estados, particularmente do Rio Grande do Sul. Osvaldo Aranha passaria constantes e desesperados telegramas a Flores, tentando garantir sua lealdade. O receio das consequências de uma vitória paulista, com os ressentimentos acumulados após a derrota de 1930, talvez tenha sido o principal fator da não-adesão de Flores. Em carta a Borges, Osvaldo Aranha insistiria no perigo do restabelecimento do domínio paulista⁶¹. Do lado do Exército, e mesmo da Marinha, as simpatias com os constitucionalistas eram grandes. Tasso Fragoso pediria demissão da chefia do Estado-Maior do Exército em protesto contra o bombardeio aéreo de São Paulo, e o Clube Naval faria manifesto em apoio ao Chefe da Esquadra que se negara a bombardear São Paulo. As *Memórias* que Góis escreveu durante a luta indicam a precariedade militar das tropas do governo e admitem ter existido a possibilidade real de uma vitória até sem adesão dos outros estados. Um mês após o início da guerra, Góis anotava simpatias gerais para com a causa paulista, inclusive no Rio (onde “o derrotismo é um esporte”), na burguesia, entre os intelectuais, no funcionalismo, nos meios proletários, entre os militares⁶².

Apesar da vitória, o governo saiu do conflito cômico da precariedade de suas bases de sustentação, tanto no meio civil como no militar. Foram em consequência abandonados os namoros com uma ditadura de cunho reformista, e admitiu-se a constitucionalização do país. No Exército, já vimos algumas das consequências da guerra no sentido de facilitar a constituição de um novo núcleo dirigente e de fortalecer a organização em termos de efetivos de dotações orçamentárias. Grandes somas foram gastas na compra de armamentos, especialmente aviões, e aumentou a pressão militar pela “emancipação da indústria bélica que é a vida do Exército”⁶³.

A guerra servira para dramatizar a precariedade do Exército como máquina de guerra, mesmo para efeito de operações internas. Este fato foi aproveitado pelas autoridades militares, com Góis à frente, para pressionar o governo no sentido de dotar o país de forças armadas aparelhadas adequadamente para suas tarefas internas e externas. A mais completa formulação deste plano está no documento enviado a Vargas por Góis Monteiro no início de 1934, estabelecendo as condições para aceitação do cargo de ministro. Nele Góis afirma a inexistência de uma política de guerra desde a Proclamação da República e o total descuido dos

governos pelos problemas da defesa nacional. Propõe uma longa série de medidas de caráter militar, incluindo a criação de um Conselho Superior da Defesa Nacional.

O mais importante do documento, no entanto, são o amplo diagnóstico que faz da situação econômica, social e política do país e as medidas que sugere. O Brasil, segundo Góis, voltava com a nova Constituição ao liberalismo moribundo, ao domínio do individualismo e dos regionalismos, com suas massas empobrecidas e ignorantes, indústrias sujeitas ou pertencentes a concessões estrangeiras, e elites parasitárias e exploradoras. Mais do que a falta de uma política de guerra, diria ele, “não há *uma política verdadeiramente nacional*, aferida para realizar um destino nacional, declarado e patente”, (ênfase GM). Quanto à defesa externa, o país devia preparar-se através de uma política e um plano de guerra visando principalmente “a mais poderosa nação americana”, para o que propunha um plano de sete anos que possibilitasse o domínio aéreo e marítimo e a organização de um exército de campanha para o primeiro choque. Internamente sugeria um vasto elenco de medidas que iam desde a promoção da indústria nacional, especialmente de motores, aviões, viaturas e siderurgias, até planos que envolviam a educação moral, cívica e física, a imprensa, a organização sindical, etc. Insistia no combate ao estadualismo, no reforço ao espírito de nacionalidade, na regulação da vida econômica, na reforma das instituições do Estado, e lamentava não ter sido criado um partido *social-nacionalista* que fornecesse quadros para o Estado e guias para as massas. Em países como o Brasil, dizia mais, “um Exército *bem organizado* é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo” (ênfase GM)⁶⁴.

Estava aí enunciado todo o projeto do intervencionismo controlador: ampla intervenção estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional; industrialismo nacionalista; e a presença das Forças Armadas, especialmente o Exército, como principais propulsoras do processo a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado. Em 1937 as circunstâncias internas e externas permitiram à corporação militar, já suficientemente unida, implantar a nova ditadura dentro do projeto há tempos em gestação. Góis já aventara a possibilidade do golpe em 1935, mas descartara a alternativa por não haver consenso, nem mesmo dentro da corporação⁶⁵.

Não vamos aqui reconstituir os acontecimentos. Do ponto de vista de nossa análise, além das revoltas de 1935 que possibilitaram a intensificação do expurgo de elementos divergentes dentro do Exército, o fato mais importante, e que merece atenção especial, foi a queda de Flores da Cunha. Foi com ela, pode-se dizer, que terminou de fato a Primeira República. Tratava-se da culminação do

esforço do Exército para obter o controle dos aparatos militares estaduais que de longa data faziam da responsabilidade constitucional do primeiro pela defesa nacional e pela garantia das instituições uma ficção. Este era um ponto que unia todos os militares, independentemente de suas orientações políticas⁶⁶. Não havia como negar que as polícias militarizadas extrapolavam de muito, em termos de efetivos e armamentos, o necessário para uma atividade meramente policial. No entanto, tinham sido muitas vezes úteis ao próprio Exército no combate a revoltas militares, como as da Coluna Miguel Costa-Prestes. Mas era crucial que elas deixassem de ser uma força à disposição dos governos estaduais e passassem a auxiliares do Exército, sob o controle do Estado-Maior, como seria determinado pela Constituição de 1937.

A crise gaúcha vinha-se desenvolvendo há muito tempo e ao final caracterizou-se como verdadeira operação bélica, conforme fica claro no relatório do general Daltro Filho, comandante da 3ª Região Militar e executor da operação. Além dos seis mil homens da Brigada, Flores dispunha dos batalhões de provisórios que uma fonte avaliava, certamente exagerando, em 300 mil, para um contingente de 20 mil das tropas federais. A defeção de parte da Brigada e a incerteza quanto ao apoio de outros estados levaram Flores a admitir a derrota e a não arriscar seu próprio 1932⁶⁷.

A conjuntura de 1937, no entanto, era muito diferente da de 1932, o que dava uma conotação também diversa à queda de Flores. À vitória de 1932 seguiram-se medidas que significavam, na verdade, a vitória dos derrotados, pois implicavam a aceitação da tese dos revoltosos: a volta ao regime constitucional. Em 1937, ao contrário, a vitória do governo sobre Flores foi seguida de imediato pelo golpe que interrompia o processo eleitoral em andamento, impunha a volta ao regime discricionário, ao qual se opunham não só Flores como os candidatos, à exceção de Plínio Salgado e os governadores da Bahia e de Pernambuco. O governo venceu em toda a frente e o sentido da vitória foi além da simples eliminação do último foco de política regional.

É que neste segundo *round* não era mais simplesmente o regime que constituía a principal preocupação dos contendores. A campanha presidencial adquirira contornos que a diferenciavam das anteriores. Um arguto contemporâneo assim a analisava: “Todos se iludem pensando que vamos para uma campanha política no sentido anterior a 1930. Desta vez a posição social está enquadrada no terreno. Questão social é revolução. Isto vai virar Espanha”. O mesmo analista via quatro correntes em luta violenta: o integralismo, o comunismo, o Exército e o regionalismo com suas polícias estaduais. Destas quatro, Exército e integralismo tendiam a aliar-se, ficando os comunistas em posição dúbia: embora fossem anti-regionalistas, apoiavam Flores como elemento de luta armada contra o integralismo; mas também apoiavam José Américo como fator popular de luta democrática⁶⁸. A campanha de José Américo, candidato inicialmente apoiado pelo governo,

foi aos poucos adquirindo tonalidades inaceitáveis para o poder. Segundo outro observador, esta campanha, “procurando agradar diretamente às classes populares, criou uma situação de alarma geral”. E ainda outro, no mesmo tom, dizia que a opinião pública do sul do país (escrevia de São Paulo) já procurava outra solução pois “está verdadeiramente *alarmada, mesmo alarmadíssima*, com os rumos que os acontecimentos estão tomando”, já se falando com simpatia de uma ditadura militar (ênfase do missivista). Ou mais diretamente ainda: “O homem (José Américo) está fazendo agitação proletária e das massas inconscientes. É um ambicioso criminal”. E dizia-o apoiado pelos comunistas, pelas massas operárias e rurais e no Exército (referia-se aos tenentes de segunda classe – talvez os comissionados convocados), a caminho de uma frente popular⁶⁹.

Apesar de todo o viés ideológico que poderia estar afetando tais percepções (os missivistas eram pessoas ligadas ao governo e poderiam estar fazendo o jogo deste, que era exatamente o de preparar o ambiente para o golpe), não há dúvida de que se inverteria a situação em relação àquela descrita por Osvaldo Aranha em 1931 e citada no início desta seção. Percebia-se novamente um perigo para a ordem social, mas agora não da parte do Exército. Pelo contrário, este já aparecia como garantia da ordem e aceitava-se mesmo a mudança do regime através do golpe militar. Isto é, de ameaça ao regime e à ordem social, o Exército, e sem dúvida também a Marinha, passava a ser esteio do Estado.

Não que o golpe tenha sido consensual. Mas as resistências foram pequenas. Houve protestos de alguns generais, logo reformados, dos interventores da Bahia e de Pernambuco, logo substituídos, e dos candidatos Armando Sales e José Américo. Mas todos os outros estados o aceitaram, inclusive o interventor de São Paulo, a quem foram prometidas medidas de apoio à economia cafeeira. O PRP logo depois também daria seu apoio. Certo apoio popular foi dado através dos integralistas, os maiores incentivadores da intervenção. Poucos dias antes do golpe, eles fizeram desfilar 40 mil adeptos ao lado dos militares⁷⁰.

Na realidade, a maior reação militar viria exatamente quando foi fechada a AIB a 3 de dezembro. O general Newton Cavalcânti, conhecido integralista, enviou carta de protesto ao governo. Vários generais foram exonerados de seus postos e começaram as conspirações para o movimento, que afinal explodiu em maio de 1938, com grande apoio na Marinha e entre alguns generais do Exército. No entanto, foi também reprimida com severidade a revolta integralista, enchendo-se novamente os cárceres do Rio, como em 1935. Se ideologicamente o integralismo tinha posições próximas das que dominavam na cúpula militar, o pertencimento simultâneo a duas organizações tão absorventes acabava por criar problemas de conflitos de lealdade que terminavam por minar a disciplina militar. Além disto, o integralismo era mobilizatório, provocava reações políticas contrárias, mantendo, enfim, viva a atividade política. E isto era exatamente o que não interessava à cúpula militar, que via a oportunidade de eliminar de vez a atividade

política e conseguir assim eliminar também as perturbações disciplinares motivadas pelo partidismo⁷¹. A queda de Flores era o fim definitivo da velha ordem e do papel subalterno que nela representava o Exército. O golpe, vindo na esteira da mobilização popular que se fazia em torno das eleições (não importa se exagerada pelo governo), inaugurava os primórdios da nova ordem em que entrariam no jogo político novos atores sobre os quais as antigas lideranças não tinham controle, incluindo entre eles os próprios integralistas. Se sete anos antes, uma parcela do Exército liderara o movimento de destruição da velha ordem, agora ele servia de parteiro para a nova ordem, mas diferente da imaginada pelos revolucionários de 1930. A ênfase agora não seria nas reformas sociais, na representação classista, no combate ao latifúndio, mas no desenvolvimento econômico, na indústria de base, na dívida externa, na exportação, nas Estradas de Ferro, no fortalecimento das Forças Armadas, na segurança interna e na defesa externa⁷².

Desaparecera totalmente a idéia de Exército como vanguarda do povo, e firmava-se a do Exército coexistindo com a estrutura do Estado como elemento dinâmico deste, de que falava Azevedo Amaral, citado no início do trabalho. A citação vem precedida do trecho seguinte que a completa: “Estado e Nação formam uma unidade, que se completa pela integração perfeita das classes armadas na organização política, como força executiva da vontade estatal. Estabelece-se assim uma colaboração harmoniosa entre o Exército e o Estado, que é a expressão orgânica da própria Nação”.

Sem dúvida, tais afirmações eram em boa parte tributárias da retórica totalitária da época. Mas vimos ao longo de todo este trabalho mostrando que as transformações reais se vinham processando no sentido de modificar o papel da organização militar na política nacional, e isto em parte independia do discurso político predominante e fazia parte das transformações maiores que se davam na própria sociedade e no Estado. O simples enunciado feito acima dos projetos do novo regime em matéria de desenvolvimento econômico mostra uma conotação que de muito extrapolava o aspecto de autoritarismo político em geral salientado por seus opositores. É muito sintomático que, após o frustrado *putsch* de 1938, e com o início da guerra, elementos da própria esquerda, vinculados à ANL, passassem a dar apoio ao governo nos aspectos desenvolvimentista e nacionalista de sua obra⁷³.

A ênfase no desenvolvimento econômico e, particularmente, industrial seria secundada abertamente pelo Exército e talvez mais ainda pela Marinha. O problema da siderurgia já fora objetivo de destaque em entrevista do general Leite de Castro, quando Ministro da Guerra da revolução, em entrevista dada em março de 1931. Foram constantes durante os anos seguintes as manifestações em favor de uma indústria bélica nacional. A Marinha, a partir de 1936, pelas dificuldades de câmbio para a compra de navios, enveredaria por um amplo plano de construção naval, retornando à tradição imperial interrompida desde o início da República

devido às mudanças na tecnologia de construção que passou a exigir aços especiais não produzidos no país. No início ela importou aço dos Estados Unidos, mas logo passou a produzi-lo em fornos elétricos montados na Ilha das Cobras, até que viesse a solução da grande siderurgia nacional, pela qual não cessavam os ministros de clamar, como condição de libertação da tutela estrangeira. Foi feito apelo também à indústria privada, e desenvolveram-se projetos nacionais de vários produtos. Com o Estado Novo estas atividades adquiriram ritmo intenso⁷⁴.

O Exército demorou um pouco mais a tomar medidas concretas, mas o fez a partir de 1939, quando um aviso do ministro ordenou maior entrosamento com a indústria civil nacional; preferência à matéria-prima e máquinas nacionais; incentivo a novas indústrias pela garantia de compra etc. O Departamento de Material Bélico passou imediatamente a implementar esta orientação, dinamizando e ampliando ao mesmo tempo a produção das fábricas do Exército e oferecendo assistência técnica às indústrias particulares. Na expressão de seu diretor, estava em organização “um verdadeiro parque industrial adequado às necessidades militares”. Vários oficiais tinham sido mandados à Europa para especialização e já tinham conseguido, junto a empresas nacionais, fabricar máquinas, antes importadas, a preços muito inferiores. Conseguira-se mesmo produzir aços especiais para fabricação de armas⁷⁵.

Com a aproximação da guerra, essa atividade cresceu substancialmente e envolveu não só Volta Redonda, de cuja negociação participaram intensamente dois oficiais do Exército, E. Macedo Soares e Sílvio Raulino, como a Fábrica Nacional de Motores, a fábrica de aviões de Lagoa Santa, além dos esforços com relação ao petróleo, já estudados⁷⁶.

Por trás da retórica da identificação Exército-Estado e da visão de ambos como expressão orgânica da nação, estava a realidade de um projeto que se caracterizava pela nacionalização da política, pelo industrialismo e pela ideologia de nova ordem não liberal mas inequivocamente burguesa. Um capitão perguntava-se em 1935 se seria necessário um novo conceito de forças armadas e respondia positivamente, dizendo estar sobrepujado o papel de simples guarda das instituições que o liberalismo a elas atribuía. O grande mundo francês não era mais, segundo ele, o exemplo a imitar. Em seu lugar surgiam os exemplos dos exércitos nacionalistas, fascistas, nazistas e comunistas⁷⁷. O projeto da intervenção controladora dos militares sem dúvida fugia do modelo de exército burguês clássico. Mas o conteúdo concreto da intervenção, particularmente em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político.

As transformações trazidas pela guerra que resultaram, ao final, na queda do Estado Novo, apenas parcialmente alteraram este quadro. As motivações que

levaram a cúpula militar a agir novamente em 1945 foram em parte semelhante às de 1937. As grandes mobilizações de massas promovidas no bojo do queremismo, os discursos populistas do presidente, o exemplo do peronismo, constituíam agora uma ameaça mais substantiva à ordem social e política do que a percebida em 1937⁷⁸. O golpe de 1945 seria coerente com o de 1937 e não por acaso seria promovido pelos mesmos líderes militares. Seu sentido pode ser em parte – e pitorescamente – ilustrado por episódios em aparência pedestre: o brigadeiro Ivo Borges, participante ativo do golpe, ao chegar em casa encontrou o almoço por fazer devido à deserção de suas empregadas, que o acusavam de ter derrubado “nosso amigo Getúlio Vargas”⁷⁹.

APÊNDICE REFERENTE AO QUADRO 1

MOVIMENTOS MILITARES, 1930-1945

(Organizado por Lúcia Lahmeyer Lobo
com a colaboração de Vanda M. Costa Aderaldo)

Conforme indica o *Quadro 1*, os movimentos foram classificados em agitações, protestos e revoltas, de acordo com sua forma e intensidade. Procurou-se também, na medida do possível, determinar sua tendência política e identificar os principais responsáveis por sua articulação. Nos casos em que tal identificação não ficava clara nas fontes, ou quando era substancial a participação de civis, adotou-se a categoria residual de participação “mista”.

A lista cronológica procurou ser pormenorizada. Nem todos os movimentos apresentados no Apêndice foram incluídas no *Quadro 1*. Os casos em que eventos relacionados separadamente fazem parte, na realidade, de um movimento único, como tal foram computados. Os casos em que a evidência existente é muito fraca, podendo mesmo ser falsa, ou não é clara a natureza militar do movimento, não foram computados. Todos os eventos listados, mas não incluídos no *Quadro 1* vão indicados com um asterisco.

Como certamente haverá fontes a que não se teve acesso, a listagem que segue deve ser tomada como um primeiro esforço de mapear a atuação dos militares no período, suscetível de correções e aperfeiçoamentos.

AGITAÇÕES

Out. 1930

1. Nos meses que se seguem à Revolução de 30, surgem boatos de que o gen. Mena Barreto estaria liderando uma contra-revolução na guarnição militar carioca. KLINGER, B. *Parada e Desfile*. RJ, O Cruzeiro, 1958. pp. 358-9.
2. O gen. Valdomiro Lima é acusado pelo gen. Góis Monteiro de pretender implantar uma nova Junta Governativa da qual ele participasse. Depoimento do gen. Góis Monteiro no processo de queixa-crime do gen. Valdomiro Lima. Agosto 1937. AN-GM

1931

1. Em fevereiro, há rumores sobre um golpe armado para depor o interventor do estado do Rio de Janeiro, Plínio de Castro Casado. Este sofreria a forte oposição de elementos revolucionários fluminenses e teria sido nomeado por imposição da ala tenentista de Osvaldo Aranha. CARONE, Edgar, *A República Nova (1930-37)*. SP, DIFEL, 1974. p. 297.
2. Em 24 de fevereiro, é firmado um "Pacto de Honra Secreto" que estabelece a união de oficiais revolucionários em torno de Getúlio Vargas, com o objetivo de atender à necessidade de coesão das Forças Armadas e de reorganização do Exército. O pacto delega ao cap. Juarez Távora, gen. Leite de Castro e ten. cel. Góis Monteiro plenos poderes de representação junto aos oficiais revolucionários das regiões norte, centro e sul. Dentre outras medidas, propõe que todos os postos militares de comando sejam preenchidos exclusivamente por oficiais revolucionários e que a comissão de promoções seja constituída por elementos de inteira confiança dos revolucionários. O pacto que é assinado pelos oficiais Góis Monteiro, Eduardo Gomes e outros, prevê a reforma administrativa do militar que trair o compromisso assumido. Pacto de Honra. Absolutamente Secreto. 24 de fevereiro de 1931. AN-GM.
3. Em março, um tenente do Corpo de Aviação do Rio de Janeiro informa à Chefia de Polícia gaúcha que o ministro da Guerra, gen. Leite de Castro, compareceu a uma reunião de militares em Niterói, na qual se conspirou contra o

governo. O ministro declarou que o governo queria desprestigiar-lo, tendo solicitado a solidariedade dos presentes em qualquer emergência. O tenente-aviador informa ainda que no Rio de Janeiro todo o Corpo de Aviação é getulista e parte da guarnição militar conspira. GV 31.03.20.

* O Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul recebe denúncias em março contra oficiais, sargentos e comissionados que estariam conspirando para implantar uma ditadura militar sob a presidência do cap. Juarez Távora ou cap. João Alberto. A mesma denúncia é feita a Flores da Cunha por Raul Pilla, que citou entre os suspeitos os tenentes Amaro da Silveira, Barreto Viana, Sanabria, José Moura e Cunha, Villeroy França e outros. O delegado considera a denúncia infundada, atribuindo sua autoria a “perrepistas adesistas” da guerra, gen. Leite de Castro, GV 31. 03.20.

4. Em abril, circula pelas guarnições gaúchas uma “Proclamação ao Exército” lançada por um “Comitê Revolucionário do Rio de Janeiro”. O manifesto pretende unir os “velhos” e “novos” oficiais revolucionários com o objetivo de instituir uma ditadura militar que vigore até a realização do programa revolucionário proposto. O programa considera a necessidade de união do Exército, afirmando que os países incultos como o Brasil, nos momentos de grandes remodelações, devem ser tutelados pelo Exército. Refere-se à ação maléfica da política regional, cujo propósito é fracionar as classes armadas para assenhorar-se do país. Além de defender medidas políticas, econômicas e sociais como o regime parlamentar e os congressos técnicos e a correção da política que privilegia alguns estados em detrimento de outros e da União, o pacto atende a diversas demandas internas à organização. Segundo militares do Rio Grande, os emissários do Rio de Janeiro têm percorrido as guarnições federais buscando apoio para implantar a ditadura militar do ministro da Guerra com a possível conivência do cap. João Alberto. O comunicado fornecido à Políciagaúcha é de que o Rio Grande, ao contrário do Rio de Janeiro, é o grande obstáculo ao golpe. GV 31.05.17. e GV 31.06.01/1.

* Em 18 de agosto, o Partido Republicano Mineiro é responsabilizado pela tentativa de deposição de Olegário Maciel do governo estadual. Próceres do PRM como Artur Bernardes e Virgílio Melo Franco, em aliança com Osvaldo Aranha e Batista Luzardo, são acusados da iniciativa do golpe. Contudo, a participação do chefe do Governo Provisório nesse episódio é comprovada por ordem transmitida, através do ministro da Guerra, ao comandante do 12º R.I. para assumir a interventoria. Com o apoio da Força Pública, controlada pelo secretário de Interior e Justiça, Gustavo Capanema, Olegário Maciel repele o golpe. BK 31.09.02, Aluísio Leite Guimarães, *Depoimento* (Rio de Janeiro, CPDOC, 1977) (mimeo) e Discurso de Aluísio L. Guimarães na Assembléia Legislativa de Minas Gerais em setembro de 1935.

* Carta anônima de 31 de agosto enviada a Osvaldo Aranha informa que os legionários mineiros Gustavo Capanema, Amaro Lanary e Francisco Campos

estão indignados com a possibilidade de o Governo Provisório diminuir o efetivo da Força Pública e desarmá-la. Buscam a adesão de São Paulo e Pernambuco e o apoio de outros estados para protestarem caso o Governo Provisório resolva destituir o governador, já tendo a Força Pública ocupado os principais pontos das estradas, a fim de impedir a entrada das forças federais na capital. Em setembro, a Polícia do Distrito Federal é informada de que autoridades mineiras tomam medidas de caráter militar através da criação de dois novos batalhões de Polícia, abertura do alistamento militar, treinamento de novos reservistas e constante movimento de tropas e armamento. Segundo o comunicado, o 12º R.I., do Exército não está convenientemente preparado para resistir a um ataque das forças militares estaduais. OA 31.08.31 e OA 31.09.18/11.

5. Em setembro, praças da Força Pública do Paraná, sob o comando de sargento, tentam sublevar-se. Tinham por objetivo assaltar o cofre da Força Pública e eliminar os oficiais que oferecessem resistência. Pretendiam marchar para o interior do estado, saqueando as coletorias locais. OA 31.09.25/7.

6. Em outubro, um movimento promovido por oficiais do Exército contrários aos oficiais revolucionários combate a participação política de militares. O programa de ação lançado no folheto “União da Classe Militar” propõe que os oficiais atraídos por ocupações políticas retornem às suas funções para que se restabeleça a coesão das Forças Armadas. A partir do lema “Paz, União e Trabalho”, os oficiais signatários comprometem-se a lutar pela dedicação profissional de todos e pela disciplina em qualquer nível hierárquico, divulgando publicamente o movimento. A 27 de novembro, em entrevista à imprensa, o gen. Mena Barreto confirma a existência de um documento de apoio ao movimento, elaborado por alguns generais, entre os quais se inclui, na companhia de Pantaleão Teles Ferreira e de Bertoldo Klinger. Majores e capitães reúnem-se com o ministro da Guerra para dar uma explicação sobre o apelo que fizeram aos generais no sentido de que apoiassem a união da classe militar. Segundo o gen. Klinger, o tenentismo responde ao movimento através de discretas ameaças, transferências e preterições nas promoções, além de ostensivas promessas de vantagens para os que desistissem. BK 31.11.14 e BK 31.11.28.

KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. RJ, O Cruzeiro, 1951. v. 6 p. 150.

1932

1. Logo após um levante de sargentos ocorrido no 18º BC de Mato Grosso, é descoberta uma conspiração de sargentos, marcada para eclodir em maio, com o objetivo de obter melhorias para a classe. A notícia é dada por boletim do comandante da Circunscrição, gen. Bertoldo Klinger, que informa ter sido apreendida correspondência anônima do Rio Grande do Sul destinada a um dos corpos de tropa paulista. A correspondência anuncia que os sargentos estão organizados e articulados com uma das facções políticas gaúchas, indicando um

profundo ódio pelos sargentos comissionados em tenentes, denominados “sargentos melhorados”.

Ver *Revoltas* n.ºs 1 e 2. BK 32.04.02.

2. Em final de maio, possivelmente Valder de Lima Sarmanho, Luís Aranha e Flores da Cunha comentam, em palestra telegráfica, que sargentos comunistas vinham sendo aliciados pelo ex-deputado Azevedo Lima a fim de promover com “políticos decaídos” do Distrito Federal um golpe contra o governo. Os conspiradores contavam com a adesão de tenentes, em virtude de centenas deles terem sido presos pelo ministro da Guerra, não tendo, contudo, nenhum deles se vinculado ao movimento. Pensavam obter para o Distrito Federal uma solução semelhante a do “caso paulista”, que foi resolvido com a nomeação de um interventor civil e natural do estado. Segundo as declarações dos conspiradores, eles não se opunham ao governo, sendo suas manifestações contrárias ao ministro da Guerra. OA 32.05.27/5.

3. Em junho, o interventor gaúcho comunica que há possibilidade de explodir um movimento militar no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul contra a permanência do gen. Leite de Castro no Ministério da Guerra. OA 32.06.24/1.

4. Avisos de várias procedências informam a respeito de um movimento de sargentos, oficiais e comandantes de alguns corpos que pretendem garantir a permanência do ministro da Guerra e, caso necessário, depor o chefe do Governo Provisório. Segundo Osvaldo Aranha, a situação é grave e a 1ª Região Militar se encontra em rigorosa prontidão. OA 32.06.27/7, OA 32.06.28/6 e OA 32.06.29/2.

5. O comandante do encouraçado *São Paulo*, capitão-de-mar-e-guerra Carlos Augusto Gaston Lavigne, declara ter havido a bordo deste navio, em agosto, uma “tentativa de comunismo”. Do inquérito aberto resultou a expulsão de seis praças da Marinha.

IPM. Outubro de 1932. Testemunha Cap. M.G.C.A. Gaston Lavigne. Gaveta 1552, Gabinete do Ministro. AM.

Polícia do Distrito Federal. 26 de março de 1936. Gaveta 1550, Gabinete do Ministro. AM

6. Um marinheiro é preso por se achar envolvido em movimento comunista a bordo do encouraçado *Minas Gerais*.

Polícia do Distrito Federal. 26 de março de 1936. Gaveta 1550, Gabinete do Ministro. AM.

7. Militares e civis, exilados por terem participado da Revolução Paulista de julho, articulam a reorganização do movimento constitucionalista. Em Lisboa, 34 militares delegam a um “Conselho de Generais” poderes para conduzir o movimento. Planeja-se a criação de um “Comitê Organizador”, sediado em

Buenos Aires, com um representante dos militares. O movimento armado deverá irromper no Rio Grande do Sul e ser secundado por São Paulo, provavelmente durante as eleições da Constituinte. Cerca de 80 oficiais do Exército em São Paulo ofereceram-se para cooperar no programa de ação. O ten. Severino Sombra procura convencer os conspiradores da importância de envolver o Norte no movimento. Participam ativamente das articulações, dentre outros militares, o gen. Bertoldo Klinger e os coronéis Euclides de Figueiredo, Palimércio Rezende e Basílio Taborda. BK 32.12.19, BK 32.12.20 e BK 32.00.00/1. Cartas de Sociedade etc, 1933. 15 de fevereiro de 1933. Gaveta 2346. Gabinete do Ministro. AM.

1933

* Militares e civis exilados prosseguem na articulação do movimento constitucionalista, que conta com a participação de elementos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Os conspiradores do sul do país e do exílio divergem profundamente quanto à escolha do chefe do movimento, dividindo-se as opiniões em torno do cel. Euclides de Figueiredo, cel. Basílio Taborda e gen. Bertoldo Klinger. Em novembro, fundam a “Ação Nacional Constitucionalista”, com o objetivo de garantir o funcionamento da Assembléia e impedir a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República. O movimento procura obter a adesão de oficiais revolucionários descontentes com o governo, esperando fortalecer-se a partir do retorno ao país dos oficiais anistiados. Capitães e oficiais subalternos mantêm estreita ligação com os coronéis Lima e Silva, Sampaio e Leitão de Carvalho. Discute-se a validade de incorporar à “Ação Constitucionalista” o movimento de sargentos que pretende o restabelecimento da Constituição de 1891. Essa possibilidade encontra forte oposição do gen. Bertoldo Klinger. BK 33.03.11, BK 33.03.18, BK 33.04.14, BK 33.07.07, BK 33.11.01 e BK 33.11.25.

1. No 1º semestre, o ministro da Marinha recebe a denúncia de um suboficial de que um grupo de sargentos projeta um assalto à sede integralista na Ilha do Governador.

IPM. SO Floriano Sales de Souza. 19 de dezembro de 1935. p. 3. AM.

2. Uma “Circular Secreta” dirigida aos sargentos do Exército propõe um levante para o dia 6 de setembro, a fim de impor a concessão de vantagens para a classe. A entidade organizadora do movimento, representando 412 associados, estabelece como principais reivindicações: a criação de um quadro de suboficiais, em substituição aos postos de sargentos; o aumento de vencimentos; a reintegração de todos os sargentos excluídos depois de 1º de junho, por terem prestado solidariedade à entidade e por motivos que não desabonem sua conduta moral. São previstas algumas vantagens para as praças do Exército e das milícias estaduais que participem do levante. As instruções para o levante determinam a prisão de oficiais que não sejam solidários com os sargentos e que se evite o choque com os adversários.

Circular Secreta. 1933. AGM-AN.

Relatório do cap. Silva Barros ao gen. Daltro Filho. 24 de fevereiro de 1934. AGM-AN.

Correspondência do ministro da Guerra. 4 de janeiro de 1937. AEx.

3. Em setembro, são fornecidos a Danton Coelho detalhes sobre uma conspiração que teria por finalidade deflagrar um movimento armado de caráter nacional, envolvendo militares e civis de diversas correntes políticas. Participam de reuniões, em Niterói e no Rio, comunistas da Marinha de Guerra e Mercante, da estiva e do Centro Comunista carioca, inferiores do Exército representados por dois sargentos e oficiais e elementos da Polícia Militar. Os partidos gaúchos, Libertador e Republicano e o PNT se fazem representar em reunião realizada no Rio de Janeiro. São acusados de estarem conspirando os generais Valdomiro Lima e Daltro Filho, Etchegoyen, o chefe de Polícia e Gustavo Capanema, dentre muitos outros.

4. O comandante da 4ª Região Militar é informado pelo Catete de um movimento marcado para 19 de setembro no 10º e 12º Regimentos de Infantaria do Exército em Minas Gerais, provavelmente promovido por sargentos. G e C 33.09.02.

5. Em 20 de outubro, há informações de que Bias Fortes, Negrão de Lima, Virgílio de Melo Franco e Djalma Pinheiro Chagas articulam com os oficiais um movimento da Força Pública de Minas Gerais em reação ao acordo que tornou a Força Pública dependente do Exército. G e C 33.09.02.

6. Em carta ao gen. Bertoldo Klinger, o ten. Adacto Pereira de Melo comunica em novembro que sargentos do Exército e Marinha, contando com a adesão da Polícia e Bombeiros, articulam um movimento armado para restabelecer a Constituição de 1891, moralizar o regime e evitar o surto comunista. O programa de ação do movimento apresenta basicamente reformas de caráter assistencial e econômico. As demandas internas à organização militar dizem respeito aos vencimentos, restrição à perda de patente de oficiais e extensão do direito de voto às praças de pré. Uma Junta Governativa composta por um general, um almirante e um jurista seria encarregada de proceder às eleições para a Presidência da República e à formação dos Congressos. Os sargentos envolvidos na conspiração procuram entrar em contato com os militares constitucionalistas através dos tenentes Agildo Barata e Adacto Pereira de Melo, representantes dessa corrente. BK 33.11.01.

7. O gen. Bertoldo Klinger é informado pelo ten. Adacto Pereira de Melo que conspiram abertamente em prol de uma ditadura militar duradoura parte dos "oficiais modernos", os revolucionários de 1930 (rabanetes) desgostosos com a situação e a grande maioria dos "revolucionários autênticos" (picolés). Possuem como chefes os generais Manuel Rabelo (apesar das críticas ao seu programa positivista), Valdomiro Lima, Daltro Filho, Guedes da Fontoura, comandante de

Brigada da 2ª RM em São Paulo e, possivelmente, o gen. Góis Monteiro. Comissões de picolés, orientados pelo ten. Valter Pompeu, procuram atrair os militares constitucionalistas para o seu movimento, acenando-lhes com a anistia e a coesão do Exército. BK 33.11.01.

8. O inspetor do Arsenal de Marinha de Ladário informa ao chefe do Estado-Maior da Armada que o sul de Mato Grosso prepara um movimento de caráter separatista, no qual encontram-se envolvidos oficiais do Arsenal da Marinha e do navio *Oya pock*.

Cartas recebidas e expedidas do Ministério da Justiça, 1933. 5 de dezembro de 1933, gaveta 2346, Gabinete do Ministro. AM.

1934

1. A corrente de militares constitucionalistas defronta-se com o problema de políticos aliados aderirem ao governo e de militares da corrente empenharem-se em “lutas estéreis”. O ten. Adacto Pereira de Melo elabora um plano de ação para o caso de a Assembléia Constituinte não levar o país ao regime legal. O plano prevê o estabelecimento de uma Junta Governativa militar que procederá à remodelação do alistamento e das eleições até a instalação da nova Assembléia. Com este objetivo, os oficiais constitucionalistas procuraram manter-se unidos e atrair outras correntes militares, inclusive a dos “revolucionários autênticos”. A colaboração do meio civil será buscada através das organizações jovens fundadas em vários estados, a exemplo da Federação de Voluntários de São Paulo, e das forças políticas que apoiaram a Revolução de 1932. Estão integrados na corrente quase todos os sargentos das guarnições do norte, que são francamente anti-Góis. O ten. Adacto afirma que os conspiradores mantêm estreito contato com os sargentos, com o objetivo de controlar seus impulsos de subversão. O movimento conta no Rio Grande do Sul com o apoio de corpos do Exército e da Brigada. A chegada de oficiais anistiados ao Rio Grande favorecerá a conspiração. BK 34.01.15, BK 34.03.26 e BK 34.03.29.

2. Sargentos e cabos dos quartéis de São Paulo articulam um levante de caráter comunista para o início de março. A Delegacia de Ordem Política e o capitão do Exército encarregado de averiguar a conspiração, através de agentes infiltrados nas unidades militares, descobrem que o movimento conta com a adesão da Força Pública e de grande parte do proletariado, irradiando-se pelos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Os conspiradores planejam, após o assassinato de autoridades civis e militares do estado e a ocupação de locais estratégicos, assumir o comando das unidades e designar representantes para os cargos administrativos. Um dos sargentos envolvidos anuncia que será o Fulgêncio Batista brasileiro, numa alusão ao recente movimento cubano liderado por este sargento. Relatório do cap. Silva Barros ao gen. Daltro Filho. 24 de fevereiro de 1934. AN-GM.

* O ten. Delfino Rezende escreve ao gen. Bertoldo Klinger sobre uma conspiração descoberta em Minas Gerais de oficiais e comandantes da Força Pública com Virgílio de Melo Franco e Bias Fortes. São reformados 20 coronéis e tenentes-coronéis e dez majores. BK 34.03.26.

3. Segundo o ten. Delfino Rezende, o gen. Tourinho e o cap. Mena Barreto lideram no Paraná uma conspiração para depor o interventor do estado. Representantes destes elementos propõem à corrente constitucionalista uma ação conjunta. BK 34.03.26.

4. Um movimento de sargentos, reunindo cerca de dez mil homens, pretende a melhoria da classe. O grupo é orientado por advogados, talvez de "idéias sociais avançadas". Os conspiradores afirmam não ser intenção do movimento imitar Cuba, desejando entrar em contato com militares constitucionalistas. O ten. Delfino de Rezende é favorável à ligação de oficiais da corrente constitucionalista com os sargentos, para dissuadi-los de seus propósitos. BK 34.03.26.

5. O relatório do ministro da Guerra informa a respeito de um movimento comunista de praças do 4º BE em Itajubá, Minas Gerais. Brasil. Ministério da Guerra. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1934. p. 63.

6. O Bloco Socialista Revolucionário lança um manifesto "Em prol da revolução social. Aos sargentos do Brasil". O manifesto incita os sargentos a levantarem-se de armas contra o regime, afirmando que a maior parte deles provém da classe proletária, que é explorada pela burguesia. Dentre outras reivindicações, o programa propõe o aumento dos efetivos do Exército e do corpo de marinheiros e a extinção das polícias federais e estaduais que seriam incorporadas às Forças Armadas. Propõe ainda que todos os oficiais sejam transferidos para uma "Delegação de Educação", para exercerem a função de professor sob rigorosa vigilância, e que os sargentos sejam promovidos a todos os postos do oficialato. O programa prevê a extinção do direito de civis ingressarem nas Escolas Militar e Naval, tornando-as privativas dos sargentos. Manifesto de 1934. AN-GM.

7. O relatório do ministro da Guerra refere-se à expulsão de praças, cabos e um sargento da reserva em função de duas ocorrências na 8ª RAM em Juiz de Fora. Minas Gerais. Brasil. Ministério da Guerra. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1934. p. 63.

8. Em 18 de março, o gen. Manuel Rabelo, comandante da 7ª RM, envia uma carta ao gen. Góis Monteiro, propondo que as Forças Armadas imponham um governo forte sob a direção de Getúlio Vargas e a Constituição de Júlio de Castilhos. Redige uma "Proclamação ao povo" para ser lançada no momento conveniente, na qual ele afirma que a Constituinte se desmoralizou irremediavelmente. GV. 34.03.18.

* O gen. Góis Monteiro é acusado por oficiais da corrente constitucionalista de conspirar. O ten. Adacto Pereira de Melo afirma que o general, além das conspirações de quartel, alia-se a Virgílio de Melo Franco, Bias Fortes e outros políticos do Partido Progressista que estão em franca dissidência com Benedito Valadares e, conseqüentemente, com Vargas. BK 34.03.29 e BK 34.03.26.

* Em 27 de março, o ministro da Justiça telegrafa a Flores da Cunha, afirmando que há um movimento com penetração nos meios militares em favor da ditadura militar.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *O contexto político da constitucionalização* (um ensaio de periodização), coord. de Ângela Maria de Castro Gomes. Cap. II². Rio de Janeiro, 1978. dat.

* Em 26 de abril, o tenente-coronel Estilac Leal informa ao interventor gaúcho que os generais Daltro Filho (cmte. da 7ª RM) e Deschamps (cmte. da 4ª RM) são favoráveis à ditadura militar ou à eleição do gen. Góis Monteiro para a Presidência da República. *Idem, ibidem*.

* Em 12 de maio, o *Jornal Pequeno* de Pernambuco transcreve uma circular do gen. Álvaro Marante aos comandantes de corpos e brigadas da 1ª RM. A circular refere-se a boatos de que elementos militares, inclusive generais e políticos importantes, pretendem implantar a ditadura militar. O general ordena que seus comandantes obedeçam às autoridades constituídas. *Idem*.

* O gen. Valdomiro Lima envia uma "Circular Secreta" de 14 de maio aos generais, com o conhecimento do gen. Góis Monteiro. Esta circular propõe a criação de um "Conselho de Generais" que designaria três militares para cuidarem da deposição de Vargas e assumirem o governo, marcando eleições imediatas. *Idem, ibidem*.

* Em 15 de maio, o gen. Góis Monteiro afirma à imprensa que o Exército é rigorosamente contrário à ditadura militar, apesar de admitir a possibilidade de que oficiais estejam envolvidos na conspiração. *Idem, ibidem*.

* Em 17 de maio, Flores da Cunha comunica que prossegue a conspiração para implantar a ditadura militar. Os conspiradores estendem vasta rede sobre vários estados. Flores da Cunha sugere que os coronéis Figueiredo e Taborda sejam seguidos. *Idem, ibidem*.

* Em maio, Pedro Timóteo denuncia a Getúlio Vargas que o gen. Góis Monteiro planeja um golpe para assumir a Presidência da República. No dia das eleições para a Presidência, o general seria aclamado no Rio de Janeiro por tropas federais comandadas pelos conspiradores, assumindo o governo em Belo Horizonte. São

mencionados como prováveis colaboradores no golpe os generais Almério de Moura e Daltro Filho.

Seção do Poder Executivo. Secretaria da Presidência da República. 24 de maio de 1934. AN.

* Em 16 de junho, Vargas é informado por Orlando Leite Ribeiro que os exilados em Buenos Aires anunciam que apenas aguardam a adesão do gen. Góis Monteiro para eclodir o movimento. Os conspiradores compraram avião de guerra e o enviaram para São Paulo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *O contexto político da constitucionalização* (um ensaio de periodização), coord. de Ângela M. C. Gomes, Cap. 11^o.

* Em 19 de junho, Flores da Cunha avisa Vargas que está preparando um golpe para o dia da eleição presidencial, que prevê o assassinato ou a prisão do chefe do Governo Provisório e o estabelecimento de uma Junta Governativa composta por Artur Bernardes, Borges de Medeiros e gen. Góis Monteiro. Pretendem restabelecer a Constituição de 1891 e convocar em 30 dias uma nova Constituinte. *Idem, ibidem*.

9. De acordo com o Chefe de Polícia, Filinto Müller, a partir do segundo semestre, militares da corrente constitucionalista, Artur Bernardes Filho e outros políticos tentam articular-se com o Partido Comunista a fim de utilizarem a sua força para depor o governo. O PC hesita na aliança, apesar de muitos sargentos ligados ao partido estarem envolvidos na conspiração. Segundo Filinto Müller, apenas a partir de 1935 “elementos conscientes da esquerda” infiltram-se no movimento que ganha nova feição. GV 35.12.03/3.

1935

1. Durante o primeiro semestre, oficiais articulam um movimento armado de caráter nacional para derrubar o governo caso a Câmara não aprove o aumento dos vencimentos militares. O programa de ação elaborado pelo gen. Bertoldo Klinger prevê um governo militar provisório constituído por uma junta e um conselho consultivo, responsável pelo substitutivo da Constituição. O comando das operações militares é atribuído ao gen. Guedes da Fontoura na Vila Militar, ao alm. Frederico de Noronha na Marinha e ao gen. Bertoldo Klinger na cidade e na Polícia Militar. O movimento conta com a participação de vários militares da corrente constitucionalista, estendendo-se por São Paulo, Minas Gerais, Paraná e estados do Norte. Em seus documentos, o gen. Klinger critica severamente o governo, acusando-o de ter tentado subornar as Forças Armadas, sempre que necessitou de seu apoio, com promessas não cumpridas de aumento de vencimentos militares. Segundo informações de Flores da Cunha, o gen. Guedes da

Fontoura pediu a solidariedade dos oficiais do Rio Grande do Sul, afirmando que, se o aumento dos militares não for aprovado, ele derrubaria o governo. Na opinião de Flores, não são fiéis ao governo o alm. Protógenes Guimarães e os generais Guedes da Fontoura, Lúcio Esteves, Valdomiro Lima, Deschamps Cavalcânti e Daltro Filho. BK 35.02.23, BK 35.04.21, BK 35.06.05, BK 35.06.21/1, GV 35.02.24, GV 35.03.21/1, GV 35.03.29, GV 35.04.10, GV 35.04.09/3, OA 35.05.10/1, OA 35.04.19, OA 35.04.24 e OA 35.05.22/1.

2. No início do ano, correspondência do Ministério da Guerra refere-se a uma conspiração no 20º BC em Maceió. Sargentos do batalhão eram liderados pelo segundo-tenente Luís Xavier de Souza, acusado de ser comunista.

Aviso nº 76 do ministro do Exército. 3 de setembro de 1935 (minuta 1371). AE. Ofício nº 1.219 do diretor da Secretaria de Estado do Ministério da Guerra. 27 de agosto de 1936 (minuta 554). AE.

7º RM, M. Guerra, SEMG, protocolo 4469. 7 de março de 1935. AE.

3. Em março, o gen. Manuel Rabelo e o gen. Pantaleão Pessoa informam acerca de uma provável eclosão de um movimento no 21º BC de Natal. O cap. Otacílio Alves de Lima é apontado como elemento de ligação dos conspiradores. GV 35.03.16.

* Osvaldo Aranha é informado por Raul Azambuja que os integralistas se arregimentam para uma “ação branca” contra o governo, auxiliados pelo Exército. OA 35.05.22/1.

4. Paulo Hasslocher escreve a Osvaldo Aranha em dezembro, comunicando que militares, notadamente generais, articulavam um golpe para evitar que o comunismo continuasse a se alastrar, aproveitando-se da fraqueza do governo. Pretendiam afastar todos os elementos civis das posições de chefia. Segundo Hasslocher, o movimento não foi em frente devido à enérgica oposição do ministro da Guerra, gen. João Gomes. OA 35.12.25/2. Ver também OA 35.12.12/2 e GV 35.12.00/2.

5. Segundo relatório enviado a Osvaldo Aranha em dezembro, o Corpo de Fuzileiros Navais esteve prestes a se revoltar. OA 35.12.12/2.

6. No final do ano, há uma tentativa de levante comunista no 6º RI em São Paulo. São expulsos dez sargentos pertencentes ao regimento. *Boletim do Exército* nº 7, de 5 de fevereiro de 1936. AE.

7. Em inquérito policial-militar instaurado pelo Exército em 1937, há informações de que em 1935 o 5º RCI, sediado no Rio Grande do Sul, esteve prestes a promover um levante comunista. O comandante do regimento durante o período de 1935, cap. Gashypo, foi indiciado como comunista no referido IPM de 1937. IPM 1937-38. AE.

8. Em dezembro, é instaurado inquérito para apurar responsabilidades de uma conspiração ocorrida no tender *Ceará*, que pretendia matar oficiais. Dois marinheiros são expulsos. IPM 1935. Gabinete do Ministro, Gaveta 1552. AM.

1936

* Em maio, Flores da Cunha garante que um grupo de oficiais “revolucionários autênticos” pleiteará na Câmara a aprovação de emenda modificando a Lei de Segurança Nacional na parte que ela atribui ao Executivo o poder de cassar direitos e patentes militares. Flores da Cunha afirma que, para a obtenção desta medida, os oficiais irão até o golpe de estado, já havendo articulações no Rio Grande do Sul e em outros estados. GV 36.05.03/1.

1. Documento de junho escrito no Rio de Janeiro por oficial do Exército informa sobre uma conspiração que se prepara na guarnição do Distrito Federal. Majores e tenentes articulam um movimento de reivindicação de direitos militares que deverá eclodir, sem perturbação da ordem civil, exclusivamente dentro dos quartéis. A causa da conspiração é o descontentamento com os atos do governo que anulam as tradicionais prerrogativas dos militares. O movimento pretende pleitear: tribunais privativos para a classe; revogação da lei de reformas administrativas, a fim de alijar do Exército o regime de delação; lei de promoção automática e restabelecimento integral das garantias de inviolabilidade das patentes. Os tenentes-coronéis Cordeiro de Farias e Eduardo Gomes articulam a conspiração que apenas excepcionalmente incluirá oficiais de patente superior. A Polícia Civil do Rio de Janeiro relata, em julho, que se desenvolve o movimento de hostilidade ao ministro da Guerra, gen. João Gomes, que permitiu a cassação das prerrogativas militares e que conduz com excessivo rigor o combate ao extremismo, estabelecendo a suspeita sobre todos os oficiais. GV 36.06.09/1 e GV 36.07.07/1.

* Documento de junho refere-se a um movimento comunista previsto para eclodir durante o mês. Ainda em junho, Flores da Cunha é informado de que Felinto Müller suspeita de um movimento subversivo que ele não pode caracterizar como sendo comunista ou militar, marcado para 9 de junho. GV 36.06.09/1 e GV 36.07.08/3.

2. Marinheiros planejavam tomar de assalto o encouraçado *São Paulo* em junho, com civis e soldados do Exército, seguindo ordens do Partido Comunista. Houve várias expulsões.

Pasta de Informação 1940-41. 16 de dezembro de 1941. Gaveta 2372, Gabinete do Ministro. AM. IPM 1936. Gaveta 2475, Gabinete do Ministro AM.

* Em julho, Danton Coelho comunica que Flores da Cunha mobiliza tropas na fronteira do Rio Grande com Santa Catarina, além de proceder ao recrutamento de provisórios, sob pretexto de que os catarinenses iriam invadir o estado. Outro

comunicado informa sobre o preparo do espírito dos elementos da Brigada gaúcha contra o Exército e sobre a grande aquisição de material bélico contrabandeado para o estado. Segundo o comunicado, no dia 20 de maio houve prontidão repentina na Brigada, sob a alegação de que eclodira um movimento militar. OA 36.07.09/4 e GV 36.10.01.

3. Em julho, Danton Coelho informa Osvaldo Aranha sobre a prisão de sargentos e a prontidão rigorosa no Rio de Janeiro. OA 36.07.09/4 e OA 36.07.16/2.

4. É descoberta uma conspiração promovida pela Ação Integralista da Bahia, marcada para eclodir no dia 7 de setembro. A correspondência apreendida entre os integralistas indica que o movimento conta com o apoio de 40 oficiais da Polícia Militar e grande número de sargentos que concorreriam para a deposição do governo. O Tribunal de Segurança Nacional decide pelo arquivamento do processo, alegando uma possível confusão das autoridades policiais, que acreditaram haver conspiração onde só existiam articulações de defesa contra o comunismo.

Seção do Poder Judiciário. Tribunal de Segurança Nacional. Belmiro de Lima Valverde. Processo 202. 3 de setembro de 1936. Caixa 222. AN.

1937

* Em maio, Osvaldo Aranha é informado por Alfredo E. de Souza Aranha de que se fala abertamente em ditadura militar. OA 37.05.201.

* Trinta e duas praças e cinco oficiais pertencentes a regimentos gaúchos são acusados de comunistas. É instaurado um inquérito policial-militar no segundo semestre do ano, no qual o comandante do 6º RCI declara haver uma forte suspeita de que panfletos comunistas foram feitos no seu regimento e remetidos ao 7º RCI. Segundo as informações de um agente infiltrado no 6º RCI, grande número de cabos do regimento identifica-se perfeitamente com o comunismo. O agente acusa o cap. Gashypo, que foi comandante do 5º RCI em 1935, de reunir-se com as praças do 6º RCI e de ter influência sobre o 8º RCI, difundindo idéias da Aliança Nacional Libertadora. Há referências de que um soldado do 6º RCI tinha a intenção de desertar do Exército e ingressar no "Novo Exército". Flores da Cunha é acusado de manter ligações com o 6º RCI. IPM 1937-38. AE.

1. Em agosto, militares lançam o panfleto "O dever das Forças Armadas e a defesa da Constituição", assinado pela "Comissão Pró Frente Democrática". O manifesto critica violentamente a aliança entre Getúlio Vargas e os integralistas, alertando para o perigo de um golpe fascista que substituiria o Exército pelas milícias palacianas. Refere-se ao fato de as Forças Armadas terem sido sacrificadas material e moralmente com a perda da inviolabilidade das patentes. O panfleto propõe que as Forças Armadas fiquem ao lado do povo em defesa da Constituição e das

eleições, renunciando às competições partidárias. Vargas é acusado de tentar desencadear uma guerra civil com o intuito de impedir as eleições, enviando para a fronteira do Rio Grande do Sul destacamentos prontos para invadir o estado. O panfleto afirma que sustaram uma das ofensivas contra o Rio Grande, os generais Guedes da Fontoura, Valdomiro Lima, Lúcio Esteves, Basílio Taborda, José Pessoa e outros. Agosto de 1937. AN-GM.

* Em 23 de outubro, Euclides Aranha Filho escreve a Osvaldo Aranha sobre os preparativos feitos por Flores da Cunha e alguns oficiais do Exército, como Trifino Correa, para resistirem à transferência da Brigada ao controle do Ministério da Guerra. Flores da Cunha vinha articulando a Brigada e arregimentando corpos provisórios, mas a Brigada não apoiou o golpe, fracassando o movimento projetado. OA 37.10.23/2. Ver também transcrição do relatório do gen. Daltro Filho no jornal *A Nota* (RJ) em GV 37.11.04/2 e minuta de 11 de outubro de 1937 do ministro da Guerra ao ministro da Justiça. AE.

1938

1. Em fevereiro, o comandante interino da 3ª RM no Rio Grande do Sul denuncia indícios de perturbação da ordem no estado. Informa que ex-oficiais e comunistas na fronteira com o Uruguai articulam um movimento com possibilidade de concentração em Santo Angelo e Santa Rosa, sob a direção do ex-major Costa Leite, e que Flores da Cunha com exilados invadem a região de Livramento, contando com apoio no estado e com a greve do frigorífico Armour. No interior do estado, praças excluídas por motivos de redução de efetivos, associadas a elementos de Flores da Cunha procuram atrair praças da ativa para a conspiração. GV 38.02.11/1. Em junho, Orlando Leite Ribeiro escreve a Osvaldo Aranha que militares e civis exilados articulam um vasto plano de ação em Buenos Aires contra o governo brasileiro, liderados pelo ex-major Costa Leite, que envia instruções para os membros da Aliança Libertadora no Brasil. O dirigente do movimento determina que se for criado um partido nacional de caráter fascista, capaz de atrair grandes massas, a ANL penetre no mesmo, forçando-o a adotar o programa dos conspiradores e desmascarando Getúlio Vargas. GV 38.02.11/1 e OA 38.06.15/1.

2. Em fevereiro, Aguinaldo Veiga Fernandes denuncia a Getúlio Vargas um oficial e quatro sargentos do Regimento de Cavalaria do Exército em Santo Angelo no Rio Grande do Sul. Faziam intensa propaganda integralista em sua unidade, anunciando um movimento de grande envergadura. GV 38.02.25.

3. Em fevereiro, é instaurado inquérito policial-militar a fim de averiguar um movimento subversivo articulado por praças da Marinha. Ordens à Secretaria de Marinha, 1938. 19 de fevereiro de 1938. Gaveta 2365, Gabinete do Ministro. AM.

4. Telegrama enviado por Aladino Pereira das Neves em junho comunica que o Exército pretende brevemente implantar a ditadura militar. Segundo declarações

do gen. Almério de Moura, toda a guarnição do Rio de Janeiro é contrária a Getúlio Vargas e por isso nenhum elemento do Exército socorreu o presidente durante o assalto integralista ao Palácio Guanabara. O telegrama informa que o cor. Cordeiro de Farias aconselhou o presidente a abandonar o país para evitar ser assassinado ou preso. GV 38.06.29/1.

5. Em outubro, Getúlio Vargas é informado por Batista Lusardo sobre a preparação de um novo movimento integralista, marcado para eclodir em novembro. De acordo com as investigações realizadas pelo alemão Carlos Stemer junto a Mário Ramos, lugar-tenente de Plínio Salgado, toda a trama do movimento é feita no Exército e na Marinha. Os conspiradores contam com grandes contingentes militares do Rio de Janeiro, faltando-lhes apenas o apoio da Aviação Militar, com a Força Pública de São Paulo, inclusive "armandistas", e com toda a guarnição de Campinas. O movimento se estende por Curitiba, Minas Gerais e pelo norte do país. No Rio Grande do Sul, oficiais e sargentos da guarnição de Santo Angelo estão envolvidos na conspiração, que é dirigida no estado por Flores da Cunha. GV 38.10.26.

* É expulso do Exército um sargento do 11º RI em Minas Gerais, acusado de permanecer filiado a Ação Integralista Brasileira após seu fechamento legal. O inquérito instaurado revela que o comandante do Regimento, um tenente-coronel, durante o ano de 1937, estimulou as praças sob seu comando a participarem da AIB, obtendo a inscrição de cinco inferiores na agremiação, além de um tenente. IPM 1938. AE.

1939

1. Em janeiro, Osvaldo Aranha recebe relatórios sobre uma conspiração integralista articulada por militares e civis em São Paulo com ramificações em Goiás e Rio de Janeiro. Estão envolvidos em São Paulo capitães e maiores da Força Pública, a quase totalidade do Corpo de Aviação de Marte, alguns sargentos e civis. O relatório afirma que um informante leu carta de Ademir de Barros, lamentando o fracasso do *putsch* integralista de maio. Há referências de que praticamente toda a oficialidade do 6º BC de Goiás está comprometida e que um major deste batalhão, que pretende ser o futuro governador do estado, conta com a adesão de grande número de civis. Os conspiradores mantêm ligações no Rio de Janeiro com o subcomandante do 1º GAM e com um oficial da Aviação. A Polícia de São Paulo apreende parte do material bélico dos conspiradores. Um panfleto dirigido ao povo paulista em janeiro acusa Plínio Salgado de articular um novo golpe com o apoio de integralistas, nazistas, políticos descontentes e oficiais do Estado-Maior da Força Pública. OA 39.01.13/1 e OA 39.01.00/2.

* Em abril, Batista Lusardo telegrafia a Getúlio Vargas informando sobre uma conspiração promovida em São Paulo e na Bahia por políticos e militares. Na

Bahia, a corrente de Juraci Magalhães, inicialmente mobilizada apenas contra o interventor, articula-se para o movimento geral, sendo trabalhada a Força Pública e até mesmo a tropa federal. Em São Paulo, um grupo numeroso de militares e civis estão vinculados à conspiração, notando-se uma ação ostensiva contra o interventor Ademar de Barros. Lusardo sugere a possibilidade de ligação de Juraci com os integralistas, afirmando que Flores da Cunha, que está envolvido na conspiração, recebeu carta de Otávio Mangabeira referindo-se à ida de Lindolfo Collor a Berlim. GV 39.04.03.

2. É descoberto um plano preparado pelo chefe integralista Belmiro Valverde e pelo ex-tenente do Exército Severo Fournier, preso em 1938 por ter comandado o assalto ao Palácio Guanabara. Em correspondência apreendida, o ten. Fournier e Valverde planejavam assassinar Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e os generais Góis Monteiro e Eurico Dutra e dar o golpe de forma que não se identificasse sua origem integralista. Segundo um ex-sargento da Brigada Militar, implicado na conspiração, o movimento pretendia estabelecer uma junta militar. Um dos indiciados no inquérito afirma que diversos civis e militares estavam envolvidos no movimento, que contava com elementos no Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e estados do Norte. Belmiro Valverde foge da prisão com o auxílio de civis e guardas da Casa de Correção. Fora ele o idealizador do "Socorro Verde", criado sob o pretexto de auxiliar as famílias dos presos, mas que foi utilizado para rearticular os integralistas.

Seção do Poder Judiciário. Tribunal de Segurança Nacional. Belmiro de Lima Valverde. Processo 697. 26 de janeiro de 1939. Caixa 10. AN.

3. Em março, José Fernandes Monteiro denuncia ao cap.-ten. Augusto do Amaral Peixoto que marinheiros e fuzileiros navais conspiram na Ilha do Governador. ANL AIB 39.03.05. AAP.

4. O relatório do ministro da Guerra refere-se à expulsão de vários sargentos pertencentes às guarnições da 2ª Região Militar em São Paulo, por atividades contrárias ao Exército.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório*. RJ, 1939. pp. 50-1.

* Em dezembro, a Polícia Civil do Rio Grande do Norte denuncia uma conspiração comunista de cabos do 31º BC de Natal. O comandante do batalhão nega a existência de conspiração, atribuindo a denúncia a inimigos políticos. AGM 40.01.11.

5. Getúlio Vargas é informado por Protásio Dornelles Vargas sobre uma conspiração que se desenvolve no Rio Grande do Sul para implantar a ditadura militar. Alguns oficiais subalternos têm sido convidados para participar do movimento. GV 39.09.24/2.

1940

1. O jornal americano *The Hemisphere* noticia em 8 de março que o ministro da Guerra, apoiado pelo gen. Góis Monteiro, lidera um movimento insurrecional de sérias proporções contra Getúlio Vargas. Segundo o jornal, integralistas, grupos ligados a Flores da Cunha, Armando de Sales Oliveira e, possivelmente, Osvaldo Aranha estão envolvidos na conspiração, marcada para eclodir numa cidade gaúcha onde se realizarão manobras militares do Exército. GV 40.01.09.

2. É instaurado um inquérito policial militar a fim de averiguar um movimento que vinha sendo promovido por dois sargentos no Arsenal de Marinha do Pará. Pasta de Informações 1940-41. 23 de outubro de 1940. Gaveta 2372, Gabinete do Ministro. AM.

1942

1. Um panfleto, provavelmente de coronéis, ataca violentamente a administração do ministro da Guerra, acusando-o de estimular a intriga e a traição dentro do Exército. O panfleto denuncia que os comandos são entregues a maiores e capitães em detrimento de coronéis, que são distribuídos por circunscrições, e o apadriñamento nas promoções, além do fato de, às portas da guerra, os quadros não terem sido ampliados. OA 42.01./08.00.

2. O ministro da Guerra, gen. Eurico Dutra, é acusado por carta anônima enviada a Osvaldo Aranha de articular um movimento para depor Getúlio Vargas. Aranha é informado de que reina entre a maioria dos oficiais grande revolta contra o "germanismo" do ministro. OA 42.07.30/2.

1944

* Em janeiro e fevereiro, circulam em Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte vários panfletos dirigidos ao Exército, incitando-o a depor Getúlio Vargas do governo e a extinguir o nazi-fascismo no Brasil antes de combatê-lo no campo de guerra europeu. Acusam Vargas de se perpetuar no poder através de uma política que pretende subornar os militares, aumentando-lhes o soldo e oferecendo-lhes propinas e de ser responsável por enormes déficits orçamentários e pela deterioração do nível de vida do povo. É provável que os panfletos tenham sido redigidos por civis. OA 44.01.00.

1. Em carta a Alzira Vargas, Valder de Lima Sarmanho relata em novembro que civis e parte do Exército preparam um movimento contra o governo. Participam da conspiração os oficiais Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, João Alberto, Carneiro de Mendonça, além de Osvaldo Aranha e Samuel Weiner. GV 44.11.30.

1945

* Circula em São Paulo uma “Carta aberta aos generais” concitando os generais e, particularmente, o ministro da Guerra, a afastarem Getúlio Vargas do poder. O documento argumenta sobre a legitimidade de intervenção do ministro, que suprimiu a soberania do povo em 1937, tornando-se responsável pela conduta do presidente perante a nação e o Exército. GV 45.02.00 (?).

1. Em 5 de outubro, o gen. Renato Paquet comunica ao ministro da Guerra ter descoberto um movimento articulado em algumas unidades da Vila Militar e Deodoro. GV 45.10.05/2.

PROTESTOS

1931

1. Um grupo de sargentos e soldados pertencentes ao 5º RI de Lorena, São Paulo, dirigem-se à sede da Região Militar a fim de exigir a saída do comandante do regimento.

“Pró-disciplina”. *Defesa Nacional*. 18/01/31, nº 205.

* Sargentos do 3º RI do Distrito Federal tentam solicitar ao chefe do Governo Provisório a saída de seu comandante. *Idem, ibidem*.

2. Oficiais subalternos protestam contra a inclusão no quadro ordinário, dos ex-alunos da Escola Militar de 1922 que foram anistiados pelo Governo Provisório em 1930. Alegam que os oficiais formados depois de 1922 e os atuais alunos serão prejudicados com a reintegração dos anistiados. Sugerem a criação de um quadro extraordinário para promoção dos anistiados, classificando-os segundo a colocação obtida no curso que fizeram. OA 31.00.00/3.

1932

1. No início do ano, o jornal *Diário Carioca* é empastelado devido à publicação de um artigo de José Eduardo de Macedo Soares, criticando a atuação do Clube 3 de Outubro e do chefe do Governo Provisório. As oficinas do jornal são destruídas por cerca de 12 oficiais do Exército e da Marinha e 80 praças. Em movimento de protesto, os jornais do Rio e de vários estados deixam de circular por 24 horas. As suspeitas sobre a responsabilidade da destruição do jornal recaem sobre o “Clube 3 de Outubro”, o ministro da Guerra e o próprio chefe do Governo Provisório. São acusados os oficiais de gabinete de Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal e presidente do Clube. O chefe de Polícia, Batista Lusardo, e o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, demitem-se, alegando a conivência do governo com o atentado. NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A Guerra Cívica*. 1922. RJ, Olímpio, 1966, v. 2. pp. 34-48.

2. O gen. Andrade Neves demite-se do Comando da 3ª Região Militar no Rio Grande do Sul por sentir desprestigiado pelo Clube 3 de Outubro e pelo ministro da Guerra, gen. Leite de Castro. Os comandantes de corpos indicados ou aprova-

dos pelo general vinham sendo substituídos pelo ministro da Guerra por não pertencerem à corrente revolucionária. O próprio assistente de comandante, major Heitor Fontoura Rangel, foi transferido por ordem de membros do Clube 3 de Outubro por ser constitucionalista. *Diário Nacional*, São Paulo. 1º de junho de 1932.

3. Em julho, o gen. Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição de Mato Grosso, envia um ofício ao gen. Espírito Santo Cardoso, protestando contra sua nomeação para a pasta da guerra. O ministro é acusado de não possuir condições físicas, mentais e morais para ocupar o cargo e ter inspirado uma circular de 1930 que convidava os oficiais a delatarem seus camaradas. O gen. Klinger, que pouco antes havia proibido que os oficiais sob seu comando participassem do "Clube 3 de Outubro", afirma que o novo ministro favorecerá a indisciplina militar, obedecendo aos caprichos dos oficiais revolucionários. O general é punido com a reforma administrativa, recebendo a solidariedade de vários militares. Oficiais que participaram da Revolução Constitucionalista atribuíram à ação do general a precipitação do movimento e sua derrota.

KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. RJ, O Cruzeiro, 1951. v.6, pp. 308-12.

4. Em 3 de julho, Ximeno de Villeroy informa a Osvaldo Aranha que o gen. Vasconcelos se demitiu do cargo que ocuparia em Curitiba. O general não chegou a tomar posse por ter sido impedido por oficiais revolucionários que trancaram os portões dos quartéis. Sua demissão foi motivada pelo fato do ministro da Guerra não ter tomado qualquer providência diante do ocorrido. OA 32.07.03.

5. Em 26 de julho, durante a Revolução Constitucionalista, o gen. Augusto de Tasso Fragoso demite-se da Chefia do Estado-Maior do Exército em resposta à consulta que lhe foi feita sobre o bombardeio aéreo de São Paulo. O general critica enfaticamente o governo pretender bombardear uma cidade brasileira no momento em que o Brasil aprova, na conferência de desarmamento, a proscrição do avião de bombardeio. O gen. João Ferreira Johnson demite-se em solidariedade ao chefe do EME. Contudo, o gen. Tasso permanece no cargo até 16 de agosto, quando então pede sua exoneração. OA 32.07.26 e GV 32.08.16/2.

1934

* O general Manuel Rabelo, comandante da 7ª RM, em 1º de março, declara à imprensa carioca que a Constituinte não representa a vontade do povo e que a democracia já faleceu há muito tempo. Afirma que o país necessita de um governo de autoridade e responsabilidade, que só será possível sem a colaboração perturbadora dos profissionais da política.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *O contexto político da constitucionalização* (um

ensaio de periodização). Coord. de Ângela Maria de Castro Gomes. Cap. II². RJ, 1978, dat.

1. Cadetes da Escola Militar promovem uma greve. A atitude dos cadetes contribui para a saída do comandante da Escola, gen. José Pessoa.

MOTTA, Jeová. *A Formação do Oficial do Exército*. RJ/Cia. Bras. de Artes Gráficas, 1976. pp. 336-40.

* Onze marinheiros participam da greve geral da Federação dos Marítimos. Polícia do Distrito Federal. 26 de março de 1936. Gaveta 1550, Gabinete do Ministro. AM.

1935

1. Em janeiro, praças do 3º Regimento de Infantaria do Exército recusam a alimentação. Boletim Regimental do 3º RI. nº 390. 22 de fevereiro de 1935. AE.

2. Em março, descontentes com o projeto da lei de segurança nacional, oficiais das Forças Armadas reúnem-se no Clube Militar e no Clube Naval. Oficiais reagem contra o projeto que revoga prerrogativas militares conferidas pela Constituição. O ministro da Guerra denuncia a existência de uma conspiração, punindo alguns oficiais que presidiram reuniões no Clube Militar.

Ainda em março, os capitães Valter Pompeu e Moésias Rolim e o maj. Costa Leite são presos, enquanto outros oficiais como o cel. Dilermano de Assis são dispensados de comissões. Em maio, 31 oficiais redigem um documento que suscita dúvidas sobre os termos do projeto. AAP 35.03.10; *O Globo*, Rio de Janeiro. 7 de março de 1935.

3. Em abril, o ministro da Guerra, gen. Góis Monteiro, envia uma circular aos generais. O general ameaça demitir-se em protesto se o reajustamento dos vencimentos militares não for concedido. A circular comunica que nenhum general substituirá o ministro na pasta da Guerra. O gen. Góis Monteiro tenta obter o apoio do gen. José Pessoa, que desaprova a atitude do ministro e dos generais. GV 35.04.09/3.

4. Em abril, o cap. Ciro Carvalho e outros oficiais de Cachoeira enviam telegrama de censura ao ministro da Guerra, com o apoio de Flores da Cunha e do cel. Argemiro Dorneles. O comandante da 3ª RM recebe ordens para punir os signatários do telegrama. A oficialidade de Cachoeira ameaça revoltar-se caso o cap. Ciro Carvalho seja preso. GV 35.04.09/3.

* Em julho, o presidente da Aliança Nacional Libertadora, cmte. Hercolino Cascardo, impetra mandado de segurança contra o fechamento da agremiação. SILVA, *op. cit.*

5. A “União de Ferro”, jornal do Partido Comunista junto às Forças Armadas, noticia que todas as praças da Escola “Batista das Neves” recusam a alimentação. *União de Ferro*. RJ, ano 11(150) mar. 1935.

1937

1. Em junho, a imprensa divulga uma representação de generais que não chegou a ser entregue ao ministro Dutra, condenando a conduta das classes armadas nas questões políticas, especialmente a intervenção militar do governo federal no Rio Grande do Sul. Assinaram o documento os generais Valdomiro Lima, José Pessoa, Basílio Taborda, Pantaleão Pessoa, Pantaleão Teles e José Osório. GV. 37.06.30/4.

2. Em 23 de novembro, o gen. Pantaleão da Silva Pessoa encaminha ao ministro seu protesto contra o golpe de 1937, afirmando que as Forças Armadas deveriam garantir os poderes constituídos. O general reage à punição imposta aos oficiais que se manifestaram contra o golpe, estranhando que o ministro ou qualquer outro oficial tenha aprovado tal retrocesso político. Segundo o gen. Pantaleão, o artigo 161 da Constituição de 1937 rebaixa a dignidade das Forças Armadas ao estabelecer a sua fidelidade “a uma autoridade que pode se originar da força”, ao invés de regular a sua obediência à lei. GV 37.11.23/1.

3. Em 12 de dezembro, o gen. Newton Cavalcânti envia carta ao ministro, protestando contra o fechamento da Ação Integralista Brasileira, afirmando que o Exército, a Marinha e o integralismo constituiriam as três forças genuinamente nacionais. EL 37.12.02.

1938

1. Em julho, praças do 14º RI de São Gonçalo promovem uma recusa coletiva de alimentação.

Secretaria do Estado da Guerra. Protocolo 16979. Caixa 1169. AE.

REVOLTAS

1931

1. No final de março, a Força Pública de Recife amotina-se no quartel do Derby. O interventor Lima Cavalcânti informa que, apesar dos esforços dos oficiais das guarnições federais, praças do Exército e civis promovem agitações na cidade, depredando casas comerciais, aclamando Luís Carlos Prestes e arrebatando presos da Polícia Civil. OA 31.03.20/3, OA 31.04.09/3, OA 31.04.00/8 e GV 32.02.01.

2. Em 28 de abril, a Força Pública de São Paulo rebela-se sob a liderança de seu comandante, cel. Joviano Brandão, com o objetivo de depor o cap. João Alberto da interventoria. Os militares revoltosos da Força Pública vinham articulando-se com o Partido Democrático e contavam com o apoio do chefe da Região Militar, Gen. Isidoro Dias Lopes. Logo após a derrota do movimento são substituídos os comandantes da Região Militar e da Força Pública, que passa a ser chefiada pelo gen. Miguel Costa. São presos muitos civis e militares. NOGUEIRA F., Paulo. *A Guerra Cívica 1932*. RJ, Olímpio, 1965. v. 1. pp. 94-6.

3. Em junho, sargentos e a maioria dos soldados dos 25º BC em Teresina, liderados por cabos, promovem uma rebelião provavelmente de caráter comunista para implantar uma ditadura militar. Os rebelados prendem oficiais e autoridades, nomeando um cabo para o cargo de interventor e ocupando o quartel da Força Pública e repartições do governo. A Força Pública mantém-se fiel ao governo, que derrota os amotinados após forte tiroteio. OA 31.06.04/5, OA 31.06.04/6, OA 31.06.04/8.

4. Em 4 de setembro eclode no Estado do Rio uma rebelião para destituir o interventor, gen. Mena Barreto, tendo sido prontamente sufocada por oficiais do Exército no comando da Força Pública. Articulam a revolta elementos do Clube 3 de Outubro, particularmente militares do gabinete do ministro da Guerra, que é acusado de ser conivente com o movimento. Os revoltosos chegam a ocupar a repartição de Polícia e a Companhia de Bombeiros. OA 31.09.04/11 e BARRETO, João de Deus N. M. *Ainda os Mena Barreto*. 1970. p. 229.

5. Em outubro, a maioria das praças do 21º BC de Recife promove uma revolta da, qual também participam alguns oficiais e sargentos comissionados em tenentes, elementos da Guarda Civil e Inspetoria de Veículos e civis, inclusive operários. O

movimento pretendia depor o interventor. Os rebelados matam o comandante do batalhão e um tenente legalista e ocupam a Estrada de Ferro de Recife, sendo combatidos pela Força Pública do estado e pelo 22º BC da Paraíba. No relatório sobre as ocorrências, o oficial encarregado afirma que o suposto apoio de altas patentes e a ideia de uma ditadura militar serviram para aliciar os revoltosos. Segundo o oficial, os remanescentes do 21º BC mantêm ligação com os implicados no levante e o inquérito tem revelado a participação de elementos que eram considerados leais. Uma carta anônima de um militar refere-se às violências desnecessariamente cometidas contra os rebelados. OA 31.10.29/5 e GV32.02.01. Boletins Regimentais do 21º BC de out./nov. de 1931, AE. Secretaria de Estado da Guerra, 4 de julho de 1934, protocolo 14595, AE.

CAVALCÂNTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. SP, Alfa Ômega, 1978. pp. 90-4.

1932

1. Em março, eclode uma rebelião de sargentos e cabos do 18º BC de Campo Grande, associados a alguns civis. O movimento é liderado por sargentos transferidos do 21º BC de Recife por terem participado da revolta ocorrida neste batalhão em 1931. O inquérito sobre o movimento do 18º BC conclui que os revoltosos conspiravam com sargentos de outras unidades de Mato Grosso e, possivelmente, de São Paulo que não se sublevaram. Através das declarações prestadas no inquérito, o objetivo era depor o governo para entregá-lo a Luís Carlos Prestes após um período transitório de ditadura militar chefiada pelo gen. Isidoro Dias Lopes. Alguns depoimentos indicam a ligação com o Cel. Joaquim Teopompo de Vasconcelos em São Paulo. O oficial nega no inquérito qualquer participação, atribuindo o envolvimento de seu nome ao fato de ele ser conhecido adepto da constitucionalização. Um dos indiciados afirma ter ouvido de um dos chefes da rebelião, em fevereiro, que tendo sido formada a frente única paulista “a coisa estoura mesmo”. Os três líderes foram mortos, 21 praças e civis presos e 83 excluídos do Exército. BK 55.05.17, BK 32.04.02; Histórico do 18º BC, julho de 1931 a agosto de 1932. AE.

2. Em abril, sargentos da guarnição militar de Quitaúna em São Paulo promovem um levante considerado comunista. A imprensa paulista informa que os revoltosos convidaram para chefiá-los o cel. Teopompo de Vasconcelos, que se recusou a participar do movimento. O comandante da Força Pública de São Paulo nega o envolvimento de elementos sob seu comando com os revoltosos. *Diário Nacional*, São Paulo, 5 de abril de 1932.

3. Em 29 de junho, data da demissão do gen. Leite de Castro do Ministério da Guerra, há um princípio de levante no 1º RCD do Rio de Janeiro. BK 32.00.00/2º

1934

1. Em 14 de fevereiro, sargentos e praças da Força Pública de Ribeirão Preto, em

São Paulo, sublevam-se, prendendo todos os oficiais que se achavam no batalhão. Relatório do cap. Silva Barros ao gen. Daltro Filho. 24 de fevereiro de 1934. AN-GM.

2. Em junho, o interventor da Bahia, Juraci Magalhães, informa ao gen. Pantaleão Pessoa que eclodiu um movimento armado no estado, do qual participaram militares da guarnição militar, Polícia, Corpo de Bombeiros e Penitenciária. Segundo o comunicado do interventor, a revolta eclode prematuramente em função de medidas preventivas tomadas pela interventoria e comando da Região Militar e do descontentamento do líder do movimento, Antônio Cavalcanti Melo, com uma ordem do Rio de Janeiro de que aguardasse instruções de políticos da oposição.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *O contexto político da constitucionalização* (um ensaio de periodização) coord. Ângelo Maria de Castro Gomes. Cap. II². Rio de Janeiro, 1978. dat.

1935

1. No dia 23 de novembro eclode uma rebelião comunista no Rio Grande do Norte. Em Natal, o 21º BC é sublevado por praças que dominam com facilidade o batalhão, unindo-se aos revoltosos cerca de 200 elementos da Guarda Civil. Apesar da ordem de prontidão rigorosa em todo o Exército, várias praças são dispensadas na véspera da rebelião. Assumem o comando do 21º BC e da guarnição federal o cabo Estevão e o sarg. Eliezel Diniz Henriques. Os rebelados ocupam Natal durante quatro dias, além de dominarem outras cinco cidades. Estabelecem um "Comitê Popular Revolucionário" constituído pelo sarg. Quintino Clementino de Barros e mais quatro civis.

SILVA, Hélio. *A Revolta Vermelha*. 1935. RJ, Civ. Bras., 1969.

ARAGÃO, gen. José Campos. *A Intentona Comunista de 1935*. RJ/Bib. do Ex., 1973.

2. A revolta comunista em Pernambuco é deflagrada dia 24 de novembro em Olinda. Um grupo de civis liderado por um sargento do Exército ataca a cadeia pública, apoderando-se do armamento existente. O movimento tenta alastrar-se no Quartel-General da 7ª RM, onde o sarg. Gregório Bezerra chefia um grupo de revoltosos. No 29º BC de Recife, a revolta é chefiada pelo ten. Lamartine Coutinho, oito oficiais subalternos e 17 sargentos. Subjugado o batalhão, os rebelados instalam-se no Largo da Paz a fim de dominar Recife e responder aos ataques legalistas, obtendo reforços da Vila Militar de Afogados e a adesão de inúmeros civis. A revolta é debelada no dia 26. *Idem, ibidem*.

3. No Rio de Janeiro, a revolta comunista irrompe dia 27 de novembro no 3º RI e na Escola de Aviação. Comandam o movimento no 3º RI os capitães Agildo Barata, que se encontrava preso no regimento, José Leite Brasil, comandante da 6ª

Cia. e Álvaro de Souza, comandante da CMR. Com exceção de três companhias do 3º RI, as demais se sublevam com o apoio de praças e 15 oficiais subalternos. Na repressão ao movimento, o regimento foi destruído. Na Escola de Aviação do Rio, a rebelião é liderada pelos capitães Sócrates Gonçalves da Silva e Agliberto Vieira e tenentes Ivan Ribeiro e Benedito de Carvalho. No 1º Regimento de Aviação, os revoltosos aprisionam 134 militares, apreendendo grande quantidade de material bélico. Além dos que fugiram, foram presos 254 civis e militares. No dia 28, os movimentos ocorridos no Rio de Janeiro estavam dominados. *Idem, ibidem.*

1936

1. Em novembro, sargentos do 5º RCI de Quarahy no Rio Grande do Sul, com a conivência de oficiais, recusam-se a obedecer o comandante do Regimento, acusando-o de ser “florista”. O comandante abandona o regimento, apesar da ordem de prontidão.

Diretoria Provisória das Armas. Subdiretoria de Cavalaria. Caixa 1182. AE.

1938

1. Em 11 de março, o cap.-ten. Jatir de Carvalho Serejo comanda uma rebelião na Escola Naval com 11 guardas-marinha, a partir do comunicado de que o Exército exigia que fosse deflagrada uma revolta integralista naquela data em todo território nacional. O movimento tinha por objetivo apreender o material bélico da escola para fornecê-lo a um grupo de civis. Os rebelados aprisionam sentinelas e armam marinheiros que serviam sob o comando do cap.-ten. Serejo, diretor do curso de Educação Física da escola. Em meio às providências para o transporte do armamento, os revoltosos são informados de que a ordem de rebelião foi falsa. Em função do ocorrido diversos adeptos do integralismo ficam foragidos ou são presos.

SEREJO, Jatir de Carvalho. *Meu depoimento*. Maio de 1938. pp. 29-30. Seção do Poder Judiciário. Tribunal de Segurança Nacional. Jatir de Carvalho Serejo. Processo nº 96. 25 de abril de 1938. Caixa 41. AN.

2. Em 11 de maio, oficiais e praças da Marinha e Exército e civis promovem uma revolta integralista com ataques a algumas repartições navais e às residências de autoridades, inclusive ao Palácio Guanabara. O assalto ao Ministério da Marinha é comandado pelo ten. Arnoldo Hasselmann Fairbairn com um ex-suboficial e 23 praças. O cruzador *Bahia* é tomado pelo cap.-corv. Nuno Barbosa de Oliveira e Silva com o auxílio de quatro tenentes e duas praças. O tender *Ceará* é ocupado pelo sarg. Francolino Soares da Silva, com o objetivo de controlar a Diretoria de Armamento da Marinha e Ilha do Boqueirão. Participam desta ocorrência 70 praças, dentre as quais 22 são absolvidas. A Estação de Rádio da Marinha é assaltada pelo sarg. Antônio de Oliveira Mendonça com 15 praças. O ataque ao Palácio Guanabara, visando a prisão de Getúlio Vargas, é conduzido pelo ex-tenente do

Exército Severo Fournier e pelo ten. F.M. Júlio Barbosa do Nascimento, chefe da guarda do Palácio, com três praças e civis fardados de fuzileiros. Além dos assaltos às residências do gen. Góis Monteiro, do cel. Canrobert Pereira da Costa e do presidente da República, o plano de ação previa ataques à Polícia Central e às residências dos ministros da Guerra e Justiça e o incêndio de vários locais da cidade. Os conspiradores contavam com a adesão de diversos estados e com o apoio no Rio de elementos de alguns quartéis do Exército e de batalhões da Polícia Militar. Da Marinha são condenados como articuladores do movimento o capitão-de-mar-e-guerra Fernando Cockrane, capitão-de-fragata Oto de Faria, ten. Francisco Barbosa, capitão-tenente João Batista Serran, quatro praças e um sub-oficial. Do Exército são condenados o gen. João Cândido de Castro Júnior, cel. Euclides de Figueiredo e mais alguns oficiais e praças. Seção do Poder Judiciário. Tribunal de Segurança Nacional. Severo Fournier. Processo 588. 5 de julho de 1938. Caixa 48; Arnoldo Hasselmann Fairbairn. Processo 598. 17 de maio de 1938. Caixa 150; Júlio Barbosa do Nascimento. Processo 556. 4 de junho de 1938. Caixa 150; Belmiro de Lima Valverde. Processo 606. 27 de julho de 1938. Caixa 59. AN.

NOTAS

Este trabalho baseou-se fundamentalmente em material das fontes abaixo indicadas com as respectivas abreviações.

Arquivos:

Arquivo do Exército (AE)

Arquivo da Marinha (AM)

Arquivo Nacional: Arquivo Góis Monteiro (AN-GM)

CPDOC: Arquivo Getúlio Vargas (GV); Arquivo Osvaldo Aranha(OA); Arquivo Bertoldo Klinger (BK);

Arquivo A. Amaral Peixoto (AAP); Arquivo Pedro Ernesto (PE); Arquivo Agamenon Magalhães (AGM); e Coleção de Documentos Avulsos (CDA).

Revistas:

Boletim do Exército – (BÉ)

Revista Militar Brasileira – (RMB)

A Defesa Nacional – (DN)

Nação Armada – (NA)

Revista do Clube Militar – (RCM)

Entrevistas:

Foram utilizadas várias, feitas pelo setor de História Oral do CPDOC, pelo Projeto de Memória Militar do Clube Militar, pelo Centro de Memória Social Brasileira e pelo próprio autor, que serão indicadas no local oportuno.

1. A primeira citação está em artigo de jornal, seção Crônica Militar, assinada por “Cadete”, em OA j 31.05.14. A segunda em Azevedo Amaral, “O Exército e a Educação Nacional”, *Nação Armada*, 4, (março, 1940), p. 29.

2. Estaremos aqui preocupados principalmente com o Exército. A Marinha apresenta problemas algo distintos que merecem desenvolvimento à parte.

3. Sobre este ponto, ver nosso "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", *História geral da civilização brasileira, O Brasil Republicano*, T. III, 2º Vol., organizado por Bóris Fausto, 1977, pp. 180-234; e também Edmundo Campos Coelho, *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1976.

4. *Relatório* do ministro da Marinha Protógenes Guimarães, 1931-1934, p. 16. Segundo o ministro revolucionário, a Marinha vivia em seu mundo à parte e se manteve leal ao governo deposto até o último momento.

5. Ver depoimento sobre a não-adesão de oficiais da 3ª RM em Estevão Leitão de Carvalho, *Dever militar e política partidária*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959, pp. 133-4; sobre o Movimento Pacificador, general Bertoldo Klinger, *Narrativas autobiográficas*, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1950, vol. V, p. 151.

6. A participação dos sargentos é salientada em Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, 1º Vol., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973; e em entrevista de Jeová Mota ao CPDOC. Em documento enviado a Osvaldo Aranha, sargentos mencionam, o fato de muitos deles terem assumido as posições dos oficiais presos na 3ª RM (OA 38.00.00/3). Em outro documento, *Proclamação ao Exército*, de 1931, oficiais revolucionários mencionariam o fato de que as tropas do Sul e Nordeste em 1930 foram em grande parte comandadas por subalternos e sargentos, porque 3/4 dos oficiais tinham sido demitidos de seus postos (GV 31.06.01/1). O fato se refletiria no grande número de comissionados durante a revolução, e nos problemas que isto criou posteriormente. Alguns destes problemas estão indicados em cartas do coronel Lúcio Esteves a Osvaldo Aranha (OA 31.07.04/9) e do primeiro-tenente A. Etchegoyen ao mesmo (OA 31.07.25/7).

7. Ver principalmente a conhecida série de livros de Hélio Silva. Deixaremos de dar maior atenção também a aspectos que serão cobertos neste seminário por outros colegas, especialmente os referentes à comparação com outras organizações militares e as influências derivadas de relações com outros países, especialmente os Estados Unidos.

8. Sobre o 25º BC, ver telegramas de Landri Sales a Osvaldo Aranha (OA 31.06.04/5, 6, 8). Sobre o 21º BC, o dossiê composto principalmente de telegramas de Lima Cavalcânti a OA (OA 31.10.29/5); o relatório de H. Ricardo Hall em GV 32.02.01; o esboço de decreto em GV 31.11.10/12. Ver ainda as memórias de Paulo Cavalcânti. *O caso eu conto como o caso foi da Coluna Prestes à queda de Arraes*, São Paulo, Alfa Ômega, 1978, pp. 90-94.

9. Ver BK j 32.03.01, que inclui recortes de jornais e os *Boletins* diários do QG da Circunscrição Militar de Mato Grosso.

10. Relatório do capitão Raimundo da Silva Barros ao general Daltro Filho (AN-GM). O relator, que era informante do comandante, achava imprudente deixar que a revolta explodisse, "a menos que se fuzile sumariamente este pessoal todo, para o que estou pronto a executar a ordem". A popularidade de Fulgência Batista entre os sargentos brasileiros é atestada pelo fato de muitos deles trazerem seu retrato nas malas e armários. Ver carta de Delfino Correa a Bertoldo Klinger em BK 34.03.23. Sobre o movimento cubano, veja Louis A. Perez Jr., "Army politics and the collapse of the Cuban Officer Corps: the Sergeants' Revolt of 1933", *Journal of Latin American Studies*, 6,3 (May 1974), pp. 59-76.

11. Depoimento do tenente Hector Araújo ao autor em 20/03/80. O tenente Hector assentou praça em 1938 como soldado voluntário.

12. Várias dessas associações foram criadas pelos sargentos, e o próprio ministro da Guerra criou em 1934 uma Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército, destinada a empréstimos, hospitalização, pensões para herdeiros, financiamento de construção de casas etc. O ministro (Góis Monteiro) preferiu criar uma associação oficial a correr o risco de aprovaras dos próprios sargentos, que tendiam a politizar-se. Quando aprovava, exigia a inclusão de dispositivo explícito nos estatutos proibindo discussões de caráter político ou religioso nas reuniões. Foi o que aconteceu com a União Social dos Sargentos da 5ª RM. Ver AE, Gabinete do Ministro, Cx. 1141.

13. Ver carta dos sargentos Jeová Gentil da Silveira e Oscar Comin (OA 38.44.00.00/5).

14. Dizia ainda o documento que os sargentos tinham sido a tábua de salvação de Floriano e de Artur Bernardes, e que Getúlio, uma vez no poder, cedera à influência do ministro da Guerra e deixara de receber um memorial da Associação dos Sargentos que pedia melhorias para a classe (OA 38.00.00/3).

15. "Circular-Secreto", documento enviado por entidade fundada por 412 sargentos. A revolta estava marcada para 6 de setembro de 1933, quando todos os oficiais seriam presos. AN-GM.

16. Manifesto de 1934, feito pelo Bloco Socialista Revolucionário (AN-GM). Em Cuba, ao final de 1933, grande número de sargentos, cabos e mesmo soldados tinham sido promovidos a oficiais. No início do ano de 1934, o velho exército foi formalmente dissolvido e criado um novo exército em que predominavam os novos oficiais vindos das fileiras. Veja Louis A. Perez Jr., *op. cit.*

17. Em GV 31.03.28.

18. Dutra acabara de transferir para o Rio Grande do Sul o escrevente da Diretoria da Aviação, Urbano Burlier Filho, presidente do Círculo dos Sargentos, por ter ele, em nome do Círculo, pedido a revogação do Aviso de 1937 que, segundo o memorial, levaria à exclusão de 50% dos sargentos. A alegação de Dutra para a punição foi a de que o Círculo não era sindicato e não podia fazer reivindicações ao ministro. AE, Gabinete do Ministro, Cx. 1142. Sobre a posição de Bertoldo Klinger, veja sua carta ao primeiro-tenente Emanuel Adacto Pereira de Melo em BK 33.11.25.

19. "Pacto de Honra. Absolutamente Secreto". Datado de 24/02/31 (AN-GM).

20. O documento reconhecia também o fracasso das várias Legiões. No Rio Grande do Sul elas nem entraram, em Minas adquiriram conotação distinta. E concluiu: "Praticamente já perdemos a Revolução" (GV: 31.05.02/1).

21. GV 31.06.01/1.

22. O governo nomeou Juraci Magalhães e José Bina Machado como seus representantes para se reunirem com as duas partes e tentarem um acordo. Ver ata de uma destas reuniões em GV 32.05.31/1.

23. Refere-se aos tenentes comissionados (ex-sargentos) como analfabetos que atrapalhavam os quartéis ameaçando a ordem e as instituições e causando temor às autoridades (OA 31.04.03/8).

24. Segundo depoimento de Jeová Mota ao CPDOC.

25. BK j 31.11.14 e 31.11.28.

26. O Clube tentaria ampliar seu âmbito de ação transformando-se em União Socialista Nacional, em 1932, com características federativas. O projeto não foi adiante. Em 1934 Juarez voltaria a tentar reunir os tenentes interventores em torno de um Partido Nacional Revolucionário, a fim de evitar que os revolucionários perdessem o controle da situação federal nas próximas eleições. Também não foi

adiante (GV 34.11.30/2). Em 1933, Juarez já reunira os interventores em Recife e tentara organizar a União Cívica Nacional, também sem maiores consequências (OA 33.03.22/4). Flores se referiria aos membros do Clube como aqueles “malucos de 3 de Outubro” (OA 32.06.06/5).

27. “O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental (Reminiscências)”, junho de 1925 (AN-GM).

28. O apelido de cidadão-mendigo viera de quando Rabelo fora interventor em São Paulo e num famoso decreto mandara tratar assim os mendigos da cidade. Ximeno escreveria a Osvaldo Aranha expondo suas posições políticas no momento (OA 33.02.22/1). Tanto Rabelo como Rondon e Horta Barbosa se filiariam mais tarde à Sociedade de Amigos da América, de caráter antifascista, e defensora do rompimento das relações com o Eixo.

29. “Organização Militar das Massas da ANL” (AN-GM). Ver ainda vários documentos sobre a organização militar da ANL em CPDOC-CDA/ANL.

30. Agildo Barata reconheceria, em resposta a questionário de Robert Levine, que a ANL atraía o apoio de muitos militares por seu programa nacionalista e por proclamar a necessidade de ampliar grandemente os efetivos do Exército (CDA/ANL 64. 12.00).

31. O Decreto nº 1.351 de 7 de fevereiro de 1891, que regulava as promoções, mandava que metade das vagas de alferes ou segundos-tenentes fossem preenchidas por praças.

32. Ver Olavo Bilac, *A defesa nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965. Sobre a Argentina, ver Alain Rouquié, *Pouvoir militaire en République Argentine*, Paris, F.N.S.P., 1978.

33. Antes da Lei de Serviço Militar de 1939 e, em menor escala, também depois, havia ainda muitos que fugiam ao serviço, ou procuravam transferir-se para os Tiros de Guerra e para as Escolas de Instrução a fim de evitar o quartel. Em 1938, por exemplo, o número de insubmissos ainda era muito grande. Na 1ª Zona de Alistamento Militar (1ª., 2ª, 6ª, 7ª, 8ª, e 9ª RM), de 40.074 convocados, 28.753 foram insubmissos, tendo sido, ao final, descontados os isentos, incorporados apenas 6.398. No *Relatório* referente ao ano de 1939, o ministro mencionava a persistência da rejeição ao serviço militar, principalmente por parte de pessoas mais cultas, e dizia que apenas pequena parcela dos 400 mil alistáveis era de fato alistada e sorteada. Ver *Relatório* da Diretoria de Recrutamento em 15/01/1940, AE, Gabinete do Ministro, Armário 20, Cx. 66; e *Relatório* do ministro da Guerra, 1940, pp. 12-13. Uma carta enviada a Osvaldo Aranha, reclamando da mistura de soldados de várias classes sociais no quartel indica bem as dificuldades com o recrutamento de elementos da classe média. O missivista (anônimo) pede que sejam criados batalhões separados por classe social (OA 44.03.17/1).

34. José Afonso Mendonça de Azevedo, *Elaborando a Constituição Nacional*, s/local, s/ed., 1933, esp. p. 877-924. *Relatório* para 1939, p. 12.

35. Sobre a origem social dos oficiais, ver Alfred Stepan, *Os militares na política*, Rio de Janeiro, Editora Artenova S.A., 1975, p. 28. Os dados se referem aos alunos matriculados na Escola Militar entre 1941 e 1943. Sobre os alunos do Curso Preparatório, ver *Anais do Exército Brasileiro*, 1938, pp. 272-4. Sobre os novos sargentos provenientes das camadas sociais superiores, ver OA 38/44.00.00/5, em que dois dos novos sargentos dizem ter conquistado “grau mais elevado no conceito civil e lá, entre as camadas mais altas da sociedade, construíram os seus ninhos de amor, de paz e de descanso”.

36. Ver discussão das implicações do novo modelo para os sargentos em Cor. F. de Paula Cidade, “Amparo aos sargentos, pelo seu aproveitamento no Serviço Público Civil”, RMB, Ano XXX, nº 2 (abril, 1942), 229-32. O autor sugere *exatamente* o que está no título: aproveitar no serviço público civil os sargentos reformados por determinação da nova lei.

37. Para um entre muitos possíveis exemplos, ver tenente-coronel Ascânio Viana, "As elites civis e a defesa nacional", DN, XX, nº 320 (janeiro, 1941), 193-7.

38. Veja, por exemplo, cap. Sérgio Marinho, "Forças Armadas, partidário e política", DN, XXII, nº 254 (julho, 1935), 806-9.

39. José Afonso Mendonça de Azevedo, *Elaborando a Constituição Nacional*, p. 512.

40. *Boletim do Exército* nº 40, de 3/10/42; para matriculano Colégio Militar, BE nº 18, de 1/5/43, p. 1455. Um Grupo de Brasileiros, "Relatório secreto do Ministério da Guerra ao Chefe do Estado Novo", Rio, novembro e dezembro de 1941 (AN-GM). Trata-se de comentários em duas partes ao *Relatório*. A partir de 1940 os relatórios tornaram-se secretos e até hoje o ministério não estabeleceu critérios de liberação de documentos não ostensivos, razão pela qual não tivemos acesso ao texto original.

41. Para uma visão de como funcionava na prática tal política, ver Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado*, Rio, Civilização Brasileira, 1967, pp. 182-90. Eram discriminados judeus, filhos de mulher separada, pretos, filhos de estrangeiros, e mesmo filhos de pai artesão. Dutra, em carta a Getúlio Vargas de 4/3/40, dizia da importância de se exigir a nacionalidade brasileira, não só dos candidatos, mas também dos pais, a fim de "nacionalizar em suas origens os quadros de oficiais". *Minutas do Gabinete do Ministro*.

42. BE nº 52, de 28/12/46, p. 4261; General José Pessoa, "O problema da formação do corpo de oficiais e os nossos institutos de ensino militar", RMB, XXXI, I e 2 (janeiro a junho de 1943), 5-13. José Pessoa fora comandante da Escola Militar do Realengo e era considerado uma autoridade em ensino militar. Era também conhecido por sua oposição ao Estado Novo.

43. "Política social do Exército. Plano elaborado de ordem do Exmo. Sr. Ministro da Guerra pelo capitão Severino Sombra", AN-GM. Ver também série de artigos de Severino Sombra, "Um programa pedagógico militar", DN, XXIII, 260, 264, 265, 266 (1936). Sombra era redator da Seção de Pedagogia da DN. O currículo da EM em 1940 de fato reintroduziu o ensino da sociologia. Ver Jeová Mota, *Formação do oficial do Exército*, Rio de Janeiro, Ed. Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976, p. 342. Informação de entrevista docente com o general João Evangelista Mendes da Rocha acrescenta que durante o Estado Novo foi proibido a oficiais e praças fazerem cursos civis fora do Exército.

44. Editorial, "A execução da reforma", DN, XXI, 241 (junho, 1934), 283-6.

45. Ver Góis Monteiro, "Idéias para a substituição da Emenda nº 2", AN-GM; e carta de Góis ao irmão, deputado Manuel de Góis Monteiro, em 17/12/35, pedindo que combatesse a emenda no Congresso; e, também dele, um *Memorandum* de 21/12/35, AN-GM. O protesto de Góis contra a emenda foi quase passional. Admitia medidas severas para combater a ameaça comunista nas Forças Armadas e deixara isto claro na reunião de generais com o ministro a 3 de dezembro. Mas a abolição da garantia da patente, segundo ele, desmoralizava, "canificava" o corpo de oficiais e acabaria por destruir o Exército que era um organismo moral. Ao desmoralizar o oficialato, ela na realidade realizava o objetivo pretendido pelo bolchevismo. Até mesmo o general Meira de Vasconcelos, conhecido integralista, escreveria a Góis em 26/5/36 reprovando a emenda, reconhecendo que o ministro se excedera (AN-GM). Houve em 1936 boatos de movimento no Exército no sentido de pedir a revogação da emenda. O comandante da 1ª RM, general Eurico Dutra, negou a existência do movimento e defendeu abertamente a medida (AN-GM). Mas no geral pode-se dizer que a reação foi negativa, tanto que a Constituição autoritária de 1937 aboliu o dispositivo.

46. Exemplo desta influência é uma lista de generais e coronéis que Góis enviou a Getúlio em 1934, com observações sobre cada um tendo em vista a possibilidade de promoção. Dos 45 coronéis, 25 foram por ele considerados medíocres. Destes somente dois foram promovidos a generais e isto quatro

anos depois. Dos fortemente recomendados, todos foram promovidos. À exceção dos dois medíocres, todos os outros 11 promovidos até final de 1940 tinham sido apreciados positivamente. AN S.P.E. nº 1556.

47. Entrevista ao autor do general João Evangelista M. da Rocha. A mesma informação consta de entrevista do coronel Kardec Leme ao *Centro de Memória Social Brasileira* em 29/07/74: "A espionagem, a *delação* e todo um esquema de intimidação se exercia, procurando sempre manter a oficialidade à margem dos debates e dos problemas da pátria", diz ele, referindo-se ao ano de 1942.

48. Depoimento do general Tório Beredro de Souza Lima. Clube Militar. Projeto de Memória Militar.

49. Em 1932 foi aberto um crédito de 40 mil contos anuais por 12 anos para renovação da esquadra, que logo depois foi modificado para 60 mil em oito anos. Dificuldades de câmbio fizeram com que o crédito não fosse utilizado até 1936, quando foi dado início a amplo programa de construção naval. Ver *Relatórios* dos ministros de 1932, 1933-34, 1936 e 1937-38-39. Dificuldade adicional no aparelhamento da Marinha veio da reação argentina ao plano de arrendamento de seis destróieres usados americanos, com pagamento de apenas 1/10 do preço (OA 36.10.13/1, 37.08.14/1).

50. Sobre o *Lend Lease*, ver, por exemplo, dossiê da missão Souza Costa (GV 42.01.30), e Getúlio a Martins (GV 42.03.17). Sobre as relações em geral com os Estados Unidos nesta época, ver Frank D. MacCann, Jr., *The Brazilian American Alliance, 1937-1945*, Princeton, Princeton University Press, 1973.

51. Ver dossiê da FEB em GV 44.06.00, especialmente carta de Mascarenhas a Getúlio; e Martins a Getúlio (GV 45.10.09/2).

52. Martins a Getúlio (GV 45.10.09/2).

53. Ver GV 40.11.04 e também, como exemplo, correspondência do general E. Santo Cardoso com Osvaldo Aranha (OA 32.12.12/1); de Góis com Aranha (OA 34.07.19); de João Gomes com Getúlio (AE Correspondência do Ministro, em 26/11/35). Ver ainda DL reservados, em AE *Minutas* do Gabinete do Ministro, 24/11/44.

54. É abundante a documentação sobre a crise. Ver dossiê em GV 35.04.09/3 e GV 35.04.10. Ver ainda, *Diário do Poder Legislativo*, Ano II, 2º vol., 1935. A citação é do discurso de Paulo Dias Martins, pp. 206-11. É sintomático que em 1943 haveria aumento dos militares sem controvérsia.

Informação curiosa sobre os debates de 1935 pode ser encontrada em carta de C.M. Thompson Flores a Osvaldo Aranha. Segundo Flores, no documento elaborado por solicitação dos ministros militares justificando o pedido de aumento, havia comparação de salários militares com os de funcionários civis, especialmente do Tesouro, procurando mostrar que os últimos ganhavam mais. Em represália, o Diretor das Rendas Internas do Tesouro, Paulo Martins, ao lhe serem pedidas sugestões de novas fontes de recursos para cobrir os novos gastos, relacionou a enorme lista de artigos de consumo popular, o que provocou a grande reação, comparada na época à Revolta do Vintém no Império. Segundo o missivista, o tamanco salvou o Tesouro de uma sangria. (OA 35.05.03/1).

55. Discurso por ocasião da transferência do cargo, em *Anuário da Câmara dos Deputados*, 1935, p. 497. Comentando a atitude de Góis neste período, Ildefonso Simões Lopes diria em carta a Osvaldo Aranha: "Só há duas hipóteses: ou é anormal, inconsciente, ou é um perverso, devorado por uma ambição ilimitada" (OA 35.04.26/4).

56. Uma das razões fundamentais da não-preparação era o sistema de promoção, que não permitia carreira regular, premiadora do mérito. Para promoções acima do posto de capitão, os militares precisavam de apoio político, de não se afastarem do Rio de Janeiro nem da vista dos membros da

Comissão de Promoção. Eram freqüentes os pedidos feitos a políticos civis em posição de poder no sentido de intercederem junto ao presidente pela promoção de militares. O Arquivo Osvaldo Aranha, por exemplo, contém vários destes pedidos sobre o problema, ver, por exemplo, capitão Paulo de Andrade, "Uma sugestão à margem do problema das promoções no Exército", NA 73 (dezembro, 1945), 10-17; e capitão Felinto Abaeté Cavalcanti, "O problema do Exército", DN, XIX, 218 (março, 1932), 134-5.

57. O discurso de Leitão está em GVj 40.03.19/6. Dutra, ao assumir o ministério, lançara a campanha "rumo à caserna", indicando a orientação profissionalista que adotaria. Ver Editorial, "Seis anos na Pasta da Guerra", NA, 37 (dezembro, 1942), 3-8. Sobre as realizações do governo na área do Ministério da Guerra, ver general Eurico Gaspar Dutra, *O Exército em dez anos de governo do presidente Vargas*, Rio de Janeiro, DIP, 1941.

58. OA 31.03.31/4.

59. OA 31.03.12/9 e OA 31.03.26/3.

60. GV31.06.01/1. A interpretação sobre o motivo pelo qual o documento aceitava o parlamentarismo é de Florêncio de Abreu em carta a Getúlio Vargas (GV 31.05.18).

61. OA 32.07.14/2.

62. OA 32.07.26 e OA 32.09.01/2. Ver de Góis especialmente as "Notas sobre as operações do Destacamento do Exército do Leste" (GV32.07.21/2) e, do mesmo, "Memória nº 3" (GV32.08.09/1). Nas negociações para o armistício, Góis teria dito ao coronel Vila Bela que 10% da nação estava com os revoltosos (BK 34.01.15). O coronel Euclides Figueiredo, comandante da 2ª Divisão de Infantaria em Operações no Vale do Paraíba, do lado paulista, discorda da avaliação de Góis, dizendo que, no início da luta, várias defecções verificadas em corpos comprometidos com a revolta tinham deixado a Divisão impossibilitada de avançar em direção ao Rio. Segundo ele, a causa da derrota foram os cinco a oito mil soldados e farta munição de Mato Grosso prometidos por Klinger e não fornecidos, além da falta da colaboração prometida por Minas e Rio Grande do Sul. Ver *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*, São Paulo, Martins Editora S.A., 1977, esp. pp. 299-302.

63. Sobre efetivos e gastos orçamentários, ver adiante, Quadros 6 e 8. Sobre a compra de armamentos há amplos dossiês em OA 32.07.14/6 e OA 32.12.12/1. Em 26 de agosto de 1932, o presidente do Banco do Brasil calculava os gastos em 1,1 milhão de libras. Foram comprados cerca de 80 aviões, o que tornou a Anna de Aviação, criada em 1926, uma realidade. Houve preocupação inclusive com a fabricação nacional de material bélico e estratégico, tendo o ministro solicitado a incorporação ao Exército de algumas fábricas.

64. O documento foi enviado a Getúlio e Osvaldo Aranha. Ver GV 34.01.18/2 e 34.01.00/3; e OA 34.01.29/2.

65. "Voto do general Góis na Reunião dos Generais, presidida pelo ministro da Guerra, de 3 de dezembro de 1935" (AN-GM).

66. Leitão, ao comentar os planos de Góis de 1934, concordaria plenamente com este ponto, dizendo que na realidade as polícias militares não tinham outra missão senão enfrentar o Exército (carta a Góis em 15/2/34, AN-GM). As revistas militares da época estão cheias de comentários no mesmo sentido. Ver, por exemplo, Editorial, "Polícias Militarizadas", DN, XVIII, 206 (fevereiro, 1931); e tenente-coronel G.P. Gerper, "Exército e Polícias", DN, XXI, 243 (agosto, 1934), 430-2.

67. Sobre a crise, ver a abundância de documentos nos dossiês GV 37.01.04/1, GV 37.10.01/1 e GV 37.05.01. Ver também o relatório do general Daltro Filho em GVj 37.11.04/2.
68. Carta de José Soares Maciel Filho a Osvaldo Aranha (OA 37.07.12/2).
69. Carta de Carlos Oliveira Viana a Osvaldo Aranha (OA 37.09.04/4) e de Alfredo E. de Souza Aranha ao mesmo (OA 37.09.06/2); e de Maciel Filho ao mesmo (OA 37.09.01).
70. Ver telegrama de Benedito Valadares a Getúlio Vargas (GV 37.10.27/2) indicando o apoio dos estados ao golpe. O apoio do interventor paulista foi comunicado em outro telegrama (GV 37.11.03). Daltro informou sobre o apoio da 3ª RM em telegrama a Getúlio (GV 37.11.11/2); o apoio do PRP está em documento a Getúlio (GV 37.12.11). O protesto do general Pantaleão Pessoa está em GV 37.11.23/1.
71. Sobre a penetração da AIB e da ANL nas Forças Armadas estão sendo elaborados trabalhos à parte, a cargo de Vanda Costa Aderaldo e Lúcia Lobo, da equipe do CPDOC.
72. Ver o programa de reformas, a ser anunciado conjuntamente com a decretação do Estado Novo, comunicado por Getúlio a Osvaldo Aranha dois dias antes do golpe (OA 37.11.08/2).
73. Ver especialmente a posição de Roberto Sisson, ex-secretário da ANL, exilado no Uruguai. Em entrevista com o embaixador Luzardo em Montevideu e em entrevistas a jornais, ele apoiaria Vargas nos pontos de seu governo que coincidiam com o programa da ANL, principalmente no desenvolvimento da siderurgia nacional e no nacionalismo em geral. Propunha uma aliança com a burguesia nacional pela democracia (GV 39.04.03). Por suas consequências políticas, as entrevistas de Sisson provocariam a reação de outro elemento da ANL, participante das revoltas de 1935, major Alcedo Batista Cavalcânti. Apoiar Vargas, segundo Alcedo, seria trair o programa da ANL que era a defesa da democracia (*Aliança Nacional Libertadora*), carta do major Alcedo Batista Cavalcânti ao jornal *El Dia* de Montevideu, publicado em 13/4/39 (AN-GM). Alcedo seria logo depois expulso do Partido Comunista, acusado de trotsquista, provocador e traidor, e criticado por não apoiar a União Nacional Democrática e adotar como lema a "Derrubada imediata de Getúlio". Ver "Fora os traidores", *A Classe Operária* de 7/9/39 (AN-GM).
74. Ver *Relatório* do Ministro da Marinha, especialmente os referentes aos anos de 1936 e 1937-1938-1939. A declaração de Leite de Castro está no *Correio da Manhã* (OA j 31.06.02). A solução do problema da siderurgia, segundo o general, representaria a "emancipação econômica do Brasil".
75. Aviso 128 de 28/11/1939, em *Anais do Exército Brasileiro*, 1939, pp. 31-34. Ver também Departamento do Material Bélico, *Relatório* das realizações da Diretoria do Material Bélico no ano de 1939. O diretor, general A. Sílio Portela, sugeria neste *Relatório* a criação de um centro de indústrias básicas em Belo Horizonte, que foi posteriormente implantado e se tornou a atual cidade industrial de Contagem (p. 30). Ver também general Artur Sílio Portela, "A cooperação da indústria civil na defesa nacional", NA 13 (dezembro, 1940), 17-19.
76. Ver John D. Wirth, *The politics of Brazilian development, 1930-1954*, Stanford, Stanford University Press, 1970.
77. Capitão Sérgio Marinho, "Forças Armadas, partidário e política", DN, XXII, 254 (julho, 1935), 806-9.
78. Em esboço manuscrito de discurso, de agosto de 1945, Getúlio falava contra os ricos e os "tubarões da indústria e do comércio", do apoio do povo, especialmente das "classes proletárias", contra os golpistas que o queriam derrubar (GV 45.08.00/2). Em esboço de manifesto por ocasião da renúncia,

repetiria as mesmas idéias. Por ter feito política de amparo aos trabalhadores, diria, “transformei-me em motivo de inquietação para os poderosos, para os dominadores do momento” (GV 45.10.29/2).

79. O episódio é narrado em carta de Manuel do Nascimento Vargas Neto a Getúlio (GV 45.11.05). O missivista informava ainda que, nos cinemas, os filmes de Getúlio eram aplaudidos, ao passo que os de Dutra eram vaiados.

**PAPÉIS E COMPORTAMENTO POLÍTICOS DAS
FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA LATINA (1930-
1945). ALGUMAS REFLEXÕES PARA UM ESTUDO
COMPARATIVO**

Alain Rouquié

Tradução de César de Queiroz Benjamin

Um assunto tão vasto constitui, sem dúvida, um desafio. Seria necessário bem mais do que uma breve comunicação para apreendê-lo de maneira substancial, evitando-se as extrapolações fáceis ou vagas generalizações. Não se trata pois de explorar as relações entre os militares e o poder em uma vintena de nações durante os 15 anos da Grande Depressão e da guerra, tão impregnados de desordem e tão densos em acontecimentos transformadores. Não obstante, as datas que delimitam o período que se pretende examinar impõem a comparação, quando menos por conta da simultaneidade de certos fenômenos. Sabe-se, com efeito, que 1930 não é uma encruzilhada histórica somente para o Brasil e a Argentina. De março a dezembro deste mesmo ano contam-se não menos de seis casos de ruptura da ordem política em países tão diferentes quanto o Peru, a Bolívia ou a República Dominicana, aos quais seriam preciso acrescentar quatro outras tentativas frustradas, registradas em outras nações, de tomada de poder pela força. Considerando-se o período que vai de 1930 a 1932, deve-se acrescentar o Chile e o Equador à lista das descontinuidades políticas e das mudanças não programadas do poder Executivo. É também em 1931 que o general Hernandez Martinez toma o poder em El Salvador através de um golpe de Estado, e em 1933 se instala no pacífico Uruguai de Battle a ditadura *sui generis* de Terra.

A impressão que se tem à primeira vista é de que o abalo da ordem mundial à qual a América Latina se integrara com tanta diligência no final do século passado inaugura para o subcontinente um período de intensas turbulências, uma era de tempestade. Ao mesmo tempo, pode-se perceber a irreversível entrada em cena dos exércitos, não mais sob a forma do caudilhismo galardoado ou do arqueomilitarismo. Na verdade, são militares pertencentes a exércitos modernos, organizados e equipados segundo os modelos europeus de maior prestígio e dirigidos por oficiais profissionais que intervêm na vida política. Essa inovação é claramente perceptível na Argentina depois de 25 anos de subordinação ao poder civil constitucional, inegável no Brasil não somente em 1930, mas em 1937 e a *fortiori* em 1945, e muito sensível também na Bolívia do após-Chaco.

Mas a diversidade das situações e, em uma palavra, a heterogeneidade das sociedades latino-americanas e dos sistemas políticos não permitem absolutamente as facilidades de afirmação generalizantes. Uma abordagem a nível continental deve ser necessariamente acompanhada de matizes, de restrições e de exceções, segundo a própria lógica do método comparativo. As tendências que parecem se desenhar na maioria dos países não se manifestam em alguns outros, ou assumem

feições contraditórias nas nações por elas afetadas. Desse modo, a Venezuela, que aparentemente não entra no século XX antes da morte de Gomez em 1935, permanece sob a mão de ferro do “patriarca”, à margem da crise política que agita o continente. Na vizinha Colômbia, a estabilidade institucional resiste bem sob a hegemonia liberal e o reformismo da “Revolução em marcha”, da qual os militares estão ausentes. Do mesmo modo, no México, a ordem revolucionária se reforça através da desmilitarização, graças à crescente participação popular organizada sob a égide do Estado. E se para a Argentina e o Brasil, bem mais do que para as outras nações do continente, 1930 constitui um divisor de águas, com um “antes” e um “depois” cujos contornos são fixados pela amplitude da participação militar, os resultados das “revoluções” de 6 de setembro e de 3 de outubro parecem diametralmente opostos, pelo menos à primeira vista: enquanto no Brasil os militares desempenham um papel decisivo no movimento que põe fim ao sistema oligárquico da “República Velha”, na Argentina o Exército participa da restauração das classes dominantes tradicionais depois de 25 anos de “abertura” popular.

Por outro lado, é também verdade que um vento marcial sopra sobre o continente. Jacques Lambert nota que “às vésperas da Segunda Guerra Mundial, todos os países da América Latina, à exceção de quatro, tinham governos militares”¹. E estas quatro nações onde prevaleciam regimes civis tinham, segundo o mesmo autor, generais na presidência (Uruguai e México) ou regimes originários de “revoluções” em que os militares tinham desempenhado um papel decisivo (Brasil e Argentina). Sem voltar a refletir sobre esta aritmética histórica que supervaloriza a presença militarista, deixando de lado o Chile da Frente Popular, presidido por um professor, a Colômbia liberal conduzida pela batuta do escritor Eduardo Santos ou a Costa Rica civil de Cortés Castro e de Calderón Guardia, é possível interrogar-se quanto à homogeneidade ou até mesmo quanto à pertinência da categoria “militar” utilizada. O mesmo conceito, vale dizer, a mesma qualificação aplica-se, com efeito, a realidades profundamente diferentes e também a sistemas políticos desprovidos de uma medida comum. Cárdenas no México, Baldomir no Uruguai, Ubico na Guatemala, Trujillo na República Dominicana, Carias em Honduras, Benavides no Peru e Lopes Contreras na Venezuela ostentam o mesmo título de general que Peñaranda na Bolívia ou Estigarribia no Paraguai. Mas são grandes as diferenças no acesso ao poder, bem como a variedade de regimes. Além do fato de um governo militar não se definir pela profissão do chefe do Executivo – já que nesse caso a V República presidida na França pelo general De Gaulle fugiria à ordem constitucional, enquanto o regime do Uruguai de após 1973, formalmente presidido por um civil, não revelaria seu verdadeiro caráter, o de uma ditadura terrorista da instituição armada –, é ainda necessário chegar-se a um entendimento quanto à natureza e ao perfil dos militares em questão.

Em sociedades que apresentam graus muito diversos de modernização do aparelho de estado e de complexidade social, e portanto de diferenciação

funcional, um general pode ser um professor primário, chefe político e condutor de homens em uma tormenta revolucionária (Calles), um modesto secretário municipal nomeado capitão no momento de incorporação aos exércitos revolucionários (Cárdenas), um datilógrafo do Exército, com a patente de sargento, autopromovido após um golpe de Estado (Batista), um cortesão que devia seus galões a méritos burocráticos e à simpatia do príncipe (Lopes Contreras) ou do invasor estrangeiro (Somoza). Mas pode ser também um oficial de carreira, às vezes formado por uma escola militar nacional ou estrangeira, que ascendeu na hierarquia por mérito ou por tempo de serviço e nunca ocupou outra posição fora do comando da tropa. Da mesma forma, o nível de envolvimento do exército permanente enquanto instituição na transmissão do poder e nos processos de decisão que envolvem as grandes orientações políticas permite definir tipos de governo muito diversos.

Estas observações quanto à precisão metodológica para quem deseja observar os comportamentos políticos das Forças Armadas significam que o reconhecimento de especificidades nacionais ou organizacionais torna impossível a produção de princípios comuns para o entendimento de todos os fenômenos a que nos referimos? Que o caráter irreduzível das realidades históricas só nos deixa a alternativa de alinharmos monografias e resignarmos-nos a uma abordagem puramente descritiva? Na verdade, caso não se pretenda reduzir tudo a um modelo único ou seguir linhas de interpretação unívoca, é certamente útil que se coloquem questões comuns sobre o papel dos exércitos e suas modalidades de ação nas diferentes sociedades latino-americanas durante o período. Tanto mais que a heterogeneidade interna das sociedades do continente corresponde uma homogeneidade externa que condiciona evoluções globalmente paralelas. É evidente que o peso da conjuntura internacional na determinação dos fenômenos políticos internos sobrevivendo entre a grande crise de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial não pode ser subestimado, sobretudo quando se analisa a ação de instituições destinadas por definição à defesa nacional. O estudo da multiplicidade das respostas, produzidas através do subcontinente e a estas pressões irá, portanto, também esclarecer, ao mesmo tempo, os mecanismos gerais do poder militar e as especificidades nacionais.

É preciso ainda, para responder de modo rigoroso ao conjunto das questões colocadas, fixar certos limites quanto a nosso objetivo pelo menos em relação a dois pontos. Por um lado, a periodização deve ser apurada. O período que se tem em vista é composto de, pelo menos, três seqüências temporais bem caracterizadas: os anos do *Great Crash* e da recuperação do capitalismo, a Guerra Mundial e a tensão internacional que a precedeu imediatamente e, por fim, a efêmera conjuntura da vitória aliada. De outro lado, concentraremos nossas reflexões sobre as únicas nações da América do Sul que apresentam um certo paralelismo histórico com relação à formação de seu Estado nacional e à criação de exércitos permanentes modernos. Assim, deixaremos de lado a América Central e o Caribe,

onde os Estados de independência tardia fazem fronteira com situações coloniais ou semicoloniais. Em certos países, essas situações são marcadas pela ocupação militar norte-americana, substituída pelas “guardas nacionais” criadas por Washington quando as tropas imperiais se retiram, justamente no início dos anos 30, no quadro da nova política rooseveltiana da “boa vizinhança”. É evidente que as problemáticas surgidas a partir dessas situações de protetorado mais ou menos disfarçado são bem diferentes das do resto do continente. Na impossibilidade de cobrir todo o espectro das relações político-militares durante o período, faremos uma seleção que esperamos ser a mais representativa e significativa possível. Restringiremos ainda nossa pesquisa comparativa a três pontos: o papel e a função dos militares nas “revoluções” de 1930, as orientações políticas-ideológicas dominantes nos exércitos durante os três lustros considerados e, finalmente, algumas reflexões à guisa de conclusão sobre as relações entre mecanismos institucionais internos e conjunturas no funcionamento político dos exércitos.

I – As Forças Armadas e as “revoluções” políticas de 1930.

A simultaneidade das revoluções, a coincidência da desordem sócio-econômica em uma mesma área cultural impressionaram os historiadores da Europa do século XVIII². Entretanto, neste mesmo continente, os efeitos da catástrofe econômica de 1929 foram extremamente variados. Na Alemanha se instala o poder totalitário e belicista do nazismo, enquanto na França o poder Executivo não cessa de se deteriorar – 16 gabinetes se sucedem de julho de 1929 a junho de 1936 – e a Grã-Bretanha envia ao Parlamento de Westminster uma maioria conservadora e pacifista. Se as singularidades históricas são menores na escala sul-americana, pode-se suspeitar, contudo, do fundamento das definições continentais e das interpretações lineares das mudanças políticas ocorridas no início dos anos 30 e inegavelmente ligadas à Grande Depressão.

Uma sociologia que alguns qualificaram de ingênua e otimista pretende, desse modo, que o forte abalo sofrido pelo capitalismo mundial em 1929-1930 tenha sancionado na América Latina o esgotamento ou a caducidade da etapa primária-exportadora – e provocado, no plano político, a liquidação do poder oligárquico através da intervenção coletiva da classe militar. Os setores militares que praticaram essa intervenção, saídos dos exércitos modernizados, seriam, por sua vez, os representantes ou os porta-vozes dos interesses das classes médias em vias de ascensão e portadoras de um projeto industrializante e democrático.

Não faz parte de nossa intenção arrombar portas abertas, nem golpear de morte teorias que já não fazem mais nenhum sucesso. Vamo-nos fixar simplesmente em dois pontos que dizem respeito mais de perto a nosso campo histórico: o surgimento ou não em 1930 de um neomilitarismo e seu caráter mais ou menos antioligárquico. Só o exame de casos nacionais pode permitir o esclarecimento destas indagações. Antes de mais nada, porém, duas observações

introdutórias nos parecem necessárias. A diversidade dos sistemas políticos da América do Sul às vésperas da Grande Depressão é tão impressionante para o observador quanto as similaridades na evolução das instituições armadas. Com efeito, em todos os países do subcontinente a “profissionalização” dos exércitos permanentes entre o fim do século XIX e o imediato pós-guerra (de 1914-1918) é parte integrante do processo de modernização do Estado, induzido pela integração das economias nacionais ao mercado mundial sob a égide europeia. Estes exércitos “estatizados”, que detêm em toda parte – à exceção do Brasil – o monopólio da violência pública legal, passam a ser organizados, treinados e equipados segundo os modelos europeus de maior prestígio: o Exército alemão e o Exército francês. Missões militares europeias tomaram em suas mãos o destino dos exércitos sul-americanos. Peruanos e brasileiros recorrem à França, enquanto Chile, Bolívia e Argentina se “prussianizam”. E as nações menos interessadas na formação de exércitos modernos e fortes, em lugar de lançar mão de instrutores onerosos vindos do outro lado do Atlântico, se “prussianizam” de segunda mão graças à retransmissão chilena. O Equador e a Colômbia (e também, mais ao norte, El Salvador) apelam a oficiais chilenos para reorganizar seus exércitos. Essas influências exteriores implicam principalmente modificações na formação e no recrutamento dos quadros.

A passagem obrigatória por uma escola militar, e sobretudo a institucionalização da carreira de oficial, com suas regras de promoção e acesso fundadas em critérios universalistas de capacidade e de mérito, reforçam a coesão da instituição e sua autonomia em relação ao poder político. Ao contrário do que o legislador freqüentemente pensa – e, em sua trilha, alguns sociólogos otimistas e imprudentes –, a profissionalização não “despolitiza” os exércitos. Pois o prestígio dos modelos europeus, a consciência de competência dada pela técnica avançada e pela organização burocrática racional dão ao único ramo profissional do aparelho de Estado nas nações da América do Sul recursos políticos que favorecem a intervenção nos negócios públicos. Face a estas realidades e àquela, não menos coercitiva, relacionadas à socialização estreita, autoritária e isolada dos futuros quadros, a origem sócio-familiar sobre a qual se fundamentaram tantas explicações audaciosas passa a ser, a partir daí, apenas secundariamente decisiva.

A esse movimento quase unânime de transformação dos exércitos é preciso opor a diversidade muito grande dos regimes políticos às vésperas de 1930. Podem-se encontrar, com efeito, ditaduras modernizantes, civis (Leguia no Peru) ou pseudomilitares (Ibañez no Chile), e uma arqueotirania interminável na Venezuela, onde o “benemérito” Gómez preside o surto petrolífero. O Brasil da República Velha é um Estado oligárquico assentado sobre a “política dos governadores”, enquanto no Cone Sul prevalecem sistemas democráticos de participação ampliada. A Argentina radical desde 1916, e o Uruguai batlista parecem ter tido êxito em uma abertura política pacífica através da superação consentida do Estado oligárquico excludente. Mas o Chile também, a despeito do

parêntese ibañista, ambíguo mas popular e progressista, conhece com a Constituição de 1925 um regime que vem ao encontro das aspirações populares e não entrava verdadeiramente o fortalecimento do movimento operário. São, portanto, realidades políticas de configuração fortemente diversificada que se defrontam com a “crise de ordem neocolonial”. O estudo de um caso concreto aparentemente atípico bastará para nos convencer disso e nos permitirá avaliar as singularidades nacionais, os impoderáveis históricos e as semelhanças recorrentes.

A – Militares e restauração oligárquica: as lições do caso argentino.

O golpe de Estado do general Uriburu que, em 4 de junho de 1930, derruba o presidente Yrigoyen, se insere numa situação institucional relativamente rara no subcontinente. O presidente derrubado havia sido eleito por esmagadora maioria dois anos antes, através do sufrágio universal. Chefiava um grande partido político, a União Cívica Radical, fundado no fim do século precedente. O voto secreto universal instaurado em 1912 pelas elites tradicionais à procura de um consenso que legitimasse, de modo durável, sua dominação sócio-econômica permitira a Yrigoyen ser eleito presidente pela primeira vez em 1916. Encontramos, pois diante de um sistema político aberto em uma sociedade moderna e complexa, culturalmente homogênea, apesar do impacto da maciça imigração européia, no qual a UCR constitui uma força política de raízes populares, essencialmente vinculada à liberdade de voto e a uma distribuição da prosperidade agroexportadora em benefício das classes intermediárias rurais e urbanas. Suas veleidades nacionalistas são acompanhadas de uma atitude, no fundo, antiindustrialista: a UCR é um partido de consumidores e de pequenos e médios produtores agrícolas que defende, portanto, o consumo popular e protege a produção agropastoril. O próprio Yrigoyen se vangloriava de não ter programa econômico que se opusesse ao projeto da oligarquia liberal que “tornou” a Argentina moderna em seu benefício, “celeiro do mundo” e mercado privilegiado para a indústria britânica. Enquanto sua segunda presidência se coloca sob o signo de modestas reformas sociais, mais que a legislação trabalhista e rural promulgada na ocasião é o espírito democrático e a fibra populista do velho combatente republicano que gera a desconfiança dos meios conservadores. Yrigoyen, homem de diálogo, passa desde então a ser associado, por força do grande temor dos possuidores, às greves insurrecionais de 1919-1920, que entretanto reprimiu sem piedade. Em face das dificuldades econômicas que se anunciam, os radicais não constituem uma garantia suficiente. Em períodos de “vacas magras”, o controle à distância praticado pela oligarquia já não basta. E como os conservadores foram incapazes de construir um partido de massa, capaz de arrebatá-los legalmente o poder dos radicais, é um golpe de Estado que irá restaurar o antigo regime.

O governo do general Uriburu, composto de sócios do Jockey Club e da *Sociedad Rural*, freqüentemente envolvidos em negócios antes de 1916, vai restabelecer, contra os “arrivistas” do radicalismo, as elites tradicionais, de

“capacidade comprovada” por uma experiência familiar da coisa pública contra a vontade geral e a “aritmética eleitoral”, restitui-se o poder à “razão coletiva” dos mais esclarecidos. Mais concretamente, as novas autoridades se propõem antes de tudo a retomar a condução da economia nacional, a submeter os trabalhadores, a podar o funcionalismo público, que era sob o regime radical um meio nada desprezível de redistribuição da renda nacional em benefício das classes médias, a reduzir deste modo as despesas do Estado, e a reformar o sistema político para impedir daí para frente que os “plebeus” e os “demagogos” tomassem legalmente o poder. Nesse ponto Uriburu está bem longe de contar com a unanimidade dentro de seu próprio campo. Favorável por seu lado a uma reforma corporativista da constituição, inspirada nos autoritarismos europeus, ele tem contra si os partidos anti-radicais e o *establishment* liberal, que teme as aventuras e as inovações institucionais. O general Justo, que tem o apoio da maior parte da hierarquia militar, encarna o projeto contrário de restauração da democracia com participação restrita. Finalmente, em 1932, os partidários de uma “nova ordem” são derrotados e, com Justo, o conservadorismo aristocrático dos liberais sai vitorioso. Graças às proscricções e à fraude eleitoral, batizada de “patriótica” para a circunstância, os “preponderantes” dirigem a Argentina durante a “década infame” até o golpe de Estado militar de 1943. Em 1946, Perón poderá, com boas razões, vangloriar-se de ter restabelecido a “soberania popular”.

Se examinarmos a participação militar nesta “revolução restauradora” em setembro de 1930, é forçoso reconhecer que foi relativamente limitada. *Paseo militar*, no dizer das vítimas e dos beneficiados. O regime caiu por si mesmo, nem ao menos se defendeu. De fato, Yrigoyen, como se sabe hoje, foi traído pelos seus. A maior parte do Exército se omitiu, sem participar. Frente à hostilidade das unidades da Grande Buenos Aires, Uriburu, aliás general da reserva, cercado de alguns jovens oficiais, precisa apelar para os cadetes e para as escassas tropas da Escola Militar. Uma grande afluência de opositores civis, juventude dourada dos bairros elegantes, segue seus passos. Este golpe de Estado é o menos militar possível, salvo por uma questão em relação à qual Uriburu se obstinava: nenhum político civil partilha a sua direção. Se os comandantes de unidade tiveram que receber um puxão de orelha antes de se juntar ao novo poder, às vezes com entusiasmo, os projetos de reforma corporativista da ditadura militar despertam a oposição do Exército. Os oficiais aceitaram em sua maioria a deposição de um presidente que a seus olhos parecia envelhecido e desacreditado, mas desejavam um retorno à “normalidade” e condenavam os objetivos constitucionais de Uriburu, que estavam atemorizando a classe política.

Se se compara, sob o ângulo da participação militar, este golpe de Estado às “revoluções radicais” anteriores à obtenção do voto secreto universal, percebe-se que o Exército argentino contribuiu mais para o acesso dos radicais ao poder do que para seu afastamento. A contribuição numérica dos militares na virada do século, visando pôr fim ao Estado oligárquico “excludente” e ampliar a sociedade

política, é efetivamente muito importante, tanto em 1890 quanto em 1905. E são os “oficiais de escola” do novo exército que tomam parte ativa nos “*putschs* democráticos”⁴. Um dos protagonistas militares do golpe de Estado de 1930, engajado ainda jovem oficial na rebelião de 1905, imagina que 2/3 do Exército se hajam sublevado então (sem sucesso) contra o regime⁵. Yrigoyen afirmará alguns anos após o episódio que cerca de mil oficiais das forças terrestres tinham tomado parte do movimento “revolucionário”⁶. E não nos esqueçamos de que é por exigência dos radicais que a confecção das listas eleitorais, a partir de 1912, é confiada ao Exército.

Isto não deve dissimular as profundas diferenças que separam os dois tipos de movimento. Nos *putschs* radicais, os militares saem dos quartéis sob a direção de chefes civis. Estas *puebladas* não são “rebeliões de caserna”, para usar a expressão dos radicais argentinos da época. Com uma participação militar mínima, o golpe de 6 de setembro é uma manifestação de militarismo. Militares que desconfiam dos civis não se limitam a dirigir as operações, mas querem impor seu próprio projeto político, o que é novo. Último *pronunciamento* do século XIX, o golpe de Estado de Uriburu inaugura a era militar da qual a Argentina não mais saiu. Escusado dizer que, a partir deste momento, todas as altas patentes, comandantes de unidades e membros dos Estados-maiores se vêem na obrigação de tomar partido. De tal modo que o regime instaurado em 1930 e que subsistirá, no dizer dos radicais e democratas, por toda uma “década infame” lhes deve, por ação ou por omissão, o nascimento. Assim, com Uriburu os militares tomam consciência de sua possibilidade de ação política organicamente autônoma – em relação aos partidos, ainda que inspirada por eles –, ao mesmo tempo que o “fechamento” do sistema e os meios utilizados para tanto, com base na violência oficial, comprometem todo o Exército com o poder restaurado da oligarquia dos *beef barons*.

B – Nascimento ou declínio de um militarismo.

A esta intervenção “reacionária”, no sentido etimológico, e em contradição com uma interpretação da crise de 1930 ligada à ascensão das classes médias, tem-se o costume de opor a revolução liberal do Brasil, concebida como um caso paradigmático de mudança antioligárquica, isto é, democrática e industrializante, à qual as Forças Armadas levaram seu apoio. Sem nos determos por enquanto nesta caracterização discutível do processo brasileiro, fixemo-nos na existência destes dois modelos “revolucionários” antagônicos, dos quais somente o componente militar nos ocupará aqui; deixaremos voluntariamente de lado os condicionamentos sócio-econômicos destas evoluções divergentes⁷ e examinaremos o que se passa nos países vizinhos.

As nações sul-americanas que conhecem no início dos anos 30 um período de instabilidade política marcado por intervenções militares apresentam situações menos claras que as da Argentina e do Brasil. As orientações das Forças Armadas que participam dessas intervenções nem sempre são claramente definidas. Na

Bolívia e no Peru, onde golpes militares derrubam as autoridades estabelecidas alguns meses antes das “revoluções” de Uriburu e de Vargas, pode-se falar, como na Argentina, de um retorno à velha ordem, mas as semelhanças param aí, uma vez que nem a ditadura de Leguia nem o apagado governo de Siles Reyes foram governos populares, longe disso. Por outro lado, nem sempre é fácil perceber o que distingue politicamente os governos derrubados dos que os substituem, separados uns dos outros apenas por matizes. Não se sabe na Bolívia se Hermandado Siles é afastado pelo Exército em junho de 1930 porque seu vago nacionalismo, sua fraqueza com relação à agitação social e à mobilização operária assustam a oligarquia mineira, ou simplesmente porque tentou manter-se no poder por meios ilegais. A junta militar do general Blanco Galindo reconduz à presidência, no ano seguinte, o velho Partido Republicano de Daniel Salamanca, que será exterminado pelo desastre do Chaco, do mesmo modo que o conjunto da classe política oligárquica⁸. No Peru, a sublevação do coronel Sanchez Cerro, que apeia Leguia do poder depois de 11 anos, não se configura absolutamente como popular, a despeito dos termos confusamente nacionalistas da proclamação de Arequipa. O ditador derrubado, durante seu regime — *a Patria Nueva* —, adulara a plebe de Lima e maltratara a poderosa oligarquia em proveito de uma fração desta ligada aos investimentos americanos. Face à inquietante ascensão de um movimento popular, revolucionário e violento, a APRA, as classes dominantes, tradicionalmente civilistas, esquecem o seu desprezo pelos militares e dão seu apoio a Sanchez Cerro. Os massacres de Trujillo, que opõem o Exército à APRA em 1932, vão selar por um longo tempo a aliança defensiva entre os militares e a oligarquia⁹. Depois do assassinato de Sanchez Cerro em 1933, o general Benavides, que o substituiu, preparara o retorno do civilismo conservador ao poder: o banqueiro Manuel Prado é desse modo conduzido à presidência em 1939, ao cabo de uma paródia eleitoral. O Exército peruano aparece então nitidamente como o “cão de guarda da oligarquia”¹⁰.

Enquanto o Peru, depois da queda de Leguia, conhece uma situação muito tumultuada, pontilhada de sublevações militares em série — de seis em seis meses —, o Chile não lhe fica atrás na mesma época. O general Ibañez, que assume a presidência em 1927 e encarna, com seus poderes ditatoriais, o espírito reformista dos oficiais putschistas de 1924 e 1925, exonera-se em 1931, face a uma agitação urbana e universitária contra a qual se recusa a usar a violência. Ao mesmo tempo, a agitação militar não pára. A Armada se subleva em Coquimbo sob a direção dos suboficiais em setembro de 1931, e em junho de 1932 um golpe de Estado, em que a aviação desempenha um papel decisivo, proclama a “República socialista”, que durará 13 dias. A junta socialista do comodoro Grove é derrubada por uma nova junta militar, que reprime severamente o movimento operário. Dois outros *pronunciamentos* sucessivos resultam, enfim, em eleições normais, que dão a vitória Alessandri, apoiado por todos os partidos tradicionais.

O antigo chefe do liberalismo de esquerda, chamado ao poder em 1925 por militares progressistas, vai governar desta vez à direita. Sua segunda presidência

(1932-1935), tornada possível pela eliminação militar do militarismo revolucionário, é um retorno ao conservadorismo¹. E mais ainda: contra o perigo de um eventual ressurgimento da esquerda militar, Alessandri utiliza o contrapeso das *Milícias Republicanas*, uma espécie de guardas brancas paramilitares, e desmilitariza o sistema político chileno por muito tempo – a ponto de, a partir de sua presidência e até 1969, o Chile aparecer como uma exceção democrática e civil no panorama instável da América Latina. O mito deliberado do exército apolítico e “profissional”, que durará quase 40 anos, nasce então para estrangular o ativismo radical dos oficiais socializantes. No Chile, o início dos anos 30, longe de abrir a era militar, a conclui: O Exército não entra em cena; ele sai, e por um período relativamente longo.

Este fenômeno de desmilitarização é certamente peculiar ao Chile, mas em outros países pode-se notar igualmente que as formas modernas do militarismo não aparecem em 1930, mas já no decênio anterior. É com efeito nos anos 20 que jovens oficiais se “pronunciam”, de maneira mais ou menos romântica e espetacular, contra o *statu quo* no Chile, no Brasil e no Equador. No Chile, a primeira intervenção dos militares enquanto corporação tem lugar em setembro de 1924. Ela visa forçar o Congresso a votar uma série de leis sociais avançadas que aguardavam havia vários meses. Votadas as leis, os militares exigem a dissolução dos Parlamentos e provocam a saída do Presidente Alessandri do país.

O golpe de Estado de 9 de julho de 1925 no Equador, executado por uma *Liga de los Militares Jovenes*, contra a *bancocracia guayaquileña* dos regimes liberais, proclama como objetivo: “a igualdade para todos e a proteção ao proletariado”¹². Primeiro golpe de Estado da história equatoriana que não tem caráter *caudillista*, abre o período de seis anos da *Revolução Juliana*, durante a qual numerosas reformas sociais e econômicas são realizadas. Durante esse período de transformação, onde se delineia uma política industrial, os governos sucessivos criam o Ministério do Trabalho, o Banco Central, o imposto sobre a renda e promulgam numerosas leis sociais de proteção aos trabalhadores urbanos. A “Revolução” tem fim de 1931 com um novo golpe militar contra o presidente civil Isidoro Ayora, apoiado pelos oficiais reformistas.

Tudo indica que o tenentismo, que aparece na mesma época, é infinitamente menos expressivo no Exército brasileiro. A heróica jornada dos tenentes idealistas do Forte de Copacabana em 1922 e a longa marcha épica da Coluna Prestes não abalam em momento algum o sistema, ainda que todos os setores sociais descontentes tenham podido projetar sobre os “tenentes” suas aspirações à mudança e a uma purificação da vida política¹³. A existência de uma forte corrente profissionalista no seio dos “oficiais de escola”, agrupados em torno dos “jovens turcos” que publicam a *Defesa Nacional*¹⁴, parece ter limitado a repercussão do movimento tenentista. Esta tendência “profissional” combateu os “tenentes” sublevados em virtude do princípio, mais tarde formulado por um de seus mais

prestigiados membros, de que “deve-se fazer a política do Exército e não a política no Exército”¹⁵. A vitória em 1930 da Aliança Liberal, que representa antes de tudo um confronto interoligárquico, é devida a uma série de fatores militares, e os ex-“tenentes” não formam de fato mais que uma das componentes destes. A participação dos “profissionalistas” na sublevação de que Góis Monteiro é o chefe de operações, a defeção da hierarquia, que toma partido em favor dos estados dissidentes contra o Presidente Washington Luís, e enfim a aliança – antinatural¹⁶ – de uma parte dos “tenentes” com os chefes da velha classe política, seus adversários da véspera, dão conta da coalizão disparatada que vai levar Getúlio Vargas ao poder.

Apoiando-se ora no autoritarismo reformista e centralizador dos “tenentes”, ora nos políticos locais, “evitando assim ao mesmo tempo o retorno ao Estado oligárquico e a militarização”¹⁷, Vargas não tardará, com a ajuda de Góis Monteiro, a liquidar o tenentismo e suas aspirações políticas, sem no entanto terminar com o peso decisivo do Exército sobre a evolução do Brasil e o destino de seu próprio poder.

O envolvimento da nova geração, que caracterizou estas “revoluções de tenentes” – bem-sucedidas ou não – não pode deixar de chamar atenção. De fato, não é indiferente, nem secundário ou vão, saber a que nível se situa a intervenção militar. O conceito de golpe de Estado resulta bastante impreciso se se ignora quais foram os conspiradores e os participantes. Trata-se de um só homem, de algumas unidades localizadas, da instituição inteira seguindo seus chefes naturais, de certas patentes em um corte horizontal que pode ter consequências disciplinares importantes para o êxito do movimento? Os jovens oficiais equatorianos ou chilenos e os “tenentes” brasileiros não envolvem inicialmente o exército-instituição. Nos dois primeiros casos, servem de detonador, e no terceiro, criam um clima e aparecem, na Revolução de 1930, como forças decisivas, mas subordinadas. Não obstante, o problema não está aí. Na Argentina, Urriburu, general da reserva, subleva os cadetes do Colégio Militar e obtém o concurso de alguns tenentes fascizantes; na Bolívia e no Peru, os cadetes da Escola Militar participam igualmente da sublevação militar. O confronto desta dupla série de dados coloca o problema da participação ambígua dos jovens oficiais (e futuros oficiais) nesta primeira fase de militarismo moderno na América do Sul. É evidente que os oficiais mais jovens não são universalmente os mais progressistas, como às vezes se crê. Por sinal, depois de 1960, em todo o continente, é antes o inverso que é verdadeiro. Não pretendemos resolver os problemas destas “insurreições de geração” em situações nacionais tão diferenciadas, que não se prestam à redução por uma abordagem organizacional. Contentemo-nos em apresentar algumas sugestões, ainda que contraditórias. Os cadetes e os jovens oficiais, ainda próximos dos civis (suas famílias e seus amigos) são talvez mais sensíveis à opinião destes – o que faz com que persista o mito dos jovens oficiais como representantes das classes médias. Eles são no mínimo, os menos militares dos oficiais. Sua

intervenção só implica o Exército de modo marginal. Ao mesmo tempo, nada impede que se pense que estes jovens quadros façam uma idéia global, ainda intelectual, do Exército, do Estado e da nação. O frescor de sua socialização particular não seria estranho a um idealismo corporativo que sua juventude, por si só, não explica. A menos que a influência ou a imitação – em 1930 – da exaltação da ação regeneradora da juventude, à moda de certos movimentos autoritários europeus (pensemos *nagiovinezza* mussoliniana), tenham desempenhado também seu papel.

II – *Reformismo militar ou nacional-militarismo.*

O levantamento das situações nacionais não favorece a tese de um militarismo de classe média franqueando o caminho, em 1930, para a abertura política. Classes médias à parte, se esse militarismo existiu, atuou antes de 1930, data de sua recuperação ou de seu enquadramento. Contrariamente ao que certos autores escreveram, não parece ter havido em todos os casos da América do Sul uma perfeita integração dos exércitos aos interesses do sistema primário-exportador antes de 1930. Ao contrário, é o período de 1920 a 1930 que se caracteriza em muitos países pela existência de ações militares contrárias ao *statu quo*. Contudo, malgrado a ambigüidade política freqüentemente das intervenções militares e a dificuldade em determiná-lhes o sentido, observou-se durante os 20 anos que separam a grande depressão do início da guerra fria os golpes de Estado conservadores não são a maioria. Se compararmos as indicações de tendências atribuídas às intervenções militares por Jacques Lambert¹⁸, e se lançarmos mão, como o autor, da clivagem – pouco satisfatória na nossa opinião – esquerda/direita, obtém-se para o período 1930-1950 mais de 50% de intervenções de “esquerda”, contra 28% de “direita”, sendo as outras de caráter “pessoal” ou “sem significação”. Needler, por seu turno, assinala¹⁹ que 50% dos golpes de Estado entre 1935 e 1944 são “reformistas”, contra somente 17% da mesma orientação entre 1955 e 1964. Estas constatações nos levam a pensar sobre as duas seqüências temporais posteriores à depressão, o após-crise e a conjuntura da vitória aliada, do ponto de vista das orientações ideológicas dominantes nas Forças Armadas do subcontinente.

A – *Progressismo militar e nova ordem*

Pode-se considerar que o ciclo das rebeliões militares progressistas foi encerrado no Chile em 1932 e que a influência do tenentismo brasileiro esmorece pouco a pouco a partir de 1933. É verdade que a “República Socialista” de Marmaduke Grove se prolonga na fundação do partido Socialista chileno, e não está ausente do sucesso da Frente Popular em 1938. E apesar das opções ideológicas enormemente divergentes dos ex-“tenentes”, de Luís Carlos Prestes a Cordeiro de Farias e Juraci Magalhães, pode-se tentar localizar a influência de sua

coesão e de seu projeto até a “revolução” de 1964²⁰. O que, diga-se de passagem, não tenderia a demonstrar o caráter progressista de sua atuação. Mas de fato, entre 1933 e 1944, únicos militares reformistas que tomam o poder pertencem ao Exército boliviano, vencido em 1935 na guerra do Chaco.

O “socialismo militar” boliviano nasce da humilhação da derrota. Jovens oficiais descontentes com as condições da guerra e com o armistício que a arrematou apeiam do poder em maio de 1936 os políticos tradicionais, julgados incompetentes e corruptos. Eles querem realizar reformas, forjar a nação reforçando o Estado e lutando contra o domínio dos interesses estrangeiros, principalmente os petrolíferos, aos quais atribuem uma responsabilidade decisiva no conflito de 1932.

O coronel David Toro e depois o coronel Busch foram, sucessivamente, os chefes de 1936 a 1939 de um regime autoritário e nacionalista apoiado no Exército. Toro nacionaliza a Standard Oil em 1937, cria a Direção Nacional do Petróleo e autoriza o funcionamento de sindicatos camponeses. Busch, que o derrubou, tenta lançar as bases de um regime social avançado e dar ao Estado os meios para conduzir uma política econômica nacional. Para tanto, amplia seu controle sobre o Banco Central e nacionaliza os depósitos em divisas, mas vai de encontro à potência das grandes sociedades mineiras, que não ousa atacar de frente, apesar de algumas escaramuças desastrosas. Desaparece tragicamente em 1939, em circunstâncias mal esclarecidas. Após um intervalo de quatro anos, durante o qual muitos generais ligados à oligarquia mineira deixaram destruir o que os coronéis haviam instaurado, o golpe de Estado desferido em dezembro de 1943 por jovens oficiais apoiados pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionário* fundado no ano anterior retoma a política nacionalista de Busch.

O regime da coalizão militar – MNR, presidido pelo comandante Villarroel, esforça-se para mobilizar principalmente as massas camponesas em torno de um programa de reformas sociais que ameaçam os interesses latifundiários e atemorizam as grandes sociedades mineiras. Respondendo com violência às conspirações de uma oposição que une a *Rosca* do estanho à esquerda comunista, oposição estimulada pelo clima do término da guerra mundial e o apoio decidido dos Estados Unidos, o regime de Villarroel desaparece quando uma insurreição “popular” em La Paz assassina, em julho de 1946, o presidente para grande satisfação dos “democratas” senhores do estanho.

Acusado de simpatias nazistas pelo Departamento de Estado norte-americano e pela oligarquia boliviana, assim como o MNR, o regime de Villarroel exprime uma tendência ideológica então dominante no Exército nacional. O nacionalismo autoritário das três presidências militares de 1936 a 1946 se opõe aliás tanto à esquerda marxista, negando a luta de classes, quanto aos grandes interesses mineiros ligados à “plutocracia estrangeira”. Estatistas, os militares no poder

consideram que a Bolívia é uma “nação proletária”. Reconhecem-se aí temas do fascismo italiano, onde esses nacionalistas se inspiraram para realizar suas reformas. Assim, Toro promulga um decreto de sindicalização obrigatória supervisionada pelo Estado, sob a influência, segundo Klein, de um grupo de jovens oficiais “que tinham presente no espírito a organização estatal coletiva de Mussolini”²¹.

Os militares argentinos que tomam o poder em junho de 1943 e passam por inspiradores do golpe de Estado de Villarroel não estão ideologicamente muito afastados destes “socialistas militares”. Os capitães fascizantes que acompanharam Uriburu em 1930 tornaram-se os coronéis obreiristas de 1943. A corrente nacionalista antiliberal é hegemônica no exército terrestre, mas por força das circunstâncias e da experiência de uma geração de oficiais, o “nacionalismo integral” tingido de catolicismo integrista é pouco a pouco substituído por um “nacionalismo popular”, que se tornará o componente essencial do peronismo. A admiração pelas experiências autoritárias européias é paralela, nesses militares, à do *establishment* pelas democracias: platônica e de fachada. A nova ordem dos militares argentinos antes se opõe à antiga ordem do liberalismo oligárquico do que se inspira nos modelos do velho mundo.

Esta tendência nacional-militarista, inegavelmente fascizante no seu estilo, mas que não é absolutamente sempre contra-revolucionária nem oposta à mudança na ordem e à melhoria – sob tutela – do destino das classes trabalhadoras, encontra-se aliás em outros exércitos, onde ela parece ter sido, senão dominante, pelo menos fortemente implantada. Para não multiplicar os exemplos, limitemo-nos a observar que além das afinidades de numerosos oficiais brasileiros com o integralismo, é um estado-maior representativo deste tipo de atitude que instaura o Estado Novo. Desse modo, o general Góis Monteiro, ministro da Guerra de Vargas, que deseja “aumentar progressivamente o poder do Estado” e passa por filofascista e pró-alemão, cita então entre os “grandes homens de momento”, que encarnam as experiências políticas que ele admira: “Mussolini, Hitler, Stálin, Mustafa Kemal Pacha, Roosevelt e Salazar...”. Segundo ele, todos souberam de modo distinto “criar novos órgãos e novas instituições de Estado, de forma a dar àquele Estado os meios de superar a crise interna”²². O ideal político do grande condestável do Estado Novo assim se resume: “O Estado deve ter o poder de intervir para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação...”.

Esta estadolatria, que se explica facilmente em uma nação federal como o Brasil, onde o Exército nacional não adquiriu, antes de 1937, o monopólio militar, em razão da existência das forças públicas autônomas dos estados, não lhe é contudo própria. Os exércitos sul-americanos, por sua formação e sua inserção, pertencem mais ao Estado que à sociedade. Seu nacionalismo estatizante se coaduna com seus interesses corporativos em expansão. O nacional-militarismo corresponde mais a uma especificidade organizacional do que a parâmetros

nacionais. O “socialismo nacional” dos oficiais bolivianos da geração do Chaco pede a construção de um Estado forte para uma nova ordem. Adaptado às condições bolivianas do período entre as duas guerras, ele provém da mesma matriz institucional que o “Estado nacional-socialista” que, com toda a ingenuidade histórica, um general industrialista argentino pedia em 1970²³. Mas essa vontade militar, recorrente em muitos países do subcontinente desde esta época, de “libertar o Estado” da sociedade civil não é, entretanto, independente da conjuntura internacional e da crise das classes dirigentes que a esta está ligada.

Embora o nacionalismo antiimperialista dos militares bolivianos, indignados como “demoentreguismo” e a “cleptocracia”²⁴ da oligarquia mineira antinacional, não seja partilhado por outros exércitos do continente na mesma época, a perturbação da ordem econômica liberal desacreditou fortemente em todos os exércitos o liberalismo político e as metrópoles capitalistas que o praticam. A inclinação militar pelos sistemas autoritários é assim reforçada pelo aspecto político das contradições interimperialista. Mas a divisão das classes dirigentes face à crise e às transformações sócio-econômicas em curso favorece a afirmação do poder militar. Tanto ao se lançarem na servidão, submetendo-se para superar a depressão a uma metrópole econômica que favoreça seus interesses setoriais imediatos, como ao hesitarem em escolher seu campo ou disputar sobre o melhor partido a adotar na guerra, as classes dominantes se isolam e perdem sua capacidade de organizar o consentimento das camadas subordinadas. Divididas igualmente quanto às modalidades de industrialização e à atitude a tomar frente à emergência de uma classe operária mais numerosa e combativa, as elites sócio-econômicas desorientadas e abaladas, e portanto atomizadas, não dispõem absolutamente dos meios, nesta situação, de impor sua direção e seu projeto ao conjunto social. É a hora do nacional-militarismo. Na ausência de um interesse geral claramente definido pela burguesia, o interesse dos generais tomará seu lugar. Em outras palavras, os militares vão definir, por algum tempo, segundo seus valores estatizantes e autoritários, o que convém ao país em nome de sua segurança, e portanto da defesa do essencial do *statu quo*²⁵.

B – As cem flores da vitória aliada.

A derrubada de Vargas e o assassinato de Villarroel, estimulados pela derrota do Eixo, são provocados por intervenções militares “democráticas” e de cunho claramente conservador. O fim da Segunda Guerra Mundial é, contudo, caracterizado alhures por uma série de manifestações de um militarismo popular, pode-se até dizer de esquerda, que difere fundamentalmente do nacional-militarismo que acabamos de evocar. Este tinha simpatias pelo Eixo e pelos regimes autoritários; aquele tira proveito da frente popular em escala mundial, que é a aliança URSS-EUA, e do sinal verde de Washington. Este novo reformismo militar tem com efeito a bênção do Departamento de Estado, desejoso de pôr fim às ditaduras incômodas e desacreditadas que os Estados Unidos sustentaram por necessidades

de guerra, e é também favorecido pela corrente browderista que influencia num sentido moderador e otimista o movimento comunista do continente.

Neste clima de euforia democrática de curta duração, na Guatemala uma junta militar afasta Ubico e seu breve sucessor em 1944 e entrega o poder a um presidente civil e progressista, J. J. Arévalo. Em El Salvador, soldados e estudantes derrubam o ditador Hernández Martínez, cujo Exército não o sustenta. No Equador, ao cabo da revolução de maio de 1944, o Exército, de acordo com todos os partidos de esquerda, leva à presidência o popular Velasco Ibarra e convoca uma Assembléia Constituinte. Na mesma onda democrática situa-se a queda do sucessor de Gómez na Venezuela em 1945 e a chegada ao poder do partido *Acción Democrática*. O momento é de abertura política e de preocupações sociais, sobretudo nas zonas de influência direta dos Estados Unidos. Assinale-se a presença de Batista em Cuba, entre 1940 e 1944, de ministros comunistas e de uma constituição das mais avançadas. Até Somoza liberaliza seu regime, pelo menos em aparência, possivelmente influenciado pela sorte dos ditadores vizinhos. Ainda neste momento, contra a corrente dos movimentos continentais embora por razões diferentes, encontram-se Brasil e Argentina. Na Argentina, consolida-se um regime que o Departamento de Estado qualifica oficialmente de nazi-fascista; no Brasil, Vargas é deposto pelas forças conservadoras, a despeito – ou por causa – do reforço que lhe traz *in extremis* o Partido Comunista. Os dois maiores países do subcontinente, que não são insensíveis à conjuntura, parecem possuir sua própria dinâmica.

III – *Os partidos militares e seu funcionamento: mecanismos internos e conjunturas externas.*

Que conclusões e que lições se podem tirar de um conjunto de fatos muitas vezes divergentes e aparentemente disparatados, correspondendo a seqüências temporais bem distintas? Poder-se-iam assinalar as tendências que se desenham, os grandes movimentos que percorrem o continente. Percebe-se que a realidade se inscreve em falso em relação aos teóricos da *struggle for democracy* e aos apologistas dos *middle sectors*. As intervenções militares nos anos 30 na América do Sul estão bem longe de ser, em sua maioria, de cunho reformista ou mesmo de marcar o início de um período durável de grande instabilidade política. Não somente os golpes de Estado do tipo “restaurador”, calcados no modelo argentino, parecem os mais numerosos, mas as descontinuidades políticas que acompanham o início do período põem fim, no mais das vezes, às experiências ou às tentativas de um militarismo reformista fortemente representado no decênio anterior. E a neutralização política dos exércitos durante este curto período não ocorre unicamente no Chile, onde ela é ao mesmo tempo evidente e durável. Não obstante, se formos procurar os elementos comuns aos comportamentos políticos dos exércitos do subcontinente, não é nas funções cumpridas neste plano que eles serão encontrados, mas antes no domínio de seu funcionamento enquanto forças políticas.

Os exércitos do continente mostram-se antes de tudo profundamente divididos no plano político. Eles incluem em seu seio fracionamentos múltiplos que lhes são às vezes específicos, mas que muitas vezes refletem as divisões da sociedade política e das classes que dela participam. Além disso, essas divisões são refratadas pelos valores burocráticos e pelas normas éticas próprias à instituição. O que impressiona no militarismo desta época, sem que no entanto se possa generalizar, é talvez o corte destas tendências, que acompanha a hierarquia e a diferença de geração. Esta configuração praticamente desaparecerá nas épocas posteriores, não que os capitães e os generais passem a pensar sempre do mesmo modo sobre os problemas do momento, mas porque as intervenções, quase sempre institucionais, não deixarão aflorar os conflitos hierárquicos internos, e porque as transformações organizacionais e técnicas tornarão cada vez mais impensáveis *pronunciamentos* de jovens oficiais. De qualquer modo, data possivelmente desta época a crença, hoje em dia ultrapassada ou sem fundamento – como o prova bastante a evolução do Exército chileno entre 1970 e 1973 –, de que os generais são sempre mais conservadores que os jovens oficiais e que estes, não ainda integrados ao *establishment*, têm uma certa propensão a questionar o *statu quo*.

As orientações do corpo de oficiais e de suboficiais reproduzem, às vezes muito claramente, os confrontos políticos da sociedade civil. Na Bolívia, os militares dos anos 40 estão próximos do MNR ou lhe são hostis, enquanto que no Peru, a partir dos anos 30, a atitude em face da APRA é decisiva. Mas as divisões existentes entre os militares no Brasil, onde os partidos políticos civis a rigor inexistem, são essencialmente institucionais e tendem mesmo a se prolongar na sociedade civil: inegavelmente falou-se de um “tenentismo” civil. A oposição entre “tenentes” e oficiais “profissionalistas” (mas nem por isso apolíticos) não oblitera a distinção politicamente ativa entre jovens oficiais de escola e os generais saídos do velho exército. Por outro lado, durante a Segunda Guerra Mundial, a experiência da Força Expedicionária na Europa dará origem a um grupo de oficiais entre os quais muitas vezes se reconheceu uma forte coesão política. Na Argentina, a situação está a meio caminho dos dois modelos lembrados acima: os oficiais radicais, numerosos antes de 1930, se encontram marginalizados ou decepcionados pela segunda presidência de Yrigoyen. Alguns se lançam entretanto em conspirações contra os governos conservadores a partir de 1932. A corrente “nacionalista” corporativista, que impõe seus pontos de vista ao conjunto do Exército em 1943, não é estritamente militar mas, pouco representada nas classes dirigentes argentinas, é hegemônica em um meio com o qual tem afinidades inegáveis. Pode-se afirmar que, nesse caso, ideologicamente, o Exército é o reflexo invertido da sociedade e de suas classes participantes (classes médias inclusive); onde preponderam o conservadorismo liberal e o radicalismo moderado. Aliás, na guerra mundial, enquanto a oligarquia é unanimemente pró-aliada, raros são os oficiais que não simpatizam com o Eixo.

Por outro lado, a profundidade dessas divisões sua diversidade e sua articulação efetiva com os acontecimentos políticos nacionais só podem ser

compreendidas se situadas no contexto das lutas pela hegemonia em escala mundial de que, de 1930 a 1945, os países da América do Sul são ao mesmo tempo a presa e o teatro. A sucessão da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos e a substituição de metrópole que então se efetua afeta inicialmente os setores extrovertidos da sociedade do subcontinente. Sob este ângulo, as burguesias e os exércitos, por razões somente em parte diferentes, estão diretamente ligados à conjuntura internacional e às disputas externas. Isto não significa, entretanto, que aceitamos as explicações nutridas na história conspirativa que às vezes se propõem. É pouco provável, efetivamente, que na revolução liberal de 1930, no Brasil, a velha oligarquia tenha exprimido os interesses estabelecidos do capital britânico, enquanto os revolucionários tenham representado o capital americano em expansão, ou que, na Argentina, Uriburu tenha derrubado Yrigoyen em benefício das sociedades petrolíferas norte-americanas. Contudo, as simpatias pró-alemãs dos exércitos argentino e boliviano ou do estado-maior brasileiro a partir de 1939, além das razões que vimos acima, são inseparáveis dos esforços de Berlim para neutralizar os países virtualmente aliados do campo inimigo. O que prova antes de tudo que, desde esta época, os exércitos se tornaram uma força política chave no equilíbrio das nações latino-americanas – o que os Estados Unidos perceberão e do que tirarão proveito a partir do final da guerra. Enquanto antes do conflito mundial os países do subcontinente dependiam militarmente da França ou da Alemanha e economicamente da Grã-Bretanha, depois de 1945 os Estados Unidos impuseram uma dependência cumulativa nesses dois setores, sancionando assim as novas equações políticas latino-americanas e a escalada do poderio dos militares.

NOTAS

1. LAMBERT (Jacques), *Amérique Latine, structures sociales et institutions politiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963, p. 268.

2. Ver FURET (François) e RICHET (Denis), *La Revolution Française*, Verviers, Marabout, 1979, pp. 23-24.

3. Para uma discussão crítica destas orientações, ver PINHEIRO (Paulo Sérgio), "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política", *Revista Mexicana de Sociologia*, abril-junho, 1975, pp. 445-475, assim como CAVAROZZI (Marcelo), *Populismo y Partidos de clase media (notas comparativas)*, Buenos Aires, 1976, Documentos CEDES/G. E. Clacso nº 3 (mimeo).

4. Para dados mais precisos sobre estes movimentos, ver ROUQUIE (Alain), *Pouvoir militaire et société politique en République Argentine*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978, cap. 3.

5. REYNOLDS (Gerard Francisco), *La Revolution del 6 de septiembre de 1930. Acción militar*, Buenos Aires, Ismael Colombo, 1969, p. 11.

6. YRIGOYEN (Hipólito), *Pueblo y gobierno*, 4, Mensajes, Buenos Aires, Raigal, 1953, p. 322.

7. Para uma abordagem comparativa sobre este aspecto, leia-se o artigo de Hector ALIMONDA, "Paz y administración", "orden e progresso": notas para um estudio comparativo de los Estados Oligárquicos argentinos y brasileños" (a publicar).
8. Ver BEDREGAL (Guillermo), *Los militares en Bolivia, Ensayo de interpretación sociológica*, La Paz, 1971, pp. 63-66 e CAMACHO P. (Alfonso), "Bolivia: militares en la política", *Aportes*, out. 1971, pp. 63-73.
9. Com o apoio das forças políticas tradicionais, Sanchez Cerro é eleito presidente em 1931, contra o chefe da APRA, Haya de la Torre. Em 1932, os apristas se sublevam em Trujillo, ao norte do país, e massacram, oficiais. Sanchez Cerro desencadeia contra eles uma repressão sangrenta e feroz. Sobre as relações da APRA com o sistema político e os militares, ver KLAREN (Peter F.) *Modernization dislocation and apismo* (origins of the peruvian aprist party; 1870-1932). Austin, Institute of Latin American Studies, 1967, cap. 7.
10. Cf. BOURRICAUD (François), *Pouvoir et société dans le Pérou Contemporain*, Paris, Press de la F.N.S.P., 1967, pp. 280-284.
11. Ver JOXE (Alain), *Las fuerzas armadas en el sistema político de Chile*. Santiago, Editorial Universitária, 1970, pp. 70-72.
12. Cf. CUEVA (Augustin); *El proceso de dominación política en Ecuador*, Quito, Soliterra, 1974, p. 19.
13. Ver MARTINS (Luciano), *Pouvoir et développement économique. Formation et évolution des structures politiques au Brésil*, Paris, Editions Anthropos, 1976, pp. 93-94 e FLYNN (Peter), *Brazil: a political analysis*, Londres, Anchor Press, 1978, p. 43.
14. Ver o trabalho de JOSÉ MURILO DE CARVALHO, "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", *Cadernos do Departamento de Ciências Políticas*, março 1974 (Belo Horizonte), pp. 114-188 e, na mesma perspectiva, o estudo de Manuel DOMINGUES NETO, "L'influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l'armée brésilienne (1889-1930)" in ROUQUIE (Alain) et al. *Les partis militaires au Brésil*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, cap. 3.
15. GÓIS MONTEIRO (General), *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército* (Esboço histórico), Rio de Janeiro, Anderson, p. 163.
16. Conforme as observações de PRESTES e as reflexões *a posteriori* de LINS DE BARROS (João Alberto), *Memórias de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 219.
17. FLYNN (Peter), *op. cit.*, p. 61.
18. LAMBERT (J.), *Amérique Latine, op. cit.*, pp. 291-294.
19. NEEDLER (Martin C.), *Political development in Latin America*, New York, Random House, 1966, p. 65.
20. É a tese que defende Ilam RACHAM em seu artigo "From young rebels to brokers of national politics: the tenentes of Brazil (1922-1967)", *Boletim de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, (Amsterdam), dezembro, 1977.
21. KLEIN (Herbert S.), *Orígenes de la revolución nacional boliviana: la crisis de la generación del Chaco*, La Paz, Juventud, 1968. p. 277.
22. GÓIS MONTEIRO (General), *op. cit.*, p. 158 e p. 183.

23. URIBURU (General Eduardo J.), "El equipamiento de las fuerzas y su relación con el desarrollo nacional", *Estrategia*, novembro 1971 – fevereiro 1972, pp. 98-99, onde se pode ler: "Eu sou daqueles que querem um Estado nacional-socialista"...

24. Segundo as fórmulas de um dos mais impetuosos fundadores do M.N.R., Augusto CESPEDES, em *El presidente colgado*, Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1966, p. 14.

25. Sobre os limites do reformismo militar, indicamos ao leitor o nosso artigo: "Le camarade et le commandant: réformisme militaire et légitimité institutionnelle", *Revue Française de Science Politique*, junho, 1979.

**A INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA E O EXÉRCITO
BRASILEIRO, 1905-1945**

Frank D. McCann

Tradução de Lúcia Hippólito

Na primeira metade do século XX, os sistemas militares alemão, francês e americano tiveram influência no Exército brasileiro. Cada um teve sua época de preponderância; os alemães, antes da Primeira Guerra Mundial; os franceses, no período entreguerras; e os americanos, durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Enquanto que para o historiador é conveniente periodizar as sucessivas ondas de influência, na verdade elas não se substituíram completamente; ao contrário, se interpenetraram. Cada uma das três influências estrangeiras encontrou resistência, mas se fez sentir de várias maneiras: material, organizacional, tática e psicologicamente.

O fascínio pela modernização, que era entendida como europeização, conduziu o Exército brasileiro a procurar assistência externa. O Brasil não foi o único a agir assim. Japoneses e turcos contrataram conselheiros alemães para criar exércitos modernos, no final do século XIX. Na América do Sul, a década de 1890 presenciou missões alemãs remodelando o Exército chileno, que chegou a ter um oficial alemão na chefia de seu Estado-Maior. Depois da Primeira Guerra, missões francesas dirigiram e treinaram o Exército polonês e o tcheco, além da força aérea japonesa. As potências européias – e mais tarde os americanos – consideravam as missões militares de treinamento parte da parafernália de suas relações exteriores. Logicamente, o treinamento conduziria à compra de armas e equipamento, assim como ao aumento de relações comerciais mais abrangentes. As potências estrangeiras utilizaram as missões militares com o objetivo de atrair as nações que as contratavam para suas esferas de influência. Nesse processo, essas potências introduziam suas idéias e sua vigilância nos conselhos mais fechados das nações contratantes; a missão militar era um instrumento de grande penetração de poder*.

O caso brasileiro é interessante por várias razões. Muitas das questões fundamentais – modernização, segurança, nacionalismo, organização da sociedade, relações entre civis e militares, política externa – envolvidas nos outros casos são igualmente encontradas no brasileiro. Assim, a experiência brasileira com treinamento militar estrangeiro corresponde a um amplo fenômeno histórico.

* Frederick M. Nunn, *The Military in Chilean History, Essays on Civil-Military Relations, 1810-1933* (Albuquerque, 1976); Ulrich Trumpener, *Germany and the Ottoman Empire, 1914-1925: French Czechoslovak-Polish Relations from the Paris Peace Conference to Locarno* (Minneapolis, 1962); Captain M.D. Kennedy, *The Military Side of Japanese Life* (London, 1924).

Embora, da perspectiva historiográfica brasileira, seja tentador afirmar que a busca de assistência militar externa refletia um complexo de inferioridade nacional, parece claro que os brasileiros seguiram o critério convencional ao procurar o *know-how* militar que lhes faltava. Se japoneses ou chilenos puderam fazer isso, com grandes benefícios militares, por que os brasileiros não poderiam fazer o mesmo? Na verdade, tiveram até mais sucesso que os chilenos, turcos, tchecos ou poloneses, na preservação da sua integridade de comando. Enquanto esses quatro exércitos ficaram às vezes subordinados a comandantes franceses ou alemães, os brasileiros foram relativamente vitoriosos, preservando seu controle e limitando os oficiais estrangeiros a funções de treinamento ou assessoria. Como será visto adiante, os franceses procuraram expandir sua esfera de ação no sentido de incluir o controle do Estado-Maior e de assuntos delicados, como promoções e planos de guerra. Na Polônia e na Tchecoslováquia eles não só supervisionaram o treinamento, como forneceram comandantes de unidades, oficiais de Estado-Maior e chefes de Estado-Maior! Tal como nesses casos, os franceses encaravam o Brasil como uma extensão do sistema de alianças que tentava refrear a Alemanha, neste particular através da contenção de seu representante argentino.

Este trabalho apresenta um aspecto da grande disputa de poder pelo Brasil. Apesar de se tratar apenas de uma fatia da luta por influência, mercados e recursos naturais, trata-se de um aspecto que os historiadores têm desprezado. Minha intenção inicial era examinar a influência americana no Exército brasileiro, mas tornou-se claro que essa experiência particular era parte de um modelo maior, cujos contornos eram vagos. Devido ao limite de espaço, não focalizei o conteúdo intelectual das influências estrangeiras, mas tentei reconstituir a maneira pela qual uma substituiu a outra como força principal. As fontes são inteiramente brasileiras e americanas, extraídas dos respectivos arquivos militares. Seria extremamente útil ter estudos mais detalhados utilizando arquivos alemães e franceses, assim como a vasta documentação da Missão Militar Francesa existente no Arquivo do Exército.

Na área militar, a Revolução de 30 gerou um desligamento gradual da França e laços mais estreitos com os Estados Unidos. Os revolucionários de 1930 eram hostis à Missão Francesa, mas descobriram que a inércia institucional era tamanha que não puderam dispensá-la rapidamente. Nem os americanos ou os alemães ofereceram uma alternativa viável até depois de meados da década. E enquanto os franceses monopolizaram as funções de assessoria e quase todos os níveis de treinamento de oficiais de armas de combate (infantaria, cavalaria, artilharia de campanha), as deficiências francesas no treinamento de oficiais de serviços (engenharia, artilharia de costa, aviação, quartel-general, sinalização e medicina) e na qualidade de suas armas e equipamentos abriram o caminho para a competição americana e alemã.

A experiência francesa em treinar forças militares coloniais em ambientes tropicais aliada a seu conhecimento de operações defensivas parecia ser, durante

os anos 20, uma importante vantagem. Entretanto, durante a década seguinte tornou-se óbvio que a tecnologia e a indústria bélica teriam um papel na próxima guerra mundial ainda maior do que tinham tido na anterior. A França simplesmente não seria capaz de competir com o poderio industrial da Alemanha e dos Estados Unidos. E os oficiais brasileiros descobririam que, por maior que fosse sua romântica admiração pela tradição militar prussiana, não faria muito sentido estreitar os laços com o Exército alemão, porque os alemães não conseguiriam o domínio dos mares ou do espaço aéreo e, por conseguinte, não poderiam fornecer armamento. O caso do navio *Siqueira Campos*, em 1940, bloqueado pela Marinha britânica quando trazia armas alemãs para o Brasil, seria uma lição amarga sobre a importância de uma linha segura de abastecimento. No final de 1944, os brasileiros estariam lutando contra as longamente admiradas forças alemãs nas vertentes montanhosas da Itália.

A história das relações militares Brasil-Alemanha recua à primeira década do século. A destruição das unidades do Exército brasileiro em Canudos (1897), o canhestro desenvolvimento durante a crise do Acre, o pesadelo de potências se apoderando da Amazônia e a desconfiança em relação à Argentina produziram reivindicações entre líderes militares e alguns civis, como Rio Branco, de reformas e fortalecimento do Exército. Como parte dos esforços para aperfeiçoar a educação militar, três grupos de oficiais brasileiros passaram dois anos em regimentos alemães, entre 1905 e 1912. Em 1908, enquanto assistiam às manobras do Exército alemão como convidados do governo imperial, o ministro da Guerra (marechal Hermes da Fonseca) e o general Luís Mendes de Moraes negociaram um acordo para que uma missão alemã treinasse o Exército brasileiro¹.

Embora o acordo jamais entrasse em vigor, a influência alemã nas táticas, na organização, nos hábitos e no armamento do Exército brasileiro permaneceria por algum tempo. O número relativamente pequeno de oficiais treinados na Alemanha influenciaria o pensamento dos então e futuros oficiais, através de seus artigos na *Revista Militar*, no *Boletim do Estado-Maior*, em *A Defesa Nacional* e em jornais, como o *Jornal do Comércio* (Rio). Em 1916, esses oficiais criaram, a chamada “Missão Indígena”, que dava instrução aos cadetes da Escola Militar; também contribuíram decisivamente para que fossem reescritos os regulamentos do Exército, dentro de uma linha alemã. Como observou Estêvão Leitão de Carvalho, a doutrina alemã predominou no Exército brasileiro².

Deve-se observar que, dos 34 oficiais que serviram no Exército alemão, 15 ainda estavam na ativa em 1931; destes, cinco foram promovidos a general-de-brigada ou de-divisão (15%) sob o regime de Vargas, e os outros oito terminaram suas carreiras como coronéis (24%). Estudos detalhados seriam necessários para se determinar a natureza e a longevidade da influência alemã, mas parece haver evidências suficientes para sugerir que, pelo menos, algumas atitudes favoráveis aos alemães e seu sistema militar nos anos 30 resultaram dos esforços daqueles

oficiais e de seus discípulos, a despeito do trabalho da Missão Militar Francesa durante a década de 1920.

Nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, os interesses militares americanos, alemães, franceses e ingleses colidiram no Brasil. Estavam em jogo os contratos para o fornecimento de armas e equipamento de fortificação. Em 1912, o adido militar americano insistiu com o Departamento de Estado para que convidasse oficiais do Exército e da Marinha brasileiros para estagiar na Coast Artillery School, em Fortress Monroe, Virgínia. Os alemães e os ingleses levariam a melhor na disputa pelos contratos para a construção do sistema de defesa do litoral brasileiro. A Krupp já tinha recebido encomendas de algumas baterias, e o adido americano advertiu que seria necessário “um trabalho rápido e organizado para pôr fim à influência alemã”³.

Entre 1912 e 1914, americanos e alemães tentaram convencer os brasileiros da superioridade de suas armas. Os americanos se queixavam de que os brasileiros pareciam “receosos de adquirir material bélico fora da Alemanha” e que o presidente Hermes da Fonseca estava “excessivamente enredado pelas promessas alemãs”. Pior ainda, corriam rumores de que a Krupp tinha subornado os membros da comissão de seleção de armamentos, e tinha solicitado e conseguido cópias dos projetos das fortificações brasileiras, antes de fazer um acordo para a venda de armamento. Do ponto de vista americano, a posse desses projetos colocava as defesas do Brasil à mercê da Alemanha. O adido americano fez ver ao Departamento de Estado que os Estados Unidos “poderiam combater melhor a agressão alemã ao Brasil, assegurando a adoção do sistema americano de defesa do litoral, com o conseqüente fornecimento de munição, e tornando o Brasil independente da Alemanha e forte para se defender de ataques que viessem do Atlântico”. Tal arranjo possibilitaria melhores relações comerciais e diplomáticas entre os dois países. Além disso, beneficiaria também os interesses defensivos e comerciais americanos, por causa da “demanda constante e segura de material bélico e acessórios para o litoral, por muitos anos à frente”, o que permitiria aos fabricantes americanos realizar uma economia de escala, reduzindo o tempo e o dinheiro que as forças americanas teriam que gastar para obter seu próprio material⁴.

As autoridades militares alemãs, francesas e inglesas provavelmente consideraram os benefícios das vendas de armas ao exterior de um ponto de vista semelhante. Para os brasileiros, somente no último quartel do século seu nível de industrialização lhes permitiria pensar dessa forma.

A despeito dos esforços americanos em fazer publicidade dos canhões da Bethlehem Steel, o compromisso do Brasil com a Alemanha se mantinha firme. A ameaça de guerra que se avolumava na Europa não foi suficiente para impedir o Exército de encomendar na Alemanha – e pagar parcialmente – 30 baterias de

canhões de 75mm e um estoque de metralhadoras. Entretanto, o Exército demonstrou ter feito uma má escolha, quando o início das hostilidades impediu o embarque do material em Hamburgo⁵.

Para aperfeiçoar o desempenho militar no Brasil, o ministro da Guerra, general José Caetano de Faria, enviou duas missões ao exterior, durante a guerra: uma à Europa, para observar os efeitos do conflito na “arte da guerra”⁶, e a outra para os Estados Unidos, “para realizar estudos e procurar adquirir o material que nos falta”. No final de 1917, esta missão se instalou na cidade de Nova Iorque, encontrou-se com industriais e visitou fábricas de material bélico e arsenais do Exército. Tinha sido autorizada a contratar um químico metalúrgico e um especialista em projéteis para o arsenal do Rio de Janeiro, e a adquirir uma grande variedade de armas, equipamento e maquinaria. Alguns oficiais americanos suspeitavam que a missão abrigava um espião alemão mas, embora um oficial tivesse estagiado na Alemanha sete anos antes, não houve qualquer evidência de que algum dos brasileiros estivesse colhendo informações para outro uso que não o seu próprio.

O Departamento de Guerra auxiliou a missão, explicando que a indústria bélica mal podia atender à demanda das forças americanas e aliadas e, por isso, poderia fazer muito pouco para garantir munições ou maquinaria para os brasileiros. Aparentemente, o embaixador americano no Rio de Janeiro, Edwin S. Morgan, estava muito pouco entusiasmado com a missão, porque tinha advertido o Departamento de Estado de que a maior parte daquilo que os brasileiros obtivessem *não* ajudaria o esforço de guerra aliado. A guerra já teria terminado, previu ele, antes que a artilharia de costa desejada pelos brasileiros pudesse ser instalada e, portanto, seria utilizada para “defesa geral e não contra a Alemanha”. Havia, disse ele, um “forte preconceito popular” contra o envio de tropas à Europa, e maior contribuição do Brasil poderia ser no âmbito do fornecimento de produtos alimentícios em bases comerciais⁷. Como aliados formais, os líderes do Exército julgaram que as armas e munições aliadas estavam fora de seu alcance. A lição dessa experiência na Primeira Guerra Mundial desempenharia importante papel na decisão de tomar parte ativa na Segunda.

Ao final da Primeira Guerra, a política americana não era favorável a um estreitamento de laços entre os dois exércitos. Como parte da disputa mundial com os ingleses, Washington decidiu que a influência política e o prestígio comercial americanos lucrariam muito com a eliminação da influência inglesa na Marinha brasileira. E, apesar de o Departamento de Estado preferir que o treinamento dos exércitos latino-americanos “fosse realizado pelos Estados Unidos do que por governos europeus”⁸, predominou a opinião do embaixador Morgan, a de que uma missão militar francesa obteria resultados mais rápidos que qualquer outra e não prejudicaria os interesses americanos⁹. Assim, tornou-se um dogma para a política americana, até o final dos anos 20, não tentar atrair o Exército brasileiro para os Estados Unidos.

Na verdade, as ações americanas eram ambivalentes. Aparentemente, o ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar, tinha expressado sua admiração pela mobilização rápida e pelo treinamento eficaz do Exército americano, bem como pelo desenvolvimento de sua enorme força transoceânica. Diante da observação do ministro de que oficiais brasileiros deveriam estudar nos Estados Unidos onde, disse ele, adquiririam idéias práticas e aprenderiam alguma coisa além de táticas teóricas, o Departamento de Estado se sentiu compelido a convidar o Brasil a enviar alguns oficiais para as escolas militares americanas em 1920. Não obstante, instruções ao adido militar americano no Rio afirmavam que ele *não* deveria estimular a execução prática do convite! Assim, os Estados Unidos enviaram uma missão para a Marinha brasileira e deixaram o Exército, cada vez mais poderoso, para os franceses.

Estes foram menos generosos e espalharam histórias que os apontavam como os responsáveis pela transformação de inexperientes rapazes do meio rural americano nos intrépidos vencedores de Chateau Thierry e Bois de Belleau. Como resultado, um observador americano se queixava de que os brasileiros passaram a “duvidar de que nós pudéssemos ensinar-lhes muita coisa sobre a ciência militar”¹⁰.

A missão brasileira de observação, que tinha estado na França durante a guerra, resultou na vinda ao Brasil, em 1918, de um grupo de treinamento de aviação e, no ano seguinte, na assinatura de um contrato para a vinda de uma missão de larga escala. No início de 1920, cerca de 30 oficiais franceses, chefiados pelo general Maurice Gamelin, assumiram o controle efetivo da instrução militar em todos os níveis, com exceção da Escola Militar. O Exército brasileiro estava sendo refundido segundo o modelo francês, para tristeza dos militares mais nacionalistas e daqueles que estavam convencidos da superioridade do equipamento e dos métodos alemães. Os franceses enfatizaram a experiência direta, inspecionando manobras dos regimentos em condições de campanha, no Rio Grande do Sul e no Vale do Paraíba¹¹.

Os observadores americanos estavam favoravelmente impressionados com a seriedade dos instrutores franceses e os elogiavam por “submeter os oficiais-alunos brasileiros a um trabalho duro”¹². Mas os críticos brasileiros objetavam que os franceses eram excessivamente exigentes e severos com os oficiais-alunos. Eles acusavam os franceses de “considerar ruim tudo o que encontravam e procurar, com suas inovações, revolucionar completamente nossos hábitos militares”¹³. E, como era de se esperar, embora o contrato rezasse que o governo brasileiro daria preferência aos produtos franceses, os militares franceses insistiam na compra exclusiva de armas e equipamentos franceses, afirmando, compreensivelmente, que a Missão seria mais eficaz com eles. Entretanto, houve repetidos relatos de propinas pagas a membros da Missão, que facilitaram as compras. Infelizmente, parte do equipamento não era novo e estava estragado, como as

máscaras contra gases, que já vinham com manchas de sangue e buracos. Um jornal classificou sumariamente o armamento francês de “ferro velho”¹⁴. Os críticos não viam com bons olhos as peças francesas de artilharia, Saint-Chamont e Schneider, que tinham linhas de tiro menores do que os fabricantes pretendiam, e alguns as julgavam inferiores às velhas peças Krupp do Exército¹⁵.

Os aviões Nieuports e Brequets e a qualidade da instrução francesa no Campo dos Afonsos começaram a ser particularmente criticados à medida que crescia o número de acidentes e mortes dos pilotos brasileiros. Provavelmente o moral dos aviadores não melhorou quando o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, atribuiu os acidentes ao “denodo”, “audácia”, “imprudência”, “excesso de arrojo” e “injustificada impaciência de suas vítimas”¹⁶.

Talvez o problema mais sério fosse a dificuldade de alguns oficiais de trabalhar com os franceses. Em 1921, o respeitado chefe do Estado-Maior, general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, demitiu-se porque sentiu que o general Gamelin estava usurpando sua autoridade. A demissão levou mais de cem oficiais a organizar uma manifestação de desagravo, mesmo depois de serem ameaçados com uma punição disciplinar, se o fizessem¹⁷. A doença e a morte do general Bento Ribeiro, em agosto de 1921, não permitiram que ele se tornasse o ponto de aglutinação para uma futura oposição, mas a insubordinação de 1921 foi um sinal indicativo da crescente inquietação da oficialidade. A intrincada campanha presidencial finalmente conduziria à rebelião declarada em 1922. A Revolução de 1930 já aparecia no horizonte.

Isto não quer dizer que os franceses tivessem provocado a agitação no corpo de oficiais; mas contribuíram inconscientemente para ela, polarizando os espíritos no Exército. “Para um observador imparcial, os ataques pareciam injustificados”, escreveu o adido americano. “A Missão Francesa é formada por soldados muito competentes que estão trabalhando sinceramente para transformar o Exército brasileiro”¹⁸. Sinceridade à parte, a presença da Missão foi um fator decisivo na política interna do Exército. Talvez os rebeldes de 1922 estivessem exprimindo mais do que frustração quando lançaram ao mar o novo canhão leve de 75mm que St. Chamond tinha enviado ao Brasil para testes¹⁹. Em 1927, numa análise sumária do trabalho da Missão Francesa, o adido americano observou que era curioso “que o elemento que apoiava fortemente a Missão no tempo de sua instalação era o elemento jovem e “progressista” do Exército, pois os oficiais mais velhos temiam os resultados de modernizações em seus projetos pessoais e estavam evidentemente duvidosos de sua capacidade para se adaptar ao modelo francês; considerando que, atualmente, os maiores entusiastas da Missão são os oficiais mais velhos, e o elemento jovem começou a se irritar com a tutela, quer parecer que os brasileiros já tiveram suficiente instrução estrangeira e agora podem continuar sob sua própria orientação”²⁰.

Já em junho de 1924, o chefe do Estado-Maior, general Augusto Tasso Fragoso, apesar de cheio de elogios para o trabalho da Missão, afirmou que discordava dos planos de Gamelin para a divisão de infantaria. Era muito pesada para “uma guerra de movimento, como as que teremos que enfrentar com qualquer de nossos prováveis inimigos”. Mas, a despeito de querer uma divisão mais leve, ele pensou que seria melhor deixar que a doutrina francesa se firmasse antes de empreender uma mudança, talvez nos próximos dois ou três anos. Ele também pensou que, dentro de poucos anos, seria interessante rever o curso da Escola de Estado-Maior, conferindo-lhe um “ponto de vista abertamente nacional, isto é, levando em consideração nossas necessidades e a natureza especial da preparação de oficiais” que quisessem fazer o curso. Claramente, Tasso Fragoso viu a Missão como um remédio temporário que o Brasil teria que tomar. Uma vez feito isto, poderia prosseguir com seus próprios medicamentos. Os franceses estavam no Brasil para fixar padrões, mostrar aos oficiais o que era um exército de classe internacional e não para criar uma dependência permanente. É impossível dizer como as coisas teriam funcionado se os levantes tenentistas não tivessem ocorrido. Entretanto, sem a agitação, provavelmente teria emergido uma instituição muito diferente.

Em meados da década, um certo descontentamento era evidente. Em fins de 1924, as autoridades paulistas dispensaram a missão francesa independente que vinha treinando a Força Pública estadual desde 1906. Os oficiais paulistas prosseguiram com o trabalho, à medida que o estado expandia a Força até 14.200 soldados, criando um “formidável exército” na “Prússia brasileira”. Se São Paulo forneceu o exemplo ao Exército, contratando os franceses em primeiro lugar, novamente apontou o caminho, na direção de uma solução mais nacional²². Até 1925, a Missão Francesa preparou 172 oficiais no curso de Estado-Maior. Tasso Fragoso declarou que, sempre que um desses oficiais aparecia em operações contra os tenentes rebeldes, havia um notável progresso. “Tudo o que aprenderam, eles colocam em prática com as necessárias adaptações”, escreveu ele. Se as tropas se tivessem comportado como suas lideranças, lamentava ele, e se tivessem sido apropriadamente equipadas, o futuro teria sido bem diferente. Mas o treinamento da tropa tinha sido “muito deficiente e irregular”²³. Embora os graduados no curso de três anos da Escola de Estado-Maior fossem bastante versados na aplicação teórica das doutrinas táticas, eles não as punham em prática e não passavam a informação adiante, para os homens nas fileiras. No final dos anos 20, o principal treinamento fornecido aos recrutas do Exército brasileiro foi a instrução de ordem unida, para que eles fizessem um papel bonito nas paradas; além disso, os sargentos que supervisionavam o treinamento inicial não sabiam muito mais do que isso. Apesar de toda a ênfase que os relatórios ministeriais de 20 anos antes davam à importância da pontaria, os recrutas ainda não tinham recebido uma instrução minuciosa de noções elementares de como atirar com um rifle. Na verdade, a prática limitada que receberam resultou em pouco mais do que desperdício de munição. O treinamento de técnicas de tiro na artilharia não foi

bem organizado ou coordenado, e não houve exercícios de tiro ao alvo. O treinamento da aviação estava paralisado, e os motores enferrujavam no Campo dos Afonsos, porque o governo temia que os pilotos pudessem bombardear o Palácio do Catete²⁴.

Talvez fosse indicativo da natureza das relações franco-brasileiras que o idioma principal fosse o francês, e que as deficiências dos militares brasileiros nessa área fossem tamanhas que, em 1926, Tasso Fragoso considerou urgente a criação de um curso de conversação em francês²⁵. Se se entendiam mutuamente ou não, os brasileiros resistiram a algumas idéias francesas e não permitiram que eles se envolvessem em certos assuntos. No início, os franceses elaboraram um plano para reorganização do Exército, baseado numa força de paz de 74.524 homens. Embora estivesse pronto no final de 1922, esse plano jamais foi testado, porque o Congresso se recusou a votar verbas suficientes para manter tamanha força e, durante toda a década de 20, milhares de jovens se recusaram a prestar serviço militar. O Exército brasileiro real era um pálido reflexo do Exército teórico. Pior ainda, os generais brasileiros não tinham a intenção de implementar um plano, mesmo que as circunstâncias o permitissem, que eles consideravam insuficientemente adequado às condições climáticas e geográficas do Brasil. Especificamente, eles contestavam o efetivo excessivamente pesado de artilharia de campanha, planejado para a divisão de infantaria. Na França, com as auto-estradas e estradas de ferro, a artilharia de campanha se movia com facilidade, mas com as estradas e picadas brasileiras, acidentadas e sujas, estas unidades ofereceriam muito pouco apoio e cooperação às operações da infantaria. Os brasileiros deixaram que o plano permanecesse apenas no papel, porque os conselheiros franceses defenderam vigorosamente sua obra. Mas mudanças importantes ocorreriam, uma vez que os franceses tivessem ido embora²⁶.

O general Tasso Fragoso vetou as tentativas francesas de se envolver nas operações e nos planos de guerra brasileiros. Em 1926, os franceses quiseram introduzir no curso de Estado-Maior um exame da situação militar do Brasil em relação a “certos países vizinhos”, estudando uma provável forma de ataque e a melhor reação por parte do Brasil. A princípio, Tasso Fragoso tentou persuadir o chefe da Missão, general Frédéric Coffec, de que o planejamento de operações era área de responsabilidade do Estado-Maior, e que o Brasil não tinha contratado a Missão para elaborar seus planos de defesa. Uma vez que os franceses não concordaram, Tasso Fragoso disse-lhes categoricamente que esta era uma “decisão do governo”. Talvez esse incidente tenha levado Tasso Fragoso a preparar seu próprio estudo detalhado sobre a situação estratégica do Brasil²⁷. Sua irritação com os franceses e seus esforços para melhorar a situação são evidentes em várias seções de seu *Relatório* sobre 1927 (datado de abril de 1928), especialmente as dedicadas aos problemas relacionados com a substituição do general Gamelin, o conteúdo do curso da Escola de Estado-Maior e as dificuldades em conseguir que o governo francês enviasse conselheiros com as qualificações especificadas no contrato²⁸.

Em abril de 1928, Tasso Fragoso recordou ao ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, que quando o governo convidou a Missão Francesa, a idéia era a de que ela ficaria alguns anos, e depois os brasileiros assumiriam a direção. Até então, cada instrutor francês tinha um ou mais assistentes brasileiros, que eles próprios escolhiam. Com o tempo, tornou-se claro que alguns oficiais franceses tinham deliberadamente evitado escolher militares altamente talentosos, porque, como Tasso Fragoso comentou, “quanto mais estes “assistentes” falhassem, maiores as possibilidades de permanência da Missão Francesa”. Além disso, a maioria dos escolhidos era jovem, portanto mais submissa e influenciável, considerando que Tasso Fragoso acreditava que o interesse brasileiro necessitava de oficiais mais velhos, que poderiam, mais tarde, ser colocados em posições mais altas. Para acelerar o processo de libertação em relação à Missão, ele insistiu no envio de oficiais talentosos para as escolas militares francesas.

Seu argumento em favor dessa instrução era surpreendente. “A vinda da Missão”, lamentava ele, “isolou-nos um pouco da Europa e, particularmente, da França”. Tudo o que eles sabiam veio através da Missão, que, aparentemente, desejava que as coisas permanecessem assim. Inicialmente, Gamelin tinha pedido que o Brasil não mandasse oficiais ao exterior, para reduzir o potencial de visões conflitantes. Mas “nosso interesse impõe precisamente a orientação oposta”: o serviço em escolas estrangeiras é a melhor maneira de saber exatamente como elas estão organizadas e como a instrução é fornecida. Por exemplo, somente depois que o capitão Francisco Gil Castelo Branco retornou da escola de cavalaria de Saumar, o Estado-Maior brasileiro obteve uma noção clara de como ela funcionava. E a volta do oficial, com um “diploma obtido depois de rigorosos testes e julgamento imparcial”, tinha um prestígio que lhe permitiria ensinar o que havia aprendido. Alguns oficiais como ele poderiam permitir que o Exército “se emancipasse dos instrutores franceses” e dispensasse a Missão “com maior segurança”²⁹.

No relatório do Estado-Maior para 1929, o novo chefe, general Alexandre Henriques Vieira Leal, fez um retrospecto do trabalho da Missão e sugeriu que seus dias estavam contados. Depois de afirmar que, em seus primeiros anos, os cursos da Escola de Estado-Maior tinham sido ministrados “mais metodicamente” do que no presente, ele enumerou seu declínio: história da estratégia e história militar passaram de 24 aulas em 1920 para uma em 1928; táticas de infantaria jamais teve uma orientação lógica, o curso mudava todos os anos; cartografia não tinha sido mais ensinada desde 1924; e transporte militar, mobilização e aviação foram abandonados ou tratados em duas ou três sessões por ano. As irregularidades eram tantas que ele propôs a criação do cargo de inspetor de instrução. Num nota mais leve, mas obviamente irritada, ele discordou do fato de que vários oficiais estendiam demais suas licenças, bi-anuais e remuneradas, na França. Num caso recente, um oficial tinha permanecido seis meses e meio em licença, em lugar dos quatro meses regulamentares. O general Vieira Leal afirmou que já era tempo de se

pensar em terminar o contrato³⁰. Assim, no final da década de 20, o Estado-Maior estava disposto a uma mudança.

Enquanto isso, os americanos vinham expandindo seu contato com o Exército. Já que os franceses dominavam o sistema escolar e as armas de combate, os americanos começaram a se mover dentro da área de serviços. Em 1925, o diretor do serviço médico do Exército, impressionado com a organização hospitalar americana, com a eficiência dos serviços médicos durante a guerra, particularmente com o controle das doenças venéreas no Exército, aproximou-se do adido militar para conseguir visitar as instalações do Exército americano. Recomendando que Washington enviasse um convite, Harry W. Brown, o encarregado que era o principal ponto de apoio do gabinete do adido, disse que “seria uma oportunidade de fortalecer nossa influência e oferecer assistência a uma nação amiga, que nunca tinha deixado de apreciar devidamente tais cortesias”³¹. No ano seguinte, o Exército enviou dois capitães para estudar os métodos americanos de fabricação de pólvora. Embora a viagem não tivesse sido arranjada através dos canais oficiais, a Diretoria de Material Bélico conseguiu que eles visitassem arsenais, exibiu e forneceu “especificações” para a fabricação de pólvora sem fumaça³².

Em julho de 1928, o tenente James Doolittle fez uma demonstração no Campo dos Afonsos, à qual o general Spire, chefe da Missão Francesa, chamou de “a mais fantástica exibição de perícia de voo” que ele jamais vira. Doolittle convenceu os pilotos do Exército brasileiro de que um aviador treinado pelo Exército americano era um aviador *par excellence* e que a aeronave Curtis Hawk era o avião de caça mais bem projetado e construído do mundo. O adido militar começou a receber pedidos de oficiais que queriam freqüentar as escolas de aviação do Exército americano. O ministro da Guerra tinha recusado os convites americanos anteriores (o último em 1923) porque não desejava introduzir doutrinas que pudessem competir com a francesa, mas agora o adido militar, major Lester Baker, notava que a influência da Missão Francesa não era mais “tão forte” e pedia instruções ao Departamento de Guerra. Este respondeu que era favorável “à admissão de oficiais de todos os países latino-americanos em nossas escolas e organizações militares”. Como o ministro da Guerra brasileiro tinha recusado os convites anteriores, um convite formal não “seria feito novamente”, mas “uma solicitação recebida do governo brasileiro para o envio desses oficiais a nossas escolas e organizações [seria] agradavelmente recebida” e influiria favoravelmente. Mais adiante, as instruções diziam: “Concordamos em que o contato com nossas escolas e nossos cadetes seria de grande interesse para os oficiais brasileiros e para as relações entre nossos respectivos governos”³³.

Os americanos eram sensíveis à importância de ter oficiais estrangeiros estagiando nos Estados Unidos. “De fato”, dizia um, “considero dos melhores métodos de propaganda”. Antes da Primeira Guerra Mundial, os oficiais

brasileiros que tinham sido enviados à França, Alemanha e Estados Unidos voltaram admiradores ardentes dos países onde tinham estagiado³⁴. E agora, quando alguns aviadores do Exército brasileiro se mostravam insatisfeitos com a Missão Francesa e queriam receber instrução e equipamento americanos, os Estados Unidos se dispuseram a assegurar essa oportunidade. O major Lester Baker envolveu-se discretamente numa espionagem e conseguiu uma cópia do contrato secreto franco-brasileiro, para ter informações exatas dos termos de renovação do subcontrato da seção de aviação, renovado a cada dois anos, em vez de quatro, como era a renovação do contrato da Missão. Ele advertiu o Departamento de Guerra de que o governo brasileiro se sentia na obrigação moral de não contratar qualquer missão militar estrangeira, a não ser técnicos para fábricas de material bélico, arsenais e serviços geográficos³⁵.

O incentivo à criação de elos mais estreitos entre os dois exércitos parece ter partido, de um lado, dos oficiais brasileiros interessados em treinamento especializado e daqueles oficiais insatisfeitos com o armamento francês e, de outro, de oficiais americanos convencidos da importância do Brasil para a defesa do hemisfério e de seu potencial como mercado para os Estados Unidos. Inicialmente, o embaixador Morgan não estimulou a substituição dos franceses pelos americanos. E os oficiais e os diplomatas americanos compreenderam que “a França se ofenderia mortalmente com a penetração americana no Exército brasileiro”³⁶.

Apesar das declarações dos relatórios oficiais brasileiros citados acima, publicamente os militares brasileiros geralmente exprimiam satisfação com a qualidade da instrução militar francesa. As reclamações permanentes eram sobre o empenho francês em se desfazer de material produzido na França. Os críticos afirmavam que os critérios do chefe da Missão eram de que o material fosse francês, não interessando se era ou não o melhor para as necessidades do Exército. Entretanto, em meados de 1930 havia indicações em comentários de jornais de que alguns oficiais ficavam mais e mais insatisfeitos da mesma forma com a qualidade da própria instrução. Um deles, escrevendo em *O Jornal* (Rio), como “observador militar”, considerou antiquados os métodos adotados na Escola Militar do Realengo e inadequados para produzir oficiais eficientes. Os franceses planejaram o curso de estudos e supervisionavam o programa de instrução, portanto essas críticas redundaram na condenação do trabalho da Missão. A crítica esperava que o presidente eleito, Júlio Prestes, tivesse adquirido algumas idéias reformistas durante sua recente visita a West Point³⁷.

A Revolução de 1930 eliminou aquela possibilidade; não obstante, a mudança estava para acontecer. Os tenentes, que vinham lutando contra o Exército orientado pelos franceses desde 1924, desejavam rescindir o contrato da Missão, ao passo que os oficiais do Estado-Maior queriam reduzir seu papel; sua sobrevivência deveu-se às circunstâncias especiais de 1931. A Missão Naval dos

Estados Unidos, que estava certa de ter seu contrato renovado em novembro de 1930, caiu repentinamente em desgraça, quando o governo Hoover se recusou a reconhecer a beligerância das forças revolucionárias. Isto forneceu aos opositores dos franceses a oportunidade de pedir a retirada de todos os conselheiros estrangeiros. Mas mesmo os revolucionários freqüentemente consideravam que não eram inteiramente livres para fazer o que desejavam. Eles puseram fim à Missão Naval Americana para demonstrar seu descontentamento com os Estados Unidos, mas a Missão Francesa era outro assunto. O contrato não poderia ser desfeito antes de setembro de 1931, a menos que o governo pagasse uma indenização correspondente a um ano de salários e licenças, mais os custos de passagens e transporte marítimo – um dispêndio que o Governo Provisório, em má situação financeira, decidiu evitar. Além disso, o Itamarati considerou que a renovação do contrato poderia ser apresentada como um incentivo a que Paris renovasse o tratado comercial entre os dois países, que também expiraria em setembro de 1931, e que os franceses estavam dispostos a deixar caducar. Aparentemente, o governo Vargas concluiu que a continuação da Missão Militar era o preço que teria que pagar para preservar o acesso competitivo do café brasileiro ao mercado francês. Entretanto, o contrato para 1931 reduziu a Missão, de cerca de 70 homens para seis, e eliminou a seção de aviação, apaziguando, dessa forma, os críticos. O novo chefe da Missão, general Huntzinger, depois de vários meses de dedicação, melhorou suas relações com os brasileiros³⁸.

Em julho de 1932, a tensão resultante da revolução e suas conseqüências conduziu a uma rebelião de larga escala em São Paulo, com oficiais treinados por alemães e franceses em ambos os lados. A Força Pública, naturalmente tinha sido treinada pelos franceses, enquanto que os comandantes constitucionalistas, general Bertoldo Klinger e coronel Euclides de Figueiredo, tinham estagiado na Alemanha e introduzido métodos alemães no Exército. Sua derrota para as forças comandadas pelo general Pedro de Góis Monteiro, um aluno brilhante da Missão Francesa, não pode ser atribuída à força ou fraqueza de cada uma das influências. Mas a revolução paulista revelou as deficiências de combate do Exército. A crítica de Tasso Fragoso, de quatro anos antes, de que a divisão de infantaria era pesada demais e impossível de manobrar, demonstrou-se correta. E a companhia de tanques, que poderia ter aberto brechas rapidamente nas linhas paulistas, tinha sido desmobilizada em fevereiro de 1932, porque os tanques franceses se tinham deteriorado a tal ponto que estavam todos fora de ação³⁹. A precariedade do sistema de suprimentos do Exército e a crucial importância da aviação tinham sido amplamente demonstradas.

Durante a luta, o governo Vargas adquiriu 137 aviões militares e comerciais, da United Aircraft e da Waco, na maior compra de material bélico desde os dois encouraçados, em 1910; a aquisição significou a rejeição do material francês. Em abril de 1933, o governo enviou uma delegação de seis aviadores aos Estados Unidos para que se familiarizassem com o conhecimento técnico necessário para

utilizar e conservar adequadamente os aviões. Eles estavam ansiosos para observar a organização de terra americana, o funcionamento dos esquadrões e grupos e para ver o mais moderno equipamento aéreo militar. O adido militar viu a oportunidade “de fortalecer a posição... dos fabricantes americanos de aviões, cujo longo esforço para quebrar o monopólio francês tinha sido finalmente coroado de êxito”. Ele enfatizou que os brasileiros eram normalmente mais interessados na qualidade do equipamento do que no seu preço. Ele pensou que se a força aérea do Exército adotasse uma política de “estimular esses oficiais brasileiros a inspecionar o equipamento e aprender nossos métodos de instrução, isso traria futuros dividendos para o País”⁴⁰.

Os representantes comerciais americanos foram estimulados e envolvidos numa recepção adequada aos oficiais. Uma carta típica insistia em que o Departamento de Guerra auxiliasse “materialmente na promoção do equipamento da força aérea americana (SIC)”, argumentando que “mil e uma coisas feitas oficial ou semi-oficialmente impressionariam os brasileiros, a fim de que nenhuma encomenda futura fosse desviada para a Europa... “Sei o que teria feito a força aérea inglesa ou a francesa ou a italiana, se estes homens tivessem ido para aqueles países. Certamente, nosso Exército não faria menos. Não há outro povo no mundo com quem a cortesia e o tratamento amigável consigam tanto como com os brasileiros. Nós temos tudo para dar-lhes isto; assim, deixem-nos fazer um bom trabalho enquanto temos oportunidade ... Está mais do que na hora de pararmos de andar com cautela; devemos atacar a Europa do mesmo modo que ela nos ataca. Isso mesmo”⁴¹!

A visita teve resultados confusos. Os Estados Unidos estavam enfrentando a depressão. Muitos oficiais da força aérea participavam do Civilian Conservation Corps (CCC); assim, havia pouca atividade e praticamente nenhum treinamento nas principais bases aéreas. A Air Corps Tactical School tinha terminado seu período escolar, impedindo os brasileiro de ver a escola em funcionamento. Além disso, suas visitas às instalações da Curtis-Wright, Martin, Fairchild, United e Waco foram limitadas a poucos dias para cada uma. Isto fez com que vários oficiais retornassem ao Brasil se queixando de que os americanos não lhes tinham dado tempo suficiente para aprender qualquer coisa importante. Muitos deles começaram a fazer propaganda do material europeu. As queixas desorientaram o Estado-Maior do Exército americano, porque seus membros tinham discutido o programa da visita com representantes brasileiros e tinham tido a impressão de que os arranjos eram satisfatórios. Ademais, o secretário da embaixada brasileira tinha dito ao oficial de ligação do Exército que o major Plínio R. de Oliveira tinha expressado seu prazer pela atenção do Exército, dizendo que tinha sido tratado “como um rei” em todos os lugares onde tinha estado⁴².

Durante os anos de 1932 e 1933, pode ser que os brasileiros se tenham voltado para os Estados Unidos pela falta de acordo nas paralisadas trocas comerciais com

os franceses. Uma vez que o acordo foi atingido, em meados de 1934, os franceses iniciaram uma campanha para reconquistar o Brasil enquanto consumidor, convidando o ministro da Guerra a enviar sete aviadores brasileiros à França para treinamento, e concedendo a Legião de Honra a 12 influentes oficiais, inclusive o ministro da Guerra, Góis Monteiro; o chefe do Estado-Maior, general Benedito Olímpio da Silveira; e o comandante da Aviação Militar, general Eurico Gaspar Dutra. O encarregado do gabinete do adido militar, Harry W. Brown, comentou que as condecorações “foram concedidas ‘por relevantes serviço à França’, não sendo especificado se esses serviços eram passados ou futuros”⁴³.

Assim que os sete oficiais embarcaram para a França, e dois outros – inclusive um que tinha participado do grupo enviado aos Estados Unidos – partiram para a Itália, o embaixador Morgan expressou a opinião de que o governo dos Estados Unidos deveria estimular visitas de militares. A política americana ainda exigia que a iniciativa partisse do governo dos oficiais, e não destinava verbas especiais para cobrir gastos de passagem ou estadia de oficiais estrangeiros. Enquanto os europeus estavam fazendo “um esforço declarado e determinado para se apoderar das encomendas brasileiras”, a política americana não “estava planejada para auxiliar os exportadores americanos a competir com os europeus”. Brown julgava “duvidoso que os aviões americanos pudessem manter uma vantagem apenas por seus próprios méritos”. Ele sugeriu que pilotos e mecânicos brasileiros fossem convidados a visitar fábricas americanas, para realizar um treinamento intensivo⁴⁴.

Esta se tornou a política do Departamento de Estado e do Estado-Maior do Exército, mas não foi prontamente aceita por todos os setores do Exército. Em 1934, por insistência do Departamento de Estado, o Air Corps Training Center concordou em admitir dois aviadores brasileiros – capitão Nélson Lavanère-Wanderley e capitão José Cândido Murici⁴⁵.

Não obstante, as várias escolas de treinamento freqüentemente recusavam estudantes estrangeiros, porque a experiência tinha demonstrado que, na maioria dos casos, “seu inglês era tão insuficiente que acabava por atrasar o resto da turma”. O oficial de ligação com os estrangeiros explicou que “a admissão de oficiais estrangeiros em nossas escolas não tem o propósito de ministrar educação a militares de um governo estrangeiro; mas tem meramente o objetivo de demonstrar nossa cortesia e amizade à nação em questão”⁴⁶.

A documentação nos arquivos de inteligência do Exército revelam o tratamento preferencial dado ao Brasil. Em grande parte, o responsável por isso foi o Departamento de Estado, interessado em estreitar relações. Em nível mais estritamente militar, os brasileiros contrataram uma pequena missão para treinar seu pessoal de artilharia de costa, em 1934. As “relações atuais”, extremamente amigáveis, inspiraram Sumner Welles a interceder com sucesso para que dois

oficiais brasileiros de comunicações visitassem a Signal School do Exército e a fábrica da General Electric em Schenectady, Nova Iorque, para auxiliar os planos do Exército brasileiro de instalar uma fábrica de material de comunicações⁴⁷. Mas mesmo o diretor da escola de artilharia de costa em Fortress Monroe teve de ser pressionado antes que concordasse em abrir uma exceção no regulamento, que proibia a admissão de estudantes estrangeiros. Começando em 1934, muitos pedidos estrangeiros foram negados, porque a maior parte dos países não dava permissão para que militares americanos freqüentassem suas escolas ou visitassem instalações de artilharia de costa. A exceção foi feita “em favor do Brasil... apenas porque temos uma missão de artilharia de costa lá, e a admissão em nossas escolas pode ser entendida como uma continuação do curso feito no Brasil”⁴⁸.

Uma situação parecida, no caso de um oficial-engenheiro que queria freqüentar os cursos de engenharia em Fort Belvoir, Virgínia, e visitar defesas portuárias mostrou a independência das subdivisões do Exército americano e a dificuldade de se desenvolver uma política unificada. Inicialmente, o comandante dos oficiais-engenheiros recusou os dois pedidos. O adido militar Sackville enviou um veemente pedido de reconsideração, informando que, desde a chegada da missão americana, ele era o único adido estrangeiro que tinha tido permissão para visitar as defesas de costa e arsenais por todo o Brasil; esta negativa ajudaria os franceses, com quem os americanos estavam competindo; e que o chefe da inteligência militar brasileira, que “pertence, dentro do Exército, ao grupo favorável a relações militares mais estreitas com os Estados Unidos do que com a Europa”, estava fortemente desapontado. Por causa das consequências funestas que adviriam de sua decisão, o comandante dos oficiais-engenheiros voltou atrás⁴⁹.

Em novembro de 1935, parecia que um consenso estava formado em pelo menos algumas seções do Departamento de Guerra: o de que “do ponto de vista diplomático, é extremamente desejável que se assegurem todos os privilégios adequados ao governo brasileiro, já que o Brasil é o nosso amigo mais confiável na América Latina”. Uma discussão sobre o motivo pelo qual os oficiais brasileiros deveriam ser autorizados a freqüentar o curso de artilharia de costa terminou com a seguinte observação: A luta entre as nações pelo prestígio no Brasil é intensa, e alguns países europeus estão prontos para assegurar seus privilégios /de treinamentos/, tanto quanto outros, que estão além de nossa potência. O Brasil é o melhor amigo dos Estados Unidos na América Latina, e acreditamos que qualquer esforço que não contrarie nossos próprios interesses deverá ser feito para conservar esta amizade⁵⁰.

Em 1936 a força aérea do Exército americano tinha restringido o treinamento de oficiais estrangeiros. Por causa de uma escassez de aviões, mas mesmo assim seu comandante abriu uma exceção no caso do Brasil, “entendendo que esta exceção não seria vista como um precedente, quando fossem considerados os pedidos de

outros países para treinamento de vôo”⁵¹. Um dos fatores que apoiaram a atitude da força aérea foi o bom desempenho dos capitães Lavanère-Wanderley e Murici.

Do ponto de vista brasileiro, a qualidade do equipamento americano e a disposição de auxiliar o desenvolvimento das aptidões brasileiras eram considerações importantes. O major Ivan Carpenter Ferreira, que Tasso Fragoso tinha enviado à França para três anos de estudos na Escola Superior Aeronáutica, classificou o equipamento francês vendido ao Brasil de material para se jogar no lixo. Ele e outros aviadores do Exército brasileiro aprovaram o equipamento americano, porque gostaram dos hidroaviões fabricados nos Estados Unidos e do alto grau de padronização da construção de aviões e motores americanos. Exemplificando, praticamente todos os motores americanos utilizavam o mesmo tipo de magneto (ímã), enquanto as fuselagens, asas e suportes eram feitos de tubos de duralumínio, o que facilitava a substituição por peças brasileiras. O major Carpenter Ferreira insistia tanto na importância da qualidade que, depois de conversar com ele, o representante da força aérea na Glen L. Martin Co., em Baltimore, recomendou ao comandante da força: “É extremamente importante, do ponto de vista da defesa nacional, que as fábricas americanas de aviões não cometam os mesmos erros dos franceses; em outras palavras, o material fornecido ao exterior tem que ser de primeira classe e de um grau comparável àquele fornecido às forças americanas”⁵².

E a disposição americana de auxiliar os brasileiros na instalação de uma fábrica de aviões e na obtenção de conhecimentos em engenharia aeronáutica, em instituições como o Massachusetts Institute of Technology, inclinaram os aviadores brasileiros favoravelmente para os Estados Unidos.

O alto comando brasileiro estava encantado com a missão de artilharia de costa americana. A artilharia de costa brasileira aparentemente tinha recebido uma instrução francesa muito precária ou inexistente, mesmo sendo isto crucial para a defesa nacional. Chegando em maio de 1934, a missão de dois homens enfatizou a instrução prática com as baterias de artilharia existentes, as possibilidades de fabricação local e os exercícios de pontaria contra um alvo móvel. Inacreditavelmente, o Exército nunca tinha conseguido praticar com alvos móveis, porque não possuía mecanismos de controle de tiro apropriados. O alto preço dos sistemas de controle de tiro supostamente tinham impedido sua aquisição. Entretanto, é difícil explicar por que, nesse caso, o custo era um fator negativo, quando era aparentemente ignorado em outros. O capitão William D. Hohenthal conquistou a admiração dos brasileiros ao projetar e construir um sistema que poderia ser fabricado no Brasil. A prática de tiro ao alvo se tornou uma parte regular do treinamento. Ambos os exércitos estavam satisfeitos com os resultados da missão; o general-de-brigada José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, inspetor das defesas do litoral, comentou em seu relatório de 1936 que os membros da missão jamais demonstraram outro interesse que não o de transmitir seus conhecimentos. Eles

entenderam, disse ele, que “instruir e armar o Brasil é fortificar um país aliado ao seu pela amizade e pela geografia”. Os americanos encaravam a missão como um motivo de glória para o Exército americano, mas admitiam honestamente que, embora a artilharia de costa brasileira tivesse feito “tremendos progressos em eficiência”, ainda “levaria um longo tempo antes de atingir satisfatoriamente os padrões dos Estados Unidos”⁵³.

Deve ser mencionado também que, em 1936, os oficiais americanos estavam dividindo seu tempo entre o Centro de Instrução de Artilharia de Costa, na Fortaleza de São João, e a Escola Técnica do Exército, cujos diplomados estavam colocando as fundações da indústria bélica brasileira⁵⁴. Com estes esforços variados, os americanos forneceram não apenas transferência de conhecimentos (*know-how*), mas também uma transferência fundamental de habilidade para resolver problemas (*know-why*). Eles não estavam tão preocupados quanto os franceses em convencer os brasileiros a comprar material americano; provavelmente, pressupunham que isto se seguiria naturalmente.

A disputa franco-americana continuou durante toda a metade da década de 1930. Habitualmente, as duas missões não se convidavam para exercícios ou demonstrações. Os documentos americanos não indicam a existência de hostilidade, mas de competição com sua velha aliada. Os brasileiros tinham continuado a prática, iniciada sob Tasso Fragoso, de enviar oficiais eminentes para estudar na França, na École Supérieure de Guerre; na verdade, tornou-se hábito premiar dessa forma o oficial diplomado em primeiro lugar na Escola de Estado-Maior. Muitos desses homens atingiriam o generalato e poderiam exercer grande influência no Exército. Em 1936, por exemplo, foram os seguintes os escolhidos: major Nestor Penha Brasil, capitão Humberto de Alencar Castelo Branco, major Altair Eugênio Rosanyi e major Henrique B.D. Teixeira Lott⁵⁵. Dos quatro, apenas Rosanyi não conseguiu as divisas de general.

De outro lado, em meados da década de 30, a geração de oficiais que amadureceu antes da chegada dos franceses, em 1920, estava desaparecendo rapidamente e ia sendo substituída por outra, acostumada a encarar a presença dos franceses como um dado normal na vida do Exército brasileiro. Uma amostra daqueles que estudaram sob a direção francesa, desde que eram tenentes ou capitães, inclui os generais – que atingiram o posto entre as décadas de 1930 e 1940 – Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Eurico Dutra, Canrobert Pereira da Costa, João Batista Mascarenhas de Moraes e Arnaldo de Souza Paes de Andrade. Os três primeiros chegaram a ministro da Guerra, o quarto comandou a FEB e o último foi chefe do Estado-Maior.

Por volta de 1937, os franceses não apenas tinham treinados todos os oficiais que serviam no Estado-Maior de então, como aqueles que ali serviriam na maior parte da década seguinte. O mesmo pode ser dito a respeito da maioria dos oficiais

de armas de combate que constituíram a FEB. Como vimos acima, a influência americana se iniciou pelos serviços técnicos e se espalhou gradualmente a partir daí. Em muitos aspectos, a influência americana anterior à Segunda Guerra Mundial pode ser comparada à alemã, porque era de natureza técnica, tinha um enfoque mais individual do que organizacional e deixava aos brasileiros a aplicação das habilitações e conhecimentos adquiridos. Deve-se notar ainda que, antes da guerra, o Exército americano não estava tão ativamente empenhado na exportação de conhecimentos militares quanto o Exército francês. Além de criar exércitos em suas colônias africanas e asiáticas, os franceses tinham missões militares na Polônia e na Tchecoslováquia. Para o Exército americano, o caso brasileiro era único.

Embora o Exército americano estivesse certamente alertado para a importância diplomática das relações com o Brasil, esta consciência não conduziu, antes de 1939, a um programa em larga escala de tentativas de influenciar os brasileiros. Em lugar disso, durante toda a década de 1930, a iniciativa de solicitar admissão nos cursos, informações e armamentos partiu do Brasil. Os documentos do Exército americano projetam a imagem de um número relativamente pequeno de oficiais advogando, diante do restante do Exército, o atendimento às solicitações brasileiras e o estreitamento dos vínculos com o Brasil.

É possível que a enorme encomenda de armas que o Exército brasileiro fez à Alemanha em 1938 e o “flerte” com o Eixo, de 1938 a 1940, tenham desviado a atenção dos historiadores, inclusive a minha, de tendências mais profundas, menos transitórias. Em março de 1935, Osvaldo Aranha, então embaixador em Washington, escrevia ao presidente: “Nossa situação internacional, Getúlio, não comporta vacilações nem alternativas... A Europa é uma ameaça para si mesma e para o mundo ... Não temos nesse continente um país amigo, capaz de nos ajudar, e sabemos de vários capazes de tudo fazer pelos nossos possíveis inimigos ... Os países indo-espanhóis são nossos inimigos naturais ... A simpatia dessa gente daqui por nós decorria da hostilidade indo-espanhola aos americanos”. Mas a renúncia ao imperialismo e o surgimento da Política de Boa Vizinhança reduziram a necessidade do tradicional apoio do Brasil aos Estados Unidos em seus conflitos com a América espanhola e, conseqüentemente, Washington colocou o Brasil em pé de igualdade com os outros países de hemisfério. Os argentinos procuravam estreitar os laços através da Marinha, e um contrato para uma missão na Marinha argentina parecia possível. Aranha advertiu: “Temos de evitar isso; custe o que custar”. Se o Brasil não estava caminhando para uma guerra com a Argentina, “caminharemos para o predomínio arrogante dessa gente... A boa vontade conosco aqui ainda é imensa. E, creio, ainda estamos em tempo de conservar esse país ligado a nós”. Ele afirmou que deveriam evitar a vassalagem do passado e procurar um relacionamento no qual “poderemos contar com este país em qualquer eventualidade...”

Para este fim, Aranha recomendava a solicitação de uma nova missão naval e o envio de um adido militar ou naval para Washington (“Não há país que não tenha

aqui Adido Militar”). Dizia ainda que o governo brasileiro deveria parar de enviar “turistas” militares, que não falavam inglês e vagavam inutilmente pelas fábricas, outros que se envolviam em “espionagem disfarçada”, ou ainda oficiais que eram repentinamente chamados de volta ao Brasil antes do término de seus cursos – nos quais os brasileiros eram os únicos estrangeiros admitidos. Se eles não agissem, ele advertia Getúlio, os americanos se voltariam para “países mais organizados e mais sérios”⁵⁶.

No final de 1936, Góis Monteiro elaborou uma análise da situação estratégica do Brasil, onde previa que, na eventualidade de uma guerra mundial, o país não seria capaz de manter sua neutralidade e teria que se aliar a um dos grupos em disputa. E, sem material para uma mobilização total, o Brasil perderia sua “liberdade de manobra política e militar” e seria reduzido a uma ‘lamentável dependência’ na qual ele forneceria potencial humano que somente os Estados Unidos seria capazes de armar”⁵⁷.

Medo da Argentina, necessidade de armamento e um desejo de tratar com os Estados em bases mais iguais, combinados com a difícil situação financeira conduziram o Exército a encomendar seu equipamento pesado na Alemanha. O assunto já foi estudado em outro lugar; quero apenas enfatizar aqui que a decisão de comprar armamento alemão estava muito mais ligada à defesa do interesse nacional do que a um apoio ao nazismo, e que havia uma relação estreita entre a sustentação do Estado Novo e a necessidade de armamento⁵⁸.

Da mesma forma que em 1914, a decisão de comprar na Alemanha revelou-se um erro. Embora estivesse preocupado com a fragilidade de uma linha de suprimentos para a Europa, o Estado-Maior do Exército subestimou a rapidez com que a guerra eclodiu e a determinação dos aliados de bloquear as exportações alemãs. Isto tudo, combinado com a preocupação estratégica do Exército com relação à Argentina, não deixou alternativa senão confiar nos Estados Unidos. Mesmo se as armas alemãs tivessem chegado, o movimento pró-aliança com os Estados Unidos teria continuado.

Em 1938 e 1940, a diplomacia brasileira procurou obter benefícios máximos para o Brasil. É difícil imaginar Vargas fazendo uma aliança de seu país com Adolf Hitler. Numa mensagem a Roosevelt, datada de janeiro de 1937, Vargas vinculava “os interesses vitais” do Brasil à segurança dos Estados Unidos e sugeria a discussão de uma cooperação militar e naval, incluindo a construção de uma base naval⁵⁹. Vargas se dirigiu à Alemanha para comprar armamento depois que os Estados Unidos deixaram de responder adequadamente e cederam à pressão argentina, não vendendo destróieres ao Brasil. É significativo que, depois que Washington se comprometeu a apoiar o Brasil, em setembro de 1940 (Volta Redonda etc.), Vargas seguiu o exemplo, aprovando secretamente a construção de uma base aérea no Nordeste do Brasil, em janeiro de 1941.

Nesse meio-tempo, as relações entre os dois exércitos se tornaram cada vez mais estreitas, especialmente em áreas altamente técnicas. Embora houvesse, nas palavras do adido militar americano, “duas escolas de pensamento conflitantes dentro da Aviação Militar do Exército brasileiro – uma pró-européia e outra pró-americana” – o treinamento e a deferência concedidos aos oficiais brasileiros produziram uma indiscutível simpatia no sentido de se promover o desenvolvimento da força aérea segundo o modelo americano⁶⁰. O primeiro adido militar brasileiro nos Estados Unidos, major José Bina Machado, afirmou que um de seus principais objetivos era trazer oficiais brasileiros para freqüentar as escolas de treinamento do Exército⁶¹. E, mesmo em outros países, oficiais brasileiros procuraram cooperar com oficiais americanos, como no caso do major José de Lima Figueiredo que, designado como observador militar no Japão, tomou a si a responsabilidade de manter contatos estreitos e cordiais com o adido americano⁶².

Este tipo de cooperação foi reforçado pela troca de visitas entre os chefes de Estado-Maior, George Marshall e Góis Monteiro, em meados de 1939. É bastante significativo que, a primeira vez que um chefe de Estado-Maior americano viajou ao exterior em missão oficial, tenha sido para visitar o Exército brasileiro. No início de agosto de 1939, Góis Monteiro voltou ao Rio de Janeiro com as bases de um acordo de cooperação militar, que levou quase três anos para ser assinado, principalmente por causa da lentidão americana em fornecer armamento. Góis ficou impressionado com a visita às instalações militares americanas, mas o Exército não lhe pareceu pronto para a guerra. O sentimento isolacionista impediu o Congresso de votar uma legislação que permitisse a assistência militar. Nesse período incerto, Góis considerou que o Brasil não deveria hostilizar a Alemanha⁶³.

Nesse ínterim, os militares americanos empenharam-se na preservação de boas relações. Forneceram especificações materiais, projetos para bombardeiros, planos secretos e documentos sobre fortificações americanas, e enviaram “fortalezas voadoras” ao Rio para o cinqüentenário da República⁶⁴. Embora os oficiais da inteligência americana se preocupassem com a reputação de pró-nazista do general Dutra e com a simpatia pró-Alemanha existente no seio da oficialidade, no início de 1940 Dutra compreendeu que a guerra acabara com as possibilidades de se obterem armas na Alemanha: “nós só poderemos contar com a indústria norte-americana” para satisfazer a “velha aspiração” de obter armamento suficiente para defender o país. Ele sondou os principais generais sobre uma política de cooperação militar estreita com os Estados Unidos e descobriu que todos eram favoráveis⁶⁵.

Uma indagação do diretor de material bélico sobre a possibilidade de enviar oficiais aos Estados Unidos para estudar processos de fabricação nos arsenais e métodos de terra já testados levou o chefe da missão americana, tenente-coronel Lehman W. Miller, a recomendar ao governo dos Estados Unidos que convidasse o

Brasil a enviar alguns oficiais para instrução. “Durante vários anos de serviço no Brasil”, ele escreveu, “tenho observado que boa parte da antipatia que existe no Exército brasileiro em relação aos métodos e materiais americanos tem suas fontes no grupo de oficiais que estiveram em serviço na Europa”. Notando que havia maior oposição no Exército do que na Marinha ou entre os civis a uma total cooperação militar, e que a atitude favorável da Marinha era devida aos oficiais que tinham servido em navios americanos durante a Primeira Guerra, ele acreditava que “um dos mais eficazes métodos de cultivo de melhores relações entre os exércitos... seria permitir que um seleto grupo de oficiais brasileiros servissem um ano ou mais no nosso Exército... Os resultados positivos poderiam não ser imediatos, mas teriam mais longo alcance”. Se essa política fosse adotada, ele chamava a atenção para que “os detalhes fossem estudados com muito cuidado para garantir que esses oficiais retornassem ao Brasil com impressões pelo menos favoráveis a nós, como são as dos oficiais que voltam da Europa em relação aos métodos totalitários”⁶⁶.

Em resposta, Marshall modificou a política do Exército – a de que os governos estrangeiros tomassem a iniciativa de solicitar convites para treinamento – e convidou o ministro Dutra a enviar oficiais aos Estados Unidos. Afastando-se mais ainda de práticas passadas, a maior parte desse grupo iria freqüentar escolas de armas de combate. Pela primeira vez os americanos se introduziam em áreas antes dominadas pelos franceses. É útil lembrar que isto aconteceu depois da retirada da Missão Francesa do Brasil e depois da queda da França. Os americanos chegaram até mesmo a instalar seções brasileiras especiais em Fort Benning (infantaria), Sill (artilharia de campanha) e Monroe (artilharia de costa)⁶⁷. Além disso, o governo dos Estados pagou os custos de transporte e concedeu a cada oficial um subsídio mensal de cem dólares para despesas. Depois de freqüentar as escolas, os oficiais deveriam servir num regimento americano durante dois meses e meio. Esta foi uma das principais mudanças na atitude do Exército em relação ao Brasil e se operou a partir da crescente preocupação com a vulnerabilidade do flanco meridional dos Estados Unidos. Um relatório da inteligência, de janeiro de 1939, resumiu a opinião do Exército sobre a situação: “O Brasil está indefeso em face de qualquer tipo de inimigo poderoso... e seu litoral apresenta o mais convidativo prêmio do mundo de hoje em dia (*sic*)... Se algum dia tivermos problemas por causa da Doutrina Monroe, há 95% de chances de que isto ocorra devido a um Brasil não defendido”⁶⁸.

Por seu lado, o Exército brasileiro expandiu e melhorou o nível de sua representação nos Estados Unidos. Dutra enviou seu próprio ajudante-de-ordens, o tenente-coronel Estênio Caio de Albuquerque Lima, como oficial de ligação para a aquisição de equipamentos e nomeou um general, Amaro Bittencourt, como adido militar. Ao mesmo tempo, Góis Monteiro cuidou de calar o sentimento negativo da oficialidade, declarando diante de um grande grupo de oficiais do Estado-Maior que o Brasil estava e continuaria a estar do lado dos

Estados Unidos. Como relatou o adido americano, Góis enfatizou que “os Estados Unidos são uma potência *mundial*, enquanto o Brasil é apenas uma potência *continental*, e assim como os Estados Unidos agem em âmbito mundial, em defesa da Democracia e da segurança das nações menores, o Brasil agirá em âmbito continental – cerrando fileiras ao lado dos Estados Unidos”⁶⁹.

O primeiro grupo de 16 capitães e tenentes causou um impacto imediato nas relações entre os dois exércitos. Em função da correspondência trocada com o grupo, muitos jovens oficiais brasileiros tornaram-se fortemente interessados e expressaram o desejo de frequentar um dos cursos. É digno de nota que, dos 16, sete tenham finalmente atingido o generalato, e destes, três tenham desempenhado um papel ativo na Revolução de 1964 e na subsequente condução do Exército⁷⁰.

Em *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*, eu tratei da política interna e do processo de tomada de decisões que conduziram à entrada do Brasil na guerra e à formação da FEB. Portanto, aqui vou ater-me apenas às relações entre os exércitos e suas conseqüências. Os oficiais americanos estavam alertados para as amplas implicações que envolviam o treinamento de militares estrangeiros. Os dados de cada homem foram reunidos em uma ficha de arquivo, para uso geral e para consulta nos anos posteriores, quando “esses oficiais poderiam tornar-se os homens mais importantes de seus países...” A experiência com o primeiro grupo de brasileiros foi tão positiva que o adido militar americano e o chefe da missão militar recomendaram um aumento no número de convites, porque os “conseqüentes dividendos em boa vontade e amizade, entre um grupo que desempenhará importante papel em assuntos pertinentes à defesa do hemisfério, pagarão amplamente seu custo aos Estados Unidos”⁷¹. Os brasileiros receberam tratamento especial nas instalações como Fort Knox, onde algumas etapas do curso de blindados foi dirigida especialmente para eles. E, repetidamente, em várias instâncias, informações secretas foram colocadas à sua disposição⁷².

Havia um consenso entre os observadores aliados de que o Exército brasileiro necessitava de treinamento e armamento modernos. O adido militar britânico, tenente-coronel Parry-Jones, comentou laconicamente que a longa permanência da Missão Francesa tinha produzido um Exército disciplinado, com uma excelente linha de treinamento, “mas o treinamento está 15 anos atrasado”. O armamento lhe recordava o Exército britânico de 1925! Havia necessidade de mais metralhadoras, morteiros, não havia canhões antitanques e havia muito poucas peças de artilharia antiaérea⁷³.

A sensação de estarem desarmados e a incapacidade americana de fornecer rapidamente o armamento desejado tornaram os brasileiros cautelosos quanto às solicitações americanas de colocar tropas nas bases aéreas do Nordeste. A confiança brasileira nos americanos estava diretamente relacionada com a quantidade de

armas recebidas⁷⁴. Por outro lado, a confiança americana nos brasileiros estava relacionada com a disposição de defender o nordeste do Brasil. Os brasileiros estavam tão convencidos de que sua principal ameaça vinha da Argentina que tinham dificuldade em aceitar os temores americanos em relação ao Nordeste. Na verdade, a demora brasileira em deslocar tropas para a área e o desenrolar da guerra, que piorou bastante no final de 1941 e início de 1942, levaram o Exército americano a planejar de fato uma possível ocupação forçada. O chamado Plano *Lilac* e suas variações foram detalhados a ponto de designar as unidades que participariam da ocupação e suas áreas de desembarque no Brasil⁷⁵. Os americanos não tinham a intenção de conquistar o Brasil para eles, mas estavam determinados a impedir sua queda nas mãos do Eixo. Evidentemente, a existência do Plano *Lilac* indicava uma falta de confiança no Exército brasileiro. E o almirante Jones Ingram pôde transmitir a Washington uma amostra do estado de espírito brasileiro em meados de 1942: “Eles estão com medo de nosso Exército. Definitivamente, eles não estão prontos para receber a Guarnição do Exército dos Estados Unidos”⁷⁶.

O acordo *Lend-Lease* para a transferência de armamento, a entrada do Brasil na guerra em agosto de 1942 e a decisão de tomar parte ativa na luta fortaleceram as relações entre os dois exércitos e intensificaram a influência americana. Em meados de 1943, enquanto estava em andamento o planejamento da FEB, um sagaz observador americano comentou que a influência francesa ainda era grande. Em cada batalhão havia pelo menos um oficial que tinha passado por seu treinamento. Ele notou que as idéias táticas francesas de defesa e contra-ataque, mais do que a idéia de tomar a iniciativa, tinham sido incutidas no Exército brasileiro⁷⁷. Isto tinha de ser levado em conta no treinamento dos oficiais que serviriam na FEB. Os americanos montaram um curso especial na Escola de Comando e Estado-Maior em Fort Leavenworth, pelo qual passaram 259 oficiais brasileiros até o final da guerra; foi o maior contingente de oficiais aliados que freqüentou a escola. As listas dos oficiais que freqüentaram o curso parece um *who's who* do Exército do pós-guerra; por exemplo, Amauri Kruehl, Humberto de A. Castelo Branco, Henrique Lott, Juraci Magalhães, Zenóbio da Costa, Édson Figueiredo, Floriano de Lima Brainer, Aurélio de Lira Tavares e Ernesto Geisel. Esses homens voltaram ao Brasil certos de que, “de um ponto de vista militar, não há segredos para nós em treinar lá”⁷⁸.

O Exército do qual provinham esses oficiais não estava pronto para o tipo de combate que, em breve, enfrentaria na Itália. Entre as atitudes que teriam que mudar estava a falta de iniciativa de comando normalmente concedida a oficiais inferiores e a oficiais não-comissionados. Os cursos nos Estados Unidos podem ter enfatizado a importância de capitães, tenentes e sargentos nas operações táticas, mas os oficiais que receberam as lições eram ou estavam para ser majores e tenentes-coronéis, que teriam pouco tempo para treinar novamente o Exército. As verdadeiras lições viriam, dolorosamente, em combate⁷⁹.

O treinamento da FEB no Brasil foi descuidado, comparado com a preparação das divisões americanas. Muitos de seus homens e unidades receberam o verdadeiro treinamento na frente de combate. É irônico que as únicas tropas inteiramente treinadas pelos americanos tenham sido aquelas que chegaram nos últimos escalões e nunca entraram em combate⁸⁰.

O esquadrão de pilotos brasileiros chegou à Itália “muito verde e inexperiente” e, depois de dois meses, melhorou tanto que estava se saindo tão bem quanto os esquadrões americanos com experiência de dois anos de combate. O comandante do 350th Fighter Group, a quem o esquadrão brasileiro estava submetido, comentou que os “pilotos brasileiros são muito inteligentes e bravos, e podem ser comparados favoravelmente com nossos próprios pilotos de experiência semelhante”. Todas as suas operações foram baseadas em métodos americanos e os resultados foram “quase iguais aos de um esquadrão dos Estados Unidos”. Mais ainda, um dos objetivos primordiais do esquadrão era “dar treinamento de combate ao maior número possível de pilotos e retornar ao Brasil para o futuro treinamento da Força Aérea Brasileira”. Embora faltassem suficientes substituições para seguir esta política, ela indica uma preocupação com o futuro treinamento⁸¹.

Enquanto isso, a FEB foi desmobilizada no retorno ao Brasil, apesar da objeção americana, impedindo a utilização de suas unidades como tropas de ensino e perdendo algumas experiências valiosas no nível não-comissionado. A FEB foi a única unidade do Exército brasileiro inteiramente treinada pelos americanos, e seu desaparecimento necessariamente diluiu o treinamento americano pelo Exército como um todo. Depois que a guerra na Europa terminou, o Exército dos Estados Unidos decidiu não estender a aliança com o Exército brasileiro. Na verdade, o Departamento de Guerra rejeitou sumariamente a sugestão de que os Estados Unidos deveriam ajudar o Brasil a se tornar a potência dominante na América do Sul e, em lugar disso, optou por um enfoque multilateral nas relações militares com a América Latina⁸².

O período pós-guerra está além dos limites deste trabalho, porém algumas tendências são dignas de nota. A rápida desmobilização devolveu o Exército à sua situação de antes da guerra: uma oficialidade sobrecarregada de altas patentes. Os estados-maiores aumentaram exageradamente à medida que foi dada uma ênfase crescente às suas tarefas e à assistência às instituições educacionais do Exército. Em termos de requisitos para promoção, a educação militar passou a ter um peso maior do que as tarefas cumpridas na tropa. Apesar de algumas tentativas para melhorar os processos de recrutamento militar, a ausência de postos centrais de treinamento e a exigência de que as unidades aceitassem e treinassem recrutas da região tornaram impossível para o Exército incorporar as quantidades sempre crescentes de homens em idade de recrutamento. Além disso, uma das consequências da experiência de guerra foi a disposição de não mais aceitar analfabetos

nas fileiras em face do conhecimento técnico necessário para as modernas operações militares. Apesar da propaganda em contrário, os quartéis não eram mais “verdadeiros centros de alfabetização”⁸³. A disciplina tornou-se mais moderada, e os oficiais procuraram estabelecer laços mais estreitos com seus oficiais inferiores e soldados. Mas não se pode afirmar que esta atitude se devesse às experiências na Itália, a um melhor nível educacional dos recrutas ou à necessidade prática de encorajar realistamentos de pessoal treinado⁸⁴.

Os feitos da FEB não entusiasmaram os brasileiros para a carreira das armas. A crescente profissionalização e os padrões mais altos afetaram negativamente o papel tradicional do Exército como um veículo de ascensão social. Homens de pouca instrução foram expelidos, e os diplomados nas escolas secundárias não foram atraídos para a carreira militar, como mostram as estatísticas do período 1950-1965. A situação do Brasil no pós-guerra contrasta violentamente com a das nações recém-independentes e mesmo com a do Brasil de antes da guerra, onde a escassez de carreiras alternativas dava um certo prestígio à carreira militar⁸⁵.

Duas instituições intimamente ligadas à influência francesa e americana – a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG) – auxiliaram a modelar a auto-imagem do Exército e a consciência de suas atribuições. A ECEME, que preservou pelo menos a aura da tradição francesa, permitiu que a experiência brasileira de combate na Itália fosse incorporada no pensamento do corpo de oficiais. Por experiência própria, rejeitaram a postura estática e defensiva da Missão Francesa. Enquanto o Brasil continuava a encarar a guerra como o último recurso depois que a arbitragem e outros meios pacíficos tivessem falhado, e enquanto não estava para o país colocado o peso de ter que arcar com uma guerra de conquista, o primeiro oficial de operações da FEB, Humberto Castelo Branco, ensinava aos oficiais-alunos a pensar em termos de uma “defesa agressiva através de ofensivas táticas profundas para destruir as forças armadas inimigas e se apoderar de seu território”⁸⁶.

A substituição da formulação e do planejamento defensivos por uma concepção ofensiva significou uma fundamental transformação intelectual. E é importante lembrar que o processo foi dirigido por Castelo Branco, que tinha sido exposto tanto à influência francesa quanto à americana.

A ESG, uma escola nacional de guerra, foi criada em 1949, e sob a liderança de veteranos da FEB e de conselheiros americanos (até 1960) tornou-se o veículo para o planejamento do desenvolvimento futuro do Brasil e para o treinamento de lideranças militares e civis que iriam executá-lo. Apoiando-se no largo envolvimento dos militares na sociedade durante o Estado Novo, a ESG se dispôs a integrar uma eficiente equipe de modernizadores.

As duas instituições foram fundamentais no processo de reformulação da doutrina militar brasileira no final dos anos 50. A bipolarização do mundo

encarregou os Estados Unidos da responsabilidade de empreender a defesa do continente e limitou o possível papel extra-hemisférico do Exército brasileiro a operações com forças expedicionárias. Da mesma forma, seu papel continental estava contido pelos procedimentos pacíficos da Organização dos Estados Americanos, que limitou conflitos potenciais entre vizinhos. Já que a concepção do Exército de uma possível guerra futura estava portanto limitada, seus planejadores formularam doutrinas com uma orientação interna⁸⁷.

Entretanto, como argumentou Edmundo Campos, o Exército do pós-guerra era uma instituição alienada. Como ele observou, o processo de formulação e a tentativa de garantir a aceitação pública a uma missão de defesa interna se frustrou, levando tanto a sociedade como a oficialidade a questionar a razão de ser do Exército⁸⁸. Parece válido especular se a profissionalização e a internacionalização dos padrões e métodos do Exército contribuíram para sua alienação, aumentando a distância entre o Exército e a realidade nacional. Por sua vez, essa distância pode ter sido um fator determinante para que a oficialidade forçasse a inserção do Brasil no modelo de país teoricamente ideal, ao invés de aceitar o papel que a nação lhes indicasse. Talvez seja significativo que nos casos da Polônia, Tchecoslováquia, Turquia e mesmo Japão os exércitos reformulados segundo orientação externa tenham falhado na defesa do pacto social e político existente, ou se tenham tornado revolucionários, ou ainda, no caso japonês, conduzido a nação ao desastre. Góis Monteiro estava certo, quando dizia, em 1935: “Viver à base de impressões externas... não é viver. As idéias dos outros não são nossas idéias. Precisamos de idéias brasileiras...”⁸⁹

NOTAS

1. Para listas dos dois primeiros grupos, ver Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argolo, ministro de Estado da Guerra em maio de 1905*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. 17. Daqui por diante a referência a todos os relatórios será: MG, *Relatório... Argolo... 1904* (o nome do ministro – o nome completo será fornecido na primeira referência – e data variarão conforme a referência. MG, *Relatório... Hermes R. da Fonseca... 1909*, p. 5. Estes tinham seis membros, todos listados em *Relatórios*, embora Estêvão Leitão de Carvalho, em *Dever militar e política partidária*, São Paulo, Editora Nacional, 1959, afirme, na página 34, que havia apenas quatro no primeiro grupo. O último grupo compreendia 22 oficiais: nove da infantaria, nove da cavalaria, quatro da artilharia e um da engenharia.

2. Ver seu *Dever militar e política partidária*, p. 51.

3. Capitão LeVert Coleman, Rio, 17 de maio de 1912. Fichário no arquivo “Coastal Defenses–Brazil”, War College Division, Navy and Old Army Branch, National Archives. Daqui por diante, citados como WCD, NOAB, NA.

4. *Ibid.*, 4 de janeiro de 1913; 31 de dezembro de 1912; 17 de abril de 1913.

5. A experiência na Primeira Guerra Mundial foi descrita em general João Cândido de Castro Júnior, “Relatório do ano de 1935”, Diretoria do Material Bélico, Rio de Janeiro, 23 de março de 1936, p. 39.

Cópia em caborno do documento datilografado encontra-se no Centro de Documentação do Exército em Brasília. Daqui por diante, será citado como CDOC-EX, Brasília.

6. MG, *Relatório ... Caetano de Faria ... 1918*, pp. 34-35.

7. Coronel P.D. Lochridge (diretor interino do War College Division; *e.i. army intelligence*), Memorando ao chefe do Estado-Maior (Assunto: Visita da Comissão Militar do Brasil), Washington, 22 de novembro de 1917, Arquivo 9971K-2; e embaixador Edwin V. Morgan, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 9971K-5, e 6 de novembro de 1917, 9971K-6, todos Record Group (RG) 165, Military Intelligence Division, General Staff, War Department, National Archives. Daqui por diante, citados como MID, GS, WD, NA.

8. Joseph S. Tulchin, *The aftermath of war, World War I and U.S. policy toward Latin America*, Nova Iorque, 1971, p. 36. A citação é do secretário de Estado Charles Evans Hughes em 1924.

9. Morgan, Rio, 3 de novembro de 1917, resumido em coronel Miller, Memo., 4 de janeiro de 1918, 4392, RG 165, War College Division, WD, NA.

10. Major F.R. McCreery ao director of Military Intelligence (MI) Rio, 3 de janeiro de 1919, 2006-8; e H.W. Brown (Clerk) na ausência do coronel R.H. Jordan ao director MI, Rio, 2 de março de 1920, 2257K-5, RG 165, MID, GS, WD, NA.

11. General Maurice Gamelin e capitão Souza Reis, *Manobras de quadros de exército executada em 1920...*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1921. Esses treinamentos de batalha se tornaram parte regular do programa da Escola de Estado-Maior.

12. Capitão R.H. Jordan ao director MI, Rio, 9 de agosto de 1920, 2006-41, RG-165, GS, WD, NA.

13. *O País*, 5 de agosto de 1920.

14. Gabinete do adido militar ao director MI, Rio, 9 de março de 1921, 2006-44/2, RG-165, WD, GS, NA. As provas de suborno não foram conclusivas, mas as referências nos arquivos dos setores de informação são suficientemente freqüentes e apontadas para apoiar a menção dessa possibilidade. Além disso, a qualidade do equipamento francês pode ter sido exagerada por seus opositores.

15. *Ibid.*, major F.L. Whitley ao subchefe do Estado-Maior, Rio, 19 de maio de 1924, 2006-77, RG-165, WD, GS, NA. Ele observou comentários de militares brasileiros de que os novos obuses de 155 mm eram "pesados demais para as estradas brasileiras. É duvidoso que possam ser transportados nas condições regulamentares".

16. MG, *Relatório ... Dr. João Pandiá Calógeras ... 1921*, pp. 37-38. Em janeiro de 1921 graduaram-se os primeiros 13 pilotos brasileiros. Entre janeiro e dezembro de 1920 houve três acidentes que mataram quatro aviadores. *Ibid.*, pp. 77-79.

17. Gabinete do adido militar ao director MI, Rio, 25 de abril de 1921, 2006-44/5, RG-165, WD, GS, NA.

18. Gabinete do adido militar ao director MI, Rio, 9 de março de 1921, 2006-44/2, RG-165, WD, GS, NA.

19. Major F.L. Whitley, Memo: "Equipment, Brazilian Army", Rio, 9 de outubro de 1922, 2006-64/2, RG-165, WD, GS, NA.

20. Major Lester Baker, Rio, 8 de novembro de 1927, 2006-44, RG-165, WD, GS, MID, NA.

21. Augusto Tasso Fragoso, *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1923 ...*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1924, pp. 16, 40-42.
22. Os franceses chegaram em 1916, permaneceram até a deflagração da guerra em 1914 e retornaram em 1919. Heloísa Rodrigues Fernandes, *Política e segurança, Força Pública do Estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais*, São Paulo, 1974, pp. 157-163; H.W. Brown (Clerk), Rio, 12 de dezembro de 1925, 2006-70, RG-165, WD, GS, MID, NA. Em 1924, a Força Pública possuía um total de 14.200 soldados, o que representava quase a metade do Exército nacional, que possuía então cerca de 30 mil soldados.
23. Augusto Tasso Fragoso, *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925 ...*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1926, pp. 27-30.
24. Capitão Hugh Barclay, Memo: "Combat training in the Brazilian Army", Rio, 17 de dezembro de 1926, 2006-97, RG-165, WD, GS, NA.
25. Augusto Tasso Fragoso, *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925 ...*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1926, p. 9. Perto do final da década, o francês e o espanhol eram idiomas exigidos na Escola de Estado-Maior, e o inglês era optativo.
26. Capitão Hugh Barclay, Rio, 24 de março de 1926, 2006-90, RG-165, WD, GS, MID, NA.
27. Augusto Tasso Fragoso, *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1925 ...*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1926, pp. 42-43. O relatório estava datado de setembro de 1926. Seu estudo "Reflexões sobre a situação militar do Brasil", de outubro de 1927 (datilografado, restrito), está no Centro de Documentação do Exército (CDOC-EX), em Brasília.
28. Augusto Tasso Fragoso, *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1927 ...*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1928, pp. 4-5, 17-19.
29. *Ibid.*, pp. 47-52.
30. Alexandre Henriques Vieira Leal, *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1929 ...*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1930, pp. 45-49. Ver gráfico à p. 93 com os dados a respeito dos cursos realizados entre 1920 e 1929.
31. Tenente Júlio Schwenck (ajudante do general Ivo Soares) ao capitão Hugh Barclay, Rio, 11 de novembro de 1925; Harry W. Brown (Clerk) ao subchefe do Estado-Maior, G-2, 11 de novembro de 1925, Rio; capitão Hugh Barclay ao subchefe do Estado-Maior, G-2; secretário de Estado ao dr. Ivo Soares, Washington, N.D., todos 2257k-10, RG-165, WD, GS, MID, NA. O serviço médico brasileiro recebeu aproximadamente 670 mil dólares para a compra de material e, se o general visitasse os Estados Unidos, o dinheiro provavelmente seria gasto lá.
32. Major Aiken Simons (Military Sales Division, E.I. Dupont de Nemours & Company) ao tenente-coronel N.E. Margetts (Foreign Liaison Officer, General Staff), Wilmington, Delaware, 21 de outubro de 1926, e correspondência do adido, 2257K-12, RG-165, WD, GS, MID, NA.
33. Major Lester Baker ao tenente-coronel R.H. Williams (Chief, Military Attache Section, G-2), Rio, 9 de agosto de 1928; e Williams a Baker, Washington, 1º de setembro de 1928, 2257K-15, RG-165, WD, GS, MID, NA.
34. Capitão Hugh Barclay, Memo: "Instruction with foreign armies", Rio, 3 de dezembro de 1926, 2257K-13, RG-165, WD, GS, MID, NA. Dois dos que treinaram nos Estados Unidos eram Alexandre

Galvão Bueno e Marcolino Fagundes, que passaram três meses na Coast Artillery School em Fortress Monroe. Ambos serviram também na comissão de compras nos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial. Galvão Bueno estava no segundo grupo, que ia à Alemanha com o mesmo fim.

35. Major Lester Baker, Memo: "Contracts between Brazilian and French governments for French Military Mission", Rio, 21 de março de 1929, 2006-44, RG-165, WD, GS, MID, NA.

36. Major Lester Baker, Rio, 29 de maio de 1930, 2006-44/13, RG-165, WD, GS, MID, NA.

37. Major Lester Baker, Rio, 24 de junho de 1930, 2257K-16, RG-165, WD, GS, MID, NA.

38. Major Lester Baker, Rio, 29 de maio de 1930, 2006-44/13, e 11 de fevereiro de 1931, 2006-44/17; H.W. Brown (Clerk), Rio, 24 de agosto de 1931, 2006-44/14 e 3 de setembro de 1931, 2006-44/14; para uma cópia do contrato, ver Baker, Rio, 21 de março de 1929, 2006-44. Todos RG-165, WD, GS, MID, NA.

39. Harry W. Brown (Clerk), Rio, 1º de março de 1932, 2006-99, RG-165, WD, GS, MID, NA.

40. Major William Sackville, Rio, 28 de abril de 1933, 2257K-17, RG-165, WD, GS, MID, NA. O Exército também comprou um número pequeno, mas desconhecido, de aviões ingleses Moth.

41. Nicholas E. Bates (representante da DuPont no Rio) ao major K.K.V. Casey (Director, Smokeless Powder Department, DuPont) Rio, 28 de abril de 1933, 2257K-17, RG-165, WD, GS, MID, NA. O grupo brasileiro era constituído de alguns dos melhores pilotos do país, muitos dos quais continuaram e fizeram carreiras brilhantes. Eram: major Plínio Raulino de Oliveira (comandante), capitão Antônio Alves Cabral, capitão Francisco Correia de Melo, capitão José Cândido Murici, tenente Júlio Américo dos Reis, tenente Nélson Lavanère-Wanderley, tenente Joelmir Araripe de Macedo.

42. Capitão C.M. Savage (Air Liaison Officer) ao coronel C. Burnett (Foreign Liaison Officer, G-2), Washington, 28 de junho de 1933, 2257K-17/44; coronel C. Burnett, Memo de conversação com o sr. Barbosa, secretário da embaixada brasileira, Washington, 8 de julho de 1933, 2257K-17/61, RG-165, WD, GS, MID, NA.

43. Harry W. Brown (Clerk), Rio, 7 de agosto de 1934, 2257K-19, RG-165, WD, GS, MID, NA.

44. *Ibid.*

45. Coronel C. Burnett a Ciro de Freitas Vale (conselheiro da embaixada brasileira), Washington, 10 de outubro de 1934, 2257K-18/24; coronel F.H. Lincoln (Acting Chief of Division) a Douglas MacArthur (chefe do Estado-Maior), Washington, 2 de novembro de 1934, 2257K-18/29; D. MacArthur ao secretário de Estado, Washington, 3 de novembro de 1934, 2257K-18/30, RG-165, WD, GS, MID, NA.

46. Coronel C. Burnett ao tenente-coronel Rodney H. Smith (Coast Arty Mission – Brasil), Washington, 19 de novembro de 1935, 2257K-20, RG-165, WD, GS, MID, NA.

47. Tenente-coronel C.K. Nulsen ao executive officer (Office of Chief of Signal Corps), Washington, 1º de novembro de 1934, 2257K-20, RG-165, WD, GS, MID, NA.

48. Coronel C. Burnett ao tenente-coronel Rodney H. Smith, Washington, 19 de novembro de 1935, 2257K-18/109, RG-165, WD, GS, MID, NA.

49. Major William Sackville ao chief, MID, Rio, 15 de agosto de 1935, 2257K-18/76; coronel C. Burnett a Sackville, Washington 6 de setembro de 1935, 2257K-18/79; coronel Warren T. Hannum (Chief,

Military Division, Corps of Engineers), Washington, 7 de setembro de 1935, 2257K-18/80, RG-165, WD, GS, MID, NA.

50. General-de-brigada H.E. Knight ao chefe do Estado-Maior, Washington, 12 de novembro de 1935, 2257 K-18/91; coronel F. H. Lincoln (Acting Chief of MID), Washington, 15 de novembro de 1935, 2257K-18/95, RG-165, WD, GS, MID, NA.

51. Tenente-coronel M.F. Davis (Executive, Office of Chief of Air Corps) ao Foreign Liaison Officer – G-2, Washington, 22 de outubro de 1936, 2257K-18, RG-165, WD, GS, MID, NA.

52. Capitão George W. Polk Jr. (Air Corps Rep. at Martin Co.) ao chief of Air Corps, Baltimore, 11 de dezembro de 1935, 2257K-22/27; ver também major William Sackville ao chief do MID, Rio, 4 de setembro de 1935, 2257K-22/1, RG-165, WD, GS, MID, NA. Carpenter Ferreira era um membro de um grupo de três, encarregado de selecionar uma área para a instalação de uma fábrica de aviões. Ele visitou as companhias Curtis-Wright, Martin e Waco e conversou com oficiais no MIT. Parecia que estava cumprindo o desejo de Tasso Fragoso, ao enviá-lo à França anos antes: o contato servia "sobretudo para nos emancipar dos instrutores franceses". Augusto Tasso Fragoso, *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1924*, Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, 1928, p. 50.

53. O general Pessoa foi citado em *Relatório... General-de-Divisão João Gomes Ribeiro Filho... 1936*, pp. 38-39; major Lawrence C. Mitchell (adido militar), Rio, 17 de setembro de 1936, 6700, RG-165, G-2, Arquivos Regionais, Washington Federal Records Center, Suitland, Maryland (daqui por diante, citado como G-2 Regional, WFRC-Suitland). A missão americana começou com dois oficiais em 1934, aumentou para três em 1935 e para cinco em 1940.

54. Major Lawrence C. Mitchell, Rio, 18 de novembro de 1936, 6700, RG-165, G-2, Regional, WFRC-Suitland.

55. Major Lawrence C. Mitchell, Rio, 7 de outubro de 1936, 2257K-25/1, RG-165, WD, GS, MID, NA. Pelo menos 11 daqueles que fizeram este curso atingiram o generalato, e muitos deles estavam ainda na ativa em meados da década de 1960.

56. Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, Washington, março de 1935, GV19.35.03.06/1, Arquivo Getúlio Vargas (AGV, CPDOC, Rio).

57. Pedro de Góis Monteiro, memorando nº 1 (sobre a situação do país), Rio, dezembro de 1936, Caixa I, Correspondência Pessoal, Acervo Pessoal do General Góis, Arquivo do Exército, Rio.

58. Ver John Wirth, *The politics of Brazilian development*, Stanford, 1969; Frank D. McCann, *The Brazilian-American alliance, 1937-1945*, Princeton, 1973; Stanley E. Hilton, *Brazil and the great powers, 1930-1939*, Austin, 1975; Ítalo A. Tronca, "Agentes da industrialização na República: a prática política dos militares, 1930-1945", tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1976.

59. Sumner Welles a Franklin D. Roosevelt, Washington, 26 de janeiro de 1937, Arquivo Pessoal do Presidente, 4473 (Vargas), Franklin D. Roosevelt Library, Hyde Park, N.Y. Contém a mensagem de Vargas.

60. Major Lawrence C. Mitchell ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 30 de março de 1938, 2257K-18/141, RG-165, WD, GS, MID, NA. É importante notar que Mitchell e a maioria dos comentaristas militares americanos se referiam à Europa mais do que à Alemanha. Já em meados de 1938, a Europa em geral – e a França em particular – era vista como o principal competidor militar. Em abril de 1938, uma lista de oficiais brasileiros servindo no exterior apontava sete na França, quatro na Bélgica, quatro na Alemanha, um na Dinamarca, um na Grã-Bretanha, enquanto quatro estavam nos Estados Unidos.

Mitchell ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 12 de abril de 1938, 6740, RG-165, G-2 Regional, WFRG-Suitland.

61. Major José Bina Machado ao coronel J.A. Crane (G-2 General Staff), Washington, 22 de novembro de 1938, 2257K-18/149, RG-165, WD, GS, MID, NA.

62. Tenente-coronel Harry I.T. Creswell ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Tóquio, 25 de janeiro de 1939, 2257K-30/13, RG-165, WD, GS, MID, NA. O major Figueiredo visitou parte da China como convidado do Exército japonês, e no próprio Japão ele foi tratado como um igual pelos adidos militares do Eixo; esforços não foram poupados para lhe proporcionar gentilezas. Através dele os americanos obtiveram informações sobre as armas e munições japonesas.

63. Frank D. MacCann, *The Brazilian-American alliance, 1937-1945*, Princeton, 1973, pp. 136-143.

64. Coronel J.A. Crane, Washington, 22 de setembro de 1939, 2257K-32, RG-165, WD, GS, MID, NA.

65. Eurico Dutra a Getúlio Vargas, Rio, 4 de junho de 1940, Memo: "Situação atual do Exército em junho de 1940 – suas principais necessidades", anexado a Dutra a Góis Monteiro, Rio, 6 de junho de 1940 (nota 121-10), Acervo Pessoal do General Góis, Caixa 9A, Arquivo do Exército, Rio; embaixador Jefferson Caffery a Sumner Welles, Rio, 26 de junho de 1940, Brasil 5900 RG-165, G-2 Regional, WFRG-Suitland.

66. Tenente-coronel Lehman W. Miller, Memo. para o embaixador, Rio, 24 de setembro de 1940; 2257K-18/181, RG-165, WD, GS, MID, NA.

67. General-de-brigada Sherman Miles (subchefe interino do Estado-Maior-G-2) ao adido militar, Washington, 18 de dezembro de 1940, 2257K-18/214; major Edwin L. Sibert ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 3 de janeiro de 1941, –/232, e 15 de janeiro de 1945, –/253; Eurico Dutra a Sibert, Rio, 8 de janeiro de 1941, –/247; Miles ao adido militar, Washington, 16 de janeiro de 1940, 2257K-18, RG-165, WD, GS, MID, NA. Há alguma confusão nos documentos com respeito ao idioma de instrução. Em 18 de dezembro, Miles dizia que seria o inglês e insistia em que aqueles que tinham sido selecionados o conhecessem, mas que haveria "um oficial falando espanhol na Escola para ajudá-los". Em seu telegrama de 16 de janeiro, referente aos dois indicados para a escola de forças blindadas de Fort Knox, ele dizia: "Nenhuma seção *portuguesa* poderá ser estabelecida Knox como está sendo feito *Benning Sill e Monroe*". É provável que ele tenha usado a palavra "portuguesa" querendo referir-se muito mais a "brasileira" do que ao idioma português. Este é um erro comum entre os americanos: referir-se ao povo através de seu grupo idiomático, muito mais do que através da nacionalidade. É interessante notar que as políticas implementadas pelas demandas das relações brasileiras foram frequentemente estendidas, de bilaterais a multilaterais, e aplicadas a outros países latino-americanos e aliados. Nesse caso, 11 países foram convidados a enviar oficiais.

68. Sem assinatura, "Notes on Coast Artillery Defenses of the Coast of Brazil", n.p., 16 de janeiro de 1939, 2006-164, RG-165, WD, GS, MID, NA.

69. Tenente-coronel A. R. Harris: memo. para o chefe do Estado-Maior, Washington, 10 de dezembro de 1940, 2257K-39/18; Marshall a Dutra, Washington, 17 de dezembro de 1940, –/43; coronel Edwin L. Sibert, Rio, 23 de janeiro de 1941, 2052-120/18, RG-165, WD, GS, MID, NA.

70. General-de-brigada Miles, Washington, 27 de janeiro de 1941, 2257K-18/272, WD, GS, MID, NA. Os sete eram: Alfredo Pinheiro Soares Filho, Adalberto Pereira dos Santos, Alcir d'Ávila Melo, Sizeno Sartento, Antônio Henrique Almeida de Moraes, Breno Borges Fortes e Lindolfo Ferres Filho.

71. Tenente-coronel A.R. Harris (chief, Liaison Branch), Washington, 29 de janeiro de 1941, 2257K-18/278A; coronel Sibert ao subchefe do Estado-Maior-G-2, Rio, 29 de abril de 1941, -/338, RG-165, WD, GS, MID, NA.
72. Isto não quer dizer que não havia problemas. Quatro oficiais de artilharia de costa enviados a Fort Hancock, Nova Iorque, para servir na tropa, queixaram-se amargamente de que eram ignorados e que o comando geral submeteu um capitão de sobrenome alemão a um interrogatório "vexatório e humilhante". Bina Machado pediu ao tenente-coronel Matthew B. Ridgway que fizesse algumacoisa a respeito, assegurando, de sua parte, que "eu farei todo o possível, como sempre fiz, para que nada de mal decorra disso. Nada será revelado no Brasil!" Tenente-coronel J. Bina Machado ao tenente-coronel Ridgway, s/d, anexado a Ridgway ao coronel C.B. Moore(G-2 Div.), Washington, 28 de maio de 1941, 2257K-18/344, RG-165, WD, GS, MID, NA.
73. Coronel Sibert, Rio, 30 de junho de 1941, 2006-175, RG-165, WD, GS, MID, NA.
74. Ver, por exemplo, Jefferson Caffery, Rio, 24 de setembro de 1941, Brazil 5900, RG-165, G-2 Regional, WFRC-Suitland.
75. Jefferson Caffery, Rio, 7 de abril de 1942, Brazil 5900, RG-165, G-2 Regional, WFRC-Suitland; U.S. Army, Adjutant General's Office, Administrative Services Division, Operations Branch: Special Projects- War Plans "Color" 1920-1948: Brazil AG-29, "Operations plan of Northeast Brazil theater", Rio de Janeiro Sector, 20 de fevereiro de 1942 (pós-datado 23 de abril de 1942), RG-407, Modern Military Branch (MMB), NA. O variado projeto estendia o teatro de operações a todo o Brasil. O planejamento começou em outubro de 1941, e foram designadas unidades militares seis dias antes de Pearl Harbor. Aparentemente, entre a data de 23 de abril de 1942 e meados de maio, o governo americano decidiu contra considerações posteriores de ocupação unilateral. Dwight Eisenhower escreveu a Sumner Welles: "A política determinada foi a de que todas as medidas de segurança e defesa que afetem o território brasileiro deverão ser tomadas em conjunto com o governo brasileiro".
76. Almirante J. Ingram (comandante da força-tarefa 23) ao chefe das operações navais, *USS Memphis*, 15 de maio de 1942, Operations Plan Division (OPD) 381 Brazil, RG-165, Caixa 1238, MMB, NA.
77. General J. Garesche Ord. Memo.: "Observations of certain Brazilian Forces", s/1, 16 de junho de 1943, 6670, RG-165, G-2 Regional, Caixa 276, WFRC-Suitland.
78. A citação é de Zenóbio da Costa, "Recife press summary", 4 de novembro de 1943, 6900 BEF, RG-165, G-2 Regional, Caixa 273, WFRC-Suitland.
79. General Ralph H. Wooten ao subchefe do Estado-Maior- OPD, Recife, 23 de janeiro de 1945, OPD 336 Latin American Section IV, Cases 80-93, RG-165, MMB, NA. Wooten chamou a atenção de Dutra para o seguinte: "a falta de liderança na baixa oficialidade e na oficialidade não-comissionada, necessidade de maior descentralização da autoridade, necessidade de maior treinamento de cuidado e manutenção do equipamento, veículos e outros materiais técnicos, posterior treinamento em controle sanitário e a necessidade de estabelecimento de uma inspeção e um sistema de seguimento mais adequados".
80. Frank MacCann, *The Brazilian-American alliance, 1937-1945*, Princeton, 1973, pp. 428, 431.
81. Notas do coronel C.H. Calais em visita ao I Esquadrão brasileiro, Campo de pouso de Pisa, Itália, 17 de janeiro de 1945, OPD 336.2 Brazil (Section IV), RG-165, MMB, NA.
82. General-de-brigada John Weckerling (Deputy Assistant Chief of Staff G-2), "United States policy towards Brazil...", OPD 336 Brazil (Sec. IV), Cases 74-79, Box 912, RG-165, MMB, NA.

83. Manuel Tomás Castelo Branco, *O Brasil na II Grande Guerra* (Rio de Janeiro, 1960), pp. 574-577; Alfred Stepan, *The military in politics, changing patterns in Brazil* (Princeton, 1971), pp. 15-16.
84. Castelo Branco, *O Brasil na II Grande Guerra*, p. 579.
85. Stepan, *Military in Politics*, pp. 32-41.
86. Francisco Ruas Santos (ed.), *Marechal Castelo Branco, seu pensamento militar, 1946-1964* (Rio de Janeiro, 1968), pp. 252-253.
87. Ver artigo de Castelo Branco (1957), "Doutrina militar brasileira", in *ibid.*, pp. 244-270.
88. Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* (Rio de Janeiro, 1976), pp. 127-148.
89. MG, *Relatório ... Góis Monteiro...* 1935, 36. Para uma discussão das consequências da guerra no Exército, ver Frank D. McCann, Jr., "The Brazilian Army and the problem of mission, 1939-1964", *Journal of Latin America Studies* (Great Britain), 12, I (maio 1980), pp. 107-126.

FORÇAS ARMADAS: AUTONOMIA E HEGEMONIA

Edmundo Campos

•

Por sua originalidade e importante contribuição ao estudo das Forças Armadas no Brasil e na América do Sul, sobretudo na década de 30, os trabalhos dos professores José Murilo de Carvalho, Alain Rouquié e Frank McCann mereceriam uma apreciação individual e detalhada, não fora pelo reduzido espaço concedido a estes breves comentários. Feita a ressalva, destacarei deles alguns aspectos mais gerais que despertaram minha atenção.

Desde logo, desejo mencionar o enfoque *institucional* compartilhado pelos três autores. Agrade-me que não se ouça em qualquer dos trabalhos nem mesmo o eco da desgastada perspectiva que dilui a especificidade da instituição militar no corrosivo caldo dos conflitos entre classes sociais, ou o do sempre fácil apelo aos indefectíveis “setores médios” na explicação do comportamento político dos militares. Não que a consideração das classes e seus conflitos seja totalmente irrelevante para a compreensão das Forças Armadas. Apenas sucede que seu reflexo nelas é refratado, e com intensidade maior do que geralmente se imagina, pela mediação de valores e normas da organização militar, quando não ocorre que conflitos de natureza especificamente institucional, como os de hierarquia e geração, sejam mais determinantes do comportamento militar.

Creio que se tem exagerado muito na avaliação do grau de “abertura” das Forças Armadas aos influxos políticos da sociedade civil. Não me refiro apenas à ótica de um certo dogmatismo doutrinário menos inteligente, que insiste em reduzir a hierarquização interna das instituições militares a mero reflexo imediato da estratificação de classes. Mas ainda os que amenizam a grosseira intelectual deste modo de análise, ou mesmo os que descrevem até das duas versões edulcoradas não resistem às vezes à hipótese da porosidade das fronteiras da instituição militar às vagas dos interesses de classes, grupos ou partidos. A propósito, veja-se o que nos diz o professor Rouquié quanto à “participação ambígua” dos jovens oficiais nos movimentos revolucionários da década de 30. Ele sugere que por estarem ainda próximos dos civis (de suas famílias e amigos), os cadetes e jovens oficiais seriam mais sensíveis aos seus apelos, ainda que não ao ponto de se tornarem representantes dos setores médios; e que por força da socialização institucional ainda deficiente, estes jovens seriam “no mínimo os menos militares dos oficiais” o que explicaria também o fato de que “sua intervenção só implica o exército de modo marginal” (p. 17). Por extensão, concluo eu, o professor Rouquié subscreveria com muito mais razão a mesma tese quando aplicada às insurreições de praças e sargentos.

Ora, esta linha de argumentação não é das mais persuasivas. Veja-se o caso dos “tenentes” brasileiros nas décadas de 20 e 30, mas conservando-se à vista como contraponto o que se passava no âmbito da elite militar. A situação aí era a seguinte: campeavam as ambições políticas pessoais alimentadas pelos governos, acomodavam-se os oficiais superiores às vantagens das sinecuras burocráticas na administração militar, suspeitas de golpe e contragolpe eram a ordem do dia somadas ao debilitado ânimo profissional e à generalizada omissão quanto às questões especificamente militares. Góis Monteiro referia-se à elite militar da época como o “cérebro apodrecendo” do Exército. Sabemos o quanto tudo isto indignava a jovem oficialidade. Porque a “regeneração” do Exército e uma genuína aspiração por níveis mais altos de profissionalismo eram, sem dúvida, fortes motivações no comportamento político dos “tenentes”, que pela lente da degenerescência institucional filtravam as questões políticas nacionais. De sua perspectiva, sem reformas no arcabouço político-institucional da sociedade, não seria possível a “regeneração” do Exército, já contaminado pela politcalha paisana.

Não creio, pois, que as insurreições da jovem oficialidade tenham sido consequência de socialização militar deficiente; é mais provável que respondessem ao estímulo de aspirações profissionais frustradas, pelo que responsabilizavam a política e os políticos. Nem é correto afirmar que eram os jovens oficiais menos militares do que o resto da oficialidade. Não seria exatamente o inverso? Finalmente, é perfeitamente compreensível que nas condições vigentes dentro da instituição suas intervenções não implicassem o Exército senão marginalmente. Poderia ter sido de outra forma?

A tese da socialização deficiente não tem muito valor explicativo, nem mesmo para as insurreições de praças e sargentos, categorias muito mais expostas ao contágio paisano. Socorro-me aqui do bem documentado trabalho do professor José Murilo de Carvalho, que menciona as precárias condições de vida a que estavam submetidos dentro do Exército; e que sem negar o teor classista que pudesse adquirir conclui que a ação política de praças e sargentos “era mais determinada pela condição militar do que pela condição de classe, resultando em rebeliões de quartel com limitado apoio externo, como aliás aconteceria com os próprios movimentos dos oficiais que aderiram ao Partido Comunista” (p. 11).

Mas, ainda que admitíssemos para efeito de argumentação, e por quaisquer razões, um alto grau de “abertura” da instituição militar à sociedade civil, restaria perguntar: de que instituição militar estamos falando? Porque o Exército brasileiro de 1937 é tão diferente do de 1930 quanto este o é do de 1910. Não é necessário ir muito longe na enumeração de fatores importantes que diferenciam de si mesmo o Exército em fases distintas de sua evolução. O potencial de coerção física é um dos mais óbvios, não só no que diz respeito à qualidade de armas e equipamentos, mas sobretudo quanto à organização de homens, armas e

equipamento para a aplicação mais eficiente do poder de coerção. Mas um outro fator seria, sem dúvida, o grau de “abertura” à sociedade civil. Novamente, o trabalho do professor José Murilo de Carvalho documenta mecanismos institucionais de “fechamento” ativos numa fase crucial da história do Exército brasileiro: implantação de novos critérios para seleção de oficiais, instituição de um novo sistema doutrinário e de lealdades e homogeneização da cúpula militar em torno dos novos valores. E o que significou tudo isto senão um processo de impermeabilização organizacional? O que refletia todo este esforço da corporação militar em distinguir-se de tudo o que era paisano, senão uma aguda consciência de sua identidade distinta e da necessidade de institucionalizá-la? Que outra inspiração aflora na elite militar senão a de completar a transição que, na consciência dos membros, transforma uma *organização* (cujo valor é instrumental) em uma *instituição* (que tem valor em si mesma)?

Ao final da década de 30 esta transição já se encontrava plenamente realizada, e é dispensável insistir na importância que teve neste processo a liderança de Góis Monteiro¹. O certo é que o Exército manifesta nesta época um grau de impermeabilidade à sociedade civil sem precedente em fases anteriores de sua história. Dito de outra forma: mais do que nunca as questões “civis” passam pelo sensível filtro dos interesses institucionais.

Os intermináveis debates entre especialistas sobre se tal ou qual intervenção teve caráter “progressista” ou “reacionário”, “populista” ou “oligárquico” têm muito a ver com o fato de que deslocam os interesses institucionais do foco de análise, substituindo-os pelos de classes particulares. No trabalho do professor Rouquié esta operação está implícita na discussão sobre o sentido político das intervenções armadas na América do Sul, na década de 30, e não surpreende que ele encontre exemplos os mais disparatados de país para país, e reconheça que frequentemente é inviável estabelecer de forma inequívoca o sentido político de intervenções militares. O fato é que, da perspectiva do estudo das Forças Armadas, esta questão não leva a parte alguma, ainda que seja muito esclarecedora para outros tipos de indagação. A revolução argentina de 4 de junho de 1930 teve sentido “restaurador”? Veio ao encontro dos interesses oligárquicos? O professor Rouquié responde afirmativamente, mas sem mencionar o fato de que já em seu primeiro período de governo Irigoyen implementara uma desastrosa política de intervenções militares em várias províncias para benefício da União Cívica Radical. A reação dos militares veio sob a forma da Logia San Martín, fundada em 1920 com o propósito de resguardar de tais abusos a integridade da instituição. Nem é mencionado o fato de que, ao fim do primeiro ano do segundo governo de Irigoyen, as transferências de pessoal militar por razões político-partidárias já haviam atingido 60% do total do quadro de oficiais. A propósito, em seu estudo sobre o Exército argentino, Potash observa que Irigoyen parecia ver o Exército:

“... como uma associação de indivíduos não muito diferente de uma família ou clube político, antes do que como uma instituição hierárqui-

ca na qual o moral e a hierarquia estão intimamente relacionados à cuidadosa observância de normas estabelecidas...”²

Pois bem, Irigoyen foi deposto com a participação de 600 cadetes e 900 praças; isto é, o Exército mostrou-se indiferente à sorte do governo pelo qual, e por razões nitidamente institucionais, nutria escassa lealdade. Ao governo de Uriburu, militar de corte clássico e formação prussiana, o Exército aderiu condicionalmente, como se viu depois.

Posso, agora, estabelecer de modo mais claro o ponto de partida destes comentários. O enfoque institucional privilegia a instituição militar, e não as classes sociais, como unidade legítima de análise, e considera problemática a assimilação algo mecânica dos interesses corporativos das Forças Armadas aos de classes sociais particulares. Isto significa que tal assimilação, ou até a mera identidade de interesses, não pode ser um *dado* na análise; ela é, antes, uma questão a ser investigada em cada caso e ao longo do tempo. E se as coisas são assim, não há como excluir do horizonte de probabilidades a alternativa de que a instituição militar se torne relativamente autônoma frente à sociedade civil. De que forma ou por quais meios?

Parece-me que a autonomização das Forças Armadas comporta dois processos: o primeiro é aquele pelo qual a instituição militar torna-se autônoma dentro do aparelho estatal, no sentido de que sobre ela nenhuma fração deste aparelho exerce controle, embora não sejam também por ela controladas; pelo segundo, as Forças Armadas, agora já como sua vanguarda burocrática, controlam o aparelho do Estado e o fortalecem, frente à sociedade civil, consolidando assim sua própria hegemonia.

No Brasil, a autonomização das Forças Armadas *dentro* do aparelho do Estado constituiu um longo processo do qual poderemos sugerir aqui apenas alguns indicadores. Uma de suas manifestações mais evidentes é o progressivo controle que a instituição militar passa a exercer sobre questões internas de natureza tanto administrativa quanto profissional. A administração militar se especializa e se diferencia no trato com uma organização cada vez mais complexa, tanto estrutural quanto tecnicamente. É deste ângulo que vejo, por exemplo, o esgotamento da prática de indicar ministros civis para a pasta da Guerra, tão comum ao longo do Império e repetida uma única vez no período republicano, sob fortes protestos militares. Pela mesma perspectiva, interpreto as discussões internas sobre o papel do Estado-Maior do Exército, criado em 1896, durante as quais parcela considerável de oficiais pediam o fortalecimento deste órgão técnico, cujas funções eram acumuladas pelo Gabinete do Ministro da Guerra, órgão essencialmente político. E o trabalho do professor McCann revela que, à parte as injunções do jogo diplomático, a chefia militar detinha um grau de autonomia relativamente alto em decisões relativas aos programas de treinamento profissional contratados no exterior.

Ademais, e a despeito de sucessivas crises internas, o substancial ganho de poder político adquirido pelo Exército em 1889 não se esgotou durante a República Velha. Pelo contrário, sob o influxo de fatores como o conflito mundial de 1914-1918 e a persistente preocupação com o potencial militar de vizinhos continentais, sobretudo a Argentina, a progressiva aceitação de uma política de defesa nacional resultou no fortalecimento do Exército: aumento dos efetivos, modernização do equipamento e armamento, reestruturação de unidades e acréscimos no aperfeiçoamento profissional. É certo que tais ganhos em “poder de fogo” e em eficiência na sua mobilização foram neutralizados com frequência por divisões internas e indisciplina generalizada. Ainda assim, é significativo do estágio relativamente maduro a que haviam chegado as Forças Armadas o último ato militar ao apagar das luzes da República Velha: o derradeiro presidente é deposto na primeira intervenção deste tipo planejada e executada *em conjunto* pelas chefias do Exército e da Marinha.

Há um outro aspecto menos evidente sob o qual pode ser entendida a autonomização das Forças Armadas. Tal como a burocracia civil, a instituição militar não se estamentalizou no Brasil. Mas ao contrário daquela, esta raramente se associou às elites econômicas ou aos centros de poder local. Creio mesmo que ao Exército se aplica escassamente a lógica da “dialética da ambigüidade”, que é como José Murilo de Carvalho caracterizou em artigo recente as relações Estado-sociedade no Brasil³. De fato, não é difícil ver como esta lógica funcionou contra o Exército, ao levar à criação da Guarda Nacional, o serviço litúrgico por excelência no quadro do Estado Imperial, ou ao facilitar o surgimento das polícias militares estaduais. Em suma, a “dialética da ambigüidade” resultou em que o Exército perdia nestas ocasiões o monopólio do poder estatal de coerção física legítima. Além disso, penso que por natureza a instituição militar se identifica naturalmente com um Estado forte que não reconheça no poder de classes ou nos interesses regionalistas limites à sua ação. Exatamente o oposto do que ocorre com a burocracia civil, cujo estado normal é o de fragmentação em organizações administrativas distintas, sem recursos próprios de poder. No contexto da “lógica da ambigüidade”, os fatores restritivos da autonomia do Estado beneficiam e fortalecem a burocracia civil por lhe dar, através de vários de seus segmentos, um considerável poder de barganha face aos interesses regionais ou de classe mais fortes. Mas o Exército, ou as Forças Armadas por extensão, não é uma congêrie de burocracias, cada qual negociando sua parcela de controle sobre as benesses do Estado. Pelo contrário, ele sobrevive e se fortalece apenas à sombra da “idéia nacional”. Isto é, à sombra de um Estado forte capaz de se impor a quaisquer outros poderes que ameacem os “interesses nacionais”. Como esta força está radicada, em última análise, no exercício do poder de coerção física, um Estado forte significa Forças Armadas fortes no exercício do monopólio dos instrumentos de coerção. Por isso o Exército foi tanto no Império quanto na República Velha um parceiro político pouco confiável para a burocracia civil, bem como para os interesses econômicos e regionais.

A referência do professor Rouquié à “estatolatria” das Forças Armadas sul-americanas parece-me uma generalização do ponto anterior, e permito-me transcrevê-la:

“Por sua formação e inserção, as Forças Armadas sul-americanas pertencem mais ao Estado do que à sociedade. Seu nacionalismo estatizante se coaduna com seus interesses corporativos em expansão. O nacional-militarismo responde mais a uma especificidade organizacional do que a parâmetros nacionais” (p. 21).

O professor Rouquié parece concordar assim em que os interesses institucionais constituem o filtro através do qual as Forças Armadas interpretam as questões nacionais. E que os interesses corporativos da instituição militar só encontram condições de *plena* expansão dentro de um Estado forte, de natureza freqüentemente (mas não necessariamente) fascista, e “libertado” das injunções da sociedade civil.

Foi o que ocorreu no Brasil quando as oligarquias estaduais ao fim da República Velha não encontraram solução de compromisso para suas divergências. Com o golpe de 1937 o “intervencionismo controlador” das Forças Armadas, como observa o professor José Murilo de Carvalho, reclamava a ampla intervenção do Estado em todos os setores, ênfase na defesa externa e na segurança interna, construção de uma sociedade orgânica e não conflitiva em torno da idéia nacional, e a presença das Forças Armadas, sobretudo do Exército, como agentes do processo a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado (p. 50). O golpe consolida esta hegemonia, fortalece e “libera” o Estado das injunções da sociedade civil, submetendo-a ao seu controle.

Restaria dizer que regimes tais como o do Estado Novo remetem inevitavelmente à questão das suas possibilidades e limites. Do ponto de vista do estudo da instituição militar, tais regimes inauguram uma nova “dialética da ambigüidade”, centrada no duplo papel das Forças Armadas, como governo e como instituição. Os efeitos perversos desta lógica tornam extremamente problemática a institucionalização destes regimes, e por isso sugerem o estudo da “política de retirada” dos militares. Mas esta é uma outra história⁴.

NOTAS

1. Discuti este ponto no meu *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio, Forense Universitária, 1976.
2. Potash, Robert A., *The Army and politics in Argentina, 1928-1945*. Stanford University Press, 1969, p. 30.
3. “A burocracia imperial: a dialética da ambigüidade”. Em Edmundo C. Coelho (org.), *Estudos organizacionais*. Rio: Estudos e Pesquisas CEBRAE 1, 1980, pp. 25-51.
4. Tentamos, Alexandre Barros e eu, contar o fundamental desta história no nosso “The politics of military intervention and withdrawal in South America” (a ser publicado pela *International Political Science Association Review*).

HELOÍSA RODRIGUES FERNANDES – Coube-me a tarefa de comentar três trabalhos que, praticamente, só têm em comum o objetivo de analisar, sob diferentes aspectos, a atuação política das Forças Armadas num período histórico que se estende, grosso modo, de 1930 a 1945. Logo, é o processo histórico que permanece como referência das análises, o que nos remete não a facilidades, mas a enormes dificuldades. Historicamente, trata-se de um período de inflexão na América Latina, marcado pela desorganização imposta ao mercado mundial que se iniciara com a guerra de 1914, passara pela revolução socialista de 1917, se agravara com a crise de 1929 e culminara, em 1939, com a guerra pela hegemonia mundial. Inserida como periferia deste mercado, a América Latina sofrerá o impacto desta luta na qual entra mais como presa e teatro, como afirma Rouquié¹, do que como força decisiva.

Como já observara Marini², o processo de consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional dá lugar a duas tendências contraditórias. De um lado, reforça o sistema imperialista e permite o deslocamento do seu centro hegemônico para os Estados Unidos. De outro, faz surgir um campo de forças opostas, o campo socialista, que nasce e se desenvolve no bojo das lutas engendradas pela integração imperialista. Ressalte-se, também, que o fascismo faz parte deste processo de consolidação do imperialismo. A nível mundial, em síntese, trata-se de um momento de acirramento das contradições capitalistas levadas ao nível mais explosivo que conhecera até então e que se estenderia a todos os elos – e se aprofundaria em todos os níveis – do sistema capitalista mundial. Acirramento tão agudo que se chegara a prever, inicialmente, que a correlação internacional de forças seria favorável à revolução socialista mundial³.

Não pretendo iniciar aqui uma discussão sobre este momento do sistema capitalista mundial. Mas é importante ressaltar a exacerbação das lutas internacionais marcadas pelos enfrentamentos abertos entre potências imperialistas; pela ascensão do fascismo na Europa e pelo processo de consolidação, neste contexto, da revolução soviética. Esta exacerbação das contradições marca a América Latina durante todo este período de tal forma que, nem um certo renascimento do *nacionalismo*, nem o próprio deslocamento para o papel dominante das suas Forças Armadas são estranhas a esta exacerbação, embora não sejam, também, senão algumas de suas manifestações. Dois fenômenos, aliás, que não são específicos à América Latina mas a todo o sistema.

De qualquer forma, a nível político, a experiência latino-americana deste processo mundial é ininteligível sem a percepção destas forças. Não é casual que todos os textos aqui discutidos sejam obrigados a apresentá-las: lutas entre Estados Unidos e Alemanha; fascismo ou tendências fascistas em vários países latino-americanos; presença crescente das tendências socialistas e pânico do “perigo comunista” na América Latina. Este é o campo de forças mais amplo e dele só poderia derivar, como derivou, um enorme reforço das Forças Armadas – e do papel político dos militares – neste período. Essas, por sua vez, e também não por acaso, não se apresentam como um bloco coeso e monolítico mas, ao contrário, muitas vezes e em vários países profundamente divididas. Daí minha concordância com a tese de Rouquié de que “a profundidade destas divisões, sua diversidade e sua articulação efetiva com os acontecimentos políticos nacionais só podem ser compreendidas se situadas no contexto das lutas pela hegemonia em escala mundial de que, de 1930 a 1945, os países da América do Sul são, ao mesmo tempo, a presa e o teatro”⁴.

Ressalte-se, ainda, que o realce militar dos Estados latino-americanos é também uma das formas de fortalecimento do aparelho de Estado para responder à própria crise econômica. A crise reclama e exige uma intervenção crescente do Estado a nível econômico, político e social. É nesta conjuntura que se afirma uma certa autonomização do Estado frente aos interesses mais imediatos das várias frações do capital e frente aos Estados-nação imperialistas em luta. Os militares, ou melhor, certas facções militares desempenharão uma função de relevo neste processo de reorganização das condições da acumulação e da dominação em vários países latino-americanos.

Em termos mais amplos, é razoável inferir que esta conjuntura internacional suscita, não só na América Latina, mas em todos os elos do sistema – dependendo das várias conjunturas nacionais – uma necessidade básica: a de que o aparelho de Estado amplie suas funções e se transforme. No caso latino-americano, pelo menos, esta transformação merece dois destaques: 1) ela preserva a mesma forma de articulação com o mercado internacional, ou seja, não atinge os alicerces da ordem neocolonial; 2) talvez exatamente por isto, trata-se de uma transformação do Estado que se realiza sob a forma de um predomínio marcadamente militar. É no bojo deste segundo traço que se afirma uma certa “vocaçào” militar de fazer o aparelho de Estado se adiantar às classes dominantes na função de reorganização das condições de acumulação e de dominação. Vocaçào que não é independente da conjuntura internacional e da crise das classes dominantes que lhe está relacionada. Enfim, esta irreversível entrada em cena das Forças Armadas relaciona-se organicamente tanto à conjuntura internacional como à crise de direção⁵ das classes dominantes na América Latina. O que significa que a participação política das Forças Armadas na América Latina – além destes parâmetros mais amplos – depende e é determinada pelas específicas situações nacionais. Consequentemente, sua atuação é determinada pelos ritmos e particularidades das lutas das classes a nível nacional.

Justifica-se, assim, que a minha intervenção neste debate vá no sentido de cobrar aos textos uma concreção maior das suas análises.

Início com a discussão do trabalho de Alain Rouquié porque a tarefa que se propôs era a que exigia uma maior capacidade de abstração e generalização, já que procurava analisar os “papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina” no período de 30 a 45. Análise que não é fácil para um intelectual que se recusa a incorporar teses simplificadoras da realidade latino-americana. Recusa analisar as conjunturas históricas que marcam este período como mero reflexo daquilo que ocorre no centro. Recusa a tese da intervenção modernizante e progressista das Forças Armadas na América Latina. Recusa a tese da intervenção destas enquanto meros porta-vozes dos interesses das classes médias em vias de ascensão. Em síntese, assumindo a posição intelectualmente mais difícil, o autor fica, do meu ponto de vista, sem nenhuma tese que lhe permita retirar uma linha comum aos papéis e atuações políticas das Forças Armadas neste período. É este compromisso com as especificidades nacionais, a meu ver bastante louvável, que estabelece os limites da sua análise.

O que pretendo ressaltar é a própria tensão permanente do texto entre duas necessidades que se negam: de um lado, o respeito às situações nacionais; de outro, a tentativa de retirar afirmações generalizantes. Privilegiando a primeira, Rouquié despoja-se de qualquer hipótese básica que lhe permita retirar da análise comparativa senão similitudes muito vagas. A análise comparativa caracteriza-se pela assunção prévia de uma perspectiva que privilegia a existência de determinações que caracterizariam uma estrutura fundante do todo. Ao contrário, partindo do privilegiamento da análise das situações nacionais, não se atinge, através da comparação, aquela estrutura, mas simplesmente certos traços comuns, gerais e abstratos, como os ressaltados neste trabalho. Entre estes, por exemplo, o destaque dado por Rouquié ao fato de que o militarismo desta época se caracteriza pelo corte hierárquico e de geração das tendências. Ou os três modelos propostos ao final do texto e que passo a enumerar: 1) um modelo no qual “a orientação do corpo dos oficiais e suboficiais reproduzem às vezes muito claramente os afrontamentos políticos da sociedade civil”; 2) um modelo onde, dada a quase inexistência de partidos políticos civis, são as clivagens dos militares – essencialmente institucionais – que tendem a se prolongar na sociedade civil; 3) um modelo que indica uma “situação que fica a meio caminho dos dois modelos acima evocados”⁶.

Mesmo sem discutir a validade histórica destes modelos tão abstratamente construídos, ressalta-se que é o respeito do autor às especificidades nacionais que tornava impraticável retirar da análise comparativa senão estas conclusões abstratas. Creio mesmo que no caso brasileiro, que Rouquié colocaria no segundo modelo, a hipótese é relativamente descabida, já que o tenentismo (privilegiado na sua análise) não constituiu uma facção hegemônica no Exército e que, talvez, tenha

sido derrotado exatamente por não ter conseguido organizar politicamente nenhuma força social⁷.

Aliás, a análise de Rouquié é mais rica exatamente quando escapa à necessidade de retirar das especificidades nacionais os traços comuns ou generalizantes. Em síntese, como o autor não se propõe à análise comparada para retirar as invariâncias e as diferenças específicas mas, ao contrário, se compromete com a tese de que a intervenção das Forças Armadas é determinada pelas particularidades concretas das situações nacionais – marcadas por seus regimes políticos e ritmos das lutas das classes sociais – tornava-se desnecessário, senão inútil, aquela outra abordagem.

É lógico também que, deste ponto de vista, não concordo com o autor que a impossibilidade de retirar afirmações generalizantes nos obrigue à resignação da abordagem puramente *descritiva* o que, aliás, as análises de Rouquié – não só neste trabalho como em vários outros – confirmam de modo eloquente.

Passando ao trabalho de Frank McCann, este procura analisar as relações das Forças Armadas brasileira e americana no período 1905/1945 utilizando-se, para isto, da exposição de um farto material coletado em fontes primárias. Todo estudioso dos processos históricos reconhece a enorme valia dos trabalhos descritivos propiciadores da infra-estrutura necessária à análise e interpretação. Deste prisma, cabe realçar a enorme contribuição que o trabalho de McCann traz à compreensão do tema.

Contudo, do meu ponto de vista, mesmo a apresentação de material historiográfico necessita estar ancorada num conceitual teórico ou num alargamento do horizonte de determinações que cercam o fenômeno estudado. Assim sendo, muitas vezes McCann parece atribuir excessiva importância – nas relações das duas Forças Armadas – às opiniões das pessoas envolvidas. Ou então, a privilegiar demasiadamente argumentos sobre a eficiência/ineficiência dos armamentos como critérios que determinam a compra de material bélico, seja dos EUA, seja da França, seja da Alemanha. Ou, ainda, a conceder demasiado peso explicativo às identificações de certas facções das Forças Armadas brasileiras com o Eixo. É claro que estas razões constituem uma das faces da explicação, mas não atingem o fundamento das relações EUA/Brasil ou Alemanha/Brasil neste período.

O que quero ressaltar é a dificuldade de compreender as relações entre as Forças Armadas sem se referir às relações comerciais brasileiras num período que se estende até 1940. Como se sabe, na década de 30, o comércio externo brasileiro ainda se dá preferentemente com a Europa, que se mantém como principal fornecedora de produtos industriais. Segundo Gambini⁸, o predomínio europeu manteve-se praticamente inalterado entre 32 e 38, correspondendo a cerca de 55% das importações brasileiras. Ressalte-se também que, a partir de 1933, mas

sobretudo no período 36/39, a Alemanha suplanta a Inglaterra em termos de influência comercial no Brasil. As importações brasileiras dos EUA só suplantariam as da Europa em 1940.

Não é casual que, entre 1932/39, acirrem-se as lutas entre a Alemanha e os EUA pelo controle das relações comerciais com a América Latina e com o Brasil, em particular. Por outro lado, as relações comerciais entre Brasil e Alemanha envolviam um sistema que entrava em conflito com os interesses americanos porque tornava o Brasil, de certa forma, cativo do mercado exportador alemão, já que dispensava a moeda internacional como base de troca – sobretudo de algodão e de café por produtos industriais – e os marcos especiais só eram válidos para as compras na Alemanha.

Não pretendo desenvolver uma análise deste tipo aqui. Contudo, é importante lembrar que as relações comerciais constituem fundamentos importantes das relações entre as Forças Armadas dos três países, se é que não constituem suas determinações básicas.

Por outro lado, a não ser que se restrinja demasiadamente o conceito de imperialismo – tornando-o sinônimo de intervenção armada pura e simples, como os EUA fizeram mais ou menos nesta época na Nicarágua e em Cuba – é evidente que não concordo com a tese de McCann de que a “política de boa vizinhança” fosse uma “renúncia ao imperialismo”⁹ por parte dos Estados Unidos. Através desta política ele pode ter mudado de forma – mas não tanto, se se considerar o Plano de ocupação do Nordeste – mas não de conteúdo¹⁰. Basta lembrar que as relações comerciais eram favoráveis ao Brasil e que a pressão dos EUA em todo este período foi para a reversão desta tendência.

Enfim, se este período esteve marcado pela política brasileira de manutenção e jogo de duas frentes comerciais (Alemanha e EUA), não é menos verdadeiro que, também neste período, os EUA forçaram por todas as formas a eliminação da frente alemã. É no contexto deste jogo, bem pouco amigável, que ocorrem as concessões especiais para o armamento às Forças Armadas brasileiras e também, por exemplo, para a construção de Volta Redonda. Mas não são concessões de uma política de bons vizinhos. Na época ela é caracterizada por Osvaldo Aranha como uma política que, em seu “puritanismo expansionista”, necessitava ter o Brasil como “eixo” e como “palco”, já que “sem o nosso país nada podem os Estados Unidos fazer na América”¹¹.

Há mesmo evidências de que este jogo relativamente tenso foi utilizado, inclusive, para forçar os EUA ao suprimento de armas às Forças Armadas brasileiras. Uma declaração do embaixador (Caffery) no Brasil ao Secretário de Estado americano, datada de 1941, é bastante indicativa da existência de uma tensão de interesses das duas partes: “Só há um modo de persuadir as autoridades

militares brasileiras a nos permitirem o envio de tropas e oficiais à área de Natal: é sob o pretexto de ensiná-las a usar as armas que lhes fornecemos”¹².

Portanto, creio que o material apresentado por McCann necessitaria uma contextualização maior que derivaria do reconhecimento mais explícito de que se trata de um período de acirramento das lutas entre EUA e Alemanha – e nesta luta valeu quase tudo – e que o Brasil, neste caso um dos campos desta batalha, tentou jogar e, também, conciliar, segundo as suas possibilidades conjunturais. Esta conjuntura específica talvez determine mais fundo a relação das Forças Armadas brasileira e americana neste período do que os critérios de eficiência/eficácia do treinamento e armamento e das posições ideológicas de certas facções das Forças Armadas brasileiras.

A análise de José Murilo de Carvalho inicia-se com a colocação de uma tese que norteia todo o trabalho: a de que, em 1930, “o conflito entre as principais forças políticas civis e a derrota da mais poderosa delas abriram espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse a parcela de poder que não conseguiu na última década do século”¹³. Esta tese serve como fio condutor de uma análise que procura apreender como, historicamente, uma determinada facção militar vai consolidando seu poder e definindo seu projeto num processo de luta aberta ou mascarada com as correntes que lhe são opostas, dentro e fora da instituição militar.

O projeto do trabalho não era simples, porque envolvia considerar dois processos correlacionados mas relativamente autônomos. De um lado, o processo através do qual vai se firmando a hegemonia desta facção no interior das Forças Armadas (sobretudo do Exército) e no aparelho de Estado e, de outro lado, como este processo se relaciona ao movimento político da luta das classes (32, 35, 37, 38, 45). A própria envergadura do projeto obrigou ao privilegiamento do primeiro processo, o que permitiu captar com enorme acuidade não só como se delineiam as clivagens – verticais e horizontais – no interior do Exército, mas também como uma determinada facção militar pode utilizar a própria lógica institucional interna para definir um projeto de hegemonia e realizá-lo.

A tarefa não era simples, e as conseqüências também não o são. O trabalho terá impacto na historiografia porque, definitivamente, não se mantém mais de pé nem a interpretação da atuação monolítica das Forças Armadas, nem a interpretação da atuação destas como meros porta-vozes diretos dos interesses progressistas de certas classes sociais, e muito menos a explicação da sua atuação pela *origem* de classe dos seus membros.

Em síntese, sem perder de vista que a atuação política dos militares encontra seu fundamento nas relações entre as classes sociais, Murilo recusa-se a apresentá-la como puro e simples reflexo destas relações, mesmo porque, no interior deste

aparelho de Estado, estas se desenvolvem com relativa autonomia. Ou, dito de outra forma, porque a luta dentro destes aparelhos é, pode-se dizer, submetida a uma lógica institucional própria.

Por outro lado, é necessário ressaltar também a novidade de uma pontuação do processo histórico que implica deslocar o peso da inflexão política de 30 para 37. Esta tese vai ser muito discutida e, provavelmente, ficará sujeita a várias críticas porque se o peso da reorganização das condições de acumulação e de dominação está em 37 (reiterado em 45) e não, propriamente, em 30, desmantelam-se muitas interpretações relativas ao caráter eminentemente democrático do projeto burguês na sociedade brasileira e que, para esta perspectiva, teria sido frustrado em 37 e reposto em 45.

Dada a profunda identificação com as teses básicas do trabalho, registro apenas duas observações. A *primeira* está relacionada ao peso excessivo que a análise atribui às rebeliões de 35. Refiro-me a uma forma de apresentá-las que, do meu ponto de vista, é excessivamente radical. É evidente que 35 possibilita o avanço mais fácil da facção militar analisada porque justifica uma série de deslocamentos e expulsões e, também, a imposição do projeto de não-envolvimento partidário das Forças Armadas. Contudo, se o processo analisado tem *raízes estruturais*, esta facção se tornaria hegemônica, com ou sem as rebeliões de 35. Para Murilo, a inflexão de 35 tende a ser realçada muito mais como abertura de espaço para facção militar analisada do que como momento de resistência a ela¹⁴. Aliás, confirmando esta colocação, pode-se lembrar que o Plano Cohen não é de 35, mas de 37, e basta consultar a ata de reunião de generais (Ministério da Guerra, de 27/9/37) para verificar que a lógica a presidir aquela reunião foi a “eminência de um novo golpe comunista”¹⁵.

A *segunda observação* é de ordem metodológica. Como já foi ressaltado, a tese do trabalho implicava relacionar um movimento que se realiza no interior das Forças Armadas e as relações deste com o processo que se desenvolve ao nível político da luta das classes. Contudo, a análise era obrigada a privilegiar o primeiro.

Independentemente de se aceitar ou não as suas teses relativas ao significado de 30 e de 37, há que questionar até que ponto a análise que vinha sendo realizada permitia aquela extrapolação. Não é casual que a ponte entre a análise do movimento interno às Forças Armadas e a do processo político seja feita através, sobretudo, dos discursos. Mas estes mesmos discursos comparecem alusivamente, sem estarem fundamentados numa análise da conjuntura das lutas das classes sociais. Ao contrário, são os discursos que aludem a existência desta conjuntura.

Neste sentido, poder-se-ia questionar se o privilegiamento que a análise foi obrigada a conceder ao movimento no interior das Forças Armadas permitia sustentar as teses finais relativas ao processo histórico. Em outros termos, até que

ponto a comprovação destas teses não exigiria o deslocamento do privilegiamento da análise, do interior das Forças Armadas, para o interior da luta das classes. Ou, como coloca José Nun, a análise do movimento interno às Forças Armadas permite entender a gramática da intervenção militar, mas não sua própria lógica¹⁶.

Interessa observar que as teses de Murilo poderiam se filiar às posições de certos cientistas, como Poulantzas, por exemplo, segundo as quais “as categorias sociais podem, às vezes, desempenhar um papel político próprio e importante numa determinada conjuntura; papel que não é, pois, redutível ao fato de ir simplesmente ‘atrás’ das classes sociais a que seus membros pertencem”¹⁷. Na verdade, a análise de Murilo é mais burilada porque permite, inclusive, afirmar que estas categorias – como, no caso, a militar – só atuam monoliticamente quando, e porque, uma determinada facção detém a hegemonia.

Contudo, Poulantzas refere-se a esta atuação como *força social* das categorias numa determinada *conjuntura*. Mas, para esta posição, conjuntura tem um significado muito preciso: remete “ao campo das práticas e da luta das classes”¹⁸. Neste caso, a afirmação da tese da atuação política da categoria militar em 37 como força social exigiria o privilegiamento do campo das práticas e lutas das classes. Em outras palavras, aquele campo relativamente ausente na análise de Murilo.

Estas colocações não visam rejeitar as teses do trabalho relativas ao processo histórico de 30 a 37, mas apontar por que, para justificá-las, a análise precisa recorrer aos discursos que aludem a uma conjuntura, mas não conseguem fundamentá-la.

NOTAS

1. Rouquié, Alain, “Rôles et comportements politiques des Forces Armées en Amérique Latine”, mimeo, p. 23.
2. Marini, Ruy Mauro, *Sous-développement et révolution en Amérique Latine*, François Maspero, Paris, 1972, p. 12.
3. Lateralmente a esta discussão, também não é estranho a este processo que Luís Carlos Prestes tenha recusado apoio ao Programa da Aliança Liberal em maio de 1930. Sobre a relação Prestes/Aliança Liberal, veja-se Forjaz, Maria Cecília Spina, *Tenentismo e Aliança Liberal*, Editora Polis, SP, 1978, cap. 3.
4. Rouquié, Alain, *op. cit.*
5. No caso brasileiro, esta crise de direção manifesta-se na própria divisão da classe dominante e na oposição à hegemonia paulista.
6. Rouquié, Alain, *op. cit.*
7. Incapacidade explicitada na própria concepção elitista do movimento dos “tenentes” com relação à “massa inerte da Nação” (expressão de Juarez Távora), uma das determinações, alias, do seu

voluntarismo golpista. Veja-se Forjaz, M.C. Spina, *op. cit.*, p. 106 e Fausto, Bóris, *A Revolução de 1930*, Editora Brasiliense, SP, 1972, especialmente pp. 63-69.

8. Gambini, Roberto, *O duplo jogo de Vargas*, Edições Símbolos, SP, 1977, especialmente cap. 8.

9. McCann, Frank, "Foreign influence and the Brazilian Army, 1905-1945", mimeo, p. 23.

10. Os *Acordos de Washington*, estabelecidos sob a égide da "política da boa vizinhança", impuseram ao Brasil o congelamento dos preços de exportação das matérias-primas estratégicas e dos alimentos. Veja-se Schiling, Paulo, *Como se coloca a direita no poder*, Global Editora, SP, 1979, pp. 270-1.

11. Carta de 24/11/37 transcrita por Hêlio Silva, 1937, *Todos os golpes se parecem*, Civilização Brasileira, RJ, 1970, pp. 492-7, esp. p. 494. Sobre o papel de Osvaldo Aranha na articulação das Legiões de Outubro, especialmente a de Minas Gerais (a que mais se identificou com teses fascistas), veja-se Peter Flynn, "A Legião Revolucionária e a Revolução de 30", em *Os militares e a Revolução de 30*, organização de Eurico e Lima Figueiredo, Paz e Terra, RJ, 1979.

12. Gambini, Roberto, *op. cit.*, p. 142.

13. Carvalho, José Murilo de, "Forças Armadas e política, 1930-1945", mimeo, p. 1.

14. "A aventura de 1935 seria a melhor contribuição dos militares à destruição de propostas alternativas (...)." Carvalho, José Murilo de, *op. cit.*, p. 16.

15. Silva, Hêlio, *op. cit.*, pp. 391-9.

16. Nun, José, *América Latina la crisis Hegemónica y el golpe militar*, separata de *Desarrollo Económico*, julho-dezembro 1966, vol. 6, nº 22-23, p. 407.

17. Poulantzas, Nicos, "As classes sociais", *As classes sociais na América Latina*, coordenação de Raúl B. Zenteno, Paz e Terra, RJ, 1975, p. 107.

18. Poulantzas, Nicos, *Pouvoir politique et classes sociales*, Maspero, Paris, 1968, p. 98.

DEBATES

ALAIN ROUQUIÉ – Não vou abordar os comentários em que o prof. Edmundo Campos contestou as críticas que Heloísa Fernandes fez ao meu *paper*. Gostaria apenas de precisar que, quando falo de modernização do Estado, falo da modernização do aparelho do Estado, do qual fazem parte os militares. Neste sentido, uma maior profissionalização de qualquer setor do aparelho do Estado, seja o funcionalismo civil, sejam os militares, é parte da modernização do próprio Estado. Em relação ao trabalho do prof. McCann, eu gostaria de fazer alguns comentários. Não quero aparecer como defensor da Missão Francesa, dentro de uma postura chauvinista, mas algumas afirmações feitas pelo prof. McCann me deixam um pouco cético. Ele afirma, por exemplo, que a influência francesa foi menos importante que a alemã nos anos estudados, embora não apresente prova ou testemunho que reforcem esta idéia. Parece-me que, quando se fala de uma contraposição, de uma comparação entre a Missão Francesa e a Missão Alemã, fala-se, naturalmente, de coisas diferentes. Isto porque o Estado-Maior, o Exército brasileiro foi reorganizado pela Missão Francesa, e a simpatia que os militares individualmente poderiam ter pelo Exército alemão era outra coisa. Tenho a impressão de que o prof. McCann não levou em conta o prestígio que tinha o Exército francês em 1918. Era um dos vencedores da Primeira Guerra Mundial, enquanto que os alemães haviam demonstrado a inferioridade do seu Exército. Este dado estava presente na mente dos oficiais do mundo inteiro.

Em seu *paper*, o prof. McCann diz que os “tenentes” estavam contra a Missão Francesa. Mas não vi muitas obras, exceto alguns documentos dos arquivos norte-americanos, que atestassem esta afirmação. Na medida que os norte-americanos eram concorrentes da Missão Francesa, não se pode atribuir imparcialidade a seus documentos. A partir das memórias de ex-tenentes, o que fica patente é que os jovens oficiais tinham um conceito muito elevado, muito elogioso da Missão Francesa.

O professor McCann afirma que a resistência à Missão decorria da postura anexionista, imperialista dos oficiais franceses, que desejavam controlar tudo, até os espaços que deveriam ficar exclusivamente sob controle da oficialidade brasileira. Partindo desta idéia, devo concluir então que a resistência ocorria fundamentalmente entre as altas patentes. Ademais, o prof. McCann pesquisou documentos hierárquicos, e só os chefes os escrevem dentro do Exército. A meu

ver, essa resistência se dava não porque fossem os generais favoráveis aos norte-americanos, ou aos alemães, mas porque, para eles, a Missão Francesa causava uma espécie de subversão da hierarquia, na medida que os jovens oficiais adquiriam uma formação muito melhor do que a que eles haviam tido. A influência da Missão Francesa era vista, então, como uma ameaça.

Esta idéia não é minha. É uma idéia que está muito bem apresentada numa tese que o prof. Manuel Domingos Neto defendeu na Sorbone, com base não nos documentos do War College dos Estados Unidos, mas nos de Fort de Vincenne, da mesma Missão, e em documentos brasileiros.

FRANK MCCANN – Acho muito difícil que se consiga obter uma medida exata de um assunto tão abstrato como a influência, já que estamos falando de influência no pensamento, no ponto de vista, no estilo de uma instituição.

Logicamente, não quis afirmar que a Missão Francesa não tenha causado impacto, não tenha tido influência. Quando me referi ao impacto alemão, o que quis dizer é que esse impacto não desapareceu, mas ficou misturado com a influência francesa.

É difícil, realmente, mencionar todas as correntes que ocorreram durante a década de 20. Primeiro, a noção de que os jovens oficiais apoiaram a Missão Francesa é apenas parcialmente verdadeira. No princípio da década sim, houve muito apoio da ala jovem do Exército, enquanto os velhos oficiais mantinham uma posição de reserva. Eles não viam com simpatia a volta à escola, que a revisão de 20 lhes impunha.

Gostaria ainda de esclarecer que todas as críticas à Missão Francesa que constam do meu trabalho estão mencionadas em documentos do Estado-Maior do Exército brasileiro mesmo porque a posição do embaixador dos Estados Unidos durante a década de 20 e até a década de 30 é contrária a uma competição com a França. Assim, os críticos a que me referi são brasileiros, e não americanos. Os americanos consideravam os franceses aliados, mas essa posição se modifica no início da década de 30, quando começa a existir uma competição americano-francesa. E ocorrem coisas curiosas. Já em 1927, o adido militar norte-americano descreve, em relatório, a situação da Missão Francesa, dizendo que, ao tempo de sua instalação, os elementos jovens e progressistas do Exército davam-lhe seu apoio; no entanto, mais tarde esses jovens adotam posição crítica diante da Missão, que passa a contar com o apoio dos oficiais mais velhos. Acho curioso, e é bem possível que, naquela época, o adido militar não estivesse inteiramente bem informado. Se verificarmos os relatórios do chefe do Estado-Maior, daquele mesmo ano, encontraremos críticas da cúpula do Exército à Missão.

Não estou querendo provocar um confronto americano-francês, mas fiquei realmente impressionado com o nível das críticas. Tasso Fragoso, por exemplo,

escreveu que “a vinda da missão isolou-nos um pouco da Europa e particularmente da França”. E ele explica que se sentiam isolados, porque tudo o que vinha da França passava antes pelo crivo da Missão.

Como sabemos, o Exército francês do fim da década de 20 não era o mesmo de dez anos atrás, já que a nação francesa não mais apoiava a área militar da mesma maneira. Quando eu estava elaborando o *paper* e analisando o material disponível, fiquei impressionado com a inexistência a nível mundial, fora da tese a que Rouquié se refere, de estudos sobre a ação dessas missões militares. Conversando com historiadores que tratam de assuntos relativos à Alemanha, tomei conhecimento de que nada existe a esse respeito, já que estavam voltados para outras direções. O assunto deve ser do interesse de países como o Brasil, a Polônia e o Chile, que receberam as missões. No entanto, os historiadores locais frequentemente não cuidam dessa área por dificuldade de acesso aos documentos.

Quanto à questão levantada por Heloísa Fernandes, gostaria de esclarecer que, no meu *paper*, não tratei do problema da luta comercial entre a Alemanha e os Estados Unidos porque já tratei do assunto de forma detalhada no meu livro *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945* (Princeton, 1973). Talvez eu tenha exagerado na minha colocação. Não quis dizer que a Missão Francesa não tenha tido influência. Tentei apenas fazer uma comparação com os alemães.

Há uma pergunta aqui referente à importância dos cursos que os franceses estavam dirigindo para a promoção dentro do Exército. Sem dúvida, tais cursos foram importantes no período 1930-37. Mas é preciso lembrar que os oficiais que elaboraram essas leis de promoção haviam passado pelas escolas controladas pelos franceses; portanto, estavam advogando em causa própria. E ainda, se considerarmos o processo da educação militar durante todo este século, verificaremos que existe uma tendência contínua de se dar uma importância crescente aos cursos para o processo de promoção. Na verdade, durante o período 1930-37, a influência francesa diminuiu a cada ano.

MARIA ISABEL DE CARVALHO – Considerando que o golpe que consumou a revolta de 30, isto é, a destituição de Washington Luís e a entrega do poder a Getúlio Vargas, foi feito por Tasso Fragoso e outros militares superiores, que governaram durante dez dias, eu gostaria de salientar que a participação dos militares na Revolução de 30 não foi tão restrita como à primeira vista pode parecer. É possível pensar que a intervenção dos militares no Rio de Janeiro tenha sido produto da sua percepção de que as Forças Armadas estavam divididas entre aqueles que apoiavam Washington Luís e os que não o apoiavam. De qualquer forma, considero que a relação entre os militares superiores e subalternos na Revolução de 30, que mereceria um estudo sério, ainda foi pouco explorada.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO – Quando eu disse que a participação militar foi relativamente reduzida, eu me referia, naturalmente, à parcela realmente revolucionária do Exército. Na realidade, o Movimento Pacificador era anti-revolução. Ele foi organizado exatamente para evitar as conseqüências que poderiam advir de uma vitória militar dos revolucionários. Então, a pergunta a se fazer neste caso seria: “Se ele tinha força suficiente para resistir, por que não resistiu, por que não derrotou militarmente os revoltosos”?

Aqui entra toda a *conjuntura nacional*. O que os militares do Movimento Pacificador perceberam, no Rio de Janeiro, é que não havia condições políticas, na conjuntura, para resistir, para defender o governo. A reação popular provavelmente seria grande, e poderia haver recusa nas próprias fileiras em luta para defender Washington Luís. Isto eles perceberam bem e resolveram, não digo fazer a contra-revolução, mas pelo menos um tipo de anti-revolução que evitasse as conseqüências da que estava em andamento. Daí que foram aliçados, porque naturalmente os vencedores não iriam aceitar esse tipo de gente da República Velha no governo. Os primeiros meses, então, foram de intensa luta, de negociações sobre quem colocar nas posições de comando. Os revolucionários conseguiram um general simpaticante, Leite de Castro, para o Ministério da Guerra e lhe deram um Estado-Maior revolucionário; mas o gen. Tasso Fragoso, presidente da Junta Militar, ficou na chefia do Estado-Maior. Houve uma composição que permitiu a convivência, embora tensa, dos dois grupos. Isto, até certo ponto, já foi uma meia derrota para os militares revolucionários.

MARIA CECÍLIA FORJAZ – Nas democracias liberais do mundo capitalista desenvolvido, parece haver uma correlação entre profissionalização, modernização das Forças Armadas e seu afastamento da política. No Brasil, essa correlação é inversa, ou seja, a profissionalização-modernização conduziu a uma intervenção crescente do Exército na política.

Na comunicação de José Murilo, fica patente o aumento da intervenção política dos militares no pós-30 em relação ao período anterior, e é conhecido o processo de modernização-profissionalização do Exército nesse mesmo período. Eu perguntaria ao José Murilo como ele vê essa relação entre a profissionalização e o intervencionismo crescente do Exército brasileiro? Por que líderes de movimentos antiintervencionistas e profissionalizantes como o dos jovens “turcos”, na pessoa de Bertoldo Klinger e Euclides de Figueiredo, tornam-se líderes de uma revolução das elites de São Paulo, como ocorreu em 32? Citei apenas um dos exemplos nos quais até o movimento militar antiintervencionista ideologicamente teve uma prática política claramente intervencionista.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO – É certamente uma grande discussão esta entre profissionalismo e participação política dos militares. Creio que a tese de Huntington de que há incompatibilidade entre as duas coisas não é confirmada

pelos fatos. No entanto, permanece realmente um problema. Neste período a pessoa talvez mais indicada para citar não seria Klinger, mas Leitão de Carvalho, que escreveu sobre o assunto e tinha posições muito estritas em termos de ir contra a participação política, ou político-partidário, dos militares. O curioso é que Leitão, em 1937, é muito ambíguo com relação ao golpe. Embora opondo-se em princípio, ele aceita o convite de Góis para permanecer no Estado-Maior e encarregar-se das reformas do Ministério da Guerra, da Escola Militar etc., que fortaleceriam a profissionalização do Exército. E ele tem um discurso feito no Rio Grande do Sul ao fim das manobras, em que acaba fazendo um elogio do Estado Novo. Este regime, segundo ele, tornara possível, pela primeira vez, a uma divisão treinar tranquilamente durante o ano todo e fazer as manobras ao final do período de treinamento. Antes isto não era possível, havia freqüentes interferências, o comandante era transferido, ou a tropa tinha que ser mobilizada devido a movimentos políticos. Ele acaba, então, fazendo o elogio de uma situação política com a qual, no fundo, não concordava. Isto é típico daquela coalizão que chegou à idéia de intervenção controladora. Nestas circunstâncias, num país como o Brasil, há maior intervenção de militares profissionalizantes provavelmente porque a própria profissionalização dá à organização mais força e mais poder para intervir. Na situação brasileira da época, a condição para a profissionalização era eliminar a política dentro do Exército, na famosa frase de Góis. Mas isto só seria possível eliminando a política fora do Exército, implantando um regime de força como foi o de 1937. Só assim se conseguiria isolar a organização para que ela pudesse profissionalizar-se, tornar-se mais competente em termos puramente militares e, portanto, em estando dentro do aparelho do Estado, ter mais condições de controlar o próprio Estado, de ter mais impacto na sociedade.

Este ponto toca em algo que a Heloísa e o Edmundo levantaram e que é talvez o aspecto mais difícil da análise dos militares: o relacionamento entre classe, Exército e Estado.

HELOÍSA FERNANDES – Discutiu-se muito profissionalização, como se fosse antagônica à intervenção política. Ao contrário: parece-me que o processo é de concentração do poder no ápice. Na análise de José Murilo fica claro que essa nova forma de mobilização retira o poder de pressão do quadro das praças, tratando-se de uma nítida política de classe dentro do Exército.

Eu diria que a questão não é simplesmente a profissionalização, me parece, mas todas essas outras medidas. Há uma coisa que o texto de McCann indica, que achei muito interessante. Ele diz que essa profissionalização se faz em detrimento de qualquer capacidade de decisão das praças. Seu texto mostra como na guerra esse tipo de formação criou problemas, já que se tratava de uma forma de treinamento que não dava nenhuma capacidade de iniciativa às praças. Acho que a questão não é simplesmente a profissionalização, mas um treinamento que tem uma direção muito específica.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO – Há um exemplo curioso no Exército chinês, onde se estabelece também um conflito entre profissionalização e participação política. Este Exército passou por várias fases. A primeira delas foi a fase revolucionária, em que ele se caracterizava, diferentemente dos outros exércitos, por uma não-separação entre oficiais e praças e por uma não-separação entre militares e civis. Nesse período, ele foi extremamente eficiente em levar a luta até a vitória. Mas na guerra da Coréia, já se mostrou muito ineficiente e sofreu violentas baixas, sendo salvo pelo Exército russo que passou a ter grande influência. Houve uma transformação muito grande. Começou a haver uma separação entre oficiais e praças, entre militares e civis; os militares passaram a ter certos privilégios em relação aos civis, e daí por diante. Poucos anos mais tarde, quando houve o atrito com a Rússia, isto provocou uma volta atrás, sendo abolidos de novo todos os postos. Voltou-se ao exército antigo, em que generais tinham que varrer quartéis. Houve sempre um movimento pendular entre as duas orientações, tanto que atualmente há um retorno à idéia anterior de reduzir o trabalho político do Exército, de deixar que os militares se dediquem à sua tarefa específica porque, sem isto, parece ser agora a convicção, não se consegue uma máquina bélica eficiente.

Enfim, parece haver realmente certa incompatibilidade entre profissionalismo e política, que se expressa de maneira distinta nos vários países.

FRANK McCANN – O conceito de soldado profissional não é um conceito simples. Não quer dizer apenas que o oficial está apto a comandar, que foi treinado para isso, que pode manejar certos tipos de armas etc. Considero uma das grandes falhas da literatura o fato de apresentar essa idéia de profissional como se fosse uma noção entendida, simples, com uma definição certa. O meu ponto de vista é de que cada Exército pode ter a sua definição para o termo. Para os exércitos da América Latina, o que quer dizer ser soldado profissional? A missão de um Exército é matar, é lutar e matar, logicamente numa guerra. Se não há guerra, o que quer dizer ser um soldado profissional? No sentido estrito do termo, fica difícil se chegar a esta definição. No Exército americano, esse conceito tem sido motivo de discussão contínua. O significado do termo profissional está mudando sempre.

**EMPRESARIADO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NA
DÉCADA DE 30**

Ângela Maria de Castro Gomes

1. *Introdução*

O exame da evolução da política social no Brasil demonstra, de forma nítida, um fato de sua significação: é justamente nos períodos de existência de governos autoritários que os mais substanciais progressos na legislação social podem ser observados, quer consideremos o conjunto dos benefícios e serviços integrados ao corpo desta legislação, quer consideremos o número de beneficiários por ela atingido. Neste sentido, a década de 30 é um marco no curso dessa evolução.

Em primeiro lugar, porque só a partir dos anos 30 podemos assinalar um novo e definitivo posicionamento do Estado em face da questão social, que vai conduzi-lo a uma intervenção regulatória crescente e não mais interrompida no tempo. Assim, embora a existência de uma legislação social na Primeira República precise ser considerada no conjunto deste processo evolutivo, é só a partir de 1930 que as medidas regulatórias da ordem social têm real articulação em um corpo jurídico e efetivação no campo prático do processo de trabalho. Se não podemos avaliar e compreender a dinâmica da política social brasileira restringindo-nos aos anos do pós-30, sem recuperar os debates políticos, as pressões sociais e os esforços legislativos anteriores, é forçoso admitir que o período pós-revolucionário redimensionará o significado e o ritmo do intervencionismo estatal na área da política social.

Em segundo lugar, cabe fixar que foi justamente nos cinco primeiros anos desta década – portanto antes da implantação do Estado Novo – que o maior número de decretos sobre o problema do trabalho foi sancionado, tanto se tomarmos a legislação previdenciária, quanto principalmente se tomarmos a legislação trabalhista propriamente dita. A década de 30 só encontraria um outro período na história do país que com ela rivalizaria em termos de iniciativas no campo da política social: o pós-64, quando outro regime autoritário implanta-se no Brasil¹.

Entretanto, se é valioso assinalar o paralelismo entre períodos de avanço no processo de elaboração da política social e o estabelecimento de regimes autoritários, é igualmente valioso ressaltar um outro fator presente nestes momentos de progresso da legislação social.

Referimo-nos à movimentação dos trabalhadores, mais bem organizados, ou mesmo precariamente articulados em seus sindicatos. Desta forma, examinando

os momentos em que se intensifica a ação reguladora do Estado sobre o mercado de trabalho, verificamos que se relacionam a períodos em que o movimento operário marcou o cenário político com sua presença, intensificando sua ação reivindicatória. Assim ocorreu com a legislação dos anos 20, que sucedeu as greves do final da década anterior; com a própria legislação dos anos 30, que coincidiu com um momento de rearticulação do movimento sindical e de popularização e radicalização da participação político-partidária, interrompidos basicamente a partir de 1935; e também com a legislação do pós-64, que se relacionou a intensa movimentação sindical urbana e até rural da década de 1954-64.

Este ponto é de particular importância, já que nos permite perceber não só a falácia dos argumentos que procuram conceituar a política social, fundamentalmente, como uma política benevolente de “doações” do Estado aos trabalhadores, como também a dimensão de resposta repressiva e ideológica que caracteriza o complexo instrumento da legislação social².

Tal linha de reflexão é essencial quando nos propomos a analisar as relações entre empresariado e legislação social. Isto porque, até certo ponto é bem pouco explicativo afirmar que, se um Estado capitalista encarrega-se de intervir no mercado de trabalho para solucionar certos problemas econômicos e sociais, ele não o faz à revelia dos interesses das classes dominantes, ou seja, contrariando a todos os interesses de todas as frações de classe burguesa. Esta constatação, portanto, não deve constituir um ponto de chegada para o exame das questões políticas vinculadas aos problemas da regulamentação do trabalho da ótica do patronato, mas sim um ponto de partida. Mesmo tendo-se em vista que o intervencionismo do Estado no campo da política social objetiva garantir o processo produtivo e de acumulação de capital, permanece existindo uma série de questões. Como se situariam os interesses do empresariado do comércio e da indústria em face das diversas fases e dos diferentes alcances e diretrizes de uma política social? Qual a dinâmica que preside, neste caso, as relações empresariado-Estado? Qual a forma, os limites e a eficácia da atuação do empresariado em face da questão da implantação das leis sociais? Enfim, a legislação social pode beneficiar o empresariado se, efetivamente, implica custos materiais objetivos e realiza-se, em muitos aspectos, contra seus interesses manifestos, por um Estado que “escapa” a seu controle político?

Este conjunto de questões envolve, na verdade, duas ordens de considerações: uma referente às articulações entre classes sociais e Estado e outra que diz respeito à elaboração de políticas públicas que se voltam para o atendimento de reivindicações expressas pelas classes trabalhadoras.

Nesse sentido, é interessante pensar que o Estado capitalista não como um bloco compacto onde tudo se resume aos interesses de uma burguesia mais ou menos coesa, mas como um campo de lutas que pode materializar uma complexa

relação de forças entre diferentes classes e frações de classe. O Estado, por conseguinte, implementa uma multiplicidade de políticas públicas que hierarquizam diferentes interesses existentes dentro das próprias frações da classe burguesa. Portanto, é capaz de impor – como um ator específico do cenário político – orientações que contrariem àqueles interesses, na medida que se volta para as demandas da classe operária, que por sua vez pressiona, intervém e participa do jogo do poder. Desta forma, uma série de políticas públicas resultaria de ações e reações de interesses distintos, envolvendo conjuntamente burguesia, trabalhadores e também o Estado. A política social, especialmente, é bem um exemplo de como o exercício do poder – inclusive do poder do Estado – não deve ser visto como um fenômeno de dominação completa e homogênea de um indivíduo sobre outros ou de uma classe sobre outras. Sem dúvida, a crítica à concepção do poder como “soma zero” não é algo novo, mas ainda é grande a tentação de se cair em análises que, numa dinâmica política maniqueísta, permanecem opondo os que possuem aos que não possuem o poder, minimizando as tensões e inter-relações entre ambos.

Este tipo de raciocínio evita a percepção da política social como mais uma forma de “garantir” a dominação burguesa, controlando o movimento operário por meio da repressão e da mistificação ideológica. Tal abordagem, na verdade, é duplamente simplificadora, não só porque obscurece a importância política das lutas dos trabalhadores e a força da reação patronal, como porque avalia o intervencionismo estatal de forma instrumental e repressiva. A complexidade das reflexões em torno da política social está justamente em que, se ela não pode deixar de ser vista como uma política de controle de pressões populares, ela também precisa ser avaliada como uma real e verdadeira resposta às reivindicações colocadas pelo movimento operário.

A elaboração de uma política social tem, assim, um alcance político-ideológico que ultrapassa de muito os rótulos de mistificação ou manipulação simbólica, para assumir, de fato, um papel fundamental na organização de um certo apoio político junto às massas populares. É neste sentido que o incrível carisma de Vargas, existente até hoje, não pode ser reduzido a formulações simbólicas, por mais cuidadosas e eficientes que possam ter sido. Suas raízes têm que ser buscadas no terreno do efetivo atendimento às reivindicações operárias que vinham se desenvolvendo desde o início deste século.

Por conseguinte, a elaboração de uma política social – no que se refere às relações classes sociais-Estado – é reveladora de uma dupla dimensão. A dimensão da violência, da repressão física e simbólica das massas pelo Estado, que assegura o processo de acumulação do capital apesar dos prejuízos econômicos e da reação política imediata da burguesia. E a dimensão da formação de um certo “consenso político” entre classes dominantes e dominadas que, se tem fundamentos em propaganda ideológica, tem bases não pouco sólidas em concessões materiais às

pressões das massas trabalhadoras. A política social não pode ser compreendida nem como uma farsa de pura manipulação, nem como uma realização benevolente de um Estado de bem-estar social, neutro e árbitro de classes.

O processo de formulação e implementação de uma política social no Brasil precisa ser entendido como uma questão tripartida, em que se confrontam os interesses da burguesia e do operariado e onde o papel que o Estado joga deve ser avaliado em função do contexto político global no qual sua intervenção se realiza. O Estado situa-se, assim, como um terceiro elemento decisivo, com o qual cada um dos outros dois terá que entrar em contato isoladamente ou não. Portanto, um estudo sobre a evolução da política social no Brasil não poderia limitar-se ao exame da produção legislativa, já que um corpo de normas institucionalizadas não nos esclarece sobre a dinâmica política que presidiu sua formulação. O processo de elaboração, e implementação de uma legislação social envolve o confronto entre frações de classe, com interesses diversos com pesos e papéis sociais bem diferenciados, que se entrecrocavam ao longo de um largo espaço de tempo, interferindo e determinando algumas das características essenciais dessa legislação. Seu formato, bem como o ritmo em que se desenvolveu e o escopo de sua abrangência são todos problemas políticos complexos, dadas as transformações na força de pressão dos principais atores envolvidos neste processo.

Quando se trata de examinar a participação do empresariado do comércio e da indústria no curso deste processo no Brasil, importa desde logo assinalar dois pontos. Em primeiro lugar, partimos da aceitação de sua posição não-hegemônica, mas que procuramos não confundir tal situação com uma incapacidade de participar e de influenciar politicamente e, sobretudo, com submissão política a uma burguesia agrária – durante a Primeira República – ou a uma toda-poderosa burocracia estatal – no pós-30. Desta forma, nossa proposta é tentar recuperar a atuação desta fração de classe burguesa não-agrária, isto é, tentar estabelecer suas possibilidades efetivas de participação, qualificando seus limites e estratégias principais, num determinado momento.

Em segundo lugar, constatamos que esta atuação está fundada numa forma específica de organização não-partidária. O patronato urbano, não só nos anos 10 e 20, como igualmente após 30, teria em suas associações de classe o canal básico de mobilização e articulação de seus interesses. Através de sua rede associativa, o empresariado agiria como um efetivo grupo de pressão, comunicando-se eficazmente com os poderes públicos e também com as próprias organizações da classe operária, a princípio sem a mediação formal do Estado e posteriormente com ela.

Neste texto procuraremos nos concentrar no acompanhamento da atuação do empresariado frente aos problemas gerados pela extensão e pela aceleração do ritmo de produção da legislação social na década de 30. Tal atuação estará balizada pelo papel essencial do Estado nos anos 30, na medida que passa a liderar o

desenvolvimento de um processo de “modernização” econômica, e pela situação do movimento operário, inicialmente ativo e mais tarde firmemente reprimido. É neste contexto que tomamos a elaboração de uma legislação social como um fato fundamental no terreno das questões econômicas e políticas, já que tais normas influenciam tanto as condições de acumulação do capital, quanto as condições de organização e participação política das classes sociais.

O exame da atuação do empresariado em face da implementação da política social no pós-30 deverá levar em consideração, para fins de análise, distintamente: a legislação trabalhista ou legislação de fábrica propriamente dita, reguladora das condições de trabalho no processo produtivo; a legislação previdenciária, reguladora da distribuição de benefícios e serviços devidos àqueles que participam ou participaram do esforço da produção; a legislação sindical, reguladora das condições de participação política das classes trabalhadoras e também das condições de associação de interesses dos setores patronais; e a legislação criadora de uma Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos sociais na esfera do direito, impedindo sua aberta e direta deflagração.

2. Empresariado e conjuntura política no pós-30

Tendo em vista uma melhor compreensão da dinâmica que a questão social assumiu no pós-30, bem como da particular atuação do empresariado no mesmo período, é necessário relembrar certos fatores que caracterizam política e economicamente esta década.

Inicialmente, cabe assinalar que a posição crucial e o tipo de encaminhamento que a questão social recebeu nos anos 30, não podem ser exclusivamente explicados pelos problemas desta conjuntura, sem referências ao processo anterior de debates políticos e pressões sociais. Neste sentido, o período da **República Velha** é sumamente significativo para contextualizar e dimensionar a evolução legislativa do pós-30. Assim, importa relembrar a ocorrência de fortes demandas por parte do movimento operário, abarcando a quase totalidade das medidas de proteção ao trabalho na área da legislação social. Do mesmo modo, convém recordar a existência de iniciativas na área da legislação social que já indicavam um rompimento com a orientação liberal de um mercado de trabalho regulado apenas pela mão invisível da oferta e da procura.

Este rompimento implicava, igualmente, o abandono de uma política de controle da classe operária fundada exclusivamente em mecanismos repressivos, e tornava clara a necessidade de aliar instrumentos de outra natureza no enfrentamento do problema do trabalho. A manutenção da ordem social pelo Estado já situava uma estratégia combinada de repressão e de concessões no terreno da legislação social que pudessem, mais eficazmente, responder às reivindicações

então expressas pelos trabalhadores. Neste sentido, cabe chamar a atenção para o desenrolar de um debate político, travado nos próprios órgãos legislativos do Estado, que associava a questão social a uma série de outros problemas fundamentais, como o papel intervencionista do Estado neste setor e a posição e importância da industrialização no desenvolvimento econômico do país.

Cientes de toda esta herança da Primeira República, podemos melhor situar o impacto da grande crise de 1929, que inaugurou a mais séria depressão que o Brasil já vivera. A crise de 1929 é, sem dúvida, responsável pela urgência imposta à redefinição dos rumos de nossa política econômica, antes centrada numa orientação basicamente agroexportadora. Tal redefinição considerava a necessidade de diferenciar a estrutura econômica do país e de criar novos mecanismos de acumulação de capital, sem que se abandonasse a política agrarista de proteção ao café.

Considerando-se particularmente a situação do empresariado do comércio e da indústria, vale assinalar que esta fração de classe vinha atravessando, desde 1926, crescentes dificuldades, atribuídas em grande parte à orientação dominante na política econômica. A crise agravava brutalmente esta situação, com a ocorrência de inúmeras falências e paralisações de negócios, que geravam um grande desemprego urbano, que vinha se somar às levas de desempregados vindas do campo. Portanto, o momento era extremamente delicado para o empresariado, que além de enfrentar a depressão econômica, via-se ameaçado por novas investidas dos defensores do livre-cambismo, que insistiam na propalada “vocalização agrária” do Brasil.

Este somatório de graves problemas exigia uma intensa e articulada atuação do empresariado na defesa de seus interesses. O golpe sofrido pela agroexportação e a importância já adquirida pelas atividades industriais fará com que esta atuação encontre mais espaço e eco políticos junto aos novos setores governamentais. Por esta razão, mesmo que consideremos a inexistência de um projeto industrialista por parte do Estado nos anos iniciais da década de 30, podemos afirmar que o comércio e a indústria ganharam uma nova posição, emergindo como setores que precisavam ser considerados e protegidos pelas políticas que objetivavam a superação da crise e a promoção do desenvolvimento do país³.

Toda esta problemática econômica que emoldura as iniciativas governamentais no enfrentamento da questão social deve ser associada à específica situação política então vigente. No que se refere à coligação política que tomara o poder – e que não podia deixar de incorporar novos atores –, dominava um clima de instabilidade, caracterizado pelas permanentes disputas entre diferentes orientações (referimo-nos, particularmente, aos choques entre tenentes e políticos oligárquicos). Quanto às pressões de grupos sociais, observa-se um momento de novas investidas, especialmente por parte do movimento operário que, inclusive

pela própria situação de instabilidade política, encontra campo favorável para rearticular suas antigas demandas. Na verdade, os quatro primeiros anos da década de 30 são marcados por uma série de manifestações, de protestos e de greves que não só reforçam as reivindicações do operariado por melhores condições de vida e de trabalho, como denunciam a repressiva orientação sindical que vinha sendo proposta pelo Governo Provisório.

Desta forma, a conjuntura política do pós-30 redefine e enfatiza a importância do intervencionismo estatal no campo econômico e social, ao mesmo tempo que abre um novo espaço político para a rearticulação e a atuação de grupos que exercem pressão social.

É neste contexto, marcado por disputas e debates em torno da determinação de uma nova estratégia de poder, que a questão do trabalho – por razões políticas, econômicas e sociais – torna-se uma questão central no cenário político e um problema crucial para a construção de um projeto que combine estabilidade política, ordem social e desenvolvimento econômico. Diferentemente do que ocorreu nos anos da República Velha, a questão social receberá tratamento especial e ocupará lugar de relevo, na medida que emerge como o próprio cerne de um projeto de dominação política que, começando a estruturar-se no anos que antecedem 35, afirma-se e ganha plena execução no período do Estado Novo. A formulação e a implementação de uma política social vai constituir o núcleo de uma orientação política mais ampla fundada na “colaboração de classe”, com a eliminação dos conflitos destrutivos entre capital e trabalho, sob a arbitragem do Estado. A inspiração do modelo é nitidamente corporativista, tanto pelos ideais expressos, quanto por sua instrumentalização na prática legislativa.

Portanto, para refletir sobre uma tomada de posição do empresariado quanto aos rumos da política social do pós-30, não podemos deixar de considerar duas séries de fatores vinculados à regulamentação do mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, o patronato urbano estava enfrentando uma nova conjuntura econômica e política, plena de dificuldades, quer pelos problemas colocados pela depressão de 29, quer pelo revigoramento das pressões por uma real aplicação da legislação social. Assim, como já foi assinalado, o movimento operário rearticula seus esforços reivindicatórios e o Estado passa a ter uma nova visão da questão do trabalho, onde a legislação social se afigura como valioso instrumento de controle e de mobilização da massa assalariada urbana. Em um momento de instabilidade e de acirradas disputas políticas, a desmobilização dos sindicatos independentes e a possibilidade de formação de uma base social popular de apoio eram recursos preciosos para quem pretendesse o controle do aparelho de Estado.

A elaboração de uma legislação social pelo Estado, sem abandonar as feições e objetivos repressivos que haviam-na caracterizado desde a República Velha, passa

a revestir-se de um propósito fundamental, que consistia em, respondendo às demandas operárias, assegurar a efetiva aplicação das leis já aprovadas ou por aprovar. O Estado, mais forte e intervencionista, erigia, definitivamente, a questão social como área de interesse político prioritário.

Em segundo lugar, se aumentavam as pressões oficiais e também do movimento operário por uma real implementação da legislação social, redefiniam-se o sentido principal da referida legislação. Temos então que considerar – na avaliação do posicionamento do empresariado – o fato de as leis sociais estarem sendo insistentemente propostas como instrumentos para a harmonia social. A legislação ia de encontro à necessidade de o trabalhador utilizar canais competentes para exprimir suas demandas, sem precisar recorrer a práticas ou a lideranças perturbadoras da ordem político-social.

Este discurso governamental só seria plenamente absorvido pelo patronato quando este, embora discordando de iniciativas específicas em uma série de pontos, considerasse que a legislação social, em bloco, não era uma forma de “ataque” à continuidade e ao progresso de suas atividades econômicas. Este ponto é essencial, tanto para a compreensão da estratégia de atuação empresarial, quanto para a explicitação do corpo doutrinário que envolvia o novo tratamento dado à questão social. Neste sentido, queremos assinalar uma efetiva desvinculação entre a formulação de uma legislação social e a defesa de uma ideologia antiindustrialista predominante nos anos 20 e ainda existente em 30. Esta desvinculação não seria abrupta nem radical, e sua consecução não poderia ser isolada do momento de crise por que passava a produção agrícola, nem da crescente importância dos setores do comércio e da indústria.

A significação desta mudança fundamental nos termos do debate sobre a questão social só pode ser nitidamente avaliada se retomamos alguns aspectos deste debate nos anos da Primeira República.

Começemos por relembrar o quadro econômico que caracterizou o momento político no qual a questão social passou a ser mais sistematicamente discutida no Brasil e que foi assinalado pela conjuntura da Primeira Grande Guerra (1914-1919). Este período reuniria, ao mesmo tempo, uma situação de depreciação dos níveis de vida da população urbana – devido à inflação que elevava o custo de vida e depreciava os salários reais –, com uma significativa expansão das atividades do comércio e da indústria. Estas eram justamente favorecidas pela exportação crescente de gêneros alimentícios (dada a procura européia) – que trazia escassez e elevação de preços no mercado interno – e pela própria inflação, que diminuía os custos de produção devido aos baixos níveis salariais.

É este tipo de conjuntura, marcada pela vinculação entre progresso econômico e pauperização das massas, que se constitui no pano de fundo das análises que

procurarão discutir os protestos e as demandas das camadas médias urbanas e do operariado, particularmente afetado pela situação vigente. Queremos assinalar que os debates e as propostas sobre a necessidade de intervenção do Estado no campo da proteção ao trabalho emergem associados a uma discussão bem mais ampla, implicando um questionamento do real valor das atividades industriais e do papel social jogado pelo empresariado na economia do país.

Desta forma, podemos caracterizar o contexto político-ideológico em que se dão os primeiros e mais significativos debates sobre a questão social como um contexto de nítido ataque às atividades e à posição ocupada pelo patronato urbano, favorecida às custas do bem-estar do restante da população. É devido a este fato que a defesa de uma legislação de proteção ao trabalho assume a tônica e o sentido de “punição” ao empresariado pelos graves problemas que vinham causando a todos os habitantes das cidades.

A defesa das leis sociais chega a associar-se, inclusive, à condenação das supostas leis de proteção ao capital, isto é, à manutenção das tarifas alfandegárias protecionistas. Os setores do comércio e da indústria são “acusados” violentamente de enriquecimento ilícito, conseguido através das tarifas que sustentavam indústrias artificiais e dos altos preços que encareciam a vida de todos, especialmente a do operariado diretamente submetido à sua exploração.

As críticas ao empresariado articulavam, portanto, dois “ataques” fundamentais que atingiam aspectos essenciais à continuidade das atividades produtivas da classe: o combate ao protecionismo alfandegário e a regulamentação do mercado de trabalho. Por conseguinte, não é absolutamente figura de retórica afirmar que os debates políticos em torno da elaboração de uma legislação social, em seus primórdios, envolvem a própria questão da forma e do significado da industrialização para o desenvolvimento econômico do país⁴.

É exatamente este tipo de argumentação que iria transformar-se qualitativamente no pós-30. A diretriz principal da mudança deixava entrever uma significativa alteração, não só na percepção de qual deveria ser a função da legislação social, como também na determinação de sua relação com o universo de problemas que envolviam o setor do comércio e da indústria.

Sem minimizar a repressão policial e legislativa – da qual as leis de expulsão de estrangeiros são um exemplo –, desencadeada contra o movimento operário na Primeira República, pode-se observar que a questão social não era tratada exclusivamente como um “caso de polícia”, sendo um problema que já gozava de um certo *status* político, demonstrado pelos debates na Câmara e pelas tentativas de legislação nesta área. Porém, pode-se observar que, durante os anos 10 e 20, a questão social era percebida, fundamentalmente, como um “problema do trabalho”, ou seja, um problema que afetava basicamente a vida das camadas

assalariadas, devendo ser resolvido “contra” os interesses do empresariado urbano. A formulação de uma legislação social era considerada e proposta como uma forma de “punir e ferir” as atividades econômicas desta fração de classe, em nome dos interesses da população urbana em geral, do operariado e também de setores das oligarquias agrárias.

A resolução da questão social, através de legislação específica, encontrava-se inserida no contexto de uma ideologia antiindustrialista, assumindo, predominantemente a feição de uma política filantrópica e sanitária. Trata-se, na verdade, não de assegurar direitos sociais, mas de conceder benefícios e de higienizar as condições de vida e de trabalho da mão-de-obra empregada.

No pós-30, a situação de crise da agroexportação, o progresso das atividades comerciais e industriais, a atuação do movimento operário e os interesses políticos do Estado, cada um por vias e razões distintas, alteraram a ótica com que o problema do trabalho era encarado, alçando-o à categoria de uma questão de interesse central para o projeto político então em curso. A legislação social, neste novo contexto, não mais podia ser considerada uma mera política beneficente que castigava as iniciativas econômicas do empresariado. Ela devia ser igualmente pensada como um “problema da burguesia”, e sua resolução devia ter como objetivo tanto amparar a classe operária, quanto garantir à burguesia as condições necessárias a seu desenvolvimento econômico⁵.

Não se tratava apenas de denunciar as más condições de vida do trabalhador, acusando o regime de exploração a que estava submetido por uma classe “artificial” e ávida de lucros exorbitantes. A questão era muito mais complexa, envolvendo problemas que atingiam toda a sociedade. A proteção ao trabalho implicava, sobretudo, a proteção de um tipo de sociedade pluralista, fundada na coexistência harmônica das classes, que se antepunha, cabalmente, a um liberalismo falido e a um socialismo que pretendia substituir a ditadura da burguesia pela do proletariado. A proteção ao trabalhador, dentro desta nova ótica, devia associar-se à proteção da burguesia, a quem se garantia condições de sustentação e progresso.

A formulação de uma política social pelo Estado passava a implicar bem mais que o enfrentamento de um problema disfuncional para a sociedade. Significava a própria possibilidade de reordenação da sociedade como um todo, na medida que, através da legislação social, poderiam ser traçadas normas que assegurassem às diferentes classes sociais uma posição legal determinada, num regime de cooperação mútua sob supervisão estatal.

Este discurso político-ideológico, filtrado pelos exemplos corporativistas europeus, estaria sendo articulado nos anos 30 afirmando-se de forma mais sistemática a partir da segunda metade da década. O empresariado, particular-

mente no que se refere à legislação social que aqui examinamos, não lhe foi imune, especialmente nos aspectos que diziam respeito ao controle do movimento operário e à defesa material e ideológica do industrialismo. Contudo, não se pode afirmar que o patronato, face à nova conjuntura política, tenha abandonado completamente a posição de resistência que caracterizou sua atuação nas décadas anteriores. Assim, continuou a se opor e a criticar inúmeros dispositivos que regulamentavam a questão social, sobretudo aqueles que implicavam significativos custos materiais, ou “riscos” não conhecidos, decorrentes do crescente aumento do intervencionismo estatal na órbita dos negócios privados.

Desta forma, o posicionamento do empresariado industrial e comercial face à política social do Estado e à orientação corporativista que lhe dava fundamento não é nem de inteira e completa reação, nem de adesão tranqüila. É especificamente a atuação decorrente deste posicionamento que passaremos a examinar.

3. Empresariado e legislação social no pós-30

Conforme já foi mencionado neste texto, se a Revolução de 1930 não pode ser assinalada como o marco de origem da legislação social no Brasil, é indiscutivelmente a partir dela que uma definição crucial no sentido e na efetivação desta legislação terá lugar. Assim, se o curso deste processo estava sendo traçado desde o período anterior a 30 as condições conjunturais desta década vão alterar fundamentalmente seu ritmo de desenvolvimento, acelerando-o no que diz respeito à proliferação de novas leis e efetivando-o com o estabelecimento de uma fiscalização governamental. Naturalmente, a agilização dos processos de tomada de decisões e a imposição do cumprimento das leis indicam o crescente poder do Estado sobre a sociedade, traduzido – particularmente nos períodos do Governo Provisório e no pós-30 – por um Executivo forte, com funções intervencionistas ampliadas, imune a instrumentos políticos de controle real.

Tal fato é sumamente importante quando tratamos de examinar o posicionamento do patronato em face das iniciativas na área da política social, bem como as relações que então estabelece com o Estado. Nas décadas anteriores, sua principal linha de ação e seus mais significativos ganhos haviam consistido exatamente no bloqueio e no retardamento da aplicação das iniciativas legislativas então empreendidas. Na verdade, verificamos que o empresariado industrial e comercial, atuando junto a um Estado liberal oligárquico que não lhe reservava grande atenção, obtivera uma respeitável vitória ao conseguir eficazmente resistir, através de suas associações de classe, às pressões do movimento operário e, principalmente, às pressões dos interesses econômicos e políticos do antiindustrialismo.

Na prática, conseguiram impedir a real aplicação das leis que, na década de 20, procuravam regular as condições do processo de trabalho: a lei de férias e o código de menores. No que se refere às medidas compensatórias na área da previdência

social, sua atuação fora diversa e visara essencialmente reduzir custos materiais e ainda ganhar vantagens colaterais. No caso da lei de acidentes de trabalho de 1919, o próprio empresariado organiza as companhias seguradoras e no caso da lei das caixas de aposentadorias e pensões de 1923, dirigida a categoria dos ferroviários, as “caixas” são organizadas por empresas, sob o patrocínio dos setores patronais.

No pós-30, o maior poder do Estado e a redefinição do enfrentamento da questão social, agora incluindo os interesses da burguesia e abandonando o antigo antiindustrialismo, impedirão e/ou dificultarão uma postura de bloqueio às medidas legislativas. Mas visto de outro ângulo, a “nova” política social continuava implicando custos materiais significativos e assumia, desta feita, a feição de um outro tipo de risco político: o do progressivo intervencionismo estatal sobre as empresas, que se manifestava, particularmente, no formato corporativo de algumas leis, como é o caso da sindicalização. Se por um lado era altamente interessante para o empresariado a implementação de uma política social que garantisse o controle do operariado e a acumulação do capital por outro lado, era extremamente incômodo – para não dizer ameaçador – lidar com um crescente intervencionismo do Estado em sua vida associativa (até então livre de qualquer tipo de controle) e até mesmo nos “negócios” internos da empresa.

É dentro deste contexto que podemos entender por que a burguesia do comércio e da indústria inicialmente reagiu ao formato corporativo de organização de interesses de classe e de orientação da política social, apesar de através dele obter ganhos evidentes quanto à garantia de um clima de ordem na sociedade e na empresa. Assim, a participação do patronato é fundamental para a compreensão da feição que assumiram a legislação trabalhista, sindical e previdenciária, bem como a própria ordem legal do pós-30. Neste caso, é extremamente útil distinguir entre sua postura de apoio em face da dimensão autoritária do Estado e do regime e seu repúdio e desconfiança iniciais quanto à sua dimensão corporativa⁶.

A atuação tática do empresariado, no que se refere ao campo da política social, consistirá, portanto, em procurar “corrigir” e adaptar os custos e as orientações dos projetos então discutidos, de forma a melhor adequá-los a seus interesses de classe.

3.1. *Empresariado e legislação trabalhista*

Foi exatamente no período 1930-37 que a maioria absoluta das leis trabalhistas teve sua formulação decidida, foi implementada e fiscalizada. Neste campo da legislação social, uma única medida, apesar de discutida e até mesmo inicialmente implementada, será decretada após o golpe de 1937: a lei do salário mínimo.

Trata-se, portanto, de um período extremamente rico em iniciativas e debates em torno da elaboração de normas que, especificamente regulando as condições

de trabalho, atingiriam diretamente o processo de acumulação de capital. Neste sentido, é interessante observar que, no Brasil o Estado demorou mais a regular as condições do processo de produção, do que a instituir compensações sociais àqueles que participavam do referido processo. O estabelecimento de uma política social em nosso país inicia-se, por conseguinte, através do campo da legislação previdenciário e não da trabalhista, que interferia especificamente nos problemas criados pelo processo de acumulação do capital⁷.

As duas leis trabalhistas sancionadas na década de 20 – a lei de férias (1925) e o código de menores (1927) – seguiram-se à aprovação da lei de acidentes de trabalho (1919) e da lei das caixas (1923), estas últimas situadas mais na área de concessão de benefícios sociais por via compensatória. Apesar de votadas, aprovadas e até mesmo regulamentadas – o que nestes casos, não por acaso, demorou anos –, estas duas leis trabalhistas não foram efetivamente cumpridas pelos estabelecimentos comerciais e industriais até 1930, fato que era de inteiro conhecimento das autoridades governamentais. O empresariado pressionava permanentemente; são inúmeros os memoriais enviados à Câmara dos Deputados e também ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, expondo as dificuldades da indústria e do comércio e declarando a impropriedade de tais normas legais numa série de aspectos. A ação conjunta do empresariado é um dos fatores de maior peso para se compreender por que, de fato, estas leis não eram aplicadas e respeitadas mesmo nas grandes cidades.

Esta situação seria alterada substantivamente no pós-30. Como um dos fatores que contribuíram para tal alteração pode-se assinalar a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que significava a instituição de um órgão especializado para lidar com os problemas trabalhistas (convém assinalar: também com as questões da produção industrial e comercial).

O “Ministério da Revolução”, como era chamado, receberia os aplausos do setor empresarial interessado em defender e garantir uma instituição “voltada para seus interesses”. As relações iniciais no que se refere à regulamentação das relações entre capital e trabalho, dada a orientação principal de uma política de “colaboração de classes”. Esta cordialidade seria, no entanto, abalada por uma espécie de “febre de reformas” que, segundo o patronato, teria atingido os dois primeiros ministros: Lindolfo Collor e Salgado Filho.

Na realidade, de 1931 a 1934 – período que cobre a gestão destes dois ministros –, são promulgados vários decretos cobrindo praticamente todas as reivindicações a longo tempo explicitadas pelo operariado, quanto à regulamentação das condições de trabalho. Estas demandas constituíam o aspecto principal das lutas desenvolvidas nas décadas anteriores, pois o operariado voltava-se primeiramente para os problemas que interferiam diretamente em suas condições de vida e trabalho, tendo interesse secundário nas medidas de caráter previdenciário que envolviam um futuro distante e obscuro. Assim, neste curto período de quatro

anos, aprova-se um decreto sobre a nacionalização do trabalho; regulamenta-se o horário de trabalho do comércio e da indústria; regulamenta-se o trabalho feminino e reforma-se o código de menores; decreta-se uma nova lei de férias e instituem-se as convenções coletivas do trabalho.

Todas essas medidas, já por si só bem significativas, devem ser associadas a um segundo fator: o firme propósito do novo ministério para excutar e fiscalizar a implementação da legislação social. A “nova” política social do pós-30 efetivamente associava seu objetivo de promover a colaboração de classe a um esforço de real aplicação das leis sociais. Para tanto, dispunha de uma série de recursos inexistentes nas décadas anteriores, dentre os quais pode-se assinalar a criação da carteira profissional obrigatória que permitia tanto um controle policial do trabalhador, quanto um controle fiscalizador das leis sociais.

Esta disposição, instrumentalizada por recursos efetivos, atingia o empresariado, que era conclamado a observar a importância do cumprimento da legislação, já que tais medidas de proteção ao trabalhador, longe de atingirem o processo produtivo, só podiam com ele colaborar pela instauração da ordem econômica e social. Dentro desta perspectiva, o próprio ministro Salgado Filho critica aqueles setores do patronato que permanecem numa postura conservadora de reação às novas leis, por estas interferirem na possibilidade de maiores lucros, advertindo-os que, com tamanha falta de visão, acabariam por auxiliar a obra de “revolucionários anárquicos”⁹.

Neste sentido, o pós-30 traz inovações fundamentais para o balizamento da atuação empresarial, pois, se o Estado aumenta seu interesse em relação aos negócios do comércio e da indústria, aumenta igualmente seu poder de pressão, tendo recursos para impor uma decisão contra os interesses imediatos do patronato. No que se refere à questão social, tal linha de conduta política é particularmente verdadeira, já que se o Estado está voltado para ouvir e atender o patronato, buscando obter soluções consensuais que garantam a mais fácil aplicação da legislação, importa-lhes igualmente assegurar o cumprimento das referidas leis, impedindo burlas ou reações consideradas antiprogressistas.

Desta forma, o empresariado, bem mais limitado em suas possibilidades de reação, procura adaptar seu desempenho à nova situação. Seu objetivo é continuar retardando a aplicação das leis, ao mesmo tempo que tenta realizar alterações que minimizem o impacto econômico e político das novas normas.

É exatamente desta forma que o empresariado procura enfrentar a promulgação de leis e a reforma das já existentes no terreno da regulamentação do trabalho. Apenas a título de ilustração, cumpre assinalar que conseguem uma série de ganhos em vários pontos desta legislação: permissão para que menores entre 12 e 14 anos trabalhem em estabelecimentos empresariais, desde que neles haja

familiares e aprovação de uma jornada de oito horas para menores (igual a dos adultos), desde que sob fiscalização do juizado.

Na regulamentação do horário de oito horas de trabalho, o empresariado tem suas demandas atendidas pela possibilidade de aumento da jornada para dez horas, desde que com maior retribuição salarial. Na regulamentação do trabalho feminino, bem como da estipulação da necessidade de dois terços de trabalhadores nacionais no corpo de empregados de uma empresa, não chega a haver maiores problemas. O mesmo ocorre em relação à carteira profissional, considerada pelo empresariado uma providência de grande utilidade e importância.

Apenas com relação à lei de férias pode-se afirmar que o patronato sofre uma substancial derrota, na medida que não abandona uma oposição frontal à instituição de tal benefício, efetivamente imposto pelo Estado.

Em relação ao salário mínimo – que já vinha sendo debatido desde o início da década e que é vigorosamente discutido por ocasião da Constituinte de 1934 e na Câmara em 1935 –, pode-se observar que a posição do empresariado não é mais a de pura reação. Ele procura enfrentar esta regulamentação, defendendo que sua estipulação deveria ter por base as necessidades normais do trabalhador e não as necessidades da família do operário. Porém, se o salário mínimo conseguiu este tipo de aceitação, o mesmo não ocorre com as convenções coletivas de trabalho que, teoricamente, deveriam estabelecer contratualmente as condições de trabalho, tendo como pares os sindicatos operários e patronais. Tal prática seria, na verdade, boicotada pelo empresariado durante toda a década de 30¹⁰.

Poderíamos resumidamente dizer que, se o empresariado caminhou em direção à aceitação da legislação trabalhista, o governo, por sua vez, procurou adequar a regulamentação destas leis, em vários de seus aspectos, às demandas do setor empresarial. Porém, ladeando esta disposição, encontrava-se um aparelho fiscalizador (formado pelas Inspetorias do Trabalho) que, apesar das burlas e da corrupção, garantia de forma bem mais efetiva o começo da aplicação da legislação trabalhista nas empresas.

3.2. Empresariado e legislação previdenciária

Apesar das reivindicações do movimento operário na Primeira República visarem, basicamente, o aumento de salários (o processo inflacionário, particularmente em fins dos anos 10, elevava o custo de vida, deprimindo o valor real das remunerações) e o estabelecimento de melhores condições de trabalho (horário e descanso semanal; trabalho feminino e de menores), as primeiras leis sociais, que assinalam a intervenção do Estado no mercado de trabalho, voltam-se para questões na área da assistência e previdência social.

A primeira delas é a de acidentes de trabalho (1919) que, mesmo não sendo considerada o marco de inauguração de uma política previdenciária no país¹¹, insere-se, sem a menor dúvida, muito mais na área de concessões de benefícios compensatórios, do que na área de regulamentação do processo de acumulação de capital. A lei de acidentes não encontra fortes resistências junto ao setor empresarial por dois fatores. De um lado, pelo momento em que a lei é votada: acabava de ocorrer uma onda de sérias manifestações operárias e a lei era um sinal de paz, que esvaziava uma discussão travada na Câmara em torno do Código de Trabalho. Por outro lado, por seu espírito e por sua forma de implementação.

A lei de 1919 inspirava-se no princípio do risco profissional, que considerava os acidentes riscos de trabalho, responsabilizando o patronato, não por uma falta, mas apenas por uma reparação profissional. Além disso, para assegurar o atendimento à lei são criadas pelas próprias associações de classe patronais companhias seguradoras encarregadas de assegurar o pagamento dos seguros. A possibilidade que o empresariado encontrou organizando e explorando a atividade dos seguros contra acidentes de trabalho sugere mais que uma acomodação a uma nova situação, já que a defesa da manutenção de tais seguros na área privada constituiria ponto de honra em todas as reformas futuras por que passaria esta lei, tanto antes (1924), quanto depois de 30.

Na verdade, quando em 1932 começam a ser feitos estudos para a reforma da lei, com a participação do empresariado, o patronato mantém sua adesão à teoria do “risco profissional”, sustenta a defesa das Companhias de Seguros privadas e demanda uma divisão dos custos de tal empreendimento entre patrões, operários e Estado. A reforma da lei (1934) e sua regulamentação (1935) estende a todos os trabalhadores o benefício de tal seguro, atende aos dois primeiros aspectos reivindicados pelo empresariado, mas mantém os ônus da prestação de assistência médica e das indenizações decorrentes de acidentes de trabalho sob inteira responsabilidade do empresariado¹².

Consensualmente considerada a primeira lei fundamental no campo da previdência social a lei das caixas de aposentadorias e pensões (CAPs), ou Lei Elói Chaves (1923), garantia quatro benefícios básicos à categoria profissional dos ferroviários, a quem se dirigia: ajuda médica, aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio funerário. Além de estar voltada para uma categoria específica de trabalhadores, reunidos por empresa, os benefícios concedidos pela lei não assumiam a concepção de um direito social adquirido por todos em função de sua condição de trabalhador. O modelo orientador da lei era o de um direito contratualmente obtido através do pagamento de uma determinada contribuição ao longo do tempo. A lógica que presidia tal concepção era a do seguro privado; conseqüentemente, os membros da CAPs recebiam atendimentos diferenciados, proporcionais às suas contribuições financeiras.

Concorriam diretamente para os fundos das caixas, empregadores e empregados e indiretamente, o Estado (através de encargos tributários sobre tais serviços, por exemplo). É, portanto, com base em fundamentos atuariais e como um recurso técnico e operacional que fica estabelecido por esta lei que, após dez anos de serviços, o trabalhador só poderia ser demitido por falta grave. O princípio da estabilidade que surge vinculado a questões previdenciárias só ganha independência em 1943, sendo garantido por razões que se vinculam à regulamentação do próprio processo produtivo¹³.

O empresariado não reage a esta lei, já que está ligado à sua formulação e apresentação nos anos 20. Elói Chaves fora secretário de Justiça em São Paulo em 1917 (no período de maiores greves) e é ele mesmo que aponta os empresários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro como elementos que o influenciaram na redação do projeto. A argumentação desenvolvida pelo deputado na defesa de seu projeto é reveladora da dimensão paternalista e elitista que orientaria as iniciativas no campo da política social no Brasil. Segundo ele, o objetivo principal de tais medidas sociais deveria ser impedir choques violentos entre capital e trabalho, promovendo reformas cautelosas que tivessem o patrocínio da própria elite política do país, resguardando o operário dos agitadores profissionais. A própria forma de administração das CAPs materializava bem este espírito. Elas deveriam ser presididas por um conselho administrativo formado por representantes dos proprietários da empresa e dos empregados, gozando do *status* de entidades públicas autônomas, que se encontravam apenas sob supervisão estadual.

Portanto, pode-se perceber que havia uma legislação estatal voltada para o atendimento dos problemas de assistência e previdência social, mas a implementação prática das normas existentes, pautava-se em um modelo contratual pelo qual, “privadamente”, realizavam-se acordos de seguro entre patrões e operários. Este fato é verdadeiro, tanto para os acidentes de trabalho, quanto para as CAPs, embora num sentido diverso.

E só em 1933, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que o Estado intervém mais diretamente na área do seguro social, estendendo a todos os profissionais de uma categoria – e não mais de uma empresa – tais benefícios compensatórios¹⁴. A vinculação desta orientação ao modelo de organização sindical é evidente, sobretudo porque o Estado procurava condicionar o recebimento de benefícios advindos da legislação social à situação de trabalhador sindicalizado. Assim, a sindicalização, que formalmente era facultativa, assumia um caráter verdadeiramente compulsório.

A criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – o dos comerciários é de 1934 e o dos industriários de 1936 – assinala mudanças nas formas de financiamento e administração face às CAPs, significando basicamente uma centralização de recursos nas mãos do Estado e um poder decisório crescente sobre as

instituições previdenciárias. O fato de a alta cúpula dos IAPs ser nomeada pelo chefe do governo e o fato de os representantes de empregadores e empregados serem indicados pelos sindicatos oficiais revela o novo interesse do Estado pela legislação previdenciária. Assim, a partir de 1933, coexistem, lado a lado, uma forma de atendimento previdenciário por instituições estatais – os IAPs – e uma forma de atendimento por instituições autônomas – as CAPs, que foram reunidas numa única caixa, sob este mesmo modelo, em 1935.

Na verdade, a criação dos institutos vai transformar a previdência num dos possíveis mecanismos de acumulação de capital sob controle estatal: a partir de 1930, inaugura-se uma política contencionista nesta área, sendo a proporção de despesas menor do que a de recursos deixados em reserva. Tais recursos seriam, inclusive, freqüentemente desviados de gastos com assistência aos trabalhadores para outras finalidades, tais como depósitos bancários, empréstimos privados, subscrição de ações de companhias estatais etc¹⁵. Este novo papel da previdência teria efeitos nada desprezíveis em termos da ótica empresarial, sobretudo se considerarmos que a partir desta data retoma-se o fluxo de expansão econômica interrompido desde fins da década de 20.

Pode-se observar, neste aspecto, uma relativa distinção na forma como o empresariado enfrenta a regulamentação das condições de trabalho (a legislação de fábrica) e a forma como enfrenta a regulamentação dos benefícios sociais (a legislação previdenciária). No primeiro caso, o padrão básico é o de resistência, procurando-se bloquear e adiar a implantação das leis, além de buscar-se a minimização de seus custos materiais. No segundo caso, ou há explícito apoio, ou procura-se apenas ajustar o cumprimento da lei aos interesses da classe. Evidentemente, a própria natureza da política previdenciária e assistencial – distante das questões que envolviam diretamente o processo de acumulação de capital – explicam tal diferença. Por outro lado, os custos destas medidas são basicamente compartilhados com o Estado e com os próprios trabalhadores, sendo seus efeitos políticos altamente favoráveis e convergentes com uma ideologia paternalista, misto de controle e filantropia.

3.3. Empresariado e legislação sindical

Sem dúvida, todo o conjunto de leis que constitui a política social do pós-30 tem como ponto de inflexão a legislação sindical.

Esta legislação vinha romper com todo um modelo, caracterizado pela formação de associações e sindicatos como órgãos privados de representação de interesses, consagrado pelo Decreto nº 1.637, de 21 de janeiro de 1907. Este decreto reconhecia a existência de categorias sociais atuantes na defesa de seus interesses, considerando-as atores sociais legais, livres de qualquer intervenção do Estado nos domínios de suas associações autônomas¹⁶.

Em seguida à criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, decreta-se a primeira das leis que regulará a sindicalização das classes nesta década: o Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931. Inovando em uma série de pontos muito importantes, este decreto instituía um modelo de organização associativa fundado no sindicato único, sob tutela do Estado.

A organização sindical constituía-se, assim, numa das pedras de toque da política social do pós-30, pois afigurava-se como um dos instrumentos principais para a realização do próprio projeto global de “colaboração de classes”. Em relação ao movimento operário, a legislação sindical tinha como objetivo a destruição das organizações independentes que se orientavam pelo princípio da “luta de classes”, trazendo os sindicatos e as novas elites trabalhadoras para a órbita da cooperação com o Estado. Mas a legislação sindical dirigia-se igualmente ao patronato, que vê com descontentamento a intervenção governamental em sua própria estrutura associativa. Além disso, embora aplaudindo o objetivo controlador de tal legislação no que se refere ao operariado, inquieta-se ante sua face “mobilizadora”, particularmente perigosa na conjuntura instável do pré-35. De fato, esta preocupação do empresariado não era inteiramente nova, uma vez que mesmo na Primeira República já haviam sentido o “peso” dos interesses eleitorais de certos setores políticos que procuravam apoio junto às camadas populares, “criando” exigências e problemas que, na verdade, não existiam¹⁷.

É por estas razões que o patronato reage à nova lei de 1931, organizando-se para oferecer um projeto alternativo e participando de uma comissão oficial para estudar e reformar a lei, no início de 1933. Os pontos de crítica a esta legislação são diversos, sendo em grande parte reafirmados nos debates da Constituinte de 1934. A grosso modo, entretanto, pode-se ressaltar alguns aspectos centrais.

Em primeiro lugar, as associações de classe patronais, embora aceitando e apoiando as intenções harmonizadoras da lei, opõem-se à interferência governamental em seus órgãos de classe. Evidentemente, o que se deseja é criar, para as associações patronais, obrigações distintas daquelas impostas aos sindicatos de operários. Esta postura manifesta-se claramente na prática empresarial, pois quando o Governo Provisório condiciona a apresentação de representantes classistas na futura Constituinte à formação de sindicatos profissionais reconhecidos legalmente, o patronato, tenta reagir, explicitando o não-cumprimento do decreto de 1931¹⁸. Frente à inflexibilidade governamental, as associações de classe empresariais coordenam um movimento de formação de sindicatos, ficando evidente que, para o empresariado existia neste período um duplo sistema de organização e representação de interesses. Um sistema real, fundado nas associações de classe existentes há décadas e um outro formal, centrado nos sindicatos oficiais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em segundo lugar, o empresariado do comércio e da indústria vincula suas pressões por uma expansão da autonomia sindical – embora mantendo o sindicato

na órbita do Estado como seu colaborador e órgão consultivo –, às críticas ao modelo de unidade sindical. As objeções à proposta de sindicato único encontram-se nos relatórios das associações de classe patronais desde 1931, sendo igualmente reafirmadas nos debates da Constituinte de 1934. Tal questão assume um duplo aspecto para o empresariado. De um lado, não interessa ao patronato a organização de um único órgão oficial representativo de seus interesses, segundo orientação de categorias profissionais. Sua experiência associativa anterior não se pautava por tais princípios e já se encontrava solidamente, reconhecida tanto dentro do setor empresarial, quanto na própria área governamental. Por outro lado, o empresariado teme a formação do sindicato único por parte do operariado, quer sob a influência de um movimento sindical independente, quer mesmo sob a direção do Estado.

Neste sentido, pode-se verificar que, ao menos até 1934, os setores do comércio e da indústria congregam-se majoritariamente em torno da defesa da pluralidade e da autonomia sindicais, aproximando-se de uma outra forte e importante corrente que, por razões distintas, também opõe-se ao sindicato único sob tutela estatal: os representantes do pensamento católico, mobilizados e organizados na Liga Eleitoral Católica (LEC). Portanto, o patronato vai mostrar-se simpático à orientação sindical consagrada pela Constituição de 1934, como também à nova lei de sindicalização que, poucos dias antes da promulgação do texto constitucional, é sancionada pelo Governo Provisório. O Decreto nº 24.694 de 12 de julho de 1934, reformando a lei de 1931, rompe com o princípio da unidade sindical e amplia o espaço de autonomia dos sindicatos, embora conservando a exigência do reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho.

A atuação do empresariado no que se refere a estas duas leis de sindicalização constitui, assim, um indicador precioso da orientação político-ideológica que adota nos primeiros cinco anos da década de 30. O que fica claro em sua prática associativa e político-partidária e também em seu discurso é uma cautelosa reação a modelos de organização sindical que, sob o controle de um Estado forte, possam embasar políticas de cunho nitidamente corporativista. Até este momento, mesmo considerando-se a existência de greves e de alguma resistência operária ao enquadramento sindical, o empresariado opõe-se à maior interferência governamental sobre o processo de sindicalização, embora reconheça e apoie o princípio controlador desta legislação que objetiva, principalmente, o desmantelamento do movimento operário independente.

Este tipo de postura por parte do empresariado não significa, entretanto, o abandono ou a diminuição de uma perspectiva repressiva em relação aos trabalhadores, mas sim a defesa de um espaço próprio mais protegido e amplo para sua própria ação associativa. Mais uma vez, procuramos destacar as distinções entre o apoio a uma proposta autoritária e o apoio a um certo formato autoritário nitidamente corporativo, nos primeiros anos da década de 30. Desta forma, as

alterações ocorridas no posicionamento da burguesia urbana, que de uma crescente aproximação chegou à aceitação de uma estrutura sindical corporativista, devem ser analisadas à luz das transformações da conjuntura política da época. Neste sentido, o ano de 1935 assinala um momento crucial neste processo, pois a radicalização e a agitação política que marcam seu transcurso jogam papel-chave nas opções que a partir de então o empresariado passa a tomar. Importa, contudo, enfatizar, que tais opções são construídas no desenrolar dos acontecimentos, não sendo previamente dadas pela orientação que a legislação sindical possa apresentar em favor da burguesia.

É dentro deste processo que se deve entender a relativa ausência de reação por parte do empresariado à última e definitiva lei de sindicalização da década: o Decreto nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Seguindo a orientação da Carta Constitucional de 1937, após o golpe do Estado Novo, o decreto reinstituiu a unidade sindical e o sistema de tutela do Estado sobre os sindicatos, rompidos pela lei de 1934. Na verdade, entretanto, os dispositivos desta lei vinham, na prática, há muito sendo ignorados pela ação repressiva da polícia, sancionada pelo próprio Ministério do Trabalho. Assim, desde 1935, o clima em relação aos problemas sociais começa a alterar-se, particularmente no que diz respeito às questões sindicais. O próprio ministro Agamenon Magalhães não esconde o fato de ser claramente contrário aos dispositivos de 1934, reprimindo abertamente os atos de “indisciplina” da massa trabalhadora e prendendo lideranças sindicais, a despeito da situação legal que, formalmente, veta tais procedimentos.

Desta forma, a lei de sindicalização de 1939 vem reforçar e instituir uma situação que vigorava de fato desde 1935 para o movimento operário. Entretanto, o projeto corporativista de sindicalização volta-se igualmente para o empresariado, e é justamente neste ponto que se pode sentir o quão diferencial seria sua aplicação.

Durante todo o período de 1930 a 1937, o patronato sustentara, na prática, a manutenção de suas associações privadas, realizando uma verdadeira reorganização desta estrutura para conservá-la à margem das normas oficiais. É só após 1939 que, efetivamente, parte-se para o reconhecimento oficial dos sindicatos profissionais dos setores do comércio e da indústria. Porém, tal “enquadramento” não implica a eliminação da antiga estrutura associativa, uma vez que são mantidas as associações comerciais e que ao lado das federações industriais, criam-se os centros industriais de caráter privado, que chegam a receber, oficialmente o *status* de órgãos técnicos e consultivos do Estado¹⁹.

Por outro lado, mesmo após 1939, o empresariado continua resistindo a dar cumprimento ao dispositivo que o obriga a reconhecer o fator trabalho, através dos sindicatos oficiais, como um elemento contratante, ponto essencial dentro do modelo corporativista a ser implantado. Assim, mesmo com a proibição do direito

de greve, com o enquadramento dos sindicatos operários e com a mediação do Estado, o empresariado recusa-se “a tratar sobre salários com associações operárias”²⁰.

As convenções coletivas de trabalho não se tornam realidade após 1939, quando o empresariado ganha a tutela do Estado sobre o movimento operário, de uma forma que vai tornar-se duradoura na história das relações capital-trabalho.

3.4. *Empresariado e Justiça do Trabalho*

Há muitas outras providências no campo da política social que, dizendo respeito à criação de mecanismos legais para a resolução de dissídios trabalhistas entre patrões e empregados, constituem um conjunto de normas, ao mesmo tempo complementares e fundamentais para o asseguramento da obra de legislação social. Este conjunto de instrumentos legais era peça essencial tanto para a avaliação do real cumprimento das leis, quanto para o controle e arbitragem governamental sobre as reações dos trabalhadores.

Os dois primeiros decretos deste teor datam de 1932 e instituem as comissões mistas de conciliação e as juntas de conciliação e julgamento. Às comissões cabia dirimir os litígios de natureza coletiva entre empregadores e empregados; sua atuação dirigia-se às controvérsias advindas dos contratos coletivos de trabalho. Justamente por isso, receberam forte resistência do patronato que, negando-se a tratar com os sindicatos, obtêm importantes vitórias práticas neste terreno. Assim, dois ministros reconhecem sucessivamente o não-funcionamento das comissões frente à oposição e às burlas movidas pelo empresariado. Já as juntas, encarregadas de dirimir litígios de natureza individual entre empregadores e empregados, têm ampla aceitação por parte do empresariado, passando a funcionar com resultados apreciáveis.

A oposição movida pelo patronato às Comissões Mistas de Conciliação tinha sua razão de ser no repúdio às normas das convenções coletivas de trabalho, e não propriamente aos mecanismos que se propunham legalmente e sob arbitragem do Estado, a absorver os conflitos trabalhistas. Quanto a este aspecto principal da questão, o empresariado encontrava-se inteiramente concorde, associando a necessidade de implantação de uma Justiça do Trabalho à supressão de qualquer padrão de resistência por parte dos trabalhadores que fugisse aos mecanismos legais de arbitragem. Grande parte do setor empresarial, inclusive, fundamentava sua rejeição ao reconhecimento do direito de greve, através da seguinte argumentação: ou suprimia-se o direito à resistência, ou não se criava uma Justiça do Trabalho. Os dois estatutos seriam, portanto, incompatíveis dentro desta lógica patronal.

Na verdade, a implantação definitiva da Justiça do Trabalho no Brasil ocorreria em 1939 (Decreto-lei nº 1.237, de 1º de maio de 1939), quando o direito de

greve não existia. A constituição da Justiça do Trabalho segue um longo processo que, iniciando-se em 1932, passa pelas discussões que se travaram na Constituinte de 1934 e na Câmara em 1935-36. A orientação a lhe ser dada vinha sendo definida, portanto, tendo em vista as insuficiências e os problemas enfrentados pelas comissões mistas de conciliação. A instituição da Justiça do Trabalho visava, basicamente, impedir que os dissídios coletivos evoluíssem para conflitos abertos, sem juízo arbitral obrigatório para as partes, como ocorria no caso anterior. Além disso, com a Justiça do Trabalho resolvia-se um problema de jurisdição, já que até então era a Justiça comum que dava execução às sentenças julgadas na área trabalhista.

Com o estabelecimento da Justiça do Trabalho, a fixação dos salários converte-se num fato jurídico, determinado no interior de um aparato institucional específico que, mediando entre os interesses do capital e do trabalho, apresenta-se como um poder neutro de regulação do mercado²¹.

4. *Considerações finais*

Foi no pós-30 que a legislação social como um todo – no que se refere à legislação trabalhista, previdenciária e sindical – ganhou contornos imensamente mais amplos e articulados em seus objetivos políticos e em importância social. Neste sentido, a elaboração e a real implementação de uma “nova política social” pelo Estado constitui-se em um dos eixos fundamentais da própria orientação política mais global da década. Sua compreensão é essencial não só para uma melhor percepção das questões de política econômica (e aí particularmente da problemática ligada à industrialização), quanto das próprias questões que envolvem o jogo político de disputas e alianças e a incorporação de novos atores.

A primeira constatação que se pode realizar é que, justamente no período em que se abre um novo espaço para a afirmação dos interesses de classe do empresariado do comércio e da indústria, uma política social é definitivamente efetivada pelo Estado. E justamente na década de 30 que o empresariado “perde” o poder de bloquear a elaboração e a aplicação destas leis, redefinindo sua atuação em face de um operariado mais reivindicativo e de um aparelho de Estado munido de recursos de natureza excepcional.

Na verdade, o que procuramos ressaltar neste texto é que, no pós-30, inaugura-se um padrão de relações entre Estado e empresariado marcado exatamente pelas tensões geradas pelo estabelecimento de um governo forte, que de um lado se mostra capaz, decidido e interessado na implantação das leis sociais e, de outro, mais permeável à influência e à participação do patronato no processo de elaboração destas leis. Assim, se comparadas ao período da República Velha, as relações entre Estado e patronato aumentaram em número e importância, ao mesmo tempo que as possibilidades de o empresariado bloquear a execução da

política social diminuíram, golpeadas pelos reforçados recursos políticos do Estado.

É por esta razão que podemos observar que se desenvolve simultaneamente, uma intensa colaboração e um vivo protesto desta fração de classe burguesa à nova política social do Estado. Este aparente paradoxo indica-nos que os choques ocorridos entre Estado e empresariado são muito mais uma evidência de aproximação do que um sinal de afastamento entre ambos. Este entendimento é, portanto, fundamental para a compreensão da metamorfose que sofreu a atuação política do patronato no enfrentamento da questão social. Esta transformação consistiria em não mais tentar impedir a implementação da legislação social, mas buscar retardar, “corrigir” e “adaptar” os termos das referidas leis. O empresariado, redimensionando os limites de sua ação, procuraria basicamente: 1) minimizar os custos econômicos destas leis e 2) reduzir a margem de interferência que o Estado projetava exercer sobre as empresas privadas.

Desta forma, o patronato explicitaria seu reconhecimento dos direitos sociais, aceitos como complemento essencial aos direitos individuais do cidadão. Entretanto, era preciso cuidar para que o intervencionismo do Estado no campo social não chegasse aos exageros de, visando combater as desigualdades de riqueza, compartilhar de orientações desvirtuadoras, de origem socializante. Os empregadores, por conseguinte, procuravam deixar claro que não eram contrários às leis sociais, mas sim aos excessos que identificavam a assistência ao trabalhador com políticas de ataque à propriedade privada e à livre iniciativa econômica.

No diagnóstico que efetuavam sobre a questão social no Brasil, ressaltavam suas características distintas: em nosso país o problema não era o da distribuição de riquezas, mas o de sua criação. Estabelecia-se, assim, que toda a política social deveria ter uma orientação coordenadora e preventiva, ao invés de repressora e distributiva. Só dentro destes limites a política social poderia constituir-se num fator de equilíbrio social e estímulo econômico, não se transformando em elemento gerador de distúrbios, estagnação e crise.

A aceitação do intervencionismo do Estado no campo social não chegava contudo, a eliminar diferenciações nos pontos de vista do empresariado. Assim, havia aqueles que já encaravam a legislação social como um dever do Estado e um direito dos trabalhadores, aos quais o patronato deveria curvar-se, sob pena de correr riscos políticos e econômicos maiores. Percebia-se que uma eficiente política trabalhista, com ampla dose de controle sobre o movimento operário, poderia remover inúmeras causas de atrito social, além de implicar medidas que, elevando o padrão de vida da população, contribuíam verdadeiramente para o desenvolvimento do país. Mas havia também aqueles que ainda consideravam a legislação social sob a ótica filantrópica, vendo o papel do Estado como reparador, quase que caritativo. Neste caso, a política social surgia como uma política de “solidariedade

humana”, como uma interferência moral nas relações econômicas dominadas por um individualismo desumano.

Esta diferenciação no seio do empresariado – que poderia, sem dúvida, ser somada a outras – não chega, contudo, a comprometer sua unidade de ação política no enfrentamento da regulamentação do mercado de trabalho. Tal fato pode ser explicado em função da própria natureza do problema enfrentado que, de forma bem clara e explícita, opõe direta e conflituosamente os interesses da burguesia e do operariado. É neste sentido, e considerando os próprios limites da força política e econômica desta fração de classe, que podemos compreender por que a atuação do patronato é fundamentalmente reativa, tanto no que se refere às demandas e pressões de classe operária, quanto à atuação intervencionista do Estado na questão. Sua estratégia procura sempre *bloquear, retardar* ou *limitar* as iniciativas governamentais no campo da legislação social. O empresariado, sem conseguir impedir ou transformar o curso de desenvolvimento deste tipo de política, teria sucesso ao conseguir alterar substantivamente o ritmo e o formato das soluções finais encontradas.

A presença política efetiva do empresariado no processo de evolução de nossa legislação social estaria marcada, basicamente, pelo exercício de seu “poder de veto”, qual seja, por sua capacidade de limitar e intervir as alternativas do poder público no terreno da questão social²².

Uma última observação ainda se faz necessária para um balanço do contexto em que se deu o posicionamento dos setores empresariais em face da política social da década de 30. Ela diz respeito ao fato de que a legislação trabalhista e previdenciária foi implementada neste período, ao mesmo tempo que uma legislação sindical – cuja marca é a repressão a formas autônomas de organização do movimento operário – foi definida e imposta pelo Estado.

Desta forma, é preciso não esquecer que, concomitantemente ao estabelecimento de leis, de fato, respondiam a antigas demandas operárias e asseguravam melhores condições de trabalho, implementava-se uma política sindical que submetia e controlava o movimento operário.

O objetivo maior da política social do pós-30 expressava-se, assim, pela desmobilização do movimento operário – o que garantia um ambiente de paz social e colaboração entre as classes, altamente compensador da ótica do patronato. Se efetivamente o cumprimento da legislação social significava custos econômicos e até algumas derrotas políticas, o saldo da junção entre legislação trabalhista e sindical era sem dúvida favorável ao empresariado, particularmente se considerarmos o tratamento diferencial conseguido por suas organizações associativas.

As repercussões da legislação social no pós-30 podem, portanto, ser encontradas não só na ausência de greves no período que vai de 1935 a 1942, mas igualmente no aumento de produtividade da mão-de-obra empregada – o que sem dúvida associa-se ao primeiro fato. Neste sentido, a legislação social constituiu-se em fator favorável ao processo de acumulação de capital, ao sujeitar politicamente o trabalhador e ao conduzir o Estado para uma orientação francamente protetora dos interesses do empresariado, inclusive nesta área de políticas públicas.

NOTAS

1. Ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira* (Rio de Janeiro: Campus, 1979), p. 71.
2. Ver Luís Werneck Viana, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976), pp. 31 e seg.
3. Ver Eli Diniz, *Empresário e Estado no Brasil: 1930-1945*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (São Paulo: 1977), pp. 78 e seg.
4. Ver Ângela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937* (Rio de Janeiro: Campus, 1979), pp. 55-62.
5. *Ibidem*, p. 204.
6. Ver Luís Werneck Viana, *op. cit.*, p. 207.
7. Ver Wanderley Guilherme dos Santos, *op. cit.*, p. 29.
8. Para um depoimento sobre o ponto de vista operário, ver Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil* (São Paulo: Edaglit, 1962). Para um depoimento sobre a ótica patronal, ver Otávio Puppo Nogueira, *A indústria em face da lei do trabalho* (São Paulo: Salesianos, 1935).
9. Ver Ângela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 225.
10. Ver Luís Werneck Viana, *op. cit.*, p. 149.
11. Só em 1967, com a criação do INPS, os benefícios referentes a acidentes de trabalho são integrados à área da política previdenciária do Estado, extinguindo-se as companhias seguradoras privadas que operavam neste setor. Ver James M. Maloy, "A política de Previdência Social: participação e paternalismo", *Dados* nº 13 (Rio de Janeiro: 1976), p. 110.
12. Ângela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, pp. 172-5 e pp. 230-1.
13. Ver James Maloy, *op. cit.*, e Wanderley Guilherme dos Santos, *op. cit.*, p. 27.
14. Em 1926 o sistema das CAPs é estendido a estivadores e marítimos, mas segundo a base da empresa empregadora.
15. Ver Sônia Maria Fleury Teixeira, "Assistência médica previdenciária: evolução e crise de uma política social", *Saúde e Debate*, CEBES (Rio de Janeiro: 1980), p. 27.
16. Ver Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos* (São Paulo: Alfa Ômega, 1978, 2ª ed.), cap. IV.
17. Ver Otávio Puppo Nogueira, *op. cit.*, "Introdução".
18. Ver Ângela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 308.

**AS CLASSES URBANAS NO BRASIL E O LEGADO DA
DÉCADA DE 1930.**

Robert M. Levine

Tradução de Sérgio Lamarão e Dora Rocha Flacksman

A intensidade com que os trabalhos acadêmicos recentes têm se voltado para as questões urbanas – particularmente para a evolução do movimento operário brasileiro – é, sob vários aspectos, surpreendente. Os trabalhos históricos tradicionalmente enfatizaram os temas rurais: os ciclos econômicos, a vida na *plantation*, as relações raciais, a herança patriarcal¹. A abordagem ruralista culminou em 1933 com o lançamento do pioneiro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, e de *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, uma fecunda coletânea de ensaios que propunham uma nova periodização e enfocavam a dependência econômica do Brasil². Apenas no final da década de 1950 e no início dos anos 1960 surgiu um interesse substancial pelas questões urbanas³. Um ponto fundamental nos estudos urbanos ainda não foi suficientemente aclarado: os tipos das cidades brasileiras. A carência de uma tipologia urbana leva a considerar “urbanas”, no espaço deste trabalho, as cidades industriais do tipo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. É bem verdade que, devido à falta de uma documentação facilmente acessível, o esforço (nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall) para “penetrar no mundo desaparecido da classe trabalhadora” enfrenta obstáculos⁴. Mas novas fontes surgiram, incluindo os documentos do pioneiro das lutas trabalhistas Edgard Leuenroth e os historiadores começaram a aplicar novos métodos ao estudo das massas do “homem comum”.

Citando Eric Hobsbawm, Pinheiro e Hall ressaltam que a tentativa de reconstruir a história da classe trabalhadora não deve ser isolada do contexto histórico mais amplo⁵. Dificultadas ficam as análises sobre os grupos de trabalhadores urbanos se isoladas, num sentido mais amplo, do trabalho citadino como um todo. O sindicalismo não se explica isoladamente, como é válida qualquer análise de forma trabalhista. Hobsbawm adverte que os estudos sobre a classe trabalhadora deveriam tratar não apenas de seus “quadros minoritários de líderes e aderentes”, mas da classe operária em sua configuração mais ampla, a massa desorganizada. Desde que a história do movimento trabalhador é parte da história da sociedade, as relações de classe devem ser examinadas como relações entre classes. Portanto, a história do movimento trabalhador deve ser vista como uma superposição de camadas⁶. No entanto, a historiografia tradicional do movimento trabalhador tem seguido um caminho estreito, dando mais ênfase aos sindicatos do que à estrutura e à qualidade de vida da classe operária. Eugene Sofer analisa esta situação:

“Em contraste com a história do movimento trabalhador, a história da classe operária examina os valores, as tradições e as instituições que refletem a consciência de classe e, por isso mesmo, tornam-se fontes dinâmicas e mutáveis erigidas pelos trabalhadores em circunstâncias particulares da sociedade. O conceito implica também o fato de que os trabalhadores devem ser vistos como atores históricos conscientes, que contribuem para e ajudam a definir a mudança, e não apenas a absorvem ou reagem a ela. A história do movimento trabalhador tradicional, por outro lado, raramente penetra na estrutura ou no comportamento eleitoral do sindicato para definir, explorar e analisar de que modo a cultura e a consciência de classe operária afetam a política”⁷.

Isto não significa que todos os estudos recentes sobre o movimento trabalhador brasileiro carecem de utilidade ou de profundidade. O estimulante *Trabalho urbano e conflito social* de Bóris Fausto fornece uma visão dinâmica do combativo movimento operário brasileiro entre 1890 e 1920, num esforço pungente para ganhar legitimidade em meio a um ambiente hostil⁸. Michael M. Hall examina a imprensa de língua estrangeira para obter um retrato sobriamente realista da força de trabalho imigrante de São Paulo no período anterior a 1920. Celso Frederico lança mão de entrevistas com trabalhadores em fábricas para testar teorias sobre o caráter de transição da sociedade agrícola influenciada pela modernização e pelas condições geradas pela dependência. Paula Beiguelman estudou a luta da classe operária em Santos e São Paulo no período entre 1889 e 1920, examinando o legado de repressão. Ângela Maria de Castro Gomes oferece uma síntese detalhada da trajetória e das descontinuidades da legislação social de 1917 a 1937⁹. Os cientistas políticos e os historiadores examinaram o impacto da dependência sobre o movimento trabalhador e a classe operária, uma herança que Erickson, Peppe e Spalding chamam de “padrão específico de economias nacionais” dentro do sistema capitalista mundial¹⁰. Outras importantes coleções de documentos, memórias e estudos também foram publicados¹¹.

Ainda assim, falta-nos uma visão multidimensional da profundidade e da amplitude da população urbana do Brasil. Não dispomos de dados precisos com relação ao tamanho e à composição interna da massa urbana em formação. Há uma necessidade premente de estudos sobre a estratificação interna da “massa urbana desorganizada” de Hobsbawm. Possuímos um modelo desse tipo para o México do início do século XIX: analisando as estatísticas demográficas de Querétaro e de outras cidades, Torcuato S. Di Tella identificou dentro das classes trabalhadoras uma hierarquia intraclasse comportando cinco níveis¹². Avançando além da categoria abrangente de “classe operária urbana”, Di Tella consegue nos mostrar que existia uma “escala social caótica”, “cheia de arnadelhas e quedas perigosas, mas também com súbitas recuperações e aberturas econômicas”¹³. A classe baixa, que à primeira vista aparenta homogeneidade, revela-se diversa e fluida dentro de seus limites de classe.

Este ensaio baseia-se em três pressupostos. Primeiro, que desde o final do século XIX a estrutura de classe urbana do Brasil tem sido arranjada em camadas verticais e dividida horizontalmente entre linhas étnicas e ocupacionais, condições hostis à formação da consciência de classe. Segundo, que a superpopulação urbana lançou os trabalhadores, especialmente os migrantes e os jovens à procura de trabalho, num vasto amontoado extralegal, não protegido pela legislação social. Os operários especializados formaram uma elite trabalhadora, enquanto os outros constituíram um proletariado em constante mutação. Terceiro, que a aversão dos empregadores à atividade sindical precipitou uma repressão severa contra os grevistas, os quais, liderados sobretudo por estrangeiros, eram particularmente vulneráveis. Os políticos, que estavam ligados aos grandes proprietários de terras, aprovaram o uso da violência para impor o conceito da elite sobre lei e ordem.

Os sindicatos brasileiros, tal como se formaram no início do século XX, operavam isoladamente uns dos outros, a despeito dos esforços para se organizar federações. Porta-vozes individuais dos sindicatos lutavam por sua própria gente, raramente apoiando os trabalhadores de outras organizações e preferindo compensações econômicas imediatas a objetivos a longo prazo ou a causas que abrangessem as classes baixas urbanas como um todo.

Os sindicatos, que não tinham permissão legal para promover greves, refletiam a visão social da elite. Ironicamente, os únicos movimentos “revolucionários” da sociedade brasileira antes de 1930 ocorreram entre as fileiras dos privilegiados: os jovens tenentes das forças armadas e os intelectuais de vanguarda envolvidos no movimento modernista da década de 1920. Os líderes trabalhistas, divididos por disputas internas de natureza ideológica e aturdidos pelos métodos sofisticados usados pela polícia para dissolver as manifestações públicas e neutralizar os esforços dos militantes, assistiram impotentes, após 1930, o governo federal engolir o movimento trabalhador e apertar os parafusos do controle social.

A POPULAÇÃO SOCIAL

Definir e classificar a classe trabalhadora urbana coloca problemas, a despeito do fato de os censos de 1872, 1900 e 1920 terem organizado tabelas de profissões – uma vasta categoria que incluía tanto os empregados como os temporariamente (ou permanentemente) desempregados. Medir a população economicamente ativa (os indivíduos que fornecem trabalho para a produção de bens e serviços) é ainda mais difícil, especialmente em relação às décadas mais distintas. Em 1872, a força de trabalho era pequena – cerca de cinco milhões de pessoas – e aproximadamente 70% agrícola. Somente na década de 1940 os trabalhadores rurais passaram a representar menos da metade da força de trabalho empregada. Apenas 9,9% da população economicamente ativa se encontrava empregada em manufaturas, em 1940¹⁴.

A estrutura da classe urbana obedecia a uma hierarquia ocupacional:

TABELA I

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO URBANA DAS
CIDADES BRASILEIRAS DURANTE A REPÚBLICA VELHA

Nível um:	Proprietários Advogados, médicos, outros profissionais Clero Grandes comerciantes; grandes industriais
Nível dois:	Funcionários do governo Donos de pequenas indústrias e oficinas; pequenos comerciantes
Nível três:	Empregados no comércio Funcionários de empresas privadas Artesãos
Nível quatro:	Operários especializados Operadores de máquinas Trabalhadores em transporte; estivadores; empregados marítimos Operários semi-especializados
Nível cinco:	Jornaleiros (pessoas que trabalham por jornada); biscateiros; trabalhadores semi-rurais Empregados domésticos Vendedores de rua, ambulantes, guardas, prostitutas

As classes média e alta ocupavam os primeiros três níveis da escala. Em geral, esses três níveis compartilhavam a visão de mundo dos mais ricos: como cidadãos urbanos, aplaudiam o progresso material, apoiavam a expansão dos serviços governamentais e, com exceção da minoria mais abastada, eram bastante atingidos pelo aumento do custo de vida¹⁵. A mobilidade dentro desse segmento, que contava com menos de um habitante em dez, era teoricamente possível, mas só raramente ocorria.

O nível quatro abrangia a classe operária. Continha uma proporção muito grande de estrangeiros e constituía a única fonte de recrutamento dos sindicatos. Virtualmente, todos os participantes das greves mais importantes ocorridas entre 1901 e 1921 provinham desse setor ocupacional. A fábrica e o capitalismo comercial aumentavam a distância entre o nível quatro e o nível cinco. Os poucos

Adaptada de Torcuato S. Di Tella, "The dangerous classes in early nineteenth century México", *Journal of Latin American Studies*, 5 (1973), pp. 100-101.

trabalhadores que eram suficientemente bem pagos para adquirir uma propriedade ou poupar se beneficiavam com o crescimento industrial. Mas a maioria dos trabalhadores caía presa de ocupações não especializadas, e um abismo separava os operários especializados ou semi-especializados do nível quatro do instável proletariado do nível inferior.

Os ocupantes do nível cinco, na maior parte caboclos e negros nativos, tendiam a se comportar de maneira subserviente para com seus “superiores”, embora dentro do seu mundo, praticamente invisível para os estranhos, a violência e a agressividade corressem soltas. Muitos vinham para as cidades como migrantes do interior rural, não apenas atraídos pelo desejo de mobilidade ascensional, mas forçados pelo desespero: a vida no interior era ainda mais difícil do que a vida nas favelas das cidades. Até as áreas prósperas do café estavam tão bem supridas de braços para o trabalho, que muitos dos imigrantes que haviam sido recrutados graças ao oferecimento de uma viagem subsidiada ao Brasil abandonavam o campo em busca dos centros urbanos, especialmente a cidade de São Paulo*. As elites da cidade devem ter compreendido o fato de que não havia empregos suficientes para os recém-chegados. Em consequência, as redes de trabalho informal espalharam-nos entre o vasto e instável bolo de homens e mulheres sem especialização que dependiam das migalhas da vida da cidade. As cidades produziram especialistas em marginalidade – xepeiros, músicos de rua, lavadeiras, pequenos criminosos –, mas também criaram pequenas fábricas, lojas e firmas que colhiam seus empregados entre os não especializados e pagavam salários de fome. Enquanto isso, a força de trabalho formal dobrava de tamanho entre 1910 e 1920, e continuava a crescer a despeito da interrupção do crescimento econômico do início da década de 1920¹⁶.

As cidades brasileiras se expandiram a partir do impacto combinado da imigração, da migração e do crescimento natural da população. Entre 1906 e 1920, o Rio de Janeiro dobrou sua população; seus 1.900.000 habitantes em 1928 representavam um total dez vezes maior do que um século antes¹⁷. Como os cariocas abastados preferiam construir suas casas no plano, os morros e montanhas da cidade foram cedidos aos posseiros e a seus barracos precariamente construídos, as favelas. Para muitos moradores da cidade, as favelas, empoleiradas sobre despenhadeiros íngremes, nem sempre pareciam feias e eram aceitas como parte da paisagem do Rio. Os arquitetos urbanos demonstraram que padrões de vida baixos nem sempre são visivelmente manifestos no ambiente urbano. Norma Evenson ressalta que as favelas cariocas, por mais miseráveis e superpovoadas que sejam, exibem uma “adaptação sensível da construção ao local”, e que, como o

* As pesquisas sobre a migração para as cidades têm ultimamente desafiado a tradicional interpretação *push-pull* (expele-atrai) da migração, ao revelar a pouca relação existente entre o grau de pobreza rural e o fluxo migratório. Ver Janice E. Perlman, *The Myth of Marginality*, Berkeley, 1967, pp. 66-69, e Gino Germani, *Emigración del campo y sus causas*. Horácio Gilberto, et. al, *Sociedad, economía y reforma agrária*. Buenos Aires, s/d., p. 74.

meio físico tropical é quase sempre luxuriante, a uma certa distância as favelas escondem sua verdadeira natureza¹⁸.

Os altos preços da terra, resultado da desenfreada especulação imobiliária entre os ricos e do desejo das elites de residir no centro da cidade, levaram a classe operária a se alojar em casas de cômodos situadas em bairros periféricos, geralmente comerciais. Os cortiços, em geral casarões de alvenaria decadentes, divididos pelos proprietários, abrigavam oito, dez ou mais pessoas num único quarto mal arejado. Um levantamento de 1918 revelou que apenas 15% dos cortiços do Rio possuíam um banheiro para 20 moradores, e que 10% ofereciam um banheiro para 200 moradores¹⁹. Luís Edmundo descreve as condições do Morro do Castelo, um bairro operário do Rio de Janeiro, no início do século XX: um amontoado de velhos casarões divididos em cubículos, sem ar ou ventilação, repartidos promiscuamente por numerosas famílias, por pessoas que saíam de madrugada para o trabalho distante carregando o almoço embrulhado em jornal. Os homens são “pálidos, com a barba por fazer, e seus rostos cansados mostram doenças e uma penúria extrema”. As mulheres são “bestas de carga... suas saias molhadas da água dos tanques, onde trabalham da madrugada ao anoitecer ... seus filhos doentios, amarelados, os corpos cobertos de feridas... sujos e briguentos”²⁰.

Estes eram bairros operários, e não as favelas dos ainda menos afortunados. As condições de habitação da classe operária em Santos e em São Paulo eram igualmente deploráveis. Em São Paulo, os bairros operários se erguiam nos vales e nas baixadas, sujeitas à inundação a qualquer chuva forte. Alguns industriais, seguindo o modelo inglês, construíram vilas operárias perto das fábricas (a Maria Zélia, por exemplo, do industrial Jorge Street, um complexo fabril que em meados da década de 1930 foi usado como prisão para presos políticos). Ai os trabalhadores e suas famílias recebiam alguma proteção em troca do isolamento e de uma perda total de independência. As condições dentro das fábricas eram tão ruins quanto em qualquer local de trabalho industrial, mas eram agravadas pelo clima tórrido e pela violenta insalubridade do Brasil. Apenas os trabalhadores mais bem pagos podiam arcar com um tratamento de saúde quando necessário. É provável que alguns homens tenham entrado para o Exército devido ao tratamento médico gratuito fornecido às famílias dos soldados.

Os historiadores demonstraram que o poder aquisitivo real dos trabalhadores em 1919 era mais baixo do que em 1890. Sheldon L. Maran, citando o jornal carioca *Eco Popular*, mostra que no início da República um trabalhador típico, trabalhando seis dias por semana no Rio de Janeiro, tinha um déficit líquido de sete mil réis se gastasse apenas o suficiente para alimentar, abrigar e vestir uma família de quatro pessoas. Em tempos difíceis, os déficits aumentavam, lançando

os trabalhadores no mercado de trabalho extralegal, em busca de uma renda suplementar. O índice real de preços da cidade de São Paulo elevou-se em quase 25% entre 1914 e 1917²¹. Um panfleto elaborado por Edgard Leuenroth e Antônio Duarte Candeira antes da greve geral de 1919 em São Paulo afirmava que o trabalhador médio ganhava “menos da metade dos gastos absolutamente necessários para a vida de uma família de quatro pessoas”²².

O fato de tanto a “elite” do nível quatro como a subclasse marginal e não especializada do nível cinco viverem numa miséria relativa não deve obscurecer a realidade de que ao menos os trabalhadores assalariados tinham alguma esperança de melhorar sua situação econômica, já que suas especialidades encontravam demanda. Alguns artesãos puderam abrir lojas e empregar outros trabalhadores, e alguns filhos e filhas de imigrantes se formaram, tornando-se funcionários ou profissionais. A maioria não o fez, mas as pessoas podiam ascender na escala dentro da sua própria classe. Através de suas sociedades de ajuda mútua, os imigrantes e os operários especializados podiam potencialmente divulgar suas queixas. Embora as greves continuassem a ser ilegais, e os sindicatos continuassem a ser reprimidos com força crescente ao longo da década de 1920, ocorreram alguns avanços em termos de mobilização: o comício público do 1º de maio de 1929 no Rio de Janeiro trouxe às ruas um total estimado de 60 mil operários especializados. Os não-especializados permaneceram dispersos e desorganizados. Quem se ocupava deles era sobretudo a polícia, cujos cálculos, ao menos para estrangeiros, pareciam exagerados²³.

O OPERARIADO URBANO

Os proprietários e patrões preferiam empregar estrangeiros, considerados mais dispostos ao trabalho e a aprender do que brasileiros natos. A maioria dos imigrantes era constituída de camponeses do sul da Europa, sem nenhuma experiência em fábrica. Mas a elite brasileira convenceu-se de que os imigrantes eram bons, e o processo se tornou uma espécie de profecia viciada pela qual os nativos eram levados à ociosidade ou ao trabalho manual, e em seguida eram estigmatizados como preguiçosos e despreparados.

A imigração determinou a natureza da classe trabalhadora em formação nos centros industriais mais importantes, especialmente em São Paulo, que por seu porto de Santos recebeu mais de 60% de todos os imigrantes chegados ao Brasil entre 1880 a 1930. A grande maioria dos imigrantes provinha de áreas rurais – os italianos não vinham da Sicília nem do Mezzogiorno, mais do norte rural –, mas muitos acabaram mais cedo ou mais tarde nas cidades brasileiras²⁵. Na década de 1890, o Brasil recebeu mais imigrantes do que em qualquer década anterior. Mais de 4,5 milhões de imigrantes chegaram entre 1872 e 1939. A Tabela 2 mostra o fluxo de imigrantes para o Brasil, por nacionalidade:

TABELA II

IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL POR DÉCADA

Década	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-79	55.027	45.467	3.392	14.325	—	58.126	176.337
1880-89	104.690	277.124	30.066	18.901	—	17.841	448.622
1890-99	219.353	690.365	164.293	17.084	—	107.232	1.198.322
1900-09	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	662.407
1910-19	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-29	201.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
1930-39	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	68.390	332.768

Fonte: Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham. *Population and economic development in Brazil. 1800 to the present*. Baltimore, 1979, p. 91.

Na década de 1880, como mostra a tabela, a Itália superou Portugal enquanto principal fonte de imigração. O fluxo de retorno à Itália (calcula-se 695 mil de 1.553.000 imigrantes, ou 45%) foi alto, mas não superior à média aproximada da Argentina ou dos Estados Unidos, dois outros países para os quais os italianos emigraram em larga escala no final do século XIX e no início do século XX. A economia brasileira estava relativamente saudável na década de 1890, enquanto a italiana estava em crise e os Estados Unidos enfrentavam a mais alta taxa de desemprego de todas as décadas entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial. Uma grande proporção dos imigrantes italianos vinha – como sugere a imprensa de língua italiana do Brasil e outras fontes – com suas famílias, a despeito do fato de a maioria dos recém-chegados considerarem sua nova residência, pelo menos no início, como temporária²⁶.

No começo da década de 1890, os estrangeiros dominavam de forma esmagadora a força de trabalho em São Paulo, e desempenhavam um papel importante no Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre. Cerca de 92% dos trabalhadores da indústria eram estrangeiros e 81% deles italianos. Outros centros urbanos absorveram menos imigrantes, mas em todo Brasil os recém-chegados se estabeleceram como vendedores ambulantes, comerciantes de tecidos e artesanatos, quando não havia outros empregos disponíveis. As diferenças culturais entre os recém-chegados e os nativos eram muitas vezes gritantes. As diferenças étnicas e culturais no interior das comunidades imigrantes eram também muito fortes, não apenas entre grupos nacionais (italianos x portugueses, chamados de “Manéis”; portugueses x espanhóis), mas também entre grupos regionais (genoveses x venezianos, portugueses da Costa Verde x portugueses de Trás-os-Montes ou da Ilha da Madeira). Essas animosidades eram tão fortes que *Il Pungolo*, jornal militante de língua italiana publicado em São Paulo, descreveu a situação como de “guerra latente no próprio seio da classe trabalhadora”²⁷.

As relações entre os imigrantes e seus vizinhos nativos variavam da frieza à hostilidade baseada no medo mútuo e na falta de entendimento. Embora os imigrantes viessem de áreas rurais da Europa, por volta de 1900 duas vezes mais estrangeiros do que nativos eram alfabetizados, ou em português ou em suas línguas maternas. Em 1920, essa desproporção era ainda maior. Um indicador da distância psicológica entre os recém-chegados e a sociedade brasileira foi o fato de que embora o processo fosse relativamente simples, apenas pouquíssimos estrangeiros – 6.411 dos 444.374 residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro na época do censo de 1920 – se naturalizaram brasileiros.

Os imigrantes se instalavam de modo a ficar o mais próximo possível de seus patrícios – o Brás em São Paulo, a Gávea no Rio de Janeiro, os bairros portugueses de Santos. Desde o início, eles mantiveram uma imprensa variada e ativa, em suas próprias línguas, embora a pobreza limitasse o aparecimento de escolas de línguas estrangeiras nas cidades (elas apareceram, contudo, nas comunidades alemãs e italianas do Sul agrícola). Os imigrantes foram pouco incentivados a se assimilar culturalmente até o final da década de 1930, quando o governo Vargas começou a promover a unidade cultural nacionalista e o patriotismo como um meio de alcançar a integração nacional.

Embora a maioria dos imigrantes fosse de camponeses sem consciência de classe, os socialistas e os anarquistas estrangeiros dominaram de maneira desproporcional a liderança do nascente movimento trabalhador. Carentes de uma tradição sindical, os portugueses tendiam a se “manter na linha”, assumindo muitas vezes a posição de furadores de greve, e por isso mesmo recebendo o desprezo dos grevistas. Santos foi uma exceção: aí os trabalhadores portugueses se aliaram aos italianos e deram à cidade, por volta de 1907, a reputação de “Barcelona do Brasil”. Muitos brasileiros atacavam os estrangeiros por sua militância, mas os sentimentos xenófobos eram contrabalançados pelo fato de que a elite aceitava bem os imigrantes europeus, na medida que estes prometiam “branquear” o estoque racial e remediar o mal-estar nacional²⁸.

Os empregadores, dominados por crenças do tipo *laissez-faire* na inviolabilidade das relações contratuais, começaram no início do século a considerar as relações de trabalho como uma questão de “ordem pública” – palavras usadas em 1920 na campanha do paulista Washington Luís Pereira de Sousa para o governo estadual e repetidas seis anos depois em sua campanha presidencial. Amparados pela existência de facções rivais dentro do movimento trabalhador e pela falta de simpatia do público pelos sindicatos, os patrões e suas associações se opunham firmemente ao direito de greve. Desafiados pelos trabalhadores, eles muitas vezes prometiam concessões apenas para fazê-los voltar a seu lugar assim que a paz era restabelecida²⁹. Os funcionários da polícia deviam seus empregos ao patronato e à máquina política, e sua lealdade para com os patrões e os industriais raramente vacilava³⁰.

As associações operárias que emergiam após a passagem do século eram descendentes diretas das sociedades de auxílio mútuo que, desde meados do século XIX, haviam funcionado no Brasil entre os trabalhadores altamente especializados. Um exemplo típico dessas sociedades foi a Imperial Sociedade de Artesãos Mecânicos e Liberais (1841), que exigia de seus membros diplomas de liceus e de outras escolas. Aqui e ali ocorriam greves rápidas (e ilegais), mas a maior parte das organizações se dedicava unicamente a um trabalho assistencial. Poucas tinham ligações entre si. Essas sociedades normalmente pediam ajuda, em lugar de pedir que suas reivindicações fossem atendidas: dirigindo-se ao imperador Pedro II, a Associação de Empregados Marítimos se referia ao monarca como o “augusto protetor da classe trabalhadora”³¹. As sociedades pagavam as despesas com funerais, concediam pequenos empréstimos e pagavam pensões às viúvas. Os estatutos falavam em igualdade de *status* para todos os empregados – “do diretor (o exemplo é da Associação Geral da Estrada de Ferro Central do Brasil) ao mais humilde guarda-freios”, mas em sua maioria os benefícios eram pagos aos funcionários mais graduados da companhia³².

Os patrões toleravam as associações de trabalhadores dependendo do grau de docilidade destas. As greves, antes da passagem do século, raramente eram planejadas, surgindo de movimentos improvisados em torno de reivindicações específicas. À medida que a organização dos militantes crescia, porém, novos sindicatos se formaram e as sociedades de auxílio mútuo já existentes começaram a adotar características de sindicatos. Os trabalhadores revelaram-se então tão refratários e avessos à militância sindical quanto aos patrões, que combatiam os organizadores e tentavam mandar prendê-los ou deportá-los. Os líderes dos trabalhadores eram “permanentemente frustrados” (segundo Hall) pela má vontade dos operários em se filiar ou “se importar com qualquer outra coisa além de seus estômagos”³³.

Os trabalhadores conheciam os riscos da greve. Os empregados conhecidos como organizadores ou que se apresentavam como voluntários para trabalhar nos comitês de greve geralmente eram despedidos e colocados na lista negra assim que a ordem era restabelecida. Ser estrangeiro era mais um fator de vulnerabilidade: os militantes eram em geral chamados pela imprensa de “nefandos anarquistas estrangeiros” e de “malditos bolcheviques”, e a ameaça de deportação pairava sobre suas cabeças. Ainda assim, a despeito da precariedade gerada pela atmosfera hostil, o nascente movimento trabalhador acumulou forças com notável rapidez, desenvolvendo-se de forma espasmódica, com períodos de força (1906-1908; 1912-1913) interrompidos por períodos de lassidão gerados pela recessão econômica (1913-1916) ou pela violência policial (1919-1930).

Por volta de 1913, um total de cerca de 60 mil trabalhadores urbanos pertencia a um sindicato ou a uma sociedade operária. Pela primeira vez, artesãos e

trabalhadores semi-especializados, tanto como os trabalhadores em fábricas e em transportes, mostraram-se favoráveis à greve, aumentando as esperanças dos líderes anarquistas e anarco-sindicalistas de que a consciência da classe trabalhadora estivesse finalmente começando a surgir. Algumas vitórias se seguiram. A demissão de um operário por fazer um discurso num comício de 1.º de Maio (1917) precipitou uma greve de 10 mil trabalhadores nas indústrias de toda a cidade de São Paulo, reivindicando o regime de oito horas de trabalho diário, a melhoria das condições de trabalho da mulher, o pagamento de horas extras, e a suspensão do trabalho noturno para menores. Dois dias depois, o movimento recebeu a adesão dos trabalhadores nas docas de Santos, e transformou-se numa greve geral. Diante da paralisação de 25 mil trabalhadores, no quinto dia o governo de São Paulo ofereceu as oito horas diárias a seus próprios empregados, na tentativa de dissuadir os trabalhadores dessa reivindicação. Esse gesto encorajou, entretanto, os líderes da greve a exigir outras concessões, entre as quais se incluía a semana de 48 horas, a proibição de trabalho de crianças menores de 14 anos, e o pagamento igual para o trabalho noturno da mulher e do homem. Os trabalhadores das docas do Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Rio Grande entraram em greve por solidariedade.

Os observadores estrangeiros comentaram que a greve produziu pouca violência, e que as negociações foram desenvolvidas com eficiência. Os patrões pareciam estar calmos diante da situação; um deles afirmou ao adido militar dos Estados Unidos no Rio de Janeiro que “temos essas greves de vez em quando, e jogamos golfe até que elas acabem”. Alguns jornais apoiaram as exigências dos grevistas – até mesmo o respeitado *O Estado de S. Paulo* apoiou, de forma concisa, a plataforma da greve geral de 1917 –, e os membros progressistas da elite se manifestaram contra as terríveis condições de trabalho e a exploração das mulheres e crianças. Deodato Maia informou ao Instituto dos Advogados que as fábricas eram tão escuras e malcheirosas que os operários muitas vezes desmaiam com vertigens. Os legisladores debatiam leis que regulariam as condições e garantiriam benefícios para os trabalhadores fabris.

Da forma como as coisas caminhavam; havia pouca razão para otimismo. Os patrões utilizavam a promessa de concessões para fazer cessar as greves, mas endureciam assim que estas acabavam, usando medidas repressivas para restaurar o *status quo ante*. O confronto demonstrava a fragilidade do movimento trabalhador, e os legisladores simpáticos à causa conseguiam pouco ou nada, tanto em termos de refrear o sentimento antitrabalhador como de alcançar as procuradas reformas. Os protestos impetuosos de 1917, 1918 e 1919 trouxeram poucas vitórias para o movimento trabalhador e expuseram os operários, no final desse período, à plena força do aparato de repressão do Estado. Na década seguinte, a espinha dorsal do movimento trabalhador estava quebrada³⁴.

OS TRABALHADORES E A LEI

A legislação republicana que governava a força de trabalho refletia a visão que a elite tinha de si própria como agente do interesse geral. O principal problema era que essas leis raramente eram aplicadas. Já em 1891, o governo federal proscreeu certos tipos de trabalho infantil (os menores não poderiam ser incumbidos de limpar máquinas ligadas, nem trabalhar perto de rodas ou engrenagens em movimento), mas a lei foi esquecida. As tendências progressistas e a pretensa preocupação com o bem-estar dos trabalhadores eram compensadas por um firme compromisso com os princípios do *laissez-faire*. O Código Penal de 1890 declarava que “persuadir ou induzir os trabalhadores a abandonar seus locais de trabalho” era crime punível com prisão ou multa, assim como o era incitar à greve ou à paralisação do trabalho. Essas leis, sim, eram aplicadas com rigor. A Constituição de 1891 insentou os locais de trabalho da intervenção do governo e afirmou o direito das pessoas de trabalharem em qualquer profissão “moral ou intelectual”. Em 1895, a Câmara dos Deputados derrubou o projeto de Morais e Barros, que procurava regulamentar alguns aspectos do trabalho, porque, como diziam seus oponentes, “nas sociedades civilizadas as atividades humanas são realizadas de acordo com um contrato”, e “a interferência do Estado na formação de contratos” restringe a liberdade³⁵.

Uma exceção foi a lei federal de 1907, que permitiu às pessoas se associarem em organizações profissionais desde que os estatutos fossem registrados e os princípios de “harmonia entre o capital e o trabalho” preservados³⁶. Leis desse tipo permitiam que a elite se congratulasse a si própria por seu caráter progressista. “Nossa legislação”, escreveu o socialista moderado Antônio Piccarolo, “está entre as mais modernas e avançadas (do mundo), constituindo um progresso jurídico completo, amplamente liberal, impossível de ser imaginado em qualquer outro país novo como o Brasil”³⁷.

Mas apesar das aparências, a realidade desmentia o idealismo. A greve de 1907 das costureiras de São Paulo foi interrompida quando os maridos e os pais pressionaram suas mulheres para que voltassem ao trabalho. A primeira greve geral importante do Brasil, ocorrida em São Paulo nesse mesmo ano, resultou em algumas concessões temporárias – incluindo a jornada de oito horas de trabalho –, que foram revogadas quando o desemprego crescente em poucos meses aumentou a miséria econômica e permitiu que os patrões empregassem trabalhadores dispostos a trabalhar mais horas pelo mesmo salário.

Os artifícios e as táticas do tipo “dividir para conquistar” eram frequentemente utilizados para fazer cessar os levantes. As associações de empregadores distribuíam listas negras; os gerentes espalhavam notícias falsas anunciando o fim das greves, enviavam telegramas forjados e tentavam sabotar comícios. Os ataques mais violentos visavam sempre os organizadores imigrantes, que a partir de 1907,

graças à Lei Adolfo Gordo, tornaram-se passíveis de deportação e eram constantemente molestados. As disposições da lei de deportação foram ampliadas em 1913 e mais ainda em 1921, quando o Congresso permitiu a expulsão de todo “elemento pernicioso à ordem pública”. Pelo menos 556 estrangeiros foram expulsos do Brasil entre 1907 e 1921. Ocasionalmente, os militantes usavam meios terroristas para contra-atacar, lançando bombas nas empresas ou liderando bandos em ataques às fábricas ou às casas dos gerentes. Mas de um modo geral, o individualismo teimoso dos trabalhadores, enraizado no medo real de perder o emprego, solapava os esforços dispendidos em promover represálias contra os odiados patrões e a polícia³⁸.

Evaristo de Moraes Filho lembra-nos a máxima francesa segundo a qual quando os homens levantam a questão da liberdade, em geral é porque pretendem limitá-la³⁹. Praticamente todas as leis que faziam concessões aos trabalhadores ao mesmo tempo restringiam e limitavam seus direitos e previam sanções para a punição dos transgressores. Isso se deu até mesmo na década de 1930, quando a política oficial reconheceu o direito da classe operária de se organizar. A lei de 1932, criando comissões de arbitragem, especificava ao mesmo tempo que os trabalhadores grevistas poderiam ser sumariamente despedidos. O mesmo princípio prevaleceu ao longo de todo o período republicano.

A decisão de suprimir a agitação dos trabalhadores durante a década de 1920 estava ligada à crescente onda de agitação política, que culminou na rancorosa campanha presidencial de 1922 e na imposição de um estado de sítio entre 1922 e 1927. A intervenção militar era usada sempre que a administração federal assim o desejasse, e as forças policiais urbanas se fortaleciam, entrando em prontidão em caso de sublevação nas cidades. As patrulhas policiais estacionavam regularmente nos bairros operários quando as greves eclodiam.

Os funcionários governamentais fabricaram um Medo Vermelho e ataçaram o sentimento antiestrangeiro para justificar novas prisões e deportações. Ao mesmo tempo, os salários reais praticamente não aumentavam, e a imigração contínua, tanto quanto a migração interna para as cidades, expandia a força de trabalho e mantinha os salários baixos. Os movimentos grevistas caíram substancialmente abaixo dos níveis anteriores a 1940⁴⁰.

Os anarquistas cederam o lugar aos comunistas, que organizaram o Partido Comunista Brasileiro em 1922. Os líderes comunistas, seguindo a liderança de Moscou, voltaram-se para uma atividade política de bases amplas, procurando forjar uma aliança entre os trabalhadores especializados e os grupos de gerentes e de funcionários da pequena burguesia. O Partido Comunista (PCB) aliou-se também aos sindicatos reformistas (incluindo a Federação Sindicalista Cooperativa, um instrumento bajulador do governo antioperário de Bernardes) e de modo geral se perdeu numa nuvem retórica que não era dirigida a ninguém em

particular. A frente eleitoral do PCB, o Bloco Operário-Camponês (BOC), fundado em 1928, foi igualmente malsucedido, a despeito de seus esforços para ampliar a plataforma pró-operária clássica (oito horas de trabalho diário, salário mínimo, contrato coletivo) com apelos à classe média (um item, por exemplo, encorajava o combate cada vez mais intenso do governo aos jogos de azar e ao alcoolismo)⁴¹.

Mesmo que a timidez do PCB representasse uma ameaça muito pequena à ordem pública, a repressão aos esforços dos comunistas para organizar os trabalhadores continuou, assumindo um caráter invulgarmente violento. Maran ressalta que não apenas os líderes operários mostravam-se temerosos, mas os próprios trabalhadores tornavam-se cada vez mais relutantes em arriscar seus empregos, cooperando com as lideranças. Os militantes, por sua vez, atacavam sem êxito o que consideravam como o egoísmo e a ganância do trabalhador. Um articulista do jornal de língua italiana *Guerra Sociale* observou que os trabalhadores “catariam moedas na merda com a boca”⁴². Outros lamentavam as divisões entre os setores da pequena força de trabalho, a ausência de um proletariado nativo e a disposição dos desempregados de trabalhar como furadores de greve e de aceitar salários de fome.

Algumas mudanças sutis ocorreram em meados da década de 1920. Por essa época, muitos imigrantes e seus filhos estavam começando a se integrar na vida brasileira, e a distância entre as culturas imigrante e nativa começava a diminuir, quando não a se dissolver. A imprensa em língua estrangeira reduziu sua militância radical. Muitos dos que haviam procurado voltar à Europa já o tinham feito. Os objetivos econômicos imediatos dos trabalhadores, que durante muito tempo haviam sido o grande problema dos organizadores, persistiam, amenizados pelos princípios capitalistas que ofereciam aos trabalhadores, individualmente a chance de deixarem a classe trabalhadora e tornarem-se lojistas ou pequenos comerciantes. A disputa sectária dentro do movimento trabalhador confundia o grosso dos sindicatos, cujos membros compreendiam plenamente as consequências da brutalidade da polícia e da crise econômica⁴².

No final da década de 1920, esses fatores se combinaram para estreitar à base do movimento trabalhador e alargar o abismo entre os líderes operários e os trabalhadores especializados, de um lado, e os pobres da cidade, do outro. O fracasso da tentativa de estabelecer a consciência e a unidade da classe trabalhadora preparou o terreno para a organização corporativista do trabalho, que seria imposta após 1930. Kenneth P. Erickson comenta: “Por não terem gerado uma auto-imagem política enquanto classe, os trabalhadores careciam de estímulo para formar grupos de pressão ativos, como os liberais o teriam feito, ou, de acordo com a teoria marxista, para se organizar e se afirmar como classe dominante na sociedade industrial”⁴³. Raimundo Faoro acrescenta: “Getúlio Vargas mudou as regras do jogo, mas as cartas permaneceram as mesmas”⁴⁴. Dado que sob o popu-

lismo os trabalhadores se vêem como consumidores de benefícios oriundos do Estado, e não como uma vanguarda responsável pela construção de “instituições políticas duradouras que assegurarão seus interesses” como produtores, os funcionários do Governo Provisório puderam garantir que nenhuma consciência de classe revolucionária se formasse após 1930, onde ela não conseguira se formar na época da agitação trabalhista⁴⁵.

O OPERARIADO SOB VARGAS

Lindolfo Collor, principal arquiteto da plataforma da Aliança Liberal e primeiro-ministro do Trabalho de Vargas, impôs o modelo de relação entre patrões e trabalhadores e entre o Estado e sua população economicamente ativa que prevaleceu da década de 1930 à década de 1950. A orientação de Collor, inspirada parcialmente em Battle y Ordoñez, Irigoyen e Mussolini, procurava cooptar a classe trabalhadora urbana através de uma mistura híbrida de populismo, repressão e autoritarismo corporativista. O Ministério do Trabalho reconheceu o direito de os “sindicatos profissionais” defenderem seus próprios interesses em “colaboração com o Estado”^{*}. A estratégia revelou-se atraente para a elite industrial, que incluía Roberto Simonsen e Francisco Matarazzo, o qual julgava que “a sociedade ideal seria aquela que fornecesse ao proletário segurança no papel que o destino lhe reservara e, ao mesmo tempo, o desencorajasse de aspirações fúteis”⁴⁷. Essa estratégia apelava também para o comando militar, que via um movimento trabalhista independente como uma porta de entrada para o socialismo e o comunismo.

A indicação de Collor para chefiar o novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (chamado pela imprensa de o “Ministério da Revolução”) ocorreu apenas quatro semanas após a queda do governo de Washington Luís. A nova legislação trabalhista dirigiu-se, desde o início, apenas aos trabalhadores urbanos especializados, endossando o conceito de “cooperação social entre classes interdependentes... no qual a idéia de progresso está subordinada à noção fundamental de ordem”⁴⁸. Com o absoluto desprestígio do liberalismo da República Velha, os decretos e leis do Governo Provisório promulgavam agora muitas das medidas que os reformadores e militantes haviam reivindicado desde os primeiros dias do movimento operário brasileiro: institutos de pensões e aposentadorias, jornada fixa de trabalho, férias remuneradas e, em 1936, comissões destinadas a arbitrar e a estabelecer salários mínimos de acordo com a especialidade e as regiões geográficas. No entanto, a linguagem legal era cheia de brechas e os patrões encontravam meios de burlar os regulamentos até mesmo debaixo dos olhos atentos da ampliada burocracia federal. As oito horas de trabalho diárias, finalmente estabelecidas por decreto em 1932, podiam ser suplementadas, por exemplo, por duas horas adicionais “por acordo mútuo entre

^{*} Decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934.

o trabalhador e o empregador”. As carteiras de trabalho, emitidas com o objetivo de registrar os benefícios a que os trabalhadores tinham direito, tornaram-se instrumentos de um ruidoso controle social, já que todo empregado deveria ter toda a sua vida profissional registrada, e deveria apresentar esse documento sempre que se candidatasse a um novo emprego ou tivesse de tratar com a burocracia oficial. Somente os brasileiros natos ou os cidadãos naturalizados com cinco anos de residência no país podiam ocupar postos nos sindicatos e, enquanto os sindicatos patronais podiam ter âmbito nacional, os de trabalhadores eram limitados às jurisdições locais. Os dirigentes eram proibidos de receber salários por seu trabalho, e “toda propaganda ideológica, política e religiosa” era interdita. Apenas um sindicato por localidade e por categoria profissional era reconhecido, restrição que relegou a 1.130 dos 1.494 sindicatos anteriores a 1930 um *status* não oficial. O imposto sindical era arbitrariamente cobrado a todos os trabalhadores. Os sindicatos reconhecidos eram simplesmente transformados em agências paternalistas do Estado⁴⁹.

A militância dos trabalhadores reviveu tão logo as intenções do Governo Provisório se tornaram claras. A maioria dos sindicatos não reconhecidos se colocou ou na extrema direita ou na extrema esquerda do espectro. Os sindicatos de direita incluíam alguns grupos de trabalhadores ligados à Igreja Católica ou simpáticos ao emergente movimento integralista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de orientação fascista. No Ceará, a Legião Cearense do Trabalho, liderada por Severino Sombra e Hêlder Câmara, se viu de precursora para os integralistas. Os sindicatos independentes de esquerda incluíam grupos ligados ao Partido Socialista Proletário do Brasil, a outras organizações socialistas e à Frente Única Proletária do PCB, uma ampla confederação trabalhista que reivindicava a dissolução e o desarmamento das organizações fascistas, a liberdade de reunião e de expressão, e o direito de greve sem restrição.

A Assembléia Constituinte de 1933-1934, que reviveu o debate público sobre a organização social e política e endossou o princípio corporativista de representação classista, trouxe a restauração do governo constitucional em julho de 1934 e um significativo aumento dos conflitos trabalhistas. Segundo um analista da embaixada dos Estados Unidos, a paz havia prevalecido entre outubro de 1930 e julho de 1934 “porque o governo sufocava com prontidão e firmeza esses movimentos no momento em que se tentava desencadeá-los”. Agora, entretanto, “a agitação e a insatisfação” tinham vindo à tona e “o antigo procedimento de pôr fim às greves empregando a polícia militar não podia mais ser seguido”. “Agora existem tribunais para (pôr fim às greves) e para acionar a pesada máquina legal que o Governo Provisório desprezava”, acrescentava desapontado o observador⁵⁰.

Os sindicatos de esquerda devotavam grande atenção às questões internacionais, vendo os proletários brasileiros como camaradas na luta mundial contra o fascismo e tentando politizar as classes mais baixas. Tanto os sindicatos de direita

como os de esquerda atacavam a presença de empresas estrangeiras no Brasil; especialmente as estradas de ferro inglesas, as companhias de serviços públicos (dominadas por interesses canadenses, americanos e europeus) e as indústrias alimentícias como a Armour e Anderson-Clayton. Os grupos comunistas maldiziam também a legislação repressiva, especialmente a “Lei Monstro”* (1935), que reduziu violentamente a liberdade de reunião e de organização. Greves esporádicas paralisavam os transportes urbanos durante dias e eram às vezes apoiadas por greves de solidariedade de outros sindicatos. As companhias de transportes revidavam, mantendo seus serviços (as barcas tomavam emprestados pilotos e mecânicos da Marinha; outras companhias utilizavam trabalhadores não sindicalizados) e tomando medidas para erradicar e mandar prender os líderes grevistas.

Durante esse período, a distinção entre sindicatos e frentes de propaganda foi embaçada. Os sindicatos promoviam greves individualmente – 29 ocorreram na cidade de São Paulo nos nove primeiros meses de 1934, por exemplo –, enquanto outros grupos de trabalhadores orientados se concentravam em técnicas de agitação e propaganda. A lista de grupos da classe trabalhadora abrangia então um número bem maior do que nas décadas anteriores: os grupos de São Paulo incluíam a Coligação dos Sindicatos Proletários, a Liga Comunista Internacionalista, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, e o Comitê da Luta contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo⁵¹. Mais do que antes, os grupos operários deixaram de se concentrar apenas nas grandes cidades, organizando-se também nos pequenos centros urbanos do interior, especialmente no Centro-Sul. Centenas desses grupos floresceram por breves períodos antes que fossem fechados ou levados à clandestinidade pela legislação repressiva promulgada em meados de 1935, quando Vargas fechou por decreto a Aliança Nacional Libertadora, o maior dos grupos de frente ampla de esquerda.

A ANL, fundada em março de 1935, representou o veículo do Partido Comunista para mobilizar a resistência ao regime brasileiro. Nesse momento, a decisão dos dirigentes do PCB de trabalhar em prol de um “governo popular revolucionário de camponeses e trabalhadores” não só eclipsou os objetivos tradicionais dos sindicatos locais, como eliminou a possibilidade de que eles sobrevivessem, em vista da escalada retórica e da crescente estridência de suas reivindicações. As reivindicações trabalhistas da ANL, anunciadas por Roberto Sisson, que redigiu praticamente todos os manifestos da organização, pediam o mesmo tipo de legislação social que havia sido solicitado durante anos e que, sob Vargas, estava sendo seletivamente implantado. Mas a ANL concentrava seus ataques nos interesses estrangeiros no Brasil e o próprio governo Vargas. Ao ser fechada em julho de 1935, a ANL recolheu-se à clandestinidade, abandonando seus milhares de membros da classe média e trabalhadora, e transformando-se num foco insurrecional. Seguindo cegamente as ordens de Moscou para iniciar uma insurreição revolucionária entre os soldados e os trabalhadores, e liderada

* Oficialmente chamada de Lei de Segurança Nacional.

por Luís Carlos Prestes, que havia retornado secretamente ao Brasil no início do ano (embora a polícia estivesse informada de sua presença), a ANL desencadeou uma revolta mal coordenada em três cidades – Natal, Recife e Rio de Janeiro – procurando instalar um governo chefiado por “homens que representavam verdadeiramente o desejo da maioria”⁵². O fracasso da revolta e a conseqüente supressão não só da esquerda como dos moderados e progressistas foi analisada com mais detalhes em outro estudo⁵³. O estado de sítio imposto em seguida ao movimento insurrecional de novembro de 1935 fechou o Congresso, suprimiu as liberdades civis e a liberdade de expressão, e conduziu o Brasil à beira de um domínio militar direto. A organização trabalhista independente desapareceu a partir dessa data. O Estado Novo, promulgado em novembro de 1937, só fez institucionalizar o que já fora iniciado dois anos antes.

O aspecto mais incomum da campanha da ANL foi sua tentativa de mobilizar não apenas trabalhadores especializados, mas soldados, camponeses e as massas em geral. Entretanto, os líderes da ANL eram idealistas e intelectuais que não tinham uma compreensão das classes inferiores: de fato, seus esforços para atingi-las através de uma imprensa bombástica de esquerda e de comícios públicos beiravam o ridículo.

Dos dois movimentos nacionalistas da década de 1930, a ANL e a AIB, o último foi o que provavelmente se infiltrou mais profundamente entre o proletariado urbano, especialmente através de seus programas especiais (e altamente politizados) de alfabetização e instrução dos pobres, sobretudo das mulheres dos bairros operários, que recebiam noções de economia doméstica e de higiene. Os objetivos integralistas foram em última análise absorvidos pela política social do Estado Novo, que endossou o conceito corporativista de integração vertical e a teoria de uma economia estreitamente controlada.

Os defensores do governo Vargas acataram a supressão sumária da esquerda após 1935 como uma atitude necessária para evitar o comunismo e restaurar a ordem. Eles aplaudiam o reconhecimento por parte do governo dos direitos dos trabalhadores num clima – segundo as palavras do regime – isento de “todo incentivo à luta de classes”. Enquanto alguns observadores estrangeiros comentavam que os brasileiros estavam exagerando a ameaça comunista, os propagandistas do governo gabavam-se – ainda que sem fundamento – de que, com Vargas, os trabalhadores brasileiros estavam “na melhor situação do mundo”⁵⁴. “O trabalhador brasileiro”, escreveu José Soares Maciel Filho no último dia de 1937, “pelo sistema de legislação social adotado no Brasil, goza de segurança no emprego, férias remuneradas e assistência médica gratuita, tem acesso à assistência financeira em caso de doença, é protegido em caso de acidente de trabalho, e tem garantido um repouso despreocupado na velhice, graças à pensão dada pelo governo”⁵⁵.

A legislação social da década de 1930 beneficiou realmente os trabalhadores situados no alto da escala ocupacional, e de forma tão significativa que a gratidão

dos operários especializados e da classe média constituiu a base da imensa popularidade de Vargas entre os eleitores urbanos após 1945. Mas os benefícios, em sua maioria, restringiam-se aos membros dos sindicatos oficialmente reconhecidos e controlados. Há poucas provas de que a massa da classe trabalhadora tenha ganho muito durante a década de 1930, especialmente diante do aumento nos preços dos bens de consumo à medida que a década avançava. Entre 1930 e 1937, o índice real de preços subiu 84 pontos (1912=100)⁵⁶.

Os dados precisos sobre o custo de vida são enganosos. Um especialista em história econômica, Roberto Simonsen, oferece estatísticas para mostrar que durante 20 dos 24 anos entre 1915 e 1938, o custo de vida subiu mais depressa do que os salários urbanos. De acordo com seus cálculos, o índice salarial excedeu o custo de vida entre 1930 e 1934 por razões não determinadas. Mas a renda real depois disso caiu novamente⁵⁷. Outro estudo baseado em estatísticas oficiais da cidade de São Paulo afirma que os salários urbanos excederam o custo real de vida de 1913 apenas cinco vezes, em 1923 e novamente entre 1928 e 1931. Nenhum dos estudos afirma que a legislação social de Vargas tenha melhorado a qualidade de vida dos trabalhadores urbanos. Em São Paulo, um estudo cobrindo o período do Estado Novo observou que os salários reais em 1945 eram inferiores aos de 1939. Os dados referentes ao Rio de Janeiro mostram uma deterioração semelhante na vida dos trabalhadores urbanos entre 1912 e 1919⁵⁸.

Uma pesquisa feita com 221 famílias operárias (cinco a seis pessoas por família) por dois sociólogos que analisavam a cidade de São Paulo em 1934 revela um déficit médio no salário necessário para sustentar uma família correspondente a 23,4 mil réis por mês, ou seja, o equivalente ao salário de três dias de um trabalhador. Mais de 1/4 das famílias entrevistadas consumiam menos do que a quota mínima de calorias para uma alimentação adequada. Um estudo semelhante sobre as famílias operárias de Recife revelou resultados ainda piores⁵⁹. Entre as famílias paulistas, 40% das mulheres não tinham um “vestido de sair”, e 1/8 não possuía sapatos. Cerca de 90% das famílias viviam em casas alugadas com menos de três quartos. A comida era feita em fogão de lenha⁶⁰. Os déficits salariais tinham de ser compensados através de trabalho suplementar no mercado informal ou por meio de empréstimos.

O jornal de São Paulo *Sociologia* oferece um estudo de caso interessante, situado no ano de 1922, que demonstra as limitações e as oportunidades da classe operária brasileira no período. Trata-se da história de Armando, o filho de um pedreiro imigrante italiano que chegou em São Paulo em 1908 com a mulher, passou um ano e meio numa fazenda no Alto Paulista, e depois migrou para a capital, onde nasceu Armando, em 1910. Possuindo uma especialidade, o pai se distinguia da maior parte de seus contemporâneos no Brasil e pôde mandar o filho para a escola primária durante cinco anos. A ausência de escolas profissionais forçou o pai a interromper os estudos do filho, e o menino começou a trabalhar a seu lado como aprendiz, sem receber.

Por volta de 1929, o pai de Armando se havia estabelecido como trabalhador especializado, e construiu uma casa de dois quartos num subúrbio operário. Ele controlava a família com severidade, à maneira dos camponeses italianos. Armando, encorajado por sua noiva, rebelou-se, saindo de casa e começando a trabalhar por conta própria. Através do casamento (sua noiva era filha de um pequeno comerciante local que não gostava de Armando mas consentiu no casamento, já que a moça tinha 23 e já estava sendo considerada praticamente “encalhada”), seu nível social subiu. Ele utilizou suas novas ligações para se tornar um empreiteiro independente. Mas como não tinha licença, seu *status* começou a baixar a partir da morte do seu sogro, em 1935. Armando recuperou as boas graças do pai e o empregou como seu capataz, criando uma situação problemática com seus outros empregados. Sem contar com a proteção da nova legislação social e ainda incapaz de preencher os requisitos burocráticos para obter uma licença profissional, a firma de Armando mal produzia o suficiente para pagar as despesas de sua família, já que os clientes pagavam bem menos pelo trabalho realizado por artesãos não licenciados.

Frente a esses problemas, Armando julgou necessário fazer um empréstimo. Empregando um despachante, que acabou por se revelar desonesto, viu-se forçado a pedir um empréstimo ainda maior, a uma taxa de juros mais alta. Embora sua própria vizinhança estivesse então começando a prosperar, Armando acabou sufocado por dívidas. Perdeu prestígio diante dos lojistas e dos proprietários locais e era chamado de “rústico”. As pessoas riam dele por suas roupas simples, pelo fato de não ter um escritório e de ir para o trabalho de bicicleta. Ainda jovem e saudável em seus 32 anos, Armando havia gozado de todos os benefícios que o nascimento numa família operária especializada lhe trouxera, mas não havia sido capaz de se insinuar com êxito no setor ascendente de sua classe. Ele se viu deixado para trás, considerado “muito operário” para aspirar à ascensão social. Por outro lado, como artesão independente, era ignorado pelo sistema trabalhista oficial e deixado às voltas com seus próprios expedientes na economia informal ou extralegal. Seu único benefício governamental era um fundo de pensão para o qual contribuía com uma quantia de dez mil réis por mês. Mas na época em que Armando chegasse à idade de se aposentar, a inflação teria tornado a pensão irrisória⁶¹.

O BALANÇO

A divisão da população da classe baixa das cidades em componentes diferentes para fins de análise confirma a hipótese de que a legislação social nacional premiou um pequeno segmento do grupo trabalhador, ao mesmo tempo que o crescimento industrial redistribuiu a renda de maneira desigual. Alguns assalariados saltaram do setor produtivo para o setor de serviços em consequência do aumento nos gastos do governo, da ampliação da folha de pagamentos públicos e do impacto da modernização posterior a 1930. A maior parte não deu esse salto; para

a maioria, a promessa revolucionária do regime da Aliança Liberal e do Estado Novo não resultou em nada de positivo.

O fato de os salários reais não terem aumentado ao longo desse período significou que os avanços individuais ocorreram somente através do movimento em direção a empregos mais bem pagos; ainda assim, o governo forneceu pouca ou nenhuma oportunidade para o treinamento vocacional. Poucos membros dos grupos baixos não gastaram o pouco que conseguiram acumular, já que a depreciação constante da moeda a partir de meados da década de 1930 tornou-se, segundo um economista simpatizante, “o sacrifício desprovido de muita significação”⁶². Um maior número de brasileiros ricos enfrentou a inflação aplicando rapidamente seu dinheiro em imóveis, uma prática que elevou o valor os aluguéis das propriedades, aumentando a carga financeira dos não-proprietários urbanos. Os poucos imigrantes que adquiriram independência financeira enquanto vivos o fizeram abrindo pequenas lojas, que com o tempo passaram a constituir um comércio importante em áreas de altos riscos (e de altos lucros potenciais). Vale ressaltar o significado duplo das lojas, para os imigrantes e para a sociedade. Para o homem egresso do exterior, vindo, quase sempre, em condições precárias, ter uma loja significava desvencilhar-se das amarras condicionadoras da condição da migração. Para a sociedade, contudo, o significado era outro, muito mais global. A configuração urbana que comportava o estrangeiro na cidade precisava se modernizar; neste sentido, a loja foi um agente transformador. Era a um tempo geradora das independências individuais e atestado da atualização social.

Em 1943, o regime consolidou sua legislação trabalhista através da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). O decreto estabeleceu como norma a jornada de oito horas, concedeu a todos os trabalhadores 15 dias de férias remuneradas anuais e prescreveu um salário mínimo legal (demasiado baixo, na década de 1940, para exercer qualquer impacto real sobre os ganhos). Os menores de 14 anos foram proibidos de trabalhar, mas a lei nunca foi amplamente aplicada. Regulamentos estabeleceram normas para a inspeção das fábricas, mas o sistema foi logo crivado de pequenas fraudes⁶³.

Leis governavam a saída do emprego, a segurança do trabalho e os conflitos trabalhistas. Os sindicatos tiveram permissão para funcionar desde que legalmente reconhecidos e registrados, mas foram expressamente proibidos de participar em atividades políticas. Esses sindicatos “exclusivos” (os sindicatos pluriprofissionais foram proibidos durante o Estado Novo) se ampliaram, dado que somente através da filiação a uma organização os trabalhadores podiam gozar dos benefícios do sistema trabalhista.

Por volta de 1944, existiam cerca de 800 sindicatos com aproximadamente meio milhão de membros. Nas fileiras dos sindicatos residia não só a futura base de apoio do populismo pós-1945 de Getúlio Vargas, mas a matéria bruta para a

renovação do movimento trabalhista sob o regime menos autoritário que sucedeu o Estado Novo. O impacto dos preços em rápida ascensão e de um nível de vida mais baixo ao final da Segunda Guerra Mundial contribuíram para a ressurreição da militância sindical. Esse movimento foi reforçado pela nova aliança de Vargas com os comunistas, que permitiu que o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) emergisse como a principal força integradora do movimento trabalhista brasileiro em nível local entre 1945 e 1947, o curto período de vida legal do PCB⁶⁴.

As vantagens afetaram a elite trabalhadora do nível quatro, aqueles que desenvolviam atividades especializadas ou semi-especializadas nos centros urbanos. A concentração industrial no Centro-Sul, e especialmente na região da Grande São Paulo, por volta de 1945, havia aguçado as distinções de classe e aumentado o abismo entre esses trabalhadores e o proletariado não especializado⁶⁵. A migração para as cidades continuou, num ritmo mais rápido do que as infra-estruturas econômicas formais podiam absorver a nova população; de fato, a migração inter-regional aumentou de década em década, de 1880 a 1950.

O crescimento da industrialização baseada no uso intensivo do capital e a conseqüente tendência à tecnologia com emprego intensivo da força de trabalho nas maiores empresas, tanto estrangeiras como brasileiras, aumentou a distância entre a elite trabalhadora especializada e o restante da população não especializada, que foi desviado para o setor informal menos capitalizado e isento da proteção do governo. A presença de mulheres na força de trabalho diminuiu em todo o país tanto na agricultura como na indústria, caindo de um máximo de 51% em 1872 para menos de 15% depois de 1910. As mulheres foram excluídas dos níveis superiores do mercado de trabalho pela decisão da sociedade de que elas, assim como os trabalhadores nativos, eram essencialmente antifuncionais num mercado de trabalho que variava da empreitada à fábrica⁶⁶. Para as mulheres isto não significou menos trabalho, mas simplesmente uma transferência da economia formal para o trabalho informal em casa ou para o serviço doméstico⁶⁷. A nova legislação social foi generosa para com as mulheres, mas apenas uma parcela mínima se beneficiou dela.

O florescente e explorador setor de trabalho informal, um mundo sombrio de empregos não computados e mal remunerados que dominou grande parte do pequeno manufatureiro e a esfera dos bens e serviços, isolou a maior parte da população urbana dos dramáticos programas sociais das décadas de 1930 e de 1940. O peso do setor informal chegou até mesmo a influenciar a população trabalhadora economicamente ativa; isto é demonstrado pelo fato de que as estatísticas oficiais constantemente revelavam déficits de renda nas famílias da classe trabalhadora. Era preciso extrair uma renda suplementar do setor residual (informal), pois não existiam muitas possibilidades além desta.

As primeiras associações de trabalhadores, surgidas no final do século XIX e início do século XX, fracassaram a despeito de seus esforços corajosos porque a classe trabalhadora emergente estava seriamente dividida do ponto de vista interno, porque os líderes radicais perceberam mal as realidades da consciência da classe trabalhadora, e porque o governo apoiou sem reservas o propósito dos empregadores de esmagar os protestos dos trabalhadores com uma repressão rápida e violenta. Os trabalhadores brasileiros que aceitaram os engodos do governo na década de 1930 e formaram o eleitorado leal dos líderes populistas na década de 1940 e posteriores assim o fizeram porque não possuíam um sentido de identidade com a massa urbana e porque não viam outra maneira de melhorar suas vidas. Antes de 1930, o comportamento da classe operária era condicionado por um contexto social de agressão e violência contra os defensores dos direitos dos trabalhadores. Após 1930, a classe dominante endossou um sistema benevolente destinado a suavizar o conflito trabalhista e a cooptar a elite da classe trabalhadora⁶⁸. A legislação social corporativa dos anos posteriores a 1930 apresentou traços sedutores, que eram engolidos pela realidade da vida econômica. Isso valeu para todos, menos para os ocupantes dos níveis superiores da escala da pobreza urbana.

NOTAS

1. Ver, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. (Rio de Janeiro: 1936); Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, (Rio de Janeiro: 1962) 6ª ed.; Ronald de Carvalho, *Estudos brasileiros* (Rio de Janeiro: 1931); Alfredo Ellis, *Raça de gigantes* (São Paulo: 1926); Gilberto Freire, *Manifesto regionalista de 1926* (Recife: 1926).
2. Carlos Guilherme Mota, "A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica", *Debate e Crítica*, 5 (março 1975), 7.
3. Ver, por exemplo, Luis Werneck Viana, "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", *BIB* (Rio de Janeiro), 3 (1978), 9-24.
4. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos, Vol. 1: o movimento operário* (São Paulo: 1979), p. 15.
5. Eric J. Hobsbawn, "Labor history and ideology", *Journal of Social History*, 7:4 (1974), 271-381, citado por Pinheiro e Hall, p. 5.
6. Hobsbawn, citado por Bóris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social* (São Paulo: 1977), p. 5.
7. Eugene F. Sofer, "Recent trends in Latin American labor historiography", *Latin American Research Review*, 15:1 (1980), 168.
8. Fausto, pp. 245-246. Ver também Edgar Carone, *Movimento operário no Brasil (1917-1944)* (São Paulo: 1979), p. 14 e pp. 105-106, citando *O Debate* (Rio de Janeiro), 2 de agosto de 1917.
9. Fausto, *op. cit.*; Michael M. Hall, "Immigration and the early São Paulo workin class", *Jarhbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, Richard Konetzke e Hermann Kellenbenz

Editores (Colônia: 1975), pp. 393-407; Luís Werneck Viana, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: 1976); Celso Frederico, *Consciência operária no Brasil* (São Paulo: 1979); Paula Beiguelman, *Os companheiros de São Paulo* (São Paulo); Ângela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho; política e legislação social no Brasil, 1917-1937* (Rio de Janeiro: 1979).

10. Kenneth Paul Erickson, Patrick V. Peppe e Hobart A. Spalding Jr., "Dependency vs working class history: a false contradiction", *Latin American Research Review*, 15: 1 (1980), 177-181.

11. Ver, por exemplo, Sheldon Leslie Maran, "Anarchists, immigrants and the Brazilian labor movement, 1890-1920". Diss. University of California (Santa Barbara: 1972); José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (São Paulo: 1968); Azis Simão, *Sindicato e Estado* (São Paulo: 1966); Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian corporative State & working class politics* (Berkeley: 1977); Miguel Bodea, *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho* (Porto Alegre: 1979); Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil* (São Paulo: 1962). Um autor soviético escreveu uma história da classe operária brasileira: Boris I. Koval, *Istoria brasil'skogo proletariata (1857-1967)* (Moscou: 1968).

12. Torcuato S. Di Tella, "The dangerous classes in early nineteenth century Mexico", *Journal of Latin American Studies*, 5:1 (1973), 79-105.

13. Di Tella, *op. cit.*, p. 104.

14. Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham, *Population and economic development in Brazil: 1800 to the present*. (Baltimore: 1979), pp. 146-155; Henry William Spiegel, *The Brazilian economic* (Filadélfia: 1949), p. 92.

15. Michael L. Conniff, "Rio de Janeiro during the great Depression, 1928-1937: social reform and the emergence of populism in Brazil". Diss. (Stanford University: 1976), pp. 5-8.

16. Ver Conniff, *op. cit.*, cap. 1.

17. Norma Evenson, *Two Brazilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*. (New Haven: 1973), p. 42. Londres e Paris apenas quadruplicaram sua população no mesmo período de cem anos.

18. Evenson, *op. cit.*, p. 12.

19. Gadiel S. Perruci, *Favelas do Rio e mucambos do Recife* (Recife: 1962), p. 18; Maran, *op. cit.*, p. 157, citando Bandeira Júnior, *A indústria no Estado de São Paulo*, s/d., p. xiv; *Relatório da Federação Local de Santos*, s/d., p. 1.

20. Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*. vol. 1, pp. 214-220, citado por Carone, *op. cit.*, pp. 30-32.

21. Mário Cardin, *Ensaio de análise de fatores econômicos e financeiros*. (São Paulo: 1936), p. 24, citado por Maran, *op. cit.*, 235.

22. Edgard Leurenroth e Antônio Duarte Candeira, *O que é o maximalismo ou bolchevismo*, 1919, citado por Maran, *op. cit.*, p. 235.

23. Hans Füchtner, *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. (Rio de Janeiro: 1980), p. 38. Ver também Nevin O. Winter, *Brazil and her people of today*. (Boston: 1910), p. 67.

24. Maran, *op. cit.*, pp. 3-5.

25. Thomas E. Holloway, *The Brazilian coffee valorization of 1906: regional politics and economic dependence*. (Madison, Wisconsin: 1975), p. 144, citado por Merrick e Graham, *op. cit.*, 88-90.
26. Hall, *op. cit.*, 400-401; Merrick e Graham, *op. cit.*, pp. 95-96. Ver também Anibal Vilanova Vilela e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. (Rio de Janeiro: 1973), pp. 262-276; Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*. (São Paulo: 1965), pp. 1-190; Ann Marie Pescatello, "Both ends of the journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914", Diss. University of California at Los Angeles, pp. 193-194. Antes de 1902 a maioria dos italianos vieram do Norte da Itália, especialmente o vêneto. Depois, imigrantes vieram do Norte e também do Sul.
27. Hall, *op. cit.*, p. 397, citando *Il Pungolo* (São Paulo), 1º de maio de 1909.
28. Ver Herminio Linhares, *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil* (São Paulo: 1977, 2ª ed.), p. 49.
29. Hall, *op. cit.*, pp. 397-403; Erickson, *op. cit.*, p. 12.
30. Erickson, *op. cit.*, pp. 13-14, citando CIFTSP, *Circulares*, 10 de março de 1922. Ver também Aziz Simão, *op. cit.*, 122-126; José Albertino Rodrigues, *op. cit.*, p. 68.
31. José Albertino Rodrigues, *op. cit.*, pp. 6-8.
32. Ver Carone, *op. cit.*, pp. 60-61.
33. Hall, *op. cit.*, p. 402.
34. Sheldon L. Maram, "Labor and the left in Brazil, 1890-1921: a movement aborted", *Hispanic American Historical Review*, 57 (maio de 1977), 255-256; Memorandum nº 163, major Fenton R. McCreery, Adido Militar, Rio de Janeiro, Embaixada Americana, ao Diretor do Serviço Militar de Informações, Washington, 14 de maio de 1919, Arquivo do Departamento de Guerra, Fichário nº 2052-74. Cortesia de Frank d. McCann Jr.
35. Luís Werneck Viana, *op. cit.*, pp. 45-46 e p. 48.
36. *Coleção das leis da República dos EEUU do Brasil de 1907*. Vol. K, s/d., citado por Luís Werneck Viana, *op. cit.*, p. 50.
37. Antônio Picarollo, *O socialismo no Brasil. Esboço de um programa da ação socialista*. (São Paulo: 1932, 3ª ed.), p. 49.
38. Maram, "Labor and the left", 261; Maram, "The immigrant and the Brazilian labor movement", *Essays concerning the socio-economic history of Brazil and Portuguese India*, Dauril Alden e Warren Dean Editores. (Gainesville, Flórida: 1977), pp. 197-199; *A terra livre* (São Paulo, 13 de junho de 1906, citado por Carone, *op. cit.*, p. 95. Ver também Robert W. Shirley, "Legal institutions and early industrial growth". *Manchester and São Paulo: problemas of rapid urban growth*, John D. Wirth e Robert L. Jones Editores. (Stanford: 1978), pp. 171-172.
39. Evaristo de Moraes Filho, *Encontros no Folhetim* (Folha de São Paulo), nº 179 (22 de junho de 1980), 4.
40. Sheldon L. Maram, "Urban labor and social change in the 1920's", *Luso-Brazilian Review*, 16 (inverno de 1979), 215.
41. Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. (Rio de Janeiro: 1975) p. 124; Maram, "Urban labor", 216-17; José Albertino Rodrigues, *op. cit.*, p. 45.

42. *Guerra Social* (São Paulo), 4 de novembro de 1916, citado por Hall, *op. cit.*, p. 401. Ver também Hall, *op. cit.*, pp. 402-403; Maram, "Urban labor", 219-221; Edgar Leurenroth, *Anarquismo, roteiro da libertação social* (Rio de Janeiro, s/d.); John F. W. Dules, *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935* (Austin: 1973). Ver também Sheldon L. Maram, "Anarcho-syndicalism in Brazil", *Latin America: power and reality. Proceedings of the Pacific Coast Council in Latin American Studies*, 4 (1975), 101-116.
43. Kenneth P. Erickson, "Populism and political control of the working class in Brazil", *Latin America: power and reality. Proceedings of the Pacific Coast Council of Latin American Studies*, 4 (1975), 127.
44. Raimundo Faoro, "Os reféns internos", *Isto É* (São Paulo), 4 (14 de maio de 1980), 7.
45. Erickson, "Populism", p. 127.
46. Peter Flynn, *Brazil: a political analysis*. (Londres: 1978) p. 100.
47. Flynn, *op. cit.*, p. 236, citando Warren Dean, *The industrialization of São Paulo, 1880-1945* (Austin: 1969), p. 176.
48. Conniff, *op. cit.*, p. 139; Flynn, *op. cit.*, p. 101.
49. Flynn, *op. cit.*, p. 102; Shirley, *op. cit.*, p. 173. Ver também Relatório Confidencial, L. Troutbeck, embaixador inglês no Rio de Janeiro, a sir John Simon, Foreign Office, 14 de agosto de 1934, PRO Archive.
50. Oficial de Marinha Harry W. Brown, Adido Militar, Embaixada americana, Rio de Janeiro, ao Departamento de Estado, Relatório G-2 nº 1319, 29 de agosto de 1934, p. 1. Sobre a Legião Cearense do Trabalho, ver Severino Sombra, *O ideal legionário* (Fortaleza: 1931), pp. 45-47.
51. Carol H. Foster Consul Geral de São Paulo, Relatório Político nº 2 ("Atividades comunistas em São Paulo"), a Hugh S. Gibson, Embaixador, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1934. Arquivo do Departamento de Estado, Washington, D.C.
52. Diretório Nacional da ANL, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1935. "O governo popular nacional revolucionário e o seu problema" (documentos de Roberto Sisson, Rio de Janeiro); *O Sindicalista* (Jaboatão, Pernambuco), 1 (junho de 1935); *A Manhã* (Rio de Janeiro), 31 de agosto de 1935.
53. Ver Robert M. Levine, *The Vargas regime* (Nova York: 1970).
54. José Soares Maciel Filho, "O sentido social da revolução", *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 31 de dezembro de 1937/1 de janeiro de 1938, 71.
55. *Idem*. Ver também Edgar Carone, *O Estado Novo (1937-1945)* (São Paulo: 1976), p. 133.
56. Robert M. Levine, *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937*. (Stanford: 1978), p. 189.
57. Roberto C. Simonsen, *A evolução industrial do Brasil* (São Paulo: 1939), tabela em apêndice, citado por Spiegel, *op. cit.*, p. 97.
58. Mário Cardim, *Ensaio*, p. 24, citado por Spiegel, *op. cit.*, p. 98; Ministério do Trabalho, *Levantamento do custo de vida no Brasil* (Rio de Janeiro: 1946), pp. 95-98, citado por Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, vol. 2, (Rio de Janeiro: 1978), p. 902; Spiegel, *op. cit.*, p. 99.

59. Josué de Castro, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 11 (novembro/dezembro de 1935), 167-176, sobre Recife. O estudo sobre São Paulo foi efetuado por Horace B. Davis e Marian Rubins Davis "Scale of living of the working class in São Paulo, Brazil", *Monthly Labor Review*, janeiro de 1937, 245-253. Ver também James A. Rowan, "Trade unions and wages in Brazil", *Monthly Labor Review*, setembro de 1925, 467-477.
60. Davis e Davis, *op. cit.*, p. 252.
61. Frederico Heller, "A carreira profissional de um pedreiro de subúrbio", *Sociologia*, 4 (1942), 150-156.
62. Spiegel, *op. cit.*, p. 100.
63. *Ibidem*, p. 101.
64. *Ibidem*, p. 105.
65. Manuel T. Berlinck, *Marginalidade social e relações de classes em São Paulo* (Petropolis: 1975), p. 99. A participação de São Paulo na produção industrial do país passou de 16,5% em 1907 para 43,5% em 1938 e continuou a aumentar daí em diante, embora num ritmo mais lento.
66. Merrick e Graham, *op. cit.*, p. 331.
67. June E. Hahner, "Women and work in Brazil, 1850-1920: a Preliminary investigation", *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*, Dauril Alden e Warren Dean, Editores (Gainesville, Flórida: 1977), p. 103.
68. Ver Otávio Iani, *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (Rio de Janeiro: 1963), pp. 127-130.

O autor gostaria de agradecer a ajuda das seguintes pessoas: Sheldon L. Maram, Frank D. McCann Jr., José Carlos Sebe Bom Meihy, Joseph L. Love e Michael Hall.

1. ELITES POLÍTICAS E REGIONALISMO

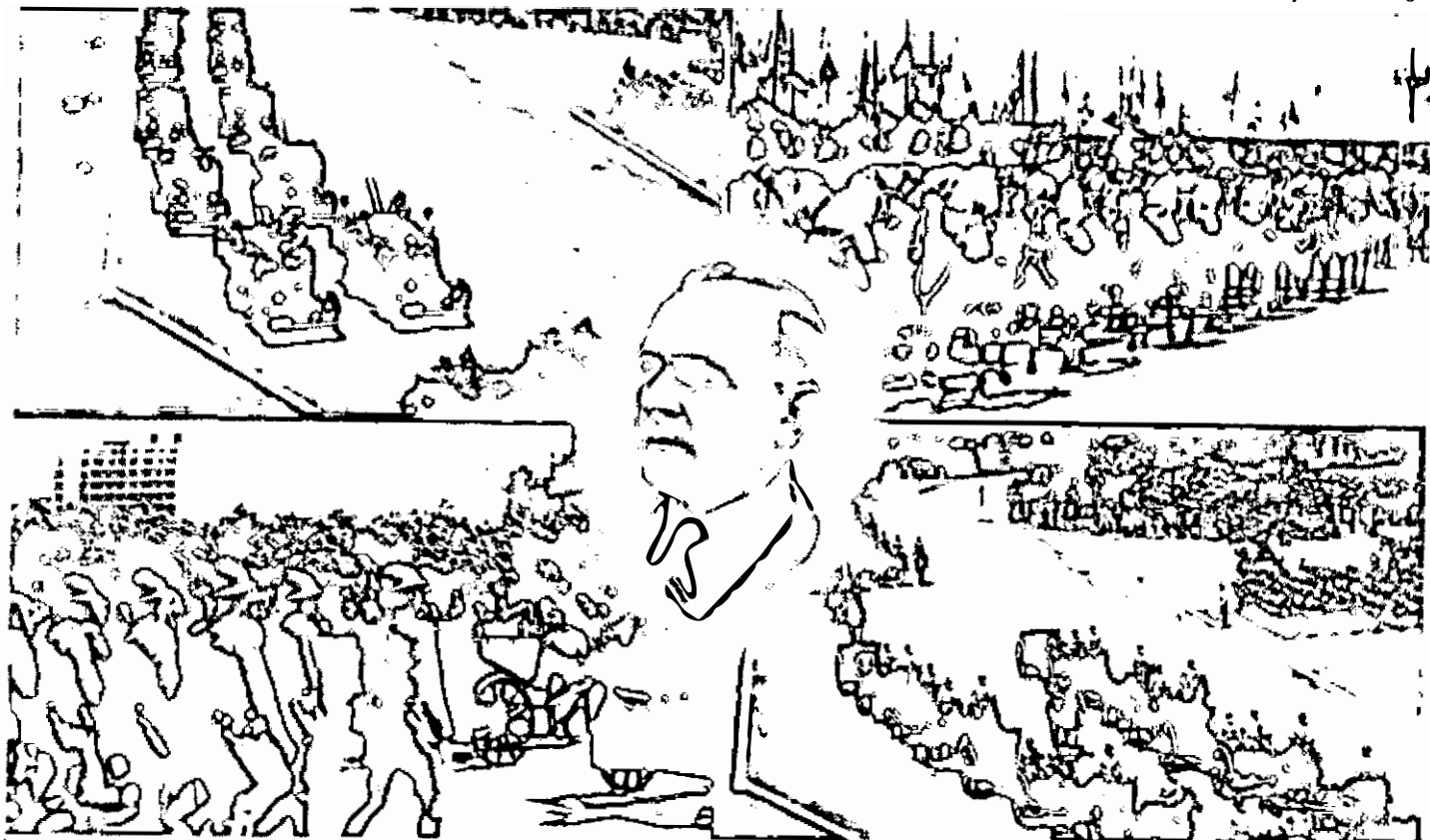
Carta, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1168, 8 nov. 1930



Membros da elite política gaúcha amarram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, logo após a vitória da Revolução de 1930. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1930.

2. A POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS

FGV/CPDOC/Arq. Getúlio Vargas



"Soldados do Brasil. A Pátria espera de vós defesa pronta e intransigente. Todos os bons brasileiros são soldados da grandeza nacional. Getúlio Vargas".
Postal impresso pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).



Aspecto do trabalho de menores na Fábrica Santana da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. São Paulo, maio de 1931.

4. EDUCAÇÃO E CULTURA NO REGIME VARGAS

FGV/CPDOC/Arq. Gustavo Capanema

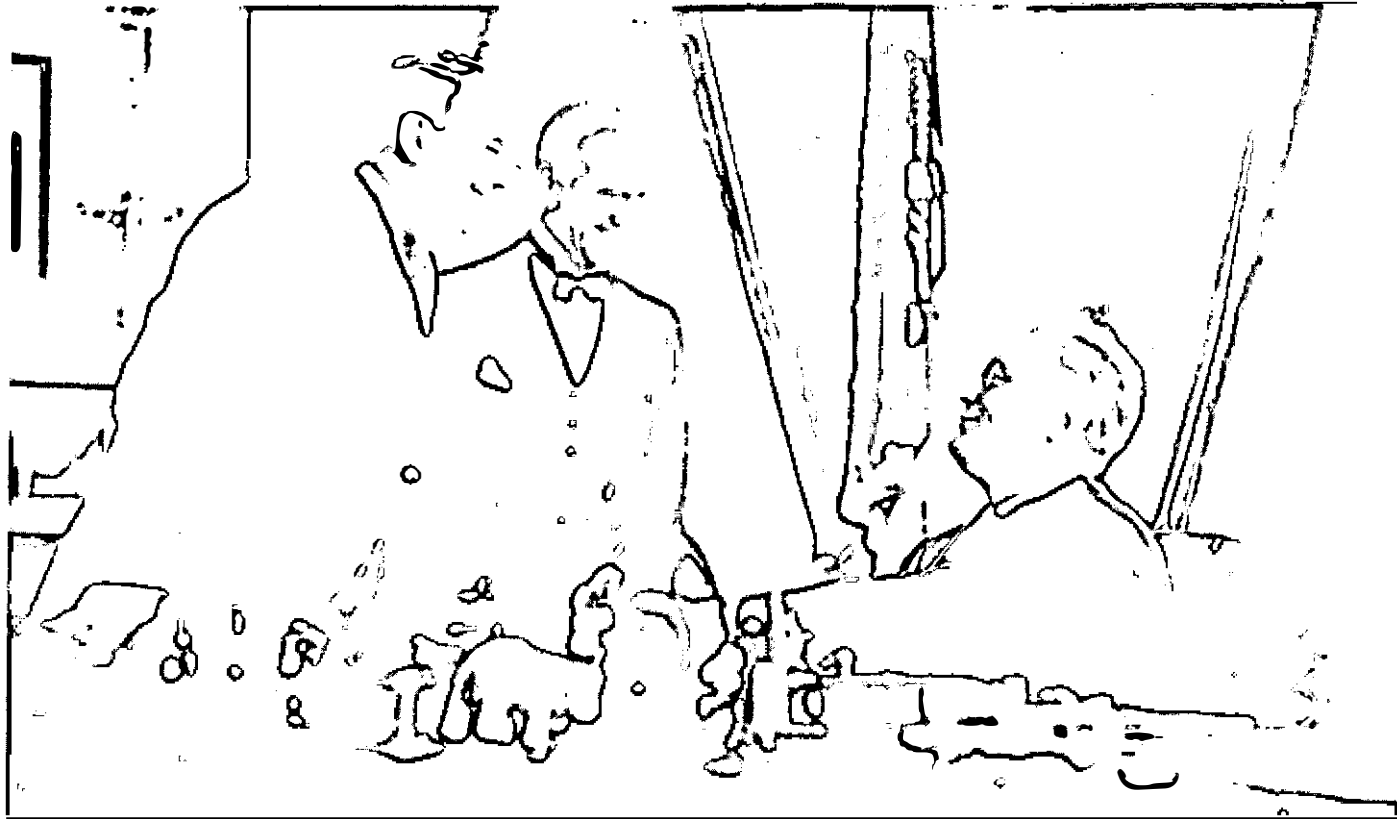
PALACIO DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

Maquete do prédio do Ministério da Educação e Saúde apresentada na *Exposição do Estado Novo* com o objetivo de divulgar a política educacional e cultural do governo Vargas. Rio de Janeiro, 1938.

5. INTELECTUAIS E IDEOLOGIA

Ministério da Marinha/Arquivo da Marinha. Caixa 625



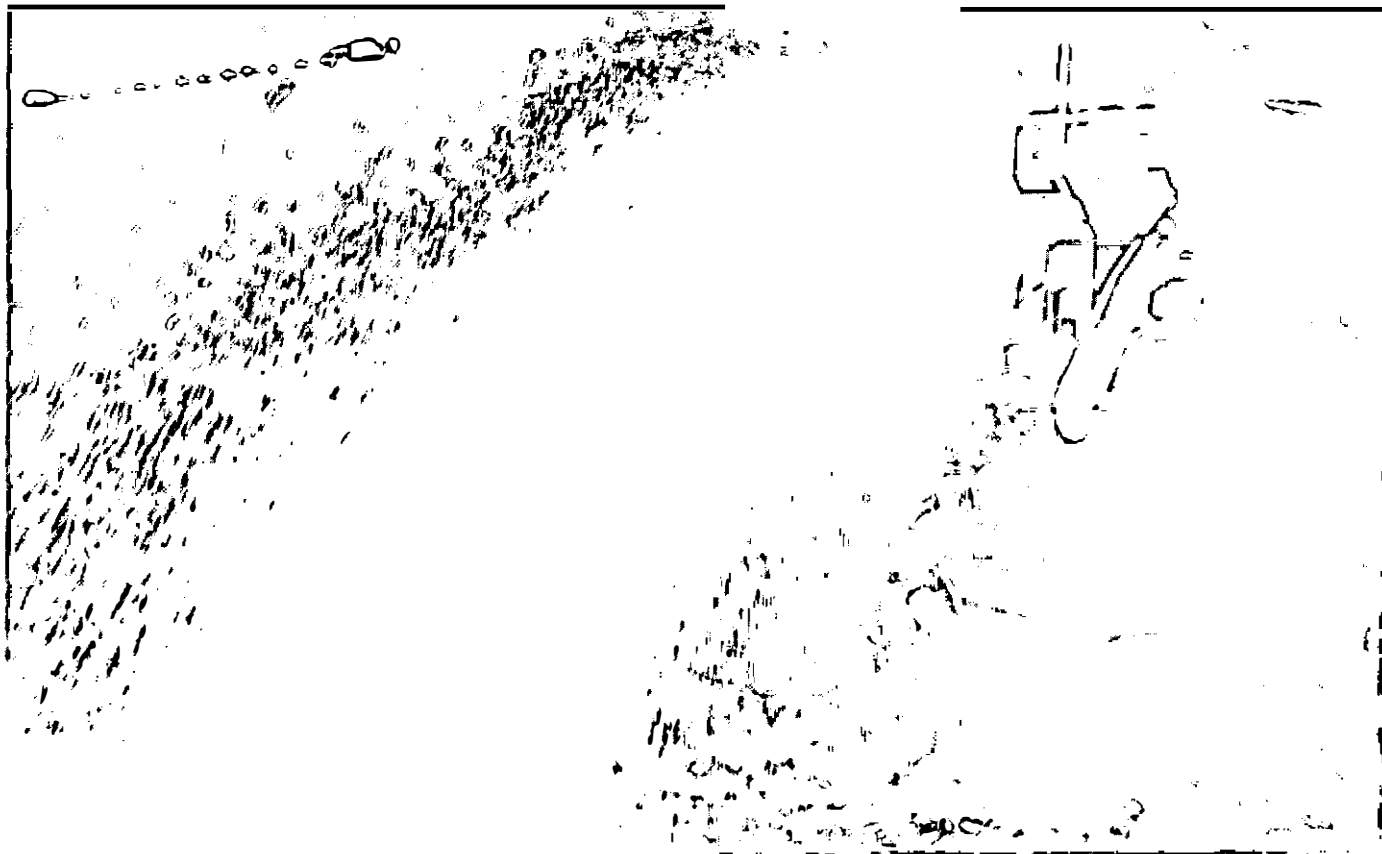


Osvaldo Aranha e Artur de Souza Costa cumprimentam o presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, por ocasião da assinatura de tratado comercial.

Washington, 2 de fevereiro de 1935.

7. A REVOLUÇÃO DE 1930 EM PERSPECTIVA: ESTADO, ESTRUTURA DE PODER E PROCESSO POLÍTICO

Empresa Brasileira de Notícias Reproduções: Júlio Sérgio Brasileiro de Alcântara



Alto forno da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, inaugurada durante o Estado Novo. 1941.

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS*: Não há a menor dúvida de que a Revolução de 30 no Brasil é particularmente relevante. Seus efeitos sentem-se até hoje numa série de dimensões que já foram apontadas aqui, não só na regulamentação das relações de trabalho, que é o tema específico desta mesa, mas em toda uma postura bastante intervencionista do Estado brasileiro, que se reflete também na regulamentação da produção.

Poder-se-ia dizer que é na década de 30 que se encontram os germes de uma reformulação operacional do Estado brasileiro, que passa a requerer todo um pessoal novo, treinado de maneira diferente que dará origem à moderna tecnocracia. Na tentativa de encontrar o sentido da Revolução de 30 dentro da história brasileira, a vasta maioria dos estudos já realizados buscou responder a um conjunto bastante restrito de perguntas. E uma das questões que dividem sobremaneira os analistas é se a Revolução de 30 foi definitivamente uma revolução burguesa ou não. Sobre o tema desta mesa, por exemplo, o centro das atenções dos estudiosos têm se voltado para a relação entre a política social e trabalhista de Vargas e o fascismo europeu.

Há, todavia, um ângulo que me parece importante e que não tem sido suficientemente debatido ou pesquisado nas análises que nos têm sido oferecidas com brilhantismo e com seriedade pelos nossos historiadores. Falo da análise da Revolução de 30 como um episódio dentro de uma história mais longa, que é a tentativa de se criar uma sociedade de mercado no Brasil: uma sociedade organizada, regulada, estratificada, produzida por uma matriz, por um mecanismo básico que seria o mercado capitalista de produção e de relações sociais. Visto por esse ângulo, o problema da constituição de uma sociedade de mercado no Brasil não é diferente do que se colocou para outras sociedades latino-americanas. Também elas, de certa maneira, tiveram que enfrentar, nos cem últimos anos de sua história, ou talvez um pouco mais, o problema de constituir ou não, ou de constituir a meias, uma sociedade de mercado.

Nesse particular, portanto, a agenda de problemas que o Brasil enfrentou não deveria, em princípio, diferir essencialmente da que foi enfrentada pelas demais sociedades latino-americanas. Estou me prendendo à América Latina, mas eu poderia generalizar essa afirmação para todos os países que tentaram construir

* Este trabalho não foi entregue por escrito. Trata-se de uma contribuição oral editorada, com aprovação do autor.

uma sociedade de mercado, e de mercado capitalista, estimulados pela revolução industrial inglesa.

Se começarmos a olhar a mudança no comportamento do Estado brasileiro a partir de 30, pelo ângulo das questões suscitadas pela constituição e sustentação de uma sociedade de mercado, vamos ver que a revolução significa a primeira ruptura importante com a ideologia do *laissez-faire* que até então prevalecia quanto às relações de trabalho. Comparando com outros países, vamos encontrar semelhanças e diferenças. Datada como o momento em que o Estado passa a intervir nas relações de trabalho, abandonando o *laissez-fairismo* prevalecente, podemos dizer que o Chile fez sua Revolução de 30 em 1923/24. A Argentina, em 1945/46. E o Peru jamais a fez, até a intervenção militar de 1968.

Na realidade, os problemas que o Brasil enfrentou ao longo de sua história são decorrentes fundamentalmente dessa tentativa, que teve início em meados do século passado, de montar e sustentar uma sociedade de mercado integrada no contexto internacional via comércio externo. E todas as sociedades latino-americanas a isso foram estimuladas pela revivescência do comércio internacional que se seguiu à revolução industrial inglesa. Todas as economias latino-americanas, em meados do século passado, foram obrigadas, de alguma forma, a se reintegrar no sistema internacional reconstruído via comércio externo. E o fizeram através da comercialização de algum produto que lhes pudesse trazer vantagens comparativas neste reintegrar-se ao mundo das nações. No Peru, o guano e o açúcar. Na Argentina, a carne e o trigo. No Chile, o salitre e o cobre. No Brasil, o café.

Àquela época, o relacionamento entre as nações que se integravam internacionalmente, bem como, no interior de cada uma delas, a relação entre suas diversas classes e seus diversos grupos sociais eram geridos, regulados, comandados fundamentalmente pela dinâmica da criação e da expansão das relações do mercado capitalista, sob inspiração da ideologia do *laissez-faire*. É sob essa inspiração que se tenta, a partir de meados do século passado, criar e sustentar uma ordem capitalista de mercado, no Brasil e em diversos outros países latino-americanos.

Nos países avançados de então, aqueles que lideravam o desenvolvimento e o comércio internacional, e que já haviam feito ou estavam fazendo sua revolução industrial, o ordenamento dos seus diversos grupos sociais internos era dado via competição no mercado, seja no mercado econômico, seja no mercado político. Foi através dos sindicatos e dos partidos políticos que as diversas forças sociais – o empresariado agrícola, a burguesia industrial, o operariado urbano, os camponeses, a burocracia do Estado, as forças armadas – constituíram sua identidade para se apresentar na disputa que se travava, através das relações de mercado, por uma maior ou menor fatia do bolo proporcionado pelo desenvolvimento capitalista. A

maneira pela qual se constituíram as identidades desses principais atores políticos tem uma importância significativa para o resultado histórico e para a determinação do momento em que o Estado se vê obrigado a romper, de alguma forma, com a ideologia *laissez-faireana* prevalecente.

Se, portanto, podemos encontrar uma constante em relação a todos os países latino-americanos, a partir de meados do século passado, que é a necessidade de encontrar um produto qualquer que lhes permita reintegrar-se ao sistema internacional, via comércio externo – constante que confere a todos eles caráter que já esteve na moda chamar de dependente –, todavia, o impacto que esta situação comum causa em cada um deles é marcadamente diferente, tendo em vista a forma pela qual os principais participantes políticos do mercado constituíram sua identidade. O tempo que esses atores levaram para formar sua identidade, bem como a forma pela qual o fizeram é extremamente importante para a compreensão não só de episódios do passado de diversos países latino-americanos, mas sobretudo dos problemas que se colocaram para alguns deles e das opções que escolheram, particularmente no caso do Brasil, no momento presente.

Na Argentina, por exemplo, a mais ortodoxa concepção *laissez-faireana* prevaleceu na questão das relações de trabalho: a maneira pela qual o operariado urbano iria se defrontar com a burguesia industrial foi deixada às leis do mercado, até meados da década de 40. Se é que se pode falar da Argentina como nação já integrada em princípios do século, na realidade existiam nesse país partidos mais ou menos nacionais, como o Partido Radical e o Partido Conservador, que teve várias denominações ao longo do tempo. Embora de escopo praticamente nacional, eram partidos voltados para disputas regionais entre elites, e estavam minimamente interessados em competir pela representação da burguesia industrial ou do operariado urbano.

A burguesia industrial urbana começa a constituir sua identidade como grupo ou como classe fora da arena política, inclusive por conta de diversos itens da legislação argentina extremamente discriminatória em relação aos imigrantes (e a formação da burguesia industrial argentina muito deve à imigração). Há um artigo excelente de Oscar Cornblit mostrando como, durante décadas, a burguesia industrial argentina manteve-se alienada da arena política tradicional por conta da discriminação aos imigrantes.

Igualmente em relação ao operariado, mantiveram-se inteiramente alienados os principais partidos nacionais argentinos. As relações entre a burguesia industrial e o operariado se regulavam pelas leis do mercado, e o sindicalismo se organizou de maneira pluralista. Nada impedia que um grupo significativo de operários de uma empresa, de uma indústria, ou de uma categoria, descontentes com a orientação de determinado sindicato, formassem outro para competir pela representação daquele setor ou daquela unidade fabril. O pluralismo sindical

argentino se mantém, permitindo que anarquistas e comunistas competissem pelo controle do movimento sindical argentino durante todo esse período de *laissez-faire* governamental quanto à regulamentação das relações que se estabelecem na esfera do trabalho.

Todavia, quanto à regulamentação da produção propriamente dita e dos preços, o Estado argentino rompe com a ideologia *laissez-faireana* logo no início da década de 30 – a famosa “década infame” argentina –, criando organismos quase públicos que incorporavam não só os burocratas e tecnocratas do Estado, mas também representantes dos criadores de gado e dos produtores de vinho, para decidir sobre quantidade de produção, distribuição de cotas por províncias, preço e volume para exportação.

Portanto, desde o início da década de 30, o mercado da produção e da exportação começa a ser semi-regulado pelo Estado argentino. Mas é só na década dos 40 e com a ascensão de Peron que o Estado vai romper com a ideologia *laissez-faireana* no que diz respeito ao trabalho. Peron incorpora o operariado argentino via constituição de um sindicalismo estatalmente regulado, que perante o monopólio da representação, exige o reconhecimento estatal pelas repartições oficiais apropriadas, regula as eleições sindicais, enfim, implanta um modelo por nós conhecido desde a década de 30. É curioso perceber que isto se dá em 45/46, quando o fascismo europeu já está derrotado. Portanto, não há mimetismo, não há difusão da Europa para a Argentina nesse particular.

Curiosamente, também são incorporados como atores no processo político argentino, ganhando nova identidade social e política, os representantes da oligarquia tradicional exportadora. Com Peron, os criadores de gado e os produtores de vinho perdem sua autonomia e são integrados em corpos criados e regulados pelo Estado. A poderosa Sociedade Agrária Nacional é fechada. No entanto, na Argentina de Peron, a burguesia industrial não é integrada via Estado. Apesar das tentativas peronistas de criar um órgão público ou semipúblico para incorporar a burguesia industrial argentina, até então alienada do jogo político formal e convencional, esta jamais se incorpora através dos mecanismos ou instituições que o Estado oferece.

Paralelamente, já nos anos 10 e 20, as forças armadas argentinas haviam adquirido sua identidade própria, num contexto em que as clivagens políticas se davam fundamentalmente entre partidos que se dividiam entre diferentes setores da oligarquia, e que não lutavam pela representação das massas urbanas ou rurais. O exército argentino apresenta clivagens em função dos partidos oligárquicos ou dos clubes e das lojas de tipo maçônico; várias cliques então se formam. Mesmo assim, antes da incorporação do proletariado ao jogo político via mecanismos estatais com Peron, o exército argentino já está criado e participa do jogo político com identidade própria.

Vou-me referir rapidamente ao Peru, que talvez tenha sido, na América Latina, o único país que levou a sério a ficção do *laissez-faire*. Neste país, sucessivos governos, democráticos ou autoritários, jamais se preocuparam em regular qualquer faixa da vida social e econômica da sociedade, ou em nelas intervir de forma significativa. Com exceção de um pequeno período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, quando por ano e meio é feita uma tentativa de controle do câmbio e do comércio exterior, não se registra intervenção do Estado peruano na regulamentação do mercado de trabalho, da produção, distribuição ou exportação de mercadorias.

Até a intervenção militar de 1968, o sindicalismo peruano se desenvolveu segundo as leis da selva do mercado, à base do pluralismo sindical, tendo que sobreviver às custas da participação e da contribuição voluntárias, porém num contexto diferente do argentino. No Peru, embora o surgimento de um proletariado urbano moderno possa ser datado do final da década dos 40, a APRA e o Partido Comunista, ambos de caráter nacional (excluída aqui a representação indiana dos Altiplanos) haviam aparecido na década de 20, com presença organizada e participante nos anos 30. A identidade do operariado peruano começa a se definir ao final da década de 40 e durante toda a década de 50 via filiação partidária, já que esses dois partidos de massa competiam pelo apoio desta classe.

Talvez isso explique por que, depois de 68, a tentativa de incorporar o movimento sindical peruano numa estrutura mais ou menos corporativa, com grande controle estatal, tenha encontrado resistências enormes em toda aquela área onde a identidade operária como ator político reconhecido já havia se dado via identificação partidária com a APRA ou com o comunismo.

Os militares de 68, anticomunistas que eram, não podiam se identificar de maneira alguma com os comunistas, nem com a APRA, em virtude de razões históricas. Em 1932, a APRA havia tentado um golpe, numa certa província peruana, dizimando alguns militares. A partir daí, estabeleceu-se uma impossibilidade histórica de diálogo entre a APRA e as forças militares peruanas. Por sua vez, essas haviam adquirido identidade própria a partir de meados da década de 50, quando se deslocaram da oligarquia a quem sempre haviam servido.

Eu também poderia mencionar o processo do Chile, mas já tenho meu tempo ultrapassado. Pulo imediatamente para o Brasil, onde a política *laissez-faireana* do Estado se mantém em relação ao proletariado e à burguesia urbana até 1930. Todavia, até esta data não existem no Brasil partidos nacionais, mas confederações de satrapias regionais, que não competem pelo apoio dessas duas forças novas dentro da política brasileira.

Antes de 1930, o estado brasileiro já havia rompido um pouquinho a sua posição *laissez-faireana* quanto à produção; desde os anos 10 o Estado regulava por

cotas a produção do café. Não foi difícil para este Estado romper com o *laissez-faire* quanto ao mercado de trabalho. A partir de 30, o Estado inicia esta ruptura e encontra ali um operariado que não se divide em função de partidos, que ainda não ganhou identidade própria e que vem lutando por ela através do mercado selvagem. Sem encontrar maiores resistências, o Estado incorpora e estrutura este operariado via mecanismos estatais. Simultaneamente, é todavia também estruturada e incorporada, via Estado, a burguesia industrial brasileira, que a partir de então ganha federações e confederações, ganha uma representação monopolizada que requer credenciamento, reconhecimento por parte do Estado.

É interessante notar que condicionamentos históricos comuns causaram impactos diferentes no desenvolvimento de alguns países latino-americanos. No Brasil, por exemplo, constituiu-se uma aliança, desde os 30, entre um estamento militar fortemente intervencionista e fortemente estatista, pouco dividido em função de clivagens partidárias no sentido nacional, fundamentalmente comprometido com uma idéia de Estado formulada, evidentemente, dentro de seu próprio aparato, e uma burocracia que se arroga responsabilidades apenas perante os desígnios do Estado. Ao contrário, encontramos na Argentina pós-Peron um exército definitivamente identificado, senão partidariamente, pelo menos com um forte sentimento antiperonista, o que significa dizer, antimovimento sindical. Isso coloca para diversos de nossos países questões importantes.

Ao longo de todo o tempo em que se tentava criar uma sociedade de mercado no Brasil, a ideologia liberal buscou responder à pergunta “para que serve o Estado” de diversas formas. Inicialmente, era dada uma resposta muito defensiva: o Estado servia apenas para proteger a propriedade e os direitos fundamentais dos cidadãos. No século XIX, com Stuart Mill, surge a visão de um Estado que, além de seu caráter “protetor”, deveria propiciar as condições para o pleno desenvolvimento de cada indivíduo. Com os utilitaristas, passa a se exigir do Estado que dê proteção, propicie as condições para a plena realização de cada indivíduo, e mais, maximize a felicidade geral. Evidentemente, tratava-se de uma forma um pouco gongórica de se dizer “maximize as taxas de acumulação do capital”. No século XX, a essas expectativas em relação ao Estado se soma a de que promova a justiça social. Mais recentemente, chega-se à formulação de que cabe ao Estado também criar condições para a participação política a mais generalizada possível.

A essa questão constitucional – “para que serve o Estado” – os países líderes do desenvolvimento econômico deram diferentes respostas, segundo os diferentes momentos de seu desenvolvimento, de sua história. Essa questão, eu suspeito, jamais foi respondida de maneira definitiva ou satisfatória pelos países latino-americanos. Em função das peculiaridades de formação de cada grupo de atores políticos, variava a resposta: o Estado serve para proteção, ou para a segurança, ou para a promoção da justiça social, ou para assegurar a participação política. De que maneira nós vamos resolver a questão constitucional do Estado brasileiro vai

depender da dinâmica do conflito político entre os diversos atores envolvidos, o que, por sua vez, depende da história de sua formação.

Para finalizar, sem haver nisso nenhum caráter conclusivo, quero dizer que o que pretendi fazer aqui foi sugerir um estudo da experiência brasileira de uma forma um pouco mais comparativa, para que possamos aprender com as nossas diferenças e identidades com outros povos e evitar, assim, que sejamos capturados por um paroquialismo que não poderá certamente nos levar a bons resultados.

A REVOLUÇÃO DE 30 E A QUESTÃO SINDICAL

(notas para um debate em curso)

Maria Hermínia Tavares de Almeida

É difícil dizer algo de novo e interessante sobre organização sindical que nos foi legada pela Revolução de 1930. Dela já se falou em demasia.

A despeito da razoável diversidade de enfoques teóricos e preferências políticas há, na abundante literatura produzida nos últimos 15 anos, uma quase unanimidade com relação à natureza perversa de nossa organização sindical, tão próxima do Estado, tão distante da massa trabalhadora. Sua persistência é encarada – e com razão – como obstáculo sério a um processo de democratização mais fundo, que requer e implica a representação sindical livre e autônoma. Sua vitalidade a despeito de tudo é um desafio para nós analistas. Pois, sublinhando seus muitos vícios insanáveis, vemo-nos forçados a constatar que, apesar deles, a estrutura se mantém tal qual foi concebida há quase 50 anos; que fora dela nenhuma oposição se manteve de pé, mas que, ao contrário, do seu interior brotou a contestação mais radical à sua falta de independência frente ao Estado e a seu distanciamento do mundo do trabalho.

Sobreviverá ainda por muito tempo a organização sindical estatuída na Consolidação das Leis do Trabalho? É a pergunta que nos fazemos hoje. E a busca de respostas talvez se beneficie de uma reflexão acerca das condições em que se ergueu a estrutura sindical no pós-30.

O modelo sindical que, em 1942, a Consolidação das Leis do Trabalho consagrou, em sua forma definitiva, é o resultado de tentativas sucessivas de definição de uma estrutura permanente e estável, corporificadas em três leis de sindicalização: o Decreto nº 19.770, de março de 1931; o Decreto nº 24.694, de julho de 1934; e o Decreto nº 1.402, de julho de 1939.

Promulgados em contextos políticos muito diversos, eles guardavam, para além das muitas diferenças, um traço comum, marca de nascença, a denunciar a inspiração antiliberal e corporativista que presidiu sua elaboração. Com efeito, os três partiam da aceitação de que cabia ao Estado regular as relações entre capital e trabalho, canalizando-as através de instituições encrustadas no próprio aparato estatal. E todos aceitavam a tutela oficial como forma de promover a harmonia social, substituindo o conflito – por definição, sintoma de anomia – pela colaboração entre as classes.

Destarte, os três decretos propunham uma organização sindical simétrica para empregados e empregadores, pois se tratava de igualar, *no direito à representação e na*

forma da representação, as forças do capital e as do trabalho. Deixando de lado a experiência associativa pretérita de trabalhadores e empresários, definiam o formato do sindicato e das demais entidades constituídas da reunião de vários sindicatos. Estabeleciam-no como *sindicato fora da empresa*, consoante a idéia de que o enfrentamento direto e certamente conflitivo havia que ser substituído pela mediação equilibrada e amortecedora das agências estatais. Os três decretos impunham o reconhecimento oficial como condição de existência legal das entidades classistas e instalavam o controle ministerial no cotidiano das associações profissionais, no processo eleitoral, na prestação de contas, na definição dos contornos de sua base. Finalmente, nos três momentos a legislação, ainda que garantisse o princípio da adesão voluntária, procurou estimular a afiliação, assegurando direitos exclusivos aos sindicalizados¹.

As diferenças entre os três decretos espelham a amplitude maior ou menor das pressões de distintos grupos sociais e políticos sobre a equipe do Ministério do Trabalho, encarregada de produzir normas reguladoras da associação sindical. De outra parte, refletem a própria experiência acumulada a partir do momento em que a elite revolucionária chamou a si a tarefa de organizar uma sociedade, que ela supunha invertebrada e incapaz de se estruturar por conta própria.

Assim é que, do ponto de vista do controle sobre o formato e a atividade das entidades classistas, as normas estabelecidas pelo Decreto nº 24.694 eram inegavelmente mais brandas. Elas refletiam o clima geral de maior desafogo, vigente no período da Constituinte, e a própria necessidade de compatibilizar a liberdade e pluralidade sindicais, asseguradas pela nova Carta Magna, com a crença, que pautava a ação dos técnicos do Ministério do Trabalho, na validade da ação reguladora do Estado.

Da mesma forma, é evidente que a atmosfera sombria do início do Estado Novo possibilitou e influiu na multiplicação dos dispositivos coercitivos à disposição do ministério para o controle dos sindicatos, muito mais numerosos no decreto de 1939 do que nos anteriores².

Na verdade, do estatuto de 1931 para o de 1939, há uma progressão clara no sentido do reforço da dimensão autoritária da interferência estatal no mundo do trabalho. Essa caminhada realizou-se, todavia, sem mudança de rumo, pela mera exacerbação das possibilidades já inscritas no decreto Collor. Este consagrava como legítima a intervenção estatal e continha, de maneira abrandada, os dispositivos do reconhecimento oficial, da prestação de contas, da supervisão do processo eleitoral, da punição pelo Ministério das direções sindicais propensas à rebeldia etc. A legislação do Estado Novo atarrachou os controles e depurou a estrutura definida em 1931 de suas virtualidades mobilizadoras e unificadoras, com a eliminação dos organismos horizontais do tipo das centrais sindicais, municipais, regionais ou nacionais.

Por outro lado, o aprimoramento dos mecanismos de controle já existentes e a criação de novos em alguns casos significou também um “aperfeiçoamento” da própria estrutura sindical, dotando-a de mais coerência e proporcionando-lhe maior estabilidade.

Assim, do primeiro decreto à Consolidação das Leis do Trabalho, caminhou-se no sentido de definir critérios mais claros e uniformes para a constituição dos sindicatos de base territorial. Esta coerência maior de critérios se corporificou em novo mecanismo de controle através do enquadramento sindical³. Da mesma maneira, a criação da contribuição sindical compulsória, em julho de 1940 (Decreto-lei nº 2.377), deu às entidades sindicais condições de sobrevivência de uma vez e para sempre, tornando-as independentes da adesão formal de suas bases, do maior ou menor apoio que viessem a dar aos dirigentes sindicais do momento. A importância da contribuição sindical para a estabilidade das associações de classe não pode ser minimizada, mesmo quando se reconhece seu papel no reforço da burocratização excessiva dos sindicatos e da sua prática bastante afastada dos padrões democráticos de funcionamento⁴. Dela dependem, ainda hoje, a imensa maioria dos sindicatos brasileiros.

Finalmente, nunca é demais lembrar que a montagem da estrutura sindical, ao longo dos anos 30, se fez acompanhar pela construção, passo a passo, da Justiça do Trabalho e pela criação, no próprio aparelho do Poder Executivo, de órgãos de feição corporativista e de função, via de regra, consultiva, onde tomavam assento representantes dos sindicatos patronais e de empregados⁵.

Através dessas três instituições – estrutura sindical, Justiça do Trabalho, órgãos estatais corporativos –, as relações entre empresários e assalariados urbanos assumiram uma forma indireta e centralizada no aparato de Estado, à maneira de um triângulo, sem a linha da base e cujo vértice superior fosse ocupado pelos agentes estatais encarregados de regular e mediar as disputas. Este arcabouço institucional, que materializava uma relação particular das classes sociais entre si e com as elites estatais, possibilitou a politização da ação sindical, ou seja, um movimento sindical *voltado antes à barganha política do que à barganha coletiva*, para usar a expressão de Sturmfels⁶. E a uma barganha política de tipo particular: concentrada na ação sobre o Poder Executivo e amparada na intimidade das associações sindicais com os meandros do aparelho de Estado.

James Weinstein, discutindo as transformações do Estado liberal americano durante a *Progressive Era* (1900-1920), mostra, em análise preciosa⁷, como a idéia de reforma social foi-se introduzindo, no universo liberal e na prática política, por iniciativa das grandes e modernas empresas. Congregados na *National Civic Federation*, os porta-vozes das grandes corporações impulsionaram o processo de elaboração de uma nova base de consenso, fundada na transmutação, teórica e prática, do liberalismo individualista, aferrado ao princípio do *laissez-faire*, em

“liberalismo de grande empresa” (*Corporate liberalism*), norteador pela idéia de responsabilidade e solidariedade sociais. Entidade civil do *big business*, a NCF atrai para seus debates líderes operários moderados e personalidades públicas, criando uma espécie de representação tripartida no plano privado – uma forma de corporativismo às avessas –, que mais tarde transformar-se-ia na maneira de organização típica de muitos órgãos e agências governamentais. Sobre sua atividade escreve Weinstein:

“Sob uma ideologia oficial, razoavelmente rígida, de livre-empresa e a negação dos interesses de classe, os líderes corporativos na Federação buscaram estabelecer um sistema extraparlitário de racionalização, conciliação e reforma baseado na cooperação com representantes de trabalhadores, fazendeiros, intelectuais e reformadores organizados. Estes homens deram importância e algumas vezes patrocinaram um número de propostas legislativas e regulatórias destinadas, como eles colocavam, a restaurar ‘aquele senso comum habitual de solidariedade social que é a pedra fundamental da democracia’.”⁸

A nova política das grandes corporações, sem dúvida, nascia em resposta às transformações sociais aceleradas e à agitação crescente das camadas trabalhadoras. Como observa o autor, tratava-se de uma resposta conservadora. Mas de um conservadorismo que não abominava a mudança; antes, era capaz de capitaneá-la e absorvê-la nos marcos de um projeto liberal renovado.

O período estudado por Weinstein constituiu, apenas, o prólogo de um drama, de muitos lances sangrentos, e que se arrastaria pela década de 30. Só então, e graças a uma intervenção reguladora não desprezível, por parte dos poderes públicos, os conflitos sociais viriam a encontrar canais institucionalizados de negociação.

Todavia, para os fins de nossa discussão, interessa ressaltar o contraste gritante entre a atitude – *conservadora e reformista* – da grande burguesia americana, nas primeiras décadas do século, e o comportamento dos segmentos mais modernos da acanhada burguesia urbana do Brasil pré e pós-revolucionário.

No início dos anos 30, importante porta-voz do empresariado têxtil paulista vociferava contra as primeiras medidas de legislação social impostas pelo Governo Provisório:

“Não conheço a ideologia da Revolução de 30. (...) Houvesse ou não uma ideologia, fosse ela qual fosse, um fato que não admite contestação é o cortejo às massas, que parecia ser a preocupação visceral dos senhores da hora (...).

Ora, o apoio das massas só pode ser conseguido com a outorga de favores e privilégios de ordem objetiva e é oportuno lembrar o panem et circensis da Roma Imperial. (...)

E foi porque desejassem esse apoio que os invasores de São Paulo em 1930, antes de qualquer outra cogitação de ordem econômica, política ou simplesmente militar, tomaram duas medidas que por si só definem a psicologia do movimento revolucionário: impuseram às indústrias paulistas, sem distinção de ramos industriais ou de fábricas, a semana de 40 horas; um acréscimo de cinco por cento nos salários e deram plena liberdade de pensamento, senão de ação aos partidos extremistas. Fomos assistentes pávidos de fatos que ainda perduram na memória de nosso povo. As fábricas foram invadidas por homens em armas; o patronato submetido a inomináveis violências; os pátios dos estabelecimentos fabris peçados da impedimenta de um exército; o trabalho suspenso; o operariado tacitamente incitado a tomar seu quinhão de benefícios na forma que mais lhe conviesse. (...)

Surgiu aquele caos social de que falei em certa altura deste trabalho e a luta de classes, que não conhecíamos e que nem ao menos se prenunciava, teve seu início neste tranqüilo remanso que era o nosso Estado, início cuja violência estava na razão direta do incitamento à desordem feito por detentores ocasionais do poder público⁹.

Os empresários brasileiros, desde sempre, opuseram resistência tenaz ao equacionamento da questão social, cuja gravidade já se fazia sentir na década de 20, dando origem à criação do Conselho Nacional do Trabalho e à regulamentação legal de alguns direitos, que a legislação trabalhista do pós-30 reafirmaria e estenderia¹⁰.

No imediato pós-30, resistiram a todas e cada uma das leis sociais promulgadas pelo Governo Revolucionário. Fizeram oposição frontal à lei de férias e à proibição do trabalho para menores de 12 anos. Torceram o nariz diante do estabelecimento de convênios coletivos de trabalho, alegando que, com eles, impor-se-ia a ditadura dos sindicatos. Fizeram campanha contra a jornada de trabalho de oito horas diárias. Engoliram a contragosto a lei de sindicalização de Lindolfo Colloz¹¹.

Toda a legislação produzida pelo Ministério da Revolução, durante o Governo Provisório, foi à mesa de discussões na Assembléia Constituinte de 1934. Desta feita, os representantes da burguesia urbana – e, em particular, os deputados da bancada classista – optaram por uma forma oblíqua de resistência. Sem fazer oposição aberta ao princípio intervencionista, procuraram eliminar da Carta Constitucional cada uma das medidas concretas de proteção ao trabalhador.

Nesse sentido, muitas foram as emendas ao anteprojeto de Constituição que pediam a eliminação de parágrafos do artigo 124, que continha os direitos sociais básicos, ou tentavam transformá-lo em uma declaração genérica sobre a necessidade da legislação trabalhista, a ser elaborada por lei ordinária, conforme as circunstâncias.

No que tange à questão da sindicalização, os delegados classistas de empregadores e profissionais liberais aliaram-se a um bloco extenso e heterogêneo – que incluía a Liga Eleitoral Católica, a Chapa Única por São Paulo Unido, os partidos

Progressistas e Republicano de Minas – para defender a autonomia e pluralidade sindicais. E o fizeram escudados nos princípios e na “tradição liberal de nosso povo” (sic).

Os diversos segmentos da burguesia citadina não elaboraram uma resposta própria para a questão social, posta na ordem do dia pelo desenvolvimento da atividade urbana ligada à economia exportadora, e agravada pela sua crise, no final dos anos 20. Ao contrário, viram a questão social como um produto espúrio da ação de minorias portadoras de exóticas ideologias alienígenas.

Muitas vezes, combateram a idéia da regulamentação das relações de trabalho e dos procedimentos de negociação em nome de um liberalismo oitocentista, que não hesitavam em abandonar, quando se tratava de conseguir do governo medidas de proteção a seus negócios¹².

Na verdade, escudaram-se no ideário liberal para justificar uma atitude imobilista ou protelatória. Não chegaram jamais a esboçar uma alternativa à regulamentação autoritária e corporativista das relações de trabalho, que se situasse nos marcos de um liberalismo renovado. Frente à iniciativa governamental intervencionista ofereceram resistência, mas nunca novas saídas.

Tampouco, os trabalhadores urbanos chegaram a formular soluções coerentes para a questão dos direitos sociais básicos e, em particular, para o problema de sua organização em sindicatos.

Hoje em dia, ninguém mais pensa que a legislação trabalhista tenha constituído doação antecipatória, fruto de descortínio dos vencedores da Revolução de 30. As pesquisas realizadas recentemente revelam com clareza um fato óbvio: tudo que se obteve com o governo Vargas foi objeto de muita mobilização e muita luta. E, em alguns casos, já era direito adquirido na década de 20¹³.

A presença dos trabalhadores na cena urbana, com suas lutas e tentativas reiteradas de estruturação sindical, projetava uma sombra sobre a restrita arena política da Primeira República. Os trabalhadores a ela não tinham acesso, mas os problemas colocados pela sua existência desafiaram a elite política, já na segunda década do século.

Desta forma, não se trata de negar a presença combativa do proletariado das cidades, mas de indicar os limites de sua ação. No plano da organização sindical eles são claros: os trabalhadores urbanos entre o final da Primeira Guerra e a Grande Depressão, por razões que não cabe aqui analisar, não lograram colocar de pé e manter um organismo sindical estável. Os anos 20 são um período de desestruturação de muitos sindicatos, sendo freqüentes os documentos das lideranças anarquistas a denunciar a falta de consciência do proletariado e o abandono a que relegam suas entidades classistas.

A Revolução de 1930 encontrou os trabalhadores urbanos em pleno processo de reorganização dos sindicatos¹⁴; que correspondia, também, à mudança de seu formato organizatório, com a substituição dos sindicatos de ofício pelos sindicatos por ramo de atividade.

Neste contexto, a primeira tentativa de subordinar os sindicatos ao Estado, através do Decreto nº 19.770, despertou reações desencontradas, sendo difícil discernir a orientação predominante. Muitos sindicatos importantes, sobretudo os que escapavam à influência anarquista, saudaram a nova legislação como uma conquista¹⁵. Mas também numerosos foram os setores que opuseram resistência à imposição do controle ministerial, lutando por manter os sindicatos “livres” – via de regra, chamados de uniões. Compulsando o jornal paulista *A Platéia*, entre março de 1931 e dezembro de 1935, encontrei referência a 50 sindicatos “livres” e 27 oficialmente reconhecidos, em funcionamento no estado de São Paulo¹⁶.

Da mesma maneira, até 1935, surgiram, ao arrepio da lei, um bom número de entidades intersindicaís. Só no estado de São Paulo, registrei: Federação Operária de São Paulo, Federação Sindical Regional (1931), Coligação dos Sindicatos Proletários (1933-34), Centro Operário Católico Metropolitano, Federação Sindical Proletária das Indústrias do Estado de São Paulo (1935), Frente Única Sindical de São Paulo (1935) e União dos Sindicatos Proletários (1935). Aglutinando sindicatos oficiais ou livres, diferindo nas orientações políticas, todos esses organismos tiveram algo em comum: vida curta.

Esse, também, foi o problema dos sindicatos livres, que não chegaram a atingir um mínimo de estabilidade organizatória, vivendo à míngua de recursos e de associados.

Na verdade, as associações livres não suportaram a concorrência do sindicalismo oficial, que se montava escorado na máquina do Ministério do Trabalho. Mesmo antes que as medidas coercitivas, postas em prática no final de 1935, reduzissem o movimento trabalhador ao silêncio, a possibilidade de existência de um sindicalismo estável à margem da estrutura oficial já fora descartada na prática. Os anos de 1933 e 1934 caracterizaram-se pela decisão da maioria dos sindicatos independentes de procurar o reconhecimento ministerial.

Deste processo é típica a declaração que a diretoria da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, de tendência trotsquista, dirigiu a seus associados:

“Diante da nova lei de férias, determinando que só terão direito ao gozo de férias os operários que se encontram organizados em sindicatos oficializados, a nossa existência de sindicato livre está seriamente ameaçada. A comissão executiva, em diversas reuniões, examinou detidamente o assunto e verificou a impossibilidade de encontrar, por si só, uma solução que venha resolver a situação bastante delicada em que estamos colocados”.

“Por outro lado, observamos que a tendência manifestada por alguns companheiros, para a oficialização da UTG, se reforça cada vez mais. Podemos mesmo adiantar que, hoje, quase a totalidade da corporação é pela oficialização do nosso sindicato não só para a obtenção de férias, como também para salvar a própria unidade organizatória dos trabalhadores gráficos (...).”¹⁷

De outra parte, a análise da movimentação grevista no estado de São Paulo, durante os cinco primeiros anos da década de 30, que realizei em trabalho anterior, revela a existência de nexos muito frágeis entre os sindicatos recém-criados ou reorganizados e a base circunstancialmente mobilizada. Avultam as greves por empresa – no setor industrial paulista, de um total de 49 greves, entre 1930 e 1935, 36 foram movimentos circunscritos a uma empresa. Nestes casos, o sindicato aparece, freqüentemente, depois de desencadeado o movimento e sua ação é de incentivo, apoio, ligação com outras empresas, ou mediação, dependendo das circunstâncias e das orientações políticas das lideranças.

É inútil especular sobre o que teria ocorrido com o sindicalismo oficial, se a mudança do quadro político, em 1935, não tivesse significado a proscrição das lideranças classistas mais independentes, acarretando a liquidação, por um bom tempo, do próprio movimento sindical. As informações disponíveis revelam que o enquadramento do movimento trabalhador na estrutura oficial não significou, de início, subordinação completa aos desígnios do governo. Enquanto houve razoável liberdade, os sindicatos legais abrigaram a disputa entre lideranças ministerialistas, esquerdistas ou independentes. Nesse sentido, o submetimento total dos sindicatos só foi logrado com a repressão policial desencadeada depois do levante da ANL.

Todavia, volto a insistir, a coação policial não explica a virada do movimento trabalhador na direção dos sindicatos reconhecidos pelo ministério, que já era nítida às vésperas da Assembléia Constituinte.

Com todas as suas óbvias limitações, a estrutura oficial oferecia saída para dois grandes problemas que o movimento dos trabalhadores urbanos não lograra resolver adequadamente até então: o do reconhecimento do sindicato pelo patronato, e o da estabilidade organizatória das associações e trabalhadores. De fato, ao mesmo tempo que colocava o sindicato sob controle, a lei impunha-o ao empresariado, como o único representante legal dos empregados nos processos de negociação salarial. Por isso mesmo, a legislação sindical criava condições para a constituição de organismos permanentes, como nunca o tinham sido as velhas associações voluntárias de trabalhadores. Com esse fim, foi decisivo o estabelecimento da contribuição sindical (1940), que proporcionou uma fonte previsível de recursos para alimentar a máquina sindical.

De mais a mais, através dos órgãos estatais de composição tripartida, abriram-se canais – estreitos, é verdade – de participação no processo decisório, para um movimento trabalhador que, até então, estivera excluído da arena política.

Uns por reacionarismo, outros por fraqueza, empresários e trabalhadores não formularam modelos alternativos à organização sindical imposta, que partissem de algum tipo de visão liberal e democrática dos instrumentos e procedimentos da negociação coletiva. Tampouco, foram responsáveis pela feição peculiar – autoritária, estatista e corporativista – da estrutura sindical, que a Era de Vargas nos legou. Não foram sumariamente excluídos. Participaram – particularmente os empresários – nas comissões do Ministério do Trabalho encarregadas da elaboração dos sucessivos projetos de lei. Fizeram pressão pública, na imprensa, no Parlamento, influenciando na definição final de muitos aspectos da nova estrutura. Mas não foram seus criadores.

A organização sindical, bem como muitas outras estruturas que materializaram a intervenção autoritária do Estado na vida econômica e na organização social, deve seus traços característicos à iniciativa das novas elites estatais do pós-30.

Alexandre de Barros, refletindo sobre as características dos sucessivos grupos que assumiram a tarefa de construção do Estado nacional brasileiro, observou com propriedade a “razoável homogeneidade da elite que emergiu da Revolução de 30”¹⁸.

Esta homogeneidade é notória no que respeita à afirmação da preponderância do Estado, encarnação da comunidade nacional, sobre a sociedade, fragmentada e insolidária. Ela se patenteia numa visão bastante coerente de como equacionar a questão social – e, especialmente, o problema sindical – por meio de uma legislação protetora. Neste caso, o que ressalta à luz é muito mais do que a aceitação de um tipo de ação estatal mediadora e reguladora, compatível com um ideário liberal democrático adaptado às condições do capitalismo pós-concorrencial. O que se materializa na legislação trabalhista promulgada por Vargas é a afirmação do papel reitor do Estado na organização da sociedade, tão bem expressa por Oliveira Viana:

“No Brasil, com efeito – seja pela dispersão geográfica de sua população; seja pelo incipiente e o rudimentar da sua estrutura econômica, industrial e urbana; seja pelas condições fáceis e pouco exigentes da vida nos trópicos; seja pelas influências, ainda hoje persistentes, do trabalho servil; seja pela ação desintegradora dos grandes domínios – as nossas classes ou categorias profissionais, nas cidades e nos campos, não puderam adquirir, senão em alguns raríssimos setores, densidade, espessura, consciência e organização. (...) Daí a ausência atual de associações sindicais em seu seio”.

*“Estas formas associativas, entretanto, existem virtualmente nestas classes ou categorias; mas estão nelas contidas ainda em latência, sob formas tórpidas ou potenciais: para a sua aparição ou revelação, o que lhes está faltando é, certamente, um estímulo externo agindo sobre essas categorias ou classes, essa corrente de excitação que as condições específicas de nossa formação social e histórica não lhes puderam fornecer, como vimos, e que só o Estado – objetivando o pensamento de uma política de preparação do homem brasileiro para a vida associativa, de grupo – poderia provocar.”*¹⁹

Estudiosos do pensamento político brasileiro já assinalaram que essa percepção do papel demiúrgico do Estado forte é central para o grande movimento de crítica ao “liberalismo oligárquico” da República Velha. Dela deriva a proposta de estruturação do Estado em moldes corporativistas, como forma de realizar a unidade da nação e promover a coesão social, ameaçadas pelo particularismo dos grupos privados. O Estado será nacional se puder espelhar a nação em sua diversidade de “classes” e organizará a nação na medida que estruture as “classes”, garantindo-lhe igualdade de representação no interior do aparato estatal.

Dessa fonte beberam aquelas elites políticas e estatais, que se bateram com mais vigor pela promulgação de uma legislação do trabalho: tenentes, jovens políticos civis, futuros assessores intelectuais do Ministério do Trabalho.

Nesse sentido, é particularmente reveladora a observação mais detida da curta passagem de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho²⁰. Perrepista rio-grandense da “Geração de 1907”, hostilizado pelos tenentes durante toda sua gestão, demissionário do ministério quando do rompimento dos gaúchos com Vargas em função da agenda da reconstitucionalização do país, com Collor teve início a elaboração da legislação social intervencionista e inaugurou-se no ministério a prática da representação “corporativa”, através dos grupos de trabalho encarregados de propor as medidas de legislação.

O caso do Decreto nº 19.770 é extremamente elucidativo do predomínio da visão estatista – autoritária entre a elite estatal. Por sua elaboração foram responsáveis renomados intelectuais do grupo *Clarté*, de orientação socialista, como Evaristo de Moraes, e Joaquim Pimenta, além de intelectuais ligados de longa data às lutas populares, como Agripino Nazaré e Deodato Maia. Nem por isso, aquele estatuto deixava transparecer uma concepção mais democrática da estruturação sindical. Como já assinalai, em páginas anteriores, o decreto Collor diferia em grau, mas não em gênero daquele promulgado no raiar do Estado Novo, sob o influxo da escalada dos fascismos no mundo e da consolidação do autoritarismo no país.

Mesmo quando, por razões conjunturais, a autonomia e a pluralidade sindicais foram vitoriosos, na Assembléia Constituinte, contra o voto do grupo tenentista, dos setores ligados ao ministro Agamenon Magalhães e dos deputados classistas dos trabalhadores, a regulamentação do princípio constitucional, elaborada pela equipe ministerial, fez-se no sentido de limitar o pluralismo e escamotear a autonomia.

Tampouco entre as elites do Estado chegou a se esboçar uma outra proposta de estruturação sindical, onde a liberdade e a autonomia fossem preservadas.

Contra a modorra reacionária da burguesia urbana e na dianteira dos trabalhadores, ergueu-se uma estrutura sindical burocrática, dependente e ancorada no Estado, concebida por uma elite estatal modernizante e autoritária.

A elucidação das condições em que foi possível impor à sociedade, a partir do alto, uma estruturação aparentada às criações do fascismo, remete a uma discussão que tentei realizar em outro trabalho. Ela requer a análise do processo político, inaugurado com a Revolução de 30 e balizado pela conformação específica de nossas classes sociais. E demanda a discussão do papel do Estado na constituição da ordem burguesa no Brasil. No fundo, a história da estruturação de nossos sindicatos é, apenas, um episódio do processo maior de organização das classes no Estado, talhando um padrão que vem dos anos 30 e chega a nossos dias.

No final dos anos 20, o liberalismo em estado puro serviu de escudo ao conservadorismo das classes dirigentes. Em seu nome organizou-se a resistência ao reconhecimento dos direitos sociais básicos dos trabalhadores. Esses direitos acabaram consagrados sob a bandeira do autoritarismo, que abria mão da liberdade, em nome da urgência da intervenção estatal promotora da harmonia social e do desenvolvimento.

O intervencionismo do Estado é hoje uma realidade irreversível. Compatibilizá-la com a liberdade e a democracia é o desafio posto para aqueles que julgam possível, depois de quase meio século, um novo sindicalismo, livre e democrático.

NOTAS

1. Para uma exposição mais detalhada dos três decretos, ver Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil* (São Paulo: Alfaômega, 1978, 2ª ed.), cap. IV, pp. 182 a 272, bem como Geraldo Bezerra de Menezes, *Política sindical no Brasil* (Rio de Janeiro: Livraria Educadora).

2. A esse respeito, Evaristo de Moraes Filho dirá não sem algum exagero: "O ano de 1938 foi o grande período corporativista nacional no campo da atividade intelectual. Traduziram-se livros com esse título, escreveram-se variados ensaios, procurando cada qual aderir mais sofregamente aos novos critérios do governo, com um passaporte doutrinário. Tivemos então uma legislação sindical totalmente fascista, em que pese à defesa *póstuma* de alguns fundadores do chamado Estado Novo". E. Moraes Filho, *op. cit.*, p. 245.

3. O Decreto-lei nº 19.770 estabelecia a unicidade sindical e possibilitava a organização de três tipos de sindicato: de empresa, de ramo industrial e de ofício.

Pelo Decreto-lei nº 24.694, que dava margem a uma pluralidade limitada, mantinham-se as três possibilidades anteriores. Já o Decreto-lei nº 1.402 previa o sindicato *de categoria* – profissional e econômica – definida no Quadro das Profissões feita pela Comissão de Enquadramento Sindical e que corresponde *grossa modo* aos ramos de atividades. Tornou possível, também, o sindicato de categoria diferenciada, constituída por aquelas profissões que têm o exercício profissional regulamentado por legislação específica.

4. Analisando a experiência do Sindicato do Gás de São Paulo, na década de 30, Troyano chama a atenção para a "crise de representatividade" daquela entidade oficial, quando a pressão patronal levou à retração do processo de sindicalização. Ver Annez Andraus Troyano, *Estado e sindicalismo* (São Paulo: Símbolo, 1978) cap. 1, partes 2 e 3.

5. No âmbito do Ministério do Trabalho, esse foi o caso das comissões de salário mínimo, da Comissão do Enquadramento Sindical, da direção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

A representação corporativa não se limitou ao Executivo, mas existiu na Constituinte de 1934 e nas casas, legislativas, durante a vigência da Carta de 34, assim como no Judiciário Trabalhista, através da figura do vogal.

6. Nas palavras do autor *Collective Bargaining X Political bargaining* Adolf Sturimthal, "Industrial relations strategies", In A. Sturimthal & J. Scoville (org.), *The international labor movement in transition* (Chicago: University of Illinois Press), pp. 1-33.

7. James Weinstein *The corporate ideal in liberal state – 1900-1918* (Boston, Beacon Press, 1968).

8. *Idem*, p. 7.

9. Oscar Pupo Nogueira, *A indústria em face das leis do trabalho*, (São Paulo: Ed. Salesianas, 1935), pp. 33-35.

10. A esse respeito ver: Ângela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho – política e legislação no Brasil 1917 – 1937*. (Rio: Ed. Campus, 1979).

Para o período pós-30, além do trabalho supracitado, ver: Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*, tese de doutoramento, S. Paulo: FFLCH-USP, mimeo, 1979.

11. Em entrevista à imprensa, o então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Horácio Lafer, declarou: "Não é pessimismo afirmar que, nos tempos que correm, a partir do momento em que os trabalhadores estiverem organizados em sindicatos, a paz desaparecerá dos locais de trabalho". *Apud* Timothy Harding, *The political history of organized labor*. (Michigan: University Microfilms Ltd., Ann Arbor; 1973), pp. 75-76.

12. Para uma discussão mais detalhada sobre as peculiaridades do "liberalismo" do empresariado brasileiro, no período, ver: Ângela M. Castro Gomes, *op. cit.*, cap. 5, pp. 157-195.

13. A respeito ver: Luis Werneck Viana, *Liberalismo e sindicato no Brasil*. (Rio: Paz e Terra, 1976), e Antônio Carlos Bernardo, *Legislação e sindicalismo (1930-1945)*, tese de doutoramento, (Assis F.F. CL Assis, 1973). (mimeo.)

14. A esse respeito consultar: Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil*. (São Paulo: Edaglit, 1962).

15. É o caso, por exemplo, dos trabalhadores do Porto de Santos, de alguns setores de ferroviários e dos bancários paulistas, que assim se manifestaram: "A sindicalização das classes vem estabelecer o contato destas com os poderes públicos, estabelecer melhores relações entre patrões e operários, firmando um ambiente mais tranqüilo para uns e outros". *Apud* Leticia Bicalho Canedo, *O sindicato bancário em São Paulo*. (São Paulo: Símbolo, 1978), p. 52.

16. Para maiores detalhes, ver M.H. Tavares de Almeida, *op. cit.*, pp. 222-224.

17. *A Platéia*, 27 fev. 1934.

Harding, citando os dados de Waldyr Niemeyer, informa que, em 1933, foram reconhecidos 361 sindicatos em 18 estados brasileiros: 68 no Distrito Federal, 51 no estado do Rio, 50 no estado de São Paulo e 48 no Rio Grande do Sul. Por categoria profissional, destacavam-se aqueles setores de antiga tradição sindical como marítimos (56 sindicatos), portuários (21), ferroviários (18). Ver Timothy Harding, *op. cit.*, pp. 88-91.

18. Alexandre de Barros, "A formação das elites e a continuação da construção do estado nacional brasileiro", *Dados* (15). (Rio: IUPERJ, 1977), p. 112.

19. Oliveira Viana, *Problemas de política sindical*. (Rio: Max Limonad Ltda., 1942), pp. VI e VII.

20. Para maiores detalhes consultar: Rosa Maria Barbosa de Araújo, *A política social de Vargas e o ministério Collor: uma experiência reformista*. (Rio: FGV-CPDOC, 1979).

DEBATE

EULÁLIA LOBO: Farei uma observação justamente para estimular o prof. Levine a desenvolver o tema. Acho que o benefício da política trabalhista global de Vargas foi a manutenção do poder aquisitivo quanto à alimentação do operariado. Isso eu pude pesquisar no caso do Rio de Janeiro. Quando se comparam as condições de vida do operariado no período da Primeira Guerra Mundial com as da Segunda, nota-se um contraste significativo. No primeiro caso, houve uma forte deterioração do padrão de vida, que acarretou a primeira greve geral. No segundo, o poder aquisitivo foi preservado através da política de salário mínimo, do salário-família, dos restaurantes populares etc., apesar da forte alta dos preços dos gêneros alimentícios. Portanto, não concordo que as medidas tomadas nas décadas de 30 e 40 só tenham favorecido o operariado especializado.

ROBERT LEVINE: Deixe-me explicar um pouco o meu estudo, pois talvez eu tenha sido rápido demais. O trabalho que preparei para esta conferência representa um pequeno trecho de um estudo que estou iniciando agora e que provavelmente vai-me tomar mais três, quatro ou cinco anos. Qualquer coisa que eu tenha falado hoje realmente representa uma tentativa de ver as coisas não baseado em muita pesquisa como, por exemplo, a professora Eulália tem feito rigorosamente sobre o desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro.

Estou tentando preparar um livro sobre a história social das classes baixas no Brasil desde 1889. A maneira como vou enfrentar esse problema é tentando estudar a vida cotidiana. Minha idéia, especialmente depois de ter estudado, durante bastante tempo, a história política do Brasil na década de 30, e depois a história regional do Brasil na Velha República, é que as leis, a vida política e a vida econômica sempre têm repercussões na vida cotidiana, que não são estudadas. Nossa tendência, normalmente, é a de estudar as instituições da sociedade, ou as leis, ou as camadas da elite. Já nesse trabalho que estou começando procuro localizar dados sobre a vida cotidiana das camadas urbanas brasileiras entre os anos 1900 e 1945.

Os dados que tenho visto até agora mostram algo ambíguo para mim. Estudei com algum cuidado, por exemplo, os censos de 1920 e 1940, o censo municipal do Rio de Janeiro de 1916, o censo sobre os mocambos em Recife, sobre as favelas do Rio de Janeiro. O que vi é que, nos dados relativos à sociedade urbana pobre, pelo

menos na década de 30, não houve muita melhora nas condições de vida. Mesmo que a propaganda do DIP e as palavras das autoridades da época dissessem que a vida melhorava, tomando o modelo que citei no início (o modelo de Torquato Di Tella sobre a sociedade mexicana no século XIX) e adaptando-o para cidades como o Rio de Janeiro, minha conclusão até agora é de que a legislação social não trouxe muita modificação no nível de vida. Uma hipótese que tenho é de que realmente tenha havido muita imigração para as cidades e que tenha se criado um enorme setor da economia urbana, que chamo de economia informal. As pessoas vinculadas a esse setor não eram protegidas pelas leis sociais. Em geral, as minhas observações sugerem que a vida cotidiana na década de 1940 não foi tão melhor do que na década de 1930 e não foi tão diferente dos anos de 1910. Isso é ainda muito vago, mas é a minha linha de trabalho. No entanto, aceito a posição da prof.^a Eulália de que, para as famílias inseridas na economia formal, o período Vargas dos anos 30 trouxe uma melhoria nas condições de vida, pelo menos no que toca a preços de alimentos.

RENATO DE BARROS PIMENTEL: Maria Herminia Tavares de Almeida falou sobre o movimento operário nos anos 30 no Brasil. Suas palavras finais sobre o corporativismo me pareceram bastante oportunas e de muito esclarecimento a respeito do papel da corporação.

Ela entende, segundo depreendi, que a corporação por si mesma não é democrática ou antidemocrática. A corporação surgiu na Idade Média como um sistema profundamente democrático, porque espontâneo. No entanto, com o tempo essa corporação se deprecia, se desgasta por vários motivos. Primeiro, porque procura monopolizar as atividades, e com este objetivo, entre outros procedimentos, impede a entrada de novos elementos; segundo, porque impede a renovação tecnológica para evitar a competição.

A Revolução Francesa procura excluir a corporação. O nazismo e o fascismo utilizam-na como instrumento do Estado para a execução de uma política. Nem por isso, a meu ver, e aqui vai minha indagação a Maria Herminia, a corporação implicitamente é um instrumento de regime totalitário. Ela pode ser perfeitamente instrumento de um regime democrático.

MARIA HERMÍNIA: Bem, não tive a intenção de desencadear um debate sobre o corporativismo. Acho que houve um mal-entendido com relação ao que eu disse sobre a estrutura sindical.

Estou convencida, independentemente de uma discussão mais geral sobre a natureza da corporação etc., que essa estrutura sindical de modelo corporativista – ou semicorporativista – é extremamente antidemocrática, seja porque limita, na realidade, a liberdade de organização dos trabalhadores, impondo um formato sindical definido, seja porque, da maneira como foi constituída, cria a possibilida-

de de funcionamento de um organismo extremamente burocratizado, extremamente impermeável à pressão de baixo, e com uma capacidade de sobrevivência que independe do apoio e adesão de seus filiados.

Ao contrário dos pensadores que justificaram a ordem semicorporativista imposta no Estado Novo, acho que aquela maneira de representar os interesses também não é democrática. Continuo preferindo a idéia da cidadania à idéia da representação classista. Enfim, não era minha intenção fazer um longo debate sobre a corporação, mas acentuar a natureza antidemocrática da estrutura sindical imposta. Ao mesmo tempo, frisar que ela se impôs porque, por razões que não abordei, não chegaram a se constituir, seja por iniciativa dos trabalhadores, seja por iniciativa dos empresários, outros modelos, outras alternativas mais democráticas de estruturação sindical e de tratamento da questão social.

ELISA PEREIRA REIS: Achei extremamente interessante o paralelo entre o Brasil e outros países latino-americanos proposto pelo prof. Wanderley. Entretanto, tenho a impressão de que a nível não mais constitucional, mas pragmático, houve um contraste muito grande entre o Brasil e os países em questão. No caso do Brasil, parece-me que houve um certo pioneirismo por parte do Estado, no fato de a autoridade pública ter-se imiscuído muito cedo na esfera econômica – comparativamente ao restante da América Latina. Assim, seria um fator de diferenciação crucial o Estado estar, já no final do século XIX, envolvido na tarefa de assegurar uma oferta abundante de mão-de-obra européia nas áreas cafeeiras. Da mesma forma, a chamada “valorização cafeeira”, que teve início pouco mais tarde, implicava um controle da oferta gerenciado pelo poder público e não por um cartel de produtores privados. Nesses dois casos, pelo menos, parece-me que a pergunta “para que serve o Estado?” era respondida de forma original no contexto brasileiro da República Velha.

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS: É ótimo que se volte à pergunta “para que serve o Estado?”. Certamente, pode ser respondida de duas maneiras. Uma, é que serve para isso que está servindo agora ou serviu. É uma resposta exatamente pragmática, que nos remete aos resultados que estão sendo obtidos. A pergunta analítica, a pergunta clássica é mais normativa. “Para que deve ele servir?” É esta questão que orienta o conflito político, e sua resposta baseia-se na escala de valores de cada ator.

Aqueles cujas respostas, no plano normativo, coincidem eventualmente com o que está sendo pragmaticamente feito, concordariam que existe uma correspondência entre o ideal e a realidade. Aqueles que discordam continuariam ainda a questionar a legitimidade do Estado apenas pela veia do pragmatismo.

Na realidade, nenhum Estado fica parado no ar esperando que se responda no plano das idéias à pergunta “para que deve o Estado servir?”, que envolve um

problema constitucional. Essa questão normativa está sendo sempre definida pragmaticamente como resultado de um conflito, sem que necessariamente este resultado atenda à resposta desejada pelos diversos atores envolvidos.

Quanto ao pioneirismo da organização do mercado de trabalho, concordo em relação à Argentina, certamente em relação ao Peru, mas infelizmente não pude discutir o caso do Chile. O Chile começou a romper com o *laissez-fairismo* no início da década de 20, antes mesmo do movimento fascista na Itália: precisamente em 1922. Neste ano, foi enviada uma legislação ao Congresso por Alessandri, no sentido não só de regular a previdência social, a aposentadoria e uma série de coisas, como no mercado de trabalho.

A meu ver, haveria necessidade de ponderar e talvez até de diminuir a ênfase que temos tendido a dar no Brasil à legislação pós-30 enquanto mimetismo do fascismo europeu. Em primeiro lugar, a semelhança não é tão grande como já nos pareceu à primeira vista, e isso o trabalho do Amauri de Souza discute bastante bem. Em segundo lugar, a ser verdadeira a tese difusionista, essa difusão teria sido muito mais próxima. A nossa legislação sindical, no que diz respeito à constituição do monopólio da representação, ao sindicato por categorias, ao credenciamento perante o Estado, tudo isso foi feito, no Chile, na década de 20, antes do fascismo europeu chegar ao poder.

Talvez o estudo comparativo nos permita ponderar de maneira diferente uma série de coisas que vêm sendo ditas. Por exemplo, afirma-se que a crise de 29 teria obrigado o Estado a intervir no mercado. Isto não aconteceu na Argentina, que também passou por 29. Não aconteceu no Peru, que também passou por 29 e 30. As razões explicativas do que ocorreu no pós-30 provavelmente podem ser enriquecidas e ponderadas se pensarmos os mesmos problemas em outros contextos, com uma dinâmica de conflito diferente.

O que aconteceu no Brasil certamente não o foi tanto por conta da crise econômica mundial, nem tanto por causa da difusão do fascismo europeu; outros países não foram afetados, e até outros se anteciparam ao fascismo europeu. É nesse sentido que eu estava procurando levar o argumento.

ROSA MARIA BARBOSA DE ARAÚJO: O que explica que o patronato tenha sido contrário ao sindicato único em 1931 e a favor da lei de 1939 que institucionaliza a unidade sindical?

ÂNGELA MARIA DE CASTRO GOMES: Realmente eu andei um pouco rápido nessa parte. Em relação à lei de 31, o patronato realmente teve uma postura que se pode caracterizar como reativa. Resta saber de que tipo foi essa reação.

O problema tem dois aspectos. De um lado está o do sindicato único, que é visto pelo patronato como uma ameaça, já que abre ao Estado a possibilidade de

induzir e fortalecer demandas vindas da classe operária. Nesse sentido, o patronato vê como perigoso o movimento operário organizado em sindicatos únicos independentes – e há setores do movimento operário que reivindicam exatamente isso. Mas também vê como um problema o movimento operário organizado em sindicato único sob tutela do Estado.

Um outro aspecto é a ligação sindicato único/organização corporativa para o empresariado. O formato da lei de 31 implicava um determinado tipo de organização também para a rede de associações do patronato. E o patronato tinha os centros industriais, as associações comerciais que vinham, de longa data, atuando e interferindo politicamente. Em termos de pressão política, o patronato atuava na República Velha, e mesmo antes, através dessas organizações, o que não quer dizer que não tivesse vinculações partidárias e, evidentemente, não atuasse também por aí. No caso específico da legislação social, que pude acompanhar mais de perto, houve uma série de medidas e de contatos políticos que foram encaminhados através dessa rede associativa.

A lei de 31 implicava o enquadramento da rede associativa do patronato, e quanto a isso houve uma resistência forte. Quando em 32 é feito o código eleitoral e em 33 são convocadas as eleições para a Constituinte, ficando estabelecida a representação de classes através dos sindicatos oficiais, a resistência do patronato é bem clara. Envia-se documentos ao ministro do Trabalho, propondo alterações que legitimassem a rede associativa patronal. Argumenta-se a impossibilidade de que, em tão curto tempo, se transformasse em sindicatos toda uma rede associativa.

O ministério é firme: exige a formação dos sindicatos patronais também dentro das normas oficiais. A mecânica que o patronato utiliza é a de patrocinar a formação dos sindicatos oficiais através de sua rede associativa, o que vai permitir a eleição dos deputados classistas que nos debates da Constituinte defenderão o pluralismo sindical. Na medida que, por falta de alternativa, tiveram que atender às exigências da legislação então em vigor, os empresários vão batalhar por um outro tipo de legislação na Constituinte de 34.

Isso não significa que o patronato tenha tido uma postura contrária à política do governo de estabelecer a harmonia e a paz social via controle do movimento operário. Nessa dimensão não há problemas; o patronato colabora com a proposta do governo emendando a legislação de 31 e aplaudindo uma série de pontos da lei sindical de 34.

A legislação de 39 está ligada à conjuntura 34-39 e aos acontecimentos políticos que radicalizaram o conflito neste período. Maria Hermínia colocou muito bem que não se trata aqui de especular sobre a possibilidade de 35 não ter existido, ou seja, de não ter havido todo um movimento político partidário que

procurava romper com um determinado nível de mobilização – como a ANL e a AIB –, bem como uma série de tentativas de organização por parte das classes populares. As eleições de 34, não mais para a Constituinte, mas para a Assembléia, mostraram uma multiplicidade de organizações que procuraram atuar no cenário político através da Assembléia, contestando o modelo oficial de sindicalização.

Acho que é exatamente à luz desses acontecimentos políticos de 35, da radicalização das lutas, da popularização desse conflito que se tem que entender toda uma adequação da postura do patronato. Essa adequação não chega a configurar uma redefinição da atuação política, já que, mesmo quando apóia em 39 a legislação sindical então existente, o patronato mantém uma postura de reação a uma série de medidas por ela estabelecida. Os melhores exemplos que me ocorrem são os contratos coletivos de trabalho e a manutenção de uma rede associativa paralela aos sindicatos. O patronato sempre resistiu aos contratos coletivos de trabalho, e continuou a fazê-lo mesmo em 39. No entanto, conseguiu o reconhecimento, pelo governo, de seus centros e associações como órgãos consultivos independentes dos sindicatos oficiais patronais.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO: Quero fazer um comentário que é apenas um adendo ao Wanderley.

Há uma carta curiosa de Osvaldo Aranha a Borges de Medeiros, logo após 1930, em que Aranha fala na necessidade de serem fundadas legiões revolucionárias como uma forma de evitar o perigo do militarismo que aparecia, inclusive para Osvaldo Aranha, conhecido aderente da Revolução de 30, como um perigo eminente naquele 30/31. As legiões revolucionárias seriam uma maneira de organizar o poder civil para enfrentar o perigo do poder militar, que naquele momento poderia ser inclusive danoso à ordem social, dada naturalmente a orientação de certos grupos tenentistas que propunham reformas sociais bastante radicais.

Isso indica, naturalmente, que o Exército não tinha ainda uma identidade – e eu tentei mostrar no debate sobre Forças Armadas a grande fragmentação do Exército naquele momento; mas indica também a não-existência de partidos políticos capazes de organizar o poder civil existente.

É curiosa a resposta de Borges, de que não havia necessidade alguma das legiões. Os partidos políticos eram tradicionais, principalmente os gaúchos, os paulistas, os mineiros, e a legião era perigosa porque poderia se tornar um organismo paramilitar, fugindo ao controle das elites tradicionais.

Os próprios tenentes tentaram posteriormente fundar partidos políticos em que influenciassem, e também fracassaram. Curiosamente, os dois agrupamentos políticos que tiveram um pouco mais de êxito – a ANL e a AIB – envolveram profundamente os militares. Não funcionaram como partidos políticos, mas

fundiram-se com a organização militar: a ANL mais com o Exército e a AIB mais com a Marinha. Isto trouxe um período de instabilidade política muito grande, e a solução foi, na realidade, a eliminação da participação política, através de um Estado que tinha na burocracia estatal o seu partido único.

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO: Em determinado momento da sua exposição, Maria Hermínia se referiu à questão de uma certa resistência ao projeto de organização sindical por parte do patronato e da iniciativa do Estado nesse terreno. Parece-me que caímos um pouco num determinado tipo de argumento circular, no qual o tal poder se expressa da maneira seguinte: desenvolvido havia já, por pressão da própria República Velha, com continuidade no Estado Novo, um sindicalismo livre. Ora, esse sindicalismo livre não se desenvolveu, porque a coerção impediu que se desenvolvesse. Agora, eu gostaria de saber, na opinião da Maria Hermínia, quais são os fatores, ou pelo menos algumas hipóteses relativas à capacidade que teve o Estado de abafar esse sindicalismo livre e implantar o seu projeto de organização sindical, bem como a consequência disso.

MARIA HERMÍNIA: Não sei se enfatizei suficientemente o que era uma idéia central na minha exposição: a fragilidade desse sindicalismo livre. Do ponto de vista dos trabalhadores, o que tentei afirmar no trabalho é que, ainda que houvesse esforços constantes de organização dos trabalhadores, e uma batalha heróica por manter os velhos sindicatos, a verdade é que aquelas estruturas sindicais livres eram extremamente frágeis. Tanto em 20, como em 30, são freqüentes os pronunciamentos de dirigentes sindicais (os anarquistas no começo dos anos 20) acusando os trabalhadores de falta de consciência, de estarem abandonando os sindicatos. Diziam esses líderes que os sindicatos estavam ameaçados de fechar suas portas, porque faltava consciência aos trabalhadores que só pensavam em ganhar dinheiro.

Mesmo no começo dos anos 30, com todo um clima muito mais favorável à organização, os sindicatos livres continuavam se debatendo com esse mesmo problema. Nós temos muito poucos dados sobre o porte dessas estruturas. Suspeito, pelos dados sobre o número de pessoas que participaram em assembleias, que eram muito frágeis.

A própria análise das greves, pelo menos em São Paulo, entre 30 e 35, mostra que ocorreram irrupções, explosões sociais, algumas importantes, mas quase todas com baixo grau de organização sindical prévia. A maioria das greves era por empresa; em quase todas o sindicato entrava depois. Aqueles pequenos sindicatos podem ser comparados a surfistas: montavam na onda da mobilização para tentar se implantar. Nesse sentido, volto a dizer que não creio que tenha sido apenas a coerção o elemento decisivo na implantação do sindicalismo oficial.

A meu ver, a repressão policial em 1935, na realidade, deu o golpe de graças nas tentativas de organização livre. Agora, como tendência, esse sindicalismo livre já

estava derrotado em 33, 34. Todos os dados que temos, pelo menos em São Paulo, apontam no sentido de que a tentativa de manter e estruturar uma organização completamente fora da legislação já estava derrotada. O que acho que houve foi, na realidade, um golpe dentro do sindicalismo oficial que, volto a insistir, em 34 e 35 estava longe de ser uma estrutura dócil ao Ministério do Trabalho. Aí dentro começaram a brotar e a se manifestar tendências que existiam no movimento trabalhador. Dentro do sindicato oficial existiam comunistas, trotsquistas, esquerda independente, ministerialistas, um amplo espectro de posições políticas e ideológicas. Era um bloco muito heterogêneo porque espalhava também a heterogeneidade política das lideranças mais ativas do movimento trabalhador, que começaram a entrar no sindicalismo oficial.

Pensar nas razões que levaram a isso demandaria uma discussão muito mais longa. Por que, na realidade, a história da classe trabalhadora no país, nesse período, é uma história de muitas lutas que nunca sedimentam uma organização? Isso também é válido para períodos posteriores: o grau de combatividade não logra traduzir-se numa coisa mais sólida, em organização. Os nossos sindicatos até hoje estão montados em pés de barro, e se sustentam pelo fato de que essa estrutura tem uma estabilidade que independe da militância das bases.

Essa outra pergunta que estou recebendo por escrito diz respeito a como reagiu a classe operária face à sindicalização oficial e, notadamente, face à imposição da contribuição sindical. Com relação a este último item, ela não pôde se manifestar. O imposto sindical foi estabelecido em 1940, no auge do Estado Novo, e não conheço nenhuma manifestação que não fosse a dos dirigentes sindicais bastante acomodados ao ministério.

Quanto à sindicalização, volto a insistir que nos dois, três primeiros anos da década dos 30, houve uma reação bastante diferenciada, e eu não saberia dizer qual foi a linha predominante. Já em 33, 34, predominou a linha de aderir ao sindicalismo oficial. Entre 31 e 33, encontramos sindicatos grandes que saúdam a lei de sindicalização, bem como sindicatos grandes, ou pelo menos de categorias importantes, que tentam resistir, e aí sobretudo por orientação do que ainda existia de anarquismo e de algumas outras correntes de esquerda, cuja primeira atitude foi de resistência ao sindicalismo oficial, ainda que outras depois acabassem por reconhecer que era melhor trabalhar dentro da estrutura oficial.

ASPÁSIA CAMARGO: As apresentações de hoje foram muito estimulantes e levantaram alguns problemas. Achei que tanto o Wanderley, de uma perspectiva comparativa, quanto a Maria Hermínia estariam de acordo em constatar a fragilidade visível no movimento sindical dos anos 30.

Wanderley nos oferece a possibilidade de tentar refletir um pouco mais sobre os desdobramentos desta questão operária, introduzindo variáveis extremamente

relevantes. A questão da identidade dos atores, tanto a classe operária quanto a burguesia, a questão da identificação ou não desses atores com os partidos são questões que realmente suscitam discussão e me fazem pensar em velhos problemas que nunca me pareceram suficientemente resolvidos.

Refiro-me especialmente à questão da *ideologia da outorga*. Ora, essa famosa ideologia da outorga, na sua versão primitiva, é bastante tosca, mas revela alguns traços da realidade social que me parecem relevantes. Assim, é possível que, mesmo tosca, ela nos permita apreender a dimensão exata do movimento operário e da própria intervenção do Estado nesse período.

Maria Herrnínia nos mostrou com muita clareza a fragilidade do movimento operário. Wanderley lembrou que, ao contrário da Argentina, não houve no Brasil uma identidade sindical prévia aos anos 30, nem um diálogo, ao nível de mercado, entre as forças fundamentais envolvidas no processo de desenvolvimento. Então eu me pergunto se, no final das contas, a função do Estado não foi mesmo antecipatória. Emprego o termo não no sentido moral, ou no sentido ideológico que foi dado pelos próprios atores que desempenharam esse papel político, mas em um sentido mais neutro, mais histórico, mais científico, considerando que o Estado implantou uma política de regulação antes mesmo que os atores se definissem claramente na contenda de mercado e na contenda política.

E aí eu acrescentaria dois elementos que têm me preocupado, embora eu não esteja segura da pertinência deles. Um é a composição numérica da classe operária nesse período: qual era a dimensão real da classe operária brasileira nos anos 30, ou nos anos 20?

Os dados que registrei são extremamente significativos: trata-se de uma classe operária extremamente reduzida, insignificante mesmo. Dados sobre a composição dessa classe mostram que eram considerados operários aqueles que participavam, na sua maioria, de empresas de dimensão reduzida, às vezes mesmo categorias artesanais. Dadas a dimensão numérica e a composição da classe operária, eu gostaria de saber em que medida o movimento operário poderia se organizar de maneira autônoma e influente.

Um segundo dado que me parece especialmente relevante, no caso do Brasil, é o da dispersão geográfica. Wanderley falou sobre o caso argentino: partidos nacionais organizados já no início do século, uma classe operária mobilizada que se confrontava com o seu antagonista a nível de mercado. No caso do Brasil, a dispersão me parece um fato relevante. Juiz de Fora tão longe de São Paulo, até que ponto isso também não teria constituído um empecilho à criação de um movimento unitário?

Por último, volto à *ideologia da outorga*. Nos últimos tempos vem proliferando uma idéia tão discutível quanto a da ideologia da outorga: a de que o processo de

acumulação de capital exigiu e justificou a legislação trabalhista. Também nesse sentido, a contribuição dos relatores de hoje foi extremamente relevante porque, com dados fartos, pudemos verificar que a teoria é descabida, e tão ideológica quanto sua opositora, a da outorga. Entre uma e outra cabe talvez refletir sobre as condições históricas e conjunturais que presidiram o acordo, a negociação, o *modus-vivendi* entre o capital e o trabalho com a mediação do Estado. Creio que a reconstituição dos processos sociais concretos pode nos libertar do peso sufocante das ideologias, como o fizeram os expositores desta mesa.

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS: Acho que as questões que Aspásia colocou são extremamente importantes, e definitivamente não tenho resposta para elas.

Considerando o tamanho e a importância mínimos da classe operária dos anos 30, dentro da composição global da sociedade, Aspásia pergunta se isso não nos permitiria especular sobre a possibilidade de que a política social da década de 30 não fosse tanto derivada da necessidade de apaziguar demandas de uma classe operária de peso e importância relativos, mas uma política antecipatória. É possível. Todavia, dependendo muito da estrutura do conflito, eu diria, o número ganha sentido.

A classe operária urbana do Peru, entre 40 e pouco e 50 e pouco, também era muito pequena quanto à sua composição completa, mas era grande o seu poder de desestabilizar o sistema. A estrutura partidária peruana e o papel que as forças armadas jogavam ali permitiam que essa classe operária tivesse o seu poder político de certa maneira exponenciado. Não obstante ela fosse numericamente reduzida, sua capacidade de conflito não o era, devido à baixa institucionalização do sistema peruano. É possível que, no Brasil, o peso e a densidade da classe operária impedissem que ela tivesse um recurso político ponderável. Mas isso não é obrigatório. Não obstante, acho que a colocação da Aspásia é procedente.

Quanto ao problema da dispersão geográfica, o peso do sindicalismo argentino naturalmente está ligado ao fato de se ter concentrado na província de Buenos Aires.

MARIA HERMÍNIA DE ALMEIDA: De alguma maneira, tentei trabalhar com as três questões que Aspásia mencionou e fico muito contente porque as nossas idéias pelo menos aparentemente vão na mesma direção. Com relação às características de formação da classe operária, algumas coisas são claras. Ela é numericamente pequena, talvez minoritária num contexto de massas populares urbanas muito heterogêneas. Esse, aliás, é um tema clássico da sociologia do trabalho nesse país. Toda a discussão do populismo aponta um pouco para a heterogeneidade, para a precariedade das situações de trabalho que, na realidade, conformam uma situação de massa muito mais do que uma identidade de classe.

Acho que a isso se superpõe a fragmentação espacial. Para se ter uma idéia, ao lado dos partidos tradicionais de esquerda que sempre se situaram como partidos nacionais, na década de 30 existia uma enormidade de pequenos partidos regionais, que, pelo menos, reivindicavam a sua ligação com a classe trabalhadora, da mesma forma que eram regionais os partidos dominantes. Havia Partido do Proletariado da Baixada Fluminense, Partido Operário de Botucatu e outros do gênero que mostravam que, também pelo lado das classes populares, a dimensão regional pesava. O mesmo pode-se dizer quanto às organizações sindicais: a idéia da central única não aparece, aparecem as coligações estaduais.

Quanto ao peso destas características estruturais das classes trabalhadoras, estou de acordo com Wanderley. Em certas circunstâncias, mesmo uma classe operária pequena pode ter um potencial de conflito muito grande. Acho que o ocorrido, em 1931, em São Paulo, é exemplo disso. Nesta conjuntura, assistimos à junção da crise da interventoria com a greve que atingiu a maior parte das fábricas têxteis, criando uma espécie de revolta urbana de razoáveis proporções. Todavia, uma coisa é dizer que a classe operária tem uma combatividade, uma capacidade de conflito muito grande; outra coisa, volto a insistir, é o fato de isso nunca se cristalizar em organizações com alguma estabilidade. Acho que, quanto a isso, é preciso pedir socorro aos sociólogos, para que pensem sobre as características peculiares de nossas classes sociais.

Com relação ao problema da outorga da legislação social, confesso que esta discussão me deixa um pouco entediada. Evidentemente, estamos num país onde o Estado se antecipa mesmo. Nós não gostamos, preferíamos que fosse de outra maneira, mas ele se antecipou na década de 30. De alguma maneira, em outro trabalho que escrevi, tentei mostrar essa ação antecipatória, que ocorre também com relação à constituição das bases da industrialização: a indústria pesada, a siderurgia etc.

Na realidade, temos que afiar os nossos instrumentos analíticos para pensar essa questão, que é muito pouco ortodoxa. Ademais, acho que as elites do Estado, além de se anteciparem, têm uma capacidade perversa de se apropriar, de recuperar certos temas candentes, que estão postos na sociedade pelos diversos grupos sociais, e de dar-lhes uma saída que é de “reforma conservadora”.

Deixo para uma outra discussão a relação entre leis sociais e acumulação. Acho que dizer que tudo serviu à acumulação não explica nada, mas essa é uma discussão longuíssima, que ficará para outra oportunidade.

**O INTELLECTUAL E O PODER:
A CARREIRA POLÍTICA DE GUSTAVO CAPANEMA**

Simon Schwartzman

Introdução

Um dos grandes méritos dos arquivos pessoais é que eles nos permitem ir além das versões oficiais e públicas dos fatos, aproximando-nos das pessoas de carne e osso, que são os verdadeiros protagonistas da história. A busca desta dimensão mais profunda não deve ser confundida com a crença na existência de uma “história secreta”, mais verdadeira e não confessada, em contraposição à versão pública e supostamente enganosa dos eventos. Não há dúvida de que a versão oficial da história é freqüentemente parcial e enganosa, e existem certamente eventos importantes que jamais vêm a luz, a não ser pelo trabalho exaustivo do pesquisador. No entanto, a própria complexidade dos fatos históricos faz com que seja quase impossível deturpá-los intencionalmente; da mesma forma, alguns detalhes íntimos ou secretos podem certamente dar mais cor e detalhe ao que é publicamente sabido, mas dificilmente lhe alteram o sentido.

A pesquisa em arquivos pessoais não tem, portanto, o objetivo de descobrir o que “verdadeiramente” aconteceu, dentro de uma visão conspirativa da história, e muito menos o de revelar fatos e detalhes que só interessam à intimidade das pessoas. O que este tipo de material permite é adquirir uma visão muito mais rica e complexa dos fenômenos históricos, a partir das motivações e visões de seus protagonistas. Que estes protagonistas fazem parte de um contexto muito mais amplo, sobre o qual têm pouca influência, e que muitas vezes nem sequer chegam a entender, não precisa ser repisado. Captar suas motivações e os propósitos de suas ações não significa, pois, necessariamente, aceitar que as coisas ocorreram como eles as viam, percebiam ou queriam. Significa, isto sim, compreender como eles compreendiam o mundo que os cercava, e como agiam a partir desta compreensão.

Gustavo Capanema se educou junto à elite intelectual mineira, viveu a excitação revolucionária dos anos 30 e ocupou por muitos anos uma posição central em relação aos assuntos de educação e cultura no país. Estes foram também os anos da ascensão do fascismo, da guerra civil espanhola, da intensificação dos conflitos ideológicos, do Estado Novo e do eventual alinhamento brasileiro contra as potências do Eixo. Sua carreira, sua obra política e administrativa estão profundamente marcadas por estes eventos. Seu arquivo pessoal, parte do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, revela um homem aparentemente alheio às ideologias,

profundamente orientado pelos valores do mérito intelectual e da inteligência, e sem dúvida consciente dos problemas e requisitos da conquista e consolidação das posições de poder. Capanema foi um ponto focal para os intelectuais e educadores que, nos anos 30, tratavam de dar sentido e orientação às coisas de nossa cultura; seu arquivo reúne correspondência e outros materiais referentes às principais figuras intelectuais da época, muitas das quais continuam vivas e atuantes.

O presente texto é o resultado de um primeiro e superficial exame dos materiais constantes do Arquivo Capanema, e tem como principal objetivo chamar a atenção para uma série de temas e questões que estão a merecer pesquisas mais profundas; ao mesmo tempo, revela algo da riqueza documental de que o arquivo dispõe. É, também, embrião de um livro de maior fôlego sobre Gustavo Capanema, a política e a cultura nacional.

Os intelectuais da rua da Bahia

Elites tendem a gerar seus intelectuais, e Minas Gerais não seria exceção. São as elites que têm recursos para mandar seus filhos às melhores escolas, dar-lhes familiaridade com diversas línguas, abrir-lhes o mundo dos livros e das idéias. Ao mesmo tempo, os homens de elite tendem a viver muito, a manter suas posições de poder até a velhice, e, desta forma, custam a passar para os mais jovens suas posições. Nem todos os intelectuais, evidentemente, têm esta origem, mas este parece ter sido o caso do grupo dos jovens que, na década de 20, agitavam as ruas de Belo Horizonte com suas estrepolias, acompanhavam como podiam os modismos intelectuais do Rio e São Paulo e se preparavam, uns para a vida política, outros, principalmente, para a vida contemplativa. Basta ler as memórias de Pedro Nava para reconhecermos a intensidade destas experiências e as marcas profundas que elas deixaram na vida de seus protagonistas. Basta listarmos alguns dos nomes das rodas intelectuais de então – Abgar Renault, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Emilio Moura, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Pinheiro Filho, João Alfonsus, Mário Casassanta – para percebermos que também eles deixaram suas próprias marcas na vida de seu estado e de seu país.

Dentre estes, dois teriam papéis profundamente distintos, mas igualmente importantes. Carlos Drummond de Andrade desenvolveria uma obra poética e literária da melhor qualidade, até chegar à posição isolada que hoje ocupa como figura central de nossas letras. Gustavo Capanema entraria com força na vida política aos 30 anos, como Secretário do Interior do governo Olegário Maciel, e dela não mais sairia. O que nem todos se recordam é que, durante a maior parte destes anos, Drummond foi seu chefe-de-gabinete, o intermediário eficiente, discreto e silencioso entre o político Capanema e tantos que dele dependiam ou a ele se dirigiam.

Refazer o lado pessoal e mais profundo do relacionamento entre estes dois homens igualmente reservados, inteligentes e vitoriosos em suas respectivas

carreiras exigiria muito mais do que poderíamos pretender. Basta dizer que os dois, de alguma forma, se complementavam. Capanema, homem de grande cultura humanística e pretensões intelectuais, se dedica inteiramente à política, sem uma obra intelectual própria que ultrapasse os limites do que seus diversos cargos exigiam; Drummond, mais do que simples funcionário público, teria tido condições de uma carreira política própria, que prefere, no entanto, não realizar, em benefício de sua obra literária. É como se Capanema fizesse a política de Drummond, e este realizasse as ambições intelectuais do chefe e amigo.

Drummond e Capanema parecem haver assim, na prática, resolvido a questão do relacionamento sempre difícil entre o intelectual e o poder, através de uma dissociação na qual cada um assumia de forma exclusiva um dos papéis. Se Drummond renunciava de bom grado ao poder, no entanto, Capanema jamais renunciou explicitamente à sua condição de intelectual, que mantinha pela preocupação com questões relativas à educação e cultura, com a amizade pessoal que cultivava com escritores, pintores e artistas em geral, e com o hábito de estudo e leitura. Ele procura ser, sempre, um intelectual no poder. A grande pergunta é como ele consegue, ou não, combinar as duas coisas dentro de si mesmo.

Existe uma tentativa de resposta a esta pergunta, feita não por Capanema, mas pelo próprio Drummond. Em 1941, a Confederação Brasileira de Desportos inicia a preparação de uma biografia de Capanema, a ser publicada como um exemplo e modelo para a juventude brasileira. Várias partes são solicitadas a vários autores, e a Carlos Drummond de Andrade cabe escrever sobre a “Experiência de um intelectual no poder”. O destino final deste trabalho não parece ter sido a publicação. O texto de Drummond, entretanto, é parte do Arquivo Gustavo Capanema, e nos dá uma importante janela para o tema que nos preocupa.

Drummond inicia pela descrição do ambiente intelectual de Belo Horizonte na década de 20, daquele pequeno grupo de jovens que se reuniam na livraria Alves, na rua da Bahia, a caminho do Palácio da Liberdade. Era, sem dúvida, um grupo de intelectuais:

“Os debates versavam sobre literatura, arte, ciência, desporto, regimes políticos e alimentares, bailes, finanças, o temporal e o espiritual. Fazia-se livremente a crítica de homens e costumes. Nenhum valor era aceito por simples tradição ou presunção; tinha de ser analisado miúda e implacavelmente. Os ataques seriam às vezes injustos; os louvores, mais raros, não o eram nunca. Despreocupados de qualquer conveniência de partido ou de indivíduo, os circunstantes tinham aquela ferocidade intelectual, espontânea e gratuita, sem a qual não medra o livre exame. (...) Como a atitude do grupo fosse meramente especulativa, o governo, sempre vigilante quanto aos fermentos da dissolução, deixava-o existir. Eram os ‘intelectuais’ e nessa classificação havia um pouco de desdém da força maciça em frente aos belos mas inofensivos torneios da

inteligência. Na realidade, porém, estes intelectuais interceptavam na rua da Bahia o trânsito ascendente para o Palácio da Liberdade, e ao tropismo excessivo para o poder constituído, que ameaçava constituir-se em traço novo da índole montanheza, opunha, o espírito da sátira, de equilíbrio e de revisão. Tínhamos assim a rua da Bahia levando ao governo e ao mesmo tempo se afastando dele”.

Se Capanema participava desse grupo, era bem pouco típico. “De todos”, lembra Drummond, “era talvez o mais terrível consumidor de livros. Era também o mais ascético, e não participava do gosto que um ou outro freqüentador do recinto sagrado nutria pelas peregrinações noturnas nos bares, com declamação de poemas do modernismo nascente e largo consumo de cerveja gelada”. Em relação à política, Drummond o descreve como “dos espectadores mais frios, cuidando menos de julgar o governo do que de ignorá-lo, para melhor se consagrar à análise pura do fenômeno político, numa espécie de inconsciente preparação ideológica para a atividade de governo que em breve lhe seria dado exercer”. Era o “homem de livro e de lâmpada”, o “clérigo puro”, que se viu, um dia, chamado às contingências da vida política.

Aceitemos que as coisas tenham se passado exatamente assim. Em 1930, segundo Drummond, ao se abrirem as portas para a renovação política, Capanema inicia sua insuspeitada carreira. “Tudo que havia lido, pensado e sentido até então e que parecia torná-lo particularmente inapto para o governo foi se revelando, pouco a pouco, a preparação justa e essencial de que precisamente carecia para governar, em novos termos, com uma instabilidade que governo nenhum conhecera antes.”

O intelectual Capanema começa sua carreira como Secretário do Interior, ou seja, Chefe de Polícia. Entretanto, segundo Drummond, ele não fez uso da força¹, e, acima de tudo, não traiu sua condição de intelectual. E este teria sido, talvez, o aspecto mais notável desta carreira, porque o intelectual, ainda para Drummond, “é por natureza, inclinado à traição”. É uma afirmação grave e ousada, e Drummond a explica:

“O intelectual é, por natureza, inclinado à traição. Sua atitude no mundo é puramente extática, e, assim, pode ser perfeita; no momento, porém, em que se desloca do plano da contemplação para o da ação, essa atitude corre todos os riscos de corromper-se (...). A inteligência apresenta-se quotidianamente em estado de demissão diante da vida, e é no intelectual que esta tendência niilista opera com maior agudeza. Não admira, assim, que a família dos intelectuais tenha trazido uma contribuição tão fraca ao progresso das instituições políticas, quando chamada a trabalhar diretamente sobre elas. Essa contribuição é, entretanto, imensa no domínio abstrato, como se o intelectual fosse incapaz não só de concretizar as idéias como de pensar a realidade”.

Aceitemos, ainda aqui, que isto seja assim. Fica, de qualquer forma, um pouco difícil entender o que pudesse ter sido, no caso de Capanema, esta “traição”. Para Drummond, “Capanema soube ser, na sua província natal, como está sendo em cenário mais amplo, um intelectual no poder, sem as abdições, os desvios e as inibições que o poder, via de regra, impõe aos intelectuais”. Seu trabalho no governo de Minas foi, ainda segundo Drummond, “uma obra-prima de inteligência aplicada ao governo”, e talvez tivesse sido traição renunciar ao uso da inteligência. “A experiência do clérigo no poder foi vivida largamente por Gustavo Capanema. Dez anos já escoados, é lícito reconhecer que ele a viveu com perfeita dignidade espiritual”, afirma Drummond. Não trair talvez significasse não perder a dignidade, ainda que isto seja, evidentemente, sujeito a avaliações subjetivas de toda a ordem.

Mais do que o uso da inteligência e a preservação da dignidade – que não são, afinal, características exclusivas dos intelectuais – o que talvez tenha estado mais presente no espírito de Drummond, ao afirmar que Capanema “não traiu”, fosse sua fidelidade constante aos temas culturais e aos círculos intelectuais que o político cultivava. Em 1978, Drummond recorda em uma crônica o ministro Capanema, que “foi no MEC uma usina de idéias que se tornaram realidades. Varreu a rotina e implantou novas formas de educar e civilizar o homem brasileiro. Foi o Ministro que deu maior atenção às inovações artísticas, mas foi também o Ministro que cuidou da erradicação da Lepre e da Malária, da organização do ensino industrial e da Educação Física (...). E foi também o homem humilde por excelência, que não se cansava de ouvir a opinião dos entendidos, as críticas bem-intencionadas, até, suportando com paciência cristã, as mal-intencionadas”. (“Capanema faz falta? Enorme”, *Jornal do Brasil*, 7-12-78.)

Inteligência, dignidade, preocupação com temas culturais, humildade. A política, infelizmente, não depende somente das qualidades pessoais dos líderes, mas da maneira pela qual os conflitos que se manifestam na vida pública são por eles resolvidos e administrados. Capanema se notabiliza, como bom mineiro, pela tentativa constante de unir os contrários, de evitar definições categóricas, de não aceitar rompimentos. Na crônica de 1978, Drummond chega a afirmar que “Capanema seria precisamente o homem indicado para a tarefa de conciliar a mentalidade revolucionária com as reivindicações já agora inelutáveis da opinião pública”, e lamenta que, apesar disto, ele tenha sido preterido em sua reeleição para o Senado. Seria o dom de conciliar uma outra prova da não-traição?

Na realidade, o tema da “traição” só se torna importante porque foi Drummond quem o trouxe, o que significa que também deveria ser significativo, de alguma forma, para o próprio Capanema. Quando Drummond fala do intelectual contemplativo, extático e sem apetite para a vida prática, está se referindo, sem dúvida, a um tipo especial de intelectual, que substitui o envolvimento mais profundo com o mundo real por uma atitude estetizante freqüentemente estéril e

autodestrutiva, quando não acompanhada de talento verdadeiro que lhe devolve, de alguma maneira, o vínculo com o mundo. O predomínio deste tipo de atitude entre os intelectuais mineiros, que sem dúvida ocorria, talvez possa ser entendido pela própria descrição de Drummond das perspectivas de futuro de sua geração, nos anos da República Velha: “completada a formação intelectual, tinham que optar pela burocratização em torno do governo ou pela aceitação pura e simples de uma profissão sem brilho. O governo oferecia emprego a todos, mas não permitia que participassem da direção dos negócios públicos. Cada bacharel em sua promotoria, cada médico em seu hospital; a direção do Estado ficava entregue a meia dúzia de iniciados, detentores de fórmulas mágicas e confidenciais, que realizavam o bem do povo sem que ninguém, nem mesmo o povo, o percebesse. Veio a revolução e trouxe à gente nova uma perturbadora ocasião para intervir e revelar a sua força e capacidade”.

Os intelectuais da rua da Bahia não eram, basicamente, homens de letras perdidos na provinciana Belo Horizonte, mas uma geração bem nascida, bem educada e represada em suas aspirações de influência e poder. Ela se constituiu, assim, em uma *intelligentzia* que olhava inevitavelmente com rancor e desesperança para as oportunidades que os velhos oligarcas do Palácio da Liberdade lhes negavam. Abertas as comportas do sistema político com a Revolução de 30, estes jovens, em sua maioria, lançaram-se com todas as forças à vida política, sem trair, mas na realidade cumprindo sua vocação de intelectuais. Poucos, como os poetas Emílio Moura e Drummond, teriam o talento e as condições pessoais adequadas para fazerem da literatura não somente um estilo, um adorno ou um traço a mais de sua cultura, mas sua forma mais alta de realização pessoal. Para os demais, a política foi o caminho.

Iniciação política de Gustavo Capanema

Segundo uma biografia oficial, constante dos arquivos, eram pais de Gustavo Capanema o “Sr. Gustavo Capanema e a Sra. Marciana Júlia Freitas Capanema, pertencentes ambos a tradicionais famílias mineiras, as quais se acham vinculados nomes de destaque nas atividades intelectuais e políticas do Estado”.

Em 1932, já Secretário do Interior de Minas Gerais, Capanema recebe uma carta que o confundia, sem dúvida, com o pai, mas que esclarece algo mais sobre sua família.

“Não sei se V.Sa. se recorda de meu nome. Tive a honra de morar três anos na casa do Sr. vosso pai, o venerando Barão de Capanema, na Ilha do Governador, de 1886 a 1889. Quando o Ministério Imperial, à proposta do Sr. Barão, me mandou para a Europa, em maio de 1889, eu ainda levei uma carta dele para V.Sa. e vosso irmão que estavam estudando em Berlim. O vosso irmão Sr. Guilherme tinha regressado de Hannover no ano anterior.”

A carta é assinada por Ernesto Niemeyer, que havia se aposentado em 1912 como telegrafista chefe, depois de ter sido, entre outras coisas, responsável pelo Observatório Astronômico da Ilha do Governador. É uma das centenas ou milhares de cartas que Capanema iria receber, em seus anos de vida pública, solicitando, basicamente, um emprego ou posição, e respondida por Carlos Drummond. Neste caso, não existe cópia da resposta, mas apenas uma nota rabiscada: “Respondi. 25-2-32 C”.

Capanema não estudou na Alemanha, como o pai, mas talvez esta origem explique por que tenha sido enviado a um colégio dirigido por padres alemães, o Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Desta época data sua amizade com Gabriel Passos, que reconstituiu, anos depois, a infância do amigo: “Não me parece que Capanema tenha sido menino muito dedicado ao papagaio, armar arapuca, nadar no córrego, pegar passarinho, atirar bodoque, ‘ferrar luta’ etc. Desde cedo, o que o preocupou foram os livros e as distrações menos movimentadas” (“Infância de Gustavo Capanema”). Criança e jovem arredio, estudioso, formal, Capanema termina os estudos secundários no Ginásio Mineiro, já que o Colégio Arnaldo seria fechado nos anos da Primeira Guerra Mundial. Há uma carta do jovem Capanema ao pai, desta época, que relata o fechamento do colégio e as dificuldades que daí advieram: “os acadêmicos se dirigiram para lá e obrigaram aos Padres o fechamento imediato do Colégio. Foi ontem a uma e meia da tarde. Os alunos internos foram entregues aos respectivos correspondentes. Alguns não os têm, entre os quais também eu. Fomos, pois, entregues ao Sr. Secretário do Interior, que nos colocou em uma pensão familiar por conta do Estado até que os pais deliberem o que se deve fazer”. A nova situação cria problemas financeiros inesperados, que devem ser resolvidos para que Capanema possa se preparar para os exames do Ginásio Mineiro: pensão, roupas novas, professores particulares... “Como vê V., foi um ato bem violento este fechamento tão imediato e imprevisto do Colégio. Deu grandes despesas aos pais dos alunos. Quanto ao destino dos padres eu nada sei. No Colégio eles não estão. O estabelecimento está fechado e guardado pela polícia.”

Terminado o curso secundário, o caminho natural é a Faculdade de Direito, onde se forma em 1924. Já nesta época participava ativamente do grupo intelectual da rua da Bahia, e sua correspondência mostra grandes relações de amizade com Mário Casassanta, Abgar Renaut, Gabriel Passos, Emílio Moura. Terminado o curso de direito, volta para a cidade natal de Pitangui, onde trabalha como advogado, professor na Escola Normal e vereador na Câmara Municipal, até que funções mais altas o trazem de volta a Belo Horizonte.

A Faculdade de Direito é, acima de tudo, treinamento para a vida política. Em 1923 Capanema escreve ao pai sobre algumas de suas atividades: “As ocupações relativas à Escola, ao Centro Acadêmico e à Procuradoria têm-me impedido de mandar-lhe, com assiduidade, minhas notícias”. “Era intenção minha tomar

algumas providências no sentido de passarmos a Onça para Pitangui. Conversando, porém, com o Zico, neste sentido, disse-me ele que quer absolutamente a passagem para Pitangui e que vai trabalhar no sentido de que continuemos no Pequi. Disse-me ainda que esta é a vontade do povo da Onça.” Aos 23 anos estudante ainda, já demonstra suficiente relacionamento para influenciar o eventual desmembramento de um município, e também dá mostra do estilo formal, preciso, e da habilidade política que caracterizaria sua carreira nos anos futuros: “Se o povo daí continua ainda disposto a não continuar a fazer parte do município de Pequi, torna-se necessário que manifeste, com clareza, ao Zico. É nas mãos de Zico que estão depositados os destinos da Onça. É, portanto, a ele que se deve dizer todo o sentimento do povo” (carta de 4 de maio de 1923). Onça terminaria por se incorporar a Pitangui.

O clima político na Faculdade de Direito pode ser apreendido pela carta que lhe envia Gabriel Passos às vésperas da formatura. As negociações e manobras são intensas para decidir quem será o orador da turma. “A luta que aqui se trava é grande”, diz o missivista. Há um longo relato de conversa havida com “N” em uma negociação complicada cuja importância se perde no tempo. “N” teria dito “coisas boas de se ouvir de um correligionário, mas que ditas por um adversário político me comove tanto quanto às pedras. A minha resposta foi que eu de tal modo estava empenhado com os amigos que não lhe podia dar resposta formal e menos em nome dos amigos”. Em vão se buscará nesta correspondência o que une ou divide as pessoas, além da força das amizades e lealdades pessoais. “Se Abgar, Mário, tu e eu e mais os nossos nos firmarmos e dissermos – vamos até o fim, sairemos do quadro – acreditas que eles não se chegarão?” (carta de G. Passos a G. Capanema, 11-4-24). O que está em jogo é o prestígio pessoal de uns e outros, e “sair do quadro”, deixar de colocar nomes e fotografias no tradicional quadro de formatura que anualmente era exposto à sociedade mineira pelos bacharéis que se formavam, era a suprema afronta e ameaça que condicionava toda a disputa. Era uma política essencialmente sem conteúdo; mas o estilo e a intensidade estavam bem presentes.

A volta a Pitangui, como professor da Escola Normal, lhe dá a chance de entrar em contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como Secretário do Interior do governo Antônio Carlos. Trabalha como advogado, viaja para Belo Horizonte e Rio de Janeiro quando pode, e prepara sua carreira política a partir da base, como vereador em sua cidade natal. Não é um começo entusiasmado: “Vou ao Rio amanhã”, escreve para a mãe, de Belo Horizonte. “E depois voltarei de novo para Pitangui, onde me espera, além do mais, a massada de ser vereador. É uma pilhéria dolorosa” (carta de 2-4-1927).

Pilhéria ou não, dedica-se a suas funções com seriedade, tomando parte em comissões de todo tipo, dando pareceres jurídicos quando necessário, sem abandonar suas outras atividades. Participa também da política estadual, e um discurso em homenagem a Francisco Campos, em 1929, já vaticina maiores vãos:

“Tive conhecimento da alta eloquência e do rasgado pensamento que assinalaram os teus discursos de saudação ao Campos. Gostei e fiquei satisfeito por verificar que andas cada vez mais distanciado de Lecadiéu; és real, e, portanto, mais forte. O destino de Lecadiéu é regulado por Maurois que arranjou um esquema engraçado para a desgraça; o teu destino é puramente o destino. Depois, a tua força não está apenas na tua inteligência nem na tua cultura; sempre estive na tua persistência. Não veja em mim atitudes irônicas: sou de natural pouco agudo e prezo aos meus amigos. Mas, a tua persistência em Pitangui tem qualquer coisa de heróica, como aquelas assentadas valentes diante aos livros. É o que te libertará de Pitangui; tanto afrontarás a cidade que te tornarás superior a ela. Um dia ela deixará de existir em ti” (carta de Gabriel Passos, 28-3-1929). Com a posse de Olegário Maciel no governo do estado, em setembro de 1930, ele é convidado para chefe-de-gabinete do presidente do Estado, participa da Revolução de 1930 nesta posição, e é logo depois nomeado para o posto chave de Secretário do Interior de Minas Gerais.

“Minha querida mãe”, escreve em 28 de outubro de 1930, “um abraço. Me informaram que a Senhora não sabia que nós fizemos uma revolução, uma formidável revolução, para concertar este Brasil. Foram três semanas de barulho grosso, de tiroteio pesado, de vitórias magníficas, de inquietações horríveis e de esperanças maravilhosas. Afinal, vencemos. Venceu o povo mineiro. Venceu o povo brasileiro. Estou aqui em perfeita e doce tranquilidade. Talvez vá ao Rio. Adeus. Com um abraço de seu filho, Gustavo”.

As cartas de amiga de Pitangui revelam, com nitidez, o afastamento progressivo de Capanema de sua terra de origem, em busca de horizontes mais amplos. “A gente acostumou a ver em você não só o amigo diário, mas o professor sempre alegre e moço que exercia muita influência no espírito da gente; uma espécie de irmão mais velho de quem a gente não tinha respeito. Aqui, agora, não tem mais ninguém que goste de me contar a vida de Ford, do Edson e do Schelee (*sic*) – ninguém que recite – saber que não virás nunca...” “Você já esteve com o Clarapêrrede? Ele é mesmo este homem falado? E Mme. Antipof já tefez lembrar de mim alguma vez? Você já foi ver a exposição de pintura do Municipal?” “Que frege, hein? O que vai ser de você?” (Y., sem data).

Ou ainda: “Eu tenho sabido, pelos outros, que você tem falado muita coisa bonita aí. Isso para mim não é surpresa. Você é dessas pessoas que nascem para vencer. (...) Você sabe que eu não sou da Esquerda, mas tenho uma grande confiança nos de lá. Nos do lado do coração pela inteligência. Eu creio neles um Brasil moço e inteligente, como vocês que o estão reformando. Eu creio na realização de todas as belas idéias que vocês pensaram”. (...) “Você vai o Rio dia 15? Vai ser imponente a festa, não é? Mas eu daria a presidência ao Juarez, o Getúlio é muito gordo” (Y., 5-11-1930).

E finalmente, quando Capanema passa de chefe-de-gabinete a secretário:

“Calma, moço, você está subindo mais depressa que foguete! Mas isto aí é brinquedo de quatro cantos? Que trocação!” “O de hoje foi o último empurrão que a política deu em você para separar definitivamente da gente. Você agora vai ser um homem de Estado, não vai ter tempo para desperdiçar com futilidades de amigas”. “Adeus, Gustavo, perdoe se amolei muito, mas é a última vez que escrevo a você. E dispense resposta. Não quero receber cartas de Secretário de Estado, eu sei que você tem muito o que fazer” (Y., carta de 20-11-1930).

Vãos altos necessitam basesseguras, e Capanema as prepara com cuidado. Em 12 de janeiro de 1930, a vida da família já está organizada:

“Peço-lhe que me mande dizer com urgência onde está meu pai, pois o lugar dele já está arranjado. Ele deve ir morar em Pitangui, onde a senhora e ele deverão ter casa. O João e a Alice deverão instalar-se logo em Pitangui. O João já está contratado para professor da Escola Normal, devendo a nomeação dele para diretor sair nestes poucos dias. Meu pai irá para o cargo de escrivão da Coletoria Federal, tendo eu já arranjado um lugar para o Vital aqui em Belo Horizonte. O Corinto deverá submeter-se a rigoroso tratamento, para o que seria bom que consultasse um especialista daqui (...). Quero ver se arranjo para o José um lugar no Banco do Brasil, aqui na agência de Belo Horizonte (...). Seja como for, a nossa família deve ficar instalada em Pitangui. Lá é que deve estar o nosso centro. Eu quero muito a Pitangui e não desejo separar-me daquele povo. Além disto, tenho lá interesses políticos. É principalmente por isto que preciso ter em Pitangui um ponto de descanso, ou um centro de informação e de trabalho. Espero que tudo isso se fará logo. Até que se normalize a situação, peço-lhe que me comunique todas as suas necessidades, para eu arranjar jeito para afastá-las” (carta a mãe).

No poder, em Minas

Que fazia, nos anos 30, um Secretário do Interior em Minas Gerais? Terminado seu ciclo de política mineira em 1933, e antes de assumir o Ministério da Educação no Rio de Janeiro, Capanema escreve um resumo de suas atividades nos intensos anos que passaram, com vistas, possivelmente, a uma obra maior que nunca se completou. “Os decretos de minha pasta eram coisas comuns”, lembrava então: “pequenas aberturas de crédito, perdão, autorização de despesas, nomeações, aposentadorias, coisas assim”. O quadro que traça Carlos Drummond, na pequena biografia mencionada anteriormente, não é distinto:

“A Secretaria de Estado que lhe confiou o velho presidente Olegário Maciel não oferecia grandes perspectivas de ação cultural. Não cuidava dos negócios do ensino. Seu conteúdo consistia em juizes, soldados e municípios. Nestes últimos, o campo de ação seria realmente enorme e sugestivo, mas o regime federativo com base na autonomia municipal, não obstante a revolução vitoriosa, sufocava ainda qualquer veleidade de influência profunda no organismo das comunas. O governo

era um espectador graduado da vida municipal, comparecendo para aplaudir ou aprovar, mas sem os meios de ação eficazes para intervir. Os demais assuntos da Secretaria – magistratura e polícia – não convidavam à elaboração intelectual. Gustavo Capanema teve assim o privilégio de movimentar um aparelho governamental a que não correspondia nenhuma tarefa substancial e de conseguir movimentá-lo realizando uma obra-prima de inteligência aplicada ao governo”.

Esta tarefa sem substância era, sobretudo, política. Ela consistia, essencialmente, em um jogo delicado de poder, que se realizava em duas frentes. Em nível nacional, o básico era manter os canais abertos e a lealdade ao novo governo federal, e utilizá-lo como ponto de apoio para consolidar a posição de poder dentro do estado. No nível estadual, tratava-se de fazer a operação inversa, ou seja, manter e consolidar o máximo de apoio das lideranças políticas regionais e locais, e utilizá-lo como capital político para manter as boas graças do governo federal. A estratégia de sobrevivência da velha oligarquia mineira ante o ímpeto da revolução vitoriosa havia consistido em apoiar o lado vencedor e assim, pela lealdade ao novo regime, tratar de preservar o estado dos ventos renovadores que o tenentismo triunfante ameaçava. Era necessário manter a lealdade ao novo regime antes que outros o fizessem, amaciar, tanto quanto possível, o impacto dos novos poderes que se acumulavam no Rio de Janeiro, sem alterar em maior profundidade as formas tradicionais de vida e poder político do Estado.

É possível que isto tenha sido feito de forma muito mais intuitiva – uma intuição quase que inata para a obtenção e preservação do poder – do que a partir de uma estratégia explicitamente concebida. Drummond, no texto exemplar que estamos utilizando, trata de explicar esta estratégia, de forma um tanto crítica, mas de todo modo clara:

“De dezembro de 1930 a setembro de 1933, Gustavo Capanema conseguiu, quase sozinho, manter o contato entre Minas e o poder central. À primeira vista, parece pouco. É muito, se considerarmos as circunstâncias da época e o que esse contato veio a representar na evolução da vida nacional. Capanema arrostou as maiores incompreensões, inclusive por parte de amigos íntimos. (Como é trágico ter razão contra o amigo íntimo!) Minas Gerais era trabalhada por forças diversas, dentro e fora do seu território, e essas tendiam antes à desagregação do que à composição. Ao lado de agitadores malévolos, que queriam a desordem, havia homens de boa fê, repelindo o princípio de colaboração com o governo federal. Tudo conspirava por que Minas se desinteressasse da revolução de outubro e, desinteressando-se, entravasse o desenvolvimento natural dessa revolução”.

O Arquivo Capanema mostra alguns aspectos deste trabalho. Três de novembro de 1930. Feita a revolução, ela ameaça devorar seus criadores. No Palácio da Liberdade em Belo Horizonte, Capanema anota os eventos daqueles dias:

“Hoje aclararam-se os horizontes. A tempestade que ontem se armara contra Minas passou e nos resta apenas esse amargo inevitável de toda a decepção, mesmo a mais injustificada. A nossa decepção não foi porém injustificada. O gaúcho não andou bem com Minas, e sejam quais forem os acontecimentos futuros, que não se apague a lembrança dessa ferida e a lição dessa experiência”. As notas relatam negociações delicadas com Osvaldo Aranha a respeito da participação de Minas no novo governo, que terminam com a indicação de Francisco Campos para o ministério.

Logo em seguida, a questão a preocupar é a permanência de Olegário Maciel no governo do estado na qualidade de presidente eleito (e como tal inamovível), e não como simples delegado de Vargas. Oito de novembro, Capanema escreve a Francisco Campos: “O Dr. Olegário entende que não deve ser considerado mero interventor do governo federal, sujeito a exoneração, como no projeto (de reorganização política do país) se declara. É fora de dúvida que a reorganização dos Estados tem que ser feita é mesmo por meio de interventores ou delegados do governo provisório, livremente demissíveis. Entende, porém, o Dr. Olegário, que tal providência não deve ser tomada em relação a Minas e ao Rio Grande, cujos governos, tendo promovido oficialmente a revolução, subsistem depois dela, com a mesma legítima autoridade de que foram investidos pelo povo, que os elegeu”. (...) “Não se diga que a situação do país está inteiramente transformada e que a medida deve ser de caráter geral. Em Minas e Rio Grande a situação não se modificou, pois aí os chefes de governo foram os próprios chefes revolucionários, tendo procedido como representantes legítimos do povo, o que tudo lhes dá um caráter sem dúvida nenhuma excepcional. Por tudo isto, quer o Dr. Olegário que a sua situação não se modifique, permanecendo com as mesmas prerrogativas e direitos de presidente de Minas, seu chefe revolucionário.”

A fidelidade a Vargas, condição essencial para o sucesso de sua política, é exercida por Capanema de forma escrupulosa, desde os primeiros momentos no governo de Minas até o célebre discurso de 1954, quando Capanema, líder do governo no Congresso, sai em defesa de seu presidente à beira da deposição e do suicídio. No entanto, em um momento de frustração, Capanema lembra com amargura a figura do presidente, em seu primeiro contato pessoal:

“A primeira vez que vi Getúlio: em companhia do Campos e do Lanari, no Catete, à noite. Não me lembro o dia. Mas foi em dezembro de 1930. Lanari falou de finanças. Eu não tinha assunto. Visita a Minas. Impressão penosa. Homem frio, inexpressivo; não achei nenhuma flama, nenhuma simpatia; sem ardor, sem luz; não inspirando confiança; homem impróprio para aquele momento criador; cheio de reticências, de silêncios, de ausência; olhando para cima, não olhando para a gente; um riso difícil, riso sem alegria, sem malícia, mas com maldade; um físico redondo, com pequena estatura, com um ventre dilatado, as pernas apertadas numas calças brancas curtas; sapatos de fantasia; sem gravidade, sem

emoção; uma pronúncia estranha de gaúcho; enfim uma figura incapaz de seduzir, de incitar ao trabalho, de convocar ao sacrifício, de organizar uma nação apenas saída da fornalha revolucionária”. A visita a Minas, em fevereiro de 1931, também é recordada por Capanema com hostilidade: “O Getúlio falou ao Olegário sobre a fundação da Legião, deve ter pedido que a fundasse. Não ouvi, mas soube depois. Diz-se que foi pedido de Campos. Teria ele querido a Legião? A divisão de Minas? Em seu discurso falou da união de Minas. Duplicidade? Hipocrisia?” Como hipocrisia terá sido, certamente, a aproximação de Vargas com a Igreja: “No dia 23, às 11 horas, Te-Déum na São José. Fiquei perlo do Getúlio. Getúlio, Olegário, Afrânio, Capanema. D. Cabral oficiou, João Rodrigues falou: *apostit illum regnare*. I, Cr., XV, 25. Getúlio não ajoelhou. Protestante? Dizem que tem um filho chamado Lutero. Positivista, talvez. Talvez nada”.

É claro que esta era a perspectiva de 1934, Capanema destituído da interventoria de Minas Gerais, que exercia interinamente desde a morte súbita de Olegário Maciel, e substituído pelo inesperado Benedito Valadares; e sem nenhuma idéia clara do lugar que lhe caberia no futuro governo. A nomeação para o Ministério da Educação e Saúde reataria a continuidade de sua carreira política e lealdade a toda prova ao chefe de governo.

Francisco Campos e a Legião de Outubro

Francisco Campos foi o mentor político e intelectual de Capanema neste período. Campos havia sido Secretário do Interior em Minas no governo Antônio Carlos, e nesta posição teve uma atuação importante nas articulações que colocaram Minas do lado vencedor da Revolução de 30. Além disto, a pasta do Interior incluía a responsabilidade pela área de Educação, e Campos foi responsável por uma série de iniciativas inovadoras nesta área, incluindo a realização da Segunda Conferência Nacional de Educação em Belo Horizonte, em 1928, assim como a vinda de alguns educadores europeus que trouxeram para o estado uma filosofia pedagógica inovadora. Um dos primeiros postos de Capanema foi, exatamente, o de professor de psicologia infantil na Escola Normal de Pitangui, durante a gestão de Campos. É aí, sem dúvida, que se dá o primeiro contato de Capanema com as novas correntes de reforma educacional, da qual ele assumiria o papel principal anos mais tarde.

Com a revolução, Campos vai para a esfera federal, como fiador da aliança entre Vargas e Olegário, deixando Capanema em seu lugar. Assim, é natural que as viagens de Capanema ao Rio sejam geralmente para encontrar Campos, e com ele sejam traçadas as grandes estratégias. Nesta época, apesar da intensa atuação de Campos na área de Educação, são os temas políticos que predominam, pelo menos do ponto de vista de Capanema.

A posição de representante do governo Olegário Maciel junto ao Governo Provisório não é, evidentemente, cômoda para Francisco Campos, que procura se identificar com os setores mais radicais do novo regime, e a partir daí construir sua própria base de sustentação em Minas Gerais, que independesse da velha e ainda intocada estrutura de apoio do Partido Republicano Mineiro. Isto era formulado em termos de uma ideologia que afirmava a necessidade de criar um governo forte, dotado de uma ideologia social bem definida, e que pudesse se livrar do peso morto da política oligárquica tradicional sem, no entanto, cair no que ele considerava serem as ilusões ultrapassadas da democracia liberal. Esta estratégia, ao ser traduzida para a realidade da política brasileira e suas bases de sustentação em Minas Gerais, tinha duas conseqüências. Uma era a necessidade de enfraquecer a política tradicional do estado e substituí-la por uma estrutura política própria, cujo principal instrumento seria a Legião de Outubro. A outra era a de envolver a Igreja Católica como fonte de inspiração ideológica e legitimação política para a nova ordem que se buscava estabelecer. A similaridade entre este projeto político e os regimes fascistas e totalitários que começavam a se instalar na Europa nesta época não é, evidentemente, casual. Diferentemente dos exemplos alemão e italiano, no entanto, o projeto de Francisco Campos buscava uma vinculação com a Igreja Católica que só seria tentada mais tarde em Portugal e, principalmente, na Espanha. Além disto, e apesar da Legião de Outubro, os esforços de substituir as bases tradicionais de poder oligárquico não conseguiram chegar nunca às formas de mobilização radical que eram a marca registrada do nazi-fascismo nascente.

Em suas notas retrospectivas, Capanema revela como foi, pouco a pouco, sendo envolvido no esquema político de Campos:

“Minha primeira viagem ao Rio foi a 5 de dezembro, sexta-feira. Na Estação Pedro II o Campos esperava-me. Fui no seu automóvel, com ele, até Copacabana, e fiquei hospedado em sua casa. No caminho, o Campos já tratou do assunto comigo: liquidar o Bernardes. Fiquei espantado, julguei isso um absurdo. Eu estimava Bernardes. O plano inicial de Campos não era a fundação da legião ou de outro partido em Minas. Era a reorganização da Comissão Executiva do PRM, com a liquidação de Bernardes. Achei difícil e arriscado. Além de tudo, ingrato e injusto. O Campos objetava com os tenentes, o Getúlio, a salvação de Minas, os ideais revolucionários. Depois de vários dias de conversa, regressei. Regressei a 11 de dezembro, chegando a Belo Horizonte a 12, sexta. Vim disposto a falar ao Olegário. No fundo, vim do Rio disposto a auxiliar o Campos na trucidção do Bernardes”.

Os detalhes do jogo político que se seguiu já são conhecidos e não precisam ser repetidos aqui. A hostilidade a Artur Bernardes cresce progressivamente. A Legião de Outubro é criada em Minas com o objetivo de alterar suas bases, com a participação de lideranças mineiras tradicionais em oposição a Bernardes, principalmente Antônio Carlos. Em certo momento (agosto de 1931), o próprio governo

Olegário Maciel vacila ante uma tentativa de deposição tramada do Rio de Janeiro. O conflito é contornado no início de 1932 pelo chamado “acordo mineiro”, que dá a Bernardes o direito de indicar alguns nomes para o secretariado do estado. O movimento constitucionalista de São Paulo consolida a cisão, que se transformará no confronto entre o velho PRM e o novo Partido Progressista, que domina as eleições para a Constituinte de 1934².

O envolvimento de Capanema com a legião foi feito a contragosto, com relutância. Recordando o início de 1931, Capanema escreve que, em fevereiro, “O Campos já havia entregue ao Olegário um plano para a Legião: coisa vasta, com uma parte civil e outra militar. Osvaldo e Góis. Coisa cheia de bobagens. Não me lembro quando tais bases (?), mas vieram bem antes. O Osvaldo estava então com um prestígio extraordinário. Herói nacional. Foi com tal força que depois se atirou contra nós”.

De qualquer forma a linha de ação definida por Campos estava traçada, e não havia como fugir dela. “No dia seguinte, 25 de fevereiro, ia ter nova ocupação, novos motivos de inquietação: o manifesto da Legião. Foi escrito pelo Carlos, revisto por mim, emendado, acrescido. O Lanari só no dia 26 tomou conhecimento. Olegário não queria que eu assinasse o manifesto. Bernardes andava queixoso de mim, o Olegário não queria mais motivos de aborrecimento com ele. Foi o Campos que, a custo, conseguiu que minha assinatura saísse.”

O “Manifesto aos Mineiros”, assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari (então secretário das Finanças de Minas Gerais) é um documento extenso, de sete páginas, e altamente retórico, que descreve os males do Brasil antes de 1930, a participação de Minas na revolução, e a necessidade de consolidá-la. O Arquivo Capanema conserva a versão original, datilografada, redigida presumivelmente por Carlos Drummond, com as emendas e correções feitas pelo punho de Capanema, dando-lhe a forma final. É significativo observar o que é suprimido e o que é acrescentado ao texto inicial:

“Fizemos uma revolução de duplo e marcado caráter”, dizia o texto inicial, “pugnando ao mesmo tempo pelo restabelecimento das franquias legais e pela recuperação de nossa economia, gravemente comprometida pelos que não souberam ou não quiseram enfrentar de ânimo claro os problemas práticos e urgentes do trabalho agrícola e industrial, do crédito e da produção cafeeira, do aproveitamento e circulação de nossa riqueza”. Esta expressão tão tímida de compromisso com um programa de recuperação econômica do país é suprimida, e em seu lugar, ao final do manifesto, Capanema dá sua própria síntese do que foi a revolução brasileira e o que a legião se propõe, ou seja, defender a vitória da revolução e realizar seus ideais. E explica:

“Defender a vitória da revolução brasileira é combater contra todos os seus inimigos, que são de três categorias: inimigos oriundos do velho regime (os

governantes depostos, os aderentes hipócritas e os viciados e corruptos de toda a espécie); inimigos existentes no seio da própria revolução (os revolucionários sem convicção, os revolucionários preguiçosos ou céticos e os revolucionários violentos); e inimigos de origem externa (todos os propagandistas e pregoeiros e apóstolos de doutrinas políticas exóticas e inadaptáveis à solução dos problemas brasileiros). Realizar os ideais da revolução brasileira é desenvolver em busca deles uma dupla ação, a ação política e a ação educativa”. A ação política incluía, além do apoio ao governo e ao programa da Aliança Liberal, “organizar e mobilizar a opinião pública para que ela seja capaz de conhecer os problemas nacionais e de propor para eles as soluções adequadas e oportunas; e ser intermediária entre o povo e o governo, para estabelecer entre eles o necessário equilíbrio e harmonia”. A ação educativa consistia, essencialmente, em “manter e fortalecer o espírito de unidade nacional e pregar e desenvolver os altos sentimentos e as grandes virtudes humanas”.

Organizações de mobilização social no estilo da Legião de Outubro têm algumas características bem definidas. Elas não são, simplesmente, organizações governamentais, já que a participação em seus quadros é voluntária, e o grau de envolvimento das pessoas é muito maior do que o de simples burocratas ou cidadãos no cumprimento de suas atividades rotineiras. Elas não são, tampouco, organizações da sociedade civil, já que dependem do apoio de pessoas dotadas de poder político, e de proximidade com a estrutura militar da sociedade. Nos regimes fascistas europeus, os grupos de mobilização – camisas pretas, camisas pardas – funcionavam como instrumentos de vigilância e controle sobre a própria máquina administrativa e militar do governo, e de combate a tentativas de organização independente e competitiva por parte de outros grupos da sociedade civil.

Ocupando a Secretaria do Interior, que controlava a polícia do estado, Capanema estava em posição privilegiada para tentar montar uma estrutura deste tipo. A experiência estrangeira não foi, evidentemente, ignorada. “Eccellentissimo Signor Dottore”, escreve a Capanema o representante italiano no Rio de Janeiro, V. Cerruti, em 1931, “Ho l'onore di trasmetter Le, que unita, la bolleta di spedizione di una cassetta contenente alcuni volumi relativi alla legislazione fascista in modo che Ella possa avere il quadro completo dell'opera ingente compiuta dal Governo fascista nei suoi nove anni di esistenza. Mantengo pure la promessa fattale durante il graditissimo mio soggiorno a Belo Horizonte d'inviarLe copia di una *Memoria illustrativa sulla Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale*. In qualunque cosa io possa esserLe utile, voglia, La prego, disporre liberamente di me che sarò lieto di farLe cosa gradita” (28 de agosto, 1931).

A convocação para as atividades da legião é feita pelo uso explícito da autoridade governamental. Em fevereiro de 1931, telegramas circulares são enviados aos líderes políticos e chefes locais em todo o estado, de maneira a não

deixar dúvida de que suas lealdades são requeridas. “Temos a satisfação comunicar-lhe que nesta data organizamos Legião de Outubro no Estado de Minas Gerais, devendo ser publicado amanhã no órgão oficial o apelo que dirigimos ao povo mineiro no sentido de apoiá-la material e moralmente”, começava o texto enviado ao coronel José Venâncio Augusto de Godoi, de Além Paraíba, idêntico aos enviados aos demais detentores de cargos públicos. Depois de descrever rapidamente as atividades da legião, o telegrama terminava: “Designamos V.Sa. para delegado da Legião nesse município, com incumbência de aí organizar núcleo legionário que represente o pensamento e aspirações do município. Seguirão instruções minuciosas. Pedimos sua resposta por telegrama. Saudações cordiais. (aa) Francisco Campos, ministro do Governo Provisório; Gustavo Capanema, Secretário do Interior; Amaro Lanari, Secretário das Finanças”. Para líderes políticos sem responsabilidades administrativas diretas, telegrama mais curto era enviado pedindo apoio e colaboração: “Apelamos prezado amigo sentido colocar toda sua influência e prestígio a serviço da grande causa legionária de cuja rápida e vitoriosa organização depende a segurança, a estabilidade e o êxito das iniciativas do novo regime republicano”.

O projeto era ambicioso e incluía não só a substituição do tradicional PRM e sua liderança pela legião, como também a organização de uma estrutura militar que respondesse, não ao governo do estado, mas à liderança da legião. Em maio de 1931 o jornal *A Batalha* publica uma carta supostamente enviada a Francisco Campos por um seu correligionário, segundo a qual “A marcha da Legião vai indo às mil maravilhas (...) O PRM vai desmoronando como um castelo de cartas. No dia da parada, que será grandiosa, o PRM exalará o último suspiro e será impossível ressuscitá-lo”. Nesta carta há também referências à idéia de substituir a Força Pública no interior do estado por uma “guarda cívica” que obedeceria ao chefe da legião. Esta intenção provoca, naturalmente, reações entre os oficiais da Força Pública. Um manifesto anônimo, circulado entre eles, dá o tom:

“Os bravos soldados que galhardamente se bateram nas várias frentes mineiras pelo ideal da liberdade, serão abandonados, ao desamparo, nada valendo, para os homens que querem dominar o Estado, o sangue que generosamente derramaram (...). A formação de milícias fascistas, espalhadas pelos vários municípios do Estado, visa substituir a Força Pública de Minas. Para isto, muito embora não se paguem aos funcionários, nem aos fornecedores das repartições públicas, há dinheiro bastante para a enorme encomenda de armamento que está a chegar e é destinado à milícia fascista. O plano vai ser executado pela mesma forma pela qual pretenderam afastar de Minas os bons Mineiros que lutaram pelo nosso progresso, ao lado de nossa gente (...). O Presidente Olegário já não delibera. Há um Rasputin a seu lado fazendo a desgraça de Minas. OFICIAIS: POR MINAS E PELO BRASIL – REAGIR ENQUANTO É TEMPO”.

O aspecto visual e simbólico deste tipo de movimento é importantíssimo, e Francisco Campos se preocupa com todos os detalhes. Em 28 de março de 1931 envia um telegrama a Capanema, que já dá o texto de um outro telegrama a ser enviado aos chefes municipais da legião convocando para uma grande Parada Legionária em Belo Horizonte, para o dia 21 de abril. Cada município deveria “enviar pelo menos vinte milicianos com o uniforme da milícia legionária isto é, camisa cáqui e gorro do mesmo pano”, e o telegrama informava, também, que “as estradas de ferro Central e Leopoldina concederão grande abatimento nas passagens”. Em outra correspondência, Campos trata com Capanema a questão do hino da legião e da filmagem do grande acontecimento: “O portador lhe entregará também o hino da legião, cuja música foi feita pelo Souto, autor do hino João Pessoa. A letra não vale nada; a música, porém, me parece muito melhor do que a do hino feito aí. Seria o caso de adotá-la oficialmente como hino da legião, tanto mais que está sendo gravada pela Casa Edison em milhares de discos. É indispensável que se ja filmada a parada. Não há em Belo Horizonte quem filme bem. A Botelho Films pede cinco contos para a filmagem. É capaz, porém, de reduzir o preço. Consulte ao Lanari se posso contratar pelo menor preço possível”. (Uma outra carta mostra que o filme, com 540 metros, acabou ficando por 5:400 mil-réis.)

Apesar destas intenções, o projeto da legião já nasce debilitado pelo seu próprio processo de criação. A força propulsora dos movimentos fascistas europeus sempre foi a mobilização de uma pequena burguesia decadente, de uma classe média acuada e sem perspectivas, que encontrava nesses movimentos um lugar onde dar vazão a suas frustrações e seus desejos de participação. Em Minas, este componente social é ignorado ou inexistente, e os líderes convocados para chefiar a legião nos municípios são seus chefes tradicionais de sempre. Para eles, aderir à legião era simplesmente aderir mais uma vez ao governo. As antigas lealdades ao velho PRM são quebradas na medida do possível, prefeitos são substituídos quando necessário, mas a política mineira não se altera substancialmente, até que o acordo mineiro restaura, por um tempo, o poder da velha geração.

A Legião de Outubro seria a precursora do Partido Progressista, fundado em 1933 por Olegário Maciel, e que comandaria a política de Minas até a Constituinte de 1934. Assim sumariza Helena Bomeny sua análise da Legião de Outubro em Minas Gerais:

“Da Legião de Outubro guardou-se, na memória dos políticos mineiros e de historiadores, uma lembrança tênue: somente os figurantes permaneceram e algumas referências pitorescas de seu comportamento na nova agremiação. Acreditamos, porém, que representou mais do que uma figuração: a legião foi responsável por todo um movimento político iniciado em Minas Gerais que acabou definitivamente com o predomínio do PRM no estado. Mais ainda:

influenciou no processo de reorganização partidária do estado que resultou na formação de um partido com características distintas das suas e das do Partido Republicano Mineiro. O Partido Progressista, como partido do interventor, guardará uma relação de compromisso com o governo central, que o PRM não conheceu”³.

Deste novo partido estava excluído Francisco Campos, marginalizado do jogo político nacional e do processo de conciliação e recomposição política que se inicia após a Revolução Constitucionalista de 1932. Seu rompimento com Capanema é pessoal e amargo, e ocorre na disputa dos votos de Pitangui, base política de ambos, para a Constituinte de 1934:

“Capanema”, escreve Campos, “V. não tem o privilégio do serviço de investigação e vigilância. Estou inteiramente a par das providências tomadas por V. em relação a Pitangui. Não estranho que V. peça votos para o PP e peça votos contra mim. Está no seu direito. Nem lhe peço nenhum tratamento de favor. O que, porém, me surpreende é que V. pretenda capitular de crime qualquer ato de nobreza da população de Pitangui para comigo”. E, mais adiante: “V. intima Pitangui a me negar pão e água, como a um aventureiro de estrada. V. exige que eu não tenha entrada na casa paterna; que, nela e entre os meus, eu seja tratado como inimigo e como réprobo”. O grande inimigo agora é Antônio Carlos, que havia sido um dos fiadores da Legião de Outubro: “O que mais me comove, porém, Capanema, é que V., valendo-se de sua situação ocasional, queira impor a Pitangui um ato de tamanha indignidade, como e de, em trocados vinténs que V. lhe pode dar, entregar ao Antônio Carlos a sua alma e o seu coração, considerando indigno de reprovação e de castigo aquilo, exatamente, que distingue uma sociedade de homens de um aglomerado de animais”. (...) “Você intima Pitangui a ser ingrato, insensível e brutal. V. não lhe reconhece o direito de ter alma. Privando-o de alma, V. terá dado à vingança de Antônio Carlos a mais completa satisfação.” A carta termina no mesmo tom amargo: “que inveja teria de V., se não fosse a pena que sinto de Pitangui e, particularmente, de sua mocidade e inteligência. Que dia não anuncia esta madrugada? Do amigo e admo., Francisco Campos”.

A resposta de Capanema, de 29 de abril de 1933, é formal e conciliadora: “Doutor Campos”, diz ela, “a sua carta me acusa de uma vilania. Não a cometi. (...) Não trabalhei direta ou indiretamente para que as portas do lar pitanguense lhe fossem fechadas ou para que os votos do reconhecimento, da amizade ou da admiração lhe fossem negados na sua, na nossa terra. Muito menos pronunciei uma palavra que significasse desprezo pela sua admirável figura ou desrespeito pelos seus preclaros antepassados. O que fiz e estou fazendo, com firmeza e clareza, é dizer aos meus conterrâneos, correligionários do Partido Progressista – de que sou um dos chefes –, que a orientação que lhes dou é a de votarem integralmente na chapa desse mesmo partido. (...) Estou cumprindo o meu dever o qual é ainda mais belo porque é mais duro de cumprir e porque contraria os

impulsos do coração. O senhor está envenenado pela intriga e exacerbado pela paixão. É pena que um homem de seu gênio, talhado para conduzir uma geração inteira de moços de ação e de cultura, não seja capaz da apolínea serenidade de um verdadeiro homem de Estado”.

De fato, a aventura da legião está terminada, os tempos são outros, e a Campos só resta, pelo menos no momento, a indignação e a ira. Não perde, porém, a lucidez. Sua candidatura à Constituinte é mantida até o último momento, e defendida em um documento denominado “Uma análise energética do momento político, cuja publicação a censura impediu”. Nele, Campos coloca o dedo no aspecto crucial do estilo político que passaria a dominar a política mineira a partir de então, e renuncia à independência e a um projeto político próprio em troca das benesses do poder:

“Até hoje, onde e sobre que problemas se ouviu a voz oficial de Minas? Qual o seu pensamento em tudo quanto se tem deliberado em todas as questões, sejam de ordem política, sejam de ordem econômica e financeira? Qual a contribuição oficial de Minas nos debates oficiais relativos à reconstrução das nossas instituições políticas? As suas exigências, os seus interesses, as suas tendências, as suas opiniões, que expressão já encontraram nos conciliábulos e nas combinações de que, entre os responsáveis pelo governo e pela direção do Brasil, têm sido objeto os rumos a se imprimirem nos negócios nacionais? A todas essas cogitações têm estado ausentes o governo de Minas e o seu partido. Minas não se interessa por essas vagas abstrações; não será por questões de idéias, de princípios e de doutrinas que Minas há de mover-se dos seus cômodos. O que aquele governo reclama é o que costuma reclamar uma Prefeitura – nomeações e demissões de coletores, agentes fiscais e inspetores de ensino. Eis o seu quinhão e os sinais de seu prestígio. A Prefeitura de Minas não tem outras aspirações a satisfazer. Talvez a de Patos seja mais exigente nas suas reivindicações...”.

Esta, em síntese, a grande diferença entre Capanema e seu mentor de início de carreira. Campos foi, sempre, um intelectual na política, no sentido de que toda sua atuação se fazia a partir de determinadas idéias e concepções que lhe pareciam mais apropriadas para a época e para o jogo político no qual se envolvia. Capanema, sem deixar de ser também um homem de cultura, parecia mover-se muito mais pelas contingências do dia-a-dia, em uma estratégia de conservação e acúmulo de poder que, no final, se mostraria mais realista e mais efetiva, ainda que tivesse que pagar o preço da perda de autonomia e independência. Sempre haveria algum espaço, nos anos de carreira pública que se seguiriam, para que o intelectual pudesse se manifestar, no cultivo das relações pessoais, no apoio pessoal a homens de talento, e, mais tarde, nos projetos mais ambiciosos de reforma educacional. Mas se o estilo é o do intelectual, o que predomina é o político com seu instinto pelo poder. É o oposto de Campos, e isto talvez explique o sucesso de um e o fracasso do outro.

O pacto com a Igreja

Se a estratégia de mobilização política de Campos não teve muito futuro, sua outra estratégia, a de estabelecimento de um pacto com a Igreja, parece ter tido uma permanência e repercussões muito mais profundas. A Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral, sem os quais, intuía Campos, não conseguiria se consolidar. Não importa, aqui, a convicção religiosa pessoal de Campos, mas o papel político e instrumental que ele percebia para a Igreja em seu projeto político.

Este papel fica bastante explícito na carta enviada por Campos a Amaro Lanari em março de 1931. Nela, era enfatizada a necessidade de “pedir à Igreja, não somente inspiração, mas também modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual”. Nesta carta Campos faz um pequeno histórico de sua atuação progressista a favor da Igreja, lembrando que, “antes de proposto o projeto de reforma constitucional em larga entrevista a *A Noite* e ao *Rio Jornal*, levantei a questão das relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, defendendo o ponto de vista de que a Constituição deveria reconhecer a religião católica como a da maioria dos brasileiros, e portanto, tirar a ideologia política brasileira desse reconhecimento os corolários implícitos” (*sic*). “O meu ponto de vista transformou-se nas chamadas emendas religiosas, das quais fui o autor espiritual e que apoiei na Câmara dos Deputados. Mais tarde, sendo eu Secretário do Interior do Governo Antônio Carlos, foi facultado o ensino religioso nas escolas primárias do Estado.” A seguir Campos lista três itens que, segundo ele, deveriam fazer parte do programa da legião, e que atendiam, evidentemente, a reivindicações da Igreja: “O reconhecimento de efetivos civis às sanções aplicadas pela Igreja aos sacerdotes do culto católico”; “a sanção civil para o casamento religioso, não somente por motivos religiosos, como também por motivos de ordem civil e social, pois a maioria dos matrimônios no Brasil é celebrada na Igreja”; e, finalmente, “o ensino facultativo da religião nos estabelecimentos de ensino primário e secundário”.

O pacto ganha forma na carta que Campos envia ao presidente Vargas em abril do mesmo ano, acompanhando a proposta de introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas de todo o país, e tendo que vencer, para isto, a resistência tanto da tradição positivista quanto de grupos protestantes, principalmente do sul do país:

“Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V.Exa. Neste instante de tantas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V.Exa., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo a serviço deste um movimento de opinião de

caráter absolutamente nacional”. Assinando o decreto, prossegue Campos, “terá V.Exa. praticado talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira”. “Pode estar certo”, conclui, evidentemente com conhecimento de causa, “que a Igreja Católica saberá agradecer a V.Exa. esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciências e de crenças religiosas”.

É desta época, sem dúvida, que datam os contatos do grupo mineiro do qual Capanema fazia parte com Alceu Amoroso Lima, líder leigo do movimento católico da época, e que teria influência tão grande nas futuras atividades de Capanema como ministro da Educação. Esta vinculação é clara na carta que Alceu envia a Mário Casassanta em 1932, a propósito de seu livro *Razões de Minas*, que começa, significativamente, com uma crítica indireta a Campos:

“Inquietou-me um pouco o ‘panteísmo’ goethiano do prefácio, esse primado da ação sobre o ato, que é um dos pecados mais graves do ‘mobilismo’ contemporâneo. Creio que uma orientação fascista, como teve o movimento legionário em boa hora iniciado pelo Capanema, pelo Campos, por V., pelos *novos* mineiros, só pode ser útil a Minas e ao Brasil, se mantiver o ‘primado da inteligência’ como meio de defesa da supremacia da Fé. De outro modo, através do hegelianismo, do primado da ação, continuaremos apenas no evolucionismo, no relativismo que provocam o ceticismo e que numa nacionalidade como a nossa, sem estrutura certa, sem ideais definidos, sem unidade geográfica e sem critério político, poderá ser o nosso desastre definitivo”. E mais tarde, referindo-se ao movimento constitucionalista de São Paulo de 1932: “Quanto aos *ideais*, estavam tão errados os de 30 como os de 32: o *liberalismo democrático*, a ‘pureza’ dos princípios constitucionais de 91, como queria a Aliança Liberal ou como hoje quer São Paulo. Portanto: afirmação de varonilidade vital e de ilusão ideológica em 30 e em 32. Hoje São Paulo será provavelmente vencido. Qual o resultado desse *desfecho diverso* em face de *premissas idênticas*? É o que eu procurei nos fatos e nos livros como o seu, de espíritos capazes de ver o fundo dos acontecimentos”.

A importância desta carta é que ele já define, desde o início, os termos nos quais a Igreja, através de seu líder intelectual mais categorizado, via a colaboração com o novo regime e com o projeto político de Francisco Campos. Havia uma identidade de pontos de vista quanto à falência do regime liberal, e também concordância, evidentemente, quanto à importância dos valores religiosos como fundamento ideológico para a consolidação moral do país. Mas havia, também, uma divergência profunda. Apesar de considerar “útil” a orientação fascista do movimento iniciado por Campos, Alceu deixa clara sua divergência profunda com um dos princípios básicos do fascismo e do pensamento político de Francisco Campos, que é a crença na supremacia da ação e da vontade sobre o uso da razão. Pensador católico, Alceu Amoroso Lima não se afasta da idéia clássica de que é

possível estabelecer uma ordem social de base moral erigida de acordo com os princípios da filosofia racional, cujas conclusões coincidirão, necessariamente, com as verdades reveladas da religião cristã. É esta racionalidade que permitiria sair do relativismo, do ceticismo, da falta de critério. É ela que permitiria substituir a debilidade de princípios que Alceu via no liberalismo democrático por uma ordem social fundada em princípios cristãos bem definidos. Para Francisco Campos, no entanto, os princípios cristãos pareciam ser, principalmente, um instrumento de mobilização política, e não um valor em si. Isto talvez explique por que, apesar da aproximação inicial, o relacionamento da Igreja Católica como o tipo de política preconizado por Francisco Campos jamais tenha se aprofundado.

Alceu Amoroso Lima e o Ministério da Educação

Alceu Amoroso Lima foi certamente a influência mais importante sobre Capanema nos 11 anos (1934-1945) em que ele permaneceu à frente do Ministério da Educação e Saúde. Em março de 1934 Capanema, marginalizado pela inesperada nomeação de Benedito Valadares à interventoria de Minas, busca através de Alceu uma volta à vida política, mas sem grandes esperanças. “Infelizmente”, lhe escreve Alceu do Rio de Janeiro, “nada de novo posso comunicar-lhe, sobre o assunto de que aqui falamos antes de sua partida. O meio oferece grandes dificuldades por estarem ocupadas todas as posições. Creio que, em Belo Horizonte, será mais fácil o prosseguimento de sua tarefa de advogado, à espera de dias melhores. Continuo, entretanto, atento, e à mínima oportunidade lhe comunicarei o que houver. Conversei, aliás, com o Negrão de Lima, que me comunicou já ter v. recommçado a advogar”. E mais adiante: “a situação política continua delicada e envolta em uma atmosfera de grandes apreensões. Tudo é possível em um momento como este, mas qualquer alteração da ordem seria agora um desastre para todo o Brasil. Continuo em grande atividade para encaminhar as emendas religiosas que, espero em Deus, ver vitoriosas, para bem de todo o povo brasileiro”.

Em abril a situação ainda é difícil, e o apoio moral de Alceu é certamente importante para um político no ostracismo: “não é sem sacrifícios que se consegue a autoridade para conduzir os povos e é na adversidade que se forjam os caracteres chamados a essas difíceis posições de mando. O momento que V. está atravessando corresponde ao da adolescência, isto é, aquele em que mais facilmente somos vítimas das paixões e em que tudo o que fazemos marca *para toda a vida*. Você teve a infância de sua vida política coberta de rosas. Chegaram agora os espinhos, e você provará se pode passar além, vencendo as circunstâncias como anteriormente fora por elas conduzido. Por isso digo que o momento é o mais delicado de suavidade de homem público. Deus o ilumine e ampare”.

Em 1935, no entanto, Capanema já está instalado no Ministério da Educação e Saúde, enquanto se trava, nos meios culturais e políticos do país, a grande batalha

sobre o sentido e a orientação do sistema educacional brasileiro. De um lado, os educadores do chamado movimento escolanovista, com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e alguns outros à frente, buscando uma revolução pedagógica e uma educação igualitária sob a responsabilidade do Estado. Do outro, o movimento católico, propugnando pelo ensino religioso e livre da tutela do Estado. Entre os extremos, Capanema jamais se decide de maneira totalmente explícita, mas o peso da influência de Alceu é, sem dúvida alguma, o predominante.

Data de julho de 1935 uma carta vigorosa e combativa, em que Alceu expõe sem rodeios a filosofia política da reação católica que liderava. Sua grande preocupação é a Universidade do Distrito Federal, formada sob a liderança de Anísio Teixeira, e que terminaria fechada alguns anos depois por Capanema. É um documento que merece citação extensa:

“A recente fundação de uma Universidade Municipal, com a nomeação de certos diretores de Faculdades, que não escondem suas idéias e pregação comunista foi a gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos, por este caminho? Consentirá o governo em que, à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia? (...) Os católicos, meu caro Capanema, não querem do governo nem privilégios, nem subvenções, nem postos de responsabilidade *política*. Não temos a ambição do Poder, nem é por meio da política que esperamos desenvolver nossos trabalhos. Estamos, portanto, perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo que interessa ao bem comum da nacionalidade. Esse interesse coletivo, que tanto preocupa ao Estado como à Igreja, nós o queremos alcançar por meios diversos, se bem que não antagônicos. (...) O que desejamos, portanto, do governo é apenas:

1. *Ordem pública*, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade;
2. *Paz social*, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendado invariavelmente pela Igreja;
3. *Liberdade de ação* para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal.
4. *Unidade de direção* de modo a que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos”.

Passando dos princípios gerais a problemas concretos, todos eles, na visão de Alceu da época, de infiltração socialista e comunista: “Devo apenas advertir-lhe

que os progressos recentes da Aliança Nacional Libertadora, a feição socialista que vai assumindo o governo municipal do Rio de Janeiro, bem como a impregnação comunista de muitos sindicatos e de alguns elementos do Ministério do Trabalho vem trazendo à opinião pública do país motivos da mais profunda inquietação. E os católicos esperam do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao Comunismo, que assumiu a figura desse partido acima mencionado (ALN) para agir hipocritamente à sombra de nossas leis”. Alceu se mostra satisfeito pela nomeação para a pasta da Guerra e da polícia do Distrito Federal de “dois homens de bem, de ordem e de coragem, que são no momento dois esteios da ordem pública” (Eurico Dutra e Felinto Müller) e formula “nossos votos para que seja cada vez mais prestigiada e auxiliada a atuação destas duas autoridades”. Em outras áreas, no entanto, a situação parece menos auspiciosa, e cabeças precisam rolar: “expurgar pois o Exército e a Marinha de elementos políticos revolucionários, reforçar a polícia, excluir dos sindicatos e dos quadros do Ministério do Trabalho elementos agitadores, organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homem de toda a confiança *moral* e capacidade *técnica* (e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação) – tudo são tarefas que o governo deve levar adiante imediata e infatigavelmente, pois delas dependem a estabilidade das instituições e da paz social”. Depois de descrever em detalhe os propósitos da Ação Católica, conclui:

“Os católicos serão os aliados naturais de todos os que defenderem os princípios da justiça, da moralidade, de educação, de liberdade justa, que a Igreja Católica coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) – sùmula de todo o pensamento antiespiritual e portanto anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educação com a imediata colaboração da Igreja e da Família – vejam isso os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil esses benefícios”.

Sem repudiar o pacto político que Alceu lhe oferecia, Capanema busca também manter seus vínculos com o outro lado. Em dado momento trata de convidar a Fernando de Azevedo para o cargo de Diretor Nacional de Educação, o que provoca reação enérgica e imediata de Alceu:

“Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma *bandeira*. Suas idéias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do Governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso, eu teria que dizer de público”. (...) “Como prezo muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena mas desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado, na hora grandiosa que você está

empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa nomeação, a meu ver errada e inoportuna.” (Carta de 19 de março, sem indicação de ano.)

Se Alceu veta a Fernando Azevedo, muitos nomes aparecem em suas cartas, como recomendados a postos de importância na área educacional: Guilherme de Azevedo Ribeiro (“latinista emérito, elemento da 1ª ordem”); J. A. Souza Viana (“mineiro. Modestíssimo. Cabeça sólida. Enorme cultura científica”); Everardo Backheuser (“presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação ... Grande experiência”); Eurialo Canabrava (“grande cultura. Elemento a impulsionar”); Raul Leitão da Cunha (“grande valor moral e intelectual. Extrema independência”); Leonídio Ribeiro; Hamilton Nogueira (“moral irrepreensível; pessoa de *absoluta confiança*”); José Buckle de Figueiredo (“excelente juiz; muito prestígio”); Iodice Alves (“ex-diretor de instrução municipal na Bahia. Perseguido, no Rio, pelo Anísio, por ter se oposto a seus sectarismos”); Artur Gaspar Viana (“Inspetor Escolar no Rio... Pessoa de Confiança”); Wagner Antunes Dutra (“meu secretário particular. ... Alma puríssima e *auxiliar precioso*, como conselheiro diplomata... observador. Oficial-de-gabinete ideal. *Absoluta confiança*”); Álvaro Vieira Pinto (“professor de biologia e filosofia. Moral ótima. Rapaz digno e paupérrimo”). (Nomes constantes de um papel com o título “pessoas que eu *recomendaria* vivamente para qualquer cargo em matéria pedagógica”). Outra carta sugere Murilo Mendes, Almir de Castro e Vinicius de Moraes, “cada um dos quais é um valor autêntico, do ponto de vista intelectual como moral, dos melhores que temos no Brasil”; outra ainda indica José Maria Belo para o lugar de Diretor Nacional de Educação. Uma carta de 1936 indicava a Mário Casassanta para o mesmo cargo. Outra apóia o padre Hélder Câmara; e assim por diante.

Capanema e a Cultura

Seria incompreensível a tentativa de Capanema de indicar a Fernando de Azevedo para a Diretoria Geral de Educação com o beneplácito da Ação Católica, prezasse ele, tanto quanto Alceu Amoroso Lima, as “posições definidas” das quais este último fazia questão. No entanto, o estilo pessoal do ministro era outro. Capanema buscava o convívio, a amizade e a colaboração dos intelectuais, tratando de colocar-se, tanto quanto possível, acima e alheio ao fragor dos combates ideológicos nos quais todos estavam engajados, e que envolviam seu ministério. Se era uma atitude de respeito profundo à inteligência e à criatividade enquanto tais, por cima das ideologias, ou um desprezo íntimo pelas querelas acadêmicas dos escritores e pintores, é impossível saber. De qualquer maneira, era certamente mais fácil buscar esta neutralidade nas artes do que na Educação. Se a influência de Alceu predomina e dá o tom da política educacional de seu ministério, nas letras e, particularmente, nas artes plásticas, havia ampla margem para o cultivo da cultura enquanto tal.

O projeto de construção do edifício sede do Ministério da Educação é a grande oportunidade de colocar esta atitude em prática. Em uma carta de outubro de

1945, Lúcio Costa sintetiza os ideais que envolviam o projeto do edifício do ministério, e as condições que permitiram sua construção:

“Foi, efetivamente, neste edifício onde, pela primeira vez, se conseguiu dar corpo, em obra de tamanho vulto, levada a cabo com esmero de acabamento e pureza integral de concepção, às idéias mestras porque, já faz um quarto de século, o gênio criador de Le Corbusier se vem batendo com a paixão, o destemor e a fé de um verdadeiro cruzado”. (...) “Neste oásis circundado de pesados casarões de aspecto uniforme e enfadonho, viceja agora, irreal na sua limpidez cristalina, tão linda e pura flor – flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente, poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e socialmente mais justo, senão, também, mais belo”. Feita a grande obra, a Europa se curva diante do Brasil: “são agora os mestres arquitetos dos Estados Unidos da América e do império britânico que se abalam dos respectivos países para virem até aqui, apreciar e aprender... Que estranho encadeamento de circunstância tornou possível um tal milagre?”

A resposta, para Lúcio Costa, estava em uma conjunção feliz de pessoas bem dotadas, a começar pelo próprio Capanema: “amparado, apenas, inicialmente, na intuição poética e no discernimento crítico de intelectuais como os senhores Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentro em pouco sua consciência da legitimidade dos princípios fundamentais defendidos nesta obra adquiria tal força de convicção que, apesar dos interesses políticos em jogo e do seu natural apego ao cargo que exerce com tamanha dedicação, o senhor soube arrostar bravamente a maré montante das críticas, correndo todos os riscos sem jamais transigir nem esmorecer no propósito de levá-las a bom termo”. É Capanema que promove a vinda de Le Corbusier ao Brasil em 1937, e “foi graças a esse convívio de apenas três meses que o excepcional talento do arquiteto Oscar Niemeyer – Oscar de Almeida Soares, conforme, no meu apego à tradição lusitana, preferia vê-lo chamar, que este é o seu legítimo nome –, até então inexplicavelmente incubado, revelou-se em toda a sua plenitude”.

Não seria aqui o lugar para uma avaliação crítica mais aprofundada desta escola de arquitetura que se firma com o edifício do Ministério da Educação e chega à sua consagração e apogeu com a construção de Brasília. Basta a distância do tempo para darmos conta de que o atual Palácio da Cultura do Rio de Janeiro, menos do que o prenúncio do mundo “mais humano, socialmente mais justo” além de mais belo, é pouco mais do que uma relíquia arquitetônica perdida no caos urbano do Rio de Janeiro, monumento aos ideais de um grupo de intelectuais que encontrava acesso e guarida em um ministro poderoso. Se o edifício do ministério – tanto quanto, anos mais tarde, Brasília – não contribuíram em nada para este mundo mais humano e mais justo, eles contribuíram

certamente para a glória de seus idealizadores, parecendo confirmar a idéia de que o milagre do apoio à cultura acima das idéias, tanto quanto a redenção do homem através da forma, era possível e realizável.

Algo da maneira pela qual o grande projeto do ministério foi realizado pode ser visto na correspondência de Capanema com Cândido Portinari. Capanema tinha idéias definidas sobre o que Portinari deveria fazer:

“No salão de audiência, haverá os doze quadros dos ciclos de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa evolução econômica”. “Na sala de espera, o assunto será o que já disse – a energia nacional representada por expressões de nossa vida popular. No grande painel, deverão figurar o gaúcho, o sertanejo e o jangadeiro. Você deve ler o III capítulo da segunda parte de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Ai estão traçados da maneira mais viva os tipos do gaúcho e do sertanejo. Não sei que autor terá descrito o tipo do jangadeiro. Pergunte ao Manuel Bandeira” (carta de Capanema a Portinari, 7 de dezembro de 1942). Em uma carta sem data, Portinari mostra como a orientação ministerial era acatada: “Não escrevi antes por andar muito cansado e desanimado, mas agora com a notícia de que o Sr. quer novos e imensos murais estou novamente em forma e à espera da documentação para dar início aos estudos. Gostaria que o Sr. me enviasse o seu discurso. As vidas de Caxias, Tiradentes e José Bonifácio. Foram os motivos que o Sr. sugeriu. Gostaria de permanecer aqui ainda algum tempo e creio que seria até bom fazer os primeiros estudos aqui fora do barulho do Rio. Mesmo que eu não fizesse estudos definitivos pelo menos iria lendo o que o Sr. me mandar e me impregnar do assunto até transformá-lo em cores. Em todo caso estou a sua disposição. Se o Sr. achar melhor eu estou ali, é só mandar avisar. Do seu amigo certo, Portinari”.

Esta amizade certa tinha uma importante história anterior, que foi a defesa e a proteção de Capanema ante as acusações que sofria Portinari de esquerdista ou comunista. Existe pouca informação a este respeito no Arquivo Capanema, a não ser uma carta escrita de Nova Iorque, onde Portinari havia obtido grande sucesso com suas exposições. “Tive notícias ontem que me deixaram muito triste. Parece que publicaram artigo na *Nação Armada* – explorando o velho tema. Enquanto isto tinha sido tratado aqui como se eu fosse um grande homem” (...). “É dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis trabalhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota que tem defendido o Brasil dos exploradores e coisas do gênero. Acho injusto o que estão fazendo comigo. Falo assim com o Sr., porque tem sido o seu apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui” (carta de Portinari a Capanema, 20 de novembro de 1940).

Se Portinari cresce e viceja sob a proteção do ministro, um outro talento da cultura brasileira não conseguiria senão fenecer. Era Mário de Andrade, expelido

do Departamento de Cultura de São Paulo, e desde então angustiado e incapaz de encontrar-se novamente. Do Rio, Capanema lhe oferece vários tipos de trabalho e emprego, que Mário de Andrade eventualmente aceita, mas sem jamais se conformar.

“Depois de nossa conversa”, escreve Mário de Andrade em 26 de junho de 1938, “me pus refletindo muito sobre o meu caso. E sou obrigado a lhe confessar mais uma vez que o posto de diretor do serviço teatral eu não posso mesmo de forma alguma aceitar. É um lugar de projeção muito brilhante e muito violenta, vou lutar certamente muito e vou certamente fracassar. A sua oferta me encontra derreado, despido de muitas das minhas ilusões e sem o menor desejo de me vingar de ninguém. Preciso de trabalho e estou sempre disposto a trabalhar. Mas não quero lutas fortes, não quero gritaria em torno de mim”. Mário de Andrade pleiteia um lugar na universidade, mas não consegue. Em troca, Capanema lhe oferece um lugar na direção do projeto de uma grande enciclopédia a ser publicada pelo Instituto Nacional do Livro, que Mário de Andrade recusa, dando algumas de suas razões e sentimentos:

“Tenho uma espécie de defeito de alma que me põe sempre demasiadamente subalterno diante das pessoas altamente colocadas. Por mais amizade que lhe tenha e liberdades que tome consigo, sempre é certo que diante de você não esqueço nunca o ministro, que me assusta, me diminui e me subalterniza. Isto aliás me deixa danado de raiva e esta é a razão por que fujo sempre das altas personalidades. Por carta e de longe, posso me explicar com menos propensão ao consentimento”. Usando a distância, Mário aproveita para protestar contra o fechamento da Universidade do Distrito Federal, no qual Capanemahavia tomado parte: “Não pude me curvar às razões dadas por você pra isso; lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobravano Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia e Letras de S. Paulo. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias”.

A recusa de Mário de Andrade de trabalhar na enciclopédia tem razões mais específicas, que vão desde divergências quanto à própria concepção do projeto até a existência de pessoas que teriam que ser deslocadas caso ele assumisse o posto. E termina a carta:

“Tudo isso está perfeitamente certo, mas nos separa uma distância irreduzível de pontos de vista. As suas razões são razões de ministro, as minhas são razões de homem. Você decide com o áspero olho público, mas eu resolvo com o mais manso olhar da minha humanidade” (carta de Mário de Andrade a Capanema, 23 de fevereiro de 1939).

A partir daí, só lhe cabem pequenos trabalhos e uma situação incerta, que Mário aceita por falta de alternativas, com grande custo pessoal. Em junho de 1939 Mário de Andrade trabalha precariamente para o Instituto Nacional do Livro, e escreve a Capanema pedindo que lhe paguem pelo que produziu. A situação é desesperadora: “venho pedir a você que me faça pagar isto imediatamente, e por outra via possível aí do Ministério, pois estou em uma situação insustentável, crivado de dívidas ridículas, sem cara mais para me apresentar a certos amigos, que positivamente não têm a obrigação de me sustentar. Felizmente não estou acostumado, em quarenta e cinco anos de vida, a viver de expedientes e situação penosa. O resultado é um desespero, uma inquietação, uma desmoralização interior que não mereço, da que, espero, o Ministério não tem razão para me obrigar”. Nesta época Mário de Andrade aguardava uma nomeação prometida pelo ministro, que, entretanto, jamais se corporifica: “muito mais agradável pra mim será trabalhar com você, no Instituto do Livro, mas se não é possível, suplico mais este favor a você de me dizer francamente o que há, pra que eu me arranje”. Mário de Andrade, no entanto, jamais “se arranjaria” de forma satisfatória, e terminaria sua vida, enfermo e psicologicamente desgastado, alguns anos após.

É difícil a posição de equilíbrio e integridade ante as contradições inevitáveis da vida à sombra do poder. Se Capanema foi sempre, acima de tudo, o ministro, seu principal auxiliar e conselheiro, Carlos Drummond, manteve-se todo o tempo acima de tudo como intelectual. Quanto lhe custou a tensão do posto que ocupava, e como conseguia manter unidas coisas às vezes tão opostas, só seu depoimento pessoal poderá esclarecer. O que é certo é que houve momentos em que a conciliação não parecia mais possível. Em março de 1936, Capanema convida Alceu Amoroso Lima para uma conferência no ministério sobre “A Educação e o Comunismo”, à qual Drummond resolve não ir, e, por lealdade, coloca seu cargo à disposição do ministro:

“Meu caro Ministro e amigo”, escreve o poeta, “às 5 horas da tarde, subindo no elevador do Ministério, e cruzando com colegas do Gabinete que desciam para assistir à Conferência do Alceu, fiz um rápido exame de consciência e verifiquei que eu não poderia fazer o mesmo, ou antes, que eu não devia fazer o mesmo. Uma outra conclusão, logo, se impôs: não podendo participar de um ato público, promovido pela autoridade a que sirvo, e que visava afirmar, mais do que uma orientação doutrinária, um programa de ação do governo, eu não só deixava de servir a essa autoridade como lhe criava uma situação desagradável. É verdade que minha colaboração foi sempre prestada ao amigo (e só este, de resto, lhe perdoaria as impertinências de que costuma revestir-se) e não propriamente ao Ministro nem ao governo, mas seria impossível dissociar essas entidades e, se eu o conseguisse, isto poderia servir de escusa para mim, mas não beneficiaria o Ministro. É verdade, ainda, que não tenho posição à esquerda, senão apenas sinto por ela uma viva inclinação intelectual, de par com o desencanto que me inspira o espetáculo do meu país. Isto não impede, antes justifica que eu me considere absolutamente

fora da direita e alheio a seus interesses, crenças e definições. E aí está a razão por que me julguei impossibilitado de ouvir o meu amigo pessoal Alceu. (...) Minha presença na conferência de hoje seria mais, talvez, do que silenciar inclinações e sentimentos. Poderia ser tida como repúdio a esses sentimentos e inclinações. Por isto não fui ao Instituto". Drummond teme que sua atitude possa ser interpretada de forma prejudicial a Capanema, e por isto prefere se afastar: "daí esta carta, que tem o mais razoável dos propósitos: o de não permitir que, para não magoar o amigo, V. ponha em risco a sua situação política e, mesmo a sua posição moral em face ao governo. O amigo está intacto e continua a desejar-lhe bem. Dispensado o diretor de gabinete (e que irritante diretor de gabinete tem sido o seu), você conservará o amigo, teimoso e afetuoso, que o abraça fraternalmente, Rio, 25-3-36. Carlos".

A amizade prevaleceria, e a dispensa não seria concedida. Drummond continuaria, até o final do Estado Novo, a servir de ponte e filtro nos contatos entre a cultura brasileira e o ministério Capanema. Ambos, cada qual a seu estilo e a partir de motivações tão diferentes, teriam enorme responsabilidade sobre os caminhos contraditórios, fecundos e freqüentemente mistificados que a educação e a cultura brasileira assumiriam nas décadas seguintes.

NOTAS

1. Não é isto que surge, no entanto, de uma análise independente da atuação da Secretaria do Interior no período, onde abundam as queixas quanto ao uso arbitrário da força à disposição da Secretaria do Interior para a consecução de seus objetivos. Cf. Bomeny, Maria Helena Bousquet, "A estratégia de conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30", in Ângela Maria de Castro Gomes *et alii*, *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980).

2. Ver a respeito Bomeny, Helena Maria Bousquet, *op. cit.*

3. Bomeny, *op. cit.*, pp. 52-3.

**O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: ESBOÇO
DE ANÁLISE DE UM APARELHO DO ESTADO
(1931-1937)***

Sérgio Miceli

* Esta comunicação constitui o resumo de uma análise circunstanciada do Conselho Nacional de Educação, contendo transcrições mais abundantes do material coligido, e que será publicada oportunamente.

O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criando o Conselho Nacional de Educação, leva às últimas conseqüências a definição deste conselho enquanto “órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino”, evidenciando o caráter estrito de assessoria para o trabalho de que se poderia incumbir. Entretanto, os decretos números, 19.851 e 19.890, datados de 11 e 18 de abril de 1931, que dispõem, respectivamente, sobre as reformas do ensino superior e do ensino secundário, definem uma esfera própria de jurisdição para o conselho. No capítulo II do primeiro decreto, vincula-se a concessão da equiparação das universidades estaduais e livres ao sistema federal, bem como a suspensão de tal prerrogativa a um parecer emitido e votado pelo conselho; da mesma forma, o capítulo I do título II do segundo decreto vincula a concessão de equiparação (ou inspeção permanente) aos estabelecimentos de ensino secundário mantidos por governo estadual, municipalidade, associação ou particular, a uma proposta do conselho aprovada por dois terços da totalidade dos seus membros. Nestas condições, não é de se estranhar que boa parte das sessões nos seis primeiros anos de existência do conselho tenha sido devotada ao exame dessas questões sobre as quais este órgão dispunha de poder decisório. (Ver anexo.)

Nas circunstâncias do período, o Estado tem interesse em contratar, em bases profissionais, os serviços de consultoria que alguns grupos de especialistas estão em condições de prestar. Em face da crise de hegemonia que afetava os procedimentos até então vigentes no processo de tomada de decisões, o recrutamento de novas categorias de agentes especializados vem atender às exigências postas ao exercício rotineiro do trabalho de dominação. Eis, portanto, uma das dimensões capazes de dar conta do perfil mais sofisticado do aparato institucional em vias de ser implantado.

Contudo, a outra dimensão desse processo não deve ser negligenciada. Estando ainda impossibilitado, na conjuntura em questão, de fazer valer seus pontos de vista naqueles campos de atividade em que sua intervenção crescente se faz sentir, o Estado, ou melhor, as facções da classe dirigente profissionalizadas no trabalho político e que assumiram o controle da máquina estatal se vêem instadas, por ora, a conceder voz e voto aos porta-vozes dos grupos de interesse concorrentes. A cooptação da Igreja Católica através de suas figuras consagradas num determinado campo de atividade demonstra que a presença da Igreja no plano do ensino e da cultura subsiste por força de uma delegação de funções que parte das próprias famílias da classe dirigente. Quando a liderança católica

antepõe a família ao Estado como agência educativa privilegiada¹, ela não utiliza esse argumento apenas como vã ideologia a serviço dos interesses da Igreja, empenhada em concorrer nessa área com o Estado, no contexto de uma conjuntura política em que se encontram ameaçados seus investimentos materiais e simbólicos. Tal argumento expressa a delegação de funções e, portanto, de poder com que foi investida a autoridade eclesiástica para legislar no campo do ensino e da cultura. Da mesma forma, o fato de o Estado cooptar educadores profissionais está relacionado, em última análise, com o atendimento das demandas crescentes que fazem os diversos grupos de agentes incumbidos de gerir o sistema de ensino. Em suma, os conselhos não são senão arenas abertas à negociação de interesses, num momento de transição entre as formas de dominação oligárquica vigentes na República Velha e a consolidação de uma dominação burocrática de perfil autoritário.

Enfim, o processo de cooptação dos intelectuais pelos aparelhos do Estado não se esgota na relação entre suas biografias e a trajetória intelectual e política que cumpriram, entre os trunfos de que dispunham e suas orientações ideológicas, nem muito menos na relação entre os princípios que norteiam sua produção intelectual e suas práticas políticas. Cumpre também apreender os diversos níveis de sua atuação no âmbito “público” e averiguar o quanto suas tomadas de posição intelectuais e políticas se devem às injunções de toda ordem que interferem no trabalho específico que desenvolvem. Enfim, por mínima que seja, a autonomia relativa de qualquer aparelho justifica uma análise de sua dinâmica interna e de seu funcionamento, nem que se chegue tão-somente a delimitar o alcance e os limites desta autonomia.

I – Composição institucional

A despeito dos critérios legais que deveriam orientar o preenchimento das cotas relativas às universidades federais e particulares, aos institutos federais, estaduais e particulares do ensino secundário etc., a composição efetiva do conselho se prende à filiação institucional de seus integrantes a determinados grupos de interesse – o que vai se refletir no tipo de participação e nas tomadas de posição no interior do conselho. À primeira vista, a linha de clivagem mais perceptível separa os representantes do ensino oficial dos porta-vozes do ensino particular, embora um registro mais qualificado permita identificar alguns grupos de interesse.

O primeiro deles inclui os representantes dos ramos tradicionais do ensino superior – direito, medicina, engenharia –, em geral procedentes das faculdades dominantes nesses ramos: *Miguel de Oliveira Couto*, catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e ex-membro do Conselho Nacional do Ensino; *Raul Leitão da Cunha*, catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, diretor dessa mesma faculdade a partir de 1932 e reitor da Universidade

do Rio de Janeiro a partir de julho de 1934; *Reinaldo Porchat*, catedrático e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, ex-membro dos Conselhos Superior do Ensino e Nacional do Ensino, reitor da Universidade de São Paulo a partir de 1934, e juiz do Tribunal Eleitoral de São Paulo; *Aristides Novis*, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia e diretor da mesma faculdade a partir de 1931; *Teodoro Augusto Ramos*, professor de matemática e lente da Escola Politécnica de São Paulo, futuro membro da Diretoria Nacional de Educação a partir de 1934, e futuro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; *Samuel Libânio*, catedrático da Faculdade de Medicina de Minas Gerais; *Joaquim Inácio de Almeida Amazonas*, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, ex-membro do Conselho Nacional do Ensino. Por decretos de 11 de julho de 1932, de 28 de novembro de 1932 e de 24 de julho de 1933, são nomeados respectivamente *Luís Francisco Guerra Blessmann*, catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e diretor da mesma faculdade a partir de janeiro de 1935, em lugar do dr. Cláudio Brandão; *José Olímpio da Silva*, vice-reitor da Faculdade de Medicina da Bahia, em lugar do dr. Aristides Novis, e *João Cesário de Andrade*, também catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia e ex-membro do Conselho Nacional de Ensino. Com essas substituições, há em média cinco representantes das faculdades de medicina oficiais federais e estaduais, dois representantes das faculdades de direito oficiais federais e um representante das escolas politécnicas. Em conjunto, os oito representantes dos ramos tradicionais correspondem a 57% do total de conselheiros, percentual que se eleva a 60% se contarmos o diretor do Departamento Nacional do Ensino (mais tarde Diretoria Nacional de Educação), cargo sucessivamente ocupado pelos profs. Aloisio de Castro, Cândido de Oliveira Filho e Teodoro Ramos, todos eles pertencentes ao magistério superior nesses ramos².

O segundo grupo inclui militares de altas patentes, nomeados por “livre escolha” do presidente da República, vale dizer, em atendimento a demandas por representação das forças armadas e das escolas militares: o marechal *Espiridião Rosas*, logo substituído pelo marechal *Joaquim Marques da Cunha* (decreto de 4 de novembro de 1931), engenheiro militar e lente da Escola Militar, o general *João Simplicio Alves de Carvalho*, e o almirante *Américo Brasil Silvado*, correspondendo a 21% do total de conselheiros. Com base nas intervenções e tomadas de posição nos debates, poder-se-ia dizer que representam uma linha política de inspiração “tenentista” e corporativista.

O terceiro grupo reúne os porta-vozes das novas especialidades na área educacional: o prof. *Carlos Delgado de Carvalho*, vice-diretor do Externato do Colégio Pedro II, sociólogo e geógrafo, e o prof. *Isaías Alves de Almeida*, de volta dos Estados Unidos onde esteve um ano fazendo estágio de especialização pedagógica no Teacher's College da Universidade de Colúmbia, autor de obras marcadamente técnicas como por exemplo *Teste individual de inteligência* (1927), *Os testes e a reorganização escolar* (1930), *Técnicos e educadores* (1933), futuro secretário da Educação e Saúde do Estado da Bahia³. Ambos estavam ligados aos movimentos de reforma

e modernização do ensino, à expansão das escolas normais e à difusão de novos modelos pedagógicos, perfazendo 14% sobre o total de conselheiros.

Por último, a presença do padre Leonel Franca, líder da intelectualidade católica, militante das organizações da Igreja e autor de diversas obras de proselitismo, atuando como representante do ensino privado e confessional que, em 1929, atendia a 90% da instrução secundária⁴.

A reconstituição do conselho levada a efeito em 1935 permite antecipar algumas mudanças na sua composição, que deverão se consolidar no início de 1936, com a reforma do conselho imposta por lei parlamentar. Assim, estando a gestão do ministério em mãos de Capanema, reconstitui-se o conselho por haver terminado o mandato da maioria de seus membros: são reconduzidos Leitão da Cunha, Reinaldo Porchat, Leonel Franca, Eduardo Rabelo, Delgado de Carvalho e Samuel Libânio; são mantidos, por ainda não terem seus mandatos vencidos, Isaías Alves, Marques da Cunha, Cesário de Andrade e Josué Cardoso d'Afonseca, da Escola de Engenharia de Juiz de Fora; são nomeados pela primeira vez *Antônio Freire da Fonseca*, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, *Inácio Azevedo Amaral*, catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, *Fábio de Barros e Alceu Amoroso Lima*, "representantes, o primeiro, das diversas instituições educativas a que se refere a atual legislação, e o último, da cultura em geral". Alceu vem engrossar a ala que defende os interesses do ensino particular e, por esta via, sustentar a legitimidade da presença católica nas reformas educacionais em curso. Vale dizer que essa facção foi a única que veio a apresentar ganhos com a reconstituição do conselho. No que toca à ala militar, um recuo substancial ocorre com o pedido de exoneração do almirante Silvado e com o afastamento do gal. João Simplicio; sobra apenas o marechal Marques da Cunha.

A lei parlamentar nº 174, de 6 de janeiro de 1936, veio determinar mudanças na composição do conselho, extinguindo o órgão que havia sido criado pelo decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. Os desentendimentos havidos entre a Câmara e o Senado, entre o Senado e o Poder Executivo, as alegações de alguns conselheiros de que uma lei ordinária não poderia "extinguir" um preceito constitucional, e o acirramento do confronto entre as diversas facções empenhadas em fazer valer seus pontos de vista nas reformas do ensino em curso, tudo isso acabou provocando infundáveis questionamentos no interior do próprio conselho⁵ quanto à sua "legalidade" e quanto à "legitimidade" das convocações feitas antes que a nova lei fosse implementada. Alguns conselheiros chegaram inclusive a apresentar propostas que, invocando quase sempre argumentos de teor estritamente jurídico, pretendiam fazer com que o antigo conselho assumisse os novos encargos definidos pela Constituição. Tais demandas prolongaram-se mesmo após o estabelecimento das listas tripliques para a composição do novo conselho.

Em 1931, a composição do conselho consegue de certo modo furtar-se ao clima agitado de reivindicações, passando ao largo dos movimentos em prol das

reformas do ensino então em curso. Era a época das reformas educacionais em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas, e das conferências organizadas pelos educadores. Sobretudo, já se encontrava inteiramente demarcado o campo de luta entre a Associação Brasileira de Educação e a Igreja Católica. A associação congregava os educadores profissionais que defendiam o ensino leigo, uma crescente intervenção do Estado para centralizar a gestão do sistema de ensino, e que divulgavam novos modelos pedagógicos e instrumentos sofisticados para avaliação de desempenho. A reação da Igreja Católica se fazia sentir através do Centro Dom Vital e de outras organizações que buscavam incentivar a militância em favor da obrigatoriedade do ensino religioso.

Nos primeiros tempos de atuação do Ministério da Educação e Saúde, a despeito das reformas do ensino superior e secundário decretadas pelo ministro Francisco Campos, e que se inspiravam na plataforma dos grupos de educadores leigos (tendo sido o próprio ministro um dos responsáveis pelas reformas levadas a cabo em Minas), o decreto que tornava facultativo o ensino religioso poderia ser interpretado em termos de um recuo que vinha atender às reivindicações católicas. Além disso, não são os novos especialistas em educação que constituem a facção dominante no conselho criado em 1931, mas os representantes das faculdades e ramos tradicionais do ensino superior. O educador profissional cooptado Isaias Alves, por exemplo, era um elemento recém-chegado dos Estados Unidos, muito menos um militante da “educação nova” do que um difusor dos novos métodos e instrumentos pedagógicos. O padre Franca, por sua vez, sem margem de dúvida, era um dos articuladores centrais da reação católica nessa área, e já havia firmado sua liderança intelectual através de obras que desempenhavam um papel importante na mobilização de jovens adeptos que viriam a constituir o núcleo leigo da reação católica.

Com base na lei nº 174, o presidente da República solicitava aos governadores dos estados que promovessem indicações, a partir das quais o conselho de então pudesse estabelecer as listas tríplexes. Tal procedimento em relação aos institutos de ensino dos estados e às associações de educação e de imprensa não ocorreu apenas pela razão alegada, qual fosse, a “falta de elementos exatos quanto ao número desses estabelecimentos e instituições”. A mediação exercida no caso pelos governadores inseria-se no sistema de correias com que o poder central passara a controlar os estados desde o esquema das interventorias.

A lei nº 174, de 6 de janeiro de 1936, determina um ponto de inflexão significativo na história do conselho no período em apreço. Seus principais artigos estipulam condições e requisitos distintos para a composição do colegiado: serão nomeados 16 membros, dos quais nove devem ser representantes do ensino oficial mantido pela União e pelos governos dos estados e do Distrito Federal, e mais três representantes da “cultura livre e popular”. Os nove primeiros deverão representar as nove categorias do ensino oficial assim distribuídas: primário e normal

(incluindo a educação física), secundário, agrícola e veterinário, técnico-industrial e comercial, politécnico, artístico, ensino de ciências médicas, de ciências sociais e de filosofia, ciências e letras. Os três representantes do ensino particular deverão corresponder aos três graus de ensino: primário, secundário e superior. A nomeação de todos os membros caberá ao presidente da República com aprovação do Senado, renovando-se a metade do conselho a cada biênio. Com a exceção de dois conselheiros, “representantes da culturalivre e popular”, a serem nomeados por livre escolha do presidente da República, os demais serão escolhidos a partir das listas tríplexes organizadas pelo próprio Conselho Nacional de Educação.

Do prisma da legislação, essa nova modalidade de recrutamento parece indicar a “derrota” sofrida pela trinca até então dominante no ensino superior – direito, medicina e engenharia, pela ordem – e, em contrapartida, a extensão da representação das novas áreas de ensino, tanto as que propiciam uma formação marcadamente profissionalizante (as áreas do ensino técnico), como as que se destinam a formar novos quadros (os futuros egressos das faculdades de filosofia e educação), seja para o próprio sistema de ensino (professores secundários, universitários, inspetores e demais postos ligados à expansão do ensino), seja para as demais carreiras que se abrem ao nível da assessoria “técnica” e política da classe dirigente (as novas profissões superiores).

No texto da lei, ao invés de a representação do ensino superior corresponder virtualmente às faculdades dominantes em cada ramo – como as faculdades de direito de São Paulo e Recife, as escolas politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, as faculdades de medicina do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul –, esse tipo de representação direta reduz-se substancialmente a não mais de dois representantes, vinculados às categorias de ensino médio e ensino politécnico, vedando-se uma representação direta do ensino jurídico. A designação *ensino médio* inclui também a representação das faculdades de farmácia e odontologia que, muito embora sempre tenham tido uma posição bastante dependente das faculdades de medicina, conseguem nos primeiros seis anos de vida do conselho assegurar uma representação própria (Almada Horta, Barros Terra etc.). Por outro lado, amplia-se a representação das áreas de ensino de implantação recente sob a tutela do novo corpo de educadores profissionais, dando-se inclusive um *status* próprio à representação das faculdades de filosofia.

Em lugar da modalidade de indicação definida na antiga lei, a cargo das faculdades hegemônicas, cabe doravante ao próprio conselho estabelecer, por voto secreto, as listas tríplexes a serem submetidas ao Poder Executivo com base no seguinte procedimento: “Nove listas, correspondentes às categorias acima mencionadas, contendo cada uma três nomes de representantes do ensino oficial, escolhidos dentre os que forem indicados pelos conselhos estaduais de educação, ou, enquanto não existirem tais conselhos, pelas congregações dos estabelecimen-

tos mantidos pela União e pelos Governos dos Estados e do Distrito Federal (artigos 3º, 5º e 13º). Dentre os representantes das cinco últimas categorias mencionadas, dois, no mínimo, devem ser professores da Universidade, e dois, no mínimo, devem ser professores de estabelecimentos isolados (artigo 3º, § 2º). Três listas, correspondentes aos ensino particular, primário, secundário e superior, contendo cada uma três nomes dentre os diretores e professores de estabelecimentos particulares, reconhecidos oficialmente, que forem indicados pelos conselhos estaduais de educação (artigo 5º). Não existindo, atualmente, esses conselhos, três listas serão organizadas pelo CNE, independentemente de qualquer indicação (...). Duas listas correspondentes a representantes da cultura livre e popular, contendo cada uma três nomes (...) dentre os que forem indicados respectivamente pelas associações de imprensa e de educação, consideradas idôneas a partir da data da Constituição ou reconhecidas posteriormente (...). Os outros dois nomes dessa categoria (...) serão nomeados por livre escolha do Presidente da República (...) somente poderão ser indicados para a composição das referidas listas pessoas de reconhecida competência nas funções que terão de exercer, e, de preferência, experimentadas na administração do ensino e conhecedoras das necessidades nacionais (...) e que tenham capacidade e experiência no ramo ou grau de ensino que tiverem de representar (...) devendo ser especialmente mencionadas as atividades por elas exercidas” (sessão de 20 de abril de 1936; – *DOU* de 10 de junho de 1936).

Na verdade, as coisas não se passaram bem assim, tendo os governos estaduais atuado como instâncias de mediação. Não obstante, tais mudanças traduzem, pelo menos em princípio, uma extensão dos poderes conferidos ao Conselho Nacional de Educação, que passa a exercer o papel de intermediário entre as demandas e indicações dos diferentes graus e ramos do ensino, filtrando os diversos tipos de representação previstos em lei. E o conselho não deixará de cumprir esse trabalho sem levar em conta seus próprios interesses, mormente o de assegurar, na medida do possível, a continuidade da representação dos grupos que já pertenciam à corporação e, em especial, de suas figuras de maior projeção.

A 10 de julho de 1936, sob a presidência do ministro Capanema, foram realizadas as eleições internas para a montagem das listas tríplices, a partir das indicações feitas para as diversas categorias de ensino previstas em lei. Estavam presentes à sessão 17 conselheiros, a saber, professores Leitão da Cunha, Gastão Macedo, Aníbal Freire, Josué d'Afonseca, Cesário de Andrade, Eduardo Rabelo, Reinaldo Porchat, Marques da Cunha, Beni Carvalho, Paulo Lira, Isaías Alves, Delgado de Carvalho, Amoroso Lima, Barros Terra, Samuel Libânio, Azevedo do Amaral e Licínio de Almeida. Destes, apenas sete nomes encabeçaram as listas, quer dizer, o antigo conselho conseguiu preservar 41% de seus integrantes pela via eleitoral interna. A esse percentual devem-se acrescentar três figuras de proa – Samuel Libânio, Leitão da Cunha e Amoroso Lima (os dois últimos futuros reitores), – que acabaram sendo nomeados por “livre escolha” da Presidência da República, ampliando para 58% a taxa de reprodução do antigo conselho.

Dentre os antigos e ex-membros do conselho, cujos nomes constavam das listas de indicações, 11 não conseguiram se eleger e apenas quatro deles chegaram a integrar as listas tríplexes. Além dos 11 mais votados nas respectivas categorias – Manuel Bergström Lourenço Filho (ensino primário e normal oficial), Jonatas Arcanjo da Silveira Serrano (ensino secundário oficial), Paulo de Figueiredo Parreiras Horta (ensino agrícola e veterinário), Paulo de Lira Tavares (ensino técnico-industrial e comercial), Ari de Abreu Lima (ensino politécnico), João Cesário de Andrade (ensino médico), Aníbal Freire da Fonseca (ensino de ciências sociais), Luís Camilo de Oliveira Neto (ensino artístico), Reinaldo Porchat (ensino de filosofia, ciências e letras), Isaias Alves de Figueiredo (ensino primário livre), Josué Cardoso d'Afonseca (ensino secundário livre) –, foram ainda nomeados o padre Leonel Franca, enquanto representante das associações educacionais, e Jurandir Lodi, representando as associações de imprensa.

O primeiro marco de comparação é forçosamente a composição do antigo conselho. Pode-se tomar, por exemplo, a distribuição dos membros segundo o ramo de ensino em três momentos distintos, a saber, o conjunto de nomeações efetuadas entre 1931 e 1934, a reconstituição levada a cabo em 1935 com a ascensão de Capanema, e a reforma determinada pela lei nº 174. A parcela de representantes dos ramos tradicionais do ensino superior mantém-se elevada e relativamente constante nos dois primeiros momentos. Em 1936 esta parcela sofre um ligeiro decréscimo, muito embora se possa alegar que seu coeficiente de preservação após a reforma foi obtido às custas de uma “infiltração” em categorias afins senão alheias ao ensino jurídico (ou seja, ensino de ciências sociais, ensino de filosofia, ciências e letras) e por conta das indicações de “livre escolha” do presidente da República. A representação de categorias afins somadas à indicação de Josué d'Afonseca, da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, como representante do ensino secundário livre, dá conta de quase 43% da representação obtida.

Não se pode atribuir ao acaso o fato de que a lei em questão nem mesmo preveja uma representação autônoma do ensino jurídico, a exemplo do que instituiu para o ensino das ciências médicas e para o ensino politécnico. Tampouco deve-se estranhar a eleição de Porchat enquanto representante do ensino de filosofia, ciências e letras, dado que, a essa altura, estando em funcionamento plenamente reconhecido a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, não é descabido que o reitor dessa universidade possa dispor de uma base de legitimidade para assumir esse trabalho de representação.

Embora a representação direta dos três ramos tradicionais devesse restringir-se a apenas dois representantes, ou seja, 12,5% sobre o total de conselheiros, os 43,8% de fato alcançados através dos expedientes apontados constituem o coeficiente real de preservação obtido pelo antigo conselho. Por sua vez, a parcela de representantes dos novos corpos de especialistas – educadores profissionais, docentes do ensino técnico e profissionalizante, cientistas sociais e burocratas da

área educacional – amplia sua presença, que nos dois primeiros momentos havia girado em torno de dois representantes, para cinco representantes por ocasião da reforma, perfazendo 31,3% do total de membros do conselho. Levando-se em conta somente o grupo de educadores profissionais e tecnoburocratas, excluindo-se os representantes das áreas de ensino profissionalizante (ensino agrícola e veterinário, ensino técnico-industrial e comercial), pois em princípio nada garante que haverá uma aliança entre eles no âmbito do conselho, verifica-se que os nomes de Lourenço Filho, Isaías Alves e Jurandir Lodi correspondem a 18,8% do total de conselheiros. A votação unânime recebida pelo primeiro representa, ao mesmo tempo, a consagração de seu trabalho como “reformador” profissional e a abertura dos aparelhos do Estado a ele e a seus pares.

Com efeito, a facção que historicamente vem conseguindo manter o seu lugar no órgão consultivo máximo do campo educacional e que mais ganhos consegue com a reforma de 1936 é a dos católicos militantes. Tendo ampliado para dois membros a presença da Igreja em 1935, conseguem aumentá-la agora para quatro representantes, o que corresponde a 25% do total de conselheiros. Além disso, é preciso considerar a posição estratégica que esse grupo vem ocupando há muitos anos na máquina burocrática interna, através de Américo Jacobina Lacombe, que ocupa o cargo de secretário do conselho desde 1931. Colaborador de *A Ordem*, Américo Lacombe integra o círculo de intelectuais atuantes no *Centro Dom Vital* e está plenamente identificado com os programas e com o ideário da Igreja no campo do ensino⁶. O percentual de representação da Igreja é tanto mais significativo quando se sabe que, entre os representantes do ensino superior tradicional, os “rachas” são muito mais freqüentes, que é muito mais baixa a coesão ideológica e política entre as demais facções e, sobretudo, quando se sabe que as tomadas de posição da ala católica encontram, em seu favor, o apoio dos empresários particulares do ensino, dentre os quais um dos principais é a própria Igreja e suas ordens religiosas.

Deixaram de participar do novo conselho os elementos de extração militar, que por volta de 1933 chegaram a ser três, mas que com a reconstituição de 1935 já haviam sido reduzidos à presença do marechal Marques da Cunha.

II – *Móveis da luta interna*

A história do conselho, em ampla medida, é a do progressivo desarmamento, por parte do Estado, desse órgão enquanto instância de negociação de assuntos pendentes na área educacional, ou seja, é a história do esvaziamento da autoridade dos grupos de interesse concorrentes do Estado.

A) *Autonomia do CNE versus ingerência do Poder Executivo*

A luta interna que se desenvolve no conselho tem como um de seus principais aspectos o confronto entre os defensores de sua autonomia relativa e os adeptos da

progressiva extensão do poder intervencionista do governo central. A mesma oposição parece recobrir, por vezes, um antagonismo entre os conselheiros empenhados em preservar certa imagem de autonomia, vale dizer, de condições capazes de assegurar a “descentralização”, e aqueles cuja atuação resulta de uma delegação direta do Executivo e que defendem que o poder central deve estar a salvo de pressões regionais. Entre os primeiros encontram-se os conselheiros que operam como porta-vozes dos estados mais fortes (como Porchat e Teodoro Ramos) ou de instâncias concorrentes do ensino e da cultura (como o padre Leonel Franca, que atua em nome da Igreja). No segundo grupo encontram-se os educadores profissionais e os “técnicos” ocupantes de cargos elevados na burocracia interna do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Todavia, as lutas internas não impedem que, nos momentos de crise, a maioria dos membros do CNE tenda a tomar posições em bloco, reivindicando o monopólio das decisões de maior peso na área educacional e opondo-se às funções meramente “consultivas” que o poder central está interessado em impingir ao conselho. Em suma, o conselho constitui um terreno onde se defrontam algumas das principais facções interessadas em afirmar sua autoridade de legislar no campo da política educacional, uma arena de luta entre interesses favoráveis e contrários à “centralização”, entre interesses favoráveis e contrários à autonomização dos corpos de “especialistas” e dos órgãos “técnicos”. É preciso lembrar, contudo, que um dos níveis básicos de atuação dos conselheiros diz respeito à defesa das demandas feitas pelas escolas e faculdades de que são representantes, ou dos estabelecimentos de ensino em que trabalham e com os quais se sentem identificados⁷. Por vezes essas clivagens se manifestam ao mesmo tempo, sendo forçoso compulsar as votações, analisando alianças e “conchavos” com vistas a detectar o tipo de interesses em jogo em cada situação concreta.

Uma das primeiras ocasiões em que se pode verificar a autonomia relativa do conselho é a sessão em que diversos conselheiros se manifestam sobre a lei de organização do ensino secundário. Em julho de 1931, por sugestão do dr. Aloísio de Castro, então presidente do Conselho Nacional de Educação, é aprovada a constituição de uma comissão que deveria estudar e regulamentar as funções dos inspetores de ensino. Em novembro do mesmo ano, é lido o parecer dessa subcomissão contendo uma série de propostas. Entretanto, em outubro do mesmo ano, o governo publica o Decreto nº 20.496, que dispõe sobre a inspeção nos institutos de ensino secundário, não restando outra saída para o trabalho da subcomissão senão o expediente de declarar-se pronta a “regulamentar a parte relativa à inspeção do ensino superior”. A publicação do referido decreto serviu de estopim para que viesse à baila a questão da “jurisdição” e “alçada” do Conselho Nacional de Educação. Sentindo-se preteridos, cingidos à função subalterna de propiciar uma validação acadêmica aos atos do executivo, os membros do conselho tendem a adotar posições que lhes pareçam congruentes com a representação que possuem. As tomadas de posição não poderiam ser mais claras.

De um lado, Delgado de Carvalho conclama o governo a mobilizar os novos especialistas, a expandir seus órgãos técnicos, a levar em conta suas contribuições para um futuro planejamento educacional. De outro lado, os representantes de extração militar chamam a atenção para os limites que o governo vem impondo ao alcance de atuação do conselho e aos objetivos a que se propõe.

O saldo desse debate está contido na fala incisiva com que o presidente do Conselho Nacional de Educação interrompe as intervenções, insistindo no fato de que o mesmo decreto que mobilizou os brios dos conselheiros confere, através do artigo 731, uma função explícita ao Conselho Nacional de Educação, qual seja, a de decidir, por exemplo, “quais as disciplinas do ensino secundário, em que a inscrição (...) poderá ser concedida”, além de outras atribuições do mesmo gênero, todas elas de caráter técnico. Ficam assim apontadas quais as matérias que o executivo considera como sendo de alçada e competência do conselho.

O debate acerca da centralização reacende-se a propósito do regime vigente de inspeção e equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário. Embora a discussão se desenvolva em torno da oposição ensino oficial *versus* ensino privado, as posições se repartem, basicamente, entre os defensores do ensino privado, e, portanto, contrários ao movimento de centralização, e os porta-vozes da linha oficial, favoráveis ao reforço da intervenção do Estado em todas as esferas da sociedade civil. A esse respeito, pode-se examinar a segunda sessão da primeira reunião de 1933, realizada em 25 de janeiro de 1933 (ver *DOU* de 3 de fevereiro de 1933), quando se retoma o debate sobre o regime de inspeção dos estabelecimentos de ensino.

De início, o problema é situado através da leitura dos pareceres emitidos pelas subcomissões. Segue-se a primeira fala do padre Franca, expressando uma posição divergente da orientação contida no parecer. O núcleo do argumento levantado por ele se apóia na defesa do princípio geral da autonomia do ensino livre, isto é, do ensino particular e confessional, procurando conciliar as prerrogativas do ensino particular com as novas exigências de controle e orientação que vêm sendo impostas pelo governo central. Desta feita, salienta o rigor das exigências que se antepõem à equiparação solicitada pelos institutos livres e, de passagem, refere-se ao tratamento especial de que desfrutam os institutos de ensino superior mantidos pelos governos estaduais, que se encontram dispensados da exigência em pauta.

Voltando à carga após a primeira tomada de posição contrária, expressa pelo marechal Marques da Cunha, o padre Franca levanta obstáculos legais, mostrando-se contrário à possibilidade sugerida pelo parecer no sentido de se elaborar um aviso interpretativo do decreto em questão. Padre Franca invoca um argumento formal, através do qual “acena” com a possibilidade de votar contra o parecer, na medida que as modificações que uma ala do conselho pretende introduzir restringem a margem de manobra dos institutos particulares num grau muito

maior do que o teor do próprio decreto. Em seguida, retoma sua postura inicial, tentando fazer coincidir-la com os pontos de vista de um outro parecer (a “primitiva indicação” de Leitão da Cunha), convertido em solução alternativa de mediação. Este concede o reconhecimento dos diplomas expedidos, contanto que se cumpram, nesses casos, alguns requisitos relativos ao histórico escolar – tarefa deixada a cargo das sanções do quadro de inspetores.

Pela ordem, a fala seguinte do prof. João Simplicio retoma o argumento formal do padre Franca, embora numa outra direção, calçando uma proposta de modificação global do decreto. Suscita o conselho a tomar a iniciativa de legislar, substituindo o decreto expedido pelo governo por um outro, “uma obra orgânica e completa”. Em suas palavras, “seria, pois, preferível que o Conselho chamasse a si a sua principal função. Em vez de exercer função policial, examinando relatórios – coisa que não nos deve caber, mas ficar dentro das atribuições da Diretoria de Educação – deveria dedicar-se à orientação do ensino em nosso país”. Conclama seus pares para que façam valer sua “autoridade”, ou seja, para que não se deixem impingir uma função meramente consultiva e passem a disputar uma posição de maior peso no trabalho político que se realiza no campo específico de atuação do conselho.

A intervenção seguinte de Isaías Alves apóia a posição do padre Franca e mostra-se contrária às conclusões do parecer, que, por conseguinte, não poderá contar com o seu voto. Ambos são membros da subcomissão de ensino secundário, vale dizer, atuam organicamente enquanto porta-vozes dos empresários particulares do ensino. Daí a tendência de defenderem posições coincidentes nessas questões.

Aproveitando o caminho aberto por Isaías Alves, Leitão da Cunha faz menção de deixar de lado a discussão do conteúdo dos pareceres, e, num primeiro instante, simula concordar com a posição de seus pares em favor de uma revisão radical da questão em pauta. Sua postura contribuiu muito para dar a ilusão de um consenso momentâneo, segundo o qual todos estariam de acordo pelo menos quanto à relevância do assunto e, caso houvesse o assentimento dos demais, haveria inclusive a possibilidade de se chegar a alterar os marcos legais do decreto vigente. De passagem, Leitão da Cunha não se esquece de minimizar as consequências aventadas pelo padre Franca. Assim, “fecha” com seus pares em favor de um reforço à autonomia relativa do conselho, mas procura explicitar as bases da aliança a que adere, deixando bem claro que seus pontos de vista não coincidem com os do líder católico.

A essa altura, o que se verifica é uma conjunção de interesses favoráveis à extensão do poder do conselho. Embora possam discordar quanto aos rumos doutrinários e às conseqüentes soluções técnicas do problema em pauta, os conselheiros se colocam pelo menos de acordo sobre a necessidade de reforçar o poder próprio do

conselho. Após alinhar argumentos estritamente técnicos – que visam muito mais atender às exigências de um discurso bem articulado, capaz de demonstrar, ao mesmo tempo, o domínio técnico do assunto e o rigor de uma reflexão bem fundada na experiência prática – Leitão da Cunha invoca o “consenso” e apresenta uma indicação à presidência. Neste momento intervém Porchat, cujo parecer fora vencido. Seu apoio é o trunfo final para a aprovação da indicação feita por Leitão da Cunha. Os dois, e mais Teodoro Ramos, são integrantes da subcomissão do ensino superior.

A grande ênfase dada aos requisitos e exigências envolvidos no processo de inspeção e equiparação dos estabelecimentos particulares prende-se, em parte, ao fato de que essas questões, como vimos, tocam de perto a autoridade e o poder do conselho. A rigor, trata-se da única matéria em que, do ponto de vista legal, a decisão final cabe ao conselho. Não obstante, mesmo no tocante ao processo de inspeção e equiparação dos estabelecimentos de ensino particulares, quase sempre as decisões mais controversas tomadas pelo CNE deixaram de ser implementadas pelo Executivo. Diversas reuniões em 1933, por exemplo, foram dedicadas a analisar a proposta de cassação da equiparação da Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemaniano. Chegou-se a um quase consenso em favor da cassação, apenas com os votos contrários do marechal Marques da Cunha e do general Simplício. Não obstante, o Governo Provisório nomeou uma comissão especial com a tarefa de reorganizar a escola, passando por cima da decisão vitoriosa no interior do conselho.

Os membros do conselho procuraram contornar a situação, conforme se pode verificar através da declaração do prof. Leitão da Cunha, em resposta a um ofício remetido pela mesma escola durante a fase de litúgio: “Essa questão poderia ter sido proposta regularmente ao Conselho se a Escola de Medicina e Cirurgia estivesse em condições normais, quanto às suas relações legais conosco. Não nos deveremos porém pronunciar sobre o que ele deveria fazer em tal caso enquanto não se restabelecerem as relações legais do Conselho com esse estabelecimento de ensino. (...) No momento, a Escola está fora de nossa alçada, porque sua situação depende do parecer de uma comissão especial, nomeada pelo Governo, à revelia deste Conselho” (*DOU* de 9 de maio de 1933).

Na sessão do dia 29 de janeiro de 1934 (*DOU* 1 de novembro de 1934), um dos tópicos inscritos na ordem do dia era o relatório da comissão nomeada pelo ministro para estudar as condições e o regimento interno da Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemaniano. O fato de que alguns dos membros presentes ainda não fizessem parte do conselho na época da tempestuosa sessão em que a proposta de cassação acabou vitoriosa, facilitava a tática daqueles que procuravam minimizar a “derrota” do conselho perante o Governo Provisório.

Havia quem insistisse em atribuir ao prof. Miguel Couto a idéia da cassação, quando na verdade não fora ele o primeiro a propor a medida, ainda que a

proposta vencedora tivesse recebido sua chancela. Alegava-se ainda que o governo resolvera não cassar a equiparação por não dispor de recursos para custear o curso de emergência para os alunos da escola. Para “salvar a honra”, foi dito também que o ministro veio, mais tarde, solicitar ao conselho a sugestão de medidas adequadas para enfrentar o caso de diversos estabelecimentos de ensino cujas congregações se achavam constituídas de maneira muito irregular, quando, na verdade, esse era apenas um dos dados do “caso hahnemaniano”.

Por último, Eduardo Rabelo pede adiantamento de discussão do parecer relativo ao Regimento Interno. Isaías Alves então intervém, defendendo o trabalho realizado pela comissão especial nomeada pelo ministro.

“O Sr. Presidente – Vou, primeiro, submeter à discussão a preliminar. Se fica ou não adiada a discussão do regimento.

O Sr. Isaías Alves – Sr. Presidente, havendo a comissão designada pelo Sr. Ministro declarado que a escola (...) havia obedecido a todas as determinações do conselho e que, no momento atual, só existe a falha referente aos concursos, que estão realizando, não me parece que haja necessidade de adiar a discussão do regimento, porque a escola está, de acordo com o parecer da comissão, perfeitamente dentro da lei (...).

O Sr. Eduardo Rabelo – Sinto muito divergir do meu ilustre colega e também da comissão, de que faz parte o eminente professor Carneiro Felipe. Não tenho certeza se ela diz que a escola está cumprindo tudo. Se diz isso, tenho umas ressalvas a fazer a propósito do próprio regimento.

O Sr. Carneiro Felipe – A comissão trouxe ao conselho documentos que provam que a escola vai cumprindo as determinações do conselho.

O Sr. Eduardo Rabelo – Vou provar que não está cumprindo. Em parecer votado neste conselho, foi decidido que as cadeiras de homeopatia constituíssem um curso especializado. No regimento, porém, não foi obedecida essa determinação. Ainda mais, o conselho verificou que três conselheiros tinham sido eleitos por aclamação pela congregação da escola (...), que não tinha dois terços. Agora, solicitou à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro a realização de sete concursos, sem falar nesses três.

O Sr. Isaías Alves – Se realizar os sete concursos, ficam com o *quorum* bastante para realizar os outros três.

O Sr. Eduardo Rabelo – Ela tem que se conformar com o parecer do conselho.

O Sr. Isaías Alves – O conselho determinou que fizesse concurso fora dos seus muros até atingir o *quorum*.

O Sr. Eduardo Rabelo – Sem os três professores, não tem número. Deve realizar, fora, dez, e não sete concursos. Considera os três como líquidos, quando o conselho resolveu ao contrário.

O Sr. Teodoro Ramos – Quem elaborou o Regimento Interno?

O Sr. Eduardo Rabelo – Não se diz. Deve ser o Conselho Técnico-Administrativo. Acho um verdadeiro absurdo decidirmos isso.

O Sr. Cesário de Andrade – Já declarei, de outra vez, aqui, que, ao relatar o regimento, ignorava, por completo, a situação anterior da escola. Por isso que o assunto foi discutido em data muito anterior àquela em que veio o regimento.

O Sr. Marechal Marques da Cunha – Sr. Presidente, entendo que, tendo sido encaminhado ao conselho e à respectiva comissão o Regimento Interno, esta tem de formular o seu parecer. Da primeira vez em que a escola (...) enviou o seu regimento, o parecer foi contrário à sua aprovação, por não estar devidamente organizado. Volta agora o mesmo ao exame da comissão e penso que deve ser discutido. Se, de fato, a escola está em situação irregular, se apresenta, em seu regimento, condições em desacordo com o que decidiu o conselho em relação, por exemplo, às cadeiras de homeopatia, cabe-nos examinar tudo isso no momento da discussão.

O Sr. Teodoro Ramos – Inicialmente, o regimento foi organizado por quem não o podia fazer, pois a congregação estava irregularmente constituída.

O Sr. Marechal Marques da Cunha – Na ocasião em que se discutiu o primeiro parecer, a escola estava nas mesmas condições em que está hoje. No entanto, o parecer foi discutido.

O Sr. Guerra Blesmann – Foi dito, Sr. Presidente, que, não tendo a escola congregação regular, o regimento fora ilegalmente encaminhado ao conselho. Em julho de 1933, fui relator de um parecer sobre o regimento desse instituto, e devo declarar que viera, então, acompanhado de um ofício em que se dizia o seguinte: 'Tenho a honra de enviar a V.Exa. o Regimento Interno da escola (...), elaborado pelo Conselho Técnico-Administrativo desta escola, ouvida a congregação, para a aprovação do Conselho Nacional de Educação, como determina o artigo 13 do Decreto nº 20.179, de 6 julho de 1931'. À vista disso, a comissão elaborou parecer. Ao meu espírito, porém, surge uma dúvida: para as decisões das congregações, em alguns casos, como os concursos, são exigidos dois terços da totalidade dos seus membros, mas, para a aprovação de um regimento ou para outra medida qualquer a simples maioria não é suficiente? Para a eleição do Conselho Técnico-Administrativo basta a maioria, de modo que a única irregularidade que observo na apresentação desse regimento é ter sido simplesmente encaminhado sem a informação de que fora organizado pelo Conselho Técnico-Administrativo e aprovado pela congregação. Voto, assim, pelo adiamento da discussão, para que se saísse o regimento foi organizado de acordo com as determinações legais, acentuando que formulei o parecer de julho porque o ofício da Diretoria da Escola declarava que tinha sido elaborado de acordo com a lei". (Ver *DOU* de 1 de novembro de 1934.)

Evidentemente, o alinhamento de alguns membros com a proposta da comissão especial, bem como a aliança entre Rabelo, Teodoro Ramos, Cesário de Andrade e Guerra Blesmann, pressionando em favor do adiamento da discussão do parecer, não são fatos casuais. A referência contida na argumentação de Rabelo quanto à exigência, que não fora cumprida, de as cadeiras de homeopatia se tornarem disciplinas especiais esclarece apenas quais os motivos corporativos que pesaram por ocasião da cassação. Rabelo, Cesário e Guerra Blesmann são professores das faculdades de medicina oficiais – respectivamente do Rio de Janeiro, da Bahia e do Rio Grande do Sul –, todas elas de orientação alopática e, portanto, interessadas em liquidar com um instituto livre de orientação abertamente homeopática.

Esse ponto, todavia, não dá conta do móvel central da discussão. Apenas esclarece o grau de envolvimento com a matéria por parte dos diversos membros do conselho. Por trás das exigências legais referidas na discussão permanece o

intuito de encontrar uma fórmula capaz de adiar a validação das medidas excepcionais de “normalização” tomadas pelo governo à revelia da decisão votada pela maioria do conselho. Se o sentido efetivo da fala do marechal é assumir que o conselho sofreu uma derrota, a preocupação de Guerra Blessmann é minimizar a “gravidade” da situação, antepondo elementos formais ao prosseguimento da discussão. O presidente do conselho prefere submeter à consideração do conselho o adiamento da discussão, “nos termos da proposta do prof. Blessmann”, e não nos termos muito menos eufemizados de Rabelo. Blessmann acaba vitorioso.

A interferência do Executivo desconsiderando as decisões tomadas pelo conselho ocorreu também em outras oportunidades. Em 1931, a Escola de Direito do Rio de Janeiro requereu inspeção preliminar. Esta lhe foi negada pelo parecer da Comissão de Ensino Superior do CNE em 1932, quando integravam essa subcomissão os profs. Porchat, Leitão da Cunha e Teodoro Ramos. Em plenário, prevaleceu a tendência de solicitar maiores esclarecimentos ao inspetor, ainda que o referido parecer estivesse fundado em relatório de sua autoria. Colocado em votação, houve empate, e o então presidente, prof. Aloísio de Castro, desempatou em favor do parecer.

Tempos depois, a escola recorreu dessa decisão dirigindo-se diretamente ao Governo Provisório, que em abril de 1932 mandou que “os papéis voltassem ao ministro para nomear uma comissão idônea a fim de examinar as condições de funcionamento da escola e verificar se estava de conformidade com a lei do ensino”. Dando cumprimento a esse despacho, o ministro nomeou uma comissão composta pelos Srs. Alceu Amoroso Lima, Chermont de Miranda e Otávio Botafogo, cujo parecer confirmava o “acerto da decisão do CNE”. Diante disso, Vargas negou provimento ao recurso. Em fevereiro de 1933, o corpo discente da escola interpôs um segundo recurso contra a decisão do CNE e pleiteou nova inspeção.

Embora estivesse a par dos impedimentos legais, conforme lhe informara o ministro, Vargas devolveu os papéis ao ministério. Nesse ínterim, um funcionário da Diretoria de Educação sugeriu a nomeação de um delegado “para proceder a rigorosa inspeção no instituto”, obtendo o assentimento de outros funcionários e do próprio ministro. Este, alegando estar cumprindo determinação de Vargas, acabou designando, em março, os Srs. Gilberto Paranhos, Antônio Tavares Bastos e João Teixeira de Carvalho Filho, sendo este último o inspetor cujos pareceres favoráveis à escola tinham sido repelidos pelo conselho. A nova “fiscalização” realiza-se de abril a novembro de 1933, e o resultado do relatório que a comissão responsável por ela apresenta é “uma ampla defesa da escola”, buscando invalidar o relatório da primeira comissão. O parecer lido na sessão de 1º de fevereiro de 1934 sugere que o CNE confirme sua deliberação anterior, negando inspeção preliminar à escola em questão.

Esse caso qualifica muito bem os principais agentes envolvidos no andamento das matérias cujo poder decisório, em princípio, caberia ao CNE. São eles o Executivo, com todas as suas ramificações e extensões nos diversos graus da hierarquia burocrática, a começar pelo próprio ministro, funcionários, inspetores, pelegos; os institutos de ensino, cujas demandas não atendidas sempre podem tomar a via do trânsito paralelo às instâncias oficiais, produzindo os conflitos de “alçada” em torno dos quais se defrontam os diversos grupos de interesse; e corporações dispostas de um mandato burocrático. Tais agentes, no limite, travam uma luta continuada pela extensão dos espaços políticos que ocupam e pelo reforço de seu poder relativo.

Mas o conflito interno não se esgota nas lutas entre ramos de ensino e tipos de formação que propiciam. Para inúmeros conselheiros, e em especial no entender das mais antigas figuras da burocracia universitária (Porchat, Leitão da Cunha, Amazonas etc.), o projeto de reforçar o conselho tem como pano de fundo a estratégia de que uma tal instância decisória representa, na conjuntura política, um espaço onde repercutem os interesses dos estados mais fortes recém-alijados do poder federal. A legitimidade dessa estratégia consiste em veicular os interesses dominantes ao nível estadual, traduzindo-os para o campo de luta específico em que opera o conselho, onde esse projeto se converte na defesa de uma organização estadual autônoma do sistema de ensino. E pelo menos no caso de São Paulo, não se pode dizer que não tenham tido êxito.

O fato de a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ter sido fundada após a reforma do ensino superior – mas antes de sua implantação em outros estados e mesmo na então capital federal – lhe permitiu adotar um perfil institucional, com tudo que isso implica em termos de áreas de ensino, de recrutamento de docentes, de posicionamento e peso das diversas áreas (e sobretudo da Faculdade de Educação), e mesmo de produção intelectual e científica, que certamente teria sido distinto caso tivesse que obedecer a um modelo plasmado pelo Executivo. Quanto mais não fosse, a implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ocorreu numa conjuntura política de transição, quando a burocracia estatal ainda não havia imposto sua hegemonia nesse campo.

B) *Autonomia estadual versus unificação ‘nacional’*

Fora o presidente do conselho que suscitara a questão na sessão de 3 de fevereiro de 1934: “(...) estando em projeto a organização de várias universidades estaduais, como sejam as de Recife, Bahia, Porto Alegre e São Paulo, resolvi nomear uma comissão de representantes das mesmas, a fim de que se definam alguns pontos estatutários que, em função da realidade administrativa, devem ser, tanto quanto possível, padronizados a um modelo que contente a todas, principalmente no que diz respeito às variantes regionais. Vejo que as variantes

admitidas pelo estatuto das Universidades Brasileiras não têm um mínimo nem um máximo. Decidi mais que essa comissão fosse tirada do próprio Conselho” (*DOU* de 19 de novembro de 1934).

Mesmo sendo de iniciativa do presidente do conselho, homem e cargo de confiança do ministro e, por extensão, do Poder Executivo, tal proposta constituía um recuo à posição que o governo firmara desde 1931, através do referido estatuto, e que consolidara em disposições posteriores.

Nos termos do Decreto nº 19.851, eram dois os requisitos essenciais para o cargo de reitor: ser brasileiro nato e pertencer ao professorado superior. No caso das universidades estaduais, o reitor deveria ser nomeado pelo governo estadual, “devendo a escolha recair em nome constante de uma lista tríplice, organizada em votação unânime pelo Conselho Universitário”, com um mandato de três anos, findos os quais poderia ser reconduzido, contanto que tivesse sido novamente incluído na lista tríplice. Pelo artigo 17 do mesmo decreto, “a escolha do reitor nas universidades equiparadas será regulada por esses estatutos, dependendo, porém, a posse efetiva no cargo, de prévio assentimento do Ministro da Educação e Saúde Pública, que poderá vetar a nomeação quando o candidato não oferecer garantias ao desempenho de tão altas funções”.

Quanto à administração dos institutos universitários, o parágrafo único admitia, para os institutos das universidades estaduais e livres, “variantes estabelecidas nos respectivos regulamentos, no que respeita à existência do conselho técnico-administrativo, à investidura do diretor e à constituição da Congregação”. No artigo seguinte, estipulava-se que o cargo de diretor dos institutos universitários seria “nomeado pelo Governo, que o escolherá de uma lista tríplice na qual serão incluídos os nomes de dois professores catedráticos, eleitos por votação uninominal pela respectiva Congregação, e o de outro professor do mesmo Instituto, eleito pelo Conselho Universitário”. No essencial, as negociações para a montagem das listas deveriam ocorrer no interior dos órgãos máximos da direção universitária, ou seja, caberia à cúpula do magistério superior a indicação dos detentores do poder em seu próprio campo de atuação.

O Decreto nº 22.579, de 27 de março de 1933, introduziu mudanças substanciais. Em seu artigo segundo, após definir o que se deveria entender por universidades estaduais, atribuía a elaboração de seus estatutos aos Conselhos Universitários, podendo ser revistos pelos respectivos governos estaduais e estando sujeitos à consideração do ministro da Educação e Saúde Pública “para a sua aprovação, com as modificações e restrições que se tornarem necessárias”. No caso das universidades livres, a faculdade de revisão dos estatutos caberia ao Conselho Nacional de Educação e, da mesma forma, estariam submetidos à consideração ministerial para aprovação final.

Pelo artigo quinto, as universidades estaduais e livres deveriam obedecer “às leis e aos regulamentos que estabelecem a organização e o funcionamento da Universidade do Rio de Janeiro”, enquanto não tivessem seus respectivos estatutos aprovados. Enfim, pelo inciso primeiro do mesmo artigo, introduzia-se uma modificação de peso: “Nas universidades estaduais, entretanto, as nomeações do Reitor e dos diretores dos institutos universitários serão de livre escolha do presidente do Estado, em comissão, devendo o Reitor ser brasileiro nato, pertencer ao professorado superior ou ser pessoa de notável capacidade, e os diretores, brasileiros natos, professores nos respectivos institutos ou pessoas de notável capacidade”.

O que fora aberto à participação do corpo docente por intermédio de seus órgãos internos de representação e decisão, passa exclusivamente ao alvitre do governo central, através de seus prepostos estaduais, os interventores. Esses nem mesmo estavam obrigados a pinçar seus preferidos junto ao corpo docente da universidade, bastando que pertencessem ao professorado superior ou que fossem “pessoas de notável capacidade”. Esse decreto significava praticamente uma ingerência direta, uma possibilidade de virtual intervenção do governo central no âmbito do aparelho universitário, podando as veleidades de autonomia a que o decreto de 1931 havia dado alento⁸.

O Decreto nº 22.579, de 27 de março de 1933, coincidia com o momento de crise aguda por que passavam algumas das principais interventorias, em face do próximo prélio eleitoral. Ele foi promulgado um mês e meio após o general Waldomiro Castilho de Lima ter conseguido passar de governador militar a interventor em São Paulo, e dois meses antes da vitória esmagadora da frente única oligárquica nas eleições para a Constituinte. Contudo, a partir de agosto de 1933, Armando de Sales Oliveira se torna interventor paulista, tomando a peito o trabalho de reunificar as diversas frações oligárquicas e reorganizar os principais aparelhos ideológicos estaduais, dentre os quais a Universidade de São Paulo. Recebera tal mandato do Governo Provisório, que enxergava nele o mediador capaz de “cimentar” os diversos grupos oligárquicos e passar a borracha nos acontecimentos de 1932. Nesse contexto, é quase certo que tenha exercido pressões no sentido de ampliar a autonomia política e administrativa da universidade estadual.

O Decreto nº 24.279, de 22 de maio de 1932, resultante das propostas encaminhadas pela subcomissão do Conselho Nacional de Educação, que havia sido acionada desde fevereiro do mesmo ano, veio sem dúvida dar corpo às demandas do novo interventor. Seu rápido encaminhamento pelos diversos escalões federais contou com o beneplácito de uma conjuntura política extremamente propícia ao teor das medidas aprovadas. Afora o fato de que o novo interventor era cria dos grupos dirigentes estaduais, dentre os quais os Mesquitas, seus parentes – que haviam conseguido levar a cabo o projeto de uma Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras, no âmbito da universidade estadual – a discussão da matéria no Conselho Nacional de Educação correu paralela aos debates travados na Assembléia Constituinte. Por todas essas razões, as medidas constantes desse último decreto se inscreviam na linha de soerguimento do ideário federalista, cujo renascer vinha, por sua vez, expressar a reconstituição do bloco oligárquico. Afinal, também em fevereiro de 1934, a reunificação oligárquica se consolidava com a fundação do Partido Constitucionalista, que venceria o PRP nas eleições estaduais de outubro do mesmo ano.

O cerne da proposta resultante dos trabalhos da comissão altera precisamente o artigo terceiro do Decreto nº 19.851 de 11 de março de 1931: “(...) o primeiro ponto em que a Comissão se afastou da legislação em vigor é referente à escolha do reitor; o segundo, à escolha dos diretores das Faculdades estaduais (...)” (DOU de 11 de janeiro de 1935 – sessão de 20 de fevereiro de 1934). Sem fazer qualquer alusão ao decreto “intervencionista” de 1933, a comissão, com efeito, reivindicava que o reitor e os diretores devessem pertencer ao professorado superior da Universidade, cujos mandatos seriam equiparados ao de três anos instituído para as universidades federais. A modificação substantiva dizia respeito ao requisito corporativo que voltava a ser exigido para o preenchimento do cargo, ainda que os órgãos internos do aparelho universitário continuassem sem ter voz ativa no processo de escolha. Em outras palavras, a exigência de “pertencer ao quadro dos professores catedráticos de qualquer dos institutos da Universidade (estadual ou livre)” não devolvia ao corpo docente a iniciativa da indicação.

Eis as mudanças introduzidas no artigo sexto, parágrafo único, que relaciona os requisitos essenciais para o cargo de reitor: “a) ser brasileiro nato; b) pertencer ao quadro de professores catedráticos de qualquer dos institutos da Universidade”. Artigo sétimo: “O reitor será de nomeação do governo estadual, que o escolherá livremente entre os professores catedráticos dos institutos”, o mesmo ocorrendo com a escolha dos diretores dos diversos institutos. Nos casos das universidades livres equiparadas, a comissão propõe que tanto o reitor como os diretores de institutos sejam nomeados pela associação ou fundação mantenedora da universidade, devendo a sua escolha e o seu mandato serem regulados nos estatutos da universidade. Finalmente, o parágrafo segundo do artigo nono faculta ao governo estadual “incluir no Conselho Universitário representantes de caráter técnico e científico (...) cujo número não poderá, porém, exceder de 1/5 da totalidade dos outros membros do Conselho Universitário”.

De fato, o recuo do governo central em relação às posições que firmara através do Decreto nº 22.579, de 27 de março de 1933, se traduz, de um lado, pela restrição dos *papabili* à categoria dos professores catedráticos, exigência que aparece pela primeira vez no âmbito legal e, de outro, pela extensão do poder de ingerência do governo estadual, que passa a dispor de uma representação própria no interior do Conselho Universitário, a despeito da fórmula vaga que qualifica tais representantes como sendo de “caráter técnico e científico”.

CARGO REITOR	UNIVERSIDADES ESTADUAIS			
	REQUISITOS	INSTÂNCIA DE INDICAÇÃO	INSTÂNCIA DE NOMEAÇÃO	INSTÂNCIA DE VALIDAÇÃO
Decreto nº 19.851 (11/04/1931)	a) brasileiro nato b) pertencer ao professorado superior	Conselho Universitário (lista triplíce)	governo estadual	não há
Decreto nº 22.579 (27/03/1933)	a) brasileiro nato b) pertencer ao professorado superior ou pessoa de notável capacidade.	não há	livre escolha do presidente do estado	não há
Decreto nº 24.279 (22/05/1934)	a) brasileiro nato b) pertencer ao quadro de professores catedráticos de qualquer dos inst. universit.	não há	governo estadual	não há

UNIVERSIDADES LIVRES

Decreto nº 19.851 (11/04/1931)	as mesmas das estaduais	estatutos próprios	estatutos próprios	ministro da Educação e Saúde Pública
Decreto nº 22.579 (27/03/1933)	não faz menção	não faz menção	não faz menção	não faz menção
Decreto nº 24.279 (22/05/1934)	as mesmas das estaduais	não há	associação ou fundação mantenedora	não há

Na discussão havida no conselho, tanto o presidente em exercício como os demais integrantes da comissão, todos eles catedráticos, defenderam a primeira modificação nos seguintes termos: “A proposta exige apenas que seja brasileiro nato e pertença ao quadro de professores catedráticos de qualquer instituto da Universidade. As modificações introduzidas, portanto, foram no sentido de tornar mais liberal, mais ampla, a escolha do reitor ou diretor”. De fato, o ponto crucial da questão está contido na fala com que o prof. Teodoro apressa a votação da proposta: “Como representante das Escolas estaduais, depois de ter feito parte de uma comissão nomeada há 15 dias pelo Sr. Ministro, estou explicando em que ponto esse projeto difere da legislação vigente (...) apenas difere em dois pontos. O Sr. Ministro acaba de afirmar que haverá conveniência do Conselho discutir e votar a matéria. O Sr. *Interventor no Estado de São Paulo não está, absolutamente, procurando fazer pressões sobre o Conselho*” (grifo meu, *Id.*, *ibid.*, DOU de 11 de novembro de 1935). A proposta de regulamentação do artigo terceiro do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, na parte referente às universidades estaduais e livres, é aprovada, dando origem ao Decreto nº 24.279 de 22 de maio de 1934.

C) *Ensino “público” versus ensino “privado”*

Uma das modalidades com que a luta interna se manifesta é através do confronto ensino público *versus* ensino privado, sob a capa de “prerrogativas do ensino livre”, que os pareceres das subcomissões convertem em “regalias dos estabelecimentos livres”, utilizando o linguajar daqueles que falam em nome do próprio Estado e, por esse expediente, buscam impor como legítimos os padrões seguidos pelos estabelecimentos “oficiais”.

O peso relativo da autoridade conferida ao conselho no processo de unificação do sistema de ensino envolve o grau de autonomia de que deve dispor a rede privada de ensino. É tal a ênfase com que voltam à baila os problemas referentes aos chamados institutos livres de ensino, que por vezes tem-se a impressão de que o próprio conselho foi criado para se pronunciar a respeito dos parágrafos dos decretos oficiais relativos ao ensino particular. Em outras ocasiões, o interesse com que se discute tal questão envereda pela preocupação com o “nível” e a “qualidade” de ensino nesses estabelecimentos⁹.

O padre Franca, por exemplo, está quase sempre empenhado em abrandar as exigências postas ao reconhecimento e à equiparação, ao passo que o rigor na verificação das exigências técnicas e legais e o excesso de zelo da parte de outros membros do conselho deixam clara a pretensão de sujeitar esses estabelecimentos aos paradigmas que o Estado vai aos poucos instituindo. Quando está em jogo a orientação ou a “filosofia” educacional a ser tomada como exemplo, o padre Franca tende a defender os interesses do ensino “privado”, de suas “regalias”, associando ao ensino particular a capacidade de “iniciativa” e de “inovação”. Mas quando se depara com obstáculos legais, tende a invocar a “situação” concreta do

país como empecilho para a aplicação dos modelos “oficiais”. Assim, dependendo da questão em pauta, numa mesma sessão e até no curso de uma discussão, o padre Franca pode passar de uma posição eminentemente “idealista” a uma postura que assume os ares do “realismo” mais candente.

Na décima sessão da primeira reunião, realizada a 22 de abril de 1936 (*DOU* de 25 de junho de 1936), a Comissão de Legislação e Consultas apresenta seu parecer a respeito de uma proposta sobre cursos complementares, encaminhada pelo Sr. Carlos Drummond de Andrade, então respondendo pelo expediente da Diretoria Nacional de Educação. Drummond sugere que, diante da impossibilidade de os estabelecimentos de ensino secundário poderem concorrer com os institutos superiores de ensino na criação e organização dos chamados cursos complementares, fato facilmente constatável através do pequeno número de pedidos de inspeção feitos pelos primeiros, os cursos complementares “já organizados ou em vias de organização nos estabelecimentos de ensino superior da Capital Federal, mantidos pela União e congregados em universidades ou isolados, passem a subordinar-se imediatamente ao Colégio Pedro II, cuja congregação e diretoria exercerão sobre eles ação administrativa e didática”. Os cursos complementares mantidos pelos institutos superiores isolados e equiparados seriam subordinados “à Inspeção Geral do Ensino Secundário”. Sugere a elevação em 50% das contribuições e taxas devidas pelos alunos que se matricularem nos cursos complementares das escolas superiores, para que se voltem de preferência para “o ensino secundário, ministrado pelos ginásios”. Sugere ainda a “necessidade de estabelecer, a título precário, uma modalidade de curso complementar, ligada à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, ainda não instalada”.

Rejeitando a primeira parte das sugestões por não encontrar amparo legal, o autor do parecer prende-se à discussão do último ponto, que toca na principal questão pendente no âmbito do ensino superior. Refere-se, em seguida, à contradição constante da proposta de Drummond que, de um lado, sugere medidas visando cercear a criação dos cursos complementares nos institutos superiores; de outro, recomenda a instalação do mesmo curso nas faculdades de filosofia em vias de implantação. Algumas sessões adiante, o parecer entra em discussão. A primeira tomada de posição é expressa por Alceu Amoroso Lima.

“O Sr. Amoroso Lima – (...) Parece-me que as considerações feitas pelo atual encarregado do expediente da Diretoria Nacional de Educação têm procedência quanto ao desvirtuamento que se observa no tocante aos cursos complementares, que devem pertencer, por sua natureza, ao ciclo secundário, constituído este, segundo determina a lei, por dois turnos: o fundamental e o complementar (...). Há dois pontos, entretanto, que poderiam justificar um aditamento ao parecer, porque não contrariam a doutrina expendida no mesmo (...) é um fato também que, atualmente, a grande maioria dos estabelecimentos de ensino secundário, mesmo preenchendo as condições exigidas por lei para instalação de seus cursos complementares, não o pode fazer porque o decreto estabelece taxas de todo o modo proibitivas e muitos e muitos institutos de vários pontos do Brasil que a princípio (...) tentaram estabelecer tais cursos, tiveram, depois, de recuar (...) havendo interesse em que, realmente, se estenda cada vez mais a possibilidade dos estabelecimentos de ensino secundário

organizarem cursos complementares, para que não haja, primeiro, superlotação nas escolas superiores, e segundo, para que o ensino complementar fique onde deve estar, isto é, nos estabelecimentos de ensino secundário, haverá, a meu ver, toda a vantagem em se aliviar (...) a conveniência da redução das taxas cobradas para inspeção, tanto mais quanto os próprios inspetores federais junto a esses estabelecimentos podem, perfeitamente, mediante uma pequena gratificação, fiscalizar também os cursos complementares, sem haver necessidade de designação de novos funcionários (...). Sustenta o referido diretor que o ensino complementar não deve estar, senão transitoriamente, ligado às escolas superiores, isso em benefício do próprio ensino superior, e propõe, não a criação de um curso anexo, complementar, a uma faculdade inexistente (...) mas a criação, nos próprios estabelecimentos de ensino secundário que já tiverem curso complementar nos institutos de ensino superior nas mesmas condições daquela quarta classe de curso complementar, de adaptação à futura Faculdade de Educação, Ciências e Letras, porque, se assim não o fizer, quando for criada a aludida Faculdade (seja uma só, conforme estabelece o Decreto nº 19.851, ou duas, como quer a proposta do Sr. Ministro, atualmente na Câmara), não haverá alunos para a mesma (...) hoje em dia, há apenas três classes: de Medicina, Direito e Engenharia. Falta a quarta classe, que ainda não está organizada e cujo programa não está feito.”

Adiante, Aníbal Freire alega dificuldades de toda ordem e atribui ao próprio ministro a decisão quanto à oportunidade de criação da quarta classe do curso complementar. Amoroso Lima retruca, suscitando o conselho a não abrir mão do direito de julgar a oportunidade de instalação dessas classes de curso complementar. Se assim o fizesse, estaria em contradição consigo mesmo, uma vez que, por várias vezes, tem feito apelos ao Sr. Ministro para que transforme num fato a constituição da Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Embora a postura de Amoroso Lima contenha reparos à proposta ministerial, ele chama a atenção de seus pares para o que está em jogo no parecer em discussão, a saber, a criação das faculdades de filosofia, ciências e letras. De qualquer maneira, as sugestões de Alceu não coincidem com as de Drummond, a não ser quanto à inadequação de os cursos complementares ficarem a cargo dos institutos superiores. Drummond sugere que passem à jurisdição administrativa e didática do estabelecimento oficial padrão (o Colégio Pedro II) e das instâncias burocráticas às quais o ensino secundário encontra-se afeto. Alceu enxerga tal solução como uma ameaça de esvaziamento do ensino secundário particular, e, nesse espaço, do seu principal ocupante, o ensino particular confessional.

No limite, a possibilidade de instalar as quatro classes do curso complementar constitui a melhor garantia de controle no encaminhamento dos candidatos ao ensino superior. Vale dizer, assegurar o monopólio dos cursos complementares ao nível dos estabelecimentos de ensino secundário significa preservar a interferência da Igreja no recrutamento e na repartição dos agentes destinados ao ensino superior, mantendo assim sua presença no trabalho de formação da classe dirigente. No andamento da discussão, os interesses aparecem em contornos mais nitidos.

“O Sr. Marques da Cunha – (...) Sr. presidente, com relação aos dois primeiros itens, estou inteiramente de acordo com a conclusão do parecer, rejeitando a indicação. O último item refere-se à

majoração das taxas. Considero um dos maiores absurdos pensarmos em majorar taxas quando nos países mais adiantados do mundo se tende para a plena gratuidade do ensino. O México, por exemplo, vem de decretar o ensino gratuito primário, secundário e superior.

O Sr. Amoroso Lima – Mas com uma finalidade muito perigosa: a da absorção do ensino particular.

O Sr. Marques da Cunha – Mas na França a tendência para a gratuidade é a mesma (...)."

O presidente do conselho passa à leitura da proposta Amoroso Lima, quando intervém o conselheiro Azevedo Amaral. Após passar em revista as dificuldades operacionais de se manter os cursos complementares anexos às escolas superiores, manifesta seu apoio às sugestões de Alceu, e, sobretudo, investe contra a possibilidade de que os cursos complementares venham a submeter-se ao "controle didático da Congregação do Colégio Pedro II". Conclui sua fala manifestando-se favorável ao desdobramento da primitiva Faculdade de Educação, Ciências e Letras em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Educação, segundo o modelo instituído na Universidade de São Paulo.

A intervenção seguinte, de Leitão da Cunha, sublinha o caráter transitório das disposições legais que abriam a alternativa de os cursos complementares se organizarem anexos aos institutos superiores federais e equiparados. De maneira habilidosa, investe com esse argumento contra os princípios que vinham sendo sustentados pela proposta de Amoroso Lima.

"O Sr. Leitão da Cunha – (...) A circunstância do curso complementar funcionar num instituto superior não importa, absolutamente, em que ele se desvirtue da sua finalidade e o inconveniente resultante do aumento do número de alunos, embora a capacidade material do instituto de um modo absoluto não cresça, não há nisso uma infração do dispositivo constitucional, porque as matérias tratadas no curso complementar não são idênticas às que se estudam nos cursos superiores, e, além disso, a maioria (pelo menos é o que ocorre na Faculdade de Medicina) dos professores do curso complementar é estranha ao estabelecimento. De modo que a realização desse curso não sobrecarrega o corpo docente. Divirjo da opinião várias vezes divulgada pela imprensa de que todos os institutos de ensino secundário deveriam ter o curso complementar. Penso que somente deverão ter o curso complementar aquelas que estiverem em condições de o fazer eficientemente, quanto à instalação de material e sobretudo no que respeita à idoneidade do respectivo corpo docente. Por isso defendi no Conselho a necessidade de serem iniciados, desde já, os cursos complementares nos institutos superiores. Na Faculdade de Medicina, por exemplo, ele funciona desde 1º de abril, época em que não estava instalado em colégios secundários desta Capital (...). O entretenimento do curso complementar nos institutos superiores é de caráter temporário, masterá de durar o tempo necessário para que não se pernita o atropelo do ensino em estabelecimentos secundários incapazes de o ministrar proveitosamente."

Outros conselheiros manifestam-se favoráveis à orientação sustentada por Leitão da Cunha para que continuem funcionando os cursos complementares junto às escolas superiores.

"O Sr. Barros Terra – (...) À primeira vista, pode parecer que esses cursos deveriam ser realizados nos estabelecimentos de ensino secundário, visto como são complementares do mesmo, mas a grande

verdade é que aqueles que lecionam nos institutos de ensino superior, sobretudo ensinando as cadeiras do primeiro ano, sentem a falta de preparo, exatamente nas disciplinas do ciclo fundamental, com que chegam esses alunos à faculdade. Por isso, sempre entendi que a responsabilidade do ensino dessas disciplinas que vão ser necessárias ao estudo das diferentes matérias do curso de medicina (...) exigem o lecionamento do curso complementar nas escolas superiores (...). Como me bato, desde 1925, pela necessidade das escolas superiores ficarem com a responsabilidade do ensino das disciplinas que constituam o exame vestibular e que, agora, fazem parte desses cursos complementares, não posso deixar de manifestar-me no sentido de continuar-se nesse regime enquanto for isso necessário."

O Sr. Cesário de Andrade – (...) todas as nossas atenções convergem para a cidade do Rio de Janeiro e, talvez, com um pouco de benevolência, para o Estado de São Paulo. Daí a má compreensão que se tem dos intuitos dos estabelecimentos superiores que realizam cursos fundamentais. É evidente que os institutos de ensino secundário (...) está exuberantemente provado, não podem absolutamente atender a todos os estudantes que se candidatam à matrícula nos cursos superiores, por não possuírem instalações didáticas capazes de permitir o ensino eficiente das disciplinas do ciclo complementar. Ora, esse é o caso, por exemplo, da Bahia. Parece que, ali, apenas um instituto, o Ginásio do Estado, pretendeu organizar tal curso.

O Sr. Amoroso Lima – Na Bahia houve três ou quatro colégios, que desistiram, justamente, em virtude das taxas proibitivas cobradas pelo Governo.

O Sr. Cesário de Andrade – Dessa taxa proibitiva não têm culpa os institutos superiores.

O Sr. Amoroso Lima – Estamos prejudicando, com isso, o ensino no Brasil.

O Sr. Cesário de Andrade – Vê-se, pois, que a mera proposta, de aumento das taxas quanto aos institutos superiores, não terá nenhum valor prático. No dia em que os estabelecimentos de ensino secundário puderem ministrar (...) é claro que as próprias faculdades nenhum interesse terão em manter esses cursos (...) e também não me parece muito razoável que os institutos de ensino superior sejam colocados em condição de inferioridade para ministrar esse ensino."

A despeito de todos os argumentos que suscita, Cesário de Andrade acaba alinhando-se à proposta Amoroso Lima. Mas a intervenção seguinte esclarece de vez o móvel efetivo da luta entre as diversas facções que se fazem representar no interior do conselho.

"O Sr. Isaías Alves – (...) Teórica e praticamente, julgo que os colégios secundários devem ser a sede do curso complementar. Isso é indispensável e todos já o afirmaram (...). Quanto aos cursos complementares na Faculdade de Educação, não julgo, sejam eles absolutamente indispensáveis (...) porque, em qualquer tempo, todos os que terminaram o curso secundário fundamentalmente em 1934 poderão fazer exame vestibular à Faculdade de Educação. Nesse caso, se o Governo agora iniciasse o funcionamento da Faculdade, hoje mesmo poderia receber pedidos para exame de admissão ou vestibular. Nestas condições, o problema fundamental é instalar a Faculdade de Educação, como o Conselho acertadamente tem aconselhado (...). O motivo principal da minha oração era o de esclarecer de algum modo o pensamento do Sr. diretor-geral de Educação interino, que, realmente, desejava provocar a opinião do CNE, a fim de que o Sr. ministro se decidisse a iniciar essa obra (...). Esta assembléia, de acordo com as conclusões aqui sumariadas e completadas pela proposta apresentada pelo Sr. Conselheiro Amoroso Lima (...) ao Sr. ministro que, sem perda de tempo, realizou a lei de 1931, e inicia a obra de educação verdadeira, na formação de professores de ensino secundário, pois que a República Argentina já diplomou centenas deles enquanto o Brasil está esperando pela criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, na qual serão preparados tais professores. Estou de acordo, portanto, com as conclusões do parecer (...) e com o apêndice apresentado pelo Sr.

conselheiro Amoroso Lima, salientando que este é, aproximadamente, também, o pensamento do Sr. diretor-geral de Educação."

Enfim, o Conselho aprova, por unanimidade, o parecer da comissão, bem como as emendas propostas por Alceu. Uma delas, a de reduzir as taxas de inspeção estabelecidas para os estabelecimentos que possuírem o curso complementar. A outra, a de que se permita o quanto antes a instalação da modalidade de curso complementar destinado à preparação e matrícula na futura Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Conforme se depreende dos debates já transcritos, a questão da jurisdição mais adequada para a gestão desses cursos girava em torno de duas posturas básicas: a que defendia a continuidade desses cursos junto às escolas superiores oficiais e equiparadas e que sustentava a necessidade de sustar tal modalidade de implantação para que os estabelecimentos de ensino secundário pudessem ter condições de assumir esse novo encargo. O que estava efetivamente em jogo era saber se o monopólio e o controle do processo de preparação, seleção e recrutamento de futuros alunos deveriam passar às mãos do ensino superior e, por esta via, às mãos do próprio corpo de especialistas num determinado ramo (direito, medicina, engenharia, etc.), ou se tal poder deveria caber aos estabelecimentos de ensino secundário, quer dizer, ao ensino privado e, por esta via, aos interesses de seus principais mentores – a Igreja Católica, certas denominações protestantes e demais empresários particulares do ensino.

Todavia, quando a discussão desses tópicos envolve as condições de ingresso nas faculdades de filosofia, o encaminhamento da discussão tende a se radicalizar, na medida que ainda se encontra em aberto a disputa pelo poder de controle e gestão dessa nova área do ensino superior. Não se trata apenas de assegurar a presença dos interesses privados na concessão de serviços escolares, desta feita dos cursos complementares destinados ao encaminhamento de agentes para os ramos até então dominantes do ensino superior. Também não se discute quais os títulos e diplomas escolares válidos para o ingresso, ou então, as modalidades, os currículos e a formação tecnicamente adequados aos postulantes das novas áreas. Em outras palavras, não se trata de decidir quais os portadores de diplomas superiores que terão assegurado o direito de fazer valer o capital escolar já acumulado para o ingresso direto.

A questão básica pode ser qualificada em termos de luta pela reserva de um domínio cativo no mercado escolar. Do resultado dessa luta vão depender a composição social dessa nova fração da classe dirigente, a orientação ideológica e política de seus integrantes, mas sobretudo o peso relativo dos diversos grupos de interesse com capital investido no sistema de ensino. No limite, esses móveis concretos pelos quais se batem os diversos grupos de agentes até agora identificados poderão esclarecer, em medida muito mais ampla do que se pensa, os remanejamentos em curso no âmbito da classe dirigente.

Afinal, o principal móvel que permeia a luta entre facções na área educacional diz respeito à criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, já que o fato de assumir o controle dessa instituição poderá significar o controle também da instância de recrutamento, formação e consagração dos novos especialistas em condições de ocupar os cargos das carreiras recém-criadas no espaço da classe dirigente.

D) Tomadas de posição e filiação político-institucional

Entre 1932 e 1935, a corrente dominante no interior do conselho agrupa os representantes dos ramos até então hegemônicos no ensino superior – direito, medicina, engenharia –, que são também os porta-vozes das faculdades dominantes nas suas respectivas especialidades – as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, as Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, cuja aliança recebe quase sempre o apoio dos membros pertencentes às faculdades “periféricas” nos mesmos ramos ou afins (farmácia e odontologia) – Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estado do Rio de Janeiro etc. A outra corrente, que também tende a votar em bloco, agrupa os porta-vozes do ideário corporativista do feitiço centralizador e fundamente inspirado por doutrinas positivas: são os militares do conselho.

Delgado de Carvalho e Isaías Alves são educadores profissionais, professores na instituição modelo que é o Instituto de Educação do Rio de Janeiro e difusores das novas especialidades (as ciências sociais e a pedagogia de linha norte-americana de feitiço marcadamente psicologizante). Ambos encontram-se empenhados na ampliação da interferência e do monopólio do Estado nas diversas áreas do ensino e, portanto, se bem que por razões e ideologias distintas, identificados com as demais correntes, todas elas de acordo pelo menos com o projeto de centralização em curso, que se estende também à área educacional.

Os elementos cooptados para integrar o Conselho Nacional de Educação, muito embora possam divergir quanto ao grau de autonomia que se deve conceder por exemplo, à universidade, ao ensino particular, aos órgãos colegiados e ao corpo discente, movem-se num terreno comum: o espaço de poder sob a tutela do Estado, dentro de cujas fronteiras todos se sentem abrigados – quanto mais não fosse porque derivam daí tanto o seu sustento material, já que são todos funcionários graduados do Estado, como sua autoridade e prestígio.

É verdade que os conselheiros de maior peso no jogo de forças interno são as figuras consagradas em suas respectivas especialidades e que representam as faculdades hegemônicas nos ramos dominantes do ensino superior da época: Porchat (Direito de São Paulo), Leitão da Cunha (Medicina do Rio de Janeiro), Joaquim Amazonas (Direito de Recife). A autonomia de vóo institucional de que esses conselheiros desfrutam lhes permite, por vezes, assumir a liderança de

brecar as ingerências do governo central que consideram descabidas em matérias de alçada do conselho. Mas é verdade também que os interesses que sustentam, caso chegassem a prevalecer, teriam se constituído em óbices à diferenciação do ensino superior cujo projeto estava em marcha com a organização das faculdades de filosofia e educação.

Assim como o padre Franca desenvolve sua atuação em defesa sistemática do ensino privado – sobretudo das pretensões das escolas confessionais –, não é menos “paroquial” a participação dos membros do conselho cooptados nas novas “especialidades”, onde se incluem tanto representantes do grupo em ascensão de educadores profissionais, adeptos das orientações “modernas” tipo Dewey, como os burocratas graduados do Ministério da Educação. Tais elementos dispõem de uma formação especializada em algumas das novas áreas das ciências sociais, muitos deles com estágios no exterior (nos Estados Unidos sobretudo), tendo participado de alguma das reformas da instrução levadas a efeito em diversos estados do Brasil durante o final dos anos 20 e começo dos anos 30, em geral integrantes das associações de educadores profissionais da época. São militantes profissionais de uma nova espécie, cujo discurso está fundado em argumentos “técnicos”, tais como os indicadores da demanda e da oferta de serviços escolares: número de alunos por série, condições mínimas para instalações escolares, material escolar, currículos, condições de recrutamento, admissão, formação e aperfeiçoamento do corpo docente, regime de avaliação etc. Em suma, falam sempre em nome da educação e lutam por uma extensão de seu espaço no âmbito do Estado.

Por sua vez, os conselheiros cujo recrutamento resultou basicamente do mandato direto de representação dos interesses da burocracia governamental, empenhada em expandir e sofisticar os núcleos do ensino superior destinados à formação de novos quadros para a classe dirigente, são os mesmos que reivindicam a criação de órgãos técnicos capazes de valorizar o trabalho especializado que estão em condições de oferecer. Por conseguinte, acaba havendo uma coincidência entre seus interesses e a interferência crescente do Executivo nos assuntos relativos ao ensino.

ANEXO I

O material aqui utilizado são as atas relativas às sessões do conselho, registradas taquigraficamente na época e publicadas na íntegra no *Diário Oficial da União*. Com exceção das atas de 1933, sobre as quais há denúncias por parte dos próprios conselheiros de que teriam sido censuradas, entre 1931 e 1937 as atas foram publicadas integralmente e com regularidade; após essa data, isto é, com a instauração do Estado Novo, a publicação torna-se irregular e, o que é mais importante, limita-se à transcrição dos pareceres, muitas vezes incompletos, e do resultado das votações internas, deixando de publicar as discussões.

O material torna-se bastante precário, já que não mais se tem acesso às marcas que sinalizavam os diversos passos por que passavam os debates: a distribuição dos processos pelas subcomissões, a leitura integral dos pareceres emitidos, bem como das eventuais vozes e votos discordantes, a discussão propriamente dita em todas as suas minúcias (os encaminhamentos a favor ou contra, os aditamentos, os apartes, as interrupções, as tomadas de posição), e os demais expedientes que permitiam uma apreensão das alianças e conchavos.

A leitura dessas atas revelava as habilidades, a astúcia, ou, pelo contrário, as “grossuras” com que os conselheiros manuseavam o regimento interno, levantando questões-de-ordem, pedindo vistas de processos, invocando barreiras legais, recorrendo a artifícios de toda ordem. Era possível perceber o “jogo de cintura” característico, envolvendo desde os sinais aparentemente mais anódinos de deferência (as homenagens, as moções de louvor, os procedimentos de etiqueta, os elogios, as “farpas”), passando pela utilização dos trunfos disponíveis (a antiguidade no magistério universitário, o tempo de permanência em órgãos de direção universitária, em aparelhos do Estado), até os mais diferentes tipos de táticas para adiar uma discussão, apressá-la ou modificá-la. Neste processo, suscitava-se a intervenção de aliados potenciais, desqualificando os argumentos contrários, interpondo proposta de mediação, pedindo regime de urgência para discussão, para votação, exigindo lealdades, cobrando e saldando dívidas e compromissos.

Assim, é possível detectar as mudanças com que um dado conselheiro tece uma tomada de posição, os recursos técnicos, retóricos, afetivos, políticos e acadêmicos com que constrói seus argumentos no plano da exposição verbal, o

timing de suas respostas contra investidas inesperadas. Revelam-se as estratégias, que consistem em dividir o campo adversário, em “cimentar” o terreno dos aliados, bem como os recuos, as críticas, as agressões e as gentilezas. Torna-se manifesto todo o arsenal de recursos através dos quais cada conselheiro insensivelmente faz ver aos demais sua condição objetiva, o *status* e o peso relativo que atribui a si mesmo. Fica claro, também, como ao mesmo tempo, e com os mesmos atos e palavras, o conselheiro pode revelar as representações que possui, dizendo mais do que diria num parecer por escrito; dizendo menos do que diria numa conversa informal; completando por gestos, interjeições, impaciências, tonalidades de voz e marcação de fala os conteúdos que suas censuras conscientes conseguem silenciar. O conselheiro pode ainda simular dizer menos do que sua autoridade e competência lhe permitem, o que não passa de uma tática de dizer o que se quer sem dizer, de dizer por dizer, de dizer sem falar, de dizer sem dizer. Esta tática se traduz também no dizer muito mais do que se diria para dizer em lugar de outro que não pode fazê-lo.

Ausentar-se da sessão é outra forma de dizer sem falar. Há também as artimanhas de “queimar” partes do conteúdo de uma proposta para não ser derrotado, votar partes de um parecer, votar apenas a conclusão, votar em separado, votar com reservas, abster-se de votar. Utiliza-se ainda o expediente de sustar o andamento de um processo, desencavando antigos pareceres, aludindo a precedentes, exigindo prazos, deixando de comparecer a uma determinada sessão, sinalizando aliados e/ou inimigos externos ao conselho, invocando a história e as tradições do conselho em relação a determinadas matérias e questões, referindo-se abertamente a interesses pessoais para encobrir esses mesmos interesses, invocando instâncias, nomes e cargos alheios à discussão, recorrendo a argumentos de autoridade, de antiguidade, assumindo posturas e argumentos realistas para fazer passar questões de princípio, de poder, ou mobilizando argumentos idealistas para disfarçar questões estritamente positivas e técnicas.

Seria praticamente infundável a descrição de todas as práticas, atos e falas que estão contidos explicita e implicitamente nas atas transcritas pelo *Diário Oficial da União*. Decerto, a riqueza desse material se perderia no momento da transcrição e da publicação, caso não se tivessem preservado as marcas capazes de sinalizar as falas nessa ou naquela direção, com o registro, por exemplo, de algo muito semelhante a marcações teatrais: “fulano ausenta-se”, “o ministro interrompe”, “o ministro assume a direção dos trabalhos”, “beltrano acaba de chegar”. São indicações extremamente úteis para a apreensão do clima em que se desenvolvem as sessões. Tais indicações são capazes de fazer compreender até onde pode chegar um dado conselheiro em função de seu posicionamento institucional, de sua produção acadêmica, dos postos que ocupou nos aparelhos do ensino, da posição e do peso relativos das instâncias que representa, do ramo e grau de ensino a que pertence, em suma, de todas as propriedades sociais e institucionais que fazem dele um porta-voz mais ou menos autorizado, competente ou autônomo em relação ao Estado e ao próprio conselho.

Os interesses sociais a que um conselheiro se encontra filiado e que, em maior ou menor medida, explicam o peso e o poder relativo de um determinado membro no colegiado, são também responsáveis pela diferenciação interna, fazendo com que a voz e o voto de cada um no interior do conselho ostente as propriedades inerentes à posição que ocupa na hierarquia de poder, saber e competência, externa ao próprio conselho. É muito grande o peso das tomadas de posição de um Leitão da Cunha, de um Aníbal Freire (ministro da Fazenda na República Velha) ou de um Porchat, porta-vozes consagrados de disciplinas canônicas em ramos dominantes do ensino superior, inseridos de longa data nos aparelhos do Estado, ocupando posições de direção na cúpula universitária e multiposicionados no espaço da classe dirigente, dispondo de um capital de relações sociais que só se obtém ao cabo de toda uma carreira bem-sucedida na burocracia acadêmica, intelectuais orgânicos das frações e corporações da classe dirigente que representam, concentrando e monopolizando os indicadores mais inequívocos de consagração em seus respectivos campos de atuação. É inteiramente diverso o peso das tomadas de posição de um Almada Horta ou de um Barros Terra, representantes de faculdades “menores” e distantes dos centros acadêmicos hegemônicos* de ensino superior situados nos pontos mais baixos da hierarquia do saber acadêmico da época (farmácia, odontologia)**.

Nesse sentido, o registro taquigráfico conseguiu preservar todo um referencial que não se liga estritamente a uma dimensão discursiva, expressa na fala de seus membros convertida em texto corrido, esvaziado das propriedades inerentes à linguagem falada. Ao invés de reduzir a fala aos padrões de fatura usuais de um texto convencional, de onde tivessem sido extirpadas quaisquer ambigüidades e eliminados os traços da emissão verbal, tal modalidade de registro como que procedeu, sem o saber, a uma transcrição do *corpus* de feitio etnográfico, retendo certas dimensões das práticas sociais que outras formas de transcrição se dispensam de indicar.

* Os profs. Almada Horta e Barros Terra representam, respectivamente, a Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora (Instituto Livre de Ensino Superior) e a Faculdade Fluminense de Medicina, instituições “periféricas” às grandes escolas superiores da época. Os melhores exemplos de reivindicações de tipo “paroquial” que ocorrem no interior do Conselho tiveram neles seus porta-vozes. Ver, por exemplo, a Sessão de 2 de fevereiro de 1934 (DOU de 17 de novembro de 1934) quando Almada Horta consegue fazer passar uma proposta intermediária impedindo a cassação da equiparação de sua escola, ou então, a Sessão de 17 de abril de 1936 (DOU de 5 de julho de 1936), onde Barros Terra faz a defesa de sua faculdade.

** O curso de Farmácia era o de menor duração e ocupava o grau mais baixo na hierarquia dos cursos superiores da época.

NOTAS

1. Sobre o ideário católico no campo educacional, ver a obra de João Eduardo Rodrigues Villalobos. *Diretrizes e bases da educação: ensino e liberdade*. (São Paulo: Pioneira, 1969), cap. I, onde estabelece um sumário das tomadas de posição da Igreja. E também, os diversos artigos a respeito publicados na revista *A Ordem*, bem como o opúsculo de Leonardo Van Acker, *O Sr. Fernando de Azevedo, e sua sociologia aguda e do mais que lhe aconteceu*. (São Paulo: Edição do Centro Dom Vital, 1936). Para uma visão geral do período, consultar Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (São Paulo: Cia. E. d. Nacional, 2ª ed., 1944), parte terceira, cap. IV.

2. Entre 1931 e 1936, exerceram o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino (que em 1934, com a reforma administrativa do MES, tornou-se Diretoria Nacional de Educação), os seguintes nomes: prof. Aloísio de Castro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, até 10 de outubro de 1932; o militar Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, até 29 de dezembro de 1933; prof. Cândido Luís Maria de Oliveira Filho, catedrático de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e por um tempo reitor dessa mesma universidade, desde 3 de janeiro de 1934; prof. José Carneiro Felipe, ex-membro do Conselho Nacional do Ensino, assistente técnico do MES, por alguns meses em 1934, em caráter interino; prof. Teodoro Augusto Ramos, lente da Escola Politécnica de São Paulo, ex-secretário da Educação no estado de São Paulo, inspetor geral do ensino superior, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, desde 30 de julho de 1934; Paulo de Assis Ribeiro, alto funcionário do MES, desde 29 de março de 1935.

3. Isaias Alves de Almeida, nascido em 1888, era bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Bahia (1910); diretor do Colégio Ipiranga na Bahia, de 1911 a 1946; membro do Conselho Nacional de Educação de 1931 até 1961; secretário da Educação e Saúde do Estado da Bahia, entre 1938 e 1942; e diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, entre 1942 e 1961. Dados extraídos de Afrânio Coutinho, *Brasil e brasileiros de hoje*. (Rio de Janeiro: 1961), vol. I.

4. A respeito dos conflitos havidos no ensino confessional entre católicos e protestantes, consultar Fernando de Azevedo, "A transmissão da cultura", parte 3ª da 5ª edição da obra *A cultura brasileira* (São Paulo: Edições Melhoramentos/INL/MEC, 1976), caps. III e IV. No tocante à presença quantitativa do ensino confessional ao nível da educação secundária, consultar *Estatística intelectual do Brasil (1929)* (Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estatística, 1931 1ª vol.), bem como as listagens publicadas, por estado, pelo Ministério da Educação e Saúde durante os anos 30, no *Diário Oficial da União*. Em 1933, por terem sido eleitos para a Assembleia Constituinte, os conselheiros Miguel Couto, Leitão da Cunha e gal. João Simplicio são substituídos pelos profs. *Eduardo Rabelo*, da cadeira de epidemiologia e profilaxia da faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, onde logo depois viria a ser diretor; *Almada Horta*, diretor da Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora (instituto de ensino particular); e *José Carneiro Felipe*, professor da Escola Nacional de Química, assistente técnico do corpo de funcionários do Ministério da Educação e Saúde. Essas mudanças não chegam a alterar o perfil básico de composição do conselho, ainda que a presença de Carneiro Felipe se traduza, via de regra, em ganhos para as propostas encaminhadas pela burocracia interna do ministério, que nele encontra um defensor ardoroso da crescente delegação de poderes aos "técnicos" do ensino.

5. Ver a sessão de 28 de dezembro de 1936 (*DOU* de 28 de dezembro de 1937), na qual o conselheiro Beni Carvalho apresenta uma indicação para que o antigo Conselho Nacional de Educação "continue a funcionar [...] em tantas sessões quantas forem necessárias para elaborar o Plano Nacional de Educação, a ser submetido à apreciação do Poder Legislativo, nos termos do art. 152 da Constituição da República", alinhando uma série de argumentos de ordem jurídica. É interessante observar que essa indicação foi apresentada depois da fixação das listas tripartites para a composição do novo conselho. Após debates que quase desembocaram para a ofensa direta e para a denúncia de interesses pessoais que teriam sido lesados com a nova composição, a indicação é rejeitada por unanimidade.

6. Américo Jacobina Lacombe nasceu em 1909 no Rio de Janeiro, tendo sido professor secundário e um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica deste estado. Filho de dona Isabel Jacobina Lacombe, fundadora do Colégio Progresso no Rio de Janeiro, “rigorosamente estruturado nos melhores padrões ingleses, vigentes no crepúsculo do Segundo Império e no alvorecer da República”, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Muito jovem, secretariou Epitácio Pessoa na chefia da delegação brasileira à Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos. Na época em que cursava a Faculdade de Direito, esteve associado a um grupo de estudos que, de início, teve o nome de Centro Acadêmico Jurídico Utilitário (CAJU), mais tarde Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, responsável pela publicação de um boletim de estudos e de uma revista de debates, ao lado de outros jovens intelectuais católicos: Vicente Chermont de Miranda, San Tiago Dantas, Otávio de Faria, Antônio Galotti, Gilson Amado, Almir de Andrade, Hélio Viana, Thiers Martins Moreira, Plínio Doile, Deocleciano Martins de Oliveira, Clóvis Paulo da Rocha, Henrique de La Roque Almeida etc. Autor de diversos ensaios e estudos históricos, eis a trajetória que cumpriu no Ministério da Educação: por portaria de 1 de outubro de 1931, foi designado como auxiliar de gabinete do ministro; no mês seguinte, foi contratado para servir como secretário do Conselho Nacional de Educação, cargo para o qual foi confirmado por decreto de 18 de junho de 1934; por decreto de 22 de agosto de 1940, foi transferido do cargo de secretário do quadro suplementar do MES para o cargo da classe “K” da carreira de oficial administrativo. Dados extraídos de Afrânio Coutinho (org.), *Brasil e Brasileiros de Hoje*, *op. cit.*, e Américo Jacobina Lacombe, *Introdução ao estudo da História do Brasil* (São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973), vol. 350, da coleção Brasileira, em cuja direção sucedeu a Fernando de Azevedo.

7. O padre Franca tende a atuar como defensor intransigente das reivindicações das escolas confessionais católicas, e em especial do Colégio Santo Inácio, onde ele mesmo leciona; Isaías Alves faz o mesmo para os institutos particulares de ensino secundário em geral; Porchat em relação às demandas provenientes das escolas superiores de São Paulo; Cesário de Andrade em relação às escolas superiores da Bahia; e Guerra Blesmann e Samuel Libânio em relação, respectivamente, às faculdades e escolas gaúchas e mineiras.

8. A despeito do modelo corporativo em que se inspira a estrutura organizacional da universidade proposta na reforma do ensino superior, a exposição de motivos do ministro Francisco Campos, que acompanha o texto da reforma, adota com ressalvas o “critério da autonomia administrativa e didática”, além de delegar, como vimos, aos próprios órgãos internos do aparelho universitário, o direito de indicar os nomes para reitor e diretores de institutos. A referida exposição de motivos foi publicada no *Diário Oficial da União* de 15 de abril de 1931. Sobre o conflito de atribuições entre a União e os estados, consultar o parecer emitido por Francisco Campos a respeito do alcance dos poderes de que poderia dispor o Governo Provisório, contestado por Porchat e rejeitado no âmbito do CNE. Ver a sessão de 24 de abril de 1936 (*DOU* de 6 de julho de 1939).

9. Nenhum processo traz maiores esclarecimentos sobre essa questão do que o pedido de inspeção preliminar formulado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, pertencente à Associação Cristã de Moços. Dentre os inúmeros argumentos invocados a favor e contra a concessão – como a alegação de que as faculdades de direito privadas ameaçavam a “reserva de mercado” dos bacharéis “federais” –, o que está decididamente em jogo é o grau de ingerência do poder central, e mesmo sua legitimidade; de maneira mais geral, quais as instâncias na esfera do Estado e da sociedade civil que estão em condições de reivindicar a tutela das instituições de ensino superior. Nesse sentido, o núcleo da discussão refere-se à convicção no parecer produzido pelo CNE de que uma sociedade civil (no caso a Associação Cristã de Moços) “não pode manter um curso de ensino superior”. Ver o *Diário Oficial da União*, dias 6, 13 e 30 de julho de 1937.

A POLÍTICA EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DA
FORÇA DE TRABALHO INDUSTRIAL NA ERA DE
VARGAS

Luís Antônio Cunha

A reconstituição da política educacional do Estado na era de Vargas não recebeu, ainda, dos analistas, a atenção merecida pela importância que teve nas transformações do pensamento e da prática educacionais no Brasil. Infelizmente, não se dispõe, para o período 1930/45, de nenhuma pesquisa do porte da realizada por Jorge Nagle sobre a educação na Primeira República¹. Conta-se, é certo, com partes de estudos históricos mais gerais, que não se detêm especialmente nesse período²; com estudos que focalizam momentos especiais do mesmo³; ou que se detêm na análise de um grau específico de ensino⁴. No que diz respeito à formação da força de trabalho, especialmente a destinada à indústria, é preciso contar, ainda, com a pesquisa tão pioneira quanto amadora de Celso Suckow da Fonseca⁵.

Levando em conta essa lacuna no estudo histórico da educação escolar no Brasil – e procurando contribuir para suprimi-la, – vou reconstruir, neste texto, a política educacional do Estado, no período 1930/45, e o lugar que a formação da força de trabalho ocupa nesta política, destacando as medidas voltadas para os trabalhadores diretos, particularmente os empregados ou empregáveis na indústria. Como política educacional do Estado entendo, aqui, o conjunto de medidas tomadas (ou apenas formuladas) pela sociedade política que dizem respeito ao aparelho de ensino (propriamente escolar e não), visando a reprodução da força de trabalho e dos intelectuais (em sentido amplo), a regulação dos requisitos educacionais e a inculcação da ideologia dominante. A ênfase que darei às medidas voltadas para a formação da força de trabalho industrial justifica-se por ter sido neste âmbito que surgiram maiores novidades e esforços significativos, bem como pelos efeitos duradouros da política varguista. Enquanto a estrutura e os diversos elementos da política educacional do período foram dissolvidos por políticas alternativas posteriores, o sistema de formação de operários criado em 1942, dirigido pelo SENAI, permanece em pleno vigor. Além do mais, ele serviu de modelo, ainda na década de 40, para o sistema de formação de trabalhadores que se dirigem ao setor de comércio e serviços (SENAC) e, já na década de 70, para a formação de trabalhadores agrícolas (SENAR).

Preliminares da Política Educacional

O governo instituído pela Revolução de 1930 não tinha propriamente um projeto educacional a ser desenvolvido. Poucas e fragmentadas eram as referên-

cias, no seu programa, à questão educacional e à formação da força de trabalho. O ensino secundário e o superior, segmentos do aparelho escolar destinados à educação das elites, mereceram todo um item da plataforma. Para o ensino superior reivindicava-se “liberdade didática e administrativa”, a organização de “universidades autônomas”, como a de Minas Gerais, e a instituição de cursos profissionais fora da trincadireito-medicina-engenharia. Para o ensino secundário não se pedia mais do que “arejamento” e “atualização” de métodos e disciplinas. A educação aparece, também, no item referente à “questão social”. Dizia-se aí que o proletariado urbano e rural necessitava de “dispositivos tutelares”, entre os quais a educação e a instrução, particularmente as ministradas pelas escolas técnico-industriais e agrárias. Ao longo do texto da plataforma clamava-se pela “valorização do homem pela educação e pela higiene”. Para esse propósito, dizia-se ser inadiável a criação de um ministério que estendesse sua “ação benéfica” sobre a instrução, a educação e o saneamento de todo o país.

Projetos educacionais não faltavam no país. Alguns deputados, insistiam na necessidade de ampliar a instrução técnica do povo, chegando, no caso de Fidélis Reis, a propor, em 1922, a obrigatoriedade do ensino profissional para todos, ricos e pobres. Num outro extremo, um grupo de estudantes cariocas tinha estado, em 1929, em Porto Alegre, tentando convencer Vargas a incluir no programa da Aliança a Carta de Córdoba, sobre reforma universitária. Mas não surgiram, nos anos 20, apenas propostas voltadas para graus/ramos específicos de ensino. Em 1926, Fernando de Azevedo elaborou um projeto orgânico de ensino para o país, compreendendo todos os graus escolares e contemplando tanto a educação geral quanto a técnica. A Associação Brasileira de Educação, sociedade civil criada em 1924, tinha realizado, na Primeira República, três conferências nacionais de educação, onde se discutiram problemas e se apresentaram propostas para a reformulação do aparelho escolar no país.

A ausência de um projeto educacional articulado no programa da Aliança Liberal não constituía, a meu ver, mera omissão, mas era resultado da própria heterogeneidade das forças políticas e sociais que a compunham.

O programa da Aliança relativo à “questão social” foi integralmente adotado pelo Governo Provisório: ao mesmo tempo em que o Estado cedia terreno diante de reivindicações como salário mínimo, férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho, limitação da exploração da força de trabalho feminina e infantil, entre outras, estabelecia os “dispositivos tutelares” destinados a controlar a atuação política dos sindicatos dos trabalhadores. Oficializava os sindicatos, ligando-os ao Ministério do Trabalho pela lei e pela instituição do “peleguismo”. Dividia os trabalhadores pela imposição de sindicatos diferentes para categorias definidas politicamente. Promulgava a “lei da nacionalização do trabalho”, limitando a um terço o número máximo de trabalhadores não brasileiros na indústria; fazia assim diminuir a proporção de operários estrangeiros, dentre os quais haviam saído muitos líderes experientes nas lutas sindicais na Primeira República.

No tocante à educação, as primeiras medidas tomadas mostravam o caminho que viria a ser percorrido durante os 15 anos da Era de Vargas. A primeira medida visava diferenciar e especializar o aparelho de Estado aumentando-lhe a eficiência em matéria política e ideológica. Consistiu na extração, de dentro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de dois setores que passariam a constituir novos ministérios: o Ministério do Trabalho, para “superintender a questão social”, que deixava de ser matéria afeita apenas à “ordem pública”; e o Ministério da Educação e Saúde Pública, para formação física, intelectual e moral da população⁶.

Para o Ministério da Educação foram transferidos todos os órgãos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que atuavam nesse campo, como também os do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi assim que o sistema federal de escolas de aprendizes-artífices, importante base para o desenvolvimento do ensino profissional até os dias atuais, passou para a área do Ministério da Educação.

À centralização da burocracia do aparelho escolar correspondeu um aumento do controle do poder central sobre o ensino. Para isso, foi montado no ministério um serviço de registro de professores e um serviço especializado na inspeção das escolas secundárias estaduais, municipais e particulares. Este serviço contava com um corpo permanente de inspetores, grupados por disciplinas afins, que deveriam ser recrutados por concurso, segundo normas rígidas e detalhadas. Os inspetores tinham a função de assistir aulas e exames, devendo argüir e fazer argüir alunos por eles escolhidos, apreciar os critérios de atribuição de notas, relatar ao ministério os trabalhos desenvolvidos por professores e alunos de cada disciplina, de cada série, de cada escola secundária do país.

O primeiro titular do Ministério da Educação foi Francisco Campos, ex-secretário do interior de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, no governo de Minas Gerais. Como secretário do interior, Francisco Campos empreendeu, com Mário Casassanta, seu diretor de instrução pública, uma reforma do ensino de primeiro e segundo graus em Minas Gerais. Não foi dessa reforma que vemos Francisco Campos retirar elementos para a elaboração de uma política educacional para a era de Vargas, mas da prática de alianças políticas levada a cabo pelo Governo de Antônio Carlos, possivelmente inspirada pelo fascismo italiano.

Preocupado com a superação da crise de hegemonia que ameaçava as classes dominantes nos anos 20, o senador, depois presidente do estado de Minas Gerais, defendia a “colaboração recíproca” entre o Estado e a Igreja Católica, dificultada, desde a proclamação da República, por estereótipos laicistas, de um lado, e por ressentimentos persecutórios, de outro. Estado e Igreja deveriam se associar, como se fazia na Itália fascista: esta teria seus privilégios reasssegurados (reconhecimento civil do casamento religioso, instrução religiosa nas escolas públicas, assistência religiosa nos navios e quartéis, subvenções estatais para suas obras

assistenciais etc); em contrapartida, a ação educativa religiosa daria um lugar especial à manutenção da ordem e ao respeito à autoridade constituída. Tão logo tomou posse na presidência do estado, Antônio Carlos promoveu a aprovação, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de uma lei autorizando o ensino da religião nas escolas estaduais – o que, no contexto, significava o ensino da religião católica. Tal colaboração recíproca foi explorada por Francisco Campos, imediatamente após o movimento revolucionário, em proveito da Legião de Outubro, partido político parafacista do qual foi um dos fundadores e dirigentes. A plataforma política, os símbolos, a organização das milícias eram semelhantes aos do movimento fascista italiano, cujas íntimas ligações com a Igreja deixavam à vontade a hierarquia eclesiástica brasileira, particularmente a mineira.

Aliás, o fascismo não era estranho nem desconsiderado pelos homens que ocupavam as posições mais proeminentes no Governo Provisório. Getúlio Vargas, quando era ainda presidente do Rio Grande do Sul, declarou que sua diretriz de governo se pautaria pelo corporativismo, segundo a “renovação criadora” que estaria se processando na Itália fascista. Góis Monteiro, repressor dos “tenentes” nos anos 20, dirigente militar da Revolução de 30, fiador do Governo Provisório e, posteriormente, do Estado Novo, aconselhava-os, em 1932, a adaptarem seu pensamento político a um “fascismo nacionalista”.

Como ministro da educação, Francisco Campos fincou os marcos de uma política educacional autoritária que teve no fascismo italiano uma fonte fértil de inspiração. Em abril de 1931, cinco meses após a instituição do Governo Provisório e quatro após sua posse no ministério, foram promulgados três decretos que expressam essa linha política.

1) Na direção do que se tinha sido feito em Minas Gerais, o ensino religioso passou a integrar o currículo das escolas primárias, secundárias e normais em todo o país, de modo que os alunos só ficariam dispensados de assistir aulas de religião se os pais ou responsáveis o requeressem. Caso contrário, eles deveriam freqüentar as aulas proferidas pelos ministros do credo declarado. Entretanto, nas escolas oficiais só haveria essa matéria, para um credo específico, se os interessados totalizassem um certo número. Esse critério igualava religião a catolicismo, devido à predominância de católicos na população do país.

2) O ensino secundário foi reformado no conteúdo, na finalidade, na duração e na estrutura, em função do ensino superior, apesar da longa argumentação de Francisco Campos na exposição de motivos ao chefe do Governo Provisório, criticando a tradição brasileira de fazer desse ensino “mera chancelaria de exames para o ensino superior”, destituindo-o de finalidade própria. Partindo da suposição de que o ensino secundário era o mais importante ramo do aparelho escolar, em termos quantitativos e qualitativos, atribuía-lhe como finalidade própria “a formação do homem para todos os grandes setores da atividade

nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e seguras". A formação de indivíduos para tomar decisões exigia a adoção de um novo currículo, de modo a privilegiar o ensino das ciências naturais e de novos métodos de aprendizado, abandonando a prática corrente de "mobilier o espírito de noções e de conceitos passivamente recebidos pelo estudante". A articulação dessa finalidade própria do ensino secundário com a função propedêutica, a de preparar candidatos para o ensino superior, foi, provavelmente, inspirada na reforma educacional de Giovanni Gentile, na Itália, coincidentes ambas na preocupação de formar "indivíduos capazes de tomar decisões". A duração do ensino secundário, então de cinco anos, foi esticada para sete, de modo a permitir a divisão em dois ciclos. O *curso fundamental*, de cinco anos (na Itália simplesmente *gimásio*, com idêntica duração), teria a finalidade de fornecer a cultura geral necessária aos tomadores de decisões. O *curso complementar*, de dois anos (na Itália o *liceu*, com três ou quatro anos) teria a função de preparar candidatos ao ensino superior. Como no liceu italiano, o curso complementar teria currículos diferentes, conforme a destinação dos candidatos. Na Itália havia o liceu clássico e o científico, conforme o curso superior pretendido; no Brasil, haveria cursos adequados aos exames vestibulares das três faculdades principais: medicina, engenharia e direito, prevendo-se a existência de outro para a vindoura faculdade de educação, ciências e letras. O exame de admissão ao ensino secundário, instituído pela reforma de 1925, foi mantido pela de 1931, que determinava que os programas e métodos de ensino seriam expedidos pelo Ministério da Educação, revistos a cada três anos. Visava-se, com isso, maior controle sobre a qualidade das escolas secundárias, de modo a manter um nível de ensino compatível com as necessidades culturais dos "tomadores de decisões".

3) O ensino superior foi submetido a um Estatuto das Universidades Brasileiras, contendo um modelo único de organização didático-administrativa. Admitia-se duas formas de organização do ensino superior: a universidade, forma considerada apropriada a esse ensino, e o instituto isolado. A universidade poderia ser oficial ou livre. A oficial seria mantida pelo governo federal ou pelo estadual; a universidade livre, por fundações ou associações particulares. A universidade seria composta de institutos de ensino (pelo menos três dentre direito, medicina, engenharia, educação, ciências e letras), encimados por uma administração central, embora os institutos pudessem manter autonomia jurídica. A admissão aos cursos do ensino superior continuaria dependente de aprovação nos exames vestibulares, além da apresentação, pelos candidatos, de certificados de conclusão do curso secundário e de "prova de idoneidade moral", entre outras exigências. A conclusão do curso secundário complementar, na seção correspondente ao curso superior escolhido, seria exigida de todos os candidatos, exceto dos que se destinassem a certos cursos de belas-artes e de música.

Essa organização didático-administrativa do ensino superior, nascida em 1931, conveio bem à política educacional do Estado Novo, sobrevivendo à sua

queda em 1945. Foi só com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 30 anos após a decretação do estatuto, que o ensino superior passou a ter outro enquadramento institucional.

No que diz respeito à formação escolar da força de trabalho, a única medida significativa a assinalar, nos primeiros seis anos da era de Vargas, refere-se ao ensino para pessoal apenas indiretamente ligado à produção. Ainda no primeiro semestre de 1931, o ensino comercial foi reorganizado⁷, sendo instituído como um ramo paralelo ao ensino secundário, tendo um grau pós-primário, um técnico e um superior⁸. Para os portadores de certificados de conclusão da escola primária havia, no ensino comercial, a alternativa de ingresso no curso de auxiliar de comércio (dois anos) ou no curso propedêutico (três anos), este constituindo condição, ao lado do curso secundário, para ingresso nos cursos técnicos (um a três anos), compreendendo as seguintes modalidades: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário, perito-contador. Os certificados conferidos por estes dois últimos cursos constituíam condição necessária para a matrícula no curso superior de administração e finanças (três anos), que conferia o diploma de bacharel em ciências econômicas⁹. Este curso diferia dos demais cursos superiores em três aspectos principais. Primeiro, por não possuir um padrão estatal de organização e qualidade, embora o decreto a isso fizesse referência. Segundo, por não exigir exames vestibulares. Terceiro, por ser oferecido predominantemente por escolas particulares.

Mas, apesar de não se ter tomado medidas desse tipo para outros setores, é possível perceber que, ao lado da preocupação em reorganizar o ensino destinado à formação das elites dirigentes, houve praticamente uma preparação do aparelho de Estado para a tomada de medidas de maior alcance a partir de 1937, especialmente a centralização desenvolvida pelo Ministério da Educação. No caso das escolas de aprendizes-artífices, o órgão que as controlava passou a ter crescente importância na área do ministério: a Inspetoria do Ensino Profissional e Técnico, criada em 1931, transformou-se, em 1934, na Superintendência do Ensino Profissional, diretamente ligada ao ministro.

No âmbito de algumas unidades da federação, entretanto, foram implementadas políticas educacionais de inspiração liberal que contrariavam a orientação do governo federal. Foram criadas as universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935), aproveitando brechas do Estatuto das Universidades Brasileiras para se erigirem instituições de ensino superior distintas do modelo único previsto, não só na estrutura didático-pedagógica como, também, no objetivo de formar lideranças democráticas.

No Distrito Federal, um novo modo de conceber a formação da força de trabalho industrial emergiu pelo pensamento e pela ação de Anísio Teixeira, que realizou importantes mudanças no aparelho escolar do município do Rio de

Janeiro, buscando diminuir as grandes distinções curriculares que separavam as escolas pós-primárias, para futuros operários, das escolas secundárias, para futuros burocratas e profissionais liberais¹⁰. Foram criadas as escolas técnicas secundárias para oferecer, além dos cursos secundários – equiparados aos federais, seguindo currículos estipulados pelo Ministério da Educação –, cursos exclusivamente industriais e comerciais, diferenciados após um ciclo comum de dois anos. Cada escola técnica secundária poderia oferecer, simultaneamente, alguns desses cursos ou todos eles, escolhidos pelos alunos, podendo haver fácil transferência de um para outro, devido à existência de partes comuns nos programas, bem como matérias de livre escolha. Com isso, almejava-se quebrar a dualidade do aparelho escolar, caminhando-se para a construção da escola única no grau médio¹¹.

No entanto, foi curto o período de existência do esquema proposto por Anísio Teixeira. Após sua demissão, em fins de 1935, por força da perseguição aos partidários e simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora, o ensino técnico secundário começou a retornar aos padrões anteriores até que, em 1942, pela regulamentação do ensino secundário e do ensino industrial, foi completamente desfigurado, persistindo o modelo explicitamente dualista da concepção de Francisco Campos. No curto período em que Anísio Teixeira conseguiu formular e implementar uma política educacional, foram lançadas as sementes de várias medidas que vieram a ser retomadas nas décadas seguintes, na vigência da Constituição liberal-democrática de 1946: a dessegregação dos ramos profissionais do ensino médio, o acesso irrestrito ao ensino superior e o próprio modelo de universidade, calcando-se a de Brasília (1961) na do Distrito Federal (1935).

A Emergência da Aprendizagem Sistemática

No Brasil, as estradas de ferro tiveram grande importância na introdução do ensino de ofícios associando oficina e escola. Este ensino dispensou o longo e incerto padrão de aprendizagem, herdado do artesanato medieval, que consistia no trabalho do menor, como praticante, ao lado do mestre.

Desde o início do século, as empresas ferroviárias mantinham escolas para a formação de operários destinados à manutenção de equipamentos, veículos e instalações. A primeira delas, a Escola Prática de Aprendizizes das Oficinas, foi fundada em 1906, no Rio de Janeiro, e mantida pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

A grande densidade de estradas de ferro no estado de São Paulo, ligando as frentes de expansão cafeeira ao porto de Santos, criou condições para que, na década de 20, se unificassem as atividades de ensino de ofícios no âmbito das empresas ferroviárias¹².

A iniciativa pioneira de ensino unificado de ofícios teve início em 1924, com a criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Quatro empresas ferroviárias que operavam neste estado¹³ fizeram um acordo com o liceu, pelo qual cada uma enviaria dois aprendizes para frequentar um curso de quatro anos, realizando estágio nas oficinas de uma delas, situada na capital. O ensino de ofícios apresentava duas inovações que vieram a ser difundidas posteriormente: a utilização das séries metódicas de aprendizagem¹⁴ e a aplicação de testes psicotécnicos para seleção e orientação de candidatos aos diversos cursos.

Na criação da Escola Profissional Mecânica, nos empreendimentos dela derivados e até mesmo na criação do SENAI, teve papel destacado Roberto Mange, engenheiro suíço convidado para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo. Mange e outros engenheiros da Escola Politécnica, entre eles Armando de Sales Oliveira, destacaram-se na divulgação da doutrina da organização racional do trabalho, sistematizada por Frederick Taylor, a ponto de, em 1931, fundarem, com o patrocínio da Associação Comercial e da Federação das Indústrias de São Paulo, o Instituto de Organização Racional do Trabalho. O IDORT passou a ganhar influência à medida que os efeitos da crise econômica de 1929 se somavam aos movimentos reivindicatórios de trabalhadores na diminuição da taxa de lucro.

Essa situação era especialmente crítica nas empresas de estradas de ferro, não só porque aí os trabalhadores eram mais organizados, como também devido ao efeito que a elevação dos custos do transporte acarretava para outras atividades econômicas, particularmente para a exportação de café. Para esses problemas, o IDORT apresentava o taylorismo como solução, propugnando o combate à desorganização administrativa das empresas, à utilização inadequada de matérias-primas, de força de trabalho e de energia motriz, e a defesa da implantação de um controle eficiente dos custos. Segundo essa doutrina, a redução dos custos permitiria a elevação da produtividade e, em consequência, o aumento dos salários pagos aos trabalhadores o que desincentivaria os movimentos reivindicatórios.

No entanto, para que a produtividade geral aumentasse, seria necessário também aumentar a produtividade dos trabalhadores, para o que seriam indispensáveis os exames psicotécnicos – que permitiriam colocar o homem “no seu lugar” e a seleção dos mais capazes – bem como o ensino sistemático de ofícios, apressando e barateando a formação profissional, assim como aumentando o rendimento físico. Para o ensino sistemático de ofícios, lançava-se mão das séries metódicas, já aplicadas com sucesso no Liceu de Artes e Ofícios. Para os exames psicotécnicos, os procedimentos desenvolvidos por Henri Pieron, do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris e Léon Walter, do Instituto Rousseau, da Universidade de Genebra, que deram cursos em São Paulo e tiveram obras traduzidas. Os exames psicotécnicos serviriam, também, para evitar a contratação

de “agitadores”, medida convergente com a adoção de fichas de identificação datiloscópica destinadas a evitar a reentrada, nos quadros das empresas, de trabalhadores despedidos por razões políticas ou outras.

A experiência da Escola Profissional Mecânica teve efeitos multiplicadores na Sorocabana, estrada de ferro estatal, cuja direção encontrava-se empenhada em melhorar os resultados econômicos da empresa e enfrentar a concorrência do transporte rodoviário, conforme a doutrina taylorista. Não lhe bastando o envio de alguns aprendizes ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, essa empresa organizou um Serviço de Ensino e Seleção Profissional (SESP), em 1930, incorporando as práticas pedagógicas e psicotécnicas que se divulgavam e aplicavam, antes mesmo da criação do IDORT.

O SESP deu partida a um padrão de articulação pedagógica que é empregado ainda hoje. Mediante acordo entre a direção da Estrada de Ferro Sorocabana e a Diretoria Geral de Ensino do governo do estado, a Escola Profissional de Sorocaba, oficial, forneceria o ensino de conteúdo geral aos aprendizes, enquanto o ensino propriamente profissional seria desenvolvido nas oficinas da empresa. O SESP oferecia um *curso de ferroviários*, com quatro anos de duração, para as seguintes especialidades: ajustador, torneiro-fresador, caldeireiro, caldeireiro-ferreiro, ferreiro, eletricista, operador mecânico. Um *curso de aperfeiçoamento* para o pessoal das oficinas, compreendendo disciplinas como português, matemática, desenho técnico, higiene, prevenção de acidentes e outras. Um *curso de tração*, para foguistas e maquinistas. Um *curso de telégrafo e iluminação*, para os aprendizes que já possuísem formação profissional mecânica equivalente à terceira série do curso de ferroviários, completando-a com mais um ano de aprendizagem. Um *curso de tráfego*, visando a especialização do pessoal dos departamentos de movimento e telégrafo, ensinando desenho e matemática. Nos seus dez anos de existência, o SESP ministrou ensino profissional a 2.400 trabalhadores, em seus diversos cursos.

O aprofundamento, pelo SESP, da experiência do Liceu de Artes e Ofícios propiciou a extensão da aprendizagem sistemática a outras empresas ferroviárias do estado de São Paulo. Roberto Mange elaborou o plano de criação de um Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), que foi apresentado pelo IDORT às empresas ferroviárias e ao governo do estado, recebendo forte apoio das primeiras e do interventor, justamente o idortiano Armando de Sales Oliveira. O CFESP, criado por decreto em 1934, era constituído pelas ferrovias do estado, com recursos próprios, oriundos do governo e das ferrovias, e contava com administração autônoma. O governo estadual colaborou com os recursos materiais e humanos do SESP e com professores para o ensino de caráter geral. A direção do centro seria constituída de dois delegados do governo estadual e um de cada companhia que aderisse ao empreendimento.

As atividades do CFESP iniciaram-se com a adesão de cinco empresas ferroviárias do estado. A estas, prestava serviços de seleção de pessoal, de assistência técnica e coordenação da aprendizagem sistemática nas escolas profissionais existentes junto às oficinas gerais, em diversos pontos do estado. Para uso comum valia-se das instalações do SESP em Sorocaba e em São Paulo. Em 1942, havia 16 escolas profissionais nas ferrovias paulistas, todas ligadas ao centro. Outras ferrovias aderiram ao CFESP, para o que concorreu a Associação Brasileira de Engenharia Ferroviária na divulgação dos resultados alcançados. Em 1942, já haviam se associado ao centro nove ferrovias situadas fora do estado de São Paulo.

O CFESP distinguia-se, substancialmente, das escolas de aprendizagem de ofício existentes por todo o país, em vários aspectos. Primeiro, pela clientela restrita (filhos de ferroviários, principalmente) e formação para utilização também restrita (para as estradas de ferro). Nas escolas de aprendizagem de ofício, os alunos eram, invariavelmente, órfãos e outros “desvalidos”, oriundos do lumpem proletariado, mais interessados na comida gratuita do que no aprendizado propriamente. Segundo, pela associação do estado com as empresas, a fim de formar pessoal para todas elas. O estado era útil às empresas como fornecedor de recursos e garantidor das regras do jogo.

Nas escolas de aprendizagem de ofício, mantidas totalmente pelo estado para a formação de operários para as empresas, era difícil para aquele perceber as demandas destas. As empresas, por sua vez, tinham dificuldades de influir sobre o ensino devido à intervenção da burocracia educacional e dos padrões uniformes, vigentes em todo o país. Enquanto as escolas profissionais comuns não possuíam uma pedagogia própria para o ensino de ofícios, procurando incorporar os padrões artesanais da prática, a Escola Profissional Mecânica, do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, o SESP e o CFESP tinham nas séries metódicas a espinha dorsal de uma pedagogia que se mostrou eficaz no atingimento dos objetivos almejados. As séries metódicas, assim como a colaboração estado-empresa e escola-oficina foram utilizadas, mais tarde, em todo o país pelo SENAI.

A influência do CFESP, entretanto, não se resumiu na situação paradigmática. Quando da criação do SENAI, em 1942, o centro foi a ele incorporado, constituindo a Divisão de Transportes e o núcleo de todo o Departamento Regional de São Paulo. O criador do CFESP, Roberto Mange, foi o primeiro diretor do DR/SP do SENAI. Ítalo Bologna, também diretor do centro, dirigiu o DR/SP por muitos anos, assim como o Departamento Nacional. A influência do pessoal do CFESP ainda incidiu, mais tarde, sobre o sistema de ensino industrial do próprio Ministério da Educação.

Embora as atividades do CFESP se desenvolvessem rápida e solidamente em São Paulo, irradiando-se pelas ferrovias de outros estados, foi só com a adoção de

um projeto industrialista de desenvolvimento, pelo Estado Novo, que foram dados os primeiros passos para a generalização da aprendizagem sistemática a nível nacional.

A gravidade da crise econômica de 1937 fez prevalecer, no âmbito do Estado, as correntes que defendiam a industrialização – sob a direção e com o subsídio do governo –, como condição para dissolver o “estrangulamento externo” da economia. O Estado Novo assumiu a industrialização como meta, e é provável que essa opção tenha determinado (ou, pelo menos, reforçado) a sua preocupação com a qualificação da força de trabalho, manifesta na Constituição outorgada. Era fácil deduzir-se que a política projetada de substituição de importações iria necessitar, a curto prazo, de contingentes adicionais de trabalhadores qualificados que não estavam disponíveis.

A invasão da Polônia, em 1939, mostrou que a Europa estava caminhando rapidamente para uma guerra de proporções semelhantes à de 1914/18, de consequências danosas para a economia brasileira, na medida que intensificaria o “estrangulamento externo”. Aumentaram, então, os esforços estatais para o desenvolvimento industrial.

O envolvimento direto da Europa na guerra e o dos Estados Unidos (como fornecedores e em processo intenso de mobilização militar) criavam condições propícias para a substituição de importações por mercadorias produzidas no Brasil. Para isso, abriam-se novas fábricas e expandiam-se as já existentes. A substituição de importações exigia uma quantidade adicional de trabalhadores não facilmente improvizáveis, principalmente no caso dos qualificados. Mas a intensificação da produção industrial se fazia, também, nos setores chamados tradicionais, que tiveram suas exportações bastante aumentadas. Os países beligerantes concentraram sua capacidade produtiva nos equipamentos militares, abrindo, assim, espaço para mercadorias dos países periféricos, fosse para seu próprio consumo interno, fosse para o consumo de outros países, também periféricos, que, antes da guerra, eram supridos pelos atuais beligerantes. A intensificação da produção industrial fez-se pela incorporação de maiores contingentes de trabalhadores, multiplicando-se os turnos e/ou estendendo-se a duração da jornada de trabalho. Isso exigia não só mais operários qualificados para a operação, como também, e principalmente, operários qualificados para a manutenção preventiva e corretiva, que tornava-se cada vez mais importante, na medida da crescente dificuldade (e encarecimento) de importação de peças para reposição¹⁵. Além disso, a mobilização militar do Brasil, em 1942, aliada às iniciativas econômicas estatais – destacando-se a criação, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional –, concorreu para o aumento da procura, não satisfeita, de operários qualificados.

Desde 1939, o governo brasileiro negociava com os governos alemão e norte-americano a concessão de créditos e autorização para a transferência de tecnologia e capitais de empresas siderúrgicas desses países para o Brasil. Finalmente, em 1941, mediante a concessão de facilidades junto à base aeronaval de Natal, no Nordeste brasileiro, o governo dos Estados Unidos dispôs-se a financiar a construção e dar assistência técnica para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. No ano seguinte, foi criada a Fábrica Nacional de Motores, destinada primeiramente à produção de motores de avião, financiada e assistida, também, pelo governo norte-americano. Se bem que esses empreendimentos governamentais se tivessem iniciado em 1941 e 1942, seu projeto era mais antigo, o que permitiu que a formação de grandes contingentes de trabalhadores qualificados fosse planejada previamente.

A Constituição outorgada em 1937 trazia um artigo que definia o papel do Estado, das empresas e dos sindicatos na formação profissional das “classes menos favorecidas”. Diz o artigo 129: “O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público”.

Pela primeira vez o Estado, no Brasil, atribuía às empresas industriais o dever de formar sistematicamente, em escolas, os seus aprendizes. Com esse dispositivo, incorporava a experiência alemã da segunda metade do século XIX, que foi assimilada pelos países industrializados de forma mais ou menos espontânea. A Constituição determinava que também os sindicatos mantivessem escolas de aprendizes para os filhos dos seus associados. Não se sabe, ainda, como esses dispositivos apareceram na Constituição, já que ela foi elaborada por juristas sem prévia experiência educacional, a não ser no ensino regular não-profissional. Todavia, não me parece descabido supor a inspiração no projeto de lei apresentado pelo deputado Graco Cardoso à Câmara, em 1927. O artigo 22 desse projeto dizia: “Os diretores de fábricas, explorações ou empresas industriais ficam obrigados a encaminhar aos cursos profissionais ou de aperfeiçoamento os menores, analfabetos ou não, colocados como aprendizes nos diferentes estabelecimentos, sob pena de multa que pelo Executivo será fixada”. O projeto não foi aprovado, mas a obrigação proposta acabou por ser incluída na Constituição de 1937. Estabelecidos esses dispositivos, cumpria, agora, ao próprio Estado, regulamentá-los.

O Ministério da Educação, através da Divisão do Ensino Industrial, elaborou, em 1938, um anteprojeto de regulamento do dispositivo constitucional. Estipula-

va a criação de *escolas de aprendizes industriais* mantidas e dirigidas pelos sindicatos dos empregadores e pelos estabelecimentos industriais. As escolas teriam oficinas próprias destinadas à prática dos aprendizes, isto é, trabalhadores maiores de 14 e menores de 18 anos. Os cursos durariam de oito a 16 horas semanais, em horário coincidente com o período de trabalho, remunerando-se a atividade produtiva do menor. Cada empresa industrial teria a obrigação de empregar um número de trabalhadores menores igual ou superior a 10% do efetivo total de operários. Ao Estado caberia a tarefa de manter escolas de aprendizes onde os sindicatos e as indústrias não fossem capazes de fazê-lo¹⁶. Os Ministérios da Educação e do Trabalho fiscalizariam a aplicação do dispositivo e aplicariam sanções aos infratores.

Além desse anteprojeto relativo ao aprendizado dos menores que trabalhavam, o Ministério da Educação elaborou outro anteprojeto, este referente aos menores não-trabalhadores, de 11 a 14 anos de idade, sob a responsabilidade dos sindicatos de empregados. Projetava-se a criação de *escolas pré-vocacionais* destinadas aos filhos ou irmãos de operários sindicalizados que tivessem terminado o curso primário (com, 11 anos, idealmente) e não tivessem atingido, ainda, a idade mínima para o ingresso na força de trabalho. Nestas escolas, os futuros aprendizes iriam adquirindo destreza manual, estudariam desenho e ciências e melhorariam os conhecimentos de cultura geral. As escolas seriam mantidas com recursos do imposto sindical e geridas conjuntamente por representantes dos sindicatos e dos Ministérios da Educação e Trabalho.

O primeiro anteprojeto foi enviado, ainda em 1938, à Confederação Nacional da Indústria e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, associações civis não sindicais, que funcionavam como grupos de pressão dos empresários do setor. Esta última era presidida, na época, por Roberto Simonsen, principal porta-voz dos industriais. Estes eram contrários ao anteprojeto devido às despesas que teriam de arcar com o pagamento de salários (de aprendizes e mestres) e com os gastos de instalação e operação de oficinas, sem contrapartida imediata de produção. Não percebiam o quanto o anteprojeto atenderia aos seus próprios interesses a longo prazo. É provável que a formação recente do capital industrial ainda não tivesse propiciado, aos industriais, uma visão dos seus interesses coletivos mediatos. Por outro lado, a situação dos industriais de crescente dependência diante dos favores governamentais, em termos fiscais, alfandegários e creditícios, não encorajava uma resistência ativa ao anteprojeto. Assim, a Confederação Nacional da Indústria optou pela resistência passiva, simplesmente não respondendo à consulta ministerial.

Diante da reação (passiva) dos industriais, o governo tomou a iniciativa de decretar a obrigatoriedade de as empresas manterem “cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores”. Ignorando todo o esforço realizado anteriormente, elaborou-se um decreto-lei¹⁷ que pretendia “assegurar aos trabalhadores, fora do lar, condições mais favoráveis e higiênicas para a sua alimentação

e assegurar-lhes, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento da educação profissional”. Para tanto, obrigava as empresas que tivessem mais de 500 empregados (não só as industriais, mas as dos outros setores também) a reservarem local para a refeição dos trabalhadores e a promoverem o aperfeiçoamento profissional não só dos menores, como no anteprojeto anterior, mas também dos adultos.

No mês seguinte ao da promulgação desse decreto-lei, tinha início a XXV Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, tratando da aprendizagem como um dos temas principais. As recomendações aprovadas pelos participantes (o Brasil estava representado) enfatizavam a necessidade de se estabelecerem com clareza os direitos e deveres dos aprendizes e dos empregadores, como condição de grande importância para o sucesso da aprendizagem. Analistas brasileiros, participantes dos acontecimentos, reconhecem a grande influência que essas recomendações tiveram sobre o trabalho de regulamentação daquele decreto-lei e sobre a própria criação do SENAI.

Para a regulamentação desse decreto-lei foi constituída uma comissão interministerial (três representantes do Ministério da Educação e três do Ministério do Trabalho) que ouviu as opiniões dos industriais e dos operários, através das suas entidades representativas. Os industriais reivindicavam, principalmente, a participação dos empregados e do Estado no custeio dos cursos em questão, e os operários, a sua extensão aos trabalhadores de empresas pequenas e médias, que eram as mais numerosas e as que empregavam a maior parte da força de trabalho.

A comissão verificou a impossibilidade desses cursos funcionarem, sistematicamente, nas empresas de todos os setores. Elaborou, então, um anteprojeto de regulamentação que, na verdade, o alterava profundamente. Foram essas as principais alterações ou inovações:

(1) o aperfeiçoamento profissional seria realizado apenas nas empresas industriais, de transportes e de serviços públicos, mantendo-se a obrigação para as de mais de 500 empregados;

(2) o aperfeiçoamento profissional consistiria na aprendizagem de trabalhadores, excluindo-se os de mais de 18 anos;

(3) as empresas ficariam obrigadas a “tomar a seu serviço” um número de menores correspondente a 6-10% dos operários nelas empregados para serem submetidos à aprendizagem;

(4) os aprendizes não receberiam salário, mas uma “diária de aprendizagem”;

(5) a aprendizagem poderia ser feita em cada empresa, em “centros de formação profissional” montados por várias empresas próximas, ou pela frequên-

cia do aprendiz a cursos complementares especializados em escolas profissionais, oficiais ou reconhecidas; em contrapartida, os alunos dessas escolas fariam estágio nas empresas industriais de mais de 500 empregados;

(6) as despesas com a aprendizagem, qualquer que fosse a sua forma, seriam cobertas por uma sobretaxa a ser acrescida às contribuições do empregado, do empregador e do Estado aos institutos previdenciários; os recursos, recolhidos pelo Estado, seriam distribuídos às empresas, centros e escolas, conforme o número de menores em situação de aprendizagem;

(7) a administração de todo esse sistema seria tarefa de um Conselho Nacional de Aprendizagem e de comissões locais de aprendizagem, compostas todas de "técnicos em assuntos de ensino industrial", e de representantes do Estado, dos empregados e dos empregadores.

Esse anteprojeto de regulamentação não vingou e, em seu lugar, foi promulgado novo decreto¹⁸ que, embora apresentasse o mesmo modelo de cursos de formação profissional, trazia algumas mudanças importantes. Os menores, sujeitos à aprendizagem, eram definidos como trabalhadores, aos quais o empregador pagaria salário, e não uma "diária de aprendizagem". O custo da formação profissional passou a ser atribuído integralmente ao empregador, embora se admitisse que os institutos de previdência social emprestariam dinheiro aos industriais, para instalação e manutenção dos cursos, a juros baixos.

A comparação do anteprojeto de regulamento (da comissão interministerial de 1938) como regulamento decretado (de 1940) evidencia uma clara disputa entre os Ministérios da Educação e do Trabalho pelo controle do novo sistema. No anteprojeto, o controle seria do Ministério do Trabalho, quase que completamente, estando o da Educação em posição secundária; no regulamento decretado em 1940, invertiam-se as posições, assumindo o Ministério da Educação o controle quase completo do sistema. Mas, esse deslocamento de centro de controle associava-se, também, à mudança do esquema de distribuições dos custos. No anteprojeto, os industriais assumiriam um terço do custo (o Estado e os operários os outros dois terços); no regulamento decretado, o Estado e os industriais dividiam o custo, embora estes assumissem a maior parte¹⁹.

Outro ponto merece destaque na comparação de ambos os documentos. O anteprojeto previa um certo tipo de cooperação entre as empresas e as escolas industriais mantidas pelo Ministério da Educação. Alunos destas poderiam fazer estágio nas empresas; seus aprendizes ou os dos centros de formação profissional, em contrapartida, poderiam freqüentar as oficinas ou aulas teóricas nessas escolas. O regulamento decretado, embora evidenciasse a tomada do controle da aprendizagem, pelo Ministério da Educação, não previa, estranhamente, essa cooperação. Sente-se a tentativa de defender as escolas profissionais de uma associação que poderia afetá-las no seu funcionamento.

O Ministério da Educação mantinha uma comissão que elaborava, pelo menos desde 1937, uma espécie de consolidação das leis educacionais do país. Pelo que se pode deduzir do seu produto – as “leis” orgânicas promulgadas a partir de 1942 – pretendia-se montar um sistema educacional padronizado para todo o país e sob o controle direto do Ministério da Educação, abrangendo os cursos de aprendizagem, concebidos como uma das modalidades de ensino industrial, no 1º ciclo do grau médio. Entretanto, parece não ter sido esse o pensamento dominante, pelo que se deduz da transferência do controle da aprendizagem para as entidades patronais, permanecendo as empresas, entretanto, responsáveis pelo custeio.

Diz Celso Suckow da Fonseca que, “desde 1941 Getúlio Vargas determinara a Euvaldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, a Roberto Simonsen, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, e a Valentim Bouças, que, juntos, estudassem a criação de organismos destinados ao ensino profissional dos aprendizes dos estabelecimentos fabris, dando ao caso uma solução melhor que a do decreto de 1940. Aqueles três industriais lembraram ao chefe do Governo, como solução prática do problema, a entrega da questão à indústria, ficando ela responsável não só pela execução do plano como também pelo seu funcionamento. Colocando o novo organismo sob a égide da Confederação Nacional da Indústria, desejavam aqueles líderes libertar o novo sistema de instrução das inúmeras peias burocráticas a que ficaria sujeito caso fosse criado dentro da esfera de ação governamental, que dificultava a expansão dos estabelecimentos existentes”²⁰.

Participantes dos acontecimentos, entrevistados por mim, disseram que o presidente da República, em 1941, teria induzido os industriais a assumirem o custo (e o controle) do sistema de aprendizagem, caso contrário a direção deste seria entregue aos sindicatos operários.

De um modo ou de outro, o fato é que os industriais passaram da resistência passiva para a cooperação pronta²¹.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

O SENAI teve um estatuto jurídico *sui generis*. Embora criado por decreto-lei do governo federal²², sua constituição e direção ficou a cargo de uma sociedade civil, a Confederação Nacional da Indústria. Essa determinação governamental era necessária, por duas razões: (1) os industriais não desejavam a institucionalização da aprendizagem, só a aceitando após vários anos de pressão do governo e, possivelmente, depois de uma ameaça feita por este, de “conceder” essa atividade (e os recursos dos empregadores) aos sindicatos operários; (2) aceito o ônus da aprendizagem pela Confederação Nacional da Indústria, esta não tinha, entretan-

to, poder para obrigar os industriais a contratarem aprendizes, enviá-los às escolas e, o mais importante, a assumirem os custos do SENAI. Criado por um decreto-lei, as resistências ficariam minoradas, pois era o governo que recebia e centralizava as contribuições das indústrias e as transferia para o SENAI.

O decreto-lei de criação do SENAI não resumiu sua intervenção ao ato de induzir a Confederação Nacional da Indústria a organizar e dirigir o novo órgão. Determinava, também, que a CNI deveria elaborar um projeto de regimento interno para submetê-lo ao Ministério da Educação. Julgado por este, seria, então, levado ao presidente da República que, finalmente, o aprovaria por decreto. Deste modo, a intervenção do Estado se faria sentir nos menores detalhes da organização e funcionamento do SENAI²³.

Para elaborar o projeto de regimento, o presidente da Confederação Nacional da Indústria escolheu Roberto Mange, cujas atividades no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional tinham captado a confiança dos líderes industriais paulistas, e Joaquim Faria Góis Filho, funcionário do Ministério da Educação que vinha participando de todas as tentativas de institucionalização da aprendizagem, mostrando uma orientação bastante favorável à autonomia dos novos cursos diante do controle governamental (particularmente do Ministério da Educação)²⁴.

O regimento finalmente aprovado²⁵ previa uma estrutura federativa bastante flexível, em contraste com o estilo de uniformidade e centralização vigente no Estado Novo, e em particular no Ministério da Educação. Em cada estado onde houvesse uma federação de indústrias, seria organizado um Conselho Regional do SENAI, órgão normativo com jurisdição na unidade em questão. O conselho seria composto do presidente da federação de indústrias (que o presidiria), de três representantes de sindicatos de empregadores, do diretor do Departamento Regional, de um representante do Ministério da Educação e outro do Ministério do Trabalho. O diretor do Departamento Regional seria nomeado pelo presidente do Conselho Regional, sujeito à homologação do presidente do Conselho Nacional²⁶. O Departamento Regional seria órgão executivo, que se encarregaria propriamente da organização e da administração das escolas de aprendizagem e de outras atividades de formação profissional²⁷.

A nível nacional, o regimento previa um Conselho Nacional, órgão normativo presidido pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria e composto dos presidentes dos conselhos regionais (que seriam, também, os presidentes das federações estaduais de indústrias), do diretor do Departamento Nacional e de dois representantes do governo, um do Ministério da Educação e outro do Ministério do Trabalho. O diretor do Departamento Nacional do SENAI seria nomeado pelo presidente do Conselho Nacional, de acordo com o Ministério da Educação. O Departamento Nacional era o órgão executivo encarregado, principalmente, de

distribuir os recursos provenientes das empresas, transferidos através do governo, para os diversos departamentos regionais e, também, de coordenar suas atividades. Sua força era, entretanto, reduzida por causa da própria organização federativa. Mas, além das tarefas de coordenação, o Departamento Nacional foi assumindo várias atividades especiais, como foi o caso dos cursos técnicos (do segundo ciclo do segundo grau) e da administração dos acordos de isenção com as empresas.

Cabe, ainda, relacionar a organização federativa do SENAI com a participação do governo nos conselhos nacional e regionais. O decreto-lei de criação previa que apenas o Ministério da Educação devesse aprovar, em primeira instância, o projeto de regimento; também a “lei” orgânica estabelecia que este ministério traçasse as diretrizes pedagógicas que deveriam ser seguidas pelos “órgãos” que viessem a cuidar dos cursos de aprendizagem. Penso que a ampliação da participação governamental nos conselhos, incluindo representantes do Ministério do Trabalho, além dos do Ministério da Educação, teve mais de um significado. Um primeiro significado, tipicamente técnico, refere-se ao interesse óbvio daquele ministério na política de formação da força de trabalho; o outro, menos óbvio mas não menos real, era a atenuação da influência do Ministério da Educação. Este último explicaria a ampliação da representação governamental, fora do controle imediato dos industriais.

É preciso observar que a organização federativa correspondia a uma “concessão” do Estado, tendencialmente unitário e centralista, aos industriais que já se organizavam dessa forma. Ela correspondia ao intento destes de interferir mais de perto com a aprendizagem (e outras atividades afins), bem como de controlar os recursos provenientes de suas contribuições. Mas as vantagens dessa organização transcenderam esses interesses imediatos, pois tem sido propiciadora de condições para uma pronta resposta às demandas de formação profissional das mais diferentes formas, regiões e volumes, impossíveis de serem dadas por um sistema rígido, uniforme e centralizado como o das antigas escolas de aprendizes-artífices e o das escolas técnicas federais que o sucedeu²⁸.

O âmbito de atuação do SENAI foi definido, inicialmente, como sendo o das “indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria”. Elas estavam obrigadas a contribuir para o SENAI e este, em contrapartida, a organizar centros de formação profissional para os seus aprendizes. Posteriormente, ainda em 1942, o âmbito de atuação do SENAI foi ampliado, passando a abranger a aprendizagem de outros trabalhadores, além dos “industriários”, com a inclusão, entre os seus contribuintes, das empresas de transporte, de comunicações e de pesca²⁹.

Dois anos após, esse âmbito foi estendido ainda mais, incluindo-se como contribuintes “as empresas comerciais ou de outra natureza que explorem,

acessória ou concorrentemente, qualquer das atividades econômicas próprias dos estabelecimentos industriais”³⁰.

As empresas industriais foram obrigadas a empregar e a matricular nas escolas mantidas pelo SENAI um número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15% no máximo, dos operários cujos ofícios demandassem formação profissional³¹. Os aprendizes foram definidos como os trabalhadores menores de 18 anos e maiores de 14, sujeitos à formação metódica do ofício em que exerciam seu trabalho. Para evitar uma subestimação do número de aprendizes, o Ministério do Trabalho fixou a relação dos ofícios que demandavam formação profissional³². Nas indústrias gráficas, por exemplo, foram listados os seguintes ofícios: compositor manual, mecanotipista, impressor, litógrafo, fotogravador, gravador, encadernador, dourador. O mesmo foi feito para 11 ramos industriais.

Para a admissão do aprendiz, as empresas deveriam dar preferência aos filhos (inclusive os órfãos) e irmãos dos seus empregados e exigir, como condição, ao lado de outras, terem os candidatos concluído o curso primário ou possuírem os conhecimentos essenciais à formação profissional. Matriculado no curso do SENAI, o aprendiz continuaria a receber do empregador remuneração igual à que vencia no trabalho, na base de dia de frequência à escola. Quando a empresa manifestasse dificuldade de conseguir aprendizes, para cumprir o dispositivo legal, o SENAI deveria recrutá-los e matriculá-los, ficando a empresa obrigada a empregá-los, remunerando-os como *aspirantes à indústria*.

O decreto-lei que criou o SENAI previa que cada empresa industrial recolhesse àquele órgão a quantia de “dois mil réis por empregado e por mês”. Entretanto, o processo inflacionário fez com que se alterasse o critério de cálculo. A partir de 1944, a contribuição das empresas passou a ser calculada “na base de 1% sobre o montante de remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados”³³.

Desde o início, reconhecia-se que as empresas de grande porte seriam as principais beneficiadas pelos serviços do SENAI, devido ao maior uso de trabalhadores qualificados. Por isso, elas deveriam assumir uma parcela maior do custo da aprendizagem. Neste sentido, o decreto-lei de criação estipulava que a contribuição dos estabelecimentos que tivessem mais de 500 empregados seria acrescida de 20%³⁴. A contribuição a que estavam sujeitas todas as empresas chamava-se *contribuição geral* e a parcela paga pelas empresas de grande porte, *contribuição adicional*. As empresas recolhiam a contribuição através do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, órgão governamental que se encarregava da fiscalização³⁵. Este instituto transferia os recursos ao Departamento Nacional do SENAI, que detinha uma parte e distribuía o restante aos departamentos regionais, proporcionalmente às contribuições efetuadas pelas empresas localizadas em cada um deles. Os recursos provenientes da contribuição geral

eram empregados, basicamente, na qualificação e no aperfeiçoamento de trabalhadores sujeitos ou não à aprendizagem sistemática, menores e adultos. Os recursos gerados pela contribuição adicional eram canalizados para a formação profissional de nível mais elevado, principalmente para o ensino técnico de grau médio, para o aperfeiçoamento de docentes e administradores de ensino do SENAI, e para a concessão de bolsas de estudos ao pessoal das empresas contribuintes.

Como se depreende dessa exposição, a criação do SENAI (e a contribuição compulsória) decorreu da necessidade de qualificação da força de trabalho que não vinha sendo feita por processos espontâneos, no âmbito das próprias empresas. Assim, a mesma razão que justificava a cobrança das contribuições, foi empregada, também, para justificar a isenção do seu pagamento nos casos em que as empresas mantivessem seus próprios programas de qualificação. Neste sentido, estipulava o decreto-lei de criação do SENAI (artigo quinto): “Estarão isentos da contribuição (...) os estabelecimentos que, por sua própria conta, mantiverem aprendizagem considerada, pelo SENAI, sob o ponto de vista da montagem, da constituição do corpo docente e do regime escolar, adequada aos seus fins”.

A isenção seria de 80% da contribuição geral, no máximo, e, em casos especiais, poderia incidir, também, sobre a contribuição adicional. Em qualquer caso, seria necessário que houvesse um acordo formal entre a empresa que pretendesse a isenção e o Departamento Nacional do SENAI. A isenção, em nenhum caso, poderia ser total, devendo a empresa recolher pelo menos 20% da quantia devida. Essa parcela seria destinada a cobrir as despesas do SENAI relativas à sua administração geral e às despesas resultantes de inspeção e assistência técnica aos programas de formação profissional das empresas com as quais existissem acordos de isenção.

A “lei” orgânica e o ensino industrial

Até dezembro de 1941, a organização do ensino industrial no Brasil era extremamente diferenciada e confusa. A aprendizagem se fazia em serviço, de forma predominantemente assistemática, embora o governo federal viesse tentando, desde 1938, induzir os industriais a assumirem as responsabilidades pela formação metódica dos trabalhadores menores.

Havia as escolas de aprendizes-artífices, mantidas pelo governo federal, ensinando ofícios a menores que não trabalhavam, ao mesmo tempo em que lhes ministrava o ensino elementar. Seu rendimento era extremamente baixo, resultado das precárias condições de vida dos alunos e suas famílias: a evasão era alta e a qualidade do ensino, bastante baixa. Os estados, além do governo federal, mantinham suas próprias escolas industriais com diretrizes e critérios unificados em cada qual, mas distintos dos utilizados pela rede federal. Instituições

particulares (religiosas e leigas) mantinham também escolas de aprendizes-artífices enfatizando, mais do que as governamentais, seu papel assistencial. As forças armadas, por sua vez, tinham suas próprias escolas industriais, diferindo de todas as demais, instaladas junto a fábricas de material bélico e estaleiros.

No intuito de padronizar o ensino de ofícios, o Ministro da Educação organizou uma comissão de educadores³⁶ para elaborar um projeto das diretrizes do ensino industrial em todo o país, abrangendo as escolas mantidas pelo poder público e pelos particulares. Em fins de 1941, a comissão concluiu o anteprojeto de “lei” orgânica do ensino industrial que foi submetido ao presidente da República, em princípios de janeiro, junto com o projeto que criava o SENAI.

A “lei” orgânica do ensino industrial³⁷ trazia, como principal inovação, o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passava a ter, então, conteúdo exclusivamente “geral”³⁸.

O deslocamento do ensino profissional para o grau médio tinha a função principal de permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos mais “educáveis”. As escolas de aprendizes-artífices, de antes da “lei” orgânica, recrutavam os alunos provavelmente menos “educáveis” devido à sua origem social/cultural. Depois dessa “lei”, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário, sua educabilidade seria, certamente, muito superior à dos “desvalidos” da situação anterior³⁹. Essa medida era possível devido ao crescimento da rede de escolas primárias, mantidas principalmente, pelos estados e municípios.

Ao contrário das modalidades de recrutamento das escolas de aprendizes-artífices, de forte conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo, as novas escolas industriais previam a realização de “exames vestibulares” e de testes de aptidão física e mental. A pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse seu caráter necessário. A aptidão para o ofício, incluindo aí as atitudes consideradas adequadas para o desempenho de uma atividade industrial qualquer, passava a ser um fator prioritário na admissão.

O primeiro ciclo do ensino industrial compreendia os cursos industrial básico, de mestria, artesanal e de aprendizagem. Os cursos de mestria e de artesanato tiveram duração efêmera ou nunca funcionaram⁴⁰.

O curso industrial básico era desenvolvido nas escolas industriais em regime seriado, durante quatro anos letivos. Cada aluno praticava um ofício nas oficinas e laboratórios da escola e assistia aulas de cultura geral, cujo conteúdo era uma parte do conteúdo do primeiro ciclo do ensino secundário⁴¹.

A aprendizagem estava prevista na “lei” orgânica de modo a integrar o conjunto mais abrangente do ensino industrial como uma das suas modalidades, no primeiro ciclo, mas de uma forma tal que era preciso completá-la através de legislação específica. Por isso, a “lei” orgânica tratava da aprendizagem muito mais brevemente que os documentos legais expedidos desde agosto de 1938. Estipulava que os empregadores seriam obrigados a manter menores, em regime de aprendizagem, naquelas atividades cujo exercício exigisse formação profissional. A aprendizagem deveria ser conduzida metodicamente, em escolas mantidas pela indústria junto às oficinas ou nas suas proximidades, durante o horário de trabalho e sem prejuízo do salário. Sua duração seria de um a quatro anos, abrangendo disciplinas de cultura geral e cultura técnica. Prevvia, também, significativamente, a subordinação dessas escolas de aprendizagem a “serviços”, numa alusão óbvia ao SENAI⁴².

É preciso destacar que a “lei” orgânica distinguia, com nitidez, as escolas de aprendizagem das escolas industriais (as antigas escolas de aprendizes-artífices). Estas eram destinadas aos menores que não trabalhavam, enquanto que as outras, pela própria definição de aprendiz, aos que estavam empregados. Mas havia outra distinção importante. O curso de aprendizagem era entendido como uma *parte* da formação profissional pretendida pelo curso básico industrial. É o que diz o trecho seguinte: “Os cursos industriais (básicos) são destinados ao ensino, de *modo completo*, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional”⁴³. “Os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício”⁴⁴.

Mais tarde, introduziu-se uma modificação na “lei” orgânica que reforçou essa concepção da aprendizagem como formação profissional parcial. Acrescentou-se um artigo à “lei” que permitia aos *concluintes* de cursos de aprendizagem, de dois anos de duração, no mínimo, a matrícula na segunda série do curso básico industrial (do ofício correspondente) mediante a prestação de *exames vestibulares*⁴⁵.

É provável que essa subordinação não se devesse apenas a uma concepção pedagógica particular a respeito da superioridade do ensino do ofício em escola, desligada do “ambiente fabril”. Parece ter havido um conflito entre a orientação do Ministério da Educação, almejando o controle de todo o ensino industrial, mesmo o da aprendizagem, e a da Presidência da República, partidária do seu controle pelas entidades patronais. Tal conflito é sugerido pelo fato de os projetos da “lei” orgânica e do SENAI terem sido levados pelo ministro ao presidente no mesmo dia (5 de janeiro) e de o decreto-lei criando o SENAI (22 de janeiro) ter sido promulgado antes da “lei” orgânica (30 de janeiro). Se esse conflito realmente existiu, sua fonte pode ter sido de caráter predominantemente político-ideológico. Embora a aprendizagem sistemática associando escola e oficina tivesse chegado ao

Brasil na década de 30, por fontes inspiradoras européias, particularmente germânicas, na década de 40 o paradigma norte-americano era empregado por aqueles que dentro do Estado, resistiam à intenção centralista e homogeneizadora de Capanema⁴⁶.

Além da “incorporação” e generalização da aprendizagem sistemática, associando escola e empresa, a “lei” orgânica do ensino industrial trouxe uma importante novidade para esse ramo do ensino profissional: os cursos técnicos.

Desde há 20 anos, pelo menos, havia estabelecimentos escolares que ministravam cursos técnicos, isto é, os que se destinavam a preparar quadros dirigentes intermediários aos engenheiros e contramestres. A lei que fixou a despesa geral na União para o exercício de 1920⁴⁷, autorizou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (a quem competia a manutenção dos cursos profissionais) a estabelecer convênios com estabelecimentos de ensino (ou não) para o funcionamento de cursos de química industrial com três anos de duração⁴⁸. Cursos de eletrotécnica foram instalados, mais tarde, no Instituto Eletrotécnico de Itajubá (MG) e na Escola de Engenharia Mackenzie (SP). Nesta funcionava, também, um curso de química industrial. Entretanto, esses cursos todos eram livres, isto é, não conferiam diplomas ou certificados reconhecidos oficialmente.

Em 1942, com a “lei” orgânica, o ensino técnico industrial foi organizado como um sistema, isto é, passou a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, articulando-se com os demais cursos. Para isso, concorreram vários fatores. Aumentou a procura por técnicos industriais devido à expansão da produção em certos setores da economia; à necessidade de racionalização do uso dos recursos energéticos e das matérias-primas; à substituição de pessoal estrangeiro de alta qualificação; à necessidade de formação de docentes para os cursos de aprendizagem; e, finalmente, mas não secundariamente, à pressão de alunos e ex-alunos pelo reconhecimento dos cursos existentes de modo a terem assegurados privilégios ocupacionais⁴⁹.

O segundo ciclo do ensino industrial compreendia cursos técnicos com diferentes especialidades (mecânica, metalurgia, química, eletrotécnica, eletrônica e outras) e cursos pedagógicos. Os cursos técnicos de três anos de duração poderiam ter um quarto ano de estágio supervisionado na indústria. Os cursos pedagógicos, de um ano de duração após um curso técnico, no qual se estudavam disciplinas de caráter didático, tinham por objetivo a formação do pessoal docente e administrativo destinado ao ensino industrial.

A articulação do ensino industrial com os demais graus e ramos se dava de modo a facilitar as entradas e a dificultar as saídas. A entrada no curso básico industrial dependia da conclusão do curso primário e da aprovação em exame de admissão àquele curso. A entrada no curso técnico dependia da conclusão do primeiro ciclo

do ensino médio (não necessariamente no ramo industrial) e da aprovação em exames vestibulares. Todavia, a passagem dos concluintes do curso básico industrial para o segundo ciclo do ramo secundário estava vedada. A pretensão do concluinte de um curso técnico industrial de cursar uma faculdade era desincentivada pela exigência de vinculação entre a especialidade cursada no técnico e a pretendida no curso superior. Por exemplo, o técnico industrial que tivesse feito o curso de eletrotécnica só poderia se candidatar a um curso de engenheiro eletricitista. O que tivesse concluído o curso técnico pedagógico poderia se candidatar, também, à seção de pedagogia das faculdades de filosofia.

O Ensino Industrial no Conjunto do Aparelho Escolar

As diversas medidas que foram sendo tomadas no campo educacional desde a organização do Governo Provisório deram forma, ao fim da era de Vargas, a um aparelho escolar com feições estruturais peculiares. Suas principais características, segundo os três graus de ensino eram as seguintes:

(1) O *ensino primário*, com quatro ou cinco anos de duração, destinava-se a todas as crianças de sete a doze anos⁵⁰.

(2) O *ensino médio*, para jovens de doze anos ou mais, compreendia cinco ramos. O ensino secundário⁵¹ tinha o objetivo de formar os dirigentes, pelo próprio ensino ministrado e pela preparação para o superior. Dizia Capanema, na exposição de motivos ao anteprojeto de reforma, que “o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo”. Os demais ramos do ensino médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho especificada para os setores da produção e da burocracia: o ensino agrícola, para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; e o ensino normal, para a formação de professores para o ensino primário⁵². Cada ramo de ensino era dividido em dois ciclos, o primeiro propedêutico ao segundo. O primeiro ciclo do ensino secundário, o ginásio, era propedêutico ao segundo ciclo respectivo, o colégio, e também aos segundos ciclos dos demais ramos. O mesmo não se dava, entretanto, com os primeiros ciclos dos ramos profissionais, preparatórios apenas para seus respectivos segundos ciclos. Com isso, o sistema de ensino brasileiro ficou ainda mais semelhante ao italiano, conforme a reforma Gentile. O currículo do ensino secundário, em particular, teve aumentada de muito a carga de latim⁵³. Além do mais, a estrutura do ensino secundário foi aproximada ainda mais do modelo italiano, com a denominação de ginásio dada ao primeiro ciclo e com a divisão do segundo ciclo, o curso colegial, substituído do complementar (de 1931), em duas seções: o curso clássico e o curso científico. A inspiração do fascismo italiano no ensino primário e médio resultou,

também, na introdução da disciplina educação moral e cívica, da instrução pré-militar, da ênfase no canto orfeônico, na educação física e nos esportes, como práticas cívicas, na criação da Juventude Brasileira. Esta, composta de uma Ala Menor (como os *balila*), para os estudantes da escola primária, e uma Ala Maior (como os *avanguardisti*), para os da escola média, era uma tentativa de usar os mecanismos arregimentadores do fascismo italiano para efeitos de formação ideológica sem a mobilização que o caracterizava (como aos *águias brancas* integralistas), já que a Juventude Brasileira, com seus hinos, estandartes, distintivos e práticas cívicas, era controlada pela burocracia escolar e tinha nos muros das escolas os limites do seu espaço geopolítico. O ensino de religião nas escolas oficiais foi consolidado e constituiu-se o ensino secundário feminino, separando rapazes e moças em classes diferentes, tendo em vista “a natureza da personalidade feminina e a missão da mulher dentro do lar”.

(3) O *ensino superior* permaneceu com a mesma estrutura de 1931. Cada “lei” orgânica referia-se à articulação do ramo de ensino em questão com o superior. Até então, não havia possibilidade para concluintes de cursos não secundários se candidatarem aos exames vestibulares. Depois delas, os egressos de cursos médios profissionais passaram a ter acesso restrito ao ensino superior, podendo se candidatar a cursos “relacionados” com os que haviam feito. Os concluintes do segundo ciclo do ensino secundário não tinham restrições de candidatura.

O longo processo de integração do aparelho escolar desenvolvido desde a criação do Ministério da Educação, em novembro de 1930, continha a proposta de uma escola dual.

Considerando o conjunto das propostas que diziam respeito ao ensino – do Estatuto das Universidades Brasileiras (de 1931) às “leis” orgânicas (1942/46), passando pela Constituição de 1937 –, é possível perceber, na política educacional, uma estrutura idealizada do ensino de contornos bastante definidos.

O ensino primário era considerado comum a todos, embora as diferenças de conteúdo do ensino e dos próprios destinatários entre as escolas particulares e as públicas, e mesmo dentre estas, gerassem, na prática, um padrão discriminatório bastante forte. O ensino de ofícios deveria estar colocado todo em nível pós-primário, embora continuassem existindo escolas de ofícios de caráter assistencial/correcional para menores analfabetos ou de escolarização precária.

O ensino posterior ao primário estava dividido em duas partes: o ramo secundário, formador das elites dirigentes (as “individualidades condutoras”), propedêutico ao ensino superior que o seguia e completava sua formação; e os ramos profissionais (industrial, comercial e agrícola). Esta divisão não correspondia à clássica distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A categoria

trabalho intelectual abrangia tanto o ensino secundário/superior quanto o segundo ciclo dos ramos profissionais, que se destinavam a formar técnicos industriais, agrícolas e comerciais. Apenas o primeiro ciclo dos ramos profissionais é que estava destinado a formar propriamente trabalhadores manuais; para eles estavam destinados os jovens oriundos das “classes menos favorecidas” de que falava a Constituição de 1937. O ensino normal estava colocado também no lado do trabalho intelectual, destinando-se a formar não só trabalhadores para o próprio aparelho de ensino como, também, as reprodutoras biológicas e ideológicas das elites dirigentes.

Embora o segundo ciclo dos ramos profissionais estivesse, como o ramo secundário, do lado do trabalho intelectual, ele oferecia um ensino de segunda classe, excetuando-se algumas escolas/turnos do ensino normal. Assim, é possível que as massas nas quais as “individualidades condutoras” devessem infundir as “concepções e atitudes espirituais” de que seriam portadoras fossem constituídas pelos alunos de todos os ramos profissionais, de primeiro e segundo ciclos, com aquela ressalva.

Permeava as medidas tomadas a partir de 1937, em continuidade com a política educacional autoritária desencadeada em 1930, o objetivo da burocracia do Estado de utilizar o sistema escolar como mecanismo de difusão ideológica, de modo a não só inculcar a ideologia que o legitimava mas, também, impedir que surgissem ideologias alternativas. Vargas foi muito claro a respeito dos objetivos da educação numa entrevista concedida a um jornal alemão, em 1938: “Não sendo uma simples fornecedora de noções e técnicas mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria una e nos interesses sociais que lhes estão incorporados, a educação da mocidade nos preconceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado será um elemento, não só eficaz, como, até, decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo os quais a juventude, agora mais do que nunca, será formada”⁵⁴.

A queda do Estado Novo não foi capaz de deter, de imediato, a dinâmica do processo de constituição do aparelho escolar que se esboçava desde os primeiros dias da era de Vargas. Ainda em 1946, foram promulgados decretos-leis organizando o ensino comercial, o normal e o primário. No âmbito do ramo comercial do ensino médio, por analogia ao que ocorreu no industrial, regulamentou-se a aprendizagem, criando-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O Ministério da Educação e Saúde, criado a partir da fragmentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi, por sua vez, fragmentado, em 1953, nascendo um ministério especializado na educação e cultura, abrangendo também os desportos.

Apenas os aspectos mais manifestos da legislação estado-novista do ensino foram imediatamente revogados: os dispositivos dos decretos-leis que tratavam da Juventude Brasileira, da instrução pré-militar nas escolas, da educação moral e cívica. O aparelho, como um todo, permaneceu de pé. Resistiu por 16 anos às lutas de amplas correntes de opinião que defendiam uma lei de diretrizes e bases da educação nacional conforme a orientação tentada pelos educadores liberais no período 1932/35.

Mesmo após a promulgação dessa lei, em fins de 1961⁵⁵, modificados os traços fundamentais da política educacional do Estado Novo, um aspecto muito importante dela permaneceu, com força aumentada: a aprendizagem de ofícios industriais associando escola e empresa e a entidade onde ela se desenvolve de forma mais acabada – o SENAI.

A dupla estratégia de formação da força de trabalho industrial diretamente ligada à produção foi sendo modificada, na República Populista, com o apoio técnico e financeiro do governo norte-americano ao SENAI e com o progressivo esvaziamento do conteúdo profissional do curso básico industrial⁵⁶. Em 1959, a reformulação do ramo industrial do ensino médio fez com que o objetivo do primeiro ciclo deixasse de ser “o ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional”, em proveito de um curso “com as características de curso secundário do primeiro ciclo e com orientação técnica”, que veio a ser denominado ginásio industrial, a partir de 1961. Por outro lado, desde esse ano, o da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o primeiro ciclo do ensino secundário começou a mudar pelas experiências de introdução, no currículo, de atividades de sondagem vocacional, do que nasceram os “ginásios orientados pelo trabalho”. Esse processo culminou em 1971, com a fusão dos ramos profissionais do primeiro ciclo do ensino médio ao secundário, e destes todos ao ensino primário, constituindo um ensino de primeiro grau com oito anos de duração.

Sem a antiga competidora, a aprendizagem sistemática desenvolvida pelo SENAI foi redefinida pela reforma de 1971, como ensino supletivo a nível de primeiro grau.

NOTAS

1. Jorge Nagle, *Educação e sociedade na Primeira República* (São Paulo: EPU/EDUSP, 1974).
2. Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (São Paulo: Melhoramentos, 1958); Geraldo Bastos Silva, *A educação secundária* (São Paulo: Nacional, 1969); Otaíza Romanelli, *História da educação no Brasil: 1930/1973* (Petrópolis: Vozes, 1976); Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira – a organização escolar* (São Paulo: Cortez e Moraes, 1978); Luís Antônio Cunha, *Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio* (Rio de Janeiro: Eldorado, 1977), e *A universidade temporária – o ensino superior da Colônia à Era de Vargas* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980).

3. Carlos Roberto Jamil Cury, *Ideologia e educação brasileira – católicos e liberais* (São Paulo: Cortez e Moraes, 1978); Marinete dos Santos Silva, *A educação brasileira no Estado Novo* (São Paulo: Livramento, 1980).
4. Maria de Lourdes Fávero, *Universidade & Poder – análise crítica/fundamentos históricos: 1930/45* (Rio de Janeiro: Achiamé, 1980).
5. Celso Suckow da Fonseca, *História do ensino industrial no Brasil* (Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961).
6. No discurso de posse, em novembro de 1930, dizia Francisco Campos do objetivo do ministério: “sanear e educar o Brasil constitui o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros”. Cinco anos depois, dizia Capanema, seu continuador no ministério, que “ele visa melhorar o homem, na sua saúde, nas suas qualidades morais, nas suas aptidões intelectuais, para dele fazer um eficiente trabalhador”.
7. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931.
8. Esse paralelismo era reforçado pela existência de um Conselho Consultivo do Ensino Comercial, distinto do Conselho Nacional de Educação, este formado por representantes dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, ambos no âmbito do Ministério da Educação.
9. Se o bacharel defendesse tese diante da congregação da escola, receberia o diploma de doutor em ciências econômicas.
10. Decretos nº 3.763, de 1º de fevereiro e nº 3.863, de 30 de abril, ambos de 1932.
11. Para maiores detalhes a respeito dessas medidas, bem como sobre as modificações posteriores, consultar Clarice Nunes, “A iniciação profissional do adolescente nas escolas técnicas secundárias na década de trinta”, *Forum Educacional*, ano IV nº 3, julho/setembro de 1980.
12. Para um estudo aprofundado sobre essa questão, sumariada em seguida, consultar a excelente dissertação de mestrado de Marluce Moura de Medeiros, *Estradas de ferro e ensino industrial: um estudo de caso*, apresentada ao IESAE/FGV, Rio de Janeiro, 1980.
13. Eram elas: Estrada de Ferro Sorocabana, São Paulo Railway, Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.
14. As séries metódicas foram desenvolvidas por Victor Della Vos, diretor da Escola Técnica Imperial de Moscou, a partir de 1875, para enfrentar a necessidade de formação de grande quantidade de trabalhadores qualificados para apoiar a expansão das ferrovias da Rússia. As séries metódicas vieram a substituir os padrões artesanais de aprendizagem de ofícios.
15. Um exemplo da importância da manutenção, nessa conjuntura, é o da indústria têxtil. Em 1943, sua capacidade produtiva estava plenamente empregada e o equipamento, obsoleto e desgastado. Entretanto, neste ano, não se conseguiu importar um tear sequer.
16. A conjuntura econômica brasileira, com “oferta ilimitada de força de trabalho”, fazia com que as indústrias não se interessassem por contratar menores como aprendizes, embora isso pudesse ser de seu interesse, a longo prazo. O Estado, forçando o emprego e a formação profissional dos menores, estava agindo conforme os interesses coletivos dos industriais, através de medidas aparentemente contrárias a eles, mas de função semelhante às das leis inglesas do século anterior que limitavam o trabalho infantil.

17. Decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939.
18. Decreto nº 6.029, de 26 de julho de 1940.
19. A parcela do custo que cabia ao Estado correspondia à diferença entre os juros vigentes no mercado financeiro e os que seriam cobrados aos industriais para instalação e manutenção dos cursos.
20. Suckow da Fonseca, *op. cit.*, vol. 1, p. 491.
21. Para uma apresentação diferente desses fatos, numa perspectiva não conflituosa, ver Roberto C. Simonsen, *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. (São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973), cap. 8.
22. Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.
23. Essa intervenção ocorreu, na melhor das hipóteses, apenas de forma “confirmativa”.
24. Como Roberto Mange, Joaquim Faria Góis Filho foi um dos primeiros diretores regionais do SENAI, ocupando o DR/RJ. Posteriormente, foi diretor do Departamento Nacional, de 1948 a 1961.
25. Decreto nº 10.009, de 16 de abril de 1942.
26. A partir de 1945, os diretores dos departamentos passaram a ser nomeados pelo presidente do Conselho Nacional.
27. Posteriormente, com a ampliação da área de atuação do SENAI, os conselhos regionais e o Conselho Nacional passaram a ter um membro a mais, representante dos empresários dos setores de transportes, comunicações e pesca.
28. É instrutivo lembrar que as escolas técnicas federais, nascidas após a “lei” orgânica, das antigas escolas de aprendizes-artífices, só tiveram suas atividades dinamizadas e integradas às necessidades do mercado a partir de 1959, quando elas ganharam relativa autonomia e passaram a ser dirigidas por um Conselho de Representantes integrado por industriais, educadores e delegados do governo federal.
29. O SENAI se chamava, primeiramente, Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários. A partir do decreto-lei nº 4.936, de 7 de novembro de 1942, passou a se chamar Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, abrangendo, então, o ensino de ofícios que não eram próprios dos “industrializados”, como os de marítimos, aeroviários, pescadores, telefonistas, etc.
30. Decreto-lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. segundo.
31. Decreto-lei nº 9.576, de 12 de agosto de 1946. Pelo decreto-lei nº 4.481, de 16 de julho de 1942, não havia teto estipulado, mas, por outro lado, previa-se a fixação do número total de aprendizes a matricular no SENAI, referido ao número *total* de empregados, de todas as categorias, o que contrariava os interesses das empresas que empregavam grande número de trabalhadores não qualificados, particularmente a construção civil, assim como as que tinham grande proporção deles em atividades burocráticas. A Consolidação das Leis do Trabalho (decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) revogou esta previsão.
32. Portaria nº 470, de 7 de agosto de 1946.
33. Decreto-lei nº 6.246/44.
34. Esse adicional permaneceu quando a contribuição passou a ser proporcional à soma dos salários pagos.
35. Como as contribuições previdenciárias e a relativa ao SENAI eram proporcionais ao montante dos salários, a fiscalização do recolhimento de uma facilitava a fiscalização da outra. Essa a razão da escolha do IAPI para agência de recolhimento.

36. Essa comissão, presidida pelo ministro Gustavo Capanema, era composta por Horácio da Silveira, Lourenço Filho, Leon Renault, Francisco Montojos e Rodolfo Fuchs. Roberto Mange, o criador do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional e futuro diretor do Departamento Regional do SENAI, em São Paulo, assessorou a comissão, ao lado de representantes das forças armadas.

37. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

38. Essa lógica, entretanto, só foi explicitada quatro anos depois, pela "lei" orgânica do ensino primário.

39. Essa função não é explícita na "lei" orgânica, nem na exposição de motivos que a acompanhou. Entretanto, entrevistas com educadores da época, permitiram a sua constatação. As razões manifestas, como em outras ocasiões, prenderam-se a problemas psico-pedagógicos: a impropriedade da escolha profissional precoce.

40. Os cursos de mestria mostraram-se infrutíferos, pois seus concluintes eram muito jovens (cerca de 18 anos) e não tinham a experiência que permitisse e legitimasse sua posição dirigente relativamente aos operários, geralmente de mais idade. A atividade artesanal era, já naquela época, marginal e pouco rentável, não comportando, em termos de custos (sociais) a formação de profissionais. O ressurgimento do artesanato no Brasil, já então artesanato de luxo, resultou de processos econômicos e sociais emergentes na segunda metade da década de 60 e prescindiu, também, de escolas para a qualificação dos produtores.

41. Prevvia-se, também, o oferecimento de cursos extraordinários de continuação, de aperfeiçoamento e de especialização. Não foram, entretanto, significativos.

42. A "lei" orgânica previa que os cursos de aprendizagem pudessem ser também desenvolvidos nas escolas industriais e técnicas mediante convênio das empresas ou dos "serviços" com estas.

43. "Lei" orgânica do ensino industrial, art. nono, parágrafo primeiro.

44. *Idem*, artigo nono, parágrafo primeiro.

45. Na sua formulação original, a "lei" orgânica previa a possibilidade de articulação entre o curso de aprendizagem e o restante do sistema de ensino. O aprendiz que terminasse o curso e desejasse continuar seus estudos, mesmo que fosse dentro das fronteiras do ensino industrial, deveria candidatar-se à admissão na primeira série de um curso básico. A permissão da entrada na segunda série foi saudada pelos educadores da época como medida de grande alcance em termos da democratização do ensino, pois "abriria as portas da universidade aos simples aprendizes". Para uma colocação deste tipo, ver Suckow da Fonseca, *op. cit.*, vol. I, p. 292.

46. É interessante notar que a contratação de técnicos estrangeiros para o ensino industrial refletia esse conflito. No início de 1942 no contexto do progressivo alinhamento do governo brasileiro com os Aliados, foram contratados técnicos suíços, ligados à tradição da escola de ofícios que Capanema desejava preservar, e técnicos norte-americanos, ligados aos padrões de aprendizagem que viriam a ser desenvolvidos pelo SENAI.

47. Lei nº 3.991, de 5 de janeiro de 1920.

48. Os estabelecimentos foram os seguintes: escolas politécnicas ou de engenharia do Rio de Janeiro, de Ouro Preto, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de São Paulo, da Bahia e de Pernambuco; Museu Comercial do Pará e Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Niterói.

49. Cunha, *Política Educacional no Brasil* cap. 3.

50. Decreto-lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946.

51. Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942.

52. Os ramos profissionais do ensino médio foram instituídos, respectivamente pelos seguintes decretos-leis: nº 9.613, de 20 de agosto de 1946; nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942; nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943 e nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Alguns desses decretos-leis saíram em 1946, após a queda do Estado Novo, mas seguiam as linhas gerais dos elaborados no seu auge, retirando-se apenas as referências mais explícitas ao regime. Por isso, apresento todos eles como componentes da mesma política educacional.

53. A reforma do ensino secundário de Francisco Campos diminuiu a carga de latim em proveito do estudo de ciências, o que provocou a reação da corrente de pensamento contrária aos “estudos modernos” e favorável aos “estudos clássicos”, convergente com o objetivo da escola secundária de formar as “individualidades condutoras”, e não a força de trabalho diretamente ligada à produção. Um dos expoentes dessa corrente de pensamento foi o padre Arlindo Vieira, cujos livros formalizaram o projeto de um novo currículo, posteriormente assumido por Capanema. Para detalhes sobre esse ponto, consultar Bastos Silva, *A educação secundária*, pp. 295-296.

54. Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil*. (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940), vol. 6, p. 156.

55. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

56. Luís Antônio Cunha, “Ensino secundário e ensino industrial: análise da influência recíproca”, *Síntese*, nº 18, janeiro/abril 1980; e Clarice Nunes, *Escola e dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem*. (Rio de Janeiro: Achiamé, 1980).

**O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DAS
UNIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA:
Um Panorama Comparativo (1920-1940)**

Daniel Levy

Tradução de Lúcia Hippólito

Somente às vésperas da Revolução de 1930 é que o Brasil começou a desenvolver um sistema universitário. Utilizando a terminologia amplamente adotada nas teorias de dependência, a educação superior brasileira poderia ser rotulada de “desenvolvimento ultratardio”. A Europa, é claro, possuía universidades fundadas já na Idade Média; entretanto, mesmo o resto do Novo Mundo caminhou muito mais rapidamente que o Brasil. A América espanhola já tinha universidades desde o século XVI e implantou outras no século XVII. A América inglesa tinha importantes *colleges** desde o século XVII e criou muitos outros no século XVIII. A América portuguesa não tinha nada comparável; somente no século XVIII o Brasil abriu suas primeiras faculdades. No entanto, o crescimento foi tão extraordinário que, no final da década de 1960, o Brasil apresentava o maior sistema de ensino superior da América Latina, e embora mais da metade das matrículas estivessem nas escolas isoladas, detinha o maior setor universitário no final dos anos 70¹.

O propósito desse artigo é compreender o desenvolvimento do ensino superior brasileiro, no contexto de outras experiências na América Latina². Para ilustrar, serão também feitas comparações com os Estados Unidos. Enfocarei os dois principais modelos institucionais, que no Brasil datam de pouco antes a pouco depois da revolução. Esses modelos são a universidade pública, geralmente datada de 1920 ou de 1934, e a universidade privada, de 1940 ou 1946. Embora eu inclua aqui algumas referências muito breves às escolas isoladas em minha análise sobre o Brasil, não abordarei sua evolução em outros lugares.

Em comparação com a América espanhola, é espantoso notar o quanto foi curta, no Brasil, a precedência do setor universitário público sobre o setor privado. Na América espanhola, a defasagem temporal entre o público e o privado foi muito maior. Ao tempo da revolução no Brasil, as universidades privadas estavam apenas surgindo em alguns países da América espanhola; já tinham sido criadas em uns poucos países, e ainda não existiam em muitos. Mas havia universidades públicas em todos eles. A justaposição das origens das universidades públicas e privadas ajuda a explicar como o Brasil emergiu com o maior setor privado de ensino superior, em termos proporcionais, de toda a América Latina. Somente a

* *College* – instituição de ensino superior que oferece cursos de estudos gerais e onde são necessários quatro anos de estudo para se obter um grau de bacharel. Não tem correspondente exato na estrutura educacional brasileira. Assim, será mantida a grafia original (NT).

Colômbia (com 52% em 1975) consegue aproximar-se do índice brasileiro de 65% de matrículas privadas³. A maioria das nações do mundo possui hoje sistemas inteiramente públicos. No Brasil, a emergência de um vasto setor privado pode ser parcialmente compreendida a partir de um lento crescimento do setor público estatal. Por conseguinte, enfocarei a sincronização público-privada por dois motivos. Em primeiro lugar, por constituir-se em um fator muito importante, embora não seja o único, na determinação das relações históricas e mesmo atuais entre o Estado e a universidade no Brasil. Em segundo, porque esse fator tem evidentes e relevantes raízes na era revolucionária, tema central de nosso seminário.

Em termos de desenvolvimento universitário, o Brasil se aproxima mais da África colonial do que da América colonial espanhola. Os ingleses só pensaram seriamente na criação de instituições de ensino superior na África depois da Primeira Guerra Mundial e, especialmente, depois da Segunda. Os franceses tampouco fizeram melhor, embora – fiéis à política de tentar integrar suas colônias à metrópole – se tivessem encarregado de enviar estudantes africanos para a França. Bélgica e Portugal realizaram muito pouco em suas colônias africanas, e Portugal manteve a mesma postura em relação ao Brasil. As reivindicações dos jesuítas por uma universidade foram recusadas já em 1592⁴. A expulsão dos jesuítas (1759) acarretou grandes prejuízos à causa da universidade. Em 1789 foi esmagada uma tentativa de criar uma universidade local, segundo o modelo da Universidade de Coimbra. O Brasil contava com umas poucas faculdades isoladas, que preparavam para o exercício profissional, e continuava enviando estudantes para Coimbra. A Faculdade de Direito de Recife, por exemplo, desempenhou relevante papel no treinamento das elites⁵.

Nenhuma universidade foi criada quando o Brasil se tornou a sede do império português (1808), nem quando ficou independente (1822), muito menos quando se proclamou a República (1889). Na realidade, o desenvolvimento do ensino público nos níveis primário e secundário era também muito lento, e exercia pouca pressão para que fosse criado um setor universitário. Houve, certamente, várias tentativas de se construir um sistema de ensino público viável, desde os tempos do marquês de Pombal⁶.

No século XX, um importante esforço se realizou com o movimento da Escola Nova, liderado por figuras como Anísio Teixeira. À medida que o Brasil passava por importantes mudanças econômicas (alta do café, substituição de importações, industrialização), sociais (decadência da oligarquia tradicional e ascensão das camadas médias urbanas) e políticas (Revolução de 30), tornava-se cada vez mais claro que a expansão educacional, inclusive a do ensino superior, encontrava-se em doloroso atraso. A revolução e as causas que a desencadearam foram importantes estímulos para o desenvolvimento de um sistema universitário brasileiro, há tanto tempo esperado. (Nessa época, é claro, o Brasil já possuía pelo menos algumas importantes faculdades em funcionamento).

Se a Universidade do Brasil foi, formalmente, a primeira universidade brasileira (1920), as primeiras universidades de fato foram as bem-sucedidas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, criadas em meados dos anos 30. Em 1931, a política brasileira de ensino superior era fixada no Estatuto das Universidades Brasileiras, que consagrava a universidade como o modelo institucional apropriado para o ensino superior. Embora bastante louvado, o documento não foi seguido com o mesmo entusiasmo. Em 1937, o Brasil possuía apenas quatro universidades.

Comparando o Brasil com a América espanhola, ao tempo em que o primeiro apenas começava a criar suas universidades, constata-se que o desenvolvimento ultratardio refere-se basicamente à *universidade pública*. Quase todas as universidades das América espanhola de então eram públicas. Colômbia e Chile tinham importantes universidades privadas, mas seus sistemas universitários eram esmagadoramente públicos.

Como surgiram os sistemas públicos da América espanhola? De uma maneira geral, podemos identificar três fases. Entretanto, não são fases determinísticas ou mutuamente excludentes. A primeira é a da criação das universidades coloniais, geralmente pontifícias e reais, combinando as autoridades da Igreja e da Coroa. Em seguida, principalmente depois da independência, no século XIX, essas instituições evoluíram e criaram-se novas, já com o caráter mais acentuadamente público. Finalmente, a maior parte das universidades públicas conseguiu algum grau – embora variável – de autonomia em relação ao Estado, depois das reformas de Córdoba (Argentina), em 1918.

Para acompanhar a evolução do sistema público, é útil focalizar um caso específico. Um dos mais importantes e talvez o mais venerável seja o da Universidade Nacional do México⁷. O México foi extremamente bem-sucedido na implantação da mais importante universidade da era colonial. Enquanto os peruanos citam a Universidade de São Marcos como a primeira legalmente estabelecida no Novo Mundo (1551), os mexicanos apontam a sua Universidade Real e Pontifícia como a que mais cedo entrou em funcionamento (1553). Cerca de 150 mil estudantes graduaram-se nas universidades coloniais espanholas; destes, 40 mil eram mexicanos⁸.

As reivindicações por uma universidade no México iniciaram-se em 1536. Em 1539, o *cabildo* da Cidade do México requereu formalmente ao rei a fundação de uma universidade. O rei concordou, e o papa sancionou mais tarde uma universidade copiada fielmente da universidade espanhola de Salamanca. Eis um caso de transferência institucional direta, que não encontra paralelo na América portuguesa. E a universidade, por maiores que fossem suas tendências conservadoras a servir ao *status quo*, deu valiosas contribuições ao ensino e à cultura. Rapidamente, tornou-se uma instituição importante para o fornecimento de quadros às elites mexicanas.

A independência política (1821) naturalmente trouxe o fim da universidade colonial do México, mas não estava claro que uma nova universidade pública fosse emergir. De fato, os conservadores fizeram o possível para preservar a característica básica da Universidade Real e Pontifícia. Entretanto, os liberais pressionavam por sua total extinção e pelo estabelecimento, em seu lugar, de uma nova universidade, baseada no emergente modelo francês, napoleônico. Seguiu-se uma agitação tão intensa que a universidade foi sucessivamente fechada e reaberta, até seu desaparecimento final, em 1867. Assim, até 1910 o ensino superior mexicano, tal como o brasileiro, esteve baseado em faculdades isoladas. Não obstante, é preciso enfatizar que o México era, de certa forma, atípico entre as nações recém-independentes da América espanhola, se considerarmos o *grau* de dificuldade que teve para passar à segunda fase, a da instalação de uma universidade pública. Em 1910 essa etapa foi coroada com uma universidade pública explicitamente orientada por seus criadores positivistas para servir ao Estado. Se o positivismo foi excepcionalmente poderoso, tanto no Brasil como no México, somente no último ele reivindicou uma universidade para servir ao progresso, através da ciência e da ordem.

A transição mexicana para a terceira fase, a de uma universidade pública autônoma, é razoavelmente típica do padrão da América espanhola, ressaltando-se, evidentemente, que as experiências nacionais variaram consideravelmente. É ilusória a imagem popular de uma grande vitória em Córdoba (obtida pelos estudantes argentinos que reivindicavam autonomia), espalhando-se rapidamente pelo continente. Algumas nações, como Argentina, Uruguai e Peru, adotaram inicialmente muitos dos princípios de Córdoba. Outras não o fizeram, nem mesmo em providências formais, quanto mais na prática. Afinal, o Estado adquirira considerável poder na segunda fase. Administrava suas próprias universidades públicas, que dele dependiam totalmente para sua criação, reconhecimento, legitimidade, verbas, nomeação de pessoal e orientações acadêmicas básicas. Por que o Estado abria mão de parte de seu poder, particularmente se continuaria a fornecer quase todos os recursos financeiros às universidades públicas?

Parte da resposta relaciona-se à pressão estudantil. Essa pressão geralmente está inserida em um movimento mais amplo das classes médias no sentido de uma abertura maior da sociedade para absorver aspirações de mobilidade. A rebelião inicial dos estudantes argentinos em Córdoba só pode ser compreendida nesses termos. Pressões similares ocorreram mais tarde na maioria das outras nações da América espanhola. Os estudantes mexicanos tornaram-se especialmente ativos no final da década de 1920. Certamente, a concessão de autonomia pelo governo mexicano significou um atendimento parcial das demandas estudantis. Mas aspectos políticos mais sutis desempenharam, de fato, importante papel.

O Estado concedeu autonomia, em grande parte para se livrar de responsabilidades que considerava onerosas e perigosas. A universidade havia se mostrado um

fardo excessivo, por demais difícil de administrar diretamente. O Estado chegou mesmo a cortar temporariamente todos os subsídios à universidade, esperando provavelmente vê-la definhando até a morte, para então substituí-la por uma instituição estatal que pudesse controlar inteiramente. Não é de se estranhar que muitos marxistas, tanto críticos como defensores do regime, considerassem a concessão de autonomia parcial (1929) e total (1933) como uma terrível abdicação da autoridade própria ao Estado, como um passo indefensável na direção da “privatização” da universidade. A maioria dos funcionários universitários estava mais preocupada com a própria sobrevivência da instituição.

Esta experiência com a universidade autônoma nos anos 30 foi tão insatisfatória que todos os grupos trabalharam para estabelecer um híbrido público-autônomo. A universidade necessitava das verbas e da boa vontade governamentais para enfrentar suas dificuldades. O Estado se transformava, abandonando seu caráter revolucionário em troca de uma orientação mais conservadora, e para tanto necessitava de tranquilidade, do apoio político das classes médias e de um bem conceituado local de treinamento para suas elites. Fez-se então um acordo, cujos principais termos vigoram até hoje. A universidade é ao mesmo tempo uma corporação pública, nacional e uma instituição autônoma. Deve fornecer educação superior, treinamento profissional e técnico úteis à sociedade, realizar pesquisas principalmente sobre problemas e condições nacionais, e distribuir os benefícios da cultura. Para que estes objetivos públicos fossem alcançados, foram concedidos subsídios anuais e autonomia em assuntos administrativos. Além disso, constituiu-se um conselho diretor para nomear o dirigente executivo da universidade. Esse procedimento foi considerado mais adequado do que a escolha, por uma assembléia de toda a universidade, evidentemente mais democrática, de um reitor que trabalhasse em perfeito acordo com o Estado.

O caso mexicano ilustra a ambigüidade inerente à justaposição público-autônoma. Enquanto muitos funcionários do governo temiam que a autonomia fosse excessiva, estudantes e professores denunciavam uma capitulação ao Estado, um retrocesso em relação à luta pela autonomia travada em Córdoba. De fato, o equilíbrio entre público e autônomo tem sido sutil, impreciso e variável no decorrer dos anos.

Generalizando para a América espanhola como um todo, observa-se que a natureza do Estado determina uma série de coisas. Por exemplo, regimes fortemente autoritários (ou burocrático-autoritários), como os da Argentina e do Chile contemporâneos, cercearam claramente a autonomia universitária⁹. Em muitos outros casos, a autonomia adquiriu um sentido mais amplo do que no México. Algumas vezes, ela foi associada a um maior grau de *co-gobierno*, ou seja, a noção de uma participação significativa de estudantes e professores na administração universitária, contida na reforma de Córdoba.

Se tentarmos estabelecer de um modo muito amplo as características mais comuns das universidades públicas autônomas da América espanhola, em

comparação com os sistemas de segunda fase, napoleônicos ou europeus continentais, encontraremos um poder consideravelmente maior nas mãos dos estudantes, um poder a grosso modo comparável e substancial nas mãos dos professores e catedráticos, talvez um pouco mais de poder nas mãos dos administradores universitários (embora muito menor que nos Estados Unidos ou na Inglaterra), e possivelmente um pouco menos nas mãos dos ministros (embora muito maior que nos Estados Unidos e na Inglaterra).

Mesmo em universidades típicas da segunda fase, é muito difícil estabelecer o equilíbrio entre o poder do Estado e a autonomia universitária¹⁰. A preponderância da autoridade formal de que o Estado se investe é compensada, na realidade, pelo significativo poder que possuem os profissionais da universidade de estabelecer currículos e pedagogias e mesmo regulamentos abrangentes para todo o sistema, através da participação nos conselhos nacionais com poder decisório. Todas estas qualificações também podem ser encontradas na terceira fase, e neste caso uma maior autonomia pode ser acrescentada na seleção de currículos, nomeação de funcionários e distribuição de recursos institucionais.

Deve-se deixar ao leitor brasileiro a tarefa de julgar onde se enquadram suas diversas universidades públicas, entre os dois tipos ideais – as universidades napoleônicas e as universidades públicas mais autônomas. Certamente encontraremos variações, ao comparar fundações e autarquias. Apesar de importantes, essas diferenças são bem menos relevantes do que a diferença entre a existência de algumas universidades públicas e sua inexistência de todo. *Antes que o Brasil chegasse a ostentar uma universidade, as universidades públicas da América espanhola já haviam atravessado importantes estágios em seu desenvolvimento.*

A dicotomia privado-pública

O clamor pela criação de um setor universitário privado já era bastante intenso quando o setor público no Brasil apenas começava a ser lançado. O setor público brasileiro nunca chegou a ter a chance de apresentar a pretensão legítima de ser, indisputadamente, o setor universitário. Em comparação com o restante da América Latina, o modelo incomum de desenvolvimento institucional no Brasil teve origem no lento desenvolvimento de seu setor público. O setor privado brasileiro originou-se, de fato, mais ou menos ao mesmo tempo que os setores privados em muitos países da América Latina. Mais ainda, a lógica fundamental para a criação das universidades privadas iniciais foi similar, no Brasil e na América espanhola.

O ponto-chave foi a reação católica contra a secularização pública. Os intelectuais católicos brasileiros lutaram por uma educação confessional, contra os positivistas e o movimento da Escola Nova, que reivindicavam para o ensino uma orientação leiga e pública¹¹. Os intelectuais católicos insistiam em que o Brasil

deveria evitar o materialismo, tanto o norte-americano (individualista) quanto o comunista (estatizante). Alguns católicos concentraram-se nos níveis primário e secundário da educação, outros no ensino superior. As universidades católicas foram consideradas necessárias para uma “reunificação moral” do Brasil, para a cruzada pela recristianização da sociedade e do Estado.

Embora a Revolução de 1930 tenha ferido muitos interesses oligárquicos tradicionais, a influência da Igreja aumentou à medida que faltava homogeneidade ao novo regime, e ela procurava obter todo o apoio possível. Os anticomunistas foram especialmente bem-vindos. É extremamente irônico que a campanha pela criação de universidades católicas tenha sido apoiada pela mesma revolução que podia ser identificada com muitos dos motivos de preocupação da Igreja (progresso material, mudança social e industrialização amorais, prioridade para a gratificação através do consumo em prejuízo da gratificação espiritual). Uma das demandas da Igreja era a reintrodução da educação religiosa nas escolas públicas primárias e secundárias; isto foi conseguido em 1931. Outra, um ensino universitário confessional. À medida que ficava claro para os líderes católicos que seria impossível penetrar nas universidades públicas, redobravam-se os esforços pela criação de universidades católicas.

Em 1934, ano da fundação da Universidade de São Paulo, o Primeiro Congresso Católico sobre Educação apelou para a criação de uma universidade católica, o mais rapidamente possível. Tinham ocorrido alguns antecedentes estruturais, e o principal esforço agora era reunir as faculdades isoladas existentes. Os jesuítas assumiram a maior parte das importantes responsabilidades pedagógicas e administrativas. Foi constituída uma sociedade civil para reunir os recursos financeiros necessários e, em 1940, a Universidade Católica do Rio se tornou a primeira universidade privada do Brasil, recebendo autorização oficial do presidente Getúlio Vargas. Os cursos se iniciaram em 1941, e somente em 1946 a instituição cumpriu todos os requisitos oficiais para receber o *status* de verdadeira universidade¹². O Vaticano concedeu o *status* pontifício em 1947. Em pouco tempo, o Brasil tinha pontifícias universidades católicas (PUCs) em São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

As primeiras universidades privadas da América espanhola foram igualmente católicas. Elas também se desenvolveram como reação ao crescimento da secularização pública. Enquanto no Brasil esta reação foi imediata, na América espanhola o setor universitário público já estava instalado há anos, quando a reação católica adquiriu força. Entretanto, não devemos nos prender demasiadamente à identificação das universidades *coloniais espanholas* com o setor público. Talvez fossem mais públicas do que privadas, mas corremos o risco de aplicar conceitos contemporâneos históricos de natureza diversa. As universidades coloniais foram geralmente concebidas como o braço educacional tanto da Coroa como da Igreja. Uma separação mais real só emergiria depois dos movimentos de

independência, principalmente em função do advento de Estados crescentemente laicizados. As universidades público-privadas se tornaram verdadeiramente públicas.

Uma das mais importantes lutas do século XIX na América espanhola, travada numa nação após a outra, opôs liberais, que propunham a laicização, a conservadores, que a ela eram contrários. A educação se transformou em uma das arenas institucionais mais decisivas, na qual essa batalha era travada. Os liberais estavam fortemente influenciados pelo iluminismo europeu. Advogavam o controle do Estado sobre a educação e repetidamente solicitaram o completo banimento de todas as influências da Igreja, particularmente quando os radicais, associados à franco-maçonaria, ganharam força política. Quase no final do século, o positivismo fortaleceu a noção de que o progresso científico deveria barrar naturalmente a interferência religiosa. Os conservadores, por outro lado, desejavam preservar a influência clerical e manter a íntima trindade Igreja-Estado-Universidade. Em geral, foram derrotados.

Universidades nacionais foram criadas em toda a América espanhola. A Universidade Nacional da Colômbia (1826) e a universidade pública de Cauca (1827) são representativas dessa tendência geral. As três universidades coloniais do Equador, cada uma fundada por uma ordem religiosa, transformaram-se numa única universidade pública. Em outros lugares, os clérigos foram afastados do magistério e as faculdades de teologia foram fechadas. Baseadas no modelo napoleônico, as universidades nacionais foram sustentadas e controladas pelo Estado. Orientavam-se para as profissões, principalmente para as mais laicizadas, como o direito civil. O trio inicial se transformou no duo Estado-Universidade. Enquanto a Igreja permanecia quase a mesma, o Estado se transformava e se desassociava das políticas eclesiásticas.

Da mesma forma que a Igreja e o Estado, os conceitos de privado e público se tornaram diferenciados. As universidades vieram a ser públicas. De fato, as universidades públicas detiveram um quase-monopólio na maior parte da América Latina durante praticamente todo o século XIX.

Só lentamente é que a Igreja retomou seu caminho de volta à esfera universitária, mas iria tornar-se a principal força na criação das primeiras universidades privadas na América Latina. Em toda esta região, somente seis universidades privadas, todas católicas, são anteriores ao século XX. Delas, apenas duas se localizavam fora da Colômbia – uma na Bolívia e outra no Chile. Em 1920 eram oito, e 11 em 1930, instaladas em apenas quatro países¹³. A Igreja, na maioria dos países, confiou em seus seminários para subsistir em seu próprio enclave social. Nas décadas subseqüentes, em sua “reabertura para o mundo”, a Igreja passou a necessitar de instituições devotadas a um largo espectro de assuntos e a uma integração entre objetivos religiosos e outros. Enfim, necessitava de universidades.

Após mais de um século na defensiva, as universidades católicas se constituíram em respostas religiosas organizadas ao caráter público da universidade do Estado-nação. Já em 1945, a Constituição do Equador consagrava a educação leiga, e continha diretrizes fortemente antiprivatistas. Mas a Constituição de 1946 defendia o direito dos pais de escolherem a escola para seus filhos e abria caminho para a concessão de recursos governamentais às instituições privadas. Contra a oposição da esquerda – liderada pela Universidade Nacional, pelo Partido Comunista e pelo Partido Liberal –, o Partido Conservador e a Igreja venceram uma importante batalha: uma universidade católica foi incentivada a imunizar os estudantes contra o “vírus do ateísmo”, que havia triunfado na universidade pública¹⁴. Os governos de Velasco Ibarra (1952-1956) e de Ponce Enríquez (1956-1960) apoiaram a posição diretista.

Provavelmente, a Argentina oferece o melhor – ou no mínimo o mais importante – exemplo de nossas generalizações sobre o desenvolvimento inicial das universidades privadas na América espanhola. Nenhuma nação enfrentou luta mais polarizada entre forças que defendiam esse desenvolvimento e a oposição, entrincheirada no setor público. Os defensores da universidade confessional citavam a existência anterior de escolas primárias e secundárias privadas. Envolviam seus argumentos com a retórica da reforma – liberdade de educação tinha que significar liberdade para iniciativas não-governamentais. Eles estavam bastante perturbados com o “espírito absorvente do governo federal” e com a ideologia liberal “que procurava no próprio Estado a solução para todos os problemas”¹⁵.

Na realidade, porém, o movimento em prol das universidades católicas foi apenas o coroamento de uma história longa e até então frustrante. Não foi tanto o movimento, mas o Estado que mudou. Já em 1910 fundou-se uma universidade católica, como uma alternativa religiosa às universidades públicas leigas. Mas essa universidade não conseguiu obter o reconhecimento do Estado, da Suprema Corte ou mesmo da poderosa Universidade de Buenos Aires. Assim, em pouco tempo, ela desistiu da luta. Com a queda de Juan Perón, em 1955, evento que contou com a participação da Igreja, teve início, na Argentina, um período de democracia liberal. Tal como no Brasil em 1930, o novo regime procurou o apoio da Igreja. Além disso, teria sido muito difícil, para um regime com aquelas características, opor-se ao argumento da liberdade de educação.

Entretanto, a oposição à criação de universidades católicas era ainda muito intensa. Os críticos alegavam que permitir esta criação seria propiciar uma vitória total à causa conservadora, dada a longa tradição reacionária da Igreja argentina; significaria trair as preciosas tradições liberais laicizantes. Representaria, ainda, uma ameaça clara às universidades públicas existentes, na medida que atrairia os estudantes mais ricos e enfraqueceria o compromisso do Estado com o setor público. Os opositores lutaram bravamente contra a criação de universidades privadas e, mais tarde, contra os dispositivos que concediam a essas universidades

o direito de fornecer diplomas para o exercício profissional. Fundamentalmente, entretanto, eles foram derrotados quando o presidente Arturo Frondizi cerrou fileiras ao lado dos católicos (e contra seu próprio irmão, então reitor da Universidade de Buenos Aires). Não obstante, os opositores conseguiram vitórias parciais: restringiram a alguns campos o direito de as universidades privadas concederem diplomas e asseguraram à universidade pública a inspeção e a revisão das práticas acadêmicas, durante os primeiros 15 anos de existência das novas universidades privadas¹⁶.

Desde o início do século XX até a década de 50, a Argentina deparou-se com dilemas similares aos que o Brasil enfrentou entre as décadas de 20 e 30. Em ambos os países, o confronto entre liberais e conservadores tinha raízes no século XIX e nas lutas anteriores em torno da secularização e do controle público. Os movimentos católicos nos dois países estavam, agora, reagindo fortemente ao esquerdismo observado nas universidades públicas. A Igreja se utilizava de seu recém-descoberto poder político para forjar alianças com o Estado. Uma diferença importante, entretanto, residia no estabelecimento mais sólido da universidade pública na Argentina. A primeira universidade, a de Córdoba, havia sido fundada em 1713, e durante o século XIX – mais ainda no século XX – a Universidade de Buenos Aires, também pública, se tornara a maior e mais importante instituição de ensino superior de toda a América Latina. Dessa forma, restava ao setor privado uma chance muito pequena de adquirir na Argentina a posição importante que adquiriu no Brasil.

Ironicamente, um dos principais fatos que facilitaram a criação de universidades católicas, na Argentina e em outros países, foi a reforma de Córdoba, de inspiração progressista. Esta reforma de classe média objetivava modernizar a universidade, em oposição aos interesses oligárquicos arraigados. Contribuindo para aumentar a autonomia institucional em relação a vários governos, a reforma, em certo sentido, fez com que as universidades nacionais se tornassem mais privadas, do ponto de vista administrativo. Igualmente importante é que os defensores da liberdade – e até do pluralismo – das instituições de ensino superior receberam um grande estímulo. Tal como no caso argentino, os futuros fundadores de instituições privadas e católicas teriam um forte precedente simbólico para pressionar os regimes políticos liberais. E qualquer recuo em relação ao princípio napoleônico de sistemas puramente públicos, dependentes da administração pública nacional, representaria uma vitória para o ensino superior privado que, até recentemente, era representado pela universidade católica, na maioria dos países da América Latina.

Os dados revelam como foi importante a motivação religiosa na criação da primeira fornada de universidades privadas na América espanhola, tal como no Brasil. A única universidade privada existente no Paraguai, no Panamá e em Porto Rico, e as duas únicas da Bolívia eram católicas. As três primeiras da Colômbia também o eram, assim como as duas primeiras do Equador e da Venezuela. A

primeira universidade privada da República Dominicana era católica (1962), mas as duas seguintes eram leigas. No Chile, a primeira universidade privada era católica (1888), mas das cinco seguintes somente uma o era. No Peru, também a primeira universidade era católica (1917), mas apenas uma entre as dez subseqüentes era privada (1958-1969). Cinco das primeiras seis universidades privadas argentinas eram católicas, entretanto somente cinco entre as 17 seguintes o eram, caracterizando o setor privado como igualmente religioso e leigo¹⁷. Por toda a América espanhola, o ensino superior privado nasceu católico e se tornou cada vez mais leigo.

A principal exceção aconteceu no México, onde a violência e o ardor revolucionários tornaram inicialmente inconcebível a criação de universidades de inspiração religiosa. Não é de se estranhar portanto, que a primeira universidade privada do México fosse leiga. Mas, por volta de 1940, o regime já estava suficientemente moderado para permitir o aparecimento de universidades confessionais.

Em suma, embora a criação do primeiro grupo de universidades privadas na América Latina envolvesse outros fatores que não o religioso, este foi o fator-chave. Essas universidades representavam uma reação de defesa contra a secularização do Estado e, crescentemente, da sociedade. Sem dúvida, isto ficou absolutamente claro para as primeiras universidades católicas do Chile (1888) e da Argentina (1958), assim como o era para as universidades católicas francesas, que protestavam contra a adoção, por parte da universidade nacional, do pensamento iluminista agnóstico. O caráter restaurador dessas universidades católicas pós-independência estava explícito no fato de que algumas delas eram descendentes diretas de suas ancestrais coloniais. A Universidade Javeriana da Colômbia foi reaberta em 1931, mais de um século e meio depois da funesta expulsão dos jesuítas. A principal missão da nova Javeriana era servir à religião, através do estudo da teologia e do direito canônico.

Nesse ponto, vale a pena estender nossa comparação aos Estados Unidos porque, tal como a América espanhola, partiram de um sistema colonial privado-público, mas – assim como o Brasil – desenvolveram seus setores público e privado mais ou menos ao mesmo tempo. Na realidade, os Estados Unidos desenvolveram seu setor privado antes do público.

Mudanças traumáticas nas relações entre a Igreja e o Estado jamais afetaram os Estados Unidos, como aconteceu na América espanhola. Embora o afrouxamento dos laços entre a Igreja e o Estado contribuísse para a emergência de um setor verdadeiramente privado, outros fatores também se manifestaram. A questão principal é que o caráter privado dos *colleges* privados-públicos nunca chegou a ser completamente destruído, de modo que nunca teve que lutar para recuperar sua posição no sistema de educação superior. Diferentemente da experiência da América espanhola, o caráter privado triunfou sobre o público nos *colleges*

existentes nos Estados Unidos. Os *colleges*, ao mesmo tempo privados e públicos, se tornaram cada vez mais privados¹⁸. Em sua maioria, as instituições públicas só foram criadas como alternativas organizacionais depois que os defensores da predominância do caráter público no binômio privado-público sofreram dolorosa derrota no caso do Dartmouth College, em 1819.

Para ser mais preciso, pode-se localizar a separação entre o privado e o público num período anterior ao caso Dartmouth. Christopher Jencks e David Riesman indicam que, desde que a independência nacional foi conseguida, em 1787, muitas igrejas estaduais foram separadas do Estado e uma série de novas constituições proibiu a concessão de recursos governamentais a instituições sectárias¹⁹. No mínimo, o clima político voltou-se contra a concessão de dinheiros públicos às acentuadamente sectárias. Mesmo assim, foi o caso Dartmouth que polarizou realmente o debate privado-público. A Suprema Corte, liderada por John Marshall, decidiu que o estado de New Hampshire não tinha autoridade suprema sobre o Dartmouth College, a despeito (ou mesmo por causa) da concessão estadual de um alvará a Dartmouth. A decisão diferenciou os *colleges* dos Estados Unidos não só de seus similares latinos, mas também de seus ancestrais ingleses mais afins, na medida que os alvarás estaduais nos Estados Unidos geraram instituições cuja liberdade de ação não dependia de seus criadores.

Paradoxalmente, a decisão da Suprema Corte era uma espada de dois gumes para a privatização nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo que garantia o caráter privado dos *colleges* existentes, estimulava o governo a criar instituições públicas alternativas. Estas seriam mais claramente não-sectárias, controladas por um conselho diretor nomeado pelo governo, e explicitamente sujeitas à supervisão legislativa. As instituições existentes defenderam com sucesso o seu caráter privado, e o governo reagiu criando um setor público. Uma segunda investida pública ocorreu com o famoso Morrill Land-Grant Act, de 1862. O governo federal deu terrenos e estímulo à criação de *colleges* estaduais orientados para necessidades práticas e publicamente reconhecidas.

Os historiadores podem discordar da afirmativa de que a criação de instituições públicas, em si, marcou o início de uma clara distinção entre privado e público, mas não há dúvida de que acelerou-a. Instituições privadas ou “quase privadas” reagiram ao aparecimento de um setor público forte, afirmando crescentemente sua própria diferenciação em relação a ele.

Reflexões sobre o ritmo do desenvolvimento privado e público

Até aqui observamos que as circunstâncias que cercaram a criação das primeiras universidades públicas no Brasil foram bastante atípicas em relação à América Latina, ao contrário das que cercaram a criação de suas primeiras universidades privadas. O principal traço atípico das últimas era simplesmente sua

proximidade cronológica das primeiras. As transformações revolucionárias ocorridas no Brasil nas décadas de 1920 e 30 forneceram o pano de fundo para a quase-simultaneidade da criação dos setores universitários público e privado. Em nenhum outro lugar da América Latina ocorreu algo remotamente semelhante. Entretanto, se essa distinção entre o Brasil e a América espanhola não resultou em grande diferença na natureza das universidades privadas brasileiras, condicionou significativamente o equilíbrio que se seguiria, entre o público e o privado. O sistema privado brasileiro não encontra paralelo na América Latina, tanto em termos absolutos quanto relativos; além disto, é o único sistema privado na região cuja qualidade é geralmente considerada inferior à sua contrapartida pública.

Os momentos em que ocorre a criação dos setores público e privado parece crucial. Vários estudos sobre a passagem de um ensino superior elitista para um mais abrangente (ou de massa) abordam os efeitos do crescimento das matrículas sobre o modelo institucional. Entretanto, não dedicam suficiente atenção aos efeitos do modelo institucional vigente sobre os contornos desse crescimento²⁰.

Como já observamos, o modelo brasileiro estava realmente um pouco mais próximo do americano do que o modelo da América espanhola. É interessante notar, por conseguinte, que os Estados Unidos desenvolveram um vasto setor privado. Embora venha declinando (proporcionalmente) nas últimas décadas, até 1950 esse setor ainda detinha metade das matrículas nos Estados Unidos. Comparado com a América espanhola, o atraso no desenvolvimento universitário brasileiro refere-se unicamente ao setor público. A extraordinária diferença entre o Brasil e a América espanhola reside na defasagem cronológica entre a origem dos setores público e privado. No Brasil, apenas 20 anos separam a primeira universidade pública da primeira universidade privada, se tomarmos os anos de 1920 e 1940 para a criação oficial das universidades e apenas 12 anos, se tomarmos 1934 e 1946 para as universidades de fato. No México, foram quatro séculos; em outros lugares, mais de três séculos. Mesmo entre a primeira universidade verdadeiramente pública e a primeira universidade privada, a defasagem na América espanhola geralmente foi de mais de um século. Na época em que um setor privado foi autorizado, a Argentina já possuía mais de 150 mil estudantes no ensino superior público, quase 800 para cada 100 mil habitantes. No caso do Brasil, os números correspondentes seriam: 30 mil estudantes, quase 50 para cada 100 mil habitantes²¹.

Assim, devido ao seu exclusivo modelo de desenvolvimento, o Brasil jamais teve o tipo de setor público predominante, característico da maior parte da América Latina. Em 1954, 42% das matrículas do ensino superior estavam no setor privado, índice mais alto do que o de qualquer outro país da América Latina, exceto a Colômbia, em todos os tempos. Em 1960, quando a América espanhola tinha apenas 9% das matrículas do ensino superior localizadas no setor privado, o Brasil já atingia 44%²². Igualmente importante, o desenvolvimento tardio do

ensino superior no Brasil significou que, quando se verificou um crescimento maciço da demanda, uma substancial estrutura privada já estava instalada. Em 1960, o Brasil colocava-se atrás da América Latina como um todo, numa proporção aproximada de duas matrículas para uma. O Brasil tinha 1,6% de seu potencial humano universitário matriculado, e a América Latina tinha 3,1%; o Brasil tinha 137 estudantes universitários para 100 mil habitantes, contra 250 da América Latina²³. O setor privado, relativamente forte e “precocemente” instalado, pôde participar da explosão das matrículas que se seguiu. Na América espanhola, a maior parte dessas matrículas foi absorvida pelo setor público, porque ele era o único modelo institucional, ou o predominante. Embora muitos fatores tenham contribuído para um crescimento *proporcionalmente* muito mais rápido das matrículas privadas durante a explosão das matrículas na América espanhola, com o índice do setor privado saltando de 9% para 18% (1960-1975), os setores públicos cresceram muito mais em números *absolutos*²⁴.

Na realidade, o crescimento do setor público ultrapassou o do setor privado praticamente em todos os países da América espanhola. Em contraste, no Brasil o crescimento do setor privado ultrapassou o do setor público, tanto em termos proporcionais quanto absolutos, pois o Brasil, como os Estados Unidos, possuía dois setores de tamanho relativamente igual para absorver a enorme afluência. O ensino superior privado brasileiro iria crescer com grande velocidade nos anos 60 e 70, principalmente porque já existia quando a avalanche começou.

Esses contrastes no ritmo de criação das universidades públicas e privadas e os efeitos subseqüentes sobre os modelos de crescimento encontram confirmação não apenas entre o Brasil (ou os Estados Unidos) e a América espanhola, mas até mesmo dentro dela. A Colômbia, país com o maior setor privado (52%) contemporâneo (1975), foi também o que apresentou o maior desenvolvimento privado antes deste século. O Chile, dos outros países o único que tinha uma importante universidade católica anterior ao século XIX, e que apresentava um desenvolvimento precoce pouco usual de outras universidades privadas, chegou a ter proporcionalmente o segundo maior setor privado (35%). O Peru, que possui uma universidade privada desde 1910, veio em seguida (32%). Entretanto, todos os outros grandes países da América espanhola vieram a criar universidades privadas somente depois de 1935; com exceção do México, todos esperaram até a década de 1950. Em 1975, o percentual de matrículas privadas desses países era: México, 13%; Equador, 15%; Argentina, 12%; Venezuela, 10%²⁵. Assim, é especialmente digno de nota que *mesmo no primeiro* grupo de países latino-americanos, deixando de lado o segundo grupo, a defasagem cronológica entre a criação dos setores público e privado sempre foi muito maior do que no Brasil.

A relação entre a criação precoce de universidades privadas e a subseqüente dimensão do setor privado é mais clara do que sua relação com a qualidade e a estrutura do setor privado, mas algumas conclusões sobre a última são também

possíveis. Uma delas, talvez a mais óbvia, e provavelmente a mais importante, é que quando o sistema dual é estabelecido precocemente, há uma tendência à indiferenciação entre as formas organizacionais e a qualidade dos dois sistemas. Isto porque a maioria das instituições sociais tem grande dificuldade de produzir características ou “sagas” diferentes²⁶. Mesmo aquelas que chegam a consegui-lo, têm muita dificuldade de conservar estas características. A maioria das universidades copia o modelo das já existentes, muito mais do que inova. Assim, tanto inicialmente quanto, com toda a certeza, mais tarde muitos estudantes (e professores) escolhem suas universidades por outras razões que não a distinção público-privada. Podemos observar esta tendência à homogeneidade em grande parte das universidades católicas da América espanhola, da mesma forma que o Brasil. Como as instituições possuem atrativos similares, absorvem o mesmo tipo de estudante e tendem a apresentar qualidades semelhantes. Ou, pelo menos, a qualidade institucional depende de muitos fatores, dos quais a dimensão público-privada não é geralmente determinante.

Evidentemente, tais considerações gerais podem apenas condicionar casos particulares. Outros fatores também interferem. Um deles pode ser qual dos modelos (público ou privado) surgiu primeiro. Nos Estados Unidos, foi o modelo privado; uma boa parte dos primeiros *colleges* tornou-se privada (Columbia, Dartmouth, Harvard, Yale). Eles se iniciaram como instituições preeminentes no país e, atraindo estudantes, pesquisadores e, conseqüentemente, recursos, jamais renunciaram à sua liderança sobre os outros *colleges*. Entretanto, as universidades voltadas para a pesquisa só foram criadas depois da Guerra de Secessão. Nessa época, já estava instalada uma estrutura de ensino superior dual privado-pública. Paralelamente à criação de universidades privadas, como a John Hopkins e a Universidade de Chicago, surgiram universidades públicas, como as de Michigan e Wisconsin. Até hoje, as instituições privadas estão desproporcionalmente representadas entre os melhores *colleges*, mas nem as instituições privadas nem as públicas construíram uma liderança clara entre as mais importantes universidades voltadas para a pesquisa.

Tal como os Estados Unidos, o Brasil deixou que decorresse apenas um curto período de tempo entre a criação de seu primeiro e segundo setores. E atualmente, os setores privado e público se justapõem em qualidade e modelo estrutural. Mas no Brasil o setor público surgiu primeiro e não renunciou às vantagens decorrentes deste fato. Mais especificamente, as universidades católicas, que representaram a primeira leva do setor privado, conseguiram, a grosso modo, uma paridade com a maioria das boas universidades públicas. Entretanto, quando se iniciou a expansão acelerada das matrículas nas décadas de 1960 e 70, ela dirigiu-se principalmente para as escolas privadas isoladas²⁷. As estruturas públicas não eram suficientemente vastas nem o Estado tinha a intenção político-econômica de desenvolvê-las e financiá-las a ponto de poder atender, via setor público, a esta demanda sem precedentes²⁸. No Brasil, a explosão das matrículas se iniciou

quando o setor privado já estava instalado há bastante tempo (e desejoso de expandir-se), e quando o setor público ainda estava comprometido com exigências comparativamente mais rígidas para a admissão de estudantes²⁹.

Ao contrário, em boa parte dos países hispano-americanos, a explosão das matrículas se iniciou quando não havia sido instalado um setor privado, ou quando o que existia ainda era pequeno. Muitos setores privados haviam obtido sanção constitucional somente há pouco tempo ou contavam com uma legitimidade social limitada. Os novos estudantes, naturalmente, se dirigiram, em proporção esmagadora, para os setores públicos já estabelecidos. As poucas instituições privadas, como as universidades católicas do Chile (em Santiago e Valparaíso) absorveram a nova demanda tão bem quanto as universidades públicas – e, portanto, se tornaram cada vez mais como elas.

No entanto, a maior parte do crescimento privado na América espanhola veio como uma segunda fase da reação contra o crescimento público. As universidades públicas foram forçadas a abocanhar muito mais do que podiam digerir. A proporção estudante/professor se multiplicou. Os recursos disponíveis foram esticados ao máximo; novas fontes não podiam responder às novas necessidades. Além disso, a expansão não significou apenas um afluxo maior do mesmo tipo de estudante, mas um afluxo desproporcional de estudantes menos privilegiados. Isto contribuiu inegavelmente para um declínio da qualidade. Contribuiu também para um declínio da superioridade das credenciais que os estudantes de origem privilegiada anteriormente ostentavam. Eles haviam monopolizado as universidades públicas; seus diplomas lhes auferiam vantagens em termos de prestígio social e na procura de trabalho, que não eram compartilhadas pelos jovens que não podiam entrar nas universidades públicas. Conforme um maior número de estudantes de classe média e de baixa classe média ingressaram nas universidades públicas, o extrato privilegiado procurou buscar sua superioridade em outros lugares. Esta procura foi poderosamente reforçada pela tendência a escapar à crescente politização esquerdizante das universidades públicas e pelo desejo das modernas empresas privadas de contratar recém-formados que tivessem recebido uma orientação mais técnica e que fossem provenientes de universidades academicamente superiores ou, pelo menos, mais “confiáveis”. *Na América espanhola, ao contrário do Brasil, o subsetor dominante dentro do setor privado viria a ser um subsetor de elite.* Enquanto que a primeira leva de universidades privadas – as universidades católicas – foi em grande parte similar no Brasil e na América espanhola, o mesmo não aconteceu com a segunda leva de crescimento do setor privado – a leva secular. Em geral o Brasil desenvolveu escolas isoladas de qualidade inferior, enquanto a América espanhola desenvolveu instituições elitistas como seu modelo privado dominante.

As duas trajetórias não têm, evidentemente, contornos tão nítidos. O Brasil desenvolveu, na realidade, alguns excelentes centros privados, enquanto que

muitos sistemas hispano-americanos permitiram uma proliferação desenfreada de instituições privadas de baixa qualidade, freqüentemente com uma ou duas faculdades, para absorver o excesso de demanda e fornecer diplomas com relativa facilidade. Mas os dois modelos dominantes demonstram que o desenvolvimento das instituições de ensino superior no Brasil permanece incomum no contexto latino-americano. De fato, sempre foi incomum, característica acentuada e reforçada pelo lento desenvolvimento do setor público e pelo desenvolvimento subsequente surpreendentemente rápido de um setor privado.

Sumário

O panorama comparativo da evolução dos dois setores de ensino superior no Brasil, entre 1920 e 1940, torna dramáticos certos aspectos vitais desse desenvolvimento, que não são comuns no contexto da América Latina, ou mesmo num contexto internacional mais amplo. Ainda hoje, as relações entre o Estado e o ensino superior no Brasil são condicionadas por ramificações deste desenvolvimento²⁹.

Durante séculos, literalmente, enquanto a América espanhola desenvolvia seus sistemas universitários, o Brasil não contava com nenhum. O atraso no desenvolvimento brasileiro era essencialmente o atraso no estabelecimento de universidades públicas patrocinadas pelo Estado, uma vez que foi o Estado que desempenhou o papel-chave no desenvolvimento universitário na América espanhola. Tendo estabelecido uma rede de universidades católicas desde 1950, o Brasil, em comparação com a América espanhola, se classifica como um criador, entre precoce e médio, de um setor privado. Mas em relação ao atraso brasileiro na criação de universidades públicas, pode-se dizer que o setor privado nasceu cedo no Brasil. A Revolução de 1930 refletiu e reforçou, a um só tempo, a necessidade de o país desenvolver universidades públicas; também permitiu, e mesmo estimulou a criação e um substancial crescimento do setor privado, várias décadas antes que qualquer setor privado pudesse ser instalado em muitos países da América espanhola e antes que um crescimento significativo fosse permitido na maioria deles. O crescimento dos dois setores num curto período de tempo circunvizinho à Revolução de 1930 foi um dos fatores que contribuiu para o papel comparativamente limitado do Estado no desenvolvimento do ensino superior no Brasil.

NOTAS

1. Dados da Organização dos Estados Americanos, *América en cifras 1972: situación cultural* (Washington, DC: 1974), p. 150; e *América en cifras 1977: vol. 3* (Washington, DC: 1979), p. 149. Em 1969, a Argentina tinha 264 mil estudantes de ensino superior, e o Brasil, 347 mil. Em 1977, a Argentina tinha cerca de 547 mil estudantes universitários; o Brasil, 526 mil.

2. Algumas das hipóteses apresentadas neste trabalho serão abordadas com maior profundidade num capítulo sobre o Brasil e em outro sobre o crescimento do ensino superior privado, num futuro livro intitulado *The state and higher education in Latin America: comparing private and public sectors*.
3. OEA, *América en cifras 1977*, pp. 149-50.
4. Nelly Aleotti Maia, "Educação superior no Brasil – uma política necessária", in *Estudos e Debates* 2 (Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1979), p. 83.
5. Craig Hendricks, "Education and Maintenance of the social structure: the Faculdade de Direito do Recife and the Brazilian Northeast, 1870-1930" (tese de doutoramento, SUNY at Stony Brook, 1978, inédita).
6. Para uma análise sucinta dos esforços frustrados para se criar uma universidade, ver Simon Schwartzman, "Struggling to be born: the scientific community in Brazil", *Minerva* 16, nº 4 (1978), pp. 546-559. Para maiores detalhes, Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil* (Rio de Janeiro: FINEP, 1979), pp. 1-214. Ver também Florestan Fernandes, *Educação e sociedade no Brasil* (São Paulo: Dominus Editora, 1966). Consulte ainda Nivaldo Rodrigues de Albuquerque, "A evolução da universidade brasileira: análise crítica e tentativa de estabelecimento de um modelo estrutural para as universidades federais", tese de mestrado inédita, Escola Brasileira de Administração Pública, FGV, 1974, pp. 1-19.
7. Baseio-me aqui no texto de Daniel Levy, *University and government in Mexico: autonomy in an authoritarian system* (New York: Praeger, 1980), pp. 24-28.
8. John Tate Lanning, *Academic culture in Spanish colonies* (Port Washington, NY: Kennikat Press, 1940, revisto em 1971), p. 53.
9. A melhor elaboração do conceito burocrático-autoritário encontra-se na obra de Guillermo O'Donnell. Ver, por exemplo, "Reflections on the pattern of change in the bureaucratic-authoritarian State", *Latin American Research Review* 13, nº 1, (1978), pp. 3-38. Utilizei aquele conceito para comparar a atual política de educação superior no Chile, na Argentina, no Brasil e no México. "Higher education policy in authoritarian regimes: comparative perspectives on the Chilean case", documento de trabalho publicado pelo Higher Education Research Group, Institution for Social and Policy Studies, Yale University, New Haven, CT, 1980.
10. Provavelmente, a melhor análise contemporânea desse equilíbrio ambíguo num sistema público de segunda fase pode ser encontrada em Burton R. Clark, *Academic power in Italy: bureaucracy and oligarchy in a national university system* (Chicago: University of Chicago Press, 1977).
11. A análise da criação das universidades católicas no Brasil deve muito ao interessante trabalho de Tânia Salém. "Do Centro Dom Vital à PUC", documento de trabalho publicado pelo IUPERJ, Rio de Janeiro, 1979.
12. *Ibid.*, p. 59.
13. Dados retirados de Juan F. Castellanos et alii, *Examen de una década: sociedad y universidad 1962-1971* (México-DF: Unión de Universidades de América Latina, 1976), pp. 103-105. Ver também Alberto Methol Ferre. "Hacia una pastoral de la cultura latinoamericana", in Consejo Episcopal Latinoamericano, *Iglesia y universidad en América Latina* (Bogotá: CELAM, 1976), pp. 8-10.
14. Júlio César Trujillo V., "Universidad y sistemas sociopolíticos: el caso de Ecuador", in Corporación Promoción Universitaria, ed., *La universidad latinoamericana: enfoques tipológicos* (Santiago: 1972), pp. 195-196.

15. Fernando Storni, "El centralismo en la legislación universitaria argentina", documento de trabalho publicado pelo Centro de Investigaciones Educativas, Buenos Aires, 1978, pp. 25, 30.
16. Ver Hector Félix Bravo, *Las universidades privadas y el examen de habilitación para el ejercicio profesional* (Buenos Aires: Instituto de Ciencias de la Educación, Universidad de Buenos Aires).
17. Dados retirados de Castellanos *et alii*, pp. 93-105, e para a Argentina, Consejo de Rectores de las Universidades Privadas, *20 años de universidades privadas en la República Argentina* (Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1978), p. 283 *et passim*.
18. Ver, por exemplo, John S. Whitehead, *The separation of college and state* (New Haven: Yale University, 1973).
19. Ver Christopher Jencks e David Riesman, *The academic revolution* (Garden City, NY: Doubleday and Co., 1968), p. 257. Esta obra clássica é uma excelente fonte para o estudo da ascensão e declínio das instituições privadas nos Estados Unidos.
20. Margaret Archer mostra a importância do modelo estrutural estabelecido, em sua alentada obra *The social origins of education systems* (London: Sage, 1976).
21. OEA, *América encifras 1965: situación cultural* (Washington, DC: 1967), p. 160; *Statistical abstract of Latin America 1977*, James Wilkie, ed. (Los Angeles, CA: UCLA, 1978), p. 142; José Veiga Simão, "Road to the future: general aspects of Brazilian higher education" (mimeo), p. 15, baseado em dados do Ministério da Educação e Cultura do Brasil.
22. OEA, *América en cifras 1965*, pp. 160-181.
23. UNESCO, *Statistical yearbook 1977* (Paris: UNESCO, 1978), pp. 148-151; Wilkie, p. 142.
24. Baseado nas fontes citadas nas notas 1 e 22.
25. OEA, *América en cifras 1977*, pp. 149-155. O Uruguai e Cuba não possuem um setor privado.
26. Ver Burton R. Clark, *The distinctive college: Antioch, Reed and Swarthmore* (Chicago: Aldine Press, 1970).
27. Sobre a expansão, ver, por exemplo, Luís Antônio C.R. Cunha, "A expansão do ensino superior: causas e consequências", *Debate e Crítica* 5 (março/1975), pp. 27-58. Sobre a qualidade, ver, por exemplo, Simon Schwartzman, "Por uma nova agenda", in *Estudos e Debates* 2 (Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1979), pp. 53-73.
28. Quero enfatizar que, ao tratar do ritmo de desenvolvimento dos setores público e privado, estou lidando apenas com um dos determinantes da atual estrutura do ensino superior brasileiro. Sobre o relevante papel da ideologia, por exemplo, ver a análise acurada de Ingrid Sarti, "Educação e Estado no Brasil: notas sobre o conceito de política educacional", documento de trabalho publicado pelo IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978, pp. 62-104. De fato, é conveniente levantar questões a respeito da noção básica de desenvolvimento "tardio" da universidade pública no Brasil. Sou especialmente grato a Luís Antônio Cunha por ter feito isto, numa análise detalhada da história brasileira. Ver, por exemplo, o seu *A universidade temporária: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas* (Rio: Civilização Brasileira, 1980). Um ponto fundamental é que as instituições de ensino superior já existiam antes que qualquer delas fosse chamada de universidade, e uma rosa chamada por qualquer outro nome é sempre uma rosa. Pessoalmente, eu concordaria que o grosso da bibliografia sobre o desenvolvimento do ensino superior brasileiro exagera um pouco o atraso do Brasil, mas só um pouco. Precisamos lembrar que o Brasil possuía excelentes escolas isoladas antes da revolução e que algumas "universidades" da América

espanhola eram, na realidade, apenas associações indefinidas de escolas isoladas; algumas dessas "universidades" teriam sido chamadas de "escolas isoladas" no Brasil. Entretanto, o desenvolvimento tardio da universidade brasileira é um fato histórico importante, por várias razões: (1) A luta pelo estabelecimento de universidades genuínas foi certamente uma preocupação central dos intelectuais brasileiros. Subseqüentemente, os estudiosos desprezaram-na esmagadoramente dessa maneira. (2) Outrossim, a criação rápida, subseqüente de universidades privadas representou também uma luta política altamente conflituosa, que a maioria dos participantes e dos estudiosos considerou significativa. Se se tivessem desenvolvido durante um período de 50 anos, por exemplo, apenas uma universidade pública e escolas privadas isoladas, o setor público sem dúvida se teria tornado mais dominante em comparação com o setor privado do que se tornou. (3) Nossos dados *comparativos* demonstram que a defasagem entre o desenvolvimento das universidades públicas e o das universidades privadas moldou realmente o relacionamento subseqüente entre os dois setores. (4) Mesmo que tivéssemos que esquecer as distinções de definição entre universidades e escolas isoladas, ainda teríamos os dados para demonstrar o tamanho comparativamente pequeno do setor público de *ensino superior* ao tempo da revolução. (5) Muitos países da América espanhola possuíam, muito antes da revolução no Brasil, significativas e genuínas universidades. Seria difícil encarar a Universidade de Buenos Aires ou a Universidade Nacional do México, por exemplo, como qualquer coisa menos do que isso. Não importa o quanto de autonomia as escolas ou faculdades individuais desfrutavam. Na verdade, tais universidades tinham autoridade e identidade institucionais, nas mãos de seus reitores e conselhos universitários. Ao lado da identidade acadêmica das instituições havia, além do mais, um forte poder político, muito além de qualquer coisa que uma escola isolada pudesse conseguir.

29. Evidentemente, não podemos saber quais serão os contornos futuros das relações entre o Estado brasileiro e seu sistema de ensino superior. Uma mudança possível poderá ser a concessão de recursos substanciais às universidades católicas. Ver as recentes solicitações dos reitores dessas universidades. *As universidades católicas no momento atual* (Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa, 1979). Tais mudanças poderiam percorrer o caminho japonês. Enquanto nenhum país da América espanhola seguiu os padrões brasileiros, o Japão o fez. Um crescimento massivo foi absorvido pelo setor privado que, compreensivelmente, tornou-se o setor claramente inferior, embora com algumas exceções. Preocupado com a qualidade do ensino e com as pressões políticas exercidas pelas famílias dos estudantes das universidades privadas, o Estado começou a conceder subsídios consideráveis – e a impor regulamentos também consideráveis – à universidade privada. Será o Japão o futuro do Brasil ou, pelo menos, de suas universidades (como oposição às escolas isoladas)? Ver William Cummings, "The Japanese private university", *Minerva* 11, nº 3 (1973), pp. 348-371.

DEBATES

SIMON SCHWARTZMAN – Gostaria de fazer duas observações de caráter geral. Uma é que havia, para a educação brasileira, dois projetos ideológicos fortes e não coincidentes. Um é o projeto a que o Luís Antônio se referiu quando citou Getúlio Vargas numa entrevista, não por acaso, a um jornal alemão. Aí aparece, com toda a força, o projeto estatizante, fascista, de mobilização etc. O outro é o projeto católico, que se pôde exercer, em parte, pelo ensino religioso nas escolas públicas, e principalmente através da criação das universidades católicas.

No entanto, gostaria de chamar a atenção para o seguinte. Esses dois projetos ideológicos basicamente fracassaram. A Universidade Católica, que foi conseguida à custa de uma grande luta da Igreja, quando é constituída, vira uma universidade privada igual às outras, com muito pouco caráter confessional. A idéia de uma universidade que formasse líderes católicos, uma universidade que desse um conteúdo ideológico diferente para os seus alunos, isso não acontece. Acho importante fazer esta observação porque, embora se crie todo um setor privado de educação por esse processo que o Daniel Levy descreveu, e a Igreja seja uma agência fundamental na criação desse setor, na realidade a Igreja fracassa no seu propósito fundamental de dar a esse tipo de educação privada um conteúdo confessional. A Escola de Engenharia ou de Direito da Universidade Católica é igualzinha às outras escolas de engenharia e de direito. Não existe uma engenharia católica, nem mesmo uma psicologia católica. Até nas áreas de ciências humanas o projeto ideológico fracassa.

Penso que também fracassa o projeto ideológico do Estado. Apesar de certos setores buscarem dar um conteúdo de mobilização fascista à educação, tais tentativas realmente não vão muito à frente. O projeto de mobilização da juventude, a idéia da juventude nacional... A Organização Nacional da Juventude, que estamos estudando inclusive em cima de materiais da época, começa com um grande projeto e termina com uma atividade burocratizada e rotinizada, de comemorações de datas de aniversário de não sei quem e paradas no Dia da Bandeira. Enfim, completamente esvaziado de conteúdo.

A característica importante desse projeto é que, em última análise, ocorre o fortalecimento de um Estado cada vez mais desmobilizador, e que, na realidade, não aceita e reage contra tentativas de mobilização ideológica no seu seio – vide, por exemplo, o repúdio ao integralismo.

O integralismo, que no começo é um aliado importante, que joga na centralização do Estado como uma forma de conseguir a sua própria força, no final é recusado. Plínio Salgado não entende o que aconteceu: de repente, de quase ministro da Educação, ele vai para o exílio. Os setores mais conservadores da Igreja Católica, sobretudo, não entendem por que foram excluídos. E eles foram excluídos basicamente porque não se estava criando aqui um Estado de mobilização tipo fascista. Estava sendo criado um Estado organizado por uma burocracia, por uma corporação militar cada vez mais institucionalizada, e por uma burocracia educacional, entre outras, que se fortalecia também, e onde os projetos de mobilização muito ativos e muito militantes eram sistematicamente cortados, excluídos.

Essa é uma característica fundamental que explica por que as vitórias da Igreja no período terminam sendo vitórias de Pirro, e por que também, apesar das vitórias da centralização, os projetos de mobilização ideológica fracassam.

Outra coisa que eu gostaria de comentar é o aspecto para o qual Daniel Levy chama a atenção, de que em comparação com outros países o papel do Estado brasileiro na educação é muito pequeno, mesmo na década de 30. Creio que isso se relaciona com o período de política liberal, que vai do Império aos anos 30. Nessa época, praticamente não havia nenhuma política educacional, e nada foi feito no sentido de se criar um sistema universitário. Tudo o que havia de estrutura de ensino superior, principalmente no Brasil, data do Império, e a coisa só é retomada a partir da década de 30. Então, de fato, apesar de existir uma tendência secular para uma centralização cada vez maior, uma intervenção crescente, uma tutela cada vez maior do Estado sobre a sociedade, inclusive na área educacional, ela parte de uma base muito pequena e de uma ausência completa de tradição em relação a isso. É este o contraste com os países hispano-americanos, que vêm de uma experiência educacional muito mais ampla, ou pelo menos muito mais antiga.

Em outras palavras, nosso sistema universitário é realmente tardio, mas creio que isso não significa que haja uma omissão maior do Estado, mas sim que se parte de uma base muito menor. Este processo de criação de um sistema público atropela um outro processo, que vai se verificar a partir dos anos 50, que é o da demanda crescente por educação de nível alto e de massa. A tentativa foi fazer com que o setor privado fornecesse uma educação de massa de segunda classe, que terminando a educação privada no Brasil, enquanto o Estado ficou fornecendo a educação gratuita de melhor qualidade para a elite.

SÉRGIO MICELI – Eu queria fazer alguns comentários sobre a comunicação do prof. Daniel Levy e a do prof. Simon.

Sobre a comunicação do prof. Daniel Levy, eu gostaria de lembrar que existe toda uma tradição, no Brasil, de tentar explicar a significação política da criação de

instituições de ensino superior. Eu lembraria, nesse sentido, os dois livros que trataram disso. *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e a tese de doutoramento do prof. José Murilo, onde esse tema é amplamente retomado. Esses dois trabalhos demonstram que o projeto de implantação do ensino superior no Brasil é bastante distinto do da América Latina. Em que sentido? A fundação das faculdades de direito, que são faculdades públicas só no nome, porque na verdade são agências de formação dos filhos de proprietários de terras, da elite política. Na realidade, são públicas no sentido de que “público” naquele momento coincidia com os interesses das elites agrárias. Portanto, a significação política da implantação do ensino superior está muito mais ligada à contribuição para a unificação da classe dirigente, à montagem de uma elite unificada, ao contrário do que ocorreu na América Latina, onde o surgimento das universidades, segundo esses estudos, deve ter contribuído fortemente para a dispersão e o paroquialismo das diversas elites.

Sobre o trabalho do Simon, eu gostaria que ele desenvolvesse um pouco mais a idéia de divisão do trabalho entre Drummond e Capanema, que ele analisa, e que está bastante ligada ao tema central de outro livro seu sobre a ampliação dos mecanismos de cooptação e as condições sociais em que se deu tal expansão da elite burocrática no Brasil, naquele momento.

Quero lembrar também o trabalho do prof. John Wirth sobre Minas, onde mostra que essa elite mineira se especializou no cumprimento de tarefas políticas, administrativas e culturais, em certa medida para compensar o esvaziamento econômico da contribuição de Minas na época.

LUIZ ANTÔNIO CUNHA – Felizmente e infelizmente acho que há muita coisa a comentar. Felizmente, porque isso pode levar a um debate fértil. Infelizmente, porque o tempo não é muito grande. Enfim, eu gostaria de comentar dois pontos específicos: um no trabalho do Simon, outro no do Sérgio. No do Simon, a questão do Capanema.

Capanema é apresentado por Simon como sendo um homem do poder bastante esclarecido, que abre espaço para os intelectuais, para a arquitetura moderna. Acho que é importante frisar que existe um outro lado. No caso da arquitetura, ao mesmo tempo que Capanema abria espaço para a arquitetura moderna do prédio do MEC, ele chamava ao Brasil Peacentini, arquiteto que projetou os prédios da Universidade de Roma, segundo o estilo mais acabado da arquitetura fascista. Ele fez o croqui da cidade universitária da Universidade do Brasil, que não seria na ilha do Fundão, mas numa área que fica entre o Gasômetro e a Quinta da Boa Vista. O prédio da reitoria – consegui examiná-lo em fotografia – é um bom exemplo mais da arquitetura fascista, que na época se multiplicava pelos diferentes prédios públicos do Rio de Janeiro: da Imprensa Nacional, do Ministério da Guerra, do Ministério da Fazenda, e de tantos outros. A queda do

Estado Novo em 45 fez com que a Universidade do Brasil mudasse a sua cidade universitária para a ilha do Fundão, e que fosse construída, não no estilo da arquitetura fascista, mas de acordo com outros padrões arquitetônicos.

Da perspectiva em que me coloco, é importante ver a figura do Fernando de Azevedo como muito especial. Capanema estaria acendendo uma vela a Deus e outra ao Diabo quando chamou Fernando de Azevedo para uma direção no âmbito do Ministério da Educação. É preciso ver que quem mudou não foi Capanema, mas foi Fernando de Azevedo. O estudo da figura de Fernando de Azevedo é dificultado por diversos mitos que existem a seu respeito. E ele próprio mitifica-se numa autobiografia, de uma autolouvação descarada (acho que não há um adjetivo menos enfático). Na área acadêmica também certos mitos vão-se acumulando, se diferenciando e se repetindo. Recentemente, o livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia e cultura brasileira*, apresenta a figura de Fernando de Azevedo tornada pública no fim dos anos 60, quando a Universidade de São Paulo adotava certas posições progressistas.

Ora, Fernando de Azevedo mudou de posições muito rapidamente. E para posições bastante opostas. Até o Golpe de 1937, defendia posições liberais, antiautoritárias. Após o golpe, com o Júlio de Mesquita, seu orientador intelectual e sogro no exílio, e com o “Estadão” sob intervenção, ele muda de orientação rapidamente. Se não conseguiu ser indicado para esse alto cargo no Ministério da Educação, foi, no entanto, convidado para dirigir o recenseamento geral de 1940—convite de importância política das mais elevadas. Se não aceitou, pelo menos redigiu uma obra monumental, que foi a introdução a esse censo, chamada *A cultura brasileira*. Esse livro continua sendo repetido, inclusive naquilo que tem de autolouvação, como a apresentação de Fernando de Azevedo como redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Isto é contestável. Ele pode ter sido o “escriba”, mas aquelas idéias não são as dele. Além disso, as repetições de *A cultura brasileira* esquecem coisas relevantes, como o elogio do próprio Fernando de Azevedo à Constituição de 1937 e ao regime autoritário que se inaugura sob sua égide.

Acho, então, que nessa análise de arquivo, é importante ver que existem outros lados que talvez ele não revele, como a questão dos laços. É possível que a birra de Alceu Amoroso Lima à indicação do Fernando de Azevedo relacione-se muito com o que ele representava no passado — talvez uma perspectiva sectária, que não era a de Capanema, preocupado não em cooptar, mas em absorver um líder intelectual, e nesse sentido desarticular uma corrente de oposição ao Estado Novo no campo educacional.

No texto do Sérgio, há uma questão que acredito da maior importância: a análise do debate, no âmbito do Conselho Nacional de Educação, sobre a instituição dos cursos complementares. Só recordando, o curso complementar era algo do tipo do segundo ciclo da escola secundária. Discutia-se se esses cursos

deveriam ficar nas escolas superiores ou junto às escolas secundárias. A análise das atas do conselho mostrou que defesa da localização desses cursos complementares junto às escolas secundárias, que já ofereciam curso fundamental, representava o atendimento aos interesses da Igreja Católica, que já mantinha grande parte dessas escolas.

Eu só gostaria de levantar um outro lado, talvez para complexificar a análise. A localização dos cursos complementares junto às escolas superiores revela uma perspectiva elitista e muito antiga no ensino superior brasileiro. Quando as escolas superiores nasceram, na feição que conhecemos, em 1808, elas nasceram com o ensino secundário embutido – eram os cursos anexos ou cursos preparatórios às escolas superiores. É possível dizer que, no Brasil, o ensino secundário oficializado nasceu *de dentro* do ensino superior, o que restringia o acesso ao secundário e a preparação ao superior. A localização das escolas secundárias, pelo menos o pedaço mais avançado delas, o complementar, junto às escolas superiores poderia representar uma repetição desse padrão elitista. A colocação deles junto às escolas secundárias, que a essa época se multiplicavam pelo país todo, vinha dentro de uma perspectiva de atender à demanda de extensão do ensino secundário, não às amplas massas, mas pelo menos aos setores, bastante importantes, das camadas médias.

É importante não esquecer os dois lados da questão. A localização dos cursos complementares junto às escolas secundárias significava um atendimento muito imediato dos interesses da Igreja Católica. Mas atendia também aos interesses de amplos setores das camadas médias, interesses que poderiam ter sido veiculados dentro do Conselho Nacional de Educação por Isaías Alves que, pelo jeito, era um tipo muito especial de componente daquele colegiado. É interessante acompanhar as intervenções deste conselheiro. Ele tinha feito sua formação na Universidade de Colúmbia, onde John Dewey ensinava, dentro de uma perspectiva democrática para aquele contexto.

Finalmente, uma colocação muito rápida sobre o texto de Daniel Levy. Eu não concordaria muito com a perspectiva de análise de ver a universidade brasileira nascendo tardiamente. É assim que os intelectuais brasileiros tradicionalmente colocam a questão da universidade. Há pouco tempo escrevi um livro onde não chamei a universidade de *tardia*, mas de *temporã*, numa espécie de gozação a essa questão, que também Fernando de Azevedo coloca. Na realidade, o ensino superior no Brasil é tão antigo quanto na Hispano-América. Nasceu por volta de 1543, com as escolas jesuítas. E, mesmo fragmentado e não-universitário, cumpriu bastante bem as tarefas que lhe foram atribuídas pelas classes dominantes. De modo que a feição universitária ou não universitária me parece uma questão secundária no âmbito da história do ensino superior.

E mais: é importante não ver uma continuidade entre o nascimento da primeira instituição de ensino superior que teve o nome de universidade, em 1920,

e a primeira universidade católica em 40, e evitar fazer uma ligação, talvez um pouco rápida, com a expansão do ensino superior privado e isolado pós-64. É preciso ver que, nesse meio tempo, aconteceram muitas coisas, principalmente no período 1945-64, que se caracterizam por uma grande integração do ensino superior isolado em universidade e pela federalização desse ensino. Houve, nesse período, um crescimento do setor público bem superior ao do setor privado. Não só um crescimento de matrículas, mas uma integração das escolas isoladas em universidade. Foi um período muito importante em que aconteceram coisas diferentes e que nos mostram zigue-zagues nessa política educacional. A política educacional pós-64 quebrou esse padrão.

Finalmente, quero dizer que escolas superiores isoladas católicas existem no Brasil desde há muito tempo. A Escola de Filosofia Sedes Sapientiae, em São Paulo, foi criada em 1908, ligada à Universidade de Louvin, na Bélgica, muito antes da primeira Universidade Federal e muito antes da primeira faculdade de filosofia federal ou oficializada. E é importante saber que a universidade católica não é a mesma em todo lugar. A de São Paulo é muito diferente da do Rio. A Universidade Católica do Rio pode ser vista como nascendo claramente de um projeto educacional fascista, enquanto a de São Paulo tem outras características, assim como as demais, que se multiplicaram pelo Brasil afora. A Universidade Católica do Rio de Janeiro nasceu com uma tarefa supletiva. Era uma universidade supletiva em relação à Universidade do Brasil, que não conseguia preparar quadros com a eficiência desejada pelo próprio Estado. Dessa maneira, tanto quanto ou (quem sabe?) mais do que uma luta da Igreja pela criação da sua universidade, houvesse uma luta do Estado para que a Igreja criasse uma universidade para a formação de quadros para o seu próprio aparelho. Discursos do Capanema, do padre Franca, que foi o primeiro reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro nesse período, sugerem essa hipótese – a função supletiva. Essa foi a razão pela qual as universidades católicas surgiram na Itália fascista.

MARIA ELISA PEREIRA REIS – De certa forma, Simon usou Capanema como expressão de uma geração de intelectuais da rua da Bahia. Pergunto se essa geração da rua da Bahia não poderia ser considerada como expressiva de uma categoria especial ainda mais duradoura, uma intelectualidade tradicional do Brasil, de tipo mandarim. Não me parece que sejam tão lineares as relações entre a sociedade rural e as condições de mando político. Por exemplo, há uma carta extremamente expressiva de Capanema, que Simon transcreve, escrita logo depois que ele assume a Presidência do Estado, quando ele distribui empregos para toda a família. De certa forma ele expressa muito a relação biunívoca que há com o sistema mandarim. Pergunto se esse grupo não seria tipicamente o que o Sérgio chamou de interesses tradicionais dentro da arena competitiva do Conselho Nacional de Educação.

SIMON SCHWARTZMAN – Acho que você tem razão. Tem alguma coisa disso. A elite política brasileira é uma elite treinada, formada, especializada no exercício do

poder político. Ela tem uma base rural, ligações com a propriedade da terra, mas evidentemente que não é apenas uma expressão do poder latifundiário. A história é bem mais complicada do que isso. Os intelectuais mineiros têm aquela característica comum da elite política brasileira mais tradicional, que é a boa educação – a educação inclusive literária e cultural.

Agora, o que acho que há de particularmente interessante nessa época (década de 20) é que essa é uma juventude que está muito estrangulada pela senilidade da velha elite política, que já vinha de muito antes. Não tenho dados sistemáticos sobre isso, mas se olhamos as fotos do pessoal que toma o poder na década de 30, vemos que é uma rapaziada de trinta e poucos anos. Como nós sabemos, essa rapaziada continua no poder até hoje, e está morrendo agora no poder. Enquanto não morre, não larga. A mesma longevidade dessa elite é a longevidade dos seus pais ou dos seus antecessores, que eles tiveram que combater. Há um fenômeno geracional aí muito interessante e que mereceria uma análise mais profunda.

DANIEL LEVY – Eu disse ao presidente da mesa que talvez não devesse comentar por não entender direito o que dizem as pessoas, mas ele me garantiu que os que entendem menos geralmente fazem os melhores comentários.

Começando por Luíz Antônio, eu não estou tanto em desacordo com ele – já que ele sabe muito mais que eu sobre a história –, mas me coloco numa posição intermediária entre Luíz Antônio e a maioria das pessoas que têm escrito sobre este fenômeno da criação tardia da universidade pública aqui no Brasil. Quero dizer algumas coisas a este respeito. O setor privado já era bastante grande aqui no ano de 1950, antes do crescimento tão forte das escolas privadas isoladas. Quando a primeira universidade privada foi criada, a educação superior total – e não somente a das universidades – representava muito pouco. Tenho alguns dados comparados com a Argentina. É claro que a Argentina é o caso mais extremo da América Latina, mas lá a primeira universidade privada surgiu quando o número de estudantes em educação superior era muito maior. Também acredito que os dados comparados sobre os intervalos entre a criação das primeiras universidades públicas e as primeiras universidades privadas em diferentes países dão base à conclusão de que este fator pode influir no desenvolvimento posterior das universidades.

Alguns especialistas por aqui têm escrito sobre as universidades em outros países da América Latina a partir de uma visão quase ideal típica, como se estas universidades fossem realmente universidades em um sentido muito forte, muito unificado. Geralmente não era assim. Depende muito. A universidade de Buenos Aires, por exemplo, e outras universidades muito desenvolvidas podem ter situações um pouco diferentes.

Finalmente, quero abordar toda esta questão mais ampla da relação entre o novo regime e a Igreja, fazendo desta forma um comentário sobre todos os

comentários já feitos, incluindo o último de Simon. Creio que seja bem certo que a criação da Universidade Católica no Brasil e tudo o que se passou nos anos 30 tenha significado, por um lado, um poder político por parte da Igreja. É também possível dizer, enfocando a América Latina de forma geral, que, ironicamente, a criação das universidades católicas significou, por outra parte, uma falta de peso político por parte da Igreja. Em comparação com o século XIX, quando se travaram as lutas entre o Estado Liberal e a Igreja, creio que, geralmente, na maioria dos países da América Latina, a Igreja teve menos peso no século XX do que no século XIX. É precisamente por isto que foi possível que o Estado dissesse: “Está bem, não estamos necessariamente a favor da criação de uma universidade católica, mas não seria nada mal, tampouco”. Creio que haja uma ligação entre isto e o comentário de Simon sobre o fracasso, em última análise, da criação da Universidade Católica aqui. Se olharmos agora a Universidade Católica, percebemos que realmente não é uma universidade tão católica. Esta situação se repete, basicamente, na maioria das universidades católicas, ou que se chamam assim na América Latina, seja no México, na Argentina, no Peru, e mesmo nos Estados Unidos, onde os *Catholic Colleges* realmente já não são tão católicos quanto antes.

SÉRGIO MICELI – Eu teria alguns comentários a fazer sobre a colocação de Elisa. Se a gente for comparar, por exemplo, Minas com São Paulo, no mesmo período, o que se vê mais ou menos é o seguinte. Quanto à caracterização classista dessa geração de intelectuais, que começou a produzir e a trabalhar politicamente nesse período, acho que a diferença básica reside não nos componentes classistas, mas nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, cultural e intelectual, reservado a esses segmentos da elite. O que vejo é que o destino político, social e intelectual dessa geração mineira é sempre a dependência do mecenato governamental. Então, se estaria muito mais próximo do que a Elisa chamou de um mandarinato.

Em São Paulo, as coisas se passam de maneira inteiramente distinta. Desde o início da República Velha, ocorre a formação de um estado-maior intelectual dos grupos privados, que foi forçado, por uma série de desafios na ampliação dos seus encargos políticos, a tomar a iniciativa de empreendimentos no âmbito cultural e intelectual. Assim, relembro o papel da facção Mesquita, cuja força deriva do fato de serem empresários nesse âmbito da produção cultural e de terem ampliado as oportunidades de trabalho para aquela geração. Todas as iniciativas, que depois se tornaram públicas, ou que mereceram uma chancela do poder público, na verdade eram ligadas ao poder dessa facção.

Em São Paulo, já nesse momento, há uma crescente diferenciação no âmbito da produção cultural, que dá origem a um tipo novo de intelectual. Esse tipo novo não decorre de componentes classistas. Se compararmos os componentes classistas de Mário de Andrade e de Capanema, vamos ver que não são muito distintos. Pode-se dizer, no máximo, que Mário de Andrade está a alguns

centímetros além no seu declínio material. Fora isso, o que os distingue é que as possibilidades de mercado para ambos são totalmente diferentes. Isso fica bastante claro e explícito quando se contrasta, por exemplo, a produção de um Drummond e a de um Mário de Andrade. Drummond estreou no gênero tradicional da intelectualidade agrária, quer dizer, vinculado ao romantismo, ao simbolismo. Ele estreou em poesia e ficou aí o tempo todo. Mário de Andrade apresenta o maior leque de interesses que um intelectual podia ter na época. Interessava-se por etnografia, por ciências sociais... Mas não acho que tais interesses se expliquem a partir de componentes classistas. O seu leque de investimentos intelectuais era muito mais amplo porque os seus desafios de mercado eram igualmente muito mais diversificados.

Eu não levaria a tese do mandarinato às últimas conseqüências porque as situações são distintas, no caso de Minas e São Paulo como sementeiras dessa geração.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO – Há um certo descompasso entre o que foi apresentado nesta mesa e o que eu e meu grupo de trabalho sobre militares encontramos sobre o problema da educação. Explico. À medida que se configurava esse projeto controlador dos militares, surgia uma preocupação muito grande com a educação, não só a educação dos militares dentro do Exército, mas a educação também ao nível da sociedade. Usando uma expressão “foucaultiana”, ao lado da disciplinação dos corpos, procurava-se também a disciplinação das mentes. E essa preocupação foi expressa em vários documentos. Por exemplo, há um longo comentário do então capitão Severino Sombra a um Plano Nacional de Educação, que estava sendo elaborado na gestão Capanema. Nesse comentário, o capitão insistia muito na educação política dos militares. Há alguma coisa ainda sobre a influência integralista como tendo sido uma ponte importante no apoio do Estado à criação das Universidades Católicas. Severino Sombra era um capitão do Exército, um conhecido criador da Legião Cearense do Trabalho, que posteriormente ingressou na AIB.

O ponto que eu gostaria que fosse explicitado um pouco mais relaciona-se à participação dos militares no Conselho Nacional de Educação, que o Sérgio mencionou. Seria curioso saber que posições defendiam no conselho, já que, nesse momento, talvez ainda não se tivesse configurado o projeto controlador, que depois se desenvolveu.

Um outro ponto, que o Luiz Antônio mencionou, diz respeito ao SENAI. Há documentos no Exército, por exemplo, que mostram o Ministro do Exército convidando o ministro da Educação a visitar fábricas militares para que verificasse que tipo de mão-de-obra o Exército precisava para as suas fábricas. A formação dessa mão-de-obra ficaria a cargo do SENAI. Não sei se o Sérgio encontrou algo a respeito.

LUIZ ANTÔNIO CUNHA – A participação militar na formação da força de trabalho manufatureira é antiqüíssima no Brasil. É possível localizar no século XVIII o surgimento de instituições, que funcionavam na base de instituições totais, para usar a categoria do Goffman, destinadas à formação da força de trabalho manufatureira a partir dos deserdados, delinquentes, pobres em geral, órfãos abandonados etc. Geralmente, eram instituições que funcionavam junto a arsenais militares. No início do século, quando a atividade manufatureira se desenvolve com maior intensidade, o padrão é exatamente o mesmo.

O SENAI é um rompimento muito grande com esse padrão, já surge dentro de uma perspectiva radicalmente distinta. Se a miséria era a condição suficiente para o ingresso nessas escolas industriais, com o SENAI passa a ser uma condição necessária, mas não suficiente. A utilização de técnicas de seleção com base em testes psicológicos modifica radicalmente esse padrão.

Embora, em termos de origem, o ensino manufatureiro tenha uma origem propriamente militar, com o surgimento do SENAI vai ser bastante diferente. Até onde eu pesquisei, não houve influência militar importante no surgimento do SENAI. Entretanto, era inteiramente possível uma visita de Capanema ao Arsenal de Marinha, ou aos arsenais militares, no sentido de prover as forças armadas da força de trabalho industrial de que necessitavam. A formação de torneiros competentes e disciplinados era demandada tanto por Simonsen quanto por um dirigente militar qualquer. Até onde pesquisei, realmente não encontrei nenhum indício de que a instituição SENAI tivesse algum elemento militar na sua orientação. Entretanto, em termos de origem da formação de trabalhadores manuais, a importância do Exército e da Marinha foi bastante grande.

Ao longo da transformação do aparelho escolar no Brasil, é importante acompanhar a função escolar desempenhada por estabelecimentos militares em determinados momentos específicos. Na época do grande surgimento da indústria automobilística, por exemplo, no fim dos anos 50, os arsenais militares foram muito importantes na formação conjuntural desta força de trabalho, escassa naquele momento, da mesma maneira que, atualmente, estabelecimentos militares vêm respondendo a problemas na área de telefonia, de petroquímica e de operários para a área nuclear. No entanto, isso surge em determinadas conjunturas.

SIMON SCHWARTZMAN – Não sei muito bem se entendi o descompasso a que o Murilo se referiu. De qualquer maneira, acho que há uma coisa bastante evidente. Por um lado, os setores da área militar tinham uma preocupação com a educação, com o aspecto ideológico da educação, com a formação de uma consciência nacional, nacionalista e patriótica através da educação. Isso é uma coisa que aparece com frequência. Por outro lado, o próprio Exército, aí na pessoa de Dutra, é responsável por castrar o projeto de mobilização mais ativa da juventude através

da Organização da Juventude Brasileira. Isso é objeto de outra pesquisa, que Helena Bormeny está fazendo comigo, onde estamos vendo essa tentativa de militarização do sistema educacional. É um projeto de iniciativa de Francisco Campos, e que tenta colocar o próprio Exército, as forças armadas e a educação sob a tutela do Ministério da Justiça, ou seja, do próprio Campos, e eventualmente de Plínio Salgado, que seria o ministro da Educação caso o projeto integralista tivesse dado certo. Esse projeto é cerceado, é cortado pelo próprio Exército, na pessoa do Dutra, que o veta. A meu ver, isto se liga ao processo de institucionalização do Estado Novo. Do lado da doutrinação, ele queria um conteúdo ideológico. Mas ele não queria a criação de milícias, de grupos mobilizados, etc. Acho que essa ambigüidade se revela nesse tipo de fenômeno. Não é por acaso que o Murilo cita uma pessoa que é militar mas que, ao mesmo tempo, está muito envolvida em campanhas integralistas. Acho que essa preocupação existe, é muito difundida, mas, em última análise, ela é derrotada, não prevalece. O que sobra é uma espécie de ideologia aguada de Educação Moral e Cívica, que na realidade não chega a causar muito impacto.

SÉRGIO MICELI – Respondendo ao José Murilo. Os três representantes militares no conselho eram o marechal Espiridião Rosa, que foi substituído pelo marechal Joaquim Marques da Cunha, engenheiro militar e lente da Escola Militar; o general João Simplicio Alves de Carvalho e o almirante Américo Brasil Silvado. Este último é o que mais se manifesta no conselho. De um lado, eles fazem demandas no sentido de reforçar o poder do conselho. De todas as alas que citei, dos quatro grupos de interesses, eles são, na verdade, os que mais berram, dentro do conselho, pelo poder do conselho e contra o desrespeito às decisões deste órgão, quando isso acontece. Isto se dá a respeito de terem sido nomeados pelo presidente da República, e portanto de estarem presentes no conselho não a título de representação direta de nenhum segmento do sistema de ensino, mas por terem um mandato do Poder Executivo. As manifestações mais pungentes, mais dramáticas, quase pela ingenuidade política da demanda, quem faz é o almirante Silvado, que realmente se rebela a todo momento e faz referências que são bastante incômodas para os outros conselheiros. Ele faz longas manifestações, mas quando ele acaba de falar, fala-se de outra coisa, sem nenhuma referência à intervenção dele. É como se se tivesse que silenciar naquilo.

Isso acontece porque o horizonte doutrinário, quer dizer, o conteúdo substantivo das manifestações – afora a demanda pela ampliação do poder do conselho – reflete uma perspectiva pedagógica totalmente em desuso na época. São três sujeitos muito referidos a uma tradição positivista. Eles têm uma inspiração tenentista do ponto de vista de reforço das corporações, das assessorias técnicas, dos colegiados. Mas no conteúdo substantivo da sua orientação intelectual em matéria de educação, eles estão referidos a um outro horizonte ideológico. Então, se de um lado eles demandam poder para os colegiados e os órgãos técnicos, de outro lado a tecnologia do discurso deles é uma tecnologia superada

por um cara como Isaías Alves, que usa todo o léxico, todas as orientações pedagógicas norte-americanas.

ALBERTO VENÂNCIO FILHO (PRESIDENTE) – Dado o adiantado da hora, vou encerrar os trabalhos, querendo fazer somente duas observações: uma de caráter específico e outra que vem de um sentimento atávico. Quero dizer que, embora tivesse havido referência do Luiz Antônio e do Simon Schwartzman, me pareceu que o Movimento da Escola Nova ficou muito escondido nesse contexto. Ele foi o grande movimento do início de 30. Mais tarde, em 35, o Anísio Teixeira teve que deixar a Secretaria da Educação e o movimento começou a desaparecer. Mas ele está presente em todas as épocas.

Eu também tenho uma profunda divergência com os comentários que o prof. Luiz Antônio Cunha fez a respeito de Fernando de Azevedo. Aqui não é o momento próprio para discutir o assunto. Eu só me pergunto como seria possível uma pessoa, com as características intelectuais que me dá Carlos Guilherme Mota e que Luiz Antônio ratifica, ter formado uma geração de discípulos como Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso. Há alguma coisa errada nisso: ou eles não foram discípulos de Fernando de Azevedo, como realmente foram, ou Fernando de Azevedo não é isso que vocês lhe atribuem.

Mas eu falaria da influência da Escola Nova. Numa fase posterior, o ministro Capanema organiza o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e chama para dirigi-lo um educador desse movimento, Lourenço Filho, que inicia os primeiros levantamentos estatísticos, a aplicação das ciências sociais à educação, e cria mais adiante o Fundo Nacional de Ensino Primário, para desenvolver o ensino primário nos estados através de auxílio financeiro, e não na forma tradicional brasileira de imposição centralizadora. São esses aspectos que eu não queria que escapassem para mostrar que, em 47, quando Clemente Mariâni quer fazer o grande projeto democrático da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são esses três educadores, os três líderes da Escola Nova, que ele chama: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Mas isto é um comentário parcial, só para concluir que, das exposições de Simon Schwartzman, de Sérgio Miceli, de Luiz Antônio Cunha e de Daniel Levy, tão ricas no seu conteúdo e apresentando os problemas de formas tão variadas, nós verificamos que, a partir de 30, colocaram-se os grandes problemas da educação nacional, que até hoje estão presentes: a idéia da predominância do Estado; a descentralização contra a centralização; o ensino público *versus* o ensino privado; o problema do ensino superior. Estudar esta época é, sob todos os aspectos, importante para a compreensão e a análise dos problemas atuais da educação de hoje.

AS RAÍZES DA ORDEM: OS INTELECTUAIS,
A CULTURA E O ESTADO

Lúcia Lippi Oliveira

Introdução

A participação dos intelectuais na vida política brasileira no pós-30 e sua inserção em atividades e instituições diretamente vinculadas ao Estado vem despertando grande polêmica. Gostaríamos, em primeiro lugar, de afirmar que não nos causa surpresa o fato de a intelectualidade atuar vinculada ao Estado. Acaso não foi isto que ocorreu com o empresariado, principalmente durante o Estado Novo, quando participou dos Conselhos Técnicos? Não foi o operariado gradativamente atrelado ao controle do Ministério do Trabalho? Por que esperar que uma categoria social, sem posição clara na estrutura da sociedade, tivesse um comportamento distinto do movimento geral centrípedo em relação ao Estado?

A questão está dada: a maioria dos intelectuais, independente de sua origem de classe, de sua formação “bacharelesca” ou especializada, encontrou espaço para atuar junto aos novos organismos criados pelo Estado no pós-30. Resta-nos explicar como se deu este processo; qual a lógica do Estado ao procurar absorver esses indivíduos; quais as crenças e valores que permitiram tais alianças, já que este grupo tem um discurso explicativo sobre a sociedade e sobre seu próprio papel em cada momento histórico que nos torna possível analisar suas “representações”.

Assinalamos no presente texto algumas das representações que, desde os primeiros anos deste século, orientaram o pensamento político brasileiro. O “ufanismo”, que se contrapôs às teorias de inferioridade racial, representa uma das manifestações patrióticas cujas influências se fizeram presentes na tradição intelectual. E será justamente contra esta visão, considerada como idílica, que a geração modernista retoma a problemática do nacionalismo. O nacionalismo e o regionalismo passam, nos anos 20, a ocupar as atenções dos intelectuais que, não satisfeitos com o Brasil, procuram soluções, apresentam perspectivas para a salvação nacional. É neste período que os aspectos regionais são retomados como substrato para a construção da nacionalidade. A sociedade patriarcal nordestina, a experiência social e política das bandeiras e os valores da sociabilidade mineira, destacados neste texto, correspondem à procura de experiências históricas que fundamentem a construção de um modelo de brasilidade.

E é esta tradição de busca de raízes culturais, que vai ser recuperada pelos ideólogos de 37, um dos caminhos para a compreensão dos vínculos entre a elite

cultural e o projeto de modernização do Estado e da sociedade brasileira durante a vigência do novo regime.

O Estado Novo em sua complexa trama de “tradição” e “modernização” exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras egressas do modernismo – tanto os que ingressaram nos movimentos radicais dos anos 30, quanto os que se mantiveram ligados aos partidos tradicionais – foram desembocar numa corrente comum que se insere no projeto de construção do Estado nacional. De um lado, o próprio crescimento do Estado pós-30 permitiu a cooptação dos intelectuais nas novas instituições culturais; de outro, cremos ter havido uma confluência de orientações. Literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas são encontrados trabalhando lado a lado, já que “em vez de propor confessionalidades aos intelectuais, o Estado Novo polarizava-os à base de afinidades tanto teóricas quanto eletivas...”¹.

Vargas, em um discurso proferido em 1951 na então Universidade do Brasil, colocou em relevo uma importante conexão entre movimentos literários e políticos: “As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira (...) foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução vitoriosa de 1930. A inquietação brasileira (...) buscava algo de novo, mais sinceramente nosso, mais visceralmente brasileiro. (...) a renovação dos valores literários e artísticos, de um lado, a renovação dos valores políticos e das próprias instituições (...) se fundiram num movimento mais amplo, mais geral, mais completo, simultaneamente *reformador e conservador*, onde foram limitados os excessos, (...) harmonizadas as tendências mais radicais e divergentes. (...) Tive ao meu lado as gerações novas do Brasil, que, em todos os setores da inteligência e da cultura, procuravam novas formas de convivência e novas expressões para valores antigos. (...) Porque nunca pretendi favorecer reformas que não tivessem raízes nas aspirações mais profundas e mais constantes da coletividade e que não exprimissem um consórcio pacífico de *evolução e tradição*”².

Esta posição do presidente, ainda que expressa em período posterior ao Estado Novo, nos parece profundamente reveladora dos ideais e da prática desta simbiose entre tradição e modernização. O quanto esta “modernização conservadora” foi, ou teve que ser, levada adiante sob a égide de um governo autoritário, cerceador dos direitos e liberdades individuais; o quanto este governo se assemelhou ou não às experiências fascistas mundiais no período entreguerras é um outro capítulo que merece atenção e que será desenvolvido em outros trabalhos. Nosso objetivo é rastrear a trajetória de alguns temas que nos permitem compreender a lógica das alianças entre os intelectuais e o Estado. Cremos que “nacionalismo” e “regionalismo”, em suas diferentes conotações, permitem lançar luzes sobre a confluência entre um movimento de idéias, que tem como um de seus marcos a Semana de Arte Moderna, e a gradativa participação de pensadores e literatos nos órgãos do Estado, no papel de administradores de um projeto de política cultural para o Brasil.

A problemática do nacionalismo

A retomada da questão nacional como tema do debate intelectual e político precisa ser analisada tendo em vista o contexto no qual ela teve lugar. O conflito de 1914 transpôs o continente europeu, tornou-se mundial. A neutralidade dos países fora do conflito inicial entre Alemanha e França foi ameaçada, e mesmo no Brasil chegaram as consequências da guerra. O torpedeamento de cinco navios mercantes brasileiros levou o governo a declarar guerra e a se formar ao lado dos Aliados.

A influência destes acontecimentos se faz presente, inclusive, no movimento desencadeado por Olavo Bilac. Em 1915, Bilac inicia jornada patriótica para despertar a nação, falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Prega a necessidade de ideal, crença e esperança para os jovens brasileiros. Sua proposta de salvação nacional passa pelo serviço militar obrigatório como processo de formação de brasileiros conscientes e dignos, levando ao triunfo da democracia.

O impacto da Primeira Guerra Mundial é menção constante nos depoimentos e memórias dos intelectuais que viveram tal conflito. Como nos diz Alceu Amoroso Lima, foi este conflito que permitiu o “despertar do ceticismo” e produziu a “volta às nossas raízes, que mais tarde nos iriam levar à reação modernista”³.

A identificação da nação com as potencialidades das riquezas naturais do território, a salvação através do serviço militar obrigatório e a defesa dos encantos da sociedade rural são “representações” que procuram dar corpo, buscar fundamentos, encontrar raízes para um projeto ideológico de cunho nacionalista. Este mesmo princípio é recuperado no modernismo ao retomar a questão nacional, embora seu conteúdo seja distinto.

A preocupação com a nacionalidade não é nova em nossa história cultural. O romantismo já tinha representado, em outro contexto histórico, a primeira filosofia inspiradora da procura de nosso destino próprio. A questão do nacionalismo, desenvolvida nos anos 20, marca as diferentes correntes em que se desdobra o movimento modernista e mantém sintonia com as preocupações da filosofia romântica.

Roque Spencer Maciel de Barros explicita esta relação entre o romantismo (não apenas como fenômeno literário mas como concepção de vida, filosofia) e o nacionalismo: “o filósofo romântico, nostálgico da ‘totalidade’, ao mesmo tempo que quer abarcá-la e nela perde-se, tem um vivo sentido do individual e do irredutível, da *originalidade*. Daí a busca romântica do universal por intermédio do particular: não se trata de qualquer ‘indução’, mas de intuição (...). Essa filosofia,

por conseguinte, valoriza extremamente o nacional, o que é singular e próprio das nações, em contraposição com uma visão 'clássica' e 'anti-histórica' que repousava, imediatamente, no universal, na inamovível *razão*, com seus cânones eternos e não incomodados pelo tempo"⁴. O sentido da singularidade individual no romantismo é superado na ordem histórica por outras singularidades, tais como a nação, a pátria. Neste sentido os românticos representaram a consciência crítica da nacionalidade. A construção nacional refere-se à realização não apenas de "uma tarefa política e econômica, mas de [seu acompanhamento] por uma obra espiritual, por um trabalho de *formação*, que é obra de poetas, de literatos e de 'filósofos', tanto quanto de estadistas, e que tem, antes e acima de tudo, um sentido eminentemente 'pedagógico' "⁵.

Se estes postulados da filosofia romântica tiveram vigência no processo de independência nacional, no século XIX, o que faz o nacionalismo dos anos 20 retornar às matrizes deste pensamento denominado por Mannheim de "conservador"? O que faz reaparecer um pensamento que se opõe às pretensões de uma razão universal e clama pela originalidade de cada nação?

Os pares universal/particular, razão/intuição marcam tanto a filosofia romântica quanto o debate filosófico subjacente ao movimento de idéias presente nas várias correntes modernistas.

As críticas dirigidas ao sistema liberal (sua concepção de homem, falsa porque o supõe "bom", o individualismo desenfreado, a crise de autoridades) são corolários marcantes no pensamento dos ensaístas (literatos e políticos) dos anos 20/30⁶. As críticas aos valores do liberalismo vêm acopladas a uma condenação ao Estado absenteísta e à proposta de sua substituição por um Estado forte, "orgânico". Aqui, é preciso lembrar que foi também o romantismo que operou uma mudança na doutrina do Estado. Este deixa de ser considerado como "máquina", criação artificial dos homens com fins específicos e limitados. A nova imagem substitui obrigações jurídicas pela fé no Estado, fonte de todo o direito, e pela fé na pessoa do governante. A origem da nacionalidade passa a ser interpretada não como resultado de uma escolha voluntária, mas como resultante orgânica, quase inconsciente, de uma comunidade de sentimentos⁷.

O que se torna fundamental discutir são as condições que permitem a reutilização dos propósitos da filosofia romântica nos quadros da cultura do século XX. Se o romantismo brasileiro do século XIX pode ser associado ao movimento "conservador" existente na Europa, decorrente de uma resposta ao Iluminismo e à Revolução Francesa, a mesma associação pode ser feita entre o nacionalismo pós-Primeira Guerra Mundial no Brasil e os movimentos contemporâneos a ele na França, Itália, Portugal, Alemanha... Nossa hipótese é de que condições similares fizeram com que a Primeira Guerra e a crise do liberalismo produzissem, em relação ao movimento nacionalista, o mesmo impacto que a

Revolução Francesa e o Iluminismo representaram para o pensamento romântico, criando uma atmosfera de inquietação capaz de fazer gerar um novo projeto político, ocupado em buscar os valores originais a serem preservados.

Ao fazermos esta associação entre correntes doutrinárias – o romantismo europeu e o brasileiro, o renascimento do nacionalismo na Europa e no Brasil – não estamos supondo que o “mimetismo” seja fator explicativo central da vida intelectual de um país. A importação de idéias envolve um complexo processo de adaptação ou deformação de doutrinas geradas em outros contextos. No caso do Brasil, talvez seja mais relevante referir o nacionalismo modernista à discussão já existente na tradição cultural do país, inaugurada pelo romantismo e tornada novamente presente pelo sentimento de crise na década de 20.

Não pretendemos aqui esgotar a trajetória do nacionalismo no Brasil. Vamos assinalar apenas algumas de suas vertentes, recordando exemplos que nos parecem significativos. Uma delas é o “ufanismo”, dada sua influência no pensamento político brasileiro (mais tarde considerado um dos males do país). Mais uma vez acorda o gigante adormecido! O patriotismo toma como referência principal a nação identificada com o território, e aí situa a riqueza do Brasil. Esta visão tem sua forma quase caricatural em Afonso Celso, em *Porque me ufano do meu país*. Este livro, escrito para celebrar o quarto centenário do Descobrimento, procura ser uma aula de patriotismo, ao arrolar todos os motivos que justificam o orgulho nacional.

Afonso Celso, filho do visconde de Ouro Preto, conde papal e diretor do Instituto Histórico e Geográfico, pertence a um grupo de intelectuais (no qual se inclui Eduardo Prado) que pretendeu no início da República reabilitar o passado defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo. Suas interpretações contrariavam aqueles que viam no Brasil as confirmações das teses de inferioridade racial.

É muito interessante acompanhar Afonso Celso em sua versão tomada como paradigma do ufanismo, e que constitui a síntese das idéias combatidas pelos modernistas. Vejamos:

“Resumo das grandezas do Brasil

Ficou demonstrado que:

- O Brasil constitui um dos mais vastos países da terra, capaz de conter toda a população nela existente;
- Reúne imensas vantagens a essa grandeza territorial, quais a situação geográfica, a homogeneidade material e moral, o progresso constante;
- É belíssimo – encerrando maravilhas sem êmulas no universo, como o Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso, a floresta virgem, a baía do Rio de Janeiro;

- Possui riquezas incalculáveis – tudo quanto de precioso se encontra no globo;
- Goza de perpétua primavera, sem jamais conhecer temperaturas extremas;
- Não sofre as calamidades que costumam afligir a humanidade: vulcões, terremotos, ciclones, inundações, abundância de animais ferozes;
- Resulta a sua população da fusão de três dignas e valorosas raças;
- Bom, pacífico, ordeiro, serviçal, sensível, sem preconceitos, não deturpa o caráter desse povo nenhum vício que lhe seja peculiar, ou defeito insusceptível de correção;
- Nunca sofreu humilhações (...);
- Sempre procedeu honesta e cavalheiresamente para com os outros povos (...);
- Na sua história (...) escasseiam guerras civis e efusões de sangue, sobejando feitos heróicos, formosas legendas, preclaras figuras, luminosos exemplos;
- Primeiro país autônomo da América Latina, (...) sempre manifestou espírito de independência, desfrutou liberdades desconhecidas em outras nações (...).

Nestas condições, o Brasil é um país privilegiado, reunindo elementos que lhe conferem primazia sobre todos os mais”⁸.

O número de edições desta obra – 12 até 1943 – se não atesta sua aceitação junto à geração de intelectuais que viva “o ceticismo”, a “descrença”, o “pessimismo”, demonstra a difusão desta ideologia ao nível do ensino no Brasil. Como nos diz Dante Moreira Leite, a “ridicularização” das idéias deste livro “não impede que alguns de seus argumentos continuem a aparecer até hoje em livros de leitura da escola primária, e muitos dos brasileiros em Afonso Celso reconhecerão a origem das explicações sobre a grandeza do Brasil”⁹. É interessante notar como, no capítulo “O país e a raça” da obra *A cultura do Brasil*, Fernando de Azevedo retorna, embora em outra linguagem, aos mesmos tópicos presentes em Afonso Celso.

Contrapondo-se a esta visão, temos a versão não-ufanista que marca a reconstrução da história do pensamento brasileiro. Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana e outros, apesar das diferenças que os separam, são apresentados como uma “genealogia” da corrente que se contrapõe ao ufanismo. O sertanejo, o Estado, o branqueamento são caminhos possíveis para a construção da nacionalidade, que escapam de uma visão idílica inicial, que vê o progresso brasileiro inscrito numa ordem natural. Neste ponto, o modernismo retoma e aprofunda esta tradição: trata-se da denúncia do Brasil arcaico, atrasado, comandado por uma política incompetente.

O rompimento com esta perspectiva não tem data precisa mas a historiografia tende a apontar “Urupês” de Monteiro Lobato, artigo escrito em 1915, como marco de uma percepção crítica do Brasil. Um “clima” nacionalista se configura na poesia – como em Juca Mulato (1917) de Menotti del Picchia, que retoma o tema do “gênio triste de nossa raça e da nossa gente” –, em empreendimentos como a fundação da *Revista do Brasil* em 1916.

Wilson Martins transcreve o editorial de apresentação desta revista: “O que há por trás do título desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante de sua personalidade”¹⁰.

Além de artigos e poemas, as idéias nacionalistas circulam através de movimentos, ligas que pretendem uma atuação mais fecunda do que a existente nos quadros da política partidária da época. Tais movimentos se fazem presentes também através da publicação de revistas, tais como a *Braziléia*, órgão de Propaganda Nativista, e *Gil Blás*, porta-voz da Ação Social Nacionalista. Assim, a Semana de Arte Moderna ocorre em meio a uma atmosfera intelectual onde se discute o que seria específico na cultura nacional. Volta-se a discutir as raízes, a descobrir o Brasil verdadeiro. Esta é a questão comum que produz respostas distintas.

Para Wilson Martins, “os modernistas, quer o quisessem ou não, foram os herdeiros dessas aspirações nacionalistas”¹¹, aspirações marcadas pela consciência de que éramos um país atrasado. Nas palavras de Paulo Prado, dávamos “ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território, que a lenda – mais que a verdade – considera imenso torrão de inigualáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão. Dos agrupamentos humanos de mediana importância, o nosso país é talvez o mais atrasado. O Brasil, de fato, não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado”¹².

Como estamos tão mal se as condições materiais são tão boas? Daí a procura das explicações para o atraso não mais na natureza, mas no caráter nacional: no homem, em suas características genéticas ou na psicologia do brasileiro. A retomada do nacionalismo envolve a consciência do subdesenvolvimento, prenúncio de outro esquema explicativo para o país, à base das dicotomias Brasil real/Brasil ideal, onde o Brasil litorâneo, importado, bacharelesco é acusado de impedir e anular o desenvolvimento nacional. Segundo Renato de Almeida, discípulo de Graça Aranha, “foi a minha geração, libertando-se resolutamente do ‘ufanismo’ das gerações anteriores, que procurou ver com clareza e honestidade o Brasil, inventariando os nossos defeitos e as nossas virtudes, para determinar com exatidão as coordenadas da civilização brasileira”¹³.

Um exemplo paradigmático da descoberta dos “problemas do homem” é a obra de Paulo Prado, *Retrato do Brasil*. Este “ensaio sobre a tristeza brasileira” foi elaborado, segundo seu autor, como “um quadro impressionista”, onde desaparecem datas e ficam somente as emoções, a representação mental dos aconteci-

mentos, resultantes da “dedução especulativa”. O texto, na melhor tradição ensaística brasileira, aponta a luxúria e a cobiça como os males maiores e constantes da vida brasileira. “Na luta entre esses apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento (...) são vinhos fundos na nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos da ordem superior.”¹⁴

A estes males de origem se agregou outro: o mal romântico, caracterizado por “dois princípios patológicos: hipertrofia da imaginação e a exaltação da sensibilidade”, princípios estes que geraram como reação “misantropia e pessimismo”. Em seu *post-scriptum*, Paulo Prado traça um quadro complementar dos males contemporâneos à sua época, onde acentua: “Um vício nacional, porém, impera: o vício da imitação (...). Imitação, quer dizer, importação. Nesta terra, em que quase tudo dá, importamos tudo: das modas de Paris – idéias e vestidos, – ao cabo de vassoura e ao palito”¹⁵.

Diante da herança colonial e dos 40 anos de experiências malsucedidas com a República, surgem duas soluções catastróficas: a guerra e a revolução. A revolução deverá ir além da simples conquista do poder: deverá promover não só modificações radicais no aparelho político e financeiro, mas também na “própria essência mental”, procedendo à revisão dos antigos valores materiais e espirituais. Paulo Prado assume a defesa da solução revolucionária para o Brasil, já que esta reuniria “duas tendências opostas: esperança e revolta”. E encerra seu texto “com um pensamento de reconforto: a confiança no futuro, que não pode ser pior do que o passado”¹⁶.

A importância deste seu texto, que já tem, em 1931, sua quarta edição, pode configurar o momento em que, no dizer de Pedro Dantas, os intelectuais não incluíam o Brasil em suas preocupações porque não estavam “satisfeitos com o Brasil”; “sofríamos de uma crise de patriotismo, por nos faltarem ‘razões’ de amar nosso país (...). Sua contribuição [do modernismo] fundamental (...) foi a conversão de valores até então havidos como negativos – porque eram diferentes dos valores cosmopolitas – em positivos, por uma aceitação que parecia impraticável”¹⁷.

A Semana de Arte Moderna, promovida no ano do centenário da Independência, marca uma proposta estética e ideológica cujos frutos se fazem presentes durante toda a década de 30.

Se há uma diferenciação entre projeto estético e ideológico, temos também que apontar seus aspectos comuns. “O ataque às maneiras de dizer se identifica ao

ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade), investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo.”¹⁸

Os grupos que se desdobraram do modernismo diferenciavam-se quanto às vias de construção da cultura brasileira. Uma via, comprometida com o erudito, teria como seu representante Mário de Andrade, pelo seu lado pesquisador, herdeiro do projeto de Silvio Romero, onde predomina o nacionalismo culto e estudioso. A outra via rompe a história importada e erudita e vai buscar as “fontes emocionais” da arte e da cultura. Esta corrente, que tem em Oswald de Andrade e no Movimento Pau-Brasil sua expressão, opõe-se ao conhecimento científico-dedutivo identificado com o lado erudito, importado, bacharelesco: são sobretudo os sentimentos que contam na definição da brasilidade. Esta corrente mais tarde irá se desdobrar no verde-amarelismo e no Manifesto Antropofágico¹⁹.

Várias são as interpretações do Movimento Modernista e das diferentes correntes dele derivadas. O que importa considerar, no momento, é a importância destas manifestações como prenúncio de um movimento de transformação, que faz com que integrantes da Semana de Arte Moderna estejam presentes nos quadros políticos nacionais, dos PRs ao Estado Novo, passando pelas vertentes integralista, comunista e mesmo liberal.

Imbricadas nas questões de ordem literária, de pesquisa estética e de atualização da inteligência brasileira estavam questões de ordem política, principalmente as referentes a uma política cultural para o Brasil. Os intelectuais modernistas, imbuídos de uma missão histórica, guiados pelo sentimento de pertencer a uma elite, procuravam dar forma a seus projetos de construção de uma cultura nacional. Sérgio Milliet, testemunhando este engajamento, declara: “Jogamo-nos na luta política, convencidos de que somente pelo poder nos seria possível impor a nova ordem (velha idéia, como se vê, comum a todas as gerações mais ou menos atingidas pelas crises). Uns fizeram-se fascistas, outros comunistas, outros ainda socialistas cristãos”²⁰.

Havia assim um movimento de transformação da sociedade brasileira no qual se inscreveram o Movimento Modernista com suas correntes, os movimentos tenentistas, a Revolução de 30, a Revolução de 32, a criação da Ação Integralista Brasileira, dentre outros. Nas palavras de Wilson Martins, menos “do que uma monstruosidade na história política do Brasil, o Estado Novo, entroncado diretamente na Revolução de 1930, é, por uma larga parte, o herdeiro natural desse estado de espírito; isto explica que tenha sido recebido com simpatia por Plínio Salgado e haja obtido a colaboração de numerosos intelectuais modernistas. É que o Estado Novo parecia responder, simultânea e contraditoriamente, às aspirações de todos, tal como já havia ocorrido com a Revolução de 1930. O

nacionalismo era o valor comum que os unia, e que também os unia ao pensamento ensaístico saído do Modernismo”²¹.

Vale notar que os intelectuais consagrados, seja no campo da literatura ou como ensaístas dos nossos problemas sócio-culturais, não estiveram diretamente envolvidos com a Revolução de 30, nem mesmo a aplaudiram. Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, em artigos no *Correio Paulistano*, e mesmo Azevedo Amaral, foram partidários da candidatura paulista de Júlio Prestes.

Dos autores recuperados como formuladores de um pensamento autoritário no Brasil (Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima, Plínio Salgado, Francisco Campos, Azevedo Amaral), só Francisco Campos esteve ligado à Aliança e à Revolução, por seu envolvimento no Partido Republicano Mineiro, embora como deputado já houvesse condenado os movimentos tenentistas e liberais dos anos 20.

Para os intelectuais que queriam salvar o país, a proposta liberal da Aliança e os ideais em nome dos quais os políticos rio-grandenses tinham se lançado ao movimento armado eram vistos, seguramente, como um anacronismo.

Diante da existência do movimento armado que chega ao poder, dos impasses do poder, dos conflitos entre oligarcas e tenentes, os intelectuais se posicionam frente à crise e atuam fora ou dentro dos partidos tradicionais. Somente à medida que uma perspectiva liberal vai sendo abandonada pelo novo governo é que este ganha a adesão dos intelectuais que, preocupados em formular projetos nacionais, vêem o Estado como o espaço para sua atuação enquanto artífices de uma nova ordem.

Nacionalismo e regionalismo

A relação entre o modernismo e a questão regional passa por diferentes momentos. No primeiro deles, o modernismo lança-se contra o que considera o “falso regionalismo”. Este combate se deve à expansão da “literatura caipira”, que vai do início do século até 1922 e que tem como expressão o sertanismo representado por figuras como Catulo da Paixão Cearense e Cornélio Pires. O protesto contra retratar o brasileiro através do matuto corresponde à negação desta figura como exemplar. “O regionalismo é, enfim, repudiado pelos modernistas porque dava do orbe brasileiro uma idéia que não correspondia à visão de progresso que São Paulo produzia. O caipira era o atraso, a miséria, o oposto, em suma, da grandiosidade paulista.”²² A dinâmica do modernismo levou adiante um debate de idéias que por si só tendeu a romper as barreiras entre as províncias literárias. “O movimento modernista foi um laço admirável de unidade nacional no campo das letras (...). Não havia regionalismo (no mau sentido). Propunha-se e praticava-se olhar para o Brasil, cantar Brasil, escrever Brasil. Nunca se praticou, como então, o hábito da correspondência literária, de norte a sul, ou de sul a norte

e leste a oeste (...). Os revolucionários tinham necessidade de gastar selo do correio para combinar planos e medidas, animar-se, aplaudir-se. As iniciativas provincianas, até então olhadas do alto, principiaram a ser festejadas com um entusiasmo nunca visto. Aliás, até então, São Paulo não tinha sido considerado como simples província literária?²³

O tema regional é retomado sob outro enfoque: desta feita, como ponto de partida para se chegar ao nacional. E neste caminho retoma-se “a tradição ainda mais longe, no território pré-histórico do folclore e, por esse caminho (retornaram) ao regionalismo (que florescia, com o sucesso conhecido, na década de 30)”. Para Wilson Martins, a partir de 25, nacionalismo e regionalismo já se confundem, representando uma “etapa necessária para que o sentimento nacionalista se transforme em pensamento ou ideologia política”. Em 1928, “os ‘nacionalistas’ confundem-se com a direita política e com o regionalismo pitoresco, os ‘socialistas’ identificam-se com o regionalismo social”²⁴.

Se o regionalismo em sua vertente “cabocla” sofrera ataques desde os artigos de Lobato, “Urupês” e “Velha Praga” (onde o culto do caipira é relacionado ao indianismo de José de Alencar), nas décadas de 20 e 30 esta preocupação volta à cena com outra roupagem. O movimento modernista no Nordeste assume a postura de que o enfoque regional não contradiz a unidade cultural brasileira. “Regionalmente é que deve ser o Brasil administrado”, diz o Manifesto Regionalista, acentuando as implicações políticas da perspectiva de que a cultura nacional deve ser construída através do enfoque regional. Nesta vertente, o federalismo é tido como falso, já que acentua a separação entre unidades definidas administrativamente. O regionalismo, ao contrário, toma por base entidades que têm uma identidade geográfica e histórica²⁵.

A defesa ou reabilitação dos valores tradicionais do Nordeste, a valorização das origens históricas, geográficas, sociais e políticas como fundamento do sentimento regional marcam as preocupações centrais do Manifesto e do movimento regionalista nordestino. Deste movimento segue-se não só o romance regional – que tem seus representantes maiores em José Américo, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Lins do Rego – mas também o luso-tropicalismo, formulado pela figura discutida de Gilberto Freire, principal promotor e animador do regionalismo do Recife na década de 20.

A capacidade de adaptação do português aos trópicos criando uma sociedade particular vai surgir como importante elemento da crença nacional. O luso-tropicalismo (resultante da obra conjunta, das características culturais, inclusive psicológicas, de três grupos étnicos) surge como um dos elementos possíveis para a recuperação positiva do passado, elemento fundamental na formulação do ideal nacional, e abre perspectiva para o futuro: “Uma coisa, pelo menos, é certa: o desenvolvimento de uma civilização moderna no Brasil está plasmando o

desenvolvimento de um novo tipo de civilização. O que poderá fazer dos brasileiros, já pioneiros históricos, pioneiros de um novo e fascinante futuro: o de homens civilizados nos trópicos”²⁶.

A contribuição de Gilberto Freire na formulação da ideologia da cultura brasileira toma por base o pressuposto de que o regional é o substrato para a construção do nacional, “ou seja, (que) a matriz básica de organização social em todo o Brasil é a mesma, apoiada num certo tipo de miscigenação realizada na ordem patriarcal”²⁷. Quer seja através da democracia racial ou do luso-tropicalismo, Gilberto Freire contribui para a retomada de valores (passados e futuros) que garantam o orgulho nacional.

Apenas superficialmente podemos mencionar a maneira pela qual o regionalismo enquanto elemento para a construção da nacionalidade (“fortalecimento de um *sistema ideológico* no qual se perpetua a noção de *cultura brasileira*”, na formulação de Carlos Guilherme Mota) se insere na luta política do pós-30. Tomando o caso dos estados do Nordeste, sabemos que, antes de 30, estavam eles aliçados do jogo político na condição de sócios menores. Na chamada República Velha, os estados nordestinos lutam pela obtenção de um espaço político maior, mas, efetivamente, não conseguem se impor frente ao poder central. Neste terreno ganham espaço as oposições e as adesões à campanha da Aliança Liberal. “A redefinição do jogo político provocada pelo movimento revolucionário de 30, atingindo as bases de sustentação e domínio político dos estados do Sul, poderia possibilitar a retomada de uma participação mais expressiva. Recuperar seu *locus* político tornava-se fundamental para uma região em declínio (...). A concretização de tal objetivo exigia um instrumental forte que, na época, era visualizado na unidade política da região (...). Neste sentido é que a busca de uma atuação conjunta marcaria, no pós-30, toda a história política desta região do país.”²⁸ A unificação política através da formação de um bloco geográfico com interesses específicos funciona como um novo recurso de poder para o enfrentamento do Centro-Sul. Neste quadro, o regionalismo é fonte para a construção de uma cultura nacional e base política para o fortalecimento do Estado nacional. Essas duas expressões do regionalismo caminham *pari passu*, embora cada uma delas apresente demandas distintas.

A necessidade de se buscar as raízes do sentimento nacional entrecruza-se com o debate sobre a matriz básica, regional, que daria origem à melhor sociedade. Tal questão é veiculada por Cassiano Ricardo, quando procura relacionar Estado Novo e movimento de bandeiras. Buscando localizar o grupo social que, no Brasil, teria dado origem à democracia, Cassiano afirma que somente a sociedade bandeirante, por suas características – policultura, pequena propriedade, democracia, mistura de raças e divisão do trabalho – teria sido eminentemente revolucionária, “ao passo que a Casa-Grande é a força conservadora da colônia anti-revolucionária, aliada do poder público”²⁹.

Cassiano Ricardo acentua as qualidades da sociedade bandeirante em detrimento daquelas presentes na sociedade patriarcal, estudada e valorizada por Gilberto Freire. Ambos estão efetivamente dentro de um mesmo campo cultural, interlocutores de um mesmo debate em torno da “melhor” experiência histórica que fundamente um projeto político. Neste sentido é que suas proposições são passíveis de serem incorporadas à ideologia oficial, ocupada em articular as bases de um ideário nacional.

O regionalismo em sua versão nordestina corresponde a uma tentativa de revitalização, de modernização de uma região com poucas perspectivas de futuro e que vai buscar no patrimônio cultural e social do seu passado extremamente rico as diretrizes para o presente e para a construção de seu futuro dentro de um Estado fortalecido pelo processo de centralização.

Sabemos que, quando houve maior segurança quanto à unidade nacional, foi possível voltar a acentuar aspectos regionais distintos, sem colocar ameaças a um ideário nacionalista. *A Cultura Política*, revista diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda, mantém em uma de suas seções, denominada “Brasil social, intelectual e artístico”, espaço para artigos tratando de “quadros e costumes” das regiões brasileiras, do povo brasileiro, através do folclore. Encontramos em seus artigos análises sobre a influência do fator geográfico na literatura, valorizando a existência de um “regionalismo justo”, que consegue ser localista e projetar-se para além de suas fronteiras. Nesta revista, Gilberto Freire defende a condição provinciana para que a arte, a literatura e a cultura brasileira possam ter vitalidade, autenticidade e permanência. Esta noção de continuidade histórica nacional é pensada através da recuperação dos “costumes”, da “tradição”, da “religião”, da “raça”, da “língua” e da memória do “passado”³⁰.

Mineiridade: um outro regionalismo?

Nesta procura de um modelo de brasilidade encontramos uma outra vertente que se contrapõe à sociedade patriarcal nordestina (Gilberto Freire) e à sociedade bandeirante (Cassiano Ricardo). É a sociedade mineira.

Como paradigma desta perspectiva, tomamos o pensamento de um autor que, mesmo não sendo mineiro, constrói com maestria o mito da “mineiridade”. Alceu Amoroso Lima publica um livro, *A Voz de Minas*³¹, cujo subtítulo é “ensaio de sociologia regional brasileira”. Na construção desse mito, o regionalismo é tomado como “caráter”: são as características psicológicas do homem mineiro que o definem como ser especial na psique nacional. A sobriedade, a ironia, o realismo, o bom senso, o espírito de distinção fazem com que o mineiro possua muito mais o espírito do eterno que do moderno. Neste sentido, o mineiro é o homem do passado, e é deste passado que ele retira sua força e sua dignidade.

Dentro das características que seriam específicas do mineiro (oriundo do isolamento geográfico, do predomínio do tipo lusitano em sua formação étnica, do processo de endogamia), haveria em Minas um regionalismo que não se revestiu de um provincianismo estreito ou de um “localismo pitoresco”. Afonso Arinos, por exemplo, se de um lado é considerado por Alceu como a “fina flor do regionalismo literário mineiro”, por outro produziu uma literatura profundamente localista e universalista. É preciso lembrar que Alceu tem um livro sobre Afonso Arinos, editado em 1922, e que em sua posição de crítico literário e enquanto líder da intelectualidade católica, Alceu exerceu enorme influência sobre a elite intelectual e política dos anos 30.

Vale ressaltar o tipo de argumentação utilizado por Alceu para destacar as qualidades da sociedade mineira e seu papel na construção da nacionalidade. Temendo os abalos advindos da “modernização” da sociedade brasileira, preocupado com a manutenção dos “verdadeiros” valores, nos diz o autor: “O Brasil é um imenso litoral. O Litoral é o mundo, é o progresso, é a novidade, é a importação contínua de idéias, de raças, de valores diferentes, de tudo o que a circulação do mundo nos permite ter. Minas é a Montanha. É a estabilidade. É a duração. É a permanência. A ação da montanha sobre o litoral não é apenas conservar o que só nas montanhas (...) se preserva. É também corrigir o que o dinamismo cosmopolita carrega continuamente às nossas plagas. E ainda aí é considerável e difícil o trabalho de escolha entre o que deve ser corrigido e o que deve ser incorporado”³².

Embora esse texto seja de 1944, seus postulados já estavam presentes desde muito antes. No início dos anos 30, ao propor uma revolução espiritual, Alceu destaca a importância da “alma de Minas”. Foi ela “que guardou até hoje, ao menos em seus elementos mais puros, essa fidelidade aos princípios orgânicos de uma civilização bem nossa – o espírito de família, o cavalheirismo, a hospitalidade, a fidelidade à palavra, o desinteresse financeiro, a simplicidade da vida, o recato feminino, a doçura do trato, o sentimento do respeito, tudo aquilo enfim que deriva de uma fidelidade consciente ou subconsciente (...) à formação religiosa de nossa nacionalidade”³³.

As colocações de Alceu sobre as qualidades da alma mineira correspondem aos valores que a teoria sociológica relaciona como pertencentes à vida em comunidade. As relações comunitárias se caracterizam por intimidade pessoal, compromisso moral, coesão social e permanência, daí advindo os sentimentos predominantes: amor, lealdade, honra e amizade. É a comunidade, ao tratar o homem em sua totalidade, que mantém a família como seu arquétipo histórico e simbólico³⁴. Estes traços da *communitas* são valorados positivamente pela tradição católica, que vê a sociedade moderna e industrial como disruptiva e ameaçadora.

Outra vertente, acentuando o lado político da “mineiridade”, aparece em recente depoimento (1976) de Afonso Arinos de Melo Franco³⁵. Aqui é destacado

o fato de a idéia de Estado brasileiro ter surgido em Minas, com a Inconfidência. A política mineira seria decorrente da institucionalização da “instável”, “tumultuosa sociedade bandeirante”, e seria marcada pela junção natural entre “a aspiração de liberdade e a necessidade da ordem”. Liberdade e ordem marcariam o comportamento dos maiores vultos do pensamento político de Minas Gerais e, “quando Antônio Carlos lançou seu famoso aforismo ‘façamos a revolução antes que o povo a faça’ (...)”, pela boca do Andrada “falava a continuidade mineira, a qual tem como elemento importante a preciência das elites em relação aos grandes movimentos populares”³⁶.

O modernismo mineiro, também ocupado com o nacionalismo vai oscilar entre a aceitação e a recusa dos valores mineiros. De um lado, tende a superar o regionalismo, ironiza a vida bucólica representada pelo Brasil não urbanizado. De outro, incorpora o apelo no sentido da recuperação das fontes culturais. A reavaliação do barroco mineiro é certamente uma resultante do modernismo.

O grupo de jovens que se encontra em Belo Horizonte, nos anos 20, reúne um número significativo de nomes que se destacariam na literatura e na política: Carlos Drummond, Milton Campos, Agbar Renaut, Emílio Moura, João Alphonso, Aníbal Machado, Pedro Nava, Gabriel Passos, João Pinheiro Filho, Martins de Almeida, Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentre outros. É deste grupo geracional que se forma o modernismo mineiro, composto por aqueles que recebem a caravana dos modernistas de São Paulo em sua viagem pela rota barroca e que fundam, em 1925, *A Revista*. A perspectiva nacionalista e o aplauso às medidas oficiais para preservar os tesouros artísticos das chamadas cidades históricas estão presentes nesta revista dirigida por Carlos Drummond e Martins de Almeida.

A Livraria Alves e o Café Estrela representam os locais de reunião desses jovens, que desenvolvem suas atividades, desde 1921, no *Diário de Minas*, órgão do Partido Republicano Mineiro. O emprego público na secretaria e o jornalismo na imprensa oficial marcavam o vínculo destes jovens, vindos do interior, com a política estadual³⁷. Esta associação entre literatura e política, nem sempre realizada nas mesmas pessoas, pode ser sentida na homenagem a Carlos Drummond, por ocasião do lançamento do seu livro *Algumas poesias*, em abril de 1930.

“O orador [Milton Campos, em tom humorístico] disse que era ‘preciso comer coisas mais concretas que simples hiatos substanciosos’ e observou que ‘o antropofagismo daquela tribo de São Paulo não parece ter despertado o entusiasmo que merecia’, pois a ameaça ‘vamos comer tudo de novo’ lhe parecia ‘altamente construtiva’.

Segundo ele, ainda havia muito o que comer no Brasil: ‘Acredito mesmo que na política a antropofagia teria aplicação mais útil do que

nas próprias letras, pela maior amplitude do proveito resultante. A carne do político, pela flexibilidade e pelos coleios a que a carreira obriga, deve ser mais macia do que, por exemplo, a carne rija de um parnasiano hierático. Haverá pernil de acadêmico que se compare a uma suã de senador?’ ”³⁸

Os intelectuais que se reúnem em Belo Horizonte nos anos 20 partilham de um mundo comum, marcado pelo nascimento em cidades do interior e pela experiência de vida em uma capital essencialmente burocrática. Pagam tributo à sociedade tradicional e vivem sob o fascínio do “espírito moderno”, haja vista a atração que sofrem pela capital federal. Deste grupo saem as figuras que atuarão a nível político e que querem transformar a oligarquia em verdadeira elite. A nova geração, independente da história de vida de cada um, efetivamente desempenhou um importante papel na nova ordem política pós-30, e durante o Estado Novo deteve o controle de dois importantes ministérios, o da Educação (com Gustavo Capanema) e o da Justiça (com Francisco Campos).

Os impasses da política mineira desde a cisão do PRM, representada pela Concentração Conservadora; a experiência da Legião de Outubro; a reorganização partidária após a Revolução Constitucionalista, com a criação do Partido Progressista; e o rompimento do equilíbrio político pela morte de Olegário Maciel, deflagrando acrise da sucessão mineira³⁹, levaram este estado a se inserir de forma peculiar no cenário nacional. De força deflagradora da revolução, Minas passa a principal ponto de apoio do governo, e o que perde em independência ganha em co-responsabilidade nos acertos e erros da nova política.

Os intelectuais mineiros, portadores de um projeto de renovação política e cultural, encontram neste novo *status* da política mineira um campo favorável a sua inserção no Estado; daí poderem integrar o quadro de administradores do projeto cultural nacional.

Observações finais

As interpretações que destacamos neste texto representam a procura de argumentos intelectuais, idéias sobre o papel da tradição, da língua ou mesmo da raça na construção de um projeto nacional. Neste quadro, o regionalismo pode ser entendido como uma das versões do nacionalismo no Brasil. O que importa são os traços comuns, encontrados no passado, visíveis no presente e que têm implicações na construção do futuro.

O novo regime, instaurado em 1937, assume como ideário a crença de que cada povo deve elaborar suas instituições obedecendo às inspirações particulares, aos imperativos históricos de seu tempo. Daí a importância da “nova democracia”, que, segundo seus ideólogos, era genuinamente brasileira. Dever-se-ia

reconhecer o caráter nacional da organização política implantada. O “Estado Nacional”, como é comumente denominado o novo regime, era aquele capaz de disciplinar forças e produzir o progresso social, já que este era dependente de uma ordem política adequada.

Se a política foi, no início dos anos 30, identificada com a “politicalha” e assumiu um sentido pejorativo, sendo necessário buscar em outra área do conhecimento (na sociologia) o método para apreender a realidade brasileira, agora ela renasce a partir de uma nova concepção. A política passa então a ser concebida como unidade em contraposição à anterior, identificada com a desagregação, e vem qualificada como capaz de “captar as aspirações nacionais”, “síntese resultante dos fatos sociais”, “realista”. A “nova política” do “Estado nacional” seria uma imposição do social e exerceria um predomínio natural sobre os poderes econômico e espiritual.

Dentro deste quadro é que se estabelece a relação entre política e cultura. O progresso cultural é atribuído à ordem política, já que esta é imposição do social e, ao mesmo tempo, exerce uma tutela sobre a sociedade. Se a cultura é a expressão da vida popular, a política é sua forma de organização. A política pode contribuir ou retardar o desenvolvimento intelectual de um país. No caso do Estado Novo, a política estabiliza o social, permitindo a criação de uma atmosfera favorável à produção artística. A marca política da obra de arte é vista como uma fatalidade social, já que “as artes nascem do complexo social, e o social não é mais do que uma *permissão política*”⁴⁰.

A visão que estamos descrevendo é desenvolvida pela revista *Cultura Política*⁴¹ que, em seu próprio título, processa esta simbiose entre os dois conceitos. “Existe entre a cultura e a política traço vigoroso de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido de orientação para o bem comum.”⁴²

Dentro desta visão que atrela a cultura à ordem política, e ao mesmo tempo a vê como canal capaz de relacionar a política às fontes de inspiração popular, é que ganha inteligibilidade o esforço do Estado em congregar a seu redor o maior número de intelectuais. Este esforço de atrair escritores e artistas, não somente os que estavam mais próximos ao centro de poder, mas ampliando o círculo de colaboradores, teve como uma de suas variantes significativas a própria revista *Cultura Política*.

Esta postura por parte dos administradores do projeto cultural do Estado encontra correspondência na visão que os intelectuais têm de si próprios. Eles se supõem uma nova elite contraposta à oligarquia. Esta elite, composta pelos mais capazes, mais cultos e voltados para os verdadeiros anseios do povo brasileiro,

possuidora de uma visão de totalidade, se encontra em oposição aos oligarcas, que representariam os interesses específicos de grupos e classes. A oligarquia é identificada com a ordem liberal, tão combatida nos anos 30 como, no mínimo, algo supérfluo. A “boa” elite aceita a hierarquia, a coordenação política e a ordem e, embora nem todos os seus membros participem diretamente da atividade política identificada, no Estado Novo, com a ação administrativa, vê a ordem autoritária como um esforço de modernização da sociedade brasileira.

É esta confluência de representação da política, da cultura e do papel dos intelectuais que leva Almir de Andrade a dizer: “O meio social brasileiro encontrou, na nova política do Brasil, a realização de tudo o que a nossa vocação de povo ansiava: ela reatou-nos às nossas próprias raízes, permitindo que o homem brasileiro se encontrasse novamente a si mesmo”⁴³.

NOTAS

1. Vamireh Chacon, *Estado e povo no Brasil*; as experiências do Estado Novo e da democracia populista, 1937-1964 (Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: Câmara dos Deputados, 1977), p. 96.
2. Getúlio Vargas, discurso pronunciado na Universidade do Brasil em 28-7-51. *O governo trabalhista do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952), pp. 382-5. Os grifos são nossos.
3. Alceu Amoroso Lima, *Memórias improvisadas* (Petrópolis: Vozes, 1973), pp. 55-6.
4. Cf. Roque Spencer Maciel de Barros, *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães* (São Paulo: Grijalbo/USP, 1973), p. XVI. Sobre o “liberalismo romântico”, ver outro texto do autor, *Introdução à filosofia liberal* (São Paulo: Grijalbo/USP, 1971).
5. *Ibid.*, pp. XVII-XVIII.
6. Lúcia Lippi Oliveira, “Elite intelectual e debate político nos anos 30”, in *Dados*, nº 22, 1979, p. 84.
7. Cf. Jacques Droz, *Le romantisme politique en Allemagne* (Paris: Colin, 1963).
8. Afonso Celso, *Porque me ufano do meu país*, 4 ed. rev. (Rio de Janeiro-São Paulo: Laemmert, 1908), pp. 189-91.
9. Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro*, 3. ed. rev. (São Paulo: Pioneira, 1976), p. 195.
10. Wilson Martins, *O modernismo*, 5. ed. (São Paulo: Cultrix, 1977) p. 138. Sobre os antecedentes do Movimento Modernista, ver também: Mário da Silva Brito, “A revolução modernista”, in Afrânio Coutinho, org., *A literatura do Brasil*. 2. ed. (Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1970), v. 5, pp. 1-37.
11. Wilson Martins, *op. cit.*, p. 15.
12. Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, ensaio sobre a tristeza brasileira, 2. ed. (São Paulo: Duprat-Mayença, 1928), p. 222.
13. Renato de Almeida, “Inventário subjetivo”, in Edgard Cavalheiro, *Testamento de uma geração* (Porto Alegre: Globo, 1944), pp. 216-7.

14. Paulo Prado, *op. cit.*, p. 123.
15. *Ibid.*, pp. 173-7 e p. 206.
16. *Ibid.*, p. 216. Devemos lembrar que Paulo Prado, sem ser uma figura de destaque no modernismo, assume, em 1923, a direção da *Revista do Brasil* e coloca Mário de Andrade como crítico de arte da revista.
17. Pedro Dantas, "Literatura de idéias", in *Cultura Política*, ano I, nº 3, 1941, pp. 267-8.
18. João Luiz Lafetá, "Estética e ideologia: o modernismo em 1930", in *Argumento*, ano I, nº 2, pp. 19-20.
19. Cf. Eduardo Jardim de Moraes, *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica* (Rio de Janeiro: Graal, 1978), pp. 83-103.
20. Sérgio Milliet, "O meu depoimento", in Edgard Cavalheiro, *op. cit.*, p. 240.
21. Wilson Martins, *op. cit.*, p. 148.
22. Mário da Silva Brito, *Antecedentes da Semana de Arte Moderna* (São Paulo: Saraiva, 1958), p. 177.
23. João Alphonsus, "A deriva", in Edgard Cavalheiro, *op. cit.*, pp. 146-7.
24. Wilson Martins, *op. cit.*, pp. 143, 146-8.
25. Márcia Cavendish Wanderley, *O Congresso Regionalista do Nordeste/1926* (seu discurso ideológico). Tese de mestrado (Recife: PIMES, 1966), pp. 34-7 (mimeo).
26. Gilberto Freire, *Novo Mundo nos trópicos* (São Paulo: Nacional, 1971), p. 132.
27. Cf. Carlos Guilherme Mota, *Idiologia da cultura brasileira (1933-1974)*, 4. ed. (São Paulo: Ática, 1978), p. 58.
28. Cf. Dulce Chaves Pandolfi, "A trajetória do Norte, uma tentativa de ascenso político", in Ângela Maria de Castro Gomes *et alii*. *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980).
29. Cassiano Ricardo, "O Estado Novo e seu sentido bandeirante", in *Cultura Política*, ano I, nº 1, março 1941, p. 126.
30. Gilberto Freire, "A condição de provinciano", in *Cultura Política*, ano II, nº 15, maio 1942, p. 13. Sobre este aspecto, ver "Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil", in *Cultura Política*, ano I, nº 5, julho 1941, p. 235.
31. Alceu Amoroso Lima, *Voz de Minas*, 2. ed. rev. (Rio de Janeiro: Agir, 1946).
32. *Ibid.*, p. 230.
33. Tristão de Ataíde, "A voz de Minas e a revolução espiritual", in *Estudos*, 4ª série (Rio de Janeiro: Centro D. Vital, s.d.), p. 183. Embora este volume não seja datado, as cinco séries que compõem os *Estudos* são editadas de 1927 a 1933.

34. Cf. Robert Nisbet. *La formación del pensamiento sociológico* (Buenos Aires: Amorrortu, 1977).
35. Depoimento: Afonso Arinos fala sobre Minas, in *Política*, nº 1, julho/setembro 1976, pp. 31-40.
36. *Ibid.*, p. 40.
37. Cf. Fernando Correia Dias. *O movimento modernista em Minas: uma interpretação sociológica* (Brasília: Ebrasa, 1971).
38. Cinquentenário da poesia. *Jornal do Brasil*; 18/03/1980.
39. Cf. Helena Maria Bousquet Bomeny. "A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30", in Ângela Maria de Castro Gomes *et alii*, *op. cit.*
40. "A ordem política e a evolução artística", in *Cultura Política*, ano I, nº 10, dezembro de 1941, p. 326.
41. Cf. Mônica Pimenta Velloso, "Cultura e poder político no Estado Novo" (CPDOC/FGV) (mimeo).
42. Almir de Andrade, "Política e cultura", in *Cultura Política*, ano I, nº 3, abril de 1941, p. 7.
43. "Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil", in *Cultura Política*, ano II, nº 15, maio de 1942, p. 264.

**A INTELIGÊNCIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930,
À LUZ DA PERSPECTIVA DE 1980**

Alberto Guerreiro Ramos

“A posteridade poderá saber que não deixamos, pelo silêncio negligente, que as coisas se passem como um sonho.”

Richard Hooker

A análise da inteligência brasileira na década de 1930 me proporciona a oportunidade de reexaminar a linha mestra de meus estudos sobre a história das idéias no Brasil, iniciados em 1951¹. Num desses estudos, tentei caracterizar os diversos perfis mentais de integrantes da inteligência brasileira na década de 1930 e os seus correspondentes tipos de motivação². Posteriormente, vários estudiosos retomaram o tema e expandiram o escopo de sua investigação. Nos dias correntes, ao reexaminar aquele período de nossa história intelectual, sou levado a nele discernir aspectos que se tornaram significativos por força de minha vivência do momento liminar da década de 1980.

Em resumo, a tese fundamental deste estudo pode ser assim enunciada: a despeito das orientações ambivalentes, e por vezes contraditórias, de seus integrantes, a inteligência brasileira na década de 1930 empreendeu significativo esforço de interpretação e configuração institucional do país, sem, contudo, transcender o seu confinamento da história modernista da sociedade ocidental. No momento em que a história modernista do Ocidente e do mundo encontra-se em rápida exaustão de sua exemplaridade, descortinam-se, pela primeira vez, condições propiciadoras do advento de um episódio cultural e político propriamente brasileiro.

Entendo por inteligência brasileira o conjunto de pessoas que têm exercido, em vários papéis, um magistério público orientado para interpretar e configurar o processo de formação do país. Como em outros períodos, na década de 1930, fazem parte dela, ao lado de escritores propriamente, como por exemplo, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Martins de Almeida, Alceu Amoroso Lima, Otávio de Faria, Plínio Salgado, indivíduos como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Góis Monteiro, Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Newton Estillac Leal, que, quando muito, são escritores *ad hoc* ou de ocasião.

A análise desta população, que neste texto inclui, eventualmente, indivíduos atuantes nos anos 20 e nos seguintes até 1945, assume enorme complexidade, e, no estado atual da documentação histórica disponível, dificilmente poderia ser exaustiva. Com o objetivo de classificar esses indivíduos de modo tão abrangente

quanto possível, sirvo-me de três tipos de categorização que, aliás, é necessário observar, não são mutuamente exclusivos. A categorização preponderante neste estudo enfatiza os pólos de um *continuum* posicional e temático, tais como hipercorreção e pragmatismo crítico, e será aplicada mais adiante.

Outro modo de categorizar consiste numa extrapolação do princípio implícito na análise de escritores brasileiros da Velha República, empreendida por Sérgio Miceli³. Esteticismo e diletantismo parecem constituir traços marcantes de intelectuais que Miceli chama de *anatolianos*. Certamente o qualificativo se aplicaria a Afrânio Peixoto, que cunhou a frase “a literatura é o sorriso da sociedade”. Mas em consonância com a abordagem de Miceli, sugerirei os qualificativos de *carlylianos*, aí incluídos elitistas, à moda de Thomas Carlyle; *bonaldianos*, aí incluídos conservadores de indole semelhante à do visconde Louis Gabriel Ambroise de Bonald, mais conhecido por Bonald; *gorkianos*, aí incluídos denunciadores das misérias do povo, que teriam afinidade com o escritor russo Máximo Gorki.

Pareceu-me ainda necessário tomar a configuração de poder como referente dos diversos posicionamentos dos intelectuais do período. Eventualmente, os qualificarei como *cêntricos*, *periféricos* e *fronteiriços* (estes últimos na margem, porém no interior da periferia, ou a ela externos, mas próximos de sua fronteira), *confrontivos*, ou adversários do ordenamento político estabelecido, e *independentes*, ou indivíduos que parecem conduzir-se consistentemente como analistas imparciais dos eventos.

Traços gerais e específicos compõem o perfil da inteligência brasileira nos anos 30. A presente análise focalizará dois desses traços gerais, tais como identificados nas seguintes proposições:

1. os intelectuais do período em exame, como de resto em períodos anteriores e seguintes, raramente são destituídos de papéis formais na estrutura social estabelecida;
2. a cultura e a ciência, na feição modernista que esses intelectuais adquirem no exterior, constituem a fonte primária de seu trabalho, variando entre eles apenas o modo crítico ou hipercorreto de assimilá-las.

A especificidade dessa inteligência espelha-se em dois eventos:

1. o êxito de parte dos seus integrantes como protagonistas revolucionários do humanismo civilista; e
2. a duradoura obra de institucionalização de seus objetivos.

Sob o signo da dialética da ambigüidade e da complementaridade

Em sua determinação social, como em todos os períodos de nossa história, a inteligência brasileira na década de 1930 é constituída por indivíduos incluídos na estrutura social estabelecida, seja por identificação, seja por acomodação. Em outras palavras, jamais em nossa história, inclusive na década de 1930, significante parcela da inteligência brasileira se percebeu como excluída da estrutura social estabelecida, ou em frontal antagonismo com ela. Quando um ou outro membro dessa inteligência foge a esta regra, a sua mensagem pode ser eventualmente admirada, mas nunca socialmente efetiva. Isso não quer dizer que a inteligência brasileira tenha se condenado ao imobilismo político. Certamente ela é agência política eminente da sociedade brasileira, mas em suas reivindicações não vai além de pretender modificações na composição de interesses da configuração de poder, sem que isso jamais implique a substituição da estrutura social vigente por outra. Ela é composta de litigantes moderados, não de mensageiros da derrocada da estrutura social estabelecida. Tampouco sugiro que todos os intelectuais brasileiros sejam *bem nascidos*. É possível que esses sejam melhor aquinhoados politicamente, mas, como o caso de Machado de Assis ilustra, os intelectuais de origem modesta raramente escapam ao processo cooptativo que, ou os assimilam inteiramente, ou os acomodam ao sistema social prevalecente. Por isso jamais se formou no Brasil uma *intelligentzia* no sentido russo. A sociedade czarista engendrou a categoria de *intelligentzia*, do tipo de intelectual desocupado, totalmente excluído do sistema formal de papéis e, por isso, estimulou a formação de rebeldes, anarquistas, revolucionários, por assim dizer, profissionais – o que, em certa medida, explica o êxito do movimento bolchevista em 1917.

Na década de 1930, os integrantes da inteligência brasileira em litígio com o sistema social estabelecido não pretendem mais do que ampliar as fronteiras do sistema através da implantação de novo ordenamento de interesses, que lhes permitisse mais efetiva participação no processo político. A Revolução de 1930 foi uma insurreição de radicalidade limitada e, por isso, logrou ser bem-sucedida. É disso ilustrativa a controvérsia ideológica ocorrida entre os participantes da liderança do movimento insurrecional dos anos 20 e 30.

Com efeito, a atuação de Luís Carlos Prestes nas escaramuças militares que singularizam a marcha de sua Coluna, durante dois anos e sete meses pelo interior do país, parecia destiná-lo ao papel de líder eminente da Revolução de 1930. Entre os seus organizadores, cogitou-se seriamente de que lhe fosse atribuída a chefia militar da insurreição. No entanto, é sabido que Prestes recusou-a, por considerá-la incompatível com as suas convicções na época. Num dos documentos em que expõe os motivos de sua recusa, ele descreve o Brasil como um país governado por minoria de “proprietários de terras e dos meios de produção”, “apoiada por dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politiquinhos brasileiros entregam, de pés e mãos atadas, toda a Nação”. Apela para a “insurreição nacional

de todos os trabalhadores” e, entre as medidas que recomenda, inclui a “confiscação e nacionalização das empresas estrangeiras, de latifúndios, concessões, vias de comunicação, serviços públicos, minas, bancos, além da anulação das dívidas externas”⁴.

Não cabe examinar aqui os méritos intrínsecos do diagnóstico de Prestes. Importa, porém, observar que, ao rejeitá-lo, os organizadores do movimento manifestam a sua determinação de não se apresentarem ao país como representantes de uma classe. Nos termos ambíguos e freqüentemente imprecisos de suas declarações, o que almejavam era, através da reforma política e do sistema legal, defender o país contra a ambição e influência corruptora da minoria no poder, e assegurar condições corretivas do unilateralismo regional e do predomínio das oligarquias no governo do país. Num encontro com Getúlio Vargas, Prestes teria estabelecido, como condição para aderir ao movimento, que ele reivindicasse a “reforma agrária”. Apesar de confessar-se admirador de Prestes, como disse em outra oportunidade, Vargas considerou a exigência inaceitável.

O manifesto de Prestes, datado de 29 de maio de 1930, segundo João Alberro, “abalou” muitas facções revolucionárias, pois nele “havia algo de verdade”⁵. Não as dissuadiu, porém, de prosseguirem nos seus propósitos radicais limitados. Em carta aberta a Prestes, o general Isidoro Dias Lopes não hesitou em recomendar o que chamou de “oportunismo”, na consumação da obra revolucionária. Explicando o seu “oportunismo”, afirmou que, mesmo que as idéias de Prestes “fossem aceitáveis, rejeito os remédios por elas preconizados para curar os males da pátria, pela falta de oportunidade, dada a completa ausência de oposições necessárias à aplicação de um regime de claro fundo comunista a uma nação que absolutamente não é capitalista”⁶. Isso corresponde a uma interpretação da Revolução de 1930 como um episódio essencialmente contido na dialética da ambigüidade e da complementaridade.

Pode-se até argumentar que, intuitivamente, os dirigentes da revolução tinham clara consciência de que quaisquer medidas que na época fossem propostas do ponto de vista da dialética da polaridade, de que Prestes se tornou então porta-voz, tornariam a insurreição inarticulável no país. Assim é que Juarez Távora, por imperativos realísticos, definiu-se a favor da “revolução possível”, a qual não seria “privilegio de uma classe”⁷. E taxativamente afirmou: “Não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, que se chegará ao almejado equilíbrio social. Isso apenas inverteria os pólos da injustiça social”⁸. Uma vez no poder, os revolucionários empreenderam reformas que jamais transcenderam sua linha de radicalidade limitada, consistente com a dialética da ambigüidade e da complementaridade.

Hipercorreção e pragmatismo crítico

Nos meus estudos de sociologia da inteligência brasileira, tenho caracterizado os seus integrantes à luz de um espectro de posições cujos pólos são hipercorreção

e pragmatismo crítico. Hipercorreção é a característica do posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação ambivalente com o elemento nacional, tendem a atribuir a ideais e teorias importadas eficácia direta na configuração de comportamentos sociais, assim negligenciando os seus condicionamentos contextuais. O pragmatismo crítico, ao invés, caracteriza o posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação positiva com o elemento nacional e de sua sensibilidade às condições contextuais típicas do meio em que vivem, tendem mais a se servir das idéias e teorias importadas do que a admitir a sua exemplaridade abstrata. Nem sempre é possível identificar os integrantes da inteligência nacional claramente como representativos de um ou outro pólo do espectro. Frequentemente, discernem-se na mesma pessoa ambos os traços. Eventualmente, há em hipercorretos aparentes acentuações pragmáticas. Há pragmáticos críticos não inteiramente liberados de inclinações hipercorretas.

Ao que tudo indica, esta ambigüidade da inteligência nacional decorre do próprio modo peculiar do advento do Brasil na história cosmopolita. A análise dessa questão demandaria considerações que transcendem o escopo deste estudo. Todavia, duas, entre outras circunstâncias, merecem destaque. Trata-se, por um lado, do tipo de colonização expropriativa dos séculos iniciais da nossa história (diversamente da colonização da América do Norte, empreendida por migrantes mais orientados para fundar no novo meio sociedades depuradas dos defeitos institucionais do ambiente de onde vieram) e, por outro lado, do vácuo cultural do território brasileiro, em que pouco mais do que o elemento geográfico teve função condicionante da empresa colonizadora expropriativa.

Estas circunstâncias, além de outras, tornaram o Brasil uma nação de escassa criatividade cultural primária. Idéias seminais são sempre importadas. Somente a sua elaboração secundária está ao alcance da inteligência nacional. Tanto hipercorretos como pragmáticos críticos são largamente consumidores de cultura importada. O que os distingue é o seu posicionamento em face da cultura produzida nos centros da história cosmopolita. Os hipercorretos tendem a aceitá-la como sùmula de paradigmas de ação. Os pragmáticos utilizam-na como elemento subsidiário para qualificar o empreendimento formativo da sociedade brasileira, do qual se vêem como mandatários.

Representantes da hipercorreção e do pragmatismo crítico se registram em todos os períodos de nossa história e, hoje, como demonstrarei mais adiante, não menos do que no passado, eles integram o cenário intelectual do país. À tradição dos primeiros pertencem indivíduos como Sales Torres Homem, Tito Franco de Almeida, os positivistas em geral, e Rui Barbosa. À tradição do pragmatismo crítico pertencem indivíduos como Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai), Irineu Evangelista de Souza (visconde de Mauá), Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, e Oliveira Viana.

A década de 1930 recebeu e processou muito do que constituiu as correntes culturais e políticas da década anterior. Politicamente, a Revolução de 1930 foi em parte preparada pelos movimentos *tenentistas* de 1922, de 1924 e pela Coluna Prestes. Ademais, o chamado *movimento modernista* dos anos 20, em seus significantes aspectos, antecedeu o estado de espírito de parte dos integrantes da inteligência brasileira na década de 1930. Afinal, vários modernistas históricos foram destacadas figuras do mundo das idéias naquela década.

O Movimento Modernista tem suscitado estudos mais apologéticos do que objetivamente críticos. Na verdade, carece ainda de um exame que identifique seus temas e conseqüências funcionais contraditórias. Sem dúvida, ele foi um rompimento, não raro de acentuações dramáticas e chocantes, com a mentalidade reinante, representativa da rusticidade agrária do Brasil. Expressou assim o inconformismo dos que almejam um Brasil mais urbano, bem como encorajou a pesquisa das condições peculiares da formação brasileira. Foi extraordinariamente relevante sua contribuição para dar um teor nacional ao idioma do país. Todavia, não é o simples interesse na pesquisa do elemento nacional que constitui o critério para distinguir entre hipercorreção e pragmatismo crítico. Há um tratamento hipercorreto e um tratamento crítico-pragmático de peculiaridades brasileiras.

Pode-se argumentar que o Movimento Modernista foi, em certa escala, uma *journée de dupes*, enquanto os seus representantes exceliram numa ingênua e exaltada importação de idéias e, ao definirem-se como *modernistas*, aceitaram como paradigmas de sua peripécia literária os estilos mesmos da decadência ocidental, tais como o *futurismo*, o *dadaísmo*, o *surrealismo*, o *cubismo*. Estes *ismos*, posicionamentos estéticos ultra-urbanísticos, tornaram os modernistas no Brasil uma vanguarda expatriada, como no passado o foram, talvez mais moderadamente, os nossos gongoristas, românticos e parnasianos. Ao olharem para o país, pouco discerniam nele mais do que o *folclórico*. Está por fazer-se a psicanálise do modernismo e, em geral, da hipercorreção nacional⁹. É possível que haja ingrediente de sadomasoquismo no *retrato do Brasil* que descreve o caráter do seu povo como um misto de tristeza, luxúria, cobiça e romantismo, bem como na proposta de *macunaíma* como típico herói brasileiro. Este impressionismo hipercorreto, com diferentes ênfases, perviveu na década de 1930, nas interpretações do Brasil empreendidas por Gilberto Freire (*Casa grande e senzala*, 1933), Afonso Arinos de Melo Franco (*Conceito de civilização brasileira*, 1935), e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936).

O Movimento Modernista não foi de todo consistente com o seu intento renovador. Sucumbiu a certa modalidade de imobilismo, visível em algumas correntes regionalistas que inspirou. Por exemplo, por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro do Regionalismo, em 1926, Gilberto Freire apresentou uma contribuição, em que dizia:

“As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional ou regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são os livros de receita de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs e ao mesmo tempo boas quituteiras para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo, quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa”. (Gilberto Freire, “Manifesto regionalista de 1926”. *Bol. do Inst. Joaquim Nabuco*, Recife, 1952, vol. I, nº I, pp. 27-28.)

Esta imagem imobilista, que acentua o que no país é pitoresco e mesmo exótico, do ponto de vista do que Euclides da Cunha chamou de *litorâneo*, assume vários matizes nos estudos sobre o negro no Brasil de Artur Ramos (*O negro brasileiro*, 1934; *O folclore negro do Brasil*, 1935; *As culturas negras do Novo Mundo*, 1937) e outros, bem como nos Congressos Afro-Brasileiros reunidos em Recife (1934) e em Salvador (1937).

No entanto, o imobilismo não empolga inteiramente a literatura regionalista dos anos 30, pois ganha tonalidade *gorkiana*, naqueles romancistas que denunciavam ao país a pobreza e miséria de populações regionais, tais como José Américo, Jorge Amado, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Amando Fontes, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Marques Rebelo e outros. Esta literatura é também constituída de documentos analíticos, como *Na planície amazônica* (1936) de Raimundo de Moraes; *Amazônia, a terra e o homem* (2ª ed. 1937), de Araújo Lima; e das monografias sobre a fome no Nordeste, de autoria de Josué de Castro.

Peculiar modalidade de hipercorreção na década de 1930 foi a dos intelectuais católicos, afinados à linha de pensamento representada nos anos 20 por Jackson de Figueiredo e Hamilton Nogueira. Eles são em geral *bonaldianos*, que aderem a uma interpretação equivocadamente conservadora da doutrina cristã. Doutrinários por excelência, em suas obras existe escassa contribuição ao entendimento concreto dos problemas das décadas de 1920 e 1930. Assim, apresentaram-se como defensores da legalidade a todo preço, de mal definida “ordem”, bem como de imprecisa tradição brasileira. Suas propostas reformistas, vagas e de longínquo impacto na mentalidade geral da época referem-se a medidas sobre a família, o ensino, os costumes, o corporativismo, o combate ao comunismo, a recristianização do país. Considerando as revoluções políticas como fatores de desagregação social, tiveram nula participação nos movimentos insurrecionais dos anos 20 e 30, que por princípio, tenderam a condenar. Na década de 1930, foram figuras *fronteiriças*, nenhum deles tendo exercido função legitimadora da configuração de poder dominante na época. Entre os integrantes desta corrente, destacam-se D.

Sebastião Leme, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto, Jonathas Serrano, Alcebiades Delamare, Sebastião Pagano, Perilo Gomes, Tenente Severino Sombra, Oscar Mendes, Luís Delegado, pe. Helder Câmara¹⁰. Este último, bem como Sobral Pinto e Alceu Amoroso Lima, adota hoje um desempenho político marcadamente confrontivo, antes que conformista.

Não se deve concluir dessas considerações que a doutrina cristã necessariamente conduz ao tipo de posicionamento hipercorreto desse grupo de intelectuais católicos. A atuação do pe. Júlio Maria em sua época testemunha o contrário, pois veementemente condenou o ultraconservantismo católico que, por vezes, infunde à Igreja “uma piedade assustadiça que se espanta de todos os movimentos do século e foge, covardemente desanimada de... combater” (pe. Júlio Maria, *O catolicismo no Brasil*, Agir, 1950, p. 245). Nos dias presentes, Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, Dom Helder Câmara e outros prelados da Igreja atuam, entre nós, mais segundo o espírito do pe. Júlio Maria do que em conformidade com a linha dos doutrinários da “ordem” em 1920 e 1930. A situação hoje é tão diferente que até o esquerdismo torna aberrante o caráter da posição política de certa parcela de militantes cristãos, adeptos da chamada “teologia da liberação”. Somente profundo desconhecimento técnico da doutrina cristã, bem como o entendimento insatisfatório do marxismo, podem levar cristãos a aceitar o sinistro conluio dessas duas concepções metafísicas incompatíveis, que se tenta consumir a chamada “teologia da liberação”. A voga, entre nós, dessa mistificação constitui mais um indicador de que a hipercorreção intelectual ainda tem grande força no Brasil.

Em seu sentido heurístico, ou “puro” na acepção weberiana, o pragmatismo crítico é o atributo por excelência do posicionamento intelectual cuja identificação positiva com a sua circunstância nacional determina a orientação genérica de seu interesse pelas idéias, e o modo como assimila a cultura e a ciência importadas. É esse pragmatismo que se espelha em obras como *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *O problema nacional brasileiro*, de Alberto Torres; *Grandes sertões, veredas*, de Guimarães Rosa. Em toda a história intelectual do Brasil, até os dias presentes, ninguém foi capaz de produzir algo correspondente a essas obras, enquanto expressivas da inequívoca identificação subjetiva dos nativos do país com o elemento nacional. Por isso, a sua temática permanece viva. Certamente, o posicionamento hipercorreto necessariamente leva à frustração o intento de quem quer seja nele inspirado de emular aqueles escritores.

Hesito em oferecer lista detalhada dos representantes do pragmatismo crítico na década de 1930, porque, para tanto, seria necessário acurado exame de informações que, nesta data, não se encontram suficientemente coletadas e sistematizadas. Por exemplo, mereceriam atenção grande número de intelectuais *periféricos* no período de 1930 a 1945, muitos deles colaboradores da revista *Cultura Política*¹¹ e/ou autores de trabalhos publicados graças ao financiamento direto ou

indireto do Departamento de Imprensa e Propaganda. Esses indivíduos produziram um acervo de documentos de variada qualidade objetiva, desde os de natureza puramente apologética em relação ao governo do presidente Getúlio Vargas, até os de considerável relevância elucidativa, em que procuravam debater os temas e questões pertinentes à reforma político-institucional do país. Estes documentos estão exigindo um estudo monográfico especial.

Entre as figuras *cêntricas* do cenário intelectual da década de 1930, representativas do pragmatismo crítico, destacam-se indivíduos como Francisco Campos, o ideólogo da legalidade do Estado Novo; Gustavo Capanema, que, como ministro da Educação, não só presidiu a reforma institucional do sistema de ensino, como também exerceu o papel de mediador entre o Estado Novo e os escritores mais resistentes à cooptação direta pela configuração de poder; Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães, que, decisivamente, influíram na elaboração de nova legislação trabalhista e da organização sindical. Mais como teóricos do que propriamente como políticos, incluem-se, na galeria *cêntrica*, Oliveira Viana e Azevedo Amaral¹², cada um deles, a seu modo, autor de estudos sobre peculiares condições do Brasil, os quais ilustram um posicionamento crítico em relação à ciência e à cultura importadas. Intelectuais *independentes* no período foram Gilberto Amado, Martins de Almeida, Virgínio Santa Rosa, Caio Prado Júnior, Nestor Duarte. Os livros desses escritores, respectivamente, *Eleição e representação* (1931), *Brasil errado* (1932), *O sentido do tenentismo* (1933), *Evolução política do Brasil* (1933), *A ordem privada e a organização política nacional* (1939), foram tentativas de diagnóstico dos regimes políticos do país, largamente imunes aos vícios típicos do posicionamento hipercorreto. Entre os intelectuais *confrontivos*, de minha classificação, incluem-se certamente Luís Carlos Prestes, Otávio Mangabeira, Aparício Toreli (o barão de Itararé), e outros.

A inteligência brasileira na década de 1930, sua importância específica

A importância específica da inteligência brasileira na década de 1930 será focalizada a seguir, enquanto refletida no bem-sucedido humanismo civilista dos seus integrantes de orientação crítico-pragmática, que inspirou os movimentos insurrecionais dos anos 20 e 30, e em sua capacidade de institucionalizar as suas aspirações básicas.

Proponho chamar de humanismo civilista a imprecisa ideologia de numerosos brasileiros, de variadas qualificações educacionais e profissionais, que desejavam, em nome do progresso, ampliar a sua participação no processo político como condição para assegurar a melhoria das condições gerais de vida do país. O humanismo civilista não vai além de um tipo liberal de reformismo que objetiva limitar o mandonismo oligárquico, instaurar o império da lei, o avanço e a diferenciação da economia, a remodelação institucional do país. Desde a sua incipiente formulação por Rui Barbosa¹³, o humanismo civilista revelou-se

instrumento eficaz de mobilização popular, principalmente nos centros urbanos. Todavia, na primeira e segunda décadas do século, os arautos do humanismo civilista jamais conseguiram se alçar à área cêntrica do poder. Esta promoção política do humanismo civilista foi consumida em 1930, graças à capacidade articuladora dos revolucionários no período em exame.

Politicamente, a inteligência brasileira na década de 1930 teve liderança hábil, a qual encontrou em Getúlio Vargas o seu representante mais eminente. Seu bifrontismo, sua aversão instintiva a ortodoxias postíças, sua repugnância a posições ideológicas rígidas, suas contradições de caráter, sua capacidade elástica de compromisso e conciliação, seu oportunismo, e também sua ocasional e temporária frieza no combate aos seus adversários, o talharam para exercer o papel de condutor eminente do processo político na década de 1930¹⁴. Todavia, o êxito político do humanismo civilista, na década em exame, muito deveu também à habilidade de articuladores como Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Góis Monteiro, Lindolfo Collor, Augusto do Amaral Peixoto e outros.

A propósito, as vicissitudes presentes do país servem para ressaltar que a capacidade articuladora é dimensão essencial na avaliação do trabalho de liderança política¹⁵. É certo que os revolucionários de 1930 foram vagos e até confusos em seus pronunciamentos. Não sabiam o que queriam, como os cronistas assinalam. Um desses revolucionários, Osvaldo Aranha, viu o país, em 1930, como um “deserto de homens e idéias”. No entanto, apesar dessas deficiências, empreenderam tão eficientemente um trabalho de articulação política que não só empolgaram o poder, como, em três lustros, de 1930 a 1945, constituíram-se em duradoura vanguarda civil do país e, como tal, deram-lhe nova forma política e institucional. Constitui ainda indicação positiva da capacidade articuladora daquela vanguarda civil o fato de que ela sobreviveu à deposição de Vargas, em 1945. Graças à diligência de figuras cênicas, entre as quais o próprio Getúlio Vargas, nos 15 anos anteriores, aquela vanguarda civil, exímia na prática de maduro maquiavelismo, metamorfoseou-se como PSD e PTB, e indiretamente condicionou a formação da UDN, isto é, o modo partidário pelo qual os seus contendores tiveram de aglutinar-se. Esses três partidos constituíram o cerne da vanguarda civil no Brasil desde 1945, e esta só foi desmantelada em 1964, em virtude da incompetência articuladora dos políticos, por volta daquele ano.

O movimento reformista que agitou o Brasil em 1963 e nos primeiros meses de 1964 constitui a mais espetacular *jornada de otários* que se registra em nossa história político-partidária¹⁶. Por força de sua proposta inarticulável, estava fadado à frustração e a provocar a substituição daquela vanguarda civil pela guarda militar. Nos dias presentes, a ausência de competente trabalho de articulação política dos interesses da sociedade civil, em grande parte, constitui-se num fator do impasse econômico e social do país. Este volta a ser um “deserto de homens e

idéias”, com a agravante de que parece ter perdido o instinto mesmo de sua autopreservação como nacionalidade independente, instinto de que não foram deficientes os representantes pragmáticos da inteligência brasileira na década de 1930.

Outro aspecto específico da contribuição desses atores pragmáticos foi a obra institucional que realizaram como homens de governo. Neste particular, sua criatividade jamais foi excedida. No Império e na Velha República, nenhuma minoria insurreta logrou estabelecer-se no poder e, a partir daí, realizar obra institucional de envergadura comparável a de que se revestiram as reformas delineadas e implementadas pelos homens de governo da década de 1930. Os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) foram, antes de mais nada, consolidadores de uma revolução de cúpula, de escassos resultados institucionais. Já em 1894, quando se elege à Presidência da República o paulista Prudente de Moraes, inicia-se, com Rodrigues Alves na pasta da Fazenda, o retorno do domínio dos proprietários de terras, que Campos Sales (1898-1902) consolida mediante a “política dos governadores”.

Na década de 1930, reforma-se o arcabouço institucional do Estado, que o habilita a processar as tensões de variados interesses dominantes, a prover aos extratos médios da população garantias estáveis necessárias para o seu avanço e diferenciação profissional e educacional, e a assegurar aos trabalhadores um mínimo de direitos e representação sindical. No período de 1930 a 1945, o Estado no Brasil transformou-se num sistema operacional de alocação de recursos, que parece estar destinado a ser requisito definitivo na organização da produção da riqueza nacional. Trinta e cinco anos após a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, esse sistema apenas adquiriu maior complexidade e efetividade no exercício de suas funções. O governo no Brasil tem mais poder decisório na alocação dos recursos nacionais do que o governo nos Estados Unidos. As bases de tal poder foram implantadas durante os 15 anos de governo discricionário. Muitos podem arguir que o seu preço político foi demasiadamente alto. A discussão deste argumento não é, porém, pertinente na presente análise. O fato é que o sistema operacional de formulação e implementação de decisões alocativas, legado do pragmatismo do período de 1930 a 1945, é irreversível, e constitui, hoje, o requisito indispensável da viabilidade de alternativa à aguda periferalização econômica e cultural do Brasil no presente. Ao contrário do que sugerem hoje nossos retardatários seguidores hipercorretos de Adam Smith, o sistema operacional do Estado no Brasil há de ser avaliado do ponto de vista de suas funções, não à luz da dicotomia maniqueísta intervencionismo *versus* economia pura de mercado. Em si mesmo, ele não é causa de nossa presente situação calamitosa. Outra seria a situação do país se fosse utilizado à luz de uma visão crítico-pragmática dos seus problemas e de suas relações com o resto do mundo¹⁷.

Vicissitudes da redução sociológica

O pragmatismo crítico tem sido objeto de minhas análises desde os primeiros anos de 1950. Interpretei os seus representantes como indivíduos que tentaram contribuir para a articulação no Brasil de uma ciência social depurada de distorções hipercorretas. Este objetivo inspira a obra de vários integrantes da inteligência brasileira desde o Império. Na década de 1930, muito do que constituiu o arcabouço institucional do país foi fruto da prática daquela ciência social cujos elementos rudimentares são visíveis nos estudos de Oliveira Viana, Martins de Almeida, Azevedo Amaral e outros. Procurei mostrar que esses homens eram continuadores de um esforço multigeracional de construção da nacionalidade brasileira. Todavia, parecia-me que, na década de 1950, a tradição crítico-pragmática, carecendo de qualificações teóricas consistentes, estaria em perigo de permanecer entre nós como simples somatório de fragmentos incoerentemente difusos em trabalhos de indivíduos isolados, que não tinham consciência da comunidade de seus propósitos. Foi esta situação que, na década de 1950, a proposta de *redução sociológica* tentou obviar.

A *redução sociológica*, desde sua origem, tem sido uma proposta de reorientação da ciência social no Brasil. Hoje em dia, nossos escritores hipercorretos, em suas obras escritas do ponto de vista do maneirismo prevalecente, tendem a negar a existência de ciência social no passado, como se esta fosse apenas um *saber em hábito*. Constitui tese essencial de meus estudos de história das idéias o ponto de vista de que sempre houve ciência social no Brasil, entendida como *saber em ato*. Por exemplo, há uma teoria política implícita na ação dos homens que tornaram a independência do país factível em 1822. Há uma teoria política configuradora do Império Brasileiro. Outra na Velha República. E sem dúvida a Segunda República, tal como sugiro nesta análise, não foi destituída de uma teoria política, entendida como *saber em ato*. A função da análise não é, bovaristicamente, estigmatizar como pré-científico o pensamento das gerações passadas, mas nele distinguir entre os elementos críticos e não-críticos e preservar os primeiros como parte de nossa sistemática consciência viva do mundo e do Brasil.

A *redução sociológica* foi apresentada como culminação do nosso pragmatismo crítico. Não impugnava os que, no passado, o representaram, minimizando o valor de suas contribuições, sob a alegação de que eram ideológicas e de que careciam de cientificidade. Ao contrário, definia-se em relação de continuidade com tais representantes, e acentuava a objetividade relativa do seu trabalho, e o que nele derivava da prática de verdadeira ciência social, embora de maneira mais intuitiva do que sistematicamente congruente. Na perspectiva dos dias presentes, essas considerações são relevantes para propiciar a interpretação correta (e não apologética) do pragmatismo crítico da década de 1930, e de sua trajetória nos períodos seguintes.

Na década de 1930, começa a ganhar ponderável consistência a integração de intelectuais brasileiros em redes internacionais, formal ou informalmente constituídas. Elos dessas redes são o fascismo e o marxismo-leninismo. Essas correntes iniciam na década de 1930 um tipo de proselitismo cultural internacionalmente organizado que, nos períodos anteriores, só encontra débil precedente no movimento positivista. Mas o positivismo jamais empolgou no Brasil parcelas significantes da inteligência nacional. Muito ao contrário, na década de 1930, o fascismo e o marxismo-leninismo já eram instrumentos eficientes de larga mobilização social e política, e assumiram o caráter de forças obscurantistas, internacionalmente organizadas em diferentes graus, obstrutivas da criatividade cultural e institucional do país.

Naquele período, ambas essas correntes encontram no Brasil seus mediadores hipercorretos. Graças, porém, ao robusto “instinto” dos protagonistas do pragmatismo crítico, foram mantidas em posição de marginalidade. O fascismo sofreu golpe fatal com o desmantelamento da Ação Integralista Brasileira em 1937. O marxismo-leninismo, todavia, reprimido frontalmente em sua manifestação subversiva de 1935, foi, por assim dizer, mantido em rédea curta até 1945. Mas, a partir desta data, graças ao seu suporte externo, propagandístico e político, fortaleceu-se crescentemente em seu papel periferalizante do nosso cenário intelectual.

A tradição crítico-pragmática jamais recuperou o papel central que teve no processo político e cultural do Brasil nos três lustros de 1930 a 1945. Nos cinco anos de 1945 a 1950, ela apenas continua como tênue influência político-cultural. É nos três lustros seguintes que aquela tradição retorna a sua posição de centralidade intelectual, sob a forma de *redução sociológica*.

Descrever as vicissitudes da trajetória da *redução sociológica* de 1950 a 1964 é tarefa delicadíssima. Nesse período, sua força persuasiva foi crescente, tendo marginalizado a influência de posições hipercorretas que, sob a aparência da versão francesa e norte-americana de ciência social, se encastelava em algumas escolas prematuras de nosso sistema universitário. No entanto, a *redução sociológica* foi também vítima da institucionalização defectiva. É certo que o suporte institucional que adquiriu a partir de 1955 é incidental à sua essência. Ela já existia antes de adquirir tal suporte. (E disso decorre que – permito-me esclarecer neste parêntese – jamais me identifiquei com os intelectuais que transformaram a sigla do que erroneamente muitos acreditavam ser legítima institucionalização da *redução sociológica* numa bandeira de proselitismo. Em retrospecto, contemplo os curtos três anos de minha associação com eles, como circunstância de que não me lembro sem constrangimento.)

Sob a forma proselitista que assumiu de 1955 a 1964, a *redução sociológica* foi eventualmente obliterada por sua dupla distorção direitista e esquerdista. Ambas

as distorções viciaram o movimento nacionalista naquele período, impondo-lhe diretrizes político-partidárias inarticuláveis, como assinaei nos meus livros *A crise do poder no Brasil* (1961), *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), bem como nos meus discursos na Câmara dos Deputados, em fins de 1963, e nos meses de 1964, que precederam ao advento do presente regime militar. No período tardio do governo João Goulart, os militantes de um nacionalismo ingenuamente desenhado admitiam que chegara o momento oportuno para a consumação de seus objetivos. Tão decisivamente empolgaram a cena partidária, que nenhuma voz distoante de suas intenções e, muito menos, contrária às mesmas, pôde ser ouvida no país. Não foi difícil para mim prever a queda do Sr. João Goulart e a intervenção militar de 1964.

Nos dias presentes, os elementos críticos de uma ciência social componentes do legado do pragmatismo não parecem ter sido apropriados pelos intelectuais contemporâneos. Quando muito, alguns dentre os mais lúcidos intelectuais contemporâneos os consideram do ponto de vista da crônica histórica, e não como herança viva inspiradora de um trabalho criativo da cultura nacional¹⁸. Por isso mesmo, a internacionalização econômica e cultural do Brasil assume hoje proporções sem precedentes. Em grande medida, o trabalho cultural é hoje, entre nós, predominantemente influenciado por duas doutrinas típicas do período decadencista da sociedade ocidental: a doutrina anglo-germânica que, sob a forma de ciência social, é ensinada nas universidades dos países cêntricos, e a doutrina marxista e paramarxista, que também se apresenta como ciência social.

Essas doutrinas são largamente influentes no Brasil, graças à diligência de seus mediadores hipercorretos. A doutrina anglo-germânica tem sido mesmo favorecida, e desde a década de 1940, vem se tomando o conteúdo do que se professa em nossas instituições de ensino superior. Aí se formam nossos cientistas sociais, inclusive economistas. Suponho que não incorreria em redundância ao observar que os mais crédulos dentre esses tornaram aquela doutrina a justificativa do bovarismo a que me referi anteriormente, segundo o qual jamais houve ciência social no Brasil antes de sua institucionalização universitária entre nós. Esta visão hipercorreta do trabalho cultural instiga hoje juvenil e polarizante dissensão ideológica, verdadeira competição cujos participantes têm que ser necessariamente perdedores ou ganhadores, pois uns e outros são ultraconscientes das fronteiras dos seus respectivos territórios. Esta dissensão parece, às vezes, constituir um revivescimento da rivalidade entre *bandeirantes* e *emboabas*. Assume importância essencial na credenciação dos integrantes destas facções os graus de PhD e Mestre que obtêm no exterior. Suas posições no sistema educacional brasileiro frequentemente dependem de que explicitamente sejam portadores das qualificações que, supostamente, aqueles títulos simbolizam. Assim, parte dos mediadores hipercorretos da doutrina anglo-germânica é constituída de brasileiros, ou estrangeiros aqui residentes, ou naturalizados, formados à feição norte-americana, francesa ou de outra denominação típica do mundo europeu. Existe algo de correto na

percepção freqüentemente expressa entre nós de que alguns desses intelectuais voltam do exterior transformados em “brasilianistas brasileiros”. Em outras palavras, em analistas afrancesados ou norte-americanizados de assuntos e problemas nacionais, entre os quais certamente se incluem os nossos discípulos de Milton Friedman, que o magazine *Time* ironicamente classificaria como “cherubic, Chicago-trained economist(s)” (vide edição de 25-08-80). Esta percepção é parcialmente correta, quanto aqueles que, durante a sua instrução no exterior, em vez de se apropriarem do sólido acervo de conhecimento cuja validade evitalidade resistem à caducidade, atrelam-se à voga temporária das correntes modernistas de pensamento, representadas pelas obras que constituem e parafernália charlatanesca expressiva da decadência cultural.

Por outro lado, o marxismo é ainda aceito como ciência e teoria por uma legião de integrantes da inteligência nacional. Eles são os socialistas de várias nuances, que militam no movimento partidário da hora e/ou no âmbito de nossas instituições culturais. Como os adeptos da doutrina anglo-germânica, focalizam a produção cultural dos que os precederam como sub ou pré-científica em geral. Sua abordagem bovarista de tal produção é mais altaneira e condescendente do que orientada no sentido de uma apropriação cumulativa e da diferenciação crítica das contribuições culturais do passado.

Os mediadores hipercorretos da doutrina anglo-germânica, principalmente os economistas, têm logrado posições no âmbito dominante de nosso sistema político-econômico, seja como atores *cêntricos* ou *periféricos*. Em relação a tal sistema, os mediadores hipercorretos do marxismo, na sua inconsciente condição de vanguarda deslocada no tempo e no espaço, atuam como figuras *fronteiriças* ou *confrontivas*. Isso não quer dizer, porém, que sua influência seja pouco ponderável. O contrário disso atesta o fato de que o documento programático do atual partido do governo incorpora elementos de sua linguagem e de seu ideário. Essa diversidade de posicionamentos tem a sua lógica própria. Da doutrina anglo-germânica derivam os critérios governamentais de percepção e tratamento dos assuntos e problemas brasileiros. Em sua análise dessa doutrina e das políticas governamentais, os marxistas e paramarxistas utilizam-se da dicotomia capitalismo *versus* socialismo, considerando este como sùmula de um modelo positivo ordenador do processo brasileiro. Mas essa dicotomia é meramente aparente. E é isto que torna ambas as doutrinas termos de uma dissensão cativa na ideologia modernista, constitutiva do período de decadência da sociedade ocidental. Este é o assunto que constituirá o foco de nossas considerações a seguir.

Salvar o fenômeno brasileiro

Poucos são hoje os que se dão conta da singular magnitude histórica da crise econômica, social e política em que o Brasil se encontra, e bem assim dos seus efeitos no domínio cultural. Esta crise não é uma crise como outras que se

registraram no passado, mas a manifestação da agonia de um modo secular de articulação do Brasil com o resto do mundo, em seu momento terminal. Nos últimos 480 anos, o Brasil apenas teve uma existência cativa no período de decadência da sociedade ocidental. Só conhecemos a cultura da decadência, por força desta catividade. Assim, nunca tivemos em nossa memória viva o termo referencial para compreender cabalmente a decadência como categoria de análise de nossa própria história. Temos vivido 480 anos na decadência, em perfeita e inocente candura. É certo que só hoje a sociedade ocidental começa a render-se à evidência de que os últimos séculos, ao contrário de representarem uma trajetória ascensional, constituem período em que se tem verificado a sua compulsiva desnaturação e degradação. Ao fim destes cinco séculos, a sociedade ocidental defronta-se com o seu veredicto: a inviabilidade do paradigma de relações entre os seres humanos que postula, em função do qual patologia e degenerescência se tornaram os critérios de normalidade da convivência social, bem como a falência de seu modelo de relações entre a sociedade e a natureza, que atrofia e ameaça extinguir a capacidade desta de auto-restaurar-se.

No entanto, na memória viva da sociedade ocidental, sempre operou um termo referencial que, embora reprimido, perturbou a tranqüilidade de sua consciência. Trata-se do legado de valores e conhecimentos imperecíveis articulados por sucessivas gerações, e de vigência configurativa da sociedade ocidental, até o limiar do seu longo período de modernidade¹⁹. Esquemáticamente, na articulação de tal legado se destacam indivíduos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Sir John Fortescu, Richard Hooker, que só conhecemos como relíquias históricas, e cujo pensamento jamais foi parte de tradição teórica vigorante no processo configurativo da cultura no Brasil. Durante os últimos cinco séculos, houve sempre na sociedade ocidental minorias que, consistentes com esse pensamento, reconheceram na modernidade uma síndrome patológica de decadência, antes que um índice da marcha triunfal da humanidade.

Graças a essas minorias, preservou-se viva na sociedade ocidental a intuição de que decadência é uma categoria de análise histórica. Mais recentemente, a essa categoria recorreram analistas como N.J. Danilevsky, Nicolau Berdiaeff, Osvaldo Spengler, Pitirim Sorokin, Arnold Toynbee, Karl Jaspers, A.N. Whitehead, Eric Voegelin, Leo Strauss, Mircea Eliade, e os especialistas em hermenêutica. Seria fora de propósito, nesta oportunidade, investigar o que esses autores conceituam como decadência. Todavia, é lícito derivar de seus estudos o pressuposto de que uma configuração histórico-cultural preserva a plenitude de sua vitalidade enquanto se mantém como totalidade cujas partes se integram organicamente por força de critérios ordenadores, irreduzíveis a termos puramente sociomórficos, que lhe conferem o caráter de miniatura do universo. Como verdadeiro *cosmion*, nenhuma de suas partes logra expansividade ilimitada, e nenhum critério secular se torna determinativo de sua articulação como totalidade. Decadência é um tipo

de diferenciação sem limites de que resultam a desintegração da unidade orgânica da configuração histórico-cultural e a capturação desta pelo processo de expansão autônoma de uma de suas partes seculares.

Do ponto de vista desta metáfora conceitual, o individualismo do século XVI é indicador do período liminar da decadência da sociedade ocidental, enquanto representa uma liberação psicológica do ser humano incompatível com a preservação da unidade orgânica desta sociedade. Mais particularmente indicativo da decadência desta sociedade é a diferenciação que atinge o seu momento culminante na chamada Revolução Industrial, e de que resultou a promoção da economia ao papel de referente por excelência do modo de relações entre seres humanos, e entre esses e a natureza. Enquanto legitimadora deste processo, a ciência social, nas suas modalidades anglo-germânica, marxista e paramarxista, é manifestação doutrinária e ideológica da decadência. Do ponto de vista da teoria das configurações histórico-culturais, capitalismo e socialismo não são propriamente antinômias. Ambos têm suas raízes numa interpretação puramente sociomórfica das relações entre seres humanos, e entre estes e a natureza, enquanto pressupõem que os critérios de ordenamento da sociedade são sociais eles mesmos. Ambos são episódios de liberações sociomórficas do ser humano. O primeiro pressupõe que tal liberação se efetiva na medida que o mercado assume o papel de agência determinativa, por excelência, do processo histórico-social. O socialismo aceita a validade temporária desse pressuposto e, em última análise, predica um tipo de liberação humana como evento social, em que a liberdade nada mais é do que a consciência da própria necessidade histórica. Na prática, porém, a necessidade histórica é uma versão sociomórfica da providência divina, que justifica um tipo sem precedentes de barbarismo e de tirania.

Interpretada como a culminação do período decadencista da sociedade ocidental, a presente crise do mundo e do Brasil não admite uma superação ditada pelos critérios intrínsecos à decadência. O projeto de modernização do Brasil tem sido objetivamente um atrelamento do país à decadência da sociedade ocidental, da qual é necessário que nos liberemos hoje para conjurar a nossa secular condição periférica no mundo. A alternativa a este projeto é um modelo que restaure a multicentricidade da existência humana e sua consonância com os limites termodinâmicos da natureza²⁰. Este modelo não é moderno, no sentido técnico da palavra. A modernidade é a ideologia da decadência. Em outras palavras, é um clima de opinião que induz da decadência os critérios de avaliação da história decorrida e de comparação das sociedades contemporâneas. A ciência social anglo-germânica e o marxismo, prisioneiros neste clima de opinião, não podem transcender a decadência e proverem o tipo de conhecimento necessário para dirimir a presente crise do mundo e do Brasil.

Cativo no processo de decadência da sociedade ocidental, o Brasil sempre aspirou a se tornar uma nação moderna. Nunca ocorreu à inteligência brasileira

que, sob o pretexto de modernizar-se, sucumbia a uma modalidade bizarra de maneirismo. Não temos idéia consistente da existência de um legado impercível de valores e conhecimentos, e do seu caráter de paradigma ordenador da convivência social. A história cultural do Brasil é uma sucessão de idéias e teorias de validade provisória, invariavelmente importadas dos países cêntricos. Os membros hipercorretos de cada geração tendem a fazer tábula rasa do passado, e declaram a sua superioridade em relação às gerações que os precederam, pelo simples fato de que se admitem mais *modernizados*, isto é, mais bem informados a respeito dos epígonos eventuais da moda intelectual de seu tempo. Levy-Strauss, Habermas, Althusser, Gramsci, ressuscitados, e outras celebridades do dia no exterior são hoje as fontes em que se abeberam os nossos intelectuais maneiristas. E como os *modernistas* dos anos 20, os nossos intelectuais maneiristas, nos dias presentes, alimentam a ilusão de que o seu trabalho de propagação de idéias e teorias importadas corresponde a uma revolução cultural. Essa inocente candura e beatice precisa ser hoje encarada de frente, se é que vamos ter chance de consumir uma alternativa para o ordenamento maneirista da sociedade brasileira.

É justo observar que os integrantes do pragmatismo crítico sempre tiveram, embora limitada, a consciência do maneirismo da inteligência brasileira. Por isso mesmo, tentaram corrigir essa distorção. Em meus estudos, ressaltai a importância dessa minoria de intelectuais e os considerei como praticantes da *redução sociológica*. Assim, embora o discurso formal da redução sociológica tenha sido apresentado em 1958, sempre houve no Brasil intelectuais que praticaram a redução sociológica *avant la lettre*. A partir de 1958, a crescente influência da *redução sociológica* nos meios intelectuais tem sido mais efetiva do que reconhecida. Não obstante, nem todas as conotações da *redução sociológica* foram compreendidas e assimiladas.

Em 1965, ao rever o texto da *redução sociológica*, publicado em 1958, sublinhei o seu tríplice significado, a saber: 1) atitude metódica imprescindível à assimilação crítica da cultura importada; 2) adestramento cultural sistemático necessário para habilitar o indivíduo a resistir à massificação de sua conduta e às pressões sociais organizadas; 3) superação da ciência social nos termos institucionais e universitários em que se encontra²¹.

No seu terceiro sentido, a *redução sociológica* desde 1965 tem permanecido, entre nós, uma proposta impressa no papel, isto é, não encontrou nenhuma pessoa, nenhum grupo motivado para empreender a sua consumação. No entanto, a nação brasileira não pode ser socorrida contra o colapso iminente, enquanto arrastada no presente curso sinistro da sociedade ocidental, a menos que se reinvente. Essa reinvenção é essencialmente uma façanha cultural e política. Além do colapso iminente, não há futuro para o Brasil nos termos maneiristas e hipercorretos que o configuram como nação periférica. Porque esses termos prevalecem ainda hoje no ordenamento econômico, social, cultural e político do

país, somos uma nação indefesa contra a pilhagem. Atores territoriais e não-territoriais comandam do exterior essa pilhagem, que, entre nós, é mediada por intelectuais e tecnoburocratas maneiristas, bem como pela corte da maioria de nossa chamada classe média. Inconscientemente, ela partilha de tal operação de pirataria a fim de manter a vigente estrutura hipercorreta de consumo do país. À diferença dos Estados Unidos, chegamos ao fim do período de decadência da sociedade ocidental sem termos constituído a logística de produção independente de bens materiais, e muito menos de cultura e ciência. Somos até agora consumidores por excelência de cultura e ciência importadas. Além de textos maneiristas e da parafernália traduzidos, o brasileiro quase não tem o que ler. Nossas escolas são, em larga medida, centros de instrução mimética. Nossa juventude não tem mentores. Na situação de impasse econômico e social em que o país se encontra, não são poucos os que acolhem o ponto de vista da capitulação, que atribui aos nossos financiadores externos o encargo de socorrê-lo contra o perigo de sua falência como empresa nacional. A fibra e a vertebração do país parecem acometidas de aguda debilidade. Não é assim para estranhar o fato de que a imagem do Brasil na imprensa representativa da opinião daqueles centros financeiros justifique o seu arrolamento na galeria das nações indigentes como o Zaire e Bangladesh (vide *Time*, 25-08-80).

Não nascemos no Brasil por deliberação. Mas isso não é escusa para escolher o rumo da capitulação. Mais inteligente é aceitá-lo como destino e com espírito de grandeza, posicionamento sem o qual seria impossível o sucesso de qualquer tentativa de salvar o fenômeno brasileiro.

NOTAS

1. Vide Guerreiro Ramos, "O problema da mortalidade infantil", *Sociologia*, vol. XIII, n. 1 (São Paulo: 1951); "Pauperismo e medicina popular", *Sociologia*, vol. XIII, n. 3 (São Paulo: 1951); *O processo da sociologia no Brasil* (Esquema de uma história de idéias) (Rio: 1953); "O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação do Brasil" e "O regionalismo na sociologia brasileira", ambos em *Serviço Social*, ano XIV, nº 74 (São Paulo: 1954); "Características psicossociais do povo brasileiro", Escola Superior de Guerra (Reservado (C-51-55), 1955); *Introdução crítica à sociologia brasileira* (Rio: 1956).

2. Vide Guerreiro Ramos, *A crise do poder no Brasil* (Rio: 1961).

3. Vide Sérgio Miceli, *Poder, sexo e letras na República Velha* (São Paulo: 1977); e *Intelectuais e classe dominante no Brasil (1920-1945)* (São Paulo: 1979).

4. Vide Otávio Malta, *Os tenentes na revolução brasileira* (Rio: 1969), pp. 125-130.

5. *Ibidem*, p. 42.

6. Vide Abguar Bastos, *História da política revolucionária no Brasil*, 1969, p. 251.

7. Vide Malta, *op. cit.*, p. 134.

8. *Ibidem*, p. 135.

9. A psicanálise da hipercorreção de nossos escritores abolicionistas foi admiravelmente feita por David T. Habery, "Abolitionism in Brazil: anti-slavery and anti-slave", in *Luso-Brazilian Review*, vol. IX, n. 2, 1972.

10. Sobre este grupo de intelectuais, vide Guerreiro Ramos. "A ideologia da ordem", *A crise do poder no Brasil*, pp. 141-151. Vide também Mônica Pimenta Veloso, "A *Ordem*: uma revista de doutrina política e cultura católica", *Revista de Ciência Política*, vol. 21., n. 3, setembro de 1978.

11. Sobre esta população de escritores, vide o estudo informativo de Marcos Figueiredo, "Cultura Política: revista teórica do Estado Novo", *Dados*, n. 4, 1968.

12. Sobre as obras de Azevedo Amaral, vide Aspásia Camargo, "A teoria política de Azevedo Amaral", *Dados*, 2/3, 1967. Sobre pontos de vista políticos de vários escritores dos anos 30, vide Lúcia Lippi Oliveira, "Elite intelectual e debate político", *Dados*, n. 22, 1979.

13. Vide San Tiago Dantas, *Dois momentos de Rui Barbosa* (Rio: 1951).

14. Um lúcido retrato psicológico de Vargas foi traçado por Assis Chateaubriand. Veja seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Veja também pequeno estudo de Albert Béguin, publicado na imprensa carioca, quando o país viveu o trauma do suicídio do presidente Vargas em agosto de 1954 (cito estas fontes de memória).

15. Sobre o problema da articulação política no Brasil, vide meus artigos publicados no *Jornal do Brasil*, em 1978 e 1979.

16. Sobre isso, vide meu estudo "Revolução brasileira ou jornada de otários?" em meu livro *Mito e verdade da revolução brasileira* (Rio: 1963). Vide também meus discursos na Câmara dos Deputados, proferidos nos primeiros meses de 1964.

17. Vide Guerreiro Ramos, "O modelo econômico brasileiro: uma apreciação à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais", *Cadernos do curso de pós-graduação em administração*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

18. Talvez esta afirmativa não seja de todo correta em relação aos conscienciosos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos, "A imaginação político-social brasileira", *Dados* 2/3, 1967, e *Ordem burguesa e liberalismo político* (Rio: 1978); bem como de Bolívar Lamounier, "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação", in Bóris Fausto (organizador), *O Brasil republicano*, Tomo XII, 2ª vol. (São Paulo: 1977).

19. Sobre modernidade como síndrome da decadência, vide Tilo Schabert, "A note on modernity", *Political Theory*, vol. 7, n. 1, February, 1979.

20. Este modelo é o assunto central do meu livro, *A new science of organizations, a reconceptualization of the Wealth of Nations*, University of Toronto Press, Toronto, 1981. A ser também publicado no Brasil, pela Fundação Getúlio Vargas.

21. Vide Guerreiro Ramos, *A redução sociológica* (2ª ed.) (Rio: 1965), pp. 16 e 177-199.

BOLÍVAR LAMOUNIER – Considero-me extremamente honrado com o convite feito pelo CPDOC para que eu participasse desse seminário. Trabalho em outro campo, e me sinto aqui quase que como um intruso.

Cabendo-me o tema “A construção da ideologia do Estado”, a angústia que acompanhava minha condição de intruso foi ligeiramente amenizada quando constatei que podia plagiar o título do trabalho do prof. Guerreiro Ramos: “A inteligência brasileira da década de 30 à luz da perspectiva de 1980”. Só que, por prudência, eu não falaria da inteligência brasileira dos anos 30, porque já vimos aqui, com suficiente extensão, na exposição da Lúcia, principalmente, a complexidade do que se passava nos anos 20 e 30. Sobre a elaboração intelectual deste período, eu gostaria de falar apenas de certos aspectos mais diretamente políticos, mais diretamente referidos ao Estado. E tal como o prof. Guerreiro Ramos, não vou fazer uma delimitação muito estreita no tempo; provavelmente vou considerar que o pensamento de 30 vai de 20 até 45. Meu propósito é o de dar ênfase a certos aspectos políticos desse período, concentrando-me, sobretudo, naqueles pensadores que convencionamos chamar de autoritários – embora talvez nem todos mereçam o título. Diferenciá-los não será minha principal preocupação. A indagação que me coloco é se existia entre eles suficiente unidade, suficiente semelhança temática, suficiente proximidade de premissas, de pontos de partida, para que se possa aplicar a esses pensadores, em conjunto, alguma categoria como a de ideologia – sabendo que um dos significados dessa categoria é o de consistência, de inter-relação ou de caráter de sistema dentro de um conjunto de idéias.

Epedindo mais uma vez desculpas por ser um intruso um tanto impertinente, quero manifestar minha discordância diante de muito do que se escreveu ou se disse, em se tratando da história das idéias no Brasil, a respeito desses autores que vou focalizar. Primeiro, por achar que existe neles uma elaboração teórica razoavelmente consistente, com algumas teses claramente discerníveis, que fazem pleno sentido intelectual e político, enquanto sistema, naquela quadra histórica. Esse conteúdo tem sido mal percebido, mal lido por razões que vou tentar examinar em grande parte dos comentários feitos.

O fato de trabalhos muito familiares serem lidos e entretanto não serem entendidos não nos deve surpreender. Ontem mesmo havia, num dos jornais desta cidade, um comentário a propósito da obra famosa do prof. Vítor Nunes

Leal. Em determinado trecho, dizia-se: “O conceito de coronelismo do prof. Vítor Nunes Leal diz respeito ao mando absoluto e incontestável dos senhores rurais”. Ao lado, um parágrafo do prof. Vítor Nunes Leal respondendo: “Eu nunca disse isso na minha vida, muito ao contrário. O primeiro parágrafo do meu livro diz exatamente que não é isto o coronelismo. Digo que o coronelismo consiste no enfraquecimento de ambos os termos, do senhor rural e do Estado.

A opinião que tenho é a de que o pensamento político dos anos 30, da corrente autoritária e daqueles que foram caudatários ou próximos deste pensamento, se compõe de três peças principais. A primeira peça é a criação de uma palavra: a palavra “Estado”, que carrega em si o sentido de “fortalecimento do poder público”. A consolidação e a legitimidade desta palavra-chave no terreno político era o objetivo intelectual desse grupo de pensadores. A importância maior ou menor deste dado remeto à discussão. A meu ver, a importância é grande.

A segunda peça é a delimitação de um espaço político para a implantação de determinado modelo – espécie de liberalismo aguçado, que consistia em atenuar e cegar o gume de algumas premissas do pensamento liberal clássico e em realizar a mesma operação de atenuação e de obliteração do gume que possuía o pensamento fascista no Brasil. Tratava-se da criação de um espaço político-ideológico – que hoje conhecemos teórica e praticamente com mais vivência –, que é o do chamado autoritarismo desmobilizante. Mas naquele momento histórico, isso era uma novidade, e não apenas no Brasil. Era uma novidade em escala mundial. Portanto, ao se conceituar a existência desse espaço político, desse meio-campo ideológico, estava-se efetivamente constituindo um corpo de conceitos políticos, e, neste sentido, um corpo intelectual sério.

A terceira peça é que o pensamento desses autores a que fiz referência, que são evidentemente Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos e outros, também contém um corpo de alusões – aqui insisto na palavra “alusões” pelo caráter frequentemente difuso dos conceitos – à sociedade, à estrutura social, à formação histórica do país, no sentido de afirmar que o curso da nossa história, as características da nossa estrutura social tornavam viável e, mais do que isso, aconselhável a constituição desse mesmo modelo.

Se hoje, na perspectiva dos anos 80, formos ler o livro de Oliveira Viana, vamos ver que essas três peças do pensamento estão ali presentes de forma clara, sem muito mistério. Entretanto, acho que nos deve chamar a atenção a circunstância de que esta leitura não foi feita desta maneira, por exemplo, nos anos 50, quando esses três elementos nem sempre foram tidos como os decisivos para a interpretação dos autores que estou focalizando.

Antes de voltar a esses três pontos, eu gostaria de rapidamente fazer uma pequena digressão sobre a nossa história das idéias, plagiando outro autor aqui

presente, meu mestre e amigo prof. Wanderley Guilherme dos Santos, de quem copiei grande parte do que vou dizer. Na década de 50, quando se fazia referência ao pensamento de um Oliveira Viana, de um Nestor Duarte ou mesmo de um autor mais antigo, falava-se deles, algumas vezes, como precursores, frequentemente equivocados, do que então se entendia por ciência social. Em outras palavras, eram o embrião, nem sempre muito feliz, da academização da ciência social. Nessa perspectiva, eles não tinham nenhuma importância, até porque muitos deles já haviam morrido. Então, nesta ótica o objeto da história das idéias é um objeto pobre, carente, talvez até inexistente.

Outras vezes se falava deles como precursores de um pensamento nacional autônomo, ou de um pensamento que visava criar a autenticidade de um país inautêntico etc. (Digo isso com grande temor, já que posso entrar num curso de ligeira colisão com o prof. Guerreiro Ramos.) Nesta outra ótica, o que se procurava na história das idéias, vista como história de trevas, eram os poucos momentos de luz, ainda que pálida, onde brotavam alguns sinais de pensamento nacionalista globalizante. Esta ótica abandona o estudo de como efetivamente aquelas obras permearam o debate e a prática política daquele momento. No fundo, o que se está projetando sobre o passado é uma aspiração, é um desejo que ocorre numa época posterior. Talvez se possa dizer, então, que o intérprete se coloca como credor do passado em vez de devedor dele, como cumpre ao historiador.

Numa terceira visão, algumas vezes se procurou entender este pensamento como de fato ele é – a formação de um pensamento autoritário brasileiro característico –, mas atribuindo a ele um designio de longo prazo, como se o projeto deste pensamento fosse implantar, num futuro distante, uma ordem liberal. Haveria então o seguinte paradoxo: os chamados autoritários seriam apenas homens realistas, políticos práticos que anteviam ou percebiam que a criação de uma ordem liberal no país exigia meios autoritários naquele momento. Mas, como isso não é exatamente ou predominantemente o que está dito nas páginas desses autores, e como sou um empirista um tanto empedernido, prefiro propor uma leitura distinta, baseada naqueles três itens que mencionei, através dos quais eu gostaria de procurar dar conta da peculiaridade, da consistência e mesmo da importância do que foi dito – a despeito da minha discordância em relação ao que foi dito e à forma como foi dito.

Eu disse que um dos primeiros objetivos desses pensadores foi colocar, no centro da luta política brasileira, a palavra Estado, significando centralização, poder público fortalecido. Eu gostaria de lembrar que o processo chamado de *state-building*, de formação e consolidação do Estado em qualquer parte do mundo teve como momento de luta ideológica uma coisa muito semelhante. Na Europa, a criação da palavra “soberania”, por exemplo, que foi o equivalente europeu do nosso Estado central, ou a criação da palavra “representação” com um significado distinto daquele que possuía na Idade Média, foi claramente um momento de luta

política e ideológica. Entre nós, evidentemente, houve o desiderato, houve a necessidade de se conferir a este termo a prioridade epistemológica, a prioridade ética no centro do debate político, de tal maneira que o ônus da prova recaísse sobre aqueles que argumentassem a favor de uma sociedade inteiramente descentralizada, ou coisa parecida. Era, portanto, a colocação do poder de Estado – e por isso uso a palavra, um tanto esdrúxula, ideologia de Estado – no centro dos debates teóricos.

Embora todas essas definições estejam inteiramente explícitas nos textos desses autores, muitas vezes não foram percebidas ou valorizadas. Comparando hoje a década de 80 com a de 50, me pergunto por que é que, na década de 50, isto não foi considerado importante ou até decisivo? Algumas hipóteses poderiam ser aventadas. Uma delas é que, na verdade, essa luta havia sido vencida. Então, uma grande parte do espectro político-intelectual concordava com o que fora dito nos anos 30, mesmo quando a concordância em alguns casos era um tanto envergonhada, já que havia o desejo individual de se ver dissociado da fraseologia fascista ou parafascista com a qual o tema havia sido abordado. Mas como a maior parte do corpo intelectual e político do país estava substantivamente de acordo com muitas das teses político-institucionais dos anos 30, essas teses lhes eram tão familiares que não eram percebidas como tal. Em segundo lugar, a década de 50, para o bem ou para o mal, foi uma década de contestação das disciplinas jurídicas tradicionais que tratavam do Estado. Tais disciplinas formais eram contestadas pela sociologia e pela economia. Havia um certo entusiasmo juvenil com a subestrutura, e todo texto que falasse do Estado, da Federação, da Constituição soava como superestrutura, e portanto como fantasmagoria, como coisa irrelevante. Até hoje vejo pessoas que fazem esse tipo de afirmação, e tenho muita vontade de perguntar se não há, no comportamento delas, uma inconsistência, já que a mesma pessoa que acha importante o debate sobre eleições diretas ou indiretas, sobre voto distrital ou voto proporcional, ao ler um texto dos anos 30, acha que a temática institucional, superestrutural não tem importância e é vazia de conteúdo.

O significado da palavra Estado, acho que podemos percebê-lo, mais uma vez, com uma visão de longo prazo. Quando Maquiavel, pela primeira vez, usou a palavra Estado, usou-a como uma coisa desejável, como utopia. O Estado era uma condição de sociedade que não tinha ainda existência empírica, existência histórica efetiva. Creio que, no Brasil, também poderíamos fazer um paralelo desse tipo. Uma grande parte da ideologia de Estado é a ideologia de como seria desejável ter um Estado. Era, portanto, o reconhecimento de que não havia Estado no Brasil, ou pelo menos um diagnóstico de que o que havia aqui era de tal modo fragmentado, sem forma e permeado pelo poder privado, que mal merecia o título de Estado. Tratava-se, portanto, de focalizar de maneira decisiva, como questão central do sistema político, a insuficiência do poder público numa escala que merecesse tal designação.

A crítica mais comum aos pensadores estatistas dos anos 30, qual seja, a de que eram ingênuos, ou até ignorantes em matéria de economia, incapazes de levar sua reflexão ao nível da estrutura social para estudar as alternativas que se abriam diante do país, é apenas parcialmente verdadeira. Se partirmos, como partiam esses pensadores, da afirmação de que o poder público não dispõe de suficiente capacidade de intervenção para dirigir o conjunto da economia, segue-se que a discussão sobre as opções desta mesma economia tem que vir depois. De fato, são poucos os autores que penetram mais a fundo na apreciação do panorama econômico. Um exemplo óbvio seria Azevedo Amaral, que, ao mesmo tempo que via a necessidade de consolidar o poder público, entrava também numa análise razoavelmente sofisticada sobre a formação sócio-econômica do país e sobre as oportunidades ou limitações que ele enfrentava, inclusive no contexto internacional. Já aqui coloco uma indagação a muito do que se tem escrito a respeito desse período. Acho que a ausência do tema opções econômicas num texto não prova que o autor seja ingênuo no que diz respeito a essas mesmas opções econômicas, dado que ele atribuía prioridade à questão da existência de um poder central, sem a qual as opções macroeconômicas para o conjunto do país seriam simplesmente irrelevantes, já que não diziam respeito à política prática.

Em segundo lugar, me chama a atenção o fato de que raras vezes se tenha percebido a delimitação que esses autores fazem do espaço político que jaz entre o liberalismo e o fascismo. Muitas vezes se caracterizou todos esses autores, em bloco, como pensadores fascistas. Com base na tese de que eram miméticos, imitadores etc. – e de fato o eram, em grande parte –, extraía-se a conclusão de que tinham um pensamento integralmente fascista. Ora, além de uma certa má vontade em procurar entender a obra no contexto político e cultural em que se situava, essa leitura tem a característica de atropelar os fatos, porque praticamente todos esses autores, com a exceção dos que se rotulavam integralistas ou nazistas, todos faziam um esforço considerável para se distinguir do fascismo.

O prof. Hêlgio Trindade citou com muito respeito intelectual – e eu também o faço da mesma forma – o prof. Juan Lins, que tem insistido ultimamente na importância de se distinguir entre o autoritarismo, tal como conhecemos no Brasil, e o fascismo propriamente dito, como o ocorrido na Itália. É curioso observar quantas vezes esta distinção foi feita *explicitamente* por todos os pensadores da década de 30, inclusive por Francisco Campos. É dele aquela frase muito conhecida de que a mobilização fascista implica a anulação do Estado como forma parcial de integração da sociedade humana. Portanto, o fascismo é a abolição do próprio objetivo da política, qual seja, o de integrar apenas parcialmente a sociedade humana. Ora, acho muito difícil que um autor que escreve isso com todas as letras, e cuja obra claramente procura conciliar uma teoria kantiana do direito – o direito como norma generalizada e impessoal – com a noção de chefia necessária no Poder Executivo de um Estado moderno, possa ser assimilado, sem mais, sem matizes, ao que ocorreu na Itália com Mussolini.

Se nos voltarmos para o pensamento de um Azevedo Amaral, que de fato, nas suas primeiras obras, celebra a figura de Mussolini, o revolucionismo, a mudança abrupta, até pela violência, se necessário, vamos ver que, ao mesmo tempo que celebrava Mussolini, celebrava também Lênin. O que Azevedo Amaral queria engrandecer não era propriamente Mussolini, mas a figura do chefe, do líder capaz de enfeixar e de centralizar os poderes do Estado e, portanto, de criar um Estado moderno, capaz de gerir uma economia de grande escala. Mais interessante ainda é que, apenas quatro ou cinco anos depois, ele se desfaz de Mussolini e de Lênin, considerando que ambos advogavam a mobilização de massas, e esta encerrava, ao ver de Azevedo Amaral, o perigo de grandes deslocamentos sociais. Portanto, eram perigosos como teóricos para a experiência político-institucional que se tratava de implantar no Brasil nos anos 30. Este tema me parece suficientemente explícito nos textos, e talvez não requeira maior desenvolvimento.

O terceiro ponto a que fiz referência é de que este pensamento dos anos 30 contém um corpo de alusões à estrutura social, no sentido de argumentar a viabilidade e a necessidade daquele modelo burocrático desmobilizante. Muitas vezes se tem dito que esses autores eram ingênuos, que não percebiam as questões estruturais da sociedade brasileira. Há também toda uma discussão culturalista sobre o caráter nacional, o homem cordial, e freqüentemente se chega a um de dois resultados: ou se afirma, como no diagnóstico mais freqüente, que isso é o obscurecimento ideológico da violência que existe, portanto uma ideologia, no sentido mais estreito e pobre da palavra, ou se afirma também, como faz o prof. Michel Debrun, que temas como esse da cordialidade e do caráter nacional não têm significado político direto. Eu discordaria de ambas as interpretações.

O caráter nacional, visto como uma norma de convivência cultural, ao mesmo tempo em que obviamente é um mascaramento, é também, como toda norma, a expressão de uma aspiração; é talvez a tentativa de generalizar numa frase literária aquilo que o autor percebe como sendo o padrão, o típico do grau de conflito existente na sociedade. Ora, por mais vagos, literários e culturalistas que tenham sido esses temas, me parece claro que o sentido de invocá-los, num momento como o da década de 30, significa que o autor está fazendo referência à sociedade que ele está vendo como objeto dessa organização estatal. Mas tal referência está sendo feita à sociedade naquilo que ela tem de diretamente político, ao contrário do que diz o prof. Michel Debrun; ou seja, a estrutura econômica última da sociedade não é ainda uma categoria que afete as previsões e expectativas imediatas de um *policy maker*, de um homem de Estado. Agora, se perguntarmos se a sociedade atual do Rio de Janeiro tem ou não um elevado potencial de conflito, estamos fazendo uma pergunta que, obviamente, tem um significado político direto e prático. Então, quando muitos desses autores se referiam ao caráter nacional como apresentando baixa probabilidade de conflito imediato e em larga escala, eles estavam dizendo (se quiserem, nas entrelinhas) o seguinte: a implantação de um modelo autoritário mobilizante ou de um liberalismo extremado podem deflagrar os conflitos que, empiricamente, factualmente não existem.

Assim, acho muito curioso que tantas vezes se tenha escrito sobre esse tema sem atentar para o fato de que a sociedade aparece, nesse pensamento, como insumo político, como matéria imediata da decisão política.

Vou ler o parágrafo com o qual Cassiano Ricardo trata desse tema, parágrafo que fecha o seu conhecido livro explicitamente designado a celebrar um poder do tipo que mencionei: autoritário, burocrático etc. Trata-se da celebração do getulismo como um autoritarismo adaptado ao Brasil, porque um tanto rotineiro, um tanto bonachão. Cassiano Ricardo polemiza com Sérgio Buarque em torno de como descrever a sociedade brasileira no nível da ação coletiva, no nível dos conflitos sociais, e termina com este parágrafo, em que descreve a história da cordialidade brasileira. “Será, enfim, uma bondade por temor de Deus; por ausência de atritos econômicos; por mestiçamento conciliador de arestas psicológicas e raciais; por índole herdada do português; pela soma de tendências coincidentes na direção de certos objetivos; por euforia espacial; por sentimento de hospitalidade provinda do aborígene; e, finalmente, por nenhuma filosofia sobre o destino.” Aqui tem uma frase notável, que caracteriza o que chamei da mitigação, da atenuação do gume da filosofia liberal. Em suma, o que ele diz é que o homem brasileiro não tem nenhuma filosofia sobre o destino; ele não pode ser descrito com aquelas categorias filosóficas do liberalismo europeu, que sugeriam a autonomia, a irreduzibilidade, o destino de cada indivíduo como matéria última e decisiva da existência social e política. A meu ver, numa mesma frase, de um lado está claramente caracterizada uma alusão à estrutura social como propícia ao tipo de regime autoritário desmobilizante que a teoria constitucional elaborava; de outro, está questionada a teoria do indivíduo, a teoria do grupo, a teoria da autonomia, tanto do fascismo quanto do liberalismo.

Como ficariam esses temas na perspectiva de hoje? Se fôssemos fazer uma reflexão que os trouxesse aos anos 80, talvez a coisa mais importante e óbvia para se dizer é que se exauriram. Primeiro, porque a celebração do Estado apenas como forma, apenas como fortalecimento do poder público, a ser continuada hoje, nos levaria evidentemente ao paroxismo. Quer dizer, se continuássemos a dar conteúdo normativo à expressão “Estado”, à expressão “fortalecimento do poder público”, provavelmente chegaríamos ao que os astrônomos chamam de *blackhole*: ao poder tornado inútil porque infinitamente concentrado. Tal como a teoria da representação, que no início era apenas formal, teve que se enriquecer com conteúdos sociais para continuar a informar os sistemas políticos democráticos na Europa, da mesma forma o conceito de Estado, no Brasil, para conservar aquele mínimo de conteúdo normativo que tem como organizador da convivência, também precisa explicitar seus conteúdos substantivos. Nos anos 30, ocorria o contrário: um autor podia escrever todo um livro falando sobre o Estado sem jamais dizer o conteúdo econômico, social e cultural desse Estado.

Eu diria ainda que a exaustão desse corpo de idéias se dá pelo fato de que, empiricamente, na sociedade brasileira, já se configura um conceito mais rico de

representação, de relacionamento dos indivíduos e dos grupos com o poder público. Na década de 30, era possível imaginar-se que a situação brasileira fosse semelhante àquela que Hobbes descreveu para a Inglaterra, no século XVII. Existe uma passagem de Alberto Torres em que ele menciona, num único parágrafo, oito perigos para a convivência pacífica no Brasil, oito razões de desintegração provável, que justificariam de imediato o fortalecimento e a consolidação do poder público. Assim, o substrato cultural e filosófico da elaboração dos anos 30 claramente pode ser comparado com a problemática hobbesiana propriamente dita. Entretanto, acho que hoje existe, empiricamente, na nossa sociedade, um conceito de diversidade, de pluralidade de grupos, indivíduos e formas de relacionamento que não mais se deixa enquadrar no simples desejo da ordem ou da convivência – que é o tema hobbesiano.

Paraterminar, quero dizer que, atualmente, essa forma de argumentação que critiquei me parece vazia, formalista, abstrata, talvez também porque já se tenha constituído no país uma *intelligentzia* – um corpo de pessoas, de estudiosos, de profissionais, de políticos – suficientemente ampla para deslocar completamente o eixo da discussão do fortalecimento do Estado como tal para o exame da consistência das alternativas que em cada campo se apresentam.

A propósito, há poucos dias li um trabalho do nosso querido Alexandre Barros, em que ele mostra como o pensamento militar no Brasil é decisivamente orientado, nos seus requisitos de coesão, pela idéia de fortalecimento do Estado, embora o grau de sofisticação desses mesmos militares para estudar as alternativas econômicas seja muito baixo. Mais ainda, se fizermos uma lista (e ele o faz no seu trabalho) de dez ou doze indicadores ou requisitos de fortalecimento do Estado, qualquer um deles implica escolhas de política econômica, ou de política vária, de tal ordem que o conflito está embutido nesses indicadores. Exemplificando. Se dissermos que o fortalecimento do Estado no Brasil requer a redução das desigualdades regionais, imediatamente está aberto um campo de disputa política: como reduzi-las? Se dissermos que o fortalecimento do Estado hoje exige o controle sobre as fontes de energia do país, abre-se o debate sobre a forma como deve ser feito esse controle: fortalecendo o monopólio estatal do petróleo como concebido nos anos 50, ou através dos contratos de risco?

Então, mais uma vez, examinando esses itens, vemos como a palavra “Estado” é efetivamente o fulcro de um pensamento, tem uma certa coesão simbólica, lingüística, e como tal tem importância política, desde que não sejam introduzidos indicadores particulares nessa mesma coesão. Ora, o que é característico do Brasil hoje – e o que torna, a meu ver, próxima da exaustão a forma clássica da ideologia de Estado – é exatamente a transparência que existe de que a simples argumentação abstrata em torno do Estado não é mais plausível. Prova melhor disto talvez nos esteja dando o próprio governo pela frequência com que reclama das pessoas que dele discordam, pedindo que apresentem alternativas para os diversos campos, e não meramente alternativas globais de organização.

**A IDEOLOGIA INTEGRALISTA NOS ANOS 30:
PROBLEMAS METODOLÓGICOS E HISTÓRICOS**

Hélgio Trindade

Minha comunicação se baseará, em grandes linhas, num texto ainda inédito a ser publicado no próximo volume da *História Geral da Civilização Brasileira*, período republicano, coordenada por Bóris Fausto, e que tenta fazer um balanço das análises recentes sobre o movimento integralista, tanto no nível de questões teórico-metodológicas ligadas ao estudo das ideologias políticas, quanto no das relações entre a Ação Integralista e a história política brasileira dos anos 30.

Inspirando-me, genericamente, nesse texto, dividi minha exposição em três partes e, embora não pretenda esgotar o tema, proponho-me a explorar alguns aspectos relevantes de cada parte. A primeira delas, a mais geral, se limitará à questão da revalorização dos estudos sobre as ideologias no Brasil (algo que o prof. Guerreiro Ramos já teve a oportunidade de referir em sua exposição com sua autoridade de pioneiro na área dos estudos ideológicos no Brasil), quando se sabe que, tradicionalmente, até há pouco mais de uma década atrás, o campo da análise ideológica era considerado como secundário na ótica da maioria dos cientistas sociais. Neste sentido, seria interessante mencionar as causas desse desinteresse e alguns problemas relativos à análise das ideologias políticas.

A segunda parte enfatizará a importância dos problemas metodológicos ligados ao estudo das ideologias. Ainda que não pretenda fazer longas digressões sobre o tema, procurarei, tomando como referência um trabalho recente sobre a ideologia integralista, publicado em São Paulo, desenvolver alguns comentários sobre os problemas analíticos ligados ao estudo dos movimentos políticos de tipo radical e sobre a maneira de enfocar o estudo da ideologia desses movimentos no processo histórico concreto. Parece-me importante ressaltar esse aspecto, na medida que os estudos que têm sido produzidos com relação às ideologias no Brasil ficaram, na maioria dos casos, ao nível do discurso ideológico propriamente dito, não buscando qualquer interação entre as diversas manifestações do discurso ideológico e a conjuntura política em questão.

Finalmente, na terceira parte, visando estabelecer uma ponte entre a Ação Integralista Brasileira e o contexto histórico brasileiro dos anos 30, eu gostaria de tecer algumas considerações em torno da questão específica do fascismo na América Latina e, de modo particular, no caso brasileiro. No final de minha comunicação, quero discutir uma hipótese sobre a não-cooptação do movimento integralista pelo Estado no período que vai da Revolução de 30 ao Estado Novo.

Iniciando a abordagem da primeira dimensão da problemática a que me propus, começaria constatando que a revalorização do campo ideológico,

enquanto área de pesquisa no Brasil, tem sido produzida, em grande medida, por estudos vinculados ao pensamento autoritário dos anos 30. Nessa ótica, caberia ressaltar que uma das consequências mais positivas do interesse pelo estudo do pensamento político autoritário, no período entre as duas guerras mundiais, foi a recuperação da ideologia como uma variável crucial à compreensão do processo mais amplo de transformações ocorridas na sociedade brasileira. Geralmente, as análises tradicionais elaboradas sobre esse período, especialmente as diferentes interpretações sobre a Revolução de 30, atribuem um peso muito secundário ao papel da ideologia no processo de mutação sócio-política. A ideologia transforma-se, de fato, numa espécie de epifenômeno, sem nenhuma autonomia no processo histórico.

Tendência oposta à rejeição do papel mediador da ideologia na articulação entre as transformações sócio-econômicas e a mudança política é a tentativa de conferir ao aparato ideológico uma autonomia tal que se transforme na explicação central da mudança na sociedade. Recente trabalho de Teresa Sadek sobre o pensamento de Otávio de Faria, inspirando-se na perspectiva desenvolvida por Lamounier, enfatiza o fato de que “a historiografia brasileira, grosso modo, ou rejeita a discussão sobre a ideologia por partir de modelos onde esse fenômeno não encontra lugar como fonte explicativa, ou, em outro extremo, busca nas proposições ideológicas o fundamento social dos movimentos políticos”¹.

Com a mesma preocupação, embora noutra perspectiva teórica, Marilena Chauí, em recente ensaio, insiste que, “se nos obstinarmos em considerar a ideologia como o reflexo superestrutural do que se passa efetivamente no plano da infra-estrutura, se nos obstinarmos em considerar o trabalho do pensamento como um efeito ou uma variável da economia ou da política, teremos preparado o terreno para as explicações mecanicistas ou funcionalistas, não só acerca da ideologia, mas acerca de todo e qualquer pensar”².

Estas duas colocações diagnosticam, num certo sentido, a questão epistemológica subjacente ao estudo das ideologias, mas não enfrentam um outro fator, que me parece também extremamente importante na explicação da pouca valorização dos estudos ideológicos no Brasil, sobretudo nesse período, que é a complexidade do campo de estudo da ideologia.

Apesar das contribuições de Marx, Max Weber e Mannheim, como observa Pierre Ansart, ainda não foi produzida adequadamente uma teoria geral da ideologia: “A ocorrência de uma teoria perfeitamente satisfatória da ideologia não é, no estágio atual, surpreendente. Em razão da universalidade do problema, uma tal teoria suporia que estivesse concluída uma teoria geral do social e, mais ainda, que estivesse realizada essa interdisciplinaridade entre as ciências sociais, onde se formulasse uma teoria englobante da ideologia, fenômeno político, sociológico e psicossociológico”. A existência de um campo autônomo de especificidade do ideo-

lógico supõe a resposta a uma série de questões apenas esboçadas pelas ciências sociais. Por exemplo, como os símbolos ideológicos traduzem as estruturas sociais, a posição dos autores sociais e seus conflitos? Como esse trabalho de produção e reprodução ideológica pode engendrar uma ocultação das relações e das experiências? Como a difusão ideológica consegue modificar, e por quais mecanismos, os comportamentos dos agentes sociais?

E poderíamos concluir, com Pierre Ansart, que “a dificuldade da ideologia (e a dificuldade particular de seu estudo) reside precisamente em sua *ubiquidade*, o fato de que os sistemas de representação estão implicados em toda a práxis comum”. Nesse sentido, considera que a tentação permanente dos estudiosos da ideologia é a de “introduzir um corte entre a prática (que seria o real) e o imaginário (que seria o ilusório), quando precisamente a práxis se define como o que não se pode renovar sem a mediação do simbólico. Se a ideologia é uma estrutura social (uma instituição), ela não é uma superestrutura separável, mas sobretudo uma forma transversal da estrutura social”³.

Colocando, portanto, essa breve reflexão inicial sobre a questão da relativa carência de estudos ideológicos no Brasil, e que, a meu ver, se deve, em parte, ao desprestígio que o campo ideológico teve tradicionalmente não somente entre os cientistas sociais, mas entre os próprios filósofos e pensadores sociais brasileiros (e onde um dos pioneiros na renovação dos estudos ideológicos foi Wanderley Guilherme dos Santos, com suas análises sobre a “imaginação social e política brasileira”). De outro lado, não se pode subestimar na explicação o fato de que as limitações dos estudos ideológicos se dão também, em grande parte, em função das dificuldades que enfrentam os analistas ao tentar fazer uma análise ideológica mais consistente, não se limitando apenas ao mero discurso ideológico e suas relações internas.

Dito isto como colocação geral, pretendo enfrentar o segundo aspecto, que me aproxima um pouco mais da questão do integralismo, que é o problema do enfoque a ser utilizado na análise das ideologias ligadas a movimentos políticos radicais, com alto grau de enquadramento de seus militantes e com forte conteúdo doutrinário. Parece-me crucial que se procure discutir (e acho que nesse plano eu poderia contribuir com a minha experiência pessoal) quais são, em última análise, as peculiaridades de um estudo ideológico ligado a um movimento político radical, seja ele um movimento de extrema direita ou mesmo um movimento de esquerda. E o que essa reflexão buscará mostrar é que algumas análises que têm trabalhado com movimentos políticos dessa natureza têm caído no erro de encarar a questão ideológica apenas no nível dos textos e da produção intelectual de seus ideólogos. E, nesse particular, gostaria de exemplificar minhas observações comentando um trabalho recente sobre o integralismo, que possui um duplo viés que, a meu ver, é deformador na análise da ideologia integralista. Em primeiro lugar, porque limita toda a análise ao conteúdo explícito do discurso ideológico e,

no caso da ideologia integralista, à análise da produção intelectual de um de seus teóricos. Em segundo lugar, porque violenta a história política do período, na medida que, em nome de uma postura teórica apriorística, acaba adequando a realidade a uma interpretação onde os dados concretos do processo histórico se tornam exteriores à análise do discurso. Pretendo comentar heurísticamente algumas passagens do livro *O integralismo de Plínio Salgado*, de José Chasin⁴, para dar um exemplo concreto de como se pode chegar a um reducionismo ideológico, onde não se levam em consideração as relações que se estabelecem entre o universo ideológico de um movimento radical e sua práxis histórica.

A preocupação de Chasin com a natureza da ideologia integralista transparece desde as primeiras páginas de seu trabalho, onde, após escolher como epígrafe um texto de Marx (“Toda ciência seria supérflua se a aparência das coisas coincidissem diretamente com a sua essência”), ele se lança numa minuciosa tentativa de penetrar no sentido último da cosmovisão pliniana. Preocupa-se sobretudo em entender, como ele próprio escreve, o apelo do chefe integralista que “reiteradamente afirma a originalidade de seu pensamento, a raiz brasileira de suas idéias e sua diferenciação do fascismo europeu”⁵. Neste particular, o trabalho em questão tem um caráter extremamente paradoxal: inspirando-se numa abordagem marxista, sua análise será um esforço pertinaz em demonstrar a natureza não-fascista do integralismo.

Este paradoxo se explica no contexto de sua análise à medida que propõe, teoricamente, que a sociedade brasileira da década dos 30, num estágio que ele chama, inspirando-se em Poulantzas, de “capitalismo hipertardio”, não pode comportar fascismo por definição. Em consequência, toda a análise que Chasin faz em torno da obra de Plínio Salgado tem o intuito de demonstrar que os aspectos explicitamente fascizantes da linguagem pliniana (embora não seja a sua obra a mais rica em conteúdo fascista, se comparada, às de Miguel Reale, de Olbiano de Melo e de Gustavo Barroso) se explicam ou por razões de tática política ou para tirar dividendos políticos do prestígio do fascismo europeu.

Embora nem todas as conclusões de Chasin sobre o integralismo sejam discutíveis, o que importa salientar é o tipo de distorção a que se pode incorrer analisando um movimento político, que se inseriu numa história política e social concreta, como se fosse algo situado ao nível dos textos ideológicos. E o autor de *A ideologia de Plínio Salgado* fez, de uma maneira exaustiva, somente uma análise doutrinária da ideologia integralista para inferir conclusões que implicam a negação de sua natureza fascista, sem considerar que, num movimento de tipo radical, o que se denomina de ideologia deve ser um conjunto complexo de dimensões que não se esgota apenas nos escritos doutrinários.

O integralismo não seria, pois, na perspectiva do autor, mais do que uma variante da ideologia “ruralista”, ou seja, “uma manifestação de regressividade

num sistema capitalista hipertardiô”. Tal constatação permite que o autor conclua, de forma dogmática, que “ontológica e teleologicamente fascismo e integralismo se opõem como objetivações distintas”⁶.

Como proposta alternativa ao tipo de análise ideológica que permanece ao nível do discurso doutrinário, gostaria de sugerir uma abordagem mais abrangente, inspirada numa proposta de Touchard para o estudo da ideologia comunista na França, que se poderia denominar de enfoque piramidal da ideologia, cujo pressuposto teórico é que a ideologia de um movimento político radical se estrutura em camadas ideológicas diferenciadas⁷. Torna-se necessário, pois, que a análise tome em consideração que é preciso distinguir diferentes níveis no discurso ideológico, nem sempre homogêneos entre si, apesar das aparências exteriorizadas pelos próprios ideólogos do movimento no sentido de sua unidade. Nessa perspectiva analítica, o que o enfoque propõe é a visão da ideologia política como uma pirâmide em cujo topo estivesse a expressão mais elaborada da ideologia, segundo as interpretações de um teórico ou de diferentes teóricos, passando por outras camadas, tais como: a ideologia dos dirigentes políticos, a ideologia da imprensa partidária, a ideologia dos militantes de base e, finalmente, a ideologia dos eleitores ou simpatizantes do movimento. Provavelmente, a partir dessa penetração longitudinal nas diferentes camadas ideológicas, o seu espectro perderia a conceitualização coerente, observável nos textos doutrinários, para misturar-se às questões de tática ou estratégia contidas nos documentos produzidos pelos órgãos de decisão do partido e, finalmente, reduzir-se a proposições fragmentárias e, às vezes contraditórias, transmitidas pela imprensa partidária ou a percepções individualizadas da ideologia a nível dos militantes e eleitores. Somente a partir de uma concepção global de ideologia, portanto, é que se pode definir melhor a natureza ideológica de um movimento, como o integralismo fugindo a uma concepção linear do discurso ideológico que tem preponderado nas análises do gênero.

O último aspecto de minha exposição refere-se ao problema do integralismo e do fascismo enquanto fenômeno que se reproduziu na América Latina dos anos 30. E eu utilizaria, aqui, as conclusões de Juan Linz – autor que particularmente respeito muito – sobre a validade de considerar-se o integralismo como forma de manifestação de fascismo na América Latina e, principalmente, no Brasil. Procurando dar uma resposta adequada a essa complexa questão, Linz afirma que nos países latino-americanos “houve (além do integralismo) certamente muitos outros movimentos (antiliberais, antidemocráticos, reacionários ou populistas), inclusive regimes com essas características, mas “movimentos fascistas capazes de alcançar uma base de massas, com a organização e o estilo característicos dos seus correspondentes europeus, houve relativamente poucos. Um deles, a Falange Socialista Boliviana, deve receber alguma atenção neste contexto. O Partido Nazista do Chile aparentemente não teve o sucesso comparável ao do integralismo. Surpreendentemente na Argentina, a despeito e talvez por causa da ala direita e grupelhos, nenhum grande partido fascista vingou na década de 30”⁸.

Feitas estas considerações mais gerais sobre o fascismo na América Latina e suas limitações, com exceção do caso brasileiro, se pergunta o autor: “Por que fascismo no Brasil?” A resposta adequada a esta questão, embora exigisse uma análise comparativa sistemática, não impede que Linz discorra, de forma exploratória, sobre alguns fatores que explicam a formação de um forte movimento fascista no Brasil. Na sua opinião, o fator que melhor explica a presença do fascismo na sociedade brasileira da época é o que denomina de “papel da crise político-cultural dos anos 30”: “Semelhante a outros fascismos na Europa Ocidental, particularmente o da Espanha e alguns da França, e de certa forma, mesmo o fascismo italiano quando do seu surgimento, o integralismo é um movimento que responde *mais a uma crise política e cultural do que a uma crise econômica*. Ele atrai mais, em consequência disto, um núcleo inicial de intelectuais, profissionais e militares do que uma pequena burguesia de negociantes, artesãos ou agricultores. Seu líder, embora marginal ao sistema, não era um estranho ao processo político, mas possuía certas possibilidades de fazer carreira dentro do sistema antes de tornar-se fascista.

“Como o fascismo italiano, e de alguma forma como a Falange espanhola, o movimento integralista surge em um meio modernista e intelectual, e nisto é bem diferente da atmosfera em que emergiu o Nacional-Socialismo alemão. Em contraste com outros fascismos excluídos os do sudeste da Europa, onde o nacionalismo e a religião podiam fundir-se a singulares circunstâncias históricas, como na Rumânia, Eslováquia e Croácia, o integralismo nasceu em um meio católico intelectual, e atraiu forças sociais, começando a ser mobilizado pelo catolicismo, como na Legião Cearense do Trabalho.”

Aliás, a Legião Cearense é um movimento que ainda está por ser estudado e que, a meu ver, representa talvez a manifestação mais autêntica do fascismo no Brasil, uma vez que é um movimento tipicamente organizado como os movimentos fascistas europeus e que tinha uma base popular bastante diferente da que terá o integralismo, que pertence essencialmente recrutando entre as classes médias.

Conclui Linz: “A ausência de um partido católico, e talvez o fato de que na República os católicos ocuparam relativamente uma posição marginal, explica o fascínio de cunho religioso do movimento. O integralismo foi uma resposta geracional à crise da Velha República e às revoluções no início dos anos 30. As tensões na sociedade brasileira levaram aquela geração para diferentes canais políticos. Tratava-se mais de uma resposta cultural e política do que uma expressão de interesses sócio-econômicos específicos. Estas tensões poderiam mobilizar muitos brasileiros mas não encontraram o tipo de camadas sociais em crise e os desesperados violentos que a guerra tinha criado na Europa. (...) Tampouco no contexto de um regime semi-autoritário poderiam transformar-se num partido eleitoral de massa. A combinação da violência política, sucesso eleitoral e alianças com a situação para alcançar o poder esteve fechada a eles. Uma vez que o regime

autoritário de Vargas foi institucionalizado no Estado Novo, o seu destino estava selado. Neste caso, a Ação Integralista teve o mesmo destino de muitos outros movimentos fascistas, cujo sucesso foi interrompido por movimentos e por regimes autoritários...”⁹.

Gostaria de terminar minha intervenção com uma rápida referência às relações entre o integralismo e a Revolução de 30. De um lado, o traço mais característico dessas relações é a ambigüidade; de outro, o que singulariza a Ação Integralista nas suas relações com o poder implantado em 30, considerando-se o processo de cooptação generalizado dos intelectuais e os movimentos autoritários da época, é justamente o fato de que nem Plínio nem a AIB foram cooptados. Esses dois aspectos merecem um breve comentário.

Com relação ao primeiro aspecto, os indicadores típicos dessa ambigüidade, já comentei em meu trabalho sobre o integralismo, quando mencionei que “desde as origens do movimento até sua dissolução, persistiu uma ambigüidade básica na relação entre o integralismo e a nova política emergente no após 30”, acrescentando: “as posições do integralismo alternam-se entre o cortejo, a cumplicidade e o ódio, cujos episódios simbólicos são o desfile de apoio ao Getúlio antes do golpe de 37, o Plano Cohen forjado no interior da AIB e o atentado ao presidente da República no Palácio da Guanabara em 1938”¹⁰. Se essas atitudes ambíguas apresentam-se de forma mais aberta no contexto da transição para o Estado Novo, elas também manifestam-se logo após a ascensão de Getúlio ao poder. Se Plínio Salgado, ao retornar da Europa, escreve que o movimento de 30 é “uma revolução em nome de um defunto. Em nome desse liberalismo que já não constitui nem objeto de discussão em qualquer país do mundo”¹¹, reconhecerá mais tarde que “o mérito da Revolução de 30 é o de haver ofertado um leito onde afluem e correm as angústias confusas do complexo nacional”. E não apenas verbalizará esse juízo, mas passará à ação jornalística tentando influenciar, com suas idéias, o “ditador” na realização de seu projeto político. Se não bastassem os 300 artigos de *A Razão* para fustigar Getúlio e a opinião pública contra as veleidades “constitucionalistas” dos paulistas (o que valerá o incêndio de seu jornal às vésperas do movimento de 32), Plínio, acreditando nas potencialidades de 30, redigirá o manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo. Somente com o fracasso das várias tentativas de influenciar os rumos da revolução é que Plínio retoma a idéia de lançar um novo movimento, em outubro de 32, “para a luta franca, definida, forte das idéias” e “para a batalha do pensamento, que deve exprimir-se nos grandes debates, e até nas barricadas”¹². Nesse contexto nasce a Ação Integralista que, com sua mobilização a nível nacional, tornar-se-á o primeiro partido de massa no Brasil.

O segundo aspecto associa-se à emergência da Ação Integralista como movimento de massa e o fato de que, apesar do padrão cooptativo generalizado, esta permanece como um caso desviante, não se deixando absorver pelo sistema. Minha interpretação com relação a este problema é que a não-cooptação do

integralismo explica-se pelo fato de que a AIB, ao contrário das outras expressões de autoritarismo na época, era um movimento mobilizante de massa e, em consequência, um elemento perturbador do sistema até 37. Com a implantação do Estado Novo, a AIB torna-se disfuncional ao autoritarismo desmobilizante do novo regime. Essa hipótese pode ser facilmente comprovada acompanhando-se o itinerário do integralismo e de seu chefe, das origens do movimento de 1932 até sua extinção em 1938, para entender que, mesmo estando Salgado algumas vezes disposto a colaborar com o governo, a AIB não foi cooptada porque representava, com suas características fascistas, uma ameaça à nova ordem implantada em 30.

NOTAS

1. Ver Maria Teresa Sadek, *Maquiavel, maquiavéis: a tragédia Octaviana* (São Paulo: Símbolo, 1978), p. 20.
2. Ver Marilena Chauí, "Apontamentos para uma crítica da razão integralista" in *Ideologia e mobilização popular* (São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978), p. 15.
3. Ver Pierre Ansart, *Les idéologies politiques* (Paris: PUF, 1974), p. 104.
4. Ver José Chasin, *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertrofiado* (São Paulo: Ciências Humanas, 1978).
5. *Ibidem*, p. 33.
6. *Ibidem*, p. 652.
7. Ver Jean Touchard, "Introduction à l'idéologie du Parti Communiste Français" in *Le communisme en France* (Paris: Colin, 1969).
8. Ver Juan Linz, "O integralismo e o fascismo internacional" in *Revista do IFCH/UFRGS*, V (Porto Alegre: 1976), pp. 138-9.
9. *Ibidem*, p. 143.
10. Ver Héglio Trindade, *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* (São Paulo: DIFEL, 1979, 2ª ed.); p. 278.
11. *Ibidem*, p. 76.
12. *Ibidem*, p. 96.

DEBATES

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA (PRESIDENTE) – Eu queria fazer uma observação muito rápida a respeito do ensaio do prof. Guerreiro Ramos. Trata-se do tipo de ensaio que os americanos gostam de chamar de altamente sofisticado, da mais alta qualidade intelectual pelas novidades que apresenta, inclusive na categorização dos personagens que participaram do movimento de 1930. E uma das novidades realmente felizes deste trabalho está na identificação da classe política com a classe intelectual: aquele que faz política é um intelectual. E na Revolução de 30, foram muitos os intelectuais que tiveram atuação política. Dentre eles, gostaria de lembrar o nome de José Américo de Almeida, que aqui não foi referido expressamente. José Américo figura entre os gorkianos, na classificação muito feliz de Guerreiro Ramos sobre o novo romance nordestino, cuja importância política é da maior relevância, por ter chamado a classe política brasileira à realidade nacional da miséria nordestina. Este movimento, para usar uma expressão que José Américo gostava sempre de empregar, tem como primeiro grito de alarma essa dicotomia litoral-sertão. Este “grito” está em *Os sertões*, e vai se desenvolver de uma maneira brilhante no romance nordestino, cujo marco inicial é *A bagaceira*, de José Américo de Almeida. José Américo é também o político que, ao assumir o Ministério da Viação, vai levantar problemas muito sérios, como o dos contratos de serviço público, inclusive os famosos contratos com a Light. A Revolução de 1930 foi obrigada a ver essa questão, na medida que José Américo alertava o país contra esse tipo de contrato. A tese de Guerreiro Ramos, quero crer, vai se desdobrar na questão da alocação dos serviços. E nesse ponto, ele há de se referir, desdobrando o seu tema, ao problema das multinacionais, ao problema ecológico, etc.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS – Quando Bolívar Lamounier se referiu aos intelectuais brasileiros que trataram de mostrar a sucessão dos autores que representaram um esforço de teorização da sociedade brasileira, menos ambivalente do que o esforço que caracterizou os escritores miméticos, a impressão que tenho é de que estou incluído nesta lista. E Bolívar nos acusa de termos lido esses autores como se tivéssemos uma categoria final, em função da qual estaríamos habilitados a avaliar as obras daqueles autores. Nossa leitura privilegiaria o presente, fazendo dele a medida do passado e até a medida do futuro. Confesso que essa observação me abala.

Olhando retrospectivamente para esses trabalhos fragmentários que andam por aí sob o meu nome, me parece que minha intenção quando os escrevi foi mostrar que existem, nos esforços de interpretação do Brasil, realizados por escritores de toda natureza, elementos críticos e elementos não-críticos. Quando digo escritores de toda natureza, quero deixar claro que não faço distinção entre sociólogos, economistas, poetas e romancistas. Mesmo porque, desde 1958, quando escrevi um ensaio que está em apêndice à segunda edição da *Redução Sociológica*, mantenho uma posição de ceticismo diante do que é convencionalmente chamado de ciência social.

Os elementos de interpretação crítica da sociedade brasileira estão desgarrados em poetas do século XVI, ou num livro como o de Sílvia Romero, *A história da literatura brasileira*, de 1888, que, embora não sendo um livro de sociólogo, traz implícita uma teoria do Brasil. Há elementos críticos na obra de Vicente Licínio Cardoso, de ensaístas, de pessoas que nunca se proclamaram sociólogos. Em 1950 e em 1960, o que propus, sob a égide do que chamei de *redução sociológica*, foi um trabalho de apropriação desses elementos críticos, que se verificam através de todos os períodos da história intelectual do Brasil.

Há pessoas que decretam a não-existência de um pensamento científico de natureza sociológica no passado. A meu ver, dá-se o contrário. Há um pensamento político, uma teoria política implícita na façanha dos homens que fizeram a Independência do Brasil em 1822. Há uma teoria política implícita no Império; implícita na Velha República; implícita na Segunda República. No meu caso, não me vejo nessa falácia que Bolívar apontou. E ele tem perfeita razão. O próprio estudo que acabou de apresentar de uma maneira lúcida é uma demonstração de que a ciência social existe e está se constituindo em alguma coisa inédita no Brasil, representada por contribuições como a dele, como a de Wanderley Guilherme e outros.

Vivemos um momento inédito na história do saber que eu diria sociológico. Mas não quero falar em avanço da sociologia, que deve ser uma ciência em ato, e não uma ciência em hábito. É preciso distinguir as duas coisas. Há pessoas que se consideram cientistas sociais pelo simples fato de terem um diploma, de portarem um grau de PhD. Nada disso garante que essa pessoa seja capaz de praticar a ciência em ato a que me refiro; apenas, a ciência em hábito. Apesar de vivermos um novo momento na história da *intelligentzia* brasileira, a remanescente ciência em hábito está criando no Brasil um revivescimento da rivalidade entre bandeirantes e emboabas. Certo número de pessoas exclui ou demite da contribuição ao saber nacional outros indivíduos, pelo simples fato de não serem portadores de insígnias formais – como um grau de PhD ou um atestado de mestre emitido pela universidade X ou Y.

Um outro aspecto da palestra de Bolívar, que aliás não estou criticando, mas que talvez eu quisesse relacionar com o meu trabalho, é o de que, na década de 30,

se constituiu, dentro do Estado, o sistema operacional de alocação de recursos. Uma das contribuições específicas da *intelligentzia* brasileira na década de 30 foi essa façanha de, dentro do Estado, organizar o sistema operacional de alocação. Esse sistema adquiriu maior complexidade hoje, mas suas bases fundamentais já tinham sido lançadas no período de 1930 a 45. Portanto, apesar do caráter vago, especulativo da literatura sobre o Estado, há que se distinguir o aspecto latente do aspecto manifesto. Os estadistas de 1930 criaram um aparelho governamental de alocação de recursos, que me parece hoje irreversível. O fato de que esse aparelho está sendo mal utilizado não o condena. É inconcebível prever a futura história econômica do Brasil sem a existência desse aparelho operacional de alocação de recursos, de decisões operacionais. Isso foi uma contribuição fundamental do período que estamos estudando nesse simpósio.

LÚCIA LIPPI DE OLIVEIRA – Eu também me remeto à apresentação do Bolívar, concordando plenamente com o peso, com a importância dada à questão do Estado em 30. Na mesa sobre Forças Armadas, isso apareceu muito forte. Das várias tendências que existiam dentro das Forças Armadas, saiu vitoriosa a que previa uma tomada do Estado, para que, desta posição, fosse possível agir sobre a sociedade. Em vários setores da sociedade, em vários movimentos pós-30, ocorre essa mesma confluência: a importância do Estado, a importância da centralização. Na sessão de hoje, a isso se acrescentou alguma coisa: esse novo Estado preocupava-se com o seu tamanho, com o seu grau de influência na sociedade, com a sua capacidade de ação e cooptação. Enfim, preocupava-se em incorporar intelectuais nesse processo de construção de uma nova sociedade.

Ainda sobre a intervenção de Bolívar, quero tocar no ponto em que atribui aos intelectuais dos anos 30 uma visão orgânico-corporativa da sociedade. Basicamente, colocava-se a sociedade brasileira como uma sociedade desorganizada. E a organização desta sociedade era tida como viável somente através do Estado. Naturalmente, o tópico central da discussão é a política. Mas parte-se de uma visão de sociedade tida como incapaz, por si só, de gerar solidariedade orgânica, de construir o nacional. E esse novo Estado, preocupado em construir a sociedade, vai voltar, não só ao passado histórico, mas à tradição brasileira, para tentar recuperar alguns elementos. Recupera-se o conceito de homem cordial, seja na vertente de Sérgio Buarque, seja na visão de Cassiano Ricardo. Enquanto que, para o primeiro, cordialidade implica relações primárias (relações pessoais), em Cassiano, cordialidade é sinônimo de bondade.

Já no Estado Novo, Almir de Andrade vai aplicar esse conceito especificamente à figura de Vargas: Vargas é o ditador cordial, é o chefe de governo que está mantendo para com a população o tipo de relação social que a sociedade brasileira está acostumada a ter. A recuperação do homem cordial é usada diretamente para a construção do mito Vargas.

CELSO FURTADO – Quero fazer uma reflexão paralela ao que disse o prof. Lamounier, com respeito ao Estado. Em realidade, quando se observa o Brasil do século XIX, no quadro da América Latina em particular, o que singulariza essa história brasileira é a existência do Estado, é a formação do Estado nacional. E pode-se dizer que o Estado brasileiro não é nada mais do que o Estado português. Não houve descontinuidade: os arquivos são os mesmos, e os sujeitos são os mesmos também: são os burocratas do Estado português transformados em heróis, em patriarcas da Independência em nosso país. Certas instituições do Estado brasileiro, como o Itamarati, são mundialmente conhecidas pela continuidade de sua ação, independentemente do que, oficialmente ou não, estivesse ocorrendo no campo interno.

Quando se olha o Brasil do século XIX, observa-se que a existência do Estado era um dado fundamental para conciliar uma constelação de interesses bastante heterogêneos e disparatados. Existia uma Justiça nacional controlada do centro, que permitiu que o Brasil enfrentasse, por meio século, uma grande luta internacional pela manutenção do tráfico de negros. É evidente que os fazendeiros estavam por detrás, mas era o Estado brasileiro que se apresentava para defender esses interesses. O Brasil foi o primeiro país a criar um fórum internacional para reger a política de comercialização de um produto. A primeira OPEP que existiu no mundo foi a do café: controlou todos os estoques mundiais do produto e impôs-lhe um preço internacional. Quando o país ia à mesa para discutir com os banqueiros, era através do Estado que tinha que fazê-lo.

Não se trata de uma discrepância ao nível dos conceitos, mas ao nível da apresentação. Dizer que se começou a falar de Estado, de forma sistemática, nessa fase que estamos focalizando, pode desviar a atenção do essencial. O que ocorreu no Brasil – e isso é o que vamos discutir aqui – é que o Estado foi se tornando anacrônico. Tratava-se, então, de descobrir as funções do Estado. O Estado brasileiro havia sido sempre um instrumento de grupos, como no caso do tráfico de negros, no caso da política do café, etc. Dada a heterogeneidade crescente da nação, é natural que se colocassem problemas relativos às funções desse Estado. O grande debate que se trava é em torno das funções do Estado, do papel do Estado na construção de uma sociedade moderna. O debate que coube à minha geração foi o do papel do Estado na ordenação da economia brasileira. Como enfrentar a dependência senão através do Estado? Hoje em dia: como enfrentar as multinacionais?

O debate que toma conta dos anos 20 e 30, debate que se inicia com Oliveira Viana e vem até a minha época, diz respeito à modernização do Estado, dada a obsolescência das funções que vinha exercendo. Visto que o Estado português manteve a continuidade e a unidade deste território e foi capaz de grandes atos políticos, de implicações mundiais, como a manutenção do tráfico de negros e a defesa do café, falar na inexistência do Estado é algo que me escapa inteiramente.

BOLÍVAR LAMOUNIER – Devo alguns esclarecimentos ao professor. Quando falei nesse trabalho de uma ideologia do Estado, eu estava atribuindo à palavra ideologia a conotação clássica de um pensamento que está obscurecendo ou omitindo algumas coisas essenciais. Se fosse um pensamento, como disse o professor, que colocasse em primeiro plano a questão das funções do Estado, das diferenças dentro do Estado, eu provavelmente não o chamaria de ideologia. O que caracteriza, a meu ver, o pensamento autoritário dos anos 30 é que ele defende, em si, o fortalecimento do Estado, a partir de um diagnóstico histórico. Concordo com o professor quando diz que é falsa a visão de um Estado inexistente, totalmente fraco e fragmentado.

Do ponto de vista da história das idéias, surge uma dicotomia clara entre os autores que estabeleciam uma linha de continuidade com o Estado português – e para esses o Estado não era fraco – e os que estabeleciam uma ruptura, vista de várias maneiras. Para Azevedo Amaral, por exemplo, a vinda da corte criou um Estado parasitário, que entrou em degeneração; cumpria-se então fazer um novo Estado. Esse discurso adquire características claramente ideológicas; o Estado vira uma categoria normativa. Trata-se de um discurso a respeito de uma coisa que não existe, quando sabemos – e o professor acaba de lembrá-lo com toda a procedência – que as principais instituições do Estado têm uma continuidade histórica muito ampla.

Evidentemente, como todo discurso político, o quanto é um discurso normativo e o quanto é fato histórico estabelecido, é uma zona cinza, onde caberia uma grande discussão. Se Azevedo Amaral me diz que as características do Estado Imperial o levaram a um grau de enfraquecimento, de parasitismo tal que resultaram praticamente na inexistência do Estado, acho que esse diagnóstico histórico merece ser discutido enquanto tal. Agora, o que procurei salientar foi que esse diagnóstico gerou, como que em espiral, um discurso normativo a respeito do Estado, característico da quadra de 30/37, que desemboca no Estado Novo. Neste ponto, acho necessário que se faça distinção entre o ideológico e o prático.

DO AUDITÓRIO – Eu queria indagar do prof. Guerreiro Ramos, se referindo-se à alocação de recursos no pós-1930, seria possível fazer uma comparação com o que ocorreu após a Revolução de 1964.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS – O que hoje chamamos de ciência social, incluindo aí a economia, é uma ideologia de legitimação da história da sociedade industrial – um tipo de história em que, pela primeira vez, na trajetória da humanidade, o mercado se torna categoria determinativa do processo alocativo. Esse tipo de sociedade é algo excepcional, que só se verifica nesses últimos 200 anos mais ou menos, como Karl Polanyi colocou em seu livro *A grande transformação* publicado em 1944 ou 46 (traduzido para o português em 1980, e lançado pela Editora Campus). Neste livro, o autor afirma que, durante todo o período da

história decorrida da humanidade, o mercado sempre existiu. Mas existiu embebido na sociedade, condicionado e delimitado por ela, como uma agência que tinha fronteiras até físicas. A sociedade que começou a ser configurada a partir da revolução industrial é uma sociedade em que ao mercado é dada a função de organizar o processo: ele deixa de ser um enclave delimitado e passa a agência alocadora por excelência.

O meu livro *A nova ciência das organizações*, que em parte é uma tentativa de rever o conceito de riqueza das nações, postula que essa ciência, proposta inicialmente por Adam Smith, é uma ideologia da formação da sociedade centrada no mercado. E esse tipo de sociedade chega hoje a seu ponto de exaustão, que é revelado pelo problema ecológico. É impossível, atualmente, insistir nesse tipo de desenvolvimento que predica uma sociedade centrada pelo mercado. Temos que encontrar um novo desenho social, que de certo modo restaure elementos que as sociedades sempre tiveram, na sua história, sem que isso represente uma volta atrás. Trata-se de revelar a falácia das bases epistemológicas da economia política e da ciência social – que não são ciências, são ideologias – para encontrar as regras de operação para a alternativa de que precisamos, que só pode ser feita na base da delimitação do sistema social.

**A REVOLUÇÃO DE 1930 E A POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA: RUPTURA OU CONTINUIDADE?**

Gérson Moura

A definição de 1930 como um marco significativo na história do Brasil contemporâneo tem produzido um amplo debate na ciência social, empenhada em desvendar os mecanismos políticos, econômicos e sociais que conformam a atual sociedade brasileira. De um modo geral, o debate se tem travado em torno da natureza conservadora ou transformista dos novos equilíbrios de poder que se estabeleceram a partir daquele momento, oscilando os autores entre as teses que afirmam no sentido de conservação da estrutura social brasileira sob rótulos novos e reformas mais aparentes que reais e aqueles que sublinham a ação do Estado na reorientação da economia agroexportadora para um novo padrão vinculado às atividades urbano-industriais. Conservação ou reorientação têm sido categorias aplicadas também ao entendimento da política externa do país.

O debate continua neste seminário, que apresenta um painel de diferentes investigações em curso sobre a revolução de 30 e sublinha a convicção de que o ensaísmo e as macrogeneralizações devem ceder terreno às pesquisas sistemáticas de temas e áreas mais específicos, que, sem prescindir de orientações teóricas e metodológicas adequadas, busquem informação mais minuciosa e conhecimento mais fundamentado das situações empíricas em discussão.

Admitimos hoje como correta a noção de que as revoluções políticas são importantes na medida mesma de sua capacidade de modificar estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas de há muito estabelecidas. No entanto, na década de 30, os apologistas da nossa “revolução de outubro” esforçaram-se em mostrar que ela assegurava a perfeita *continuidade* da política externa anterior, nisso residindo uma de suas virtudes maiores¹. A revolução seria, desse ponto de vista, um fenômeno que provocava mudanças significativas no plano interno, mas não interferia no das relações exteriores. É como se a política externa de um país estivesse a salvo de sua política interna e situada em um plano de interesses permanentes, claramente demarcáveis e inatingíveis pela querela de grupos e partidos, algo que se situasse na dimensão indivisível e intocável da nação. Essa necessidade de traçar uma “sucessão apostólica” em direção ao passado para legitimar a política do presente não é naturalmente um monopólio do pensamento brasileiro. E talvez se pudesse ligá-la mais corretamente a diferentes expressões do pensamento conservador².

Mas apesar do esforço dos apologistas da perfeita continuidade da política exterior, alegada como garantia da sua correção, sabemos que tanto a política

externa dos Estados Unidos quanto a brasileira sofreram, em graus diferentes e em diferentes sentidos, mutações muito significativas na década e meia que vai da crise de 1929 ao final da Segunda Grande Guerra. Pode-se dizer, no caso brasileiro, que os 15 anos do primeiro governo Vargas representaram, no seu conjunto, um momento de ampla projeção do Brasil no plano internacional, que contrasta fortemente tanto com o período anterior, como o imediatamente posterior. Seria equivocado, porém, imaginar que essa projeção notável ocorreu pelas virtualidades exclusivas dos novos arranjos internos de poder a partir de outubro de 1930. Seria também falacioso concluir que a política externa brasileira significou naquele momento uma ruptura completa com o passado imediato, inaugurando uma nova política externa para o país.

Pretendo mostrar nesse trabalho que as mudanças ocorridas na política externa brasileira naquele período deveram-se à conjugação específica de reordenamento do poder mundial e de transformações significativas na ordem econômica, social e política interna; trata-se de uma conjunção rara, que não se repetiu a partir de então, ou que talvez esteja em vias de repetir-se em nossos dias. A raridade da situação residiu na quebra simultânea de estruturas de poder há muito estabelecidas no plano internacional e no plano interno. A política externa que se gerou nesse contexto não se caracterizou por perfeita continuidade da política anterior, nem por uma ruptura maior com ela. Tratava-se muito mais de uma *redefinição*: limitada pela posição do país diante dos grandes sistemas de poder, mas ao mesmo tempo vantajosa pelos ganhos que soube obter no processo.

Conquanto a política externa da Revolução de 30 possa ser vista no conjunto como uma política de redefinição, podem-se distinguir no seu processo dois momentos distintos e sucessivos: uma política de *equidistância pragmática* do Brasil em relação às grandes potências na década de 30, seguida de uma política de *realinhamento* com os Estados Unidos nos anos da guerra (1941-45). Em cada momento são diferentes as margens de manobra, os impulsos imediatos da decisão e também os ganhos possíveis da política posta em prática. Creio também que as explicações mais acuradas dos dois momentos distinguem-se quanto ao peso específico dos fatores externos e internos que modelam as decisões da política externa brasileira.

Antes de examinar mais detidamente esses dois momentos, fixemos algumas categorias úteis à análise da política externa brasileira. Tendo feito em outro trabalho uma exposição mais extensa sobre o assunto³, restrinjo-me aqui aos seus elementos essenciais.

Entendo que o estudo da política externa passa pelo exame de dois tipos de condicionamento: o primeiro é dado pela inserção do país em um determinado *sistema de poder*, isto é, uma constelação de Estados cujas complexas relações econômicas, políticas e culturais caracterizam a existência de um centro hegemô-

nico (a grande potência) e sua respectiva área de influência (aliados subordinados). O segundo tipo de condicionamento relaciona-se às *conjunturas políticas* internas e externas, a saber, os conflitos de interesses que conformam os processos mais imediatos de decisão no interior dos Estados.

A primeira dimensão diz respeito a condicionamentos *estruturais*, já que a hegemonia implica não apenas liderança política, militar e ideológica sobre o conjunto do sistema, mas também designa uma relação assimétrica entre economia central e economias dependentes. Nesse conjunto de relações tensas, o sistema procura tornar “automáticos” os vínculos que unem o centro hegemônico aos aliados subordinados. Por isso mesmo, a posição de um aliado subordinado no *sistema de poder* é definida primordialmente pela relação que ele mantém com o centro hegemônico. Trata-se genericamente de uma relação de dominação, assegurada pela solidariedade fundamental das classes dominantes nos dois pólos do sistema, relação essa incrustada nos processos de decisão política e reforçada por valores segregados pelo sistema; estes constituem uma ideologia política que faz coincidir os interesses do centro hegemônico com os dos aliados subordinados, para assegurar a coesão e permanência do sistema. Estando os objetivos do sistema de poder “embutidos” nos processos políticos nacionais, não é incomum que a política externa do aliado subordinado *apareça* como um ato de decisão puramente autônoma.

A segunda dimensão da análise diz respeito aos condicionamentos *conjunturais*, a saber, os processos imediatos de decisão tanto no centro hegemônico como nos seus aliados. O processo político no *centro* age sempre no sentido de manter a relação estrutural de dominação e fortalecê-la. Naturalmente, os métodos e instrumentos para realizar esse objetivo variam, sendo inclusive objeto de disputa no interior do Estado, mas o exame dessa disputa é, por si só, insuficiente para permitir o entendimento da política da grande potência. Nos aliados subordinados, o processo político pode agir tanto no sentido de manter a relação estrutural como de redefini-la, dependendo da correlação de forças no seu interior. No limite, a redefinição poderia chegar à ruptura, o que retiraria o país do sistema de poder em que se encontra.

Esse arrazoado sublinha, para o historiador da política externa, a necessidade de procurar a compatibilização dos condicionamentos estruturais e conjunturais, numa mediação que torne inteligível a ação dos atores políticos (indivíduos, instituições, grupos, classes etc.) nos limites dados pelas estruturas.

Uma última observação diz respeito à *unidade* interna dos *sistemas de poder*. O dinamismo das relações políticas entre Estados e nações não permite pensar a unidade do sistema de poder senão em termos de estabilidade provisória, que permite sua reprodução em meio a uma grande variedade e fluidez de situações. Mas mesmo os sistemas mais fortemente estabelecidos dão lugar, a longo prazo, a

arranjos de novo tipo. É claro que as modificações significativas nos sistemas de poder nem sempre coincidem com as mudanças de orientação nas conjunturas políticas internas dos aliados subordinados; quando isso ocorre, porém, cria-se uma situação particularmente propícia à reorientação da política externa dos últimos, visto que os condicionamentos mais fortes oriundos do sistema de poder se enfraquecem sensivelmente.

No que diz respeito ao Brasil, uma situação favorável desse tipo ocorreu na década de 1930.

1. *A equidistância pragmática da década de 30*

As mudanças políticas produzidas pela Revolução de 30 no Brasil ocorreram em meio à depressão econômica generalizada nas sociedades capitalistas ocidentais e à crise dos seus modelos e valores políticos e ideológicos.

A crise econômica desarticulou o sistema capitalista mundial e provocou como resposta dos Estados a adoção de políticas de proteção econômica e conquista de mercados, claramente nacionalistas. A década assistiu então a uma verdadeira guerra comercial na esfera internacional, e até mesmo as potências tradicionalmente liberais não ficaram imunes às tendências da época, procurando defender por todos os meios seus mercados. Os Estados Unidos constituíam uma exceção notável, como defensores da recuperação do comércio internacional em termos de livre-comércio, dada a sua posição única de maior e mais competitiva economia capitalista avançada.

Ao mesmo tempo e como resultado da crise econômico-social, o liberalismo parlamentar europeu recuava sob os golpes cruzados dos movimentos socialistas, mas especialmente dos vários fascismos que inauguravam então regimes autoritários com forte mobilização de massas.

Na esfera do poder internacional, as mudanças também eram profundas. Até 1914 as relações internacionais se regiam pela noção de “equilíbrio de poder”, o que significava a regulação das relações internacionais pelos vários *sistemas de poder* europeus. Mas as múltiplas rivalidades decorrentes da própria expansão imperialista daqueles sistemas de poder conduziram à Primeira Guerra, e a partir daí eles entraram em irremediável declínio, consumado na Segunda Guerra Mundial. No período entre estas duas guerras, temos, portanto, ao mesmo tempo, a *desintegração de antigos sistemas de poder*, cujas áreas de influência passam a ser objeto de disputa, e o início da *constituição de novos sistemas de poder* que procuram ampliar sua área de influência. Em se tratando da América Latina, os conflitos ideológicos opunham três forças principais: o liberalismo, o fascismo e o socialismo. Mas do ponto de vista da disputa pela hegemonia, a ausência da URSS da esfera de poder internacional e o recuo inglês a partir da Primeira Guerra propiciaram o confronto de dois sistemas de poder em constituição: o da Alemanha e o dos Estados Unidos.

Em relação à *Alemanha*, a consolidação do Estado nacional-socialista no início da década lançou-a novamente no cenário internacional. À semelhança de 1914, também agora o Estado alemão tentou elevar o país à categoria de potência mundial, em pé de igualdade com as demais potências. E na década de 30 os objetivos revanchistas e anexistas do nazismo encontraram perfeita consonância com as limitações do mercado interno alemão, limitações essas agravadas pela política de cartelização e compressão salarial e que apontavam a conquista de espaços econômicos no exterior como a solução para os problemas do momento⁴. A extensão do domínio territorial, e a conquista de novos mercados eram apenas duas faces da mesma política imperialista.

Quanto aos *Estados Unidos*, seu poder econômico não cessou de crescer após a Primeira Guerra. A crise de 1929, produzindo resultados devastadores, suscitou uma nova configuração do capitalismo nacional, com uma intervenção decidida do Estado no plano econômico, planejando, controlando e investindo em larga escala. Sendo a mais importante economia capitalista, sua recuperação passava pela recomposição do comércio internacional; daí a defesa apaixonada do livre-comércio pelos formuladores de sua política econômica, que buscavam reabrir as portas dos mercados mundiais. Essa política colocava os Estados Unidos contra a corrente protecionista que encontrava seguidores fervorosos nos governos fascistas, mas tinha também entre seus simpatizantes os próprios países de capitalismo avançado, além dos países de economia dependente. A América Latina ocupava naturalmente um lugar de destaque nessa recuperação norte-americana, tanto como fonte de matérias-primas, como na qualidade de mercado consumidor de manufaturados.

Do ponto de vista das relações políticas entre EUA e América Latina, o governo Roosevelt promoveu uma mudança na política intervencionista que prevalecera desde o final do século XIX. Inaugurou-se então a política de boa vizinhança, caracterizada pela revogação de métodos coercitivos e pela adoção de negociações diplomáticas e colaboração econômica e militar. Mas como notou Atkins, essa mudança de métodos visava assegurar objetivos tradicionais: impedir a influência externa (européia) na América Latina, garantir a liderança americana no hemisfério e estimular a estabilidade política nos países latino-americanos⁵.

O recuo inglês no Brasil no entreguerras não modificou substancialmente a dependência econômica, apenas a transferiu para a economia norte-americana⁶. No entanto, sendo os Estados Unidos produtor de manufaturados e de produtos primários, a pauta de complementaridade econômica tendia a se estreitar, o que tornava mais dura a nova dependência. O que amenizou a situação na década de 1930 foi a projeção da Alemanha na América Latina, disputando os mercados consumidores e procurando abastecer-se em bens primários.

Enquanto isso, no Brasil, embora a Revolução de 30 não mudasse radicalmente a estrutura de dominação social e continuasse a excluir as massas do jogo

político, ocorriam transformações significativas no plano econômico-social, com grande diversificação de interesses, cuja presença se fazia sentir no processo decisório. A revolução, nascida de uma crise que rompeu a unidade da oligarquia agroexportadora em torno do sistema político vigente, não resultou em hegemonia clara de qualquer setor ou classe, estabelecendo-se por isso mesmo um “Estado de compromisso” que se fortalecia e se automatizava como regulador da economia e das relações sociais, ao mesmo tempo que viabilizava a participação dos antigos atores políticos (oligarquias regionais de extração agrária que dominavam na República Velha), assim como dos novos (grupos de interesse vinculados à industrialização e os beneficiários da urbanização e do crescimento do próprio Estado). A política econômica do Estado brasileiro era coerente com essas características: defendia o setor externo e recusava-se a adotar um programa de protecionismo industrial. Entretanto, pôs em prática uma política monetária e cambial que criou melhores condições para o processo de industrialização; mas ao mesmo tempo o próprio Estado foi-se envolvendo diretamente, por impasses internos e externos, no projeto industrializante, tornando-se ele próprio um empresário da produção industrial. Inevitavelmente, a “melhor política econômica para o país” tornava-se uma questão polêmica, dependendo dos interesses e das percepções que diferentes setores de classes com acesso aos centros de decisão tinham da economia brasileira, de sua ligação ao meio internacional e do papel do Estado nesse processo.

A década de 30 assiste portanto ao recuo dos velhos sistemas de poder e à emergência de dois novos sistemas (o alemão e o norte-americano), ansiosos por ampliar e solidificar alianças, tratando para isso de fazer concessões e acenando com as vantagens de sua proteção. Como não se tratava ainda de dois sistemas consolidados, a integração do Brasil a um deles era então uma *possibilidade*, o que alargava os limites da decisão e da ação do Estado brasileiro.

A relação que o Brasil mantinha com os dois centros hegemônicos era, portanto, muito particular: o governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem se definir por qualquer um deles. Essa indefinição não derivava apenas da ausência de um sistema de poder plenamente consolidado no plano internacional. Derivava também do fato de que na conjuntura política brasileira ocorria uma divisão completa, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão, no que dizia respeito à melhor aliança para o país. O mesmo era verdade para os grupos de interesse organizados que conseguiam introduzir suas demandas nas arenas de decisão do Estado. A esse traço fundamental da política externa brasileira desse período tenho chamado de *equidistância pragmática*; não se tratava de uma trajetória retilínea, mas muito mais um movimento de aproximações alternadas ou simultâneas a um e outro centro, e que tinha como resultado alguns ganhos significativos no plano do comércio exterior e um aumento considerável do poder de barganha do governo brasileiro nos anos por vir.

1.a. *A questão do comércio exterior*

O comércio exterior de um país como o Brasil, que começava a reorientar na década de 1930 o foco de sua economia do setor agroexportador para o setor urbano-industrial, tinha implicações que ultrapassavam em muito a dimensão econômica. Tratava-se de uma questão crucial para assegurar uma recuperação ordenada da depressão econômica, garantir às classes economicamente dominantes as condições de sua reprodução e fornecer ao Estado recursos materiais e políticos que lhe permitissem pôr em ação seus projetos de governo, manter a estabilidade interna e definir sua posição no plano internacional. Por isso, o debate em torno do comércio exterior, resumido na polêmica livre-comércio *versus* comércio protegido, tinha implicações políticas graves, tanto internas como externas.

Internamente, a polêmica recortava classes, grupos de interesse e o próprio Estado, desfazendo uma visão unitária dos interesses das classes dominantes. Para as agências governamentais – as instâncias centrais ou secundárias de decisão – convergiam as reivindicações cruzadas dos interesses, divididos entre si pelas vantagens e desvantagens do livre-comércio (leia-se comércio com os Estados Unidos) e do comércio protegido (leia-se comércio com a Alemanha). Por isso mesmo, o governo brasileiro acabou pondo em prática uma política de aderir ao livre-comércio proposto pelos Estados Unidos, sem deixar de procurar os benefícios que adviriam do comércio compensado proposto pela Alemanha... Em 1935 assinou um acordo comercial com os EUA, que mantinha ou rebaixava as taxas alfandegárias para as mercadorias de ambos os lados⁷; e no ano seguinte assinou um ajuste comercial de compensações com a Alemanha, tendo em vista especialmente a colocação de algodão, café, cítricos, couros, tabaco e carnes.

Curiosamente, até o final da década o comércio Brasil-Alemanha cresceu sem cessar, enquanto o governo Roosevelt mantinha constante vigilância sobre o ajuste Brasil-Alemanha e pressionava o governo brasileiro, embora evitasse cuidadosamente tomar qualquer represália contra ele. Em mais de uma ocasião, fechou os olhos à continuação do comércio compensado Brasil-Alemanha, ao mesmo tempo que oferecia ajuda financeira para solver o problema da dívida externa brasileira e para a criação de um banco central no Brasil. Essa política de contemporização está clara, tanto na visita do subsecretário Welles ao Brasil em 1936, como nas duas missões aos EUA: Souza Costa em 1937 e Aranha em 1939⁸. Em todas essas ocasiões o governo Roosevelt deixou de atender à pressão de grupos econômicos – investidores, banqueiros, importadores etc. – e guiou-se por considerações mais amplas nas suas relações com o governo brasileiro. É bem verdade que havia um interesse muito claro do governo americano em incrementar o livre-comércio com o Brasil e eliminar a competição econômica alemã, mas a política adotada nos mostra que esse era um objetivo parcial, embora muito importante, que deveria subordinar-se a objetivos mais gerais: ganhar e assegurar

a aliança com o Brasil, evitando que este fizesse aliança com outras potências ou implementasse políticas nacionalistas radicais, num momento politicamente muito delicado. Daí a necessidade de evitar represálias contra a política comercial brasileira, que poderia ter resultados políticos contraproducentes.

Incidentalmente, este capítulo do comércio exterior brasileiro na década de 30 ilumina o debate sobre o desenvolvimento de economias “periféricas”, frequentemente entendido como uma questão exclusivamente econômica. Em outras palavras o que se passa na economia capitalista dependente seria o resultado de condições dadas pela economia central. Por isso, uma economia capitalista dependente não criaria esquemas de relacionamento econômico, mas apenas se ajustaria aos propostos pelas economias centrais. Inevitavelmente, aquelas só se beneficiariam quando estas entrassem em crise^{8a}.

Mas o dado significativo da conjuntura na década de 30 está exatamente em que as economias centrais não são apenas dois pólos dominantes exercendo o *mesmo* tipo de influência sobre o pólo subordinado; elas são o fundamento de dois *sistemas de poder em confronto*, e é esse dado da *luta política* na esfera do poder internacional que possibilita algum ganho por parte da economia dependente. Assim, o poder de barganha das economias dependentes não pode ser explicado apenas como resultado da crise nas economias centrais, porque também as economias capitalistas dependentes estão em crise e, assim sendo, a debilidade é geral. Por isso mesmo, nos seus primórdios, a crise nas economias centrais não produziu ganhos imediatos para a economia brasileira, quando a política externa do governo Washington Luís respondia unicamente à hegemonia do café; só passou a fazê-lo quando surgiu, no plano interno, uma nova correlação de forças políticas – o governo Vargas. Em outras palavras, os ganhos do período dependeram de *políticas adotadas pelo Estado*.

1.b. *As questões político-militares*

Também aqui a política externa se pautou pela eqüidistância, já que no plano externo persistiu até o final da década um “empate” na disputa entre os sistemas de poder emergentes e no plano interno uma forte divisão político-ideológica perpassava a sociedade e o Estado brasileiros.

As lutas políticas da década de 30, que caminharam na direção de um fechamento do regime liberal-democrático, apontavam para uma identificação do Estado brasileiro às experiências fascistas européias a partir do Estado Novo (1937), especialmente por seu repúdio ao liberalismo político e econômico e sua ênfase nas soluções nacionalistas e corporativistas. A observação mais cuidadosa aponta porém para certas especificidades do Estado Novo, ligadas a características da sociedade brasileira. O regime era centralizador mas não deixava de compor-se

com as oligarquias estaduais. Dependia em boa medida do Exército, mas não era uma ditadura militar. Era tendencialmente industrialista, mas não havia um projeto industrializante claro. Já vimos que essas “ambigüidades” derivam do fato de que a ação estatal incorporava novos atores sociais sem desalojar necessariamente os antigos. Além disso, a polarização política recortava os vários grupos de interesse, os organismos técnicos do Estado, a burocracia militar, a diplomacia e até mesmo as instâncias centrais de decisão, colocando, de um lado, os defensores do comércio compensado e do protecionismo, os nacionalistas e os pró-Alemanha e, de outro lado, os advogados do livre-comércio, da liberdade cambial e tarifária, os pan-americanistas e os pró-Estados Unidos. O processo político no Estado Novo refletia esse “empate” da luta política, o que conferia a Vargas um extraordinário poder no processo decisório. Ele se tornou o árbitro das disputas que emanavam das instâncias secundárias e mesmo das que ocorriam nas instâncias centrais de decisão.

Dois grandes problemas internos, com reflexos inevitáveis sobre as relações exteriores do Brasil, assoberbavam o governo Vargas, especialmente a partir do golpe de 37: o reequipamento das forças armadas e o reequipamento econômico do país, em especial a questão da grande siderurgia. Também nesses problemas, a política externa se caracterizou até o final da década por uma equidistância pragmática.

A necessidade de reequipar as forças armadas, especialmente o Exército, colocou-se com maior vigor nos últimos anos da década, tanto pela influência crescente dos militares nas arenas de decisão, como pelo agravamento da situação internacional. Às compras de material naval da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos contrapunham-se as grandes encomendas feitas pelo Exército à Alemanha, dentro dos planos do comércio compensado. E mesmo após o início da guerra, o governo brasileiro esforçava-se para receber o material alemão, ao mesmo tempo que tentava gestões para adquirir material americano. Até então, apesar das simpatias de importantes chefes militares brasileiros pela organização militar alemã, havia em esforço diplomático cuidadoso em contrabalançar os contatos militares de alto nível com um e outro campo, para evitar compromissos embaraçosos.

Foi também a equidistância pragmática que criou as condições *políticas* para o sucesso dos esforços em torno da criação da grande siderurgia. O governo Vargas levou aos limites extremos as conversações com uma e outra potência em torno da ajuda para a instalação de uma usina siderúrgica. A má vontade da administração Roosevelt sobre o assunto era evidente: durante a Missão Aranha (fevereiro de 1939), em que se propôs uma revisão geral do conjunto das relações Brasil-Estados Unidos, incluindo-se aí a ajuda econômica e os problemas de defesa, o tema siderurgia sequer fazia parte da agenda de conversações. E quando, um ano depois, os entendimentos com o governo americano voltaram a cair no pântano

das indefinições, Vargas ameaçou-o com uma mudança radical de posição política para obter um rápido encaminhamento da solução. O governo dos Estados Unidos depressa promoveu um plano de financiamento pelo Eximbank e de fornecimento de tecnologia pelas empresas privadas norte-americanas, ficando a propriedade e controle da usina nas mãos do Estado brasileiro.

A decisão do governo norte-americano de financiar a siderurgia brasileira, vencendo os receios de que ela pudesse funcionar como um *boomerang* nacionalista, deu-lhe um trunfo precioso na conquista do apoio brasileiro. A política externa brasileira não podia deixar de levar em conta este fato novo. Além disso, àquela altura, a guerra européia já modificava profundamente o quadro internacional.

No conjunto, a política de *equidistância pragmática* ajudou a diversificar, numa era de depressão econômica, os mercados externos essenciais à economia brasileira, constituiu um trunfo político da maior importância na criação da grande siderurgia brasileira e – talvez mais importante – ampliou a capacidade de barganha do governo brasileiro para anos cruciais que se seguiram.

2. O processo de alinhamento aos Estados Unidos (1941-45)

A eclosão da guerra européia modificou a relação até então mantida entre o Brasil e as duas potências rivais. O bloqueio inglês produziu o recuo comercial imediato da Alemanha na América Latina, mas a própria Inglaterra não tinha condições de preencher o espaço econômico deixado. Uma primeira consequência é a projeção imediata dos Estados Unidos, que vêm resolvidos, de um só golpe, os problemas que enfrentaram na competição com o comércio compensado, obtendo assim uma primeira vitória de peso na competição global pelo continente.

Mas se é verdade que a Alemanha deixou de estar comercialmente presente no Brasil, nem por isso se poderia concluir que sua influência declinou. As vitórias que o Eixo foi acumulando até a metade de 1942 criaram um poderoso império alemão na Europa e um império japonês no extremo-oriental e no sudeste asiático. As vitórias germânicas entusiasmavam seus simpatizantes na América, estimulavam a mobilização de esforços em apoio à sua causa e tinham que ser levadas em conta pelas autoridades dos países neutros em seus planos para o futuro.

Antes mesmo que a guerra eclodisse, o governo Roosevelt já se convencera de que o conflito teria uma escala global e que envolveria os Estados Unidos. Essa perspectiva levou os estrategistas americanos a ampliar o que consideravam o círculo de segurança do país, que passou a incluir o conjunto da América do Sul, especialmente a “saliência” do Nordeste brasileiro. Assegurar a defesa desse ponto passava a ser matéria vital da segurança norte-americana (leia-se do *sistema de poder emergente*). A formulação de planos globais de defesa hemisférica exigia, para sua

consecução, uma cooperação militar e política em escala continental e, se possível, o alinhamento mais completo das nações latino-americanas à liderança dos Estados Unidos. Para que isso acontecesse, o governo Roosevelt pôs em ação uma ampla ofensiva político-ideológica e econômica para assegurar sua presença no continente.

As *iniciativas político-ideológicas* se corporificaram em programas multilaterais e bilaterais de difusão dos “ideais pan-americanos” e da retomada vigorosa das Conferências Pan-Americanas em torno de um objetivo comum: a defesa hemisférica. Os “ideais pan-americanos” constituíram uma resposta à ideologia nacional-socialista, cujas críticas ao liberalismo, capacidade de mobilização das massas e promessa de uma nova ordem lhe permitira obter grande penetração nas sociedades latino-americanas. O pan-americanismo apelava para a adesão aos ideais republicanos, a lealdade, a democracia como um ideal, a reverência pela liberdade, a aceitação da dignidade do indivíduo e seus direitos pessoais invioláveis, a crença na resolução pacífica das disputas, na soberania dos estados e a justiça sob uma lei internacional.

Embora esses valores pan-americanos não correspondessem à prática política interna de muitas nações latino-americanas ou à relação que mantinham entre si, eles apresentavam certas vantagens sobre as expressões ideológicas nacional-socialistas. Enquanto estas últimas se corporificavam em um partido político organizado dentro das nações americanas, isto é, traduziam de forma *visível* a presença da grande potência estrangeira, o pan-americanismo sublinhava o respeito à soberania nacional e à solidariedade entre as nações. Nesse sentido, o pan-americanismo cumpria à perfeição o papel mediador de ideologia política entre o centro hegemônico e seus aliados potenciais, na medida que transmutava a hegemonia norte-americana em solidariedade e cooperação continentais e permitia à dominação política aparecer como respeito à soberania nacional das repúblicas latino-americanas.

Exatamente por essa função que cumpria, a solidariedade pan-americana não dependia, na prática, da adesão aos princípios democráticos ou mesmo à aceitação de um regime político (a liberal-democracia), mas somente da adesão e fidelidade a um centro hegemônico. Por isso, as autoridades norte-americanas admitiam privadamente que nem todas as nações americanas eram democráticas, mas que as ditaduras latino-americanas eram não só inevitáveis mas talvez a única maneira de obter estabilidade ao sul do Rio Grande.

Essa ofensiva ideológica norte-americana se faz não apenas por intermédio das Conferências Pan-Americanas que se amiudam ao final da década de 30 e início da de 40, mas também através da criação de instituições e agências especializadas em estimular e criar laços de solidariedade. A mais importante dessas criações foi a OCIAA (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs),

dirigido por Nelson Rockefeller e que desenvolveu um programa extraordinariamente complexo de ajuda material, penetração cultural e persuasão ideológica na América Latina⁹.

As iniciativas políticas norte-americanas, tanto na multilateralidade das conferências pan-americanas como na relação bilateral com o governo brasileiro, visam eliminar toda a influência do Eixo, evitar a emergência de um regime nacionalista (tipo Cárdenas, no México) que assumisse uma posição antiamericana e, ao mesmo tempo, ampliar o raio de ação norte-americano na economia, na política, na defesa, nos meios de comunicação e na cultura do Brasil. A documentação britânica testemunha com riqueza de detalhes a ação persuasiva das agências norte-americanas no Brasil, no combate à espionagem, aos investimentos eixistas (e lateralmente aos britânicos também...), à influência germânica nas forças armadas, na imprensa, no rádio, no cinema, etc.

Esse esforço plurifacético visava, em última análise, a um alinhamento completo da política externa brasileira à estratégia geral dos Estados Unidos para o continente. Por isso, desde 1940, em plena vigência da neutralidade brasileira, o governo norte-americano já solicitava ao brasileiro que a) vigiasse os estrangeiros (do Eixo) em seu território e b) concedesse facilidades, tais como o uso de bases aéreas e navais, bem como licença para o estacionamento de tropas americanas em território brasileiro, em caso de necessidade.

O fato de que essas solicitações se davam em plena vigência da neutralidade brasileira significa que os Estados Unidos entendiam e tratavam essa neutralidade apenas em termos do conflito europeu *em curso*, nada tendo que ver com o conflito político *latente* naquele momento (1939-41) entre o Eixo e os Estados Unidos. Desse ponto de vista, a neutralidade brasileira não seria incompatível com o esforço ativo pró-Estados Unidos (que em última análise significava um esforço anti-Eixo). Ela só podia ser pensada pelo governo americano como um recurso tático, à semelhança da *neutralidade* adotada pelos Estados Unidos na mesma época. Para o *sistema de poder* em constituição, as definições dos aliados menores subordinavam-se às necessidades do centro hegemônico. Desde 1939 o governo Roosevelt se preparava para a guerra que se aproximava das Américas. Mas, na estratégia norte-americana que visava ao conjunto das Américas, não havia muito lugar para a ação isolada de forças latino-americanas. Os Estados Unidos se encarregariam da defesa hemisférica, e as demais nações contribuiriam nos termos definidos por aquela estratégia global, que não previa uma participação direta das forças militares latino-americanas no conflito.

O valor estratégico da *aliança* que os Estados Unidos procuravam então estabelecer com seus vizinhos latino-americanos não residia, portanto, em sua contribuição ao *conflito* que o novo sistema de poder iria enfrentar. A aliança, no caso, tinha a ver com a própria constituição do sistema de poder; em outras

palavras, o sistema necessitava estabelecer mecanismos de *controle* do seu conjunto e de cada uma de suas unidades. Por isso, o papel específico atribuído às forças armadas latino-americanas seria o de manter a ordem interna em seus próprios países. Nesse sentido, o estabelecimento de alianças era crucial para o sistema de poder.

A perspectiva dos militares brasileiros não coincidia porém com as formulações estratégicas dos Estados Unidos. Eles consideravam inadmissível a presença de tropas estrangeiras (americanas) em seu território e apenas concordavam em receber ajuda para a construção das bases, desde que fossem operadas por brasileiros. Além disso, como sua perspectiva era de defesa do território, em primeira instância mediante o uso de suas próprias forças, desejavam obter um amplo fornecimento de armas e munições dos Estados Unidos.

As *iniciativas no plano econômico* visavam a integração das economias latino-americanas ao esforço de guerra dos Estados Unidos. Tal integração tomou a forma de política de cooperação econômica. Tratava-se de uma política de caráter bastante conservador, na medida que estimulava velhos padrões de comércio – o interesse americano voltava-se para os materiais estratégicos, cuja produção e exportação os Estados Unidos desejavam maximizar, especialmente a borracha, minério de ferro e outros, como mica, cristais de quartzo, manganês, plantas medicinais etc. Mais do que isso, os Estados Unidos desejavam também o controle exclusivo das compras desses materiais estratégicos, o que lhe daria um poderoso trunfo no esforço de guerra e na construção de seu sistema de poder¹⁰. A mesma intenção de controle pelos representantes americanos no Brasil se manifestava também em outros campos da atividade econômica, como o tratamento dado aos bens do Eixo no Brasil, aos problemas de transporte marítimo, aos mercados brasileiros para bens manufaturados. A definição do Brasil como uma área em que os interesses econômicos norte-americanos tinham “direitos especiais” era fortemente contestada pelos britânicos, que não aceitaram sem protesto essa pretensão, embora pouco pudessem fazer para impedi-la.

A resposta brasileira entre 1941 e 1944 a esse conjunto de iniciativas americanas consistiu na aceitação da proposta de aliança, mediante um processo de negociação, que procurou maximizar os ganhos políticos e econômicos que ela pudesse oferecer. Esse processo de negociação teve seus pontos altos em algumas decisões cruciais: o rompimento de relações com o Eixo (janeiro/42), a declaração de guerra à Alemanha e Itália (agosto/42) e a criação da Força Expedicionária Brasileira (1943/44).

2.a. *O rompimento de relações com o Eixo*

O rompimento de relações diplomáticas com o Eixo coroa um processo de aproximação Brasil-Estados Unidos, mediante tentativas de colaboração político-

militar iniciadas em 1939 e que tomaram impulso em 1941, especialmente a partir do ataque japonês a Pearl Harbour. Naquele ano, Vargas começou a falar mais inequivocamente a linguagem pan-americanista, insistindo ao mesmo tempo no reequipamento econômico e militar do Brasil como condição da colaboração com os Estados Unidos. O apoio brasileiro às propostas norte-americanas à III Conferência dos Chanceleres no Rio em janeiro de 1942 e o rompimento de relações com o Eixo fizeram-se explicitamente em torno dessas duas questões cruciais para o governo brasileiro, como se pode verificar das conversações mantidas pelo subsecretário Sumner Welles, por ocasião da conferência, com as autoridades brasileiras e principalmente com Vargas.

Embora os militares norte-americanos considerassem fora de cogitação o envio de armamento, que escasseava na própria frente de batalha, para suprir as forças armadas brasileiras, a administração Roosevelt acatou as solicitações brasileiras. Em troca, o governo americano obtinha: suprimento de matérias-primas estratégicas, bases aéreas e navais com permissão de estacionamento de suas tropas em território brasileiro e apoio à posição americana no plano internacional. As negociações e a implementação desses acertos foram longas e difíceis, devido às resistências de parte a parte, especialmente de setores militares dos EUA. Até mesmo a assinatura de um acordo político-militar secreto entre os dois países a 23 de maio de 1942 não foi capaz de apagar as suspeitas mútuas: os norte-americanos delongavam a entrega das encomendas militares porque temiam que boa parte da oficialidade brasileira tivesse tendência pró-Eixo. O clima ambíguo durou até agosto daquele ano, quando o afundamento de vários mercantes brasileiros selou o rumo da política brasileira.

A ambigüidade da situação vivida entre janeiro e agosto de 1942 tinha raízes mais profundas que as desavenças entre os militares dos dois lados: ela derivava do fato de que o regime brasileiro, que rompera relações com o Eixo em nome dos ideais pan-americanos, era uma ditadura. Daí que o governo Vargas, que guardava alguns traços de similaridade com governos autoritários do Eixo, tinha que lutar contra os seus agentes e vigiar os seus nacionais em território brasileiro; de outro lado, tendo escolhido o lado das democracias liberais, o governo tinha que impedir a participação política de seus oponentes liberais e de esquerda. Ainda mais, a cooperação aberta, embora limitada com as forças americanas (bases, patrulhas aéreas, etc.), colocava o Brasil como um país quase beligerante e essa situação dava margem a disputas acerbadas no interior do governo, tendo os chefes militares acusado os pró-aliados, especialmente o ministro Aranha, de tentarem arrastar o país à guerra. Diferentes clivagens recortavam o espectro político e tornavam delicados os equilíbrios do poder.

2.b. *A declaração de guerra*

Ironicamente a indefinição foi superada entre 5 e 17 de agosto, quando cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos do Eixo. Explodiu

a indignação popular, com manifestações anti-Eixo em todas as grandes cidades brasileiras, que exigiam alguma medida severa contra os agressores. A pressão popular foi suficientemente forte para mudar as convicções de neutralidade, inclusive dos chefes militares brasileiros que, na reunião decisiva do ministério, apoiaram a declaração de guerra. Observadores diplomáticos notavam que a posição de quase beligerância do Brasil, nos meses anteriores, era desconfortável, já que provocava um tratamento rude por parte do Eixo e não trazia as vantagens do *status* de beligerante.

É certo que a declaração de guerra não resultou de uma pressão dos aliados, antes nasceu da conjuntura política interna. Ao contrário, os aliados tinham boas razões para não desejar que o Brasil entrasse na guerra: o país já estava fazendo tudo o que os aliados lhe haviam designado em seus planos estratégicos. Além disso, a participação efetiva na guerra criaria demandas adicionais (equipamento, assistência técnica, transporte, logística, etc.) sobre os aliados, demandas que estes não gostariam de suprir.

Por outro lado, haveria certas vantagens na declaração de guerra: ela asseguraria uma lealdade mais clara dos chefes militares brasileiros à causa aliada, assim como uma luta mais decidida contra a quinta-coluna; exerceria alguma influência sobre a posição de Portugal no conflito, assim como a da Argentina e do Chile, que ainda não tinham rompido relações diplomáticas com o Eixo. Entre as vantagens e desvantagens da decisão, o governo americano reagiu discretamente, enquanto nos círculos diplomáticos britânicos o desgosto foi evidente.

Para o governo brasileiro, uma vez declarada a guerra, era necessário examinar quais as conseqüências do seu novo *status* de beligerante e que instrumentos eficientes de atuação deveria criar em sua relação com inimigos e aliados. A solução imaginada para esses problemas foi a criação de uma força expedicionária.

2.c. *A Força Expedicionária Brasileira*

A colaboração brasileira com os Estados Unidos durante a guerra não se restringia ao fornecimento de matérias-primas estratégicas e à concessão de facilidades militares para as forças armadas norte-americanas em território brasileiro. Incluíam também a colaboração política, no sentido de apoiar e até mesmo intermediar a política dos Estados Unidos na América Latina. Daí a constância com que Washington falava da “necessidade de manter a boa vontade brasileira” durante a guerra.

A compreensão desse fato permitiu ao governo brasileiro formular planos de ampliação de sua expressão política e militar no continente e fora dele. Gradualmente delineou-se a perspectiva de estabelecer alguma forma, de “pre-

eminência” brasileira na América Latina e, ao mesmo tempo, de assegurar um lugar importante nas futuras conversações de paz, assentando-se à mesa das potências vitoriosas. Um dos elementos indispensáveis para a realização desses objetivos era a existência de uma força militar de porte, bem como sua intervenção na guerra em curso. A solução lógica foi a criação da Força Expedicionária Brasileira.

Do “pensamento à ação” transcorreu um longo período, marcado por resistências veladas e abertas, desde a recusa de Eisenhower à participação brasileira na campanha do norte da África, passando pela resistência dos setores militares americanos quando o Departamento de Estado já dera o “sinal verde” para a participação brasileira, até a resistência encarniçada dos militares britânicos no Estado-Maior aliado, somente vencida em maio de 1944, quando uma divisão da força expedicionária brasileira já estava preparada para viajar. Apesar das dificuldades, a criação e atuação da Força Expedicionária sublinham a capacidade de negociação do governo brasileiro junto ao seu aliado norte-americano em torno de uma demanda surgida exclusivamente de arenas decisórias brasileiras.

Foi porém a última conquista. O país emergiu da guerra como a maior força armada da América Latina, mas não logrou desempenhar nas conferências internacionais para a reorganização do pós-guerra o papel que imaginara para si. A política externa brasileira chegara aos limites possíveis do alinhamento.

3. *Avaliações finais*

A política externa brasileira no período Vargas foi objeto de polêmica recente entre dois brasilianistas¹¹. Um texto bastante representativo desse debate é o artigo de S. Hilton¹², no qual o autor tenta uma avaliação global do governo Vargas, refutando a afirmação de McCann de que os Estados Unidos visavam estabelecer uma hegemonia econômica e política sobre o Brasil. Para tanto, ele alinha, em resumo, os seguintes argumentos:

1. Se aquela afirmação fosse verdadeira, o pesquisador deveria encontrar registros de concessões e sacrifícios do Brasil, em troca de muito pouco por parte dos Estados Unidos.
2. Ao contrário, os arquivos documentam o oportunismo maquiavélico dos líderes brasileiros que tiveram sucesso em trocar um acidente geográfico por concessões econômicas, militares e políticas de Washington.
3. Se a afirmação fosse verdadeira, o historiador deveria descobrir evidência substancial de discussão explícita desse objetivo nas decisões americanas. Mas os arquivos brasileiros, americanos, britânicos e alemães não registram tal evidência.

4. As ações americanas desmentem a tese da dominação. Evidências: os Estados Unidos permitiram a violação do tratado comercial de 1935 o tempo todo;

- os Estados Unidos não usaram pressão econômica e financeira contra o Brasil, não condenaram o golpe de 37 e declinaram da venda de armas ao Brasil;
- os Estados Unidos cultivaram sua boa vontade durante a guerra, com uma variedade de serviços prestados ao Brasil, tendo um cuidado escrupuloso com a soberania brasileira;
- foi a intervenção oficial americana que permitiu Volta Redonda;
- o Brasil encontrou a maior boa vontade por parte das autoridades americanas, por exemplo no caso de matérias-primas para a indústria brasileira e na questão do café;
- a mesma boa vontade se vê na questão militar: os Estados Unidos levaram quase três anos para estacionar tropas no Nordeste do Brasil;
- o Brasil obteve uma posição única entre os latino-americanos, nas conferências do pós-guerra.

A conclusão de Hilton é de que o Brasil obteve ganhos da maior importância, e os Estados Unidos não se aproveitaram da circunstância para impor-se hegemonicamente ao Brasil. Suas análises fundamentam-se em evidências de arquivos e naturalmente na convicção de que os documentos arquivísticos falam por si.

Infelizmente (ou melhor, felizmente!) os documentos não falam por si mesmos; eles apenas registram a “leitura” que os seus autores faziam da realidade que os cercava, a partir de certas perspectivas, valores e visão do mundo, dados pela sociedade em que viviam. É preciso portanto analisar as relações que entre si mantêm os sujeitos da ação (individuais, institucionais, nacionais), com as limitações e liberdades que o seu universo lhes permitia ter, para podermos entender o que “dizem” os documentos de arquivos.

Eles têm que ser lidos criticamente, tanto naquilo que dizem, como naquilo que não dizem. E, a rigor, eles costumam dizer menos a respeito dos “fatos” que registram e muito mais a respeito de *quem* os escreveu e *do porquê* foram escritos. Em outras palavras, a interpretação dos documentos é a primeira e mais importante tarefa do historiador. Eles constituem a matéria-prima de uma *elaboração* que não é alheia a noções teóricas pertinentes ao contexto em que tais documentos foram produzidos.

No período que estamos estudando, por exemplo, embora estivesse se consolidando uma relação assimétrica entre Estados Unidos e América Latina, a

hegemonia do primeiro não se manifestava explicitamente enquanto tal, mas era intermediada por uma *ideologia política* que ressaltava as relações horizontais de perfeita *harmonia* e *igualdade* entre os dois pólos do sistema. Os autores dos documentos de arquivos, em geral funcionários ou agências do Estado, trabalhavam dentro das categorias dadas por aquela ideologia política. Portanto, os documentos oficiais refletem maciçamente a “solidariedade entre as nações”, a “amizade entre os povos”, o “respeito à soberania nacional”, o “pan-americanismo”, a “tradicional amizade entre o Brasil e os Estados Unidos”, acumulando assim as “evidências explícitas”, tão a gosto de Hilton. Apenas são evidências explícitas da ideologia política do sistema e não das relações assimétricas de dominação que se acham por ela encobertas.

Barnet notou com muita razão que em cada século nações poderosas desempenharam seu destino imperial por intermédio de alguma “missão civilizadora”, que levavam para o território de vizinhos mais fracos. Jamais uma nação imperialista explicou seu papel a não ser em termos de responsabilidade, encargos e dádivas para seus aliados e vizinhos¹³. Esta é a mais importante função da ideologia política: encobrir a natureza das relações que existem entre o centro hegemônico e os seus aliados subordinados, mediante formulações que façam convergir os interesses de dominantes e dominados¹⁴. O historiador necessita bem conhecê-la, se quiser entender o que realmente “dizem” os documentos que recolheu com tanto dispêndio de energias.

O *processo de negociação* que presidiu a inserção do Brasil no sistema de poder norte-americano permite melhor compreender o que Hilton atribuiu à “boa vontade dos Estados Unidos” e ao “oportunismo maquiavélico” dos líderes brasileiros. Washington tinha objetivos estratégicos de longo alcance e necessitava “ganhar” a aliança brasileira. O governo brasileiro tinha acumulado capacidade de barganha e, na situação política e estratégica especial em que se encontrava, podia cobrar preços altos por sua colaboração.

Por esse conjunto de circunstâncias:

- Os Estados Unidos permitiram a violação do tratado comercial de 1935 e não pressionaram o Brasil nos anos seguintes, porque já tinham objetivos estratégicos de mais longo prazo em relação ao país;
- Os Estados Unidos não condenaram o golpe de 1937, porque estavam menos interessados na implementação de um regime político e mais na adesão do Brasil ao seu sistema de poder;
- Os Estados Unidos não venderam armas para o Brasil, porque em sua estratégia a defesa hemisférica deveria correr por sua conta e risco exclusivamente, sendo outro papel designado para o Brasil;

- Volta Redonda foi resultado da equidistância pragmática e não da intervenção oficial norte-americana; esta destinou-se a evitar uma mudança de rumo dos brasileiros que fosse desfavorável aos Estados Unidos;
- Na questão das matérias-primas há uma grande dose de recriminações brasileiras em relação à “boa vontade” americana, particularmente na questão do café e da borracha;
- O estacionamento de tropas no Nordeste brasileiro se fez num primeiro momento (fins de 1941) à revelia das autoridades brasileiras, portanto sem um maior “cuidado escrupuloso” com a soberania do país;
- Os Estados Unidos cultivaram a boa vontade do Brasil durante a guerra por causa de sua importância política no concerto das nações latino-americanas e por sua contribuição estratégica (bases e matérias-primas essenciais) e não por um acidente geográfico simplesmente. Por essa razão, o que os Estados Unidos forneceram ao Brasil não foi um “favor” ou “dádiva”, mas o pagamento contratual por benefícios recebidos.
- Terminada a guerra e reduzida aquela importância política e estratégica do Brasil para o sistema de poder norte-americano, o Brasil não obteve a posição especial que imaginava conseguir nas conferências do pós-guerra.

Já se vê que categorias carregadas de valor, tais como “oportunismo maquiavélico”, “boa vontade dos Estados Unidos” etc. não ajudam à compreensão do movimento que ligou os dois países durante o período da guerra. O traço mais significativo do movimento foi a *necessidade de negociação* por parte da grande potência no seu esforço de estabelecer o sistema de poder. Essa necessidade de negociar é que explica *por que os ganhos maiores da política externa brasileira se dão nessa fase de realinhamento à política dos Estados Unidos e não na fase anterior da equidistância pragmática*, como um raciocínio mais simplista poderia supor à primeira vista. Essa aparente contradição tem confundido muito analistas, que no *exame* do período só conseguem perceber um dos lados do movimento: ou os *ganhos brasileiros* ou o estabelecimento da *hegemonia norte-americana*. A presente análise mostra que, embora aparentemente contraditórios, os dois fenômenos são concomitantes e mutuamente condicionados. Na polêmica já citada, S. Hilton vê somente o lado dos *ganhos* brasileiros, enquanto McCann concentra-se no estabelecimento da *hegemonia* dos Estados Unidos. Mas pelo fato de estabelecer-se não por coerção ou pressão, mas mediante negociação, o alinhamento admite e mesmo pressupõe concessões significativas no processo.

Voltemos ao início do nosso trabalho. A desestruturação dos sistemas de poder no período entreguerras abria possibilidades de um movimento mais autônomo para a política externa brasileira: em outras palavras, deixava aberto o

caminho para que a política externa fosse determinada mais diretamente por condicionamentos da *conjuntura interna*. Entretanto a divisão nos centros decisórios brasileiros sobre a melhor aliança para o país no plano externo bloqueava uma iniciativa mais decisiva em qualquer direção. O resultado era a manobra permanente entre as duas grandes potências, ou seja, a *equidistância pragmática*.

Creio serem estes os condicionamentos da política externa brasileira na década de 30 e não categorias do tipo “a ambigüidade de Getúlio Vargas”, “o oportunismo maquiavélico dos dirigentes brasileiros”, “a percepção das elites brasileiras, somadas a um estilo particular de ação”, “a cultura política dos brasileiros”...¹⁵.

A partir de 1941 romperam-se os equilíbrios externos que permitiam a equidistância, ao mesmo tempo que o lançamento dos Estados Unidos na guerra consolidou seu sistema de poder, que tinha na América Latina e no Brasil elementos primordiais. Naquele momento, o peso maior na definição da política externa brasileira recaía nos seus *condicionamentos externos*, a saber, a ampla iniciativa político-ideológica desencadeada pelos Estados Unidos.

Dada uma certa capacidade acumulada de barganha, a política externa brasileira aceita o *alinhamento* aos Estados Unidos mediante a obtenção de certos benefícios políticos e econômicos de porte. Estes não se devem portanto à “boa vontade norte-americana”, mas a uma capacidade real, embora limitada, de negociação por parte do governo brasileiro.

Após 1945, a capacidade de negociação reduziu-se drasticamente, enquanto o sistema de poder norte-americano se consolidava e se cristalizava nos parâmetros da guerra fria. A política externa brasileira entrava numa fase de alinhamento sem compensações. E a rigidez dos sistemas de poder no plano internacional, nos 20 anos que se seguiram ao término da guerra mundial, sufocou as tentativas de autonomia da política externa brasileira entre 1951-54 e 1961-64.

Mas no período que mais diretamente se pode ligar ao movimento de 30, a política externa brasileira participou da *redefinição dos termos da dependência*: a equidistância pragmática, seguida do alinhamento aos Estados Unidos, entreabria para o país as portas de um processo mais avançado de industrialização e o fortalecia militarmente face aos seus vizinhos latino-americanos.

Ficou a lição histórica. E hoje, em plena desarticulação dos dois supersistemas, num mundo muito mais complexo e variado que o da década de 30, novas oportunidades se apresentam para uma política independente. Mas na década de 80 o desafio poderá ser muito mais interessante, caso a resposta não fique por conta apenas de alguns grupos de interesses econômicos e poucas burocracias especializadas, mas surja de um amplo debate no interior da sociedade brasileira.

Apesar da impressão em contrário, também para a política externa, o exercício da democracia é essencial.

Referências

- ABREU, Marcelo P. *Brasil and the world economy 1930-45*. Tese de Doutorado.
- ATKINS, G. P. *Latin America in the international political system*. Nova Iorque, Macmillan, 1977.
- BARNET, Richard. *Intervention & revolution*. Mentor Book. Nova Iorque, 1972.
- BARROS, Jaime de. *A política exterior do Brasil (1930-1942)*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943.
- BETTELHEIM, Charles. *L'Économie allemande sous le nazismes*. 2 vols. Paris, Maspero, 1971.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares & MOURA, Gerson. O Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935 e os interesses industriais brasileiros. *Revista Ciência Política*. Rio de Janeiro, 21:55-73. jan./mar. 1978.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo, Símbolo, 1977.
- HAINES, G.K. Under the eagle's wing: the Franklin Roosevelt Administration forges an American Hemisphere, *Diplomatic History*, vol. 1, nº 4, 1977, pág. 373/4.
- HILTON, Stanley. Brazilian diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II Era. *Hispanic American Historical Review* v. 59: 201-231. Maio/79.
- LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, nº 39/40, 1967.
- LOEWENHEIM, F. L. (Org.) *História e diplomacia*. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1969.
- MACHADO, Mário B. *Political socialization in authoritarian systems: the case of Brazil*. Tese de doutoramento. Chicago, 1975.
- McCann, Frank. Critique of Stanley E. Hilton's "Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'Axis' during the World War II Era". *Hispanic American Historical Review* v. 59(4): 691-700.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência; a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, E.C.B., 1966.
- VALLA, Vitor V. *A penetração norte-americana na economia brasileira 1898-1928*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.

NOTAS

1. Um exemplo modelar é esta passagem de Jaime de Barros: "Nos últimos 12 anos, desde que o país passou pelas profundas transformações revolucionárias iniciadas em 1930 até hoje, para conservar e ilustrar essas tradições da nossa política exterior, procuramos integrá-lo no ritmo atual dos acontecimentos universais" (grifo meu). In *A política exterior (1930-1942)*, p. 307.
2. Em relação às formulações da política externa brasileira, Celso Lafer notou com muita propriedade

que até uma política essencialmente nova como a de Rio Branco foi apropriada de um modo conservador por seus sucessores, que se fixaram na sua *forma* (aproximação aos Estados Unidos) e desprezaram os seus *conteúdos* (a atitude de independência, face às grandes potências, que aquela aproximação significava). In "Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil", *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 39/40. Numa linha semelhante, ver J. Honório, *Interesse nacional e política externa*, cap. 1 e 2. Em relação aos Estados Unidos, um bom exemplo de "sucessão apostólica" é a tentativa de explicações compreensivas de Locwenheim para a história da diplomacia norte-americana, cujas formulações e ações *atuais* são explicadas exclusivamente pelas formulações e ações dos estadistas do *passado*, com as quais guardam perfeita continuidade. In *História e diplomacia*, pp. 13-95.

3. MOURA, Gérson. *Autonomia na dependência*, pp. 37-49.

4. A melhor análise dos condicionantes econômicos da política imperialista do nacional-socialismo encontra-se em Bettelheim, *L'Économie allemande sous le nazisme*, vol. 2, pp. 101-116.

5. ATKINS, G. P. *Latin America in the international political system*, pp. 97-101.

6. O estudo pormenorizado dessa transferência nos 30 anos que antecederam à crise de 1929 encontra-se em Valla, *A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928*.

7. D'Araújo, Maria Celina Soares & Moura, Gérson. O Tratado Comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros. *Revista Ciência Política*. Rio de Janeiro, 21: 55-73 jan./mar. 1978.

8. Examinei detalhadamente esses episódios no livro *Autonomia na dependência*, capítulos 3 e 4.

8a. Veja-se por exemplo o livro de R. Gambini, *O duplo jogo de Getúlio Vargas*, construído nessa perspectiva.

9. Uma excelente análise dos objetivos, recursos e raio de ação do OCIAA pode ser encontrada em Haines, G.K. "Under the eagle's wing: The Franklin Roosevelt Administration forges an American Hemisphere" *Diplomatic History*, vol. 1, nº 4, Fall 1977, pp. 373/4.

10. As relações econômicas entre os dois países nesse período foram analisadas por Marcelo P. Abreu em sua tese *Brazil and the world economy, 1930-45*.

11. Polêmica travada na *Hispanic American Historical Review*, v. 59 nº 2 maio/1979 e nº 4 nov./1979. Ver também *Diplomatic History*, vol. 3 nº 1. 1979.

12. Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II Era. *Hispanic American Historical Review* v. 59. nº 2. maio/1979.

13. Barnet, R. *Intervention & revolution*, p. 24.

14. O conceito de *ideologia política*, utilizado nesse trabalho, foi desenvolvido por Mário Machado em *Political socialization in authoritarian systems: the case of Brazil*, pp. 21-27.

15. Critiquei mais extensamente a construção duvidosa e a má aplicação de categorias psicologistas e culturalistas, utilizadas amiúde no estudo da política externa brasileira, em *Autonomia na dependência*, pp. 32-37.

A AMÉRICA LATINA EM DEPRESSÃO: 1929/1939

Carlos Dias Alejandro

1 – *Introdução*

Os anos 30 são considerados de modo geral como um ponto crítico no desenvolvimento da América Latina: assinalam a aceleração da industrialização através da substituição de importações e de uma política pública abertamente comprometida com o crescimento e outros objetivos sociais. O contraste entre “antes e depois de 1929” é freqüentemente exagerado, mas não há dúvida de que os acontecimentos dos anos 30 influenciaram profundamente as atitudes da região para com o comércio externo e as finanças. Tem sido geralmente reconhecido que vários países latino-americanos apresentaram um desempenho “razoavelmente bom” durante a Grande Depressão deste século, com diversas hipóteses sendo levantadas para explicar esse comportamento. A mais brilhante talvez seja a de Andre Gunder Frank, argumentando que os anos 30 na América Latina demonstram que, ao contrário da ortodoxia neoclássica, a Periferia somente se industrializa e prospera quando o Centro está fraco e é incapaz de manter seu domínio imperial, que reforça o subdesenvolvimento¹. Também influenciado pela experiência latino-americana durante as guerras mundiais e depressões, Albert O. Hirschman havia assinalado anteriormente que as flutuações nas receitas de divisas dos países menos desenvolvidos podem colocar em movimento alguns valiosos mecanismos de desenvolvimento². Alexander Kafka refere-se à Grande Depressão como um exemplo de desequilíbrio promotor de crescimento em algumas circunstâncias latino-americanas; de maneira semelhante a Hirschman, ele conjecturou que há um grau ótimo de choque adverso, sem implicar que um choque adverso seja melhor que um favorável³.

No que segue será documentada, em primeiro lugar, a magnitude do choque da Grande Depressão sobre a América Latina; em segundo, examinam-se as políticas adotadas para lidar com a crise; e, em seguida, será examinado o desempenho de várias economias latino-americanas, analisando-se também o sentido em que elas atuaram razoavelmente bem. Observações diversas concluirão o artigo.

Vistos de fora, os países latino-americanos podem apresentar o mesmo aspecto, mas a região, mesmo no final dos anos 20, abrangia uma variedade de economias abertas, algumas menos abertas e mais industrializadas. Na verdade, os anos 30 presenciaram diferentes respostas econômicas, que podem ser divididas

entre as de economias pequenas ou passivas e as de economias grandes ou ativas. Embora a documentação estatística para os países passivos seja mais escassa do que para os ativos, esse ponto tipológico será importante ao longo deste trabalho.

2 – *Choques*

Para um bom número de exportadores de produtos primários, os últimos anos da década de 20 foram difíceis⁴, mas no todo é útil considerar essa época como um período de razoável equilíbrio no balanço de pagamentos dos principais países latino-americanos. Como uma série de violentos choques externos em 1929/33, rompeu esse equilíbrio, grande parte da história econômica dos anos 30 pode ser escrita em torno de tentativas para ajustar o balanço de pagamentos e, portanto, a economia interna às novas condições externas.

O colapso da economia mundial em 1929/33 foi transmitido à América Latina, antes de tudo, por uma brusca alteração nos preços relativos: os preços das exportações em dólares caíram mais acentuadamente do que os das importações nessa moeda. Como se pode ver no item A da Tabela 1, em quatro anos os termos de troca caíram de 21 a 45% em países para os quais se dispõe de dados comparáveis⁵. Note-se que, para um país com uma proporção de 30% de exportações no PNB, uma deterioração de 30% nos termos de troca representaria uma perda de 9% na renda real, supondo-se que a produção física não se tenha alterado. Como uma primeira aproximação, a deterioração dos termos de troca em 1929/33, bem como sua posterior evolução nos anos 30, pode ser encarada como, em princípio exógena às economias latino-americanas⁶.

Com exceção do caso extraordinário do Chile, nos países apresentados na Tabela 1 a contração no *quantum* das exportações em 1929/33 foi substancialmente menor do que a deterioração nos termos de troca. No final dos anos 30, o *quantum* das exportações de vários países ultrapassou o nível de 1928/29, mas na maioria dos países os termos de troca em 1938/39 continuaram abaixo das magnitudes registradas antes da Depressão. As exportações latino-americanas consistiam predominantemente em produtos agrícolas e minérios, com os primeiros apresentando uma elasticidade-preço da oferta menor do que os últimos; alguns produtos rurais, tais como café e produtos de origem animal, também seguiram ciclos de produção *sui generis* baseados em suas características produtivas. As condições da demanda externa não eram uniformemente negativas para todos os produtos primários, particularmente no final dos anos 30; o algodão brasileiro, o milho argentino e o ouro peruano são exemplos de produtos básicos favorecidos. Essa loteria de mercadorias naturalmente influenciou o ritmo da recuperação.

Tabela 1

Indicadores de comércio externo de alguns países latino-americanos (1928/29 = 100)

	1932/33	1938/39
A – Termos de troca		
Argentina	69	98
Brasil	62	43
Colômbia	63	57
Chile	59	60
Equador	72	56
El Salvador	55	50
México	63	124
Venezuela	79	47
B – <i>Quantum</i> de Exportações		
Argentina	85	70
Brasil	93	162
Colômbia	100	132
Chile	36	87
Equador	78	109
El Salvador	96	115
México	60	49
Venezuela	91	145
Peru	82	108

FONTES: Dados básicos obtidos em ONU, *América Latina: Relación de Precios del Intercambio*, Cuadernos de la CEPAL, (Santiago, Chile, 1976). Os termos de troca são definidos como um índice dos valores unitários em dólares das exportações para os valores unitários em dólares das importações.

As Tabelas 2 e 3 apresentam a evolução anual do poder aquisitivo das exportações, definido como os termos de troca multiplicados pelo *quantum* das exportações; essas tabelas também incluem estimativas para Cuba. Após atingir o nível mais baixo em 1932 ou 1933, a recuperação teve início, culminando em 1936 ou 1937, após o que ocorreu uma nova recaída. No final dos anos 30, o poder aquisitivo das exportações continuava entre 20 e 50% abaixo dos níveis de 1929.

A crise abalou o balanço de pagamentos também através da conta de capital. Após 1930, os influxos brutos de capital diminuíram acentuadamente. Além do mais, com os preços em dólares das exportações caindo inesperadamente em cerca de 60%, os serviços das dívidas aumentaram em termos reais, comprimindo a capacidade de importação além do que indica a Tabela 2. Portanto, entre 1929 e 1932/33, o *quantum* das importações caiu mais do que o poder aquisitivo das exportações, conforme se vê na Tabela 3 (com exceção do México). Em 1934, todos

os países, com exceção da Argentina, suspenderam o serviço normal da dívida nacional externa. Via de regra, o volume de importações se recuperou muito mais rapidamente do que o poder aquisitivo das exportações. O capital da carteira de investimentos privados não desempenhou um papel importante nas contas externas dos países latino-americanos até os anos 60.

Durante os anos 20, críticas da ortodoxia pró-comércio prevalecente na América Latina indicaram sinais de crescente protecionismo no Centro. Na Grã-Bretanha, preferências imperiais eram defendidas por grupos influentes; nos Estados Unidos, a eleição presidencial de 1928 foi acompanhada de um surto protecionista. Essas tendências culminaram com a aprovação da tarifa Smoot-Hawley em 1930, o British Abnormal Importations Act de 1931 e as preferências da Ottawa Commonwealth em 1932. A Periferia latino-americana, que não havia sido consultada com relação a essas medidas, não sabia o que fazer. Um autor norte-americano, escrevendo em 1935 sobre os países do cone sul da América Latina, descreve a situação da seguinte maneira:

“As barreiras comerciais erigidas na Europa e nos Estados Unidos contra produtos agrícolas e matérias-primas colocaram esses países à frente do declínio do comércio externo... As tendências nacionalistas não são dominantes nesses países. Os líderes nacionais reconhecem plenamente o desejo de um volume maciço de comércio. A auto-suficiência nacional foi cada vez mais forçada nesses países pelas políticas governamentais dos Estados Unidos e das nações européias”⁷.

Tabela 2

Poder aquisitivo das exportações – 1928/39
(1929 = 100)

	Argentina	Brasil	Colômbia	Cuba	Chile	Equador	El Salvador	México	Peru	Venezuela
1928	110	97	111	101	91	114	110	94	—	74
1929	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1930	67	67	82	68	62	91	60	63	66	110
1931	69	62	80	57	41	64	67	49	48	71
1932	65	54	72	43	16	68	40	35	43	74
1933	58	59	63	45	25	50	77	39	52	48
1934	74	70	85	50	38	82	67	56	71	61
1935	78	71	73	56	42	64	57	68	79	39
1936	86	77	83	67	47	77	60	62	80	55
1937	115	75	85	75	73	73	83	69	82	58
1938	68	67	79	64	48	64	53	67	68	58
1939	76	71	80	67	51	68	70	52	70	58

FONTES: Como na Tabela 1. O poder aquisitivo das exportações cubanas foi obtido dividindo-se os índices do valor das exportações a preços correntes pelo índice de preços por atacado dos Estados Unidos. Dados básicos do Ministério de Hacienda, Dirección General de Estadística, *Resúmenes Estadísticos Seleccionados* (Havana, 1959), p. 25; e U.S. Department of Commerce, *Statistical Abstract of the United States* (Washington, D. C., 1965), p. 356.

Tabela 3

*Comparação entre poder aquisitivo das exportações (A) e quantum das importações (B)
(1929 = 100)*

		1928/29	1930/31	1932/33	1934/35/36	1937/38/39
Argentina	(A)	105	68	62	79	86
	(B)	98	75	49	59	74
Brasil	(A)	99	65	57	73	71
	(B)	100	49	44	60	72
Colômbia	(A)	106	81	68	80	81
	(B)	109	49	44	70	93
Cuba	(A)	101	63	44	58	69
	(B)	99	66	32	51	62
Chile	(A)	96	52	21	42	57
	(B)	90	70	18	35	49
Equador	(A)	107	78	59	74	68
	(B)	100	67	43	76	77
El Salvador	(A)	105	64	59	61	69
	(B)	95	50	45	55	54
México	(A)	97	56	37	62	63
	(B)	94	61	42	60	73
Peru	(A)	100 ^a	57	48	77	73
	(B)	100 ^a	62	39	78	88
Venezuela	(A)	87	91	61	52	58
	(B)	90	57	35	31	55

FONTES: As mesmas da Tabela 2.

^a Refere-se apenas a 1929.

O surgimento de um Centro protecionista e nacionalista constitui talvez o maior choque para as economias latino-americanas no início dos anos 30. A lembrança dessa traição a Ricardo duraria mais tempo na Periferia do que no Centro.

3 – Políticas

Uma descrição *ex-post* das medidas adotadas por um grupo de países latino-americanos no início dos anos 30 corre o risco de atribuir à “Política Autônoma” uma série de improvisações mais ou menos forçadas pelas circunstâncias. Mas nem todos os países estavam em condições de improvisar. Os maiores, como Argentina, Brasil, Colômbia e México, estavam à frente da experimentação. Os países menores, tais como Guatemala, Haiti e República Dominicana, pouco

fizeram além de esperar pela recuperação comandada pelas exportações. No meio há um contraste interessante entre Cuba, que foi arrastada pela crise tão certamente quanto o Mississippi, o Chile e Uruguai, que, apesar, de seu tamanho reduzido, se desvincularam da ortodoxia do padrão de câmbio ouro-divisas e livre-comércio.

Infelizmente, os dados sobre esses anos são escassos, particularmente no tocante aos países pequenos ou passivos. Contudo, há bastante informação para documentar várias das medidas adotadas pelos países grandes ou ativos.

No final de 1931, as nações ativas estavam experimentando, no balanço de pagamentos, medidas anteriormente consideradas como heterodoxas⁸. Com o abandono do padrão-ouro, as taxas de câmbio foram depreciadas, particularmente as aplicadas às importações. A Tabela 4 apresenta os índices dessas taxas de câmbio, definidas como unidades de moeda local por dólar americano. As taxas foram deflacionadas pelo índice do custo de vida de cada país (ou outro índice geral disponível) em relação ao índice do custo de vida nos Estados Unidos. As depreciações reais com relação ao dólar nos países mencionados vão de 36 a 87%. A tendência da depreciação parece não ter sido afetada pelo fato de o país estar-se orientando politicamente para a Esquerda (México, Colômbia) ou para a Direita (Argentina, Uruguai).

Conforme se deduz da Tabela 5, a maior parte da oscilação nas taxas reais de câmbio das importações é devida a depreciações nominais, que tiveram um efeito surpreendentemente reduzido sobre os níveis dos preços. No entanto, em todos os países apresentados os índices de preços em 1935/39 foram mais elevados do que nos Estados Unidos.

Pode-se conjecturar que nos países passivos não ocorreu essa depreciação real das taxas de câmbio das importações. Alguns desses países (Cuba, Panamá) não possuíam um Banco Central, enquanto outros (Guatemala, Haiti) mantiveram sua medida para o dólar durante a crise e, em geral, continuaram comprometidos com as regras do padrão de câmbio ouro-divisas.

A desvalorização real do peso argentino durante os anos 30 pode ser documentada de modo mais completo a partir de três ângulos adicionais: utilizando outros deflatores, com relação à libra e para a taxa de exportações. A Tabela 6 apresenta esses cálculos. Pode-se notar que a depreciação real é menor quando os índices de preços por atacado são utilizados como deflatores, o que não surpreende se considerarmos o peso maior dos bens comercializáveis nesse índice em contraste com os índices de custo de vida. Em 1930/33, a depreciação é maior quanto ao dólar do que em relação à libra; nos anos posteriores essa situação se inverte quando os índices do custo de vida são utilizados como deflatores. Após 1933, surge um hiato entre as taxas de importação e exportação, mas o fato mais

marcante, à luz de experiência posterior, é que a taxa real média das exportações não aumentou, apesar das más condições do mercado mundial. Impostos especiais e acordos comerciais tornaram-se comuns para as exportações tradicionais, mas a manutenção de uma razoável taxa de câmbio real das exportações abriu caminho para novas exportações não-tradicionais quando as circunstâncias externas o permitiram.

Tabela 4

Taxas médias reais de câmbio das importações
(1929 = 100)

	1925/29	1930/34	1935/39
Argentina	101,5	137,2	133,2
Brasil	100,2	173,2	186,0
Chile	100,5 ^a	186,7	175,3
Colômbia	98,8	145,6	158,6
México	103,0	136,4	140,0
Peru	98,6 ^b	153,8	153,1
Uruguai	101,3	155,8	160,3

FONTESE MÉTODO: Para as definições, ver o texto. Os dados básicos foram obtidos nos anuários da Liga das Nações e em fontes nacionais.

^a Refere-se apenas a 1928 e 1929.

^b Refere-se apenas a 1926, 1927, 1928 e 1929.

Tabela 5

Índices de custo de vida
(1929 = 100)

	1925/29	1930/34	1935/39
Argentina	100,8	86,4	89,8
Brasil	96,9	74,5	94,0
Chile	99,2 ^a	112,1	155,5
Colômbia	101,4	65,9	90,3
México	95,7	87,1	111,4
Peru	106,6 ^b	87,9	93,3
Uruguai	98,7	96,7	98,2
Estados Unidos	101,4	83,9	81,6

FONTES E MÉTODO: Ver Tabela 4.

^a Refere-se apenas a 1928 e 1929.

^b Refere-se apenas a 1926, 1927, 1928 e 1929.

Tabela 6

Taxas reais médias de câmbio da Argentina – 1925/39
(1929 = 100)

	Dólar				Libra			
	Custo de Vida		Preços por Atacado		Custo de Vida		Preços por Atacado	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações
1925/29		101,6		99,5 ^a		102,3		101,5 ^a
1930/33		135,1		112,9		126,7		100,7
1934/36	139,7	124,2	117,9	105,0	160,7	143,1	115,8	103,1
1937/39	131,3	120,0	109,2	100,4	147,6	135,4	113,1	103,9

FONTE: Carlos F. Díaz Alejandro, *op. cit.*, Tabelas 1 e 2.

^a Refere-se apenas a 1926/29.

As desvalorizações na taxa de câmbio não foram as únicas medidas adotadas pelos países ativos para restaurar o equilíbrio no balanço de pagamentos: houve também aumento das tarifas, controles cambiais e sobre as importações e, conforme assinalado no caso da Argentina, taxas de câmbio múltiplas. Ao contrário do que ocorreu no final dos anos 40 e durante os 50, as políticas cambiais e protecionistas se reforçaram mutuamente como mecanismos de contenção das importações. Na verdade, em meados dos anos 30 pode ter havido em muitos dos países ativos uma certa redundância nessa formidável bateria de medidas; P.T. Ellsworth levantou esse ponto em seu valioso estudo do Chile em depressão⁹. No caso colombiano, David S. C. Chu argumentou que a maior parte das alterações registradas entre 1927 e 1936 no preço dos produtos manufaturados não-tradicionais importados foi devida à desvalorização do peso e não aos aumentos das tarifas¹⁰. Isso não invalida o fato de que, para algumas indústrias, os reforços na proteção efetiva desempenharam um importante papel estimulante; exemplos na Colômbia incluem cimento, sabão e fibras têxteis.

Parece que os países pequenos e passivos eram tão impotentes com relação à proteção quanto com respeito à manipulação da taxa de câmbio. Cuba realmente reduziu as tarifas em 1934, anulando grande parte do efeito protecionista do Tariff Act de 1927. Essa ação foi empreendida como parte do Tratado de Reciprocidade firmado em 1934 com os Estados Unidos. Estes reduziram as tarifas sobre 35 produtos cubanos, enquanto Cuba aceitou reduções em 426 itens. O Jones-Costigan Sugar Act de 1934 impôs cotas às importações de Cuba, mas estabeleceu um ágio sobre o preço prevalecente no mercado mundial para garantir as entregas e proteger os produtores dos Estados Unidos. A parcela cubana do mercado de açúcar nos Estados Unidos era de 52% durante 1926/30, caindo para 29% em 1935/39. A parcela dos Estados Unidos no total das importações cubanas aumentou de 60% em 1926/30 para 68% em 1935/39¹¹. Até mesmo países maiores foram pressionados para revogar alguns dos aumentos efetuados anteriormente em suas tarifas; com a ameaça das preferências da Commonwealth e das cotas de importação de carne, o Reino Unido obteve concessões tarifárias da Argentina sob o controvertido Tratado Roca-Runciman, assinado em 1933. As receitas tarifárias da Argentina, expressas como percentagem do valor das importações de mercadorias, que haviam aumentado de 17% em 1929 para 29% em 1933, caíram para 22-23% nos anos subseqüentes¹². Por outro lado, vários países latino-americanos enfrentaram a concorrência do Japão nos têxteis com um uso vigoroso de taxas e cotas de importação.

O abandono da conversibilidade estancou o declínio nas ofertas de moeda que ocorreram até mesmo em países ativos durante os estágios iniciais da crise. No final dos anos 30, as ofertas de moeda em países ativos ultrapassaram os níveis de 1929. A Tabela 7 contrasta o caso cubano, onde a oferta de moeda diminuiu cerca de 40%, com os da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. As taxas de juros em 1935/39 eram mais baixas do que as do final dos anos 20. Na Argentina, por exemplo, as taxas de juros sobre depósitos à vista de 90 dias eram de 6% no final de

1929, baixaram para a média de 4,3% em 1930/32 e oscilaram entre 2 e 3% no restante da década.

Tem havido alguma controvérsia quanto a se no início dos anos 30 os países ativos adotaram políticas fiscais que poderiam ser caracterizadas como “keynesianismo antes de Keynes”. O debate tem sido mais vigoroso com relação ao Brasil, e se concentra na magnitude dos *deficits* fiscais planejados e seu financiamento. Em seu trabalho pioneiro, Celso Furtado argumenta que os programas de sustentação do preço interno do café levaram a *deficits* fiscais com um efeito expansionista sobre a demanda agregada. Pesquisas posteriores assinalaram que grande parte dessa despesa foi financiada ou por novos impostos ou por empréstimos tomados no exterior¹³. Agora parece que no Brasil, bem como em outros países, as autoridades continuaram em geral comprometidas com a ortodoxia fiscal, certamente no início dos anos 30. Ocorreram grandes *deficits* fiscais, financiados por criação de moeda, mas resultaram de circunstâncias políticas incomuns, tais como a revolução paulista em 1932, distúrbios políticos no Chile no final de 1931 e em 1932 (incluindo um governo socialista de curta duração), a guerra entre Peru e Bolívia sobre Letícia em 1932 e a II Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai, também em 1932. Em alguns países, a ortodoxia fiscal foi fortalecida por lembranças das grandes obras públicas realizadas e o financiamento do *deficit* durante os anos 20 por governos corruptos, tais como as ditaduras de Leguia no Peru e Machado em Cuba.

Tabela 7
Oferta de moeda nominal
(1929 = 100)

	1925/29	1930/34	1935/39
Argentina	100,0	90,6	110,8
Brasil	91,9	108,8	175,0
Uruguai	90,7	103,2	130,4
Chile	97,8 ^a	109,0	213,4
Colômbia	111,0	92,6	159,0
México	86,1	97,1	211,2
Cuba	107,6	56,7	60,9
Estados Unidos	98,5	83,0	117,0

FONTE E MÉTODO: Dados sobre Cuba: Henry C. Wallich, *Monetary Problems of an Export Economy: The Cuban Experience 1914-1917* (Cambridge: Harvard University Press, 1950), pp. 38-76 e 152. Dados sobre o Chile: P. T. Ellsworth, *op. cit.*, p. 171. Dados sobre os Estados Unidos: Milton Friedman e Anna Jacobson Schwartz, *A Monetary History of the United States 1867-1960* (Princeton: Princeton University Press, 1963), Apêndice A, Tabela A-1. Dados sobre o México: Leopoldo Solís, *La Realidad Económica Mexicana: Retrovisión y Perspectivas* (México: Siglo XX, 1970), pp. 104-105. Dados sobre os demais países: fontes nacionais. Os dados referem-se a ofertas de moeda no final do ano. As definições de estoque de moeda variam ligeiramente de país para país; as definições aproximam-se mais de M.

^a Refere-se apenas a 1926, 1927, 1928 e 1929.

^b Refere-se apenas a 1928 e 1929.

Embora haja pouca evidência de que o excedente fiscal de pleno emprego tenha sido reduzido para manter a demanda agregada, parece que na maioria dos países ativos os gastos públicos foram menos reduzidos, ou se expandiram mais, do que os gastos privados. A parcela do governo no PNB aumentou em todos os países ativos durante os anos 30. No lado da receita, houve mudanças importantes, tendo diminuído a parcela dos impostos alfandegários, como se pode ver nos seguintes dados sobre a Argentina e o Brasil¹⁴:

Receitas orçamentárias como percentagem do total de receitas correntes

	Argentina	Brasil
1925/29	58	51
1930/34	44	43
1935/39	33	42

Tanto o Brasil quanto a Argentina registraram uma expansão marcante nas receitas públicas correntes não-alfandegárias, que em 1932 (Argentina) e 1933 (Brasil) ultrapassaram os níveis atingidos em 1929, a preços correntes.

Pode-se conjecturar que a política fiscal em países ativos exerceu pelo menos um modesto efeito multiplicador de orçamento equilibrado, de efeito expansionista, sobre a demanda agregada no início dos anos 30. Na segunda metade da década, tal efeito foi reforçado por um cauteloso aumento nos *deficits* financiados internamente, processo este encorajado por políticas de moeda barata, cada vez mais confiantes, isoladas do resto do mundo por controles cambiais.

A crescente parcela dos gastos públicos no PNB não teve apenas um significado keynesiano. Os governos assumiram o compromisso de promover tanto o crescimento quanto uma transformação estrutural. A administração de Lázaro Cardenas (1934/40), por exemplo, acelerou o programa de reforma agrária da Revolução Mexicana e, em 1938, nacionalizou a indústria petrolífera. As funções reguladoras do governo se expandiram; os anos 30 testemunharam também o fortalecimento e acriação de instituições públicas destinadas a conceder crédito a médio e longo prazos, embora o envolvimento público em grande escala no crédito industrial só tenha ocorrido nos anos 40. Numa conjectura interessante, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto argumentaram que, em países nos quais a economia de exportação era controlada por grupos nacionais que conseguiram formar um importante setor industrial antes da crise, as políticas internas abrangiam um elenco de medidas favoráveis à iniciativa privada, ao passo que em países nos quais as exportações eram controladas principalmente por capital estrangeiro o Estado assumiu um papel mais ativo após a crise em relação à iniciativa privada. Mas o setor privado não estava excluído das economias nas quais a participação do Estado era preponderante, nem o setor público esteve

ausente nos estágios iniciais da industrialização através da substituição de importações, mesmo em países de tradição liberal¹⁵.

Os governos e a opinião pública demonstraram um interesse mais forte em aumentar a parcela nacional no valor adicionado em atividades controladas por capital estrangeiro; essas empresas foram também submetidas a exame e supervisão mais rigorosos por parte dos países hospedeiros. Algumas atividades tradicionais de exportação registraram um aumento na parcela relativa aos capitalistas nacionais; esse foi o caso, por exemplo, do açúcar cubano.

Podemos agora resumir os mecanismos (automáticos e induzidos por políticas) de ajustamento acionados pelos choques exógenos que a América Latina sofreu em 1929/33. O nível mais elevado do preço internacional dos produtos manufaturados em relação ao dos produtos primários, que se esperava fosse continuar no previsível futuro, por si só encorajou a expansão da indústria de transformação dirigida para o mercado interno à custa das atividades rurais. Mas, além dos produtos manufaturados importáveis e dos produtos primários exportáveis, a economia latino-americana dos anos 30 apresentava uma terceira categoria de bens, que podem ser chamados de não-comercializados. Seja qual fosse a política da taxa cambial adotada, um país pequeno sujeito a um agravamento exógeno em seus termos de troca internacionais presenciaria a *longo prazo* um declínio no preço de seus bens não-comercializados com relação aos preços dos bens importáveis, encorajando ainda mais a remoção de recursos para o setor de competição com as importações. Sob um padrão cambial ouro-divisas, com taxas fixas e dado o declínio dos preços internacionais das importações e exportações, os preços dos produtos não-comercializados terão um longo trajeto descendente; tal deflação provavelmente será prolongada e difícil. Países desejosos e capazes de desvalorizar sua taxa de câmbio podem mover-se rapidamente na direção da nova constelação de preços relativos, limitando a deflação de preços e a deflação monetária. Isso é o que os países ativos da América Latina conseguiram fazer no mais tardar em 1931, ao passo que os países passivos deixaram que a deflação dos preços e da moeda seguisse seu curso. As taxas de câmbio reais mostradas na Tabela 4 podem ser consideradas como *proxies* para o preço interno dos bens importáveis com relação ao preço dos bens não-comercializados. É apenas uma *proxy* porque não leva em consideração os incrementos na proteção devidos ou a tarifas ou a restrições quantitativas, utilizando o custo de vida nos Estados Unidos como um indicador dos preços internacionais dos bens importáveis. Enquanto a não inclusão da proteção subestima o aumento no preço relativo dos importáveis, a segunda consideração provavelmente levará a uma sobreestimação.

Os responsáveis pelas decisões políticas que autorizaram *deficits* orçamentários, abandonaram o padrão-ouro e permitiram a depreciação da taxa cambial assim o fizeram, em geral, movidos por instintos de sobrevivência e não inspirados

por trabalhos de economistas, mortos ou vivos. Mas em alguns países a estrutura institucional era compatível com essas ações, enquanto em outros não.

4 – *Desempenho*

Os anos 30 incluem-se na era anterior às contas nacionais. A Tabela 8 apresenta as estimativas *ex-post* disponíveis para o crescimento do PIB durante os anos 30 e 40. Os quatro maiores países latino-americanos (Argentina, Brasil, Colômbia e México) registraram taxas de crescimento superiores às do Canadá e Estados Unidos nos anos 30. Contudo, nem o crescimento absoluto do PIB nos anos 30 nem seu nível em relação ao crescimento atingido durante os anos 40 são marcantes. Nos casos da Argentina e Colômbia, o PIB parece ter-se expandido durante os anos 20 a taxas certamente mais rápidas do que as apresentadas nos anos 30. No caso do Brasil, a principal fonte utilizada na Tabela 8 indica uma taxa anual de crescimento do PIB marginalmente maior em 1920/29 do que em 1929/39; no do México acontece o oposto, comparando-se 1921/29 com 1929/39.

Mensurações do PIB não levam em consideração perdas na renda real devidas à deterioração dos termos de troca. Se estas forem consideradas, o desempenho agregado da América Latina durante os anos 30 parecerá pior em relação aos da região nos anos 20 e 40, bem como em comparação com países industrializados durante os anos 30.

A Tabela 9 subdivide a evolução do PIB em quatro períodos plausíveis: crise (1929/33), recuperação (1933/39), guerra (1939/45) e pós-guerra (1945/49). Pode-se argumentar que em vários países latino-americanos a recuperação teve início antes de 1933; contudo, os dados não justificam muita preocupação com pontos críticos neste estágio. A Tabela 8 indica que nos quatro maiores países latino-americanos nem a crise nem a recuperação foram tão acentuadas quanto no Canadá e Estados Unidos. Deve-se ter em mente que o valor adicionado em atividades rurais supria uma grande parcela do PIB nessa época; mesmo na Argentina, país com maior renda *per capita*, as atividades rurais eram responsáveis por cerca de 1/4 do PIB em 1929, segundo a principal fonte utilizada nas Tabelas 8 e 9.

O desempenho econômico durante os anos 30, pelo menos nos maiores países latino-americanos, parece mais impressionante quando a atenção é focalizada no setor manufatureiro. Enquanto o crescimento da indústria de transformação durante os anos 40 excedeu o dos anos 30 na maioria dos países, como mostra a Tabela 10, as taxas de crescimento na América Latina ultrapassam claramente as do Canadá e Estados Unidos nos anos 30¹⁶. No caso importante do Brasil, o crescimento da indústria de transformação durante os anos 30 foi significativamente maior do que durante os anos 20 (não demonstrado); a industrialização colombiana nos anos 30 não deve ter ficado muito atrás do ritmo dos anos 20, se é que ficou.

Tabela 8

PIB real a custo de fatores (taxas percentuais médias anuais de variação)

	1929/39	1939/49
Argentina	1,6	3,0
Brasil	3,0	3,8
Chile	0	3,3 ^a
Colômbia	3,8	3,7
Honduras	1,0	3,8
México	2,1	5,9
Uruguai	1,0 ^b	3,4
Estados Unidos ^c	0,3	4,5
Canadá ^d	0,5	5,5

FONTES: Dados básicos sobre Argentina, Brasil, Chile (1940/49), Colômbia, Honduras, México e Uruguai (1939/49): ONU, *Séries Históricas del Crecimiento de América Latina*, Cuadernos de la CEPAL, (Santiago, Chile, 1978). Dados básicos sobre o Uruguai (1930/39): Júlio Millet, Carlos Silva e Linder Silva, *El Desarrollo Industrial del Uruguay: De la Crisis de 1929 a la Posguerra* (Montevideu: Universidad de la República, Instituto de Economía, 1972), p. 251, Quadro 23. Dados básicos sobre os Estados Unidos: Council of Economic Advisers, *Economic Report of the President* (Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1974). Dados básicos sobre o Canadá: M.C. Urquhart e K. A. H. Buckley (orgs.), *Historical Statistics of Canada* (Cambridge University Press, 1965), pp. 132 e 475. Os dados básicos sobre o Chile (1929/40) referem-se a um índice da produção "agregada", calculado para cinco setores básicos que, durante 1950/57, proporcionaram cerca de metade do PNB chileno. Ver Mario A. Ballesteros e Tom E. Davis, "The Growth of Output and Employment in Basic Sectors of the Chilean Economy, 1908-1957", in *Economic Development and Cultural Change*, vol. XL, nº 2, Parte I (janeiro de 1963), pp. 152-177.

^a Refere-se a 1929/40.

^b Refere-se a 1940/49.

^c Refere-se a 1930/39.

^d Refere-se ao PNB.

É aceito de modo geral que a indústria de transformação na América Latina antes de 1929 cresceu *pari passu* com o resto da economia, basicamente orientada para exportação. Fora um protecionismo moderado, a política pública pouco se desviou de uma atitude neutra em relação à indústria. Importantes segmentos da indústria de transformação baseavam-se diretamente na exportação de produtos primários (poucos) processados; os exemplos incluem frigoríficos no rio da Prata e usinas de açúcar em diversos países. O crescimento da indústria de transformação durante a fase de recuperação dos anos 30 baseou-se principalmente na substituição de importações. Uma comparação entre os dados das Tabelas 11 e 9 demonstra que a expansão da indústria de transformação ultrapassou em muito a do PIB em 1933/39; note-se que isso não ocorreu no Canadá nem nos Estados Unidos. Também em contraste com esses dois países industrializados, o crescimento do setor manufatureiro em 1933/39, na maioria dos países latino-americanos apresentados na Tabela 11, ultrapassou o nível atingido durante a guerra.

Tabela 9

PIB real, a custo de fatores (variações percentuais totais)

	(Em %)			
	1929/33	1933/39	1939/45	1945/49
Argentina	9,7	29,2	13,2	18,9
Brasil	2,6	31,6	15,0	26,5
Colômbia	9,9	31,6	16,8	23,3
Honduras	8,6	2,0	23,1	18,6
México	40,3	37,2	43,3	24,0
Uruguai	nd	nd	40,4	26,1
Chile ^a	36,9	50,6	33,3	9,9
Estados Unidos ^b	30,5	48,0	69,6	8,8
Canadá ^b	29,8	50,0	63,1	5,1

FONTES: Ver Tabela 8.

^a Até 1945, os dados chilenos referem-se ao índice de Ballesteros e Davis para a produção "agregada", abrangendo cinco setores básicos, responsáveis por cerca de metade do PNB chileno em 1950/57.^b Refere-se ao PNB real.

nd = dados não disponíveis.

Tabela 10

*Produto real da indústria manufatureira a custo de fatores
(taxas percentuais médias anuais de variação)*

	1929/39	1939/49
Argentina	3,1	3,5
Brasil	5,0	7,2
Chile	3,9	4,8
Colômbia	8,8	6,7
Honduras	1,4	6,1
México	4,3	7,5
Uruguai	5,2	5,7
Cuba	-1,6	4,8
Estados Unidos ^a	-0,6	6,1
Canadá ^a	0,8	7,5

FONTES: Dados básicos para Argentina, Brasil, Colômbia, Honduras, México e Uruguai (1939/49): ver Tabela 7. Dados básicos para o Uruguai (1930/39): como na Tabela 7. Dados básicos para o Chile: Oscar Muñoz, *Crecimiento Industrial de Chile 1914-1965* (Santiago: Universidad de Chile, Instituto de Economía y Planificación, 1968), pp. 160-161. Dados básicos para os Estados Unidos e Canadá: ver Tabela 7. Dados básicos para Cuba: Jorge F. Perez-Lopez, "An Index of Cuban Industrial Output, 1930-58", in J.W. Wilkie e K. Ruddle (orgs.) *Quantitative Latin American Studies, Methods and Findings* (Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications, 1977), Cap. 3. Tabelas 3-7, p. 52. O índice refere-se ao total da produção industrial.

^a Refere-se a 1927/39.^b Refere-se a 1930/39.^c Refere-se ao índice do produto total da indústria manufatureira.

Tabela 11

*Produto real da indústria manufatureira, a custo de fatores
(variações percentuais totais)*

(Em %)

	1929/33	1933/39	1939/45	1945/49
Argentina	-6,5	44,7	23,5	14,6
Brasil	1,3	60,4	36,0	47,4
Colômbia	24,8	86,0	34,8	42,0
Honduras	-13,2	32,5	31,8	37,2
México	-7,9	65,3	71,0	20,8
Uruguai	nd	nd	22,6	41,6
Chile	-6,4	37,7	34,7	18,5
Cuba	-50,0 ^a	73,4	29,0	23,7
Estados Unidos ^b	-38,6	53,6	98,3	- 9,2
Canadá ^b	-33,2	61,5	90,8	7,6

FONTES: Dados básicos para Argentina, Brasil, Colômbia, Honduras, México e Uruguai: ver a Tabela 7. Dados básicos para o Chile: Oscar Muñoz, *op. cit.*, pp. 160-161 (para 1939/49), e M. A. Ballesteros e T. E. Davis, *op. cit.*, pp. 160-161 (para 1929/39). Dados básicos para os Estados Unidos e Canadá: como na Tabela 7. Dados básicos para Cuba: ver Tabela 9.

^a Refere-se a 1930/33.

^b Refere-se ao índice do produto total da indústria manufatureira.

nd = dados não disponíveis.

Se havia algum mecanismo de crescimento na América Latina durante os anos 30, este era a industrialização através da substituição de importações. O desempenho desigual dos diversos setores, implícito nessa proposição, também pode ser encontrado na indústria de transformação, o que não é de surpreender. Embora algumas atividades manufatureiras que dependiam estreitamente da prosperidade anterior a 1929, baseada nas exportações, apresentassem declínio, outras atividades (às vezes, um punhado delas) registravam avanços marcantes na produção durante os anos 30. Esses setores primordiais incluíam tipicamente têxteis, materiais de construção (especialmente cimento), refino de petróleo, pneumáticos, artigos de toucador e alimentos processados para o mercado interno. Entre essas atividades, os têxteis aparecem como a mais importante em termos quantitativos, freqüentemente proporcionando mais de 20% da expansão líquida do valor adicionado na indústria de transformação e crescendo a taxas anuais acima de 10% durante os anos 30. A principal exceção parece ter sido o Brasil, onde a industrialização anterior nos setores de bens de consumo de têxteis, calçados, roupas e alimentos significa que, durante os anos 30, as indústrias que cresceram mais rapidamente foram as que produziam bens intermediários e de capital¹⁷.

O impulso de industrialização dos anos 30 parece ter sido bastante intensivo em mão-de-obra, baseando-se em empresas de tamanho pequeno e médio, muitas delas recém-criadas. Estimou-se, por exemplo, que de 1930 a 1937 o emprego total na indústria de São Paulo cresceu a uma taxa de 10,9% ao ano; a elasticidade-produto do emprego foi de cerca de 1¹⁸. Os salários reais parece que se mantiveram relativamente constantes na maioria dos países, com o estagnado setor primário proporcionando uma grande reserva de trabalhadores e também, no todo, uma oferta elástica de alimentos. Essa visão é compatível com as alterações nos preços relativos, assinaladas anteriormente: os preços dos bens exportáveis e dos bens não-comercializados caíram em relação aos preços dos bens importáveis, a queda maior sendo observada nos preços dos bens exportáveis.

O impulso de industrialização comprimiu a capacidade instalada: há registros freqüentes de indústrias têxteis trabalhando em dois e três turnos, mesmo no início dos anos 30. Nos casos do Brasil e Peru, os anos 20, com seu desempenho medíocre, legaram substancial capacidade excedente. As estatísticas não mostram uma expansão nas importações de máquinas e equipamentos, embora se possa conjecturar que houve alterações substanciais na composição dessas importações entre os anos 20 e 30.

Há indicações de que o impulso de substituição de importações dependia amplamente dos novos empresários, inclusive imigrantes recém-chegados da turbulenta Europa dos anos 30. Havia investimento externo direto na substituição de importações¹⁹, mas seu papel parece relativamente menor do que aquele que teria em anos posteriores.

Dispomos de dados internacionalmente comparáveis sobre a indústria de cimento, que de certa forma pode ser considerada como representativa das histórias de êxito industrial nos anos 30 (embora fosse mais intensiva em capital e apresentasse mais participação estrangeira do que a indústria têxtil). A Tabela 12 apresenta, primeiro, o consumo aparente de cimento; no todo, confirma a hipótese de que os países maiores e ativos tiveram um desempenho melhor do que a América do Norte e os países latino-americanos menores e passivos, embora a taxa anual implícita de crescimento do consumo aparente nada tenha de extraordinário. Impressionante é a evolução da parcela do consumo suprida internamente, apresentada nas duas últimas colunas, e as taxas implícitas de crescimento na produção de cimento entre 1928/29 e 1937/38. Durante esses nove anos, a produção de cimento aumentou mais de 14 vezes na Colômbia, mais de seis vezes no Brasil e quase quatro vezes na Argentina. Em 1937/38, os países latino-americanos grandes e ativos haviam-se tornado praticamente auto-suficientes em cimento.

As mudanças na distribuição da renda durante os anos 30 são pouco nítidas. No setor industrial, preços mais elevados para os bens que competem com as

importações, juntamente com uma oferta de mão-de-obra razoavelmente elástica, devem ter gerado grandes lucros. Também ocorreram importantes mudanças estruturais redistributivas nos setores rurais de vários países, provocadas em parte pelo enfraquecimento das exportações tradicionais intensivas em terra. Thorp e Bertram assinalam que no Peru, com o declínio da autoridade dos proprietários, houve um aumento na igualdade da distribuição da renda rural; uma tendência semelhante parece ter ocorrido em Cuba. A aceleração da reforma agrária no México já foi assinalada; na Colômbia, a administração de Alfonso Lopez realizou reformas agrárias e fiscais menos marcantes, mas significativas²⁰.

Resumindo, com relação ao desempenho: durante os anos 30 as economias latino-americanas grandes e ativas apresentaram uma capacidade impressionante de transformação, gerando novos setores importantes na indústria manufatureira. No final dos anos 30, essas economias tornaram-se mais confiantes; apesar do crescimento do PIB, os volumes de importação (com 1928/29 = 100) em 1938/39 caíram para 72 na Argentina, 70 no Brasil, 87 na Colômbia, 56 no Chile e 72 no México (ver Tabela 1). O desempenho das economias pequenas e passivas parece ter sido mais fraco. Embora essas economias também apresentem sinais de resposta à nova constelação de preços internacionais, e embora haja indicações de que elas também promoveram a substituição de importações (mesmo em Cuba, atividades de substituição de importações, tais como laticínios e roupas de algodão, expandiram-se rapidamente), esses esforços foram fracos em relação tanto às forças depressivas que se originavam em seus setores primários quanto aos impulsos de industrialização dos países ativos e grandes. Nos países pequenos da América Central, com um grande e flexível setor de subsistência, as consequências, em termos de bem-estar social, dessa involução foram melhores do que em Cuba, onde o setor rural proporcionava escassas oportunidades para os desempregados nas exportações e nas atividades com elas relacionadas. Pode-se assinalar também que alguns países pequenos que eram então colônias, como Jamaica, Porto Rico e Filipinas, beneficiaram-se com o protecionismo da metrópole nos anos 30. Assim, as exportações de açúcar de Porto Rico e das Filipinas aumentaram, enquanto as de Cuba diminuíram, e as exportações de banana da Jamaica para a Grã-Bretanha, expandiram-se às custas das exportações da América Central.

Há verdade na afirmação de que os países latino-americanos que apresentaram um desempenho razoavelmente bom durante os anos 30 foram aqueles com grandes mercados internos e alguma base industrial anterior a 1929, como nos casos da Argentina, Brasil, Colômbia e México. Mas isso não explica o contraste entre os desempenhos do Chile e Uruguai, por um lado, e Cuba, por outro. Esses três países haviam atingido em 1929 níveis aproximadamente semelhantes de população e renda. Em contraste com o Chile e o Uruguai, porém, Cuba não possuía um banco central durante os anos 30, mantendo sua moeda rigidamente atrelada ao dólar americano, e, como já assinalamos, realmente reduziu as tarifas

em 1934. Pode-se concluir que um tamanho mínimo do mercado interno, mais um grau mínimo de autonomia com relação às políticas cambiais, fiscais e monetárias foram condições necessárias para a industrialização durante os anos 30 na América Latina.

Tabela 12

Cimento: consumo e produção

	Consumo Aparente de Cimento em 1937/38 (1928/29 = 100)	Produção Doméstica como Porcentagem do Consumo Aparente	
		1928/29	1937/38
Argentina	153	37	92
Brasil	112	16	91
Chile	114	43	99
Colômbia	118	6	74
México	148	88	97
Peru	136	46	66
Uruguai	77	81	90
Cuba	34	93	93
República Dominicana	74	0	0
Haiti	58	0	0
Repúblicas da América Central (seis)	100	12	11
Canadá	51	—	—
Estados Unidos	63	—	—

FONTE: Dados básicos em magnitudes físicas obtidos em European Cement Association, *World Cement Market in Figures* (Paris, 1971). O consumo aparente refere-se à produção de cimento, mais importações e menos exportações.

5 – Observações finais

O papel-chave atribuído neste trabalho à taxa cambial como variável que pode estimular o crescimento e evitar deflação monetária pode ser encontrado na literatura, tanto sobre a América Latina quanto sobre outras regiões. Milton Friedman e Anna Jacobson Schwartz assinalaram que de 1929 a 1931 a China, que adotava um padrão-prata equivalente a uma taxa cambial flutuante com relação aos países que adotavam o padrão-ouro, foi seriamente afetada internamente pela crise. Em 1929/31, sua moeda foi desvalorizada, situação esta que se inverteu quando a Grã-Bretanha e, depois, os Estados Unidos abandonaram o padrão-

ouro²¹. O padrão-prata serviu bem aos países que a ele aderiram numa Grande Depressão anterior; em, 1873/94, a renda cresceu de modo significativamente mais rápido em países com padrão-prata do que naqueles que adotaram o padrão-ouro²². O bom desempenho da economia sueca durante os anos 30 foi creditado em parte à grande desvalorização da coroa em 1931²³. Dudley Seers utilizou uma tipologia semelhante à deste trabalho para examinar o desempenho econômico da América Latina em 1929/58, agrupando 11 países que seguiam um padrão cambial baseado no dólar e que, coerentemente, mantinham suficiente lastro em dólares ou ouro para garantir a moeda local e exerciam pouco controle cambial. Ele também assinala que os governos desses países utilizaram apenas escassamente as cotas ou tarifas de importação, em parte porque a aplicação dos controles comerciais foi restringida por vários acordos recíprocos com os Estados Unidos²⁴.

A maioria dos economistas que seguem o pensamento dominante, seja da safra de 30 ou de 80, estaria inclinada a dar aos países da América Latina conselhos de política baseados em modelos de comércio internacional e finanças que utilizam a suposição de um país pequeno. A teoria de comércio afirma que um país realmente pequeno, com demandas e ofertas perfeitamente elásticas de suas exportações e importações, poderia seguir a mesma política comercial (por exemplo, de livre comércio), independentemente do que acontece no resto do mundo. A incerteza quanto aos termos de troca não alterará muito as questões, a não ser que se queira atribuir ao governo critérios e informações aos quais o setor privado não tem acesso. A teoria das finanças internacionais acrescenta que um país pequeno terá (e deve exercer) pouco controle sobre a taxa cambial e a política monetária; a fixação em uma moeda-chave e a adoção das regras monetárias do padrão de câmbio ouro-divisas, incluindo a livre conversibilidade, são as prescrições usuais para os países pequenos, sejam quais forem as circunstâncias externas.

Como os mercados walrasianos de licitação, o tamanho pequeno em comércio externo e finanças é um poderoso construto teórico que pode proporcionar mais entendimento em algumas circunstâncias do que em outras. Num mundo de cotas de comércio, de restrições de conversibilidade ou tarifas externas que são impostas dependendo do êxito dos esforços de exportação, pode ser que nem mesmo Andorra seja pequena. A teoria da área ótima de moeda, apesar de bastante estimulante, proporciona pouca orientação prática para traçar a linha entre pequenos *peggers* e grandes *flexers*. A experiência latino-americana dos anos 30 demonstra que a importância reduzida do comércio externo e das finanças não é uma característica intrínseca e permanente de um país, mas resultado de condições específicas na economia mundial e de alterações nas circunstâncias internas. A política de comércio exterior e de pagamentos para uma economia do tipo latino-americano depende do que acontecer no resto do mundo (e de choques inesperados em âmbito internacional).

A sincronização das políticas financeiras e de comércio internacional poderia levar a um protecionismo extremado e à perda de “qualidade monetária” da moeda nacional. Muitos países latino-americanos, durante os anos 40 e 50, levaram ao extremo políticas iniciadas durante os anos 30, mesmo quando os mercados mundiais se tornaram mais instáveis. Mas o conselho de que os países em desenvolvimento devem elaborar suas políticas comerciais e financeiras como se a situação da economia mundial não tivesse importância (ou como se fossem pequenos em todas as épocas) sugere fervor evangélico, em vez de análise científica ou conhecimento histórico.

NOTAS

1. Ver, por exemplo, Andre Gunder Frank, *Lumpenbourgeoisie: Lumpendevelopment. Dependence, Class and Politics in Latin America* (Nova York: Monthly Review Press, 1972), Cap. 7. Ele argumenta que o declínio no papel do comércio externo e do capital estrangeiro após 1929 reduziu também “a transferência de recursos de investimento dos satélites para a metrópole” (p. 75). Ver também A. G. Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil* (Nova York: MR Modern Reader Paperbacks, 1969), pp. 148-150. Ele argumenta que o enfraquecimento dos vínculos entre metrópole e satélite levará à involução do satélite, que pode ser no sentido de uma economia de subsistência isolada ou de uma industrialização mais ou menos autônoma, como durante a Grande Depressão.
2. Ver Albert O. Hirschman, *The Strategy of Economic Development* (New Haven: Yale University Press, 1958), em especial as pp. 173-176.
3. Ver Alexander Kaska, “The Theoretical Interpretation of Latin American Economic Development”, in Howard S. Ellis (org.), *Economic Development for Latin America: Proceedings of a Conference held by the International Economic Association* (Londres: Macmillan & Co. Ltd., 1961), pp. 8-14.
4. Charles P. Kindleberger, *The World in Depression 1929-1939* (Berkeley: University of California Press, 1973), Cap. 4. As condições externas eram desfavoráveis para o açúcar cubano no final dos anos 20; as economias peruana e brasileira apresentavam ritmo lento antes do choque da Grande Depressão.
5. Contudo, essa queda abrupta nos termos de troca não foi sem precedentes. Os termos de troca da Argentina, por exemplo, caíram 37% entre 1916/17 e 1921/22. Ver Carlos F. Díaz Alejandro, “Exchange Rates and Terms of Trade in the Argentine Republic, 1913-1976” (New Haven, janeiro de 1980), Tabela S-5, mimeo.
6. Acréscimos a essa primeira aproximação são necessários. Por exemplo, Kindleberger argumenta que a desvalorização do peso argentino em 1930 contribuiu para o declínio no preço em dólares do trigo nos mercados internacionais. O Brasil tentou influenciar os preços mundiais do café a partir do início deste século, e Cuba fez tentativas semelhantes para o açúcar no final dos anos 20. No extraordinário caso boliviano, o maior produtor interno de estanho (Patiño) tinha bastante influência sobre o mercado mundial para forçar uma espécie de esquema de estabilização de mercadorias. Ver Lawrence Whitehead, “El Impacto de la Gran Depresión en Bolivia”, in *Desarrollo Económico*, vol. 12, n.º 45 (abril/junho de 1972), pp. 66-67.
7. D.M. Phelps, “Industrial Expansion in Temperate South America”, in *The American Economic Review*, vol. XXV (1935), p. 273.
8. Romper com a ortodoxia não era fácil. Na Argentina, as autoridades que se lembravam do padrão de papel inconvertível do final do século XIX temiam que o abandono do padrão-ouro provocasse

inflação (seus receios só se confirmaram nos anos 40). Para as hesitações no caso chileno, ver Albert O. Hirschman, *Journeys Toward Progress: Studies of Economic Policy-Making in Latin America* (Nova York: The Twentieth Century Fund, 1963), pp. 178-183. Escreve Hirschman: "Em contraste com países como o Brasil, Argentina, Uruguai e México, que pragmaticamente optaram por técnicas "reflacionárias" ou nelas "tropeçaram", o Chile seguiu estritamente as famosas 'regras do jogo' até meados de 1931" (p. 179).

9. P. T. Ellsworth, *Chile: An Economy in Transition* (Nova York: The Macmillan Company, 1945), p. 67. No prefácio de seu livro, Ellsworth assinala que seu interesse pelo Chile foi despertado enquanto ensinava mecanismos de ajuste para perturbações no balanço de pagamentos (p. vii). No Reino Unido, a adoção de tarifas foi defendida antes do abandono do padrão-ouro como alternativa à depreciação; após 1931, coexistiram tarifas e depreciação da libra (com relação ao dólar americano).

10. David S. C. Chu, "The Great Depression and Industrialization in Colombia", in *The Rand Paper Series*, P-5015 (janeiro de 1977), pp. 19-20.

11. Jorge I. Domínguez. *Cuba: Order and Revolution* (Cambridge: Harvard University Press, 1978), p. 60; e Ministerio de Hacienda. Dirección General de Estadística, *op. cit.*, p. 24.

12. Ver Carlos F. Díaz Alejandro. *Essays on the Economic History of the Argentine Republic* (New Haven: Yale University Press, 1970), p. 282. Cf., também, a p. 461, onde se exemplifica que a parcela percentual do Reino Unido no valor das importações de mercadorias da Argentina evoluiu da seguinte maneira: 1927/29: 18,9; 1930/33: 21,4; 1934/36: 24,9; 1937/39: 21,0.

13. Para um exame da controvérsia e novas interpretações, ver Albert Fishlow, "Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil", in Luis de Marco (org.), *International Economics and Development* (Academic Press, 1972). Ver também Eliana A. Cardoso, "Inflation, Growth and the Real Exchange Rate: Essays on Economic History in Brazil", tese de PhD. (MIT, fevereiro de 1979), Cap. II. Fishlow e Cardoso argumentam que os novos impostos (ou a valorização da taxa de câmbio gerada por empréstimos externos) melhoraram os termos de troca do Brasil. Pode-se assinalar que durante os anos 30 (e anteriormente) a Colômbia expandiu sua parcela no mercado internacional do café, aproveitando-se dos impostos e cotas sobre as exportações brasileiras.

14. Dados de Carlos F. Díaz Alejandro, *Essays...*, *op. cit.*, p. 490; e Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, "Government Policy and the Economic Growth of Brazil, 1889-1945", in *Brazilian Economic Studies*, nº 3 (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977), pp. 346-349, Tabelas 117 e 118.

15. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependency and Development in Latin America* (Berkeley: University of California Press, 1978), pp. 127-128.

16. Outra comparação interessante envolve os desempenhos da Argentina e Austrália. Entre 1928 e 1938, o PIB de ambos os países cresceu aproximadamente às mesmas taxas; contudo, entre esses anos a indústria de transformação cresceu de modo significativamente mais rápido na Argentina do que na Austrália.

17. Ver Albert Fishlow, "Brazilian Development in Long-Term Perspective", in *American Economic Review* (maio de 1980). Para um excelente estudo de caso documentando a aceleração da substituição de importações pela indústria têxtil na Argentina durante os anos 30, ver Alberto O. Petrecolla, "Prices, Import Substitution and Investment in the Argentine Textile Industry (1920-1939)" (Instituto Torcuato Di Tella, novembro de 1968), especialmente o Cap. 4. A substituição de importações foi particularmente rápida para fios e tecidos de algodão. Petrecolla atribui a crescente rentabilidade da indústria têxtil argentina a tarifas mais altas sobre bens finais e à depreciação da taxa de câmbio, por um lado, e a

preços mais baixos para algodão e lã em bruto, por outro. As taxas dos salários monetários na indústria têxtil em 1936/38 eram 5% mais baixas do que as de 1939, e a importação de máquinas têxteis continuava isenta de impostos.

18. José Roberto Mendonça de Barros e Douglas H. Graham, "The Economic Recovery and Market Deconcentration of the Paulista Textile Industry during the Great Depression: 1928-1937" (março de 1978), p. 12, mimeo. Alberto Petrecolla, *op. cit.*, p. 61, assinala que, durante os anos 30 na Argentina, o aumento no número de empresas têxteis foi responsável por aproximadamente 65% da expansão registrada na indústria.

19. Vero fascinante livro de Dudley Maynard Phelps, *Migration of Industry to South America* (Nova York: McGraw-Hill, 1936).

20. Ver Rosemary Thorp e Geoffrey Bertram, *Peru 1890-1977: Growth and Policy in an Open Economy* (Nova York: Columbia University Press, 1978), Cap. 9; Ramiro Guerra y Sanchez, *Azucary Población en las Antillas* (Havana: Cultural S.A., 1944), em especial o Prefácio (à 3ª edição); e Albert O. Hirschman, *Journeys Toward...*, *op. cit.*, Cap. 2.

21. Milton Friedmann e Anna Jacobson Schwartz, *op. cit.*, pp. 361-362 e 189-190.

22. Jeffrey B. Nugent, "Exchange Rate Movements and Economic Development in the Late Nineteenth Century", in *Journal of Political Economy*, vol. 81, nº 5 (setembro/outubro de 1973), pp. 1.110-1.135.

23. Erik Lundberg, *Business Cycles and Economic Policy* (Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1957), p. 107.

24. Dudley Seers, "A Theory of Inflation and Growth in Underdeveloped Economies Based on the Experience of Latin America", in *Oxford Economic Papers* (junho de 1962), pp. 183-184. Os 11 países são: Venezuela, Cuba, Guatemala, República Dominicana, Equador, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Panamá, Haiti e Honduras. Seers argumenta: "Os 11 países... estavam mais bem capacitados politicamente do que as outras nações da América Latina para enfrentar estagnação ou declínio nas rendas internas, tal como ocorre em países com padrão de câmbio em dólar se suas exportações estagnarem ou diminuírem. Os lucros das empresas estrangeiras nas indústrias de exportação absorvem uma alta proporção das flutuações nas exportações; uma grande parcela da força de trabalho encontra-se no setor de subsistência (ou pode retornar a ele); e as classes trabalhadoras dispõem de pouco poder político", (p. 185).

(Originais recebidos em abril de 1980. Revisos em abril de 1980.)

**O DIFÍCIL APRENDIZADO DO NACIONALISMO:
AS RELAÇÕES BRASILEIRAS COM A ITÁLIA E A
ALEMANHA, 1930-1942**

Ricardo Antônio Silva Seitenfus

I – *Introdução*

A historiografia da Segunda Guerra Mundial, de suas origens mais obscuras às suas conseqüências mais secundárias, dedica-se de modo quase que exclusivo à história vista pelas grandes potências do momento. A bibliografia sobre esta grande catástrofe é impressionante. Nos dias de hoje, com o acesso às principais fontes – excluindo-se os países do Este europeu e a Itália – o historiador possui os instrumentos necessários à compreensão do fenômeno.

Contrastando com a quantidade impressionante de estudos efetuados sobre as grandes potências, os países marginais ao conflito, tanto do ponto de vista estratégico como militar ou econômico, encontram-se constantemente afastados das preocupações históricas para com este conturbado período. O exemplo brasileiro é típico desta situação.

País marginal, mas ao mesmo tempo participante do esforço de guerra dos aliados, o Brasil prima pela ausência de estudos históricos baseados em documentos oficiais, apesar da interessante evolução atual da historiografia brasileira. Justifica-se esta situação pela posição pouco interessante – do ponto de vista histórico – do país perante o conflito. Ora, o Brasil pode servir como exemplo de um país jovem e instável em face de problemas e conflitos que assolam a humanidade.

A sua potencialidade econômica, a presença de culturas do Eixo no país e as tentações ideológicas integram o Brasil no contexto mundial. Pouco consciente deste fato, no início dos anos 1930 – época de certezas e de idealismo em política externa –, os dirigentes políticos brasileiros passam a rever seus conceitos a partir da metade da década. Inicia-se então o tempo das dúvidas, quando o Brasil constitui o principal alvo da política externa do Eixo na América Latina. Finalmente, perante as intervenções politicamente inaceitáveis e pouco diplomáticas do Eixo nos assuntos internos brasileiros, chega-se à fase das decisões e das rupturas. Este itinerário da política externa brasileira pode servir de modelo a vários outros países que se encontram em situação similar.

II – *Uma retrospectiva histórica*

Os laços duradouros e fundamentais que ligam o Brasil à Alemanha e à Itália datam do início do século XIX, quando aqui vieram instalar-se importantes grupos

de imigrantes germânicos e italianos. Enquanto a imigração alemã efetua-se sobretudo durante o século passado, a italiana ocorre principalmente durante as primeiras décadas deste. A contribuição alemã e italiana para o povoamento brasileiro representa, entre 1820 e 1937, 222.951 pessoas e 1.502.958, respectivamente¹. Se acrescentarmos as descendências, então alcançaremos um total de aproximadamente 900 mil pessoas de origem germânica e cerca de 3 milhões de origem italiana no início dos anos 30.

Bem mais que o número, o que importa é o grau de assimilação destas colônias. O sentimento de brasilidade é disseminado nestas culturas ou, ao contrário, a lembrança da pátria perdida continua ainda viva no espírito dos imigrantes?

As incoerências da política brasileira de imigração, como por exemplo o agrupamento dos imigrantes e o seu isolamento do resto da população, criaram barreiras à integração. Neste sentido, dispomos de um dado importante para determinar o grau de assimilação destas duas colônias: a utilização ou não do português como língua principal no lar. No que diz respeito à colônia alemã, constatamos que 644.255 pessoas de origem alemã continuam, em 1940, a utilizar o alemão como língua principal no lar. É no Rio Grande do Sul (393.934 pessoas) e em Santa Catarina (176.762 pessoas) que se encontra a grande maioria dos não-assimilados². Apesar de uma imigração mais recente, a descendência italiana que utiliza a língua de origem no lar é menos importante numericamente que a alemã: 458.093 pessoas, sendo que o Rio Grande do Sul é, uma vez mais, o centro importante da não-assimilação (295.995 pessoas), seguido de Santa Catarina (95.602 pessoas) e de São Paulo (45.755 pessoas)³. Nota-se que o extremo-sul – Santa Catarina e Rio Grande do Sul – constituem o centro tanto da imigração italo-germânica como da não-assimilação.

Antes dos anos 30, as relações econômicas (comércio e investimentos) do Brasil com a Itália e a Alemanha não alcançam níveis excepcionais. Os distúrbios provocados nas relações econômicas internacionais pela Primeira Grande Guerra enfraquecem as relações brasileiras com a Europa em geral e, particularmente, com a Alemanha. Isso se deve igualmente a um atrito diplomático entre Berlim e Rio de Janeiro, que dificulta as relações entre os dois países durante os anos 20. Com efeito, vários navios mercantes brasileiros foram destruídos pela Marinha de Guerra alemã durante a Primeira Grande Guerra. Logo após a derrota germânica, o Brasil, como outros países vencedores, exigem reparações de guerra. A Alemanha jamais acatará as reclamações brasileiras.

Outro elemento perturbador das relações brasileiras com a Europa, e sobretudo com a Alemanha, é a tentativa feita pelo Brasil, em 1926, de obter uma cadeira permanente no Conselho – órgão executivo – da Sociedade das Nações. Esta tentativa de abertura brasileira em direção à Europa fracassa, e a cadeira de

membro permanente do Conselho da SDN é atribuída somente à Alemanha, marcando assim seu regresso ao concerto das nações. Para salvar a face, o Brasil retira-se da organização genebrina no mesmo ano. A partir deste momento, o Rio de Janeiro tentará afastar-se das “complicações européias”.

As relações italo-brasileiras são cordiais no início dos anos 20, e a nova organização política, econômica e social italiana, dirigida por Mussolini, atrai certos meios intelectuais brasileiros⁴. Mesmo a política de restrição à migração italiana, imposta por Mussolini a partir de 1924, não provoca maiores transtornos nas relações entre os dois países, que chegam a um acordo em 1929 sobre o serviço militar dos cidadãos de dupla nacionalidade⁵.

III – *O tempo das certezas (1930-34)*

As relações brasileiras com a Itália e a Alemanha durante o Governo Provisório são irrelevantes. Tanto o intercâmbio comercial como os contatos diplomáticos caracterizam-se pela superficialidade.

A contraditória plataforma política da Aliança Liberal não trata de política externa e não contém nenhuma informação sobre a nova filosofia do regime nos assuntos internacionais. O lugar que o Brasil revolucionário deve ocupar no sistema internacional, bem como a atitude do Rio de Janeiro perante questões fundamentais, como por exemplo as relações com os Estados Unidos e a Europa, são deixados de lado.

A maior preocupação dos vencedores de outubro de 1930 prende-se à política interna. Neste sentido, pode-se afirmar que a revolução optou por dar continuidade ao que vinha sendo feito no campo das relações externas. A ruptura interna não afeta a política tradicional do Itamarati.

Na falta de um programa coerente de política externa, a ação do Itamarati toma duas direções pragmáticas: a primeira é o comércio exterior; a segunda, o pan-americanismo do início dos anos 30.

O comércio exterior brasileiro encontra-se em péssima situação após a crise mundial de 1929. Entre novembro de 1929 e janeiro de 1930, o café perde mais de 50% de seu valor no mercado internacional. As exportações brasileiras estão em queda constante, e tornam-se claras as nefastas consequências da política dita de “revalorização do café”.

O Itamarati lança-se, a partir de 1930, na busca de novos mercados consumidores para o “General Café”. Uma rede de tratados bilaterais de

comércio, baseados na aceitação mútua e incondicional da cláusula de nação mais favorecida, são assinados com vários países, inclusive a Alemanha e a Itália. As preocupações comerciais encontram-se, então, no centro da política externa brasileira.

A política comercial do Rio de Janeiro é bastante interessante, já que se opõe ao movimento dominante nas relações comerciais internacionais: o protecionismo. Apesar desta situação paradoxal, o Brasil assina 27 tratados comerciais durante os primeiros anos do governo revolucionário. Somente em 1935, quando o Itamarati, constatando que estes tratados não são secundados por medidas concretas, resolve denunciá-los por “falta de reciprocidade”⁶.

A partir de 1934-35, a política comercial brasileira deixará de lado suas aspirações liberais e igualitárias, transformando-se numa política realista e mesmo oportunista. Esta nova filosofia que passa a informar as relações comerciais internacionais terá, a partir deste momento, um papel importante na formulação da política global do Itamarati. A Alemanha, com o seu dirigismo comercial de 1934, e a Itália não perderão a oportunidade de tirar proveito da nova orientação brasileira.

O segundo aspecto importante da política externa do Governo Provisório é o pan-americanismo. Este coloca-se num campo amplo e não se restringe unicamente às conferências pan-americanas. Três formas tomam as relações brasileiras com o Novo Mundo: a primeira é a participação ativa em todas as conferências pan-americanas onde o Brasil exerce, muitas vezes, um papel de mediador entre os países hispano-americanos – principalmente a Argentina – e os Estados Unidos. A segunda forma, complementar à primeira, são os bons ofícios que o Brasil presta por ocasião de conflitos no Novo Mundo, como por exemplo propiciar a reconciliação entre o Peru e o Uruguai em outubro de 1930, mediar o conflito de Letícia entre a Colômbia e o Peru e, por último, a paz na Guerra do Chaco entre o Paraguai e a Bolívia. A terceira direção das relações brasileiras na América gira em torno da “questão do Prata” e do indispensável equilíbrio de forças, bem como da conservação do *statu quo* territorial na região. A chegada ao poder de novos atores políticos, profundos conhecedores e mesmo admiradores da Argentina, facilita as relações brasileiras com os países do Cone Sul.

Em definitivo, a política externa brasileira sob o Governo Provisório caracteriza-se pela continuidade e pela falta de imaginação. Mas, a partir de 1934, tanto por razões internas como externas, a diplomacia brasileira será mais ativa e empreendedora. Isto se dá também em razão do interesse que, pela primeira vez, a Alemanha manifesta pelo Brasil. Inicia-se então um período de ruptura nas relações internacionais brasileiras, caracterizado por uma intensa atividade triangular entre o Brasil, o futuro Eixo e os Estados Unidos.

IV – O tempo das dívidas (1935-37)

1 – As relações com a Alemanha nacional-socialista

a) O comércio

A complementaridade econômica entre o Brasil e a Alemanha, bem como os métodos comerciais alemães postos em prática a partir de 1934⁷ estimulam o comércio germano-brasileiro. Assim, já em janeiro de 1935, Karl Ritter, diretor do Departamento de Economia de Wilhemstrasse⁸, declara num *memorandum* sobre as relações comerciais futuras com o Brasil que este “é o país sul-americano que tem o futuro mais promissor”, e caso a Alemanha forneça uma assistência técnica e financeira, ela poderá conseguir no Brasil as matérias-primas necessárias à sua indústria⁹. Em junho de 1936 os dois países formalizam o crescente comércio bilateral e assinam um acordo comercial no qual o Brasil reconhece o sistema de quotas e aceita, na prática, o subsídio às exportações alemãs. Este acordo prevê a venda de 60 mil toneladas de algodão e 96 mil de café brasileiro. Ao final deste prazo, o acordo deverá ser renegociado.

Apesar da forte oposição dos Estados Unidos ao acordo germano-brasileiro – Washington afirma que a prática comercial alemã é um “freio à política comercial liberal” adotada pelo Programa Hull de 12 de junho de 1934¹⁰ –, o intercâmbio comercial germano-brasileiro aumentará de maneira espetacular a partir de 1935. Esta evolução é mostrada nos quadros I, II e III.

b) A luta anticomunista germano-brasileira

A data de 25 de novembro de 1935 é importante na perspectiva das relações germano-brasileiras. É neste dia que se forma o Eixo Berlim-Tóquio e, no Brasil, elementos comunistas desencadeiam, após a proibição da Aliança Nacional

Quadro I

Evolução do índice de valor do intercâmbio comercial germano-brasileiro – 1933-1937

1933	– 100 (índice de base)
1934	– 163.55
1935	– 300.77
1936	– 335.14
1937	– 435.55

Fonte: cálculos do autor baseados no *Boletim* do Ministério das Relações Exteriores do Brasil n. 11, junho de 1940, p. 17.

Quadro II

Importância do Brasil no comércio exterior alemão 1932-1938

	<i>Importações</i>		<i>Exportações</i>	
	em milhões de reichsmark	em % do total	em milhões de reichsmark	em % do total
1932	81	1.7	48	0.8
1933	69	1.6	77	1.6
1934	77	1.7	75	1.8
1935	177	4.3	119	2.8
1936	131	3.1	133	2.8
1937	186	3.4	177	3.0
1938	214	3.9	161	3.1

Fonte: Sociedade das Nações, *Estatísticas do comércio internacional, 1932-1939*, Genebra.

Quadro III

O comércio exterior brasileiro com os Estados Unidos e a Alemanha (em % calculados na base de números absolutos em libra-ouro) – 1933-1938

	Importações Brasileiras		Exportações Brasileiras	
	dos U.S.A.	da D.	para os U.S.A.	para D.
1933	21.2	12.0	46.7	8.1
1934	23.7	14.0	39.5	13.2
1935	23.4	20.4	39.4	16.5
1936	22.1	23.5	38.9	13.2
1937	23.0	23.9	36.2	17.1
1938	24.2	25.0	34.3	19.1

Fonte: Sociedade das Nações, *Estatísticas do comércio internacional, 1934-1939*, Genebra

Libertadora, o que será mais tarde chamado de “intentona comunista”, ou seja, o “ato insensato” da oposição brasileira. Enquanto o Eixo Berlim-Tóquio intensifica a luta anticomunista, o governo de Getúlio Vargas tira proveito do ataque-suicida comunista para lançar uma campanha de repressão. Nasce, neste ambiente, a colaboração germano-brasileira no combate ao comunismo.

Dirigida no Brasil pelo chefe da Polícia do Rio de Janeiro, Filinto Müller, a colaboração germano-brasileira deve ser secreta, pois a representação alemã no Rio de Janeiro prevê que certos membros do governo federal brasileiro oponham-

se a estas relações. A representação alemã deverá continuar, na medida do possível, exercendo atividades diplomáticas normais. Assim, a melhor solução encontrada é a nomeação de um representante da Alemanha – fora da representação diplomática – para manter contatos com os dirigentes brasileiros. A escolha recai sobre Robert Lehr, cidadão alemão e representante da firma Zeiss no Brasil. Lehr é considerado pela Alemanha como capaz de “realizar honestamente e de maneira confidencial” a missão prevista¹¹.

Em 1936, os dois países elevam suas respectivas representações a nível de embaixada, e o primeiro embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, organizará a cooperação entre os dois países na luta anticomunista¹².

Concretamente, a colaboração manifesta-se em vários níveis: as “medidas de execução”, ou seja, a expulsão de pessoas residentes no Brasil, tais como Erna Krüger, aliás Olga Benário, Elise Ewert, esposa do ex-deputado do Reichstag, Arthur Ewert ou ainda Ana Gertrude Lambrecht. A segunda forma de colaboração é a troca de informações e o “intercâmbio de experiências” na luta anticomunista¹³. Neste sentido, o capitão Afonso Henrique de Miranda Correia, chefe do Departamento Especial da Segurança Política e Social do Rio de Janeiro, visita a Alemanha em março de 1937. Muito bem acolhido pelos militares alemães, Miranda Correia tomará conhecimento dos meios postos em prática para combater a “infiltração do comunismo” nas fileiras do exército alemão. O enviado brasileiro é recebido também pela Gestapo. A Alemanha considera a viagem de Miranda Correia muito interessante, pois ele “está a par da política interna [brasileira] e tem ligações com as forças policiais de toda a América Latina, podendo ser muito útil na troca de informações e no combate à infiltração judaica no Brasil”, pois Miranda Correia, continua o relatório alemão, “traz consigo um fichário sobre a oposição ao nazismo no Brasil”¹⁴.

Em terceiro lugar, a Embaixada brasileira em Berlim mantém contatos com o “Bureau Anti-Komintern”, sediado na capital do Terceiro Reich. Informações são recolhidas e Moniz de Aragão tenta, inutilmente, obter em maio de 1937 uma contribuição financeira brasileira para o funcionamento do “Bureau”¹⁵.

Os laços, cada vez mais estreitos, entre as políticas dos dois países, bem como os contatos com o “Bureau Anti-Komintern” prenunciam convites, alemão e italiano, para que o Brasil integre, formalmente, o Pacto Anti-Komintern. Os meses seguintes serão decisivos.

c) *A influência germânica no Brasil*

A influência germânica no Brasil manifesta-se de várias maneiras: pelo número e importância econômica da descendência germânica; pela existência de

uma imprensa destinada unicamente à colônia; pela liberdade escolar e educacional de que dispunham; e finalmente a autorização para implantar uma empresa de transportes e comunicações aéreas no país. Estas manifestações da influência germânica possuíam até então caráter apolítico; mas quando o nacional-socialismo conquista o poder na Alemanha, no início de 1933, tira partido, no Brasil, dessa situação favorável. Naturalmente a agressividade do NSDAP – o Partido Nacional-Socialista – não pretende manifestar-se somente nas regiões européias onde existam minorias germânicas, mas tentará igualmente transpor as técnicas de “combate ideológico” e de “proteção do elemento alemão” para o Novo Mundo. O Brasil, dada a situação descrita anteriormente, é um país onde os dirigentes nazistas pretendem estender sua “proteção”.

Assim, o NSDAP organiza um ramo brasileiro, com sede em São Paulo e sob a direção de Von Cossel – o “Chefe Nacional”. O NSDAP terá representantes nos estados onde existam colônias de origem germânica. São criados outros organismos semi-independentes do NSDAP, que se encontram sob as ordens da “Organização do Exterior” (“Auslandorganisation” – AO), tais como a “Organização da Juventude Germano-Brasileira” (HJBDM), a “Associação de Trabalho das Mulheres Nacional-Socialistas” (NSF), a “Associação dos Professores Nacional-Socialistas” (NSLB) ou ainda a “Frente Alemã do Trabalho” (DAF)¹⁶.

Qual é a reação das autoridades governamentais brasileiras a esta situação? As autoridades centrais tomarão medidas de repressão às atividades dos enviados de Berlim somente a partir de 1938, quando, alertadas pelos relatórios confidenciais dos dirigentes políticos dos estados do Sul¹⁷, decidirão agir com rigor.

Um dos aspectos mais interessantes da atividade da Alemanha no Brasil é a posição de Berlim perante a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os dirigentes políticos – tanto diplomáticos como do NSDAP – mantêm uma certa reserva em face da AIB. Evidentemente, o discurso integralista¹⁸, bem como o aparato do partido de Plínio Salgado, lembram vários aspectos da ideologia nacional-socialista. Mas a atitude oficial da Alemanha é de desconfiança. Quando das eleições municipais de 1936, em Santa Catarina, onde a AIB consegue brilhantes resultados nas regiões de cultura alemã – o que mostra uma dicotomia entre a cúpula dirigente germânica e os membros da colônia –, o cônsul alemão em Florianópolis, Dittmar, envia a Berlim um relatório considerando “extremamente lastimável o fato de elementos alemães e mesmo nacional-socialistas preencherem as fileiras do movimento integralista em Santa Catarina...”. Dittmar escreve, em conclusão ao seu relatório, que um “Alemão vestido de camisa verde é, a longo prazo, o coveiro de seu próprio gertnanismo...”¹⁹.

Enquanto a cúpula dirigente nacional-socialista hesita e teme relações muito estreitas com a AIB, os dirigentes políticos fascistas preparam-se para lançar uma diplomacia paralela no Brasil.

2 – A Itália entre a tradição e a subversão

Historicamente as relações italo-brasileiras são corretas e mesmo cordiais. Os motivos de satisfação, como a relativa boa integração da colônia italiana no Brasil, são mais numerosos e importantes que os eventuais problemas²⁰.

Apesar destas boas relações aparecem desde 1922 alguns sinais de desentendimentos. Reclama-se na Itália uma “melhor proteção” para as colônias estabelecidas no exterior. São vozes oficiosas, tais como os jornais fascistas, mas que mostram uma nova tendência da política. Em 1924, Mussolini impõe uma sensível diminuição da emigração italiana que, na verdade, pouco afeta os candidatos destinados ao Brasil. No tocante aos emigrantes já estabelecidos em outros países, o “Duce” declara que “cada país deve seguir com atenção o destino dos filhos que levam sua força de trabalho além das fronteiras da Pátria”²¹. Apesar destas declarações e vontades, a nova atitude italiana com relação à diáspora encontra-se ainda, no início dos anos 1930, mal definida.

A partir de 1935, a Embaixada Italiana no Rio de Janeiro chama a atenção do Palácio Chigi – sede do ministério italiano das Relações Exteriores – para a importância progressiva na vida política brasileira de um movimento chamado “Ação Integralista Brasileira” e de seu chefe, “Plínio Sandago” [sic]²². O “enorme sucesso” da AIB nas eleições municipais de 1936, nas regiões de predominância alemã em Santa Catarina, confirma para a Embaixada Italiana do Rio de Janeiro a “escravização progressiva do movimento integralista ao hitlerismo germânico”, já denunciado em 1935²³. Logo após a redação deste relatório, iniciam-se os contatos entre os responsáveis diplomáticos e membros do Partido Fascista italiano e os dirigentes integralistas.

Com a ruptura da “Frente de Stresa” em fins de 1935, marcando a aproximação italiana com a Alemanha, e em junho do ano seguinte, com a nomeação de Galeazzo Ciano, genro de Mussolini, como responsável do Palácio Chigi, tem início a fase que será conhecida mais tarde como sendo a da “fascistização” da diplomacia italiana²⁴. A partir deste momento, o “Gabinetto” organizado por Ciano substituirá os diplomatas tradicionais. Tanto a ideologia como a política serão parâmetros importantes do processo decisório italiano em política externa.

Galeazzo Ciano acolhe positivamente os relatórios enviados pelos diplomatas italianos no Rio de Janeiro. Em outubro de 1936, o jovem e ambicioso dirigente do Palácio Chigi solicita informações detalhadas sobre a AIB²⁵. No início de 1937, Roma envia um emissário especial ao Brasil – Pier Filippo Gomez – para analisar *in loco* as informações da Embaixada e dos consulados italianos sobre o integralismo. Todas as informações concordam num ponto: a AIB será em breve o maior partido político brasileiro.

Sendo uma questão muito delicada, as relações entre a AIB e os responsáveis diplomáticos italianos devem ser cobertas pelo mais absoluto sigilo. Apesar disso, a ação da AIB mantém-se confusa até o início de 1937, pois vários “representantes oficiais” de Plínio Salgado, portadores de “mensagens secretas e pessoais” ao Duce apresentam-se em Roma²⁶. Com o objetivo de pôr um termo a esta confusão, Plínio Salgado decide em julho de 1937 exercer um controle pessoal e absoluto sobre estes contatos. Segundo Salgado, um mal-entendido qualquer “condenaria a AIB para sempre... e destruiria a missão da Embaixada [italiana] junto ao Governo brasileiro... pois ela subvenciona um partido revolucionário interno”²⁷... Era imprescindível que Salgado tomasse essa decisão, visto que a AIB vinha recebendo da Itália, desde janeiro de 1937, um auxílio financeiro mensal de 50 mil libras²⁸.

Os contatos com a Itália tornam-se cada vez mais íntimos, e Salgado solicita em setembro de 1937 mil revólveres para a milícia integralista²⁹. A diplomacia italiana encontra-se então perante um dilema: como manter as relações diplomáticas tradicionais com o Brasil oficial e, ao mesmo tempo, imiscuir-se de maneira tão evidente na política interna brasileira? A escolha é difícil, mas finalmente Ciano opta pela moderação e nega o auxílio armado à AIB. Inicia-se então o declínio das relações italo-integralistas.

O próprio Plínio Salgado não representa mais, para os dirigentes italianos, o ideal do chefe fascista. Segundo o embaixador Vincenzo Lojacono, é impossível elaborar um fascismo sem “um conteúdo heróico e sobretudo sem um herói”. Salgado, continua Lojacono, “pensador profundo, consciência mística, não possui a envergadura do Condottiere”. Ele pode possuir um “heroísmo passivo, mas não possui o heroísmo ativo dos que saltam das trincheiras para fazer o assalto”. Como as “grandes causas necessitam de grandes heróis” e o integralismo não os possui, Lojacono observa o vértice da pirâmide integralista e descobre, subitamente, “em razão de um curioso fenômeno de superposição ótica, a figura de Getúlio Vargas no lugar de Plínio Salgado”³⁰.

A partir deste momento, o fascismo italiano passa a encarar o movimento integralista como despossuído daquilo que considera essencial: o espírito de combate. Então, progressivamente, os dirigentes políticos italianos vão se afastando da AIB e tentando se aproximar do Brasil oficial.

3 – *A atitude dos Estados Unidos*

As relações americano-brasileiras passam por momentos difíceis durante os anos 1935-37. Apesar dos esforços do embaixador brasileiro em Washington – Osvaldo Aranha –, fracassam várias tentativas de cooperação, como por exemplo o arrendamento de seis *destroyers* americanos.

Neste contexto, os Estados Unidos tentam opor-se às relações comerciais germano-brasileiras. Apesar das pressões americanas, em 1935 e 1936, Rio de Janeiro e Berlim concluem um acordo comercial. No final deste acordo, os Estados Unidos obtêm certas concessões – como a proibição feita à Alemanha de re-exportar os produtos adquiridos no Brasil. Mas o aumento do comércio germano-brasileiro prossegue, e Washington não sabe como limitá-lo.

Difíceis são igualmente as relações pan-americanas. A conferência de “consolidação da paz” de 1936 em Buenos Aires é um insucesso, e o projeto do Departamento de Estado para formalizar o conceito de segurança coletiva continental não consegue ser aprovado. Com relação ao Brasil, os dirigentes políticos norte-americanos terão outras surpresas desagradáveis, quando em novembro de 1937 um regime inspirado no totalitarismo europeu é imposto ao país.

V – *O tempo das decisões (1938-1939)*

1 – *O Eixo e o Estado Novo*

A evolução da política interna brasileira em fins de 1937 é acolhida com entusiasmo nas capitais do Eixo. Assim, a nomeação de Francisco Campos para o Ministério da Justiça é um dos acontecimentos considerados positivos pelo Eixo, pois o fundador da Legião 3 de Outubro é visto na Alemanha como “um inimigo declarado do comunismo e da democracia liberal”³¹.

Mesmo praticando no Brasil uma diplomacia pouco coordenada, a Itália e a Alemanha reagem de maneira idêntica quando do golpe de 10 de novembro de 1937. O encontro dessas duas diplomacias realiza-se quando da instauração do Estado Novo getulista, com o auxílio integralista. Mas o golpe de novembro de 1937, mesmo adotando certas idéias integralistas, tais como a necessidade de um Estado forte e a supressão da democracia parlamentar, significa antes de tudo o início do processo de eliminação da AIB enquanto movimento político organizado.

Durante as primeiras semanas do novo regime, a imprensa italiana e alemã saúdam a primeira fenda no sistema liberal americano, e Ciano declara “toda a sua simpatia pela ação de Vargas” e promete “o apoio dos italianos do Brasil ao Estado Novo”³².

A Wilhemstrasse constata, com surpresa, a ausência de qualquer referência ao integralismo, mas não pode esconder uma certa admiração pelo senso político de Vargas, pois “este pequeno homem, sempre sorridente, possui a grande arte de adaptar-se com a maior maestria possível às situações do momento e explorá-las... e ele não possui muitos escrúpulos...”³³.

A primeira grande decepção do Eixo após o 10 de novembro de 1937 é a não adesão do Brasil ao Pacto Anti-Komintern. Logo após a adesão italiana de 6 de novembro, Ciano pensa solicitar a adesão de outras potências, mas não de pequenos Estados, pois o pacto deve continuar, segundo ele, um “Pacto de Gigantes”. Três países interessam os responsáveis do Palácio Chigi: “a Espanha, que deve representar o prolongamento do Eixo sobre a costa Atlântica; o Brasil, para abalar todo o sistema democrático sul-americano e a Polônia, trincheira anti-russa...”³⁴.

Quando a natureza política do regime instaurado a 10 de novembro é divulgada, Ciano apressa-se para convidar o Brasil para integrar o pacto, já que este país “tem seu lugar no seio do sistema dos Estados defensores da ordem e da civilização”³⁵. Apesar da insistência italiana e da confirmação do convite pela Alemanha a 19 de novembro, o Brasil não adere ao pacto e prefere aguardar “um certo tempo”³⁶. Conflitos com os países do Eixo que haviam ocorrido durante o primeiro semestre de 1938, assim como oposições internas e internacionais impedirão que a eventual adesão brasileira ao Pacto Anti-Komintern transforme-se em realidade.

A ruptura da AIB com o Estado Novo faz a Itália mudar de estratégia em relação ao Brasil. No princípio, a diplomacia italiana esforça-se para aproximar Plínio Salgado de Getúlio Vargas. Assim, o embaixador Lojacono insiste para que Salgado aceite o cargo de ministro da Educação, pois “este é um posto de manobra para criar uma nova alma brasileira”³⁷. Mas Salgado rejeita a proposta italiana, e a 8 de janeiro de 1938, Ciano decide pela suspensão da ajuda financeira ao integralismo. Apesar desta decisão tomada em Roma, o embaixador Lojacono continuará mantendo contatos com os dirigentes integralistas durante o ano de 1938, contrariando as ordens que chegavam de seu país.

2 – O despertar do nacionalismo brasileiro

O primeiro semestre de 1938 é o período-chave da política externa brasileira durante os anos 30. Dois elementos são essenciais: a nomeação de Osvaldo Aranha em março de 1938 para o posto de ministro das Relações Exteriores e sobretudo as drásticas medidas de nacionalização das colônias estrangeiras – alemã, italiana e japonesa – do sul do país. Estes dois fatores, pouco salientados pela historiografia brasileira, provocam o que se pode chamar de *turning-point* da política externa brasileira nas vésperas da guerra. As consequências provocadas por estes dois acontecimentos são duradouras e profundas. Assim, em poucas semanas caem todas as esperanças depositadas pelo Eixo Berlim-Roma no Estado Novo.

Com base na documentação diplomática disponível – particularmente a italiana e a alemã –, pode-se afirmar que mesmo a tentativa de *putsch* integralista de maio é, de certo modo, uma resposta à política de nacionalização em curso no sul do país. O ataque integralista é o resultado do encontro de duas frustrações: a da

AIB, por ter sido eliminada do poder, e a do Eixo, em razão da campanha de nacionalização.

Vários decretos-leis são promulgados com o mesmo objetivo: integrar, pela força se necessário, todas as colônias estabelecidas no país. O Decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938 proíbe aos estrangeiros o exercício de atividades políticas³⁸. Segue a 4 de maio o Decreto-lei nº 406 e a 18 do mesmo mês o de número 431³⁹. Enfim, em novembro de 1938, quando essas medidas já tinham sido postas em prática nacionaliza-se o ensino. Aplicadas com rigor nas regiões de cultura alemã, o conjunto destas medidas provoca uma grave crise com o Eixo e, particularmente, com a Alemanha.

3 – *Os conflitos*

As medidas de nacionalização tomadas pelo governo central a partir de abril de 1938 já vinham sendo postas em prática no Rio Grande do Sul desde fins de 1937. Os responsáveis pela sua execução, policiais, militares e políticos locais – tais como o general Daltro Filho, o coronel Cordeiro de Farias e o secretário de Educação e Cultura, Coelho de Souza –, conscientes da perigosa escalada das atividades nazistas no estado, aplicam as medidas nacionalizantes. Esta dicotomia – mais aparente que real – da política brasileira de nacionalização será útil a Getúlio Vargas nas difíceis discussões que terá em breve com o embaixador alemão, Karl Ritter.

Acumulam-se a partir de dezembro de 1937 as reclamações da Alemanha contra “a agressão sofrida pelas organizações alemãs” no sul do país⁴⁰. A campanha nacionalista continua, e Vargas recebe em audiência o embaixador alemão, a 25 de fevereiro de 1938. Vargas justifica a proibição das atividades do NSDAP no Brasil, baseado em que “não se pode autorizar o NSDAP quando partidos políticos brasileiros estão proibidos (decreto-lei de 2 de dezembro de 1937); é impossível permitir aos estrangeiros o que é proibido aos próprios nacionais”⁴¹. A posição de Vargas é inflexível, e Ritter decide fazer uma chantagem, declarando que as auspiciosas relações econômicas entre os dois países estariam comprometidas caso as atividades do NSDAP não fossem permitidas⁴². Em face deste argumento de peso, Vargas hesita e declara a Ritter que as atividades do NSDAP não estão proibidas, mas que é necessário discutir as formas que tomarão. Parcialmente satisfeito com a resposta de Vargas, Ritter convida o governo brasileiro para uma ampla discussão sobre a situação dos cidadãos do Reich e membros do NSDAP no Brasil, o futuro dos “germano-brasileiros”, a questão das escolas alemãs, a campanha de imprensa antialemã etc. Estas discussões deverão iniciar-se imediatamente.

Apesar deste resultado positivo, o irrequieto e pouco diplomático Ritter convence-se, com certa razão, de que Vargas está comprometido, por vezes contra

sua vontade, com as iniciativas tomadas pelo escalão local. Mas para Ritter o aspecto mais entristecedor deste problema é a atitude dos brasileiros de origem alemã. Com efeito, o responsável diplomático alemão está consciente de que, “em caso de ruptura entre o Brasil e a Alemanha, os alemães do Brasil [sic], devendo escolher entre a cultura brasileira e a cultura alemã, optarão pelo Brasil. O nosso objetivo – prossegue Ritter –, caso queiramos salvar o trabalho destas últimas décadas, é evitar que a situação chegue a este ponto”⁴³.

A perspectiva desta ruptura não modifica em nada a rígida posição do Terceiro Reich, e a escalada continua. A chegada de Aranha ao Itamarati, assim como a formalização, através de decretos-leis, das medidas tomadas no sul, levarão os dois países à ruptura. Logo após o malogrado ataque integralista de maio de 1938 contra o Palácio Guanabara, que provocou suspeitas brasileiras de uma participação alemã, vários problemas importantes perturbam outra vez as relações germano-brasileiras. O caso da “Federação 25 de Julho” e as péssimas relações pessoais entre Aranha e Ritter persuadem o responsável pela diplomacia brasileira da imperiosa necessidade de substituir o embaixador alemão. Apesar da mediação italiana, a crise continua e as posições das duas chancelarias tornam-se irreconciliáveis em meados de 1938. Até o “passo amigo” de Aranha em direção à Wilhemstrasse, tentando que a iniciativa da substituição de Ritter viesse diretamente de Berlim, é um insucesso. O Itamarati então se vê na obrigação de declarar, a 30 de setembro de 1938, o embaixador alemão *persona non grata*. A resposta alemã é imediata, e a 5 de outubro o embaixador brasileiro em Berlim, Moniz de Aragão, recebe uma nota similar da Wilhemstrasse. Esta crise se estende até a véspera da Segunda Grande Guerra.

A posição italiana no Brasil é igualmente delicada. O embaixador Lojacono não cumpre as ordens recebidas do Palácio Chigi e mantém relações com os dirigentes integralistas durante os primeiros meses de 1938.

A análise de Lojacono sobre o ataque integralista ao Palácio Guanabara reflete perfeitamente o estado de espírito do embaixador italiano. Decepcionado pelo desenrolar dos acontecimentos e sobretudo pela atitude dos assaltantes – “um grupo de cinquenta indivíduos, infelizmente reunidos [“assoldati”] entre negros e pessoas de ínfimo valor...”⁴⁴ –, Lojacono descobre, entretanto, que “a derrota do Integralismo equivale ao seu renascimento, pois a morte do Integralismo provém da sua falta de ação... O Integralismo tem agora suas vítimas e seus heróis. Um grande clamor surge dos túmulos e das prisões. Deste clamor virá o estado de incandescência que nós sempre pressentimos nos relatórios anteriores”⁴⁵.

O incêndio previsto por Lojacono não passa de um fogo de palha, e os dirigentes integralistas tentam refugiar-se nas embaixadas do Eixo e de Portugal. A 2 de julho parte clandestinamente pelo navio italiano *Augustus* o dirigente Miguel Reale, sob a falsa identidade de “Giovani Sbraglia”, cidadão italiano. Mas quando o ex-capitão Severo Fournier – chefe das operações no ataque ao Palácio Guanabara – encontra

refúgio na Embaixada italiana, o governo federal exige que ele seja entregue à Justiça brasileira. Inicia-se uma grave crise, que termina com Fournier sendo finalmente entregue às autoridades brasileiras e colocado numa prisão militar onde morrerá.

O “caso Fournier” indis põe o governo brasileiro com relação a Lojaco. Este é substituído em fins de 1938 por Ugo Sola. Evita-se, assim, uma crise maior.

As crises entre o Brasil e o Eixo durante os primeiros meses do regime estadonovista deixam traços profundos. A influência política germânica junto à colônia é agora praticamente inexistente. A embaixada alemã no Rio de Janeiro torna-se ineficaz, e o intercâmbio comercial sofrerá um declínio formidável. A posição italiana é igualmente desconfortável, e o Palácio Chigi não mais possui os meios para exercer uma diplomacia paralela no Brasil. A situação do Eixo no Brasil, caracteriza-se pela fraqueza às vésperas da Segunda Guerra Mundial. O Brasil transforma-se então no “sonho perdido” para os totalitarismos europeus.

VI – *A americanização (1940-1942)*

Sob o impulso de alguns membros do governo e particularmente de Osvaldo Aranha, a diplomacia brasileira toma um novo rumo a partir de 1939. Começa então a fase de americanização progressiva das relações externas brasileiras. Mas esta nova tendência, reforçada pelas imposições da guerra, não se concretizará sem atritos, discordâncias e surpresas.

A aproximação do Brasil com os EUA é um dos principais resultados da crise brasileira com o Eixo. Tal aproximação se realiza, em primeiro lugar, através da mediação do Itamarati, quando da oitava conferência pan-americana de 1938, realizada em Lima. Diante da oposição da Argentina às medidas propostas pelos Estados Unidos para formalizar o princípio de segurança coletiva continental, a delegação brasileira propõe que as decisões tomadas em Lima sejam consideradas unicamente como “resoluções”, ou seja, recomendações – uma satisfação à Argentina que permitisse assim a tomada de decisões por unanimidade. Chega-se assim a um resultado – a “Declaração de Lima” – onde são expostos os princípios de solidariedade pan-americana.

Em fevereiro de 1939, Osvaldo Aranha dirige uma delegação brasileira a Washington com o objetivo de negociar uma série de acordos, essencialmente econômicos. Finalmente, quando a evolução da Segunda Guerra Mundial exige uma reunião pan-americana para analisar a nova conjuntura, o Brasil toma posição junto aos Estados Unidos. Esta nova atitude brasileira é evidenciada sobretudo na Terceira Conferência Extraordinária dos Ministros das Relações Exteriores da América, realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, onde decide-se pela ruptura coletiva das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo.

Os dirigentes do Itamarati adotam, como parâmetro fundamental, o princípio de que a aproximação diplomática com os Estados Unidos não se deve realizar sem compensações. Neste sentido, as rivalidades no âmbito das relações internacionais têm como conseqüência maior a de aumentar a margem de manobra e o poder de barganha do Rio de Janeiro.

As peripécias das negociações entre Washington e Rio de Janeiro serão múltiplas, como atestam os discursos de Getúlio Vargas de junho de 1940. Interpretados muitas vezes como verdadeiros hinos aos regimes totalitários europeus, eles devem ser inseridos tanto no contexto conturbado do momento como na vontade expressa pela Revolução de 1930 de dotar o país das bases indispensáveis à sua industrialização.

VII – *Conclusão*

Apesar do desequilíbrio – tanto quantitativo como qualitativo –, as fontes brasileiras e estrangeiras disponíveis revelam aspectos pouco explorados das relações externas brasileiras durante o período. Entre as lições mais importantes, saliento a mudança de perspectiva da política externa brasileira. Assim, quando o Brasil adota, em novembro de 1937, um regime de tipo corporativista, dando a impressão de aproximar-se não só economicamente mas sobretudo politicamente do Eixo, o Rio de Janeiro escolhe esse momento para atacar centros de interesse considerados vitais pelo Eixo. Assim, toda a política de aproximação dirigida aos países totalitários europeus desmorona-se em poucos meses. Nesse sentido, a campanha de nacionalização dos núcleos de origem alemã e italiana constitui a pedra de toque das relações do Brasil com o Eixo. Insere-se nesta realidade a política externa brasileira às vésperas da guerra.

A historiografia da Segunda Guerra Mundial considera geralmente a Alemanha como um país ativo e empreendedor, tanto na luta político-ideológica como no intercâmbio comercial, enquanto que a importância da Itália é proporcional à sua força militar, ou seja, irrelevante. Ora, com relação ao Brasil, a diplomacia italiana dá provas de sua competência e ousadia. Evidentemente, a Itália não possui os meios para implantar uma diplomacia paralelo ao Brasil. Mas unicamente o fato de tentar pôr em prática uma política externa de tipo imperialista mostra uma outra imagem do Palácio Chigi.

O fio condutor da política externa brasileira, sugerido em filigrana nesta pesquisa, não deve esconder as rivalidades pessoais, os conflitos de interesse, as hesitações e os reveses, característicos de vários momentos da diplomacia do Itamarati. O historiador esforça-se por reconstituir os fatos e os fenômenos históricos, seguindo uma certa coerência julgada fundamental. Dispondo das informações necessárias e do recuo do tempo, o historiador encontra-se perante a história bem mais preparado que o ator. Este último deve improvisar e nem

sempre possui todos os elementos indispensáveis à tomada de uma decisão. A total ignorância dos dirigentes políticos brasileiros sobre as relações entre a AIB e o Eixo exemplifica a situação existente neste importante período da história contemporânea brasileira.

Impossibilitados de analisar a totalidade política do momento, os dirigentes brasileiros lançam mão de suas convicções pessoais e defendem o que julgam ser o interesse nacional. Getúlio Vargas, animado pela idéia “de um povo e uma língua”, dirige-se para o nacionalismo, enquanto seu ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, considera indispensável uma aproximação com os Estados Unidos. O resultado a que ambos chegam é o mesmo: limitar as relações com o Eixo.

Entretanto, o exemplo argentino deixa uma pergunta sem resposta: o caminho da neutralidade foi realmente impossível para o Brasil? Somente a história poderia responder. Ou Getúlio Vargas, quem sabe, caso tivesse aceito a demissão, muitas vezes oferecida, de seu brilhante ministro das Relações Exteriores.

NOTAS

1. Fonte: *Commercial Pan-America*; a *Monthly Review of Commerce and Finance*, “Latin American Migration Statistics”, n. 87, agosto de 1937, p. 4.
2. IBGE, *Recenseamento*, 1940.
3. *Idem*.
4. Como, por exemplo, Plínio Salgado, quando da sua viagem à Itália em 1930.
5. Ministério da Guerra, Itália, *Giornale Militare Ufficiale*, circular n. 335 de 7 de junho de 1929.
6. Ministério das Relações Exteriores, Brasil, *Relatório Anual apresentado ao presidente da República*, 1936, vol. I, pp. 102-111 e Anexo A, p. 6.
7. Os novos métodos comerciais alemães, baseados no “Novo Plano”, tentam pôr em prática o conceito dos “grandes espaços econômicos”. Conhecido igualmente sob o nome de “Plano Schacht”, de seu idealizador, o “Novo Plano”, pelo seu dirigismo e protecionismo, contraria a política comercial liberal dos Estados Unidos. Um sistema de compensação é previsto através de marcos bloqueados (“marks aski”) e dos contratos *clearing*. Consultar Long, O., *Les États Unis et la Grande Bretagne devant le Troisième Reich, 1934-1939. Un aspect du conflit des politiques commerciales avant la guerre*, IUHEI, tese n. 49, Genebra 1943, 302 p. Sobre a vida e a obra de Schacht, ver Peterson, E. N., *Hjalmar Schacht for and against Hitler: a political-economic study of Germany, 1923-1945*, Cristopher Publishing House, Boston 1954, 416 p.
8. É na Wilhemstrasse que encontra-se o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.
9. Documentson German Foreign Policy (DGFP); vol. III, doc. n. 30 de 23 de junho de 1934, pp. 74-75 e U.S. National Archives, frame K 226287, roll 4465, microcopy T-120.

10. O "Programa Hull", conhecido pelo nome oficial de "Reciprocal Trade Agreement Act", tem na América ibérica um objetivo determinado: opor-se ao aumento constante do comércio destes países com a Alemanha.
11. Documentos Diplomáticos Alemães (DDA), dossiê "Deutsch-brazilianisches Polizei abkommen zur Bekämpfung des Kommunismus" – Abteilung Inland II, Geheim, 83-60 A, 1936-1937, documento Streng Geheim, n. J. Nr. 138/36 de 30 de janeiro de 1936.
12. Arquivo Diplomático Brasileiro (AB), documento reservado n. 6111 de 11 de janeiro de 1937 e os documentos secretos n. 02165 de 3 de fevereiro de 1937 e o de n. 104 de 13 de agosto do mesmo ano.
13. DDA, dossiê "Deutsch-Brazilianisches Polizei...", *op. cit.*, doc. n. 2877/36 mg – II J, de 23 de dezembro de 1936.
14. DDA, dossiê "Deutsch-Brazilianisches Polizei...", *op. cit.*, doc. secreto n. Aus.Amt 83-60A (g) 22/2 de 22 de fevereiro de 1937.
15. AB, relatório secreto do embaixador Moniz de Aragão ao ministro das Relações Exteriores interino, Pimentel Brandão, doc. n. 06413 de 13 de maio de 1937.
16. Ver o esquema da organização do NSDAP no Brasil in Kuehne, J., *O nazismo em Santa Catarina*, Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, pp. 15 e seg.
17. Silva Py, A., *A Quinta Coluna no Brasil: a conspiração nazista no Rio Grande do Sul*, Ed. Globo, Porto Alegre 1942, 406p., e do mesmo autor o relatório secreto preparado para o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, interventor no estado do Rio Grande do Sul, 2 volumes, Porto Alegre, sem data, 781 p.
18. Consultar Trindade Hêlgio, *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, Ed. Difel, São Paulo 1974, 388p.
19. DDA, Pol. ABT III, in Akten "Nationalsozialismus, Fachsimus und Ahutiche", doc. n. 1545/35 de 20 de novembro de 1935, pp. 12-13.
20. O Brasil não segue, por exemplo, a recomendação da Sociedade das Nações (SDN) de embargo comercial da Itália quando da invasão da Etiópia pelo exército fascista.
21. Cf. Cantalupo, R., *Racconti Politici dell'altra Pace*, Ed. Instituto per gli Studi di Politica Internazionale, Milão 1940, pp. 306-307.
22. Arquivo Diplomático Italiano (AI), doc. n. 4483/229 de 10 de outubro de 1936.
23. *Ibidem*, doc. n. 976/361 de 8 de julho de 1935.
24. Ver Gilbert F., "Ciano and his ambassadors", in *the Diplomats, 1919-1939*, Princeton University Press, New York 1971, vol. II, p. 514.
25. AI, doc. n. 4483/229 de 10 de outubro de 1936.
26. Como por exemplo o diplomata Latour, o oportunista Luís Sparano ou ainda João Severiano da Fonseca Hermes.
27. Ver a declaração de Salgado a Lojacono in AI, doc. n. 3697 de 10 de julho de 1937.

28. *Ibidem*, doc. n. 444/10 de 13 de janeiro de 1937.
29. AI, doc. n. 181.182 de 13 de outubro de 1937 e doc. n. 2745/767 de 29 de outubro de 1937.
30. AI, relatório n. 2270/641 de 10 de setembro de 1937. Os detalhes sobre as relações italo-integralistas estão in Silva Seitenfus, R. A., *Le Brésil de Getúlio Vargas et, la formation des bloc: 1930-1942. Le processus de l'engagement brésilien dans la seconde guerre mondiale*, tese de doutorado apresentada no Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, Genebra 1979, 786 p. (versão em português na Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro).
31. DDA, dossiê "Politische Abteilung IX, Innere Politik, Parlements und Parteiwesen", n. 23, Band I, doc. n. Pol. IX 1265 de 11 de novembro de 1937.
32. Ciano, G., *Journal, 1937-1938*, Ed. de Paris, Paris 1949, p. 62.
33. DDA, dossiê "Politische Abteilung IX..." *op. cit.*, doc. n. E 518336 de 11 de novembro de 1937.
34. Ciano, *Journal, 1937-1938, op. cit.*, p. 60.
35. Declaração de Ciano ao embaixador brasileiro em Roma, Guerra Duval, in AI, doc. n. 1881 R/195 de 12 de novembro de 1937.
36. AI, doc. n. 5579/1890 de 13 de novembro de 1937.
37. AI, doc. n. 3092/832 de 7 de dezembro de 1937.
38. Cf. Diário Oficial de 19 de abril de 1938, pp. 7357-7359.
39. *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio n. 47, julho de 1938, pp. 100-110.
40. DDA, dossiê "Politische Abteilung IX...", *op. cit.*, doc. n. 128 de 22 de dezembro de 1937.
41. *Ibidem*, doc. n. Pol. IX 341 de 3 de março de 1938.
42. *Idem*.
43. *Idem*.
44. AI, relatório de oito páginas de n. 1263/331 de 16 de maio de 1938.
45. *Ibidem*, p. 7.

MARCELO DE PAIVA ABREU – Antes de mais nada, gostaria de congratular-me com os três expositores e lamentar que tenhamos um prazo tão exíguo para comentar suas contribuições. Começaria pela contribuição do prof. Diaz Alejandro.

Seu trabalho, como ele mesmo menciona na introdução, é relacionado à política econômica adotada por vários países da América Latina durante a década de 30 e às consequências sobre o desempenho dessas diferentes economias no período. Portanto, torna-se extremamente difícil abordá-lo sob a ótica de relações internacionais, ou mesmo de relações econômicas internacionais.

Na introdução à sua exposição, o prof. Diaz Alejandro deixou-me uma pista para esse possível desdobramento ao mencionar, algo provocativamente, que talvez essas diferenças entre países tenham tido um impacto relativamente limitado sob o prisma do desempenho econômico. Teria, quanto a esse ponto, algumas dúvidas. Conheço o caso brasileiro bastante melhor do que o de qualquer outro país da América Latina. No entanto, ocorre-me o caso argentino como quase que simétrico ao do Brasil no que toca a concessões no terreno da política econômica externa. Acredito que seria bastante improvável que a avaliação dos acordos comerciais preferenciais com a Inglaterra, inclusive o famoso acordo Roca-Runciman em 1932, ou que a alta propensão argentina a pagar a sua dívida externa, perspectiva exótica na América Latina, não tivessem causado um impacto do ponto de vista econômico mais concreto. Deixo simplesmente a dúvida; creio que é uma questão que merece estudo. Entretanto, manifesto a minha concordância entusiástica quanto à conclusão do trabalho, que coloca em perspectiva correta qual seria a melhor política econômica a ser adotada por um país da América Latina, e define casos particulares para pequenos países que seriam mais ou menos contrários à teoria econômica ortodoxa. No caso brasileiro, obviamente isso tem um interesse um pouco mais limitado, já que o Brasil não é um supridor marginal de, pelo menos, um produto específico; sendo assim, existiria uma limitação à condução da sua política econômica, especificamente da política cambial.

Um aspecto que valeria a pena mencionar é que o estudo das recomendações feitas por diferentes especialistas estrangeiros a respeito da ortodoxia ou não da política econômica é fascinante, e possivelmente poderia ser incorporado ao trabalho do prof. Diaz Alejandro. Neste particular, obviamente, especialistas de

diferentes países têm perspectivas diversas. No caso inglês, as recomendações são terrivelmente ortodoxas, basta ver a Missão Niemeyer, de 1931. Por outro lado, os americanos tendem a apresentar uma visão muito mais completa do problema cambial e dos problemas econômicos dos países subdesenvolvidos. Ocorre-me como contribuição original e importante nesse sentido um relatório produzido pelo prof. Williams, da Universidade de Harvard, em 1934, onde são bastante bem definidas as diferentes etapas que percorre um país no abandono do padrão ouro quando sofre o impacto da grande depressão. Inicialmente, consome suas reservas e insiste numa política ortodoxa. Num segundo momento, adota a desvalorização cambial como medida de proteção. Em seguida, apela para controles cambiais mais ou menos estritos. Em última instância, começa a acumular atrasados comerciais. Essa foi a história brasileira, e imagino que tenha sido a de diversos países na América Latina.

Faria também alguns comentários tópicos em relação ao trabalho do prof. Diaz Alejandro. Do meu ponto de vista, há uma aceitação talvez um pouco acrítica da possível ortodoxia do Governo Provisório, especialmente em matéria fiscal. Acredito que o Governo Provisório efetivamente possa ter adotado uma política ortodoxa durante a gestão Whitaker no Ministério da Fazenda, mas depois da substituição do Whitaker por Aranha, torna-se bastante mais complicado sustentar essa posição. Um grande argumento utilizado para classificar de ortodoxa esta política econômica do governo está associado ao caráter exógeno do aumento do saldo da balança comercial. A meu ver, esse argumento foi definitivamente descartado pela contribuição do prof. Fishlow. Um segundo ponto seria relativo à periodização usada para a análise: 1924-33, 1933-39, 1939-45, 1945-49. Quero lembrar que o ano de 1942 foi efetivamente um divisor de águas no caso da economia brasileira, e seria interessante verificar se isso ocorreu em outros países. O período de 1937/38 a 1942 foi um período de estagnação, de escassez de cobertura cambial; de 1942 em diante, e atravessando seguramente o ano de 1945, houve uma fase de considerável expansão, de bom desempenho industrial. Em suma, uma periodização do ponto de vista econômico talvez fizesse mais sentido.

Finalmente, vale assinalar que, no caso brasileiro, a política tarifária certamente foi muito pouco relevante, pelo menos até 1934, na medida que existiam controles cambiais, licenciamento de importações e a aplicação de critérios da essencialidade na distribuição de cobertura cambial. Existem estudos minimizando a importância relativa das alterações tarifárias, e seguramente o professor deles tem ciência.

Quanto ao *paper* do prof. Seitenfus, obviamente sinto-me em posição menos cômoda para comentá-lo, na medida que sou economista, possivelmente economicista, e muito do *paper* está totalmente fora da minha seara. No entanto, gostaria de tecer alguns comentários de natureza geral. Considero extremamente salutar que se tenha plena consciência dos graus de liberdade adicionais que eram

disponíveis na década de 30, se comparados à década de 20, advindos de uma competição imperialista mais clara. Os dois pólos dessa disputa pelo mercado brasileiro seriam configurados, talvez um pouco simplesmente, pela Alemanha e pelos Estados Unidos. A projeção alemã no Brasil foi algo que também ocorreu em inúmeros países da América Latina e dos Bálcãs, cujas economias, de certa forma, apresentavam complementaridade em relação à economia alemã. A partir de 1934, com a introdução do Plano Schacht, que canalizava o grosso do comércio alemão para países que, como a Alemanha, enfrentavam a escassez de divisas, ocorreu um deslocamento do comércio de terceiras nações em benefício do comércio compensado alemão.

Outra observação que gostaria de fazer é que, em pelo menos duas passagens, o prof. Seitenfus menciona características oportunistas da política comercial ou da política externa brasileira. O termo tem sido usado com alguma insistência por brasilianistas e até por brasileiros brasilianistas. Confesso que não posso entendê-lo, na medida que não especifica o tipo de política externa ou de política comercial. Terão sido oportunistas as políticas externas francesa e inglesa na Espanha ou durante a crise de Munique? Ou a americana, na sua política de isolacionismo? Ou a italiana na Abissínia? Ou a soviética na negociação do pacto nazo-soviético? Em suma, este é um critério que se esgota rapidamente, pois leva-nos à conclusão de que as políticas externas e as políticas comerciais são oportunistas, porque simplesmente se propõem à defesa dos interesses nacionais, no curto, médio e longo prazos. Não concordaria em qualificar de oportunista a política comercial posta em prática a partir de determinada data, como mencionado, e não concordo também que tenha sido oportunista a política externa brasileira de uma maneira geral, ao alinhar-se aos Estados Unidos a partir de 1941/42. Se o foi, todas o foram.

Outro ponto que merece destaque é que o ano de 1935 efetivamente correspondeu a um reexame e a uma reversão da política comercial brasileira. No entanto, esse reexame decorreu também, embora não exclusivamente, da negociação de um importante acordo comercial com os Estados Unidos, um dos acordos pioneiros da grande ofensiva multilateral do Departamento de Estado. De qualquer forma, a política comercial que conduziu à negociação de sucessivos acordos incluindo a cláusula de nação mais favorecida entre 1931 e 1934, deve ser vista tendo como pano de fundo as restrições cambiais que vigiram durante todo o período. Entre 1930 e 1934, o importante era o sistema de controle das importações, regido por critérios de essencialidade que o governo definia. Sendo assim, a tarifa e a concessão de cláusula de nação mais favorecida são bastante relativizadas por esse fato de natureza geral.

Ainda um último comentário. Ao ler o trabalho, fica a impressão de que o afastamento do Brasil em relação ao Eixo decorreu de erros políticos por parte da Alemanha e da Itália. Diria que o modelo é muito mais sobredeterminado do que se supõe e que, realmente, restava pouca escolha às autoridades brasileiras.

O *paper* do prof. Gérson demanda um pouco mais de tempo para comentar. Creio que a principal crítica que tenho a fazer está associada ao que ele chamou de equidistância pragmática. Geometricamente, não concordo com o termo porque o peso econômico e político dos Estados Unidos no decorrer de toda a década de 30 certamente foi bastante superior ao peso econômico e político da Alemanha. Os Estados Unidos tinham pelo menos meio bilhão de dólares investidos no Brasil; tinham uma parcela ponderável dos mercados de exportação e importação brasileiros; tinham uma influência não-desprezível nos círculos governamentais, embora isso não fosse privilégio seu. Falar em equidistância talvez seja algo forçado.

Arelada a essa idéia um pouco exagerada da margem de manobra do governo brasileiro, existe uma subestimação da visão estratégica do governo americano em relação ao Brasil, que se revela aqui e ali em documentos oficiais, e que, a partir de um certo momento, fica extremamente clara. Para os EUA, o Brasil deveria ser entendido como um país merecendo tratamento privilegiado, muito em função das relações de natureza especial que governavam o intercâmbio entre a Inglaterra e a Argentina. O Brasil era eleito herói americano e, em função disso, os olhos se fechavam para determinadas iniciativas que desagradavam as autoridades norte-americanas.

Nunca se colocou a alternativa comércio livre ou de compensação. O que se colocava era comércio livre e comércio de compensação, ou só comércio livre. Essa observação de natureza geral se prende a algumas divergências que estariam atreladas a interpretações sobre episódios específicos, que foram mencionados. No caso da grande siderurgia brasileira, por exemplo, existe uma visão clássica a esse respeito que associa o empreendimento a um alto poder de barganha e à grande habilidade de manobra do governo brasileiro. Da minha consulta exaustiva aos arquivos americanos e ingleses, o quadro que resulta não é esse. Resulta um quadro de interesse bastante pronunciado, por parte do Departamento de Estado, de que uma grande usina siderúrgica fosse instalada no Brasil. Embora o presidente Getúlio Vargas tivesse mencionado a alternativa alemã, isso nunca foi levado a sério pelo Departamento de Estado, que tinha plena consciência de que a Marinha Real asseguraria o não-comércio entre o Brasil e a Alemanha – o que de fato ocorreu no caso dos canhões já encomendados e pagos à Krupp.

Quanto aos comentários que prof. Gérson atribuiu a uma autoridade militar, na realidade foram feitos por Forrestal, civil, secretário da Marinha, e que não é representativo dos principais círculos oficiais americanos interessados no Brasil. É um personagem marginal, que tinha idéias exóticas. Se as opiniões do Secretário Forrestal são contrastadas às de um importante burocrata, Harry Dexter White, segundo homem de Morgenthau no Tesouro, ou mesmo até as atrasadas posições de Herbert Feis, importante burocrata do Departamento de Estado, ver-se-á que a política americana era bastante mais concessiva e levava em conta o projeto

estratégico americano. Interessava aos Estados Unidos o desenvolvimento econômico brasileiro, e não a extração de vantagens financeiras ou comerciais de curto prazo.

Dataria de um período anterior a inversão da política externa brasileira com relação aos Estados Unidos a que se refere o prof. Gérson, ou pelo menos as raízes dessa inversão. E a data seria a da visita do chanceler Osvaldo Aranha a Washington, realizada em março de 1939, quando foi negociado um importante acordo de pagamento de atrasados comerciais e financeiros e quando se firmaram compromissos – é bem verdade, bastante criticados pelos militares – a respeito do pagamento futuro da dívida externa. Em 1940, os Estados Unidos fizeram importantes concessões, não apenas ao Brasil, mas a outros países latino-americanos. O acordo interamericano do café, por exemplo, fixou preços vantajosos aos países latino-americanos. À luz de um diagnóstico político, as autoridades americanas concluíram que, se esses preços não fossem assim afixados, tais economias estariam ameaçadas, e haveria perigo de desestabilização. Essas condições favoráveis também se fizeram presentes no caso de Volta Redonda, e em 1942, quando foram negociadas as condições atreladas aos acordos de Washington relativos ao suprimento de materiais estratégicos. Só a partir de fins de 42 e começo de 43, quando a situação militar estava um pouco mais definida, é que essa política de concessões é revertida, e os Estados Unidos começam a recuperar um pouco dos “investimentos” feitos no Brasil. Veria, em suma, a política americana com referência ao Brasil na década de 30 como preparatória, como de lançamento das raízes de um período muito mais longo de razoável preeminência no Brasil, que durou pelo menos até meados da década de 70.

O BRASIL EM FACE DOS ESTADOS UNIDOS E PAÍSES
DO EIXO: A CONJUNTURA INTERNACIONAL DOS
ANOS 30.
COMENTÁRIO AOS TRABALHOS DE
GÉRSON MOURA E DE RICARDO A. SILVA
SEITENFUS.

Maria Regina Soares de Lima

MARIA REGINA SOARES DE LIMA – Eu iniciaria minha intervenção salientando a oportunidade de uma sessão sobre “Relações internacionais e política externa”, no âmbito do Seminário sobre a Revolução de 30. Isso porque, com algumas notáveis exceções, a maioria dos modelos de análise sobre mudanças macroestruturais tendem a minimizar, ou mesmo a ignorar, o impacto do contexto internacional sobre processos de transformações globais¹.

Como foi exposto aqui de forma brilhante pelos três expositores – com base em extensa documentação histórica, grande parte ainda inédita –, os anos 30 assistiram ao desmoronamento da antiga ordem mundial e à constituição de um novo ordenamento de poder no plano internacional. Foram nas brechas criadas pela competição intercapitalista que, segundo Gérson, se abriram novas oportunidades para países como o Brasil, situados na periferia dos sistemas de poder.

Eu faria dois comentários de ordem geral e duas observações de natureza mais específica, dirigidas respectivamente aos trabalhos de Ricardo Seitenfus e de Gérson Moura. O primeiro deles diz respeito à questão da ruptura ou da continuidade da política externa brasileira posta em prática neste período. De certa forma, os dois autores apontam os elementos de mudança ou de permanência, com base na comparação com o período anterior a 1930. Mais claramente para Ricardo Seitenfus, a diplomacia triangular brasileira, nos anos de 1934 a 1939, representou uma ruptura em relação à fase anterior (de alinhamento aos Estados Unidos) e à etapa imediatamente posterior, já que a partir de 1939 teve início um período de americanização progressiva das relações externas do Brasil. O argumento de Gérson Moura é mais elaborado. O autor prefere usar a expressão “redefinição dos termos da dependência”, que sugere uma mudança em relação à política anterior, mas também indica a manutenção de alguns de seus elementos básicos.

Na argumentação que desenvolverei a seguir, procurarei apontar não propriamente as descontinuidades em relação à fase anterior a 1930, mas a continuidade, no período pós-45, de determinados elementos que já estavam presentes na política externa dos anos 30, particularmente a partir de 1937.

Na década de 30, estava em gestação um projeto nacionalista que não era propriamente antiburguês ou antiimperialista, no sentido econômico do termo, mas essencialmente militar. Seus componentes básicos eram o fortalecimento

econômico e militar do país, a consolidação da proeminência brasileira na América Latina e a projeção do país no plano mundial. Na análise de Gerson sobre a criação da Força Expedicionária Brasileira, fica claro que para as elites estatais brasileiras, a participação do Brasil na guerra seria o meio de assegurar a concretização desses objetivos. E eram *exatamente* estes itens que constavam dos dez pontos que Osvaldo Aranha enviou a Vargas sobre o que esperar da guerra.

Assim, neste período, o projeto nacionalista militar assumiu contornos bastante nítidos, que a meu ver tiveram continuidade na fase posterior a 1945. Nos anos 50, o nacionalismo aparecerá topicamente na questão da exportação para os Estados Unidos de materiais estratégicos e por ocasião da criação da Petrobrás.

A “guerra fria”, porém, congelou este projeto. Em um contexto internacional marcado pela bipolaridade e por um rígido sistema de alianças, qualquer tentativa de um dos aliados menores negociarem seus interesses era imediatamente interpretada pelo centro hegemônico, no caso os Estados Unidos, como estando relacionada ao principal eixo de confrontação no plano internacional, o conflito Leste-Oeste. Estabelecia-se, desta forma, uma estreita relação, uma contaminação mesmo entre questões domésticas de política econômica e alinhamento político no plano externo.

No período da “guerra fria”, as relações interamericanas foram pautadas pela premissa de que qualquer posição nacionalista em questões econômicas implicaria uma postura antiamericana no plano político-diplomático. Ademais, da perspectiva dos militares brasileiros, socializados nos parâmetros da “guerra fria”, os Estados Unidos constituíam o aliado estratégico vital, já que representavam a mais poderosa força da aliança anticomunista, no plano mundial. Assim sendo, qualquer posição antiamericana era considerada pelos militares brasileiros como uma ameaça à aliança anticomunista. Ao confundir as dimensões interna e externa, a “guerra fria” sufocava o nacionalismo militar.

Com o término da bipolaridade rígida, estas dimensões voltaram a se diferenciar, e o projeto nacionalista militar ressurgiu gradativamente na política externa dos governos militares depois de 1964, particularmente a partir de Médici. Claramente, os militares brasileiros continuariam virtualmente anticomunistas no plano interno, mas tenderiam a adotar posições nacionalistas, e mesmo antiamericanas, no plano externo.

Um outro comentário, também de ordem geral, diz respeito ao peso que se deve atribuir aos fatores estruturais e conjunturais e aos condicionantes externos e internos à sociedade brasileira nas decisões da política externa do país. A meu ver, a contribuição mais significativa de Gerson Moura é a integração que realiza entre condicionantes estruturais e conjunturais no exame da política externa brasileira do período em estudo. O achado mais sugestivo de seu trabalho consiste em

observar concretamente, através da análise do processo decisório, como a natureza dialética da hegemonia – concebida em termos de coerção e de legitimidade permitiu ao governo brasileiro extrair benefícios dos Estados Unidos. Ao contrário do que se poderia supor, estes ganhos, segundo Gérson, foram maiores na fase de realinhamento do Brasil aos Estados Unidos (1941-1945).

A intervenção de Marcelo Abreu ressaltou o aspecto da “concessão” do poder imperial e, deste modo, minimizou os eventuais “ganhos” do lado brasileiro. A análise de Gérson elucidou, porém, que foi na etapa de estabelecimento da hegemonia norte-americana – quando o pólo da legitimidade “impôs” ao poder hegemônico a necessidade de negociação com o aliado subordinado – que este último pôde obter ganhos adicionais.

Eu teria uma observação, contudo, à questão do impacto diferencial dos condicionantes externos e internos no processo decisório. No trabalho de Gérson, foi dado um peso maior aos condicionantes externos nas decisões do governo brasileiro no período de realinhamento do país aos Estados Unidos, em oposição à etapa de equidistância pragmática, quando teriam sido mais importantes os fatores internos. Na verdade, tanto sua argumentação quanto a evidência que apresentou indicam a inter-relação complexa entre os planos externo e interno, particularmente na fase de realinhamento, já que, como o próprio autor observa, os ganhos brasileiros e o estabelecimento da hegemonia norte-americana foram fenômenos concomitantes e mutuamente condicionados.

Parece-me que o menor peso atribuído aos fatores internos na fase de realinhamento decorre do modelo analítico utilizado, implícita ou explicitamente, por Gérson. De forma um tanto simplificada, neste modelo a política é concebida como resultante de pressões, influências e interesses divergentes de grupos e classes sociais. Na medida que nesta etapa seria mais complexo identificar interesses de grupos sociais específicos às decisões examinadas (rompimento de relações e declaração de guerra aos países do Eixo e criação da FEB), os fatores condicionantes foram deslocados para o plano externo.

Considerando-se, porém, uma outra perspectiva de análise, mencionada anteriormente por Elisa Reis durante a mesa “elites políticas e regionalismo” deste seminário, também nesta fase da política externa os condicionantes internos teriam sido cruciais. Consiste esta perspectiva em conceber o Estado como uma organização real e, enquanto tal, como um ator político em si mesmo². Enquanto organização, o Estado compete com classes e grupos dominantes na apropriação de recursos da sociedade e da economia. Naturalmente que sua autonomia é relativa, já que depende de características internas específicas e de conjunturas internacionais particulares que, na década de 40, eram particularmente significativas para a argumentação aqui desenvolvida.

Nesta etapa do processo de construção do Estado nacional, foi na interseção entre as oportunidades oferecidas pelo contexto internacional e as condições específicas de empate das forças sociais no interior do sistema político brasileiro que se apresentou às elites estatais do país a possibilidade de implementação de seu projeto de Estado.

Duas outras observações de natureza mais específica dirigem-se a Ricardo Seitenfus e a Gérson Moura, respectivamente. Com auxílio de documentação ainda inédita, Seitenfus examinou detalhadamente os objetivos políticos dos países do Eixo no Brasil. Desvendou, inclusive, os meandros das diplomacias paralelas da Alemanha e da Itália que operavam no país tanto através de estreitas relações com as colônias de origem alemã, no caso da Alemanha, como por via dos relacionamentos contraditórios do governo italiano com o movimento integralista brasileiro.

O que me parece não foi suficientemente discutido e, diria mesmo, foi omitido de sua argumentação é a análise dos elementos que, em princípio, tornaria inviável um pacto político entre Alemanha-Itália e Brasil. Neste sentido, o autor não levou em conta a existência de uma contradição básica entre o projeto imperial dos países do Eixo, de feição nitidamente mobilizadora, e o caráter desmobilizador e centralizador do sistema político brasileiro. Contrariamente, o projeto imperial norte-americano seria mais “lúcido”, na medida que, do ângulo estrutural, não era incompatível com o projeto do Estado Novo. As divergências entre o governo norte-americano e o regime brasileiro, no pós-guerra, foram de natureza conjuntural, em função dos objetivos políticos específicos daquela potência no plano mundial.

Quanto ao trabalho de Gérson Moura, minhas observações visam apenas oferecer alguns subsídios adicionais à sua argumentação sobre a posição do Brasil na estratégia norte-americana de guerra. Claramente, observava-se uma diferença básica de pontos de vista entre, de um lado, o Departamento de Estado e Roosevelt e, de outro, os departamentos militares. Assim, enquanto nos planos político, ideológico e diplomático Roosevelt e o Departamento de Estado utilizaram sistematicamente o conceito multilateral de defesa hemisférica, os departamentos militares dos Estados Unidos não fizeram qualquer planejamento estratégico multilateral durante a Segunda Guerra. Na verdade, mesmo o Inter-American Defense Board, órgão multilateral por excelência, só veio desempenhar uma função de planejamento militar multilateral no pós-guerra, durante o período de “guerra fria”.

Durante a Segunda Guerra, os departamentos militares norte-americanos operaram com base em uma estratégia de relações bilaterais especiais com alguns países chaves situados no assim denominado *Quarter Sphere* (México, Equador e Brasil, particularmente). Já por ocasião do ataque japonês a Pearl Harbor, teria

ficado claro para os militares norte-americanos que os recursos disponíveis do país não seriam suficientes para a defesa de todo o hemisfério. No âmbito bilateral, a única forma de cooperação militar prevista para os países latino-americanos consistia na concessão de bases militares aos Estados Unidos. Paralelamente, porém, os militares norte-americanos formularam planos unilaterais de invasão, do México e do Brasil, na eventualidade do insucesso da cooperação bilateral³.

Mesmo se opondo à perspectiva multilateral, os militares norte-americanos acabaram por aceitar a abordagem proposta pelas elites civis dos Estados Unidos. A cooperação prevista tinha basicamente uma função política, já que, do ângulo militar, era absolutamente inócua e pouco efetiva. Esta abordagem forneceu a tônica das relações hemisféricas durante a guerra e, já nesta época, os Estados Unidos davam início à montagem do complexo arcabouço multilateral que, na época posterior, consolidaria na região o chamado sistema interamericano de segurança hemisférica.

A título de ilustração, gostaria de concluir observando que, neste período, a comparação entre os Estados Unidos e o Brasil é particularmente sugestiva. Nos anos 30 e princípios da década de 40, têm início o processo de construção da hegemonia dos Estados Unidos no plano mundial e a projeção da sociedade de mercado norte-americana para além das fronteiras nacionais. Simultaneamente, no Brasil, assistia-se à constituição progressiva da ordem burguesa industrial. A diferença entre os dois países está em que, nos Estados Unidos o projeto imperial foi obra de elite civil, enquanto no Brasil a perspectiva da sociedade de mercado foi capturada por uma elite de poder da qual faziam parte os militares.

NOTAS

1. Mesmo as contribuições da teoria da dependência, se incorporam a dimensão externa na análise de processos internos, a partir do modo de inserção do país no sistema econômico mundial, tendem a minimizar a importância de outra dimensão do sistema mundial: a competição entre estados nacionais. Esta última dimensão está presente, porém, no modelo analítico utilizado por Theda Skocpol na análise de revoluções em *States and social revolutions in France, Russia and China* (New York and London: Cambridge University Press, 1979).

2. Para o desdobramento desta perspectiva analítica, ver Theda Skocpol, *op. cit.*

3. Ver John Child, "From 'color' to 'Rainbow': U.S. strategic planning for Latin America, 1919-1945", *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, vol. 21, nº 2, 1979.

CELSO LAFER (PRESIDENTE): como fui convidado para participar deste Seminário também na qualidade de debatedor, vou fazer três rápidas observações a respeito de cada um dos documentos apresentados nesta sessão.

O documento de Diaz Alejandro suscita um ponto fundamental, de natureza historiográfica e política, que é a relação entre o geral e o particular. Com efeito, enquanto reflexão de um economista, parte de dados agregados sobre a América Latina. O que eu desejaria saber é em que medida esta reflexão, a partir de dados agregados, permite captar, numa perspectiva de razão concreta, a relação entre o geral e o particular?

Esclareço o sentido de minha pergunta com dois exemplos. O primeiro diz respeito ao jogo dos protagonistas não governamentais na redefinição da divisão do trabalho provocada pela Grande Depressão. Para os industriais brasileiros – e estou pensando em Roberto Simonsen e Horácio Lafer –, a proposta de industrialização que vinham advogando encontrou na crise de 29 um novo sentido e uma oportunidade de amplificação política. De fato, no contexto da crise, a proposta industrializante que advogavam passou a significar não apenas a defesa dos interesses setoriais, mas igualmente uma proposta que, pelo seu conteúdo mais amplo – redefinição da posição do Brasil na divisão internacional de trabalho – era também uma proposta de solução para os problemas do país.

Além do jogo dos protagonistas não-governamentais, existe também o dos protagonistas governamentais; em que medida distintos ministros da Fazenda seguiram orientações mais ou menos ortodoxas e geraram as flutuações e as ambigüidades mencionadas no documento de Diaz Alejandro?

Encaminhando o segundo exemplo esclarecedor de minha pergunta, no jogo da relação entre as instituições, cabe mencionar o papel das políticas burocráticas. As pesquisas, como as de Eli Diniz, mostram que a tendência do Ministério da Fazenda, em matéria de política econômica, era sempre mais ortodoxa do que a do Ministério do Trabalho e da Indústria, onde estavam agrupadas preocupações mais ligadas à reflexão e aos interesses dos industriais.

Em síntese, portanto, a colocação que eu faria, quanto ao documento de Diaz Alejandro, é a seguinte: em que medida, no jogo do geral e do particular, a reflexão sobre dados agregados salienta adequadamente estes aspectos, cuja especificidade caracteriza uma relevante dimensão do processo histórico?

O documento de Gérson, que me parece excelente e que, aliás, amadurece reflexões e pesquisas anteriores, coloca também este mesmo problema da relação entre o geral e o particular. Gérson discute o reordenamento do poder mundial e o papel do Brasil neste contexto, através da análise da dimensão interna e da dimensão externa. Um ponto, no entanto, existe que me parece importante indagar – ponto que, de certa forma, foi levantado pela Maria Regina. A conclusão a que chego com base no documento de Gérson é que a competência americana, na articulação de um projeto de reordenação do sistema de poder mundial, foi muito grande. Em que medida esta competência também está presente para explicar o desdobramento do segundo após-guerra?

Maria Regina observa que a ênfase no multilateral não era excessiva, e que a insistência maior era de natureza bilateral. No entanto, a proposta norte-americana que surge depois da Segunda Guerra Mundial é de natureza multilateral, de alcance abrangente. Bretton Woods e o GATT, que foi resultado da International Trade Organization, mostraram-se altamente adequados, durante um largo período, para a reordenação do sistema mundial, sob a égide da hegemonia norte-americana.

No que diz respeito à postura de equidistância pragmática, não só no momento examinado pelo Gérson, mas em períodos posteriores, eu lembraria sucintamente o seguinte: todo pragmatismo é, por definição, seletivo e arbitrário. O realismo pragmático é, sem dúvida, um ponto de partida útil para uma reflexão sobre a conjuntura política, mas não pode ser um ponto de chegada. Em que medida a reflexão sobre equidistância pragmática, tal como a formulou Gérson, se aplica ou não, teve ou não impacto em períodos posteriores? Refiro-me, obviamente, ao final da década de 60 e à década de 70, tema igualmente mencionado pela Regina.

Parece-me que, do ponto de vista da atual reordenação do sistema mundial, existe um elemento novo e de capital importância. A partir da década de 70, como o próprio Diaz Alejandro esclarece nos seus documentos sobre a relação Norte-Sul, esta reordenação não se processa apenas no centro do sistema internacional, no âmbito das grandes potências. É uma reordenação que passa a ter que levar em conta, também, a presença crescente de outros países com suficiente poder para dizer “não” a uma ordem que consideram incompatível com os seus valores e com os seus interesses. O novo, no confronto Norte-Sul, hoje em dia, do ponto de vista da reordenação do sistema internacional, prende-se precisamente à capacidade maior de negociação de que dispõem os países do Sul. Aliás, se fosse necessário dar um exemplo, bastaria mencionar a Conferência sobre os Direitos do Mar, ora em fase final de conclusão.

Finalmente, quanto ao terceiro e último documento, que também me parece extremamente interessante, o que gostaria de realçar é a significativa

contribuição que representa, ao trazer ao nosso conhecimento uma documentação – a documentação italiana – à qual não se tinha tido acesso. Esta documentação explicita as diferenças entre as diplomacias alemã e italiana, suscitando uma ponderação sobre a relação de meios e fins. O que Ricardo mostra é que os fins do Eixo eram similares, mas os meios eram diferentes, chamando a nossa atenção para a eficiência maior da ação diplomática italiana.

Partindo de um ângulo diverso do escolhido por Maria Regina, que examinou a relação entre o Estado Novo e as potências do Eixo, penso que valeria a pena mencionar que existe uma relação entre os meios de que se valeu a diplomacia alemã e as características de um regime como o nazista. Um regime totalitário, com sua lógica interna impermeável ao jogo da concessão do razoável, fatalmente teria dificuldade para atuar com flexibilidade no campo diplomático. O estilo diplomático do nazismo estava muito mais condicionado às características de um regime totalitário do que o da Itália de Mussolini. Neste sentido, aquilo que pareceria uma escolha mais adequada de meios e fins colocava-se impossível para a diplomacia do III Reich, em virtude da lógica do regime nazista. Sobre este tema eu gostaria de ouvir a opinião de Ricardo.

Em síntese, também a relação entre a razão concreta explicitada no processo histórico – que nos leva a indagar em que medida o fato histórico, concreto e específico, é dotado de uma universalidade de alcance geral mais amplo – está presente nas observações que fiz, tanto ao documento do Gerson quanto ao documento de Ricardo.

DEBATES

GÉRSON MOURA – Eu teria dificuldade em tentar responder a cada uma das questões aqui levantadas, especialmente as de Maria Regina e de Celso Lafer, que são de natureza bastante abrangente e que de certo modo agregam, mais do que contestam, as minhas afirmações. Lembro apenas que a questão das decisões políticas se insere num modelo de política como conflito de interesses. Maria Regina notou esse elemento e sugeriu a agregação de um dado importante: o Estado atuando enquanto organização com interesses próprios. Nesse caso, os fatores internos que modelam as decisões de política externa deveriam ter tido um peso maior do que dei no período 1941-45. Respondo que, não obstante reconhecer a importância do Estado no processo econômico e político brasileiro, em termos de política externa o Estado brasileiro limitou-se basicamente a responder às iniciativas norte-americanas no referido período. Por outro lado, se sua capacidade de iniciativa era reduzida, os ganhos que obteve no processo advieram do fato de ele poder e saber negociar. Às demandas norte-americanas, o Estado brasileiro respondia cobrando o atendimento de algumas das suas próprias demandas. A sugestão de Maria Regina é extremamente útil e pertinente, mas ainda considero que, entre o peso dos fatores externos e dos internos, aquele momento estava muito mais condicionado pelas influências externas.

Sobre as observações de Marcelo Abreu, quero deixar claro que não foi a partir de uma perspectiva geométrica que elaborei o conceito de “equidistância pragmática”. Tampouco desprezei que, do ponto de vista mais estrutural, a posição do Brasil, por uma série de razões, estivesse muito mais próxima do campo de influência dos Estados Unidos do que da Alemanha, na década de 1930. Mas a presença econômica maciça dos Estados Unidos no Brasil, por si só, é insuficiente para balizar o sentido da política externa posta em ação pelo Estado brasileiro. Quando examinamos as políticas efetivamente levadas à prática, verificamos que, tanto no que concerne ao comércio exterior, quanto à política militar, havia um esforço real de contrabalançar a influência norte-americana com a alemã. As autoridades econômicas dos Estados Unidos ficavam admiradas com a insistência com que o governo brasileiro não se convencia de que, afinal, o livre-comércio era a melhor política para o Brasil.

Marcelo alega que era curta a margem de manobras do governo brasileiro e que superestimo a posição brasileira na estratégia norte-americana. • Ele

interpreta o período em termos de um interesse auto-esclarecido dos Estados Unidos na sua política latino-americana. Ocorre porém que a conjuntura de guerra trazia alguns dados que fortaleciam a posição brasileira, do ponto de vista político. Primeiro, o Brasil era o único supridor disponível de matérias-primas absolutamente vitais naquele momento, como a borracha, por exemplo, já que as fontes do Sudeste Asiático estavam perdidas para o Japão. Segundo, a posição estratégica do Nordeste brasileiro era tão importante para os militares norte-americanos que estes fizeram planos de ocupação concreta não só do Nordeste como do Rio de Janeiro, em 1942, no caso de uma invasão alemã ou de uma revolta interna que tivesse o apoio do Eixo. Em terceiro lugar, havia o papel político do Brasil na América Latina. O apoio brasileiro às teses americanas foi essencial, não só na III Reunião de Consulta dos Chanceleres em 1942, para carrear consigo vários países da América do Sul, como também no decorrer da guerra. Como a Argentina se tornara uma espécie de ovelha negra dentro do pan-americanismo, ao Brasil coube o papel de intermediação política entre ela e os Estados Unidos, e esse papel não foi desprezível. Aos formuladores da política externa brasileira não escapava o fato de que, naquela conjuntura, eles detinham um certo poder de barganha que os Estados Unidos não podiam deixar de considerar.

Marcelo entendeu também que coloquei comércio livre e comércio compensado como alternativas para o país na década de 1930. Se o fiz, reconheço que foi um lapso. O que procurei mostrar foi que o debate sobre comércio livre ou comércio compensado se travava no interior da sociedade brasileira, recortando grupos econômicos, agências estatais e setores políticos. E os defensores de uma ou de outra política comercial tentavam provar, a todo custo, a justeza da posição que haviam assumido.

Mas é na questão da siderurgia que estão concentradas as críticas mais pertinentes de Marcelo Abreu. Ele vê também a siderurgia como uma concessão, dentro dos parâmetros do “interesse auto-esclarecido” dos Estados Unidos. Creio, porém, que é relativamente fácil demonstrar que a política econômica dos Estados Unidos para a América Latina em 1940 evitava explicitamente os projetos de instalação de indústrias de bens de capital, sob a alegação de que eram indústrias “não-econômicas”. Por isso Volta Redonda não fazia parte de um “interesse auto-esclarecido” de Washington, muito ao contrário. Eu também não sugeri em qualquer momento que a Alemanha tivesse possibilidade de fornecer a siderurgia ao Brasil, embora este seja um ponto a discutir. O que eu disse foi que Vargas soube criar condições políticas para continuar debatendo a questão da siderurgia com os norte-americanos, mesmo quando os entendimentos com eles haviam caído num verdadeiro lodaçal de indefinições, como aconteceu no primeiro semestre de 1940. Em junho desse ano, o governo Vargas fez uma ameaça velada de alterar sua posição política em termos de alinhamento internacional – o que não era totalmente impossível, embora fosse muito problemático. Na realidade, nem a isso Vargas precisaria chegar, se quisesse

concretizar sua ameaça. Bastaria assumir uma postura mais nacionalista e rigidamente neutralista, o que não seria difícil, considerando a base política do Estado Novo, especialmente a posição dos militares. É neste contexto que o famoso discurso de Vargas de 10 de junho a bordo do navio Minas Gerais ganha plena inteligibilidade. Não foi por coincidência que, poucas semanas depois do discurso, o governo Roosevelt rompeu o impasse em que a questão da siderurgia para o Brasil se arrastava há anos.

Finalmente, Marcelo sugeriu que a reversão na política externa brasileira se deu em 1939, por ocasião da Missão Aranha. Acho que a reversão não tem uma data definida; foi um processo, que certamente encontrou em 1939 o seu primeiro ponto de inflexão ainda débil. A implementação dos acertos econômicos da Missão Aranha não funcionou. Os meses seguintes assistiram ao não-cumprimento da maioria das decisões: umas foram simplesmente postergadas, outras nem chegaram a se cumprir, como a tentativa de utilizar um crédito extraordinário de 19 milhões de dólares para implementar a cooperação econômica entre os dois países. Não obstante, para a aproximação militar entre os dois países, sem dúvida essa missão foi da maior importância. Os Estados Unidos sugeriram a vinda de Marshall ao Brasil, seguida imediatamente da visita de Góis Monteiro aos Estados Unidos. Góis Monteiro foi recebido com todas as honrarias possíveis e imagináveis nas bases militares por onde andou. Tudo isso, sob direção e orientação expressas do Departamento de Estado. Sou levado a concluir que, realmente, os Estados Unidos estavam sentindo necessidade de ganhar o apoio brasileiro naquele momento, começando pela política militar. A meu ver, é aí que se encontra o significado da Missão Aranha. A inflexão mais importante, mais evidente na política externa brasileira ocorre durante o ano de 1941 e culmina na Conferência do Rio em janeiro de 1942, quando Vargas teve então condições de convencer os chefes militares de que a aliança com os Estados Unidos era aconselhável e que inclusive ia ao encontro dos desejos dos chefes militares. Antes disso, não. Insisto: a reversão foi um processo e não algo que possa ser datado deste ou daquele momento.

RICARDO SEITENFUS – Gostaria de voltar ao tema, já abordado por Gérson e Marcelo, da impossibilidade e da aberração de uma oferta alemã de siderurgia. Consultando a documentação alemã, verifiquei a ocorrência de contatos secretos entre Vargas e Prüfer logo após o primeiro discurso, de 10 de junho de 40, e o segundo, de 29 de junho. Nesses contatos foi dito explicitamente que todas as vantagens que os Estados Unidos poderiam oferecer no campo da cooperação econômica, os alemães também estariam dispostos a fazê-lo. Mas havia uma ressalva, e nesse ponto Marcelo tem razão, já que ninguém perdia de vista a impossibilidade de concretizar imediatamente essa cooperação. À promessa alemã era adicionada uma frase muito importante: “Faremos tudo e mais até do que os Estados Unidos lhes possam fazer, mas após a guerra”.

Um outro ponto: Marcelo discordou do uso do termo “oportunismo” para qualificar a política externa brasileira, mais precisamente a política comercial. Não falei exatamente de oportunismo, mas de realismo-oportunismo, o que é diferente. Evidentemente, qualquer política exterior e qualquer política comercial é oportunista na medida que defende interesses determinados de tal país. Mas não se pode negar a diferença entre o caráter acentuadamente idílico da política comercial brasileira do período 30-34 e o realismo, que não deixa de ser oportunista, da política comercial e exterior brasileira do após-34.

Sobre a impossibilidade do projeto imperial alemão, dela só não se davam conta os próprios alemães, que por isso mesmo o levaram às últimas consequências, ou seja, à ruptura concreta e real que se deu posteriormente.

Celso Lafer levantou aqui a eficiência da política externa italiana em comparação com a política externa alemã. Vejo três razões fundamentais para isso. A primeira é que o Brasil dava um tratamento diferente às colônias italiana e alemã; a política de nacionalização visava principalmente as regiões de colonização alemã. A segunda, é que a colônia italiana, que se fixou em áreas urbanas, é bem mais integral e assimilada que a alemã, que é uma colônia rural, isolada do resto da população.

A terceira, é uma explicação pouco racional e pouco científica, reconheço. E acho que despertarei comentários do tipo: “Ah, sempre as velhas histórias”. O que quero dizer é que a maneira de ser italiana ajudava a compreender este temperamento brasileiro do “sim, sim”, do “sim, não”, do “não, sim”, do “talvez”, do “amanhã, quem sabe”. Já os alemães tinham objetivos bem determinados e diziam aos responsáveis diplomáticos brasileiros: “Nós queremos isso amanhã”. Evidentemente, o amanhã não chegava nunca.

Quando em 1938 eclodiu a crise germano-brasileira, a posição dos alemães foi tão rígida que o Brasil não teve outra alternativa senão declarar Ritter *persona non grata*. E o impossível havia sido feito para que não se chegasse a esse ponto de ruptura. Vivia-se um momento de crise internacional e não interessava ao Brasil tomar uma posição que poderia ser interpretada como antialemã. Mas o que o Osvaldo Aranha chamava de “passo amigo” não pôde ser dado em face da intransigência alemã. Em junho de 1938, frente ao episódio Fournier, a Itália reagiu de forma inteiramente diferente. Há um momento de ruptura, mas quando Osvaldo Aranha propõe o “passo amigo”, os italianos aceitam e trocam, por iniciativa própria, seu embaixador no Brasil.

MARCELO DE PAIVA ABREU – Começando pela intervenção do Prof. Seitenfus, gostaria de mencionar que, a respeito de Volta Redonda, não tenho a menor ilusão de que os alemães prometeram ao dr. Getúlio Vargas que eventualmente supririam uma usina. A minha única dúvida é se os americanos

levaram a sério essa oferta. Cito um memorando de Walmsey, alto funcionário do Departamento de Estado, com data de 6 de março de 1940, que diz mais ou menos isso: “O dr. Getúlio Vargas está até dizendo que os alemães podem suprir a usina, mas nós não acreditamos nisso”.

Quanto às observações do prof. Gérson, jamais sugeri que o dr. Getúlio Vargas não tivesse extraído concessões com base na ameaça alemã, tanto na década de 30, quanto em 40. Extraíu sim, e pagamos o preço depois de 1942. Mas o que reitero é que o *paper* do prof. Gérson exagera os graus de liberdade disponíveis, já que, na realidade, os Estados Unidos estavam, em muitos casos, dispostos a ceder no curto e no médio prazos.

Quanto ao discurso do *Minas Gerais*, o argumento não é tão claro. O dr. Getúlio Vargas, em maio de 1931, falava a favor da indústria nacional; em setembro do mesmo ano, declarava-se favorável aos produtos importados. De modo que análise de discurso é negócio complicado. Preferiria analisar as políticas efetivas de governo.

Quanto à Missão Aranha, só um reparo. Ela teve resultados concretos. Os 19 milhões e 200 mil dólares, para o pagamento de atrasados comerciais, foram devidamente adiantados pelo governo americano. Em troca, Osvaldo Aranha assegurou a retomada do pagamento da dívida externa. Fez-se um *token-payment* de um milhão de dólares e as negociações para o pagamento da dívida externa foram retomadas em junho de 1940, exatamente num período crítico para as chamadas democracias ocidentais.

Em momento algum sugeri que a relação triangular não tivesse sido importante. Creio apenas que deva ser considerada à luz da extrema boa vontade de Washington.

MARIA REGINA SOARES DE LIMA – Eu só queria fazer um rápido esclarecimento. Celso entendeu, de minha intervenção, que eu atribuía aos Estados Unidos uma abordagem bilateral. Exatamente o que tentei mostrar é que a tônica das relações era multilateral, e que o conceito de defesa hemisférica multilateral foi utilizado de forma política, enquanto que, do ponto de vista militar, a tônica era bilateral.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E SEU SIGNIFICADO POLÍTICO*

Luciano Martins

* O autor agradece a colaboração de seus colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, na qual exercia o cargo de professor titular visitante quando este *paper* foi escrito.

Tornou-se uma tradição, praticamente indisputada na historiografia e na sociologia política, considerar a Revolução de 30 como um marco da história contemporânea do país. Tanto é assim que ela passou a ser amplamente aceita como referente para a periodização da evolução econômica, social e política do Brasil. Essa circunstância – a de marco consolidado pela tradição – exige duas observações preliminares.

É evidente que a escolha de um acontecimento político como marco de periodização nem sempre se deve ao acontecimento em si, mas à condensação de fenômenos em torno dele verificada ou ao processo que ele é suposto iniciar. Se são óbvias as vantagens de tal procedimento, pela economia de meios que ele proporciona, nem sempre são tão claros assim seus inconvenientes. Um deles é o de gerar a tendência para que se transfira ao acontecimento uma dimensão que não é intrinsecamente sua, mas sim do conjunto de fenômenos que ele passa a referir ou a simbolizar enquanto (e apenas) marco de periodização. Não será estranha a essa circunstância uma certa imprecisão ou mesmo ambigüidade de linguagem – e não apenas de linguagem – sobre o que se designa quando se fala na Revolução de 30: se o acontecimento político propriamente dito, em suas seqüências específicas, ou se o processo que supostamente com ele se inicia ou do qual é a expressão. Outro inconveniente dessa forma de periodização é o de induzir à conversão do que pode ser apenas simultaneidade de fenômenos em nexos fortes entre eles; risco esse ainda maior para quem adota (não é o meu caso) uma visão da história segundo a qual as agitações políticas importantes só adquirem sentido à luz de grandes transformações econômicas. A proximidade entre a crise de 29 e a Revolução de 30 agrava esse risco.

A segunda observação é a de que não seria difícil aceitar que a Revolução de 30 realmente tenha suscitado uma mobilização e introduzido algumas mudanças políticas sem precedentes no país, a começar pelo fato de ter pela primeira vez, mobilizado em torno de uma ação comum, de alcance nacional, forças políticas em diferentes estados da federação – circunstância essa que poderia até justificar sua adoção como marco de periodização política se se considera a ausência de mobilização política e a forte componente regionalista de então. Mas o fato de “não ter precedentes”, por si só, nada nos diz sobre a natureza dessa mobilização e o alcance de tais mudanças (o referente é externo a elas), induzindo atribuir-se a ambas as coisas uma dimensão que elas podem não ter. Existe, a meu ver, forte interferência desses fatores em muitas das interpretações correntes sobre o significado da Revolução de 30.

A importância atribuída à Revolução de 30 na literatura sobre o tema, seja enquanto episódio político, seja enquanto processo, parece fundamentada na interpretação dos fenômenos seguintes: as inovações introduzidas no sistema político (as chamadas “conquistas democráticas”, notadamente em plano eleitoral), as medidas implementadas em plano social (basicamente a legislação trabalhista), a reorganização e modernização do aparelho do Estado, a incorporação de novos atores à cena política (o que se costuma designar por “setores médios” ou por “camadas urbanas”) e, a partir de uma visão mais abrangente, a associação estabelecida entre os acontecimentos de 30 e os processos de crise do sistema oligárquico e de expansão das atividades industriais no país.

É a percepção de que esses seriam indicadores de “rupturas” que parece justificar manter-se (não em virtude do discurso dos atores, mas em virtude do que através deles se cumpriu) a expressão *revolução* para designar – e aqui a ambigüidade – ora o processo, ora o episódio político específico, embora este último exemplifique com perfeição, tanto em sua gênese quanto em seu desenvolvimento, um caso típico de negociação entre elites.

Como se sabe, a apreciação desse conjunto de fenômenos, quando articulada a uma dada leitura sobre a estrutura e a dinâmica dos conflitos de classe no país, chegou mesmo, em sua forma extremada, a conferir ao processo de 30 o caráter de “revolução democrático-burguesa” no Brasil¹. Interpretações desse tipo, calcadas de forma evidente na idéia da reprodução das etapas que marcaram historicamente o desenvolvimento do capitalismo, influenciaram por largo tempo a compreensão dos fenômenos da década de 30. De fato, só em período relativamente recente é que tais interpretações começaram a ser objeto de contestação rigorosa, seja ao nível de sua consistência teórica, seja no plano da simples verificação empírica². Essa contestação, por sua vez, se inscreve no quadro de uma bem mais ampla reinterpretação da evolução dos países de capitalismo tardio e dependente e parte da noção – para não dizer da evidência – de que um mesmo *modo de produção* pode engendrar diferentes *modos de desenvolvimento*; ou seja: a consolidação da ordem burguesa se realiza através de dinâmicas e processos sociais que variam, não na sua essência, enquanto ordem capitalista, mas na sua forma histórica. O *breakthrough* operado por esse novo quadro de referências criou condições intelectuais para uma releitura, que se vem progressivamente fazendo, de situações e fenômenos específicos engendrados pelos diferentes processos dos países latino-americanos, resgatando-se assim tais situações e fenômenos do terreno das interpretações analógicas³. É nesse contexto de preocupações que devem ser situadas as reflexões que se seguem sobre a Revolução de 30.

Meu intento neste *papier*, que deve também obedecer à função de suscitar temas para debate nesta reunião, é o de desenvolver, de forma mais recorrente do que propriamente sistemática, algumas observações (1) sobre o significado político da Revolução de 30, considerando-se os interesses nela envolvidos e as mudanças

políticas operadas no país, e (2) sobre a natureza da relação, em 30, entre a dimensão política (conflito ao nível do Estado) e a dimensão econômica (expansão das atividades industriais).

O essencial de tais observações talvez possa ser resumido através das duas proposições seguintes: a) a Revolução de 30 só se define e se “consoma” politicamente através do Estado Novo – o que abre espaço para questionar o caráter “liberal” ou “democrático” atribuído a ela enquanto processo; b) o conflito político-ideológico explicitado pela Revolução de 30 ou a ela subjacente tem fraca relação com a expansão industrial então em curso na sociedade – o que certamente dará margem a que se discuta o problema das relações entre a ordem econômica e a ordem política em situações de capitalismo tardio e dependente.

É conveniente logo esclarecer que a própria natureza e dimensão deste *paper* excluem que se faça qualquer demonstração rigorosa de muitas das premissas que estão na origem dessas reflexões⁴. Terei que limitar-me aqui apenas a explicitá-las sempre que isto se torne necessário ao melhor entendimento do raciocínio a ser desenvolvido. Nesse particular, cabe logo frisar que a premissa maior de que se parte é a da *ausência* de contradições, ao nível da produção, entre as classes dominantes brasileiras no período em questão – circunstância essa que evidentemente não exclui a eclosão de conflitos políticos entre elas, mas que determina o alcance da mudança social “possível” nos desfechos contidos em tais conflitos.

1. A Revolução de 30 e a “crise da oligarquia”

O que se pretende a seguir é discutir o significado político da Revolução de 30, à luz das forças sociais envolvidas no conflito e à luz do que se convencionou chamar de “crise da oligarquia”. Embora sem qualquer pretensão a uma crítica sistemática, que aqui não caberia, tornam-se inevitáveis algumas referências, primeiro, às interpretações que vêm na Revolução de 30 a marca de um conflito de classes (ou de interesses econômicos) que oporia camadas urbanas e industriais às classes dominantes agrárias, e, segundo, às interpretações que conferem a 30 o caráter de ruptura da dominação oligárquica. Para dizer logo e com clareza: a meu ver, nada justifica tais interpretações.

A noção de que a transformação social das sociedades que se estruturavam a partir de atividades agroexportadoras era movida pelo avanço da urbanização e que esta, por sua vez, seria impulsionada pela industrialização parece ter sua origem, tal como foi aplicada à América Latina (em paralelo mas reforçando a idéia de contradição ao nível das classes dominantes), numa certa concepção de oposição entre cidade e campo, que se revela totalmente desprovida de sentido quando aplicada a contextos como o brasileiro. Seria evidentemente ocioso repetir aqui a crítica já largamente feita aos que defendiam a existência de “feudalismo” no

Brasil, aos modelos “dualistas” e às implicações políticas extraídas de ambas as coisas para a caracterização dos interesses em jogo. Mas cabe desfazer algumas das “seqüelas” de tais concepções, as quais, sobrevivendo, por assim dizer, à crítica da matriz da interpretação, seguem dificultando o entendimento dos processos dos anos 20 e 30 no Brasil.

Uma dessas seqüelas se manifesta através dos estereótipos de que a “oligarquia agrária” era constituída por camadas sociais mais ou menos homogêneas, economicamente retrógradas e uniformemente identificadas ou aferradas a um mesmo estilo de dominação. Uma segunda é a idéia de uma dependência necessária entre os processos de mudança social no plano da estrutura agrária, no da urbanização e no da industrialização. Vejamos logo essa segunda questão:

Se é evidente que existe algum tipo de interação entre esses processos, como partes integrantes que são do processo global de transformação da sociedade, não é nada evidente que a dinâmica de transformação de cada um deles (sobretudo do primeiro) dependa direta e necessariamente da dinâmica dos demais. Ter presente esse fato é particularmente importante para o caso brasileiro, no qual, pelo menos em suas etapas iniciais, cada um desses processos evolui de forma relativamente independente. Mais importante: a simultaneidade dessas mudanças é mais fator de convergência política do que de conflito entre as forças sociais por elas engendradas, na medida mesma em que tais mudanças exprimem em seus respectivos planos, a emergência de uma ordem social competitiva que, redefinindo os esquemas de inserção e relacionamento dos indivíduos em sociedade, reaproxima também suas escalas de valores e seus projetos políticos. Esse registro se deve ao fato de que, para dimensionar o que se costuma designar como “crise da oligarquia”, é importante considerar o papel dos atores oriundos de cada um desses três planos em que se manifesta a mudança social, para em seguida verificar como seus interesses concretamente se articulam à luz da Revolução de 30.

No que se refere aos estereótipos sobre a oligarquia agrária, eles são convincentemente postos em cheque pelos estudos que já demonstraram como o fazendeiro de café, por exemplo, foi perfeitamente capaz de formar e recrutar mão-de-obra assalariada, de construir estradas de ferro, de organizar a comercialização do café e de estabelecer as relações políticas (tanto no plano interno quanto externo) necessárias ao êxito de sua empresa e à garantia de seu esquema de dominação⁵. Se ao nível da produção os fazendeiros de café, enquanto burguesia, fizeram prova de sua capacidade de introduzir “novas combinações”, também em plano político revelaram, enquanto oligarquia, considerável capacidade de inovação – bem antes que a urbanização e a industrialização produzissem efeitos políticos. A prova disto está na própria organização republicana⁶, através da qual a oligarquia encontra a fórmula eficiente que lhe permite realizar a descentralização política (exigida pelo desenvolvimento desigual de estruturas regionais de produção) e, ao mesmo tempo, gratificar os anseios ou ilusões de

progresso de suas elites cultivadas – sem com ambas as coisas pôr em risco a ordem social existente e a unidade nacional.

Mas esse processo de “modernização” – e aqui cabe o termo – das elites oligárquicas não se prende apenas à expansão do capitalismo no campo, circunstância que restringiria seu âmbito às oligarquias da região Centro-Sul do país – embora fossem estas, de qualquer forma, as que efetivamente detinham o controle do sistema oligárquico na Primeira República. Existe um outro fator que permite a “modernização” também de outros setores da oligarquia a partir dela própria, embora ao preço de uma considerável ambivalência política. Refiro-me à circunstância que possibilitou, inclusive (ou sobretudo) nas regiões em que se manifestavam mais lentamente as transformações econômicas e sociais, a *inexistência* de relação necessária entre a ação inovadora dos atores em plano nacional e suas práticas políticas em plano local. Concretamente: os homens que consumiam e reproduziam as idéias européias e norte-americanas de “progresso”, que se preocupavam com a industrialização e chegavam mesmo a denunciar a divisão internacional do trabalho em seus discursos e ações no Congresso, eram os mesmos homens que se faziam eleger pelos *coronéis* do interior e que zelavam atentamente pela manutenção de suas bases oligárquicas locais⁷. Isto foi possível justamente em virtude da “irresponsabilidade política” (no sentido de *accountability*) das elites oligárquicas das regiões mais atrasadas. É que uma vez atendidas as demandas locais de que se serviam para se eleger, tais elites estavam “livres” para se orientar em plano nacional por valores modernizantes justamente porque era tranqüilo para elas que tais valores tinham irradiação restrita, ou seja: dificilmente viriam a repercutirem suas bases de dominação a ponto de colocá-las em risco. Esquizofrenia esta que, diga-se entre parênteses, transposta para outros planos, não parecer ter mudado muito nesses 50 anos que nos separam da Revolução de 30.

Ora, o fato de essa “liberdade” ser derivada da própria natureza das relações tradicionais de dominação oligárquica sugere que a existência ou permanência dessas últimas não constituíam, *per se*, obstáculos necessários e permanentes à reestruturação, pelas próprias elites agrárias, do sistema político. Ao contrário até, e por paradoxal que isto pareça, era a solidez de tais relações em plano estadual que criava condições para que pudessem ser aceitas pela oligarquia certas mudanças políticas em plano federal, na medida que eram tênues e facilmente controláveis, à época, suas eventuais repercussões em plano local. Não só isso, como era também essa mesma solidez da dominação oligárquica local que simultaneamente exigia e facilitava que as mudanças fossem promovidas “de cima para baixo”, condição, esta sim, indispensável: qualquer mudança devia ser contida nos limites da manutenção da estrutura de propriedade da terra. Tais limites, de resto, não eram nem postos em risco, nem contestados em 30 por nenhuma força social com capacidade política para fazê-lo – inclusive, ou sobretudo, não eram contestados pelos interesses vinculados à industrialização. É essa circunstância que justamente vai possibilitar a coalizão de interesses

diferenciados (agrários, urbanos e industriais) em torno dos anseios de “modernização” política já claramente explicitados no curso da década de 20.

Ignorar esses dados, sobretudo o da disjunção ao nível do comportamento político dos setores agrários, é correr o risco de desentender por que a contestação do sistema político oligárquico parte muitas vezes da própria oligarquia e por que setores influentes desta, ou a ela ideologicamente subordinados, não apenas podem identificar-se com as agitações que marcam a década de 20 como passam a desempenhar papel fundamental na própria Revolução de 30 – em convergência com setores médios urbanos, vinculados ou não aos interesses industriais.

Quanto a esses setores urbanos, que só saem às ruas para exprimir seus anseios de participação política uma vez seguros do declínio das agitações operárias que marcam a primeira década do século⁸, tinham eles interesses sociais (ou corporativos, como era o caso dos militares), assim como horizontes políticos, perfeitamente compatíveis com os interesses e horizontes daqueles setores modernizantes da oligarquia que vão, em 30, transformar seu descontentamento em práticas “revolucionárias”. Ilustram bem esse modesto ideário tanto o confuso cardápio de reivindicações do “tenentismo”, quanto aos programas mais explícitos e espertos (de voto secreto, mas censitário e restrito às cidades) das diversas associações voluntárias que se formam e atuam no meio urbano no curso da década de 20⁹. Quanto aos setores propriamente industriais, não há qualquer evidência de que constituíssem em 30 um segmento dotado de capacidade política autônoma, que tivessem interesses conflitantes com o setor agrário ou, ainda, que tivessem desempenhado papel importante na derrubada da Primeira República. A evidência disponível é precisamente inversa a essas noções¹⁰.

Na verdade, o que reivindicavam as novas elites urbanas, em suas vertentes civil ou militar, era apenas uma coisa: que se abrisse o espaço necessário à representação de seus interesses a nível do sistema político, de modo a que pudessem – e é isso que é importante – estruturar seu esquema de dominação nas cidades. Em outras palavras, o processo de expansão e diversificação das populações urbanas, inclusive por efeito da industrialização, colocava o problema de como assegurar ao nível da *cidade* aquilo que o coronelismo assegurava ao nível do *campo*; problema esse de resolução indispensável à manutenção do sistema de dominação como um todo e que, por isso mesmo, congrega para sua resolução tanto as elites urbanas quanto as agrárias. Como se sabe, serão as práticas populistas que vão instrumentalizar a dominação em plano urbano – e isso só se vai consolidar através do Estado Novo. Em síntese: o teor das reivindicações das elites urbanas não ia muito além da exigência do reconhecimento de seus direitos à cidadania enquanto indivíduos, e à segurança, enquanto classe. (Na verdade, abrirão mão da cidadania em troca da garantia de segurança durante o Estado Novo, o que constitui seu comportamento habitual.) Mas é importante notar que essas reivindicações urbanas se manifestam quando o sistema político *já era* alvo de

contestação por parte de setores da própria oligarquia – e isto bem antes da crise de 29. Não é difícil entender por que o sistema político montado pela oligarquia na Primeira República passa a ser objeto dessa dupla contestação.

Na medida que o sistema oligárquico retirava sua legitimação menos do livre exercício do voto do que das negociações entre as oligarquias regionais estribadas no coronelismo, duas áreas potenciais de conflito se criavam. De um lado, a predominância do voto rural retirava dos setores urbanos toda possibilidade de representação política condizente com seu crescimento e sua recém-adquirida importância; de outro, retirava dos setores oligárquicos dos estados eleitoralmente mais fracos toda possibilidade de sobrevivência em oposição ao poder central. Assim, a manutenção da confederação oligárquica dependia, politicamente, de duas condições: a) da aceitação, por parte das oligarquias estaduais, da estratificação política regional, por intermédio da qual conferia-se a certos estados o direito de elegerem rotativamente o presidente da República em troca do respeito à “soberania” dos demais; b) da capacidade do sistema de incorporar ao processo político as novas elites urbanas e de atender aos reclamos de uma burocracia militar que começava a reivindicar o monopólio dos meios de violência (disputando-os às polícias militares estaduais que constituíam o braço armado das oligarquias). É exatamente a incapacidade de fazer face a essas duas áreas de conflito que põe em cheque o sistema político em 30.

João Neves caracteriza bem a ausência de espaço para uma oposição, mesmo de natureza oligárquica, quando, comentando o resultado das eleições de 30, declara que a escolha (para uma oposição derrotada) se deveria fazer “entre a adesão ao vencedor ou [o recurso] a revolução”¹¹. As rebeliões tenentistas, por sua vez, de alguma forma exprimem a consciência das camadas médias quanto à inutilidade do voto urbano como instrumento de sua inserção no sistema político oligárquico, dado o peso, no conjunto, do voto rural. A convergência dessas duas ordens de contestações não deve fazer esquecer, entretanto, que é o conflito político que se manifesta ao nível das oligarquias – e não a contestação *tenentista* e urbana – que de fato abre a primeira brecha no sistema político.

Esse conflito se expressa claramente através da ação da Aliança Liberal, quando ela pela primeira vez realiza o que Nilo Peçanha já havia tentado sem maior êxito: uma campanha de âmbito nacional (“à americana”, como se dizia à época) e que inaugura o procedimento até então inédito do apelo à mobilização política. Ora, tal mobilização a que recorrem facções da própria oligarquia – e cujo êxito se expressa através da “escassa” vitória do candidato oficial Júlio Prestes sobre Vargas, 57,7% dos votos – representava um sério golpe no valor político-instrumental do coronelismo, ou seja: um golpe no próprio esquema de sustentação e de legitimação do sistema oligárquico.

Não é por outra razão, de resto, que se a mobilização política constitui o único recurso à disposição das facções oligárquicas opositoras em 30, seja para fazer

respeitar as regras do jogo violadas por Washington Luís, seja para modificá-las, tal mobilização representava também, por mais restrita e seletiva que fosse um risco que parece ter sido percebido como nada desprezível para o sistema como um todo. Não é difícil entender porque: uma mobilização política envolvendo grupos civis e militares simultaneamente em cidades de vários estados escapava totalmente ao padrão de ação política e ao controle do coronelismo e podia, assim, constituir-se numa ameaça potencial à manutenção de toda a estrutura do poder. É justamente a consciência desse risco, não importa se exacerbada ou não, que se manifesta desde a fase da conspiração (iniciada em paralelo à companha da Aliança Liberal), através das hesitações de Vargas e das tensões entre tenentes e chefes civis da revolução. As próprias operações militares, uma vez deflagrada a rebelião, feitas de escaramuças localizadas, evitando-se o enfrentamento militar propriamente dito, como mostra o episódio “decisivo” de Itararé, de alguma forma revelam a prudência das elites em conflito. E revelam também o exato significado do recurso à “revolução” de que falava João Neves: o de um método extremo de negociação de conflitos entre elites, no qual o apelo às armas tem a função de uma espécie de simples “comprovação de cacifes”. Tanto é assim, de resto, que, uma vez vitorioso o movimento, apressam-se os chefes revolucionários a dar rapidamente por encerrada a mobilização e o que nela poderia haver de ameaçador, ou seja: de participação popular¹².

Essa percepção do risco potencial contido no recurso à “revolução”, percepção real ao nível dos atores, pode todavia conduzir a erros graves de interpretação. O temor manifestado pelos chefes civis de 30 face à ação posteriormente desenvolvida pelos *tenentes* (através do Clube 3 de Outubro, por exemplo) não se deve a qualquer ameaça destes às estruturas de dominação, contra as quais eles nunca se voltam, nem mesmo quando ocupam as interventorias, até porque não contestam jamais a estrutura da propriedade da terra. Tal temor se relaciona à frustrada tentativa dos tenentes de manterem algum tipo de mobilização política (como é o caso de João Alberto, em São Paulo) para que não se fechasse no sistema político a brecha que seria instrumental para sua inserção nele – brecha que, logo em seguida, será pelos próprios tenentes percebida como ilusória, não obstante a realização das reformas eleitorais por eles reclamadas. E será justamente a percepção dessa ilusão que fará com que os ideais democráticos e liberais, constantes do discurso dos revolucionários de 30, sejam logo substituídos pelos valores autoritários que vão marcar sua atuação no Estado Novo. Porque é sob o Estado Novo que a brecha aberta em 30 vai de fato para eles se consolidar. E se vai consolidar não através da Constituição de um sistema político estruturado em “bases democráticas” – como constava do discurso de 30 – mas de inserção desses novos atores ao *aparelho do Estado*, via expansão de burocracia.

A questão central é que dá, a meu ver, a dimensão da mudança política ocorrida – e não da ruptura, que não há – é a seguinte: a convergência de forças heterogêneas que fazem a “revolução” torna-se possível porque o que se joga em

30, o que está em crise, não é a *dominação oligárquica* mas a *confederação oligárquica*, através da crise de uma dada forma de Estado que era sua expressão política em plano nacional – e de uma dada forma de Estado com a qual praticamente se confundia o sistema político. O que se contesta, em síntese, é a oligarquia enquanto elite dirigente e não enquanto classe dominante. É a tanto que, a meu ver, se reduz em 30 a “crise da oligarquia”.

Entendo que é à luz dessa redefinição do significado político da Revolução de 30 que se torna inteligível o processo iniciado na década de 20 e que só vai culminar na implantação do Estado Novo; como entendo também que é sob esse prisma que ganham sentido tanto o comportamento dos atores durante a revolução, quanto a manutenção das estruturas de dominação depois dela. Senão, vejamos.

As “conquistas democráticas” da Revolução de 30 (o voto secreto e, sobretudo, a Justiça Eleitoral) representavam sem dúvida uma concessão feita pelos grupos oligárquicos no poder às demandas de reformulação do sistema político; mas era uma concessão que acabava revertendo em benefício da própria *oligarquia*, enquanto forma de dominação. De um lado, porque se eliminava a terrível arma do reconhecimento” dos eleitos, que deixava os grupos oligárquicos locais à mercê do poder central; de outro, porque tais reformas na verdade “atualizavam” o princípio de legitimação oligárquica, pois permanecendo intocada a estrutura de propriedade da terra, mantinham-se intactas também as bases sociais do *coronelismo*. Ainda que este último viesse a se “modernizar”, como de fato ocorreu nas regiões nas quais a mudança social se processou com maior intensidade, permaneciam todas as condições para que também se “modernizassem” a manipulação eleitoral e o patrimonialismo: bastava que o *bico-de-pena* fosse substituído pelo *eleitor de cabresto*. Convém notar, entretanto, para evitar simplificações, que essa mudança, por mínima que fosse, nem por isso deixava de ampliar de alguma forma o poder de barganha do eleitor rural, na medida que ele podia aumentar sua demanda de recompensas em troca do voto dado. E talvez seja através dessa mudança mínima que se defina melhor o alcance das “conquistas democráticas” de 30 no que se refere à estrutura agrária. Independentemente dessa última consideração, o fato capital é o seguinte: preserva-se a hegemonia do voto rural, sob a égide de um patrimonialismo renovado.

Por isso que, uma vez terminada a confecção – e a palavra é essa – da reforma eleitoral (fevereiro de 1932), as oligarquias imediatamente reclamam de Vargas o término do Governo Provisório, o fim da intervenção nos estados e a convocação da Constituinte, como se indicassem com clareza quais eram os limites das inovações toleráveis. Como se sabe, essa exigência culmina (e se extingue) na Revolução de 32, embora esta tivesse também outros móveis, e até mais fortes, como o da preservação da voz hegemônica de São Paulo nas decisões econômicas do poder central. Mas é também em virtude da preservação da hegemonia do voto

rural que os *tenentes*, enquanto expressão das camadas urbanas, ou já enquanto expressão apenas da burocracia militar, procuram reativar a mobilização política e pregam a continuidade do Governo Provisório – e a ditadura – como forma de consolidar os seus recém-adquiridos recursos políticos. Essa mobilização se frustra, enquanto prática política, não só porque ela exigia alianças sociais incompatíveis com o estreito ideário tenentista (e de classe média), como, sobretudo, porque os instrumentos mais importantes para o seu êxito, os sindicatos, já estavam sob tutela do Estado. E é através dessa tutela exercida sobre a organização das associações de classe que se vai garantir, mas garantir frustrando, a representação corporativa das camadas médias urbanas na Constituinte de 34: 40 deputados em face dos 214 deputados eleitos pelo voto secreto e que traduziam, em sua maioria, a hegemonia do voto rural. Em uma palavra: as “conquistas democráticas” da Revolução de 30 são delimitadas, no plano de seu significado, pela manutenção da estrutura fundiária no campo e pela regimentação exercida sobre a representação de classes nas cidades; e são delimitadas, no tempo, por uma vigência que vai da Constituinte de 34 à ditadura de Vargas: três anos. (Durante os quais, diga-se de passagem, vigoram todas as leis de repressão votadas pelo Congresso saído da Revolução de 30 – para o que contribuiu evidentemente a aventura comunista de 35.)

É fundamental notar que nem por isso se deixa de realizar, ainda que parcialmente e sob o controle proporcionado pela cooptação, o processo de inclusão de novos atores à cena política, questão essa que o sistema representativo da confederação oligárquica fora incapaz de resolver. Só que essa inclusão não se fará propriamente ao sistema político, mas, como se disse, ao novo aparelho do Estado que emerge da Revolução de 30 – e aqui, mais um vez, essa é outra das “realizações” de 30 que só se completa através do Estado Novo¹³. Será durante o Estado Novo, aliás, que também a burocracia militar vai consolidar a participação no poder confusamente reclamada pelos *tenentes* de 30. Isto se fará através de seu acesso às decisões econômicas, o que lhe irá proporcionar também uma inserção na produção (vejam-se os casos da nacionalização do petróleo e de Volta Redonda) e, sobretudo, através do finalmente logrado monopólio no controle dos instrumentos de violência (pela tutela que passa a exercer, depois de 37, sobre *todas as polícias militares*).

É exato, portanto, que se verifica a partir de 30, mas só se consumando no Estado Novo, uma mudança na composição da elite dirigente, mudança essa que traz em seu bojo o advento dos “grupos técnicos” da burocracia, os mesmos que tratarão, a seguir, de expandir o papel do Estado na economia como forma de ampliar seus recursos políticos. Mas tal mudança não significou nem o “golpe da burguesia”, como a Revolução de 30 chegou a ser caracterizada (ou caricaturada) por um autor¹⁴, nem a implementação dos “ideais democráticos” inscritos no discurso dos revolucionários de 30, nem muito menos o fim da dominação oligárquica no campo. Que a mudança operou-se sem rupturas, ou substituição de classes no

poder, demonstram os fatos de que (1) o Estado Novo pôde ser implantado praticamente sem resistências e (2) a ditadura de Vargas pôde ser exercida sem que houvesse sequer a necessidade de serem criados novos instrumentos de mediação política, como seria o caso de um partido único. Se o primeiro fato sugere uma convergência básica de interesses quanto à implantação do regime autoritário de 37, o segundo indica que haviam sido mantidas intactas as estruturas de dominação. Cabe finalmente acrescentar, ainda dentro dessa ordem de considerações, que a legislação trabalhista – a “conquista social” da Revolução de 30 – se, de um lado, promoveu de alguma forma a incorporação das massas urbanas (ou de seus “representantes”) à vida política (ou às ante-salas dos gabinetes ministeriais), de outro lado, cumpriu sobretudo a função de resolver o problema maior de como estruturar as bases de dominação nas cidades. Problema esse que, se aflora com a Revolução de 30, só é de fato “resolvido”, e de forma autoritária, por intermédio das práticas populistas desenvolvidas durante o Estado Novo.

A ausência de rupturas nesse processo de inclusão seletiva de novos grupos sociais à vida política, e de novos atores ao poder, tanto pode ser vista pelo lado da convergência básica de interesses entre os grupos dominantes como, de forma complementar, pelo lado da baixa intensidade das demandas políticas dos grupos de posição subordinada que dispunham de voz para formulá-las. De fato, a exceção feita às agitações tópicas promovidas pela Aliança Nacional Libertadora ou decorrentes da campanha eleitoral que antecede o golpe de 37, as modestas mudanças da década de 30 e as práticas populistas implementadas pelo Estado Novo parecem suficientes para impedir a formação de quaisquer tensões sociais de maior envergadura. Não parece correto invocar aqui a repressão policial, pois se ela foi de fato brutal, durante o Estado Novo, ela praticamente se restringiu aos grupos ideológicos que atuavam na periferia das elites e que pouca ou nenhuma representatividade social tinham: eram “vanguardas” sem retaguarda. (A exceção ao que afirmo talvez tenha sido a da repressão exercida no âmbito da burocracia militar à época, como mostra a comunicação de José Murilo de Carvalho.)

É plausível que a expansão e a diversificação das atividades industriais, na medida que abriam novos canais de mobilidade e que ampliavam a capacidade de acesso ao mercado, tenham desempenhado papel importante na diluição de tensões sociais que viessem eventualmente a se formar. Cabe discutir, portanto, se por outra razão não fosse, a natureza da relação entre as transformações em plano econômico e o conflito ao nível do Estado, de que é palco a década de 30.

2. Industrialização e conflito político

As interpretações que vêem na Revolução de 30 um “reflexo” da crise mundial de 29 e associam ambas as coisas ao advento do capitalismo industrial no Brasil podem ter alguma validade a nível muito amplo de generalidade, mas nada esclarecem – antes, confundem – a dinâmica dos processos em curso e a natureza

da relação existente entre eles. Na verdade, existem implícitos nessa associação dois problemas que convém distinguir analiticamente. O primeiro é relativo aos nexos existentes entre a crise de 29 e o avanço da industrialização; o segundo diz respeito à relação entre industrialização e o conflito político-ideológico que se manifesta através da Revolução de 30. Ambos serão tratados aqui de forma extremamente sintética, mais para expor as bases de um argumento do que propriamente para desenvolvê-lo.

Não há dúvida de que a desorganização do sistema capitalista mundial, em 29, contribuiu para que fosse imprimida velocidade aos processos de industrialização na periferia, ao mesmo tempo que colocava as elites dirigentes desses países face ao problema de encontrar soluções adaptativas para a crise. É importante, entretanto, estabelecer pelo menos três qualificações a esse enunciado geral.

Primeiro, ele só é válido para aquelas nações, como o Brasil, que já haviam iniciado sua industrialização anteriormente à crise e que já dispunham de uma série de condições (capacidade endógena de acumulação, existência de mercado interno etc.) indispensáveis à sustentação continuada do processo.

Segundo, e para o caso agora especificamente do Brasil, os efeitos favoráveis à industrialização diretamente decorrentes da crise de 29 se manifestaram muito mais em plano econômico do que em plano político. Basicamente por duas razões: de um lado, as condições de rentabilidade que se abriam à produção voltada para o mercado interno eram suficientemente amplas para permitir, pelo menos num primeiro tempo, que o setor industrial aurtasse na sua própria massa de lucros (e sem ter que recorrer ao Estado) os fundos indispensáveis à sua expansão; de outro lado, o bloqueio das importações, por efeito da crise, substituíra com vantagem a luta (política) pela elevação de tarifas que caracterizara até então a dependência do setor industrial às decisões de poder – proteção tarifária essa que, freqüentemente, despertava a hostilidade menos das elites agrárias do que das camadas urbanas.

A terceira qualificação é a de que, como argumenta com acerto M.C. Tavares, o avanço da industrialização nas décadas de 20 e 30, em países como o Brasil, não significava *ainda* a constituição de um “capitalismo industrial”, o que só vai de fato ocorrer a partir da década de 50 e graças à participação do Estado e das empresas estrangeiras no processo¹⁶. Esse último argumento se fundamenta no fato de que, antes dos anos 50, o setor voltado para a produção interna ainda era altamente dependente (em termos de divisas e de mercados) do dinamismo do complexo exportador e, além disso, não se haviam ainda generalizado forças produtivas especificamente capitalistas capazes de dar embasamento social à constituição de um “capitalismo industrial”. Mesmo omitindo a segunda parte do raciocínio, que me parece discutível, o argumento se mantém.

Essas qualificações tem implicações importantes para o que se discute. Em primeiro lugar, porque se desloca para antes da crise de 29 e da Revolução de 30 (ou seja: para antes da “pausa imperialista” e da “crise da oligarquia” invocadas em algumas interpretações) a origem de um processo endógeno de acumulação, condição necessária (embora não suficiente, a meu ver, pois esta última continua sendo o estrangulamento do mercado externo) à expansão das atividades industriais. Em segundo lugar, porque se torna claro que, enquanto dura a fase mais aguda da crise no país (o que coincide com a vigência do Governo Provisório), o setor industrial *prescinde* de decisões do Estado para sua expansão, dados o aumento da massa de lucros e a defesa “automática” do mercado interno. Se é certo que as medidas adotadas em 30 respondem pela rápida recuperação da economia como um todo, como mostra Furtado em sua interpretação tornada clássica, a evidência disponível revela que tais medidas são adotadas visando a sustentação da economia agroexportadora – e, se delas se beneficia o setor industrial, isto demonstra justamente que interesses agrários e industriais não eram conflitantes, mas convergentes. Finalmente, o fato de que o avanço da industrialização não corresponde ainda à formação de um “capitalismo industrial” de certa forma ajuda a esclarecer por que as transformações em curso no plano econômico só fracamente se projetam ao nível do conflito político-ideológico explicitado pela Revolução de 30: elas *não eram* de molde a acarretar transformações significativas no plano da sociedade ou provocar rupturas na estrutura de poder.

Torna-se compreensível, assim, o que seria difícil de entender a partir de uma perspectiva distinta: por que os revolucionários de 30, uma vez no poder, não implementam qualquer estratégia deliberadamente voltada para fortalecer o processo de industrialização e, ao mesmo tempo, por que São Paulo, o estado mais industrializado da federação, se volta unanimemente em 32 contra o governo da Revolução de 30.

Quanto ao primeiro ponto, basta atentar para a aleatoriedade do discurso econômico de Vargas, que chega inclusive a encampar a tese das “indústrias artificiais” no dia mesmo de sua posse no Governo Provisório¹⁷. A própria ação desenvolvida no Ministério da Fazenda por Aranha, certamente a figura que mais se destaca da mediocridade generalizada dos homens de 30, não vai muito além da negociação dos atrasados comerciais com os Estados Unidos – da qual resulta, aliás, o rebaixamento da proteção tarifária (em 1935-36)¹⁸ de que se beneficiava a indústria, como denuncia na época Euvaldo Lodi. Quanto às (poucas) medidas de maior significação econômica adotadas pelos revolucionários de 30, como o Código de Minas de 1934 e, já sob Estado Novo, a criação do Conselho Nacional do Petróleo e de Volta Redonda, quem as estudou sabe que elas se devem preponderantemente à pressão da burocracia civil e militar e que foram adotadas em meio ao desinteresse (quando não franca oposição) dos setores industriais mais influentes à época. No que se refere à adesão ativa dos industriais de São Paulo à

revolta de 32, basta remeter o leitor à abundante documentação fornecida pelos que se deram ao trabalho de pesquisar com seriedade o assunto¹⁹.

Nada disso evidentemente exclui o fato de que, sobretudo a partir de 37, as (poucas) lideranças industriais existentes têm maior acesso ao sistema de decisões – o que é muito pouco para indicar qualquer indício de prevaecimento de seus interesses sobre os demais. Até porque o setor agrário mantém sua participação nas decisões e delas passam também a participar a burocracia civil e a burocracia militar, fenômeno esse derivado das práticas corporativas e não de qualquer mudança na correlação de forças ao nível das elites. Alguns trabalhos recentemente publicados se esforçam em “reinterpretar” a ação dos empresários industriais à época, para concluir por algo que, em última análise, poderia ser resumido assim: tal ação foi maior do que se pensa. De um lado, os dados avançados não me parecem empiricamente convincentes, se com eles se quer sugerir uma mudança de correlação de forças no âmbito das elites; de outro, e muito mais grave, tais trabalhos exprimem uma séria confusão conceitual entre *existência de um empresariado industrial* (que ninguém nega) e *constituição de uma burguesia industrial* (capaz de colocar o Estado a serviço de seus interesses exclusivos) duas coisas totalmente diferentes.

Cabe acrescentar que se for exato, como entende M.C. Tavares, que, a partir da segunda metade da década de 30, tanto a acumulação interna quanto a renda fiscal do governo *começam* a se desvincular da acumulação cafeeira e passam a se apoiar no desenvolvimento urbano-industrial, o que marcaria o início do deslocamento do eixo da economia, tal fenômeno, à luz do que se viu, apenas reforça o que antes sugeri: a expansão industrial ocorre nesta fase independentemente de medidas de poder deliberadamente voltadas para sua promoção, ou seja, não é em virtude de qualquer aumento de seu poder político obtido através da Revolução de 30, mas da dinâmica intrínseca à expansão do setor manufatureiro, que a emergente burguesia industrial amplia sua participação na economia.

Todos esses fatores convergem, a meu ver, para justificar a proposição de que os conflitos ideológicos das décadas de 20 e 30 têm fraca relação com as mudanças econômicas em curso na sociedade e praticamente se circunscrevem ao âmbito do político. Talvez a percepção desse fato tenha sido perturbada, nas diferentes interpretações da Revolução de 30, pelas idéias persistentes de que todo conflito ao nível do Estado contém ou expressa uma luta de classes e de que as mudanças políticas só adquirem sentido à luz das grandes transformações econômicas²⁰. Se a Revolução de 30 e, mais particularmente, o Estado Novo, trazem em si o caráter de um conflito de classe, este assume um sentido bem preciso: o de uma luta de classes *preventiva*, provocada por iniciativa das classes dominantes coligadas, como forma de controlar o processo de mudança social lentamente engendrado por uma transição econômica que se realizava à sua revelia e como forma de impedir que a inclusão de novas camadas à vida política acabasse produzindo transforma-

ções mais profundas no sistema político. E esse é um padrão típico do que Florestan Fernandes chamou, a meu ver com razão, de “revolução autocrático-burguesa”.

Finalmente, e no que se refere à caracterização feita do domínio do político como móvel *quase exclusivo* das ações, justamente no momento em que se operavam na sociedade mudanças econômicas importantes, não me parece que tal caracterização deva causar espécie. É que os processos sociais dos países de capitalismo tardio e dependente, nos quais as transformações sociais não se realizam através de rupturas, mas de adaptações autoritariamente controladas, revelam um tipo de relacionamento entre a ordem econômica e a ordem política que talvez tenha na relativa dissociação entre ambas a sua característica mais interessante. E é isto que transparece ao nível do comportamento de suas classes dominantes através de dois fenômenos aparentemente paradoxais.

O primeiro diz respeito à liberdade com que se movem os atores no âmbito do político e que transparece ao nível de seu visível “voluntarismo” – assim como da ilusão que têm desse mesmo voluntarismo, não porque ele seja irreal, mas porque se circunscreve ao âmbito do político e está fundado apenas na impunidade social que retiram de suas formas de dominação. O segundo fenômeno é justamente o da falta de liberdade dessas mesmas classes dominantes no plano econômico, uma vez que as grandes opções já estão delimitadas pela própria situação de dependência estrutural, que não resulta de uma vontade política externa, mas de uma configuração histórica precisa. E é em grande parte essa permanente *necessidade* de adaptação no plano econômico que reforça a *necessidade*, para elas, de ampliarem seu autoritarismo no plano político, como forma de assegurar sua dominação. Os conflitos políticos e mudanças econômicas de que é palco a década de 30, assim como o fechamento no Estado Novo da brecha “democratizante” iniciada na década de 20, ilustram bem, a meu ver, esse padrão de mudança social – que até hoje prevalece.

A título de conclusão

Quando afirmo que a Revolução de 30 só se “consoma” (e, por isso mesmo, só se define) politicamente com o Estado Novo, estou basicamente afirmando três coisas: (a) que é sob o Estado Novo que vão encontrar solução as três questões-chaves que afloram na década de 20 e que constituem a problemática política subjacente à Revolução de 30; (b) que não é um simples acidente histórico o fato de essas três questões, que poderiam ser designadas de *sistêmicas*, só encontrarem solução num contexto autoritário, mas, ao contrário, que essa circunstância explicita um dado padrão de mudança social que se diferencia substancialmente dos modelos de transição capitalista de cunho “democrático”; (c) que é em função desse contexto não democrático de transição social que deve ser examinado – e decodificado – o discurso liberal e democratizante dos revolucionários de 30.

As três questões a que me refiro poderiam ser sinteticamente formuladas da forma seguinte:

1 – Como assegurar a integração dos subsistemas regionais no sistema nacional, de forma a assegurar a conservação de diferentes estruturas de dominação e, simultaneamente, garantir a unidade nacional. Essa integração, que justamente as práticas políticas desenvolvidas pela confederação oligárquica já eram incapazes de continuar a garantir, se fará através da centralização (ditatorial) promovida pelo Estado Novo e a conseqüente redefinição dos termos da autonomia dos estados. Centralização essa que note-se de passagem, na medida que vai enfraquecendo a expressão política dos grupos locais de base agrária, vai também criar as condições para que, na década de 50, a transferência da renda do setor agroexportador para o setor industrial se possa realizar sem maiores conflitos.

2 – Como organizar a representação política das elites (agrárias, urbanas, industriais, burocráticas etc.) de forma a fazer com que o processo de diferenciação natural de seus interesses fosse resolvido *no âmbito* do universo das elites e, simultaneamente, não pusesse em xeque a coalizão básica existente entre elas enquanto estrutura de dominação. Como se sabe, esse problema não será resolvido através do fortalecimento de um sistema de partidos, ou de outra forma de representação de interesses que implicasse em mobilização política ou no recurso ao voto eleitoral, como propunha o discurso dos revolucionários de 30, mas através da adoção, sob o Estado Novo, de formas “corporatistas” de representação de elites no aparelho do Estado e no sistema de decisões.

3 – Finalmente, a questão maior de como estruturar a dominação ao nível das cidades, em face da emergência de um proletariado em início de expansão e em face das novas formas de estratificação das “camadas médias”. Serão os controles e as práticas populistas estabelecidos e desenvolvidos pelo Estado Novo que, aliados à manutenção do coronelismo onde ele ainda fosse possível no campo, vão “resolver” essa questão maior. Acrescente-se: forjando as bases para a futura aliança política PTB-PSD de tanta importância na fase que vai do fim do Estado Novo ao advento da Revolução de 64.

A aceitação dessa reinterpretação do significado político da Revolução de 30 parece despertar duas ordens de resistências, sendo que a segunda é mais interessante que a primeira.

Com efeito, a primeira resistência parece fundar-se no receio de que, ao reconhecer que os problemas suscitados em 30 só serão “resolvidos” sob o Estado Novo, estar-se-ia também endossando o uso ideológico feito pelo último dessa circunstância, na medida que se apresentava (querendo legitimar-se por esta via) como a “continuação natural” da Revolução de 30. Ora, tanto a idéia de *continuida-*

de do processo quanto a *manipulação ideológica* dela constituem ambas objetos de análise; renunciar a aceitar a primeira com receio de endossar a segunda apenas revela um grande desarmamento conceitual, uma impotência intelectual para lidar com ambas as coisas de forma a distingui-las tanto analítica quanto politicamente.

A segunda resistência, mais interessante, inclusive porque mais persistente, parece vincular-se à circunstância antes mencionada de a Revolução de 30 ser convencionalmente adotada como marco de periodização. Adoção essa de certa forma inevitável, de resto, num país no qual o processo de mudança social se realiza através de prudentes acomodações de estruturas e não de qualquer subversão delas. Isto tende a criar um erro de perspectiva que se expressa numa espécie de equívoco semântico na caracterização de acontecimentos que se elevam um pouco acima da rasa planície habitual: sua natureza *excepcional* refere-se ao fato de constituírem uma *exceção* nessa paisagem e não ao valor de seu significado intrínseco. Equívoco esse que é evidentemente reforçado pelo uso do termo “revolução” para caracterizar uma forma de negociação entre elites, de elites em processo de diferenciação enquanto elites e não enquanto classes.

Ora, se se toma a “revolução” de 30 como sendo de fato um marco, no sentido forte desse termo, ou seja, no sentido de algo que *marca* um processo, ao invés de tomá-la apenas como um episódio desse processo (episódio de significação, mas episódio), a tendência é para supervalorizar traços que podem ser meramente circunstanciais: traços que podem caracterizar o episódio, mas não caracterizam o processo. E é no rastro desse equívoco que, a meu ver, se situa a tendência para valorizar o discurso liberal e democratizante dos atores da época – transferindo-se ao processo aquilo que é apenas do discurso. Tanto é assim que, se tomarmos a Revolução de 30 não como geradora de um processo mas como um episódio de um processo que se inicia na década de 20 e só se vai completar mais tarde, esse discurso liberal e democratizante, assim como o próprio episódio “revolucionário”, aparecem sob uma outra luz, sob aquela que efetivamente os ilumina: enquanto discurso e enquanto episódio de exceção. E isto porque qualificado pelas ações repressivas que tanto precedem (basta lembrar a legislação antigreve e os sucessivos estados de sítio da década de 20) quanto pelas que sucedem (e basta lembrar a legislação repressiva de 35-36 e o Estado Novo) o episódio “revolucionário” de 30.

NOTAS

1. Este é o modelo de interpretação adotado, por exemplo, por Nelson Werneck Sodré em *História da burguesia brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1976).

2. Veja-se, por exemplo, as obras de Florestan Fernandes, *A Revolução burguesa no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976) e de Bóris Fausto, *A Revolução de 30 – História e Historiografia* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1970), para citar apenas estas.

3. Nunca é demais referir, a esse respeito, o trabalho pioneiro de Fernando H. Cardoso e E. Faletto sobre a problemática da dependência.
4. Para uma análise mais circunstanciada dos problemas aqui tratados, veja-se Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique – formation et évolution des structures politiques au Brésil* (Paris: Editions Anthropos, 1976). O autor permitiu-se reproduzir neste *paper* grande parte dos argumentos desenvolvidos naquele trabalho em virtude de sua não publicação ainda em português.
5. Veja-se, por exemplo, os trabalhos já antigos de Pierre Monbeig (notadamente *Pionniers et planteurs*) e os de Fernando H. Cardoso sobre a penetração do capitalismo em São Paulo.
6. A esse propósito convém notar que, quando são criados em Itu o primeiro Clube e o primeiro jornal republicanos (1873), 94% da população do país residia no campo, somente quatro cidades tinham mais de 50 mil habitantes e o número de manufaturas existentes no país era insignificante. Duas décadas depois – período no qual a população urbana aumenta em apenas 1% – já existiam 273 clubes e 77 jornais republicanos.
7. Exemplo expressivo é o de Serzedelo Correia. Autor de um dos livros mais lúcidos e criativos sobre o “problema econômico do Brasil” (1903), Serzedelo Correia se fazia sistematicamente eleger deputado federal pelo Pará ou, alternativamente, por Mato Grosso.
8. Em 1921 é promulgada a lei que regulamenta a repressão ao “anarquismo” e que dá ao governo federal o poder de fechar associações, sindicatos e sociedades civis que cometessem “atos lesivos ao bem público” (art. 12 da Lei nº 4.269); disposições essas reforçadas através da reforma constitucional de 1926 (art. 72 § 33). Essas leis foram largamente usadas para reprimir o movimento operário, embora (e ironicamente) também fossem utilizadas por Epitácio Pessoa para fechar o Clube Militar.
9. Para maiores precisões, veja-se Luciano Martins, *Pouvoir et développement*, *op. cit.*, pp. 94-96.
10. Veja-se, por exemplo, o livro de Bóris Fausto, *A Revolução de 30*, *op. cit.*
11. Cf. João Neves da Fontoura, *Memórias* (Porto Alegre: Editora Globo, 1963) vol. II, p. 307.
12. É significativa, a esse respeito, a proclamação do tenente Juraci Magalhães ao derrotar as forças legalistas em Pernambuco: “A Revolução está vitoriosa! Nós que a promovemos, esperamos de cada um a ajuda mais eficaz que podereis nos prestar: o restabelecimento da ordem e a volta ao trabalho!” Cf. *Diário da Tarde*, 7/10/1930.
13. A reforma do aparelho do Estado, que se inicia ainda no Governo Provisório, ganha dimensão importante através da instituição da “carreira” burocrática e da admissão por concurso (1936) e se completa com a criação do DASP e dos inúmeros “conselhos técnicos” instituídos durante o Estado Novo.
14. Cf. Nêlson Werneck Sodré, *História da burguesia*, *op. cit.*, pp. 274 e segs.
15. É significativo o fato de nunca terem chegado a funcionar, por desnecessários, os “departamentos administrativos” criados após o golpe de 37 e que tinham por função supervisionar os atos de governadores e prefeitos. Da mesma forma, o “corporativismo”, concebido inicialmente como a expressão jurídica da forma de inclusão de novos atores à vida política, nunca chegou propriamente a ser institucionalizado: bastaram as práticas “corporativistas”, aplicadas casuisticamente.
16. Cf. Maria da Conceição Tavares, “Acumulação de capital e industrialização no Brasil”, Tese de Livre-Docência Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Economia e Administração – 1977.

17. Veja-se o discurso de posse de Vargas no Governo Provisório in *Diário Oficial*, 4/11/1930.

18. É interessante notar que a queima dos estoques de café, após a crise de 29, e cuja importância é assinalada por Furtado, pelo papel que desempenhou na recuperação da economia, medida por isso mesmo considerada altamente engenhosa, foi na realidade sugerida a José Maria Whitaker pelos banqueiros ingleses de Lazard Brothers. Cf. carta de J.M. Whitaker a Vargas, 31/10/1931, doc. 48. Arquivo CPDOC.

19. Veja-se Bóris Fausto, *A Revolução de 30, op. cit.*, como um dos melhores trabalhos de pesquisa sobre o assunto.

20. Esses dois problemas foram tratados recentemente, no que se refere à América Latina, por Alain Touraine in *Les sociétés dépendantes* (Paris: Editions Duculot, 1976).

A PROPÓSITO DOS ANOS 1930 NA COLÔMBIA

Daniel Pécaut

Tradução de Sérgio Lamarão e Dora Flaksman

A noção de “ruptura” ou de “corte” histórico presta-se sempre a discussões. Na ausência de especificações, ela tende a veicular a imagem de uma interdependência tão estreita entre os vários aspectos da realidade social que as mutações que intervêm num deles devem encontrar sua expressão correlativa em todos os demais. Por maiores que sejam as transformações, é no entanto evidente que é sempre possível detectar continuidades. No caso da Revolução Francesa, Tocqueville se encarregou de mostrar que o funcionamento do Estado não havia sido tão alterado quanto os contemporâneos pensavam, e os historiadores econômicos sublinharam o fato de que não ocorreu nenhum salto no processo de transformação econômica. A idéia de ruptura total comporta, inelutavelmente, uma parcela de ilusão. Ilusão dos próprios atores históricos, quando acreditam que sua vontade pode se inserir na história tal qual ela é: o jovem Marx falava a esse respeito da “ilusão do político” que chega a metamorfosear o “sofrido em consciente”¹. Ilusão dos teóricos, que não conseguem pensar a possibilidade de algo radicalmente novo, a não ser anulando o problema do seu próprio enraizamento histórico.

Na América Latina dos anos 1930, a questão se coloca de forma diferente. As continuidades manifestam-se de fato em vários planos. Mesmo se o modelo de “desenvolvimento para fora” perde o caráter “natural” que tinha até então, não se observa um deslocamento brutal das antigas classes dominantes nem uma imposição repentina das novas. Num primeiro momento, os governos manifestam antes a esperança de que, uma vez passada a crise, será possível voltar ao modelo anterior. Num segundo momento, contentam-se em constatar que, mesmo sem uma política preestabelecida, a industrialização se acelerou. O que é digno de nota, pois, é que, a despeito de tais continuidades, prevalece em numerosos países um sentimento de ruptura, como se as categorias de pensamento do período oligárquico se tivessem bruscamente tornado caducas. Se se trata efetivamente de categorias de pensamento, ou se se trata da tomada de consciência de uma mudança econômica ou social profunda, o debate permanece em aberto.

O exemplo da Colômbia pode fornecer indicações muito úteis a esse respeito. Há, indiscutivelmente, poucos casos na América Latina onde as continuidades são tão nítidas: o setor exportador, longe de perder as posições que adquiriu no decorrer dos anos precedentes, as consolida; o regime político não sofre mudanças maiores; as elites civis conservam toda a sua influência. E, no entanto, há sem dúvida poucos países onde igualmente se manifestou a convicção de que uma nova

era social e política começara em 1930, graças às novas relações entre o Estado e as massas populares.

Uma disjunção dessa envergadura leva-nos a refletir sobre os limites e as ambigüidades dos rearranjos sociais e políticos que intervêm de 1930 a 1938, antes que a aproximação da Segunda Guerra Mundial faça sentir seus efeitos.

1. O que acontece na Colômbia em 1930? À primeira vista, uma simples alternância de partidos no poder: o Partido Liberal vence as eleições, colocando assim um ponto final a 50 anos de governo conservador. Tendo em vista os laços tradicionais entre o Partido Liberal e os setores populares urbanos², isto basta para provocar grandes expectativas. Essas expectativas aumentam ainda mais em 1934 com a eleição para a presidência da República de uma figura de prestígio do Partido Liberal, Alfonso Lopez Pumarejo, que qualifica seu governo como o da “revolução em marcha” e, no quadro de um programa “modernizador”, empreende certas reformas e favorece a constituição de sindicatos. Os próprios comunistas chegam então a falar numa verdadeira “revolução democrático-burguesa”, e até mesmo em “frente popular”. Mesmo quando as primeiras ilusões forem dissipadas, a “revolução em marcha” continuará a aparecer como um acontecimento fundamental.

2. No entanto, como já deixamos entrever, não há sentido em procurar nem uma “crise de hegemonia” nem um enfraquecimento da burguesia cafeeira. Ao contrário, parece-nos que ela reforça seu papel na determinação das políticas relativas ao café, o que lhe permite servir de eixo para as demais frações da burguesia e tornar-se o suporte de um modelo muito liberal de desenvolvimento.

Por que a burguesia cafeeira colombiana tem um destino tão diferente do da sua homóloga brasileira? Alguns fatores, como a intensidade dos conflitos sociais em certas áreas de grandes fazendas de café³ teriam contribuído, ao que parece, para seu enfraquecimento político. Mas há outros elementos que, ao contrário, favorecem sua capacidade de superar a crise econômica. Em primeiro lugar, evidentemente, a existência de uma ampla camada de pequenos produtores, cujo desenvolvimento foi particularmente notável no curso dos anos 1920-1930; a burguesia do café, que, em sua fração dirigente, tende a ser antes de tudo comercial, está desse modo em condições de fazer repercutir a baixa dos preços internacionais sobre esse campesinato⁴.

Em segundo lugar, a política brasileira do café: os colombianos podem confiar ao Estado brasileiro a tarefa de defender os preços e podem também procurar apropriar-se de uma parte do mercado mundial em nome da “livre concorrência”. O “liberalismo” colombiano só é concebível à sombra do Estado autoritário (e, em todo caso, intervencionista) brasileiro. Em terceiro lugar, a evidente vocação política atestada por essa burguesia a partir do fato mesmo de que ela devia passar pelos partidos políticos para enquadrar os pequenos produtores.

Todos esses elementos permitem à burguesia cafeeira opor resistência às veleidades do Estado – notadamente em 1935-1937 – e firmar sua posição na política do café. É precisamente a partir de 1930 que a recém-criada Federación Nacional de Cafeteros (fundada em 1927) começa a se fortalecer. A partir de 1937, ela vai se tornar o protótipo da instituição privada encarregada de importantes funções públicas⁵. Em resumo, o eixo em torno do qual pode-se afinar um modelo liberal de desenvolvimento.

É bem verdade que a indústria conhece, nessa mesma época, um rápido desenvolvimento: entre 1930 e 1940, sua taxa de crescimento anual é de 10%. Mas os industriais não deixam de ser solidários em nenhum momento com a burguesia do café. Não somente em razão dos múltiplos laços financeiros que os unem – o caso antioquenho é bastante representativo a esse respeito – ou dos múltiplos benefícios que eles mesmos extraem da política de desvalorização defendida pelos exportadores, mas também em razão da sua adesão a esse estilo liberal de desenvolvimento que lhes permite defender ponto por ponto seus interesses e rejeitar toda interferência social da parte do Estado, mesmo que isso implique simultaneamente – o que será percebido com clareza em 1950 – que a industrialização permaneça, em larga medida, superficial.

É desnecessário dizer que na Colômbia, não mais que em outros países, esse “liberalismo” econômico não exclui numerosas intervenções do Estado. Ele exprime somente o fato de que os diversos setores da burguesia conservam em suas mãos a essência do poder de decisão econômica.

3. Como explicar, nessas condições, que o Estado possa, entretanto, dar a impressão de dispor de uma margem de ação própria? Parece-nos que, num primeiro momento, seja conveniente falar numa transformação relativamente passiva, onde o lugar ocupado pelo Estado decorre do fato de ele intervir como agente de adaptação diante da crise do comércio exterior.

No plano interno, esta crise coloca em primeiro plano aquilo que se pode chamar de uma dialética de fragmentação e de unificação virtual. Fragmentação porque, a despeito da coesão das classes dominantes, a crise lança repentinamente uma luz crua sobre o “mosaico” de interesses segmentários que forma o substrato da economia nacional. Essa dispersão não é nova. No entanto, ela é agora tornada visível pelas rivalidades – rivalidades e não contradições – que surgem em razão da diminuição da capacidade de importar. Ela é perceptível até na burguesia do café, com os conflitos lavrados entre os produtores e os exportadores, e mesmo entre os produtores dos diversos departamentos (estados) do país. Mas ela se manifesta sobretudo na indústria: ninguém pode mais ignorar que a simples justaposição de um certo número de empresas não constitui por si mesma a base de um processo auto-sustentado de industrialização. Embora as referências ao caráter “artificial” da indústria afluam, inclusive em certos discursos de A. Lopez Pumarejo, elas se

ligam doravante menos a uma obstinação antiindustrializadora do que à consciência aguda da fragilidade da indústria existente.

Essa fragmentação não concerne apenas à “sociedade civil”. Ela irrompe também no interior do Estado, exposto a múltiplas e contraditórias reivindicações apresentadas alternadamente por comitês *ad hoc*. O termo “Estado de Compromisso” não vale somente para os países onde eventualmente se produziria uma crise de hegemonia. Ele também nos parece indicado para designar, de modo mais geral, a presença da fragmentação no interior do Estado.

Unificação virtual: porque, submetido, de um lado, à fragmentação, o Estado se coloca, de outro, como pólo de coesão, representante da unidade (virtual) da nação. Na Colômbia, como em outros países, surgem então as metáforas de “Estado orgânico”, “acima das classes” e “interesse geral”. Entretanto, essa redefinição do Estado deve ser situada dentro de seus limites.

Ela não decorre, repetimos, de uma alteração anterior das relações no interior das classes dominantes. A prova disso é, no caso colombiano, a consolidação, no mesmo momento, do setor exportador. Ela ocorre, ao menos num primeiro momento, num simples processo de adaptação à conjuntura externa.

Ela não implica uma política deliberada de substituição das importações. O protecionismo estabelecido em 1931-1935 é, a princípio, um paliativo às dificuldades do momento. Ele não é concebido numa perspectiva de industrialização a longo prazo. Ele revela, ao menos com igual intensidade – sobretudo na sua versão de 1931 – a preocupação de proteger a agricultura. É certo, por outro lado, que sua contribuição ao progresso industrial foi menos sensível do que a das desvalorizações sucessivas⁶. Quanto às outras reformas lopistas, elas tinham objetivos ligados também a preocupações imediatas.

A lei de reforma agrária de 1935 pretende, é certo, estimular a valorização das grandes propriedades, enquadrando-se, nesse sentido, na série de outras leis que não foram postas em práticas, mas visa sobretudo colocar um ponto final nos conflitos agrários de Cundinamarca e Tolima. A reforma fiscal de 1936, criando um imposto sobre a renda, procura atenuar as consequências da diminuição dos recursos aduaneiros.

A redefinição do Estado não significa tampouco um aumento do intervencionismo direto na economia. Durante a “revolução em marcha”, os gastos públicos tendem a estagnar, e mesmo a diminuir, em relação aos anos 1930-1933. Em 1934, chega-se mesmo a presenciar uma diminuição brutal da parcela dos investimentos públicos no total dos investimentos. A recuperação só ocorrerá em 1940.

Nessas condições, a redefinição do Estado não parece contraditória com a consolidação do modelo liberal de desenvolvimento. Resta saber qual é, diante

desse quadro, o conteúdo preciso dessa redefinição. A resposta a essa questão supõe uma reflexão sobre os atores sociais que podem apoiá-la.

4. Esses atores não são em todo caso as classes dominantes. Por mais modestas que sejam as reformas lopistas, elas esbarram em sua oposição determinada. Os proprietários de terra de tipo tradicional, amplos setores da burguesia do café, encontram-se no campo dos adversários, que abriga também a burguesia industrial, sob vários aspectos a mais veemente.

Não haveria portanto sentido em considerar A. Lopez Pumarejo e seus seguidores como a expressão de uma “fração” dessas classes. Eles constituem na realidade uma elite dirigente, pouco aristocrática por suas origens e que, a despeito de suas múltiplas ligações com as classes dominantes, pretende dar consistência ao Estado como pólo de coesão.

No mais, a situação é bastante diferente da existente no Brasil. Onde estão os intelectuais, os militares ou os políticos que professariam algo que se aproximaria de uma “ideologia de Estado” tal como Bolívar Lamounier a analisou no Brasil? Com raras exceções⁷, eles não existem.

É que, tanto depois como antes de 1930, os dois partidos colombianos tradicionais continuam a representar o horizonte no qual intervêm e se situam ideologicamente. Não basta mencionar a esse respeito a importância, de alguma forma cultural e hereditária, da filiação a essas duas comunidades políticas. Convém também sublinhar que elas constituem verdadeiros canais de comunicação entre o centro do país e suas periferias, superando os regionalismos e todos os localismos. Através delas se elabora uma forma de unificação nacional que se adapta a todas as divisões locais, e talvez mesmo as alimente, sem jamais perder sua importância. Por conseguinte, a coesão que o Estado aspira a definir já está de fato em grande parte realizada sob a forma da divisão partidária. O Estado vem em segundo lugar. E o acesso ao Estado se faz através dos partidos políticos.

Consideremos os famosos “setores médios”. Se eles aparentemente têm apenas uma presença política das mais discretas é porque se situam desde o início no interior dos dois partidos. Sua eventual mobilidade social depende de sua capacidade— individual— de se impor como transmissores nas redes partidárias. O caciquismo colombiano às vezes se baseia na grande propriedade; mais frequentemente, no controle *político* do poder local. Para esses setores, o Estado só aparece como ponto de convergência dos clientelismos.

Consideremos o exército. Ele tampouco escapa ao domínio dos partidos tradicionais. A despeito da fundação de uma escola militar em 1907, ainda em 1930 os quadros superiores são oriundos das guerras civis. Não esqueçamos que a última e mais devastadora dessas guerras, a Guerra dos Mil Dias, data de 1899-

1902, o que vale dizer que os oficiais são percebidos menos como “profissionais” do que como membros do Partido Conservador. Os presidentes liberais renunciarão a praticar expurgos políticos, mas devotarão, em contrapartida – sobretudo no caso de Alfonso Lopez Pumarejo –, um desprezo declarado por um exército que é antes de tudo uma “carga para a nação”.

Convém acrescentar um último ponto: em razão da implantação dos partidos políticos, as classes dominantes podem aceitar sem medo o sistema do sufrágio universal que é adotado em 1930. Mesmo se esse sistema gere zonas de turbulência que às vezes escapam a seu controle, as classes dominantes recebem a partir dele uma legitimidade própria que lhes permite não abaixar a cabeça diante de uma ameaça populista ou de um aventureiro político qualquer.

Através dos partidos tradicionais são assim fornecidas as condições para que seja preservado um sistema político liberal. A importância do pequeno campesinato do café é aí apenas um pouco menor do que na manutenção do modo liberal de desenvolvimento. Ela serve de suporte simbólico para a autonomia do espaço político. Não é por acaso que as lutas políticas assumem tantas vezes nas zonas de colonização recente um caráter particularmente violento.

A pretensão de constituir o Estado um pólo de coesão para a sociedade fica portanto bastante comprometida. Não apenas ele aparece submetido a uma fragmentação que é alimentada pela lógica liberal de desenvolvimento, como também é confundido com o partido no poder e repartido entre todas as redes de clientelas que compõem este último.

Compreende-se portanto que a elite lopista não tenha tido outra saída para fundamentar seu projeto de redefinição do Estado senão procurar um ponto de apoio nas massas populares urbanas. Assim se esboça a possibilidade de um encontro surpreendente entre uma elite que não tem nada de populista e as massas urbanas, que a cada dia têm a prova de que a burguesia não está disposta a nenhuma concessão.

5. O encontro, como dissemos no início, assume um brilho especial. Quando, no 1º de maio de 1936, o presidente Lopez Pumarejo convida os dirigentes populares, comunistas inclusive, a falar à multidão de um balcão do palácio presidencial, uma grande emoção sacode o país. Os comunistas verão aí o ponto de partida de uma frente popular.

Pode-se tentar explicar esse encontro através de uma dupla iniciativa: uma partindo do Estado e a outra partindo dos setores populares. Do lado do Estado, o “povo” é o único fiador, ao mesmo tempo simbólico e imaginário, dessa “unidade nacional” que ele pretende encarnar. Do lado dos setores populares, divisões e fraquezas se conjugam para que uma resposta positiva seja dada às investidas da

elite lopista. Entre os artesãos, os empregados do setor de serviços e os operários existem de fato distâncias consideráveis, mas tanto uns como outros não podem deixar de ficar sensíveis às promessas lopistas. A população que vive do artesanato depende em grande parte para sobreviver da proteção que o Estado lhe oferece. Os empregados do setor de serviços (ferroviários, portuários e trabalhadores em transportes do rio Madalena, operários das obras públicas) muitas vezes são estatutariamente colocados sob a tutela do Estado e são diretamente afetados pela evolução do comércio exterior. Quanto aos trabalhadores na indústria, minoria frágil, sem tradição e isolada num amontoado de empresas dispersas, eles praticamente não podem enfrentar com chance de sucesso um patronato que não está absolutamente disposto a negociar: a legislação social, a seu ver, é uma condição para sua organização.

Esses diversos argumentos não bastam contudo para explicar o fascínio exercido pela linguagem lopista. Independentemente de qualquer medida concreta, existe nessa linguagem uma inovação profunda, pois a divisão das classes e suas lutas se vêem reconhecidas pelo próprio poder⁸, no exato momento em que o Estado se afirma em sua exterioridade em relação à sociedade civil. Trata-se claramente de um “gesto inaugural”⁹, através do qual a unicidade do campo político é simbolicamente instituída em novos termos.

Essa instituição simbólica não significa uma ruptura com o modelo liberal. A proclamação da “exterioridade” do Estado não se opõe absolutamente a ele, e a elite lopista só deseja, como sabemos, criar condições favoráveis ao seu florescimento.

Da mesma forma, a referência às massas populares durante a “revolução em marcha” não é acompanhada da implantação de uma legislação social de peso. Sem dúvida, o governo encoraja a criação de numerosos sindicatos e não hesita em intervir como árbitro nos conflitos sociais. Mas há poucas leis sociais novas¹⁰. Além disso, os salários reais dos trabalhadores, que mal ou bem haviam sido mantidos até o final de 1933, sofrem uma redução muito pronunciada a partir de 1934. Enfim, os sindicatos não conseguem se implantar na indústria privada: o governo se mostra incapaz de convencer os patrões a aceitar essa “amável companhia”. Mesmo entre os artesãos e no setor de serviços, o sindicalismo permanece condenado a uma existência bastante precária.

Em suma, aqui também a relação de forças se impõe. A partir de 1936, fica claro que ela se exerce em benefício das classes dominantes, inteiramente erguidas contra a “ameaça de revolução social” que a política de A. Lopez Pumarejo representa. O projeto de redefinição do Estado fica por isso mesmo neutralizado.

Isso significa que a importância simbólica da “revolução em marcha” se esvai? De modo algum. Durante anos, as massas populares e as organizações de

esquerda, inclusive o Partido Comunista, continuarão a ver nela um episódio fundamental, através do qual lhes foi conferido o direito à cidadania social. Havia aí, entretanto, um erro de perspectiva que só apareceria mais tarde. Em matéria de cidadania social, o que aconteceu foi principalmente a incorporação das massas urbanas ao Partido Liberal, sob a aparência de uma política de reforma.

6. No período 1918-1930, várias vezes se instalara o risco de que as massas urbanas escapassem ao domínio dos partidos tradicionais. Ocorreram conflitos sociais serios, que escapavam à tutela desses partidos.

A partir do final de 1936, os limites da “revolução em marcha” tornaram-se evidentes no tocante à redefinição do Estado. Mas uma mudança com profundas repercussões ocorreu a partir do momento em que os setores populares foram colocados no rastro do Partido Liberal¹¹.

Se o Partido Liberal tivesse tido seu centro de gravidade numa burguesia “esclarecida”, poderia ter ocorrido uma polarização no plano político em relação ao Partido Conservador. Na realidade, porém, o Partido Liberal, assim como seu adversário, recruta a maioria de seu eleitorado nas zonas rurais: o peso dos grandes proprietários de terras no Partido Liberal é apenas um pouco menor do que no Conservador. Além disso, a oposição aos projetos reformistas de A. Lopez partiu tanto de quadros do Partido Liberal como do Partido Conservador. Enfim, a burguesia industrial antioqueña, na época porta-voz da indústria, se inclina majoritariamente para o lado conservador. Ela esteve, aliás, à frente da resistência à política lopista. Isso significa que continua extremamente reduzida a correlação entre os conflitos que se exprimem na cena política e os antagonismos que aparecem na cena social.

A adesão das massas urbanas ao Partido Liberal tem pois por principal consequência o reforço da legitimidade do sistema dos partidos tradicionais. Indiretamente, ela faz com que continue a se exercer um certo deslocamento do poder em benefício das classes dominantes e dos setores políticos ligados às zonas rurais. Ela faz sobretudo com que se estabilize um modelo de democracia civil restrita que constitui, no plano político, o prolongamento do estilo liberal de desenvolvimento econômico.

7. Retornemos à questão inicial: a partir de que elementos – apesar das numerosas continuidades – os anos 1930 podem, também na Colômbia, representar um corte profundo?

O fato de o Estado não ter adquirido uma “súbita autonomia” em relação às classes dominantes não significa que ele tenha permanecido inalterado. A crise mundial introduz nesse quadro uma certa clivagem: de um lado, o Estado se encontra envolvido pela fragmentação da sociedade civil; do outro, erigido em pólo de unificação virtual.

Essa redefinição do Estado é perfeitamente compatível com a consolidação de um modelo liberal de desenvolvimento. No entanto, ela é acompanhada simultaneamente por uma nova simbologia política, uma vez que as classes populares são coletivamente conclamadas a fornecer o suporte da unidade invocada pelo Estado. O tema da cidadania política entra em cena nesse momento.

Naturalmente, essa cidadania não deixa de ser em grande medida ilusória, na medida que, no caso colombiano, ela permanece intimamente ligada à participação nos dois partidos tradicionais. Por conseguinte, a coexistência dessa simbologia política e de um modelo liberal de desenvolvimento está destinada a produzir um profundo afastamento entre o político e o social. O privilégio concedido à referência à incorporação à nação é acompanhado pelo confinamento dos conflitos sociais num espaço separado.

O corte político de 1930 passa pela instauração desse afastamento entre o político e o social. A “ilusão do político” representa também esse distanciamento do social, no exato momento em que ela parece fazer sua entrada definitiva na primeira linha do cenário colombiano.

NOTAS

1. Cf. a esse respeito as considerações de F. Furet, em *Penser la Révolution française* (Paris: Gallimard, 1978), p. 41 e seguintes.

2. A partir de meados do século XIX, o Partido Liberal recebe o apoio dos artesãos. Convém notar que ele exprimirá simultaneamente os pontos de vista dos setores comerciais adeptos do livre-cambismo.

3. De 1925, a 1935, as fazendas de Cundinamarca e de Tolima são sacudidas por graves conflitos sociais. Cf. M. Palacios, *El café en Colombia* (Bogotá: Editorial Presencia, 1979).

4. Os representantes esclarecidos dessa burguesia têm perfeita consciência do papel de amortecedor desempenhado por esse campesinato nos períodos de crise. Mariano Ospina Pérez, dirigente da Federação dos Cafeicultores no período 1930-1934, o menciona com frequência. O pequeno campesinato produtor tem, em último caso, a possibilidade de retornar a uma economia de subsistência, na medida que uma parte da propriedade é quase sempre consagrada às culturas alimentares.

5. Em 1940 será criado um imposto destinado a alimentar um fundo de intervenção. Mas a gestão desse fundo – e dos enormes recursos de que ele às vezes dispõe – será confiada à federação. A autonomia da federação será reafirmada em 1957, quando dentro do Comitê Nacional novos estatutos darão a maioria aos representantes dos cafeicultores, deixando os representantes do Estado em minoria.

6. Cf. D. S. Chu, *The great depression and industrialization in Colombia* (The Rand Paper Series: S. Monica, 1977).

7. Uma delas é constituída por Gaitán, que entre 1934 e 1935 lança um movimento, o UNIR, cujo programa comporta numerosas referências à consolidação do Estado.

8. A. Lopez Pumarejo menciona em várias ocasiões o caráter inelutável dos conflitos de classe a partir do momento em que o capitalismo progride rapidamente.
9. Cf. C. Lefort, M. Gauchet, "Sur la démocratie: le politique et l'institution du social", *Textures*, 71/2-3, pp. 7-78.
10. Em contrapartida, a legislação social será importante no período 1944-1945, durante o segundo governo de A. Lopez.
11. É preciso que fique claro que nem todas as massas urbanas são liberais. Há cidades onde o eleitorado conservador é muito importante, e até mesmo majoritário, como em Medellin.

GUILLERMO O'DONNEL – Na melhor tradução da *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto), Luciano Martins nos chamou a atenção sobre grandes acontecimentos internacionais e suas complexas relações com processos que ocorreram internamente em países latino-americanos – processos não só econômicos como também especificamente políticos.

Creio que tanto a Argentina, o Chile, como certamente o Brasil pertencem a um subgrupo de países latino-americanos que, a partir da crise de 1929, conseguiram, de diferentes formas – fundamentalmente através de suas classes dominantes preexistentes, como assinala Luciano – reagir e recompor originalmente modos de dominação sobre bases que muitos outros países latino-americanos não dispunham naquela data.

Esses três países já tinham alguma base de acumulação interna, uma vida urbana bastante complexa e dispunham de um aparelho estatal relativamente desenvolvido – que se hoje parece pouco, para a época era comparativamente muito –, com capacidade de extração de recursos, e de forças armadas com uma superioridade coercitiva já bastante nítida.

Diante da crise de 1929, outros países da América Latina, carentes de tal base, praticamente entraram no colapso de um *laissez-passer* resultante da impossibilidade de adotar políticas públicas do tipo modernizante, e ao mesmo tempo defensivas frente à crise, tal como o fizeram no Brasil, Chile e Argentina.

Entre estes três países, como mais uma vez assinala corretamente Luciano Martins, há alguns pontos em comum. Um deles, ponto fundamental, é que quaisquer que fossem os processos políticos existentes anteriormente e que se modificaram ao compasso da crise, em nenhum momento houve um questionamento da dominação oligárquica no campo, em nenhum momento houve tentativas de mobilização camponesa, como também não houve tentativas, com a exceção parcial do Chile, de criar alianças de setores médios urbanos com setores propriamente operários. A estas três restrições, a estas três lacunas, devemos sem dúvida acrescentar que houve diferenças de enorme importância.

Devemos começar por aquilo que não foi modificado na estrutura agrária, que era sumamente distinta no Brasil, na Argentina e no Chile. Nessa estrutura

encontram-se importantes contrastes que ajudam a entender as diferentes formas em que foi processada esta tão complicada década de 1930 em nossos países.

Na Argentina havia, para simplificar, uma estrutura agrária que se manteve intocada e que fornecia uma base de acumulação muito significativa, tão dinâmica como a cafeeira no Brasil. Ocupava um enorme espaço econômico e político no país em seu conjunto, mas se tratava de uma agricultura sem camponeses. Vale dizer, a oligarquia pampeana exercia uma enorme centralização econômica e tinha uma grande importância política, mas era uma classe que não dispunha, como no Brasil e no Chile, do controle do voto clientelístico de camponeses submetidos a sua dominação direta. A história da eterna debilidade eleitoral dos partidos conservadores argentinos relaciona-se diretamente a esta especificidade da oligarquia agrária, de enorme peso político e econômico, mas sem possibilidade de controlar o voto rural.

No Chile, temos uma oligarquia agrária que, em contraste com as do Brasil e da Argentina, é extremamente atrasada, não orientada para a exportação, e deficiente mesmo em termos da produção de alimentos para o mercado interno. Muito menos capitalista em todos os sentidos do que as vanguardas oligárquicas brasileiras e argentinas, a oligarquia chilena contou com uma base camponesa clientelística que por muito tempo, como no Brasil, ofereceu uma importante base eleitoral aos partidos conservadores e liberais.

Ainda ligada a estas rapidíssimas simplificações que estou traçando, outra diferença muito relevante entre o Brasil, por um lado, e a Argentina e o Chile por outro é que, quando ocorre a crise mundial de 1929/1930, a Argentina e o Chile eram (ou haviam sido) governados por partidos que propunham o fim das formas tradicionais de dominação oligárquica. A Argentina, desde a década de 1910, pelo Partido Radical, sob a presidência de Yrigoyen; o Chile, desde a presidência de Alessandri. A oligarquia enquanto elite política já havia sido afastada nesses dois países, embora isso não implicasse, como assinalou Luciano, que sua posição de classe dominante tivesse sido deslocada ou sequer atacada.

A partir desse ponto, é necessário estabelecer diferenças também entre a Argentina e o Chile. O Chile é o caso mais precoce de expansão e implantação de um estado nacional. Na década de 1920, realizaram-se neste país muitas das inovações institucionais que a Argentina e o Brasil efetuaram na década seguinte, como a criação de um Banco Central, a organização de forças militares independentes do controle oligárquico, o estabelecimento de organismos de racionalização administrativa, enfim, surgiram uma série de instituições comparativamente precoces que mostram o dinamismo e a centralização do aparelho estatal chileno. Saliente-se que o Chile era um país no qual o principal mecanismo de acumulação de capital estava intrinsecamente ligado aos enclaves mineiros e onde o processo de transferência dos recursos desses enclaves para os outros

setores passava pelo aparelho estatal e onde, finalmente, as classes agrárias, ao contrário das brasileiras e argentinas, não constituíam fontes de acumulação de capital.

O caso do Chile se complica em termos de qualquer interpretação mecânica ou economicista da crise de 1930 porque esse país já vinha experimentando uma crise extremamente grave, a partir dos anos 20, devido à grande queda dos preços do nitrato (o cobre só seria importante posteriormente). Desse modo, os ajustes políticos internos e a profunda recomposição dos mecanismos de acumulação que temos na Argentina e no Brasil na década de 1930, no Chile se produziram na década anterior. Além disso, no Chile, país que, ao contrário dos outros dois, contava, afora os enclaves, com escassas fontes internas de acumulação de capital com alguma dinâmica, o impacto da crise dos anos 30 foi muitíssimo mais forte do que no Brasil e na Argentina.

É importante assinalar que, na década de 1920, o governo de Alessandri, que marcou o término das formas mais parlamentares e clientelísticas da república oligárquica chilena, foi derrubado por um movimento militar. De inspiração originariamente conservadora, tal movimento foi superado internamente por grupos de jovens oficiais que deram continuidade à presidência de Alessandri no que toca à expansão e modernização do aparelho estatal, ao “descolamento” do controle oligárquico, às complexas alianças com os setores médios, sem, contudo, ameaçar a estrutura agrária. Esses jovens oficiais poderiam ser comparados aos “tenentes” brasileiros, já que também eles apresentavam “um confuso cardápio de reivindicações”.

Foi nesse contexto que ocorreu a extraordinária e breve experiência da república socialista implantada no Chile por um dos golpes militares que se sucederam no agitado período de 1931/1932. Findo esse período, Alessandri retorna para um segundo governo, desta feita como expressão dos partidos conservadores, em clara aliança com os setores e partidos oligárquicos contra os quais havia tido êxito durante sua primeira administração.

Na Argentina, também é esse movimento de transitória e agitada recuperação de formas políticas de dominação oligárquica a nível nacional que realmente inaugura os processos contemporâneos. No caso argentino, quando do golpe de 1930, o Partido Radical já ocupava o poder há uns 15 anos. Nesse espaço, os radicais, que haviam surgido com um programa de voto universal, contra a fraude e, em geral, com um projeto liberal de cidadania, em nada afetaram a estrutura agrária. O golpe de 1930 foi levado a cabo por uma aliança – de vida muito curta entre setores nacionalistas e uma direita muito próxima ao integralismo, por um lado, e, por outro, às velhas classes oligárquicas. Embora estas últimas e seus representantes políticos tenham se imposto, com paralelismos importantes ao que ocorreu no Brasil, foi esse governo que empreendeu, a partir de 1933, uma política

que, conforme Furtado assinalou há algum tempo, embora não orientada para a industrialização nem acompanhada por uma ideologia industrializante, teve como consequência uma notável expansão do aparelho estatal, bem como um veloz impulso à industrialização, resultado da tentativa de solucionar problemas da balança de pagamentos e de salvar o mercado interno.

Após estas rápidas generalizações, gostaria de terminar com alguns dos comentários comparativos que Luciano propôs. Creio que ele tem razão quando assinala a enorme importância da estrutura agrária e da política que as classes dominantes continuaram seguindo, bem como do êxito ou fracasso no controle social e político exercido sobre os setores populares e o voto destes mesmos setores. Neste sentido, um ponto que separa a história do Brasil com relação às da Argentina e do Chile é o “êxito” do Estado Novo em implantar controles sobre o setor popular que tranquilizaram as novas e velhas classes dominantes e lhes garantiram, até a década de 60, os limites do regime político que se foi criando desde 1930 no Brasil.

No Chile, a partir dos acontecimentos brevemente descritos, a emergência de uma importante classe operária (que diferentemente do Brasil e da Argentina era uma classe mineira, não industrial e não localizada nos grandes centros urbanos) deu início a um regime político cujo eixo – o partido que oscilando decidia o voto parlamentar – foi o Partido Radical, uma típica agremiação de origem e ideologia de setores médios urbanos. Já na década de 1940, no interior desse quadro, os partidos Socialistas e Comunistas surgem com uma votação significativa, somando cerca de 30% do total, percentual não muito diferente dos votos, que iriam receber nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, naquele momento, a diferença fundamental era que o Partido Radical garantia os parâmetros da situação, aliando-se – quando aqueles parâmetros pareciam em jogo – com partidos conservadores, que tinham uma importante base eleitoral resultante do seu controle sobre o campesinato (como no Brasil e em contraste com a Argentina).

Na Argentina, tudo foi mais explosivamente convergente, no sentido de que havia uma importante classe operária nos grandes centros urbanos e de que não existia uma massa importante de camponeses que, entre outras coisas, poderia ter implicado um maior peso eleitoral dos partidos conservadores e um enfraquecimento do movimento operário através da oferta de trabalho. Assim, na década de 1930, a situação na Argentina foi marcada por alianças conservadoras e oligárquicas, que se sustentavam por intermédio do recurso à fraude mais escandalosa. Vale dizer, a forma de assegurar o governo não foi o mecanismo de relojoaria, do que às vezes dá impressão o Estado Novo, nem tampouco, como no Chile, um sistema de equilíbrio entre classes e setores, negociados no Parlamento. Essa fraude, que teve lugar nos grandes centros urbanos, afetou profundamente a legitimação desse regime e colaborou decisivamente para a eclosão do peronismo.

Para terminar, um ponto que deveria ser salientado é que essa estrutura agrária, que permaneceu intocada durante esses anos nos três países, era bem diferente em cada um deles. Além disso, concomitantemente com os processos de industrialização e as diversas formas políticas plasmadas, surgiram três classes operárias também diferentes. No Brasil, uma classe operária rodeada por controles corporativos e por uma oferta de trabalho alternativo estruturalmente debilitante. No Chile, uma classe operária mineira que o isolamento geográfico fortalece ideologicamente mas debilita politicamente. Na Argentina, uma classe operária estruturalmente bem mais forte que a brasileira e geográfica e politicamente mais centralizada do que a chilena. As características dessa classe operária, somadas a um quadro de deslegitimação da democracia política, e com ela dos partidos, inclusive de esquerda, que atuavam nos marcos da classe operária, selaram as condições para a eclosão do peronismo. De qualquer forma, e apesar das diferenças assinaladas, a crise de 1930 e o clima ideológico mundial serviram de base a claros retrocessos em questões como as da cidadania e da democracia política, que no Chile e na Argentina haviam avançado nas décadas anteriores. O fato de que, no Brasil, os controles estabelecidos não se afrouxaram até a década de 1960, de que no Chile retornava-se à democracia política com uma relativa tolerância para com as forças de esquerda, e de que na Argentina a situação se polarizava em campos que haviam abandonado sérias pretensões de democracia política, pode em parte ser entendido, acredito, pelos diferentes processos que esbocei de forma tão esquemática.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – O'Donnell já disse, por antecipação, das dificuldades que há para quem fala no final. E, no caso, eu deveria, e se não deveria, gostaria, de comentar o trabalho do Luciano Martins, que me pareceu admirável. Mas não quero deixar de fazer algumas referências ao quadro mais geral da América Latina como um contraponto à questão que está posta aqui, que é a da Revolução de 30.

Na Europa, do século passado, era comum dizer, em certos círculos, que o fantasma da revolução rondava por toda parte. Eu diria que, na América Latina, o fantasma da reação ronda por toda parte. Nós assistimos aqui a três exposições que nos mostram como no processo latino-americano as transformações depois da crise de 29 e depois de 30 resultaram em não-revolução. Em certos casos, resultaram claramente num processo regressivo. É o caso da Argentina do gen. Uriburu e a fraude patriótica (assim se chamava) usada para poder manter o sistema de coerção. Vimos que, na Colômbia, apesar de tudo, o sistema foi capaz de cooptar e de integrar os elementos dinâmicos novos ao processo social tradicional através de fórmula política, comentava Celso Furtado há pouco, que não chegava a ser propriamente uma fórmula estatal, mas a de uma federação incerta, na qual o interesse do setor exportador pesava vigorosamente. E no caso brasileiro, vimos com minúcia, pela palavra de Luciano Martins, que não houve propriamente uma revolução, embora tivessem ocorrido transformações. A

pergunta, que fica para que se esclareça, depois destas exposições, é a seguinte: será que temos, realmente, que perseguir na América Latina o fantasma de uma revolução do tipo das “revoluções burguesas”?

O que se mostrou foi precisamente que nós não estamos num processo desse tipo, não houve revolução burguesa na América Latina; não houve, sequer no momento em que começou a haver um processo de industrialização e até mesmo, mais tarde, um processo de industrialização continuada auto-sustentado. Mas isso não quer dizer que a burguesia não estivesse no poder; não quer dizer que não tenha havido profundas modificações. Embora a forma de dominação pudesse ser chamada de oligárquica, os agentes sociais que estavam por trás dessa oligarquia antes de 30 não são os mesmos que vão estar por trás dessa forma de oligarquia depois de 30 e especialmente depois do Estado Novo. Concorro plenamente com a tese principal do Luciano. A verdade da Revolução de 30 vai-se revelando no processo que desemboca no Estado Novo, independentemente de os personagens, os agentes históricos, terem ou não consciência disso ou sequer de o desejarem. Pouco a pouco ele vai se explicitando; quando se instaura o Estado Novo se vê claramente que se formara uma autocracia burguesa.

O único reparo que eu faria à idéia de “autocracia burguesa”, tal como a entende Florestan Fernandes, é que ela, especialmente no caso brasileiro, não pode ser entendida senão no contexto da formação do Estado. Não se trata propriamente de uma classe social que desenvolve um aparato político próprio, que cria um partido, e que através desse partido exerce um processo de hegemonia na sociedade; trata-se de outro processo, de uma classe social diferenciada, com os seus vários ramos às vezes contraditórios, e esses vários ramos se apropriam de segmentos do Estado. É a partir do Estado que se propõe um princípio de unificação política. E isso foi um resultado importante do processo iniciado em 30, que nesse aspecto foi revolucionário. Não em termos de uma “revolução burguesa” do modelo clássico, mas em termos de que se constituiu aqui, como noutros países latino-americanos, algo que não existia antes da Revolução de 30. A partir daí houve uma ampliação do sistema dominante de alianças, à condição de que se preservasse a capacidade de controle do núcleo hegemônico. Ou seja, a dominação de classe preexistente manteve-se e, portanto, não houve nesse sentido uma revolução. Mas houve uma transformação das fórmulas políticas para permitir a incorporação de setores que não participavam anteriormente do pacto.

É sob essa perspectiva que se pode entender como e por que houve tanta ambigüidade na Revolução de 30 e como esse cardápio de mudanças, tão sem saborão à luz das nossas expectativas de hoje, conseguiu mobilizar energias sociais e políticas. É que embora sendo um cardápio confuso mostrava um “pedido de passagem”. Passagem por onde? Pelo umbral do Estado. Não se tratava de mudança no sistema de dominação na sociedade como um todo, de revolução propriamente dita, mas de passagem para dentro dos gabinetes do Estado, dos

escritórios do Estado, de setores que estavam fora dele. Este processo levou alguns anos para se constituir. E, curiosamente, os setores que se manifestaram contra ele foram precisamente os setores propriamente burgueses e industriais de São Paulo. São Paulo na sua expressão mais conspícua se opôs a esse processo. Tanto a oligarquia tradicional, quanto o setor industrial. Roberto Simonsen, por exemplo, opôs-se diretamente. Todo o setor de peso da nova industrialização se opôs a 30, em 32. E mais ainda. Foi talvez o único setor que, naquele momento, propôs uma fórmula, que não é comum aos movimentos desse tipo na América Latina, a fórmula-partido: propuseram o Partido Democrático, que era um embrião gorado, do que se poderia chamar de um partido clássico. E o Partido Democrático era um partido de forte inspiração liberal-oligárquica. Foi, naquele momento de transição, talvez a única contribuição clássica, e, como tal, abortada, porque a situação não era clássica; era um partido que não podia chegar ao poder, que foi derrotado logo em seguida, pelas forças unificadoras do novo sistema.

Vê-se assim uma espécie de paradoxo. O que houve como embrião do que poderia ser alguma coisa similar a um processo clássico, de uma burguesia que organiza um partido, foi percebido no Brasil como reacionário; e aquilo que foi realmente uma fórmula autoritária (e os tenentes exemplificam isso muito bem) foi percebido como uma força transformadora. Ter sido ou não de fato reacionário ou transformador é outra questão. Mas se apresentavam como tais. E, de fato, o que venceu não foi o setor que apresentava uma solução pela via partidária e pela via da abertura democrática, por mais que essa abertura pudesse ser uma abertura do tipo controlado, *à la* Colômbia, por exemplo. Nem isso foi possível passar entre nós. O que realmente sedimentou foi outra coisa; foi uma fórmula de dominação cuja institucionalização política carecia da mediação do partido, e que não fazia a agregação dos interesses de classe através do mercado eleitoral. Quando agregava interesses de classes distintas, fazia-o como uma espécie de espelhismo (palavra que não existe) que transferia da sociedade e projetava no espelho do Estado aquilo que se imaginava que deveriam ser os interesses da sociedade. Mas trata-se de uma transferência sem nexos, sem que existam os canais de intermediação.

Dentro desse Estado autoritário, onde se aninham interesses bastante conservadores, vão existir também algumas sementes daquilo que seria o interesse, digamos, popular-democrático; só que sem a fórmula democrática, sem que exista representação e sem que se reconheça a autonomia do sujeito social. Ou seja, sem que os trabalhadores ou a classe média pudessem realmente se organizar autonomamente e pressionar o Estado. É uma situação peculiar, porém, não peculiar ao Brasil, peculiar a muitas situações na América Latina, nas quais se vê uma formação deste mesmo tipo, que não foi suficientemente analisada. Como nós todos, cientistas políticos, temos sempre presente o modelo clássico, ficamos vendo o fantasma da revolução burguesa, que não houve, e a esperança de uma revolução proletária socialista, que sabe Deus lá se vai poder existir. Mas sempre medimos a história com esse parâmetro e, sempre mantendo esperanças,

acumulamos mais rapidamente desilusões do que os burgueses são capazes de acumular o capital.

Por tudo isso, é necessário fazer um esforço e reavaliar processos políticos, como estamos começando a fazer aqui, não apenas a partir da análise documental dos arquivos – que é indispensável –, mas a partir de uma revisão teórica que permita entender como se dão as “revoluções”, que embora não sendo revoluções transformam a história. O pensamento disponível sobre partido, Estado, movimento social, tal como funcionam na sociedade brasileira, ainda é pobre. Se pudéssemos refazer a interpretação desses temas à luz da experiência histórica mais recente, de 29 e de 30, seria possível enriquecê-la. No plano mais geral, acho que algo foi bastante esclarecido neste seminário e comprovou-se a tese de Luciano Martins, de que a relação entre o processo de transformação econômica e a fórmula política é uma relação frouxa. Por quê? Porque nós estamos vendo, e Guillermo O'Donnell acabou de nos explicar, que depois da crise de 29 tivemos na Argentina um processo de regressão, se se pode falar assim, valorizando o conceito. Ou seja, passou-se de um regime que bem ou mal resultava de uma expressão eleitoral e que organizava a participação democrática através do Partido Radical (desde 1916 no poder na Argentina com Yrigoyen) e garantia certa ampliação dos canais de relação entre a sociedade e o Estado, para o regime discricionário instituído com o golpe de Uriburu. Este terminou por muito tempo, se não para sempre, as chances de institucionalização democrática na Argentina.

Nós vimos também, no caso chileno, que é um pouco diferente dos outros casos porque a economia chilena é uma economia de enclave, com outras repercussões na sociedade, que depois da crise de 29 houve um abalo muito maior do que o sofrido pelo Brasil ou pela Argentina. Como o Chile era uma economia de enclave, não dispunha dos recursos de defesa da política de emprego que nossos países dispuseram; por isso sofreu diretamente as conseqüências da crise. Em 31 e 32 o desemprego foi maciço no Chile, as minas tiveram que fechar etc. Esse processo resultou numa resposta, que embora idílica naquela época, punha em causa o sistema de dominação: a república socialista dos quinze dias. Entretanto este tipo de resposta política teve continuidade na história do Chile, mais tarde, na Frente Popular, e depois com Allende. Esse processo, no meu modo de entender, não é equiparável ao processo brasileiro, ao argentino ou ao colombiano. Ele é mais próximo, embora com muitas diferenças, do processo boliviano, venezuelano, mexicano e cubano, que são países de economia de enclave, onde o jogo das forças políticas é bastante diferente do jogo das forças políticas nos países onde há, bem ou mal, a formação de uma burguesia nacional, de uma burguesia local, que depois pode se internacionalizar ou não, onde o Estado tem um outro tipo de relacionamento e onde o papel da classe média é outro também. Nos casos de economias de enclave, a crise pode provocar um corte importante na estrutura de dominação. De qualquer maneira, no atinente ao argumento geral que eu estava tentando desenvolver, também a crise de 29 teve

consequências em alguns destes países que foram antes retrógradas do que progressistas; só mais tarde foi colocada a possibilidade de um avanço no sentido democrático. E nós vimos que, na Colômbia, essas consequências foram democratizantes.

O que se pode concluir é que há uma relação entre o processo econômico e o político, mas a direção dela depende da força política, depende da autonomia – não gosto desta expressão – relativa do político. Fica evidenciado que os esquemas simplistas de relacionamento entre crise econômica e fórmula política são pseudo-explicações. E devo dizer que se é possível mostrar, como está sendo feito aqui com a Revolução de 30, que há uma dinâmica muito peculiar nesse processo todo, acho que também chegou o momento de reconhecermos, como cientistas sociais, que estamos, do ponto de vista teórico, na orfandade. Ou seja, nós somos capazes – como os colegas o foram, e eu apenas os imito – de descrever em termos gerais alguns processos que já ocorreram. Mas no plano teórico oferecemos explicações *ex post*, pois não dispomos, efetivamente, de uma teoria da mudança.

Neste aspecto, existe uma crise na forma de explicação das ciências sociais; esta se resume dizendo-se que não dispomos de uma teoria de mudança. Somos capazes de explicar depois que ocorreu uma transformação porque não se deu esta ou aquela revolução, o porquê descritivo. Mas nós não mantemos hoje a ilusão, que tivemos no século XIX, e durante boa parte do século XX (naturalmente os ingênuos guardam as ilusões por toda a vida) de que sabemos como é que as coisas mudam. No passado dispúnhamos de uma teoria sobre a dinâmica das classes e sabíamos como relacionar o econômico com o político; e imaginávamos saber até que formas de Estado as revoluções criariam; e sabíamos que forma de intervenção deveríamos ter. Hoje, relendo a Revolução de 30 à luz de um pensamento não dogmático, vê-se que não se sabia tanta coisa assim. Vê-se de imediato que a visão mais vulgar sobre a Revolução de 30 não tem a menor chance de se manter diante das pesquisas. Luciano Martins, no seu trabalho, faz a lápide desse tipo de explicação. Mas nós não podemos generalizar o que sabemos sobre a Revolução de 30. Sabemos que deu nisso: num Estado de um certo tipo; na mudança dos personagens e dos agentes sociais da oligarquia; na continuidade desse processo oligárquico; deu nisso, que eu chamo de um espelhismo, no qual o Estado, sem intermediação, sem partidos, sem aceitar a identidade dos vários agentes sociais, acaba por registrar, sabe Deus como, a presença deles. Mas por que foi assim? Será que vai continuar sendo assim? Já que foi, vai continuar sendo? Qual é a teoria que me assegura isso? Como é que eu posso explicar esses liames todos? Pode ser que seja, é bem possível, muita ignorância minha; mas tenho procurado aprender com meus colegas d'aquém e d'além-mar as explicações. No máximo, creio que dispomos hoje de uma teoria do "curto-circuito". Nós sabemos que, em certos momentos, contradições variáveis, conflitos variáveis, que se colocam em planos diferentes da estrutura social, de repente entram em curto-circuito. Esse curto-circuito pode levar a uma mudança, de difícil previsão com relação ao seu sentido;

não se sabe se será mais progressista ou menos progressista. A teoria do curto-circuito pode ser que sirva para os eletricitistas, que saberão como corrigi-lo. Para os cientistas sociais, entretanto, é extremamente pobre.

Eu acho que aqui, nas sessões do seminário que eu pude acompanhar, pelo menos uma coisa ficou certa. No caso da Revolução de 30, hoje, graças a estes trabalhos, já sabemos onde é que ocorreu o choque, como é que seu deu o choque e qual foi o bombeiro que apagou o fogo. Talvez isto já seja um passo adiante para que possamos dispor no futuro de uma teoria um pouco mais satisfatória.

CELSO FURTADO – Permitam-me que inicie estas palavras expressando meus mais sinceros agradecimentos ao CPDOC pelo convite que me fez e a oportunidade que me deu de aqui estar com este grupo de pesquisadores jovens do Brasil e com notáveis especialistas vindos do estrangeiro, permitindo-me tomar conhecimento desse formidável esforço de pesquisa e reflexão que atualmente se realiza sobre o nosso país. Para quem vive no estrangeiro, como é o meu caso, uma oportunidade como esta não se reproduz facilmente.

Sobre a importância da comunicação de Luciano Martins, concordo totalmente com as palavras de Fernando Henrique Cardoso. Considero-a um trabalho de síntese magistral, que permite ordenar devidamente muita coisa que antes estava dispersa. A partir daí muitas hipóteses novas poderão ser levantadas, hipóteses explicativas de processos particulares. Esse tipo de reflexão abrangente permite aos pesquisadores, que se encontram submersos nos detalhes, recuperar a visão da floresta, aprofundar o horizonte de percepção, captar aspectos da realidade que, por uma ou outra razão, tendem a permanecer na sombra. Creio que devemos agradecer a Luciano esse esforço de globalização.

Em certo ponto de sua exposição Luciano afirmou que “o conflito político-ideológico explicitado pela Revolução de 30 ou a ela subjacente tem fraca relação com a expansão industrial então em curso na sociedade”. Partirei desta proposição, não propriamente porque discordo dela, mas porque gostaria de verificar se é compatível com a visão que tenho das transformações ocorridas na economia brasileira no período em questão.

Minha opinião é que, em torno de 1930, a economia brasileira sofreu uma inflexão, digamos, uma mudança de rumo em seu desenvolvimento. E justamente porque aconteceu algo importante na dinâmica da economia é que as coisas não são claras, que há tanta controvérsia, essa confusão a que se referiu Fernando Henrique. Do meu ponto de vista, o essencial da coisa está no seguinte: a partir de um certo momento, que se situa bem no começo do decênio dos 30, o centro dinâmico da economia brasileira se desloca do mercado externo para o interno. Em outras palavras: a acumulação, a transformação do aparelho produtivo, isso que se chama desenvolvimento econômico passa a realizar-se em função do

mercado interno. Quando escrevi a *Formação econômica do Brasil*, há um quarto de século, dei ênfase a esse ponto.

Para captar a natureza dessas modificações é necessário ampliar a perspectiva, conjugando os anos 30 com o decênio anterior. De certo ponto de vista, os dois decênios formam um todo. Os anos 20 foram um período de grande dinamismo da economia mundial, mais precisamente da economia capitalista. Assim, a renda *per capita* dos Estados Unidos cresceu consideravelmente, cerca de 40%. Também houve importantes modificações no que respeita à localização da atividade econômica, deslocando-se o principal centro financeiro de Londres para Nova Iorque. Enfim é a época do *boom* por excelência.

Ora, esse é um período durante o qual a economia brasileira enfrenta grandes dificuldades e perde terreno em termos relativos. O desenvolvimento industrial é bem menor do que no decênio anterior. No comércio exterior o Brasil perde terreno *vis-à-vis* de seu grande vizinho, a Argentina. A crise do açúcar do começo do decênio tivera um impacto devastador no Nordeste; a da borracha, provocada pela concorrência do similar sintético, tivera conseqüências desastrosas para a Amazônia. É verdade que a política de valorização do café tinha efeitos positivos sobre a renda da região economicamente mais importante do país. Contudo, o nível mais alto do volume das exportações de café alcançado nesse período é similar ao alcançado no começo do século. Esses dados devem ser tidos em conta para explicar o desânimo ou o espírito de revolta que domina setores das elites. O *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, com sua tristeza, reflete o estado de espírito de uma elite que não tinha uma visão positiva do futuro do país. A essa singularidade do Brasil nos anos 20, no quadro da América Latina, corresponde outra singularidade no decênio da depressão mundial.

Para compreender esse quadro, essa particularidade do caso brasileiro, convém ter em conta dois pontos. O primeiro diz respeito à política econômica seguida persistentemente no Brasil a partir do governo Campos Sales e o segundo concerne às rupturas profundas causadas no comércio mundial, durante o período, pela Primeira Grande Guerra e pela depressão que se segue à crise de 29.

Nem sempre se tem em conta que no Brasil, a partir de Murtinho, prevaleceu sem falha uma certa doutrina econômica que privilegiava a inserção do país no sistema de divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários. Diga-se o que quiser da debilidade do Estado brasileiro, mas a verdade é que o governo deste país seguia com persistência uma política coerente no campo econômico. O *laissez-fairismo* de Murtinho e os esquemas de “valorização” do café tinham um mesmo espírito: favorecer a inserção do Brasil no comércio internacional como exportador de produtos primários. Isso colocava o país em situação de extrema dependência da conjuntura econômica internacional.

A Primeira Guerra Mundial, ao desarticular o quadro do comércio internacional, criou à economia brasileira grandes problemas de abastecimento. Assim, pela força das coisas, houve que se preocupar com o mercado interno e logo se evidenciou que este podia desempenhar um papel de pólo dinâmico na economia do país. Com efeito: a produção industrial cresceu consideravelmente nesse período de dificuldades dos negócios de exportação-importação.

Ora, passada a guerra, pretende-se voltar à política tradicional: preeminência das preocupações com a estabilidade cambial, subordinando-se as políticas monetárias e fiscal ao objetivo de equilíbrio externo. Somente assim, dizia-se, seria possível obter os créditos no exterior necessários ao financiamento dos estoques de café, os quais tendiam a crescer como resultado dessa mesma política de favorecer o produto de exportação. Não obstante a experiência do decênio anterior, não se enxergavam as potencialidades do mercado interno. O resultado era a subutilização da capacidade produtiva já existente no país: a produção industrial em 1929 mantém-se ao nível da do começo do decênio. As tensões surgem de muitos lados e apela-se mesmo para a proibição da importação de equipamentos para a indústria têxtil, que se considera sobredimensionada. Os homens que estavam no poder, essencialmente ligados aos interesses do café, pretendiam manter o país dentro de um canal onde ele já não cabia. Esses fatos não são estranhos à insatisfação que se manifesta em muitos setores, em particular nas regiões que pouco ou nenhum benefício recebiam da política de valorização do café. A muitos o quadro da política do país dava a impressão de anacronismo, mesmo de decrepitude.

A crise de 29 encontra o Brasil nessa situação contraditória, daí que as consequências de seu impacto se hajam afastado do figurino preestabelecido. Mudado o contexto externo, reduzida brutalmente a capacidade para importar, fechadas as fontes externas de crédito, impôs-se a saída na direção do mercado interno. E isso foi possível rapidamente não somente porque a base de recursos naturais do país é considerável mas também porque havia no setor industrial uma importante capacidade produtiva subutilizada. A tudo isso correspondeu, nas esferas políticas, a ascensão de novos homens. Não necessariamente ligados ao setor industrial, mas com uma visão do país distinta da da oligarquia cafeeira. Essa coincidência histórica está na origem da idéia de que ocorreu no Brasil uma “revolução burguesa”. Não seria este o único caso em que insistimos em enquadrar a nossa história nas categorias derivadas da história social da Europa.

O que ocorreu no Brasil não se presta a explicação simples, pois a industrialização brasileira, que é mais antiga do que é corrente imaginar-se, não reproduz a experiência européia. No Brasil a industrialização não assumiu a forma de criação de um sistema integrado em função do mercado interno – o que ocorreu nos países de industrialização atrasada como o Japão ou a Rússia imperial – e sim de um complemento da economia de exportação e de importação. Particularmen-

te em São Paulo, as atividades industriais estavam intimamente ligadas aos interesses comerciais dos negócios de exportação-importação. A prosperidade do café também significava prosperidade para as indústrias que transformavam insumos importados (pagos com divisas produzidas pelo café) e cuja demanda dependia da renda gerada pela atividade cafeeira. Essa complementaridade deixou de existir a partir do momento em que a indústria cresceu em razão das dificuldades de importação – período da Primeira Guerra – e quando a defesa dos interesses do café levou a uma política restritiva ao nível da demanda interna. Surgiram problemas estruturais que já não permitiam conciliar facilmente os interesses de uma indústria em expansão e os da economia tradicional exportadora. Mas derivar daí a existência de um conflito de classes seria andar muito rápido.

As coisas se complicavam mais ainda porque as classes médias emergentes aspiravam à modernidade e esta penetrava no país pela via das importações. Explica-se, assim, que muitos líderes que tinham consciência do anacronismo do país, que eram progressistas, também fossem livre-cambistas. Pela mesma razão o Partido Socialista argentino era livre-cambista. Era difícil compreender na época que a modernização pelo caminho da economia primário-exportadora tinha horizontes curtos. Mas daí resultavam dificuldades para formular uma autêntica política de industrialização, que nessa época implicava necessariamente abandonar o *laissez-fairismo*.

Se alguma clivagem existiu nas classes dominantes, antes de 1930, ela reflete disparidades de situações econômicas entre regiões. É evidente que as indústrias de outras regiões pouco ou nenhum benefício retiravam da política de valorização do café. Pelo contrário: a valorização do *mil-réis* reduzia sua capacidade competitiva face às importações e quase sempre elas eram menos dependentes de insumos importados. Por outro lado, a preocupação com problemas cafeeiros era interpretada em muitos setores como abandono dos interesses das regiões em que o café não era o principal produto ou estava em declínio. Como não ver o longo e persistente declínio político de Minas Gerais, durante essa fase, e a exclusão persistente do Rio Grande do Sul, que não se ligava diretamente à economia de exportação? Esses aspectos são de relevância para entender a mudança de enfoque, dentro da classe dirigente, que se segue à Revolução de 30.

Voltemos à afirmação de que houve uma mudança de rumo. A incapacidade dos dirigentes de verem algo mais do que os interesses do café vinha freando as possibilidades de desenvolvimento do Brasil. O país acumulava atraso, perdia terreno, as tensões sociais cresciam, o descontentamento se generalizava. A Revolução de 30 abriu a comporta que represava essas forças e provocou uma aceleração da história. Mas o fundamental não foi a ruptura dentro da classe dirigente, e sim a modificação fundamental no contexto externo. Daí a importância da crise de 29 e da longa depressão que a seguiu. Foi essa mudança brutal e profunda do contexto externo que canalizou as energias do país em outra direção,

desacreditou a ideologia do país “essencialmente agrário”, fez com que os novos líderes vissem a realidade de outra forma. A conjugação da crise de 29 com a Revolução de 30 permitiu a ativação de um potencial de vontade renovadora que se havia acumulado no país.

A partir de então, desenvolvimento significará no Brasil expansão do mercado interno. Daí decorre, pela primeira vez, uma solidariedade objetiva entre as regiões do país. Assim, o Nordeste reivindica e obtém uma cota no mercado de açúcar do Centro-Sul do país; a Amazônia encontra aí o mercado para a borracha que não é competitiva no exterior. Por outro lado, a região Centro-Sul necessita de protecionismo *vis-à-vis* do exterior, para que seus produtos manufaturados se assenheorem do mercado do conjunto do país. Surge assim, uma base objetiva em que apoiar-se um novo centralismo político. Em 1937, quando se consolida esse centralismo, são eliminadas todas as barreiras ao comércio entre estados da União.

O novo discurso ideológico somente se define lentamente. Fala-se de integração nacional, de marcha para o oeste, de valorizar o que é brasileiro. Nele estavam implícitas as idéias de industrialização, de apoiar-se no mercado interno para crescer. Emergia uma visão otimista do país, que permitia superar os velhos complexos de inferioridade de raça, de clima, de pobreza em fontes fósseis de energia e coisas parecidas. Mas não se imagine que os que chegaram ao poder em 1930 tinham percepção da natureza das mudanças que estavam em curso, ou que dispunham de um projeto para transformar o Brasil. Quando se tratava de formular política comercial, monetária ou fiscal continuavam a predominar as idéias do passado. Basta observar os acordos comerciais que assinou o Brasil nesse período, ou a reforma tarifária de 1934, que introduziu o imposto específico às importações. Em situação de inflação esse imposto não constituía proteção para a indústria. As mudanças foram impostas pelos fatos: as reservas de divisas se evaporaram e o crédito externo desapareceu; os impostos sobre as importações, então os mais importantes, declinaram brutalmente; não havia possibilidade de atender ao serviço da dívida externa. Houve que apelar para a moratória externa, que financiar de alguma forma os gastos públicos, que encontrar uma maneira de evitar que o setor cafeeiro se desmantelasse, arrastando com ele o resto da economia do país. O Estado foi forçado a intervir de todos os lados, o que o obrigou a equipar-se, a modernizar-se.

O controle de câmbio não surgiu de uma escolha e sim da necessidade de sobreviver face à brutal baixa da entrada de divisas. Ninguém queimou café por masoquismo e sim para reduzir os imensos gastos de armanezagem e a pressão dos estoques sobre o mercado internacional. Ninguém dirá que José Maria Whitaker, o ministro da Fazenda da época, tinha idéias econômicas diferentes das de Murtinho, como não demonstrara tê-las Getúlio Vargas quando ocupara a pasta da Fazenda no governo Washington Luís. Evidentemente, as mentes menos

dogmáticas, menos formadas ou deformadas pelas idéias ortodoxas sobre equilíbrio orçamentário, inflação etc., tenderam a prevalecer. Anos depois tive com Osvaldo Aranha uma conversa sobre esses acontecimentos e ele me observou: “Celso, você me explicou o sentido do que fizemos nessa época; então eu não sabia de nada”.

Mas a amplitude do que se fez, nesse esforço de sobrevivência, revela audácia política. As fogueiras que queimaram 80 milhões de sacos de café deixaram o mundo perplexo. Nadadisso foi feito a partir de um projeto; foram antes atos de desespero. Ninguém pensou que isso pudesse ser uma forma de sustentar o mercado interno de produtos manufaturados; entretanto esse foi o resultado. A renda monetária manteve-se elevada, a depreciação cambial teve que ser ainda maior, a capacidade competitiva da indústria interna aumentou. Com efeito, a produção industrial cresce 50% entre 1929 e 1937, o que foi algo considerável para a época e um grande contraste com o decênio anterior. A produção agrícola dirigida ao mercado interno seguiu atrás. Pela primeira vez a agricultura crescia mais para dentro do que para fora. Evidentemente isso foi possível porque a indústria dispunha de capacidade ociosa, e também porque no essencial se tratava de indústria leve, que com facilidade passa de um a dois e três turnos de trabalho. Tem-se debatido esse problema: como foi possível essa expansão industrial, quando a economia estava sob o impacto da depressão externa; que relação existe entre a expansão do mercado interno e a política do café etc. Para mim dois fatos parecem fora de dúvida. O primeiro é que a demanda efetiva foi mantida graças à ação de fatores endógenos; e o segundo é que as grandes perdas que sofreu o setor cafeeiro foram em parte socializadas.

Sobre essa experiência cabe uma reflexão adicional. Se o Brasil pôde acelerar sua industrialização em situação de grandes dificuldades de importação de insumos industriais e equipamentos e de quase inexistência de financiamento externo, é que já reunia há algum tempo todas as condições para abrir-se o caminho da industrialização. Portanto, o que faltou foi uma política que ajudasse a encontrar esse caminho. Em realidade, a política seguida persistentemente durante os três decênios anteriores desviou o país desse caminho, submetendo-o a um sistema de divisão internacional do trabalho que o condenava à dependência e à pobreza. Cheguei a essa conclusão já há muitos anos: o Brasil reunia condições para lançar-se num processo de autêntica industrialização desde o primeiro decênio da República. E grande parte do atraso que acumulamos foi causado pelas políticas econômicas seguidas no país. Fizemos atrasados, sem o saber, como M. Jourdan fazia prosa. Mas com conseqüências mais graves, desafortunadamente.

Trabalhos como o do Luciano contribuem para aumentar a consciência crítica. Somente esta pode armar os povos para defender-se dos que pretendem falar em nome da coletividade quando apenas defendem interesses de grupos ou de classes.

DEBATES

Pergunta – Prof. Luciano, eu gostaria de saber qual a correlação que se pode estabelecer entre 30 e 32 e as leis que regulam a relação capital/trabalho. Dentro desse processo de industrialização, desde 20 até a revolta de 32, que incluiu um movimento grevista, são promulgadas uma série de normas legais voltadas para a regulamentação do trabalho. Eu gostaria de situar melhor essa questão no período de 30-32.

LUCIANO MARTINS – Eu não entendo bem o porquê da referência a 32. Mas de qualquer forma, o que me parece é que, a partir dos anos 20, e mais especificamente do governo Epitácio Pessoa, há um claro declínio do movimento operário, movimento que na primeira década do século, e culminando com a greve de 1917, havia sido bastante ativo. A partir dos anos 20 se inicia o processo de declínio do movimento operário por sua própria exaustão, pelo fato de o processo econômico oferecer oportunidades antes inexistentes, pelo declínio da influência anarquista e por toda uma série de leis repressivas, adotadas a partir do governo Epitácio Pessoa e que serão inscritas na Reforma Constitucional de 1926, que inclui um dispositivo bastante rígido, no sentido de dar ao Estado amplo poder de controle (inclusive expulsão de estrangeiros) sobre as lideranças operárias. É nesse sentido que afirmo ser essa a hora de declínio do movimento operário, que permite às classes médias urbanas saírem às ruas para manifestar seus interesses e aspirações. Elas se manifestam quando a agitação operária entra em declínio. Mas embora essa agitação operária já se tornasse esparsa e tópica, a sua própria ocorrência foi capaz de assustar suficientemente as elites urbanas; foi capaz de colocar para elas, de uma maneira patente, quase gritante, a necessidade de se constituir e se edificar um sistema de dominação que fosse, ao nível urbano, o correspondente ao que era mantido no campo através do coronelismo. É essa que me parece constituir a essência da reivindicação urbana dos anos 20. É claro que ela não aparece sob essa forma, mas como uma demanda de inserção das camadas médias no sistema político e da instituição de um sistema para a representação de seus interesses. Minha opinião é a de que, por trás dessas demandas, está o problema muito maior de como estruturar a dominação ao nível urbano, que, como eu disse, só será “resolvido” durante o Estado Novo.

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer uma referência a algo que Fernando Henrique mencionou e que me parece importante em relação ao problema do Estado. Trata-se de um dado que às vezes tem passado despercebido,

mas que tem importância para explicar, não propriamente a forma de Estado, mas a expansão do aparelho do Estado e as características que esta assume na segunda metade dos anos 30. É que a inserção política que reclamam os setores médios urbanos, e que só se vai efetivar de fato durante o Estado Novo, tal inserção *não se fará* no sistema político (dada a própria existência do regime autoritário implantado por Vargas), mas já diretamente no aparelho do Estado, via expansão e transformação da burocracia. Às vezes se perde de vista esse dado. Ele é importante, entretanto, para se entender o processo de expansão e de modernização do aparelho do Estado nos anos 30, pois são esses setores médios em busca de inserção que se vão constituir nos atores desse processo de expansão das atividades do Estado.

ELIZA MARIA REIS – Eu gostaria de fazer uma ligeira observação à exposição do prof. Fernando Henrique, na tentativa de lançar uma ponte entre a mesa de hoje e a que discutiu 1930 como revolução de elite. O prof. Fernando Henrique começou questionando a ausência da revolução burguesa, e mencionou o fato de que o Brasil não tinha uma situação clássica. Eu me pergunto se há uma situação clássica além da situação inglesa, já que a própria França está perdendo muito o seu *status* de clássica. Talvez pudesse ser feito um paralelo com a Europa oriental no século XIX, respeitadas as diversidades entre os dois processos.

Acho que, nesse ponto, a colocação do Guillermo sobre a situação do campesinato é muito ilustrativa. Para mim, foi uma grata surpresa ver o campesinato introduzido finalmente na discussão. Acho que as relações de trabalho no campo constituem um dado fundamental. Falou-se muito sobre oligarquia e não se pensou nisso, nas sessões anteriores. Pode ser que, estudando as relações que se estabelecem no mercado de trabalho, seja possível elaborar alguma coisa teórica em torno da expansão ou não do mercado político. Não sei se isso é um caminho, mas penso que, a partir daí, a gente possa entender de curto-circuito e, quem sabe, de sistema elétrico também.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Evidentemente, quando se fala em “situação clássica” tem-se em mente o pensamento sobre a revolução burguesa, não como e onde ela ocorreu, se foi na Inglaterra ou na França. Tem-se em mente o que ficou codificado como a forma de explicação da revolução burguesa. Na Escandinávia já não foi assim; na Alemanha, não foi assim. E, não obstante, existe um pensamento sempre referido a uma “revolução burguesa”, com as suas características. Quando vai-se ver de perto, nem mesmo na França foi assim. A revolução burguesa na França, a política dessa revolução não acabou com a estrutura fundiária. Não acabou. De modo que, realmente, quando você vai esmiuçar, é diferente.

Com relação à Europa Oriental, eu sei pouco. Guillermo O'Donnell escreveu algumas reflexões sobre isso há alguns anos atrás num *paper*, que tem alguns

pontos interessantes. Primeiro, são países com estruturas economicamente dependentes também. Agora, com relação ao campo, é mais complicado, porque na Europa Oriental houve a "segunda servidão", acelerada pelo desenvolvimento do capitalismo; havia estruturas feudais em certos casos, que nós não tivemos. Tenho medo das analogias que dificultam a compreensão, mais do que ajudam.

Você falou do século XIX. É possível; alguma analogia talvez possa ser feita para servir como um ponto de referência, pois havia uma situação de dependência, com Estados fortes. É possível verificar alguma similitude no campo também, no mínimo com a existência de um regime de sujeição muito grande. Pode ser. Ver como é que se desenvolve a revolução a partir daí, ver quais são as diferenças, precisamente, acho que isso tem o seu sentido, a sua importância. Seria muito útil para ampliarmos o nosso quadro. Porém essa ampliação deve ser feita tentando entender um pouco melhor a forma de enganche entre as classes sociais, a política e a economia aqui. Nós não fizemos isso suficientemente, nem mesmo no que diz respeito à América Latina, que está à disposição. É difícil saber alguma coisa sobre a América Latina. A gente arranha aqui e ali, mas as diferenças são muito marcantes. Na verdade, quando você passa de um processo muito geral, que unifica, as diferenças são muito grandes também, especialmente no que toca à situação do campo, e valeria a pena esmiuçar.

Agora, eu queria fazer um comentário final, embora seja importante referir ao fato da estrutura agrária, como foi dito aqui. O Luciano Martins tocou no assunto e mostrou que um dos limites da possibilidade de transformação da Revolução de 30 foi que ela não mexeu na relação vigente no campo, nem na propriedade, nem nas relações de trabalho. Mesmo o chamado pacto populista excluía o campo, quer dizer, o limite da dominação estava no campo. Há uns quinze anos, quando escrevi algumas coisas sobre esse assunto, mencionei essa questão, porque acho que é muito importante. Porém, penso que aqui, na América Latina, com a devida permissão dos estudiosos do campo, não devemos esquecer que existe um tipo de relação entre campo e cidade muito específico. Há um tipo de ruptura entre o campo e a cidade que tem pouco paralelo fora daqui. Ocorreu em alguns lugares da Ásia, mas tem pouco paralelo fora daqui. Não existe continuidade entre o campo e a cidade no plano político. Embora de alguma forma o jogo político na cidade dependa da situação no campo, o que acontece no campo até hoje repercute muito pouco sobre a política na cidade. É difícil entender esse processo, e quem estuda as lutas sociais e políticas no campo fica bastante desesperado. Fica-se com a expectativa de que, de repente, o campo se incendeie e chegue à cidade, como revolução; ou pelo menos de que se criem certos canais de comunicação entre cidade e campo, que na verdade não se criam. A meu ver, isso vai se agravar, não vai diminuir.

Se deixarmos 1930 para ver o que acontece hoje, verificaremos que o processo de industrialização, tal como se dá no Brasil atualmente, com a internacionali-

zação e tudo o mais, é de outra índole. Hoje o campo se tornou um pano de fundo muito longínquo. Não obstante, muitos de nós continuamos pensando que os processos políticos agrários vão indo pouco a pouco, que no campo vai acontecer isso e aquilo que repercutirá nas cidades. Na verdade houve um corte, uma ruptura muito grande e uma superposição de uma outra forma de relacionamento econômico, com a presença das multinacionais, com o grande capital monopólico internacional, que está mudando completamente a estrutura de classes neste país, com muito maior velocidade do que mudou na Argentina ou no Chile. Acho que entre a Argentina e o Chile, por um lado, e o Brasil por outro, as diferenças aumentaram, não diminuíram. Saltamos toda a possibilidade de uma forma política, do tipo que houve na Argentina e no Chile. Entre nós não se repetirá nem o populismo peronista, nem o estilo de partido de classe tipo chileno, por causa dessa ruptura. E o campo? Como é que fica nesse novo enganche da nossa economia e da nossa sociedade com o que está acontecendo no mundo? O campo fica ainda mais isolado como eventual cadinho de transformações revolucionárias.

DANIEL PÉCAULT – Gostaria de dizer apenas algumas palavras, motivadas pela referência de Aspásia à Revolução Francesa. Eu diria que, de certa maneira, os problemas colocados pela interpretação da Revolução Francesa são tão complicados quanto os colocados a propósito da Revolução – ou não revolução – de 1930. Em outras palavras, existem vários níveis de interpretação. Estou certo de que, ao nível econômico, todos os sociólogos e historiadores, com a exceção de alguns poucos, estão obviamente convencidos de que não ocorreu nenhuma ruptura econômica naquele ano. Quanto ao Estado, o que sempre se afirma é que o Estado muda, que ganhou não sei quais traços. Bem, Tocqueville já demonstrou há muitos anos que existe uma certa continuidade na estrutura do Estado durante muito tempo. Nesse sentido, eu diria que o problema colocado sobre a Revolução Francesa revela que ocorreu algo extremamente importante, apesar de a revolução ter apresentado numerosas continuidades.

Faria duas referências. Uma a um texto do jovem Marx que, ao falar sobre a Revolução Francesa, refere-se à ilusão do político. A ilusão do político consiste no fato de que o sofrido se converte em consciente, ou seja, as pessoas que se colocam de forma mais ou menos passiva diante das coisas passam a ter uma consciência bastante ativa, a participar, a entender. A outra referência diz respeito ao texto recente de um historiador, François Furet, sobre a Revolução Francesa. Furet colocou-se previamente esta pergunta: o que representa a mudança numa revolução como a francesa? Ele demonstrou muito bem que, em qualquer revolução, existe sempre o que chama de um certo excesso das idéias sobre a história real. Por isso, acredito que esse problema seja muito importante. Temos falado muito aqui, inclusive eu mesmo, das continuidades. Creio que o outro nível, o nível das “aparências”, o nível, por exemplo, da aparência de nossas ações entre o Estado e os sindicatos, esse nível é sumamente importante, isto é, tem seus aspectos imaginários, mas possui também conseqüências práticas extremamente sérias.

